

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



A MAÇONARIA PORTUGUESA 1926 – 1974
as suas ideias e a sua relação com a sociedade e as forças políticas

António Joaquim Rodrigues Lopes

Orientador: Professor Prof. Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História,
na especialidade de História Contemporânea

2021

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



A MAÇONARIA PORTUGUESA 1926 – 1974
As suas ideias e a sua relação com a sociedade e as forças políticas

António Joaquim Rodrigues Lopes

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade
de História Contemporânea

Júri:

Presidente: Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, Professor Associado e Diretor da Área de
História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutor Paulo Eduardo Guimamães, Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Ciências
Sociais da Universidade de Évora (1º Arguente)

Doutor Luís Manuel do Carmo Farinha, Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea
da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2º Arguente)

Doutor Paulo Miguel Fagundes de Freitas Rodrigues, Professor Associado da Faculdade de Artes e
Humanidades da Universidade da Madeira (Vogal);

Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático da Faculdade de Letras de
Letras da Universidade de Lisboa (Orientador)

Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de
Lisboa (Vogal).

AGRADECIMENTOS

Ao saudoso Professor Doutor A. H. de Oliveira Marques, que há muitos anos me desafiou a voltar às lides académicas;

ao Professor Doutor Fernando Rosas, a quem devo a ideia e o incentivo ao estudo deste tema;

ao Professor Doutor Ventura, pela orientação da Tese;

ao meu bom amigo Professor Doutor João Alves Dias, pelas conversas e conselhos sobre o tema;

ao Doutor Fernando Lima, Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano, pelo apoio sempre manifestado

e ainda

Alfredo Caldeira

Amândio da Conceição Silva (já passado ao Oriente Eterno)

António Gomes da Mota

António Valdemar

Artur Ramon de La Féria

Fátima Lopes

Fernando Marques da Costa

Helena Serpa

João Bettencourt

João Carlos Leal de Matos

João Martins

Joaquim Grave dos Santos

José António Martins

José Paulo Silva Graça (já passado ao Oriente Eterno)

Luciano Vilhena Pereira

Luís Vale (já passado ao Oriente Eterno)

Manuel Falcão

Ruben Simas

Sandra Osório

SIGLAS

AAA – Ação Anticlerical e Antifascista
ADS – Ação Democrato-Social ou Ação Democrático-Social
AL – Aliança Libertária
AMI – Associação Maçónica Internacional
ANP – Ação Nacional Popular
ARA – Ação Revolucionária Armada
ARCO – Ação Revolucionária Comunista
ARS – Aliança Republicano-Socialista ou Aliança Republicana e Socialista
AS – Aliança Socialista
ASP – Ação Socialista Portuguesa
BBC – British Broadcasting Corporation
CARP-ml - Comité de Apoio à Reconstrução do Partido, marxista-leninista
CDE – Comissão Democrática Eleitoral
CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
CGT – Confederação Geral do Trabalho
CIA – Central Intelligence Agency
CIS – Comissão Intersindical
CLIPSAS - Centre de Liaison et d'Information des Puissances Maçonniques
Signataires de l'Appel de Strasbourg
CLMRP – Comité de Ligação dos Militantes Revolucionários Portugueses
CMLP – Comité Marxista Leninista Português
CNSPP – Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos
CRC-ml – Comité Revolução Comunista (marxista-leninista)
CRML – Comité Revolucionário Marxista Leninista
DDS – Diretório Democrato-Social
DGS – Direção Geral de Segurança
DRIL – Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação
EDE – Esquerda Democrática Estudantil
EFTA – European Free Trade Association
EUA – Estados Unidos da América
FAO – Federação das Associações Operárias
FAP – Frente de Ação Popular
FARP – Federação Anarquista da Região Portuguesa
FEML – Federação dos Estudantes Marxistas Leninistas
FLN – Frente de Libertação Nacional
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
FNLA – Frente Nacional para a Libertação de Angola

FNLD – Frente Nacional e Liberal Democrática
FPA – Frente Popular Antifascista; igual a Frente Popular e a Frente Popular Portuguesa
FPLP – Federação Portuguesa do Livre Pensamento
FPLN – Frente Patriótica de Libertação Nacional
FPLN – Frente Portuguesa de Libertação Nacional
GAC – Grupos Antifascistas de Combate
GAP – Grupos de Ação Popular
GATT – General Agreement on Tariffs and Trade
GNR – Guarda Nacional Republicana
GODF – Grande Oriente de França
GOL – Grande Oriente Lusitano
GOLU – Grande Oriente Lusitano Unido
JSP – Juventude Socialista Portuguesa
LP – Legião Portuguesa
LRE – Liga Republicana dos Estudantes
LUAR – Liga de Unidade e Ação Revolucionária
MAUD – Movimento Académico de Unidade Democrática
MES – Movimento da Esquerda Socialista
MFA – Movimento das Forças Armadas
MND – Movimento Nacional Democrático
MNI – Movimento Nacional Independente
MNS – Movimento Nacional Sindicalista
MP – Mocidade Portuguesa
MPF – Mocidade Portuguesa Feminina
MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
MUD – Movimento de Unidade Democrática
MUDJ – Movimento de Unidade Democrática Juvenil
MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista
NATO – var. OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
NDAS – Núcleo de Doutrinação e Ação Socialista
NSI – Núcleo de Socialistas Independentes
OCMLP – Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa
OECE – Organização Europeia de Cooperação Económica
OMEN – Obra das Mães pela Educação Nacional
ONU – Organização das Nações Unidas
ORA – Organização Revolucionária da Armada
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCP – Partido Comunista Português
PCP (ml) – Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)
PCTP – Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PIDE – Polícia de Internacional e de Defesa do Estado
PPD – Partido Popular Democrático
PPM – Partido Popular Monárquico
PRP – Partido Republicano Português e Partido Revolucionário do Proletariado, consoante o texto
PS – Partido Socialista
PSI – Partido Socialista Independente
PSO – Partido Social Operário
PSP – Partido Socialista Português
PSP – Polícia de Segurança Pública
PTP – Partido Trabalhista Português
PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
REAA – Rito Escocês Antigo e Aceito
RRS – Resistência Republicano-Socialista
SEDES - Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social
SPE – Sociedade Promotora de Escolas
SPN – Secretariado da Propaganda Nacional
TAP – Transportes Aéreos Portugueses
UAR – União de Ação Revolucionária
UCRAL – União dos Combatentes da República – Aliança Liberal
UD – União Democrática, mais tarde UDP – União Democrática Portuguesa
UN – União Nacional
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNR – União Nacional Republicana
UPA – União dos Povos de Angola
URML – Unidade Revolucionária Marxista Leninista
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US – União Socialista

Nota prévia

Sem esquecer os trabalhos de Borges Grainha no início do século XX, António Loja (1961) e Domingos Gomes dos Santos (1969), aos quais se podem adicionar os estudos de A. H. de Oliveira Marques (1975), António Carlos Carvalho (1976), Fernando Marques da Costa (1979), do casal Silva Dias (1980), de João Alves Dias e Fernando Catroga (1995), Manuela Cruzeiro (1997) e, mais recentemente, António Ventura (2007),¹ alguns deles abrangendo um período histórico longo que decorre entre o século XVIII e a atualidade, como baliza mais recente, ainda que esta referida a 1935, data da ilegalização da Maçonaria pelo Estado Novo, a todos é consensualmente reservado um papel de percussores na historiografia maçónica moderna. Este estudo é o resultado de uma investigação e reflexão sobre a relação da Maçonaria com as oposições ao Estado Novo, num período pouco abordado, lacuna cujas causas tanto podemos ver no seu tempo recente, como no facto do assunto ser frequentemente remetido para um certo nicho de secretismo, como ainda por uma nítida dificuldade em o abordar pela escassez de documentação e também pela cristalização de alguns mitos. Temos, portanto, consciência da dificuldade de enfrentar esta temática num território relativamente virgem, com todas as desvantagens de que tal se reveste.

Pretende-se, mais do que apresentar nomes, ainda que estes sejam importantes, refletir sobre as ideias que circulavam nas lojas maçónicas ou entre os maçons e as suas relações com os movimentos de oposição à Ditadura, contribuindo para a emergência de uma ideia global sobre o pensamento e a prática maçónica durante este período. Visíveis na correspondência das diversas Lojas, nos trabalhos desenvolvidos pelos maçons e, mais raramente, nos já muito poucos testemunhos orais, essas informações permitem colmatar espaços e traçar um quadro da atividade da Maçonaria numa época que à primeira vista se afigura desértica. Pretende-se ainda perceber os momentos de maior glória, de vivida dificuldade ou de ausência e de presença nas grandes questões sociais e políticas do país ou ainda as flutuações ou mesmo alterações no discurso dos dirigentes maçónicos enquanto tal ou no âmbito da sua atividade política. Por isso também, pusemos de lado qualquer intenção de fazer uma listagem exaustiva das Lojas maçónicas, seu historial ou genealogia, optando antes pelos documentos que nos mostram as ideias

¹ COSTA, Fernando Marques da, *A Maçonaria entre a força e o cacete 1807-1834*, entre o mito e a realidade, Lisboa, Ed. Campo da Comunicação, 2018, pp. 23 a 43 e 45 a 50. Fernando Marques da

e os debates que aí circulavam e, principalmente, as ideias de oposição ao regime e de conjugação com outras forças oposicionistas. Simultaneamente, quando nestas páginas se abrem capítulos referentes à Escola Oficina nº1 ou ao Internato de S. João de Lisboa e do Porto, não se pretende fazer a história destas instituições, que naturalmente merecem um tratamento específico, mas tão só compreender os valores que as norteavam e o seu papel nas práticas da oposição política à Ditadura.

Ainda que o Estado Novo tenha o seu início em 1933, por motivo de contextualização, o período cronológico abrangido vai do golpe de 28 de maio de 1926 à revolução de 25 de abril de 1974. Período longo, mas que interessa abordar de forma única, permitindo por isso verificar linhas dominantes que justificam coerências ideológicas ou posições conjunturais decorrentes de fenómenos políticos momentâneos e que possibilitam a justificação de alguns acontecimentos. E esta é outra dificuldade inerente a este projeto, que por ser um espaço temporal longo e acrescido da necessária contextualização, implica uma gestão que oscila entre o seu gigantismo e o evitar de quaisquer riscos de superficialidade.

Dividimos a história da Maçonaria e da sua relação com os movimentos oposicionistas ao Estado Novo em três grandes períodos: o primeiro, a Ditadura Militar, entre 1926 e 1933, porque nos permite compreender o ambiente antimaçónico persistentemente construído, com as propostas e anseios da direita republicana, boa parte presente nas Lojas do GOLU, e ainda porque nos permite perceber as bases ideológicas e estruturais do regime, assim como as convulsões políticas vividas no início da década de trinta e, naturalmente, o trabalho desenvolvido nas Lojas, incluindo as suas próprias contradições ou derivas. Incluímos aqui também um pequeno capítulo de considerações gerais sobre a Maçonaria. São notas breves, mas que permitem compreender conceitos como Obediência ou Loja, formas de funcionamento como Ritos e Rituais ou mecanismos de raciocínio relacionados com valores como a Liberdade ou com o uso da Razão e até com a não uniformidade de opiniões ou posições no seio da Maçonaria.

O segundo período vai de 1933 ao início da década de sessenta. É um período longo, e ainda que diferente antes e depois da II Guerra Mundial, em que o regime persiste em nada mudar, mesmo vindo a ser obrigado a fazê-lo face às contingências da Guerra Fria. É um período onde não são claras as fronteiras entre os movimentos republicanos e socialistas e a Maçonaria, onde a ilegalização da

Maçonaria constitui um momento marcante, e onde muitos protagonistas atuam simultaneamente em papéis, estruturas e funções diferentes. Podemos fazer remontar esta interpenetração ao período da I República, onde a elite republicana marcava presença na Maçonaria, sendo também evidente a posição socialista derivada de Magalhães Lima, e depois na grande frente da Oposição, onde muitos maçons se identificavam como republicanos para esconderem a sua pertença à Maçonaria, mas que todos os maçons identificavam. Alguns iam mais longe identificando-se como republicanos e livres-pensadores para que não restassem dúvidas, evocando assim uma marca da Maçonaria: o livre-pensamento. É também um período pontuado por acontecimentos internacionais que têm reflexos internos, nomeadamente a guerra civil espanhola e a II Guerra Mundial. Período rico de acontecimentos onde o regime vai silenciando, à esquerda e à direita, todos os seus adversários. Começa com o Partido Comunista, alvo do ódio de estimação do regime, primeiro da Ditadura Militar logo em 1926, depois do Estado Novo e particularmente após a guerra civil espanhola e até 1974, correndo a par com a eliminação das elites operárias anarco-sindicalistas e comunistas, seguindo-se os nacionais sindicalistas e, por fim, a Maçonaria, em 1935.

O terceiro período, a década de sessenta e a década de setenta até à Revolução de 1974, é aquele em que o regime se mostrou mais desadaptado às novas realidades políticas, sociais e económicas, do país e do mundo, enfrentando novas formas de oposição, que desconhecia e para as quais não estava preparado, nomeadamente por novas camadas sociais, por novas forças políticas e recorrendo com mais frequência a ações de confronto direto. A principal razão porque balizámos cronologicamente este período com o início nos anos sessenta justifica-se pelo corte geracional e cultural ocorrido na década de sessenta, por uma nova dinâmica política e social que o país conhece e, por fim, porque é um período de ocaso da Maçonaria, que a vai marcar no recomeço da sua atividade após 1974.

Sob o ponto de vista metodológico adotámos uma sequência cronológica, ainda que ela não se afigure rígida e evitando uma narrativa linear simples. Foi dada prioridade aos documentos dos arquivos maçónicos, num diálogo constante com a realidade social e política, pesem embora alguns “vazios” motivados por causas várias aqui explicadas, tentados superar pelo recurso a fontes indiretas que ajudaram a completar o puzzle. Ao privilegiarmos a transcrição de documentos visámos introduzir uma dinâmica discursiva que se afasta de uma abordagem formalista e convencional e, ao mesmo tempo, induzir em quem lê uma envolvência própria

desse tipo de recurso. Daí também uma permanente dicotomia entre a “pequena história” e enunciado das grandes ideias orientadoras, dicotomia assumida como forma de criar um ritmo narrativo, sem perder os fatores motivacionais que os detalhes encerram. Acrescente-se ainda nesta nota prévia, que nas transcrições de documentos da época e nas citações originais se optou por manter a ortografia da época, ainda que o texto atual tenha optado pelo novo acordo ortográfico. Admitimos que tal possa criar dificuldades adicionais à leitura, assim como igualmente admitimos que ao manter expressões e abreviaturas originais se acrescentem obstáculos específicos a quem não domine esta matéria, e por isso introduzimos uma página de siglas, expressões e abreviaturas maçónicas, para a qual remetemos as dúvidas quanto a significados, o mesmo se passando em termos de siglas partidárias ou de organizações sociais e económicas.

Por outro lado, as contextualizações históricas aqui feitas são apenas isso, enquadramentos históricos que permitem compreender o ambiente, os anseios e as limitações da Oposição, ou até abrir pistas para reflexão dos factos políticos, e não uma abordagem meramente histórica e específica desses momentos. Se o fizéssemos entraríamos em caminhos intermináveis e paralelos ao assunto em estudo. Por outro lado, o momento político em geral é rico de bibliografia, pelo que essas contextualizações servem apenas para confrontar o pensamento maçónico com essa realidade, remetendo nós o aprofundamento dela para bibliografia específica. Da mesma forma, não se pretende fazer aqui a história exaustiva da Oposição no seu todo, embora reconhecendo a existência de uma rede de influências mútuas e fronteiras porosas, mas apenas e só a relação da Maçonaria com os vários movimentos oposicionistas e, principalmente, interessou-nos elencar e compreender o pensamento dos muitos maçons que foram protagonistas neste período e a forma como se exprimiram perante a sociedade. O centro da investigação é a Maçonaria, a sua evolução estrutural e de pensamento ao longo dos quarenta e oito anos de Ditadura. Sublinhamos que nos interessa principalmente refletir sobre a Maçonaria estruturada na liberdade de pensamento, de procura da reflexão temática e na dialética das ideias e ainda nos princípios da justiça e da igualdade preconizados pela I República e contrariados após 1926. Simultaneamente importa referir que este estudo não esgota a riqueza dos arquivos consultados, especialmente no que se refere ao período 1930-35.

Este trabalho tem também por intenção que não se percam nas brumas do esquecimento todos aqueles que lutaram pela Liberdade, à sua maneira, de acordo

com as suas ideias, numa tarefa árdua e persistente, almejando uma sociedade melhor. Por isso, complementarmente são elencados muitos dos nomes que construíram esse pensamento e as ações de oposição ao regime. Mário Soares lembrava que a resistência contra a Ditadura foi “extraordinariamente árdua, tanto em extensão como em intensidade”.² Partidos oriundos da I República, militares, Maçonaria, anarquistas, comunistas, socialistas e muitos outros sem filiação partidária constituíram os principais quadros de uma luta que teve o seu epílogo em 1974.

Como se diz num documento emitido pelo Conselho da Ordem, dirigido à Loja Tavares de Carvalho, de Angola, “quando se puder fazer a história destes angustiosos tempos, então se verá os inúmeros obstáculos vencidos e o formidável esforço dispendido pela nossa Aug.: Ord.: em defesa dos sublimes princípios liberais. Essa honra pertence, não a um homem, não a uma Ofic.:., mas a toda a Maçonaria Portuguesa, unida pelos fortes laços da verdadeira Solidar.:.”³ Revela-se assim, importante fazermos a história dos maçons que foram exilados, presos, ou compulsivamente demitidos, com isso destruindo ou alterando o curso da sua vida e dos seus familiares mais próximos. História para a qual A. H. de Oliveira Marques, João Alves Dias ou António Ventura deram contributos inquestionáveis. A Maçonaria atravessa todo o período da Ditadura com momentos diferenciados. Mais viva, mais discreta, mais ou menos organizada, até mais ou menos interventiva, mas em todos eles conspirando para mudar o regime e trazer a Portugal a chama da Liberdade. Por isso, a este propósito, em entrevista concedida à RTP em 1988, Adelino da Palma Carlos lembrava que o que faz alguém entrar para a Maçonaria é o amor à Liberdade e a vontade de lutar pela Liberdade.⁴

² SOARES, Mário, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974, p. 18;

³ *Processo da Loja Tavares de Carvalho, de Nova Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁴ “Um só rosto, uma só fé”, entrevista de José Eduardo Moniz a Adelino da Palma Carlos, RTP, 11 de junho de 1988, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-adelino-palma-carlos/?fbclid=IwAR0q8R1zWeLtT4DcnKAEMUUKBhmYHI4RceTZBCt0-i1iJsZDjAsScZyZ6G>;

Introdução – Compreender a Maçonaria

Logo no início da sua obra *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, A. H. de Oliveira Marques define objetivamente a Maçonaria ao afirmar que esta

“não possui leis gerais nem livro santo que a definam ou obriguem todo o maçom através do Mundo. Não sendo uma religião, não tem dogmas. (...) Mas isso não obsta a que a Maçonaria possua certo número de princípios básicos, aceites por todos os Irmãos em todas as partes do globo. É essa aceitação, aliás, que torna possível a fraternidade universal dos maçons e a sua condição de grande família no seio da Humanidade, sem que, no entanto, exista uma potência maçónica à escala mundial nem um Grão-Mestre, tipo Papa, que centralize o pensamento e a ação da Ordem”.⁵

Condenando todos os fanatismos, a Maçonaria admite que o Homem e a sociedade são susceptíveis de melhoria, devendo predominar os ideais de Liberdade, Igualdade, Fraternidade, Justiça e Tolerância. Uma melhoria que será tanto material, como intelectual e moral. Por isso, se diz que o “maçom constrói o seu futuro tornando-se um homem melhor. A Maçonaria constrói o futuro da Humanidade, tornando-a mais justa e perfeita”.⁶ Por outras palavras, cultivando os valores da cidadania, da tolerância e, principalmente, da Liberdade, entende a Maçonaria que quantos mais cidadãos partilharem esses valores e estejam dispostos a trabalharem por eles, mais fácil e eficazmente se pode construir uma sociedade melhor, baseada na razão e livre de preconceitos e de intolerância.

Assumindo-se como uma estrutura aclassista, valoriza o mérito e o trabalho, seja ele o esforço físico, seja intelectual, cujas raízes se encontram no Iluminismo do século XVIII e onde se almeja o desenvolvimento intelectual da Humanidade, lutando contra o preconceito e contra o dogma político e religioso. Um documento da Loja Madrugada, de Lisboa, com data de 1931, classifica a Maçonaria de forma tão curiosa como exata, referindo que é uma associação diversa de outras associações, que

“não é política porque o seu programa não visa a administração de um Estado; não é uma organização partidária que vise os interesses de uns, nem pode aliar-se com este ou aquele partido, com este ou aquele governo, pois de todos os partidos e de todos os governos ela pode esperar ou receber auxílio; não é uma associação

⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1995, p.17;

⁶ ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*, 7ª edição, Coimbra. Ed. Coimbra Editora, 2012, p. 15;

revolucionária que deseja a revolução violenta, mas sim a revolução da ideia, pela palavra, pela escrita e pelo exemplo”.⁷

Ser maçom hoje é também ser fiel aos princípios da justiça social, compreendendo-se assim os esforços de António Arnaut em prol do Bem Comum, nome iniciado na Maçonaria antes do 25 de Abril e “pai” do Serviço Nacional de Saúde. Ou, recorrendo às palavras de João Alves Dias: “não é preciso ser-se maçom para se ser um Homem útil ao seu país, mas todo o maçom tem de ser, ou deve ser, forçosamente útil ao seu país e à Humanidade”.⁸ São também esses valores que têm levado a Maçonaria a uma prática que valoriza o equilíbrio entre o racionalismo e a espiritualidade.

Ser maçom é igualmente fazer um esforço para ser tolerante, para compreender e para conceder ao outro a diferença de opinião, mesmo que defendamos a nossa de forma convicta. A tolerância não significa a abdicação do pensamento nem a obrigação de seguir determinada ideia ou conduta, mas sim, atuar de forma útil após o estudo e o debate das ideias apresentadas. Por isso, a Maçonaria não aceita dogmas e combate o sectarismo e a ignorância. Por isso também se diz da Maçonaria ser livre-pensadora. Antes e depois do 25 de Abril encontramos maçons em todas as áreas da vida em sociedade que dignificaram a Maçonaria, seja na política como Fausto Correia, Raul Rego, Henrique de Barros ou Jacinto Simões, seja nas artes com Eduardo Brazão, Lima de Freitas, Curado Ribeiro, Raul Solnado, Alfredo Tropa ou Nicolau Breyner, seja na cultura com Vitorino Nemésio, Hernani Cidade, Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro ou José Augusto Seabra, militares como Sanches Osório, arquitetos como Adães Bermudes, Rosendo Carvalheira, Francisco Keil do Amaral, Cassiano Branco e muitos outros, numa lista infindável de nomes onde podemos ainda incluir Abel Salazar, Gago Coutinho, Egas Moniz, Fernando Vale, Emídio Guerreiro, Manuel Cabanas, Branquinho da Fonseca ou Rosado Correia, todos eles, como é costume dizer-se entre maçons “homens livres e de bons costumes”.

Na Maçonaria não há um pensamento único. Para um observador menos atento às questões da Maçonaria poderá parecer estranha, e até contraditória, a diversidade de opiniões. Lembremos que na Maçonaria se privilegia a dialética, o confronto de

⁷ *Processo da Loja Madrugada, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁸ DIAS, João José Alves, *Raul Rego (1913-2002)*, catálogo da exposição, Lisboa, Ed. Câmara Municipal de Lisboa, 1973, p. 16;

opiniões e o Livre Pensamento, ingredientes que só por si alimentam essa diversidade de opiniões, mas também de estímulo e riqueza intelectual. Diversidade que para muitos é um fator de divisão e fraqueza, mas que na Maçonaria se traduz em riqueza de pontos de vista que são proporcionados a cada um para posterior reflexão e escolha consciente. Numa carta da Loja Elias Garcia, de Lisboa, era lembrado, em 1932, que na Maçonaria “estão agrupadas todas as correntes de opinião desde as mais conservadoras às mais avançadas”.⁹ Isso permite-nos hoje compreender a sua História e as suas ideias de diversidade e de dialética na sua abordagem, e com isso vamos aqui encontrar a evolução de algumas dessas ideias que a marcaram. Há, no entanto, algo que se mantém desde os seus primórdios e que todos os maçons procuram: o seu aperfeiçoamento moral e espiritual, espalhando os valores da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade.

⁹ *Processo da Loja Liberdade, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

I

OS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA

1 - Realidades e aparências - o golpe de 28 de maio de 1926

Em 28 de Maio de 1926, ao mesmo tempo que os republicanos se mostravam divididos, um golpe militar dirigido por Gomes da Costa instaurava a Ditadura em Portugal. O governo então em funções, dirigido por António Maria da Silva, mostrou-se incapaz de reagir ao movimento militar. A queda da I República resultou de uma conjugação de factores políticos, culturais, económicos e sociais, expressos quer a nível nacional, quer internacional. A vida corria numa Europa plena de contradições, ainda a lamber as feridas da guerra, com uma inflação galopante na Alemanha, especialmente após a segunda metade da década de vinte, a par da ascensão de Mussolini em Itália, experimentando novas vivências políticas e vivendo uma confluência de caminhos culturais e estéticos, ora próximos do Futurismo de Marinetti, celebrando a tecnologia, o poder e a violência, ora abraçando a liberdade criativa da Bauhaus, hesitando entre os ímpetus revolucionários da Rússia ou a instabilidade social alemã e a normalidade burguesa da Inglaterra ou da França ainda com os olhos postos no século XIX. Portugal, neste contexto internacional, em paralelo com uma instabilidade social marcante, tinha um regime ainda jovem de dezasseis anos que conhecia uma crise de legitimidade e de representatividade pelo esboroar do apoio popular à República e por uma significativa incapacidade de fazer frente à oligarquia financeira.

Assiste-se neste período a uma crescente eficácia na reorganização do bloco conservador, particularmente após o sidonismo e com o apoio da imprensa católica, defensor de regimes de força, inspirado nos momentos que se viviam na Europa. Juntamos a isto um exército que assume uma mística de salvador da nação, que Humberto Delgado reconhecerá anos depois,¹⁰ a perda de confiança no regime por parte da intelectualidade portuguesa, a crescente contestação popular face às dificuldades económicas e sociais, desembocando na diluição da mística ideológica que deu corpo ao 5 de Outubro. Acresce ainda a persistência da imprensa conservadora, que vence a batalha da opinião pública quer diretamente através dos seus jornais, quer através de múltiplos folhetos avulsos e publicações de carácter

¹⁰ DELGADO, Iva, *Memórias de Humberto Delgado*, 4ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 60 e 61;

diverso onde a Maçonaria e a República são frequentemente atacadas. Por outro lado, a mobilização civil foi praticamente nula, a par de uma igualmente nula oposição militar em defesa da República legalmente instituída. Demonstrando clara consciência da realidade nacional, em março de 1926 a Loja Acácia, através do Grémio com o seu nome, alertava que “a hora que passa é decisiva para a República: ou nos unimos todos para reagir (...) de modo (...) a despertar todas as energias adormecidas e latentes, a evocar a batalha pela Liberdade (...) ou entramos no estado comatoso que precede a morte!”.¹¹

Como pano de fundo refira-se que, após Sidónio Pais e até 1926, se multiplicaram as conspirações visando o afastamento do Partido Democrático do poder. Em 1926, a par da instabilidade política e social, pretendia-se uma reorganização da vida política nacional acabando com a hegemonia asfixiante daquele partido e, ao mesmo tempo, resolver um choque cultural que existia entre uma moral pré e pós-guerra, com todas as suas consequências morais, culturais e estéticas. A este propósito A.H. de Oliveira Marques, numa análise crítica aos dirigentes da Maçonaria, refere que o GOLU, a partir de 1926, se tornou uma elite fechada dentro de um só partido.¹² Simultaneamente, havia quem entendesse que Portugal devia equacionar uma mudança de estrutura económica para fazer face à falta de modernidade do tecido empresarial, à falta de capitais ou à manutenção de formas de produção obsoletas. Acrescente-se ainda mais o papel simultaneamente negativo de monárquicos e de “videirinhos republicanos” no desgaste das instituições republicanas. É também neste sentido que, nas vésperas do 28 de Maio, José Domingos dos Santos referia ser o Partido Democrático uma “agência de negócios”, prejudicando o país pela hegemonização da vida política nacional. Na realidade, o Partido Democrático, dirigido por António Maria da Silva, tornara-se um partido imobilista, pesado, dominando o sistema político. É o poder dos “bonzos”¹³ que irá ser contestado.

Existindo uma relação estreita entre o 28 de Maio e as insurreições de 18 de Abril e 19 de Julho de 1925, o golpe cimenta-se numa ideia de autoridade necessária para o país. Algumas vozes alertavam por diversos meios para os perigos de um regime ditatorial, fosse em conferências, fosse na imprensa escrita. Várias vezes Raul

¹¹ “Estado (O) e a Igreja” in *A Capital*, 10 de março de 1926. O Grémio Acácia era a versão profana da Loja Acácia;

¹² ANTUNES, José Freire, *Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Ed. Oficina do Livro, 2004, p. 552 citando A. H. de Oliveira Marques;

¹³ Os “bonzos” são considerados a direita política do PRP, opondo-se aos “canhotos”, a ala esquerda daquele partido;

Proença alertara os protagonistas políticos para os perigos de um regime autoritário que se posicionasse contra a corrupção, a indisciplina partidária ou a ditadura de um só partido, ou simplesmente de ignorar um conjunto de ideias em ascensão na Europa. Era o perigo de se desenvolverem “os fascismos nacionais, germes de outros tantos imperialismos, o choque destes vários imperialismos, exasperados e megalómanos, daria no futuro a guerra maior que o mundo ainda viu”.¹⁴ O mesmo Raul Proença alertava para a distinção entre autoridade e autoritarismo, e se a primeira se afigurava necessária para muitos republicanos e maçons, a segunda era um caminho desaconselhável de experimentar. Por seu lado, a Loja Liberdade, de Lisboa, num documento com data de 21 de outubro de 1925, discutido em sessão de 3 de novembro, refere que

“tanto do ponto de vista interno, como no seu aspecto externo, a situação do nosso País não pode, infelizmente ser mais melindrosa e difícil (...). A República, é enfraquecida e desmoralizada pela pulverização dos partidos e, principalmente, pela imoralidade dos processos políticos e pelos escândalos da sua administração (...)”.¹⁵

Num texto de maio de 1977, da autoria de Manuel Camacho Botica, recordando os acontecimentos de maio de 1926, podemos ler:

“cheguei de Itália no dia 20. Encontrei em Lisboa uma atmosfera de ingenuidade e estupidez. No antigo café Madrid, na Rua 1º de Dezembro, atrevi-me a chamar á atenção dos meus amigos republicanos para o perigo de darem ajuda ao movimento militar iminente (...). Com o Dr. José Domingos dos Santos (...) conversei vezes sem conta sobre aquele perigo, mas ele sorria-me e dizia nada haver a reear (...). Fomos procurar o Comandante Cabeçadas ao Ministério do Interior. Vinha a descer as escadas do Ministério, acompanhado, creio eu, do irmão e mais dois senhores. Contamos-lhe o que se estava a passar e que o general Gomes da Costa queria o poder dentro de horas. (...) O Comandante Cabeçadas pondo-me a mão no ombro paternalmente disse-me: vão-se deitar sossegados, nada disso acontecerá e eu vou também dormir (...)”.¹⁶

José Mendes Cabeçadas, iniciado na Loja Pureza, de Lisboa, era um republicano que se identificava com o bloco conservador, insatisfeito com a evolução política do país durante a I República, o que o leva a protagonizar uma tentativa de golpe militar em 1925. Claramente subestimada a força do bloco conservador, numa República habituada a golpes de Estado, revoltas e mudanças de governo, as reações foram

¹⁴ REIS, António, *Raul Proença – estudo e antologia*, col. Testemunhos Contemporâneos, Lisboa, Ed. Alfa, 1989, p. 142;

¹⁵ *Processo da Loja Liberdade*, de Lisboa – *correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁶ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

titubeantes e sem convicção. Por isso, não é de estranhar que em 1928 a Loja Lealdade, de Lisboa, depois de aconselhar a cerrar fileiras contra a Ditadura, pedia para que os maçons

“pusessem os olhos no campo político e vissem como as scisões dos partidos, como as desavenças entre as suas mais prestigiosas figuras, tinham contribuído para o enfraquecimento do regimem e para pôr a República nas mãos de quem não verteu por ela uma só gota de sangue, de quem não gastou por ela o mais curto minuto da sua vida”.¹⁷

Era um apelo que não iria colher o devido eco no interior da Maçonaria, ainda que já desde os primeiros anos da República algumas Lojas alertassem contra o radicalismo de certas posições ou para os oportunismos políticos, alertas que já vinham muito detrás, sendo de referir a este propósito a Loja Trabalho, do Funchal, que em 1914 fazia um apelo a todos os que “acima dos interesses particulares dos partidos põem os interesses supremos da Pátria”, ou àqueles que não tivessem “compromissos de facção”, apelando à prática de um cimento comum que unisse os portugueses e identificado na educação cívica. Paradoxalmente, no mesmo comunicado, apela a que as Lojas escolham os candidatos partidários em quem votar e neles concentrem os seus votos. É uma das muitas contradições que hoje encontramos e às quais juntavam propostas de alterações legislativas e institucionais como a revisão da lei eleitoral, propondo o voto obrigatório, a concessão de uma completa autonomia para as colónias, a modificação da lei da greve, a revisão da lei de imprensa, estendendo-a às colónias, o fomento de seguros agrícolas e ainda a instituição de um salário mínimo, entre muitas outras propostas. No mesmo sentido, com nítidas preocupações quanto à imagem da Maçonaria e à eficácia da sua ação, assim como aos conflitos partidários, a Loja A Sementeira, de Lisboa, num documento não datado, decidia:

“pranchar todas as Off.: da Obed.: pedindo-lhes (...) que todos os Ilr.: façam a mais intensa propaganda pelo exemplo, pela penna e pela palavra no sentido de se conseguir a conciliação entre todos os patriotas, a fim de que a Pátria e a República não sofram os funestos resultados das rivalidades políticas como se tem desenvolvido nos últimos tempos (...)”.¹⁸

No mesmo sentido, é o apelo inserto num folheto editado pela Loja Liberdade, nas vésperas da Ditadura e com data de outubro de 1925:

“nomeai entre vós, pelos mais competentes, que os há nesta Augusta Ordem como em nenhuma outra agremiação, comissões que se encarreguem de estudar e seguir

¹⁷ *Processo da Loja Lealdade, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁸ *Fundo Maçonaria Portuguesa (1883-1935)*, reservados, caixa 1, Biblioteca Nacional;

os mais importantes problemas da administração pública e, assim, possam com o salutar apoio da Maçonaria, imprimir-lhes aquela orientação que mais convenha aos interesses da Pátria e da República. (...) Maçons e liberais de Portugal: defendei a República (...), menos contra os monárquicos convictos e honestos do que contra os maus e falsos republicanos que a esta ignomínia arrastaram a República”.¹⁹

É, no entanto, um apelo que parece surtir pouco efeito, já que em 1933, com data de 25 de fevereiro, a Loja Seara de Luz, replicando uma das conclusões da reunião da Associação Maçónica Internacional, sentia a necessidade de lembrar que a ação da Maçonaria era universal e “sobrepondo-se à política e aos partidos”.²⁰ A própria Loja Acácia, de Lisboa, numa comunicação com data de 30 de abril de 1920, exortara os republicanos para vencerem a crise vivida pela República, chegando mesmo a propor a criação de uma Liga de Ressurgimento Nacional como forma de

“combater a anarquia que lavra na sociedade portuguesa (...), aconselhar o trabalho como meio de regeneração nacional (...), compelir as classes detentoras de riqueza a limitarem os seus lucros a um ganho justo e proporcional ao capital empregado”

e, por fim,

“conseguir para as classes trabalhadoras uma remuneração condigna e proporcional ao trabalho despendido, de forma a dar-lhes aquilo a que teem direito como criadoras da riqueza”.²¹

Em 1926 e nas vésperas do 28 de Maio, enquanto a Loja Vitória, do Porto, editava *Maçons Ilustres na Franco-Maçonaria*, de Gonçalo de Moura, ou a Loja Luz e Vida, também do Porto, discutia a questão dos monopólios, a que não é estranha a proximidade de alguns maçons desta Loja ao movimento anarco-sindicalista portuense na indústria fosforeira, a Loja Acácia, de Lisboa, alertava outras Lojas da Obediência para a perigosidade de um golpe militar como o que ocorreu e para a cumplicidade de muitos maçons para com esse golpe. Por isso, decidirá adormecer temporariamente. Ao mesmo tempo, quando do golpe de 28 de Maio, os médios e grandes interesses económicos assumiram o seu apoio à Ditadura. O mesmo se passou com um grande bloco constituído por pequenos industriais e comerciantes, afetados pela instabilidade social e económica, e uma parte da pequena burguesia urbana, atingida pela inflação. A par destes sectores e ao longo da vigência da I República, o operariado não foi bem tratado pelos políticos republicanos, verificando-se uma crescente tensão que vem da monarquia e que não termina em 1926.

¹⁹ *Processo da Loja Liberdade, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²⁰ *Fundo Maçonaria Portuguesa (1883-1935)*, reservados, caixa 4, Biblioteca Nacional;

²¹ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Por outro lado, a figura emergente do momento, Gomes da Costa, é a expressão da ingenuidade de alguém que desencadeia acontecimentos dos quais rapidamente perde o controle. Viveu quarenta e dois dias de poder até ser deportado para os Açores por não ter contado com a influência de monárquicos, integralistas, católicos conservadores ou militares fascinados pelas ideias de Primo de Rivera, em Espanha, ou de Benito Mussolini, em Itália. Exilado em Angra do Heroísmo, é feito marechal em setembro de 1926, regressando a Lisboa em 1927 e vindo a falecer em 1929. Após a sua morte a Ditadura encarregar-se-á da sua glorificação em termos de propaganda, tendo falecido pobre e cheio de amargura para com Carmona e Salazar que, com tom paternalista, dizia ter tido interessantes conversas com ele antes da sua morte. Marcelo Caetano define Gomes da Costa de forma algo desconsiderada e até simplista, como sendo um homem culto, mas que fora sempre

“(…) um pouco aventureiro, com muita fantasia na imaginação, preenchendo as horas de ócio a escrever ou a pintar. Na sua conversa as considerações sérias eram entremeadas de ditos maliciosos, remoques irónicos, piadas de caserna, quando não surgia alguma graça pesada ou algum palavrão sonoro. Com a idade começou a ter lapsos frequentes de memória. E guindado pela Revolução à chefia do Estado e do governo viu-se de repente envolvido em problemas para que não estava preparado, juntando à ignorância dos negócios públicos uma grande ingenuidade política (…).”²²

Mas não é preciso afastar-nos de 1926 para ver que um sector profundamente conservador não olhava de forma positiva para Gomes da Costa, exceptuando o uso do seu nome como bandeira. Leopoldo Nunes, um escritor fortemente conotado com a Ditadura e o catolicismo, escreve que

“a Nação compreendeu, nos primeiros dias de julho de 1926, que não havia uma diretriz governamental, e que a ação do General Gomes da Costa, subordinada aos seus impulsos naturais e irreprimíveis, não era conforme as exigências do momento político (…).”²³

No outro extremo ideológico também se podia ler nas páginas de *A Batalha*²⁴ que

“(…) um general louco atacado de loucura caseira, manejado por reacionários monárquicos (...), mascara a sua arremetida com a afirmação duma república que os militares-políticos mais de que ninguém emporcalharam (…).”²⁵

²² CAETANO, Marcelo, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Ed. Verbo, 2006, p. 471;

²³ NUNES, Leopoldo, *A Ditadura Militar*, Lisboa, s. ed., 1928, p. 84;

²⁴ Quando nos referimos ao jornal *A Batalha* estamos a referir-nos ao diário anarquista e anarco-sindicalista com esse nome, porta voz da Organização Operária Portuguesa e propriedade da União Operária Nacional, mais tarde Confederação Geral do Trabalho, publicado diariamente entre 23 de fevereiro de 1919 e 26 de maio de 1927, e de forma episódica posteriormente. Outros periódicos usaram este título ou similar, alguns até de feição política contrária;

Nesta altura, uma parte da Maçonaria e da direita republicana via com bons olhos o golpe de 28 de Maio, até porque o próprio Gomes da Costa dizia não querer a ditadura militar, ao mesmo tempo que lembrava ter a seu lado Mendes Cabeçadas. Aliás, o 28 de Maio é protagonizado por uma mistura política incoerente de monárquicos, integralistas, antigos sidonistas, membros do Partido Radical, republicanos convictos e destes alguns maçons. A este propósito Fernando Rosas fala de um republicanismo conservador instrumentalizado pelas forças da direita antiliberal.²⁶ Apesar disso, neste contexto, é de salientar o facto de a Ditadura Militar ter tido o cuidado de evitar que a sua ação pudesse ser interpretada como um sinal no sentido de ser restaurada a monarquia, pese embora a esperança mantida pelos monárquicos, como de resto assinala José Medeiros Ferreira citando Oliveira Marques.²⁷ É ainda Medeiros Ferreira quem sublinha o facto de que a rebelião se fizera contra a “corrupção” e a degradação do sistema político e não contra as instituições republicanas, e ainda o facto de a Constituição de 1911 ter sido mantida. Prova da frente política que referimos é a posição da Loja Renascença, de Lisboa, que a 1 de julho de 1926, escreve que:

“apreciou (...) na sua última sessão a situação política actual e manifestou a descrença de que possam ser realizados os anunciados objectivos da revolução militar, em virtude dos diferentes factos que apontamos a seguir: a falta de competência dos homens chamados ao poder, confessada por vezes por eles próprios e a substituição de comandos e de autoridades por alguns indivíduos que nem sempre possuem sequer uma moral isenta de vícios, são factos que têm de pesar na consciência dos que, não movidos pelo ódio, mas norteados pelo bem da Pátria, pretendem ver realizada a parcela d’aquele grande trabalho que tem de ser levado a cabo para que o nosso Paiz seja aquilo a que tem jus, pelo que vale e pelo que foi. Há quasi um mês que triunfaram os homens que se propunham modificar o curso dos negócios públicos, tempo mais que suficiente para que se na verdade o movimento tivesse como intuito uma administração sã e a abolição de vários processos, por todos condenados, se tivessem já elaborado os decretos que marcassem uma orientação definida, um querer, uma idea, um plano (...)”.

E mais adiante:

“não pode a Maçonaria abster-se de pensar na situação que sucederá á actual. Não podem os destinos de Portugal voltar ás mãos d’aqueles que os dirigiam antes da

²⁵ “Proclamação” in *A Batalha - suplemento ao nº 2313*, 17 de junho de 1926;

²⁶ ROSAS, Fernando, *Os Quatros Regimes* in ROSAS, Fernando, LOUÇÁ, Francisco, LOPES, João Teixeira, PENICHE, Andrea, TRINDADE, Luís, CARDINA, Miguel, *O século XX portugueses: política, economia, sociedade, cultura, império*, Lisboa, Edições Tinta da China Lda, 2020, p. 28;

²⁷ FERREIRA, José Medeiros, *Da Ditadura Militar à Ditadura Civil (1926-1933) in Nova História Militar de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2004, p. 292;

última revolta (...). A falência do actual governo não pode vir a ser uma vitória para os partidos políticos, porque isso o exige o bem de todos, o nosso muito patriotismo, a nossa ancia por um Portugal próspero e forte (...). É necessário afirmar que nos partidos militam muitos homens que se impõem ao nosso respeito pela firmeza tantas vezes demonstrada como defendem o ideal republicano (...).²⁸

Acrescenta ainda a Loja Renascença que os partidos se revelam organismos cansados e que precisam de repouso, algo que é contrário à posição da grande maioria das Lojas do Grande Oriente Lusitano Unido, além de que “o bem da Pátria exige que a derrota dos que hoje presidem aos seus destinos, não pode ser a vitória dos partidos políticos”. Veremos mais adiante que a negação do sistema partidário por parte do regime salazarista era baseada numa ideia de unidade, ou de Nação, como era referido, por contraponto ao liberalismo e ao parlamentarismo, onde as formações partidárias eram vistas como divisão e confusão. Aliás, a ideia de anarquia, largamente cultivada pelo regime saído do 28 de Maio, e mais tarde também pelo Estado Novo, identificada com tudo o que tivesse a ver com confronto político ou mudança, não era um exclusivo dos sectores conservadores, antes fazia caminho no seio de uma boa parte da elite cultural da época. Marcelo Caetano, escreverá anos depois, que “em 1926 o sistema parlamentar tornara-se praticamente impossível” e que era necessária “uma reforma profunda do sistema e dos hábitos políticos”.²⁹ Por seu turno, Fernando Pessoa, em 1928, publicava um opúsculo justificando a necessidade de uma Ditadura, com os argumentos de uma latente guerra civil decorrente da forte oposição entre monárquicos e republicanos, da inadequação do constitucionalismo liberal às condições portuguesas e às necessidades de um Estado de transição para o regime adequado ao país e ainda à necessidade de substituir “a base de governo que à opinião pública se revelara incapaz de proporcionar e que já não podia ser proporcionada por uma autoridade ancorada na tradição”.³⁰

O que pode parecer estranho é estas ideias serem por vezes adotadas por algumas Lojas maçónicas, sugerindo o “descanso” aos partidos, mas que são reveladoras das diferentes posições no seio da Maçonaria e do republicanismo, com os defensores do Partido Democrático a quererem ver restaurada a República na sua versão de 1910, se possível sem alterações, e com os seus opositores a dividirem-se entre uma República restaurada e aqueles que pura e simplesmente a rejeitam. É

²⁸ *Processo da Loja Renascença, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²⁹ CAETANO, Marcelo, *Constituições Portuguesas*, 4ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1978, p. 103;

³⁰ CAETANO, Marcelo, *Constituições Portuguesas*, 4ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1978, p. 105, citando Fernando Pessoa em *O Interregno – defesa e justificação da Ditadura Militar em Portugal*, Lisboa, Núcleo de Ação Nacional, 1928;

para defender destes a República que Bernardino Machado delega os seus poderes constitucionais em Mendes Cabeçadas, que se compromete a fazer respeitar a Constituição, apresentando-se como alternativa a Gomes da Costa. É, aliás, a postura da *Seara Nova*, que apoia Mendes Cabeçadas em detrimento de Gomes da Costa.

Estas visões políticas, que são exportadas para o exílio, revelam projetos divergentes no seio da vida política nacional, e tão divergentes que em muitos momentos são mesmo inconciliáveis. A adesão de uma parte dos republicanos ao 28 de Maio, ou a sua não oposição, reside no receio de que se mantivesse ou se retornasse a um clima de instabilidade vivido antes de 1926, e onde a própria oposição republicana em geral não consegue convencer os mais conservadores da bondade dos seus projetos. Na realidade é mais ou menos consensual onde, como refere A. H. de Oliveira Marques, “uma característica geral da vida política portuguesa desde 1910 encontramos-la sem dúvida na instabilidade: parlamentar, presidencial e governamental”, acrescentando que “em dezasseis anos houve sete eleições gerais para o parlamento, oito para a Presidência da República e 45 ministérios”.³¹ Claro que esta instabilidade tinha a ver com a indisciplina partidária, com a oposição de católicos e monárquicos, com os interesses económicos da época e, visto com os olhos de hoje, com o extremar político que qualquer revolução atinge até voltar a um ponto de equilíbrio.

O período posterior ao golpe de 28 de Maio é, no entanto, muito mais complexo do que uma simples revolta militar vitoriosa, que o regime salazarista se esforçou por apresentar de forma ligeira, ou mais ainda, no mito criado de um passeio triunfal de Braga a Lisboa. Ele é o resultado do confronto de duas visões para o próprio golpe: uma de Mendes Cabeçadas, que juntamente com alguns republicanos viam a necessidade de um apaziguamento político, da tal autoridade de que Raul Proença falava e do afastamento do Partido Democrático do poder, e uma outra visão, de um grupo aparentemente liderado por Gomes da Costa, devidamente cercado de forças políticas e religiosas que o tentaram e conseguiram influenciar. Estes dois grupos enfrentaram-se quer no governo, quer na sociedade e irão protagonizar uma luta pelo domínio do outro no interior da Ditadura. O primeiro destes grupos verá com cada vez maior preocupação a ascensão do nacionalismo autoritário e antiparlamentar, vendo desfeitas as suas ilusões de “ditadura passageira” e

³¹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, 13ª edição, Lisboa, Ed. Editorial Presença, 1998, p. 302;

enfraquecendo à medida que as revoltas reviralhistas se tornam mais débeis. O segundo grupo, dirigindo o regime para o autoritarismo, fortalecer-se-á pela conjugação de apoios que obtém. Há, portanto, uma tendência republicana na Ditadura, que será sucessivamente derrotada, primeiro com Mendes Cabeçadas, Gomes da Costa, Ivens Ferraz e Vicente de Freitas,³² depois com a derrota do reviralhismo em 1931, que determina a ascensão de novas chefias militares mais próximas da Ditadura na sua vertente civil e do que futuramente iria ser o Estado Novo. O ascendente desta direita antidemocrática e antiliberal determina alguma flutuação das posições que as Lojas tomam e até, em 1930 e 1931, dos discursos de Norton de Matos, enquanto Grão-Mestre da Maçonaria. De forma continuada afirma-se a ascensão de Salazar, compreendendo-se por isso a desilusão daqueles que viam a Ditadura como algo de conjuntural e que aqui referimos, nomeadamente Norton de Matos e alguns sectores da Maçonaria.

É verdade também que o “passeio” de Gomes da Costa entre Braga e Lisboa, imagem que, a Ditadura militar primeiro e o Estado Novo depois, tentaram passar, foram momentos de contradições e tensões que começam com a movimentação militar ocorrida na noite de 27 para 28 de Maio. Gomes da Costa inicia o seu movimento em Braga, Mendes Cabeçadas em Lisboa. A 1 de junho ocorre em Coimbra uma reunião que tenta compatibilizar estes dois movimentos, que aparentemente resulta, mas que de facto não deixa Gomes da Costa completamente satisfeito. A propósito desta situação, Humberto Delgado refere:

“a guerra fria entre Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas começava. Este ordenou a libertação de alguns eminentes presos políticos detidos no Entroncamento; Gomes da Costa deu contra-ordem. E ao mesmo tempo decidiu marchar sobre Lisboa e telefonar às unidades da capital para as informar que o governo de Lisboa tinha a sua inteira confiança”.³³

Dias depois, a 12 de junho de 1926, Gomes da Costa inicia novo movimento militar com vista a afastar Mendes Cabeçadas, que ainda tentou resistir, mas onde foi notória a sua falta de apoios e que leva ao seu afastamento da presidência do Ministério. Recordemos também que, em Braga, decorria o Congresso Mariano quando do arranque da marcha de Gomes da Costa em direção a Lisboa, três dias de cerimónias religiosas que reuniam os nomes mais significativos da Igreja

³² FERREIRA, José Medeiros, *Da Ditadura Militar à Ditadura Civil (1926-1933) in Nova História Militar de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2004, p. 292;

³³ DELGADO, Iva, *Memórias de Humberto Delgado*, 4ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1991, p. 65;

portuguesa.³⁴ Esta apresentava um conjunto de reivindicações com as quais Gomes da Costa se comprometeu e que é bem expressa na imprensa próxima dos meios católicos, nomeadamente dos jornais *Novidades* e *A Voz*. Gomes da Costa foi sendo paulatinamente cercado de conselheiros próximos dos sectores mais radicalizados da Igreja, como o padre Sousa Peres, sob influência do bispo de Braga D. Manuel Vieira de Matos. Não foi, no entanto, a única organização a fazê-lo. A personalidade de Gomes da Costa levou a que todas as forças políticas fizessem o mesmo. A Igreja, que contestava a Lei da Separação do Estado das Igrejas, passa a estar representada no Governo o que agitou os meios anticlericais e a Maçonaria, numa linguagem que não está desajustada no tempo, ao contrário do que acontecerá anos mais tarde nas décadas de quarenta e cinquenta, mas fruto de um ambiente, que se prolonga até 1933, e que justifica o teor de muitas cartas, trabalhos maçónicos em Loja ou simplesmente intervenções dos dirigentes da Maçonaria e que podemos encontrar nos Arquivos e na imprensa próxima da Maçonaria. Num “convite”, com data de 1929, saído das fileiras republicanas e que é exemplo desse exacerbar de paixões políticas, pode ler-se que:

“os reaccionários, capitaneados pelo Oliveira Salazar, exigem que o santo integralista Manuel Cerejeira seja recebido pelo governo da República na gare do Rossio, que o mulherio ajoelhe à sua passagem nas ruas de Lisboa e que a Nação demonstre, em parada a sua subserviência perante Roma e o Catolicismo. (...) Que o povo cumpra o seu dever (...). No dia da chegada de Cerejeira (...) o povo republicano, em especial aquele que compareceu nos funerais de Magalhães Lima e de António José de Almeida, deve, em massa, acolher na estação do Rossio e no percurso para a Sé tão ínclito sujeito e os seus comparsas. Que todos, munidos de apitos, manifestem o seu protesto. O povo republicano não pode consentir que os jesuítas e os lazaristas tomem conta da capital da República e que o Cerejeira seja recebido com honras de Chefe de Estado, como impõe o Salazar”.³⁵

É uma fase bastante ativa da Oposição, e da Maçonaria em particular, que não deixa de se mostrar dividida entre os que preferiam o derrube da Ditadura através de um golpe militar e os que defendiam uma política de transição e de diálogo com o regime, algo que vemos plasmado na correspondência das Lojas. Daí que vejamos alguns maçons a aderir ao regime ou simplesmente a dialogar com este, sendo a existência ou não deste “diálogo” aquilo que predominantemente separa a direita da esquerda republicanas. Uma referência a este propósito para a ação de Bernardino

³⁴ Iniciativa distinta do Congresso Nacional do Apostolado da Oração, dito de Congresso Católico, que decorreu também em Braga, mas entre 8 e 13 de julho de 1930;

³⁵ Arquivo PIDE/DGS/propaganda apreendida/convite por um grupo de liberais e republicanos/PT/TT/PIDE 001/00312, Arquivo Nacional da Torre do Tombo;

Machado, nome respeitado na Maçonaria, sendo muito interessante uma carta de António Sérgio dirigida a Bernardino Machado, com data de agosto de 1929, onde Sérgio escreve que se

“avoluma a onda anti-clerical. Peço a V^a Ex^a que faça ver àqueles que se lhe dirigem nesse sentido e à Maçonaria, a conveniência de favorecer o desenvolvimento do protestantismo no País (...) que é um meio verdadeiramente eficaz de tirar aos clericais toda a força política”.³⁶

Desconhece-se a resposta ou a ação de Bernardino Machado aos apelos de António Sérgio, mas o que é um facto é que em 1929 e 1930 a Maçonaria reforçou nos seus debates internos a abordagem do confronto com a Igreja, e esta, por sua vez, aumentou os ataques à Maçonaria e a defesa da Ditadura. Nesta questão é ainda de referir o nome de Manuel Rodrigues Júnior,³⁷ que virá a aderir à direita católica, sendo nomeado Ministro da Justiça e dos Cultos após o golpe de 1926. Apesar disso, a sua ação não agradou a essa Direita e à Igreja, sendo bastante contestado por esta, já que não eram satisfeitas grande parte das suas reivindicações. Virá a demitir-se em abril de 1928, regressando a funções governativas em 1932, nas quais se manterá até 1940, altura em que publica um artigo no jornal *O Século*, com o título “O homem que passou” onde critica a hipótese de Salazar se eternizar no poder, acabando por ser afastado por uma remodelação governamental.

É neste contexto que também se explicam os avanços e recuos de Salazar na sua posição de integrar ou não os governos da época. Foi uma estratégia pensada de forma a ir ganhando paulatinamente o poder, afirmando crescentemente a sua influência, ao mesmo tempo que garantia a alguns, nomeadamente à Igreja, que não adotaria medidas que contrariassem as conquistas entretanto alcançadas nos últimos anos. As forças mais radicais ganhavam coragem para combater abertamente a República. Os monárquicos afirmavam que “o problema político português só pode ter solução cabal e definitiva no restabelecimento da Monarquia, em harmonia com a tradição nacional”. Alfredo Pimenta, arreigado conservador, afirmava mesmo que “o que é preciso é dominar, destruir o liberalismo, a democracia, o cacique, a superstição do voto”.³⁸

Por esta altura a Loja Renascença, de Lisboa, emite um documento onde refere que

³⁶ *Fundo DBG Documentos Bernardino Machado*, pasta 070020.092, Fundação Mário Soares;

³⁷ Alguns documentos consultados referem que teria sido iniciado na Maçonaria, no entanto o seu nome não consta nos arquivos maçónicos;

³⁸ MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2006, pp. 23 e 25;

“padece Portugal, neste momento (...) da febre mediterrânica de ditaduras. Todas as liberdades foram abolidas; e todas as reacções, da religiosa á plutocrática, se exercem sem resguardo e sem limite”, ainda que “a cada eclipse da liberdade sempre correspondeu a viva actividade maçónica. A todo o recrudescimento do assédio ultramontano, centuplicou a acção do admirável organismo, onde, com honra nos encontramos filiados”.

E continua sublinhando as motivações e a vontade de contrapor à Ditadura os seus valores: “as horas de triunfo da Maçonaria são as horas da luta emancipadora das consciências e dos espíritos”.³⁹

Ao mesmo tempo, as forças mais conservadoras acusavam frequentemente a Maçonaria de possuir um pendor internacionalista. Se é certo que tendo um pendor universalista estruturante, a verdade é que a Maçonaria portuguesa era profundamente patriótica, radicando as razões numa das vias do republicanismo português, mais nacionalista, a par da linha federalista, que aliás era defendida por Sebastião de Magalhães Lima, mas que tinha ficado irremediavelmente diminuída após o 31 de Janeiro de 1891. Não era verdade, pois, que a Maçonaria portuguesa preterisse esse pendor nacionalista como se comprova nos escritos sobre as colónias ou sobre os heróis, ou ainda no que se refere às datas comemorativas que os republicanos e a Maçonaria assinalavam. Apesar de tudo, o Estado Novo vai reivindicar uma herança que não era sua, construindo em volta dela uma roupagem de um nacionalismo isolacionista, ao contrário da I República, sendo que as Lojas, até à ilegalização da Maçonaria, mantinham próxima a recente herança republicana. De entre as diversas Lojas que conservam essa herança da I República destaca-se a Loja Luz e Vida, do Porto, com as diferentes cerimónias que realiza de homenagem aos combatentes da Grande Guerra, a construção de monumentos alusivos ao espírito nacional e as conferências que realiza, em vários anos, na data de 1 de Dezembro, data que aliás o Conselho da Ordem motiva à comemoração e da qual, anos mais tarde, as forças conservadoras se apropriam.

Apesar das dificuldades está presente uma vontade de oposição à Ditadura. A Circular nº 27 de 27 de fevereiro de 1928 faz um conjunto de perguntas que são por si só uma tomada de posição:

“vigora ainda o regímen de eleição proclamado há 18 anos, do alto das barricadas da Rotunda? (...) É a Liberdade que acolhe sob o seu vasto manto todos os sedentos de Justiça e de Progresso? É o glorioso exército português, é a audaz

³⁹ *Processo da Loja Renascença, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

marinha de guerra que vela (...) a arca santa das liberdades populares? É a imprensa livre a tribuna aberta (...) da Paz, da Igualdade e da Fraternidade? Não quer o Cons.: da Ord.: dar resposta a essas perguntas. Que respondam os presos, os deportados, os perseguidos encurralados nas masmorras de Monsanto, da Penitenciária e dos presídios inóspitos do Ultramar. Que respondam os defensores da liberdade, os espoliados de todos os direitos (...). E a resposta a essas perguntas será ainda a melhor maneira de se comemorar este triste 18º aniversário da comemoração da República. E a resposta a estas perguntas será ainda o melhor meio de todos os maçons refletirem na tremenda lição dos factos, avigorando-lhes mais forte o sentimento de solidariedade que é a base da nossa Aug.: Ord.: “⁴⁰

Gradualmente vamos assistindo à perseguição mais ou menos clara de republicanos e a saneamentos quer nos meios militares, quer de funcionários públicos.

2 - A vida interna da Maçonaria nos primeiros anos após o 28 de Maio

O ano de 1926, na Maçonaria portuguesa, é marcado pela quase total reunião da família maçónica, separada desde a cisão de 1914, quando o Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito⁴¹ decidiu separar-se do GOLU, passando a atuar através do Grémio Luso Escocês, como constava do artigo 60º da sua Constituição, promulgada através do decreto nº 15, de 12 de Fevereiro de 1915. Foi uma cisão que tinha por base divergências políticas, ainda que justificadas com questões de ordem ritual. A. H. de Oliveira Marques refere que, em abril de 1926, após a reunião, num processo difícil e moroso, a Maçonaria portuguesa possuía no continente quase tantas Oficinas quantas tinha em 1909, imediatamente antes da proclamação da República, o que se revela relativamente positivo.⁴² Ainda assim, nem todos os maçons aceitaram de bom grado esta união, como refere a Loja Lealdade, de Lisboa, num escrito de 1928, ou a Loja Aliança, também nesse ano, ou outras intervenções de alguns membros do Grémio Luso-Escocês.

⁴⁰ *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, nº 9 e 10, setembro e outubro, ano de 1928, Ed. Grande Oriente Lusitano Unido, 1928, pp. 5 e 6;

⁴¹ De designação completa Supremo Conselho do 33º Grau do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal seus Domínios e Jurisdição, cuja designação atual é Supremo Conselho dos Grandes Inspectores Gerais do 33º Grau do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e sua Jurisdição e que passaremos a designar resumidamente por Supremo Conselho;

⁴² MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaio de Maçonaria*, Lisboa, Ed. Quetzal Editores, 1988, p. 68;

A sede inicial desta nova Obediência situava-se na Rua de S. Pedro de Alcântara, em Lisboa, passando, quando ela própria se cindiu por não concordar com a reunificação, em 1926, a localizar-se em casa de Ferreira de Castro, na Rua do Possolo 22 e, em 1927, na Rua Luz Soriano 67 – 1º, também em Lisboa, onde se manteve até ao fim da sua existência⁴³ mantendo, no entanto as suas instalações na Rua de S. Pedro de Alcântara. Sendo verdade que, em 1926, o grosso dos membros do Supremo Conselho afeto ao Grémio Luso-Escocês se decidiu juntar de novo ao Grande Oriente Lusitano Unido, trazendo consigo as suas Lojas, é igualmente verdade que a união não se concretizou na totalidade, já que uma parte do grupo inicialmente dissidente assim se manteve até 1935, já só possuindo no seu seio nos últimos anos uma Loja, a Aliança, que tinha saído do GOLU em 1928. De referir a Loja Pureza, uma das mais antigas e importantes à época, que foi das últimas a reingressar no Grande Oriente e que conseguiu manter a sua existência durante grande parte da clandestinidade, referindo A. H. de Oliveira Marques que ainda existia em 1945.⁴⁴ Nesta conjuntura, o Grémio Luso Escocês chega a alterar o seu nome para Sociedade Portuguesa de Instrução e Educação, ainda que no meio maçónico continue sempre a ser conhecido por Grémio Luso-Escocês, com estatutos aprovados por alvará do Governo Civil de Lisboa 7 de junho de 1927 e 29 de maio de 1928,⁴⁵ havendo registo de diversas atividades por si realizadas. Um documento da Loja Revoltar, de Almada, por exemplo, dá conta, em 21 de janeiro de 1935, da realização de uma conferência no Grémio Luso-Escocês subordinada ao tema *A Maçonaria e a Revolução Social*, proferida por Alfredo Zuzarte Cortesão Casimiro. Durante o período em que o Palácio Maçónico esteve encerrado foram realizadas algumas reuniões no Grémio Luso-Escocês/Sociedade Portuguesa de Instrução e Educação, quer de Lojas, quer da Grande Dieta do GOLU. Também sobre o Grémio Luso-Escocês ocorreu uma pressão por parte das autoridades que levou a sua inatividade primeiro, e à sua extinção depois, formalmente em 1951.

A existência de um único Supremo Conselho era um desejo da maior parte dos maçons. Diz o Decreto nº 89 de 8 de Março de 1926, oriundo do Supremo Conselho

⁴³ De qualquer das formas foram mantidas as instalações da Rua de S. Pedro de Alcântara 45 – 1º Dto, hoje número 55, já que o GOLU as utilizou em 1930 e 1932, havendo no Arquivo do Grande Oriente Lusitano um contrato de arrendamento com data de março de 1932;

⁴⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986, p.1173;

⁴⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986, p.711;

e que deu corpo à união maçónica, facto aproveitado para o rejuvenescimento daquela Potência:

“nós João Carlos Alberto da Costa Gomes, 33.: Sob.: Gr.: Logar-Tenente do Sup.: Cons.: do 33.: Gr.: do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal seus Domínios e Jurisdição, exercendo as funções de Sob.: Gr.: Com.: fazemos saber ao Povo maçónico e a todas as CCam.: , LLoj.: , e TTriang.: da nossa obediência, que hoje 8 de Março de 1926, pelas 13 horas, reuniram em uma das salas da Camara Municipal de Lisboa, os representantes do Sup.: Cons.: do 33.: Gr.: , João Carlos Alberto da Costa Gomes, Januário de Almeida Júnior e Manuel de Souza da Camara, com os representantes do Gr.: Or.: Lus.: Un.: Dr. Sebastião de Magalhães Lima, António Augusto da Veiga e Sousa e José Afonso Costa Junior e acordaram ractificar as clausulas para a união da Família Maçónica Portuguesa aprovadas pelo Gr.: Or.: Lus.: Un.: em sessão da sua Gr.: Dieta de 3 de Dezembro de 1925 e pelo Sup.: Cons.: do 33.: Gr.: em sua sessão plenária de 4 de Janeiro de 1926. Traç.: no Gabinete do Sob.: Gr.: Com.: aos 8 de Março de 1926”.⁴⁶

Seguia-se um acordo contendo oito cláusulas que regulamentava a relação entre as duas estruturas maçónicas.

Não foi uma unidade fácil, conhecendo alguns recuos em 1927, mas que sobreviveu, ainda para mais quando face à conjuntura política a maioria dos maçons considerava essa unidade urgente e imprescindível. Por isso, nas vésperas do golpe de maio de 1926 Magalhães Lima, José Pinheiro de Melo, José Bernardo Ferreira, Luís Godinho, António Maria Pinheiro e José Coelho Oliveira Figueiredo voltam a tomar assento no Supremo Conselho que elege João Carlos da Costa Gomes como Soberano Grande Comendador. De fora deste acordo ficam Ferreira de Castro, João Evangelista Pinto de Magalhães e Carlos José Oliveira,⁴⁷ cuja atividade se estende formalmente até 1951, ainda que após 1935 seja praticamente inexistente. O acordo de reunificação deu origem a uma sessão de congratulação, a 15 de março de 1926, e a duas grandes festas comemorativas, uma em Lisboa e outra no Porto. Na primeira a imprensa refere, com algum exagero face às instalações, que entraram no Palácio mais de mil Obreiros. Na segunda, que incluiu um banquete no Palácio de Cristal, agrupou mais de quinhentos maçons, tendo em ambos os casos estado presentes Magalhães Lima, João Carlos da Costa Gomes e António Augusto Curson. De qualquer das formas o primeiro percalço surgiu em 1927, quando sete

⁴⁶ *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor;

⁴⁷ No grupo que não aderiu à reunificação de 1926 Ferreira de Castro mantém-se como Soberano Grande Comendador até à sua morte, sucedendo-lhe entre 1931 e 1939 João Evangelista Pinto de Magalhães e posteriormente, entre 1939 e 1951, Carlos José Oliveira;

dos membros do Supremo Conselho, que Fernando Marques da Costa⁴⁸ identifica como sendo Manuel Sousa da Câmara, Eduardo Cruz Guimarães, Januário António de Almeida Júnior, Júlio Rodrigues Pinto, Zacarias Gomes Lima, João Carlos da Costa Gomes e Jorge Belmiro de Araújo Regalo rescindem a convenção de reunificação alegando o incumprimento do acordo assinado e, na impossibilidade de constituírem um novo Supremo Conselho, formam um Grande Consistório. Com eles estão as Lojas Camões, Livre Exame, Aliança e Tolerância. Fernando Marques da Costa considera esta cisão sem significado, sendo a atividade deste grupo sem grande impacto no meio maçónico. Daqui decorrem novas eleições no seio do Supremo Conselho, sendo Magalhães Lima de novo reeleito como Soberano Grande Comendador.

Poderíamos aqui levantar a questão de como a Maçonaria recebeu o golpe do 28 de Maio e de como a mudança política teve repercussões sobre a Maçonaria, quer em termos organizativos, quer em matéria de pensamento e produção do Saber. É verdade que, já desde o início da década de vinte, o Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, Sebastião de Magalhães Lima, vinha alertando para alguns desvios políticos e sociais que afectavam o bem estar dos portugueses. Na sua mente deveriam estar, por um lado as dificuldades económicas que afetavam alguns países europeus, Portugal incluído, consequência da I Grande Guerra, e por outro lado a agitação social e política de uma parte muito significativa do operariado nacional, vivendo a inflação, a escassez de bens e as muito difíceis condições de trabalho e de habitação. Numa comunicação de Magalhães Lima à Grande Dieta⁴⁹ do Grande Oriente Lusitano Unido, em 1924, pode ler-se que “posta, porém, de parte a ditadura política, temos de nos precaver contra a ditadura económica e a ditadura financeira, que não são menos prejudiciais nem menos funestas (...)”. Esta era uma época, nas palavras de Sebastião de Magalhães Lima,

“(...) de egoísmo brutal. O homem é para o homem um lobo. (...) Atropelam-se os indivíduos, devorados pela ambição e pelo dinheiro. É indispensável que a nova sociedade se torne pacífica, fraterna e humana, transformando a luta de classes em união de classes e convertendo a desconfiança, que gera a suspeição e a calúnia, em confiança e concórdia (...)”.

E a propósito do papel da Maçonaria portuguesa nessa época, ele deveria ser, em seu entender, o de

⁴⁸ COSTA, Fernando Marques da, *Relações entre Supremos Conselhos do Rito Escocês e Obediências Maçónicas em Portugal 1840-1993*, Lisboa, Ed. Fernando Marques da Costa e Supremo Conselho do REAA para Portugal, 2015, p. 200;

⁴⁹ Órgão legislativo da Maçonaria, reunindo representantes de todas as Lojas;

“(…) contribuir para o ressurgimento moral da nossa sociedade, por todos os meios ao seu alcance – pela conferencia, pelo livro, pelo jornal; procurar evitar a infiltração reaccionária, qualquer que seja o aspecto de que se revista; concorrer para a reforma dos costumes e proclamar, com Michelet, que há três partes na política de um povo: a 1ª educar; a 2ª educar; e a 3ª educar (…)”⁵⁰

Três anos mais tarde, em 1927, também numa mensagem do Grão-Mestre à Grande Dieta, sublinham-se essas dificuldades vividas pelo operariado do tecido industrial de Lisboa, Porto, Setúbal e Barreiro, especialmente.

Considerava Magalhães Lima que as dissensões seriam superáveis desde que se soubesse quem governava, afigurando-se as suas palavras, nos últimos anos da sua vida, como palavras de amargura, pelo desencanto político que lhe causava o destino do país, com as crescentes limitações que a Maçonaria portuguesa conhecia e até com a não concretização de alguns dos seus ideais. Já, em 1923, se podia vislumbrar essa amargura nas palavras que dirigiu à Grande Dieta, onde se pode ler que

“(…) a luta entre a liberdade e a reacção é secular. A favor da primeira empreguei todo o meu vigor físico e o meu melhor esforço moral. Não estou arrependido. Neste sentido dirigi a minha vida política, tendo sempre em vista servir os interesses dos que trabalham, dos que sofrem e dos que são explorados (…)”⁵¹

É verdade que o movimento militar de 28 de Maio não teve repercussões diretas e imediatas sobre a Maçonaria, tanto que a 2 de junho de 1926 Albert Macieira assumia naturalmente a presidência do Conselho da Ordem, apenas se assistindo a uma crescente limitação de movimentos, que se acentua primeiro após 1929 e depois após 1931, e a um tecer de um ambiente propício à proibição da Maçonaria anos mais tarde. Isto não quer dizer que existissem grupos maçónicos que não deixaram de marcar posição ou que alguns maçons tivessem, enquanto republicanos e militares, sofrido perseguições. Se bem que a Maçonaria enquanto instituição nunca tenha assumido uma posição oficial nas revoltas, maçons como Jaime de Morais, José Domingues dos Santos, Nuno Cruz ou Jaime Cortesão são presos logo em 1927, o mesmo acontecendo em 1928 e em junho de 1929, em que são presos Hélder Ribeiro, Sá Cardoso ou Pestana Júnior. Outros são presos posteriormente aos acontecimentos, como foi o caso de António Germano Ribeiro

⁵⁰ *Cartas, comunicações e documentos vários*, comunicação do Grão-Mestre Sebastião de Magalhães Lima à Grande Dieta, Lisboa, 24 de Março de 1924, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

⁵¹ *Cartas, comunicações e documentos vários*, mensagem do Grão-Mestre à Grande Dieta, Lisboa, 21 de Março de 1923. Biblioteca do Grande Oriente Lusitano.

de Carvalho, iniciado na Loja Tâmega, de Chaves, preso em 1930 por ter estado envolvido na revolta de 1928. Mas as Lojas continuam a funcionar e a participar em atos comemorativos de elevado significado político. Por exemplo, em Alenquer, o Triângulo local fez questão em realizar “grandes e deslumbrantes festejos” comemorativos da implantação da República, no dia 5 de Outubro, abrangendo os dias 3, 4 e 5. O mesmo se repetirá nos anos seguintes, incluindo com convites a bandas filarmónicas de outros pontos do país, ou festejos como os de 1929, que decorrem entre 4 e 7 de outubro.

Note-se também que dos chefes do movimento do 28 de Maio, três eram maçons e um viria a ser iniciado pouco tempo depois. Mendes Cabeçadas, que viria a ser desterrado para os Açores, Armando da Gama Ochôa, Jaime Batista e Carlos Vilhena, que várias vezes foi preso durante o Estado Novo, pretendiam principalmente afastar do poder o Partido Democrático, não esperando com isso atingir a Maçonaria, que a partir dessa data viria a conhecer ataques diretos cada vez mais violentos e eficazes. Pode afirmar-se que, em 1926, triunfa o republicanismo conservador, onde pontua Carmona que tem por detrás de si a mão invisível de Sinel de Cordes, monárquico e protagonista durante a década de vinte de várias conspirações contra a República e que reúne à sua volta a direita monárquica, os integralistas e os defensores das posições da Igreja católica. Vive-se uma escalada de tensão política que faz com que se não realize o Congresso Maçónico agendado para abril de 1927.

Em termos de estrutura maçónica, em 1926, o saldo foi positivo, registando-se nesse ano a iniciação, regularização ou filiação de 928 Obreiros, contra a saída de 303. Numa comparação com 1925 o saldo quanto ao número de maçons também se revela positivo, com um acréscimo de mais 625 Obreiros. No entanto, estes valores são enganadores. A motivação de defender a República e especialmente a integração dos Obreiros oriundos do Grémio Luso-Escocês, justificam o aumento dos números e não revelam um abaixamento da atividade geral entretanto ocorrida nessa década e que pode ser comprovada pelo tipo e quantidade de trabalhos produzidos nas Lojas e que chegaram até aos dias de hoje ou pelas continuadas queixas de algumas Lojas face à estrutura dirigente do GOLU. A. H. de Oliveira Marques aponta para 94 Lojas e 25 Triângulos em 1926, que cobriam praticamente todo o território do continente, ilhas e uma parte significativa do espaço colonial.

A Circular nº 5 do Conselho da Ordem, datada de 20 de julho de 1929, aponta também para algum afrouxamento do rigor nas entradas na Maçonaria, nela podendo ler-se que

“não tendo algumas das propostas de Inic.: que ultimamente têm sido remetidas ao Cons.: da Ord.: obedecido a uma rigorosa seleção, somos obrigados a chamar à atenção das OOfic.: para o estrito cumprimento da Const.: e do Regul.: em vigor, no que diz respeito às qualidades que devem possuir os pprof.: que se propõem ser iniciados na nossa Aug.: Ord.:”.

E mais adiante sublinha que

“a todos os MMAç.: compete ter o máximo escrúpulo na escolha dos candidatos, procurando sempre elevar o grau moral e intelectual da Ord.:”.⁵²

Também estes conselhos não eram novos. No Relatório do Conselho da Ordem referente a 1923 pode ler-se que:

“existem, porém, algumas Oficinas que, afigura-se-nos, não querem compreender os inconvenientes e os perigos de um recrutamento sem ordem nem método, pois admitem nos seus templos, com facilidade, profanos que batem á porta guiados apenas por uma vã curiosidade ou por um cálculo interesseiro. A composição dos quadros deve preocupar todas as Oficinas (...)”,⁵³

continuando depois com o conselho de que os membros de cada Loja sejam representativos do corpo social e da necessidade de se renovar constantemente o atrativo das sessões, tornando os trabalhos interessantes.

Esta situação reflete alguma pressa no recrutamento de novos Obreiros, especialmente em 1928 e 1929, de resto incentivada pelo Conselho da Ordem e como resposta à Ditadura, em paralelo com um abaixamento qualitativo dos trabalhos produzidos em Loja na década de vinte, fruto de uma mudança cultural do pós-guerra, da instabilidade política e social, também de alguma instabilidade interna no seio do GOLU e por fim de algumas dificuldades de tesouraria, cujas disponibilidades tinham de responder às necessidades administrativas, às entidades apoiadas pela Maçonaria, nomeadamente a Escola Oficina nº 1 e os Asilos de S. João de Lisboa e do Porto, e ainda a alguns Irmãos presos ou deportados e seus familiares. Esta última situação motiva mesmo a emissão de uma Circular específica sobre este tema, a Circular nº 3 de 12 de julho de 1929, mas ela é na prática uma resposta a uma mensagem do próprio Conselho da Ordem com data de 1927.

⁵² *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁵³ *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, ano de 1924, Ed. Grande Oriente Lusitano Unido, 1924, p. 66;

Talvez por isso, é assumida a preocupação da estrutura dirigente do GOLU em recrutar Obreiros jovens e oriundos do meio estudantil.

Recorde-se que nesse ano de 1927 e sob a forma de mensagem, o Conselho da Ordem sugerira a infiltração dos maçons na burocracia oficial e nos organismos de Estado, procurando conquistar posições de direção, recomendando-se muito especialmente as instituições de instrução e de beneficência.⁵⁴ Não era ao acaso ou uma reminiscência de um passado recente que motivava este conselho. Era sim uma resposta da Maçonaria à crescente importância da Igreja na sociedade e na política, confiante que estava nas mudanças operadas em 28 de maio de 1926.

É nestas medidas que se insere a iniciativa da Loja Companheiros da Paz, de Ponta Delgada, em março de 1931, que depois de se pronunciar contra o ensino religioso em breve a instalar naquela cidade, se propõe criar o Grémio Açoriano, que reuniria os maçons de todas as Lojas dos Açores, algo que não chegou a ser efetivado. São, no entanto, muito significativos os seus artigos 5º e 7º onde se pode ler respetivamente que

“sempre que algum Ob.: das OOfic.: tenha de exercer no mundo prof.: qualquer importante função para o serviço da nossa Aug.: Ord.: se ele fizer parte da lista dos sócios do Grémio Açoriano, deve dele ser eliminado (...) de forma que os pprof.: que, porventura hajam indevidamente tomado conhecimento de que esse Obr.: era maç.: passem a convencer-se, por si próprios do contrário (...).”

“O grémio açoriano deve tratar de ir dando a impressão de que se transformou numa simples associação recreativa e de beneficência e de que, se nele se faz Maç.:, tudo isso acabou”.⁵⁵

Simultaneamente, o Conselho da Ordem sugerira a necessidade de cativar a massa estudantil através da edição de panfletos e jornais, assim como através da realização de conferências. Em Lisboa, Porto e Coimbra esta ação foi particularmente sentida através de múltiplas iniciativas conduzidas pelos Centros Republicanos e pelas Universidades Livres. Era também decidido o apoio à imprensa republicana e liberal e a dinamização do recrutamento de novos Obreiros, direcionado para o professorado, além dos já referidos estudantes. No entanto, sublinhava essa mensagem, toda a publicidade feita no mundo profano deveria ser feita de acordo com as leis vigentes, evitando-se a imprensa clandestina. Alguns

⁵⁴ *Circulares do Conselho da Ordem, Mensagem às Lojas - 1927*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁵⁵ *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor;

cuidados foram introduzidos na vida das Lojas: o cuidado na transmissão da Palavra de Semestre, o facto de muitos documentos passarem a ser assinados apenas com o nome simbólico ou a não existência de quaisquer materiais políticos na sede do Grémio Lusitano. Escrevia o Conselho da Ordem que:

“atendendo a que o espírito da Maçonaria é absolutamente neutro em matéria de política partidária, não devendo por esta mesma razão assumir qualquer atitude de apoio ou hostilidade aos governos, e considerando que a torpeza dos ataques dos nossos tradicionais inimigos permite figurar a hipótese de qualquer ardil seu, empregado para justificar a intervenção policial no Palácio Maçónico, e consequentemente a proibição do funcionamento do Grémio Lusitano, o Conselho da Ordem lembra a todos os maçons que se previnam de maneira a evitar a introdução na sede deste Grémio de qualquer publicação de carácter político e que possa servir de base a ser-nos atribuída responsabilidade”.⁵⁶

Esta chamada de atenção torna-se premente em face da atividade de muitas Lojas. Quando analisamos a correspondência ainda hoje existente ou quando vemos a coincidência de nomes dos dirigentes políticos após 1910, torna-se evidente que o excesso de politização das Lojas foi fatal para a Maçonaria no fatídico ano de 1935. É certo que a força decorrente dessa realidade empurraria a Maçonaria para um maior envolvimento social e político com vista a aplicar na sociedade, através da correspondente legislação, os seus valores e princípios, mas também se tornaria uma arma contra ela.

O ano de 1928 revelou-se como uma sucessão de acontecimentos que começou com a eleição de Jacinto Simões como Conservador Geral de Justiça do GOLU e que viria logo a seguir a ser preso na sequência da chamada “revolta do Castelo”, iniciada na noite de 20 de julho de 1928, à qual de resto se opôs e na sequência da qual foram presos Jaime de Morais, Nuno Cruz e António Augusto Franco, terminando o ano com a morte de Magalhães Lima, em 7 de Dezembro, que nas palavras de António Ventura constituiu a perda de “uma referência”,⁵⁷ sendo então o cargo assumido provisoriamente por António Augusto Curson e, posteriormente, eleito António José de Almeida como Grão-Mestre que, por motivos de saúde, declinou a nomeação, não chegando a tomar posse, vindo a falecer em 1929.

⁵⁶ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 659;

⁵⁷ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 640;

No entanto, a vida interna da Maçonaria portuguesa conhecia dificuldades específicas, o que torna mais compreensíveis as palavras de Magalhães Lima. Nas últimas eleições realizadas antes do falecimento de Magalhães Lima verificou-se a reeleição deste como Grão-Mestre contando, segundo as palavras de António Ventura⁵⁸, com o desinteresse de António Maria da Silva pelo cargo de Grão-Mestre Adjunto, o que levou ao aparecimento de três candidaturas protagonizadas pelo próprio António Maria da Silva e ainda pelo coronel Joaquim Maria de Oliveira Simões e por Veiga e Sousa, este proposto pela Loja Montanha. O Decreto nº 27 de 8 de junho de 1926 anuncia a eleição de Sebastião de Magalhães Lima e Joaquim Maria de Oliveira Simões, respetivamente como Grão-Mestre e Grão-Mestre Adjunto. Uma nota da Grande Dieta, de maio de 1927, dá conta do reduzido interesse deste órgão pela confirmação da eleição, o que origina o Decreto nº 18 de 30 de novembro de 1927 que anula a eleição para o cargo de Grão-Mestre Adjunto por não ter sido validada pela Dieta, o que leva à desistência de Oliveira Simões. Em causa estava uma outra proposta que lançava o nome de Artur Luz d'Almeida ao mesmo cargo, proposta essa assinada por José Costa Júnior, Eduardo Cruz Guimarães, Mateus Aparício, José Ferreira Diniz e João de Freitas Ribeiro. É então que a Loja Acácia propõe o nome de Norton de Matos para o cargo de Grão-Mestre Adjunto, situação que face ao estado de saúde de Magalhães Lima criou sérias dificuldades internas. O Conselho da Ordem, por seu lado, numa mensagem às Lojas, com data de 1927, fala de traições e apela para que as Lojas expurguem os maus maçons, lembrando-lhes a responsabilidade exclusiva pela formação dos seus quadros, que a esta distância tanto pode ser vista como a vontade de uma depuração, como o de desviar de atenções face à situação interna.

Com a morte de Magalhães Lima e estando vago o cargo de Grão-Mestre Adjunto, que até 1926 havia sido ocupado por António Maria da Silva, será escolhido como Grão-Mestre Interino António Augusto Curson, até então Presidente da Grande Dieta. Bernardino Machado, ainda que no exílio, será eleito Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho, cargo que conservará até 1944. Em maio de 1929 serão eleitos Grão-Mestre e Grão-Mestre Adjunto respetivamente António José de Almeida e Joaquim Maria de Oliveira Simões. A escolha de António José de Almeida é relatada numa carta de Silva Raposo dirigida a Simões Raposo nos seguintes termos:

⁵⁸ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 640;

“num dos pretéritos dias, os corpos gerentes da Maçonaria Portuguesa procuraram, em sua casa, o Sr. Dr. António José d’Almeida, a quem comunicaram a sua eleição, por uma grande e honradíssima maioria, para o alto cargo de Grão-Mestre daquela Instituição. O Sr. Dr. António José d’Almeida recebendo humildemente a comunicação mostrou-se deveras sensibilizado, mas observou que, embora com grande acolhimento seu, não lhe era possível tomar posse, porque o seu estado de saúde mais do que precário, melindroso, não lhe permitia (...)”.

A carta termina com a indicação:

“em vista das razões apresentadas pelo Sr. Dr. António José de Almeida, os corpos superiores da Ordem resolveram dar desde já posse ao Grão-Mestre Adjunto ultimamente eleito o Sr. Coronel Dr. Oliveira Simões “.⁵⁹

A não aceitação do cargo devido ao seu precário estado de saúde, por parte de António José de Almeida, determina a posse Oliveira Simões como Grão-Mestre Interino a 31 de maio de 1929, o qual assume como sua primeira tarefa o levantamento de todos os organismos maçónicos então existentes no país, o que nunca se concretizou. O novo Conselho da Ordem seria constituído por José das Costa Pina, Augusto de Matos Cid, Adolfo Jaime Sampaio Luz, João Nunes dos Santos e Inácio Pedro Quintela Emauz. Foi um ano difícil no qual se acentuou o ambiente hostil à Maçonaria, protagonizado com grande destaque pela imprensa católica e com a demissão coletiva do Conselho da Ordem. Mesmo assim, os Livros de Registo do Grande Oriente Lusitano mostram-nos que o número de Iniciações foi significativo e que nasceram novas Lojas em diversos pontos do país. Apesar de tudo, a morte de Magalhães Lima e de António José de Almeida inaugurou um longo período de turbulência interna e divisões que se prolongarão até 1935. Aliás, a morte de Magalhães Lima no final de 1928, de António José de Almeida em 31 de outubro de 1929 e, no mesmo dia, de José Relvas, representa o fim da última esperança de recuperar o espírito de 1910. O país era politicamente republicano, mas via cada vez mais longe os ideais em que se ancorara a Revolução.

A instabilidade vivida no seio do GOLU tinha as suas raízes no ambiente político do país, tendo-se agravado, em abril de 1929, com o assalto ao Palácio Maçónico e o encerramento deste. Uma carta da Loja Ordem e Trabalho, do Porto, refere que:

“a situação política criada no Paiz, tendo levado parte dos nossos Ilr.: a afastarem-se dos ttrab.: por se encontrarem exilados no estrangeiro ou fora do val.: reduziu o

⁵⁹ *Fundo DCD Documentos Carvalho Duarte/Simões Raposo*, pasta 04505.003.005, Fundação Mário Soares;

número de oobr.: a uma falange de perseguidos por diversas formas, alguns se instalando para consolação, nas prisões deste val.: e do de Lisboa“.⁶⁰

Por seu lado, a Revolta do Castelo havia deixado marcas na Maçonaria Portuguesa. Ocorrida no mesmo dia em que se realizava uma “greve geral revolucionária” convocada pelo Comité Nacional dos Ferroviários e pelo Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste, a revolta teve, em primeiro lugar, repercussões morais. O seu fracasso constituiu mais um revés na luta contra a Ditadura, um dos seus objetivos, a par com a reivindicação da afirmação do poder civil sobre o poder militar, do restaurar das liberdades e da libertação dos presos políticos. Mas dela houve também consequências pessoais mais evidentes, como despedimentos e reformas compulsivas ou a prisão e a residência fixa, nomeadamente na Madeira e nos Açores.

Se todos estes acontecimentos destabilizaram o GOLU a verdade é que se juntaram outros menos evidentes, mas não menos importantes. A Loja Simpatia e União, de Lisboa, em 1928, condenava a política do Conselho da Ordem por se imiscuir na questão do Banco Lisboa & Açores, que envolviam Maurício Costa e Ramon Nonato La Féria, considerando que a associação do GOLU com um grupo financeiro trouxera desprestígio para a Ordem. Os conflitos entre o Conselho da Ordem e algumas Lojas que se lhe opunham não acalmaram, mesmo após a invasão do Palácio em 1929. Sendo Ramon Nonato La Féria, então Presidente do Conselho da Ordem, era acusado de uma ação administrativa que causara a ruína financeira, sendo a ação do Conselho da Ordem merecedora de um inquérito interno, já em 1932, através de uma Comissão de Inspeção nomeada para esse fim.

No final dessa década de vinte o Grande Oriente Lusitano Unido suportava então uma pressão que o desagregava e lhe limitava a iniciativa de tomar posições e desencadear ações por antecipação aos acontecimentos. Mantinha, no entanto, os velhos ideais de solidariedade maçónica, que se revelariam fundamentais nos anos seguintes para suportar a dureza da clandestinidade ou superar a falta de solidariedade de muitos que repentinamente se esqueceram que eram maçons. A Circular nº 21 de 6 de Julho de 1928, emitida pelo Conselho da Ordem, refere que:

“(…) há toda a vantagem que as OOfic.: mantenham entre si os mais fortes e estreitos laços de solidariedade e de fraternidade, como base de uma criteriosa acção colectiva em prol dos princípios que norteiam a nossa Aug.: Ord.: (…).⁶¹

⁶⁰ *Processo da Loja Ordem e Trabalho, do Porto – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Nos arquivos encontramos centenas de cartas solicitando apoio para os maçons e suas famílias no período de 1927 a 1935, mas com particular incidência entre 1927 e 1932. Citando uma dessas cartas como exemplo, mas muito semelhante a todas as outras, podemos ler que:

“por um obr.: da nossa Of.: chegou ao conhecimento de que a esposa do Tenente Silvino José de Carvalho, deportado político, com residência fixada pelo governo em Angra do Heroísmo, se vê na mais completa miséria, rodeada de 8 filhos. (...) Cremos que esta senhora (...) é digna de qualquer donativo que lhe possa caber (...)”⁶²

O apelo aos valores maçônicos e à solidariedade voltam a ser expressos em Maio de 1929, quando o Conselho da Ordem afirma que:

“(...) perante as desgraças que teem sucedido a muitos dos nossos Ilr.: demitidos, presos, deportados ou homisiados, enfim perseguidos de qualquer forma pelo governo da ditadura (...), o Cons.: da Ord.: julgou um dever indeclinável e sagrado prestar o auxílio material possível aos OObr.: que as respectivas LLoj.: indicarem como necessitados deles (...)”.⁶³

Recorde-se, a este propósito, a sugestão feita a Salazar por António Cabreira, conde de Lagos e nacional sindicalista, para que expulsasse “de todos os organismos oficiais os elementos afectos ao comunismo e à maçonaria, dois monstros que rugem e manobram”, segundo as suas palavras.⁶⁴ Uma lista existente em arquivo e referente aos maçons presos na penitenciária de Lisboa, em julho de 1927, dá-nos conta de mais de quatro dezenas de nomes.⁶⁵ Note-se que em Outubro de 1928 o Conselho da Ordem solicita de novo às Lojas uma lista dos obreiros do seu quadro que estivessem presos, deportados ou sujeitos a um regime

⁶¹ *Fundo Maçonaria Portuguesa (1883 – 1935)*, reservados, caixa 3, Biblioteca Nacional;

⁶² *Processo da Loja Luz e Vida, do Porto – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁶³ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁶⁴ ANTUNES, José Freire, *Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Ed. Oficina do Livro, 2004, p. 626;

⁶⁵ Nela constam os nomes de Firmino da Silva Rego, José Valente Grijó e Carlos Simões Torres, todos da Loja Liberdade, José januário Ferreira Pinharanda da Loja Solidariedade, António Luís Rodrigues, Frederico Fragoso e Matias José Santos da Loja Montanha, António Augusto Franco da Loja Lusíadas, João Carlos Costa e João Carlos Marques da Loja Simpatia e União, Martiniano Homem de Figueiredo e Bernardo Alves de Seabra, da Loja Redenção, Vítor Castro da Fonseca da Loja Gil Eanes, Frederico Abreu Chagas e Frederico Martins Entrudo Júnior, do Triângulo de Tavira, Adelino Ferreira Mesquita e António Felizardo, da Loja Fernandes Tomás, Martins de Barros e António Afonso, da Loja Acácia, José Ribeiro Lopes, da Loja Lacobriga, António Augusto Ribeiro, da Loja Ordem e Progresso, Basílio Lopes Pereira e Agostinho Ribeiro da Fonseca, do Triângulo de Oliveira de Azeméis, Custódio Cerqueira Moreirinhas, da Loja Luz e Liberdade, Sérgio Ambelino de Azevedo, da Loja Fraternidade, José Mendes Ribeiro, da Loja Vitória, J. Bernardino Aires Pereira, da Loja Tolerância, J. Crisóstomo S. Grade, da Loja Liberdade e União, João Camoesas, da Loja Paz, Artur Henriques Abrantes, da Loja Ordem e progresso, e ainda os Irmãos dados como a coberto Manuel Ferreira Avelar, J. Lopes de Oliveira, Raul Emídio de Carvalho, Manuel Pedro Guerreiro, Domingos Carvalho de Araújo, Augusto Mateus, João E. Mendes Júnior, Luz de Almeida, Daniel Rodrigues, Rafael Ribeiro e António de Carvalho;

de residência fixa, indicando o local onde estavam a cumprir as suas penas, devendo tal pedido ser relacionado com as funções das Comissões de Estudos Profanos, pedido que apesar do momento de crise recolheu uma resposta positiva por parte das Lojas de todo o país. A Circular nº 28 do Conselho da Ordem, com data de 9 de novembro de 1928 apontava para a necessidade de adicionar novos empreendimentos à atividade do Grande Oriente Lusitano Unido, como forma de se opor mais eficazmente à Ditadura. Neste contexto há que destacar os nomes de Afonso Cerqueira, de Álvaro Costa e de António Lourenço da Costa, ativos dinamizadores de ações de oposição ao regime. Sem data, existe no Arquivo do Grande Oriente Lusitano, um quadro, semelhante aos Quadros de Loja, com o título “Vítimas da Dictadura”, que contém quarenta e nove nomes, onde se destacam militares, estudantes, comerciantes, professores e funcionários públicos, entre outros, e que inclui presos, deportados e exilados.⁶⁶

3 - Sente-se alvoraçado o país – instabilidade em Lisboa e no Porto

O golpe de 1926 não significou a paz política e social que uns ambicionavam ou que a historiografia do Estado Novo propagandeou durante anos. A 9 de julho, Sinel de Cordes desencadeia um novo golpe, cuja consequência mais visível é o afastamento de Gomes da Costa da chefia do já segundo governo da Ditadura⁶⁷ e o seu exílio nos Açores. Em dezembro de 1926 já havia novos apelos à revolta. De entre os vários apelos e proclamações então publicados, podemos destacar um dirigido aos marinheiros e publicado em *O Libelo*, onde se pode ler:

⁶⁶ Neste Quadro constam os nomes de Bernardino Machado, Alfredo de Sá Cardoso, Hélder Ribeiro, José Mendes dos Reis, Luís António da Silva Tavares de Carvalho, Jaime Augusto Garcia, Manuel António Correia, José Carlos Lopes da Silva, Francisco Garcia Tereno, Firmino da Silva Rego, José Augusto Alves Velez, Artur Maria Sarmento Rodrigues, Joaquim Videira, Luís Batista da Costa, José Malta, César Augusto de Oliveira Moura Braz, Francisco Assis Ferreira de Abreu, Henrique Pires Monteiro, Mário Ferreira Pimentel, Filipe da Silva Mendes, Francisco Pereira Batalha, Alexandre Lopes Barbas, Carlos Simões Torres, José Valente Grijó, Vasco Augusto Martins, Heliodoro Caldeira, Sebastião Maldonado Centeno, Manuel Batista, José de Jesus Pires, António Maldonado de Freitas, Fausto de Sousa Luz, Amândio de Figueiredo Nunes dos Santos, Virgílio Ferreira Marques, Manuel Maria Murtinheiros, Flávio Santos, João Antunes dos Santos, Firminiano Gonçalves, António Esteves, João Sá de Almeida Santos, Bernardino João Salvador Gracias, António Ramos Moniz de Sá Corte Real, Manuel José Nunes da Silva, Artur Jorge Magos, Armindo Augusto Henriques, Hugo batista Ribeiro, Hoche de Almeida Graça, Armando Martins Paiva, Domingos Augusto Reis Costa e Alberto José Batista;

⁶⁷ O primeiro governo da Ditadura era chefiado por Mendes Cabeçadas e durou entre 30 de maio e 17 de junho de 1926. O segundo governo, chefiado por Gomes da Costa, vigorou entre 17 de junho e 9 de julho de 1926;

“marinheiros de Portugal às Armas! O Povo Português necessita dos teus canhões para reconquistar a Liberdade com tanto sacrifício conquistada: - a Liberdade que lhe foi extorquida por uns salafários, torvamente amotinados desde o calamitoso 28 de Maio! Sabemos que os marinheiros de Portugal estão ansiosos por – de armas na mão – libertarem das mandíbulas dos tiranos o povo, cobardemente traído por uma chusma constelada de vigaristas fardados (...)”.⁶⁸

Era um ambiente social e politicamente crispado. Recorrendo a uma expressão do historiador Fernando Rosas viveu-se em 1927 e 1928 “uma guerra civil larvar”,⁶⁹ com as cidades de Lisboa e Porto a conhecerem durante alguns dias bombardeamentos e trincheiras, sendo disso exemplo a centralíssima Praça da Batalha no Porto, onde tropas situadas em cada topo da Rua de Santa Catarina se enfrentavam e onde algumas fontes da época falam em quase uma centena de mortos e cerca de meio milhar de feridos, para além dos muitos presos e deportados após o esmagamento da revolta, enquanto a população em geral não experimentava nenhuma melhoria nas suas condições de vida. O mesmo poderíamos dizer das zonas do Largo do Rato ou da Rua da Escola Politécnica, em Lisboa. Na revolta lisboeta encontramos o nome de José Mendes dos Reis, da Loja Liberdade, de Lisboa, que, apesar de alinhar pelos revoltosos, havia participado no movimento de 28 de Maio. Encontramos também os nomes do major Viriato Sertório dos Santos Lobo, do major Artur Sangremann Rodrigues, que participara no 5 de Outubro de 1910, do tenente Agatão Lança, que chefiava a revolta em Lisboa, de Carlos Olavo Correia de Azevedo, de Filipe Mendes e ainda de Manuel Cabanas e do almirante D. Luís da Câmara Leme. Reivindicavam os revoltosos o regresso ao parlamentarismo, afirmando mesmo que “raros são os portugueses que não se habituaram já a essa inteira falta de liberdade” e referindo ainda que “as associações liberais, maçõnaria, associações de registo civil e tantas outras, foram reduzidas a uma triste inação”.⁷⁰ Por seu turno, no Algarve os maçons implicados nas revoltas de fevereiro foram o notário Vítor Castro da Fonseca, que integrou a Junta Revolucionária de Faro, Sebastião José da Costa, Frederico António de Abreu Chagas, conservador do Registo Civil de Tavira ou Francisco Martins Entrudo Júnior. Em defesa do regime estavam, entre outros, o capitão Manuel Caetano de Sousa.

⁶⁸ “Marinheiros de Portugal” in *O Libelo*, 12 de dezembro de 1926, Lisboa, 1926;

⁶⁹ MADAÍL, Fernando, *Fernando Valle – um Aristocrata da Esquerda*, Lisboa, Ed. Âncora, 2004, p. 87;

⁷⁰ Carta do General Sousa Dias aos combatentes das revoltas de fevereiro de 1927 in MARQUES, A. H. de Oliveira, *O general Sousa Dias e as revoltas contra a ditadura 1926 – 1931*, Lisboa, Ed. Publicações D. Quixote, 1975, p. 91;

Uma publicação da época,⁷¹ conotada com a Ditadura, chama a estes confrontos “as revoltas dos partidos políticos”, referindo que na revolta do Porto, em 3 de fevereiro de 1927, “lá estavam o comandante Jaime de Morais, o dr. José Domingues dos Santos, esquerdista, o general Sousa Dias, democrático, o dr. Jaime Cortesão, da *Seara Nova*, e o coronel Freiria (...)”. A Maçonaria não tomou uma posição oficial e vamos encontrar maçons num e noutro lado da barricada, mas das revoltas haverá consequências sobre a Maçonaria. No Porto, encontramos pelos revoltosos maçons como o capitão de fragata Jaime Alberto de Castro Morais, os capitães Nuno Cerqueira Machado Cruz, Inácio Severino, Jaime Cortesão ou José Domingues dos Santos. Facilmente identificamos estes nomes com a Maçonaria e, acrescenta-nos o autor de *A Ditadura Militar*, que o quartel general da Ditadura se instalara em Gaia, com o regimento de Artilharia 5 a abrir fogo sobre a cidade do Porto, num “troar contínuo que assombra e causa arrepios (...). As peças, fumegantes não param. É só o tempo indispensável para tirar os envulcros e meter novas balas nas culatras (...)”. Um comboio especial trouxera munições de Lisboa, segundo o autor três mil granadas mais precisamente e, sobre o palco dos confrontos, informa-nos:

“às cinco da tarde ardiam alguns edifícios da batalha. O pânico na cidade era enorme (...)”.

Já em Lisboa, com a revolta a eclodir a 7 de fevereiro, o autor refere que

“travaram-se furiosos e desesperados combates entre os revoltosos e as forças fiéis em vários pontos da cidade, especialmente no rato, onde os primeiros se tinham entrincheirado (...)”,

e mais adiante acrescenta “ordenava-se a prisão de quase duas mil pessoas”, o que nos traduz bem a dimensão destas revoltas.

É certo que nem todas as vontades de oposição significaram correspondentes golpes ou tentativas de golpe militar em relação a um regime que, durante toda a sua existência, de 1926 a 1974, viveu da evocação de um anticomunismo excessivo e da mitificação e distorção de diversos factos históricos, desde a distante criação do reino de Portugal, passando pelos descobrimentos e terminando na I República.

Em Lisboa, diversa correspondência da Loja Acácia, refere a sua participação nas revoltas de 1927 e de 1928 e das conseqüentes dificuldades vividas por alguns dos seus Obreiros e até da própria Loja, em termos administrativos e financeiros.⁷² De entre os muitos que participaram, poderíamos ainda acrescentar outros maçons que

⁷¹ NUNES, Leopoldo, *A Ditadura Militar*, Lisboa, s. ed., 1928, pp. 186 a 190;

⁷² *Processo da Loja Acácia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

participaram nestes acontecimentos, alguns deles já aqui referidos, destacando-se José Mendes dos Reis, da Loja Acácia, de Lisboa, Viriato Sertório dos Santos, da Loja Avante, de Mafra, Agatão Lança, da Loja A Revolta, de Coimbra ou Luís da Câmara Leme da Loja Independência Nacional, de Lisboa.

Fernando Rosas classifica o movimento de 1927 como uma “revolta romântica, no sentido em que era inspirada por ideais e conduzida por homens que, sendo militares no activo, tinham tudo a perder em caso de derrota”.⁷³ Quer em 1927, quer em 1928, também é verdade que os acontecimentos não se circunscreveram a Lisboa e ao Porto, ainda que fossem particularmente violentos nestas cidades. Em Amarante ou na Régua verificaram-se combates e trincheiras. Em breve, primeiro pela Ditadura militar, depois pelo Estado Novo, se vai começar a criar uma imagem do regime saído do 28 de Maio, como um novo momento político, estável, ordeiro e com as finanças do País em ordem. Nada mais enganador. Barbosa de Magalhães, anos depois, durante a campanha de Humberto Delgado à Presidência, em comício realizado no Porto, lembra que entre 28 de maio de 1926 e 26 de maio de 1928, quando Salazar assumiu a presidência do governo, existiram quatro governos e quarenta ministros, alguns dos quais não chegaram a tomar posse e outros sentaram-se na cadeira ministerial durante apenas alguns dias. A este propósito lembremo-nos dos primeiros dias da Ditadura, em que Mendes Cabeçadas preside ao governo entre 30 de maio de 1926 e 17 de junho desse ano e de Gomes da Costa que detém a presidência do ministério apenas entre 17 de junho e 9 de julho.

Por outro lado surge a questão dos empréstimos, onde o caso mais evidente foi o do pedido negociado, em finais de 1926, por Sinel de Cordes com o Midland Bank, de Londres, no montante de doze milhões de libras esterlinas, onde esta entidade exigiu um conjunto de garantias que a Oposição e particularmente a Liga de Paris consideraram excessivas, vindo a Ditadura a recorrer a uma reserva existente no Baring & Brothers, de Londres que, segundo a imprensa da época, seria de cerca de três milhões de libras, e ainda ao encerramento da secção de operações cambiais da Caixa Geral de Depósitos, com caução do Midland Bank, que valeu ao governo mais um milhão e oitocentas mil libras, fundos que foram claramente delapidados pelos governos da Ditadura militar. Aliás, a questão dos empréstimos são arma de arremesso, com particular destaque para a Liga de Paris, que denuncia as

⁷³ NEVES, Elísio Amaral, *Na defesa da República: a participação de Vila Real no movimento de 3 a 7 de Fevereiro de 1927 – documentação secreta*, Col. Cadernos da Biblioteca de Vila Real, Vila Real, Biblioteca Municipal de Vila Real, 2016, p. 7;

condições a que os empréstimos estavam sujeitos e que também são razão das movimentações militares em 1927 e 1928, assunto que, no entanto, não vemos abordado em qualquer correspondência ou intervenções produzidas nas Lojas.

A revolta em 20 de julho de 1928, também conhecida por “Revolta do Castelo”, repete os mesmos desejos de criar uma alternativa à Ditadura e repor em vigor a Constituição de 1911, a par de uma continuada perda de influência das chefias militares de então, maioritariamente conotadas com a I República. A revolta é igualmente a expressão da descoordenação das forças revoltosas, com unidades militares a saírem para a rua fora de tempo ou com alguns dos prometidos apoios a não se concretizarem, ainda que tivesse sido constituído um Comité Militar Central com vista a articular as diversas ações. Restava às Lojas maçónicas, numa ação que era mais virada para o interior da Maçonaria do que para a mobilização da população em geral, afirmarem-se como o fez a Loja Montanha, exprimindo essa vontade num folheto, sem data, dirigido “aos liberais portugueses”, onde se pode ler que

“quem tem ouvidos para ouvir, ouça; quem tem olhos para ver, veja. O espectáculo que nos oferece a sociedade portuguesa é afrontoso e não há de ser com o nosso silêncio que se há de consumir a miserável traição aos nossos direitos e às nossas regalias de povo livre. Conquistámos com o nosso esforço, com o nosso sacrifício e o nosso sangue liberdades que vão desaparecendo uma a uma e dia a dia. Foi-nos confiada a vigilância de um novo régimen (...). Mas pelas conquistas alcançadas lutaremos sem tréguas e sem repouso (...). Queremos a República integrada no espírito da época, progressiva e moralizadora (...). Não apelamos para a revolução, porque reconhecemos a sua ineficácia, no presente momento histórico. Mas apelamos para o respeito das leis e da Constituição (...)”.⁷⁴

São muitos os maçons que participam na Revolta do Castelo, nos quais se pode destacar Sangreman Henriques, iniciado na Loja Obreiros do Trabalho e à época pertencente à Loja O Futuro, participação essa que o obrigaria ao exílio. Acresce ainda que a situação política gerada pelo golpe de 28 de Maio não teve inicialmente uma orientação ideológica clara, sendo principalmente uma revolta contra a República e a predominância de um partido. Por isso Raul Proença refere, em relação a este período que vai até 1932, que o país “andava à procura de um ditador”.⁷⁵ Por seu turno, a censura e o ambiente repressivo das forças policiais mostravam claramente às Lojas maçónicas que este não era o rumo que desejavam

⁷⁴ *Processo da Loja Montanha, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁷⁵ SOARES, Mário, *Escritos Políticos*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1969, p. 151;

para o país. A Loja Vitória, do Porto, escrevia num documento sem data, mas que situamos por volta de 1928, que

“não é normal, - creio que ninguém o contesta – o ambiente que dentro das fronteiras de Portugal se respira e, se mais não houvesse para o reconhecer, a nós, que fazemos parte de uma instituição livre-pensadora na sua essência, progressiva e liberal por excelência, sem mistura, instituição que lhe compete sempre combater o erro e o preconceito, bastaria sentir o flagelo duma censura à imprensa, ignóbil, imoral, inquisitorial, que esmaga e tortura o pensamento, que nos arrebatava e violenta no uso da regalia mais sagrada de um homem livre”.⁷⁶

Estes movimentos, maioritariamente de participação militar de oposição à Ditadura, ainda que integrem igualmente antigos políticos civis republicanos e que se estendem de 1927 até ao seu epílogo nas revoltas de 1931 são, no seu conjunto, frequentemente designados de “revirvalho”. É, no entanto, importante notar que o reviralhismo se foi construindo em torno dos desencantados com o 28 de Maio e daqueles que nunca o apoiaram, com particular ênfase na esquerda republicana e militar e de uma parte importante da Maçonaria, ainda que não na sua totalidade. Tinha como denominador comum a defesa da laicidade numa democracia burguesa e como tal tinha algumas preocupações com as classes mais desfavorecidas, mas sem sobressaltos sociais. Era, igualmente um movimento onde é notória a presença de uma elite republicana, distribuída ao longo do país e, no dizer de Luís Farinha, recolhendo pouco apoio na opinião pública pela pouca simpatia gerada pelas perturbações causadas na vida urbana.⁷⁷ Aliás, na revolta de fevereiro de 1927, no Porto, participam membros do PRP, outros republicanos não comprometidos com os partidos, comunistas, anarco-sindicalistas, socialistas, seareiros, maçons como o coronel Rogério Santos, entre outros, e alguns antigos carbonários. As consequências imediatas trouxeram o reforço das polícias, a criação do Tribunal Militar Especial por parte da Ditadura, o aumento da repressão e um maior número de presos e de deportados. Por tudo isto se compreendem algumas antipatias do PCP pelo movimento reviralhista, não só sob o ponto de vista ideológico, pela sua diversidade, como também organizativo.

⁷⁶ *Processo da Loja Montanha, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁷⁷ FARINHA, Luís, *O Revirvalho – revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926 – 1940)*, Lisboa, Ed. Editorial Estampa, 1998, p. 20;

4 - A morte de Sebastião de Magalhães Lima

A morte de Magalhães Lima constituiu um abalo para a Maçonaria e para os republicanos em geral. *A Voz da Verdade*, semanário republicano de Viseu, refere-se a Magalhães Lima dizendo que era “um propagandista, e até eloquente, porque amou com ardor a liberdade”. Socialista utópico, lembra-nos este jornal que ele gozava de um prestígio internacional que nenhum outro português então possuía, derivado da sua longa permanência e contatos no estrangeiro. E a este propósito referia palavras do próprio Magalhães Lima ao dizer que

“foi na convivência dos homens e no conhecimento das coisas que aprendi a ser bom e tolerante. (...) No amor do povo me eduquei e me fortaleci. Nele e só nele encontrei o civismo e o espírito de sacrifício que devem caracterizar os leais servidores da Pátria”.⁷⁸

Podemos igualmente relembrar as palavras do próprio Sebastião de Magalhães Lima insertas no seu testamento, o qual o *Diário de Notícias* diz ser um “belo documento moral”:⁷⁹ “morro com a convicção de nunca ter praticado o mal e de haver espalhar todo o bem que pude”. José da Costa Pina, no elogio fúnebre, coloca na boca de Magalhães Lima a afirmação: “morro (...) convencido de que a Liberdade nunca poderá ser uma palavra vã. É preciso lutar ainda”.⁸⁰ *A Plebe*, jornal republicano de Portalegre, chama-lhe “soldado e apóstolo” escrevendo que o seu intuito era o de “defender e auxiliar, amparar os pobres, os escravizados, os humildes, os que pedem pão, querem trabalho, aspiram justiça, querem ensino, bondade, democracia, verdade e luz”.⁸¹

A imprensa relata os ecos locais da morte, referindo o pesar dos inúmeros núcleos republicanos dispersos pelo país, fosse no Porto, em Portalegre, Aveiro, Borba, Entroncamento, Leiria, Viseu ou Almada. O jornal *República*, do Porto, apresenta-nos o ambiente vivido:

“no Grémio Lusitano. Vultos que entram e vultos que saem. Gente pobre, gente rica, gente de todas as categorias. No rosto de todos uma tristeza infinita, uma dor que se comunica, uma dor que é já saudade, que se desprende e tudo trespassa. Lá dentro, o túmulo; e dentro, os restos de uma vida (...) que lutou, que pregou o Bem, que

⁷⁸ “Magalhães Lima” in *A Voz da Verdade*, nº 394, 15 de dezembro de 1928, Viseu, 1928;

⁷⁹ CARVALHO, Coelho, “A morte de Magalhães Lima” in *Diário de Notícias*, 9 de dezembro de 1928, Lisboa, 1928;

⁸⁰ *Cartas e documentos vários, Discurso proferido na sessão fúnebre de 8 de janeiro de 1929 pelo M. II. Ir.: José da Costa Pina, 33.º*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁸¹ *Soldado e Apóstolo in A Plebe*, 16 de dezembro de 1928, p. 1;

defendeu em todas as barricadas das ideias a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade. (...) À volta do cadáver, gente de todas as categorias".⁸²

Depois de ter estado em câmara ardente no atual Templo José Estevão e de aí se ter realizado uma sessão de Pompa Fúnebre, dirigida por Ramon Nonato de La Féria, que afirmou que "o verdadeiro culto a prestar à sua memória é a luta pela liberdade do Homem".⁸³ O *Diário de Notícias* descreve esta sessão colocando o ênfase na solenidade do momento, no luto e na grande participação, quer de maçons, quer de não maçons:

"o vasto salão e as respectivas galerias encontravam-se literalmente cheias, vendose ainda nas salas e nos corredores contíguos centenas de sócios trajando rigoroso luto maçónico. À sessão assistiram além de grande número de senhoras, alguns membros do corpo diplomático, pessoas da família do ilustre extinto, representantes de grémios maçónicos estrangeiros, delegados de lojas maçónicas da província e muitas outras pessoas de representação social. A cerimónia iniciou-se pelas 10 horas da noite com a seguinte ordem: sessão do Grande Oriente; recepção das senhoras da família dos maçons; recepção dos maçons e deputações das oficinas e oficiais do Grande Oriente; recepção dos corpos superiores da ordem; entrada do Soberano Grande Lugar-Tenente Comendador; entrada do Presidente da Grande Dieta (...) acompanhado pelos Plenipotenciários, Garantes de Amizade e representantes das potências maçónicas estrangeiras, entrada da família do homenageado, seguindo-se a cerimónia da sessão fúnebre. Junto ao cadafalso (...) o dr. Ramada Curto produziu um impressionante discurso no qual sintetizou em sentidas frases, o elogio do grande homem público e devotado apóstolo do Bem e da Liberdade que foi Magalhães Lima".⁸⁴

O cortejo fúnebre de Magalhães Lima foi imponente. Organizado por Félix Horta, saiu do Palácio Maçónico e percorreu várias ruas de Lisboa, constituindo-se como uma manifestação contra a Ditadura. O jornal republicano de Lisboa *Liberdade* refere que

"(...) milhares de pessoas precediam o féretro e muitos milhares o seguiam! (...) Ombreava o estudante com o operário, o professor com o aluno, o magistrado, o funcionário, o oficial, o médico, o advogado, o engenheiro com o banqueiro, o comerciante, o caixeiro, o marujo, o ferroviário, o carregador, o vendedor da rua (...). É verdade que o povo marchava silencioso. Porém, depois de descidas as ruas do

⁸² SALGUEIRO, Eduardo, "Magalhães Lima – notas emotivas à volta do seu funeral" in *República*, de 10 de dezembro de 1928, Porto, 1928;

⁸³ *Fundo Ramon Nonato de La Féria – Correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Palavras semelhantes serão pronunciadas por Ramon de La Féria, em 1929, na Liga Portuguesa dos Direitos do Homem;

⁸⁴ "Memória (Á) de Magalhães Lima" in *Diário de Notícias*, 8 de dezembro de 1928, Lisboa, 1928;

Mundo⁸⁵, Garrett e do Carmo, de atravessada a Praça D. Pedro IV e de atingidas a Praça dos Restauradores e a avenida da Liberdade (...) em todas as fisionomias, através do pesar e da saudade, transparecia a satisfação e o orgulho duma grande vitória moral da República“.⁸⁶

Também o jornal *Diário de Notícias*⁸⁷ relata que quando da saída do corpo “as ruas vizinhas do Grémio Lusitano encontravam-se (...) já completamente pejudadas de povo”, o mesmo acontecendo na zona do Chiado. No mesmo sentido se escreve no portuense República:

“(...) vai o cortejo em marcha. Generais, antigos Ministros, marinheiros – os que ele amou sempre e em quem ele sempre confiou – os marinheiros que lhe concederam o maior título de glória de toda a sua vida: a bandeira da revolta (...). Gente, mais gente, um dilúvio de cabeças, de todos os sítios, às janelas, de todos os lados! Sessenta mil?! Oitenta mil?! Cem mil?! Sabe-se lá bem! É Lisboa que presta homenagem a um dos filhos mais ilustres de Portugal (...)”.⁸⁸

Não é de estanhar a adesão popular a esta manifestação de pesar. Para além da imagem que Magalhães Lima tinha enquanto jornalista e político, já para não falar de ser o espelho de um conjunto de ideais, eram muitos os que se incorporaram no cortejo fúnebre apenas e só por serem contra a Ditadura. Brito Camacho refere que

“o enterro de Magalhães Lima deu lugar a uma manifestação republicana excepcionalmente grandiosa. Por acaso o enterro fez-se num domingo, e porque o tempo estava lindo, com pouco frio e muito sol, milhares de pessoas acorreram à passagem do féretro descobrindo-se respeitosamente, havendo nessas demonstrações de respeito muito de simpatia pessoal e de confraternização de sentimentos políticos”.⁸⁹

Foram inúmeras as instituições presentes no cortejo e a imprensa da época destaca a presença de diversos representantes do Estado, de associações, escolas e Lojas Maçónicas.⁹⁰ Os jornais *O Século* e *Diário de Notícias* referem também os nomes de

⁸⁵ Refere-se à rua do jornal *O Mundo*, atual Rua da Misericórdia;

⁸⁶ FARIA, Cristina, *As lutas estudantis contra a ditadura militar (1926-1932)*, Lisboa, Ed. Edições Colibri, 2000, p. 146, citando o jornal *Liberdade*;

⁸⁷ *Funeral (O) de Magalhães Lima in Diário de Notícias*, 13 de Dezembro de 1928, Lisboa, 1928;

⁸⁸ SALGUEIRO, Eduardo, “Magalhães Lima – notas emotivas à volta do seu funeral” in *República*, de 10 de dezembro de 1928, Porto, 1928;

⁸⁹ VENTURA, António, *Magalhães Lima um idealista impenitente*, col. Parlamento, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2011, p. 159;

⁹⁰ A imprensa refere as Lojas de Lourenço Marques, sem especificar quais, Acácia, Simpatia e União, Montanha, Solidariedade, República, Civismo, Lealdade, Marquês de Pombal, o Grémio Luso-Escocês, o Grémio Combatentes pela República e ainda o Internato de S. João, a Escola Oficina nº 1, a Associação do Registo Civil, a Escola Ferreira Borges, A Voz do Operário, o Grémio Civil do Monte, o Internato de Santa Isabel, a Sociedade de Cultura Social, a Academia Republicana de Lisboa, e ainda diversas organizações de classe, de entre as quais se destacavam as dos tipógrafos, jornalistas e dos vendedores de jornais e, por fim, inúmeros militares e juizes do Supremo Tribunal. Destaque também

Félix Horta, Oliveira Simões, Cucufate Torres, João Pereira Bastos, Ramon Nonato de La Féria, Simões Raposo, Julião Quintanilha, Artur Portela, Abílio Rodrigues Vinagre, António Teixeira Montenegro, João António de Araújo, José Carlos Costa Gomes de Assunção e Constantino Mendes, entre os muitos dignitários maçónicos presentes.⁹¹

5 - Os assaltos às sedes maçónicas

5.1 – Continente e ilhas

É no sentido de uma crescente pressão sobre a Maçonaria que se compreendem os acontecimentos de 1929, mas não só, devendo também ser considerada alguma desorientação que o GOLU sentiu após a morte de Magalhães Lima.

Em 7 de março de 1929, havia sido realizada uma sessão de Pompa Fúnebre em memória de Magalhães Lima. Cerca de um mês depois, na noite de 16 de Abril, a sede do Grande Oriente Lusitano Unido foi assaltada pela Polícia e pela Guarda Nacional Republicana, sendo identificados e dada voz de prisão a todos os maçons ali presentes, à exceção dos militares que apenas foram identificados,⁹² num total de

para Almada, que se fez representar no funeral pela Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, referida especificamente como "instituição liberal";

⁹¹ "O funeral do ilustre democrata Dr. Magalhães Lima" in *O Século*, 10 de dezembro de 1918, Lisboa, 1928;

⁹² "Ordem Pública" in *O Século* 18 de abril de 1929. A data de 16 de abril não é consensual, cremos, face à documentação consultada, que a data é efetivamente 16 de abril, sendo noticiada na imprensa a 18, e daí a confusão em algumas referências recentes. Sob o título *Ordem Pública* é publicada nas páginas do jornal *O Século* a lista dos maçons detidos e enviados para o forte de Monsanto e que era constituída por: Maurício Costa, Ferreira Dinis, Sebastião Ferreira da Silva, José Dias Ferreira, Carlos Neves, João Nunes dos Santos, António da Silva, Francisco da Conceição Lopes, Firmino Borges da Rocha, José Simões Costa, José Mora. Cabral, Eduardo Sarmento, José Marques Carvalho, Abel Martins, José Joaquim Mendes, Armando Pires Neves, José Correia Lobo, Francisco Jorge Carneiro, José Leitão da Silva, Adolfo Teixeira, Valentino Correia, Manuel Martinho, António Francisco Vieira, Augusto Freire, António Nunes carneiro, Alfredo Calé Grilo, João José Calé Grilo, Júlio Canas Pereira, Ramiro dos Santos e Silva, João Maria valente, José Nicolau Homem de Lima, António Augusto Rodrigues, Francisco Valente Júnior, Januário Ferreira Pinharanda, Amélio Neto, José Almeida Carvalho, Pedro Teixeira, João António Araújo, Joaquim Alves Garcia, Gonçalo Pereira, António de Sousa, Serrano da Silva, José Dias dos Santos, Joaquim Amaral Pereira, Sebastião Natário, Francisco Marques, Eusébio Lile, António Miranda Boavida, Francisco Ribeiro, Octávio Fonseca Brito, António Rodrigues Direito, Nuno Cabeçadas, Romão Guerreira, Júlio Ferreira de Mesquita, Élio Lourenço, Inácio Emazu, João Álvaro Lopes Figueiredo, António Gonçalves Ben. de Matos, Augusto Teixeira Xavier, Francisco José Davitas, Octávio Lopes, Afonso Costa Júnior, Luís Jácome Gomes Ferreira, Manuel Francisco Morgado, José Vicente Gomes Marques, José Augusto Oliveira, Manuel Policarpo Alves, Manuel dos Santos Lima, Joaquim Ribeiro Júnior, António Pereira da Conceição, Francisco Duarte Silva, Abílio Marques dos Santos, Venceslau da Luz Lopes, José Joaquim Faria, João

118 civis e 42 militares. O argumento para a ação policial foi uma denúncia de que ali estaria a decorrer uma reunião não autorizada e onde se conspirava contra a Ditadura, podendo ser lido numa nota oficiosa publicada pela imprensa que “tendo-se reunido em sessão secreta numa casa da Rua do Grémio Lusitano, sem permissão e assistência das autoridades, vários indivíduos, contra o estatuído no Código Penal e nos editais do Governo Civil, foi cercada pela força pública a citada residência, sendo presos à saída os componentes dessa reunião”.⁹³ A libertação dos presos, detidos no Forte do Monsanto, implicou negociações, com cedências na liberdade das reuniões maçónicas.

Assim, em 1 Maio de 1929, o Conselho da Ordem, determinou o encerramento do Palácio Maçónico, mantendo nele apenas os serviços de solidariedade e beneficência, alguns órgãos da estrutura maçónica e ainda as Câmaras Chefes de Rito, o que implicou uma redução drástica da atividade. Este primeiro período de encerramento decorreu entre maio de 1929 e março de 1930, mês em que a Circular nº 13, de 12 de março, comunica terem cessado os motivos que levaram ao encerramento do Palácio. Reaberto condicionalmente, encerrou de novo entre dezembro de 1930 e 1 de fevereiro de 1931, para sofrer novo assalto em maio de 1931, mantendo-se encerrado até 1933. Ao mesmo tempo, a 26 de dezembro de 1930, pela Circular nº 58, o Conselho da Ordem reconhecia a existência de “uma atmosfera pesada de suspeições e de uma campanha infamemente tecida pelos jornais, onde pontificam os dirigentes do cambão financeiro e da igreja católica”, determinando que a Grande Secretaria e a Grande Tesouraria continuavam a funcionar como até aí, mas suspendendo iniciações e regularizações e introduzindo outras limitações ao funcionamento das Lojas, nomeadamente às reuniões destas no Palácio.

Quando do assalto, em abril de 1929, o Grande Oriente ainda não se tinha refeito materialmente do assalto ocorrido durante o período sidonista. Um relatório do

Fernandes de Matos, Luís Dias Caleiro, Jaime Tomás, João Alves dos Santos, António Nunes dos Santos, Jorge de Oliveira, António Neuparth Vieira, António Rodrigues Graça, Artur Ferreira Peres, Nuno Nobre de Carvalho, António Ramos Pimenta e António Teixeira. Todos viriam a ser libertados no dia seguinte após o pagamento de multa. Na sequência desta ação policial foram apenas identificados os seguintes militares: coronéis Miguel de Almeida Santos, João Estevão Águas e José Xavier Barbosa da Costa; tenentes-coronéis Manuel da Conceição e Silva e Reis Vitorino; major António Augusto Veiga e Sousa; capitão de mar e guerra José de Freitas Ribeiro; capitão-tenente Francisco de Aragão e Melo; capitães Joaquim de Castro Fonseca, Venâncio de Araújo, Artur do Nascimento Nunes, Manuel Joaquim de Oliveira e Dagoberto Guedes; tenentes da armada José Correia Júnior, Mateus Pereira e Castro, António Barros Rodrigues, Joaquim António Xavier, Nunes da Cruz, Cucufate Torres e Carlos Henriques; alferes Ernesto Guilherme Pereira e José Oliveira Leitão;

⁹³ MARQUES, A. H. de Oliveira, “História da Maçonaria em Portugal” in *Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 16;

Conselho da Ordem, referente a 1923, reconhece que apesar dos esforços feitos não fora possível recuperar todas as decorações dos Templos, quadros e móveis que haviam sido destruídos. Ainda assim, em 1929 a destruição foi ligeira e um relato inscrito numa carta, cuja autoria é atribuída a Cândido Carvalho, Grande Secretário Geral do GOLU, descreve os momentos atrás referidos em 16 de abril de 1929, começando por afirmar que já se previa este assalto.⁹⁴

“Em virtude de boatos e informações chegadas ao Cons.: da Ordem que estava projectado um assalto ao Pal.: Maç.: deliberou-se retirar os arquivos das OOfic.:, que de facto foram retirados. Como as Cam.: Chefes de Rito não procedessem de igual forma, mandou-se trancar a porta da sala em que os mesmos estavam guardados e colocar sobre ela um grande armário aparafusado que por completo a ocultava. As pochetes foram ocultadas nuns desvãos existentes no Templo Grande e devidamente aparafusados. Não se retiraram logo pela dificuldade em encontrar logo lugar para se arrecadar”.⁹⁵

O assalto de abril de 1929 ocorreu num dia em que estava prevista a realização de uma festa em defesa da paz.

“A festa estava marcada para as 10 horas. Às nove compareci no Palácio, onde já estavam o Irm.: Cobridor, Sebastião Natário e dois serventes. Mandei abrir as luzes do Pal.: e pouco depois instalava-se no Templo grande o sexteto. Entretanto, chegaram os Ilr.: Dr. José Gomes, Lino da Silva, Augusto Ribeiro e mais uns seis cujos nomes não recordo. Por volta das 9 e 30, quando já estava resolvido a desistir da festa, apareceu um oficial do exército, com uma força de polícias armados de carabinas que me notificaram que, por ordem superior, ia tomar conta do Pal.: Maç.:. Efectivamente, depois de retirados os que estavam para tomar parte na festa, o referido oficial lacrou na minha presença todas as portas, dizendo-me que a medida era tomada para se fazer uma busca, terminada a qual, seria ou não autorizada a reabertura do Grémio”.

Um outro documento, não assinado e datado de janeiro de 1932, refere-nos que este assalto ocorreu dois dias antes da tomada de posse do novo Conselho da

⁹⁴ *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor. Não conseguimos identificar o autor deste documento já que o mesmo foi adquirido incompleto e misturado com documentos de outras épocas. Admitimos, pelo seu teor, que o mesmo tenha sido elaborado por um membro do Conselho da Ordem e provavelmente por Cândido Carvalho, alguns anos após terem ocorrido estes acontecimentos, já que noutra página o seu autor refere ter-se afastado da Maçonaria;

⁹⁵ Estes vãos que se referem neste relato tanto podem situar-se ao fundo do Templo José Estevão, como sob as escadas para o altar do mesmo Templo. Foi nestas últimas que estiveram escondidas as bandeiras republicanas bordadas por Adelaide Cabete e Carolina Beatriz Ângelo entre junho de 1910 e 4 de outubro de 1910. Recorde-se que em algumas localidades a República foi proclamada a 4 de Outubro e que a revolução chegou a estar programada para julho, depois adiada para agosto e finalmente para outubro de 1910, depois da reunião da Comissão de Resistência em junho;

Ordem, a 18 de abril, o que confirma a nossa interpretação temporal referida em nota, e em face dos acontecimentos esclarece-nos que foi

“deixada sobre a secretária do gabinete do Cons.: da Ordem o livro de actas do Cons.: da Ordem em que se resolvia pranchear todas as OOfic.: notificando-lhes que por decisão da Gr.: Dieta fora resolvido entregar todos os poderes maçónicos ao Gr.: Mestre e Cãm.: Supe.: dos diferentes ritos (...)”.

No Relatório do Conselho da Ordem, referente ao período de junho de 1929 a abril de 1930, esclarece-nos que do primeiro assalto, em 1929,

“ficou de pé a ordem do Chefe do Distrito de Lisboa, que somente permitiria reuniões por êle autorizadas, tendo portanto de nos submeter á lei geral do País, razão porque nos esforçámos sempre para que o número de presenças no nosso Palácio não fosse além de 20. Procedendo assim, defendemos não só a nossa propriedade, que é de todos e não duma parte, e a liberdade dos nossos Ilr.: (...)”.⁹⁶

É também da altura destes acontecimentos, com data de 10 de fevereiro de 1930, a Circular nº 5 que determina a criação de um bilhete de identidade para os maçons de Lisboa com vista a exercer alguma fiscalização na entrada do Palácio. Depois de regulamentado, esse documento identificativo teria fotografia e um custo de 2\$50, sendo obrigatória a sua apresentação.

Como se não bastasse a privação do uso do Palácio Maçónico pelas Lojas, entre abril de 1929 e fevereiro de 1930, o Conselho da Ordem refere numa carta de 8 de fevereiro de 1930, que “quando tomou posse (...) não se realizavam neste Val.: Maç.: (...) reuniões de qualquer Of.: desde os lamentáveis acontecimentos de abril do ano findo”,⁹⁷ confirmação de que o assalto criou inúmeras dificuldades logísticas de contacto entre o Grande Oriente e as Lojas ou os Inspectores maçónicos em vários pontos do país. No documento atrás referido e atribuído a Cândido Carvalho, refere-se também que o Palácio viria a reabrir com algumas condicionantes, das quais uma delas era de não se realizarem quaisquer reuniões de carácter político. Havia também sido acordado que não se poderiam realizar no Palácio reuniões com mais de dez pessoas,⁹⁸ o que não obstou a que viesse de novo a ser assaltado em 18 de maio de 1931, sendo nessa altura bastante graves os prejuízos causados, sendo então as portas a serem de novo seladas por ordem do Ministro do Interior.

⁹⁶ *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, nº 12, ano de 1930, Ed. Grande Oriente Lusitano Unido, 1930, p. V;

⁹⁷ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁹⁸ Apesar de neste documento o número máximo de pessoas presentes no Palácio Maçónico ser referido como dez, o Relatório do Conselho da Ordem correspondente ao período de junho de 1929 a abril de 1930 refere vinte pessoas. Outros documentos referem que estas limitações foram em grande parte ignoradas, como adiante se refere;

Na realidade, reaberto em fevereiro de 1930 sob fortes condicionantes, o que motivou alguns protestos das Lojas, voltaria a ser de novo encerrado e assaltado. A imprensa refere laconicamente que

“foi encerrada a sede do Grémio Lusitano. À noite, a Polícia, por ordem do Senhor Ministro do Interior, foi à sede do Grémio Lusitano procedendo à selagem das diversas instalações. A porta principal foi fechada e nela apostos selos, ficando um polícia vigiando o edifício”.⁹⁹

Face às perseguições a que o GOLU estava sujeito são incompreensíveis as manifestações de contestação ao Conselho da Ordem e a exigência de um local de reunião e de liberdade para as mesmas. No processo da Loja Ordem e Progresso, de Lisboa, existe uma carta da Loja Acácia, igualmente de Lisboa, datada de 8 de fevereiro de 1930 emitindo um protesto dirigido ao Conselho da Ordem, solidarizando-se com decisões tomadas pela Loja Ordem e Progresso. Nelas, pode-se ler que se pode acreditar

“sinceramente nas boas intenções do Pod.: Cons.:, mas apesar de reconhecermos quão melindrosas são as suas funções, especialmente na situação difícil que se atravessa, não podemos concordar que indefinidamente se mantenha a ditadura maçónica que, por forma irregular, foi decretada em nome da Dieta, (...) coartando aos maçons o direito de entrarem no Pal.: Maç.:”.

É também a Loja Acácia uma outra carta contestando as limitações impostas pela Ditadura, onde se pode ler que:

“devíamos reagir, continuando a reunir, e em grande número, provocando os ditadores a praticarem cada vez mais e maiores violências, animando o estado de revolta contra o actual estado das coisas, e dando ao estrangeiro a nota exacta de quanto valem estes miseráveis”.¹⁰⁰

Aliás, em atas da Loja Liberdade, com data de 7 de novembro de 1931 refere-se que a Loja Ordem e Progresso resolveu não reunir mais no Palácio Maçónico enquanto não estivessem garantidas as liberdades individuais. Mostrando que haviam outras questões que agitavam a Maçonaria que iam muito além das limitações de reunião. Num relatório, que espelha uma decisão aprovada pela Loja Ordem e Progresso, pode ler-se que:

⁹⁹ Notícia de *O Primeiro de Janeiro in* MATOS, Helena, *Salazar*, vol. 1, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2004, p. 184:

¹⁰⁰ CASTRO, Daniel Madeira de, *História de uma Loja centenária – Acácia*, Lisboa, Ed. Outra Perspetiva, 2021, p. 58;

“considerando que a Maç.: Port.: nunca se deveria ter afastado do papel que uma tradição secular lhe impunha na defesa dos princípios liberais e democráticos (...); considerando que a revolução nacional e republicana preconizada por todos nós, não é uma simples mudança de governo, mas uma renovação completa de toda a engrenagem educativa, moral, política e social (...); considerando que pelos seus princípios e suas leis, a Maç.: é uma verdadeira democracia, incompatível, portanto, com quaisquer espécies de ditaduras, inclusivamente a ditadura maçónica em que vivemos (...); considerando que, mercê dessa força dictatorial, se encobriu ao Povo Maç.: a verdade sobre a eleição do Gr.: Mestrado actual entregando-se – caso virgem nos anais associativos – todos os poderes constitucionais a um Gr.: Mest.: adjunto que nem sequer aceitou o encargo; considerando que o encerramento do Pal.: Maç.: e a entrega dos poderes constitucionais ao Gr.: M.: adjunto (...), a Resp.: Loj.: Ordem e Progresso, nº 395 resolve pranchear a todas as OOfic.: da Obed.: fazendo-lhes ver a necessidade (...) de que se antecipe a posse do novo Gr.: Mest.: eleito acabando-se com uma dictadura maçónica perfeitamente inútil e absurda e entrando-se na normalidade constitucional (...); o perfeito funcionamento de todos os organismos maçónicos (...); a expansão e alargamento da Ordem por todo o país (...)”.¹⁰¹

A verdade é que o encerramento do Palácio, para além de contestado por algumas Lojas, também derivou numa menor rigidez no cumprimento das regras impostas ao GOLU. Num relatório com data de março de 1930 pode ler-se também que:

“apesar do régimen que nos foi indicado para vivermos, facilidades foram dadas às LLoj.: de Lisboa consentindo-se que, por noite, uma delas pudesse reunir no Pal.:, desde que não convocasse mais de 8 a 10 OObr.:. Nos primeiros tempos assim se foi procedendo, porém mais tarde a frequência tornou-se maior, muito maior do que a que era possível, chegando em algumas noites a atingir 70 Ilr.:, frequência esta que de novo fez criar em volta do Or.: desusada espionagem. Á pressão que se sentia já sobre nós, juntaram-se indicações seguras de que novo assalto se preparava à nossa casa, o que fez tomar o Cons.: novas medidas repressivas de frequência ao Pal.: e que mais não eram do que a volta ao estado anterior (...)”.¹⁰²

Refira-se que para além da limitação de presenças no Palácio, entre Obreiros, órgãos do GOLU e funcionários, obrigava também à fixação prévia de qualquer data de reunião.

¹⁰¹ *Processo da Loja Ordem e Progresso, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁰² *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, nº 12, ano de 1930, Ed. Grande Oriente Lusitano Unido, 1930, p. VI;

Face à instabilidade, que se arrastava desde 1929, e exemplo das situações extremas de emergência então verificadas é o facto de em casa de Cândido de Carvalho, na Rua das Flores nº 25 – 1º, em Lisboa, ter passado a funcionar a Secretaria Geral, havendo a indicação expressa para a correspondência postal ser enviada num envelope identificado, dentro de outro envelope sem qualquer indicação maçónica.

É também através de uma carta de Cândido Carvalho, com data de 1 de dezembro de 1931, que sabemos que, depois do encerramento do Palácio Maçónico, ter sido transferida para Espanha a Grande Secretaria Geral. Diz-nos Cândido Carvalho, que recorde-se exerceu as funções de Grande Secretário Geral, que

“depois do encerramento do Pal.: Maç.: (...), no intuito de manter a continuidade dos trab.: e para evitar que os meus colegas do Cons.: da Ord.: e os funcionários do Grémio fossem vítimas de quaisquer violências ou perseguições, decidi-me a assumir todas as responsabilidades do funcionamento clandestino da Maç.: Port.:. Nessa ordem de ideias montei em lugar oculto uma pequena secret.: que, depois do fracasso de 28 de agosto, passei para fora do território português e no intuito de estar em contacto directo com o Sap.: Gr.: Mestre”.¹⁰³

António Ventura transcreve uma carta de Cândido Carvalho onde se pode ler que:

“nos finais de julho parti para Tuy, onde me deveria encontrar com o Sapientíssimo Grão-Mestre. Com a ajuda do Irmão Prestes Salgueiro, montei nessa cidade a secretaria do Grande Oriente, e depois de uma entrevista com o Sapientíssimo Grão-Mestre foi decidido passa-la para Vigo, onde os meios de comunicação com o estrangeiro se tornariam mais fáceis e onde havia muitos e mais categorizados republicanos (...).¹⁰⁴

Diz-nos ainda Cândido Carvalho que nessa secretaria organizou um registo de correspondência emitida e recebida, arquivos referentes ao Conselho da Ordem, a trabalhos das Comissões e das Lojas, a questões de Justiça, e ainda um arquivo de informações várias que incluía os Quadros das Lojas, fichas e endereços e informações sobre a estrutura do GOLU. Diz-nos também que chegou a ter a Grande Secretaria quase montada, tendo voltado a Portugal para a passagem de todo o material através da fronteira, razão pela qual diz, em dezembro de 1931, que a documentação, agora em Lisboa, não se encontrava devidamente organizada. Mudanças da Grande Secretaria que hoje se sabe cheias de peripécias e de não

¹⁰³ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁰⁴ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 720;

terem sido consensuais, sabendo-se que efetivamente se estabeleceu temporariamente em Espanha, havendo a hipótese de que tenham sido feitas à revelia de Norton de Matos e por iniciativa de Cândido Carvalho. É uma situação estranha porque Cândido Carvalho refere ter conversado sobre o assunto com Norton de Matos, mas posteriormente verificou alguma oposição por parte deste e que não esclarece. É provável que o regresso da Grande Secretaria a Lisboa tenha sido motivado pela oposição de Norton de Matos à deslocação daquela para Espanha mesmo depois de ter concordado com tal mudança. As razões deste regresso da documentação maçónica parecem residir, a crer nas palavras de Cândido Carvalho, no facto de Norton de Matos ter alguma esperança numa mudança política, e lembremo-nos que nesta altura mantinha contactos com alguns setores do regime.

Neste contexto note-se a existência do Decreto nº 9 e da Circular nº 13, ambos com data de 12 de março de 1930, que referiam a reabertura do Palácio Maçónica atrás mencionada, em fevereiro, tendo entrado em funções um novo Conselho da Ordem, na sequência da tomada de posse de Norton de Matos, e composto por Álvaro Costa, José Luís da Luz, Ramiro dos Reis e Sousa, Adolfo Sampaio Luz e Ramon Nonato de La Féria, que presidia.

As tensões internas, tendo por base a tentativa de reforço dos poderes do Conselho da Ordem, mas que não se resumiam só a isso, levaram à demissão deste órgão logo em agosto, sendo substituído por um novo Conselho formado por António Mimoso Guerra, Maurício Costa, Eduardo Ventura Reimão, Adolfo Sampaio Luz e Marcelino Romam Navarro, aos quais se veio a juntar, em dezembro, José Luís da Luz. Note-se que por esta altura, o grão-mestrado de Norton de Matos não conhecia facilidades. Aliás, ele próprio dizia assustar-se com o que esperavam dele, porque sabia bem “o mal que produzem esperanças exageradas, porque conheço os desânimos que pode produzir a demasiada confiança que se deposita num homem”.¹⁰⁵ Ao mesmo tempo que acusava a Ditadura de caminhar em direção a um Estado ditatorial, corporativo e fascista, havia a clara consciência das dificuldades que a Maçonaria tinha pela frente. Os anos que se seguem até à ilegalização da Maçonaria, são tensos interna e externamente.

¹⁰⁵ BRAZ, Manuel Potrier, *Eu, Maçom, me revelo*, Lisboa, Ed. Livraria Petrony, 2011, p. 115;

Ao segundo assalto, em maio de 1931, não são estranhos os acontecimentos na Madeira, nos quais participaram muitos maçons, e a conjuntura política espanhola, com o apoio de muitas Lojas aos republicanos daquele país, configurando-se o assalto como que uma vingança do regime sobre a Maçonaria. Ficavam assim anulados todos os propósitos do Conselho da Ordem que, no seu programa apresentado à Grande Dieta em 18 de abril de 1931, elencava como principais medidas atrair novos maçons usando o prestígio moral e intelectual da Ordem, colocar em debate as questões da educação e dos ataques às liberdades individuais, alargar as relações internacionais da Maçonaria portuguesa, “promover, sem quebra da sua autonomia todos os Poderes maçónicos, a fim de que a engrenagem maçónica actue harmónica e eficazmente”, criar novos núcleos maçónicos, estimular o regresso de maçons a coberto, e até dar melhor conforto aos participantes nas reuniões realizadas no Palácio Maçónico.¹⁰⁶

Após o assalto de 1931 e do novo encerramento em 18 de maio, podemos ler na Circular nº 8, de 1 de junho de 1931, que:

“não comunicou o Cons.: da Ord.: a todas as OOfic.: da Obed.: as resoluções que tomou após a violência absolutamente injustificada cometida contra o Gr.: Or.: encerrando-lhe sem qualquer notificação de culpa o Pal.: Maç.: (...). E não o fez logo porque julgou que tão excepcional medida por parte do governo seria imediatamente posta de parte. Infelizmente assim não sucedeu. A nossa sede continua encerrada nada fazendo prever quando será aberta”.

E mais adiante determina-se que:

“nos VVal.: onde as autoridades exerçam ou pretendam exercer coacções ou violências sobre os maçons poderão mesmo as OOfic.: delegar numa Comissão Administrativa o encargo da sua administração e ligação com o Poder Executivo (...). Desejaria o Cons.: da Ord.: visitar todas as OOfic.: da Obed.: e levar a todos os seus OObr.:, com o abr.: frat.: (...) a convicção inabalável em que está de que os altos ideais que a todos nos norteiam acabarão por triunfar e impor-se até aos nossos próprios adversários”.¹⁰⁷

Pelo meio havia também ameaças de novos assaltos não concretizadas, mas que criavam tensão e desorganização. Norton de Matos refere-o numa carta dirigida ao

¹⁰⁶ *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor. Este documento, apresentado em duas folhas, apresenta-se intitulado Programa de Trabalhos Apresentado pelo Conselho da Ordem à Grande Dieta, sendo assinado por pelo Presidente do Conselho da Ordem Manuel Maria Coelho, e ainda por Adriano Crispiniano da Fonseca, José Luís Luz, Jaime Nobre de Lacerda e João Cândido de Carvalho. Está datado de 18 de abril de 1931;

¹⁰⁷ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Ministro do Interior então em funções. Nessa carta, datada de 12 de dezembro de 1930, pode ler-se:

“na entrevista que V^a Ex^a me deu a honra de conceder ha algumas semanas, disse-me V^a Ex^a que lhe comunicasse quaisquer factos de que tivesse conhecimento e que se referissem aos interesses do Grémio Lusitano (...). Venho utilizar-me desse conselho e concessão, que altamente nos penhorou, a mim e a todos os sócios do referido Grémio. Acaba de me ser comunicado que se projecta para hoje um assalto à sede do Grémio Lusitano, em grande parte preparado por elementos com responsabilidades de polícia pública. (...) É o carácter de assalto, de desacato á instituição a que tenho a honra de presidir, de possíveis e desprestigosos danos, que (...) me está preocupando e que me faz, por este meio, vir á presença de V^a Ex^a para lhe solicitar a sua intervenção, a fim de se evitar o que me dizem estar projectado para esta noite. Se se entender que há necessidade de dar qualquer busca á sede do Grémio, busca policial ou judicial, feita com ordem, nenhuma objecção teria a levantar, apesar de a considerar perfeitamente inútil, porque categoricamente afirmo a V^a Ex^a que no Grémio Lusitano nada se fez que tenha que ver com os factos relativos a armamento de qualquer espécie, a que a imprensa diária se tem referido. Tenho, depois desta terminante declaração, o direito de pedir que nos deixem em paz, prosseguir em nossa obra pacífica e ordeira pela Liberdade, pela Igualdade e pela Fraternidade. Dei ordem para se suspenderem os trabalhos da Instituição que presido, até que a tranquilidade e a serenidade, que tão perdidas andam, voltem á sociedade portuguesa (...).¹⁰⁸

A Circular nº 44 do Conselho da Ordem, com data de 16 de outubro de 1930, refere-se também a uma destas ameaças, onde se pode ler que:

“por informações fidedignas, o Cons.: da Ord.: teve conhecimento que se projectava, entre os elementos da chamada Legião da Pátria, um assalto ao Grémio Lusitano. A acção desses elementos, que chegaram a tomar junto do Palácio Maçónico, atitudes claramente denunciadoras dos seus propósitos, levou o Cons.: da Ord.: a defender o Gr.: Or.: de prejuizos materiais (...). Posteriormente e por declaração do actual Ministro do Interior foi assegurada a inviolabilidade do Pal.: Maç.: pela força pública, com a afirmação de respeito devida aos sócios do Grémio Lusitano”.¹⁰⁹

Em 1932, a correspondência trocada entre o Conselho da Ordem e as Lojas referenos que o Palácio Maçónico continuava encerrado por ordem das autoridades, o que é confirmado pelas Circulares nº 14 e nº 17 do Supremo Conselho, onde na

¹⁰⁸ *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor;

¹⁰⁹ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

primeira, datada de 28 de junho de 1932, se pode ler que se vive “um momento excepcionalmente difícil” e que o Conselho da Ordem se esforçará pela unidade da Maçonaria, lembrando ainda que:

“não cabe à Maç.: determinar de modo concreto as soluções dos problemas que agitam o mundo prof.: e designadamente a socied.: portuguesa. Mas pertence-lhe sem dúvida, o estudo desses problemas, de poder definir a orientação mais proficua na resolução que a política deverá dar-lhes (...)”.

E mais adiante podemos ler que:

“outra preocupação no duro período que atravessamos, além da que provém do injustificado esbulho do Pal.: Maç.: em prejuízo da regularidade dos nossos ttrab.: (...) é a que deriva da angustiosa e desgraçada situação de muitos mmaç.: e suas famílias, sem meios de manutenção condigna por força da subversão das condições normais de vida”.¹¹⁰

Sobre esta realidade, corolário de uma escalada verbal e de agitação protagonizada pela imprensa mais conservadora, uma informação interna emitida pelo Conselho da Ordem, datada de 1932, dá-nos conta da realidade então vivida:

“atendendo a que o Palácio Maçónico continua encerrado à ordem das autoridades profanas, privando as OOfic.: do seu regular funcionamento; considerando que cada vez se tornam mais difíceis as reuniões das OOfic.: em local oculto aos profanos, com a assistência de número regular de OObr.: (...)”.¹¹¹

Atas da Loja Liberdade, que aqui referimos, mencionam que em 1932 e 1933 o palácio continuava encerrado, com consequências na estabilidade e organização das Lojas e do GOLU, assim como na qualidade dos trabalhos produzidos em Loja pelos Obreiros.

As limitações impostas pelo encerramento do Palácio ou de Templos espalhados pelo país obrigou à criação de alternativas. A Loja Acácia vai reunir numa quinta a cerca de quarenta quilómetros de Lisboa,¹¹² e a Loja Rebeldia vai reunir fora do Palácio Maçónico, num Templo denominado de Miguel Bombarda, cuja localização desconhecemos e onde procedeu a diversas iniciações, de entre as quais, a 13 de fevereiro de 1932, a de Manuel Pereira Crespo, o último Ministro da Marinha do

¹¹⁰ *Circulares do Supremo Conselho*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹¹¹ *Circulares do Supremo Conselho*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹¹² CASTRO, Daniel Madeira de, *História de uma Loja centenária – Acácia*, Lisboa, Ed. Outra Perspetiva, 2021, p. 58. Na carta que informa desta reunião, magna segundo se escreve, a Loja informa também da realização da iniciação de sete profanos;

regime.¹¹³ Em Angola foi usado o mesmo expediente, reunindo-se a Loja Paulo Dias Novais “em lugar oculto e fora do edifício do grémio, para não despertar atenções”.¹¹⁴

O encerramento do Palácio Maçónico obrigou também ao recurso a duas salas que haviam sido previamente alugadas na Travessa do Jasmim, assim como às salas da Escola Oficina nº 1 e do Internato de S. João de Lisboa, nestes dois últimos casos, soluções que iriam ser repetidas após 1935. Sabe-se que para a Travessa do Jasmim foram transferidos documentos, secretárias, máquinas de escrever e outros bens da Grande Secretaria, alguns deles que viriam a ser vendidos posteriormente por não ser possível conservá-los, o que indicia um funcionamento muito deficitário entre 1929 e 1935. Na realidade, os Livros de Registo Geral mostram a irregularidade dos registos de novos maçons e de subidas de grau, a partir do início da década de trinta.

Neste contexto foi também feito um acordo entre o Grémio Lusitano e o Grémio Luso-Escocês, em janeiro de 1932, no sentido da utilização das instalações deste sediadas na Rua de S. Pedro de Alcântara.¹¹⁵ O acordo não foi fácil nem pleno, já que o Grémio Luso-Escocês exigia a integração de todos os membros do Grémio Lusitano no Grémio Luso-Escocês, na prática absorvendo-os, e também pelo alto valor da renda exigida, mil e oitenta escudos mensais, aos quais acresciam as despesas de limpeza, água, iluminação e guarda. No entanto, e na prática, o acordo

¹¹³ *Documentos vários*, Arquivo de João Alves Dias. Publicado no nº 1 da revista *O Rebelde*, com data de 1985, p. 28, vem referido que “chamados, o Ir.: Pereira Crespo, último Ministro da Marinha do anterior regime, pediu escusa com uma carta delicada”. António Ventura informa-nos que Pereira Crespo pediu escusa do Levantamento de Colunas da Loja Rebelde, em 1975, com a argumentação de ter sido Ministro da Marinha do governo derrubado em 1974 (VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 826). Por seu lado Fernando A. C. David e Silva relata-nos um episódio ocorrido em Outubro de 1973, na sua opinião revelador da postura ética do almirante Crespo, relatado por Martins Guerreiro: “quando lhe entregamos o abaixo-assinado de 24 de Outubro de 1973, que contém 312 assinaturas de oficiais da Marinha no ativo, no qual se manifesta a repulsa por algumas atitudes de elementos das Forças de Segurança relativamente a militares da Armada e a disposição de encontrar as respostas adequadas, o ministro lê o texto que diz poderia subscrever se estivesse na nossa posição, olha para as dez ou doze folhas de papel selado cheias de assinaturas, pede (...) um envelope branco (...) onde encerra o abaixo-assinado, escreve no rosto “Pertence ao C/Almirante Manuel Pereira Crespo” e entrega-mo dizendo o seguinte: “Para ter a certeza que se acontecer alguma coisa a qualquer um destes oficiais, não é por ter assinado este documento, você ficará o fiel claviculario” (SILVA, Fernando A. C. David e, Manuel Pereira Crespo – o último ministro da marinha, conferencia integrada no ciclo “Construtores do País que somos” e realizada na Escola Oficina nº 1 em 26 de novembro de 2015 p. 16, cit. Martins Guerreiro, *Anais do Clube Militar Naval*, 1 a 3, janeiro-Março de 2000, p. 143);

¹¹⁴ *Processo da Loja Paulo Dias Novais, de Malange, Angola – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹¹⁵ Existe um contrato de arrendamento em Arquivo com data de março de 1932 em nome do Grémio Luso-Escocês;

já vinha de trás, porque Norton de Matos teria ali tomado posse enquanto Grão-Mestre do GOLU.

No acordo propunha-se também a regularização da Loja Aliança no GOLU, do qual havia saído em 1928. Não havendo na correspondência das Lojas uma significativa profusão de referências a este acordo, a verdade é que a fazer fé num conjunto de atas da Loja Liberdade, de Lisboa, permite-nos confirmar o acordo, ainda que não extensivo a uma grande quantidade de Lojas. Numa ata de 21 de março de 1931 é feita uma referência à “aproximação à Luz Soriano”, provavelmente referindo-se a uma Comissão que foi constituída pelo Grémio Lusitano, o que não impediu escritos de parte a parte, nem sempre agradáveis. À sugestão de que o Grémio Luso-Escocês viveria momentos difíceis que motivassem a necessidade do aluguer, respondeu este numa carta sem data:

“(…) Ao contrário do que V. Exas. Julgam, este Grémio não tem dificuldades algumas de se manter. Teria, sim, dificuldade em manter por si só a grande instalação que ocupa, mas uma vez que subloque, como já teve parte dessa instalação, a restante, onde tem os seus templos, pode mantê-la com os seus próprios recursos. E ainda, no caso improvável de não conseguir arrendatário, terá a solução de se mudar para uma instalação mais modesta onde continuará exercendo a sua função.

O que este Grémio pensou foi que havia grande conveniência para o Grémio Lusitano, portanto para a ordem maçónica em lhe facultar uma outra instalação em que ele se desdobrasse e onde (...) pudessem as suas várias secções realizar as suas sessões, ou os seus órgãos dirigentes suas reuniões (...)”.¹¹⁶

Invocava o Grémio Lusitano que ambas as instituições eram agremiações independentes, pelo que a ideia de desdobramento era equivalente a uma dupla filiação ou mesmo uma absorção. Apesar das dificuldades de entendimento, Norton de Matos, em face do encerramento do Palácio Maçónico, tomara posse nas instalações do Grémio Luso-Escocês, em 30 de abril de 1930,¹¹⁷ conforme o Decreto nº 18 de 10 de abril desse ano. Para a História há também uma carta do Grémio Luso-Escocês, com data de 8 de janeiro de 1932, onde ainda não é clara a situação, mas onde este Grémio reconhece ser, nessa data, apenas constituído pela Loja Aliança.¹¹⁸ Por fim, numa outra ata da Loja Liberdade, de janeiro de 1933, pode ler-se que “o Cons.: da Ord.: alugou a sede do Grémio Luso-Escocês, para as

¹¹⁶ *Documentos vários*, Arquivo de Fernando Marques da Costa;

¹¹⁷ Apesar do Palácio Maçónico ter sido reaberto pouco tempo antes. Cremos que a razão teriam sido as limitações impostas pelas autoridades ao número de participantes em reuniões;

¹¹⁸ *Documentos vários*, Arquivo de Fernando Marques da Costa;

OOf.: poderem reunir”,¹¹⁹ sabendo-se que também ali se realizaram algumas sessões da Grande Dieta do GOLU.

Refira-se que o encerramento forçado do Palácio desde 1929, à exceção do curto período em 1930, e apesar da situação de exceção vivida, não foi bem aceite por todas as Lojas. Nas atas da Loja Liberdade, em 19 de dezembro de 1931, pode ler-se que “por ter. sido encerrado o Pal.: Maç.: passam-se a fazer as reuniões em local oculto ao mundo prof.:”. Em 1932, sem data, aparece a abrir as notas desse ano que “continua encerrado o Palácio Maçónico. A Of.: entrou em triângulo”, acrescentando-se que em junho fora detido o Venerável, “tendo os ttrab.: da Of.: ficado suspensos durante 3 mezes”, e que a 12 fora assaltada a Grande Secretaria Geral.¹²⁰ Ainda assim, acrescenta-se na ata que este ano de 1932 se realizaram quinze sessões em grau de aprendiz e onze em Câmara do Meio. As atas de 1933 assinalam a abrir que “continua encerrado o Pal.: Maç.:”, ou seja, durante cerca de quatro anos, entre 1929 e 1933, com breves períodos em que foi autorizado a funcionar, o Palácio Maçónico esteve encerrado, total ou parcialmente, o que se revelou fatal para a componente administrativa e ritual da Obediência, e que hoje se vê refletido nos livros de registo de Obreiros. A veracidade do conteúdo destas atas pode ser confirmada pela Circular nº 14, de 28 de junho de 1932, atrás mencionada e que refere o “injustificado esbulho” do Palácio Maçónico.¹²¹

No seio da Maçonaria o funcionamento administrativo era francamente deficiente, apesar de se registarem cerca de oitenta Lojas em atividade¹²². Os boatos e as limitações impostas pelo governo, juntos com as dificuldades económicas tiveram como consequência imediata o enfraquecimento da ligação entre o Conselho da Ordem e as várias Lojas espalhadas pelo território nacional. Beneficiando da distância ao centro do poder, do trabalho desenvolvido localmente e ao facto de alguns governadores e funcionários públicos terem uma nomeação com origem na administração da I República, o impacto dessas limitações nas Lojas de Angola e de Moçambique foi relativamente menor que nas Lojas do continente. De qualquer das formas, consequência das limitações na sua atividade, dos constrangimentos económicos e dos constantes ataques à Maçonaria, em 1930 equacionou-se a

¹¹⁹ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹²⁰ Desconhecem-se mais elementos sobre este provável assalto a dia 12, do qual não é mencionado o mês de 1932. Admite-se que possa ser um assalto sem carácter político, já que mais nenhuma fonte maçónica o refere;

¹²¹ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹²² VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 709;

simulação da hipoteca do Palácio, então com o acordo do cônsul da Venezuela, a fim de o proteger contra uma eventual usurpação pela Ditadura.¹²³ Pensou-se também transferir para o consulado venezuelano a biblioteca e alguma documentação, o que não veio a acontecer. Estes factos são confirmados em diversa correspondência, quer de Cândido Carvalho, quer de uma carta sem identificação e que constam no Arquivo do Grande Oriente Lusitano.

Mas os assaltos não se resumiram ao Palácio Maçónico, em Lisboa. Recorde-se que no dia 11 de abril de 1929 haviam sido assaltadas pela polícia as instalações da Loja Redenção, em Coimbra, e detido o anterior secretário da Loja, Alberto Sanches. Uma carta assinada por Adelino Soares e dirigida ao Delegado Especial do Ministro do Interior refere que nesse dia 11, pelas 22 horas, o prédio nº 15 da Rua das Covas, foi assaltado pela polícia por suspeita de ali estar a decorrer uma “reunião política conspiratória” e do qual resultou “a prisão de dezoito indivíduos que se encontravam reunidos em sessão de carácter maçónico, sendo verificado que no referido prédio se encontravam instaladas três lojas maçónicas, Redenção, A Revolta e Portugal ”.¹²⁴

Um relato de António Augusto Franco descreve-nos que estando reunida a Loja Portugal, reunião na qual ele próprio participava:

“foi o edifício invadido por um agente da Polícia de Informação deste val.: acompanhado por uns quatro agentes de Segurança Pública, fardados, que nos intimou ordem de prisão, removendo-nos em seguida para o Governo Civil, onde se procedeu á organização do respectivo cadastro e em seguida fomos revistados e despojados de todos os papéis (...), sendo após isso internados em dois calabouços de capacidade para menos de metade dos indivíduos que ali fomos recolhidos. Aleguei a minha qualidade de oficial do Exército, para ser removido para o Quartel General, reclamação que apenas foi atendida duas horas depois, quando ao edifício chegou o respectivo director da P. de Informação (...). Devo esclarecer-vos que desde as primeiras horas da prisão afirmámos que não tratávamos de qualquer reunião política ou de hostilidade ao Governo da ditadura, mas éramos maçons que reuníamos em sessão da nossa Loj.:. Como todas as circunstâncias e documentos apreendidos pela Polícia confirmavam aquelas afirmações, apenas ficava de pé a acusação de contrariarmos as determinações do governo, não tendo comunicado aquela reunião, como está estabelecido. Ontem de dia foi a mesma Polícia de Informação passar busca ao edifício onde estão trabalhando as três OOfic.: deste

¹²³ Esta informação é prestada por Cândido Carvalho, que foi Grande Secretário Geral do GOLU;

¹²⁴ CARVALHO, António Carlos, *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913-1935*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Vega, 1993, p. 117;

Val.: (...). Quanto a mim continuo na mesma situação (...). Aos restantes 17 lhr.: foi-lhes aplicada uma multa pesada pelo delito de estarem reunidos em número de 18 sem licença ou conhecimento da autoridade administrativa. Essa multa foi de 3.500\$00 para o Ven.: (...), de 2.500\$00 para o lhr.: Leite Braga (...) e de 1.500\$00 para cada um dos outros (...). Qualquer destes lhr.: vive com bastantes dificuldades (...) de modo que se lhes torna impossível pagar aquelas pesadas multas (...).¹²⁵

Uma carta da Loja Redenção confirma que o assalto, além da Polícia de Segurança Pública, contou com o apoio da Polícia de Informação. Nessa mesma carta a Loja solicita a intervenção do Conselho da Ordem no sentido de providenciar a libertação dos maçons detidos, havendo também escrita à margem uma resposta do Conselho, que se deduz ser a uma carta anterior que não encontramos em arquivo, onde se lê que “deve informar-se esta Of.: (...) que o seu apelo para que as LLoj.: do Val.: de Coimbra tenham sede própria, não pode agora, infelizmente, ser atendido, devendo porém ser devidamente considerado quando, para tal houver oportunidade”.¹²⁶ Outras cartas referem uma situação difícil na Maçonaria coimbrã, e numa delas, com data de 13 de janeiro de 1928, portanto antes dos assaltos atrás referidos, pode ler-se que “não é viável entrar em actividade de ttrab.: porque alguns que fazem parte das luzes estão intimados a não saírem de suas casas depois do anoitecer (...)”.¹²⁷

No Porto, a Loja Invicta teve alguns problemas, em 1930, o que a levou a fazer as suas reuniões com elevada descrição. A Loja Vitória, em março de 1931, refere ter realizado “a sua primeira reunião, após nove mezes de interrupção forçada”, não sendo clara se essa interrupção foi consequência da pressão das autoridades, se por razões administrativas e de dissensões internas que por esta altura a Loja viveu.¹²⁸ Sabe-se, pelo relatório de um Inspetor que teria quarenta e três Obreiros e que reunia na Rua do Almada 99. Também em Mafra, no ano de 1931, uma carta do Triângulo local dá conta de que “os vidros das janelas e a porta do Templo das nossas reuniões apareceram partidos, sem que ao certo viesse ao nosso conhecimento qual ou quais foram os indivíduos que procederam ou mandaram proceder a tal selvajaria para afrontar a Nossa Augusta Ordem”.¹²⁹ Estas duas últimas referencias significam que a onda de assaltos iniciada em 1929 se prolongou

¹²⁵ *Processo da Loja Portugal, de Coimbra – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹²⁶ *Processo da Loja Redenção, de Coimbra – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹²⁷ *Processo da Loja Redenção, de Coimbra – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹²⁸ *Processo da Loja Vitória, do Porto – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹²⁹ VENTURA, António, *A Maçonaria no Concelho de Mafra (1910-1935)*, Ericeira, Ed. Mar de Letras Editora, 2009, p. 73;

durante alguns anos, constituindo-se como forma de desarticulação e enfraquecimento da Maçonaria.

As pressões podiam, no entanto, assumir outras formas que não a de um assalto às instalações. A Loja Revoltar, de Almada, com data de novembro de 1934, dirige uma carta ao Grão-Mestre onde solicita autorização para se mudar de Almada para Lisboa: "a Resp.: Loj.: Revoltar nº 464, com sede no val.: de Almada, realiza desde há muito os seus TTrab.: maç.: neste Or.: de Lisboa dadas as precárias condições de segurança existentes no val.: respectivo", carta esta que reiterava os problemas mencionados já em julho desse ano, onde a Loja referia "não existirem as condições indispensáveis de sigilo e segurança" dos trabalhos.¹³⁰

Em matéria de perseguições há aqui também que referir algumas tentativas de intrusão nas reuniões maçónicas. A Loja Liberdade, de Lisboa, relata a 5 de maio de 1933, em carta dirigida ao Conselho da Ordem, que:

"constando-se que se apresentou na Resp.: Loj.: Fraternidade ao Val.: de Viana do Castelo, com uma credencial desse Ven.: Cons.: como pertencente a esta Aug.: e Benem.: Loj.: um indivíduo de nome Plácido, que se dizia agente de seguros e pretendeu saber se aquela Resp.: Loj.: efectuava ttrab.: mmaç.: vimos declarar que esta Resp.: Loj.: não tem no seu quadro lr.: algum com o nome prof.: ou maç.: de Plácido e de que não pediu aquele documento, parecendo-lhe que deste facto se deve avisar outras OOfic.:".¹³¹

Outra situação ocorreria em Ponta Delgada, com a Loja Silêncio e Ação, em setembro de 1933, que viu uma das suas sessões interrompidas pela polícia.¹³² Já vinha de trás um ambiente tenso, havendo documentos da Loja referem que

"(...) a sede da Silêncio e Acção é San Roque, mas devido a já estar descoberta (...) a reacção não descança, e já está de atalaia e a imprensa clerical já deita as suas piadas, e porque é desvantajoso sermos surpreendidos na freguesia onde o povo fanatisado pelo padre nos vigia, resolve-mos fazer as nossas reuniões em Ponta Delgada (...)".¹³³

¹³⁰ *Processo da Loja Revoltar, de Almada – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹³¹ *Processo da Loja Fraternidade, de Viana do Castelo – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹³² LOPES, António, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792-1935*, Lisboa, Ed. Ensaius, 2008, pp. 206 a 209 e 333 a 334;

¹³³ *Fundo de Polícia / Comando de Ponta Delgada*, Caixa 1, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

O episódio ocorreu num ambiente social e político tenso, com greves e manifestações em Ponta Delgada. Em pano de fundo a discussão sobre o projeto de Constituição a ser plebiscitado e uma conferência promovida por Francisco Luís Tavares e intitulada “A democracia e a Nação”. Este assalto da polícia à Loja, reunida na Pensão Drumond, em Ponta Delgada, pertença de Eduardo Diogo Drumond e que ocupou diversos cargos em Loja, é tardio em relação a episódios semelhantes, não deixando de ter em comum o ambiente anti-maçónico predominante.

Na Ordem de Serviço da Polícia de Ponta Delgada pode ler-se que

“tendo recebido ordem de S. Excelência o Senhor Governador Civil do Distrito a indagar a natureza de uma reunião a realizar-se hoje, na Pensão Drumond, sita à Rua do Meio, desta cidade, tendo procedido às necessárias investigações e sabendo encontrarem-se reunidas mais de vinte pessoas, a sua maioria considerados inimigos da Ditadura Nacional, que me acompanhem imediatamente dez praças e o sub-chefe Manuel de Almeida Pavão, a fim de proceder-se a um assalto ao dito local e respectivas buscas, ficando detidas para averiguação as pessoas lá encontradas (...)”.¹³⁴

A sessão destinava-se à iniciação de dois novos maçons, Artur Figueira Moniz e Laurénio Rodrigues Cabral e, simultaneamente, à realização de um ágape em honra de Alfredo Antunes, membro do Grande Oriente Lusitano Unido, que presidiu à sessão e que estava de passagem pelos Açores, facto que levou a polícia a especular tratar-se de um elemento de ligação. Refira-se que, nesta ação policial, foram também presos alguns maçons da ilha pertencentes a outras Lojas, que se encontravam na sessão como convidados.

Sobre este acontecimento, uma informação da Loja dirigida ao Conselho da Ordem do GOLU, datada de 20 de Março de 1934 e com a referência de “2ª via”, informa que:

¹³⁴ *Fundo de Polícia / Comando de Ponta Delgada*, Caixa 1, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. Documento datado de 30 de Setembro de 1933 às 23 horas. Foram detidos Eduardo Tiago Drumond, proprietário da Pensão, Elviro Justino dos Santos Camacho, José Casimiro da Silva, Rufino Mário Pedrosa, Teófilo Sá da Ponte, Viriato Domingues Júnior, Artur Figueira Moniz, Laurénio Rodrigues Cabral e Walter Xavier de Sousa, todos da Loja Silêncio e Ação. De outras Lojas açorianas presentes na sessão, foram detidos Silvino Pacheco Simões, Ilídio Bettencourt de Andrade, José Tavares de Rezendes Júnior, Abel Machado Macedo Júnior e Alfredo de Sousa Mota, todos da Loja Companheiros da Paz, Henrique Lima Gomes, que pertenceu às Lojas Antero de Quental e 8 de Abril, José Pacheco do Canto e Virgílio de Oliveira, ambos da Loja Antero de Quental e ainda Alfredo Antunes;

“tendo sido comunicado ao Cons.: da Ord.: em nossa pr.: de 18 de Outubro de 1933 (e.:v.:) as ocorrências aqui passadas na noite de 30 de Setembro para 1 de Outubro do dito ano, em que esta Resp.: Loj.: foi assaltada pela polícia, sendo presos todos os seus membros e muitos visitantes que vinham assistir à iniciação de nossos dois novos Ilr.: Laurénio Rodrigues Cabral e Artur Figueira Moniz (...). Como foi dito nessa pr.: de 18 de Outubro, foi apreendido o arquivo desta Resp.: Loj.:, sendo restituído posteriormente, à excepção do copiador geral que ainda não nos foi entregue (...) “. ¹³⁵

Nos interrogatórios que se seguiram a esta ação policial é notória a preocupação dos Irmãos detidos em causarem o mínimo de estragos às estruturas maçónicas ou a outros Irmãos da ilha, mesmo sobre factos em que estavam envolvidos. Por vezes, quando confrontados com provas documentais afirmaram “não ter prestado atenção a esses pormenores” ou simplesmente invocarem o seu desconhecimento. Uma das grandes questões destes interrogatórios refere-se à existência de armamento desembarcado na ilha, através do veleiro Celestina Duarte. O principal acusado era António Guilherme Francisco, cabo de mar em Vila Franca do Campo e membro da Loja Antero de Quental, existente naquela vila. No relatório policial, um dos inquiridos, não maçom, confirma tratar-se de um boato e de ter-se apurado que o barco descarregara sal e não armas. Este boato afigura-se como compreensível por ser uma preocupação da Ditadura a existência ou não de armas que apoiassem alguma eventual rebelião.

Apesar do rude golpe que a Loja sofreu, ele não foi suficiente para acabar com a sua atividade, havendo registos de sessões e iniciações até 1935.

5.2 – Nas colónias

Outras situações semelhantes a Lisboa e Coimbra ocorreram noutras geografias. A Loja Independência Nacional, em Luanda, viu as suas instalações assaltadas e os seus documentos apreendidos pelo administrador da Colónia. Uma carta da Loja, datada de 2 de abril de 1930, dá conta ao Conselho da Ordem do acontecido na

¹³⁵ *Processo da Loja Silêncio e Ação*, de S. Roque, Arquivo do Grande Oriente Lusitano

noite de 29 de novembro de 1929, quando se realizava uma sessão de homenagem a António José de Almeida. Uma outra carta esclarece que foram duas as Lojas que foram assaltadas, sedeadas num único local, terminando com um apelo à harmonia e à união dos maçons de Luanda, a par com algumas críticas à assiduidade dos Obreiros e do objetivo de recuperar alguns deles afastados dos trabalhos maçónicos.¹³⁶

Também em Luanda, nas mesmas instalações, trabalhava a Loja Pátria Integral que, em 3 de março de 1930, dava conta das dificuldades colocadas pelas autoridades em devolver as instalações e em restituir os livros de atas e alguns processos pertencentes às duas Lojas. Numa carta desta Loja dirigida ao Conselho da Ordem, pode ler-se que o governador da Colónia tinha por objetivo “conseguir uma ordem do Governo Central para mandar fechar todas as LLoj.: mmaçon.: (...) com o fundamento de que elas têm entendimentos com a União Sul-africana (!) atinentes á ideia separatista!!!”. E mais adiante acrescenta-se que “é calva demais a acusação anti-patriótica, para nós colonos, que longe da Terra-Mãe, se é possível, ainda mais exaltamos a nossa Pátria que aqui a ela dedicamos toda a parte idealista do objetivo final dos nossos interesses privados”.¹³⁷

A correspondência da Loja Pátria Integral esclarece-nos que as autoridades tentaram selar as instalações, o que se mostrou impossível, e que no dia seguinte se procederam a interrogatórios. É muito curiosa, no entanto, uma passagem desta carta que refere:

“devem ter sido encontrados, nesta busca de esbirros, além dos rituais, grande parte do arquivo da Loj.: Ind.: Nacion.: e o nosso nôno livro de Arqit.: Ger.:, prudentemente oculto na base da Coluna J, sem falar nos livros de presenças e de Visitantes no altar do Secr.: com o último expediente”.

Uma outra carta, que relacionámos com estes acontecimentos, que sabemos ser do Porto mas que não conseguimos identificar, dá conta de um livro de atas de uma destas Lojas de Angola que estaria a ser fotografado numa loja de fotografia da rua Passos Manuel, no Porto, por indicação de dois membros do Integralismo Lusitano. Na realidade, a correspondência das Lojas de Luanda confirma a ligação dos assaltantes ao Integralismo Lusitano e a um grupo apoiante do governador Filomeno da Câmara. Sabe-se também que grande parte do arquivo da Loja Pátria Integral

¹³⁶ *Processo da Loja Independência Nacional, de Luanda – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹³⁷ *Processo da Loja Pátria Integral, de Luanda – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

saiu de Luanda e foi escondido no Lobito, razão pela qual a correspondência desta Loja, ao Vale de Luanda, por vezes vem identificada como situando-se no Lobito.

Do Triângulo nº 271, do Lobito, vem-nos um esclarecimento adicional ao referir que, além da Loja Pátria Integral, foram também assaltadas as instalações do Grémio Português de Luanda, uma organização civil, oriunda do século XIX e que servia de cobertura à atividade da Maçonaria em Luanda, de onde foram retirados dali, “pela violência” os seus livros.

Por outro lado, embora importantes, as tensões vividas em Angola não se resumiam às questões económicas ou às relações da colónia com a metrópole. O assassinio de Alfredo Morais Sarmiento ou a nomeação de Filomeno da Câmara, associado à tentativa de golpe militar em 1925 e um putativo candidato a ditador que o regime entendera mais seguro nomear para funções em Angola, longe do poder em Lisboa, são exemplos de motivos de tensão. Tal como o eram os escritos monárquicos e integralistas que agitavam a vida em Luanda. Datado de 26 de abril de 1930, um panfleto monárquico que acusa os “altos funcionários mações, que condicionam e dirigem a acção da maior parte dos ministros”.¹³⁸ Assinam este documento nomes grados do integralismo que em Angola era particularmente ativo: Afonso Lopes Vieira, Alberto Monsaraz, José Pequito Rebelo, Hipólito Raposo e João de Vasconcelos e Sá.

É claro também que estes assaltos tiveram consequências significativas sobre o trabalho maçónico. Uma carta, da Loja Tavares de Carvalho, de Nova Lisboa, com data de 25 de agosto de 1931, refere que teve de colocar “*a bom recato*” todo o seu arquivo, por ter sido avisada da intenção de serem feitas buscas por ordem de Filomeno da Câmara. Um ano depois, com data de 3 de dezembro de 1932, a Loja escrevia ao Conselho da Ordem dizendo que:

“há muitos lrr.: espalhados por Angola que, por descuido e falta de fé uns, por prudência outros, e por traição outros, se encontram há muito tempo nas cómodas situações de a coberto ou de licença. Os primeiros, por não sentirem bem os perigos que atravessamos, estão constantemente a prejudicar-nos, cometendo leviandades das quais muitas vezes sofremos desagradáveis e desnecessárias consequências”.¹³⁹

¹³⁸ *Publicações várias (miscelânea)*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹³⁹ *Processo da Loja Tavares de Carvalho, de Nova Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Por seu lado a Loja Paulo Dias de Novais, de Malange, Angola, relata numa das suas cartas, com data de 1931,

“o propósito de ser feito um assalto ao nosso Grémio e de serem perseguidos todos os maçons desta vila, muito especialmente os que sejam funcionários públicos. Isto pela simples razão de alguns Ilr.: manifestarem publicamente certo regozijo pelos acontecimentos da Madeira e implantação da República em Hespanha”.¹⁴⁰

Aliás, segundo relatos de outras Lojas, esta e a Loja Tavares de Carvalho, de Nova Lisboa¹⁴¹, serão das Lojas mais perseguidas nas Colónias, sendo referido na sua documentação que houve o cuidado de resguardar em local seguro diversa documentação.

6 - A solidariedade maçónica

O ano de 1927 assinalou a primeira grande vaga de militares e funcionários públicos demitidos das suas funções por motivos políticos. As razões encontram-se nas revoltas de 3 de fevereiro no Porto, 4 no Algarve e 7 em Lisboa, revoltas que, como já referimos, se caracterizaram pela sua extrema violência. Aos demitidos das suas funções, quer no meio militar, quer no funcionalismo público, temos de adicionar os muitos outros que foram igualmente deportados, presos ou simplesmente demitidos dos seus empregos e cujas vidas sofreram uma conseqüente alteração de rumo. Na verdade, e no âmbito deste trabalho, consultámos muitas cartas pessoais e até diários, sendo transversal a todos estes documentos os dramas pessoais dos deportados, expressos na ansiedade de uma carta que demora a chegar, nas saudades das esposas e filhos, na dúvida se esses familiares terão força para esperar ou se os voltarão a ver, nas dificuldades económicas vividas por si e pelos seus familiares, ou simplesmente na falta de notícias da metrópole, a par com um sonho igualmente comum: o de que a “sua revolução” interrompida pela sua prisão

¹⁴⁰ *Processo da Loja Paulo Dias de Novais, de Malange – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. A propósito da implantação da República em Espanha várias Lojas manifestam o seu apoio. A Loja Vitória, do Porto, chega a manifestar o seu “mais veemente protesto contra o assassinato dos dois oficiais espanhóis em Jaca, Fermin Galan e Garcia Hernandez, heroicos paladinos da democracia espanhola e vítimas da reacção e clericalismo, desejando que este protesto seja transmitido ao Gr.: Or.: com o pedido de que seja dado conhecimento à Maç.: espanhola juntamente com os protestos da nossa maior solidariedade e sincera repulsa por este doloroso acontecimento”. Por isso, alguns iniciados nas décadas de trinta e quarenta na Maçonaria portuguesa vão adotar o nome simbólico de Galan;

¹⁴¹ Atual Huambo;

teria conhecido o triunfo, lá longe na distante Lisboa. Dramas aos quais os deportados juntavam o isolamento, o desenraizamento social e a doença de climas e terras estranhas, de que encontramos relatos referentes à Guiné, Angola, Cabo Verde ou Timor. Sobressaem igualmente de muitos dos relatos de deportados e presos políticos, os atos de mesquinhez e de verdadeiro ódio praticados pelos defensores da Ditadura.

Quando olhamos para as listagens de deportados, especialmente de militares que são mais rigorosas, vemos largas centenas de nomes, o que ainda hoje nos impressiona pela quantidade e pelas consequências individuais ocorridas. Refira-se que em finais de 1926 já a Loja Luz e Liberdade, de Braga, havia sugerido um imposto maçónico especial, designado de “pecúlio maçónico”, com a intenção de auxiliar a família de maçons falecidos. Não tendo sido aplicado, a ideia acaba por ser recuperada com a criação, em 1935 pelo Decreto não datado nº 43, do “escudo maçónico”, um imposto que incidia sobre todas as capitações, aumentos de salário e credenciações e destinado ao apoio a maçons em dificuldades, ou às famílias de maçons presos e deportados. Cabe, pois, aqui referir o papel desempenhado pelos sistemas de solidariedade internos à Maçonaria, criados pelo Conselho da Ordem entre 1927 e 1935 no sentido de apoiarem economicamente os Irmãos deportados e integrá-los socialmente nos locais de destino. Uma circular do Conselho da Ordem datada de 1 de abril de 1927 referia que:

“são em grande número os obreiros da Obediência que se encontram presos, homiziados ou sofrendo dolorosas perseguições que não só a eles mas às suas famílias trazem dificuldades muito graves a que é mister dar urgente remédio na medida do possível (...). À solidariedade maçónica compete proporcionar (...) um pouco de conforto, amparando-os materialmente dentro das possibilidades do numerário que se obtenha (...).¹⁴²

Refira-se que paralelamente a estes apoios a Liga de Paris apoiava economicamente também alguns deportados, especialmente em França e na Bélgica, sendo relevante a sua importância para muitos deportados oriundos das colónias. Neste contexto e referente ao apoio aos presos havia igualmente pessoas e empresas que nada tinham a ver com a Maçonaria, mas das quais encontramos referências em cartas e Diários consultados: a Casa Havaneza, ao Chiado, em Lisboa, da qual há vários registos de enviar tabaco para os presos das revoltas, envio gratuito e por norma por intermédio de outros militares. Também gratuitas

¹⁴² VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, pp. 643 e 644;

foram muitas das consultas do Dr. Pulido Valente a presos, alguns deles regressados da deportação em África e afetados por doenças ali contraídas.

A Obediência, em face da situação política, vivia também algumas dificuldades económicas motivadas pelo grande número de maçons e famílias que apoiava, às quais se deve ainda juntar a instabilidade interna já aqui referida e até algumas vozes desalinhadas com estas medidas solidárias. Podemos, em 1929, encontrar uma carta da Loja Montanha opondo-se à forma como a Loja Fraternidade Colonial se expressava sobre estes apoios, sublinhando a importância que os meios a que o Conselho da Ordem

“lançou mão para estabelecer esta obra de solidariedade que tanta miséria tem evitado e que ninguém pode censurar. É possível que na maneira de obter recursos haja motivos para críticas e que também na distribuição de subsídios se não se tivesse seguido sempre o critério de igualdade que seria de desejar (...). Exigir, porém, que cessem subitamente os subsídios quando a manutenção de muitas pessoas deles depende, parece-nos exagero sem nome (...). Um servidor leal da situação não pediria mais”.¹⁴³

No mesmo sentido se pronuncia a Loja Liberdade e Progresso, do Porto, sublinhando que o Fundo Especial de Solidariedade não possuía valores suficientes para acudir a todos, referindo que nunca na Maçonaria se exercera a solidariedade em tão “pitorescas” condições e que a Maçonaria não era uma associação de socorros mútuos, acrescentando ainda que a solidariedade não era esmola. Em condições difíceis e admitindo alguns erros, verificamos, em simultâneo com grandes exemplos de solidariedade, alguns outros de falta dela e de incompreensão para com as estruturas dirigentes da Maçonaria, limitadas pelo regime, pela quantidade de casos envolvidos e até pela deficiente estrutura maçónica então existente. Por vezes as palavras são duras, talvez até injustas, como acontece num documento da Loja Liberdade e Progresso, com data de 1929, onde se pode ler: “atente nisto o actual Conselho da Ordem. Faça exame de consciência e se reconhecer que não possui a envergadura necessária para arcar com as responsabilidades do cargo, não prejudique por mais tempo os sagrados interesses da Ordem”.¹⁴⁴ Em pano de fundo vivia-se um clima de instabilidade no próprio seio do Conselho da Ordem, que permitem enquadrar estas palavras. Em 1932 a posição das Lojas do Porto é já diferente, evoluindo para uma efetiva solidariedade. Numa

¹⁴³ *Processo da Loja Montanha, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁴⁴ *Processo da Loja Liberdade e Progresso, do Porto – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

reunião patrocinada pela Loja Liberdade e Progresso, na qual tomam parte todos os Veneráveis de todas as Lojas ao vale do Porto, é lançada a proposta de uma capitação extraordinária de cem por cento para um fundo especial de solidariedade.

Os apoios, que podiam ser extensíveis às famílias, nomeadamente esposas e viúvas ou filhos, remetem-nos para a farta documentação nos Arquivos do Grande Oriente Lusitano. Sublinhe-se que este apoio foi também superiormente desempenhado pelas Lojas locais, com destaque particular para as Lojas 8 de Abril, em Angra do Heroísmo, Companheiros da Paz, em Ponta Delgada, Lusitânia, Pátria Integral, Pátria Livre e Tavares de Carvalho, todas de Angola, e ainda as Lojas Cruzeiro do Sul, Gomes Freire e Oriental em Moçambique. Todas apoiaram ou receberam e integraram nos seus quadros Irmãos deportados. Refira-se aqui uma carta da Loja Pátria Integral, de Luanda, onde se pode ler que “a Maç.: é alheia às ideias políticas dos seus Ilr.: e a todos nos cabe prestar-lhes toda a nossa solidariedade”.¹⁴⁵ Cite-se também uma carta da Loja 8 de Abril, de Angra do Heroísmo, com data de 1932 e dirigida ao Conselho da Ordem e onde se pode ler:

“todavia se alguns dos nossos RR.: Ilr.: ou pprof.: que ainda aqui se encontram vierem a ser julgados neste Val.: desnecessário é afirmar-vos que podeis ter a absoluta certeza de que esta Loj.: empregará os máximos esforços de que disponha no sentido de que aos mesmos seja prestada a necessária defeza, embora, conforme era de preferir, tal encargo não possa ser confiado a Advogado ou Oficial do Exército que seja maç.: (...). É nosso dever ainda informar-vos de que em nenhum dos oficiais do exército que actualmente prestam serviço nesta cidade deposita esta Of.: confiança suficiente para garantir que da aludida defeza se encarreguem e muito menos que, em caso afirmativo, a fizessem com dedicação e desassombro imprescindíveis ao bom e útil desempenho de tal missão”.¹⁴⁶

A este propósito refira-se a tentativa de constituição de um Triângulo no Funchal a partir de maçons para ali deportados e cuja organização estava a cargo de Tavares de Carvalho,¹⁴⁷ mas que, ao que sabemos nunca se concretizou. A cada nova insurreição contra o governo da Ditadura correspondia uma nova vaga de demissões e deportados. É verdade que, como diz Carlos Enes,¹⁴⁸ que o governo se

¹⁴⁵ *Processo da Loja Pátria Integral, de Luanda – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁴⁶ *Processo da Loja 8 de Abril, de Angra do Heroísmo – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁴⁷ *Fundo DBG Documentos Bernardino Machado*, correspondência, pasta 07039.134, Fundação Mário Soares;

¹⁴⁸ ENES, Carlos, *Oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo nos Açores in Atlântida*, vol. LI, Angra do Heroísmo, Ed. Instituto Açoriano de Cultura, 2006, p. 170;

libertava dos opositores no continente, mas lançava nas ilhas as sementes da contestação.

7 - A intranquilidade vivida no seio da Maçonaria

Referia o Conselho a Ordem, em janeiro de 1929, que “na crise tremenda que a sociedade portuguesa atravessa, a nenhum cidadão é lícito descurar os seus deveres cívicos”.¹⁴⁹ Logo na sua primeira mensagem, em 30 de abril de 1930, Norton de Matos alertava as Lojas para a difícil situação vivida pelo país em geral e pela Maçonaria em particular. Ainda assim, propunha que a Maçonaria usasse todos os meios pacíficos para desviar do país as calamidades que o ameaçavam. Entretanto, a 11 de junho de 1929, na sequência dos assaltos ao Grémio Lusitano, seria publicada a Circular nº 1 emanada do Conselho da Ordem, presidido por José da Costa Pina, que determinava que todas as Lojas deveriam triangular¹⁵⁰ e efetuar assim os seus trabalhos, desenvolvendo as suas principais atividades ao nível de um ou mais Triângulos, constituídos por três a cinco Obreiros. Mesmo nos locais onde ainda era possível a realização de reuniões deveria ser aplicada a regra da triangulação, independentemente das reuniões de conjunto, cuja realização ficava ao critério dos Veneráveis, que se deviam manter em contacto permanente com os presidentes dos Triângulos e com o Conselho da Ordem. As Lojas dividiam-se a partir dos seus Oficiais, já que se afirmava que os presidentes dos Triângulos eram as Luzes e Oficiais das Lojas e, se estas não fossem suficientes, o Venerável nomearia os Obreiros que fossem precisos entre os mais assíduos aos trabalhos. Por seu lado, as Luzes formariam a principal reunião de Triângulos, espalhando informações e trabalhos maçónicos pelos restantes Triângulos. As iniciações seriam feitas no Triângulo principal com a presença do Presidente do Triângulo onde tivesse sido feita a proposta, transmitindo-se o resultado aos restantes Triângulos.

¹⁴⁹ *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, nº 1 a 4 ano de 1929, Ed. Grande Oriente Lusitano Unido, 1929, p. 49;

¹⁵⁰ *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, nº 6, ano de 1929, Ed. Grande Oriente Lusitano Unido, 1929, pp. 15 a 18. Provavelmente devido à instabilidade administrativa vivida no Grande Oriente, esta Circular tem o mesmo número da mencionada anteriormente e referente a janeiro. Aproveita-se para esclarecer que Triângulo é uma estrutura maçónica mais elementar que uma Loja e que previsivelmente deverá evoluir para esta forma pelo aumento do seu número de obreiros. Ao impor a triangulação das Lojas o Conselho da Ordem determinava a simplificação das Lojas, tornando-as menos vulneráveis face às forças afetas à Ditadura;

Para exaltação ao grau de Mestre e acima do grau 4, existiam Triângulos ao longo do país especificamente designados para esse fim, e em função do grau dos seus componentes. Há documentação que nos informa da existência de Triângulos, consequência da Circular nº 1, em Castelo Branco, Moimenta da Beira e Idanha-a-Nova para a exaltação ao grau 3, na Pampilhosa da Serra, Castelo Branco e Avis para a iniciação no grau 14, Aveiro e Anadia para o grau 15 e Pampilhosa da Serra para o grau 25, o mesmo se passando de forma semelhante em outros pontos do país. Um conjunto de instruções publicadas em anexo à legislação referente à triangulação definia ainda a criação de um Triângulo central nas regiões onde existissem várias Lojas, com a função de comunicar às Lojas desse Vale as deliberações do Conselho da Ordem. Haveria ainda um Triângulo Central da escolha do Conselho da Ordem, e composto pelos Veneráveis de seis Lojas de Lisboa, com as funções de estabelecer a ligação entre o poder executivo e as Lojas de Lisboa, aprovar ou rejeitar processos de Iniciação referentes a Lisboa mas, e este é o ponto mais importante, também com a função de “substituir o Cons.: da Ord.: quando este seja forçado pelas autoridades a deixar de exercer as suas funções”.

Estas normas estabeleciam também a existência de uma cifra, a redução da correspondência ao essencial e a não referenciação das Lojas pelo seu nome, mas apenas pelo seu número de matrícula. Compreendendo-se a dispersão e escassez de informação, determinava-se ainda que:

“a correspondência que seja forçoso mandar pelo correio será registada e redigida em termos inteiramente profanos, sem timbre e selo da Ofic.: , sem abreviaturas nem expressões maçónicas e versará apenas assuntos de carácter comum a todas as associações congéneres”.

No ponto 4 do artº 12 dessas instruções determinava-se ainda que

“a correspondência do poder executivo com o Triângulo Central e com os VVen.: das LLoj.: será inutilizada, logo após se haver dela tomado conhecimento”.¹⁵¹

O conteúdo da Circular nº 1 de 1929 evolui, do aconselhamento para triangular, para a determinação com força de decisão. Em 13 de Dezembro de 1930, a Circular nº 55A do Conselho da Ordem obriga à suspensão dos trabalhos de todas as Oficinas do Vale de Lisboa, determinando-se de novo a triangulação e esperando que ela “não represente de forma alguma uma diminuição da actividade maç.:”. O

¹⁵¹ *Circulares do Supremo Conselho*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Decreto nº 28, de 18 de maio de 1931, assinado pelo Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente Lusitano Unido, Joaquim Maria de Oliveira Simões, pelo Presidente do Conselho da Ordem, Manuel Maria Coelho, e ainda por mais quatro dignitários, é claro no seu artigo 1º ao referir que “todas as Oficinas a partir desta data trabalharão em estado de triangulação”.¹⁵² Era também determinado que o “estado de triangulação (...) manter-se-á enquanto durar a actual situação política, salvo deliberação em contrário da Gr.: Dieta”. Este reiterar da determinação da triangulação pode ser justificado pelo facto de as Lojas não terem aceite bem a triangulação e algumas delas se terem mesmo furtado a cumpri-la. A informação era complementada por um conjunto de normas anexas a este Decreto, onde se refere que “como profanamente só podem ter existência legal os grêmios, secções, etc. que tenham estatutos aprovados, as Oficinas designar-se-ão por Comissão de Propaganda de tal Região e funcionarão como Corpos Delegados do Grémio Lusitano”, ao mesmo tempo que se sublinhava que “os actos maçónicos são inteiramente secretos e subordinados às leis e preceitos maçónicos”.¹⁵³ Esta Circular representa o início de nova fase na vida do Grande Oriente Lusitano Unido através de uma orientação mais determinada.

Ainda assim, o Conselho da Ordem, pela Circular nº 37, de 13 de setembro de 1930, assinada por António Mimoso Guerra, ainda tenta a coordenação dos trabalhos produzidos nas Lojas. De certo modo no seguimento desta Circular, mas tendo em conta o assalto de maio de 1931, o Decreto nº 54, com data de 22 de julho desse ano, é bastante elucidativo do ambiente então vivido ao afirmar que:

“(...) a situação especial em que a nossa Aug.: Ord.: se encontra, necessita mais do que nunca, que entre o Cons.: da Ord.: e as OOfic.: da Obed.: e entre estas e os seus OObr.: se estabeleça um contacto íntimo e permanente, que permita ao Cons.: da Ord.: ajuizar dos ttrab.: realizados e da sua eficiência, e neles intervir, orientando e dirigindo, como lhe incumbe. O encerramento do Pal.: Maç.:, em Lisboa, e de alguns TTemp.: em outros centros urbanos do País, o assalto e destruição de outros no Continente e Colónias e, enfim, a perseguição odiosa e sistematicamente, que por todos os meios, se exerce contra a Maç.: torna, se não impossível, pelo menos difícil o trab.: permanente e proficuo das OOfic.:, a sua colaboração com o Cons.: da Ord.: e a superintendência deste. Impõe-se, pois, adoptar as medidas que as circunstâncias requerem, procedendo as LLoj.: da Obed.: à triang.: dos seus quadros (...). As LLoj.: às quais as circunstâncias não

¹⁵² *Decretos do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁵³ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

permitam realizar as suas sessões, nem por isso devem deixar de manter a actividade dos seus ttrab.:., dando execução às disposições regulamentares (...).¹⁵⁴ Este Decreto, além de uma função pedagógica lembrando as Lojas das razões da triangulação, relembra e complementa as normas do sistema de triangulação, a forma de funcionamento e os assuntos em discussão nas reuniões, havendo o cuidado de lembrar também que os Triângulos devem manter-se em contato com os Veneráveis das Lojas. A verdade é que o sistema de triangulação, implementado com vista a proteger as Lojas, prejudicou a dinâmica dos seus trabalhos. Várias cartas existentes no Arquivo do Grande Oriente Lusitano o referem, mas uma carta de 3 de julho de 1933 da Loja Vitória, do Porto, vai mais longe ao referir que para além da Loja as próprias estruturas do GOLU sofreram com isso, lembrando que “para efeitos de funcionamento de certos órgãos a triangulação é um defeito, e durante dois anos apenas os assumptos de grande urgência puderam ser tratados”.¹⁵⁵

O Decreto nº 54, atrás mencionado, referindo a situação especial em que se encontrava a Maçonaria portuguesa, determinava também um sistema de concentração e distribuição de documentos e correspondência. Cândido de Carvalho concentrava na sua casa, na Rua das Flores, em Lisboa, toda a correspondência enviada pelo correio. Alberto Carvalho, concentrava a correspondência do Porto, na Rua da Picaria. Miguel Chaves, ficava com a responsabilidade de Ovar e redondezas, o capitão António Augusto Franco responsabilizava-se pela zona de Miranda do Corvo. Figueira da Foz era da responsabilidade de Albano Duque, Lisboa e arredores estava a cargo de Quintela Emauz, na rua do Conde Redondo. O Minho, Douro, Trás-os-Montes e Beiras era da responsabilidade de José Gomes, na Rua Augusta, em Lisboa, a Estremadura era atribuída a Coelho Dias, na Rua dos Douradores, em Lisboa, as Ilhas a Adão Zambujo, na Rua dos Douradores, também em Lisboa, o Alentejo e o Algarve a Artur Ferreira Peres, na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa e por fim as Colónias a José Afonso Costa Júnior, na Rua do Arsenal, em Lisboa. Esta rede era articulada com a distribuição feita através de funcionários dos caminhos de ferro, por norma destinada a correspondência mais sensível, e onde se podem referir os nomes Félix Perneco, chefe da Repartição de Serviço de Movimento em Santa Apolónia, que centralizava essa correspondência e depois a enviava para António José Brandão,

¹⁵⁴ *Legislação 1933 – 1935*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁵⁵ *Processo da Loja Vitória, do Porto – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Chefe da Estação de Coimbra, ou para o Inspetor de Contabilidade no Porto, Gregório da Silva Marcelino. Demonstra isto as dificuldades administrativas e logísticas que o GOLU vivia, tendo de recorrer a moradas que eram de residência, de escritórios ou de lojas comerciais e empresas. Mas demonstra igualmente uma capacidade de adaptação e de resposta às dificuldades impostas, com a criação de uma rede pequena, mas relativamente complexa. Há registos de alguns destes destinos terem mudado ou de geograficamente se subdividirem, ao mesmo tempo que começaram a trabalhar delegados do Conselho da Ordem, fazendo relatórios pormenorizados sobre os responsáveis de cada Triângulo e o trabalho destes ao longo de todo o país, incluindo ilhas e colónias.

É neste ambiente de instabilidade que em dezembro de 1929 é eleito Grão-Mestre José Mendes Ribeiro Norton de Matos, com Oliveira Simões a assumir o cargo de Grão-Mestre Adjunto. Não foi um início auspicioso, com Ernesto Sá Cardoso a retirar a sua candidatura à presidência do Conselho da Ordem após duas votações inconclusivas,¹⁵⁶ gerindo muito dificilmente compromissos e situações de equilíbrios internos. Há também que referir que a pressão exercida sobre a Maçonaria não se confinou a esta apenas, mas estendeu-se a jornais e associações próximas da Maçonaria. Em novembro de 1930 a Loja Progredior, do Porto, dá conta de que:

“a polícia de informação desta cidade mandou encerrar, no dia 12 deste mês, vários jornais e associações de classe e de educação. Entre os jornais suspensos conta-se o Humanidade, dirigido e orientado, exclusivamente por MM.: de 4 OOf.: deste val.:, jornal este que apenas tem feito uma série de campanhas anti-clericais, defendendo assim os princípios da nossa Aug.: Ord.: e combatendo, como lhe cumpre, a ditadura que nos oprime e vexa. A Direcção do jornal Humanidade, segundo nos informa um Ir.: nosso, entregou hoje ao Ministro do Interior uma exposição em que se afirma ser aquele jornal tão somente dirigido por republicanos e não ter feição alguma comunista (...).”¹⁵⁷

Uma outra carta da Loja Luz e Vida, também do Porto, refere-se ao encerramento deste jornal, solicitando o apoio do Conselho da Ordem, usando palavras muito semelhantes às usadas pela Loja Progredior.¹⁵⁸

Enquanto Ramon Nonato de La Féria, em nome do Conselho da Ordem do GOLU, em Circular sem número e data de 15 de novembro de 1930,¹⁵⁹ apelava a uma

¹⁵⁶ *Publicações várias (miscelânea)*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Identificada como “Moção de Ordem” tem a data de 23 de abril de 1930, sendo confirmada pelo secretário da Dieta, António Rodrigues Direto, com a mesma data e a indicação “está conforme”;

¹⁵⁷ *Processo da Loja Progredior, do Porto – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁵⁸ *Processo da Loja Luz e Vida, do Porto – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

contra ofensiva da Maçonaria face às forças políticas mais conservadoras, os militares da direita republicana, muitos dos quais maçons, manobravam mais ou menos na sombra com vista a uma solução alternativa ao projeto político da I República, mas de onde estavam arredadas algumas concepções ditatoriais então em voga. Mesmo dentro da Maçonaria, a opinião não era igual quanto a forma de mudar o regime, se pelo confronto direto, segundo os velhos republicanos, ou minando o interior da Ditadura, segundo uma ala militar bastante ativa. A atração de muitos militares e maçons pelos pronunciamentos militares será uma constante até 1931, motivados por uma direita republicana que não se revia no regime, mas que após a instauração do Estado Novo gradualmente se integrará na União Nacional. Numa mensagem do Grão-Mestre Adjunto, Joaquim Maria de Oliveira Simões, dirigida à Grande Dieta, datada de 31 de Março de 1930, pode ler-se que:

“(...) a hora de provação que a Liberdade passa manda-nos preparar melhor a futura acção da Maç.: na política profana nacional. A desinteligência dos dirigentes políticos, seguida do desinteresse e da dispersão de muitos e valiosos paladinos da República, redundou em proveito da reacção. (...) Os mmaç.: nos mais altos Poderes, se não se compraziam, também não reagiam eficazmente ao escandaloso favoritismo e á demasiada transigência do Estado para com os rancorosos inimigos da República. Se então a Maç.: tivesse desejado e sabido querer, se as suas patrióticas sugestões, saídas do labôr das OOfic.: e da decisão dos Altos Corpos MMAç.:, houvessem sido realizadas pelo Estado e nos organismos políticos, como era mister, sob pena de irradiação dos mmaç.: desobedientes, não teria sido possível, sem um simples esboço de resistência, a súbita perda de tão importantes liberdades públicas, lentamente conquistadas com o duro sacrifício de tantos e tantos Ilr.: nossos.

Longe de mim pretender recriminar; neste olhar retrospectivo quiz apenas salientar, com a expressiva eloquência dos factos, a necessidade de mudarmos de tactica, actuando no mundo profano diferentemente do que se tem feito. Se senhores do Poder, os mmaç.:, em regra, não fizeram Maç.: na política profana, depois de maio de 1926 (e.: v.:) teem abandonado posições aos adversários, voluntariamente, por puridos de disciplina partidária e maçónica! Muitos, chamados a ocupar altos cargos do Estado, teem-nos regeitado, receosos de incorrerem no desagrado da nossa Aug.: Ord.:, e os poucos que os teem aceitado, por vezes superiormente autorizados, teem sido duramente censurados (...). Será isto fazer Maç.:? Julgo que não!

¹⁵⁹ *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor; Apenas possuímos uma circular na forma de minuta, mas com a data mencionada;

A obra da Maç.: é improficua, se limitada ao estreito ambito dos organismos liberais, onde menos precisa é. A Maç.: não pode cumprir a sagrada missão, que lhe incumbe, quando isolada por muralhas da China ou encerrada em torre de marfim. Ela, por metódica e persistente infiltração, superiormente autorizada e cautelosamente dirigida, deve procurar viver e trabalhar em toda a parte, e de preferência nas células vitais do Estado (...). Só assim a Maç.: conseguirá influir imperceptivelmente na direcção da política profana nacional, guiando-a no sentido da Lei Maç.:, como lhe compete. (...) Atestam-no, (...) outros importantes resultados obtidos pela Liberdade, de retumbancia no mundo profano, e que entendo dever calar por agora, o termos conseguido:

- restituir ás famílias muitos liberais e lhr.: nossos, tirados á prisão e ao exílio;
- fazer cessar infames torturas a presos políticos;
- fomentar a organização e legalização de corporações profanas liberais, de interesse político social (...).¹⁶⁰

É uma mensagem onde não apenas se analisa a situação interna da Maçonaria como se expressam algumas críticas “aos que teem abandonado posições ao adversário”, passando depois a enunciar um conjunto de medidas internas, e igualmente para o país, que constam do documento original.

Este ambiente refletia-se na atividade das Lojas, onde muitas cessaram a sua atividade devido às perseguições políticas, à desmotivação dos seus Obreiros ou simplesmente devido a dificuldades económicas e logísticas. Pode mesmo dizer-se que à medida que o novo regime político saído do golpe militar de 1926 se fortalecia, a Maçonaria enfraquecia de forma continuada e constante, processo que culminará em 1935 com a Lei 1901 de 21 de Maio. Apenas em dois breves momentos a pressão sobre a Maçonaria foi aliviada, durante o governo de Ivens Ferraz, de 8 de julho de 1929 a 21 de janeiro de 1930, e no ano de 1930, no governo de Domingos Oliveira, a tal ponto que a vida maçónica retomou alguma normalidade, ainda que se tenha mantido a triangulação determinada em junho de 1929 e prolongada em 1931. Compreende-se assim uma carta da Loja Cavaleiros da Luz e da Verdade, de Lisboa, queixando-se da falta de Templos para reunião no Palácio Maçónico, chegando a sugerir que algumas Lojas com menos Obreiros reunissem apenas uma vez por mês, o que é demonstrativo dessa normalidade retomada.¹⁶¹ Sublinhe-se

¹⁶⁰ *Fundo Documentos Diversos*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁶¹ *Processo da Loja Cavaleiros da Luz e Verdade, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Var. Cavalheiros da Luz e Verdade;

aqui o papel desempenhado por Oliveira Simões, sempre disponível para assumir os destinos da Obediência, seja uma primeira vez em 31 de maio de 1929, num período de turbulência e imediatamente antes de Norton de Matos ser eleito Grão-Mestre em dezembro desse ano, seja no período que medeia até à tomada de posse de Norton de Matos em 30 de abril de 1930, seja ainda em outubro de 1931, na ausência de Norton de Matos no estrangeiro.

Para trás fica também a vontade do reconhecimento do Grémio Lusitano pelo poder executivo. Sobre este assunto chega mesmo a ser elaborado um projeto de Decreto reconhecendo que o Grémio Lusitano representa o Grande Oriente Lusitano Unido e dando personalidade jurídica à Maçonaria. O documento é claro logo nas primeiras linhas do texto de abertura, onde se pode ler que “o Grémio Lusitano, em representação da Maçonaria Portuguesa, também denominada Grande Oriente Lusitano Unido”, continuando com a sua caracterização enquanto “instituição nitidamente republicana e extra-partidária” e culminando com a proposta de reconhecimento do Grémio Lusitano enquanto entidade benemérita e de utilidade pública, conferindo personalidade jurídica “à instituição denominada Maçonaria ou Maçonaria Portuguesa, que para todos os seus actos e contractos será representada activa e passivamente pelo Grémio Lusitano”. O documento, tendo em conta a sua data, de 1930 e estando na memória os assaltos de 1929, revela-se interessante pelo facto de prever que as autoridades não se poderiam imiscuir e perturbar as atividades do Grémio Lusitano. De facto, não passou de um projeto, mas constituiu uma reação do GOLU às pressões a que estava sujeito.¹⁶²

Um certo retorno à normalidade ocorre a partir de 1932, onde o acervo documental das Lojas reflete a existência de reuniões ao nível de Loja e já não de Triângulos. De qualquer das formas, não mais, durante a Ditadura, será recuperado o fulgor maçónico vivido antes de meados da década de vinte.

¹⁶² *Fundo DCD Documentos Carvalho Duarte/Simões Raposo*, pasta 04506.009.019, Fundação Mário Soares;

8 - O princípio das trevas - a Maçonaria entre 1930 e 1933

Sendo um elemento perturbador na vida das Lojas, a pressão exercida pela Ditadura sobre a Maçonaria ainda assim não se refletiu de igual forma em toda a Obediência. Essa pressão acentua-se a partir de 1929 e prolonga-se até 1935, com dificuldades específicas resultantes de questões internas, ainda decorrentes da morte de Magalhães Lima e de uma substituição eficaz deste. Os assaltos ao Palácio Maçónico e o seu posterior encerramento, agravam a débil organização administrativa espelhada nas interpelações ao Conselho da Ordem por iniciativa de algumas Lojas. Talvez fruto dos assaltos ocorridos em 1929, no ano seguinte o Decreto nº 26, de 28 de maio, determinou a reunião, inventariação, identificação, e classificação de todos os documentos, alfaias, estandartes, paramentos e joias existentes no Palácio Maçónico, nomeadamente as de maior valor histórico, que deveriam “conservar-se patentes ao livre exame e apreço do Povo Maç.:. expondo-os em logar próprio”, podendo ver-se nesta medida intenções de preservação, de acautelar esses bens e de motivação dos Obreiros. Apenas na Circular do Conselho da Ordem, sem número e datada de 24 de outubro de 1931,¹⁶³ se refere terem “sido removidas as dificuldades que entravavam o funcionamento do Gr.:. Or.:”, ao mesmo tempo que se apelava à rápida expansão da Maçonaria no país. Recorde-se que, após 1929 e até 1932, são vários os Decretos e Circulares sem número, não assinados ou com séries de numeração própria, fruto da desorganização do secretariado do GOLU pelo encerramento do Palácio Maçónico, sendo frequente o mesmo documento ser recebido em diferentes Lojas em datas muito díspares.

O ano de 1930 foi o momento da realização, em Braga, de 8 a 13 de julho, do Congresso Nacional do Apostolado da Oração, vulgarmente designado de Congresso Católico. A sua particular importância para a Maçonaria deve-se ao facto de, pela primeira vez, ali ter sido pedida, ainda que indiretamente, a sua ilegalização oficial. Por esta altura, significativamente, o almirante João de Freitas Ribeiro, membro da Loja Madrugada, de Lisboa, lembrava em carta de dezembro de 1930, que então se iniciava uma época de trevas para a Maçonaria.¹⁶⁴ Na realidade a situação interna da Maçonaria arrastava-se sem um rumo claro, primeiro pela morte de Magalhães Lima, depois de António José de Almeida, tendo o cargo de Grão-Mestre sido exercido de forma interina, com consequências na estabilidade interna,

¹⁶³ *Circulares do Supremo Conselho*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Esta Circular não está numerada, assim como não estão nenhuma das cópias existentes em arquivo;

¹⁶⁴ *Processo da Loja Madrugada, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

primeiro por António Augusto Curson, em 1928 e 1929, depois por Joaquim Oliveira Simões, em 1929 e 1930. Em dezembro de 1930 o Conselho da Ordem reafirma, em Circular enviada às Lojas, “a necessidade de atração da mocidade académica”, alargando a sua ação para além da propaganda e procurando cativar aqueles que se debatiam com dificuldades económicas através de bolsas de estudo, ou constituindo Lojas nos meios académicos, vontade esta que nunca se concretizou e que provavelmente tinha por base as dificuldades económicas do GOLU motivadas pela diminuição da sua atividade e pela necessidade de auxiliar alguns maçons e seus familiares em dificuldades. Estas medidas eram elencadas, a par de outras sugeridas pelo Conselho da Ordem. no sentido de induzir nas Lojas um maior dinamismo, de forma a combater as dificuldades vividas e de superar as dificuldades administrativas decorrentes da instabilidade interna. A par do combate à ação da Igreja, propunha-se a conquista do professorado, o apelo a que todas as leis da República fossem cumpridas, evitando-se a imprensa clandestina,¹⁶⁵ recuperando ainda bandeiras dos anos anteriores, como o auxílio aos estabelecimentos de ensino não religiosos, ou a instituições de beneficência e ainda o estudo e combate de problemas sociais como o alcoolismo ou a proibição das touradas. Sugeria-se também “combater com tenacidade as oligarquias sem escrúpulos que se apoderaram das finanças portuguesas e de todas as empresas de importância”.¹⁶⁶ Ao mesmo tempo, o Conselho da Ordem considerava “a necessidade de reconstituir o Poder Executivo” em condições de garantir a “colaboração experiente de velhos mmaç.:”, com “comprovada dedicação, efectivos ttrab.: e valiosos serviços à nossa Aug.: Ord.:”, no que confirma uma vontade de deixar para trás a crise vivida em 1929. Apelava ainda à união “perante os ódios que se alteiam contra a Maç.: Port.: e os seus oobr.:, perante os perigos que nos cercam e as perseguições de que temos sido victimas”, mas alertava também que esse espírito de união por si só não bastava, seria preciso uma oposição “serêna mas firme e intransigente” aos que atacavam a Maçonaria, e ao mesmo tempo a promoção da prática da solidariedade e a solidificação das estruturas maçónicas. Diz essa Circular do Conselho da Ordem, não numerada de dezembro de 1930, que dedicará um especial cuidado à

“conservação e racional desenvolvimento da população maç.:, aos serviços de polícia e de segurança, ao inquérito dos elementos reaccionários e clericais, á instrucção maç.:, á propaganda dos nossos preceitos, ao desenvolvimento das

¹⁶⁵ Não é claro o objetivo desta referência, mas é verdade que a documentação existente em arquivo por mais de uma vez faz referências à “imprensa clandestina”. Admitimos que seja uma referência aos jornais de cariz republicano proibidos pela Ditadura e próximos de Lojas ou de maçons individualmente. Com isso esperava-se que a Ditadura não tivesse argumentos para atingir a Maçonaria;

¹⁶⁶ *Mensagem do Conselho da Ordem*, Lisboa, Ed. Grande Oriente Lusitano Unido, 1927, pp.10 a 13;

nossas relações externas, á reorganização financeira do Gr.: Tes.:., sempre no intuito de dignificar a Maç.: e os mmaç.: portugueses e coloca-los em condições de resistência para a luta e perseguições tormentosas de que vimos sendo alvo”.¹⁶⁷

Revela-se enigmático o que o Conselho da Ordem queria dizer com a pretensão de colocar os maçons em “condições de resistência para a luta”, mas de facto os anos que se viviam e seguiriam seriam muito difíceis.

Apesar de tudo, há que registar alguma estabilidade quantitativa nos Obreiros da maioria das Lojas e que se verifica entre 1930 e até às vésperas da ilegalização, mas onde também transparece um abaixamento em relação ao período áureo da I República.¹⁶⁸ Se atendermos ao exemplo da Loja Acácia, uma das mais numerosas à época, verificamos que em 1930 possuía 97 Obreiros, em 1931 sobe para 106, em 1932 esse número decresce para 101, em 1933 e 1934 mantem-se nos 88 Obreiros e, em janeiro de 1935 possui 90 membros ativos. Em termos de iniciações é sintomático que em 1930 tenha registado 17 iniciações e em 1935 apenas 9.¹⁶⁹ Revela-se também muito interessante olhar para o Quadro de Obreiros da Loja Liberdade, que em janeiro de 1935 tinha 204 obreiros,¹⁷⁰ valor em linha com os números brutos de 1932, 1933 e 1934, respectivamente 240, 229 e 225 obreiros. Por seu lado a Loja Ordem e Progresso, de Lisboa, entre 1930, ano em que regista 46 Obreiros e 1934, em que regista 44, com um pico de 48 em 1932 confirma esta estabilidade,¹⁷¹ ou da Loja Progredior, do Porto, também uma das que possuía um Quadro mais numeroso, com 134 Obreiros em 1931, 129 em 1932, 121 em 1933 e 132 em 1934.¹⁷² Outro exemplo, demonstrando estabilidade do seu Quadro, é o caso da Loja Fraternidade, de Viana do Castelo, que em 1931 tinha 58 Obreiros, e em 1932, 1933 e 1934 se mantém nos 57 Obreiros.¹⁷³ Há também o curioso exemplo da Loja Pureza, de Lisboa, que havia acompanhado a dissidência do Supremo Conselho em 1914 e, não tendo regressado em 1926, voltava ao seio do GOLU a 1 de abril de 1935, contando então com um quadro de 27 obreiros.¹⁷⁴ A propósito deste regresso, António Ventura refere no seu quadro os nomes do major

¹⁶⁷ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁶⁸ Neste aspeto não há consenso entre todos quanto se têm dedicado ao estudo da História da Maçonaria, agravado pela falta de elementos mais consistentes. Quanto à primeira metade da década de trinta a estabilidade é maior, com as quebras a serem compensadas com os incentivos à Iniciação;

¹⁶⁹ *Processo da Loja Acácia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁷⁰ *Processo da Loja Liberdade, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁷¹ *Processo da Loja Ordem e Progresso, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁷² *Processo da Loja Progredior, do Porto – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁷³ *Processo da Loja Fraternidade, de Viana do Castelo – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁷⁴ *Processo da Loja Liberdade, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Manuel António do Olival Júnior, da Esquerda Democrática, Francisco Pedro Curado, que estivera deportado em Timor, e os diplomatas Amaro do Sacramento Monteiro e José Pereira Faísca.¹⁷⁵ Poderíamos também olhar para o Quadro de Obreiros da Loja Cruzeiro do Sul, na antiga Lourenço Marques¹⁷⁶ que de 1930 a 1932 inclusive, regista um número constante de 111 membros, decrescendo ligeiramente em 1933 para os 107 obreiros,¹⁷⁷ o mesmo se passando com a Loja Ofir, da cidade da Beira, em Moçambique, que entre 1930 e 1935 mantém um quadro estável de cerca de quatro dezenas e meia de Obreiros,¹⁷⁸ desconhecendo-se a sua evolução para além desta data, sabendo-se que continuou a trabalhar pelo menos até 1948. Ou seja, nos números totais há alguma estabilidade, registando-se poucas exceções no quadro geral das Lojas do GOLU.

Poder-se-ia pensar que os números positivos registados traduziam um panorama geral igualmente positivo. No entanto, estes números podem induzir-nos em erro, já que a pressão sobre a Maçonaria também se fazia notar sobre o trabalho produzido ou no número de sessões realizadas, que nem sempre se refletia no quadro de Obreiros. Disso é exemplo a Loja Invicta, do Porto, que de 1931 para 1932 vê o seu número de reuniões descer de 41 para 17, ou a Loja Fernandes Tomás, na Figueira da Foz, da qual a documentação se torna escassa no período posterior a 1932. Registe-se também o facto de ter havido umas Lojas que aguentaram melhor do que outras o embate da Ditadura. Em 1931 a Loja Rebeldia, de Lisboa, reconhecia que “a anormalidade da vida política e social da Nação trouxe como corolário, a irregularidade dos nossos ttrab.:”,¹⁷⁹ problema que afirmava ser partilhado por outras Lojas.

A resposta da Maçonaria às dificuldades de debate e de trabalho maçónico é dada com a criação das Comissões Provisórias de Estudos Maçónicos que evoluem para uma Câmara Provisória de Estudos Maçónicos, cuja ideia parece ter partido de maçons açorianos, uns da Loja 8 de Abril e outros que, no ano seguinte, viriam a integrar o Triângulo da Graciosa. Os trabalhos elaborados por essas Comissões

¹⁷⁵ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 753;

¹⁷⁶ Atual Maputo;

¹⁷⁷ *Processo da Loja Cruzeiro do Sul, de Lourenço Marques – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁷⁸ *Processo da Loja Ofir, da Beira – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁷⁹ *Processo da Loja Rebeldia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

seriam enviados diretamente ao Conselho da Ordem que, por seu turno, os apresentava á apreciação da Comissão de Estudos Profanos.¹⁸⁰

A Câmara Provisória de Estudos Maçónicos era uma organização incipiente que visava o debate de temas transversais à sociedade, para além da manutenção dos regulamentos e rituais maçónicos num período difícil para a Maçonaria, algo que será sublinhado por Decreto em 1942, já na clandestinidade e que adiante referiremos. Criada em setembro de 1930, virá a ser substituída pela Comissão Central Permanente de Estudos Profanos, mais pequena, mais operacional e diretamente ligada ao Conselho da Ordem. Depois de aprovados pela Câmara, os temas não maçónicos em debate baixavam à Comissão de Estudos Profanos, segundo se escrevia no artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 1 de 17 de Janeiro de 1931. Por isso, vemos com alguma frequência as Lojas constituírem-se nessas comissões e passarem a ser designadas por “Comissão Provisória de Estudos Maçónicos de...”. Admitimos que esta medida tenha sido pouco eficaz no sentido de aliviar os olhares sobre as Lojas, já que a partir de 1932 a referência a estas Comissões se tornou escassa. No entanto, de facto, essas comissões existiam, tendo inclusive pelo Decreto nº 96 de 8 de julho de 1932, sido criada uma Comissão Provisória de Estudos Maçónicos na Ribeira Brava, na ilha de S. Nicolau, em Cabo Verde, para apoio aos deportados.

Em termos de debates, existe um documento muito interessante, com data de 1 de janeiro de 1931, tendo como título “Bases Gerais para a renovação do Centro Cultural e Irradiador de Coimbra”.¹⁸¹ É um documento que comprova que dentro das Lojas também se discutiam documentos de origem integralista, oriundo de Coimbra, onde se fazia sentir uma forte presença do integralismo, especialmente em meio estudantil, contrariada pelos estudantes republicanos organizados em torno do Centro Republicano Académico, que publicava, a partir de 1927, o jornal *Gente Nova*, dirigido por Carlos Cal Brandão e no qual também colaboravam Vitorino

¹⁸⁰ *Fundo Maçonaria Portuguesa (1883 – 1935)*, reservados, Caixa 4, Biblioteca Nacional;

¹⁸¹ *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor. Este documento, com data dactilografada de 1 de janeiro de 1931 contendo uma anotação à mão de 21 de março, referente a uma instituição de Coimbra, que pelo título parece ter uma função prosélita, aparece encimado com a identificação Câmara Provisória de Estudos Maçónicos de Ponta Delgada. Possuindo um conjunto de ideias caras ao integralismo, como se escreve no texto, admitindo nós que tanto possa ter origem no integralismo coimbrão, como no próprio regime, embora pelo teor geral nos inclinemos para o primeiro caso. Como se trata de um documento que integrava um espólio documental açoriano, admitimos que tenha sido um documento nascido em janeiro em Coimbra, motivo de discussão em março numa Loja de Ponta Delgada e pertencente a um Obreiro dessa Loja, eventualmente estudante em Coimbra. Refira-se que à data trabalhava em Ponta Delgada a Loja Companheiros da Paz, que existiu entre 1902 e 1935;

Nemésio, Paulo Quintela e Sílvio Lima, entre outros. A discussão em volta desse documento do Integralismo, que aponta para a reorganização deste em Coimbra, quer pelo seu aspeto formal, quer pelo seu conteúdo, é curiosa pela atenção dada ao mesmo. E discutia-se não só pela própria natureza de debate existente no seio da Maçonaria, como pela pressão a que esta estava sujeita, ainda para mais pela importância de um documento em si, emitido por um bastião do integralismo. Admitimos igualmente que o seu conteúdo constituísse uma preocupação para a Maçonaria e daí a importância que foi dada a este documento. Depois de um vasto conjunto de considerandos avança com propostas, umas de âmbito geral: “que a educação e cultura de todos os portugueses seja, absolutamente conforme os interesses supremos da nação”, outras de algum radicalismo: “que todos os moços que não recebam uma educação e cultura (...) sejam banidos de quaisquer direitos e, bem assim, de ser herdeiros de seus pais, ou de outrem, em bens existentes no território da nação”. Propunha ainda este documento que toda a educação ocorra sob a orientação do Estado, com a nota de que “não se faz coisa que o Mussolini não esteja a fazer”, ou que todos os professores que não possuíssem motivações ou fossem desafetos à ideia de nação fossem substituídos. No campo universitário propunha a criação de uma Federação Universitária que reunia todas as Faculdades, sendo obrigatória a organização dos alunos “pelo sistema escuteiro em falanges” e em corpos orgânicos. Curioso é que este documento sugere que todos os alunos, que obrigatoriamente têm de pertencer a essas falanges, deveriam usar um uniforme, que duas a cinco falanges constituíssem uma ala, e que a reunião destas constituíssem uma companhia. É um documento que nos aproxima em muito da estrutura hierárquica da futura Mocidade Portuguesa, criada anos mais tarde, mas que mostra que a Maçonaria tinha antecipadamente conhecimento e eventualmente discutia nas suas Câmaras Provisórias de Estudos Maçónicos as ambições estruturantes do regime e dos seus apoiantes. Acontece o mesmo no campo feminino, onde nesse documento se pode ler que

“todas as alunas das escolas ou Faculdades de Coimbra, sejam obrigadas a tirar, pelo menos, um pequeno curso elementar feminino, onde sejam ministradas noções precisas e práticas sobre puericultura, arte e bom gosto no arranjo da casa onde se habita, higiene geral (...) e fabrico de alimentos (...)”.

Esta ideia de uma Comissão de Estudos Maçónicos, cujos documentos em debate poderiam baixar, como já referimos, a uma Comissão de Estudos Profanos, já vinha sendo debatida desde o ano anterior, aliás vemo-la expressa no Boletim do Grande

O Oriente Lusitano Unido e visava também introduzir um maior dinamismo nas Lojas onde era notória a falta de assiduidade e o não cumprimento dos deveres maçónicos, ao mesmo tempo que se justificava a medida com uma também necessidade de coordenação dos trabalhos produzidos nas diversas Lojas e de reflexão sobre a realidade política nacional. Isso mesmo é referido na Circular nº 37 de 13 de setembro de 1930, que denuncia a argumentação de algumas forças políticas e sociais invocando a falência da Democracia, havendo o cuidado de referir que toda a missão destas comissões “se exercerá (...) longe e acima de quaisquer interesses partidários”. Esta Circular era assinada por António Nogueira Mimoso Guerra, Maurício Costa, Eduardo Ventura Reimão, Adolfo Luz e Marcelino Roman Navarro. No entanto, há que lembrar que de facto não era uma ideia nova, apenas reformulada, já que em 1924 havia sido criada a Câmara de Estudos Filosóficos e Sociais que, segundo uma carta do Grande Secretário Geral fracassou enquanto iniciativa.

9 - As questões que uniam e separavam os maçons

Lendo com atenção a Mensagem à Grande Dieta de Norton de Matos, de 1931, há passagens que não deixam de nos chamar à atenção. Em primeiro lugar o reconhecimento da existência de conflitos, ao afirmar que “muito tem preocupado os CCons.: da Ord.: as manifestações diversas e repetidas de indisciplina maç.: que muito estão dificultando a nossa vida interna”, depois de dificuldades, referindo-se à “situação angustiosa (...) sob o aspeto financeiro”, e por fim o desejo de dias melhores do que os então vividos, ao reconhecer que “carecemos de melhores dias”.¹⁸² Não eram situações novas, mas esses conflitos, potenciados quer por razões externas, quer também internas, revelar-se-iam de extrema importância para uma deficiente resposta à Ditadura a partir de 1928, especialmente após as derrotas das revoltas de 1927 e 1928.

Na realidade, apesar da existência de uma Ditadura, de deportados ou de presos, a verdade é que nem isso conseguiu unir o campo republicano. Em primeiro lugar

¹⁸² *Fundo Documentos Diversos*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano, Mensagem à Grande Dieta pp. 11 e 13;

havia desde logo uma génese de divisão com origem partidária. Depois, entre deportados e não deportados, ainda que presos ou demitidos dos seus empregos. Essas divisões refletem-se na derrota das insurreições de 1927 e 1928. E se houvesse unidade nos objetivos, derrotar a Ditadura, podia haver também divisão entre a mudança de regime por uma ação militar ou por um acordo político. Isto mesmo é-nos confirmado por João Sarmiento Pimentel quando escreve:

“estávamos em junho de 1931. A cadeia, o exílio, mil privações e fracassos não tinham alterado nada do feitio e da mentalidade daqueles homens de tão elevada categoria intelectual e nobre carácter. Quatro anos não mudaram o seu parecer, menos ainda as suas ideias”.¹⁸³

Acrescem ainda os ataques do catolicismo conservador e do Integralismo, que contribuem para esboroar a eficácia da estrutura maçónica, ou a questão feminina, que não sendo determinante, em meados da década de vinte introduz alguma tensão entre algumas Lojas. De forma sucinta, recorreremos a Fernando Marques da Costa para referir o quanto foi determinante, na década de vinte, a questão das Lojas femininas para a existência de algumas destas tensões. Referindo-se a 1923 é-nos dito que:

“a Maçonaria, para onde regressam, não era a mesma de 1907-1909, que lhes dera um estatuto singular, mas uma versão agravada da de 1913, que as obrigara a sair. A resistência à presença de mulheres era cada vez maior, porque uma nova geração de maçons chegava ao poder e porque Magalhães Lima pouca influência tinha na direção do Grande Oriente sendo mais uma figura simbólica”.¹⁸⁴

Com as maiores resistências a virem das Lojas O Futuro e Renascença, de Lisboa, e os apoios a serem colhidos junto das Lojas Rectidão, Altivez, Liberdade, José Estevão, Acácia, Gil Vicente e Fiat Lux,¹⁸⁵ todas de Lisboa, Cruzeiro do Norte de Vila Real e A Jornada, do Seixal, segue-se de imediato uma outra questão quanto ao Rito praticado nas Lojas femininas.

Em defesa da Loja Humanidade surge um manifesto que desemboca na saída desta Loja e, com ela, alguns maçons do GOLU. É o início de uma Maçonaria mista, com um núcleo inicial constituído pelas Lojas Humanidade e Fiat Lux, que rapidamente

¹⁸³ PIMENTEL, João Sarmiento, *Memórias do Capitão João Sarmiento Pimentel*, col. *Ofício de Viver*, Porto, Editorial Inova, 1974, pp. 325 e 326;

¹⁸⁴ COSTA, Fernando Marques da, *As mulheres na Maçonaria, Portugal 1864-1950*, Lisboa, Ed. Campo da Comunicação e Âncora Editores, 2016, p. 181;

¹⁸⁵ A Loja Fiat Lux, instalada em 1896, em Lisboa, viria a aderir ao dissidente Grande Oriente de Portugal em 1902, onde se manteve até 1905, regressando nesse ano ao GOLU e adotando o nome de Fénix. Em 1923 abandonou de novo o GOLU para aderir ao Direito Humano, retomando o seu nome original de Fiat Lux. Em 1926 abandonou aquela Obediência regressando ao GOLU in MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986, pp. 580 e 581;

se estende a Alcobaça, com a Loja Trindade Leitão, e aos Triângulos Amaia, em Portalegre, e Solidariedade, em Beja. Fernando Marques da Costa refere que ainda estiveram projetadas uma Loja em Lisboa, denominada de Igualdade, que não chegou a funcionar, e ainda outra em Lourenço Marques. Toda esta situação acumulada com outras levou a tensões internas com reflexos posteriores, que alguma correspondência até 1929 episodicamente faz referência.

Este é um período marcado por hesitações e por uma atividade algo desarticulada, que em termos individuais por vezes oscilava entre a colaboração com a Ditadura e o confronto. De qualquer das formas um grupo significativo de maçons critica fortemente qualquer concessão ou colaboração com a Ditadura. Poderíamos citar a título de exemplo duas dessas situações, uma a de Tavares de Melo, Obreiro da Loja Solidariedade, exercendo o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, situação contra a qual a Loja Acácia se manifestou e outra o facto de António Lopes Mateus, Ministro do Interior, que em 1930 viu igualmente a Loja Acácia manifestar a sua estranheza por ainda não ter sido irradiado, principalmente porque exercia o seu cargo “contra os princípios e preceitos” da Maçonaria. Numa outra carta sobre o mesmo assunto, a Loja Acácia refere que “os actos de que pode justamente ser acusado são os de perseguição a maçons e republicanos, prendendo-os e deportando-os. É fundamento mais do que suficiente para irradiação”.¹⁸⁶ De facto, Lopes de Mateus fora iniciado em 1911 na Loja José Estevão, de Lisboa e tutelava, em 1931, enquanto Ministro do Interior, a Polícia Internacional Portuguesa, dirigida por Agostinho Lourenço, que será também quem dirigirá a PVDE, criada em 1933 e, não esqueçamos em 1919 havia combatido os monárquicos em favor da República. Outros exemplos podem ser encontrados no Processo da Loja Acácia, quando em 1930 a Loja se manifestou contra Tavares de Melo da Loja Solidariedade, de Lisboa, por exercer as funções de Chefe de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, ou o protesto pela não expulsão de Henrique Trindade Coelho, igualmente da Loja Solidariedade, pela sua conduta enquanto ocupava o cargo de Ministro de Portugal junto do Vaticano.

Sobre a questão da colaboração de alguns maçons com a Ditadura existe uma moção aprovada pela Loja Cândido dos Reis reclamando da Grande Dieta legislação sobre este assunto, tendo por base um Projeto Lei do Conselho da Ordem apresentado nessa Câmara, o que demonstra a importância interna deste

¹⁸⁶ *Processo da Loja Acácia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

assunto. É também o caso de uma proposta que a Loja Cavaleiros da Paz e Concórdia¹⁸⁷ envia ao Conselho da Ordem, com data de 21 de novembro de 1930, onde se pode ler que:

“consideramos que dentro da Maç.: Portuguesa existem elementos suspeitos que por traição podem prejudicar enormemente a mesma Maç.:; considerando que a existência de tais elementos constitui um processo simples e fácil para manietar a Maç.: Portuguesa, porque esta não poderá manifestar-se livremente, pela certeza de ser denunciada por esses elementos; considerando que a existência de tais elementos é absolutamente contrária ao que se encontra formalmente expresso no estatuto fundamental da Maç.:; considerando que a tolerância de tais elementos pode permitir que a Maç.: seja empolgada pelo clericalismo; considerando que este estado de coisas não deve prevalecer nem mais um momento e que esses elementos devem ser imediata e irremissivelmente irradiados; considerando que as prováveis represálias possam praticar contra a Maç.: são bem preferíveis ao mal que eles podem produzir se continuarem a ser consentidos no seu seio; proponho: que o Cons.: da Ord.: obtenha da Grande Dieta uma autorização que lhe permita expurgar da Maç.: os elementos que lhe são nocivos”.¹⁸⁸

Esta posição é comum a muitas Lojas que manifestam ao Conselho da Ordem o desejo de irradiarem dos seus Quadros, nas palavras da Loja Madrugada, de Lisboa, datadas de março de 1931, “aqueles que contribuem para o nosso desprestígio e para a situação repressiva em que nos encontramos”,¹⁸⁹ palavras secundadas pelas Lojas Paulo Dias Novais, em Angola ou Rebeldia, de Lisboa, entre muitas outras. A Loja Ordem e Progresso, de Lisboa, num folheto com data de fevereiro de 1931, chega a afirmar que as cedências são a causa do abaixamento moral e do enfraquecimento organizacional, sendo a solução uma maior exigência na escolha dos Obreiros por parte das Lojas. A mesma Loja propõe ainda, dentro das normas regulamentares, a irradiação de todos os maçons que tenham servido a Ditadura, colaborado com a polícia, ou mesmo com a Igreja, como exemplo de disciplina e como “ato de moralidade”. Estavam também em causa traições, como aquela com que nos podemos deparar numa passagem de uma ata de 23 de março de 1928, da Loja Liberdade, de Lisboa, onde se pode ler que “um polícia foi procurar o Sap.: Gr.: M.: a quem informou que Ilr.: que veem dirariamente ao Pal.: Maç.: vão daqui ao Governo Civil contar o que aqui se passa”.¹⁹⁰ Somos esclarecidos, pela

¹⁸⁷ var. Cavaleiros da Paz e Concórdia;

¹⁸⁸ *Processo da Loja Cavaleiros da Paz e Concórdia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁸⁹ *Processo da Loja Madrugada, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁹⁰ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

mesma ata, que na sessão seguinte, a 30 de março, foi aprovado considerar como traidores todos os maçons que colaborassem politicamente com a Ditadura.

Ao mesmo tempo que o Conselho da Ordem, em 1930, presidido por Ramon Nonato de La Féria censurava a colaboração com a Ditadura, avançando até para a irradiação desses maçons, uma proclamação, sem data, assinada por Sarmento Beires e com o sugestivo título “O Governo Mente”, atacava violentamente a Ditadura. Trata-se de uma proclamação emitida em nome individual e não pela Maçonaria em si, comum a muitas outras emitidas na mesma época e subscritas por militares maçons mas que não eram oriundas do GOLU, podendo nela ler-se que:

“atirando para as prisões mais umas dezenas de republicanos, pretende o governo ter prendido todos os conspiradores militares e civis que se encontravam implicados n’uma projectada alteração da ordem, a qual (diz) partia de uma ínfima minoria. O governo mente. A revolução é inevitável a não ser que se prenda ou deporte toda a população republicana, terá a seu lado, não uma ínfima minoria, mas todos os que não se deixam iludir pela farsa da Ditadura – a maioria dos portugueses (...)”.¹⁹¹

Por seu lado, a Loja Acácia, em carta dirigida ao Conselho da Ordem, datada de 25 de julho de 1932, refere que “(...) a unidade maçónica que preconizais e que nós sinceramente desejâmos (...) só deixará de ser uma palavra vã, quando deixar de existir desconfiança (...)”.¹⁹²

A Maçonaria, até à sua ilegalização, constituiu um meio privilegiado de oposição para todos os que se opunham à Ditadura, pesem embora as cedências aqui assinaladas. Por isso, também não era consensual a forma de fazer oposição à Ditadura, mesmo no seio das diferentes Lojas. Se é certo que além fronteiras Bernardino Machado tentava articular a ação dos vários maçons que se lhe dirigiam evitando alguma divisão e desorientação existente,¹⁹³ a forma mais ou menos revolucionária da oposição criou fricções, acentuadas pelas condições que os presos e deportados conheciam. Uma carta de Ricardo Covões dirigida a Bernardino Machado faz um retrato muito crítico do estado da Oposição à Ditadura e da própria Maçonaria: “o que faz essa decantada maçonaria e o seu grande Estado Maior?”. Nela também se referem as aventuras, ou “loucuras” como Covões escreve, culpando os republicanos que levaram o país à Ditadura e de nada fazerem para que ela acabasse. Certamente discordante da orientação seguida pelos órgãos

¹⁹¹ *Fundo Maçonaria Portuguesa (1883 – 1935)*, reservados, caixa 4, Biblioteca Nacional;

¹⁹² *Processo da Loja Acácia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁹³ Diversa correspondência hoje arquivada na Fundação Mário Soares demonstra esta preocupação, havendo aqui várias referências à mesma;

maçónicos acusa ainda de “quando as cousas caminham um pouco melhor, na ancia de chegar depressa, (...) fazem loucuras como a de 26 de Agosto, que por todas as pessoas sensatas foi contrariada. Se não tem sido essa loucura a situação já tinha acabado (...)”.¹⁹⁴

No Decreto nº 37, emitido pelo Conselho da Ordem em 21 de setembro de 1931, aludindo à “difícil conjuntura que a sociedade portuguesa atravessa” tenta-se motivar os membros da Maçonaria que “não pode nem deve alhear-se de nenhum dos problemas nacionais”, continuando a Maçonaria “em plena força e vigor, mantendo-se una e indivisível”. Mas também lembrando que “a quebra do sigilo maç.: será punida sumariamente pelo Cons.: da Ord.: com a pena de suspensão ou de irradiação (...)”, mantendo-se a triangulação decretada e sendo suspensas até indicação em contrário de todas as iniciações, filiações ou regularizações. Refira-se igualmente que o Decreto nº 37, não deixa ainda de lembrar aos Obreiros a “prática constante tanto na vida particular como na vida pública, das virtudes e princípios maç.:” ou a “defesa, dentro da esfera de acção de cada um, dos princípios liberais e humanitários e do prestígio e engrandecimento da República”.¹⁹⁵

Numa análise da correspondência trocada entre Lojas ou entre as Lojas e as estruturas dirigentes do GOLU dois aspetos ressaltam de imediato: por parte de algumas Lojas uma postura mais radical em matéria de religião, ainda na linha da Primeira República, e simultaneamente uma atitude mais moderada por parte do Conselho da Ordem e, um segundo aspeto, a divergência interna e transversal a toda a Obediência no que se refere à questão das relações com a Ditadura, como atrás se referiu, e o carácter mais ou menos provisório desta. Estas divergências são comuns a outras maçônicas europeias, que nas décadas de vinte e trinta viveram verdadeiras crises de identidade com a ascensão de regimes ditatoriais ou com as difíceis relações com o Papado.¹⁹⁶ No caso específico de Portugal elas são potenciadas pelo longo mandato de Magalhães Lima e pela sua morte, pelo efeito pernicioso das divisões partidárias, trazendo para o seio da Maçonaria antagonismos dispensáveis, mas também pelas limitações de reunião ocorridas após 1929, quebrando assim um sistema de produção de pensamento que era

¹⁹⁴ *Fundo DBG Documentos Bernardino Machado*, pasta 07039.051, Fundação Mário Soares;

¹⁹⁵ *Fundo Documentos Diversos*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁹⁶ A comprovar esta realidade pode consultar-se documentação diversa da Associação Maçônica Internacional existente no Arquivo do Grande Oriente Lusitano e ainda NÉGRIER, Patrick, *La Pensée Maçonnique du XIV au XX Siècle*, Paris, Éditions du Rocher, 1998, e DELBOS, Claude, *Humanisme, Lumières et Franc-Maçonnerie*, Paris. Ed. Detrad, 2012;

fundamental à vida interna da Maçonaria. Estas questões fragilizaram o GOLU, assumindo-se como “natural” o “navegar à vista” na sua atividade de propaganda democrática, na defesa dos direitos individuais e da liberdade de consciência, assim como na ambição do retorno a uma normalidade constitucional ou na sua dedicação ao ensino.

Detetámos, por volta de 1929, um outro fator de divergência: a aposta nos obreiros que eram estudantes e onde há uma preocupação de rejuvenescimento do GOLU, que apesar das energias induzidas não era consensual. A título de exemplo, refira-se o nome de Mário Cal Brandão, iniciado na Loja A Revolta, de Coimbra, e que irá ser um dos fundadores da Loja Revoltar, de Almada, mantendo uma das características d’A Revolta, o de ser uma Loja vocacionada para o recrutamento de estudantes. Durante a clandestinidade, Basílio Lopes Pereira será, a par com Mário Cal Brandão, um dos grandes dinamizadores deste recrutamento de jovens universitários. Também por isso vamos encontrar os dois, juntamente com António Macedo, a fundarem na Maia a Loja Revoltando, também vocacionada para o meio estudantil, e cuja ideia inicial parece ter partido de Luís Rebordão, quando eleito Venerável da Loja A Revolta, de Coimbra, em 1924 e apoiada posteriormente pelo Conselho da Ordem. Sublinhem-se as designações A Revolta, Revoltar e Revoltando. Fernando Marques da Costa refere-se a este assunto, no caso concreto a fundação da Loja Rebeldia,¹⁹⁷ transcrevendo um artigo de Virgílio Rebordão, publicado no nº 1 de *O Rebelde*, e onde se pode ler:

“A Revolta (...) resolveu erguer duas oficinas junto das universidades de Lisboa e Porto. (...) Com o fim de criar oobr.: dedicados – verdadeiros iniciados – e que possam pôr em prática este nosso desejo, se fundou esta Resp.: Loj.:, propondo-se fazer o seu recrutamento na população académica de Lisboa e de modo que a sua influência se fizesse sentir na Universidade e Escolas Superiores”.¹⁹⁸

Citando um relatório de 1929, Fernando Marques da Costa refere a justificação do nome da Loja, com o desejo de melhorar “para a Humanidade e para Portugal” a

¹⁹⁷ Fundada em 1929, sendo-lhe dada o número de registo de 439. A. H. de Oliveira Marques refere como ainda existindo em 1945. A instalação foi autorizada pelo Decreto nº 19 de 11 de abril de 1929, estando prevista a sua instalação a 20 de abril de 1929, o que não ocorreu pelo assalto às instalações do GOLU em Lisboa, vindo a ser instalada noutra local a 1 de abril. MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986, p. 1201 e COSTA, Fernando Marques da, *O Grão-Mestre e o grão-mestrado de Luís Gonçalves Rebordão in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, pp. 67 e 68;

¹⁹⁸ COSTA, Fernando Marques da, *O Grão-Mestre e o grão-mestrado de Luís Gonçalves Rebordão in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, pp. 55 e 56. Também *Processo da Loja Rebeldia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

realização dos ideais maçónicos onde todos deveriam “ser rebeldes (...), vivos e inadaptados (...) até atingir uma forma mais justa e mais superior de existência social”.¹⁹⁹ Esclarece-nos ainda Fernando Marques da Costa que o projeto seria apoiado por Alberto Martins de Carvalho, Júlio Ribeiro da Costa, Alberto Cardoso do Vale, Manuel Gregório Júnior, Carlos Soares de Oliveira, António Augusto Pires de Carvalho, Mário Lopes Pinto de Castro, António de Freitas Pimentel, Barros Queiróz e Eurico Aguiar da Cruz. Esta iniciativa teve início com a publicação de um aviso, afixado nos “passos perdidos” do Palácio Maçónico, onde se podia ler:

“Aos irmãos estudantes: Os Oobr.: residentes em Lisboa da Resp.: Loj.: A Revolta, ao val.: de Coimbra, resolveram, em obediência a um pensamento antigo fundar em Lisboa uma Loj.: similar àquela, isto é, essencialmente académica. Para esse efeito convidam todos os lir.: estudantes que concordem com a efetivação dessa ideia a comparecer na Biblioteca do Palácio Maçónico no próximo dia 22, pelas 21,30 horas, a fim de se fundar uma nova Loj.:, com o que, estão certos, se prestará um alto serviço à Liberdade e à nossa Aug.: Ord.:. Lisboa, 13 de fevereiro de 1929 (e.: v.:).”²⁰⁰

No entanto, em 1929 a Loja Rebeldia, de Lisboa, referia-se ao facto de que

“os fundadores da Loja não queriam de maneira nenhuma que os oobr.: estudantes de outras LLoj.: viessem para esta Ofic.: sob pedido, para que não se dissesse que andavam a desfalcar os QQuad.: das outras OOfic.: e por isso não se tinha dado maior conhecimento nem tão pouco feito qualquer propaganda; que tinham a certeza que nenhum mal iria causar às outras OOfic.: pois que não tinham a pretensão de iniciar todos os estudantes que desejassem vir para a nossa Aug.: Ord.:.”²⁰¹

É ainda Fernando Marques da Costa quem, na mesma obra, refere que a reunião se realizou na sala do Conselho da Ordem, o que indicia alguma aceitação por parte dos Poderes maçónicos, tendo estado também presentes representantes das Lojas Cândido dos Reis e Liberdade, que levantaram objeções às intenções expressas, além de questionarem a viabilidade do projeto. A Loja Liberdade defendeu mesmo que não deveria ser autorizada a criação da nova Loja.

Por seu lado a própria Loja Rebeldia assumia num relatório interno, com data de 20 de julho de 1929, o objetivo de privilegiar a população estudantil.²⁰² A verdade é que

¹⁹⁹ COSTA, Fernando Marques da, “O Grão-Mestre e o grão-mestrado de Luís Gonçalves Rebordão” in *Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 58;

²⁰⁰ COSTA, Fernando Marques da, “O Grão-Mestre e o grão-mestrado de Luís Gonçalves Rebordão” in *Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 56;

²⁰¹ *Processo da Loja Rebeldia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²⁰² *Processo da Loja Rebeldia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

esta situação correspondeu a um período, tal como aconteceria em relação aos militares, em que o Conselho da Ordem apostou numa maior diversificação sociológica. No Quadro de Obreiros de 1932, de um número total de cinquenta Obreiros, dezanove eram estudantes. É na Loja Rebeldia e no ano de 1929, que ocorre a iniciação de Manuel Alpedrinha, referido na situação de estudante e que já era militante do PCP quando foi iniciado na Maçonaria, numa situação semelhante à de Vítor Hugo Velez Grilo, iniciado em 1930.²⁰³ Em correspondência datada de 1934 a Loja reconhece que um dos pensamentos que

“animou a fundação desta Ofic.: foi o desta influir nos meios académicos. Todos sabemos bem o que tem sido essa influência e os seus obtidos resultados. Não podemos, porém, descurar menos esses importantes serviços, pelos quais são dignos dos maiores elogios os nossos RResp.: Ilr.: estudantes”.²⁰⁴

Refira-se que esta aposta no recrutamento de estudantes não foi exclusiva da Loja Rebeldia, tendo também ocorrido nas Lojas Portugal e A Revolta, de Coimbra, seguida pelas Lojas Revoltar, de Almada, e Revoltando, do Porto. Um projeto apresentado à Grande Dieta em julho de 1930 propunha que os estudantes das escolas superiores, até seis meses após terem terminado o seu curso, continuariam isentos de capitações, enquanto os professores de instrução primária teriam uma redução para metade das mesmas capitações.

Mas outras questões também se levantavam. Como já atrás referimos, a reintegração no GOLU do Grémio Luso Escocês e das suas Lojas, ocorrida em 1926, não foi total. Nas vésperas do golpe que instaura a Ditadura, um conjunto de documentos demonstra que internamente a Maçonaria se confrontava com questões de ritos e de funcionamento administrativo. Escrevia-se que:

“a Resp.: Loj.: Pureza manifesta o seu profundo desgosto perante o desvairamento que se apoderou duma parte do Povo Maç.: (...). Este grupo lançou-se num movimento revolucionário hasteando a bandeira da “União da Família Maçónica”, mas nas dobras dessa bandeira, muito disfarçadamente vinha o punhal com que se pretende atacar a integridade e independência do Rito Escocês Antigo e Aceito. Seria muito elucidativo um relato minucioso dos processos que o Gr.: Or.: Lusitano tem empregado para adquirir a situação de potência Maç.: regular perante a Confederação do Sup.: Cons.: do Rito Escocês Antigo e Aceito (...). A despeito dos seus desesperados esforços nesse sentido nada conseguiu e, como nada

²⁰³ *Processo da Loja Rebeldia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²⁰⁴ *Processo da Loja Rebeldia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

conseguisse internacionalmente (...) recorreu a manobras politiquieras (...). Calúnias, mentiras, intrigas, de tudo se tem lançado mão (...).²⁰⁵

Esta mesma Loja edita um opúsculo, em 1934, a propósito de uma proposta no sentido de simplificar o ritual e propondo uma “livre evolução das doutrinas”, que determina um forte conflito com o Supremo Conselho. Estes são problemas que se prolongam para lá de 1926 e que parecem indiciar que muitas Lojas não tinham bem a noção das consequências do golpe de 28 de Maio. Em causa estavam questões rituais e de reconhecimento além fronteiras, como era o caso da Loja Aliança, que em 1928 escrevia que abandonava o GOLU “com o intuito de acompanhar aqueles que pretendem, acima de todas as vaidades ou interesses a regularidade e a pureza do nosso Rito (...).²⁰⁶ Se estes problemas rituais escondiam divergências políticas desconhece-se, mas é bem possível que sim, ainda que com características muito diferentes das questões que provocaram a cisão de 1914. Aliás, a Loja Tolerância, de Lisboa, emite um documento, com data de 5 de março de 1928, onde se pode ler que a Loja manter-se-ia à margem destas questões enquanto não existisse o reconhecimento de um Supremo Conselho único, transferindo-se para ele assim que um deles fosse reconhecido como legal, informando a 31 desse mês que “acabam de regressar á sua antiga sede em S. Pedro de Alcântara, os sete membros do Sup.: Cons.: (...).²⁰⁷ Recorde-se que a Loja Tolerância, que até 1926 pertencera ao Supremo Conselho de Ferreira de Castro, em abril desse ano, acusava o mesmo Supremo Conselho de usar de expedientes para engrossar fileiras, de mesquinhos interesses pessoais e de estreitos partidarismos, apesar de sobre muitas situações já terem passado doze longos anos, para as quais “todos contribuíram, aconselhando os intransigentes a recolherem ao remanso do lar, para que não impeçam com o seu facciosismo ou caturrice, que uma conjugação de esforços se faça, a bem da nossa pobre Pátria”.²⁰⁸

As questões inerentes aos ritos, nomeadamente a predominância de um rito sobre outro, ou a questão da representatividade nas estruturas administrativas do GOLU são situações que a correspondência das Lojas revela. Como são incompreensíveis algumas exigências que nada facilitavam a vida da Obediência. É o caso das reivindicações do Rito Simbólico que, após os assaltos e durante o encerramento do

²⁰⁵ *Fundo DCD Documentos Carvalho Duarte/Simões Raposo*, Manifesto da Loja Pureza, pasta 04506.008.026, Fundação Mário Soares;

²⁰⁶ *Processo da Loja Aliança, de Lisboa, correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²⁰⁷ *Processo da Loja Tolerância, de Lisboa, correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²⁰⁸ *Processo da Loja Tolerância, de Lisboa, correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Palácio por ordem da Ditadura, através da Loja Cavaleiros da Paz e Concórdia exigia um Templo e um espaço para a sua secretaria.

Apesar disso, neste período são de salientar os esforços desenvolvidos por muitos maçons para solidificar a Obediência, por vezes muito para além dos limites administrativos da sua Loja. Cite-se o exemplo do Venerável da Loja Rebeldia, que em 30 de abril de 1930, depois de se referir às limitações de reunião impostas pela Ditadura, escreve dirigindo-se aos Obreiros da sua Loja e aos maçons em geral:

“lembrai-vos que a maior força da nossa Aug.: Ord.: reside essencialmente no pensamento. Exorto-vos, portanto, que porfíeis no estudo do simbolismo e assim contribuireis para a emancipação intelectual e moral da Humanidade. Peço-vos mais que não esqueçais o preceito do Ritual que diz que as sociedades humanas depois de terem sofrido uma longa opressão, são revivificadas pela liberdade”.²⁰⁹

Palavras que pareciam adivinhar a proibição da Maçonaria em 1935.

As questões relacionadas com a Solidariedade estão também presentes em vários momentos da vida da Maçonaria portuguesa, sendo que a linha geral incentivada pelas instâncias superiores era a de que a solidariedade se teria de exercer em todos os campos, por todos os modos e em todas as circunstâncias. Defendia-se e defende-se ainda hoje que “tudo o que conduza ao nosso progresso intelectual, moral, físico e material, contribui para o progresso geral”, mas criticava-se a falta de idealismo manifestada em alguns momentos.²¹⁰

Há, no entanto, situações curiosas que merecem uma atenção especial. No caso específico, em 1932, a Loja Elias Garcia protestava junto do Conselho da Ordem por haver Lojas que discutiam temas que nada tinham a ver com Maçonaria mas, pasme-se, alguns deles com uma antecipação temporal notável, como o caso do metropolitano de Lisboa, inaugurado em 1959, e da ponte sobre o Tejo, inaugurada em 1966.

“(…) Não devemos esquecer que a desorientação ideológica da N.: Aug.: Ord.: é de tal natureza que algumas LLoj.: houve que se ocuparam de questões de mero detalhe e fora do campo de actuação da N.: Ord.: (...) e isto quando existiam largas possibilidades de discussão de conjunto por reunirmos à vontade no nosso Pal.:. Recordemos, por exemplo, os trabalhos apresentados por algumas Lojas sob

²⁰⁹ *Processo da Loja Rebeldia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²¹⁰ *Processo da Loja Liberdade e Progresso, do Porto – correspondência*, Trabalho de Florindo Elias Correia de Barros, Vasco da Gama (n.s.), apresentado em 13 de novembro de 1928, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

temas como estes: a questão dos tabacos, a ponte sobre o Tejo, o metropolitano, etc., etc., isto, evidentemente, sem desprimor para as LLoj.: que na melhor das intenções de tais assuntos se ocuparam”.²¹¹

Cite-se ainda um outro exemplo, da Loja Gil Eanes, de Faro, que trouxe a debate o “teatro em Portugal ou teatro português” ou ainda um debate sobre a pesca do atum e os problemas gerais da pesca no Algarve, em 1930, assunto que foi igualmente discutido na Comissão de Assuntos Económicos do GOLU e que mereceu mesmo uma carta da Loja Estrela do Sul, de Olhão, ao ministro da pasta, onde é manifestada a preocupação com a pesca da sardinha e a indústria conserveira em Olhão onde, escrevem os obreiros da Loja, “milhares de pessoas passaram o inverno sem agasalho, porque tiveram de empenhar as miseráveis roupas, e muitos dias passariam sem comer, se a caridade do resto da população não a auxiliasse, mitigando-lhes a fome”.²¹² Poderíamos ainda acrescentar outros temas como o estudo das causas da prostituição, a rede viária, as questões ligadas à cremação dos corpos, tema muito em voga no início da década de vinte e abordado quer por Magalhães Lima enquanto Grão-Mestre, quer pelas Lojas Acácia e Liberdade, ou ainda a justeza das touradas, assunto sobre o qual encontramos trabalhos desde os primeiros anos do século XX. Recorde-se que Fernão Boto Machado, maçom e deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1911, tentou a implementação efetiva de uma lei que proibisse as touradas. Encontramos ainda de temas de carácter económico e financeiro, como por exemplo, na Loja Invicta, do Porto, *O capitalista divorciado das forças produtoras e comerciais*, uma tese apresentada em fevereiro de 1932 para a elevação ao Grau de Cavaleiro Rosa Cruz, e onde é feita uma crítica ao capitalismo imobiliário e rentista em vez da opção por atividades produtivas industriais, na linha de um outro trabalho apresentado por Raul Tamagnini Barbosa na mesma Loja e com data de 1914: *Dos meios a adoptar para fomentar a prosperidade continental sob os pontos de vista agrícola e industrial*, o que nos permite referenciar também um trabalho da Loja Aliança, de Lisboa, com data de 1926 e com o título de “Alguns aspetos da situação económica e financeira

²¹¹ *Processo da Loja Elias Garcia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Nota: apesar de em certos estudos a Loja Elias Garcia, nº 180, de Lisboa, ser dada como tendo sido extinta em 1928, esta carta demonstra que continuou em atividade pelo menos até 1932. A carta é datada 2 de junho de 1932, havendo outra correspondência até agosto desse ano. Nota: a construção de uma ponte sobre o rio Tejo remonta à década de oitenta do século XIX, sendo sempre renovada quando da apresentação de um novo projeto. Este debate na Loja Elias Garcia deverá ter tido como causa os projetos dos engenheiros Alfonso Peña Boeuf (1921) e António Belo (1929), assim como a constituição de uma comissão para estudar este assunto, nomeada por Duarte Pacheco;

²¹² *Publicações várias (miscelânea)*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Nota: podemos estranhar hoje a ideia de “empenhar as roupas”, mal tal era uma prática comum pelas classes mais desfavorecidas face à miséria vivida. Veja-se, por exemplo, na literatura *A Lã e a Neve*, de Ferreira de Castro;

do país”. É certo também que o próprio Conselho da Ordem, em 1928, inscrevera nas suas propostas de ação o “combater com tenacidade as oligarquias sem escrúpulos que se apoderaram das finanças portuguesas e de todas as empresas de importância”,²¹³ ou *Da Liberdade à Democracia*, tema apresentado na Loja Montanha por José Boavida Portugal, autor que no Congresso Maçónico Nacional, realizado em 1924, coloca em debate o tipo de Parlamento e a Administração no Estado, colocando em discussão o facto de esta poder ser de opção estatal ou “por liberdade e iniciativa própria”. Tema também em debate eram as preocupações com as difíceis condições de vida do operariado, e cite-se a propósito as preocupações nas Lojas e Triângulos da Beira interior quando às condições nas fábricas de lanifícios da Covilhã, através da Loja Serra da Estrela, daquela cidade, em 1932, ano da sua criação. Por isso, esta Loja, à semelhança do que acontecia um pouco por todo o país, procurou realizar cursos noturnos e diurnos, criar cantinas e bibliotecas, ao mesmo tempo que fazia propaganda dos valores liberais, criava e dirigia associações culturais e recreativas e ainda levava a efeito estudos de carácter social e económico. Esta prática assentava em duas razões estruturantes, uma decorrente da politização sofrida pelas Lojas, quer imediatamente antes da implantação da República quer durante toda a I República, e outra, a de uma orientação vinda do Conselho da Ordem. A este propósito refira-se que uma carta de Basílio Lopes Pereira, com data de dezembro de 1934 e dirigida ao Conselho da Ordem, refere a “imperiosa necessidade” das Lojas promoverem estudos sobre as questões sociais e políticas” vivenciadas no país.²¹⁴

Neste âmbito é de referir que não se torna obrigatória a organização de uma Loja para concretizar estas iniciativas. Muitas iniciativas foram geradas ou dinamizadas por Triângulos, que ainda que possuíssem uma estrutura mais incipiente, não lhes faltava vontade e dedicação. Um relatório de António Augusto Franco, à época Inspetor para as Beiras, dá conta que o Triângulo 352, instalado na Pampilhosa da Serra, a par de uma dinâmica ação em prol da Associação do Registo Civil, resolvera criar a Associação Operária de Beneficência, Instrução e Recreio, cujos fins se centravam no ensino e no socorro aos associados, “mantendo entre os mesmos um ambiente moralizador, de amor ao trabalho e de solidariedade”. Promovendo “para recreio dos sócios (...) festas, bailes, desafios de jogos, corridas, excursões e outros divertimentos consentidos por lei”, e possuindo uma biblioteca e

²¹³ *Publicações várias (miscelânea), Relatório do Conselho da Ordem relativo a 1927*, Lisboa, Ed. GOLU, 1928, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

²¹⁴ *Publicações várias (miscelânea)*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

realizando conferências, a associação apoiava os seus associados em caso de acidentes de trabalho “auxiliando-os e orientando-os no sentido de lhes ser feita justiça dentro das leis reguladoras do assunto”. Muito curiosa é a nota final, fazendo referência ao artigo 6º dos estatutos, onde se pode ler que:

“só podem ser sócios efectivos os indivíduos que vivem do produto do seu trabalho, como sejam operários, trabalhadores rurais, empregados, artistas e aqueles que exercem profissões liberais. Os que são proprietários, capitalistas ou patrões, só podem ser sócios auxiliares”.

Referindo que só os sócios efetivos podem fazer parte da Direção, por forma a garantir a continuidade dos elementos liberais nos corpos dirigentes, sublinha-se a importância da iniciativa

“naquele meio inculto, onde os trabalhadores vivem abandonados a si próprios, tendo de submeter-se à exploração e autoridade dos patrões, proprietários, reaccionários e dos capitalistas”.²¹⁵

Sobre estas temáticas ou semelhantes, poderíamos recuar a 1924 e ao Congresso Maçónico realizado nesse ano, para destacar um tema relacionado com a organização do Estado, tendo por relator José Boavida Portugal, da Loja Irradiação, de Lisboa, ou o emprego de menores num trabalho da Loja Renascença, de Lisboa, tema que foi abordado com um conjunto de propostas para o estudo e correção das suas condições de vida. Tema também muito em voga nas décadas de dez e de vinte era a situação da mulher que, se analisado sob o ponto de vista social, tinha a vantagem de equacionar problemas sociais graves vividos em Portugal, mas se visto sob o ponto de vista das mulheres a conclusão era invariavelmente destas “cumprirem o seu papel na sociedade” como algo de pré-determinado. Ainda assim, há trabalhos de notável vanguardismo, como um assinado por Álvaro Condinho, da Loja Liberdade e Justiça, de Lisboa, com data de 1928, onde se pode ler que “a intenção da mulher em conseguir (...) o acesso a todos os empregos públicos e a sua participação nas coisas políticas é um objetivo mínimo da sua emancipação”. Questionando as diferenças sociais que na época marcavam homens e mulheres, e atribuindo muitas delas à influência exercida pela religião, o trabalho manifesta-se favorável à possibilidade de divórcio ou de oposição aos constrangimentos económicos que obrigavam as mulheres a estarem na dependência dos maridos.²¹⁶ Sobre este tema registe-se também um interessante trabalho, apresentado em 1921

²¹⁵ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²¹⁶ *Publicações várias (miscelânea)*, *Emancipação da mulher*, Lisboa, Ed. GOLU, 1928, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

na Loja O Futuro, de Lisboa, por Aurora de Castro e Gouveia onde se pode ler a propósito da situação das mulheres no período anterior à República, que

“a mulher (...) pelo casamento (...) abdicava (...) da sua capacidade, da sua nacionalidade, do seu nome e, até, da liberdade da sua vida. Pois a mulher casada não podia contratar nem estar em juízo: adquiria a nacionalidade do marido; adoptava o nome dele; tinha de o seguir por toda a parte (...). No adultério da mulher tinha sanção mais severa que o do homem (...). Se havia discordância de opiniões, prevalecia a do marido”.

Depois de enaltecer a obra da República, Aurora de Castro e Gouveia reivindicava

“não mais a regra: o marido deve protecção à mulher, a mulher obediência ao marido (...): a sociedade conjugal baseia-se na liberdade e na igualdade”.

Contestando a antiga fórmula que dava ao marido o direito de escolher o domicílio conjugal e à mulher a obrigação de acompanhar o marido, a oradora reivindicava a “perfeita igualdade civil do marido e da mulher no casamento” reconhecendo como positivas as mudanças introduzidas com a Lei do Divórcio da República.²¹⁷

Alguns destes trabalhos eram momentos de reflexão sobre a sociedade da época, que nos permitem conhecê-la e compreendê-la. É o caso de um trabalho colocado à apreciação do Supremo Conselho, com data de 1926, e que aborda as questões de assistência social, não fugindo à questão de que a assistência é um problema de carácter político-social. Não apenas teorizando estas questões, mas mostrando alguma reflexão, visível quando se relaciona a criação de creches com a defesa “do indivíduo renascido dos horrores da fome e da miséria (...) que anula a energia e a inteligência”. Defendendo a criação de uma rede de semi-internatos que evitassem que as crianças vagueassem pelas ruas e adquirissem maus hábitos, e de internatos que evitassem que essas crianças fossem “atiradas ao lodaçal de um miserável abandono e fiquem improdutivas e inúteis no futuro”.²¹⁸

A Loja Acácia, em sessão de Loja, tem registo de debater as questões de redução das despesas públicas, impostos, proibição de importação de artigos de luxo ou intervenção do Estado na vida pública. Poderíamos aqui também citar um longo trabalho sobre a agricultura, discutido em data mais recuada, em 1914, na Loja Montanha, de Lisboa, tendo por base um documento assinado pela Junta de Crédito Agrícola e em torno das questões relacionadas com a concessão de crédito para o

²¹⁷ *Processo da Loja O Futuro, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²¹⁸ *Documentos diversos do Supremo Conselho*, fevereiro de 1926, assinado Salvador Saboya (n. s. Tiberio Grachus), Obreiro das Lojas Madrugada e Retidão, de Lisboa, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

desenvolvimento agrícola, prevenção de intempéries ou libertação de dívidas hipotecárias. Era o emergir de uma velha discussão dentro da Maçonaria, o da discussão em Loja de temas profanos ou de temas exclusivamente ritualísticos. Claro que há lugar para as duas situações, desde que feitas nos graus e Lojas adequadas a tal, no entanto à época a situação do GOLU e o crispado ambiente social e político não permitiam essa ponderação de forma calma e desapaixonada, quer em termos da sua estrutura ritual, quer em termos de contaminação política das Lojas por influências de todos os matizes.

Um dos temas mais interessantes que surgiu no âmbito deste estudo foi o da reforma da Polícia Cívica,²¹⁹ um projeto com data de 30 de setembro de 1930, elaborado por Francisco de Oliveira Pio, com a colaboração de Marcelino Aleixo.²²⁰ Mostra-nos que as Lojas não eram alheias a estas questões que além de pretender dotar a cidade de Lisboa de uma polícia “estruturalmente republicana”, sugeria a criação de dois corpos autónomos, um de Polícia Militar e outro de polícia política. Lembrando em como o regime usava a polícia “contra a Nação” questionava a competência moral, técnica e profissional da polícia propondo um conjunto de medidas, das quais se destacavam a existência da Direção Geral de Segurança e da Prefeitura de Lisboa, que deveria superintender todos os serviços de segurança da GNR e corpos de polícia de todo o país, algo que o Estado Novo concretizará. Considerando que a polícia seria boa ou má “conforme a sua matéria prima”, advogava um aumento generalizado dos salários e a criação de uma escola de polícia, e ainda a criação de uma entidade de nomeação vitalícia sem funções políticas, dirigindo superiormente todos os departamentos de polícia – cívica e de investigação. Não se conhece o seguimento deste trabalho, mas em 1934 a Loja Madrugada solicita informações à Comissão Permanente de Estudos Profanos sobre a reforma da Polícia.²²¹

Por seu lado é interessante igualmente destacar o caso da Loja Simpatia e União que, em 1930, propunha que se estudasse a descentralização administrativa no país, se procedesse à reforma das leis de assistência e das leis fiscais, ou que se estabelecesse um limite máximo para os vencimentos dos gerentes de sociedades,

²¹⁹ *Fundo Maçonaria Portuguesa (1883-1935)*, reservados, caixa 3, Biblioteca Nacional;

²²⁰ Francisco de Oliveira Pio era oficial do exército, usava o nome simbólico de Antão Vaz de Almada, com que assina este documento, e foi iniciado na Loja Seara de Luz, vindo a transitar para a Loja Magalhães Lima. Marcelino Aleixo, que indica o seu nome profano, era igualmente Obreiro da Loja Magalhães Lima, de Lisboa;

²²¹ *Publicações várias (miscelânea)*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Não identificámos esta Loja, já que o documento se apresenta sem cabeçalho ou qualquer outra identificação, apresentando apenas, além do seu conteúdo, a data de 1934;

para além de igualmente abordar questões relacionadas com a reforma do ensino. Propunha ainda a aquisição dos jornais *Diário de Notícias* e *O Século*, visando como objetivos a propaganda republicana e dos valores que norteiam a Maçonaria, numa proposta que era comum a outras Lojas. A este propósito cite-se uma carta, com data de agosto de 1932, da Loja Elias Garcia dirigida ao Conselho da Ordem, onde se pode ler que:

“a Maç.: deve ser um constante grito de revolta (...), acolhendo nas suas ccol.: os ideais dos revoltados e dos sedentos de justiça, actuará indefinidamente num permanente processo de renovação social num sentido de maior justiça e de maior progresso, No dia em que se solidarizar (...) com as classes dominantes incaracterizar-se-á, suicidar-se-á. A sua acção é doutrinaria sim, mas perpetuamente revolucionaria no sentido superior do termo (...) visando realizar sincera e rapidamente uma democracia proletária (...)”.

O mesmo documento refere alguns passos mais adiante que:

“nas suas CCol.: estão agrupadas todas as correntes de opinião republicana desde as mais conservadoras às mais avançadas. Ligados por comuns ideais de Liberdade, por uma comum tradição de fraternidade e por comuns laços de disciplina, todos os seus OObr.: teem o dever indeclinável de se manter unidos, firmes e decididos no comum desejo de chegar a um acordo sobre a solução do problema político”.²²²

É o mesmo sentido de pensamento que a Loja Acácia assume, ao afirmar que “a revolução é a aurora dos oprimidos, resgate da miséria, santificação da desventura”, ou que “são a evolução e a revolução meios de que as sociedades lançam mão para o seu aperfeiçoamento, na ânsia do Progresso e da Civilização”.

Por tudo isto é comum encontrarmos apelos do Conselho da Ordem à união e concórdia entre os maçons, limando divergências e colocando a Igreja e a Ditadura como adversários destacados da Maçonaria, muitas vezes usando-as como motivação de união interna, especialmente entre 1929 e 1932. Poderíamos ainda adicionar outras questões que separavam os maçons, como a gestão do então Asilo de S. João, de Lisboa, com Lojas a acusarem-se mutuamente de quererem exercer uma atitude hegemónica. Eram, no entanto, as questões políticas que mais atritos criavam internamente. Numa carta da Loja Fraternidade Colonial, com data de 11 de março de 1932, esta Loja propunha o saneamento dos Quadros das Oficinas e uma renovação da “ideologia maçónica”. A primeira proposta visava todos aqueles que não tinham sabido manter os juramentos que haviam feito “nem conservar o espírito

²²² *Processo da Loja Elias Garcia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

maçónico que, agora mais do que em nenhum outro instante, devia unir, fortemente, todos os maçons”. A este propósito esta Loja lembra que em tempos havia apresentado na Grande Dieta uma proposta consignando às Oficinas o direito de irradiarem em processo sumário os maçons que cometessem crime provado contra a Ordem. Penosamente a Loja reconhecia que

“as consequências foram tremendas. Fez-se uma aplicação ímpia da lei. Por crimes contra a Ordem não consta que alguém tivesse sido irradiado. Mas por questiúnculas mesquinhas, antipatias pessoais e outras causas de mínima importância, foi em barda. E os clamores foram tão grandes que o Ven.º desta Loja levantou a questão na Grande Dieta, obtendo que o direito de recurso fosse devidamente consignado”.²²³

Ainda nesta carta a Loja aborda uma questão sensível entre os maçons: uma pretensa “renovação da ideologia maçónica”. Começa por afirmar que

“o estudo dos problemas filosóficos, sociais e económicos não tem ocupado – necessário é dizê-lo – a atenção das Oficinas, preocupadas quasi inteiramente na tarefa inglória de propor, votar e iniciar candidatos”.

Propunha-se então, para essa renovação, a criação de uma “Câmara de Estudos” dividida em secções (economia, finanças, política social, indústria, agricultura, política internacional, questões coloniais, saúde pública, etc.), delas saindo documentos que seriam posteriormente discutidos pelas Lojas, que produziriam como resultado um “pensamento maçónico”. Posteriormente “a todos os maçons seria, então, indicado o cumprimento dessas directrizes que estabeleceriam a política maçónica no mais elevado sentido do termo”, algo que nunca colheu grandes apoios, avesso a que era o GOLU sempre que se vislumbrasse uniformidade de pensamento em matérias não rituais.

Este assunto volta a ser abordado num outro documento da Loja Fraternidade Colonial, datado de 12 de agosto de 1932 onde, acerca dos problemas da Maçonaria, se pode ler que “a ideologia é antiquada. Estriba-se apenas na ideologia sagrada da Revolução Francesa, de Liberdade, Igualdade e Fraternidade” e “nada nos diz acerca dos problemas da hora presente (...)”.²²⁴ E mais adiante, depois de

²²³ *Processo da Loja Fraternidade Colonial, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²²⁴ *Processo da Loja Fraternidade Colonial, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. A propósito da trilogia Liberdade, Igualdade, Fraternidade refira-se que o senso comum atribui à Revolução Francesa a divisa de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, o que é incorreto. Sendo certo que a divisa Liberdade, Igualdade, Fraternidade, resume o espírito das Luzes: Liberdade para os indivíduos transformando-os em cidadãos, Igualdade entre eles perante a Lei e nas suas obrigações e direitos e Fraternidade entre os Homens, vistos sob uma capa de um universalismo inovador, a verdade é que, inicialmente, a divisa aparecia sob a forma do binómio Liberdade, Igualdade, frequentemente referenciado por Jean-Jacques Rousseau. No *Contrato Social*, Rousseau diz-nos que

um apelo à reorganização interna, levanta a grande questão da entrada da política nas Lojas:

“verifica-se, porém, que os trabalhos das Lojas, durante o regímen republicano, têm enfermado dos mesmos defeitos que se constataram durante o liberalismo. O espírito de facção sobrepoz-se ao ideal maçónico. E assim observou-se, logo após a implantação da República a existência de lojas almeidistas e afonsistas. Pode-se afirmar, sem receio de cair em erro, que a scisão Ferreira de Castro, em 1914, foi devida mais à triste política partidária do que às peregrinas prerrogativas do Supremo Conselho do Grau 33, trazidas a lume só para tapar a causa fundamental (...). Depois o Grande Oriente conheceu a existência de Lojas Sidonistas que faziam o jogo do Ir.: Carlyle, que profanamente se chamava Sidónio Paes (...).”²²⁵

Após alguns considerandos, numa referência aos maçons que aderiram ao Estado Novo, a Loja acusa que “lá para as bandas dos Açores existe uma Loja que é actualmente composta por obreiros adeptos da dictadura”, referindo-se, ainda que sem a nomear, à Loja Amor da Pátria, no Faial, numa generalização que hoje sabemos ser injusta, porque de facto a Loja Amor da Pátria, ainda que de forma discreta continuou a trabalhar e a dissociar-se da Ditadura, até os estatutos da Sociedade Amor da Pátria serem alterados por imposição do governo, conforme é comprovado por bibliografia recente.²²⁶

o fim de todo o edifício legislativo se reduz a dois objetivos principais: a liberdade e a igualdade. Ainda que a divisa Liberdade, Igualdade, Fraternidade tenha aparecido no século XVIII, raramente era utilizada na Maçonaria da época, sendo muito mais frequente a referência Saúde, Força e União ou Silêncio, União e Paz. Alguns autores referem que em França a Loja La Bonne Foi, fundada em 1689 por exilados jacobitas, adotou a divisa Liberdade, Igualdade, Fraternidade, no entanto, não existe documentação credível que suporte tal afirmação. Mesmo na Revolução Francesa, a trilogia mais frequente era a de Liberdade, Igualdade, Pátria, ou União, Força, Virtude, esta também adotada pela Maçonaria ou ainda Liberdade, Igualdade, Nação. No auge do período revolucionário, Robespierre propôs que as tropas da Guarda Nacional usassem a divisa Liberdade, Igualdade, Fraternidade e, em 1793, Jean Nicolas Pache ordenou que nos muros da capital francesa se colocasse a divisa Liberdade, Igualdade, Fraternidade ou a Morte, que se assume como a principal divisa da I República francesa. O grito de Liberdade, Igualdade, Fraternidade será recuperado durante as convulsões políticas de 1848 e é assumido como a divisa da II República francesa após essa data. Sendo certo que por essa altura nas Lojas maçónicas emerge a trilogia Liberdade, Igualdade, Fraternidade, também é certo que o governo provisório saído da revolução de 1848 era constituído quase apenas por maçons. Entraria plenamente no vocabulário maçónico em 1849 sublinhando, em primeiro lugar, o posicionamento da Maçonaria face às alterações políticas vividas em 1848 e, em segundo lugar, a aproximação da Maçonaria ao carácter republicano do Estado francês. Durante o governo de Lamartine, maçom do Grande Oriente de França, surgirá proferida por ele num contexto de “liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens”, numa alusão aos valores do primitivo cristianismo dos tempos do Império Romano. A sua adoção pela Maçonaria deve-se ao poeta francês Jules Barbier, também Obreiro do Grande Oriente de França, durante numa manifestação de apoio ao governo de Lamartine e Ledru-Rollin, socialista e maçom, também do GODF;

²²⁵ *Processo da Loja Fraternidade Colonial, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²²⁶ Veja-se LOPES, António, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792-1935*, Lisboa, Ed. Ensaios, 2008; LOPES, António, *A Maçonaria no Faial – a Loja Amor da Pátria* in LOPES, António, LOBÃO, Carlos e CALADO, Maria, *Sociedade Amor da Pátria 150º aniversário – 1859-2009*, Horta, Ed. Sociedade Amor da Pátria, 2009; LOPES, António, *A Maçonaria na Sociedade Amor da Pátria*, Horta, Ed. Sociedade Amor da Pátria, 2017;

Separavam os maçons ainda algumas questões relacionadas com a gestão administrativa das Lojas, que ao longo dos anos motivaram muitas cisões. Algumas Lojas resistiram a estas cisões, onde uma situação significativa é a da Loja a Revolta que em 1932 vê o seu número de Obreiros reduzido a metade, depois de uma longa crise entre 1928 e 1932. Outras não conseguiram suportar o impacto das suas dissensões, vindo a dissolver-se. Referindo o caso de A Revolta, cujo conflito tem por base a reintegração no GOLU do seu Venerável Rui Barbosa, através de um Decreto do Conselho da Ordem que, segundo alguns Obreiros, estimulava “o mais feroz obstrucionismo a tudo o que em matéria de propaganda republicana no mundo profano académico fosse da nossa iniciativa”. O próprio Venerável, em 1928, escrevia que “é em Coimbra que a maçonaria atravessa uma profunda crise” e numa carta com data de 1930, referente a este assunto e assinada por António Augusto Franco, vemos este manifestar-se contra a intransigência e irreductibilidade dos Irmãos de Coimbra. Em 1932, dá-se o desenlace com uma cisão n’A Revolta, com o Conselho da Ordem a referir-se a uma reorganização das Lojas de Coimbra – Portugal, Redenção, A Revolta e Construir, ao mesmo tempo que acusa as Lojas A Revolta e Construir do facto das suas dificuldades de funcionamento se deverem à sua indisciplina.

Uma parte dos problemas internos derivavam do facto das Lojas estarem privadas do seu espaço de reunião habitual, o que também levava à suspensão do funcionamento de alguns órgãos, com particular relevo para a Grande Dieta. Numa moção da Loja Ordem e Progresso, de Lisboa, com data de 4 de janeiro de 1930, podemos ler que, segundo essa Loja, a Maçonaria nunca se deveria ter afastado da sua Tradição e tendo em consideração “a mudança mais ou menos próxima da actual situação política”, que aquela se deveria apresentar “como um corpo com cabeça, tendo elaborado um programa mínimo de votos sobre os problemas nacionais”, e considerando ainda a circunstância do Palácio estar encerrado e de não haver Grão-Mestre Adjunto, que não tinha aceite o cargo, propunha a eleição de um presidente do Conselho da Ordem, o perfeito funcionamento de todos os organismos maçónicos, a expansão da Maçonaria no país, a publicação regular do jornal *A Luz*, e por último afastar a política das Lojas. Um programa ambicioso para as circunstâncias que se viviam.²²⁷

²²⁷ O jornal *A Luz*, editado pelo GOLU, situava-se numa das divisões à entrada do Palácio Maçónico, e havia tomado a decisão de se auto-suspender, logo a seguir à Revolução do 28 de Maio, por não aceitar o regime de censura imposto. Informou os maçons dessa sua intenção num comunicado assinado por Salvador Saboya, seu diretor, com data de 1 de novembro de 1926. Abriu raras exceções a esta decisão, sendo uma delas em novembro de 1927, para não perder o direito à propriedade do

Sob o ponto de vista administrativo é verdade que as coisas não corriam bem, e em julho de 1929 a Loja Fraternidade Colonial acusava o Conselho da Ordem de atos de gestão e administrativos lesivos da Obediência, e apesar das promessas da Circular nº 23 de 15 de maio de 1930, prometendo tudo fazer para revigorar as Lojas, a verdade é que a situação se vai arrastar pelo menos até 1932, quando o Conselho num relatório com data de 8 de agosto reconhece que teve de “empregar meios enérgicos para obviar o estado de anarquia em que se encontrava a Administração da Maç.: Port.:", que havia diversos Triângulos por instalar, Lojas com dívidas por saldar e uma contenção de despesas que levou mesmo à dispensa de alguns funcionários.

No que poderíamos designar de “maus hábitos” ou momentos de crise de autoridade, vemos frequentemente Lojas a pronunciar-se na praça pública sobre questões que ultrapassam a própria Maçonaria, ou a contatar formalmente outras instituições, sendo disso exemplo o contato direto com órgãos do poder, nomeadamente o poder central e autárquico. São vários os exemplos desses contatos, não centralizados no Conselho da Ordem. Um desses exemplos, até pela disciplina que posteriormente se procurou introduzir, está num documento da Loja Renascença, de Lisboa, que contacta diretamente António Maria da Silva, à época Grão-Mestre Adjunto e chefe do governo. Datado de fevereiro de 1926, neste documento a Loja insurge-se contra a nomeação como Alto Comissário em Moçambique do também maçom general Ernesto Maria Vieira da Rocha, com o argumento da Loja não reconhecer nele as necessárias qualidades para o exercício do cargo. A resposta do Conselho da Ordem não só refere a sua discordância com as razões apresentadas, como lamenta que tal documento tenha sido diretamente endereçado ao governo, lembrando que “as determinações regulamentares claramente indicam que todos os assuntos externos só podem ser tratados por intermédio do Cons.: da Ord.: ou com a sua prévia concordância, esperando portanto que, de harmonia com a lei, as OOfic.: cumpram rigorosamente essas determinações”.²²⁸ O assunto não ficou por aqui, com a Loja a replicar e a exigir que o Conselho da Ordem interviesse ao nível governativo, muito para além das funções ou deveres morais e institucionais do Conselho. Na realidade, é apenas após 1926 e especialmente após 1930, que começa a ser mais evidente uma disciplina interna

título. A sua não publicação regular, da qual não há notícias nos anos seguintes e, em 1935, a ilegalização da Maçonaria ditou definitivamente o fim desta publicação;

²²⁸ *Processo da Loja Renascença, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

que reduz estes casos, o que não impede, no entanto, outros verdadeiramente paradoxais, como em 1935, na situação de sufoco que se vivia, já depois da apresentação do projeto de José Cabral com vista à ilegalização da Maçonaria, em que a Loja Simpatia e União escreve que “nem todos os Obreiros estão de acordo a que se concedam ao Gr.: M.: os poderes e atribuições que as Leis conferem aos vários Corpos”.²²⁹

10 - O caso particular da Madeira

Não poucas vezes eram também trazidas para o interior das Lojas questões pessoais e de administração de entidades da sociedade civil que estavam na esfera de influência das Lojas, ou de rigor administrativo ou ainda questões políticas que marcavam a sociedade, e quando no mesmo momento se cruzavam todas estas questões, a situação complicava-se, de tal forma que para além de não se vislumbrar resolução à vista, todos saíam derrotados. Por norma o extremar de posições levava a dissidências, não poucas vezes contribuindo para o enfraquecimento das Lojas. Foi o que aconteceu nos primeiros anos da década de trinta, no Funchal.

Ali trabalhava a Loja Liberdade, fundada em 1871, com o número de matrícula de 66, que havia aderido à dissidência do Supremo Conselho em 1914. Em 1926, esta Loja, não voltou ao seio do GOLU, mantendo-se a trabalhar no âmbito do Grémio Luso Escocês. António Ventura facultou-nos o seu quadro, vasto, em 1928.²³⁰ Sabe-

²²⁹ *Processo da Loja Renascença, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²³⁰ *Documentos vários*, Arquivo de António Ventura. Deste quadro fazem parte José Joaquim de Freitas, médico, Joaquim J. Da Silva Vieira, proprietário, Alfredo Guilherme Rodrigues, banqueiro e industrial, José Gusmão Martins, industrial, Henrique A. Rodrigues, banqueiro e comerciante, António Capelo, médico e proprietário, João de Castro da Silva Banhos, solicitador, Francisco João Fernandes, armador, João A. Rodrigues, banqueiro e comerciante, Manuel E. Figueira da Silva, professor, João B. Sebastião Spínola, funcionário público, Francisco da Costa, comerciante, Francisco da C. Rodrigues, gerente comercial, João B. de Freitas Oliveira, comerciante, Aires F. de Mesquita Spranger, escrivão de Direito, Artur A. da Silva Montanha, chefe dos correios, Joaquim A. Nunes de Carvalho, comerciante, Manuel Augusto Martins, advogado, José Quirino de Castro, presidente da Associação Comercial, João Sebastião Ferreira, advogado, Vasco C. Silva, militar, Firmino F. Mendonça, comerciante, Francisco de Araújo Barradas, contabilista, Humberto F. Nunes da Silva, comerciante, António Moniz Coelho, comerciante, Domingos F. dos Reis, funcionário aduaneiro, Emanuel Marques, comerciante, Jorge A. Fleming, empregado no comércio, Ulrich P. Abreu, comerciante, Henrique da C. Pereira, contabilista, António M. Fernandes Nunes, comerciante, Avelino Leitão Martins, despachante oficial, Alfred H. Palmer, comerciante, Marçal A. Lino, comerciante, Abel Rodrigues de Gouveia, comerciante, Ernesto

se que esta Loja tentou ingressar no GOLU em 1932, havendo mesmo um documento datado de 30 de julho de 1932, onde se escreve que a Loja não envia o desenho do seu selo, timbre, desenho do estandarte, já que seriam os mesmos da antiga Loja Liberdade nº 66, do Funchal. Numa determinação estranha, referida por António Ventura, o GOLU não aceita a pretensão por já haver uma Loja com o mesmo nome. E dizemos estranha porque sempre existiram Lojas com o mesmo nome em vários pontos do país, desde que em localidades diferentes. Cremos existirem outras razões que não as então invocadas, tudo indicando serem vontades de oposição a esse ingresso por parte de outras Lojas locais. Por não ter conseguido regressar ao GOLU, ou por questões internas ou ainda pela agitação política e social que se viveu na ilha em 1931 e 1932, a verdade é que, em 1932, a Loja viu saírem alguns Obreiros para fundarem as Lojas Atlântida²³¹ e Renovação, de resto muito incentivadas pelo GOLU. Quanto à Loja Liberdade, A. H. de Oliveira Marques refere que terá desaparecido durante a clandestinidade.²³²

Trabalhava também por esta altura, no Funchal, a Loja Trabalho, com o número de registo 219, fundada em 1901, e a segunda com esta designação naquela cidade. Refira-se que a Loja Trabalho abateu colunas momentaneamente, entre 1923 e 1930, só vindo a desaparecer durante a clandestinidade.²³³ A criação dos Triângulos de S. Vicente e de Santa Cruz, seria pacífica não fosse a forte oposição da Loja Trabalho, que levou a situações de tensão que motivaram um extenso documento sobre o assunto, escrito pelo “velho maçom” Manuel Augusto Martins, antigo governador civil e senador da República, cuja carta é clara em considerar ilegais os referidos Triângulos, de resto classificados de “perfeita mistificação”. Manuel Augusto Martins acusava ainda de “invenção” o Vale de S. Gonçalo, freguesia que, argumentava, constituía um núcleo populoso integrante da cidade do Funchal. Uma ata da Loja Trabalho refere-nos o mesmo, referindo que pertencendo a freguesia de S. Gonçalo ao Funchal, assumia a sua oposição à constituição de uma eventual nova Loja a partir destes Triângulos, apesar do Conselho da Ordem ainda ter presente uma outra carta desta Loja, do final do ano anterior, onde se pode ler que naquela terra “ainda há muito a fazermos, mas há imperiosa necessidade de

Dias Nascimento, industrial, João Basilio Fernandes, comerciante, Aires Filipe de Freitas, exportador de vinhos, José N. Elias da Silva ajudante de despachante oficial, José Cardoso de Ávila Júnior, químico;

²³¹ Esta Loja esteve para se designar de Liberdade Madeirense, o que não aconteceu por oposição das restantes Lojas a trabalhar no Funchal;

²³² MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986, pp. 868 e 869;

²³³ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986, p. 1434;

somente pertencerem à nossa Aug.: Ord.: elementos dignos dela”.²³⁴ Cremos que a criação destes Triângulos foi um expediente para se contornar a oposição ao regresso da Loja Liberdade ao seio do GOLU. Na realidade, em S. Gonçalo irá constituir-se um Triângulo que evoluirá para a Loja Renovação, que possuindo no seu início apenas sete Obreiros, rapidamente irá agregar novos membros.

A Loja Trabalho vai mais longe e refere, em carta datada de outubro de 1933, que “o Cons.: da Ord.: já perdeu a Resp.: Loj.: Liberdade nº 66 a este Val.: e agora perde a Loj.: Trabalho”, o que confirma a questão do não regresso da Loja Liberdade. Entretanto, a Loja Trabalho toma a decisão de abater colunas, que se concretiza apenas em janeiro de 1935, não por decisão da Loja, mas por determinação do Conselho da Ordem, através do Decreto nº 5 de 22 de janeiro desse ano. Refira-se que nesta altura além das Lojas Liberdade e Trabalho, trabalhavam na Madeira outras Lojas²³⁵ num ambiente maçónico dinâmico e diversificado, vindo nos anos seguintes todas as Lojas a serem definitivamente atingidas por este ambiente de dissensão.

A linguagem usada neste conflito extremou-se, com acusações a todos os envolvidos, podendo nós ler numa carta da Loja Trabalho, datada já de 1934, a acusação ao Conselho da Ordem de se ter “portado de maneira baixa” e de lhe faltar a moral. Um ponto da situação feito pelo Conselho da Ordem e com data de janeiro de 1934 esclarece-nos que a autorização para a constituição dos referidos Triângulos fora dada em 1931, mas que efetivamente tal não havia chegado ao conhecimento da Loja Trabalho, no que o Conselho da Ordem reconheceu ter saído “um pouco fora das Leis Maçónicas”. Só que, a considerar-se tal situação a Loja Atlântida passaria a ser considerada irregular. E se a Loja 5 de Outubro aceitava a transformação dos ditos Triângulos nas Lojas Renovação e Atlântida, já a Loja Trabalho se mostrou irredutível. Um documento de 1934 refere-se a este caso como de “paixões à volta deste incidente”, que o é de facto, pontuado de acusações de

²³⁴ *Processo da Loja Trabalho, do Funchal – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²³⁵ Trabalhavam no Funchal a Loja Liberdade, criada em 1871 e que desaparece durante a clandestinidade, a Loja Atlântida, instalada em 1933 e que A. H. de Oliveira Marques refere já não existir em 1937, a 5 de Outubro, Loja criada em 1911 que conhece algumas interrupções na sua atividade e vindo a desaparecer durante a clandestinidade, a Loja Trabalho, criada em 1901 que Abateu Colunas em 1923 mas que foi reativada em 1930 vindo a desaparecer no início de 1935 e, por fim, ainda a Loja Renovação, que A. H. de Oliveira Marques situa em S. Gonçalo, e da qual existiram tentativas de a reativar em 1959-60, através do Decreto nº 6 de 25 de novembro de 1959. São escassas as informações quanto à Loja Zarco, da qual encontrámos apenas um quadro de Obreiros datado de 1926, com nove elementos de um presumível levantamento de Colunas, e de cujo historial mais nada mais sabemos e ainda a Loja Pátria Portuguesa, criada em 1916 e que desapareceu durante a clandestinidade;

quebra de sigilo maçónico e do envolvimento de algumas destas Lojas nos acontecimentos de 1931, como veremos mais adiante.²³⁶

O destaque particular que damos a este caso justifica-se pelo aspeto enganador que nos pode induzir e porque na Madeira nasce um dos últimos grandes movimentos “reviralhistas” de oposição à Ditadura, apenas ocorrendo um novo sobressalto em 26 de agosto de 1931, em Lisboa. Aparentemente estamos em presença de questões meramente maçónicas, no entanto, lendo com atenção a correspondência trocada entre todos os intervenientes vemos que há outras questões de fundo que se articulam com a insurreição militar na Madeira, que por sua vez e como referimos mais adiante, foi o resultado da conjugação de diversos fatores, como a concentração de deportados políticos, o papel do delegado especial do governo, o coronel Silva Leal, o qual a população madeirense não viu com especial simpatia a sua nomeação, e ainda de uma greve dos estivadores do Funchal e da crise económica que se expressou na “revolta das farinhas”, um ato de contestação ao regime cerealífero imposto pelo governo. Se é certo que esta questão é um reflexo do ambiente social e político vivido na ilha, é também certo que constitui um momento com profundas consequências na vida maçónica local do início da década de trinta, pelo levar para o interior da Loja de questões de carácter político, como se depreende das razões invocadas para dissidências internas, justificadas com razões laterais, mas que espelham a tensão vivida. Uma carta do ainda Triângulo de Santa Cruz, com data de 26 de maio de 1933 acrescenta que

“a atmosfera política e revolucionária resultante da questão regional conhecida pelo “movimento das farinhas”, e pela revolução de 4 de abril, justifica, em parte, também a nossa atitude maç., tanto mais que a maior parte dos obr. deste Resp. Triang. tinham tomado parte activa ou simpatizante nesses movimentos, e precisavam, portanto de reunir a cobertura da indiscrição de maus maç. e das vistas prof.”.²³⁷

No mesmo sentido, um relatório de novembro de 1932 já fazia alusão a estas questões, e no qual podemos ler que

“funcionavam no Funchal três núcleos maçónicos, a saber: Loja: Trabalho, Loja: 5 de Outubro e Loja: Liberdade,²³⁸ as duas primeiras regulares (obediência Grande Oriente Lusitano Unido) e a última irregular (obediência general Ferreira de Castro). Depois houve a revolução na Madeira (...) e as coisas modificaram-se. Tendo a Loja:

²³⁶ *Processos das Lojas Trabalho, Atlântida e Liberdade do Funchal – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²³⁷ *Processo da Loja Trabalho, do Funchal – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²³⁸ Na verdade, havia nessa altura mais núcleos a funcionar;

irregular tomado parte activa naquela revolução, foram muitos dos seus obreiros deportados e a Loja: abateu colunas”.

Explicando-se assim as interrupções no funcionamento da Loja Liberdade, mais adiante, acrescenta o autor deste relatório que teve a possibilidade “de verificar que a Maç.:, ou sejam os MMAç.: estão na ilha da Madeira, muito divididos, não se entendendo e dizendo mal uns dos outros, o que é deveras confrangedor”, referindo ainda que uma das razões para as continuadas divergências ser o facto de o Venerável da Loja Trabalho ser o comandante dos bombeiros locais, que “tem feito com que a Loja: seja constituída quase só por bombeiros”. Este relatório é claro ao aconselhar esquecerem-se as divergências, terminando com a sugestão dirigida ao Conselho da Ordem de que “só um trabalho persistente e aturado de bastante tempo, por alguém que viva no Funchal, com muito prestígio e fora de todas as questiúnculas, pode vir a ser bem sucedido”. A tarefa, ingrata, veio a recair em Francisco Perez, maçom da Loja Trabalho, e veio a revelar-se infrutífera apesar dos esforços.

Como atrás se referiu existe uma relação, assumida por alguns maçons, entre a revolta militar da Madeira e a “revolta das farinhas”, ocorrida em 4 de fevereiro de 1931, que tem na génese a aprovação do Decreto da Ditadura com o nº 19 273, conhecido pelo “decreto da fome”.²³⁹ Nele se estabelecia o monopólio da importação de farinhas na ilha, em favor de um grupo de industriais moageiros, situação que coincide com a falência de duas casas bancárias.²⁴⁰ O ambiente social tornou-se tenso, seguindo-se uma greve dos estivadores, que se inicia a 6 e rapidamente evolui para tumultos na cidade do Funchal, com assaltos e saques a moagens e com a tensão política na ilha a conhecer uma escalada que culmina na insurreição militar de 4 de abril. Apesar de tudo, não se deixa de referir que um dos protagonistas destes acontecimentos, José Lavrador, cônsul do Brasil na Madeira, não refere qualquer ligação à Maçonaria local.²⁴¹ Há ainda que acrescentar a crise económica e social que a ilha vivia desde os anos vinte, primeiro com a crise da exportação de vinhos e bordados, depois com a escassez de produtos de primeira necessidade como a farinha ou a batata.

²³⁹ Veja-se não só a correspondência da Loja Trabalho existente no arquivo do Grande Oriente Lusitano, como de outras Lojas madeirenses, no mesmo arquivo e que a este assunto se referem;

²⁴⁰ A este propósito atente-se nas profissões dos membros da Loja Liberdade referidas em nota anterior;

²⁴¹ LAVRADOR, José, *A revolução na ilha da Madeira*, Rio de Janeiro, Editorial Alba, 1931;

Como atrás se escreveu vivia-se uma situação política tensa e instável, que pode ser vista na imprensa local, onde se faz eco da violência policial. A tensão sobe quando a polícia é atacada e ocorrem momentos de solidariedade entre a população e os militares estacionados na ilha e, principalmente, quando estes se recusam a defender a polícia. Nestas movimentações destacam-se Adalberto Gastão de Sousa Dias, Carlos Vilhena e Manuel Gregório Pestana Júnior. *O Povo*, diário republicano da tarde, no qual colaboravam alguns maçons das Lojas aqui referidas, espelha bem o ambiente político crispado, curiosamente numa linguagem bastante atual, ao mesmo tempo que o Conselho da Ordem, através da Circular nº 50, de 15 de novembro de 1930, apelava à colaboração de todas as Lojas com aquele órgão informativo, nomeadamente pela angariação de assinantes e obtenção de fundos, uma colaboração “tão necessária no momento que atravessamos”. Simultaneamente, na sua edição de 4 de março de 1932, no *República Popular*, tendo como pano de fundo o “matar a fome de pão e de justiça”, podemos ler que:

“desejamos uma democracia popular, em que o interesse das massas trabalhadoras seja a razão da existência do próprio régimen (...). O que todos nós ansiosamente queremos, o ideal que nos soffoca e ilumina, não é, não podia mesmo ser, uma lucta de camarilhas, uma democracia de banqueiros e de peraltas, mas sim uma República popular, em que a causa do povo seja a preocupação máxima dos governantes, em que toda a obra legislativa se fundamente e regule pelas regalias e direitos da grande massa trabalhadora. Desejamos uma República em que não seja necessário que as classes trabalhadoras instem dia a dia pela lei das oito horas de trabalho; em que se estabeleça o salário mínimo; em que as pensões aos sinistrados do trabalho sejam justas e compensadoras; em que a massa proletária tenha assistência médica e hospitalar; em que as suas habitações sejam económicas, saudáveis e higiénicas”.²⁴²

João Soares confirma estes acontecimentos quando nos refere que “além dos partidos políticos desempenhou também um papel importante na aglutinação e inserção dos deportados políticos na sociedade local a loja maçónica Liberdade, de que era venerável o dr. José Joaquim de Freitas”,²⁴³ mas na realidade era uma conjugação entre as condições sociais, o trabalho maçónico, o trabalho político dos deportados e ainda a atividade do que restava dos velhos partidos republicanos, num caldo do qual resultou uma imensa simpatia popular. A esta simpatia e à

²⁴² “República Popular” in *O Povo – jornal republicano da tarde*, de 4 de março de 1932, Funchal, 1932/ *Processo da Loja Trabalho, do Funchal – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²⁴³ SOARES, João, *A revolta da Madeira*, Lisboa, Ed. Perspetivas & Realidades, 1979. Voltamos também a remeter para o Quadro de Obreiros cedido por António Ventura e apresentado em nota anterior;

consequente ação, diz-nos João Soares que entre os democratas que se encontravam no continente correspondeu, infelizmente, uma desorganizada movimentação, citando os então jovens estudantes e maçons, ou futuros maçons, José Magalhães Godinho, Teófilo Carvalho dos Santos, os irmãos Cal Brandão e ainda António Macedo. José Magalhães Godinho recorre a intermediários espanhóis, em Sevilha, para a articulação com o movimento, não sendo claras as relações com os emigrados portugueses em Espanha.

Quanto posição inglesa neste contexto, se por um lado o governo inglês apoia a Ditadura, facilitando as comunicações entre o governo de Lisboa e as forças leais ao governo na Madeira, assim como as comunicações entre o governo e o gerente do Banco de Portugal no Funchal, por outro lado a imprensa afeta ao regime de Lisboa, em 16 de abril, refere que um tal Howard teria ido à Madeira instalar uma Loja inglesa sob a égide da Grande Loja de Inglaterra e que teria proferido declarações favoráveis aos revoltosos.²⁴⁴ Por outro lado ainda, a correspondência do embaixador britânico em Lisboa, referida por João Soares em *A Revolta da Madeira*, revela-se extremamente parcial e favorável ao governo,²⁴⁵ ainda que seja certo que a “revolta da farinha” atingiu alguns interesses britânicos. Pelo meio, as forças militares britânicas enviadas para a Madeira, participam nas negociações entre os representantes do governo e as forças revoltosas já derrotadas.

Quem não perdoa tudo isto é a imprensa próxima da Ditadura, que mimoseia a Maçonaria com uma poesia:

“a imprensa noticia,/como coisa verdadeira,/ que foi a Maçonaria/ quem provocou outro dia/ os distúrbios na Madeira/ - diz que ficou muito ancha/ promovendo aquela bulha,/ e fazendo, c'o uma prancha, mais uma sangrenta mancha, / de tantas de que se orgulha/ - Mas, p'la prancha que se fez/ ninguém confiado avança; / pois que, devido talvez, / a tão pouca solidez, não merece confiança. / O grande mal, a meu ver,/ das pranchas continuadas/ que lhes costumam fazer,/ é virem desenvolver/ inevitáveis... pranchadas./ Que os seus usos ordinários/ não nos vêm surpreender;/ e até, por desnecessários,/ se torna inútil fazer/ ao caso mais comentários”.²⁴⁶

Apesar da pobreza poética, o combate político também se fazia nas páginas dos jornais. Já atrás citámos *O Povo*, mas é ao *Notícias da Madeira*, no qual também colaboraram alguns maçons, que cabe o papel de catalisador da revolta, especialmente entre 8 de abril e 2 de maio de 1931. Destaque também para o papel

²⁴⁴ SOARES, João, *A revolta da Madeira*, Lisboa, Ed. Perspetivas & Realidades, 1979, p. 36;

²⁴⁵ É o caso das cartas de 14 de fevereiro e 17 de abril de 1931 e dirigidas ao *Foreign Office*;

²⁴⁶ SOARES, João, *A revolta da Madeira*, Lisboa, Ed. Perspetivas & Realidades, 1979, p. 46;

desempenhado por *A Batalha*, do Funchal, dirigido por Mário Castelhana, ainda que o seu nome não chegue a figurar no cabeçalho do jornal, de tendência anarco-sindicalista, à semelhança do seu homónimo na imprensa do continente.

11 – Sobre atitudes futuras nunca me pronuncio²⁴⁷ – os anos do revirvalho

Entre 1926 e 1931 a instabilidade política e social era um facto, por mais que alguns tentassem passar a imagem de que a Ditadura trouxe a acalmia política. Além das convulsões de 1927 e 1928, já aqui referidas, a grande contestação surge em 1931 com as revoltas da Madeira, que rapidamente se estendem primeiro aos Açores, depois à Guiné e a S. Tomé. Outros acontecimentos iam acontecendo ao longo do país que desmentem uma ideia de tranquilidade construída pelo regime para propaganda, que na realidade só se solidifica a partir de meados da década de trinta. Greves, atentados bombistas ou simples boatos, faziam parte do dia a dia dos portugueses. Conspirava-se nas ruas, nas universidades, nos Centros Republicanos, nas fábricas...

Relembrando que insurreição militar na Madeira foi o resultado de uma conjugação de fatores, alguns deles já referidos, desde a concentração de deportados políticos para ali enviados, à ação do coronel Silva Leal, delegado especial do governo, passando pela crise económica então vivida, decorrentes da contestação ao regime cerealífero, aspetos aos quais se junta a presença na ilha, naquele momento, de alguns prestigiados militares republicanos. A insurreição ocorreu às primeiras horas da madrugada de 4 de Abril de 1931, sendo a componente operacional entregue ao coronel Fernando Freiria e o comando militar do movimento confiado ao General Adalberto Gastão de Sousa Dias, que constituiu uma Junta Governativa com que pretendeu obter o reconhecimento internacional, estabelecendo contatos com as unidades militares dos Açores, estando os revoltosos certos de que os açorianos secundariam a sua iniciativa. Na realidade, assim aconteceu, com o movimento nos

²⁴⁷ Processo da Loja 8 de Abril, de Angra do Heroísmo – correspondência. Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Frase integrante do texto que adiante transcrevemos e que é tida como uma afirmação do general Sá Cardoso, quando preso no Aljube, em Lisboa, em 1930, em resposta à proposta da Ditadura de o amnistiar, em troca de se comprometer em não participar em novas insurreições militares e da sua posição quanto a eventuais e futuros pronunciamentos militares contra o regime;

Açores a ter início na ilha Terceira, rapidamente alastrando a S. Miguel, Graciosa e S. Jorge. O comité revolucionário além do general Sousa Dias e do coronel Fernando Augusto Freiria, era constituído pelo major Bragança Pereira, pelos tenentes Manuel Ferreira Camões e Hasse Ferreira, e ainda pelo comandante Sebastião Costa, maçom da Loja Acácia, pelo coronel Mendes dos Reis, e pelos capitães Carlos Vilhena e Augusto Casimiro, sendo estes últimos três também maçons. De referir ainda o nome de António Varão, participante nos acontecimentos e também maçom.

Preocupadas com os deportados enviados para as ilhas, as chefias militares açorianas consideraram altamente improvável qualquer revolta por parte dos militares das guarnições locais. José Medeiros Ferreira escreveu que

“entre 4 de Abril e 2 de Maio de 1931 viveu-se uma situação ímpar na história das relações entre as Ilhas e o Continente, que terminou pelo envio de uma expedição militar aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, após o Governo ditatorial de Lisboa ter ordenado o bloqueio aos portos desses arquipélagos a 7 de Abril. A 12, zarparam de Lisboa dois vasos de guerra, o “Vasco da Gama” e a canhoeira “Limpopo”; a 13, chega a primeira expedição governamental à Horta; a 15 o “Cubango” desembarca nesta cidade quatro hidroaviões; no dia 18, a revolta dos Açores perde Angra do Heroísmo e Ponta Delgada (...)”.²⁴⁸

Afirmava o general Sousa Dias que a autoridade revolucionária responderia apenas perante um governo republicano que voltasse à normalidade constitucional pela reposição das liberdades públicas e obedecesse ao espírito da Constituição de 1911. Os revoltosos pretendiam ainda a realização de um inquérito judicial às deportações e que o governo estudasse as condições económicas locais, reivindicação estranha a não ser que a consideremos no âmbito das tensões sociais e económicas então vividas na ilha. Por seu lado, o governo em Lisboa aprovou de imediato legislação suspendendo as garantias individuais nas ilhas da Terceira e S. Miguel e intimando os revoltosos da Madeira a renderem-se. A rápida resposta do governo central e as frágeis condições de armamento e bens essenciais dos

²⁴⁸ VALENTE, Augusto José Monteiro, *General Sousa Dias – militar, republicano, patriota*, col. Gentes da Guarda – nº 6, Guarda, Ed. Câmara Municipal da Guarda, 2006, p. 67. João Soares diverge nos meios referindo que do lado da Ditadura estavam o cruzador Vasco da Gama, os cruzadores auxiliares Niassa, Pedro Gomes e Carvalho Araújo, o contratorpedeiro Vouga, as canhoieras Ibo, Zaire e Bengo e ainda o transporte de hidroaviões Cubango, enquanto que do lado dos revoltosos estaria o barco de cabotagem Butio, que seria apresado pelo Vasco da Gama. Dispunham ainda as forças da Ditadura de seis hidroaviões, com que bombardearam alguns pontos da ilha. SOARES, João, *A revolta da Madeira*, Lisboa, Ed. Perspectivas & Realidades, 1979, p. 19. A descrição dos meios militares por Arnaldo Madureira aproxima-se também desta última, diferindo nos hidroaviões, que afirma serem dois. MADUREIRA, Arnaldo, *A formação histórica do salazarismo – 1928-1932*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2000, p. 41;

revoltosos determinaram o desfecho da revolta. Em Angola houve agitação, por iniciativa dos deportados, não tendo nós encontrado nenhuns documentos que indiciem envolvimento das Lojas locais como aconteceu nos Açores, para além de alguns gestos de simpatia referidos na correspondência.

As revoltas de 1931 foram vistas com simpatia por anarquistas e maçons, com os primeiros a publicarem n'A *Batalha* diversos artigos favoráveis e onde aquele órgão informativo assumia, significativamente, a palavra de ordem "*Pela Santa Liberdade, Triunfar ou Perecer*".²⁴⁹ A análise de diversos documentos da época torna evidente a articulação entre os deportados do regime e alguns militares das ilhas.²⁵⁰ É visível que essa articulação se faz, de entre outras formas, também através da Maçonaria local, apesar das visíveis divergências de estratégia, nomeadamente com os órgãos centrais da Maçonaria.²⁵¹ Luz de Almeida por lá passou em finais de 1930, tendo participado em diversas reuniões conspirativas. Uma carta de António Ramos dirigida a Bernardino Machado e datada de março de 1931, dá-nos conta de alguns destes meandros:

"(...) O capitão tenente Aragão e Melo (que foi chefe de gabinete do Sidónio) é culto e inteligente, mas... desorientado. É um despeitado da República! Irrequieto, rebelde, só lhe interessando a revolução social (tem a fobia dos políticos, dos partidos e de todas as figuras marcantes da República) e entendendo que "quanto peor, melhor" o que só dá confusão e poder resultar o triunfo do comunismo, - o Aragão e Melo, propagandizando, a toda a hora, que a Revolução não eclode porque Lisboa não quer (...)"

Isto significa que os ideais comunistas já estavam presentes nos meios militares e do mesmo modo significa divergência entre os opositoristas, que se tornam mais visíveis nas linhas que se seguem:

"(...) acalentado por esta ideia (...) o Sebastião Costa, oficial de marinha, deportado no Funchal, consultou Angra, se a Madeira eclodisse, independentemente de Lisboa, os Açores acompanhariam. Aragão e Melo, recebendo com alvoroço a proposta, dirigiu-se às ilhas dos Açores, núcleo de deportados. A Graciosa respondeu que sim, mas que seria bom consultar Lisboa. S. Jorge – inflamante! A Horta, num brilhantíssimo documento, firmado pelo Sá Cardoso como o mais graduado, e redigido pelo Rego Chaves, deduziu, um por um, todos os inconvenientes e perigos

²⁴⁹ FARINHA, Luís, *O Revirralho – revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926 – 1940)*, Lisboa, Ed. Editorial Estampa, 1998, p. 145;

²⁵⁰ *Fundo (de) Polícia/Comando de Ponta Delgada*, Caixa 1, Relatórios, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada e LOPES, António, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792-1935*, Lisboa, Ed. Ensaius, 2008, pp. 191 a 202;

²⁵¹ *Fundo (de) Polícia/Comando de Ponta Delgada*, Caixa 1, Relatórios, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada;

insulares, coloniais, internacionais, republicanos e revolucionários desse movimento ser feito independentemente de Lisboa (...).“

E mais adiante, mostrando a postura do signatário:

“por solicitação ou de acordo com Lisboa – tudo! Pela República – tudo e sempre! Independentemente, ou em desacordo com Lisboa (para a forçar a sair) – não e nunca! (...) Entretanto o dever tem-me acarretado más vontades dos exaltados, principalmente dos comunistas (com quem está o Aragão e Melo), mas eu sou português e republicano. O meu ideal é muito diferente do dos avançados. Eu tenho Pátria e eles não têm. Eu quero o aperfeiçoamento da sociedade e eles querem a sua destruição até ao mais fundo dos seus alicerces. (...) A Maçonaria ainda nada, directamente, respondeu, mas particularmente, sei eu que os dirigentes revolucionários aceitaram, com ásperas censuras, os propósitos dos açoreanos“. ²⁵²

O que António Ramos desconhecia era que cartas trocadas entre o General Sousa Dias e Norton de Matos ²⁵³ indiciam igualmente um conhecimento pleno dos acontecimentos por parte da Maçonaria em Lisboa e que Francisco Aragão e Melo era obreiro da Loja Acácia, de Lisboa. De António Ramos e de Sá Cardoso fala uma carta de Agostinho Areias ²⁵⁴ da Loja 8 de Abril, de Angra do Heroísmo, datada de 1934, mas referindo-se a 1931, em que mencionava ao seu interlocutor o facto de Sá Cardoso comunicar a António Ramos: ²⁵⁵ “tudo o que se passa de mais importante na organização revolucionária, principalmente datas e talvez nomes” o que, nas suas palavras, era o cúmulo da inconsciência. Refere ainda esta carta que, na altura, Sá Cardoso se encontrava preocupado “pela cartada que se ia jogar e que seria definitiva...”. ²⁵⁶ Também a propósito de Sá Cardoso encontramos no Arquivo do Grande Oriente Lusitano uma carta, de julho de 1930, quando foi preso pela terceira vez e posteriormente deportado, em que viriam a ser apresentadas várias condições para poder regressar ao continente. Uma delas foi a exigência de um compromisso de não hostilidade à Ditadura e de não comprometimento com eventuais futuras ações militares, que incluía a pergunta: “qual a atitude de V. Ex^a perante qualquer movimento revolucionário que de futuro se organize com o fim de derrubar a presente situação política?”, ao que Sá Cardoso respondeu: “sobre atitudes futuras nunca me pronuncio. Não quero, porém, deixar de dizer que

²⁵² *Fundo DBG Documentos Bernardino Machado*, pasta 07036.0675, Fundação Mário Soares;

²⁵³ *Fundo (de) Polícia/Comando de Ponta Delgada*, Caixa 1, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. Veja-se também MARQUES, A. H. de Oliveira, *O general Sousa Dias e as revoltas contra a ditadura 1926 – 1931*, Lisboa, Ed. Publicações D. Quixote, 1975;

²⁵⁴ Agostinho José Vieira Areias, em alguns documentos constando como Agostinho José Vieira d’Areia, oficial do exército, demitido por ter participado na revolta de 1931;

²⁵⁵ António Ramos Moniz de Sá Corte Real, iniciado na Loja Liberdade, esteve deportado em Santa Maria por ter participado nas revoltas de 1931;

²⁵⁶ *Processo da Loja 8 de Abril, de Angra do Heroísmo – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

continuo hoje, como sempre, a ser um defensor irredutível da legalidade constitucional. É esta a norma que tenho seguido e mantido durante a vigência da República (...)”.²⁵⁷

Não sendo consensual o papel desempenhado pelos deportados, a verdade é que num primeiro momento o papel principal parece caber às unidades militares locais, vindo os deportados a assumir o protagonismo dos acontecimentos numa fase posterior. São também evidentes os contatos dos revoltosos com Espanha e França, desempenhando Jaime Cortesão um papel de relevo pela articulação de ações. Note-se que a revolta das ilhas não deve ser descontextualizada de uma outra ideia de revolta contra a Ditadura a partir das colónias, nomeadamente de Angola, e recorde-se que a revolta chegou à Guiné e teve algum eco em Angola. O que falhou foi a revolta no continente, que deveria ser preparada por Ribeiro de Carvalho, que sendo adiada condenou os revoltosos ao fracasso.

Nos Açores o comité revolucionário era constituído pelo comandante Maia Rebelo, pelo major Armando Augusto Pires Falcão, pelos tenentes José Lopes Soares, Luís Emílio dos Santos Seca, todos maçons, e ainda pelos tenentes Tudela de Vasconcelos e Filipe Piçarra. Registe-se ainda a participação no movimento de maçons como Basílio Lopes Pereira, Alexandre Vidal Pinheiro e Francisco Aragão e Melo. Por outro lado, em Angra do Heroísmo irá trabalhar a Loja 8 de Abril, cuja designação é uma homenagem à revoltas ali ocorrida, estando na sua génese estrutural num. Triângulo ali existente, e legal nos Decretos nº 47 de 13 de Agosto de 1930, nº 5 de 31 de Janeiro de 1931 e nº 12 de 20 de Março de 1931. O primeiro determinou a instalação de um Triângulo em Angra do Heroísmo, por iniciativa da Loja Liberdade de Lisboa, dele fazendo parte Manuel Severo dos Reis, Agostinho José Vieira Areia e José Paula de Carvalho, tendo uma existência efémera e informal. O segundo e o terceiro Decretos autorizavam o Irmão Francisco Aragão e Melo, a instalar ali um Triângulo, com o número 296 e trabalhando no Rito Francês. A sequência de Decretos autorizando a instalação de um Triângulo em Angra e algumas tentativas falhadas espelham as dificuldades organizativas então sentidas. Refira-se que, no caso do Triângulo protagonizado por Aragão e Melo, a proximidade temporal entre a autorização, em finais de Janeiro, e a revolta de Angra, em Abril, levou à dispersão dos obreiros. Admite-se que as atividades do Triângulo foram um dos elementos catalisadores da revolta, e que esta foi fator de

²⁵⁷ *Processo da Loja 8 de Abril, de Angra do Heroísmo – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

motivação para a constituição da Loja 8 de Abril, em Angra do Heroísmo, ainda para mais sabendo-se da intenção do Conselho da Ordem de querer dinamizar a atividade maçónica em Angra do Heroísmo face ao número de deportados ali existente, por um lado, e de enquadrar maçonicamente os maçons ali existentes, por outro.²⁵⁸

Também nos Açores, tal como no continente, a Maçonaria se dividiu entre os que pura e simplesmente recusavam qualquer concessão ao regime, de forma a evitar a sua consolidação, e os que acreditavam ser a Ditadura uma situação transitória, uma forma de ultrapassar os problemas económicos e políticos. Quanto à ação e também tal como noutros pontos do país, se confrontavam duas estratégias protagonizadas pelos opositores à Ditadura, um grupo que via na revolta uma forma de enfraquecimento do regime e outra que, pelo contrário, considerava contraproducente e antipatriótica qualquer ação. Sabe-se que a atitude de Norton de Matos foi sempre de oposição às revoltas armadas, sabendo-se que, no caso específico da ação militar iniciada na Madeira e que se estendeu aos Açores, foi igualmente de oposição, opinião não era partilhada por boa parte do Conselho da Ordem. Uma carta de 17 de Maio de 1931 e dirigida ao Conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano Unido dá conta não só dos acontecimentos, como mostra a continuada crença dos maçons açorianos na curta vida da ditadura instaurada em 1926:

“Havendo sido esta ilha Terceira, no último mês teatro de graves acontecimentos de revolta contra o governo da ditadura clerical-militarista que há quasi cinco longos anos vem oprimindo a nossa Pátria, este Triângulo resolveu trazer até junto do Pod.: Cons.: da Ord.: uma memória descritiva dos acontecimentos em questão e, ao mesmo tempo, sujeitar á apreciação dos nossos PPod.: Ilr.: algumas das importantes medidas a tomar, com referência a esta Ilha, a quando da queda da ditadura. (...) Deseja, no entanto, este Triângulo desde já pedir a interferência do Pod.: Cons.: da Ord.: para que no caso de por uma precipitação de acontecimentos cair a ditadura, ser nomeado Governador Civil deste distrito o Dr. António dos Reis (que só aguarda oportunidade para ser iniciado na nossa Aug.: Ord.:) que este cargo exerceu durante o período revolucionário nesta Ilha (...)”²⁵⁹.

Esta crença no fim da Ditadura, nos Açores, pode também ser vista em documentação, ainda que tardia e datada de 1933, como é o caso de uma carta de Salomão Ferreira Raposo de Medeiros da Loja Ação Renovadora, da Ribeira

²⁵⁸ Para uma abordagem mais profunda deste assunto veja-se LOPES, António, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792-1935*, Lisboa, Ed. Ensaius, 2008, pp. 196 a 216;

²⁵⁹ *Processo do Triângulo nº 296, de Angra do Heroísmo*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Grande, S. Miguel, quando pergunta a um Irmão no continente: “Novidades de Lisboa? Nada? A respeito de reintegrações? Só com muita pancadaria, não é verdade?”²⁶⁰. A verdade é que a documentação apreendida em 1933 pode permitir equacionar a hipótese dos maçons de S. Miguel sonharem com a repetição das revoltas de 1931, com a grande diferença que agora a polícia seguia todos os seus passos.

Aliás, pesem embora as diferenças ideológicas que separavam os deportados, que muitos dos que vivenciaram os acontecimentos referem – maçons, comunistas, anarco-sindicalistas ou apenas republicanos, esboçaram-se algumas estratégias comuns assumidas pelos elementos de contacto entre os deportados e alguns maçons de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada. Esta estratégia também pode ser confirmada pelos contactos entre as Lojas locais e o Conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano Unido, em que este está a par de todos os desenvolvimentos da situação local. Nas vésperas da revolta de 8 de Abril de 1931, uma carta informava o GOLU dos incidentes ocorridos em Angra com os deportados, onde transparece um hipotético ensaio para os acontecimentos que se seguem, para além de uma tensão latente entre as autoridades do regime e aqueles que para ali foram enviados compulsivamente. Pretendiam os revoltosos a formação de um novo governo que restaurasse as liberdades públicas e o regresso ao continente de todos os deportados por motivos políticos, fossem eles militares ou civis.²⁶¹

Neste contexto, é de salientar o papel desempenhado pela Loja 8 de Abril, que estendendo a sua influência à Graciosa, foi autorizada a instalar ali um Triângulo, referido no Decreto nº 104, com data de 28 de Julho de 1932. Um dos objectivos deste Triângulo era proceder ao recrutamento de novos obreiros no seio dos militares ali exilados e situava-se na Vila de Santa Cruz, tendo tido uma vida breve. Com o número de 349, foi autorizado pelo Decreto nº 104 de 28 de Julho de 1932 e instalado a 1 de Outubro desse ano, sendo confirmada a sua instalação pelo Decreto nº 109 de 15 desse mês. Também nesta altura, o Decreto nº 95, de 4 de Julho de 1932, nomeava Rui Mendonça, obreiro da Loja 8 de Abril, como seu delegado na Vila das Velas, em S. Jorge. Diz uma carta de Ramiro Trindade Reis e

²⁶⁰ *Fundo de Polícia / Comando de Ponta Delgada*, Caixa 1, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada;

²⁶¹ *Fundo de Polícia / Comando de Ponta Delgada*, Caixa 1, documentos das Lojas de Ponta Delgada, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada;

Sousa dirigida ao general Domingos Oliveira, em 6 de fevereiro de 1930, referindo o agravar da situação dos deportados na ilha Graciosa

“com uma nova leva de 9 desterrados idos do Funchal e de Ponta Delgada para onde tinham vindo apoz uma longa estadia em África (...). Uma longa estadia nos Açores, também como desterrado político, especialmente na Graciosa, deixou-me conhecer a vida miserável a que se obrigam os desterrados, num meio onde não há recursos de qualquer natureza, num isolamento selvagem, privados de notícias, de comodidades e de convívio, próprio por certo para delinquentes de pena maior mas impróprio e indigno para homens a quem se atribui o delicto de pensarem constitucionalmente”.²⁶²

Não se sabe a data de desaparecimento da Loja 8 de Abril, havendo, no entanto, correspondência e registos do seu quadro de Obreiros nos Arquivos do Grande Oriente Lusitano até 1936. A pressão sobre ela deve ter sido muito significativa, primeiro pela repressão generalizada exercida pelo regime, depois porque praticamente todos os seus obreiros estavam referenciados pelas autoridades afectas ao Regime. Uma carta, datada de Fevereiro de 1936, solicita ao Grande Oriente Lusitano Unido que toda a correspondência dirigida à Loja deveria ter o seguinte endereço: “– no envelope interior – Henrique Lima Gomes, e no envelope exterior – António Mendes de Linhares – empregado da Agência da Empreza Insulana de Navegação – Angra do Heroísmo – Terceira – Açores”.²⁶³

Às revoltas de 1931, o governo respondeu com a suspensão das garantias individuais na Terceira e em S. Miguel, ao mesmo tempo que determinou a destituição de alguns funcionários públicos e de militares de quaisquer cargos em exercício, no caso de estarem implicados direta ou indiretamente nos acontecimentos e, ao mesmo tempo, com o endurecimento generalizado da repressão em todo o país, optando muitas vezes em deportar os já deportados para locais cada vez mais longe do continente e cada vez mais inóspitos. Por isso, vamos encontrar alguns militares e maçons que, depois de deportados para o Funchal, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, são enviados para Cabo Verde, casos de Eduardo Rebelo ou Francisco de Aragão e Melo, São Tomé, Angola, caso de João Camoesas, ou Timor, casos de Cal Brandão, onde esteve deportado cerca de catorze anos, e de Manuel Rodrigues. Para aqueles que conseguiram escapar às

²⁶² *Processo da Loja 8 de Abril, de Angra do Heroísmo – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²⁶³ *Processo da Loja 8 de Abril, de Angra do Heroísmo – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

malhas do regime, a Espanha, a França ou o Brasil foram os destinos eleitos, e em menor escala a Venezuela. Chegou mesmo a ser criado um fundo de apoio à causa revolucionária, e do núcleo reviralista no Brasil veio sempre bastante ajuda e solidariedade, especialmente pela mão de Sarmiento Pimentel, que no Brasil, no Rio de Janeiro, fundou a Liga Portuguesa Pró-República Constitucional, e em São Paulo, a Liga Republicana.

A despedida dos militares revolucionários toca pelos gestos da população para com eles. Armando Hasse Ferreira e Manuel Marcos dos Santos, participantes na revolta, na Madeira, recordam que muitos atiravam flores aos soldados e estes “apanhavam-nas, beijavam-nas e quase todos choravam de emoção”.²⁶⁴ Refira-se a este propósito, que a Madeira e os Açores eram mesmo considerados pelos deportados como os paraísos da deportação, porque constituíam o ponto primeiro de um percurso de locais cada vez mais duros e longínquos. Curiosamente a mesma “opinião” que tinha Salazar, que diria a António Ferro: “abençoado país este Portugal que tem a sua Sibéria na ilha da Madeira”,²⁶⁵ indo mais longe e afirmando mesmo, referindo-se aos deportados políticos, que “alguns desses homens (...) são incorrigíveis, profissionais da desordem”.²⁶⁶

Angra do Heroísmo estava povoada de militares deportados, afundados numa monotonia caracterizada pelo seu isolamento social, pela sua inatividade profissional e pelo vazio em que as suas vidas se viram transformadas. Era um ambiente de desolação agravado pelas dificuldades económicas vividas pela generalidade dos deportados.

“Para deportados e para exilados fugidos do país, a Madeira foi ponto de passagem. Poucas horas depois de chegarem partiam de novo, para os Açores, normalmente no velho Carvalho Araújo: o mesmo cenário, a mesma desolação. Nos cais, grupos de deportados saudavam os que acabavam de chegar, uns duzentos ao todo, durante quase toda a década de trinta. Republicanos, socialistas ou anarquistas libertários eram todos bolchevistas a necessitar de correcção para o governo da Ditadura. Eram poucos no número, mas muitos pela decisão e pela rijeza com que

²⁶⁴ BRAZÃO, Maria Elisa de França e Abreu, Maria Manuela, *A revolta da Madeira – 1931*, 2ª edição, Funchal, Ed. DRAC-Direção Regional dos Assuntos Culturais, 2008, p. 121;

²⁶⁵ FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2003, p. 52;

²⁶⁶ FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2003, p. 68;

se dispunham a combater a situação. Por isso o Governo Militar os foi separando, aos grupos de dez, quinze, vinte... S. Miguel, Santa Maria, Terceira, Pico (...).²⁶⁷

A sua concentração é tão evidente que ficaram como referência à sua situação as pensões Central e Drumond, em Ponta Delgada, a “república do revirinho”, em S. Jorge e a “casa dos deportados”, no Pico. É, no entanto, de salientar uma estratégia que hoje é visível quando se analisam as fichas dos obreiros iniciados na Maçonaria entre 1930 e 1933 e que é o grande número de militares, realidade que, apesar de tudo, não é um exclusivo desta época quando olhamos para a história da Maçonaria portuguesa. Tal como aconteceu com as Lojas Silêncio e Ação, em S. Roque e posteriormente em Ponta Delgada, e 8 de Abril, em Angra do Heroísmo, também a Loja Companheiros da Paz, de Ponta Delgada, se preocupou em iniciar militares, colocados nesta cidade ou para ali deportados pelo regime ou, em alternativa, regularizar aqueles que sendo já maçons, eram enviados para as ilhas por motivos políticos.

Apesar de a isto responder a Maçonaria com a solidariedade para com aqueles que eram seus Obreiros, a verdade é que o ambiente de desalento era extensível a outros santuários de refúgio e de exílio. João Sarmento Pimentel refere-nos, a propósito dos exilados em Vigo, que os “numerosos patrícios que ali encontrei tinham no semblante a inquietação e a tristeza de quem se vê longe da sua terra e dos seus, suportando aquele desconforto do exílio”, acrescentando mais adiante que todos “ansiavam que viesse de Portugal a ordem de entrar (no país e) para ocuparem o seu posto na primeira linha da Revolução”.²⁶⁸

Segundo Luís Farinha, o movimento revolucionário ocorrido na Madeira e nos Açores não tinha um programa político concreto, tendo apenas por objetivo a reposição das liberdades e garantias fundamentais.²⁶⁹ Nos Açores, assentou na ação de uma minoria, constituída por deportados e militares locais, com uma deficiente ligação às forças políticas locais, ao contrário do que tinha acontecido na Madeira e, principalmente, não contou com a capacidade de resposta das forças fiéis à Ditadura. Neste contexto era evidente uma preocupação dos órgãos centrais da Maçonaria com a situação destes Irmãos. Uma nota do Grande Oriente Lusitano Unido, datada de 30 de Dezembro de 1930 e dirigida aos maçons açorianos,

²⁶⁷ MADEIRA, João, PIMENTEL, Irene Flunser, FARINHA, Luís, *Vítimas de Salazar*, coord. João Madeira, Ed. A Esfera dos Livros, Lisboa, 2007, p. 204.

²⁶⁸ PIMENTEL, João Sarmento, *Memórias do Capitão João Sarmento Pimentel*, col. Ofício de Viver, Porto, Editorial Inova, 1974, pp. 332 e 336;

²⁶⁹ FARINHA, Luís, *O Revirinho – revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926 – 1940)*, Lisboa, Ed. Editorial Estampa, 1998, p. 159;

solicitava o apoio aos deportados para os Açores pelo aparelho repressivo da Ditadura, independentemente do seu credo político ou motivo da sua pena, e esta era uma realidade que já vinha desde 1928, quando a Loja Companheiros da Paz, de Ponta Delgada, comunica ao Conselho da Ordem ter recebido seis Irmãos enviados para os Açores e provenientes das Lojas Renascença, Redenção, Portugal e Montanha. Outra grande diferença, após 1931, é que cresceram as limitações à atividade das Lojas e conseqüentemente aos Irmãos em dificuldades.

Cabe aqui referir a criação, em 1931, da Aliança Republicano-Socialista liderada por Norton de Matos, reunindo republicanos e socialistas, muitos deles maçons, embora não atuando como tal. A reunião preparatória para a sua constituição realizou-se a 4 de junho de 1931, no escritório de Maurício Costa. O seu núcleo duro era constituído por Norton de Matos pelo PRP, Mendes Cabeçadas pela União Liberal Republicana, António Almeida Arez pelo Partido Radical, Tito de Moraes pelo Partido Nacionalista, Maurício Costa pela Ação Republicana, e que redigiu o projeto base da ARS, que gerou algumas objeções entre os seareiros, Adriano Crispiniano da Fonseca pela Esquerda Democrática, Amílcar Ramada Curto pelo Partido Socialista, Mário de Azevedo Gomes e Mário de Castro, em representação da *Seara Nova*, ainda que este último não tenha sido indicado por esta e tenha representado o grupo Nova Geração, e por fim Carlos Belo de Moraes e José Francisco de Azevedo e Silva, enquanto independentes. Não se pode dizer que este era um grupo coeso, com muitos dos seus membros a considerarem que não havia uma clareza completa no combate às teses da Ditadura e outros a verem a ARS apenas uma face legal para o derrube do regime. Era o caso de Mendes Cabeçadas, entre outros.

Em meados de 1931 Norton de Matos acreditava ainda na bondade política do regime. O anúncio de eleições locais levou muitos maçons a reunirem esforços com republicanos e socialistas em torno da ARS, liderada pelo próprio Norton de Matos e da qual também faziam parte Mário de Azevedo Gomes, Mendes Cabeçadas e Dias Amado. O seu manifesto seria divulgado a 4 de junho, quando da sua reunião de constituição, adotando como lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Defendia a ARS que se voltasse à normalidade constitucional através de um ato eleitoral. É também através da Aliança que decorrem contatos regulares entre Norton de Matos e o general Sousa Dias. Aliás, uma das cartas desta correspondência estudada por A. H. de Oliveira Marques termina com a saudação republicana de “Saúde e Fraternidade”. Apesar disso, não é linear uma relação direta entre alguns dos membros do Diretório da ARS e a sua qualidade de maçons, já que a maioria deles

é indicada para esta estrutura pelos partidos políticos e não pela Maçonaria ou pela fidelidade maçónica. Pode mesmo dizer-se que falaram mais alto as fidelidades partidárias.

Em 22 de junho de 1931 é publicado um manifesto em que a ARS afirma resumir o “pensamento democrático da atualidade”, que reúne alguns dos seus princípios orientadores, dando ao cidadão um papel fundamental na sociedade, parte integrante de uma comunidade de indivíduos, alternativa à soma de corporações preconizada por Salazar. Defendia a ARS que o exercício da cidadania implicava a pré-existência da liberdade, vendo os sindicatos e os municípios como escolas de cidadania, o parlamento como um órgão político por excelência, ao mesmo tempo que advogava a completa laicidade do Estado. Desse projeto, podemos ainda salientar a passagem que refere que a Nação é concebida como “uma comunidade de cidadãos – agregado de indivíduos conscientes e autónomos, ligados pela afinidade dos interesses gerais”, ou que ao conceito de Estado corporativo propunha a ARS o conceito de Estado representativo, ou ainda a referência de que o Estado não poderia ser “uma autoridade que se impõe por si mesma”, mas sim uma autoridade que é aceite, ou ainda que “o indivíduo, como valor social, só pode afirmar-se em regime de liberdade”. Depois de afirmar que o Parlamento era o organismo político por excelência da vida política nacional, a ARS defendia a revisão da Constituição de 1911 e o encerrar do “ciclo das lutas (políticas) violentas, repetidas a prazos cada vez mais curtos e com uma crueldade cada vez maior”.²⁷⁰ Além de Norton de Matos, assinam este manifesto, como Diretório da ARS, Adriano Crispiniano da Fonseca, Amílcar Ramada Curto, António de Almeida Arez, Carlos Belo de Moraes, José Francisco de Azevedo e Silva, José Mendes Cabeçadas Júnior, Mário de Azevedo Gomes, Mário de Castro, Maurício Costa, Tito de Moraes e ainda Simões Raposo, secretário geral.

O Partido Comunista manifestou-se contra a ARS por considerar que ela era um espelho de formas burguesas de encarar a sociedade. Num artigo publicado no jornal *Avante*, de junho de 1931, pode ler-se que

“o fascismo, para nós, não constitui um perigo superior a qualquer outro que parta da burguesia. A Luta contra o fascismo não tem, para nós, diferença da luta contra a burguesia, de um modo geral. Se o fascismo não é mais do que um filho do

²⁷⁰ *Fundo DFLC Documentos Francisco Lyon de Castro*, Manifesto ao País, Aliança Republicano-Socialista, 1931, pasta 04700.004, Fundação Mário Soares;

capitalismo, combatendo-se este, combate-se aquele (...). A luta contra o fascismo, portanto, é a luta contra a burguesia, seja reacionária ou liberal”.²⁷¹

Enquanto uns, como Ribeiro de Carvalho, defendiam que só uma frente única poderia fazer frente à Ditadura, Norton de Matos vai gradualmente demarcando-se da própria ARS, defendendo em alternativa a um golpe militar uma “revolução política”. Por isso defende a redação de um manifesto assinado por um número significativo de republicanos, incluindo maçons. O fraco apoio que recolhe determinará, no ano seguinte, o seu afastamento da vida política.

O ano de 1931 foi também, mais do que em momentos anteriores, um ano em que muitos acreditaram na mudança. Apesar disso, é curioso como os acontecimentos da Madeira e dos Açores tendo acentuada repercussão nas Lojas locais, têm nula repercussão nas Lojas do continente, admitindo-se que a somar à distância e à censura, se encontrem as razões nas posições de Norton de Matos e na instabilidade administrativa vivida pelo GOLU. São poucas as exceções, ainda que significativas, merecedoras de um estudo específico. É o caso dos confrontos ocorridos em agosto, onde a dia 26 Simões Raposo Júnior, maçom e em nome da recém criada Aliança Republicano-Socialista,²⁷² dirige um grupo de operários da zona de Alcântara, enquanto Aires Leal de Matos, farmacêutico obreiro da Loja Elias Garcia, e Joaquim Pratas, veterinário e professor na Escola Agrícola da Paiã, dirigem outra rede de civis da zona de Benfica, Carnide e Amadora²⁷³ que confrontará o regime na zona de Sete Rios. São, no entanto, ações frágeis, confusas, desorganizadas e assentes no voluntarismo e na alma republicana dos participantes, mas facilmente dominadas pelo regime. António Ventura situa entre os sublevados maçons como António Augusto Dias Antunes, da Loja Aliança, Sarmento de Beires, da Loja Paz, Simões Raposo Júnior, atrás referido, da Loja Cândido dos Reis, ou Nuno Cruz e Basílio Lopes Pereira, estes pertencentes ao Comité Revolucionário do Norte. O soçobrar da revolta levou à apreensão, a Utra Machado, de um conjunto de documentos que continham o esboço de um hipotético governo

²⁷¹ MADUREIRA, Arnaldo, *A formação histórica do salazarismo – 1928-1932*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2000, p. 62;

²⁷² Também designada de Aliança Republicana e Socialista. Neste trabalho adotamos a grafia que os documentos da época, por maioria adotaram;

²⁷³ PIMENTEL, Irene Flunser, *Memórias de um resistente às ditaduras – Manuel António Correia*, Lisboa, Ed. Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2011, p. 48;

saído da revolta e que seria presidido por Norton de Matos, facto que António Ventura refere que o próprio afirmará desconhecer.²⁷⁴

Segundo Helena Pinto Janeiro esta revolta de agosto de 1931 representa “o golpe de misericórdia na ARS”. Norton de Matos, a quem chegam ecos dos preparativos ainda tentou travar a revolta, na qual estava envolvido Cândido de Carvalho, secretário geral do GOLU, que guardou segredo mesmo perante o Grão-Mestre Norton de Matos, e também Hélder Ribeiro, que considerou insensata a iniciativa, esfumando-se mais uma tentativa de mudança política efetiva. Na realidade perde-se a hipótese de transição democrática e de afirmação da ARS, ao mesmo tempo que Lopes de Mateus, enquanto ministro de Salazar, assegurava que os partidos não voltariam ao poder, “nem pelas eleições, nem pela revolução”.²⁷⁵ Helena Pinto Janeiro refere, a este propósito, uma afirmação do próprio Norton de Matos, que vai mais longe e afirma que “o único meio infalível destruidor da ARS era pôr na rua um movimento revolucionário”, afirmação que comprova as suas divergências com outros membros da Maçonaria implicados na tentativa de golpe. Ainda assim, Norton de Matos será involuntariamente envolvido num boato que correrá no Porto em finais de 1931. Naquela cidade, num momento de tensão social motivada por algumas greves, correu o boato de que em Lisboa se havia constituído um governo chefiado por Norton de Matos, o que rapidamente deu origem a confrontos entre a polícia e manifestantes.

As revoltas de 1931 permitiram a Salazar consolidar a sua posição dentro das Forças Armadas mas, paradoxalmente, o governo manteve algumas linhas de contacto e de negociação com sectores maçónicos e republicanos com vista à preparação de eleições. Recorde-se que a ascensão de Salazar é também resultado de uma negociação com os militares no início da década de trinta. Só em 1932-33, através de acordos e de concessões no sentido do reequipamento e reorganização das Forças Armadas, Salazar consegue que os militares regressem aos quartéis. Ainda a considerar neste contexto, é o papel atribuído às Forças Armadas que passam a assumir um papel de guarda política e moral da “Revolução Nacional”. Derrotado o movimento da Madeira, muitos dos envolvidos não podendo regressar a Portugal, vão rumar à Espanha republicana, ansiando que o momento político

²⁷⁴ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 719;

²⁷⁵ JANEIRO, Helena Teresa Pinto, *Norton de Matos – o improvável republicano: um olhar sobre Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2014, p. 343;

espanhol potenciase mudanças em Portugal, causando os receios do regime. Deste, sai também a vontade de concentrar num local das colónias todos os que se tinham rebelado, civis e militares, começando a esboçar-se a hipótese de Cabo Verde. Sai também, uma vez mais, a decisão de afastar compulsivamente militares e funcionários públicos, de reformular e reforçar os serviços policiais e de censura. Salazar e os defensores do regime aproveitam para afirmar a construção de um modelo político que se traduzirá na criação da União Nacional e do Estado Novo.

Mas se todos os deportados partilhavam a mesma sorte e as mesmas dificuldades, ou até, como atrás se disse, estratégias comuns alternadas com divergências significativas, já o mesmo não se pode dizer do ambiente vivido. É certo que esse ambiente não conhecia a mesma tensão em todos os locais de deportação. Nos Açores, em Cabo Verde, S. Tomé ou até Angola, a dureza do ostracismo a que os deportados eram votados era minorado pelas Lojas locais, que pela maior ou menor integração ajudavam a ultrapassar alguns escolhos psicológicos. O mesmo não acontecia em Espanha ou em França. O adensar da atmosfera política internacional fazia sublinhar as tensões e as questões pessoais, tornando frequentes pequenos e desgastantes conflitos.

Salazar, ora sozinho, ora com a preciosa cumplicidade de Carmona, foi eliminando um a um todos os obstáculos que eram um entrave ao seu poder. Contou, a partir de 1932, com legislação referente aos designados “crimes de rebelião”, que permitia uma ação discricionária sobre todos os opositores ao regime. Como escrevia António Ferro, em 1934, sobre o papel de cada um: “Salazar é o ditador. O sr. General Carmona, a Ditadura”,²⁷⁶ algo que Salazar benevolmente permite que Ferro escreva, mas muito diferente do que Franco Nogueira escreverá décadas depois, em que Salazar face à pergunta “Considera-se um ditador?” feita por Serge Groussard, repórter do *Le Figaro*, responderá “não sou, nem posso considerar-me como tal”.²⁷⁷

Por fim, as revoltas de 1931 são o culminar de tensões e revoltas anteriores, rápido e futuro ocaso do oposicionismo militar de cariz republicano e génese de algumas das desilusões que a Ditadura provocou. O “Revirvalho”, assim se designa esta união de oposições, constituiu uma frente comum de todos os republicanos e defensores

²⁷⁶ FERRO, António, *Declarações do Sr. General Carmona ao jornalista António Ferro*, Lisboa, Ed. Edições SPN, 1934, p.5;

²⁷⁷ NOGUEIRA, Franco, *Salazar – A Resistência*, vol. V, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984;

da Liberdade, que se opunham à ação política da Ditadura e que acreditavam que um poder que se instalou pela força só poderia ser apeado também pela força. É um movimento caracterizado pelo forte empenho dos militares republicanos, inspirado pelo grupo *Seara Nova*.

Ainda que em finais de 1932 e inícios de 1933 tenha ocorrido uma amnistia que concedeu a liberdade a alguns deportados que regressaram ao continente é, no entanto, um retorno humilhante que era ditado pela penúria económica em que esses deportados viviam. A amnistia permitiu o regresso e a reintegração de alguns militares, não de todos e não da grande maioria dos civis, o que fez com que muitos não regressassem ou mesmo voltassem aos locais de deportação, nomeadamente aos Açores ou a Angola. Por outro lado, após 1931, o governo da Ditadura optou por recorrer bem mais à prisão em vez da deportação, certo de que a excessiva concentração de deportados não era uma opção segura. Apesar disso, a amnistia de 1933 e a que ocorre quando das Comemorações dos Centenários, devem ser vistas como uma estratégia de Salazar para se aliar ao bloco republicano conservador, que no primeiro caso serve de respaldo para enfrentar os nacional-sindicalistas.

Não menos difícil era a situação dos exilados, especialmente em Espanha, França, Marrocos e Brasil, que tendo fugido à perseguição só em pequena parte beneficiou de amnistias. No caso particular de Espanha, refiram-se aqui extratos de uma carta de Fernando António Carneiro, maçom que em 1934 escreve sobre a sua situação no exílio em Múrcia, Espanha, e das conseqüentes dificuldades com os filhos, que o acompanharam. Depois de se referir ao general Sá Cardoso e ao coronel Hélder Ribeiro, como dois mártires da luta pela Liberdade, escreve:

“(...) estou cansado de lutar, d’este trabalho extenuante da minha agitada e dura vida forçadamente errante (...). Eu morrerei antes à fome e fome de Portugal se preciso fôr. Mas não me entregarei, covardemente à Inquisição !!! (...). Feitas estas considerações, não careço, perante a minha consciência de aprovação, ou da reprovação, ou da mera benevolência, que desprezaria, de quem quer que seja correligionário leal, (...) emigrado político, etc. etc., sobre a minha decidida e firme atitude nobre e levantada, é como ela é! Desprezo o juízo dos inimigos, dos adversários e dos indiferentes, também! Dizia em tempos Cunha Leal: Eu sou Eu! Eu, parodiando-o faço o mesmo: Eu sou Eu! (...)”²⁷⁸

²⁷⁸ *Fundo DBG Documentos Bernardino Machado*, pasta 07037.059, Fundação Mário Soares;

Entretanto, desde 1932, numa aparente sugestão do General Sousa Dias a partir de uma mensagem dos deportados políticos em Cabo Verde e dirigida aos adversários da Ditadura, e que pode ser encontrada plasmada na correspondência de algumas Lojas, era colocado particular ênfase na preparação da opinião pública contra a Ditadura e na exaltação dos valores da Liberdade. A propósito de Cabo Verde registre-se o dinamismo maçónico dos então ali deportados. Com data de 27 de abril de 1932 existe a ata de uma reunião, que não aparenta ser ritual, realizada na cidade da Praia, e assinada por onze destes deportados. A razão é a homenagem ao primeiro aniversário do falecimento de Alfredo das Costa Freire, da Loja Elias Garcia, de Lisboa. Manifestando um espírito de união notável e enaltecendo um conjunto de valores caros à Maçonaria, este grupo de deportados manifestava à Loja Elias Garcia o testemunho sincero de admiração pelo Irmão falecido, ao mesmo tempo que apelavam a uma “luta sem tibiezas” com vista à “liberdade que ele ansiava e que nós, como ele jurámos defender. Só conseguindo-o cumpriremos o nosso dever; só cumprindo o nosso dever seremos dignos do nome de verdadeiros maçons”.²⁷⁹

12 - Da crença numa Ditadura passageira à certeza da Ditadura

Seria esta a frase com que poderíamos resumir o período que vai do golpe de 1926 até meados de 1931, em que muitos dos que acreditaram que a Ditadura seria um mero período administrativo e delimitado de suspensão das liberdades, viram essa ilusão esfumar-se com a solidificação das opções ditatoriais. Para alguns era como um período de depuração da República, findo o qual as liberdades constitucionais seriam devolvidas aos cidadãos e aos seus representantes. Daí a existência da crença no fim da Ditadura, mesmo até às vésperas do Estado Novo, no que não foi um exclusivo dos muitos maçons, com Norton de Matos à cabeça. Por isso, a Circular nº 2 de 4 de janeiro de 1933, emitida pelo Conselho da Ordem, ainda afirmava, a propósito da situação política, que “o vendaval há-de passar”.

²⁷⁹ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Assinam esta ata com os seus nomes simbólicos Camões III, grau 30 da Loja Liberdade, Passos Manuel, grau 2 da Loja Serrania, Leon Tolstoi, grau 25 da Loja Ordem e Progresso, Tasquini, grau 2 e Júlio Diniz, ambos da Loja Paz, Kitchaner (?) grau 9 da Loja Solidariedade, Alexandre Braga, grau 3 da Loja Montanha, todas de Lisboa, Tolstoi, grau 21 e Ferrer, grau 9, ambos da Loja Progredior, do Porto, Ferrer II, grau 3 da Loja A Revolta, de Coimbra, e ainda mais um nome ilegível;

Época de mudanças, que é também um reflexo das alterações do pensamento político vivido além fronteiras, mas que se espalha à cultura, à arte, à economia ou aos hábitos de vida. No entanto, só por muita distração é que se poderia não reparar nos escritos de alguma imprensa e dos defensores da Ditadura. Em maio de 1927 já se pretende, ainda que de forma muito discreta, construir uma nova ordem, cujas diretrizes podem ser vistas no *Manifesto à Nação*, folheto não assinado e sem data, então publicado.²⁸⁰ Por seu lado, Leopoldo Nunes escreve, em 1928, sobre o movimento militar de 28 de Maio que

“(…) receberam-no os partidos da oposição por entre manifestações da maior simpatia. Todos se julgaram irresponsáveis por um estado político que, afinal, todos, mas absolutamente todos, haviam criado. A Revolução, pensavam eles, só havia sido feita contra o partido democrático e em favor dos demais agrupamentos políticos. Nos jornais partidários chegou-se a saudar o Exército como libertador da opressão democrática (…).”²⁸¹

Sobre o 28 de Maio pode ler-se na *Seara Nova* que:

“rotulou-se esse movimento de republicano-nacional. Mas, depois de triunfante, apresentou-se, como programa revolucionário, uma série de medidas entre as quais a grande maioria são integralismo-monárquicas. Admitiram-se, como chefes, oficiais políticos partidários e entre eles monárquicos (...). Depois a situação esclareceu-se. O Comandante Cabeçadas cedeu, abandonado por quasi todos os que dispunham de força, e retirando-se para não derramar sangue inutilmente (...).”²⁸²

É um longo e trágico rol de equívocos que a todos envolve, não apenas os velhos partidos republicanos, mas muitos dos que em breve integrariam a Oposição, nos seus diferentes matizes. Aliás, esta ideia está plasmada num trabalho da Loja Paz, de Lisboa, com data de março de 1930,²⁸³ e assinado por Domingos da Cruz,²⁸⁴ onde se pode ler que “é quasi axiomático afirmar que a ditadura actual nasceu de um conjunto de circunstâncias das quais poucos se poderão dizer isentos”, acrescentando-se num outro ponto deste trabalho que “a ditadura há-de ter a sua

²⁸⁰ *Publicações várias (miscelânea)*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²⁸¹ NUNES, Leopoldo, *A Ditadura Militar*, Lisboa, s. ed., 1928, p. 230;

²⁸² “A República e o exército” in *Seara Nova*, nº 93, 23 de junho de 1926, Lisboa, 1926, p. 1;

²⁸³ Na bibliografia de apoio conhecida esta Loja é dada como extinta em 1924, no entanto, este trabalho é claro na sua data de apresentação: março de 1930;

²⁸⁴ VENTURA, António, *A Marinha de Guerra Portuguesa e a Maçonaria*, Lisboa, Ed. Veja, 2013, pp. 102 e 103. António Ventura refere-nos que Domingos da Cruz foi chefe de gabinete de vários ministros durante a I República, jornalista e autor de diversas obras sobre temas ultramarinos, mutualistas, de ensino e sociais. Foi um sócio destacado da Sociedade A Voz do Operário na qual exerceu diversos cargos, tendo criado uma cantina escolar e uma caixa de previdência. Militar da Marinha, foi preso a 17 de outubro de 1930 e deportado para os Açores. Foi iniciado na Loja Paz em 1 de outubro de 1915, sendo um dos militares que se encontrava no Palácio Maçónico quando do assalto a este, em abril de 1929;

hora de devolver a plenitude da sua soberania (...).²⁸⁵ Mantendo-nos na análise deste documento e mostrando acreditar no caráter passageiro da Ditadura, a Loja Paz propunha como temas de debate na Maçonaria, como que antecipando tempos futuros, que se discutisse “o que pensa a Maçonaria da Constituição da República? Carece de revisão?”, ou “o que pensa a Maçonaria das autarquias locais?”, seguindo-se outros temas como “o que pensa a Maçonaria da política ultramarina?”, do ensino ou de questões de ordem económica e social que afetavam o país.

Estas escolhas temáticas e debate não eram de todo novas. Em abril de 1920, a Loja Acácia já propunha o debate em Loja de temas como o limite dos lucros “pelas classes detentoras da riqueza” ou o de conseguir uma remuneração condigna para as classes trabalhadoras, cujas conclusões seriam remetidas para comissões especializadas criadas no âmbito do Grande Oriente e divulgadas em conferências e comícios.²⁸⁶ Aliás, a este propósito, já escrevemos aqui que na década de vinte há um abaixamento qualitativo nos trabalhos produzidos pela generalidade das Lojas, e um dos reflexos disso é o repisar de certos temas e metodologias, algo que entra na década de trinta e que denota alguma não renovação de ideias e temas e, conseqüentemente, de enfraquecimento da Maçonaria. E sobre esta questão, a Loja Acácia observa que “precisamos, pois, de olhar mais em volta de nós do que até aqui temos feito, alargando a nossa observação (...)” acrescentando que “a unidade maçónica só não será uma ficção no dia em que todos os MMAç.: tenham uma uniformidade de vistas (...)”, e de ação no mundo profano.²⁸⁷

É também neste sentido que a Loja Simpatia e União, de Lisboa, lança um documento, com data de 10 de Março de 1932, onde sugere o estudo de questões como a reforma da Constituição “no sentido o mais democrático possível”, questiona a Lei Eleitoral, abrindo “o direito de voto às mulheres diplomadas”, a reforma da Instrução, desde a Primária à Superior, que no seu entender devia ser gratuita e possível para todas as classes sociais, a reforma judicial, a criação de uma Banca republicana, articulada com os desígnios financeiros da República, a reforma da Lei da Separação do Estado das Igrejas, entre outras questões mas, principalmente apresentava sugestões francamente inovadoras e revolucionárias para a época, quer em termos políticos, quer sociais. Entre elas destacamos a reforma do sistema de invalidez dos “trabalhadores e operários”, que incluía um sistema de quotização

²⁸⁵ *Processo da Loja Paz, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²⁸⁶ *Processo da Loja Paz, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²⁸⁷ *Processo da Loja Acácia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

obrigatório para apoio na doença e, indo mais longe, propunha a intervenção sobre as condições de trabalho, com especial atenção às condições “de salubridade e higiene das habitações e oficinas, promovendo a construção de bairros operários”. Sugere ainda a “expropriação de latifúndios e distribuição das terras por famílias de trabalhadores, facultando-lhes todos os elementos necessários para o aproveitamento delas”. Mais ainda, a Loja Simpatia e União propunha uma “forte tributação nas heranças desde um determinado valor”, que não especifica, mas que nos lembra propostas fiscais atuais. Também e com um toque de modernidade, e a antecipar os futuros planos de barragens, a Loja Simpatia e União propunha nesse documento, em 1932 sublinhe-se uma vez mais, o “aproveitamento urgente das quedas de água, de forma a poder ser fornecida luz e energia baratas”.²⁸⁸

Paralelamente e ao contrário do que se poderia pensar, este é um período no qual se mantém a agitação política, verificando-se um confronto entre forças no interior do próprio bloco que sustenta a ditadura. No triunvirato inicial, Mendes Cabeçadas, um homem com reconhecida militância republicana, constituía a esperança de que a Ditadura tivesse uma curta duração. Num comentário da Loja Montanha, visando Mendes Cabeçadas, e publicado numa prancha dirigida ao Conselho da Ordem com data de 10 de fevereiro de 1931, pode ler-se que:

“há mais de 4 anos que, mercê dum raro e inexplicável acobardamento do povo português, se vive neste desgraçado país sob o predomínio do crê ou morras de abomináveis tempos, cuja ressurreição se deve, é bom não esquecer, a uma tramanda (sic) ... Cabeçada que nos trouxe a ditadura. É a paga de culpas de todos nós, dizem. Será. Mas tudo deve ter o seu termo”.²⁸⁹

Todavia, Cabeçadas não teve a força suficiente para enfrentar uma direita organizada, onde o Integralismo Lusitano e alguns saudosos da monarquia desempenhavam um papel de relevo e de que o falhado golpe dos “fifis” é exemplo. Gomes da Costa é, claramente, o homem da direita que foi ultrapassado pelos acontecimentos.

Por outro lado, o republicanismo militar conservador não possuía na altura nem um programa político aglutinador, nem um chefe carismático. Carmona, que afirmava o seu “horror ao chamado sufrágio universal”,²⁹⁰ surge como alternativa, não como

²⁸⁸ *Processo da Loja Simpatia e União, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²⁸⁹ *Processo da Loja Montanha, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²⁹⁰ FERRO, António, *Declarações do Sr. General Carmona ao jornalista António Ferro*, Lisboa, Ed. Edições SPN, 1934, p. 11;

chefe da direita republicana, mas como uma síntese e que por isso preferiu assumir uma posição arbitral, mediando as várias fações político-militares existentes no seio da Ditadura. Esta corrente da política portuguesa, sob o ponto de vista do pensamento político, encarava a ditadura militar como uma situação transitória que deveria preparar terreno para um novo projeto constitucional, defendendo um sistema presidencialista moderado, um governo que deveria sujeitar-se a um parlamento composto por duas câmaras e a um sistema com apenas dois partidos, de modo a possibilitar a rotatividade, sendo que um deveria polarizar a direita conservadora e o outro a esquerda republicana. Foi um grupo que pela falta de líderes e de soluções políticas, perdeu continuamente a sua influência, mas onde Carmona se adaptou a um novo papel, como diz Fernando Rosas, o de servir de “ponte para o compromisso político e constitucional entre o republicanismo militar conservador e o salazarismo”,²⁹¹ e que não impediu que recebesse o apoio explícito dos monárquicos. Sob o título “Monárquicos a’s Urnas”, na Circular nº 4, do Conselho Superior da Política Monárquica, com data de 15 de março de 1928, pode ler-se que “todo o bom monarchico tem o dever indeclinável de dar o seu apoio á candidatura do Ex.mo Snr. General Oscar Fragoso Carmona, cumprindo assim as determinações do Ex.mo Snr. Lugar-Tenente de Sua Magestade El-Rei, expressas na circular enviada ao Chefe Político da Causa Monarchica d’este concelho”, recomendando-se a “todos os nossos correligionários e organismos da sua circunscrição política a próxima eleição do Snr. General Oscar Fragoso Carmona”. De facto, Carmona viria a ser eleito a 25 de março de 1928.

Se é verdade que muitos dos defensores da Ditadura a encaravam como passageira, permitindo ao mesmo tempo a revisão da Constituição de 1911, outros, partidários de um “Estado Novo”, baseado num regime autoritário, nunca viram a Ditadura como algo de temporário. O regime possuía em si essas duas visões, como de resto acontecia com a Oposição. No regime, Vicente de Freitas e Ivens Ferraz encaravam a Ditadura como uma medida provisória, opinião contrária à de Salazar e dos integralistas que a viam não como um momento de regeneração pontual, mas antes como forma de regeneração permanente e, como tal, duradoura. Era, pela sua vertente de regeneração da República, a razão que uniu diferentes matizes do republicanismo, vista como o processo adequado para esse fim. Por outro lado, a ideia seareira, especialmente defendida por António Sérgio, de ditadura temporária e “pedagógica”, constituiu um erro político que os seus defensores nem sequer

²⁹¹ ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Tinta da China, 2018, p. 99;

equacionavam. Um interessante documento, classificado de confidencial, não assinado e datado de 1930, é claro ao afirmar que:

“(…) se como agora temos visto que se persiste em afirmar, que a ditadura é apenas uma transição, é bom não esquecer que a transição nunca significou o regresso ao mesmo estado anterior, pois que a transição neste caso, deve constituir a passagem de uma situação que era intolerável, para uma situação harmónica com as aspirações patrióticas do movimento de 28 de Maio”.²⁹²

Norton de Matos espelha a desilusão com o engano, ao reconhecer que “as promessas iniciais e solenes (…) de que a suspensão das liberdades públicas seria de pouca duração, não foram cumpridas (…)”.²⁹³ Isto traduz-se num endurecimento da posição da Maçonaria e, em 1930, a Loja Ordem e Progresso, de Lisboa, propôs mesmo que fossem irradiados todos os maçons que aceitassem desempenhar qualquer cargo de nomeação pela Ditadura²⁹⁴. Verdade se diga que cabe à Maçonaria, e particularmente a Norton de Matos, uma parte das culpas nestes equívocos. É um facto que até à morte de Magalhães Lima a atitude do GOLU foi mais firme do que nos anos que se seguem. Na Circular nº 27, de 27 de setembro de 1928, perguntava-se:

”vigora ainda o regímen de eleição proclamado há 18 anos, do alto das barricadas da Rotunda? Drapejam ainda ao vento as côres rubra e verde, estuantes de vida e de anseio que pela primeira vez flutuaram nas ruas do Porto nessa heroica derrocada que foi o 31 de Janeiro?”,

para a seguir acrescentar:

“não quer o Cons.: da Ord.: dar resposta a essas perguntas. Que respondam os presos, os deportados, os perseguidos nas masmorras de Monsanto, da Penitenciária e dos presídios inóspitos do Ultramar. Que respondam os defensores da liberdade, os espoliados de todos os seus direitos a cujas faces foi atirado o apodo de maus republicanos”.²⁹⁵

Retornando à questão da durabilidade do regime ditatorial esta questão não se colocava apenas a alguns maçons, sendo mesmo abundantemente tratada na imprensa republicana entre 1926 e o início dos anos trinta. Um manifesto republicano de 1926 afirma que “foi para melhor consolidar a República que o

²⁹² *Cartas e documentos vários – carta dirigida ao Chefe de Estado Maior do Governo Militar de Lisboa*, 23 de Novembro de 1929, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²⁹³ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1995, p. 187;

²⁹⁴ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

²⁹⁵ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

exército republicano preparou o 28 de Maio”,²⁹⁶ os mesmos oficiais republicanos que, expectantes na regeneração da República, se mostravam agora desiludidos com o rumo político do país. Pertencer às fileiras da Oposição ou servir de ponte entre os sectores republicanos mais conservadores e a Ditadura, foi um dilema que viveram muitos militares e funcionários públicos, entre 1926 e 1933. A própria formação republicana de muitos militares inibia-os de aceitar a Ditadura, a não ser como um momento conjuntural, breve e necessário, a bem da ordem, a bem, no seu ver, da própria República e por isso, encontramos alguns nos acontecimentos que se seguiram a 1926 ou em momentos em que acreditaram que o regime podia funcionar segundo algumas regras democráticas, ainda que mínimas. Foi este o caso, em 1931, com maçons como Norton de Matos, Maurício Costa, Ramada Curto ou Mendes Cabeçadas que tinham por objetivo a realização de eleições, tendo por base a aceitação das regras impostas pelo governo, obrigando este a cumprir as regras por si estabelecidas. Não é, no entanto, uma opinião unânime no campo republicano, já que muitos consideravam que a participação no ato eleitoral significaria o reconhecimento da legitimidade da Ditadura. A verdade é que era uma direita republicana que via o 28 de Maio e a Ditadura subsequente como um expediente eficaz de reposição da ordem na vida política e nas finanças públicas. Entretanto, refira-se a propósito da legitimação do regime pela participação da Oposição nos diversos atos eleitorais, que esta questão permanece durante toda a existência do Estado Novo não sendo unânimes as vozes no seio da Oposição.

Humberto Delgado refere a existência de um documento no seio da instituição militar onde os signatários, comprometidos com o 28 de Maio, têm como objetivo o “retorno à normalidade da vida política e o ressurgimento do prestígio da República, que reconhecem e que defenderão como sistema legalmente constituído”. Ou seja, admitiam o carácter excecional e transitório do momento, só que, esse mesmo documento constituía um cheque em branco passado à Ditadura, já que afirmava igualmente que “o governo constituído permanecerá no poder pelo tempo julgado necessário para levar a cabo a restauração da saúde moral e administrativa da Nação (...)”.²⁹⁷

Também durante a campanha eleitoral de Quintão Meireles para a Presidência da República, em carta dirigida a Craveiro Lopes, o candidato referiu-se explicitamente

²⁹⁶ FARINHA, Luís, *O Revivalho – revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926 – 1940)*, Lisboa, Ed. Editorial Estampa, 1998, p. 29.

²⁹⁷ DELGADO, Iva, *Memórias de Humberto Delgado*, 4ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1991, p. 61;

aos que “se alcandoraram ao Poder e acabaram por deturpar, e mesmo inverter, as intenções iniciais do 28 de Maio”.²⁹⁸ É a mesma posição que assume Augusto Casimiro, um dos revoltosos da Madeira em 1931, que nos diz que:

“o pensamento que determinara o ambiente que preparou o 28 de Maio, levando oficiais republicanos a intervir transitoriamente na acção política, foi logo de início atraído pelos inimigos da República estabelecidos dentro da nova situação dictatorial. A expectativa da opinião republicana foi logo desiludida e violentada”.²⁹⁹

Um outro exemplo deste entendimento é-nos dado, anos depois, por Humberto Delgado durante a campanha eleitoral, criticando a transformação do provisório em definitivo e em que ele próprio assume a sua participação no 28 de Maio, na sua *Proclamação a todos os portugueses da Metrópole e do Ultramar*, com data de maio de 1958, e onde podemos ler que:

“ainda subalterno, quando mal fizera 20 anos, fui dos patriotas que intervieram no 28 de Maio, colocando-me, portanto, ao lado daqueles portugueses que, nesse momento histórico, entenderam necessário, para bem da nacionalidade, fixar em rumos mais ordeiros, a vida da República e a sua Administração. Acto na realidade militar, teve, contudo, a apoiá-lo muitos democratas civis que o prepararam sinceramente e nele colaboraram; e muitos o desejaram convencidos de que se impunha uma obra de reconstrução e saneamento. O Exército (...) não fez mais do que chamar a si a responsabilidade dum movimento pacificador e moralizador que, através dum governo provisório, devolveria ao País a Legalidade e a Segurança por todos desejada. Sucedeu, porém, evolucionar em sentido diferente a vida nacional. O que havia de ser provisório passou a permanente, e o Estado caiu no mais rígido totalitarismo (...)”.³⁰⁰

No mesmo sentido se pronuncia Mendes Cabeçadas que escreverá ter apoiado a situação do 28 de Maio da qual foi um dos “fundadores”: “mudei de atitude. Tinha o maior desejo de ser útil à situação. Nos primeiros tempos, a administração não podia ser mais desastrosa, mas com a vinda para a pasta das Finanças do Dr. Oliveira Salazar tudo se transformou e foi com a maior satisfação que eu vi que, com uma administração austera, dentro de pouco tempo tínhamos as finanças restauradas. Passado algum tempo, o Sr. Dr. Oliveira Salazar deixou de ser só o técnico das Finanças para ser o chefe político (...) e foi daqui que começou a minha divergência com o Dr. Oliveira Salazar, que quando assumiu a presidência do

²⁹⁸ *Eleições Presidenciais – subsídios para a história das candidaturas de Norton de Matos (1949), Quintão Meireles (1952) e Humberto Delgado (1958)*, Col. Compasso do Tempo, Lisboa, Edições Delfos, s. dt., p. 90;

²⁹⁹ SOARES, João, *A revolta da Madeira*, Lisboa, Ed. Perspectivas & Realidades, 1979, p. 80;

³⁰⁰ *Arquivo PIDE/DGS/propaganda apreendida/Proclamação /PT/TT/PIDE/001/00351*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo;

Governo, instituiu de facto, um regime de poder pessoal, mais tarde disfarçado com uma Constituição”.³⁰¹

Por isso se compreende a posição de uma grande parte das Lojas maçónicas. De uma posição não interventiva, a Maçonaria evoluirá para a recusa de colaboração com o regime, à medida que se sentirá desiludida com o destino político do país, correndo em paralelo com uma crescente preocupação em iniciar militares nas Lojas, especialmente de Lisboa, Porto e Coimbra. Na realidade, a crença numa ditadura passageira, que desembocaria num “regresso à normalidade”, é gradualmente substituída em muitos maçons pela crença de que o regime estava para ficar. Curiosamente assistimos dentro da Maçonaria e até às vésperas da sua ilegalização, à presença destas duas linhas de pensamento. Se Norton de Matos ou Sarmiento Beires tendem a mostrar-se descrentes, há Lojas onde vigora a crença num regresso aos períodos áureos vividos na I República.

No entanto, o contexto político e maçónico é mais complexo do que parece e começa em 1927. Neste ano, e entre os partidários da Ditadura há quem coloque a hipótese de um governo chefiado por Norton de Matos, visto como um compromisso entre a República e um governo de força. Norton afasta-se desse projeto, mas o seu nome não deixa de circular nos meios da Oposição, como de resto já atrás referimos. Este é, também por isto, um período em que é importante reparar no afastamento de Norton de Matos em relação à Liga de Paris e, particularmente, a Jaime Cortesão e a Jaime de Morais. Mas estes acontecimentos marcam também um período de contradições e incoerências de Norton de Matos, que se prolongam até à sua demissão do cargo de Grão-Mestre do GOLU. Na realidade, escrevendo aos combatentes da revolta de fevereiro de 1927, considera em perigo a independência do país se não houver a coragem e a energia de derrubar a Ditadura e instaurar um regime de liberdade e de vigência de uma constituição republicana e parlamentar. Defende também a união de esforços para derrubar a Ditadura que, para ter sucesso, deveria responder perante um comando único mas, ao mesmo tempo, quando ocorre a revolta de fevereiro de 1927, Norton de Matos considera-a como um “sacrifício inútil”, que contribuiu para que “criminosa e imbecilmente” fosse dado o golpe de morte na República, tendo na altura chegado mesmo a ser preso

³⁰¹ *Eleições Presidenciais – subsídios para a história das candidaturas de Norton de matos (1949), Quintão Meireles (1952) e Humberto Delgado (1958)*, Col. Compasso do Tempo, Lisboa, Edições Delfos, s. dt., p. 122;

para interrogatório.³⁰² O mesmo acontece com o seu distanciamento em relação aos acontecimentos militares de 1928 e 1931. De uma forma pouco realista, apesar das nobres intenções, Norton de Matos continua a sugerir travar a Ditadura através da transformação da mentalidade do povo, acabando com o crime social que era o analfabetismo, combater a miséria com a assistência médica gratuita, habitação, seguros sociais de invalidez e velhice, com a aposta na educação cívica, com o aumento da instrução técnica como apoio à indústria e, por fim, com o desenvolvimento das colónias. Por isso, não é de estranhar uma carta da Loja Acácia, dirigida ao Conselho da Ordem, onde se pode ler que

“(…) entendemos nós que urge prepararmo-nos para quando deixar de existir a ditadura em Portugal. Prepararmo-nos, não para um assalto individual aos vários lugares dependentes da complicada máquina estatal, mas sim para uma acção colectiva maçónica, com doutrinas e pontos de vista que melhor sirvam os princípios definidos pela nossa Aug.: Ord.: e mais favoreçam as justas e já hoje clamorosas aspirações do povo português (...)”.³⁰³

Ainda assim, o Conselho da Ordem presidido por Ramon Nonato de La Féria, emite a Circular nº 23, com data de 15 de maio de 1930, afirmando pretender “congregar os Obreiros dispersos, animar os que se deixam abalar pelas desilusões e contrariedades de um ambiente reaccionário e chamar para o campo da actividade todos os que possam cooperar neste ressurgimento liberal” e, ao mesmo tempo, pretender revigorar as Lojas que porventura tenham “afrouxado um pouco o seu ardor combativo e de propaganda”. Ramon Nonato de La Féria virá a demitir-se sendo substituído por Mimoso Guerra.

Se algo parece transparecer deste período que medeia entre o golpe de 28 de Maio e a desilusão pela durabilidade da Ditadura é o discurso e a estratégia desajustada da realidade por parte da Maçonaria. O erro de cálculo político pode ter resultado do facto de entre 1926 e 1930 o GOLU ter conhecido sucessivamente três Grão-Mestres: Magalhães Lima, António José de Almeida e finalmente Norton de Matos, alinhando a reboque dos sonhos dos militares republicanos conservadores.

Uma carta do Grande Secretário Geral do GOLU, Cândido de Carvalho, descreve o ambiente político então vivido, ao referir que:

³⁰² JANEIRO, Helena Teresa Pinto, *Norton de Matos – o improvável republicano: um olhar sobre Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2014, p. 311;

³⁰³ *Processo da Loja Acácia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano, circular dirigida ao CO de 11 de fevereiro de 1933;

“há cinco tormentosos anos que os cidadãos portugueses são impedidos de fiscalizar os actos governativos e nem sequer podem manifestar a sua discordância de opiniões, pois ao mais leve protesto, são sujeitos a toda a casta de vexames e de prepotências – prisões sem culpa formada, buscas domiciliárias, incomunicabilidade indefinida, maus tratos, agressões da polícia, fixação de residência, demissões de lugares, deportações, toda a série, enfim, de atropelos - ... para sufocar as suas vítimas”.³⁰⁴

Os discursos e documentos emanados do grão-mestrado, do Conselho da Ordem, da Grande Dieta ou mesmo das Lojas, continuam muitas vezes a focalizar como principal adversário a Igreja e não a própria Ditadura, mesmo que a primeira tenha dado um significativo contributo para a criação de um ambiente hostil à Maçonaria. Há uma razão que explica isto, que é o facto de as forças mais conservadoras se identificarem com a Igreja e de, no seu início, a Ditadura não ter sido vista de forma negativa pela Maçonaria. Daí, o grande confronto da segunda metade da década de vinte ser protagonizado por uma Igreja, que compreendeu a força que a Ditadura lhe podia dar, e a Maçonaria. Se é certo que os espíritos mais esclarecidos da Igreja assentavam a sua contestação à Maçonaria em argumentos teológicos, morais e políticos, a verdade é que não nos podemos esquecer que se viviam tempos de radicalismo político e que a maior parte dos defensores das posições da Igreja assentou a sua argumentação na demagogia, e em muitos casos na esperança de restaurar a monarquia. Muita dessa argumentação atribuía à Maçonaria a causa dos males na sociedade, incluindo morais ou da honradez maçónica, bebendo diretamente inspiração nos documentos papais, situação que só mudará após a II Guerra Mundial, com a distensão verificada pela mudança de contexto político e com a abertura proporcionada pelo Concílio Vaticano II.

13 – As contradições de Norton de Matos

Todo o período do grão-mestrado de Norton de Matos foi constituído por momentos de difícil equilíbrio e em condições de existência da Obediência tensas, o que aliado à personalidade de Norton, naturalmente originou hesitações e contradições.

³⁰⁴ VAZ, Luís, *Simões Coimbra*, Lisboa, Ed. Âncora Edições, 2018, p. 45;

Enquanto a Liga de Paris não acreditava nas intenções de Norton de Matos em favor do parlamentarismo, crendo mais que pretendia candidatar-se a ditador, José Domingues dos Santos refere que o que os separa é o facto de Norton querer no movimento oposicionista um chefe único “a quem todos obedeçam e que tudo mande. Não quiere discussões políticas nem antes nem depois da revolução. Tudo obedece. Não sei se também proíbe que chova. É possível. A chuva também é impertinente”.³⁰⁵ Em 1928, António Sérgio em carta enviada a Sarmento Pimentel, refere que “o Norton de Matos propõe-se para chefe da revolução, mas tem procedido de forma tortuosa e com uma megalomania um tanto ridícula. Parece que se propõe também para quase-ditador. Aquele restaurará a República, mas jamais dará um passo para uma verdadeira reforma nacional”.³⁰⁶ Refira-se aqui que Sérgio entendia por “verdadeira reforma nacional” a ideia de “revolução social e moral” do país, que já atrás referimos, ancorada na educação e no espírito cooperativo que defenderia até ao fim da sua vida.

Demarcando-se de Norton de Matos, mas fazendo eco da vontade de algumas Lojas, a Liga e Bernardino Machado advogam, desde 1929, a organização de uma imprensa marcadamente republicana, cuja missão fundamental é de “educar o povo nos princípios democráticos”, com um grande jornal em Lisboa e outro no Porto, e que, segundo os seus defensores, não deveria pertencer a qualquer partido ou a qualquer governo.³⁰⁷ Para o interior da Maçonaria as mensagens são contraditórias e contribuem para o ambiente de instabilidade que se vive.

Na sua investidura como Grão-Mestre Norton de Matos tropeça na prisão de Daniel Rodrigues, então presidente da Grande Dieta, que seria substituído pelo Primeiro Vice-Presidente daquele órgão, o coronel João Estevão Águas. Na primeira mensagem de Norton de Matos à Grande Dieta, aconselha serenidade, prudência e pragmatismo, ainda que alerte para o facto de as forças da Ditadura estarem a tomar conta do país e a esvaziar a República das suas características fundamentais. Refere-se também aos liberais que estão a ser seduzidos pela Ditadura interpelando-os para um último combate. Mas, com laivos de idealismo sugere uma ação centrada na propaganda cívica através da imprensa e de conferências nas

³⁰⁵ JANEIRO, Helena Teresa Pinto, *Norton de Matos – o improvável republicano: um olhar sobre Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2014, p. 315;

³⁰⁶ MADUREIRA, Arnaldo, *A formação histórica do salazarismo – 1928-1932*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2000, p. 23;

³⁰⁷ BAPTISTA, Jacinto, *Surgindo vem ao longe a nova aurora... – para a história do diário sindicalista A Batalha, 1919-1927*, Ed. Fac-similada da 1ª edição 1977, Lisboa, Ed. Letra Livre, A Batalha, 2019, pp. 74 e 75;

entidades próximas da Maçonaria, algo que vemos refletido na atividade das Lojas especialmente até 1933, e estranhamente, através do capitão Augusto Casimiro, procura uma solução viável para uma transição pacífica no regime. Helena Pinto Janeiro refere que Norton de Matos dá orientações para a não entrega prévia de armas por parte da Oposição, pois é a Ditadura que tem de mostrar a sua boa fé, ao mesmo tempo que dá mostras de não descartar totalmente a hipótese de revolução, vista como instrumento de pressão, mas em que sucessivamente se pronuncia contra ações militares contra a Ditadura. É também o próprio Norton de Matos, em carta datada de 31 de dezembro de 1930, que admite contatos com o regime, já depois de ter informado de tal o Conselho da Ordem e de que nos dá conta Mimoso Guerra em finais de 1931. Sublinhava então Norton de Matos de que se tratava de uma iniciativa pessoal, algo que uma parte das Lojas não perdoará e que causará tensões no interior do Conselho da Ordem, concordando com uma solução pacífica no sentido de serem dadas garantias a todos os republicanos de que se “conduziria rapidamente à normalidade constitucional e que acabaria de vez com a Ditadura em Portugal”.³⁰⁸ Ainda assim, durante alguns momentos entendeu que o recurso à Revolução era legítimo e necessário, desde que “não haja outro meio digno para conseguir a Liberdade e para destruir o despotismo”. Durante a revolta da Madeira, em 1931, apesar de estar ao corrente dos acontecimentos, como o comprova a correspondência do Conselho da Ordem, e apesar da simpatia com que o coronel Fernando Freiria via o seu nome como chefe militar, acabou por se dissociar do movimento. Aliás, quando destes acontecimentos, Norton de Matos chega mesmo a insurgir-se contra o facto de o seu nome ter circulado como eventual Governador Civil de Lisboa, caso a revolta triunfasse, especialmente porque visto como uma segunda linha face a Afonso Costa, Brito Camacho ou Cunha Leal, referenciados com vista a um futuro elenco governativo. Por outro lado, muitas Lojas não perdoam a Norton de Matos que assuma que as promessas de uma Ditadura de curta duração tenham gerado uma “propícia atmosfera” à ação ditatorial, como de resto reconhece na sua mensagem à Grande Dieta, em março de 1931.

A partir daqui Norton de Matos começa a centrar o seu ataque em Salazar e na sua conceção de “Estado Corporativo Integralista”, que diz ser “mais tenebrosa do que a que presidiu à formação de outros Estados ditatoriais”. Na sua mensagem à Grande Dieta, em 1931, lembra também a Igreja como uma força oculta que fez fracassar a “transição pacífica, mas digna, da Ditadura para a República laica, democrática e

³⁰⁸ *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor;

parlamentar”. É, no entanto, já uma fase de alguma desilusão, onde a existência de alguns conflitos internos, determinam a sua pergunta em tom pessimista: “que tenho conseguido fazer, que tenho conseguido aproveitar a bem da Pátria e da Humanidade dessa força que é a Maçonaria? Nada, quasi nada...”.³⁰⁹

Norton de Matos, que está mais próximo do republicanismo conservador, estava descontente com o rumo do 28 de Maio mas, na opinião de Cristina Clímaco, receava o regresso à instabilidade política que caracterizou a I República.³¹⁰ Por isso Norton de Matos não via com maus olhos a existência de um executivo forte, e por isso não são de estranhar os contatos atrás referidos, que segundo Cristina Clímaco ocorrem entre Lopes de Mateus, ministro do Interior, e Norton de Matos, tendo por intermediário o então Diretor da Polícia de Informações Agostinho Lourenço. É quando estes contatos falham que o discurso de Norton de Matos endurece, materializado no seu discurso à Grande Dieta de 1931, apesar de não ter apoiado a revolta da Madeira e dos Açores ocorridas nesse ano. Isso mesmo é reconhecido nessa mensagem onde afirma que “a ditadura repele, absolutamente, qualquer ideia de entendimento para a formação de ministérios chamados de transição, ou para o regresso ao sistema removido pelo Exército e pela Armada, em 28 de Maio de 1926”.³¹¹

Por isso também os apelos à moderação e à reorganização nacional que a partir do ano seguinte são definitivamente substituídos por apelos à luta contra a Ditadura e em defesa da Liberdade. É Norton de Matos quem, em 1931, numa mensagem à Grande Dieta, afirma que:

“(…) durante quatro anos (desde 28 de Maio de 1926 a 30 de Julho de 1930) mantiveram os Governos da Ditadura, como disse e repito, a solene afirmação e promessa iniciais de que a intenção da Ditadura era regressar o mais rapidamente possível à normalidade constitucional. Todo o país entendeu sempre por normalidade constitucional o desaparecimento do estado de sítio e da suspensão de garantias, o retorno às liberdades individuais e colectivas consignadas na Constituição da República (...), É certo também que a quasi totalidade da Nação deseja que a volta á normalidade constitucional se deve assegurar mediante a eleição, livre de influências pessoais ou partidárias, duma Câmara Constituinte que introduza na Constituição da República as alterações necessárias para evitar a

³⁰⁹ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

³¹⁰ CLÍMACO, Cristina, *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio 1927-1936*, Lisboa, Edições Colibri, 2017, p.81;

³¹¹ *Cartas e documentos vários, Mensagem à Grande Dieta*, março de 1931, p. 3, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

repetição de situações políticas idênticas às que imediatamente precederam o 28 de Maio e à que se lhe seguiu. Mas nenhuma dúvida pode restar que essa quase totalidade da Nação não deseja outra coisa que não seja uma República democrática, parlamentar e laica; e um Estado, emanação do querer de cidadãos livres, independente de quaisquer imposições (...).“

E mais adiante, em jeito de conclusão,

“(...) o que é indispensável também é que não se continue a auxiliar a Ditadura e o seu Partido Único, na marcha para o Estado Corporativo Integralista, mostrando-se satisfação com declarações de republicanismo que devemos repelir, porque não pode haver República sem Liberdade e sem Democracia (...).“³¹²

Não deixa, no entanto, de ser significativa a contradição da admissão de um período de ditadura, mesmo que transitório, com a afirmação, na mesma mensagem de 1931, de que “não pode haver República sem Liberdade e sem Democracia”.³¹³

Numa outra mensagem ao povo maçónico Norton de Matos reconhece, no entanto, que:

“muitos portugueses com princípios liberais se encontram integrados no regime ditatorial, quer exercendo-o, quer apoiando-o e que para essa situação anómala foram levados por se terem convencido de que uma ditadura seria o meio mais eficaz e rápido para se terminarem as estéreis lutas partidárias (...).“³¹⁴

Nesta questão da durabilidade da Ditadura é interessante uma passagem do discurso do então Ministro do Interior, mencionada por Arnaldo Madureira, que afirma que:

“a Ditadura não terminou. A Ditadura vai começar. Vai entrar na sua fase essencial. Há espíritos que se assustam julgando que a Ditadura acaba com a construção do regime jurídico-político do Estado Novo. Pelo contrário, será este sistema jurídico-político que fará com que a Ditadura se consolide, tenha eficiência e futuro”.³¹⁵

Mas as dificuldades de Norton de Matos revelam-se principalmente a nível interno. Entendia que internamente a Maçonaria “tinha um chefe” que não o podia ser em pleno devido aos constrangimentos constitucionais da própria Maçonaria, pelo que

³¹² *Fundo Documentos Diversos*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Note-se que esta mensagem, sob a forma de prancha, provavelmente apresentada na Grande Dieta, é ligeiramente diferente da Mensagem referida na nota anterior, já com uma apresentação de edição tipográfica;

³¹³ *Cartas e documentos vários, Mensagem à Grande Dieta*, março de 1931, p. 9, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

³¹⁴ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 692;

³¹⁵ MADUREIRA, Arnaldo, *Salazar – a instauração da ordem*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2010, p. 117;

avançava com a proposta de uma reforma constitucional, que não descortinámos nos arquivos, pelo que deduzimos que não tenha passado de intenção, até porque o GOLU havia conhecido, em 1926, uma nova Constituição. Dizia então Norton de Matos que “o grande defeito da nossa Constituição, resultou de se ter tomado demasiado à letra o simbolismo que se contém nas palavras Povo Maçónico”,³¹⁶ posição que lhe vale inúmeras críticas que são visíveis na correspondência das Lojas. Cada vez mais desiludido, Norton de Matos passa a dirigir os seus esforços para a dinamização da Aliança Republicano-Socialista.

Uma palavra também para o Supremo Conselho do Rito Escocês que, em 1932, vivia sérias dificuldades. Uma carta de novembro de 1932 dá conta que o Soberano Grande Comendador³¹⁷ estava ausente, o Soberano Lugar Tenente tinha falecido e o secretário estava demissionário. Também por isso assumem particular importância as eleições para o Supremo Conselho para o triénio 1933-1935, como consta da Circular nº 1 de 5 de julho de 1933.³¹⁸ Era, no dizer de um documento da Loja 8 de Abril, de Angra do Heroísmo, datado de 12 de abril de 1932, um momento de extrema gravidade, representando o embrião de um novo estado social que a Maçonaria teria de combater, mesmo que “a falange diminua em quantidade, mas melhora pela qualidade dos seus elementos constituintes”, dando particular ênfase ao “instruir, instruir sempre, num movimento propulsor de libertação das trevas que cercam os espíritos que erram no obscurantismo”, até porque, no dizer desta Loja, as questões culturais resultavam em diferenças económicas e participação política.

Em 1934, quase nas vésperas da ilegalização da Maçonaria, na Circular nº 11, com data de 8 de dezembro, o Conselho da Ordem lamentava que nos últimos anos não se tivesse aproveitado para restabelecer definitivamente a normalidade constitucional através de uma consulta franca e livre. Em breve, iria entrar na Assembleia Nacional um projeto para ilegalizar a Maçonaria e endurecer o regime.

³¹⁶ *Cartas e documentos vários, Mensagem à Grande Dieta*, março de 1931, p. 10, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

³¹⁷ Nesta data era Soberano Grande Comendador Bernardino Machado, que exerceu o cargo entre abril de 1929 e 1944;

³¹⁸ Nesta circular comunica-se que foram eleitos Bernardino Machado como Soberano Grande Comendador, António Veiga e Sousa como Soberano Lugar Tenente, José Bernardo Ferreira, Ministro de Estado, José de Oliveira Ferreira Diniz, Grande Secretário Geral para as Relações Internas, José Afonso da Costa Júnior como Grande Secretário Geral para as Relações Externas, Júlio Maria de Lima de Sousa Larcher como Grande Chanceler, José da Costa Pina como Grande Tesoureiro Geral, Adão Francisco Zambujo como Mestre de Cerimónias, José Augusto de Oliveira como Grande Capitão das Guardas, Francisco Bernardino Cardoso como Grande Porta Estandarte, António Augusto Curson como Grande Ministro de Estado Adjunto;

14 - O acentuar de um ambiente hostil à Maçonaria

14.1 - As relações tensas entre a Igreja e as chafaricas livres pensadeiras³¹⁹

Cada época é marcada por ideias cuja afirmação, para não dizer exacerbação, é consequência de uma espiral de argumentação verbal, mais ou menos racional, que não deve ser esquecida sob pena de ignorarmos ou pior, não compreendermos o passado. Vem isto a propósito das relações com a Igreja, que se agravam em finais do século XIX, depois de muitos dos seus membros terem sido Obreiros da Maçonaria. Justifica-se este agravamento pela afirmação, no contexto político europeu, das doutrinas positivistas, do declínio do poder temporal do Papa, do sublinhar de alguns conceitos da teologia católica saídos do Concílio Vaticano I, das consequências da unificação da Itália e das políticas de laicização em França e na Itália, onde a Maçonaria desempenhou um papel importante. Daí a hostilidade entre Igreja e Maçonaria, que não é um exclusivo português. Foram antagonismos que marcaram uma época e que hoje, ambas as partes vêm como espelho de um período histórico específico. Adão e Silva, em 1981, dizia em entrevista ao jornal *Expresso* que “tudo se fará para que a Maçonaria e a Igreja possam caminhar lado a lado”. Dizia ainda nessa entrevista que “a Maçonaria, tanto como a Igreja, querem afinal, viver num mundo de Progresso e de Justiça, em que o homem seja indistintamente livre e responsável, em que as relações humanas se desenvolvam num clima de paz cívica e em que os Direitos do Homem e do Cidadão sejam permanentemente propagados, salvaguardados e corajosamente defendidos”.³²⁰ Mas era muito diferente a forma de pensar há cem anos atrás.

Sendo verdade que o laicismo radica numa visão da sociedade e do papel do Homem liberto de preconceitos e superstições, é certo que foi beber influências aos livres pensadores do século XVIII, defensores que a Felicidade, conceito que era caro aos filósofos da época, se atingia na Terra e não no Céu como defendia a Igreja. Foi também o laicismo buscar inspiração aos positivistas do século XIX,

³¹⁹ MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2006, p. 56. Ainda que recorramos a Arnaldo Madureira, para citar esta expressão depreciativa usada no jornal católico *A Defesa*, cremos que a sua origem em uso de contexto maçónico pode ser encontrada na imprensa antimaçónica de meados do século XIX. É referida em *Uma sessão da chafarica borjaca extrahida e dada á luz pelo stenographo Trocas da Lança*, ed. 1846, onde parodiando uma das primeiras reuniões maçónicas realizadas no nosso país, se pode ler que “numa agua-furtada, ahi para a rua dos Mastro, sítio onde o célebre Simão Loureiro ia espreitar a genuína opinião pública, tem seu acento a célebre chafarica Bojarca. O interior desta pussilga, em que aliás se resolvem as mais graves questões políticas, não nos é dado descrevê-lo (...)”, acrescentando que a sessão da Loja Pé-Descalço era dirigida pelo “rabino presidente”, *Fundo Luís Falcão da Fonseca, séc. XVIII a XX*, reservados, caixa 5, Biblioteca Nacional;

³²⁰ CARVALHO, Maria João Rocha de, *Maçonaria: uma abertura discreta in Expresso*, de 9 de maio de 1981, Lisboa, 1981;

nomeadamente a Auguste Comte, continuamente alimentada quer pelas concepções do laicismo social, quer por momentos em que uma posição mais imobilista e conservadora por parte da Igreja, em matéria política, exacerbou os ânimos. De resto a Felicidade, enquanto conceito social mais que individual, era assumida como um direito e não uma dádiva divina e discricionária. Por seu lado, a liberdade e o progresso material e técnico eram tidos como aspirações gerais da Humanidade. E se é verdade que muitos membros da Igreja foram maçons e compatibilizaram essas pertenças, as questões da infalibilidade papal ou alguns dogmas religiosos radicalizaram posições, especialmente a partir do Concílio Vaticano I. Por outro lado, uma boa parte da Maçonaria influenciada pelas doutrinas positivistas entendia que só conseguia cumprir os seus objetivos emancipadores afrontando a arquitetura teológica, política e social preconizada pela Igreja. Escreve Luís Machado de Abreu³²¹ que:

“dessa arquitetura fazia parte a função mediadora entre o mundo transcendente e divino e o mundo terrestre dos homens, função atribuída à hierarquia eclesiástica. Esse papel de intermediação entre Deus e os homens assentava numa teoria da dupla representação, segundo a qual o padre é representante de Deus junto dos homens e representante dos homens junto de Deus”.

Esta ideia choca de frente com a ideia de separar o Estado e as suas funções das crenças pessoais, remetendo estas para a esfera privada, entendendo os seus defensores que essa era uma condição estruturante para modernizar a sociedade. Por isso a Igreja nunca viu com bons olhos a Lei da Separação do Estado das Igrejas e tudo fez para combater o novo regime saído da Revolução republicana de 1910. Por seu lado, a Maçonaria via na Igreja tudo o que combatera e esta, de forma clara, colocou-se ao lado dos monárquicos e de todos os que estavam contra a República, com os dois lados a viverem uma escalada argumentativa imparável. Os conflitos tiveram as mais variadas origens: contra a secularização dos cemitérios, a propósito da proibição de cortejos fúnebres, a restrição ao uso externo de vestes talares, a oposição à escola republicana, com especial destaque para as de iniciativa maçónica ou a designada “guerra dos sinos”, ocorrida em 1928, já durante a Ditadura militar e especialmente acesa em Braga e em Santa Comba Dão. É neste sentido que se compreende a resistência às Comissões de Inventariação de bens e objetos de valor histórico e de obras de arte, que tal como a criação de museus regionais, conheceram a forte oposição da Igreja. Não sendo tão comum como em

³²¹ ABREU, Luís Machado de, *Anticlericalismo in Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, coord. geral Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2013, pp. 152 a 156;

França, ocorreram alguns casos de ocultamento de bens, barricadas no interior dos espaços religiosos, desaparecimento de chaves e arrombamento de igrejas para fazer cumprir a lei, ainda que a questão da posse de chaves fosse muito mais profunda, já que no entender da Igreja definiam a sacralidade ou a profanação do espaço. Também não foi fácil a fiscalização e o encerramento dos livros de registo paroquiais, chegando os funcionários do Registo Civil a terem de recorrer a forças policiais para imporem a lei.³²² Note-se que a Maçonaria era definida como a antítese da Igreja, o reino de Satanás e império do anti-Cristo. Tanto que se desenvolveu uma oração para os fiéis recitarem, onde se dizia:

“ofereço-vos ó Divino Coração de Jesus, por meio do Coração Imaculado de Maria, as orações obras e sofrimentos deste dia, em reparação das nossas ofensas (...). Eu vo-las ofereço, de modo particular para (...) reconquista dos direitos e liberdades da Igreja, disputando às seitas maçónicas o terreno (...) e opondo a união, disciplina e fervor de fiéis á propaganda das sociedades secretas (...)”.³²³

Uma pastoral dos bispos portugueses, com data de 1917, e comentada pela Loja Elias Garcia, de Lisboa, ia ao ponto de afirmar que “os bons cidadãos, entre todos e acima de todos, são os verdadeiros católicos”, ao mesmo tempo que reafirmava antigas teses monárquicas de que “toda a autoridade provém de Deus”.³²⁴ Por seu turno, o Conselho da Ordem do GOLU, por várias vezes, incentivou ao combate à Igreja como representante de um tipo de ensino, ou de um modelo social, adverso ao pensamento maçónico. Joaquim Romero Magalhães fala num ódio cristalizado contra a República, tendo por base a Lei de Separação e materializado na figura de Afonso Costa, frequentemente chamado de “anti-Cristo de Seia”, que se “entendia com o diabo a horas mortas e que na terra executa os mandatos dele”,³²⁵ uma forma de criar brechas no bloco republicano, separando Afonso Costa dos restantes políticos. É o mesmo investigador que nos sublinha a importância da legislação afonsista, citando Carlos Malheiro Dias: “se as influências monárquicas transitassem para a República com todas as suas situações e com todos os seus votos, a República só ficaria com o nome, porque no resto seria a continuação da

³²² Para uma análise aprofundada sobre estas questões veja-se CARVALHO, David Luna de, *Os levantes da República (1910-1917) – resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2011;

³²³ CARVALHO, David Luna de, *Os levantes da República (1910-1917) – resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2011, pp. 229 e 230;

³²⁴ *Publicações várias (miscelânea)*, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

³²⁵ MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Monárquicos contra a República – as “boas razões” para uma rebelião permanente in República e Republicanismo*, coord. Maria Fernanda Rollo e António Rafael Amaro, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2015, p. 425;

monarquia”.³²⁶ Por isso também a Igreja se torna o aliado óbvio dos monárquicos, e por isso Igreja e monárquicos não baixam o tom da sua contestação às leis visando a laicidade, vistas como opressoras e injustas, ponto de partida para uma rebelião permanente contra a República e uma significativa hostilidade para com a Maçonaria. Este ambiente conhece um crescendo até 1926, com uma ligeira quebra durante o consulado de Sidónio Pais, mesmo que se tenha de recorrer ao engano e à demagogia, especialmente dirigidos às populações rurais. No Minho ou em Trás-os-Montes as populações juntavam-se para defender as igrejas, já que “os *da República*” iriam lá tirar a coroa de Nossa Senhora ou o dinheiro que houvesse na igreja. A República era o regime dos ateus e dos “pedreiros-livres”,³²⁷ constantemente referida como sendo um regime de usurpação contra a ordem natural divina. É, no entanto, verdade que a República e boa parte da Maçonaria, ao transformarem a questão das relações do Estado com a Igreja Católica numa questão religiosa, ao mesmo tempo que hostilizavam e até vexavam a instituição em si, motivavam ao agrupar em torno desta de todas as forças conservadoras e defensoras de regimes de força. Se é certo que o radicalismo republicano e maçónico retirou poder à Igreja, por vezes incompatível com o ideário republicano, também motivou um cerrar de fileiras das forças conservadoras que serviu contra a República e em favor da Ditadura.

Vivia-se, nas palavras de Magalhães Lima, um momento em que as forças conservadoras arremetiam contra a Maçonaria por verem nela a garantia da República, nem que para isso se propalasse propositadamente “intenções que nunca existiram, ocultando-se também propositadamente os assignalados serviços que a Liberdade lhe deve”.³²⁸ Era um período sem igual na nossa história, segundo o mesmo Magalhães Lima. A verdade é que os ataques à Maçonaria não se restringiam à Igreja, mas tornaram-se particularmente violentos também por parte de diversas forças políticas, especialmente após a I Guerra Mundial, num contexto de crescimento de doutrinas totalitárias. A. H. de Oliveira Marques considera que a motivação oficial para o combate à Maçonaria assentava em três razões: a acusação de “querer substituir a civilização cristã pela civilização maçónica”, a de aspirar ao “domínio do Estado” e, por fim, de “possuir uma organização exagerada e

³²⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Monárquicos contra a República – as “boas razões” para uma rebelião permanente in República e Republicanismo*, coord. Maria Fernanda Rollo e António Rafael Amaro, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2015, p. 425;

³²⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Monárquicos contra a República – as “boas razões” para uma rebelião permanente in República e Republicanismo*, coord. Maria Fernanda Rollo e António Rafael Amaro, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2015, p. 431 e 432;

³²⁸ *Publicações várias (miscelânea)*, Mensagem do Grão-Mestre à Grande Dieta, 21 de abril de 1927, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

perigosamente internacionalista”.³²⁹ É igualmente A. H. de Oliveira Marques quem nos lembra que “embora destituídas de fundamento, acusações como estas calavam fundo em grande parte da opinião pública de direita e, mediante comparticipação do clero, difundiam-se por todo o país, atingindo as mais remotas aldeias”.³³⁰

Ainda assim, as Lojas esforçavam-se por responder a estes ataques. A Loja Montanha, em 1925, edita vários conjuntos de folhetos especificamente dirigidos, por exemplo aos militares e aos operários, contra a carestia da vida, de propaganda liberal e anti-jesuítica, onde ressalta um teor mais radical que na maioria das Lojas do GOLU.

“Os jesuítas! Ahi os temos outra vez em scena. Estes servos de Deus – piores que o Diabo – estão em toda a parte, metem-se em todos os meios... ou eles não fossem toupeiras. E, como as toupeiras, furam e refuram até se imiscuírem entre os seus adversários”.

A Loja alertava ainda para o papel dos “grandes capitalistas e patrões reaccionários” e para o facto de os operários estarem “a ser comidos pelos grandes argentários e pelos beatos patrões”, terminando por comparar a Igreja a serpentes, e particularmente a Companhia de Jesus como “a mais peçonhenta e perigosa”, que “rasteja, agarra-se, enrosca-se, aperta, tritura e asfixia as pobres vítimas que lhe passam ao alcance”.³³¹ É uma interessante mistura entre um discurso anti-religioso e novas concepções políticas então em voga, e que nestas páginas identificamos com Lojas como a Comuna, do Porto, ou a Paz, de Lisboa. Refira-se que o aspeto destas edições da Loja Montanha se situam muito dentro da tradição da *Cartilha do Povo* e de outras edições, que sendo destinadas a orientar quem sabia ler, eram igualmente destinadas para uma audiência de grupo que ouvia alguém ler. Por seu lado, a Loja Fraternidade Colonial, em 1926, acusava a Igreja, no ensino que praticava nas suas escolas particulares, de ensinar a odiar a República. Na mesma altura, uma proclamação dirigida “ao povo liberal do Porto” e assinada apenas com “um grupo de liberais” manifestava-se contra as missões religiosas, que “exercem sobre as populações incultas das aldeias uma acção nefasta”, ao mesmo tempo que se manifestava contra as procissões nas ruas do Porto, nomeadamente uma marcada para o dia 17 de junho na freguesia de S. Nicolau.

³²⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira, “História da Maçonaria em Portugal” in *Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 14;

³³⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira, “História da Maçonaria em Portugal” in *Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 15;

³³¹ *Publicações várias (miscelânea)*, *A Companhia de Jesus e o operariado*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Entre 1926 e 1935 o ambiente antimaçónico era forte e organizado, num movimento que vinha já de longe, desde 1910 é certo, mas particularmente acentuado após 1926, depois de alguma expectativa quando do golpe do 28 de Maio, reunindo saudosistas monárquicos e integralistas com alguns meios católicos conservadores. Num folheto não datado e assinado por um Grupo de Estudos Sociais Pró-Maçonaria, o que o situa nesta época, e que transcreve um texto publicado na imprensa católica, pode ler-se que se pretende:

“uma guerra sem tréguas, uma guerra declarada, uma guerra sem quartel, pois chegou a hora da batalha, da ofensiva, marchando corajosamente ao assalto dos redutos que os maçons conquistaram pelas suas manobras subterrâneas, onde se entrincheiraram e resistem numa teimosia que é preciso vencer. E inicia-se a cruzada porque são malfetores...”.

Num outro folheto deste grupo, também não datado, pode ler-se que

“quando a Maçonaria não tivesse outro, tem o merecimento de incomodar esses jesuítas maus e criminosos, essa maldita raça que fala da pátria que não tem, diz proceder em nome da religião que não serve, mas de que se serve, e desorganiza a família que renega”.³³²

Por seu turno, na imprensa católica e integralista escrevia-se que “para a Maçonaria a República não é um fim, é apenas um meio para descristianizar a nação e um primeiro passo para isso é a sua descatoalização, isto é a separação da Igreja e do Estado”,³³³ ou seja, ainda estava na memória a Lei da Separação do Estado das Igrejas, mas facilmente se resvalava para a demagogia ou, no mínimo para a inverdade. *O Jornal de Lafões* lembrava então que “a Maçonaria possui também um livro negro onde escreve os nomes dos profanos que atacarem ou afrontarem o Grande Oriente, as Lojas ou os Obreiros do Círculo”.³³⁴

Compreender o confronto com a Igreja, que não se resume à escalada verbal, a diferentes concepções políticas ou à posse de bens materiais, radica também em diferentes concepções filosóficas do Homem, do mundo e do uso da Razão. Fátima, por exemplo, insere-se também numa linha de provar a religião através de factos, que vem da tradição da Igreja presente em épocas anteriores. É uma linha clássica e conservadora do pensamento católico, em que os milagres recorrem a testemunhos oculares ou contemporâneos para sublinhar uma veracidade

³³² *Publicações várias (miscelânea), A Maçonaria*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

³³³ CARVALHO, António Carlos, *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913-1935*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Vega, 1993, p. 164;

³³⁴ CARVALHO, David Luna de, *Os levantes da República (1910.1917) – resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2011, p. 230;

reivindicada, assumindo assim um papel de factos incontestáveis, perante os quais se recusa a dúvida ou a contestação e, mesmo que fossem contraditórios com as leis da natureza, deveriam ser admitidos.³³⁵

Também nestes anos, a Igreja recupera uma abordagem anterior a 1910 em que defendia que o Estado precisava da religião como fator de estabilidade, afirmando-se essa cooperação como uma aliança indissolúvel. Ao mesmo tempo, a obediência ao Papa, mesmo em matéria temporal, viraram muitos republicanos contra a religião, por privilegiarem o papel do Estado quer na sua essência, quer nas suas funções, nomeadamente em matéria de ensino e de liberdade de culto.

Se hoje o ambiente é mais distendido, sendo aceite, socorrendo-nos das palavras de Fernando Vale, que “a Maçonaria não é anti-religiosa. O que é, é anticlerical. É contra o poder temporal da Igreja, não é contra o seu poder espiritual e humano. As ideias são as mesmas: Fraternidade, Liberdade, Igualdade. É o amor ao próximo, é o respeito pelo próximo”,³³⁶ a verdade é que na época o ambiente era tenso, com a Maçonaria a combater violentamente a Igreja e até a religião, pese embora algumas vozes discordantes no seu seio ou até fazendo fé nos rituais maçónicos. Aliás, tal seria fácil de compreender ao ler muitos desses rituais ou ao entender a pretensão da I República em circunscrever o religioso à esfera do privado, pesem embora os exageros cometidos de parte a parte nesse período, em vez de demagogicamente amalgamar ideias. A Maçonaria é contra a religião ultramontana, não contra uma Igreja aberta e progressista e se mais dúvidas houvesse haveria a referir muitos nomes da Igreja a exercerem altos cargos na Maçonaria. Não nos esqueçamos, no entanto, que a visão predominante na Igreja era a que considerava a Maçonaria uma força subversiva por contestar um tipo de sociedade que se afastava dos cânones da Tradição e da estratificação social. A par disso, vivia-se uma situação tensa de escalada verbal, como podemos ler na Circular nº 31 do Conselho da Ordem, com data de 24 de julho de 1930: “o Clericalismo é o nosso verdadeiro inimigo que sabe bem mascarar-se de todas as formas conforme as suas conveniências”, ao mesmo tempo que acusava a Igreja de minar o Estado republicano “demolindo o espírito republicano das futuras elites” pela disseminação do ensino religioso.³³⁷ Por seu lado, um folheto não assinado com data de 1929 e dirigido aos liberais afirma que “a Igreja, se quiser viver em paz, tem de cingir-se às

³³⁵ HAZARD, Paul, *O pensamento europeu no século XVIII*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 83;

³³⁶ RIBEIRO, Anabela Mota, *Fernando Vale in Diário de Notícias*, entrevista, 15 de setembro de 2001, Lisboa, 2001;

³³⁷ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

suas funções meramente espirituais”, acusando a temporalidade da Igreja não só de anacronismo no século XX, como de coartar o direito de cada um seguir o credo religioso que entender ou mesmo não professar nenhum, algo impensável para a Igreja à época. Ainda assim o confronto era feito palmo a palmo, podendo nós ler nesse folheto que:

“á propaganda oponhamos a propaganda; á escola congregacionista a escola civil; á assistência religiosa, tão capiciosa e astuta nos seus intuitos, a assistência secular desinteressada, altruísta, guiada apenas pelo amor á Humanidade”.³³⁸

José da Costa Pina, numa conferência na Loja Invicta, do Porto, em 1931, assinala como uma das grandes clivagens o facto da pretensão da Igreja em defender a prevalência do registo católico em detrimento do Registo Civil, ou a criação concorrential de estruturas como os escuteiros ou entidades associativas:

“a Maçonaria (...) creou a Escola Oficina nº 1. A reacção contrapôs-lhe as Oficinas de S. José. Á Associação de Beneficência da Freguezia de Santa Isabel, fundada e dirigida por liberais e Maçons, contrapoz a reacção o Orfanato Escolar de Santa Izabel, do padre Mota, cujo título foi propositadamente achado para estabelecer a confusão. (...) Criada a Liga d’Acção Educativa, liberal na essência, nasceu a seu lado a Liga d’Acção Social Cristã (...), ao Internato para Pequenas Vadias, idealizado pela Loja: O Futuro, contrapoz a reacção (...) as Florinhas da Rua (...). Quer dizer: nós idealizamos e ficamos a olhar estarecidos o pretenso fruto das nossas ideias; ele realizam-nas, colhendo o fruto (...)”.

A razão, diz ainda Costa Pina, está no desabafo:

“fizemos a República e dormimos, esquecendo que não era bastante fazê-la, implantando-a como regimen, quando éramos obrigados a prestigiá-la, a defendê-la e a remodelar os usos e costumes”.³³⁹

A própria Maçonaria não escapava a algumas críticas internas por parte das Lojas. Escrevia a Loja Acácia, de Lisboa, num folheto sem data mas do final da década de vinte, que “as inqualificáveis transigências dos dirigentes republicanos encorajam a reacção religiosa para todas as tentativas contra a liberdade, a pretexto, habilmente aproveitado pelos clericais, da apregoada pacificação da família portuguesa (...)”. Acusava ainda a Igreja de querer direitos que só aos cidadãos a Lei assegurava, exortando os republicanos a unir fileiras contra a ignorância, o preconceito e as injustiças.

Ainda que não fosse uma exclusividade da oposição à República e à Maçonaria, é interessante notar, como refere David Luna de Carvalho, as frequentes alusões ao

³³⁸ *Processo da Loja Pureza, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

³³⁹ *Cartas, comunicações e documentos vários, Conferência de José da Costa Pina na Loja Invicta, do Porto, em 1931*, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

que na época se designavam de “castigos de Deus”. O jornal *A Verdade*, de Angra do Heroísmo, em fevereiro de 1915 traçava a história dos “castigos de Deus”, que começavam com Sodoma e Gomorra, tinham como referência seguinte o dilúvio e terminavam em Portugal com o regicídio,³⁴⁰ a par de anúncios do fim do mundo, com naturais culpas dos republicanos. Por isso também dezenas de aparições de Nossa Senhora, ocorridas ao longo do país, numa tradição que é anterior à República, e conotada com castigos de Deus e consequentes desagravos.³⁴¹ Não estranho aos fenómenos de Fátima e na escalada do conflito entre a Igreja e a República, refira-se o destaque de primeira página dado pelo jornal *A Ordem*, de 31 de agosto de 1917, aos incidentes entre a República e a Igreja, onde se pode ler em título “Uma nova violência – Sua Em^a o sr. Cardeal Patriarcha no desterro”, referindo-se a seguir em sucessivos subtítulos que “um enérgico protesto do nosso venerando Prelado – grandes manifestações no Paço Patriarchal – em Santarém e no Entroncamento – uma imponente manifestação em Gouveia – milhares de pessoas aclamam Sua Eminência cobrindo-o de flores”.

Havia Lojas que, no entanto, pretendiam que a Maçonaria assumisse uma posição mais extremada, por vezes mesmo intolerante. Com data de 14 fevereiro de 1928, um grupo de Lojas do Porto manifesta a sua oposição a Sebastião de Magalhães Lima e ao Conselho da Ordem, instando este a assumir uma posição mais dura com a Ditadura, tendo por pano de fundo a Lei da Separação do Estado das Igrejas e o reconhecimento jurídico da Igreja. O manifesto que é dirigido ao Supremo Conselho é publicado na imprensa, sendo assinado pelas Lojas Liberdade e Progresso, Luz e Vida, União, Vitória, Ordem e Trabalho e Luz do Norte. Este grupo de Lojas, que não se coíbe de afirmar que a Maçonaria do norte pedirá “rigorosas contas” aos órgãos de poder maçónico, apelava ainda à abnegação dos maçons e à propaganda constante contra a Igreja. Diz o artigo, no contexto político em que se vivia, que “os jesuítas passeiam em Portugal, os hospitais são entregues às Irmãs da Caridade e os colégios congregacionistas alastram-se, cobrem a terra portuguesa”. O caso que se revestiu de alguma gravidade, não continha nenhuma reivindicação novas, pelo que cremos que se tratou apenas de marcar uma posição de força.³⁴² Um outro

³⁴⁰ CARVALHO, David Luna de, *Os levantes da República (1910.1917) – resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2011, p. 298;

³⁴¹ CARVALHO, David Luna de, *Os levantes da República (1910.1917) – resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2011, pp. 305 a 329;

³⁴² *Fundo Dias Amado – imprensa*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano, *Os Repteis à bulha in Correio da Manhã*, de 14 de fevereiro de 1928, Lisboa, 1928, também *Fundo Luís Falcão da Fonseca, séc. XVIII a XX*, reservados, caixa 3, Biblioteca Nacional;

exemplo é-nos dado pelo Triângulo nº 271, do Lobito, Angola, que escrevendo ao Conselho da Ordem informa este que ali se fundou

“uma comissão católica com o fim de levar a efeito a construção d’uma capela. Essa comissão, embora constituída por gente que (...) pertencia à mais alta sociedade e portanto digna de ser respeitada nas suas crenças, encontrou sempre pela frente este Tr.:., que sempre dentro das normas da maior cortesia, fez os possíveis para que a comissão em referência, fosse contrariada nos seus propósitos”.³⁴³

Por outro lado, depois do Congresso Mariano realizado nos dias da Revolução do 28 de Maio, escrevia-se no jornal *A Defesa*:

“abaixo a ditadura jacobina! (...) a mais descarada e a mais anónima das ditaduras tem sido aquela que, há dezasseis anos, vem sendo exercida contra a consciência católica, pelas chafaricas livres pensadeiras, a cuja tirania irresponsável se têm submetido até hoje todos os governos”.³⁴⁴

O *Novidades*, seguindo a mesma linha, acrescentava que:

“as reivindicações católicas imediatas, estão muito longe de representar as exigências completas da tese católica, pois exprimem apenas o mínimo que o regime, que se diz de liberdade, deve conceder aos católicos portugueses”.³⁴⁵

De comum, esta imprensa nutria, numa primeira fase, simpatia por Mussolini, Charles Mauras e pela *Action Française*, e aos títulos citados poderíamos juntar, entre outros o *Ideia Nova* (1927), o *Vanguarda* (1927/28) ou o *Revolução Nacional* (1934), tornados armas de combate político. No *Novidades*, na sua edição de 12 de junho de 1926 pedia-se ação “contra os manejos secretos das seitas tenebrosas, cuja causa aflora a cada canto”, e contra a “tirania jacobina, que nos degrada enquanto Estado, e nos envergonha enquanto nação”.³⁴⁶ Por seu turno n’*A Época* escrevia-se, sob o título “Manejos das Trevas”, que “foi a Maçonaria que fez entre nós a República, imprimindo-lhe desde logo um carácter sectário e anti-católico a que obedeceu a sua legislação e a sua política. É na Maçonaria que o governo actual tem um inimigo para temer, tanto mais que manobra às ocultas e tem inteligências em toda a parte”.³⁴⁷ Os grupos anti-clericais respondiam a estes ataques, especialmente através da Associação do Registo Civil e da Associação do Livre Pensamento, a primeira fundada em 1895 e que veria a sua sede encerrada

³⁴³ *Processo do Triângulo nº 271, do Lobito*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

³⁴⁴ MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2006, p. 56;

³⁴⁵ MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2006, p. 56;

³⁴⁶ MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2006, p. 56;

³⁴⁷ MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2006, p. 76;

em 1937, ainda que continuasse a reunir até 1963³⁴⁸, a segunda criada em 1913 e extinta com a implantação do Estado Novo, ambas próximas da Maçonaria, que por vários meios tentavam que as leis da I República não fossem revertidas. Seguidoras dos princípios ideológicos da I República defendiam a laicização do Estado. A este propósito, um documento, com data de 1927, refere sobre estas entidades, que “o seu fim imediato e insistentemente reclamado, é estabelecer uma propaganda intensa a favor do ensino laico, da assistência laica e da laicização de todos os serviços públicos”.³⁴⁹ Assinam esse documento Magalhães Lima, Ramon Nonato La Féria, José Pinheiro de Melo, Daniel Rodrigues Salgado, Carlos Simões Torres, Ladislau Batalha, José Fernandes Alves, António Avelino Ribeiro, Júlio Alberto Ferreira, Júlio Alberto Sousa, Júlio Martins Pires. O próprio Conselho da Ordem e alguns nomes de referência do GOLU alertavam contra as manobras destrutivas desta imprensa. José da Costa Pina, numa conferência na Loja O Futuro, em outubro de 1928, afirmava que:

“é preciso arrancar o jornalismo dos braços da reacção e trazê-lo de novo ao campo liberal. E é preciso, porque a imprensa ao serviço da reacção das grandes empresas

³⁴⁸ A Associação do Registo Civil deriva do Centro de Fraternidade Republicana, tendo sido criada em Lisboa a 5 de agosto de 1895, então sob a designação de Associação de Beneficência Propagadora da Lei do Registo Civil. Mais tarde, em 1912, já correntemente designada de Associação Propagadora do Registo Civil, adota a designação simplificada de Associação do Registo Civil, vindo a ser considerada Benemerita da Instrução em 1925 e entidade de Utilidade Pública em 1926. Chegou a ter milhares de associados ao longo do país, predominando cidadãos com um ofício, pequenos funcionários públicos, comerciantes e industriais, sendo os operários e intelectuais os setores com menor representação. Organizou congressos sobre o Livre Pensamento, tendo sempre estado próxima da Maçonaria. Teve, ao longo da sua existência, como órgãos informativos o *Almanaque do Registo Civil*, o *Livre Pensamento* e o *Boletim da Associação do Registo Civil e do Livre Pensamento*. Além das intenções, que viriam a ser plasmadas na Lei, de tornar obrigatório o registo dos atos civis, tais como nascimentos, casamentos, falecimentos e outros, retirando-os do domínio dos arquivos paroquiais e da Igreja, pugnava pela separação do Estado das Igrejas e pela difusão do Livre Pensamento, razão pela qual realizava ações conjuntas com a Federação Portuguesa do Livre Pensamento, também ela próxima da Maçonaria. Organizava-se em filiais, secções e delegações presentes ao longo de todo o país. Em finais de 1935 ainda organizou uma entidade anexa à Associação, a Solidária Infantil, que entraria em funcionamento em 20 de janeiro de 1936. Promover a educação, criar uma biblioteca, auxiliar os mais carenciados no que se incluía o fornecimento de alimentos, vestuário e medicamentos, eram alguns dos seus objetivos. Em 7 de maio de 1937 o governo do Estado Novo determinou a suspensão das suas atividades, tendo a PIDE selado as portas da sua sede. Em março de 1940 a Polícia Política quebra os selos da porta e intima a direção a entregar o imóvel ao senhorio, vindo a sua direção a entregar toda a documentação e mobiliário à Escola Oficina nº 1, hoje ainda existente no Grémio Lusitano e na Sociedade Promotora de Escolas. Em 1942 a direção continuava a reunir na casa do então secretário José Ferreira, o mesmo se passando no ano seguinte. Segue-se um longo período de silêncio, até que no início da década de sessenta, com referências de 1961 a 1963 passa a efetuar as suas reuniões na Escola Oficina nº 1. Foram presidentes da sua Assembleia Geral maçons como França Borges, Heliodoro Salgado, Fernão Boto Machado, Agostinho Fortes, José Correia França, Magalhães Lima, António Macieira Júnior, José Pinheiro de Melo, e após 1926 Carlos Simões Torres, Joaquim Lopes Domingues, António Avelino Ribeiro, José Lino da Silva e Artur Henrique Abrantes. Como presidentes da direção teve Silva Fernandes, Macedo de Bragança, Domingos Gonçalves Neves, João Teixeira Simões, Manuel Ferreira Dias, Venceslau Dinis de Araújo, Manuel Martinho, Joaquim Lopes Domingues, António Casimiro Gomes da Silva, Carrazeda de Viana e Andrade, António Avelino Ribeiro, e após 1926 António Abranches, Fernando Barros Freire e Manuel Brito Moreno. In AZEVEDO, Manuel Roque de, *Nascimento, vida e morte da Associação do Registo Civil*, trabalho dactilografado, Arquivo do Grande Oriente Lusitano, s.dt. e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986, pp. 115 e 116;

³⁴⁹ *Fundo Ramon Nonato de La Féria – Correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

é como um enorme polvo que nos lançou os seus tentáculos, apertando-nos contra ele e sugando-nos o sangue”.³⁵⁰

A reação da Maçonaria fez-se sentir em vários pontos do país, mas com maior incidência nas zonas urbanas, e por diversas formas. Refira-se como exemplo os incidentes ocorridos em Lisboa quando a 1 de março de 1931, na Igreja dos Mártires um grupo de estudantes maçons se opôs a uma cerimónia de benção das pastas presidida por Cerejeira. A este incidente seguiu-se, no dia seguinte, uma sessão de homenagem a Magalhães Lima, no cemitério dos Prazeres, protagonizada por Carlos Olavo. Daqui seguiu-se em direção ao Rossio por entre vivas à Liberdade e morras à Ditadura, o que originou a consequente repressão policial.

As posições das Lojas do GOLU, à exceção de alguns comunicados emitidos pelos Grémios, não saíam da esfera maçónica, contribuindo apenas para um sentimento de pertença e de união na família maçónica. Mas os que eram emitidos pelos Grémios, rosto profano das Lojas, mostravam à população que os ideais da I República continuavam vivos. Tentavam contrariar as palavras de Cerejeira que dizia que “o laicismo é a tradução social do ateísmo. Procura organizar a vida e a sociedade como se Deus não existisse. Desconhece sistematicamente a realeza divina de Cristo e a autoridade da sua Igreja”.³⁵¹ Compreende-se assim o *Novidades*, em 5 de junho de 1927, chamando à Maçonaria “os filhos das trevas” numa alusão à expressão maçónica os “filhos da viúva”,³⁵² e onde se podia ler:

“o que importa é substituir ao espírito maçónico que se infiltra por toda a parte, nas leis, nos livros, nos jornais, nas modas, nos teatros, nas irmandades e até por vezes nas sacristias, o espírito de Deus e da sua Igreja, fazendo com que este viva e reine na vida particular e pública”.³⁵³

Nesta campanha o clero católico estava acompanhado de monárquicos e integralistas, vindo a afastar-se destes últimos numa segunda fase destes ataques e quando a própria Igreja é também ela visada pelos ataques dos fascistas italianos e franceses. Ainda assim, os grandes mentores do ambiente hostil à Maçonaria são a imprensa católica, por um lado, ávida de uma compensação pelos tempos da I

³⁵⁰ *Publicações várias (miscelânea), A imprensa, o teatro e a escola nas garras da reacção*, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

³⁵¹ MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2006, p. 82;

³⁵² Expressão maçónica para designar os maçons;

³⁵³ MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2006, p. 146;

República e, por outro lado, algumas franjas do integralismo, ansiosas por mostrarem ser mais duras que o próprio regime e dele conquistarem benesses.

14.2 - O ideário integralista e o nacional-sindicalismo

Braga da Cruz refere que o integralismo tem as suas raízes no pensamento contra revolucionário nacional do século XIX, sendo herdeiro da tradição monárquica e legitimista, tendo a sua origem nos meios académicos e mais reacionários da Universidade de Coimbra.³⁵⁴ Por seu turno, José Manuel Alves Quintas menciona que o integralismo é um fenómeno de matriz nacional, geracional e de um inconformismo contestatário.³⁵⁵ Nascido como um movimento de ideias, a sua génese começa a esboçar-se em 1911, depois de uma viagem a Paris de Hipólito Raposo e Alberto Monsaraz, aos quais se juntam Luís de Almeida Braga e António Sardinha, que considerava a extinção da Inquisição uma das causas da decadência portuguesa.³⁵⁶ Na primavera de 1913, em Gant, na Bélgica, agregam a si Rolão Preto e Domingos de Gusmão Araújo, sendo então usada pela primeira vez a designação de “Integralismo Lusitano”, inserta na revista *Alma Portuguesa*, dirigida por Luís de Almeida Braga. Quintas, citando a *Alma Portuguesa*, refere a intenção da restauração de uma “consciência portuguesa”, reflexo de uma “alma consolidada através de milagres de heroísmo e fé”, mas adormecida e manifestada enquanto crise cívica e religiosa. Esta linha de pensamento não culpabilizava diretamente o regime republicano, por entender que a responsabilidade era consequência de anos de decadência, com consequências na falta de noção dos direitos e deveres por parte dos cidadãos, do excesso de centralismo administrativo, de uma educação incompleta ministrada nas escolas e dos ataques à Igreja baseados na incompatibilidade entre Fé e progresso.³⁵⁷ Continuando a citar a *Alma Portuguesa*,

³⁵⁴ CRUZ, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 14;

³⁵⁵ QUINTAS, José Manuel Alves, *Filhos de Ramires – das Ideias, das Almas e dos Factos no advento do Integralismo Lusitano (1913-1916)*, tese de mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997, p. 297;

³⁵⁶ PIMENTEL, Irene e NINHOS, Cláudia, *Salazar, Portugal e o Holocausto*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013, p. 153;

³⁵⁷ QUINTAS, José Manuel Alves, *Filhos de Ramires – das Ideias, das Almas e dos Factos no advento do Integralismo Lusitano (1913-1916)*, tese de mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997, pp. 97 a 99;

José Manuel Alves Quintas refere que este grupo era crítico da noção de Igualdade, por entender que esta produzia uma casta pelo facto de as leis e instituições não estarem em harmonia com as tradições e os costumes, a história e o desenvolvimento intelectual do povo e, para além disso, não poderem “viver nem florescer senão num meio impregnado de espírito cristão”.³⁵⁸

A expressão “Integralismo Lusitano” torna-se corrente a partir de 1914 quando do lançamento da revista *Nação Portuguesa*, propriedade da Sociedade Integralista Portuguesa e dirigida por Alberto Monsaraz, sendo usada para designar um programa político de cariz monárquico com que o grupo se compromete e a partir da qual se cria o movimento integralista. A *Nação Portuguesa*, nas palavras de Hipólito Raposo, assumia-se como uma resposta à revista *Águia*, uma revista portuense que Raposo referia possuir uma tendência racionalista e antinacional,³⁵⁹ e que reunia um grupo de elite do pensamento republicano. Defensora dos valores do povo rural e agrícola, a *Nação Portuguesa* propunha uma monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar. O rei exercia a função governativa suprema, a família era vista como unidade orgânica base da sociedade, defendia a indissolubilidade do casamento, a aceitação da moral católica no Estado, na escola e na família e ainda a proteção privilegiada da religião católica,³⁶⁰ com a Igreja a assumir o papel de guardião dos valores morais tradicionais. A isto respondia Mayer Garção, em 1914, dizendo que “acabara de lhe passar por debaixo dos olhos um dos documentos mais desopilantes da nossa moderna situação”. E atacava: “a monarquia orgânica, tradicionalista, anti-parlamentar (...) é absolutismo puro: meteu-se-lhes na cabeça reatar o que eles chamam de tradições nacionais, e para isso fazem tábua rasa não só da República, como da monarquia constitucional”.³⁶¹

A Bélgica é o seu santuário de refúgio, sendo razão para isso o facto de ali se acolherem os realistas franceses proscritos, por oposição ao “Comité de Londres” onde se acolhiam os partidários de D. Manuel II. A Bélgica era também local de

³⁵⁸ QUINTAS, José Manuel Alves, *Filhos de Ramires – das Ideias, das Almas e dos Factos no advento do Integralismo Lusitano (1913-1916)*, tese de mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997, p. 100;

³⁵⁹ QUINTAS, José Manuel Alves, *Filhos de Ramires – das Ideias, das Almas e dos Factos no advento do Integralismo Lusitano (1913-1916)*, tese de mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997, p. 110;

³⁶⁰ QUINTAS, José Manuel Alves, *Filhos de Ramires – das Ideias, das Almas e dos Factos no advento do Integralismo Lusitano (1913-1916)*, tese de mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997, p. 177 a 180;

³⁶¹ QUINTAS, José Manuel Alves, *Filhos de Ramires – das Ideias, das Almas e dos Factos no advento do Integralismo Lusitano (1913-1916)*, tese de mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997, p. 258;

acolhimento de muitos religiosos expulsos de França, era igualmente o local de “retiro espiritual” dos miguelistas e, da mesma forma, local de refúgio de monárquicos avessos à República e próximos de Paiva Couceiro.³⁶² O regresso a Portugal deste grupo é consequência da amnistia decretada por Bernardino Machado, em 1914, e da invasão alemã da Bélgica.

Por isso não é estranho que na sua fase inicial agreguem a si monárquicos conotados com Paiva Couceiro e especialmente do miguelismo monárquico, apesar de afirmarem a sua obediência a D. Manuel II e pesem embora as divergências ideológicas existentes no seio monárquico. Hipólito Raposo confessa que “divide-os o pensamento, desune-os o intuito, separa-os a consciência do que foi e do que deve ser a futura Monarquia, para que ela possa um dia identificar-se inteiramente com a Nação organizada”.³⁶³ Juntam-se ainda a este movimento Pequito Rebelo, Alfredo Pimenta, Xavier Cordeiro e Cabral Moncada. Após colaboração com o sidonismo e apoio à Monarquia do Norte, dar-se-á o rompimento do integralismo com D. Manuel II e a sua aproximação à causa legitimista, representada por D. Duarte Nuno de Bragança. Estas mudanças não são estranhas às divisões existentes no interior do grupo monárquico ou as aproximações de alguns monárquicos ao integralismo e contra a República.³⁶⁴ Da Causa Monárquica, chefiada por Aires de Ornelas, sai a Ação Realista Portuguesa, dirigida por Alfredo Pimenta, nascida em dezembro de 1923 e onde uma grande parte dos seus membros adere ao Integralismo, e ainda o Partido Legitimista, que defendia os direitos do príncipe D. Miguel, por eles designado de D. Miguel II, com raízes ainda em alguns grupos do miguelismo do século XIX. Refira-se a este propósito, que estas divergências irão de novo irromper, em 1932, quando a morte de D. Manuel II, a propósito de questões testamentárias. Por isso, nesse ano, dão por dissolvido o Integralismo enquanto organização política, ainda que Alberto Monsaraz, Hipólito Raposo, Pequito Rebelo e Luís de Almeida Braga prossigam a atividade do Integralismo enquanto movimento de ideias, vindo a apresentar, em 1950, o seu testamento político num documento intitulado *Portugal restaurado pela monarquia*.³⁶⁵

³⁶² QUINTAS, José Manuel Alves, *Filhos de Ramires – das Ideias, das Almas e dos Factos no advento do Integralismo Lusitano (1913-1916)*, tese de mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997, pp. 90 a 92;

³⁶³ RAPOSO, Hipólito, *Dois nacionalismos*, Lisboa, Ed. Livraria Férrin, Torres & C.ta. 1929, p. 44;

³⁶⁴ Sobre este jogo duplo de monárquicos e integralistas e para uma análise mais profunda deste período veja-se FERRÃO, Carlos, *O integralismo e a República – autópsia de um mito*, Lisboa, Ed. Inquérito, 1964;

³⁶⁵ QUINTAS, José Manuel Alves, *Filhos de Ramires – das Ideias, das Almas e dos Factos no advento do Integralismo Lusitano (1913-1916)*, tese de mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997, p. 12;

O integralismo vai exercer uma forte influência intelectual sobre o regime saído da revolta do 28 de Maio de 1926 e justificar o ódio deste à Maçonaria, ao socialismo ou ao comunismo. Aliás, a Maçonaria, que desde essa data se vai confrontar com um crescente ambiente anti-maçónico, era considerada a principal adversária dos integralistas, não apenas pela sua ligação à República, mas também pelo confronto que proporcionava a ancestralidade das suas raízes doutrinárias, fundadas no Iluminismo e nos valores da Revolução Francesa, o que se opunha a uma imaginária tradição de uma sociedade orgânica que o liberalismo havia destruído. Por isso também a teorização de que a democracia era uma forma social inferior e a defesa de um conceito elitista, totalmente oposto aos ideais da Revolução Francesa, que só poderia ter tradução na monarquia. Aliás, sobre a Revolução Francesa, Alberto Monsaraz é claro ao afirmar ser ela a origem do descalabro dos tempos então vividos.

De raízes burguesas, a Maçonaria e o republicanismo mais radical nunca poderiam ser compatíveis com este edifício ideológico, fortemente conotado com a estratificação social da monarquia do Antigo Regime.³⁶⁶ Por isso à ideia de sufrágio universal os integralistas opunham a ideia da representação corporativa, à cidade e à urbanização contrapunham o ruralismo e a afirmação de um país eminentemente agrícola.

“O liberalismo, na sua ânsia destruidora, ao implantar-se em Portugal, fizera tábua rasa de toda a tradição passada, onde havia beleza, onde havia – acima de tudo – a verdade ajustada às nossas condições, à nossa índole e à nossa estrutura social, há um montão disforme de ruínas. A Revolução Francesa, exportando para Portugal as suas doutrinas infecciosas (...) arrastou as sociedades para o abismo democrático (...), estragos que nem os homens nem o tempo puderam ainda remediar (...).”³⁶⁷

Hipólito Raposo, referindo-se ao final da Monarquia, escreve que:

“os partidos políticos, então, como hoje e sempre, não eram organismos que houvessem de realizar, por natureza e destino, qualquer função socialmente útil: aglomerados de pessoas de profissões diversas e muitas sem qualquer profissão”.

Quanto ao Rei, escrevia que:

³⁶⁶ Entende-se aqui Antigo Regime como o período político anterior à Revolução Francesa;

³⁶⁷ NUNES, Leopoldo, *A Ditadura Militar*, Lisboa, s. ed., 1928, p. 112;

“o Rei constitucional era um funcionário vitalício e hereditário, sem qualquer encargo prático, para além de nomear e demitir ministérios, desde que a Revolução de 1820 transferira a soberania para o Povo (...)”.³⁶⁸

Daí a sua admiração pelo movimento Legitimista, “essencialmente católico, patriótico e monárquico”, defensor do desaparecimento dos partidos políticos, em prol de uma reconciliação nacional que o Estado Novo igualmente preconizará, com o Rei a ser assistido por um Conselho, sendo o chefe dos três poderes reunidos na sua pessoa, ainda que o poder legislativo conhecesse umas Cortes Gerais “compostas de procuradores de classes” em número que deveria ser proporcional “à importância e influência de cada uma delas na vida nacional”. Tal opunha de imediato o integralismo à Maçonaria e aos ideais republicanos, classificados por Raposo de “sentimento político de amor romântico à República”. Para que não houvesse dúvidas, Hipólito Raposo traça uma linha entre Cortes e Parlamento, marcando de forma clara e coerente mais uma diferença em relação ao liberalismo e à Maçonaria:

“Entre as Cortes e o Parlamento a relação não é de continuidade, mas de diferença e de oposição. As duas instituições traduzem até no seu funcionamento, formas muito diversas de caracterizar o Poder Supremo, de considerar a soberania. As Cortes eram, por natureza, assembleias consultivas, cujas representações, suplicas ou sugestões informavam e muitas vezes condicionavam a deliberação do Rei que era soberano. O Parlamento, saído das concepções de doutrinário revolucionário, que transferira para o Povo o poder supremo do Rei, é uma assembleia essencialmente deliberativa, política, soberana, com limitações meramente fictícias ou perigosas para a tranquilidade da Dinastia”.³⁶⁹

Por isso, acrescenta, os princípios em confronto são a Revolução Social e a Ordem Tradicional.

Sob o ponto de vista intelectual há também que referir, e em paralelo às questões que atrás abordámos, a reabilitação da ideia de ditadura, desenvolvida pelos integralistas em simultâneo com as críticas à República, à Maçonaria e aos partidos políticos. Quanto ao socialismo e ao comunismo, como assinala António Costa Pinto, eram para eles uma variante do liberalismo e da democracia, pelo que concentravam a sua atenção na Maçonaria e no espírito republicano de 1910.³⁷⁰

³⁶⁸ RAPOSO, Hipólito, *Dois nacionalismos*, Lisboa, Ed. Livraria Féris, Torres & C.ta. 1929, pp. 15 e 16;

³⁶⁹ RAPOSO, Hipólito, *Dois nacionalismos*, Lisboa, Ed. Livraria Féris, Torres & C.ta. 1929, p. 88;

³⁷⁰ PINTO, António Costa, *Os camisas azuis e Salazar*, Lisboa, Edições 70, 2015, p. 30;

A verdade é que as décadas de vinte e trinta foram politicamente confusas, onde na verdade todos se confrontavam contra todos. Numa Europa ainda a lamber as feridas da I Grande Guerra, todas as forças políticas e sociais se barricavam nas suas hostes, mais com um sentido de sobrevivência do que de pura afirmação e crescimento. Com a Europa a conhecer o crescimento das tendências políticas de força, os parlamentos viviam um papel decorativo. A Igreja tentava marcar terreno, opondo-se simultaneamente ao comunismo, que considerava perigoso para a sua noção de família e de sociedade, e em última análise da própria religião, mas também aos excessos do capitalismo, com particular destaque para as consequências da crise de 1929. Oponha-se igualmente à Maçonaria, a quem acusava de descristianizar a sociedade e de ter uma atitude anticlerical, e também aos anarco-sindicalistas, acusados de gratuitamente criarem tensões sociais. Por seu lado, os comunistas defendiam a não cooperação com os governos burgueses, antes de 1926 e naturalmente depois de 1926, em linha com a recusa da colaboração com os governos burgueses da social-democracia, caso da Alemanha, a par de um internacionalismo que deveria exportar a revolução comunista. Juntamos a instabilidade em França, no México ou no Brasil, neste caso afetando em muito a economia nacional pela via da emigração. Juntamos ainda resquícios de velhos carbonários desgarrados, e acrescentemos, como refere Arnaldo Madureira para esta cronologia, também a existência de um Comité Revolucionário Português que, segundo as suas palavras, “misturava a espontaneidade anarquizante com o nacional jacobinismo”,³⁷¹ causador de instabilidade social e que admitimos, por aspetos da sua linguagem ideológica, situava alguns dos seus aderentes nas margens das Lojas maçónicas e do republicanismo, atuando, segundo este autor, no território nacional a partir de bases no sul de Espanha. Por seu turno a direita nacional zigzagueava politicamente, ora apoiando o regime como solução contra o liberalismo e o parlamentarismo, ora criticando o regime, primeiro da Ditadura militar e depois a civil, por as considerar pouco radicais, num bloco que juntava monárquicos, integralistas e católicos.

Totalmente contra tudo o que derivasse do ideário da Revolução Francesa ou da monarquia constitucional, os integralistas defendiam em alternativa uma monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar. O seu conceito de monarquia orgânica

³⁷¹ MADUREIRA, Arnaldo, *Salazar – a instauração da ordem*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2010, p. 40;

assenta na ideia de que esta é um organismo e não um homem: o rei. A realeza é simultaneamente uma força social e uma família contemporânea da Nação inteira.³⁷² Os integralistas entendiam a sociedade como um organismo vivo onde a cada órgão compete uma função diferente.³⁷³ Defendiam igualmente o enquadramento dos indivíduos, não usando a palavra cidadãos note-se, porque a mesma era uma consequência da Revolução Francesa. Esse enquadramento dos indivíduos, em seu entender, deveria ser efetivado em grupos que tinham em comum os laços de sangue, de vizinhança ou de atividades profissionais, tendo como grupos estruturantes a família, a freguesia, o município, a corporação ou o grémio profissional, algo que o Estado Novo virá a adotar, quer assumindo-se como um Estado corporativo, quer dando particular importância à família como célula base da sociedade. A este propósito argumenta Alberto Monsaraz que “sendo o homem um ser sociável, feito para viver em comum, é um absurdo quere-lo fazer retroceder até ao individualismo primitivo”.³⁷⁴

Acresce ainda que sob o ponto de vista ideológico o integralismo ao se erguer contra a monarquia constitucional, rejeitava por completo o século XIX e aceitava a ordem social definida pela Igreja, especialmente por Leão XIII com a encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, que contesta a ação do poder civil sobre a família, defende a aceitação da diferenciação social ou que os operários fujam dos que sugerem esperanças exageradas e fazem grandes promessas, ou seja da luta política. A. H. de Oliveira Marques refere ainda um outro aspeto a ter em conta, que é o facto de o Integralismo traduzir também um divórcio de gerações, com uma camada mais jovem a rebelar-se contra a sociedade do tempo. Daí o Integralismo ter, segundo A. H. de Oliveira Marques, “o seu quê de moda, de atitude contra – como aliás todo o Fascismo – atraindo numerosos jovens que se importavam menos com pensar ideologias do que lutar contra algo de odioso, isto é, as convicções de seus pais”.³⁷⁵ Acrescem ainda as simpatias germanófilas de muitos integralistas e monárquicos que se prolongam para além do fim da I Guerra Mundial.³⁷⁶

³⁷² CRUZ, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 42;

³⁷³ MONSARAZ, Alberto, *Cartilha do Operariado*, Lisboa, Ed. Alberto Monsaraz (Conde de Monsaraz), 1919, p. 15;

³⁷⁴ MONSARAZ, Alberto, *Cartilha do Operariado*, Lisboa, Ed. Alberto Monsaraz (Conde de Monsaraz), 1919, p. 12;

³⁷⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, 13ª edição, Lisboa, Ed. Editorial Presença, 1998, p. 424;

³⁷⁶ Sobre este assunto veja-se FERRÃO, Carlos, *O integralismo e a República – autópsia de um mito*, Lisboa, Ed. Inquérito, 1964;

Para os integralistas a República era a continuação lógica do liberalismo, sendo que a principal crítica não derivava tanto do sistema político, mas mais do princípio democrático e constitucional. Por isso não discutem tanto a forma de governo, ainda que defendessem claramente a monarquia, mas antes e principalmente pugnavam pela instauração de uma nova ordem, combatendo o individualismo liberal burguês e o sistema parlamentar que permite a emergência do indivíduo e valoriza a ideia de sufrágio universal. A base da sua estrutura político-social era a família, indissolúvel, subordinada à ideia de Nação e não o indivíduo dotado dos seus direitos e deveres enquanto cidadão. Tais conceitos refletem-se na sua argumentação contra a Maçonaria e, simultaneamente são em tudo contrários ao preconizado pela Ordem maçónica.³⁷⁷ Acrescia ainda que o seu núcleo teórico entendia que era impossível regenerar a República, vendo como única solução a destruição desta, no que os fará divergir do salazarismo.

Ainda sobre a família, escreve Alberto Monsaraz que:

“logo que o homem recorreu a uma mulher para o auxiliar e propagar a espécie, a ela ficou ligado por laços de sangue que já não pode destruir. Depois nascem os filhos e esses laços apertam-se. Cada um dos conjugues revê no filho a prolongação do seu sangue e da sua vida (...). Temos assim constituída a família: o pae que trabalha para sustentar a sua prole, a mãe que é em casa a carinhosa companheira do marido e o amparo dos filhos. O pae é portanto o chefe, e como chefe lhe compete exercer toda a autoridade, porque também a ele lhe compete de velar pela felicidade e pelos meios de subsistência de toda a família (...).”³⁷⁸

Considerando a presença do Estado republicano na sociedade como excessiva, achando que o mesmo praticava a ingerência na vida privada de cada um, preconizavam um regime autoritário, e entendendo que a nação era formada por um conjunto de famílias e não de indivíduos, defendiam que na sua direcção deveria estar “uma família, portadora de todos os anseios que a fizeram palpitar (a Nação) no desfilar dos séculos, memória colectiva da Raça (...).”³⁷⁹ algo em que o Estado Novo se inspira, especialmente no nacionalismo e na interpretação que faz da História. Como também os aproximava o antiparlamentarismo, podendo ler-se que “o sufrágio universal é a guerra civil, é a desordem dos espíritos (...). O Parlamento,

³⁷⁷ CRUZ, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, pp. 32 e 36;

³⁷⁸ MONSARAZ, Alberto, *Cartilha do Operariado*, Lisboa, Ed. Alberto Monsaraz (Conde de Monsaraz), 1919, p. 34;

³⁷⁹ ASCENSÃO, Leão Ramos, *O Integralismo Lusitano*, Porto (?), Edições Gama, 1943, p. 118;

assembleia política deliberativa, seria um erro funesto (...).³⁸⁰ Compreende-se assim a adesão de grande parte dos integralistas primeiro ao nacional-sindicalismo, depois ao Estado Novo quando lemos que:

“em vez dos parlamentos, oriundos do sufrágio universal, o integralismo pretendia a existência de uma Assembleia Nacional, composta de representantes das províncias, dos municípios, das escolas, das corporações, da Igreja, da força armada, dos tribunais, enfim, uma assembleia orgânica representante da Nação orgânica, com funções predominantemente consultivas”.³⁸¹

Por tudo isto: parlamentarismo ou partidos, que de comum têm uma ideia particular, oposta a ideias totalizantes onde o todo submerge quaisquer vontades individuais e de liberdade, onde o terreno da opinião individual é delimitado por um interesse maior e por vezes abstrato, a Maçonaria colocou-se num campo de pensamento oposto ao integralismo e, futuramente, ao Estado Novo. Serão os próprios integralistas a reconhecerem que a importância do integralismo não foi tanto a sua ação política, mas sim pela sua ação “doutrinária, que funcionou como um fermento na sociedade portuguesa, penetrando das ideias tradicionalistas e contra-revolucionárias as sucessivas gerações escolares que, delas embebidas, as difundiram por todos os cantos do país”.³⁸² Destaque para o papel das juventudes integralistas, pela sua ação aguerrida e eficaz, e porque formarão alguns dos futuros quadros do Estado Novo. Com a morte de António Sardinha, em 1925, o integralismo perde o seu principal ideólogo, o que se refletirá sobre a solidez de um movimento que vivia no seio do turbilhão político da década de vinte.

Os integralistas assumiam-se também como anticomunistas, acentuando também a sua posição anti-burguesa. Todo o seu programa ideológico, que não podia estar mais nos antípodas da Maçonaria e dos republicanos em geral, leva a frequentes proclamações antimaçónicas. N’A *Ideia Nacional* podia ler-se:

“contra a Maçonaria eis o grito que, uma vez solto pelos estudantes portugueses, não mais deixará de ecoar país fora. Contra a Maçonaria! E o brado é tão forte, tão estridente, que todo o Portugal o ouve e o secunda, nas vibrações cantantes de antigos soldados da Guerra Santa. Contra a Maçonaria! Rapazes! Caminhai, que Portugal está convosco”.³⁸³

³⁸⁰ ASCENSÃO, Leão Ramos, *O Integralismo Lusitano*, Porto (?), Edições Gama, 1943, p. 118;

³⁸¹ ASCENSÃO, Leão Ramos, *O Integralismo Lusitano*, Porto (?), Edições Gama, 1943, p. 124;

³⁸² ASCENSÃO, Leão Ramos, *O Integralismo Lusitano*, Porto (?), Edições Gama, 1943, p.84;

³⁸³ MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2006, p. 125;

Organizando-se em Juntas Provinciais, Municipais e outras estruturas, o Integralismo chegou mesmo a organizar-se nos meios operários, numa tentativa não só de discutir o domínio das massas populares com socialistas, comunistas e anarco-sindicalistas, como também pelo facto de entenderem que um dos pilares da monarquia era o sindicalismo orgânico, organizado em sindicatos autónomos e por classes, subordinando operários e patrões a regras ditas de utilidade comum. Afirmando que os revolucionários têm como um dos seus fins a unificação de todas as nações numa só, a que chamam Humanidade,³⁸⁴ sublinham a ideia de Nação enquanto Alberto Monsaraz classifica as ideias de Liberdade, de Fraternidade e de Humanidade como mentiras. Aliás entende que a Fraternidade maçónica é falsa porque, na sua visão, a Fraternidade obrigatoriamente necessitava da Igreja para a sua existência, aproveitando também para contestar o laicismo de incapacidade para resolver o problema da harmonia social.

O nacional-sindicalismo surge em fevereiro de 1932, tendo no jornal *A Revolução* o seu órgão de propaganda. Encontrando em Rolão Preto a sua figura mais carismática, o nacional-sindicalismo advogava métodos milicianos de expressão pública, numa semelhança com organizações congéneres italianas e alemãs, ainda que não se identificasse plenamente com elas, classificadas de totalitarismos divinizadores do Estado cesarista. O seu foco já não se concentrará apenas na Maçonaria, assumindo uma vertente menos elitista nas suas origens, valorizava as massas, nomeadamente o operariado, para além do recurso a uma mensagem simplificada para consumo fácil e rápido pelas classes trabalhadoras.

É muito curiosa uma prancha da Loja Liberdade, datada de 29 de dezembro de 1932, que tem anexa uma ficha de inscrição do Movimento Nacional-Sindicalista e onde se pode ler nas condições de inscrição, a declaração que “não pertencço à maçonaria nem a qualquer outra associação secreta, e jamais lhes pertencerei enquanto for filiado no nacional-sindicalismo”. Nessa prancha somos esclarecidos que nessa data

“o diretor do nacional-sindicalismo, instituição de fins acentuadamente monárquicos, é o Dr. Rolão Preto, tendo a sua sede na Rua da Madalena, no mesmo local onde em tempos funcionou uma outra agremiação de fins idênticos, intitulada Legionários da Pátria e que frequentes escaramuças provocou naquele sítio, julgamos ser 113 –

³⁸⁴ MONSARAZ, Alberto, *Cartilha do Operariado*, Lisboa, Ed. Alberto Monsaraz (Conde de Monsaraz), 1919, p. 11;

1º. Com dificuldade conseguimos obter estes informes, em virtude do muito cuidado de que se rodeiam”.³⁸⁵

Na verdade, a oposição à Maçonaria era ideológica, mais ampla e identificável não apenas com a Igreja enquanto instituição, mas também e em primeira linha, com os opositores à República em geral, com particular destaque para os partidários da monarquia que nunca aceitaram a República. Por isso, essa oposição datava desde os primeiros dias do regime republicano, contando por acréscimo com o apoio sucessivo de um sector conservador da Igreja, de integralistas, nacionais sindicalistas e fascistas. No folheto monárquico *A Mocidade*, em 1926, podia ler-se um apelo ao combate à Maçonaria, expresso nos seguintes termos:

“iniciaremos a campanha do Renascimento pelo combate à Maçonaria. (...) A unidade espiritual da Pátria, a comunhão sagrada dos mortos e dos vivos, irmanados pela mesma disciplina religiosa, foi a Maçonaria que a comprometeu, pelo culto sacrílego da Humanidade que eleva o Homem acima de Deus. A devoção pela nossa terra foi a Maçonaria que a corrompeu, em nome de ideologias nefastas e imbecis, pregando uma fraternidade universal que nega o dever militar e o nobre encargo de servir. Os princípios da Autoridade e da Ordem foi a Maçonaria que os destruiu, instaurando no país o Liberalismo. (...) Chegou a hora da batalha, da ofensiva, que nos hão-de libertar do pesadelo em que temos vivido estes cem anos. Mocidade de Portugal: às armas contra a Maçonaria! (...).³⁸⁶

A demagogia poderia ser mais ou menos exacerbada e por isso poderíamos ler o incitamento a que se inicie uma cruzada pelo

“combate à organização que nesta última centena de anos, com a cumplicidade dos governos, tem sido, entre nós, o agente principal e a principal responsável pela decadência aflitiva das virtudes tradicionais, das virtudes que fizeram outrora do povo português um povo de heróis e de santos, de soldados e navegadores (...).³⁸⁷

Estes eram exemplos dos muitos ataques que se verificariam e que a imprensa católica e integralista faria eco, acusando a Maçonaria da “ruína da nossa Raça” e da “dissolução da sociedade portuguesa”. Por seu lado, a Maçonaria não estava habituada a ser atacada de forma tão sistemática e organizada, longe que iam os tempos das perseguições miguelistas na primeira metade do século XIX e ainda tendo na memória as glórias do período republicano.

³⁸⁵ *Processo da Loja Liberdade, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

³⁸⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaio de Maçonaria*, Lisboa, Ed. Quetzal Editores, 1988, p. 80 e 81;

³⁸⁷ CARVALHO, António Carlos, *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913-1935*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Vega, 1993, p. 108;

Façamos aqui uma ligeira pausa para lembrar a existência de outros grupos, cujas ideias eram próximas. É o caso do Centro do Nacionalismo Lusitano, criado em 1923, que tinha como modelo assumido o fascismo italiano, tentando ser, no quadro republicano e parlamentar, uma opção diferenciada do integralismo. Era chefiado por João de Castro Osório³⁸⁸ e viria a ter uma vida curta, vindo a desaparecer após 1925. Defendia como pilares políticos do seu movimento a ditadura política, a representação parlamentar classista e corporativa e uma estrutura ministerial diferente, mais simples e em paralelo com uma redução do funcionalismo público e, como outros movimentos fascistas, o seu discurso dirigia-se principalmente às classes populares. Defendia também a criação de uma milícia composta por voluntários e inspirada no movimento fascista italiano. Mesmo sendo fora do período em análise, não encontramos referências ao Nacionalismo Lusitano na correspondência das Lojas em arquivo. Admite-se que tenha tido pouco impacto no seio da Maçonaria ou que tenha havido alguma contenção pelo respeito ao nome e prestígio de Ana de Castro Osório.

Pelo contrário, encontramos algumas referências a outro grupo: a Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, frequentemente referida apenas por Cruzada Nuno Álvares, criada em julho 1918 e extinta em outubro de 1938, com uma vida que conheceu altos e baixos, mas que desempenhou um papel importante em 1926. Nos boletins de adesão à Cruzada ela era definida “um organismo estruturalmente nacionalista, de combate ao comunismo, independente, tendendo a criar a mística da Pátria”.³⁸⁹ Segundo Ernesto de Castro Leal, a constituição da Cruzada insere-se na construção e comunicação de uma mentalidade de pendor nacionalista, “promovendo um ideal identitário com o heroísmo e a santidade” de Nuno Álvares Pereira,³⁹⁰ ao mesmo tempo que a sua convergência com católicos e monárquicos representa um sentido de resistência à República, mesmo que entre os seus Presidentes de Honra tivesse, ainda que de forma honorífica, alguns presidentes da República, como por exemplo o republicano e maçom António José de Almeida.³⁹¹ Aliás, referindo-se a ele o

³⁸⁸ Filho de Ana de Castro Osório, feminista e Obreira da Maçonaria portuguesa;

³⁸⁹ RODRIGUES, Luís Nuno, “A gravidade da hora que passa!” – a criação da Legião Portuguesa em 1936, *Análise Social*, p. 106,

<https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379385H0sZQ6bz0xy83WA7.pdf>

³⁹⁰ LEAL, Ernesto de Castro, *Nação e Nacionalismos*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1999, p. 50;

³⁹¹ LEAL, Ernesto de Castro, *Nação e Nacionalismos*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1999, p. 297. Ernesto de Castro Leal refere os nomes de Nuno Álvares Pereira de Melo, duque do Cadaval, no período de 1918 a 1920, António José de Almeida, de 1921 a 1923, Manuel Teixeira Gomes, em 1924 e 1925 e Óscar Carmona, entre 1928 e 1938. Refere também como Presidentes honorários de estruturas específicas, em 1922 para a Comissão Central das Damas a rainha Isabel da Bélgica, para a Comissão de Ação e Propaganda e para a Direção Geral, em 1924, Augusto de Castro e Alfredo Rodrigues Gaspar. Foi

Diário Nacional, de 29 de julho de 1918, acusa a Cruzada de admitir no seu seio para o culto ao condestável “todo o bicho careta” onde estavam “paradoxalmente o republicano maçónico António José de Almeida e o monárquico católico D. Tomás de Mello Breyner”. E aquele jornal, a este propósito, acrescenta: por isso “devemos precatar os nossos amigos contra semelhante chafarica”.³⁹²

Talvez por isso as Lojas Ihe tenham dado alguma, ainda que pouca, atenção. Não entrou em grandes choques com a Maçonaria, talvez porque na sua origem estavam militantes de alguns partidos republicanos conservadores e até maçons. Foi uma organização intermitente na sua atividade, defendia “ordem nas ruas. Ordem nos espíritos. Ordem em casa, enfim. Sem ordem o Estado não pode viver”,³⁹³ vindo a diluir-se gradualmente na União Nacional. Propunha a reconstrução da família tradicional, base da sociedade por si preconizada, vendo o país como um agregado de famílias. A propósito da Cruzada Nuno Álvares a Loja Montanha, de Lisboa, emite um alerta sob o título “O Grémio Montanha – aos liberais portugueses”, onde se pode ler:

“quem tem ouvidos para ouvir, oiça; quem tem olhos para ver, veja. O espectáculo que nos oferece a sociedade portuguesa é afrontoso, e não há de ser com o nosso silêncio que se ha de consumir a miserável traição aos nossos direitos e ás nossas regalias de povo livre. Conquistámos com o nosso esforço, com o nosso sacrifício e com o nosso sangue liberdades que vão desaparecendo dia a dia (...). O que vemos! Politicamente a infiltração da Companhia de Jesus em todos os actos da vida nacional. Economicamente a plutocracia que se reflete nos monopólios de toda a ordem. Moralmente o interesse pessoal a sobrepor-se ao interesse geral da nação”.

E mais adiante:

“reorganizou-se recentemente a Cruzada Nun’Álvares. A reunião inaugural e a publicação do manifesto que a precedeu provam evidentemente que estamos em frente de um movimento fascista (...) cujos intuitos ninguém ignora e afronta o espírito liberal do Paiz”.

Contudo, escreve a Loja Montanha:

“não apelamos para a revolução, porque reconhecemos a sua ineficácia, no presente momento histórico. Mas apelamos para o respeito das leis e da Constituição. Não é pedir muito: é reclamar o indispensável para que vivamos em paz sem a pretendida ditadura com que nos querem esmagar”.³⁹⁴

também, em 1921, representante da Liga no estrangeiro António de Portugal de Faria, marquês de Faria;

³⁹² LEAL, Ernesto de Castro, *Nação e Nacionalismos*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1999, p. 134;

³⁹³ PINTO, António Costa, *Os camisas azuis e Salazar*, Lisboa, Edições 70, 2015, p. 67;

³⁹⁴ *Fundo Dias Amado – imprensa*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

As polémicas mais acesas foram entre Raul Proença e Martinho Nobre de Melo, ocorridas entre janeiro e maio de 1926, em torno do fascismo como hipótese possível de regime político, capaz de solucionar a crise do regime republicano e da influência do fascismo italiano em Portugal. Argumentando num texto com o título “O antifascismo de Raul Proença, crocodilos humanitários”, Nobre de Melo relativizava a violência fascista com a argumentação da necessidade do recurso à violência na realidade política francesa, na resposta à violência dos comunistas italianos ou também em consequência de todas as tentativas feitas para eliminar as ideias tradicionais da ordem, da paz social, da moral cristã, construindo uma escola sem Deus e um Estado laico. Ainda assim, sublinhava que a Cruzada era intrinsecamente muito diferente de um movimento fascista, ainda que reconhecendo alguma convergência programática e a mesma cultura anti-liberal por base e, igualmente, a defesa de um sistema corporativo.³⁹⁵

Outros grupos surgiram entre 1926 e 1930, como a Era Nova, os Legionários da Pátria, que como observa Arnaldo Madureira³⁹⁶ seriam sempre vistos mais como um bando de desordeiros do que como força política com princípios doutrinários, e ainda, a Milícia Nacional e a Milícia Lusitana, surgidas em 1927, ou a União dos Combatentes da Nova República, todos de duração efémera e sem grandes novidades programáticas, mas de vontades violentas. Sobre os Legionários da Pátria, existe em arquivo no Grande Oriente Lusitano uma folha datilografada, que caracteriza José Eduardo de Almeida Guimarães, identificado como chefe deste grupo.³⁹⁷

Voltando ao Integralismo Lusitano, observamos que a sua ascensão é constante e em certos momentos meteórica, com uma parte dos seus membros mais radicais a agrupar-se em torno da Liga Nacional 28 de Maio, criada em dezembro de 1927, ainda que o anúncio público da sua criação só ocorra em 15 de janeiro de 1928 e da qual encontramos referências específicas na correspondência, ainda que escassas, já que as Lojas continuam a referir-se aos integralistas no geral e só muito episodicamente a estas organizações em específico. Também designada de Liga Patriótica 28 de Maio, unia os setores mais conservadores da sociedade portuguesa, sendo defensora que o operariado se devia abster das suas lutas, já que a Liga se preocuparia com esses temas. Isso fez com que o operariado fosse

³⁹⁵ LEAL, Ernesto de Castro, *Nação e Nacionalismos*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1999, pp. 201 a 203;

³⁹⁶ MADUREIRA, Arnaldo, *A formação histórica do salazarismo – 1928-1932*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2000, p. 138;

³⁹⁷ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

um dos seus alvos de recrutamento, aproveitando ainda as estruturas integralistas para se organizar. A sua ação contra os seus opositores políticos levou-os a formar milícias paramilitares, que Salazar cerceou receando perder o controle dos acontecimentos. Por outro lado, uma homenagem a Carmona, feita ao estilo italiano, com archotes e provas de força, não agradaram a Salazar, mesmo que vitoriassem a Ditadura e condenassem a Maçonaria, como aconteceu numa manifestação que a Liga realizou em 25 de março de 1931 e que percorreu várias artérias da capital. A criação da União Nacional e as posteriores perseguições aos nacional-sindicalistas retirou-lhe espaço político.

Em 1932 é fundado o Movimento Nacional Sindicalista que unia alguns integralistas e boa parte da sua máquina de propaganda, a Liga Nacional 28 de Maio, a Cruzada Nun'Álvares e ainda alguns grupos integralistas dispersos, nomeadamente o grupo de estudantes integralistas das Faculdades de Letras e de Direito da Universidade de Lisboa. O Nacional Sindicalismo dava ênfase à organização e atividade sindical, reduzia o elitismo abrindo as portas à participação do operariado, assumia um processo de fascização do velho integralismo introduzindo nele as manifestações de massas, as intervenções públicas do operariado ou o culto pelo moderno, pela máquina, pela guerra ou pela industrialização, que o diferenciava do culto do ruralismo integralista. Segundo o seu manifesto, “o espírito de milícia deve ser elevado à condição de carácter fundamental de toda a educação viril, e não de um breve período da mesma, modelando a juventude na prática das virtudes castrenses: serviço, disciplina, lealdade”. Sob o ponto de vista político as suas ideias eram claras: “o Estado Nacional-Sindicalista (...) terá de ser autoritário (...) organizando os seus cidadãos segundo as suas funções naturais (família e município); sócio-económicas (empresa e sindicato), e políticas (cidadão de um Estado servidor de um destino e missão nacionais)”.³⁹⁸

Em paralelo com estas mutações no campo mais radical da direita política, o governo começara por desenhar um projeto de partido de apoio à Ditadura, envolvendo Sinel de Cordes e Vicente de Freitas, que inicialmente se designava de União Nacional Republicana. A União Nacional, fundada a 30 de julho de 1930, começa desde logo a estruturar-se como força política hegemónica e a prazo única, visando absorver tudo e todos. Na realidade, as muitas manifestações do regime usam o comportamento das massas, recém descoberto na política internacional.

³⁹⁸ *Nacional-sindicalismo, pontos básicos e conceitos fundamentais*, Lisboa, Ed. Sector de Imprensa e Propaganda do Jovem Portugal – Juventude Portuguesa Nacional Sindicalista, s. dt. pp. 7 e 12;

Mais, essas massas passam a incluir operários que enaltecem o Estado Novo, porta aberta para os nacional sindicalistas fazerem a sua migração para o regime. Era o operariado a destacar-se junto do poder, numa concorrência direta com as suas forças representativas tradicionais: os anarco-sindicalistas e o PCP. Só que a visão sindical dos nacional sindicalistas implicava incutir no panorama sindical uma visão corporativa, bélica e nacionalista em detrimento da luta de classes. Sob o ponto de vista ideológico e programático, os próprios nacional sindicalistas defendiam no seu programa a “monarquia social” e o combate ao Estado na sua forma republicana, apelando para a “sindicalização dos interesses e das profissões, como a única garantia eficaz da liberdade”.³⁹⁹ A este propósito cite-se um apelo nacional-sindicalista inserto no jornal *Revolução* sob o título “A Maçonaria, inimiga dos trabalhadores”, com semelhanças a alguns discursos protagonizados por alguns sindicatos do Estado Novo:

“a Maçonaria, costuma arvorar-se em defensora da liberdade e libertadora do Povo. E com essas cantatas conseguiu ludibriar as massas operárias durante mais de cem anos. Mas os operários de hoje, possuem já a suficiente cultura, para poderem repudiar energicamente essa protecção da Maçonaria, que pretende apenas servir-se dos trabalhadores para servir as grandes empresas que dão de comer aos grandes dignitários dessa seita. (...) É preciso que os operários se não deixem levar pelas palavrinhas doces que lhes dizem ao ouvido e exijam em vez do programa utópico e absurdo da Democracia Maçónica, um outro programa assente em realidades concretas. Ora, provado como já está que o comunismo representa o limite máximo da escravidão do operário a uma minoria sequiosa, qual o caminho por onde os operários devem enveredar com confiança e segurança? Há só um camaradas! É o Nacional-Sindicalismo! (...) O Nacional-Sindicalismo reorganizará as associações profissionais em novos moldes, de acordo com o século em que vivemos. O Nacional-Sindicalismo é a única organização justa que existe em Portugal e que dará aos trabalhadores a justa reivindicação dos seus direitos, sem os sujeitar à odiosa tirania comunista, nem à escravidão desumana da sociedade burguesa”.⁴⁰⁰

Da euforia do comício no Parque Eduardo VII, em Lisboa, em fevereiro de 1933, ao desastre de um conjunto de incidentes ocorridos entre nacional sindicalistas e partidários da União Nacional, da qual os primeiros diziam ser “uma amálgama estranha de adeptos sinceros, de despeitados e de oportunistas que aqui e além se

³⁹⁹ ASCENSÃO, Leão Ramos, *O Integralismo Lusitano*, Porto (?), Edições Gama, 1943, p. 88;

⁴⁰⁰ *Maçonaria (A), inimiga dos trabalhadores in Revolução*, de 4 de fevereiro de 1933, Lisboa, 1933;

guerreia e digladia”,⁴⁰¹ foi um passo curto e rápido. Os incidentes referidos ocorreram em diversos pontos do país, nomeadamente em Ermesinde e Coimbra, constituindo-se num percurso que foi o espelho do excesso de entusiasmo e confiança pelo sucesso rápido, mas simultaneamente um alerta que criou receios a Salazar em relação à atuação dos nacional sindicalistas. De facto, o êxito das iniciativas nacional sindicalistas do Porto, Braga, Coimbra e principalmente Lisboa, levava-os a acreditar numa certa invencibilidade, ainda para mais sustentada no seu assumido apoio a Salazar, tanto que não hesitam em constituir brigadas de choque, mimetização de situações análogas além fronteiras, ao mesmo tempo que recorriam a uma linguagem violenta contra a Maçonaria, o comunismo e até a República. Salazar não iria tolerar a violência não controlada dessas brigadas. Arnaldo Madureira refere a Brigada Negra, a primeira dessas brigadas, citando Dutra de Faria, que refere ser constituída “metade por estudantes e metade por indivíduos acaso não muito recomendáveis, sob o ponto de vista burguês, mas com que sempre se fizeram as Revoluções”.⁴⁰² Por outro lado, os seus sucessos políticos no seio da Ditadura e no mundo sindical, havia-lhes alimentado a ilusão de se poderem afirmar como corrente autónoma no seio do regime. Gradualmente os partidários de Rolão Preto começam a ver alguns dos seus órgãos informativos censurados, as suas iniciativas não autorizadas e até o encerramento das suas sedes.

Os receios de Salazar não são infundados e começa a tecer-se uma teia complexa no seu campo político. O primeiro passo será dado com o desaparecimento da Liga Nacional 28 de Maio, parte já integrada no nacional sindicalismo. Na realidade a Liga conheceria duas fações, uma de apoio a Salazar e outra contra ou, visto de outra forma, uma que defendia a sua integração na União Nacional e outra que preferia manter um caminho autónomo, entendendo que nem Salazar nem a União Nacional ambicionavam uma verdadeira revolução nacionalista.

António Lopes de Mateus será nomeado presidente da Liga por influência do governo, tendo por função preparar o terreno para a integração da Liga na União Nacional, da qual ele será um dos principais dirigentes. António Costa Pinto refere o papel de Lopes de Mateus na Liga em *Os camisas azuis e Salazar*, com a neutralização da Liga, onde uma parte da sua estrutura e militantes irá furtar-se à União Nacional e aderir ao nacional-sindicalismo. Arnaldo Madureira, em *A*

⁴⁰¹ PINTO, António Costa, *Os camisas azuis e Salazar*, Lisboa, Edições 70, 2015, p. 209;

⁴⁰² MADUREIRA, Arnaldo, *Salazar – a instauração da ordem*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2010, p. 178, citando Dutra de Faria, *Carta a um Fascista Efervescente in Diário da manhã*, 8 de novembro de 1969;

Formação Histórica do salazarismo, tem uma interpretação ligeiramente diferente quanto ao papel de Lopes de Mateus, entendendo que foi uma forma de o afastar de funções governativas de uma forma suave.

Já quanto ao nacional-sindicalismo Salazar adotará uma estratégia mais direta de divisão e posterior absorção, mas cujo fim foi o mesmo: a sua integração na União Nacional, para onde os que dele faziam parte transportaram ideias, coreografia e uma ideia que lhes era cara: a de que a chefia da organização se personificava no chefe do movimento, neste caso a chefia do regime personificando-se em Salazar. Por outro lado, Salazar percebeu que se não aplicasse um travão à progressão do nacional-sindicalismo, a concretização plena das suas propostas e ambições, erradicaria todas as instituições herdadas do período do liberalismo e da I República, numa mudança radical e talvez incontrolável, que só encontraria paralelo na ascensão de Mussolini na Itália e de Hitler na Alemanha.

Em 1933, numa iniciativa que muitos detetam a influência de Salazar, é fundada a Ação Escolar Vanguarda para disputar o terreno político aos nacional-sindicalistas de modo a provocar a sua cisão. Apesar da vida curta, a Ação Escolar Vanguarda é uma resposta do regime ao nacional-sindicalismo e, ao mesmo tempo, acalma alguns sectores do republicanismo conservador. Carmona chamará a este movimento de “generoso”⁴⁰³ ao mesmo tempo que a imprensa católica se divide, levando Rolão Preto, depois do apoio incondicional a opor-se a Salazar, aproximando-se da Oposição ao regime, mas ao mesmo tempo acusando os republicanos conservadores de manobrem Salazar, numa referência implícita a Bissaia Barreto.

Muito rapidamente o nacional-sindicalismo será reprimido e dissolver-se-á, deixando de haver oposição ao regime à direita do espectro político. José Luís Supico anunciará o fim do nacional-sindicalismo nas páginas do *Revolução Nacional* a 3 de março de 1934. Salazar confirmará esta dissolução em finais de julho desse ano, considerando o nacional-sindicalismo como um desvio ideológico, ou aventura, segundo Marcelo Caetano, “inspirado em certos modelos estrangeiros”, na realidade italiano principalmente, apesar de deles ter copiado “a exaltação do valor da mocidade, o culto da força na chamada ação direta, o princípio da superioridade do poder político na vida social, a propensão para o enquadramento das massas atrás

⁴⁰³ FERRO, António, *Declarações do Sr. General Carmona ao jornalista António Ferro*, Lisboa, Ed. Edições SPN, 1934, p. 19;

ou adiante de um chefe (...). O elemento de ordem que pretendia ser se transformara em elemento perturbador e de desagregação das forças nacionalistas do Estado Novo (...).⁴⁰⁴

Apesar de tudo, o nacional-sindicalismo deixará marcas programáticas e iconográficas no discurso do regime, assim como algum dinamismo nas ações de apoio ao regime. Das forças nacional-sindicalistas, depois de reprimidas, pouco restará, impondo Salazar a sua adesão ao regime, sendo absorvidas quer pela União Nacional, quer pela Legião, quer até pela Mocidade Portuguesa. O grito de Rolão Preto “quer queiram quer não, nós apoiamos a Ditadura”, proferido quando foi impedido de fazer uma conferência em Coimbra, não chegou para manter vivo e autónomo o movimento nacional-sindicalista. Por outro lado, o nacional-sindicalismo possuindo bastantes simpatizantes no seio do exército, permitirá ao Estado Novo reestruturar as forças armadas afastando os velhos republicanos e substituindo-os por militares mais jovens, mais afastados dos ideais da I República e ideologicamente mais próximos do Estado Novo, algo que a Maçonaria sentirá profundamente pelos inúmeros militares conotados com o espírito republicano presentes em quase todas as Lojas, e em algumas delas em número significativo. Significará, por isso, um duplo ataque à Maçonaria, primeiro pela via militar, depois, transferindo a oposição ideológica para o interior do Estado Novo, fazendo ascender a ideia de ilegalização da Maçonaria, algo que até aí estivera afastado.

Rolão Preto, no futuro, opor-se-á a Salazar, será perseguido e até se aproximará da Oposição abraçando a candidatura de Humberto Delgado, reclamando “o resgate político (...), isto é, a reconquista das liberdades, direito ao diálogo”, acrescentando que “suprimir o diálogo é mutilar o indivíduo de escolher e de criticar, é suprimir a dimensão e a dignidade do homem”.⁴⁰⁵ Em 1935 ainda se associa à Oposição numa conspiração mal organizada e falhada que incluía militares de direita e maçons, como por exemplo António Maria da Silva. Após o 25 de Abril de 1974 integrará o PPM, então próximo da Convergência Monárquica e dos Independentes Monárquicos, ramos dissidentes da Causa Monárquica. Marcelo Caetano, que militou nas fileiras integralistas, virá a escrever de Rolão Preto que o mesmo era

⁴⁰⁴ PAÇO, António Simões do, *Salazar, o “anti-fascista”?* in *Os anos de Salazar*, vol. 3, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007, p. 35;

⁴⁰⁵ *Eleições Presidenciais – subsídios para a história das candidaturas de Norton de Matos (1949), Quintão Meireles (1952) e Humberto Delgado (1958)*, Col. Compasso do Tempo, Lisboa, Edições Delfos, s. dt., p. 244;

primário e um pobre diabo.⁴⁰⁶ Na realidade, derrotado o movimento operário, perseguido o PCP, proibida a Maçonaria o regime podia dar-se ao luxo de dispensar um partido militarizado como eram os nacional-sindicalistas. Rolão Preto dirá por palavras aquilo que muitos integralistas e nacional-sindicalistas pensavam: que Salazar não era um chefe político no sentido consagrado e antigo destas palavras.

14.3 - Ainda a imprensa antimaçónica

Maçons desiludidos, católicos empedernidos, integralistas irredutíveis, alguns foram os que na imprensa, em comícios ou em publicações várias lançaram os mais variáveis ataques á Maçonaria, distorcendo a verdade, mas principalmente contribuindo para criar um ambiente antimaçónico com o beneplácito da Ditadura. A frequente divulgação na imprensa de documentos internos do GOLU criava tensão e desconfianças internas. Isto mesmo é reconhecido na Circular nº 55A do Conselho da Ordem, datada de dezembro de 1930, onde se fala de uma “atmosfera pesada de suspeições que envolve a nossa Aug.:. Ord.:, cujas causas múltiplas seria longo de enumerar, mas dentro as quais sobressai a campanha infamemente tecida pelos jornais”.⁴⁰⁷ Em 1933, perguntava-se numa publicação da Loja Invicta, do Porto, “como aparecem publicados no jornal mais reacionário do paiz – A Voz – circulares e DDec.: de que muitas vezes as OOf.: ainda não teem conhecimento?”.⁴⁰⁸ Significava isto o escasso cumprimento das regras de sigilo maçónico, mas não só. Na Circular nº 16, datada de 1927, o Conselho da Ordem chamava à atenção para os repetidos ataques à Maçonaria, vindos a público em vários órgãos da imprensa, que teriam por objetivo paralisar a vida da própria Maçonaria. A censura prévia instituída pela Ditadura favorecia, no entender do Conselho da Ordem, a escassa resposta ou mesmo a inibição deste aos ataques sofridos. Acusava ainda de que esses ataques seriam causadores de uma crise de ideias, o que efetivamente aconteceu, pelo que a resposta coletiva deveria ser complementada com um somatório de respostas individuais dos Obreiros nos meios por si frequentados.

⁴⁰⁶ CAETANO, Marcelo, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Ed. Verbo, 2006, p. 175;

⁴⁰⁷ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁴⁰⁸ *1930 – 1933 - Publicações da Resp.: Loj.: Invicta nº 446*, Porto, 1933, p. 191;

Se é certo que a imprensa antimaçónica sempre existiu, ela ganhou particular fôlego à boleia dos apoiantes da Ditadura, com um particular crescendo a partir de 1931, com os anos de 1933 e 1935 a revelarem-se como pontos altos. Se em 1931 se teciam comentários sobre a Maçonaria em artigos de opinião, em 1933 publicavam-se os nomes de maçons e respetivas funções, nomes simbólicos e localidades ou documentos internos das Lojas como se de uma denúncia fosse e, em 1935 com *A Voz*, por exemplo, a dedicar à Maçonaria pelo menos um artigo num ritmo quase diário ajudando assim a criar um ambiente interno tenso. Se bem que a Maçonaria portuguesa seja a principal visada, também naquele periódico se podem ler artigos referentes às maçonarias espanhola, francesa, alemã ou inglesa. O *Novidades*, órgão da hierarquia eclesiástica, acompanha *A Voz*, órgão monárquico e católico, nestes ataques, ambos acrescentando à Maçonaria também frequentes ataques aos rotários, especialmente após 1933, a maioria deles em coluna regular sob o título genérico “Na bigorna”. Um desses exemplos, que aparentemente poderia ser como o seu título nos diz: “Uma Curiosidade”, refere um documento maçónico com o seguinte teor:

“acusamos a recepção da vossa pr.: de 25 do corrente. Passamos um passaporte internacional em nome do Obreiro (...) José Gonçalves (...) o qual foi entregue ao nosso Resp.: Ir.: Horácio Machado Ribeiro obr.: desta Resp.: Loj.: Seara de Luz, a Or.: desta cidade”.

E remata *A Voz*: “perguntará o leitor que interesse tem isso? Tem pouco; revelar dois nomes...”.⁴⁰⁹ Apenas. Noutro documento, naturalmente saído do interior do GOLU, com o título “Quem é a taboleta...” é transcrita a Circular nº 1 do Supremo Conselho identificando todos os Irmãos e terminando com o comentário: “aqui teem os leitores a lista de quem governa, pelo menos nominalmente, o Sup.: Cons.: do Gr.: 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito”.⁴¹⁰ Referimos ainda outro exemplo de *A Voz*, onde se pode ler que “às vezes pode parecer que não nos interessa já a Maçonaria e que deixamos de vigiar os manejos da seita tenebrosa. É engano. Nós acompanhamos sempre a vida dos RR.: Ilr.: e sabemos muito mais do que eles julgam e do que o mundo profano julga”.⁴¹¹ Estas provocações, quase diárias e frequentemente em primeira página, assumiam o seu papel de pressão e de gerador

⁴⁰⁹ “Uma curiosidade” in *A Voz*, nº 2606 de 21 de maio de 1934;

⁴¹⁰ “Quem é a taboleta” in *A Voz*, nº 2426 de 15 de novembro de 1933. São identificados, servindo hoje como documento, Bernardino Machado – Soberano Grande Comendador, António Augusto da Veiga e Sousa – Soberano Lugar Tenente, e ainda nos seus respetivos cargos José Bernardo Ferreira, José de Oliveira Ferreira Diniz, José Afonso da Costa Júnior, Júlio Maria de Lima de Sousa Larcher, José da Costa Pina, Adão Francisco Zambujo, José Augusto de Oliveira, Francisco Bernardino Cardoso, António Augusto Curson, José Augusto Madeira, José Xavier Barbosa da Costa, Joaquim Maria de Oliveira Simões;

⁴¹¹ “Manejos maçónicos” in *A Voz*, de 28 de janeiro de 1933;

de desconfiança entre os maçons, entre as Lojas e entre os diferentes órgãos do Grande Oriente. Por isso se compreendem os apelos para a Maçonaria cerrar fileiras em torno do Grão-Mestre, contribuindo para libertar o país da tirania e retomar a pureza da República ou os apelos para “manter as reivindicações liberais, conquistadas com o nosso (da Maçonaria) esforço, com o nosso sacrifício e até mesmo com o nosso sangue”, ou a afirmação de que “o laicismo integral do Estado é a pura e simples aplicação do livre pensamento”.⁴¹²

Ainda o jornal *A Voz*, sob o título das “ideias e dos factos – a Maçonaria e a imprensa”,⁴¹³ refere que “a luta da maçonaria pela escola laica, pela escola neutra, pela coeducação, etc., encheu toda a segunda metade do século findo e ainda hoje é um dos pontos em que as lojas mantêm maior tenacidade”. De seguida, “como os tempos vão hostis” transcreve documentos do Grande Oriente onde são aconselhadas algumas obras. Referindo-se provavelmente a Ana de Castro Osório e às obras editadas sobre o ensino e as crianças, menciona que “uma venerável de certa loja maçónica espalhou pelo mercado” um conjunto de obras com que a Maçonaria instrumentalizaria as crianças. A par de *A Voz* o *Diário da Manhã*, o *Novidades*, o *Correio do Minho* e o *Fradique*, entre outros, também participam na criação deste clima hostil à Maçonaria. Por isso, o artigo d’*A Voz* merece uma referência do *Diário da Manhã*, o órgão da União Nacional, no seu número de 8 de novembro de 1933, onde se pode ler a reprodução de um documento interno do GOLU:

“este jornal infantil é recomendado pela Maçonaria – *A Voz* reproduziu no seu número de ontem a seguinte prancha maçónica, recomendando o jornal infantil Tic-Tac: (...) CC.: e RR.: Ilr.: O Cons.: da Ord.: por solicitação da Resp.: Loj.: Lealdade, nº 435, recomenda a todas as OOfic.: da Obed.: o jornal infantil Tic-Tac, propriedade de um Obr.: da citada Ofic.: e que pela sua feição educativa, rasgadamente liberal, é o jornal indicado para ser posto nas mãos das crianças que se pretenda educar nos sãos princípios que hão-de tornar, num dia próximo, os homens conscientemente livres (...)”,

ao que o *Diário da Manhã* acrescenta:

“como o Tic-Tac tem uma feição rasgadamente liberal – já se sabe o que representa este delicioso eufemismo – o caminho é só um – não o deixar entrar em casa, que não perdem nada com isso os petizes”.⁴¹⁴

⁴¹² CARVALHO, António Carlos, *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913-1935*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Vega, 1993, p. 149;

⁴¹³ *Das ideias e dos factos in A Voz*, nº 2418 de 7 de novembro de 1933, Lisboa, 1933;

⁴¹⁴ “Tic-Tac” in *Diário da Manhã*, de 8 de novembro de 1933, Lisboa, 1933;

A prancha da Loja Lealdade existe de facto em arquivo mas, para ser do conhecimento do *Diário da Manhã*, teve de sair de alguém pertencente a uma Loja maçónica. Refira-se a este propósito que o *Tic-Tac* era dirigido por Luís dos Santos Ferreira,⁴¹⁵ Obreiro da Loja Lealdade, de Lisboa.

Os anos de 1934 e 1935 foram marcados também pela divulgação nos jornais, com particular destaque para *A Voz*, *O Tempo* e *Novidades*, de documentos e análises onde não estão ausentes paralelismos entre a situação política espanhola e portuguesa da I República, ou as relações entre Maçonaria e Igreja no país vizinho e os apelos dos seguidores do Estado Novo para a sua repressão e ilegalização, onde se denota em pano de fundo o receio de que as ideias que animavam os republicanos espanhóis alastrassem a Portugal colocando em causa o Estado Novo. Esse receio era constantemente alimentado pelo jornal *A Voz*, onde se acusa a Maçonaria portuguesa de contar com o apoio da espanhola, com quem estava sempre em “contacto íntimo”, com isso tentando recuperar o terreno perdido.

Os artigos insertos nos jornais próximos da Ditadura alinham em simultâneo e frequentemente na provocação. Cite-se *A Voz* uma vez mais, que na sua edição de 14 de maio de 1931, titulava um artigo de Fernando de Sousa, como *As toupeiras maçónicas e a ação revolucionária*⁴¹⁶ ou, em alternativa, sublinham todos e de uma forma mimética a regeneração política praticada em Portugal e atribuída ao poder político vigente. Curiosamente, com o tempo, alargam ainda esta visão a França, denotando o crescendo do conservadorismo naquele país, no que seria uma antecipação da França de Vichy. É neste contexto que se afirma que “(...) a República espanhola nunca deixou de estar em poder da Maçonaria (...)”⁴¹⁷. Aliás, *A Voz* vai mais longe ao afirmar que:

“(...) temos pois que a maçonaria espanhola fomenta, quanto em suas forças cabe, a desordem em Portugal (...). A conjugação dos esforços maçónicos na Península foi feita sob os auspícios do Gr.: Or.: Francez que nesse sentido “prancheou” ao de Madrid, em Fevereiro de 1931. Nessa prancha dizia-se que os assuntos maçónicos peninsulares deveriam ficar a cargo duma só pessoa. A sugestão foi acolhida com agrado e a Maçonaria francesa indicou (...) o Ir.: Afonso Costa. Para iniciar os seus

⁴¹⁵ A. H de Oliveira Marques identifica-o como “tio Luís”, forma carinhosa como internamente era conhecido. MARQUES, A. H. de Oliveira, “História da Maçonaria em Portugal” in *Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 29;

⁴¹⁶ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 742;

⁴¹⁷ “Ideias (Das) e dos factos – a Maçonaria na República espanhola” in *A Voz*, 25 de Novembro de 1933, Lisboa, 1933. Artigo com texto semelhante em “Das ideias e dos factos – manejos maçónicos na Península” in *A Voz*, 9 de novembro de 1933, Lisboa, 1933;

trabalhos, Afonso Costa fundou em Espanha a sociedade secreta “Amigos da Constituição” envasada nos moldes da nossa carbonária. Essa sociedade secreta contribuiu poderosamente para a implantação da república em Espanha, passo inicial e indispensável para a tal acção conjunta na Península. (...) O comité revolucionário espanhol e o comité revolucionário português, que era a famosa “Liga de Paris”, estabeleceram então uma aliança baseada no seguinte compromisso comum:- 1º - Auxílio, por parte da então futura república espanhola, aos políticos portugueses, para o derrubamento da Ditadura Portuguesa. 2º - Compromisso prévio para a entrega recíproca dos agentes ou de qualquer forma corresponsáveis pelas Ditaduras nos dois países, a quem seriam exigidas responsabilidades. 3º - Auxílio mútuo para evitar de futuro qualquer reacção conservadora susceptível de dar lugar, em qualquer dos dois países de nova Ditadura (...)”⁴¹⁸.

É também *A Voz* quem afirma que os “Amigos da Constituição” procuravam exercer a sua ação em Portugal, sendo um dos seus pontos de contacto a Associação de Estudantes, em Salamanca, dirigida por Unamuno.

Frequentemente o ataque à Maçonaria não a visava enquanto instituição, mas antes particularmente os seus Obreiros. É o que relata uma carta da Loja Liberdade, com data de 3 de janeiro de 1935, onde se refere que o jornal *A Voz* mencionava o Irmão José Pedro Moreira como diretor e proprietário do Colégio Instituto Lusitano, em Benfica, Lisboa, identificando-o enquanto maçom e aconselhando “os chefes de família a desviarem do Instituto os seus filhos e propondo, por intermédio de elementos fanatizados, canalizar os seus estudantes para um colégio de freiras hespanholas neste ponto de Lisboa estabelecido”.⁴¹⁹ Como este muitos outros casos nos aparecem referenciados na correspondência existente em arquivo. Num contexto onde uma parte muito significativa da correspondência das Lojas com o Conselho da Ordem é dedicada a solicitar o auxílio económico para os maçons deportados ou demitidos e suas famílias, ou a pedir a intervenção no sentido de prestar apoio jurídico àqueles que compareciam perante julgamento por estarem envolvidos nas várias revoltas, há ainda que contar com a pressão dos superiores hierárquicos, civis e militares, conotados com o regime. António Ventura refere o relato do capitão Balbino Dias, do Triângulo de Mafra, que em 1931 relatava ao Conselho da Ordem que fora chamado ao comandante da Escola Prática de Infantaria que dizia saber da existência de reuniões, e embora não se referindo

⁴¹⁸ “Ideias (Das) e dos factos – Manejos maçónicos na Península” in *A Voz*, 9 de Novembro de 1933, Lisboa, 1933;

⁴¹⁹ *Fundo da Loja Germinal*, Arquivo de José Manuel Martins;

diretamente à Maçonaria, ameaçava prender todos os que participassem nessas reuniões.⁴²⁰

A propósito da documentação maçónica que *A Voz* frequentemente publicava, escrevia o *Diário da Manhã* que, igualmente desferia virulentos ataques à Maçonaria, que:

“não se julgue que este e outros decretos maçónicos foram feitos para não serem cumpridos. A sua execução não demorou. A propaganda liberal-comunista invadiu os centros académicos. Houve conferências bastante suspeitas, algumas mesmo atrevidas ou imprudentes, tentativas de greves, etc. A efervescência era um pouco artificial mas nem por isso deixava de impressionar os espíritos mais fracos ou desprevenidos. Alguns veneráveis irmãos mostravam-se bastante ousados – por toda a parte repetiam as críticas da mensagem do Grão-Mestre à obra da Revolução Nacional, sobretudo aos discursos e notas oficiosas do sr. Doutor Oliveira Salazar (...). Mais, o número dos maçonzantes, que era a sua maior força, tem decrescido muito nos últimos tempos, devido ao descrédito da seita não só em Portugal como em todo o mundo (...). Nem a própria Rússia soviética a tolera, tal como na Itália fascista ou na Alemanha do nacional-socialismo (...). A sua sorte está irredutivelmente ligada á do liberalismo constitucional democrático, e este está irremissivelmente condenado (...)”.

Por isso, *A Voz* não hesitava em escrever em título a 27 de janeiro de 1935: “abaixo a Maçonaria”.

No âmbito da criação deste ambiente hostil à Maçonaria, e até à República, destaca-se José Fernando de Sousa, militar e jornalista, conhecido apenas por Fernando de Sousa ou por Nemo, pseudónimo com que vulgarmente assinava as suas peças jornalísticas, e que assumidamente pugnava pela restauração monárquica e que colaborava com a *Ligue Antimaçonnique*, criada na Bélgica. Foi membro do Conselho da Causa Monárquica e vice-lugar-tenente de D. Manuel II. Acérrimo defensor do catolicismo e da monarquia, o que não impediu algumas divergências com o Centro Católico, fundou, em 1919, e dirigiu o jornal *A Época*, através do qual expressava as mais radicais ideias contra a Maçonaria e a República. De tal forma que, em 1927, a própria Igreja Católica o desautorizou retirando-lhe a direção do jornal. Fernando Sousa viria então a fundar o jornal *A Voz*, que daria continuidade ao seu radicalismo que oscilava entre o Integralismo e a devoção ao fascismo italiano. Recorrendo a informações internas da Maçonaria, que motivaram uma

⁴²⁰ VENTURA, António, *A Maçonaria no Concelho de Mafra (1910-1935)*, Ericeira, Ed. Mar de Letras Editora, 2009, p. 72;

missiva do Supremo Conselho com data de 20 de abril de 1934, solicitando ao Conselho da Ordem para inquirir junto das Lojas e Triângulos da possível fuga de informação, e que se veio a concluir ter origem num tipógrafo que a elas tinha acesso, transformou *A Voz* num órgão onde a Maçonaria, ao longo de anos, foi caluniada ao mesmo tempo que agitava o ambiente social. Quer *n'A Época*, quer *n'A Voz*, há quem entenda que também a ele se deve o importante contributo de preparar o ambiente propício ao golpe do 28 de Maio e à Ditadura que se lhe seguiu. Foi também Ernesto Donato, sob o pseudónimo de Argus,⁴²¹ o autor de *A maçonaria em Portugal – cartas da Bélgica*, obra onde a Maçonaria é visada, recordando-se que foi na Bélgica que se refugiaram alguns monárquicos que deram origem ao Integralismo Lusitano. Neste livro, destinado segundo o seu autor “a levar a muitos iludidos a luz que carecem”,⁴²² acusa a Maçonaria de “viver das suas cómicas liturgias”, da negação de qualquer autoridade civil e espiritual e da fusão de todos os cultos “n'um vago e pobre symbolismo”, além de “envenenar os espíritos”. Mais, segundo o seu autor foi a Maçonaria que arrastara Portugal para a “situação ignominiosa em que se encontra”, sendo por isso necessário combater sem tréguas essa “associação nefasta”.⁴²³ Ainda que muito datado, a verdade é que a obra influencia alguma da argumentação antimaçónica nos anos que se seguem à sua publicação.

Outro nome se destaca na oposição à Maçonaria é Alberto da Cunha Dias. O seu percurso político é sinuoso, tendo começado como antigo republicano e democrata e terminando no nacional-sindicalismo. Pelo meio colaborou no jornal de tendência anarquista *A Batalha* e no *Imparcial*, um diário republicano favorável à Ditadura do 28 de Maio, começando a publicar *n'A Voz*, em 1929, exacerbando o seu antimaçonismo, que já vinha de alguns anos antes quando passara por uma fase pró-sidonista. No jornal *A Voz*, assina diversos artigos relatando o assalto ao Palácio Maçónico, no seguimento, aliás, de artigos de Fernando Sousa. Serão esses artigos de Fernando Sousa que Alberto da Cunha Dias reúne numa obra, de 1930, intitulada *A Maçonaria em Portugal*, que assina como “da Cunha Dias”.⁴²⁴ Logo a abrir informa o leitor que “determina o aparecimento deste livro a publicação de uns artigos n'A

⁴²¹ Obra com igual título aparece como sendo da autoria de António de Manazes, sem data de edição;

⁴²² DONATO, Ernesto, (pseud. Argus), *A Maçonaria em Portugal – o sub-solo da revolução - Cartas da Bélgica*, Paris, Ligue Anti-Maçonnique, 1916 (?), p. IV;

⁴²³ DONATO, Ernesto, (pseud. Argus), *A Maçonaria em Portugal – o sub-solo da revolução - Cartas da Bélgica*, Paris, Ligue Anti-Maçonnique, 1916 (?), pp. IV a VII;

⁴²⁴ Por mais de uma vez internado como louco, por alguns considerado como amigo de Fernando Pessoa, numa opinião que não é consensual, da Cunha Dias dedica *A Maçonaria em Portugal* aos seus filhos Nuno da Cunha Lopo, Telo e Vasco da Gama, desconhecendo-se o porquê de ter omitido o nome da sua filha Guida, filhos do seu segundo casamento;

Voz sobre a nefasta e decisiva influência da Maçonaria em Portugal”.⁴²⁵ A sua obsessão contra a Maçonaria leva-o a escrever que as sessões maçónicas eram presididas pelo Diabo... . Na continuação dos seus escritos é publicada a *História da Velha Má*, em 1933, em que esta simboliza a Maçonaria, mãe dos “filhos da viúva”, um livro antimaçónico e antifeminista. Em 1934, publica *Palavras aos Hereges e Cartas de um português de lei a um mação internacional*, publicando também, em 1936, *A Maçonaria e o Exército*, todos eles fortemente antimaçónicos, recorrendo a uma linguagem básica e caricatural, em que não hesita também a recorrer a documentos internos à Maçonaria de forma descontextualizada ou sem fundamentação argumentativa.

É verdade que se o ambiente antimaçónico era real não o era menos o ambiente anticlerical, alimentado pelas Lojas ou por entidades próximas da Maçonaria ou, de forma independente, por muitos republicanos. Se verificarmos a imprensa republicana é notória a violência dos ataques à Igreja, emergência de um antagonismo com uma espessura do tempo já bastante larga. A principal razão derivava do entendimento desses meios da necessidade de combater a Igreja e o seu poder social, mas também o seu capital político e simbólico. E se a República havia acabado com esse poder em atos como o nascimento, o casamento ou a morte, fundamentais no processo de laicização da sociedade, a verdade é que esse poder ancestral se revelava como fundamental na sua influência ao nível das consciências, algo em que a sociedade portuguesa pouco havia mudado.

Os integralistas associavam também a Maçonaria ao judaísmo. Em 1928, aparece à venda *Crimes da franco-maçonomia Judaica*, editado sob o pseudónimo de Paulo de Tarso, correspondente António da Silva Pena Peralta. Ao longo das páginas percebe-se o porquê do pseudónimo, tal como Paulo havia sido descrente em Cristo tornando-se posteriormente seu seguidor, também o autor havia sido maçom, iniciado entre 1908 e 1910 na Loja Redentor, em Macau.⁴²⁶ Os judeus, por seu lado,

⁴²⁵ DIAS, Alberto da Cunha, *A Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Edições Delta, 1930, p. 1;

⁴²⁶ Desconhecemos esta Loja, assim designada pelo autor. A. H. de Oliveira Marques não a refere, podendo ser possível que se trate de uma Loja pertencente a outra Obediência que não o GOLU, ou até mesmo ser uma Loja selvagem. Tal é possível, já que o autor refere ter sido recebido por Magalhães Lima, tendo este o convidado para abandonar a sua Obediência e ingressar no GOLU. A determinada altura informa-nos que nessa data o Venerável dessa Loja seria o alferes Francisco Xavier Roque Mundo, que à data da publicação estaria aposentado como major e residindo na Figueira da Foz. De qualquer das formas o autor afirma que seria Grau 4 do REAA e que assistiu a uma sessão de uma das Lojas da Horta, não esclarecendo se se refere à Loja Amor da Pátria ou à Loja Luz e Caridade, e a uma sessão em Ponta Delgada, não esclarecendo de qual Loja, já que nessa altura trabalhavam em Ponta Delgada as Lojas Companheiros da Paz e Pluribus Unum. O seu nome também não consta em qualquer dos registos hoje conhecidos;

são classificados de “raça proscrita” e “viperina”, de serem o maior mal sobre a Terra, para além de serem acusados de terem um exército de espionagem em toda a parte. Militar, Paulo de Tarso, ou melhor António da Silva Pena Peralta é também autor de *Magalhães Lima desmascarado* e *Papas e Reis caluniados pela Maçonaria*. Para ele, resolver a questão dos judeus, inventores da Maçonaria e do ódio à monarquia, consistia em expulsá-los do país tal como fizera D. Manuel I, e aconselhava:

“corrê-los de toda a parte, a começar por nós, particularmente; não lhes apertar as mãos, escorraçá-los dos nossos clubes, dos nossos cafés, do nosso convívio. Devem os governos pô-los na fronteira, pô-los à margem como indesejáveis, porque os judeus são mais perniciosos do que os anarquistas (...).

Sobre a Maçonaria refere que

“é uma associação de malfeitores, creada e mantida por judeus, com o seu ouro e o seu ódio, cuja propaganda atraente se faz na sombra, no segredo, em casas fechadas, a altas horas da noite, no silêncio de subterrâneos e de casas ocultas, vigiadas por eles, para evitar a curiosidade dos profanos”.⁴²⁷

É uma linguagem nova, ainda que não em termos internacionais, ligando a Maçonaria ao judaísmo, uma opção o salazarismo não incentivará. A confusão estabelecida, além de demonstrar pouco conhecimento maçónico, deve-se ao facto de algumas lendas maçónicas terem por base episódios bíblicos, que o autor identifica de forma delirante com uma mão judaica invisível. Nas suas palavras, a Maçonaria era comandada a partir de Londres por um judeu que “dirige, maneja e observa, e está dia a dia, hora a hora, no segredo de todas as Lojas e Orientes do mundo”. O autor vai extremando posições ao longo desta obra, acabando por se identificar com a situação ao escrever que:

“governa hoje Portugal outra Gente (...) cuja rigidez de disciplina, é já um pronuncio de vida nova. Por esta Europa fora, sopra um vento de guerra à Maçon.:, desde Mussolini a Primo de Rivera; desde a Áustria que ressurge, à Alemanha que se levanta (...).”

Termina, lembrando que:

“fora da Igreja Católica, não há salvação possível”.⁴²⁸

Por último é de referir que as ideias rácicas oriundas da Alemanha nazi também fizeram escola em Portugal, naturalmente com particular destaque para os simpatizantes de Hitler. Sentidas na década de trinta e início de quarenta, até à

⁴²⁷ TARSO, Paulo de (pseudónimo), *Crimes da franco-maçonaria judaica*, Lisboa, Empresa Veritas, 1928, pp. 23 e 24;

⁴²⁸ TARSO, Paulo de (pseudónimo), *Crimes da franco-maçonaria judaica*, Lisboa, Empresa Veritas, 1928, pp. 162 e 169;

derrota nazi, e expressas na imprensa, afirmava-se serem os judeus uma “raça pervertida e cruel que deveria ser banida”, ora associando comunismo e judaísmo, ora afirmando que até na Rússia se faziam leis para isolar a população da ação dissolvente do judaísmo.⁴²⁹

15 - Bernardino Machado e Afonso Costa polarizadores da luta da Maçonaria

Bernardino Machado e Afonso Costa foram os elementos polarizadores da atividade maçónica além fronteiras no final da década de vinte e início de trinta, pelos seus contactos e atividades, como o comprova a correspondência hoje existente ou, no caso de Afonso Costa, por ser delegado do GOLU para o representar. Eles próprios se consideravam os “verdadeiros” chefes da Oposição e desconfiavam das intenções de Norton de Matos. Quer um quer outro colocaram a sua rede de contactos ao serviço da Maçonaria, nomeadamente os contatos com outras Obediências maçónicas europeias.⁴³⁰ Saliência também para a Liga de Defesa da República (Liga de Paris), em fevereiro de 1927, por exilados políticos portugueses em França e Espanha e onde predominava a Maçonaria com destaque para os nomes de Bernardino Machado, Afonso Costa, Álvaro de Castro, José Domingos dos Santos ou Jaime Cortesão, entre outros, e cuja atividade A. H. de Oliveira Marques refere que se estende até 1931-32,⁴³¹ e ainda para a *Seara Nova*, com nomes como Jaime Cortesão, Raul Proença ou António Sérgio, entre outros. A Liga definhará a partir de 1929/30, o que levou Afonso Costa a equacionar a constituição de um partido republicano de esquerda, o que não se concretizou.

Note-se que neste período, internamente conturbado para o GOLU, particularmente difícil para a oposição republicana em geral, numa Europa politicamente conflituosa, a solidariedade maçónica nem sempre teve uma correspondente solidariedade e união da oposição ao regime ou mesmo dentro da Maçonaria. Um caso

⁴²⁹ RAMALHO, Miguel Nunes, *A opressão salazarista e a força da liberdade – Alfredo de Sousa*, um resistente, Lisboa, Ed. Prefácio, 2007, p. 166;

⁴³⁰ Comprovado por documentos existentes no Arquivo do Grande Oriente Lusitano, referentes ao Supremo Conselho, na Fundação Mário Soares e ainda referidos nos estudos de A. H. de Oliveira Marques;

⁴³¹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986, p. 873;

paradigmático é o de Agatão Lança, iniciado em 1913 na Loja A Revolta e várias vezes preso e exilado, entrando no país clandestinamente por mais de uma vez que, em carta dirigida a Lago Cerqueira, em 5 de novembro de 1931, afirmava a propósito da postura de Bernardino Machado, também ele maçom, que “(...) ele e outros oficiais que não pertencem à Liga de Paris (...) para comprazer ao António Sérgio, que quer o exclusivismo das honras do ataque à Ditadura para a Liga de Paris (...) mete os emigrados todos organizados na Liga. Todos os outros, embora tenham forçado a fronteira 8 vezes para combater a Ditadura, não contam”.⁴³² Note-se que apesar do valor intelectual de António Sérgio, nem sempre foi uma figura consensual no seio da Oposição. Mário Soares refere-o em entrevista a Maria João Avilez: “para além das extraordinárias qualidades intelectuais e morais, tinha defeitos difíceis de contornar. Fez um percurso político que, de início, tornou delicada a sua aceitação pelos homens da República. O Sérgio começou por ser monárquico”.⁴³³

Para compreender estas questões há que recordar que, na sequência das sucessivas revoltas entre 1926 e 1931, o destino de muitos maçons foi, num número significativo de casos, a deportação para as colónias com um subsídio que era equivalente a metade do seu ordenado, mas que na maioria dos casos não era efetivamente pago por dificuldades orçamentais das estruturas estatais nos seus locais de destino, ou então o exílio, em Espanha e França principalmente, mas também no Brasil. Dos que rumaram ao estrangeiro, reunindo-se em torno da Liga de Paris, com Afonso Costa, Bernardino Machado, António Sérgio, Domingues dos Santos, Filipe Mendes, Álvaro Poppe, Sarmiento de Beires ou Álvaro de Castro, entre outros, ou mobilizando-se em favor da República espanhola, reunindo-se em torno do grupo dos “Budás”, especialmente após 1936 em Madrid, com Jaime de Morais, Moura Pinto, Jaime Cortesão, Emídio Guerreiro ou Nuno Cruz, que viria a falecer no exílio, entre outros, a unidade era uma quimera, apesar da Ditadura ser o adversário comum. Sem sucesso, pela fragilidade que revelou, igualmente se tentou constituir em torno dos “Budás” um Comité Supremo para combater a Ditadura, no qual os maçons eram a força dominante. Jaime de Morais corresponderá ao apoio dos republicanos espanhóis com um manifesto publicado no jornal *El Sol*, onde os emigrados políticos portugueses se solidarizam com a República espanhola, vindo

⁴³² FARINHA, Luís, *Agatão Lança: oito vezes clandestino in Os anos de Salazar*, vol. 2, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007, p. 111;

⁴³³ AVILEZ, Maria João, *Soares – ditadura e revolução*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1996, p. 109. Mário Soares refere a pertença de António Sérgio a uma família tradicional, sendo a sua adesão à Seara Nova como determinante para o seu papel de opositor à ditadura do Partido Democrático, de doutrinador e de possuidor de um pensamento socialista;

mesmo, em 1938, a tecer um plano com vista à invasão do país com o apoio de republicanos espanhóis.⁴³⁴

Por outro lado, em volta da Liga de Paris, apesar da figura tutelar de Afonso Costa, a disputa entre o que restava do Partido Democrático e a Liga, ou entre “políticos” e militares, impediu uma ação eficaz e consequente. Neste contexto, António Sérgio era uma das vozes críticas aos excessos dos “políticos” da I República, preconizando um predomínio dos intelectuais sobre os “políticos” em caso de vitória da Liga. Por outro, a eficácia política da Liga era cerceada pela dispersão da oposição republicana pelo exílio em Espanha, pela deportação nas colónias e nas ilhas dos Açores e da Madeira, ou na semiclandestinidade na metrópole.

Não se considerando um partido, colocando-se para além das lutas partidárias, a Liga aspira à direção da oposição republicana, assumindo-se como a consciência republicana, destinada a restaurar a República a partir do exílio. Pelo meio assistir-se-á a uma disputa pela direção da Oposição, protagonizada por Afonso Costa e Jaime de Morais, à dispersão de energias pelas irreduzíveis posições do que restava do Partido Democrático, assim como pela magna questão de onde se situaria a direção da Oposição, se dentro do país como pretendia o Partido Democrático que se fazia valer da sua estrutura partidária no território nacional, se fora do país, como pretendia a Liga, pouco implantada a nível nacional. Já quanto à preparação da revolução, a Liga entendia que a sua preparação se deveria fazer no interior do país, reservando-se aos exilados um papel de apoio. Outra divergência é assinalada por Cristina Clímaco e revela-se numa clivagem impossível de ultrapassar, e que se referia ao período imediatamente após o derrube da Ditadura, com o retorno à situação anterior ao 28 de Maio, recuperando o Parlamento eleito em 1925 e poucas mudanças se fazendo na estrutura política do país, ou a eleição de um novo Parlamento, em simultâneo com a reforma do sistema político, de forma a reforçar o parlamentarismo, mas que também visava a retirada da hegemonia ao Partido Democrático. O definhar da Liga é consequência deste confronto de métodos e objetivos, que Cristina Clímaco descreve, ao referir a reunião de Beyris, onde a Liga não se faz representar enquanto grupo, mas cujos membros estão presentes, assumindo outras representações. Será o seu fim, oficializado por Bernardino Machado, em novembro de 1931, ainda que deste encontro saiam as bases da necessária unidade. Refira-se que as divergências não se restringem à Liga, o

⁴³⁴ FARINHA, Luís in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Ed. Bertrand Editora, 1996, p. 627;

mesmo acontecendo com os Budas em relação a outros exilados republicanos. Tudo isto significa tensões entre os exilados, que Cristina Clímaco lembra, referindo Sarmento Pimentel a justificar as dificuldades de organização entre a Oposição.⁴³⁵

Por seu lado, apesar de algumas divergências e rivalidades no seio da Maçonaria, esta no início da década de trinta é considerada uma força combativa de relevo na oposição ao regime. No entanto, paradoxalmente ou talvez não, não encontramos um único documento do Conselho da Ordem ou até das Lojas, referindo este destaque de representação junto dos partidos republicanos, não se passando o inverso, o que nos leva a pensar que seria ou à revelia do GOLU ou mantida num círculo muito restrito cujo centro era Bernardino Machado. Cunha Leal, transcrevendo uma carta de José Domingos dos Santos, entende que a Maçonaria deve ser convidada para uma reunião com a presença dos partidos republicanos pela sua importância. Diz José Domingos dos Santos:

“pelo valor combativo da Maçonaria, acho que se lhe pode e deve dar representação no Comité, sem que isso tenha de fazer-se com exclusão de nenhum outro elemento dos que foram indicados na reunião da fronteira”.⁴³⁶

Era também a Maçonaria portuguesa reconhecida além fronteiras. Encontrámos cartas da Maçonaria espanhola, francesa, argentina, belga, suíça, italiana, polaca, checoslovaca, romena, turca, mexicana, peruana, paraguaia, jugoslava, irlandesa ou panamiana, entre outras,⁴³⁷ que atestam isso. Numa carta com data de novembro de 1933 e dirigida ao Grande Oriente da Bélgica, o Conselho da Ordem, depois de historiar a implantação da Ditadura e as dificuldades da Maçonaria portuguesa, reconhece que não sabe quanto tempo esta situação durará e que a hora é penosa.⁴³⁸ Por parte do Supremo Conselho do 33º Grau do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e sua Jurisdição era também frequente o envio de informação a outros Supremos Conselhos, o que se revelava um contributo importante para no estrangeiro se conhecerem as dificuldades da Maçonaria portuguesa face à Ditadura. Importante era também o “peso” dos nomes que faziam esses contatos. Por exemplo, em agosto de 1934, o GOLU informava o Supremo Conselho do 33º Grau do Rito Escocês Antigo e Aceito para a Jurisdição da República do Panamá

⁴³⁵ CLÍMACO, Cristina, *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio 1927-1936*, Lisboa, Edições Colibri, 2017, p. 191;

⁴³⁶ *Fundo DBG Documentos Bernardino Machado*, pasta 07037.169, Fundação Mário Soares;

⁴³⁷ Em alguma correspondência a Maçonaria italiana é identificada como “Loja Itália”, com sede provisória (1929) em Paris. Em relatórios da Associação Maçónica Internacional é referida como pertencendo ao grupo das Obediências maçónicas dissolvidas ou suspensas;

⁴³⁸ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano, carta datada de 18 de setembro de 1931;

que tinham sido eleitos membros efetivos do Supremo Conselho português os nomes de Afonso Costa, Alfredo Sá Cardoso, João Pereira Bastos, ambos generais, Amílcar Ramada Curto, José Maria Dantas Sousa Baracho Júnior, Venâncio de Araújo e de Manuel Joaquim Correia.⁴³⁹

Internamente, em 1936, o país apresentava-se dividido. Segundo o que Mário Soares escreveu

“havia por um lado as formações republicanas clássicas (os vários partidos constitucionais da 1ª República e a Maçonaria), os socialistas da Seara Nova, algumas formações operárias ainda subsistentes (anarquistas e anarco-sindicalistas), os estudantes defensores de associações académicas livres e, na franja esquerda, ainda sem grande implantação popular, o partido comunista; por outro, os defensores da nova ordem clerical-fascista, os militares (ainda não dissidentes da ditadura, por eles instituída mas já confiscada), o partido católico, os monárquicos das diversas tendências, incluindo o grupo nacional-sindicalista de Rolão Preto”.⁴⁴⁰

16 - Um grupo combativo – os estudantes 1926 – 1932

Por norma situamos a oposição estudantil à Ditadura décadas mais tarde, mas a verdade é que no período 1926-1932 essa oposição foi aguerrida, ainda para mais num momento em que a Ditadura tinha, de forma muito ativa, estudantes integralistas e católicos a defendê-la. Por outro lado, essa geração de estudantes irá ser a protagonista, mais tarde, dos movimentos de oposição, cujos nomes encontramos na Maçonaria e no PCP ou nas campanhas de Norton de Matos e de Humberto Delgado. Encontramos assim nomes como José Magalhães Godinho, Ernesto Carvalho dos Santos, Bernardino Machado Vaz, Eugénio Higgs Ribeiro, João Brito Terenas ou Asdrúbal João Aguiar, todos eles maçons. Por outro lado, ainda, é significativo que as organizações criadas pelo Estado Novo, nomeadamente a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, para além das funções para elas

⁴³⁹ Faziam ainda parte do Supremo Conselho, eleito em abril de 1933, Bernardino Machado, António Augusto Veiga e Sousa, Bernardo Ferreira António Augusto Curson, José Afonso Costa Júnior, João Oliveira Ferreira Dinis, Júlio Lima de Sousa Larcher, José da Costa Pina, Adão Francisco Zambujo, Francisco Bernardino Cardoso e José Augusto Oliveira;

⁴⁴⁰ SOARES, Mário, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974, pp. 79 e 80;

idealizadas pela Ditadura, tenham tido também uma função de cercar este movimento estudantil oposicionista, contribuindo para uma acalmia do meio estudantil que se verificará até ao final da década de cinquenta.

As lutas estudantis deste período devem ser encaradas, por um lado, como a emergência de reivindicações meramente estudantis, relacionadas com uma adaptação da política educativa ao tempo então vivido, e simultaneamente e por outro lado, como a afirmação de um grupo significativo de ativismo republicano, comunista e anarco-sindicalista, que tece uma teia de cumplicidades que ultrapassa as paredes da escola. Algumas Lojas do GOLU irão desempenhar um papel fundamental neste movimento podendo destacar-se a Loja Rebeldia, em Lisboa, A Revolta, em Coimbra e a Comuna, no Porto. Constituem-nas um grupo de jovens maçons, muitos dos quais aderiram à Maçonaria por sugestão de recrutamento por parte do Conselho da Ordem, estratégia que aqui abordaremos. A par disso, temos um confronto de poder em algumas associações estudantis, de que Coimbra é um exemplo, onde ao grupo que atrás referimos se opõem integralistas, monárquicos e católicos. Por outro lado, a ação da Ditadura sobre o meio estudantil, no caso específico do ensino superior não foi, na opinião de Cristina Faria, sempre pronta e decidida.⁴⁴¹

Temos também a ação, ou mesmo a criação, de centros republicanos como o Centro Republicano Académico de Coimbra⁴⁴², onde uma nova geração se destaca na dinamização política. Emerge um grupo mais jovem que substitui a geração republicana de 1910 e onde se destacam Carlos e Mário Cal Brandão, António Marques da Costa, Joaquim Cordeiro, Vitorino Nemésio, Paulo Quintela, António Portugal ou Sílvio Lima e onde predominam os obreiros da Loja A Revolta. O Centro Republicano Académico de Coimbra será dos primeiros a contestar abertamente a Ditadura e usa o jornal *Gente Nova* como meio de difusão das suas ideias. Também em Coimbra surgiu o Centro Republicano de Estudos Democráticos, em 1931, cuja vida e ação foi breve, mas que registou as colaborações de Belisário Pimenta, Alberto Dias Pereira, Anselmo Ferraz de Carvalho, José Pinto Loureiro e Vitorino Nemésio, entre outros. Pretendia promover “sem preocupações de ordem partidária, o ideal duma perfeita democracia”, para além de desenvolver as instituições

⁴⁴¹ FARIA, Cristina, *As lutas estudantis contra a ditadura militar (1926-1932)*, Lisboa, Ed. Edições Colibri, 2000, p. 201;

⁴⁴² Ao que se sabe fundado em 1906, reanimado em 1925, e após novo período de menor dinamismo, de novo reativado em 1931, vindo a ser extinto por decisão governamental em 1936;

republicanas e os ideais de justiça e solidariedade.⁴⁴³ Ainda em Coimbra, em junho de 1928 e a propósito de uma homenagem a Magalhães Lima, apela-se abertamente a uma oposição enérgica à Ditadura. Caetano Luís Mendonça, estudante de Medicina e Obreiro da Loja A Revolta consegue a revogação de um despacho ministerial que abre caminho a que Vitorino Nemésio e Bento Caldas concorram ao Senado Universitário. Refira-se que sendo a Loja A Revolta extremamente ativa em termos políticos, virá a pagar um preço alto por uma cisão ocorrida no início da década de trinta, onde é visível uma certa exaustão e conflitualidade.

Enquanto no Porto se destaca o Centro Académico Republicano do Porto e o Centro Republicano do Porto, que virá a ser sede da candidatura de Humberto Delgado na cidade e que se situava na Praça Carlos Alberto, em Lisboa, numa primeira fase deste movimento, não foi considerada necessária a criação de um Centro Republicano Académico, quer pela existência de múltiplas estruturas republicanas, quer pelo predomínio do republicanismo na capital. Esta ideia virá a ser retificada em 1930 quando estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa fundam a Liga Republicana dos Estudantes. De qualquer forma, os Centros Académicos Republicanos assumem a tripla função de mobilização dos cidadãos republicanos em geral e de apoio logístico à sua organização, de polos de difusão das ideias republicanas e de promotores de um importante papel de enquadramento político e logístico dos estudantes republicanos. Aos mesmo tempo, são estruturas que de forma voluntariosa se articulam com a imprensa republicana, com as Lojas maçónicas e com outras estruturas republicanas da sociedade civil. Um nome também se destaca neste contexto, o de Emídio Guerreiro, professor, iniciado na Loja A Revolta, em Coimbra, obreiro da Loja maçónica Comuna, do Porto, membro do Partido Comunista Português e oposicionista de longa data à Ditadura e que virá a ser um dos fundadores do PPD em 1974.

Destaque também para o facto de a Loja A Revolta, nas suas relações com o Centro Académico Republicano de Coimbra encarar a participação, pouco clara refira-se, mas a que Fernando Vale faz referência, ainda que de forma imprecisa quanto a datas, de recurso a armamento com vista a uma insurreição militar. Estão envolvidos os maçons Lopes Araújo e Basílio Lopes Pereira, numa situação muito semelhante à

⁴⁴³ MADUREIRA, Arnaldo, *Salazar – a instauração da ordem*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2010, p. 108;

que podemos encontrar na mesma data em Lojas nos Açores⁴⁴⁴. Denominador comum dos estudantes conimbricenses envolvidos é a sua residência na “República das Águias” em Coimbra, transformada em local de reunião, e onde também se juntam professores e estudantes como Aurélio Quintanilha, Maximino Morais Correia, Guilherme Albuquerque, Mário Cal Brandão, Silo Cal Brandão, Carlos Campos, António Marques da Costa, Roque de Figueiredo ou Carlos Góis Mota, entre outros. Sobre o papel desempenhado pela Loja A Revolta, de Coimbra, António Ventura refere que é “uma das Oficinas que funcionou como uma espécie de viveiro de jovens maçons os quais dinamizaram Lojas e Triângulos por todo o país (...), por onde passaram dezenas de estudantes universitários”.⁴⁴⁵

Depois de um período de acalmia, nos anos de 1929 e 1930, o meio estudantil volta a agitar-se com o reviralhismo. Sufocada a revolta, estudantes como Vasco da Gama Fernandes, Asdrúbal de Aguiar ou António Maldonado de Freitas, entre outros, conhecerão as agruras do Aljube, não sem antes, no caso de Vasco da Gama Fernandes ter feito uma significativa intervenção no Centro Republicano de Alcântara, em Lisboa, em 1930, afirmando que a juventude republicana, mais do que nunca, estava na disposição de se bater pela Liberdade, Igualdade e Fraternidade.⁴⁴⁶ Por detrás das greves, manifestações e demais manifestações estão alguns sectores mais radicais da Maçonaria. Por enquanto, o PCP constitui ainda um grupo minoritário no meio estudantil, mas vai encontrar nos meios maçónicos alguns dos seus militantes, caso de Velez Grilo ou Ludgero Pinto Basto. Vai também no meio estudantil encontrar militantes de referência na vida partidária e da Oposição como Álvaro Cunhal ou Cansado Gonçalves, este último também maçom.

Na realidade, o meio estudantil refletia contradições que eram o espelho da época. É verdade a força da contestação à Ditadura, mas é igualmente verdade que foi entre os estudantes que germinaram e se alimentaram algumas ideias e práticas do nacional-sindicalismo e alguns dos escritos mais radicais contra a Maçonaria. Era um grupo seduzido pela coreografia e pelos símbolos nacionalistas, da Cruz de Cristo às fardas, passando por bandeiras, braçadeiras e desfiles, e pelo radicalismo sugerido na política, na arte ou nos valores morais e sociais vigentes. Rolão Preto

⁴⁴⁴ LOPES, António, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792-1935*, Lisboa, Ed. Ensaios, 2008, pp. 208 e 209;

⁴⁴⁵ VENTURA, António, *Revoltar para resistir – A Maçonaria em Almada (1898-1937)*, Almada, Ed. Câmara Municipal de Almada, 2010, p. 40;

⁴⁴⁶ MADUREIRA, Arnaldo, *A formação histórica do salazarismo – 1928-1932*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2000, p. 130;

compreende este radicalismo, ainda que raramente seja pela sua voz que ocorrem ataques à Maçonaria.

17 - A educação faz o indivíduo, a educação transformará a sociedade⁴⁴⁷

Parece uma afirmação saída de uma qualquer proclamação política de tempos revolucionários, mas era, de facto, uma afirmação e uma crença da Maçonaria, abertamente assumida e proclamada até ao momento da sua ilegalização. Após esse momento muda na sua exteriorização, sendo visível no papel de dinamização cultural, desportiva e cívica de muito maçons nos mais diversos meios. Apesar das agruras da ilegalização, em 1935, continuamos a vê-la presente em diversas intervenções e trabalhos de Loja nas décadas seguintes.

O problema do analfabetismo foi uma constante ao longo do século XIX e boa parte do século XX, encontrando-se justificação para tal pelo facto de saber ler e escrever não ser visto como uma necessidade por parte da maioria da população, pelas dificuldades económicas desta e pelo desafio que a tarefa implicava para os dirigentes políticos. A este propósito, Maria Manuela Rodrigues⁴⁴⁸ acrescenta que “a transmissão por imitação do saber prático e técnico necessário à vida quotidiana sobrepunha-se à ideia de ser necessário ler e escrever”, onde a fábrica desempenhava um papel primordial na aprendizagem por comparação com a escola. Esta autora alerta ainda para o facto de a escola ter um papel importante na produção após a Revolução Industrial, e enquanto fator de produção disciplinado e otimizador da força de trabalho, diretamente relacionado com a organização desse mesmo trabalho, o que de certo modo pode ser visto como uma das muitas razões do débil desenvolvimento industrial do país.

Instrumentos fundamentais dessa ação educativa, que era muito mais do que isso e se assumia como um dos pilares ideológicos da Maçonaria, foram a Universidade Popular de Lisboa, criada em 1906, de curta duração e que teve como mentor Feio

⁴⁴⁷ *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, nº 3, ano de 1930, Ed. Grande Oriente Lusitano Unido, 1930, p. 26;

⁴⁴⁸ RODRIGUES, Maria Manuela *in Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, coord. geral Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2013, pp. 106 a 114;

Terenas, homem ligado ao republicanismo e à expansão da Maçonaria especialmente na margem sul do Tejo, e a Universidade Livre, que é criada em 1912, numa iniciativa da Loja Montanha e, por último, em 1919, a Universidade Popular Portuguesa, estas duas últimas entidades com delegações ao longo do país. A Universidade Livre teve a sua apresentação no Coliseu da Rua da Palma, em Lisboa, a 28 de janeiro de 1912, espaço cedido pelo seu proprietário António Santos. Contando com a presença de Manuel de Arriaga, enquanto Presidente da República, a sessão de apresentação foi presidida por Queiróz Veloso, então Diretor Geral Interino da Instrução Secundária, Superior e Especial. A Universidade Livre viria a ser extinta por determinação governamental, em 1935, tendo por lá passado nomes como Rosendo Carvalheira, Almeida Lima, Agostinho Fortes, Charles Lepierre, Artur Ricardo Jorge, Eduardo Santos Andrea, Tomás da Fonseca, e muitos outros que descentralizaram as suas conferências por vários pontos da cidade de Lisboa, assumindo explicitamente que era dada a preferência às sedes das associações operárias. Nos documentos quando da sua fundação escreve-se que tal tinha por fim “promover, tanto quanto possível, a educação moral, social, estética e científica do povo português”. Pretendia-se que a Universidade chegasse

“a toda a parte onde mais necessário fôr a sua acção, aos centros fabris, perto das oficinas, às aldeias, aos grandes e pequenos povoados, realizando lições, conferências, palestras e leituras, promovendo guerra ao vício e á taberna em particular. A missão da Universidade livres não tem em vista fazer eruditos, mas sim criar espíritos justos e livres, despertando sentimentos humanos, no amor à humanidade e á justiça, e aos sentimentos sociais da liberdade, da igualdade e do direito”.

Pretendia ainda influenciar o que designava de

“meios rústicos e urbanos onde mourejam multidões laboriosas, rasgar-lhes o (...) atrofiado ambiente em que o seu espírito se debate e que as mantém numa inconsciência (...)”.⁴⁴⁹

Para isso recorria a iniciativas originais, como a da Loja O Futuro, que em 1911 publica uma *Cartilha Nova*, onde numa linguagem popular, “para o zé povinho lêr à noite ao serão”, e recorrendo a um diálogo entre João da Quinta, pequeno lavrador, e Manuel Martins, professor primário, este mostra as vantagens da instrução e do saber.⁴⁵⁰ Apesar disso, do 3º Congresso Nacional Maçónico, em maio de 1924, sai a determinação de fazer incidir a ação educativa promovida pela Maçonaria, especialmente sobre a infância e a mocidade, de forma articulada com a criação de

⁴⁴⁹ *Relatório do Conselho Administrativo (da Universidade Livre) 1911 a 1913*, Ed. Universidade Livre, Lisboa, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

⁴⁵⁰ *Publicações várias (miscelânea)*, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

uma rede de instituições que englobam as maternidades, creches, escolas, hospitais ou sanatórios.

Pela sua ação, na criação e manutenção da Universidade Livre, a Loja Montanha foi merecedora de um louvor muito especial, devido ao seu trabalho não apenas pela criação da Universidade Livre, mas também da sua gestão, já que era a Loja que a dirigia. Sabe-se que inaugurou a sua sede no Largo Camões, em Lisboa, como já se referiu, em 12 de novembro de 1912, tendo criado extensões em Coimbra e na Figueira da Foz e organizado, em 1922, o 1º Congresso Nacional de Educação, sendo o seu principal dirigente o maçom Alexandre Ferreira. Arnaldo Madureira assinala que possuía doze bibliotecas e ainda onze bibliotecas infantis móveis, só para as crianças das escolas primárias de Lisboa, tendo igualmente criado cursos noturnos para analfabetos adultos.⁴⁵¹ Numa edição de 1914 refere que o total de assistentes aos seus cursos, entre outubro de 1912 e julho de 1913, foi de 11124 homens e 1232 mulheres, referindo ainda a realização de excursões e viagens de estudo. Possuía cursos de português, francês, inglês, matemática, geral e aplicada ao comércio, psicologia, modelagem, dactilografia, escrituração comercial e outros, assumindo como fim “levantar o nível moral e intelectual do povo e a tornar criaturas aptas e a resistirem às várias contrariedades da vida, pois maior vencedor será aquele que tiver mais rico o cérebro”.⁴⁵²

Arnaldo Madureira refere ainda que a polícia política seguia de perto a sua atividade, desconfiando do altruísmo das suas práticas, o que determinou a sua extinção pelo Estado Novo, em 1935, por despacho de 26 de Março, vindo a legar todo o seu património à Sociedade “A Voz do Operário”, então ainda próxima da Maçonaria. Pretendia ainda a Universidade Livre, de Lisboa e depois as suas extensões ao longo do país, atingir um maior número de pessoas que as universidades estatais conjugando o saber científico com os valores da cidadania e da defesa da República. Representou, a par com os Centros Republicanos, entidades onde a difusão das ideias republicanas, maçónicas e seareiras era mais evidente, à qual se juntava ainda a sociabilidade intercultural e interclassista. Mas não só. Dedicadas a um ensino eclético, transversal à sociedade em termos de atividades profissionais ou de idades, também o eram em matéria de temas abordados, visando elevar o nível cultural, moral e cívico dos que assistiam às conferências ou às aulas. Afirmavam-se clara e assumidamente com a tarefa de “instruir e educar” podendo a

⁴⁵¹ MADUREIRA, Arnaldo, *Salazar – a instauração da ordem*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2010, p. 282;

⁴⁵² “Breves Palavras” in *Universidade Livre*, nº 1 de janeiro de 1914, Lisboa, Universidade Livre, 1914, pp. 4 a 7;

ciência, a família o trabalho serem temas de debate.

Refira-se a este propósito, porque isso hoje nos pode parecer estranho, que esta preocupação com o ensino e a criação de escolas e entidades a ele ligadas, sejam Universidades Livres ou Populares, não eram um exclusivo maçónico, mas antes de todos os que se importavam com aqueles que não tinham acesso à instrução e à cultura. Por isso, ao lado de entidades criadas pela Maçonaria, vamos encontrar escolas criadas por sindicatos, cujo núcleo inicial de dinamizadores podemos encontrar em torno d'*A Batalha* e dos seus colaboradores, ou por outras entidades de cariz associativo ou político. Recorde-se, que desde finais do século XIX até ao início da década de trinta predominava a ideia dos operários se educarem a si próprios como forma de emancipação, e estas instituições desempenhavam um importante papel nisso. A este propósito, com o título “Como o operário deve aproveitar o seu tempo”, podia ler-se no jornal *A Batalha* que:

“o operário, como aliás quasi tôda a gente, leva uma vida imetódica, não sabendo aproveitar o seu tempo (...). Na verdade, o operário poderia aproveitar melhor o seu tempo, enriquecendo o seu espírito e requintando a sua sensibilidade. Após a largada do trabalho, em vez de gastar algumas horas bebendo copos de vinho e sustentando conversas onde não há espírito nem elevação, deveria o operário dirigir-se a sua casa, a fim de tomar um banho reconfortante e jantar em seguida (...). Em seguida, no salutar intuito de enriquecer o espírito e apurar a sensibilidade, poderia ir ao teatro, ao seu sindicato, a uma biblioteca, a um cinema, frequentar uma escola nocturna da sua especialidade profissional ou um curso onde adquirisse algumas noções gerais sobre a vida (...).⁴⁵³

Refira-se que no caso da Universidade Popular Portuguesa ali convergiam seareiros, anarco-sindicalistas e maçons, mantendo a sua existência até 1950. Assumia como objetivo “desenvolver o ensino popular pela mútua educação dos cidadãos”, e nesse sentido os seus métodos privilegiavam as visitas a fábricas, conferências e debates, cursos livres e visitas a museus, entre outras ações. Das suas direções fizeram parte nomes como Carneiro de Moura, Teixeira Simões ou Magalhães Lima. Se é certo que em Lisboa a sua atividade não produziu resultados extraordinários, o mesmo já não se pode dizer da sua congénere portuense, criada em 1912, ou de Setúbal, fundada alguns anos depois. Em 1921 publicava a revista *Educação Popular*, que existe até ao ano seguinte, vindo a publicar entre 1934 e 1927 a revista *Educação Social*. Tendo conseguido sobreviver até aos anos

⁴⁵³ “Como o operário deveria aproveitar o seu tempo” in *A Batalha*, nº 152, outubro de 1926, Lisboa, 1926, p. 1;

cinquenta, viria nessa altura a legar o seu património à Sociedade “A Voz do Operário”.

Praticamente em todas estas Universidades e Centros Republicanos havia a presença da Maçonaria através de maçons oriundos de várias Lojas, sendo importante o seu contributo para a mobilização popular, nomeadamente na comemoração de efemérides ou para o aumento da participação cívica e política de muitos que ali davam os primeiros passos nas áreas da alfabetização, da participação política ou do associativismo. Eram, nas palavras dos integralistas “antros de maçonaria” e “covis de reviralhistas”. Citem-se aqui como exemplos, os nomes de João Camoesas, natural de Elvas e iniciado na Loja Emancipação de Elvas, entusiasta do ensino popular, colaborador da Universidade Popular Portuguesa e do jornal anarquista *A Batalha*, entre outros na imprensa periódica,⁴⁵⁴ de José Lourenço Marques Crespo, dirigente do Centro Escolar Republicano de Estremoz, ou ainda de Arnaldo Brazão ou de João Estevão Águas, todos eles figuras incontornáveis da Maçonaria.

Nesta altura, Coimbra assumia-se como um dos mais dinâmicos centros de ensino popular, beneficiando das potencialidades da Universidade pela colaboração de muitos dos estudantes, onde neste âmbito e nos primeiros anos da Ditadura se destacam Alberto Martins de Carvalho, que em 1945 será representante do MUD na cidade, Belisário Pimenta, Tomás da Fonseca, que em 1931 fundará a Loja Construir, da qual será o seu primeiro Venerável e à qual pertencerão Aurélio Pereira Quintanilha e António José Branquinho da Fonseca, e ainda Manuel Monteiro e António das Neves Rodrigues, da Loja A Revolta e que passarão, no final da década de vinte, pelas agruras da prisão e da deportação. Todos dedicados colaboradores da Universidade Livre de Coimbra, sediada primeiro na Biblioteca Municipal e depois na Torre de Almedina, e que se propunha ser “o traço de união entre as camadas populares e a velha e gloriosa Universidade de Coimbra”⁴⁵⁵ e que da sua atividade consta um notável conjunto de conferências realizadas.

Ligada à Universidade Livre de Coimbra está uma extensão na Figueira da Foz, criada em 1929 e cuja atividade se reduz após 1933. Alberto Vilaça contesta uma ligação fundacional desta extensão à Loja Germinal, da Figueira da Foz, opinião que

⁴⁵⁴ Uma biografia mais completa de João José da Conceição Camoesas pode ser vista em VENTURA, António, *A Maçonaria no Distrito de Portalegre*, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2007, pp. 109 e 110;

⁴⁵⁵ VILAÇA, Alberto, *Resistências culturais e políticas nos primórdios do salazarismo*, Coimbra, Ed. Ed. Campo das Letras, 2003, p. 71, citação de Alberto Vilaça;

não é partilhada por Isabel Henriques. Alinhámos por esta última posição já que vendo a documentação existente, essa ligação é claramente referida numa inspeção do Conselho da Ordem à Loja, assim como na correspondência trocada. Eram figuras de referência Albano Duque⁴⁵⁶ e sua mulher Cristina Torres dos Santos, ambos professores na escola criada pela Loja Germinal. Aliás, Albano Duque foi um dos fundadores da Loja e seu primeiro Venerável, tendo sido iniciado na A Revolta, de Coimbra. A Loja foi criada em 1930, mas apenas instalada em fevereiro de 1931, situando-se o seu Templo na Rua da Lomba 41, na Figueira da Foz.

O relatório de inspeção à Loja, atrás referido e datado de dezembro de 1932, não assinado, mas que cremos ser da autoria de António Augusto Franco, diz que:

“esta Loj.:., admitida á Reg.: e Fil.: por Decreto nº 70 de 24 de novembro de 1930 (e.:v.:), e instalada a 7 de fevereiro de 1931, com menos de dois anos de existência e, apesar de ter as suas colunas decoradas com um número limitadíssimo de OObr.: – apenas oito – todos em condições económicas pouco desafogadas, tem já uma obra no mundo prof.: que se impõe á consideração geral, e que pode servir de brioso exemplo (...). Para cobrir a sua ação no mundo prof.: creou uma delegacia da Universidade Livre de Coimbra, no val.: da Figueira da Foz. Em torno dessa associação de propaganda e cultura, teem os Ilr.: daquela Loj.: efetuado uma obra grande. Para realizarem conferências da Universidade Livre, tem ido aquele val.: elementos dos mais categorizados na Democracia, sendo maçons na quasi totalidade. E a população, de todas as classes da Figueira da Foz tem sabido corresponder a este esforço, assistindo sempre com visível interesse a todas as conferências, enchendo os vastos salões em que se realizam. (...) Crearam na Universidade Livre uma escola nocturna para indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades (...). Ali se ministra instrucção primária nas quatro primeiras classes, a todos (...) sem condição de idade ou de sexo (...). Em 14 de fevereiro do corrente ano inaugurou (...) a 1ª biblioteca rural, na freguesia de Quiaios, destinada a percorrer trimestralmente as freguesias do concelho (...). Organizaram também uma biblioteca pedagógica, com cerca de 80 volumes, constituída por livros estrangeiros, escolhidos entre o que há de mais actualizado em assuntos de pedagogia e, portanto, o mais liberal possível (...)”.

E mais adiante, sobre as crianças, acrescenta-se que:

“com o fim de desenvolver nas creanças o espírito associativo, organizaram um núcleo da Cruz Vermelha da Juventude, tendo já bastantes creanças associadas e procuram agora dar-lhes assistência médica. Ainda na alta compreensão de que á

⁴⁵⁶ De nome completo Albano Correia Duque de Vilhena e Nápoles, professor e iniciado em março de 1930 na Loja A Revolta, de Coimbra, tendo sido um dos fundadores da Loja Germinal, da Figueira da Foz;

Democracia interessa captar a mocidade, arranjam, por arrendamento, sede própria para a Universidade Livre, com um vasto salão para conferências públicas e para jogos de bilhar, leitura de jornais e revistas liberais, etc., procurando atrair a mocidade, de modo a poder garantir-se a continuidade da Universidade Livre, como centro de cultura liberal (...).⁴⁵⁷

Um dos aspetos mais interessantes desta Loja e do funcionamento da sua biblioteca rural que, recorde-se percorria as freguesias do concelho, era o facto de ela se adaptar socialmente à realidade local. Uma ata da Loja, com data de 7 de maio de 1932, refere que não sendo “época própria para leituras no Val.: de Quiaios, em virtude dos trabalhos agrícolas, foi resolvido transferir dali a biblioteca para outro ponto (...).⁴⁵⁸

Inserida nas abordagens temáticas da época, a Loja Germinal proporcionou também importantes conferências sobre o tema da higiene, destinado às classes populares, algumas delas realizadas na Associação de Instrução Popular. Refira-se ainda que o período de maior atividade da Loja Germinal coincide com uma redução da atividade da Loja Fernandes Tomás, também da Figueira da Foz. Por último, refira-se igualmente que algum do dinamismo maçónico na Figueira da Foz e em Buarcos é devedor da atividade da Loja Luz e Harmonia, de Buarcos, que embora Abatendo Colunas em 1927, lhe fez suceder o Triângulo nº 268, mantendo-se alguns dos seus Obreiros ativos. Disso dá conta Basílio Lopes Pereira, em carta dirigida ao Conselho da Ordem com data de 26 de dezembro de 1932, onde refere o trabalho deste Triângulo e da Loja Luz e Harmonia “de que ainda hoje há restos”.⁴⁵⁹

A Universidade Livre não atuava apenas nos grandes centros urbanos. Um dos núcleos mais dinâmicos da Universidade Livre situava-se em Monchique,⁴⁶⁰ que rapidamente se espalhou a diversas localidades algarvias. Era reflexo da importância das Lojas aí situadas, cujo espírito de iniciativa as levou a constituírem diversas escolas móveis e bibliotecas, em que aquelas eram escolas que se instalavam numa localidade por um período de quatro a seis meses, com um

⁴⁵⁷ *Processo da Loja Germinal, da Figueira da Foz – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁴⁵⁸ *Fundo da Loja Germinal*, Arquivo de José Manuel Martins;

⁴⁵⁹ *Publicações várias (miscelânea)*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Basílio Lopes Pereira refere as dificuldades deste Triângulo, pelas limitações económicas dos seus Obreiros ou por razões de saúde de alguns deles, mencionando os nomes de José da Costa Coelho, comerciante, Luís Palaio, contínuo na Escola Comercial e sofrendo de tuberculose em estado avançado, Joaquim Alves, barbeiro, António Charana da Costa, marítimo, António Dantas Mendes da Cruz, médico e oficial da Armada;

⁴⁶⁰ Veja-se a este propósito SAMPAIO, José Rosa, *As escolas da Maçonaria em Monchique durante a 1ª República* (2009), e *Organizações da Maçonaria em Monchique durante a Primeira República* (2014);

professor e um ajudante, transportando consigo livros e material didático. Este movimento educativo, baseado no altruísmo e num sistema educativo diferenciado, emerge ao longo do país antes e depois da I República, perecendo de forma continuada após a Revolução do 28 de Maio de 1926. Podemos citar, de entre os muitos exemplos, da ordem das centenas, a Escola Livre de Mortágua, fundada em 1908 e que perdurou até 1930, ou a Escola Livre de Oliveira de Azeméis. Na Beira, a importância das Escolas Livres foi tal que se justificou a criação de uma Confederação das Escolas Livres da Província das Beiras, cuja sede provisória se situava, em 1930, em Oliveira de Azeméis. Podemos ainda encontrar esta filosofia de ensino na Escola Primária e Elementar Agrícola Coronel Mourão, em Ervidal, no concelho de Avis, no Alentejo, uma escola apoiada pela Loja Liberdade, de Lisboa, e onde nos seus estatutos se pode ler que “a faculdade de pensar é o dom mais nobre que a natureza deu ao homem”, “a verdade simples e clara não é um fim, é um meio para firmar o raciocínio na conquista de novas verdades” e que encerra todo o espírito ideológico que preside a estas iniciativas.⁴⁶¹ Aqui podemos juntar a Sociedade Filantrópica e Instrução de Buarcos ou a Associação de Instrução Popular como que encarnando na Figueira da Foz o espírito das Universidades Populares. Um outro exemplo ainda é-nos dado pela Loja Liberdade, da Madeira, filiada primeiro no GOLU e depois no Grémio Luso Escocês, uma Loja com um longo historial, já que foi criada em 1871 e que só desapareceu durante a clandestinidade, e que possuía uma escola no Funchal que tinha, em 1932, cinquenta crianças, sendo seu dinamizador o médico José António de Freitas. Todas elas, constituem uma resposta a uma população infantil, adolescente e até adulta que não frequentava a escola, não sabia ler nem escrever e tinha muito baixas expectativas pessoais e profissionais, acrescidas frequentemente de uma baixa participação cívica.

Alguns nomes são de referir pela dedicação à criação e ao apoio às Escolas Móveis. É o caso de José Joaquim da Silva Graça, nas palavras de Aires Henriques, um dos mais dedicados defensores do projeto nacional de alfabetização idealizado por Casimiro Freire em 1882, quando da fundação da Associação das Escolas Móveis.⁴⁶² Francisco de Almeida Grandela, comerciante, maçom e carbonário, é outro dos nomes que se junta neste conjunto de homens preocupados com o ensino, e que para tal fim, um pouco por todo o país, cediam edifícios para neles se

⁴⁶¹ *Processo da Loja Liberdade, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁴⁶² HENRIQUES, Aires, *Por montes e vales – as Escolas Móveis e o republicanismo no vale do Zêzere*, Pedrógão Grande, Ed. Museu República e Maçonaria, 2020, p. 163;

criarem escolas, fixas ou móveis, destinadas às populações locais, ou se propunham ajudar com meios económicos. Eram escolas onde se aprendia a ler, a escrever e alguma aritmética básica, o que não deixava de ser muito face ao nada que havia. Recorrendo ao “método João de Deus”, os cursos tinham uma duração limitada e significativamente designados de “missões”. Aires Henriques, transcrevendo uma declaração de um responsável por estas escolas na Sertã, refere que

“embora em cinco meses o método João de Deus tenha realizado a maravilha de pôr a ler, escrever e contar indivíduos absolutamente analfabetos, essa missão elementar devia ser seguida de uma outra complementar, por igual período de tempo, e em que os alunos não só se aperfeiçoassem nas matérias dadas como adquirissem noções de outras”,⁴⁶³

mencionando-se como exemplos o desenho ou a carpintaria, entre outras.

Não se julgue que foi fácil a vida das Escolas Móveis. Enquanto Fernando Rosas nos lembra que a I República nascera num “estrito meio urbano”, cercada por um “oceano de ruralidade”,⁴⁶⁴ David Luna de Carvalho refere a propositada não colaboração dos párocos, quer em relação à escola, quer em relação a medidas de saúde, nomeadamente nas campanhas de vacinação. Quanto às escolas eram muitos os padres que pediam às populações para não mandarem os filhos à escola, levando as populações a chamarem de excomungadas às professoras e ameaçando a sua segurança. Cite-se a história ocorrida em Sanfins, Valença do Minho, distrito de Viana do Castelo, mas igual em muitas outras localidades, onde a professora se queixava de que pelo facto de não ir à missa todos os domingos e de não se ajoelhar para a confissão a aniquilavam socialmente “por processos tais, indignos de se ouvirem“, para além dos paroquianos terem sido avisados de que não deveriam falar com ela, tendo mesmo sido avisada de “que a queriam correr a pontapés”, havendo “uma mãe tinha ido retirar a filha da escola, dizendo que as outras fariam o mesmo e que preferia gastar o seu dinheiro em caixões para fazer o enterro dos filhos e vê-los educados em tais escolas”.⁴⁶⁵ Outro exemplo, Outeiro da Vila, de setenta inscritos apenas dezanove chegaram a exame, pela influência negativa do pároco local que promoveu a discórdia entre a população, afirmando que a escola

⁴⁶³ HENRIQUES, Aires, *Por montes e vales – as Escolas Móveis e o republicanismo no vale do Zêzere*, Pedrógão Grande, Ed. Museu República e Maçonaria, 2020, p. 270;

⁴⁶⁴ ROSAS, Fernando, *Os Quatros Regimes in* ROSAS, Fernando, LOUÇÃ, Francisco, LOPES, João Teixeira, PENICHE, Andrea, TRINDADE, Luís, CARDINA, Miguel, *O século XX português: política, economia, sociedade, cultura, império*, Lisboa, Edições Tinta da China Lda, 2020, p. 30;

⁴⁶⁵ CARVALHO, David Luna de, *Os levantes da República (1910.1917) – resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2011, p. 266;

visava destruir a religião e fazer republicanos, recorrendo a livros envenenados. As professoras, que nas suas escolas colaboravam na vacinação das crianças, eram acusadas de imoralidade, entendendo-se que a vacina era maçónica e, como tal, um veneno no sentido religioso e moral, sendo um instrumento para tirar as crenças religiosas às crianças, ou para escrever a sangue o nome de cada um no livro da Maçonaria. O jornal *O Século*, em 1 de maio de 1911, transcrevendo *A Democracia da Beira*, relata que em Vale de Azares

“centenas de habitantes desta freguesia, homens e mulheres, (tinham ido) a caminho das duas escolas, munidos de sachos, enxadas, machadas e até revólveres, intimidando o professor e professora, com carácter agressivo, a porem no olho da rua os seus filhos, que os não queriam vacinados com o sangue dos maçónicos. Exigiam também que lhes apresentassem os dois homens-diabos que tinham em casa, para fazerem as tais vacinas, para imediatamente os esquartejarem (...)”.

E mais adiante o mesmo professor refere-se ao pensar dessas populações procurando

“(…) três autênticos vermelhos, três audaciosos pedreiros-livres, saídos das fileiras republicanas, (que) haviam percorrido o meu concelho, visitando algumas das suas escolas, e nelas oh! Horror dos horrores! Praticado a golpes impiedosos, (...) a obra da vacina com o peçonhento sangue maçónico (...)”.⁴⁶⁶

Da colaboração desta rede de escolas nas campanhas de vacinação podemos referir os Centros Republicanos de Santarém ou, em Lisboa os Centros Republicanos de Alcântara, da Pena, do Socorro, Henriques Nogueira e António José de Almeida.

Aprofundava-se nestas escolas o espírito intervencionista na vida pública, que caracteriza todos os exemplos de que nos podemos lembrar, o que junto com a influência de muitos pelo seu poder socioeconómico e cultural e pelas propostas feitas dentro da legalidade, no período que vai até 1935, mas principalmente até 1933, permitiram uma ação de relevo por parte da Maçonaria, pesem embora as manifestações de oposição, especialmente vindas dos meios mais conservadores. Um dos melhores exemplos desta dedicação é o centro Escolar Democrático José Jacinto, em Pedrógão Grande, que tendo acolhido o programa de Escolas Móveis antes da República, vai posteriormente dar continuidade à tarefa de ensino às populações locais com a República, e a que Aires Henriques⁴⁶⁷ associa os nomes de

⁴⁶⁶ CARVALHO, David Luna de, *Os levantes da República (1910.1917) – resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2011, p. 225 e 226;

⁴⁶⁷ HENRIQUES, Aires, *Por montes e vales – as Escolas Móveis e o republicanismo no vale do Zêzere*, Pedrógão Grande, Ed. Museu República e Maçonaria, 2020, p. 28;

António Jacinto Fernandes, que era vogal da direção da Associação das Escolas Móveis, José Jacinto Nunes, António José de Almeida, Augusto Baeta das Neves Bissaia Barreto, Fernando Bissaia Barreto, José Cardoso e Manuel Maria Coelho.

Ao longo do país são muitos os maçons que intervieram em associações culturais, cívicas ou de apoio, como sejam a assistência social, serviços de bombeiros ou saúde, e que se contam por largas centenas. No caso específico da Figueira da Foz e no período da Ditadura, refiram-se, a título de exemplo, os nomes de Albano Duque, já mencionado, de António Augusto Esteves, António da Silva Biscaia, Carrington da Costa, Fausto Pereira de Almeida, Joaquim Carvalho, José Bento Pessoa, José da Silva Ribeiro, Maurício Pinto ou Manuel Gaspar de Lemos, entre outros. À Universidade Livre de Coimbra está também ligada a Escola Livre da Mealhada, onde se destaca o nome de Manuel Monteiro e que dinamizou processos de ensino inspirados na Escola Oficina nº 1.

Sob o ponto de vista cívico e educacional⁴⁶⁸ há também a destacar a Academia de Estudos Livres, fundada pela Maçonaria em 1889, com um objectivo pedagógico próximo daquilo a que hoje chamaríamos de “educação permanente”, sendo uma iniciativa da Loja Simpatia e União de Lisboa. Da sua atividade consta a participação em diversos atos comemorativos, nomeadamente homenagens a Gomes Freire de Andrade, Alexandre Herculano, Abraham Lincoln ou Petrarca, e constam diversos cursos livres nas áreas da história, da geografia, das letras ou do desporto. Nestes cursos a par da matemática, da física, da química ou do francês, podemos também encontrar a fotografia, o português arcaico, a esgrima, a agricultura, a higiene social, a escrituração comercial ou as teorias da educação. De referenciar igualmente a Academia de Instrução Popular, fundada em 1892, também designada por Escola nº 2⁴⁶⁹ e fundada pela Loja José Estevão, que a apoiava através de uma renda mensal proporcionada pela Associação de Beneficência José Estevão.

Como já se referiu, havia palestras sobre os mais variados temas, desde a saúde e higiene aos problemas específicos do operariado ou sobre as questões coloniais. Deixamos aqui a nota de um dos mais interessantes exemplos que encontrámos, o

⁴⁶⁸ Não cabe aqui aprofundar a temática educacional em si, objeto de vários estudos, mas apenas referir uma preocupação da Maçonaria da época;

⁴⁶⁹ Não confundir com uma Escola Oficina nº 2, também fundada anos mais tarde pela Loja José Estevão, mas que nunca chegou a funcionar;

de uma palestra proferida na Universidade Popular de Lisboa,⁴⁷⁰ em 1930, por Amílcar de Barros Queirós,⁴⁷¹ subordinada ao tema *O Trabalho no seu aspeto jurídico* e que constitui uma resposta a uma outra conferência feita por Felipe Ignez Ferreira, da Loja Madrugada. Nesta conferência, recorde-se destinada ao público em geral, Amílcar de Barros Queirós, afirma que o trabalho não é tanto um direito, como o concebemos hoje, mas antes um dever, seguindo a linha que vem do iluminismo e abraçada pela burguesia comercial e urbana, e que faz ainda hoje escola nos rituais maçónicos, de que o trabalho é uma virtude recompensada com o reconhecimento social e económico. Linha esta, que atravessa o positivismo e que vê no trabalho uma componente de redenção social, própria do período positivista. Daí o orador dividir esse dever em dever moral e dever obrigação, para logo avançar que ninguém pode ser obrigado por um dever a trabalhar, pois caso isso acontecesse teríamos a Lei como um estigma e o esmagamento de todas as liberdades. Sublinhando a dignificação pelo trabalho, Amílcar de Barros Queirós confronta-a com as exigências do desenvolvimento técnico que conduzem a um aumento da produção e consequentemente do trabalho. Discordando de Felipe Ferreira, que considerava que os patrões não produziam trabalho porque não executavam esforço físico, Amílcar de Barros Queirós entende que o esforço organizativo e intelectual também faz parte desse trabalho, daí partindo para questões de organização económica das empresas ou do sistema bancário, ou ainda para questões relacionadas com a situação económica e social das empresas.

Um dos documentos existentes no Arquivo do Grande Oriente Lusitano é um plano de conferências, dos anos trinta, associado a outros do Conselho da Ordem, mas de onde estão ausentes outros dados. O interessante neste documento são os temas: “para que novos direitos se deve caminhar”, “o dever da instrução para o reconhecimento do cidadão útil” e como sub-tema “o livro”, “os lugares onde se podem cometer desumanidades e injustiças”, propondo para debate os hospitais, as cadeias, os asilos e as oficinas, e por último “o direito que o homem tem a utilizar meios para defender e fazer valer os seus direitos”. O importante nesta lista é a modernidade de alguns dos temas propostos, o que indicia uma intenção cívica estruturada e atenta a novas realidades sociais.

⁴⁷⁰ A este propósito veja-se VENTURA, António, *Estudos sobre António Sérgio*, (1988), onde consta uma lista vasta de conferências e conferencistas;

⁴⁷¹ Amílcar Fernando de Barros Queirós, iniciado em 1929 na Loja Madrugada, usava o nome simbólico de Tomé de Barros Queirós, seu familiar, político, vereador camarário e republicano de referência, iniciado na Loja Acácia, de Lisboa, em 1912 e que veio posteriormente a pertencer às Lojas Cândido dos Reis e Madrugada. A data da conferência feita por Filipe Ignez Ferreira é de 16 e 23 de maio de 1930. A conferência de resposta de Amílcar de Barros Queirós é de 18 de julho de 1930;

Aquilo que se nota é que as Lojas maçónicas trazem para estes espaços de sociabilidade temas e confronto de ideias que podiam nascer dentro de uma única Loja ou serem transversais a várias Lojas, por vezes até confrontando posições diferentes entre si. Ainda que o nível de analfabetismo fosse enorme, não é de estranhar um elevado nível de consciência política por parte do operariado da época. A dada altura, no debate atrás referido e quase que nos transportando para os dias de hoje, confrontam-se as opiniões de Felipe Ferreira e de Barros Queirós quanto à opção preferencial entre contratos de trabalho individuais e coletivos, onde Felipe Ferreira argumenta que estes são uma “forma de evitar a exploração do homem pelo homem”, os quais têm ainda a virtude de “num debate entre o operário e o patrão”, onde este tem a vantagem da astúcia e da força, o primeiro se sentir mais protegido, ao que Barros Queirós contrapõe o argumento de que uma fábrica não é um parlamento, logo não há debates entre operários e patrões. E a conferência não termina sem alusões, negativas, ao sistema económico e laboral comunista na Rússia, como se os maçons em causa quisessem claramente marcar posições. Independentemente das posições assumidas por dois maçons da mesma Loja, refira-se, há o abrir as consciências para a reflexão e para o debate sobre um tema como este. É neste sentido o teor da Circular nº 9 de 16 de maio de 1932, onde se pode ler:

“ (...) o Cons.: da Ord.: está empenhado em dar efetivação á última parte dos assuntos tratados na pr.: da Resp.: Loj.: Elias Garcia (...) – o estudo atento e cuidadoso dos problemas de ordem social e económica, procurando para eles soluções consentâneas com os objetivos progressivos da moral maç.:, essencialmente criadora e renovadora”.

O Estado Novo ao asfixiar ou mesmo proibir a multiplicidade de organizações deste género existentes, contribuiu fortemente para matar este espírito de análise, de debate e de consciência cívica.

Crentes de que educar era fundamental para o exercício da cidadania, os temas abordados eram decorrentes do momento político ou social, na grande maioria dos casos sem a obediência a uma estrutura temática base e generalizada. Por outro lado, não se vislumbra uma qualquer calendarização dos assuntos apresentados, sendo antes visível que eles surgem ao sabor da vida das Lojas, da disponibilidade e dos convites feitos aos oradores e ainda de questões políticas ou sociais momentâneas. É evidente que nestas conferencias se incutiam valores de solidariedade e de humanidade. Por isso, a par da cultura geral e científica, havia

também a preocupação, de que cidadãos conhecessem as instituições do país, algumas regras de conduta em sociedade e questões de ordem pessoal que podiam afetar terceiros, como a saúde ou a higiene. Quando Barros Queirós numa destas conferências aborda aspetos jurídicos de um contrato de trabalho ou o apoio médico aos operários de uma fábrica ou a construção de escolas para apoio aos filhos dos operários, está a passar ideias e valores a quem que assistia a essas conferências.

A provar que as questões sociais e laborais não eram novas dentro da Maçonaria está o grito desesperado da Loja Invicta, do Porto, que num trabalho com data de 1931, escrevia que “a fome entra nos lares que devasta impiedosamente”,⁴⁷² ou o trabalho *Da Liberdade à Democracia*, apresentado por Boavida Portugal na Loja Montanha, de Lisboa, em 1923, onde se escreve que “o exclusivismo da posse da terra impede a Justiça Social”, ou que “as novas aspirações sociais proclamam que a não se transformar o conceito de propriedade, o salário continuará a ser de sobrevivência da velha forma de escravidão”. Nesta publicação pode também ler-se que “em face duma República capitalista, sequência duma Monarquia capitalista, não há diferença sensível. Ou os valores existentes mudam, ou teremos de confessar que as ditaduras, as oligarquias (...) ainda vivem em pleno século XX e que o egoísmo de umas pessoas prevalece contra os sagrados direitos de seis milhões d’habitantes”. E mais adiante acrescenta-se: “fez-se a República, é preciso fazer a Democracia. Se a República é o reconhecimento dos direitos, a Democracia é a organização própria para os exercer, exercendo-se, só então, a soberania do povo”.⁴⁷³

18 - A Maçonaria na resistência cultural ao regime

A Ditadura, instaurada em 1926, e o Estado Novo, nascido em 1933, não significaram o fim das ideias e práticas culturais protagonizadas pela Maçonaria. Em 1926 encontramos a Maçonaria e algumas entidades próximas de si numa tomada de posição contra o rearmamento geral da Europa, defendendo o controle internacional na produção de armas e munições, adotando uma linguagem pacifista, a que não era alheia a ação de Magalhães Lima. É uma posição que no seio da

⁴⁷² *Processo da Loja Invicta, do Porto – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁴⁷³ *Processo da Loja Montanha, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Maçonaria se estenderá até meados da década de trinta, ressurgindo após a II Guerra Mundial e é uma evolução em relação ao espírito intervencionista defendido, ainda que evocando razões de ordem política e moral, pelo republicanismo em geral quando a I Guerra Mundial.

Era através da criação de entidades associativas e culturais que a Maçonaria espalhava o seu ideário e encontrava cidadãos de valor para reforçar os seus quadros. Mas não só, sendo de realçar a influência que o grupo *Seara Nova* exerceu sobre o pensamento maçónico da época e que se expressou nas posições ideológicas de muitos maçons ou nos trabalhos elaborados nas Lojas. Note-se, porém, que o pensamento dominante e a atitude política da *Seara Nova* sofreram mutações ao longo do tempo. António Reis, antigo Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano e um estudioso da *Seara Nova*, assinala a existência de cinco ciclos na vida desta revista: o primeiro, de 1921 a 1926, é um período de definição doutrinária e de crítica aos males da República, assim como de denúncia do perigo integralista e fascista, nomeadamente através de António Sérgio. No segundo, entre 1926 e 1939, predomina a conspiração e é a fase de doutrinação de António Sérgio. No terceiro, entre 1939 e 1958, predomina um discurso de reivindicação das liberdades cívicas na linha do republicanismo tradicional. António Reis situa um quarto ciclo entre 1959 e 1974, caracterizado pela renovação doutrinária motivada pela influência de correntes marxistas e pela abertura às novas gerações, e finalmente um quinto e último ciclo entre 1974 e 1978/79, caracterizado por uma hegemonia comunista e pela desagregação do grupo e morte da revista.⁴⁷⁴

Encontramos as raízes da *Seara Nova* na Renascença Portuguesa, em janeiro de 1912, e na revista *Águia*, no Porto, onde sobressai a veia doutrinária e ação educativa, que no Congresso Maçónico realizado no Porto, em 1914, valorizará a educação popular e os grupos sociais mais desprotegidos, e que se irá refletir na ação cultural Centros Republicanos já existentes ou na sua disseminação pelo país, ou ainda na criação de escolas artísticas. Nome incontornável da Renascença Portuguesa é Leonardo Coimbra, iniciado em 1913, na Loja Luz e Caridade, da Póvoa do Varzim, e que posteriormente virá a pertencer à Loja Madrugada, de Lisboa. Refira-se que nem sempre o movimento da Renascença Portuguesa foi internamente bem aceite, visto por vezes ora como concorrencial, ora como divergente com a sua oposição ao positivismo que era defendido pela Maçonaria, ou

⁴⁷⁴ REIS, António in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Ed. Bertrand Editora, 1996, p. 891;

pelo seu apelo ao saudosismo, tal como nem sempre foi pacífica a convivência entre as diferentes correntes filosóficas existentes no seio da Renascença. Aliás, serão essas divergências internas que estarão na base da criação da *Seara Nova*, em 1921, movimento protagonizado por Raul Proença, Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, Azeredo Perdigão, Faria de Vasconcelos e Câmara Reis, aos quais se juntarão António Sérgio e Rodrigues Miguéis, entre outros, que sendo simultaneamente um grupo heterogéneo e por vezes contraditório não deixa de pensar o país num prazo mais ou menos longo. Quanto a Leonardo Coimbra, desconhece-se o efeito na Maçonaria da aproximação deste ao catolicismo e da sua defesa do ensino religioso particular em meados da década de trinta e na sequência do falecimento de um familiar, mas é possível que tenha tido repercussões, mesmo tendo em conta o momento crítico que a Maçonaria vivia. Quanto à heterogeneidade da *Seara Nova*, será também essa diversidade que a Maçonaria absorverá e incorporará nos trabalhos de algumas Lojas.

Era intenção da *Seara Nova* uma “educação das mentalidades”,⁴⁷⁵ expressão de Paula Feliciano, para a ideia sergiana de revolução moral e social e defendida igualmente por alguns intelectuais “alheados dos partidos, mas não da vida política”, algo em que encontramos semelhanças com o trabalho das Lojas maçónicas, onde a política partidária não deve entrar, mas onde são discutidas as ideias mesmo que políticas. Um dos objetivos, o de contribuir para a formação de uma opinião pública esclarecida, também o vemos plasmado no republicanismo e na Maçonaria, sendo até considerado um dos pilares da atividade desta. Quer a *Seara Nova*, que se dizia ser radical mas não jacobina, quer a Maçonaria da época, defendiam que as mudanças sociais e de mentalidades das elites, seriam determinantes para o progresso moral e material da sociedade, ao mesmo tempo que viam no cosmopolitismo um elemento de oposição ao tradicionalismo e até ao saudosismo da Renascença Portuguesa. Ainda que por vezes se opondo, as duas correntes faziam-se sentir nas Lojas, ainda que por motivos diferentes. Se vemos as ideias da *Seara Nova* a se materializarem nas questões de progresso e de mudança social, vemos o saudosismo da Renascença a ganhar particular importância numa linha de pensamento tradicionalista, “voltada para um passado histórico glorioso”, como refere Eliana Brites Rosa, “defensora da cultura tradicional portuguesa, imbuída de

⁴⁷⁵ FELICIANO, Paula Virgínia Pires, *O grupo Seara Nova e a Maçonaria – reflexões sobre o idealismo seareiro durante a I República in La Maçonería Española, repression y exilios*, coord. J. A. Ferrer Benimelli, Ed. Gobierno de Almeria, 2010, p. 359;

ideais messiânicos e patrióticos”,⁴⁷⁶ que mais tarde o Estado Novo irá recuperar e adaptar. Ainda assim predominava como maioritária na Maçonaria a linha positivista, a que não deverá ser estranha a influência ideológica do Grão-Mestre Magalhães Lima ou da cultura e da Maçonaria francesa.

Entendendo ser um grupo com a responsabilidade de motivar uma elite que contribuísse para gerar uma opinião pública esclarecida, o grupo *Seara Nova*, assumia-se acima da discussão partidária e era visto com simpatia nas Lojas. Mas se é verdade que a ação da *Seara Nova* se fazia sentir nas Lojas, recorrendo até a oradores comuns como João Camoesas, Mário de Azevedo Gomes, Ribeiro de Carvalho, Trindade Coelho ou Vitorino Nemésio, ela também se estendia a áreas e oradores que não estando tão presentes ou tão sintonizados com o universo maçónico, não deixam de marcar a atividade das Lojas. Quando vemos Ezequiel de Campos falar sobre a reorganização económica do país ou António Sérgio falar sobre o ensino, compreendemos como certas ideias chegam às Lojas maçónicas, mesmo que os oradores não sejam maçons. O mesmo se passa com as intervenções de Jaime Cortesão, embora este já maçom, em defesa de uma maior intervenção nas Colónias e da necessidade de fomentar o desenvolvimento económico e agrícola destas, sobre as questões comerciais entre a metrópole e as Colónias ou da integração social das populações locais, como de resto nestas páginas se refere a propósito das Lojas de Angola e Moçambique, ou das intervenções de dirigentes da Maçonaria a propósito das questões coloniais. A propósito da penetração de novas ideias nas Lojas, Norton de Matos, em 1931, na sua mensagem à Grande Dieta afirmava que:

“um movimento, porém, se está produzindo actualmente em todo o mundo, no sentido de ligar entre si as diversas nações, de abolir fronteiras de diversa natureza, tanto espiritual como económica, e estabelecer penetrações de vários interesses, intelectuais e materiais. Deve a Maçonaria seguir este movimento e aproveitá-lo para, em torno dele e de outros aspectos da vida da Humanidade, que terão de ser sempre património comum, procurar reconstruir aquela universalidade do séc. XVIII, que tantos benefícios produziu. E por essa razão compete à Maçonaria Portuguesa, como elemento marcante de uma nação, cuja história é uma sucessão de iniciativas, dar os primeiros passos sem esperar que os outros deem”.⁴⁷⁷

⁴⁷⁶ ROSA, Eliana Brites, *Os intelectuais e a superação da crise nacional na I República: da Renascença Portuguesa à Seara Nova in República e Republicanismo*, coord. Maria Fernanda Rollo e António Rafael Amaro, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2015, p. 208;

⁴⁷⁷ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

A imprensa constituiu também um baluarte de oposição ao regime e uma forma de expressão da Maçonaria, apesar das crescentes limitações impostas pela censura. Há exemplos um pouco por todo o país e poderíamos começar por referir a *Gazeta de Torres* e *A Voz do Bombarral*, próximas da Loja Progresso, de Torres Vedras, criada em 1958, ainda que reivindicando a data de 1922 de uma sua antecessora com o mesmo nome. Muitos maçons assumiam-se como correspondentes de diversos órgãos de informação ao longo do país, numa colaboração voluntariosa e característica da época.

Próximos das Lojas A Revolta e Fernandes Tomás estão os jornais *A Verdade* e *A Voz da Justiça*, o primeiro dirigido por Armando Cortesão, diretor da Imprensa Universitária de Coimbra, e com uma colaboração estreita de Cândido Augusto Nazaré, o segundo propriedade de Manuel Jorge Cruz. *A Verdade* registava uma distribuição clandestina, que Alberto Vilaça refere, e onde se destacam os nomes do escultor João da Silva, em Lisboa, Fernando de Azevedo Antas, médico no Porto, José Silva Ribeiro, chefe de redação de *A Voz da Verdade* e do comerciante António Marques, em Coimbra. Vilaça refere ainda os nomes de João Marques Perdigão, António Malva do Vale, Francisco Caetano, Joaquim Abreu Couceiro e João Carvalho, enquanto Isabel Henriques nos acrescenta os nomes de Albano Duque, António Augusto Esteves⁴⁷⁸ e Maurício Pinto, alguns deles colaborando com outros órgãos de informação e todos eles maçons. *A Verdade* foi um jornal que contou com o apoio da República espanhola numa dada fase da sua existência, e que continha artigos que desmontavam a argumentação do regime e incitavam à revolta contra a Ditadura pela denúncia das ações repressivas. Segundo Cristina Clímaco pretendia ser uma fonte de informação para a imprensa estrangeira, tendo uma distribuição gratuita em Portugal, ainda que apelando à contribuição dos seus leitores. Registando uma tiragem de vários milhares de exemplares era um jornal bastante popular em todo o país que, no dizer da polícia política, fazia o “incitamento à indisciplina social, à desarmonia entre os elementos da força pública, por divulgarem boatos e publicarem artigos destinados a perturbar a ordem pública e a prejudicar o crédito nacional”.⁴⁷⁹

A Verdade era um jornal, por vezes, considerado demasiado radical, o que originou algumas tensões internas. O facto de atacar alguns republicanos conservadores,

⁴⁷⁸ Segundo Isabel Henriques usava o pseudónimo de Carlos Sombrio;

⁴⁷⁹ MADUREIRA, Arnaldo, *Salazar – a instauração da ordem*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2010, p. 282 cit. PIDE/DGS, proc. N° 1053;

próximos do regime, com especial destaque para Carmona, acusando-o de ter tido a possibilidade de acabar com a Ditadura por meios pacíficos, criará algumas dificuldades especialmente aos republicanos do interior do país, mais próximos do poder do que os exilados ou mesmo do republicanismo urbano de Lisboa e do Porto.

Tendo sido apreendida a tipografia do jornal *A Verdade* por ação da PVDE, gerou tensão a intervenção de Bissaia Barreto, que se sabe ter recebido os equipamentos, mas cujo destino final é nebuloso. Recorde-se que a ação de Bissaia Barreto foi fundamental para a adesão de muitos republicanos e maçons da zona centro à União Nacional, com base no designado “acordo de Coimbra”, que teve significativos ecos internos e externos. Dos primeiros há consequências sobre a maçonaria coimbrã e será uma moeda de troca para proteção de alguns maçons. O preço foram dissidências, especialmente na Loja A Revolta, de Coimbra, ao mesmo tempo que o Regime usará esse acordo em seu favor, ajudando Salazar a combater uma direita nacional-sindicalista.

Apesar disso, mas talvez pela sua proximidade às Lojas Fernandes Tomás e A Revolta, da qual era fundador, Bissaia Barreto não deixa de justificar a participação de alguns militares, muitos deles maçons, no 28 de Maio:

“A ditadura saída do 28 de Maio, de princípio bem intencionada, admitamo-lo, em breve reconheceu que só por aqueles baixos processos poderia viver e neles se lançou. Não tardou que os militares briosos e sinceros que entraram no 28 de Maio, acabassem por ser perseguidos, presos, deportados e finalmente demitidos do exército, empurrados por uma quadrilha de bandoleiros, devoristas e reaccionários da pior espécie”.⁴⁸⁰

Com Bissaia Barreto virão a aderir ao Regime outros maçons, com o argumento de uma necessária clarificação política e de uma pacificação do país. Por isso Bissaia Barreto dirá que organizada a União Nacional, “esquecidos todos os agravos e perdoados todos os desvarios”, incluindo o conflito entre a Igreja e a Maçonaria, se poderia voltar à normalidade constitucional e à paz e concórdia entre os portugueses, incluindo igualmente aqui o regresso dos militares aos quartéis. De qualquer das formas era uma estratégia que não era nova, já que fora experimentada poucos anos antes, em 1928, por Vicente de Freitas e Carmona, tentando captar uma direita republicana ansiosa de paz e ordem em troca de

⁴⁸⁰ CLÍMACO, Cristina, *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio 1927-1936*, Lisboa, Edições Colibri, 2017, p. 251, cit. *A Verdade* nº 7 de novembro de 1933;

algumas benesses políticas, ao mesmo tempo que politicamente isolava a Liga de Paris.⁴⁸¹

A propósito ainda de Bissaia Barreto importa referir o seu apoio discreto à Maçonaria.⁴⁸² É certo que foi iniciado na Maçonaria, em data e Loja desconhecida e regularizado na Loja A Revolta, com o nome simbólico de Saint-Just, participou na Carbonária e foi deputado, vindo a aderir ao regime e a defender a proposta de Constituição de 1933, tornando-se também amigo e confidente de Salazar, que sabia da sua pertença à Maçonaria. São alguns os relatos, nomeadamente de Fausto Correia, que o autor presenciou, que referem ter usado essa posição para ajudar alguns Irmãos que, entretanto, eram perseguidos pelo regime. Interveio diretamente junto de Salazar a fim de minimizar penas ou alterar os locais de cumprimento das mesmas, acabando por prestar um contributo positivo, ainda que a sua ação não seja consensual nos meios maçónicos. Na verdade, para muitos republicanos e maçons em particular, passar para a Oposição tinha por oposto deter um lugar de destaque, mas esta opção podia afigurar-se como a melhor solução, funcionando como ponte entre a Oposição e o regime. No caso específico de Bissaia Barreto, o seu passado maçónico e o seu prestígio como médico em Coimbra, motivaram também fortes protestos dos integralistas quando da sua adesão à União Nacional, em 1932.

Refira-se a propósito que a imprensa da época, toda ela, tinha um papel agregador extremamente importante. Na realidade as novas conceções sobre o papel da imprensa que emergiram na década de vinte, a ideia de comunicar o essencial com maior destaque ou a utilização de novos tipos em tipografia, visavam captar a atenção e entusiasmar leitores, mantendo unidos os correligionários de cada tendência política. Se isto foi importante para a imprensa católica no seu ataque à Maçonaria, não o foi menos importante na imprensa republicana no seu confronto com o catolicismo e com os partidários da monarquia.

Quanto ao jornal *A Voz da Justiça* há que destacar o papel desempenhado enquanto órgão de oposição e onde encontramos os nomes de Gentil da Silva Ribeiro, seu primeiro editor, António Fernandes Gaspar, Manuel Gomes Cruz, João dos Santos, João de Barros, José Cardoso Santiago, todos pertencentes à Loja

⁴⁸¹ MADUREIRA, Arnaldo, *A formação histórica do salazarismo – 1928-1932*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2000, p. 113;

⁴⁸² Luís Vale, entrevista 45 minutos, Coja, 14 de junho de 2018;

Fernandes Tomás, da Figueira da Foz, assim como Albano Correia Duque de Vilhena e Nápoles e Fausto Pereira de Almeida, Obreiros da Loja Germinal, também da Figueira da Foz e aos quais se juntam também alguns dos colaboradores de *A Verdade*. Registem-se ainda referências ao jornal *Democrata*, no qual colaborou João Carrington da Costa, nascido na Figueira da Foz e que pertenceu às Lojas Madrugada e Renascença, e ainda *O Povo de Penafiel* que Arnaldo Madureira refere ter ligações à Maçonaria.

Na realidade, a propaganda pela via dos jornais é um assunto frequentemente abordado pelas Lojas maçónicas. Ela fazia parte igualmente das práticas do republicanismo em geral, da Oposição dentro e fora das fronteiras e de quase todas as forças políticas em geral, indiferentemente da sua orientação ideológica. Um jornal, de clara orientação republicana e oposicionista é *A Rabeca*, de Portalegre, que representou não apenas um sucesso editorial traduzido na sua longevidade, como de aceitação pelos seus leitores, sendo dirigido desde a década de vinte por João Diogo Casaca, e no qual também colaborou António Fernandes da Costa Ferro, advogado, republicano e maçom da Federação Portuguesa da Ordem Maçónica Mista Internacional O Direito Humano e posteriormente do GOLU.

Mas as resistências culturais iam muito para além da imprensa escrita e estendiam-se ao teatro, com referência a Fausto Pereira de Almeida, na Figueira da Foz, António José Pinheiro, ou mais tarde na rádio com Curado Ribeiro.

Logo após 1935 a ilegalização da Maçonaria levou a uma profunda alteração da atividade maçónica e as resistências culturais mudaram a sua forma de intervenção pública e locais de apresentação. Dois exemplos disso são António Augusto Esteves, que na Figueira da Foz criou uma tertúlia denominada “Coração, Cabeça e Estômago” que durou até 1948, e que reunia intelectuais da Figueira da Foz e de Coimbra, e Agostinho de Sá Vieira, que na Ribeira Grande, em S. Miguel, nos Açores, alargava as suas tertúlias culturais, realizadas em sua casa, muito para além da literatura e da poesia.

Com o tempo todas estas fugas ao controle do regime foram estando cada vez mais limitadas. A polícia política organizou esquemas de controle cada vez mais apertados, quando não colocava membros seus em algumas associações, casos de alguns clubes de cinema ou de artistas. Rosa Casaco, sendo um apaixonado de fotografia, era membro do Foto Clube 6x6, em Lisboa. A estes esquemas pode-se

juntar a censura na imprensa e na atividade literária, com destaque para os cortes ou mesmo a não publicação de textos e a apreensão de livros e publicações.

Mas além das Universidades Populares e Livres, e além dos Centros Republicanos, a ação da *Seara Nova*, diretamente ou influenciando nos trabalhos das Lojas maçónicas, faz-se também sentir na criação de bibliotecas públicas e constituíram uma forma de resistência cultural ao regime. Elas são um projeto que as Lojas abraçam, muitas vezes a reboque da criação de pequenas bibliotecas de formação dos seus Obreiros, que rapidamente extravasam para o Centro Republicano, para o bairro ou para uma qualquer associação cultural e recreativa local. É um trabalho que é muitas vezes desenvolvido a par com a criação de bolsas de estudo e prémios, ou a fundação de várias entidades que se complementavam nas suas atividades, não poucas vezes não se distinguindo a fronteira entre a ação da *Seara Nova* e da Maçonaria, como são os casos da Liga Propulsora da Instrução em Portugal, da Academia de Estudos Livres ou da Associação de Instrução às Classes Trabalhadoras. De comum, além de uma estratégia de intervenção, temos uma vontade de contribuir para a formação das camadas populares da sociedade e de contribuírem para mudanças na sociedade portuguesa. Recorde-se, a propósito de bibliotecas, que o Estado Novo compreenderá a importância das bibliotecas para a inculcação ideológica, promovendo o aparecimento de uma rede organizada, ainda que, por contraste, o escrutínio feito às obras nelas existentes fosse apertado. Eram desvalorizadas obras de carácter recreativo, desaconselhados os livros policiais, sendo a literatura estrangeira raramente encontrada, exceção feita aos livros técnicos, cujas traduções eram frequentemente deficientes.

Ainda sob o ponto de vista da resistência cultural à Ditadura sublinhe-se que muitas das iniciativas visavam difundir os valores republicanos e maçónicos, e para isso frequentemente se recorria a datas comemorativas como o 5 de Outubro ou o 31 de Janeiro, algo que o golpe do 28 de Maio não conseguiu apagar. Prova disso é um convite do Centro Escolar e Republicano de Belém, em Lisboa, com data de 1930, para a evocação do significado do 31 de Janeiro, já não falando do Ateneu do Porto ou dos vários centros republicanos da cidade do Porto, a propósito do 31 de Janeiro. Outras datas, após 1926 e antes de 1935, eram pretexto de homenagens, conferencias e tudo o que pudesse apelar ao sentido de Liberdade e de oposição à Ditadura, fosse a morte de Gomes Freire de Andrade, a Revolução Liberal no Porto e em Lisboa, a entrada das tropas liberais em Lisboa, a batalha de La Lys, ou mais remotamente a Revolução Francesa, à qual uma Circular do Conselho da Ordem,

com o nº 24 e datada de 9 de julho de 1928, se refere num republicanismo poético, mas que podia ser lido à luz da situação política então vigente, mencionando as “altas e espessas muralhas da Bastilha eram, na sua mudez sinistra, o símbolo da rudeza e da violência dum regimen que teimara sempre em viver no mais completo divórcio com a alma da nação”.

De espírito completamente oposto às Universidades Populares, às Universidades Livres ou até aos Centros Republicanos estão as Casas do Povo, criadas pelo Estado Novo a partir de 1933, e que Salazar defendia deverem ser “grandes centros de educação popular corporativa”. Assumia-se a intervenção político-ideológica sugerindo-se manifestações nacionais, festas públicas de propaganda e educativas e concursos vários, meios que o Estado Novo entendia como formas de oposição a ideias perturbadoras e dissolventes. Em paralelo, o regime criava em 1935 a FNAT como forma de integração política dos tempos de lazer dos trabalhadores, inspirada na equivalente alemã que visava promover a “alegria e beleza” no trabalho. As autorizações para as mais variadas atividades estavam subordinadas a um rigoroso escrutínio, onde tudo podia caber na classificação de serem “contrárias aos interesses da Nação”, ou numa vaga evocação de poderem contrariar os “bons costumes”. A este propósito, Leopoldo Nunes, apoiante do regime, escrevia que com a Ditadura “as peças teatrais e os “films” ofensivos da moral, das religiões e dos bons costumes deixaram de exhibir-se”.⁴⁸³

De qualquer das formas o regime deixou escapar algo que para a Oposição foi uma bênção. Estando proibida a liberdade política e de associação, a oposição republicana, maçónica e anarco-sindicalista primeiro, e comunista mais tarde, irão recorrer ao associativismo para tornar clubes, associações e colectividades bastiões cívicos. Daniel Melo refere a este propósito que “estas associações revelaram-se um útil (e desesperado) subterfúgio para a sonegação e ocultação do património de alguns sindicatos resistentes e, conseqüentemente, a sobrevivência de bolsas de resistência política”.⁴⁸⁴ O Estado Novo ao asfixiar muitas destas associações e clubes, por vezes tendo até membros da PVDE como seus associados e estando

⁴⁸³ NUNES, Leopoldo, *A Ditadura Militar*, Lisboa, s. ed., 1928, p. 120. Não confundir estas Casas do Povo com uma realidade totalmente distinta, sugerida em 1916 por Emílio Costa, mas com um espírito diferente, e sobre as quais se escrevia que “a casa do povo deve ser apenas um local de reunião, de recreio e de educação”, e não um veículo de propaganda. Veja-se COSTA, Emílio, *Casa do Povo in Germinal*, nº 9, outubro de 1916, Lisboa, 1916;

⁴⁸⁴ MELO, Daniel, *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, p. 327;

atentos à sua vida, estava a delimitar o terreno daquelas que eram subjugadas ao regime e daquelas que eram as consideradas “subversivas”.

A verdade é que a par do aspeto lúdico e cultural de muitas destas coletividades, enquanto espaços de lazer, convívio e até de movimentação social, para além de uma prolixa diversificação e disseminação por todo o território nacional e desempenhando um importante papel de inclusão e de coesão social, elas eram estruturas com um importante papel influenciador junto das várias camadas da população. A morte de muitas dessas entidades associativas foi uma forma de luta política que o regime encetou contra a Maçonaria, os anarco-sindicalistas e os comunistas. A participação maçónica nas múltiplas associações era algo que radicava no período anterior à República e que constituía uma significativa força do Grande Oriente Lusitano Unido. Ao ser privada desse palco, a Maçonaria viu reduzida a sua principal forma de contacto com a generalidade dos cidadãos numa vertente mais política, impedindo-a de sentir de uma forma mais próxima o pulsar da sociedade. Um dos exemplos deste aproveitamento político é a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, surgida em 1924 com o nome de Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio, cujos primeiros impulsionadores incluíam alguns membros da Maçonaria. Cabe aqui referir um documento de 1928, não assinado, que circulou entre algumas Lojas, onde se sublinha a importância dos liberais dinamizarem estas entidades. Nele se pede atenção

“á organização das classes operárias, (e) da mocidade que sae das escolas, (...) em associações de recreio, de desporto, ou quaisquer outras, de modo que não vão aqueles elementos cair, por falta de organizações liberais, nas associações católicas da Democracia Cristã”.⁴⁸⁵

Outro exemplo muito significativo, é a participação de alguns membros do Partido Comunista e do MUD, no período da existência deste, nas tarefas associativas de muitas destas entidades quando de alguns dos períodos eleitorais. Refira-se a este propósito que com a ilegalização da Maçonaria e com o desaparecimento da quase totalidade das suas Lojas, as entidades de cultura e recreio vão ser dominadas ou por dirigentes afetos ao regime ou ao Partido Comunista, ainda que este, já desde a década de trinta, mesmo até antes da ilegalização da Maçonaria, tenha encetado a tarefa de dominar essas entidades.

⁴⁸⁵ *Publicações várias (miscelânea)*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

19 - As escolas e os centros republicanos enquanto reflexo das ideias e práticas da Maçonaria⁴⁸⁶

Como referem Joaquim Pintassilgo e Maria Manuela Rodrigues,⁴⁸⁷ citando Fernando Catroga, “a organização dos Centros Republicanos assentava na tradição iluminista do clubismo”, possuindo funções diversificadas que iam do lazer e do convívio à militância política. A sua função primeira, à luz dos regulamentos da época, era a difusão dos ideais republicanos, mas à qual acrescia a promoção da instrução e da educação junto das classes trabalhadoras, vista como um instrumento de formação dos cidadãos e, conseqüentemente, de regeneração social. Os Centros Republicanos constituíram, por si só, redes de sociabilidade fundamentais nos grandes centros urbanos de norte a sul do país. Importantes para a inserção social, para a participação cívica e política, ou para o progresso cultural, desempenhando igualmente um papel de realização pessoal e individual de muitos portugueses que se sentiram úteis à sociedade ou de escape de tensões sociais de que os primeiros anos do século XX foram ricos.

Lisboa e Porto concentravam o maior número de Centros Republicanos, o que não nos impede de os encontrar espalhados um pouco por todo o país, com uma estrutura organizativa que era idêntica entre si. O seu papel ou a mutação de alguns em Centros Escolares Republicanos,⁴⁸⁸ foi fundamental para a introdução na sociedade de dinâmicas culturais e de divulgação do Saber ou para a aproximação de muitos cidadãos à prática política, pese embora o seu âmbito muito restrito. Apesar da sua independência organizativa, nomeadamente em relação ao Partido Republicano, em praticamente todos a presença e o papel da Maçonaria foi decisivo. O que também não impediu que muitos anarquistas primeiro e posteriormente, já na década de vinte, socialistas e comunistas deles fizessem parte e fossem colaboradores ativos. Poderíamos falar de muitos, hoje desaparecidos, como o Centro Escolar e Recreativo de Lordelo do Douro, os Centros Republicanos Democrático Afonso Costa, Rodrigues de Freitas, Bernardino Machado, Democrático José Falcão, Democrático António José de Almeida e Felizardo Lima, Democrático de Instrução e Recreio da Campanhã ou o Democrático de Instrução e

⁴⁸⁶ Um levantamento exaustivo de associações e centros republicanos foi já feito por A. H. de Oliveira Marques, Maria Cândida Proença, Joaquim Pintassilgo, António Lopes, entre outros autores, pelo que nos dispensamos de os enumerar;

⁴⁸⁷ PINTASSILGO, Joaquim e RODRIGUES, Maria Manuela *in Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, coord. geral Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2013, pp. 624 a 628;

⁴⁸⁸ Maria Cândida Proença, em 2008, contabilizou o número 160 Centros Republicanos nas vésperas da Ditadura, dos quais 30 em Lisboa;

Previdência Simões de Almeida todos no Porto, ou ainda o muito ativo Centro Republicano de Massarelos, no concelho do Porto. Refira-se aqui o exemplo da Loja Progredior, do Porto, onde no início da década de trinta os seus Obreiros têm uma participação intensa nas estruturas associativas da cidade, seja na Federação dos Amigos da Escola Primária, seja no Ateneu, na Associação dos Bombeiros Voluntários do Porto, seja ainda em estruturas de caráter profissional como a União dos Adueros de Portugal, seja ainda na Assistência aos Perseguidos Políticos e Sociais ou na Associação do Registo Civil. Todos os exemplos atrás mencionados ultrapassam a mera difusão de ideias e são centros de debate político, com abordagens que enriquecem a qualidade dos trabalhos das Lojas. Locais de militância política, constituíam uma forma de muitos maçons debaterem a vida política de forma pública, evitando trazer para o interior das Lojas muitas questões quentes da vida política que se constituíam em clivagens internas. Possibilitavam também formação ideológica e, como aqui damos alguns exemplos, uma importante ação cultural, cívica e pedagógica ou, como então se escrevia, eram locais onde se ministrava “o pão do espírito”, numa época onde a par de um deficiente ensino público se juntavam necessidades técnicas derivadas de uma rápida industrialização nos centros urbanos.

Os Centros Republicanos inserem-se na tradição Iluminista dos Clubes, estando intimamente associados ao desenvolvimento urbano e baseando a sua atividade nas práticas do associativismo oitocentista altruísta que tocou todos os estratos sociais. Constituem também uma resposta, tal como outras formas de associativismo, ao desenraizamento social de uma população vinda dos campos para a cidade, com graves limitações educacionais, grande parte das vezes para trabalhar nas fábricas e nos emergentes serviços. Cite-se o exemplo do Centro Republicano de Alcântara,⁴⁸⁹ muito ligado ao ambiente fabril e ao pequeno comércio da zona, numa realidade que era comum a muitos bairros populares de Lisboa e Porto. Daí alguns possuírem fatores atrativos de sociabilidade como sala de bilhar, caso do Centro Republicano Fernão Botto Machado, balneário, exemplo do Centro Republicano de Alcântara, ou bar e espaço para representações teatrais, caso do Centro Republicano Magalhães de Lima. Alguns possuíam banda de música que atraía moradores e associados às festas que promoviam ou em que participavam. Refira-se também o exemplo do Centro Escolar Republicano da Ajuda, em Lisboa, cujo

⁴⁸⁹ Inicialmente designado de Grémio Republicano de Alcântara e derivado de uma cisão no Centro Republicano de Alcântara Dr. Bernardino Machado, depois designado apenas de Centro Republicano de Alcântara, e posteriormente de Centro Escolar e Republicano de Alcântara. Alguns dos seus materiais pedagógicos encontram-se hoje preservados no Museu Maçónico Português;

modelo de ensino continha fortes laivos libertários, e que visava preparar os alunos para o exercício de uma profissão, possuindo ensino noturno, cantina escolar e uma cooperativa de consumo. A este propósito, refira-se a colaboração de Maria Veleda no período 1910-1911, uma das primeiras regentes escolares do Centro. No caso do Centro Escolar e Republicano da Ajuda, mas tal como a outros Centros Escolares Republicanos, o Estado Novo imporá o seu plano curricular e extinguirá disciplinas alternativas, caso da Educação Cívica, ao mesmo tempo que lhe exigirá adaptações arquitetónicas. Também, tal como acontecerá com outros Centros Escolares Republicanos, o fim de palestras e aulas sobre outras matérias que não as constantes do plano curricular, levará a um progressivo corte identificativo com a comunidade populacional da sua zona de influência.

Formalmente distinguem-se os Centros Republicanos, mais vocacionados para objetivos políticos, dos Centros Escolares Republicanos, em que a ênfase era colocada no ensino, umas vezes pela característica da sua atividade, outras vezes para se furtarem à repressão do Estado Novo. É o caso, por exemplo, do Centro Escolar Republicano de Campo de Ourique, fundado por Obreiros da Loja Acácia. Existem também os Centros Escolares e Eleitorais, assumindo reunir as duas valências, caso do Centro Escolar Eleitoral Alferes Malheiro, em Lisboa, e que nos seus estatutos se propunha à “educação, propaganda Republicana e instrutiva e diversões aos sócios”.⁴⁹⁰ Na prática a fronteira da caracterização destas instituições era porosa e a distinção nem sempre era real, salvo nos seus regulamentos em matéria de recrutamento de professores e admissão de alunos. Viviam essencialmente das cotizações dos seus associados e de donativos, para além do voluntarismo dos seus dirigentes e grande parte dos associados, e nem sempre os seus programas de ensino eram coerentes e continuados porque dependentes da ação individual e voluntária, ainda que alguns possuíssem professores contratados para a sua vertente escolar.

Espalhados um pouco por todo o país, na Figueira da Foz é de destacar o Centro Republicano Cândido dos Reis e as figuras de João Simões, Manuel Gaspar de Lemos ou de José e Manuel Gomes Cruz. Em Lisboa, poderíamos referir o Centro Republicano Alberto Costa, na rua dos Remédios, em Lisboa, onde alguma correspondência nos informa do intenso debate sobre a Lei da Separação do Estado das Igrejas e através do qual se constituiu uma Comissão de Beneficência que,

⁴⁹⁰ Arquivo do autor;

comemorando o 13º aniversário da Lei, procede à distribuição de roupa e calçado a cerca de centena e meia de crianças de Lisboa. Destaque também para o Centro Escolar Republicano de Alcântara, com escolas a si associadas, uma delas de música. Carvalhão Duarte, jornalista, professor e membro da Loja Acácia, iniciado em 1932, era um dos frequentes convidados para efetuar palestras sobre temas variados, mas onde os valores maçónicos estavam sempre presentes. Destacam-se ainda nestas ações os nomes António Maldonado de Freitas, Heliodoro Caldeira, Teófilo Carvalho dos Santos, Vasco da Gama Fernandes, Asdrúbal de Aguiar, José Magalhães Godinho ou Alberto Pinto de Sousa. Podemos referir ainda o Centro Republicano Magalhães Lima, ainda hoje existente mas fora da esfera da Maçonaria, que se orgulhava da educação que ministrava às crianças “procurando torna-las úteis a si e á sociedade”. Destaque também para o Centro Republicano da Ajuda e o para o Ajuda Clube que, em conjunto com a Universidade Livre de Lisboa, ministraram cursos noturnos e que pela mão de Alexandre Ferreira criaram as primeiras bibliotecas públicas em jardins de Lisboa. Destaque também para a ação dinamizadora e pedagógica exercida por Maria Veleda no Centro Republicano Fernão Botto Machado, em Lisboa.

Note-se também que alguns destes Centros Republicanos, sobrevivendo melhor ou pior durante a Ditadura, acabaram por ser centros oposicionistas declarados e tolerados pelo regime, ali se realizando sessões de apresentação de listas de candidatos da Oposição. O Centro Republicano Almirante Reis ou o Centro Escolar e Republicano Botto Machado, ambos em Lisboa, são prova disso, o primeiro como palco do MUNAF e do MUD, o segundo como palco de exaltação dos ideais republicanos e de crítica ao regime, sendo de registar um discurso de Mário Soares ali realizado em 18 de julho de 1965.

Esta consciencialização política e cívica era tomada muito a sério pelas Lojas, ou não fosse ela a base do republicanismo. É neste sentido que a Loja Invicta, do Porto, aprova em maio de 1932 a criação de “Escolas Cívicas” para a população em geral, cuja atividade se traduziu em conferencias proferidas por convidados visando uma consciencialização cívica em linha com a doutrina republicana. Por seu turno, a Loja Luz e Liberdade de Braga, já em 1930, pedia o apoio do Conselho da Ordem para “levar um jornal anti-clerical, gratuitamente, ao povo rural” e, numa outra carta datada do ano seguinte, a Loja informa que fará uma conferencia com Ramada Curto, no Teatro-Circo de Braga, como resposta a uma conferencia promovida pela Igreja. Recorde-se que Amílcar Ramada Curto participou em diversas conferências

tendo o ensino como tema, sendo um dos fundadores da Escola 31 de Janeiro, em Coimbra. A Loja Luz e Liberdade, propunha ainda que se distribuísse um jornal pelos centros operários e rurais através dos regedores e se iniciassem esforços para o Grande Oriente Lusitano Unido ter um jornal, por iniciativa própria ou adquirindo um dos existentes,⁴⁹¹ proposta aliás, secundada por diversas Lojas. Também a Loja Liberdade, de Lisboa, emite uma circular com data de 1926, visando os Centros Republicanos, onde refere explicitamente que:

“a educação livre cria cidadãos conscientes. O trabalho do homem guiado pelo interesse colectivo é mil vezes superior ao trabalho do homem escravizado pelo interesse das classes tradicionalistas e das plutocracias dominantes”,

referindo igualmente que

“o analfabetismo, quer queiram quer não, tem a sua causa principal na miséria em que vive a maioria dos portugueses”.⁴⁹²

Sendo um facto que as suas funções ultrapassavam em muito o clube político para entrar na vertente escolar e cívica, quase todos assumiram a tarefa educativa como um dos pilares da sua existência. Isto porque durante toda a I República e mesmo durante a Ditadura até à ilegalização da Maçonaria a luta contra o analfabetismo constituía o elemento central da militância republicana e da atividade colaboração neles de muitos maçons e das respetivas Lojas. Após a instauração do Estado Novo o peso do analfabetismo na sociedade portuguesa conjugou-se com a ideia de humildade e de uma sociedade tradicional e agrária, sendo as vantagens do saber ler e escrever desvalorizadas em detrimento da tradição e da pureza do povo, por oposição às elites citadinas. A par dessa humildade corria a ausência de participação política, já que os mesmos não podiam ser locais de militância política, ausência também de participação cívica, na qual se tornaria célebre a afirmação popular de que “a minha política é o trabalho”,⁴⁹³ expressão máxima do afastamento da *pólis* por parte do cidadão. Por outro lado ainda, a expansão da rede de ensino oficial, a cargo do Estado, progressivamente esvaziou as funções de muitos dos Centros Republicanos, anunciando-lhes a sua morte a prazo.

Considerava a Maçonaria que a criação de escolas, inseridas na rede oficial, integradas nos Centros Republicanos ou da iniciativa e suportadas diretamente pelas Lojas constituíam um instrumento para a construção de uma sociedade onde

⁴⁹¹ *Processo da Loja Luz e Liberdade, de Braga – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁴⁹² *Processo da Loja Liberdade, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁴⁹³ ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Tinta da China, 2018, p. 33;

imperavam os valores da liberdade, da solidariedade e do livre pensamento. Face às difíceis condições de vida da população, muitos destes espaços, além das conferências e do ensino, proporcionavam roupa, livros ou cuidados médicos. Alguns deles possuíam coleções científicas, adquiridas pela participação dos seus benfeitores e associados, participando frequentemente em eventos de cariz republicano e cívico, e mesmo maçónicos, ou contando com a presença de dirigentes do Grande Oriente Lusitano Unido nas suas iniciativas. Um Decreto do Conselho da Ordem, datado de 28 de março de 1931, determinava a criação de uma Comissão de Instrução com vista a intervir nos diferentes graus de ensino, ao mesmo tempo que apelava às Lojas para efetuarem um recenseamento dos seus Obreiros que fossem professores, quer no ensino oficial, quer particular. Foram nomeados para constituir esta Comissão Adelino da Palma Carlos, António Rodrigues Direito, Armando Alves da Silva, Dagoberto Augusto Guedes, Hélder dos Santos Ribeiro, Henrique Pires Monteiro e José Pedro Moreira.

Uma das Lojas com maior preocupação e ação no ensino popular foi a Loja Elias Garcia, nº 180, de Lisboa. Um documento datado de 10 de março de 1932, e dirigido ao Conselho da Ordem, faz um ponto da situação nessa data, e que se resume a uma escola primária em Sassoeiros, integrada na Missão Elias Garcia, a qual por sua vez dinamizava uma biblioteca móvel e um cinema educativo, não esclarecendo, no entanto, como este era dinamizado. Para além de também colaborar na Escola Oficina nº 1, participava também no Patronato da Infância e tinha presença nas direções do Asilo de Santa Catarina, de Santo António, na Albergaria de Lisboa e na Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino.⁴⁹⁴ A Loja reconhecia como a sua mais significativa atividade a fundação de O Vintém das Escolas, com sede em Benfica e cuja existência se regista entre 1901 e 1906,⁴⁹⁵ mas estendia a sua atividade a outras escolas da cidade de Lisboa, como duas escolas primárias em Benfica, uma no Alto do Pina, duas na Baixa lisboeta, na Rua da Madalena e na Calçada Conde de Penafiel 34 – 1º, onde estabeleceu a sua sede, e ainda uma escola noturna em Carnide. Refira-se aqui a

⁴⁹⁴ *Processo da Loja Elias Garcia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁴⁹⁵ O nome provém do valor de 1 vintém, custo de uma publicação com o mesmo nome e cuja verba obtida se destinava a criar escolas primárias em vários pontos do país: as Missões Elias Garcia, cuja atividade se pode registar em Lisboa, Porto, Coimbra, Figueira da Foz, Viseu e Funchal. A gestão estava entregue a uma comissão administrativa formada por maçons, onde se destacaram os nomes de Luís Filipe da Mata, Francisco Gomes da Silva, José Maria Pereira, Heliodoro Salgado, Pinto de Magalhães, Avelino Cardoso, José Pinheiro de Melo, José Vitorino Damásio Ribeiro, Costa Gomes e Simões Raposo. Segundo um documento da Loja Elias Garcia, a iniciativa de O Vintém das Escolas inspirou-se numa iniciativa semelhante em França, em 1865, denominada *La ligne d'enseignement*, que visava o estabelecimento da educação laica, liberal e progressiva no sentido maçónico e onde se destacou o nome de Jean Macé;

existência de O Vintém das Escolas também na cidade do Porto, apoiado pelas Lojas Progredior, Liberdade e Progresso e Luz e Vida, sabendo-se que pelo menos esta última tinha o seu Templo na rua do Triunfo 20, naquela cidade. Era lema comum e assumido publicamente, a todas as instituições integradas no projeto d'O Vintém das Escolas, “combater a Escola clerical por meio da Escola secular”.

Era, portanto, uma presença no ensino que se desmultiplicava ao longo do país e que não se restringia à joia da coroa, a Escola Oficina nº 1, seguindo o exemplo de Francisco de Almeida Grandela que além de uma escola em Benfica, Lisboa, abriu uma outra em Aveiras de Cima, de onde era natural e outra na Figueira da Foz. Outras Lojas integravam-se nesta rede de estabelecimentos escolares em ações que contavam com o apoio do Conselho da Ordem, como aconteceu em 1932, em que este tem a iniciativa de iniciar uma nova campanha contra o analfabetismo. A Loja Liberdade e Justiça, de Lisboa, teve durante longos anos a seu cargo o Núcleo de Instrução Lux, em Lisboa, para crianças de ambos os sexos, tendo chegado a ministrar o ensino primário a trinta crianças. A sua ação chegou mesmo a merecer uma especial referência por parte do Conselho da Ordem em 1924. No seu relatório de 1914, pode ler-se que está “dotada de bom material escolar”, suportada pelos beneméritos da sua associação, o Núcleo Lux, que integrava os Obreiros da Loja que pagavam uma quota e um grupo de amigos que concedia alguns donativos. De referir que o Núcleo conseguia captar e coordenar diversos apoios materiais, havendo relatórios de atividades que referem esses apoios, nomeadamente carteiras, ardósias e outro material escolar, proveniente dos liceus Passos Manuel e Camões, da Escola Marquês de Pombal e da Academia das Belas Artes, ou com origem governamental. Sabemos também que seguia o modelo da Escola Oficina nº 1 quanto à componente prática da instrução, registando-se um despacho ministerial autorizando o Museu de História Natural a ceder gratuitamente exemplares zoológicos, botânicos e minerais para uso da escola, que também adquiria estes materiais noutras origens. Possuía ainda uma biblioteca e assistência médica, tendo existido até 1935. Um outro exemplo muito interessante é o da Escola Gratuita 31 de Janeiro, em Lisboa, fundada em 1902 e que tinha as suas instalações na Travessa do Socorro 2A e cuja duração se prolonga durante vários anos, sabendo-se da colaboração de alguns maçons, mas os quais não conseguimos agregar a uma Loja em particular.

Em Chaves, a Loja Tâmega, cria a Liga Flaviense de Instrução e Beneficência, que além de uma “consoada dos pobres” possuía, no início da década de trinta, uma escola primária onde fornecia gratuitamente aos alunos os livros e outros materiais

escolares. Chamou-nos à atenção nesta Loja o grande número de militares que dela faziam parte, assim como dos Corpos Gerentes da Liga. Por seu lado, em Angra do Heroísmo é de destacar também a Sociedade Promotora de Instrução, cujo grande dinamizador foi Manuel Goulart de Medeiros, iniciado na Loja Amor da Pátria, na Horta, vindo a transitar para a Loja Livre Exame, de Lisboa, e tendo exercido os cargos de vice-presidente e presidente do Conselho da Ordem do GOLU.

É verdade, no entanto, que embora o grosso das entidades associativas ligadas à Maçonaria, remontasse ao período anterior ou posterior à República e antes da Ditadura, em grande parte delas foi perdida a ligação maçónica, transformadas nos seus fins ou mesmo extintas. Por exemplo a Sociedade Escolar Paz, uma escola mantida pelo menos até 1933 pela Loja Paz, de Lisboa, será extinta de imediato após a ilegalização da Maçonaria. Outras mantiveram a sua atividade dissimulada, como a Associação dos Velhos Colonos, em Lourenço Marques, mas a verdade é que a quase totalidade viu quebrarem-se esses laços que as ligavam à Maçonaria.

Em 19 de agosto de 1931 o Conselho da Ordem, através da Circular nº 20, em tom algo acusatório, referia que:

“é já hoje axiomático que o progresso duma nação depende sobretudo da educação que tiveram os indivíduos que a compõem. Ora a educação nacional está hoje, quasi por completo, entregue aos reaccionários de todos os campos e de todos os matizes e por inteira culpa dos elementos liberais. A inação da nossa colectividade e o seu alheamento dos problemas que interessam a vida da nação ainda mais contribuem para que os nossos adversários tomem posse dos últimos redutos qua ainda temos nas nossas mãos”.

Não é claro se estas considerações são consequência do período intranquilo que o GOLU viveu entre 1929 e 1932. De qualquer das formas, subentende-se a vontade de dar um novo fôlego à atividade maçónica, e para isso inquiria as Lojas se tinham no seu seio Obreiros “competentes e que queiram aceitar o encargo de se dedicarem à propaganda racionalista e anticlerical”, assim como Obreiros “conhecedores dos assuntos pedagógicos”.⁴⁹⁶

Em matéria de ensino, a Loja Madrugada ia por outro caminho e fazia a proposta da criação de uma Comissão que compilasse algumas obras reunindo-as num livro base. Este livro, que revela o sentido nacionalista da Maçonaria e que vinha do período anterior à República, propunha que se destacassem os “feitos e actos do

⁴⁹⁶ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Povo Português, desde a fundação”, mas também dos chefes políticos que tivessem tido “falta de patriotismo, esbanjamentos do erário público (...) promessas imbecis, etc., mostrando assim claramente o que elas tiveram de prejudiciais para a vida e futuro do Povo”.⁴⁹⁷ A par disto equacionava-se o ingresso organizado na Maçonaria de professores, aumentando assim a massa crítica interna.

Nos arquivos encontramos por vezes propostas que vão mais longe. Em conferencia Diniz Curson⁴⁹⁸ defendia uma articulação entre as diversas Lojas para a aquisição de material pedagógico e para o seu uso não simultâneo nas diferentes instituições de ensino, ou para a formação de professores através da divulgação de novos métodos, de palestras ou visitas ou ainda, no caso dos alunos, para a conjugação de excursões e intercâmbio de visitas. Na realidade, hoje ao olharmos para a multiplicidade destas iniciativas das Lojas maçónicas verificamos a fraca articulação entre elas, o que originava a dissipação de energias e a não amplificação dos resultados. Dinis Curson propõe ainda que os alunos dessas escolas beneficiem do saber dos Irmãos que sejam alunos em escolas superiores, dedicando igualmente uma atenção especial ao Internato de S. João e do qual falaremos noutro momento deste trabalho. Curson sugeria ainda que era essencial que a Maçonaria não deixasse de acompanhar os grandes movimentos educativos extraescolares de particular importância social, uma ideia que só se desenvolverá muitos anos mais tarde com as atividades extracurriculares. No sentido de divulgar estas ideias, Dinis Curson publica as suas intervenções e participa em diversas sessões realizadas um pouco por todo o país, havendo uma que é especialmente referenciada no Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido, em 1930,⁴⁹⁹ sob o título “Maçonaria e Educação Nacional”, onde, de resto, encontramos esta mesma conferencia, mais burilada, e onde Diniz Curson vai mais longe, encontrando nas causas sociais as razões do deficiente estado do ensino. Nela se pode ler, sobre a população portuguesa, que “mais de metade não sabe ler, as escolas superiores regorgitam de estudantes e a quasi totalidade não tem condições para que se lhe entregue a tarefa tremenda de transformar a sociedade (...)”. Depois de várias considerações sobre os diferentes estratos sociais, em que é referida a ausência de instituições que abram horizontes aos “trabalhadores intelectuais” ou o milagre de ainda não ter acontecido uma convulsão social protagonizada pelo “operário e o trabalhador rural embrutecidos,

⁴⁹⁷ *Processo da Loja Madrugada, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁴⁹⁸ *Processo da Loja Retidão, de Lisboa – correspondência*, Conferência Maçonaria e Educação Nacional, s. dt., Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁴⁹⁹ “Conferências” in *Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido*, números 7 e 8, Julho e Agosto, Lisboa, 1930, p. 31 e *Maçonaria e Educação Nacional*, nº 9 de setembro, Lisboa, 1930, pp. 21 a 37;

sem preparação e miseráveis”, e onde não está ausente nessa “convulsão ciclópica”, a “mulher inferiorizada e esmagada, sem condições para criar os filhos”.

Mas nem tudo foram momentos de glória. O Internato das Pequenas Vaidas, assim se chamava, foi uma instituição idealizada pela Loja O Futuro, de Lisboa, que chegou a elaborar um estudo sobre o seu interesse social e pedagógico, mas que na prática não passou das boas intenções. Também, em 1927, algumas Lojas, como o caso da Loja Serrania, de Lisboa, reconheciam que a obra da República deixava muito a desejar por falta de meios financeiros e de estruturas, opinião que não era partilhada por outras Lojas, como era o caso da Loja O Futuro, de Lisboa, que afirmava, em 1926, que não havia todas as escolas que seria de desejar, mas sublinhando o empenho da República, e que não sendo isentas de defeitos, deveriam merecer o respeito de todos os maçons. Daí continuar a ser atribuída às Lojas a tarefa de apoiar o ensino e especialmente apoiar as escolas dirigidas por maçons ou, pelo menos, que pugnassem pelos valores laicos e republicanos.

Em 17 de fevereiro de 1928 a Loja O Futuro refere a sua colaboração com a Liga de Ação Educativa, num esforço infrutífero.

“Tentou o Ir.: Ferreira Diniz com a colaboração do Ir.: Dr. João Camoesas, levantar a Liga, dar-lhe vida, mas encontrou dificuldades que, para vencer, nos levava a responsabilidades que, neste momento, a Maçonaria não deve tomar”.⁵⁰⁰

Apesar de tudo a Loja vai mais longe e, em 7 de junho de 1930, dirige ao Conselho da Ordem uma prancha na qual assume os objetivos do então Grão-Mestre, expressos no ato de investidura, de criar uma elite preparada para uma reforma nas condições políticas, jurídicas, económicas, educacionais e de assistência no país, tendo em conta que Norton de Matos havia destacado a instrução, a educação cívica, a assistência e a questão colonial como os grandes problemas então vividos.

É este espírito intervencionista que podemos ver num documento da Loja Simpatia e União, não assinado e datado de 1953, publicado quando do 100º aniversário da sua existência, que refere o apoio dado pela Loja ao longo dos anos ao Asilo de S. João e à Escola Oficina nº 1, mas também ao Grémio Popular, à Academia de Estudos Livres, à Universidade Popular, a’O Vintém das Escolas, de Lisboa, à Associação Humanitária de Santa Catarina, também designada de Asilo de Santa

⁵⁰⁰ *Processo da Loja O Futuro, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Catarina, à Sociedade Promotora de Educação Popular, aos Jardins Escola João de Deus e ao Albergue dos Inválidos do Trabalho.

20 - Deus, Pátria e Família – dizia o regime

Sobre o período da I República diziam os defensores do Estado Novo que “sem Deus nem Religião, as escolas viviam em plena anarquia. Os professores, devendo evangelizar, preparavam, com expressões doentias, as revoltas futuras (...)”.⁵⁰¹ Esta não era só uma simples opinião de Leopoldo Nunes, publicada em 1928 em *A Ditadura Militar*, mas antes uma ideia que o Estado Novo se esforçou por enraizar nos vários níveis de ensino, denegrindo quer a I República, quer o período liberal. Chamando ao liberalismo um regime de doutrinas individualistas e considerando que as mesmas assentavam em princípios “absolutamente falsos”, ou relativizando as doutrinas de Mussolini, uma obra destinada a lecionar nos liceus a cadeira de Organização Política e Administrativa da Nação, não se esquece de negar a igualdade entre os homens, argumentando que a desigualdade é inata, que o parlamentarismo caiu na luta partidária, e que a República “não soube, ou não pensou sequer substituir a moral cristã por uma moral cívica”, o que se sabe não ser inteiramente verdade, mas tentando com isso acusar a República de gerar a anarquia, acrescentando ainda que nos últimos anos da República se viveu “sem autoridade, sem ordem, sem disciplina, sem moral e sem religião”.⁵⁰² Para os teóricos do regime o liberalismo foi uma escola de “insolência, sensualismo e libertinagem”. Na realidade, a par da tarefa gigantesca para ensinar a ler e escrever um país predominantemente analfabeto, o que se pretendia era separar a religião da escola e formar cidadãos conscientes e interventivos socialmente. Era essa a marca distintiva da Maçonaria.

A educação sempre foi vista pela Maçonaria como o principal suporte da República, a fim desta ser dotada de cidadãos possuidores de sentido cívico e de espírito interventivo. Podemos até dizer que até à ilegalização foi o seu grande desígnio,

⁵⁰¹ NUNES, Leopoldo, *A Ditadura Militar*, Lisboa, s. ed., 1928, pp. 271 e 272;

⁵⁰² COSTA, Adelino, *Organização Política e Administrativa da Nação*, Lisboa, Ed. Portugalíia, 1938, pp. 18 a 35;

alimentado pelo conflito com a Igreja conservadora. Em 1932, a Loja 8 de Abril, de Angra do Heroísmo, escrevia que “julga esta Of.: que esta é a magna questão: instruir, instruir sempre, num movimento propulsor de libertação, das trevas que os cercam, dos espíritos que erram no obscurantismo”. Nesta carta, dirigida ao Conselho da Ordem, A Loja refere esperar, da parte daquele órgão da Maçonaria, influência com vista à reorganização do ensino em Portugal, como forma de atenuar as desigualdades económicas e sociais da população.⁵⁰³ Por isso vamos encontrar um extenso documento desta Loja, sem data e da autoria de Rui de Mendonça, Obreiro da Loja, e assinando como “professor do ensino primário elementar, demitido”, onde são visíveis ideias que vêm do ideário republicano. Nele se afirma que:

“a República alguma coisa fez, fez muito mesmo, mas fez muito pouco para o que havia a fazer, para o que era indispensável que se tivesse feito. Uma Democracia, que não seja somente democracia na letra da Lei, exige cidadãos, isto é, homens na posse dum mínimo de ilustração que lhes permita um critério, com uma educação tal, que acima de quaisquer outros interesses ponham o direito de livremente manifestar as suas opiniões, e ainda aptos a produzir trabalho útil que lhes garanta vida independente (...). Multidões que permanecem escravizadas pelo respeito supersticioso ao poder individual, sujeitando-se resignadamente à obediência passiva a um senhor, seja ele, no campo metafísico, o Deus caprichoso e vingativo do Catolicismo, ou, no campo positivo, o influente político da localidade, sobrevivência actualizada do antigo morgado, hão-de ser sempre rebanhos à mercê dos pastores ousados que se coloquem à frente delas. Criaturas condenadas pela sua incapacidade a funções parasitárias (...) recebem do bolso de qualquer plutocrata, convencidas, portanto, de que o nicho do emprego público lhes é tão indispensável como a concha a certos moluscos, - não oferecem a menor garantia de independência (...). Com gente desta, os sufrágios não passam duma burla. Milhares de votos representam apenas a vontade de meia dúzia (...).”⁵⁰⁴

Seguem-se algumas considerações sobre a estruturação do ensino, que incluía, entre outras inovações o uso da rádio, a criação de bibliotecas escolares ou a criação de cooperativas de consumo escolar. Fica bem saliente, tal como o ficou na I República, que o ensino era uma peça fundamental para a ascensão social, para a melhoria das condições económicas e, não menos importante, para a consciencialização cívica de cada cidadão.

⁵⁰³ *Processo da Loja 8 de Abril, de Angra do Heroísmo – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁵⁰⁴ *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor;

Dois anos antes, em 1930, na mensagem de Norton de Matos dirigida ao Povo Maçónico, este acusa a falta de instrução que junta com uma deficiente educação cívica, tem por consequência a causa das sofríveis condições de vida dos portugueses e uma das razões da instabilidade das instituições pela consequente falta de motivação cívica. Mas, ao mesmo tempo, Norton de Matos não deixava de alertar para o facto de não bastar multiplicar as escolas, mas também torná-las convidativas ao estudo e de combater a relutância com que as famílias se viam privadas do trabalho dos filhos. Retomando o conselho que encontramos em muitos documentos de diferentes Lojas, defendia-se nessa altura que a educação cívica, que corria a par da instrução, deveria ser potenciada pelas conferências, pela escola ou pela imprensa, tendo por meta que todas as crianças soubessem ler e escrever quando atingissem a maioridade.

A propósito da questão da educação, dizia Ramon Nonato de La Féria que:

“(…) a dominação colectiva pela Igreja (...) tornar-se-há impossível se os indivíduos tiverem, com educação liberal, desenvolvidas as faculdades de crítica, de livre exame, produzindo manifestações correspondentes aos seus estados de consciência livre (...)”.⁵⁰⁵

A educação e especialmente a instrução, vistas na I República como base de formação cívica dos cidadãos, passam a ser vistas como instrumento de condicionamento durante o Estado Novo. Mas é uma educação que a Ditadura não consegue abranger na sua totalidade. Fernando Rosas fala-nos de um operariado militante e autodidata que cria “escolas-oficina” e anima as universidades populares e universidades livres. É um operariado que valoriza o acesso individual à cultura, ao saber moderno e ao saber fazer, destacando-se ativistas como Alexandre Vieira, Manuel Conceição Afonso, Pinto Quartim, César Porto, impulsor da “educação nova” em Portugal e colaborador de *A Batalha*, Mário Castelhana, Perfeito de Carvalho, Carlos Rates, Adolfo Lima, Manuel Pinto de Sousa ou José Caeiro da Mata e Luís da Mata, Arnaldo Brazão, Adelaide Cabete, Carneiro de Moura, Carvalhão Duarte, Tomás da Fonseca ou Vitorino Nemésio, nomes que vemos com frequência nas páginas de *A Batalha*, nas conferências da Universidade Livre, da Universidade Popular ou ainda ligados à Escola Oficina nº 1 e várias vezes presos pela Ditadura. Era também um operariado orgulhoso do seu esforço e afirmação cultural, de que Perfeito de Carvalho é exemplo.

⁵⁰⁵ *Fundo Ramon Nonato de La Féria – Correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Trabalho apresentado em 4 de abril de 1929, sob o título *Orientação Geral da Educação Portuguesa no Areópago O Futuro*.

Outros partilhavam estas ideias noutros pontos do país. No Porto o médico e maçom António Joaquim de Sousa Júnior, iniciado na Loja União e Liberdade, de Angra do Heroísmo, posteriormente membro da Loja Libertas e fundador da Loja Ísis, ambas do Porto, destacou-se pela dedicação ao ensino, nomeadamente enquanto foi Ministro e enquanto presidente do senado da Câmara Municipal, sendo o motor da criação de diversas escolas móveis e de cursos para adultos na cidade, alargando as suas preocupações às questões de saúde pública e colaborando na imprensa local. Cite-se ainda o exemplo do Centro Democrático de Educação Popular de Almada, criado em 1913, e que segue uma orientação onde predomina a preocupação com a alfabetização básica particularmente dirigida ao operariado.

Esta visível e constante preocupação com as classes trabalhadoras, está igualmente presente na Escola Oficina nº 1 ou noutras escolas criadas pela Maçonaria, podendo ser encontrado num projeto apresentado pela Loja Ordem e Progresso, de Lisboa, datado de 23 de janeiro de 1929, através da proposta de criação de um Instituto Lusitano de Educação e Ensino com o objetivo de “tornar o ensino acessível a todas as classes, idades e profissões”, lutando para que a escola fosse “livre e republicana”.⁵⁰⁶ Nessa proposta pode ler-se que:

“estão na posse da reacção quasi todos, senão todos os Estabelecimentos de ensino particular em Portugal (...). A Escola no nosso país é reaccionária. Urge torná-la liberal (...). Enquanto isto não se fizer, não conseguiremos fazer a República”.

Este projeto abrangia o ensino primário infantil, elementar e superior, o ensino secundário, o ensino comercial elementar e o ensino artístico, havendo ainda uma componente de ensino da moral, educação cívica e social.

Em 1929, face à crescente influência da Igreja no ensino, Raul Proença escrevia em tom crítico, que se chamava

“liberdade de ensino (...) ao direito absoluto que têm os educadores de atentar contra a liberdade da criança, como se não admitisse discussão a faculdade de modelar o seu espírito segundo o tipo espiritual do pai ou do mestre. Contra essa pretensão devemos sustentar, nós, os verdadeiros liberais, que o ideal da educação deve ser criar homens livres, capazes de escolhem livremente o seu próprio tipo”.⁵⁰⁷

⁵⁰⁶ *Processo da Loja Ordem e Progresso, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁵⁰⁷ REIS, António, *Raul Proença – estudo e antologia*, col. Testemunhos Contemporâneos, Lisboa, Ed. Alfa, 1989, p. 87;

Este pensamento, que vemos amiúde espelhado nas Lojas e que permite compreender os conflitos da Maçonaria com o ensino privado religioso, encontra particular eco na Escola Oficina nº 1, em Lisboa.

Por esta altura a Loja Vitória, do Porto, numa posição comum a outras Lojas do GOLU, escrevia que:

“o ensino particular ministra-se dentro do território da República por delegados jesuíticos e, todos os dias numa avalanche que não pode deixar dúvidas, por diferentes partes, e já entre nós, se montam colégios dirigidos e compostos por agentes directos das extinctas congregações, infiltrando-se dentro do paiz através de um trabalho de sapa (...)”.⁵⁰⁸

Poder-se-ia pensar que toda a ação escolar da Maçonaria, além de proporcionar a difusão do conhecimento, visava a Igreja e o seu papel preponderante. Um documento da Loja Luís de Camões, de Lisboa e com data de 1926, mostra-nos que também aqui não vigorava um pensamento único na Maçonaria.

“A Maçonaria acolhendo todos os credos, procura que os seus OOb.: se compenetrem que eles são aceitáveis desde o momento em que sejam baseados na tolerância recíproca e que, por dogma ou por exame consciente e livre, conduzam ao supremo desiderato – a fraternidade. Nada pois de exageros, nem o negativismo absoluto nem o dogma sectário devem imperar porquanto um e outro seriam a negação absoluta e completa da obra sublime e heroica da Maçonaria. Mas para conseguir este justo equilíbrio torna-se absolutamente preciso educar. (...) Ao advento da República em Portugal a instrução primária, base primordial e segura de toda a educação e preparação completa para a cultura intelectual (...) estava confiada ao abade da freguesia que ministrava ás crianças suas paroquianas os rudimentares princípios do abecedário envolto com a catequese que ele mesmo, na maioria dos casos não compreendia (...), não atingia a sublimidade da sua missão pelo desenvolvimento completo do educando e, portanto, da orientação pedagógica a dar ao ensino do mesmo. Não era, portanto, um bom perceptor mas alguma coisa conseguia quando, e havia-os, no seu melhor esforço e a sua radicada fé. Impunha-se à República, na execução de uma parte do seu programa, a substituição do abade, porém (...) o problema do educador era de difícil solução. A carência de professores era evidente, não porque escasseassem espíritos cultos e verdadeiros homens da sciencia mas porque não existia o pedagogo (...)”.

E mais adiante continua o trabalho desta Loja:

“um dos grandes desideratos da Igreja é a permissão de ministrar nos estabelecimentos particulares de ensino a educação religiosa. Deve a Maçonaria,

⁵⁰⁸ *Processo da Loja Vitória, do Porto – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

hoje, contrariar este desideratum? Atendendo à deficiência de ensino em Portugal e á impossibilidade de pronto, remediar esse mal, a Resp.: Loj.: Cap.: Luiz de Camões entende que será preferível fazer um acordo, salvaguardando quanto possível uma expansão perigosa, a assistir ao êxodo dos nossos filhos para o estrangeiro o que concorre poderosamente para os alhear do solo pátria (...).⁵⁰⁹

Surgirá, a respeito deste documento, um outro da Loja Renascença, de Lisboa, como resposta. Nele se desvaloriza a saída dos estudantes para o estrangeiro, escrevendo-se que mais importante que faltarem “escolas para a população normal dos colégios particulares”, seria o facto de faltarem

“escolas e muitas para aqueles cujas famílias não só não possuem meios para pagamentos da sua educação como ainda necessitam, quantas vezes, que os seus filhos trabalhem, numa idade em que o trabalho é uma grilheta, para os poderem alimentar. Para estes sim, faltam escolas e falta assistência. Como viria pois remediar este mal o ensino religioso nas escolas particulares, escolas dos ricos? Julgamos ser fácil a resposta e terminamos dizendo que são as escolas particulares – aquelas onde a Igreja pretende introduzir-se – que fornecem a maior população aos estabelecimentos de ensino superior que formam as elites dirigentes”.⁵¹⁰

É certo que a posição da Loja Luís de Camões não é uma posição maioritária no seio da Maçonaria, ainda para mais num tempo de ataque à Maçonaria por parte da Igreja, mas não deixa de ser interessante a mesma revelar-se no seio da Obediência, como de resto se revela a opinião contrária. Nestes assomos radicais não consta a Loja Montanha ter alterado uma decisão tomada em setembro de 1910, de

“irradiar qualquer Irmão que voluntariamente tome parte em qualquer acto religioso cathólico, que concorra com a sua autoridade para a celebração de casamentos, baptizados ou enterros cathólicos, ou que eduque na religião cathólica romana, ou faça educar seus filhos menores, ou creanças de quem seja tutor”.⁵¹¹

Já a Loja Renascença, escrevia num documento seu sem data, que:

“devemos dizer-vos que não somos arrinca – christos, na frase pitoresca e feliz de Raul Proença e com a qual pretendeu caracterizar aqueles que, acorrentados a um espírito fechado e sectarista, combatem a Igreja de modo tal que antes propagandeiam aquilo que pretendem combater, mas se assim não somos, não vamos também cair no campo contrário, antes julgamos ter das liberdades religiosas a noção equilibrada e justa resultante do nosso espírito de tolerância e democracia”.⁵¹²

⁵⁰⁹ *Processo da Loja Luís de Camões, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁵¹⁰ *Processo da Loja Renascença, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁵¹¹ *Processo da Loja Montanha, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁵¹² *Processo da Loja Renascença, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Ontem como hoje, não há uma opinião única em Maçonaria!

Internamente, pensava-se que a grande missão da Maçonaria seria a reorganização do ensino popular. Defendia a Maçonaria de então, um ensino que visasse a autonomia dos alunos, sem tabus temáticos e com base na Declaração de Genebra, de novembro de 1923, em matéria de direitos da criança, nomeadamente de que esta deveria beneficiar da instrução, ser “posta em condições de ganhar a vida por si própria, quando tenha idade para tal e deve ser protegida contra qualquer exploração”. Acrescentava-se ainda que:

“a criança deve ser educada de modo tal, que ponha as suas mais altas e melhores qualidades ao serviço dos seus semelhantes e para que cuide de enriquecer, com o seu esforço, o património comum da humanidade, herança que tem de transmitir-se às gerações futuras”.⁵¹³

Muitas vezes estes valores começavam a afirmar-se pela própria designação da Escola. Era o caso das escolas com referências ao 31 de janeiro no Porto, em Lisboa ou em Castro d’Aire, ou ao seu patrono, como era o caso da Escola Trindade Coelho em Lisboa, na freguesia da Ajuda e fundada pela Loja Solidariedade.

São nesse sentido as palavras de Ramon Nonato de La Féria na apresentação de um trabalho interno da Maçonaria, ao afirmar que:

“(…) educar moralmente, é preparar indivíduos para se orientarem numa conquista do sustento (...) e na vida sexual (...), de modo que estas atividades se realizem no mais perfeito equilíbrio e, quer uma quer outra, atingindo o máximo de satisfação e de prazer (...)”.

E a propósito do ensino religioso afirmava:

“(…) como pode pretender qualquer organização religiosa, e muito especialmente a Igreja Católica, sistematizar a educação se os seus dogmas são imutáveis e a realidade da vida social e individual é constantemente variável? (...)”.⁵¹⁴

Apesar de na sua quase totalidade estas ações e ideias serem destinadas à população em geral, não se pense que estas tarefas de educação eram exclusivamente destinadas para fora da Maçonaria. Por exemplo, as Lojas Progridior e Invicta, ambas no Porto, possuíam uma extensa biblioteca destinada aos seus Obreiros não apenas para a instrução maçónica em matéria de ritual e

⁵¹³ *Processo da Loja José Estevão*, de Lisboa – correspondência, Relatório de atividades referente ao ano de 1956, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁵¹⁴ *Fundo Ramon Nonato de La Féria – Correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Trabalho apresentado no Areópago O Futuro em 4 de abril de 1929, sob o título *Orientação Geral da Educação Portuguesa*;

simbolismo, mas também sobre temas de cultura geral, teorias políticas e questões sociais.

Do ponto de vista republicano o conhecimento, a solidariedade e a fraternidade de todos é condição ao bom funcionamento da sociedade e ao exercício de direitos e deveres na *polis* e na concretização do ideal republicano. Por isso a questão do ensino era frequentemente complementado com o apoio social. Veja-se o exemplo da Loja Gomes Freire, de Leiria, com funcionamento entre 1907 e 1917, primeiro, e em 1923 e 1924, depois, que além do apoio escolar procedia à distribuição de roupas e calçado às crianças pobres que frequentavam essa escola. Outro exemplo é o de Armando Marques Guedes, membro da Loja Progredior, do Porto, que na Câmara Municipal desta cidade, nas décadas de dez e de vinte, desenvolveu um conjunto de ações de cariz solidário visando a melhoria de condições de vida da população portuense, ou ainda de Eduardo Ferreira dos Santos Silva, da Loja Portugália, também do Porto, que teve a seu cargo os pelouros da Instrução, Beneficência e dos Bairros Operários no executivo da cidade. Esta visão de apoio social, baseada no Estado ou nas Lojas era ideologicamente ancorada no conceito de Solidariedade, e não na Caridade, como defendia a Igreja e posteriormente o Estado Novo. A diferença, subtil, levou o regime a sufocar muitas das entidades controladas pela Maçonaria, criando outras como alternativas e, como diz Irene Flunser Pimentel,⁵¹⁵ criando uma distinção artificial entre os pobres que mereciam apoio e os “parasitas sociais”. Com isso acabava também o direito à assistência que a Constituição de 1911 consagrava, matava os ideais de solidariedade social das Lojas, considerados como estímulos do parasitismo e formas de humilhação dos necessitados.

Quando, no início do século XX, António Augusto Louro afirmava que “sem Liberdade não há democracia, sem instrução não há Liberdade”, estava a sublinhar um ideal social e político, aceite como utópico, mas pelo qual a Maçonaria nunca deixou de lutar num país onde predominava o analfabetismo, onde a grande massa dos cidadãos desconfiava das medidas que as elites cidadinas queriam legislar e por fim, onde havia que renovar estruturas físicas e humanas que comportavam uma capacidade financeira que o país dificilmente suportava. É o mesmo sentido que César da Silva apresenta, em nome da Loja Liberdade, como tese no 3º Congresso Pedagógico de Lisboa, em 1912, onde afirma que “sem instrução escusado será

⁵¹⁵ PIMENTEL, Irene Flunser, *História das organizações femininas do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2001, p. 56 e 57;

pensar em democracia e, portanto, em melhoramentos sociais”. Era uma ideia generalizada em todos os republicanos da época e por isso Casimiro Freire nas páginas do jornal *O Século* não hesita em escrever que o povo não conseguiria ter a noção do que seria a Liberdade se fosse analfabeto e sem instrução cívica.⁵¹⁶ Por isso, as Lojas se vão apoiar também em estruturas paralelas, maioritariamente por si criadas, nomeadamente os Centros Republicanos, as Universidades Livres e as Universidades Populares, ao mesmo tempo que defendem a necessidade de elevar o nível cultural e pedagógico dos professores.

Num discurso pronunciado por Ramon Nonato de La Féria, em 31 de Janeiro de 1931, no Centro Escolar Republicano de Alcântara, para além do reconhecimento do papel dos Centros Republicanos na difusão das ideias republicanas e do “uso pleno da liberdade individual e de todas as liberdades públicas”, ressalva-se a sua importância na instrução pública. Dizia Ramon de La Féria que era preciso instruir e ao mesmo tempo educar profissionalmente, sublinhando a importância da escola como suporte do espírito democrático, “lutando contra a ignorância, tantas vezes aproveitada para a mais criminosa fanatização”. Acrescentava ainda um conjunto de propostas que eram a forma de pensar das instâncias maçónicas, como por exemplo que:

“(…) a obrigatoriedade da Escola terá de ser acompanhada da assistência escolar ao aluno, que não deixará de a frequentar por falta de livros, vestuário, calçado ou outros recursos de alimentação e transporte. A escola primária oficial seria uma extensão da casa paterna e em vez da sua frequência constituir, como actualmente tantas vezes sucede, um encargo para os pais, tornar-se-ia um elemento de colaboração e de alívio na vida das famílias. A instalação escolar modesta, mas higiénica e a competência dos professores garantida n’um serviço de rigorosa inspeção seria a outra fase do problema”.⁵¹⁷

Vem-nos à memória as preocupações maçónicas com o bem estar dos alunos, caso do mobiliário na Escola Oficina nº 1, ou de segurança, caso de algumas propostas apresentadas pela Loja açoriana Pluribus Unum, de Ponta Delgada, no Congresso Maçónico, realizado no Porto em 1914, que iam desde um subsídio aos alunos carenciados a fim de desincentivar o trabalho infantil, a propostas de edifícios de construção anti-sísmica, passando por um conjunto de alterações legislativas.

⁵¹⁶ HENRIQUES, Aires, *Por montes e vales – as Escolas Móveis e o republicanismo no vale do Zêzere*, Pedrógão Grande, Ed. Museu República e Maçonaria, 2020, p. 65;

⁵¹⁷ *Fundo Ramon Nonato de La Féria – Correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Refira-se aqui uma troca de correspondência entre o Conselho da Ordem e as Lojas Germinal e Fernandes Tomás, ambas da Figueira da Foz. Decorria o ano de 1932 e o Conselho da Ordem incentivava a que a escola se mantivesse dentro dos princípios maçônicos e republicanos, lembrando que nas crianças residem as esperanças do futuro do país. Tudo isto se passava em consequência do afastamento da professora Cristina Torres dos Santos, da Escola Comercial e Industrial da Figueira da Foz, esposa do venerável da Loja Germinal, depois de ter efetuado um conjunto de conferências naquela cidade, calcula-se que críticas para o regime e por pressão dos jornais *Figueirense*, conotado com a situação, e *O Dever*, de influência católica.

Ainda que utilize uma terminologia marcada pela época e que hoje nos pode incomodar, existem no Arquivo do Grande Oriente Lusitano alguns interessantes documentos produzidos no âmbito da Comissão de Estudos Coloniais que têm olhares inovadores diversos também sobre o ensino nas colónias africanas. Num deles podem ler-se algumas ideias interessantes, quer sob o ponto de vista do sistema colonial, quer sob o ponto de vista do relacionamento do colono com os africanos.

“Mas... que instrução deve ser ministrada ao preto? A instrução literária do indígena, como base da sua educação, é um problema vasto e complexo a que ainda não foi dada solução que cabalmente satisfaça a aspiração dos dominantes... que acima de tudo querem dominar. (...) A inferioridade intelectual e moral do preto tem sido objeto de várias e dilatadas discussões, chegando-se à conclusão de que nem estruturalmente nem detalhadamente – comparando o cérebro dum preto e dum branco – ha razão para julgar o preto incapaz de receber e aproveitar a educação literária, artística ou científica, tal qual a assimila o branco. Devendo (...) aceitar-se (...) que na raça preta existem as mesmas predisposições orgânicas que na raça branca, para o seu desenvolvimento intelectual e moral (...)”.

O documento continua mencionando a opinião de terceiros, que dizem que a educação literária

“(...) é perigosa, porque os indígenas virão a descobrir a inferioridade física do branco que os domina e muitas vezes maltrata; porque lhes virá exacerbar o espírito de independência e liberdade que o branco apregoa para uso próprio; enfim, porque a educação literária fatalmente induzirá o indígena a pensar, a ansiar e depois preparar uma pátria livre e independente (...)”.⁵¹⁸

⁵¹⁸ *Fundo Comissão de Estudos Coloniais – documentos vários*, Discurso proferido na Loja Fraternidade Colonial, de Lisboa, em 18 de abril de 1928, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. A Loja Fraternidade Colonial foi fundada em Lisboa em 1921, vocacionada para as questões coloniais. Foi Loja Capitular em 1921, areopagita em 1923 e consistorial em 1925, o que explica a profundidade dos

Num outro documento, de pendor conservador, depois de alertar para o grande número de missionários estrangeiros por comparação com os portugueses e para a cobiça das colónias por parte de potências estrangeiras, pergunta-se qual o benefício que trazem as missões religiosas, referindo-se em resposta ser

“a educação pelo ensino literário, criando pseudo-civilizados, gérmenes de rebeldia no meio cafre? Não, a missão religiosa só tem a recomendá-la quando ensina o trabalho da terra e das profissões liberais criando agricultores e operários, o que aliás tem feito em tão pequena escala, que a sua ação ainda se não faz sentir na economia do País (...)”.⁵¹⁹

Do mesmo teor é um documento elaborado pela Comissão de Estudos Coloniais, e que serve de base a uma conferência realizada em Lisboa, onde se contesta a ação do bispo de Moçambique e dos apoios estatais às missões religiosas, ao mesmo tempo que considera tal ação perniciosa para a soberania portuguesa sobre esses territórios, especialmente “quando a mãe pátria não seja uma nação poderosa que imponha pela força dos seus canhões o respeito que lhe é devido”, acrescentando que “ou nós tratamos a sério da acção missionária nacional, ou teremos de chorar imperdoavelmente as consequências duma vergonhosa incúria”.⁵²⁰ Por detrás destas questões está o debate em torno do ensino religioso, que vem desde meados do século XIX, cuja agressividade foi bem visível nos tempos da I República, e estão questões desenvolvimentistas com intenção de adotar um ensino predominantemente profissionalizante, informal e respeitador das tradições locais, que permita a formação de novos e mais capazes agricultores. A estas questões não é estranho o grande projeto republicano para as Colónias, que foi o Instituto de Missões Coloniais, vulgarmente conhecido por Missões Laicas, que teve em Abílio Correia da Silva Marçal o seu principal mentor e foi marcado quer pela pouca simpatia dos colonos, quer pelo idealismo dos seus propósitos, nomeadamente o de levar às populações dos espaços coloniais os grandes ideais da República de fraternidade, solidariedade e participação cívica.⁵²¹

trabalhos apresentados nesta Loja sobre este tema. Segundo A. H. de Oliveira Marques ainda existia em 1952;

⁵¹⁹ *Fundo Comissão de Estudos Coloniais – documentos vários*, Relatório dirigido ao Conselho da Ordem de 8 de agosto de 1932, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁵²⁰ *Fundo Comissão de Estudos Coloniais – documentos vários*, Discurso proferido na Loja Fraternidade Colonial, de Lisboa, em 18 de abril de 1928, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁵²¹ Para aprofundar este assunto ver PEREIRA, Pedro Marçal Vaz, *As missões laicas republicanas e os equívocos missionários e históricos da Igreja Católica* (2018) ou *As missões laicas em África na 1ª República em Portugal* (2013);

Na década de trinta a Maçonaria continuava a considerar a escola como um campo neutro e aberto a todas as crenças e tolerante por definição e prática, advogando por isso a laicidade do Estado e da escola. Continuando a citar o mesmo discurso de Ramon Nonato de La Féria, nele se pode ler que “enquanto a escola primária não levar até à mais recondida aldeia ou lugarejo, os benefícios do seu ensino e da formação cívica do futuro cidadão ou mãe de família, a democracia será uma palavra vã em Portugal (...)”. Por outro lado defendia-se que:

“o ensino particular corre em Portugal um grande perigo pois está sempre ameaçado de ser absorvido pelo jesuitismo (...). A finalidade da obra educativa reacionária é a antítese da escola laica; nós procuramos formar o cidadão com o máximo de iniciativa e de liberdade; o jesuíta mutila os cérebros de tal maneira que de futuro o aluno e mais tarde o cidadão (...) tem a necessidade constante de direção espiritual (...).

E mais adiante remata, acusando que

“é esta força social retrógrada que (...) disfarçando-se em festas mundanas, como chás dançantes e outras diversões, (...) causa todos os males sociais (...).”⁵²²

Noutra intervenção, Ramon de La Féria é claro ao afirmar que “a verdadeira democracia só é possível através de uma educação popular realizada pela escola única, laica, integral e gratuita”, o que resume o pensamento maçónico nessa época em matéria de ensino.⁵²³

Com uma outra conceção do ensino, muito diferente da I República e da Maçonaria, o Estado Novo nos seus primeiros anos preocupa-se em demolir a estrutura pedagógica da escola republicana. Enquanto nesta se apostou na instrução e com isso a ela se juntavam um conjunto de valores cívicos e comportamentos, o Estado Novo preocupou-se principalmente com a educação, simplificando-a e naturalmente reduzindo os encargos do Estado, e ao mesmo tempo moldando as consciências à nova ordem política e social. Como refere António Nóvoa “a afirmação do primado da educação sobre a instrução comporta uma dimensão moral e política, que reforça a vertente de enquadramento da escola” e cita como exemplo um discurso de Gustavo Cordeiro Ramos, em 1936, que dizia: “alargou-se a ação da escola, cujo fim não é apenas de ensinar, mas sobretudo educar, e educar politicamente” de

⁵²² *Fundo de Ramon Nonato de La Féria – Correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano, discurso proferido no Centro Escolar Republicano de Alcântara em 31 de janeiro de 1931;

⁵²³ *Fundo de Ramon Nonato de La Féria – Correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano, discurso em memória de Magalhães Lima proferido no Centro Republicano Magalhães Lima, em 30 de maio de 1930;

modo a favorecer os fundamentos morais do Estado.⁵²⁴ Salazar expressa bem estas ideias quando, no prefácio a uma obra de António Ferro, escreve: “a obra educativa a realizar, mormente nesta época de renascimento nacional, tem de partir de um acto de fé na Pátria portuguesa e inspirar-se no nacionalismo”.⁵²⁵ António Ferro é um dos principais protagonistas da construção de uma imagem de Salazar de “pai da pátria” e de santo protetor, enviado providencial para salvar a Nação e resgatá-la de todos os males e erros do passado, promotor da ordem e das tradições. O exacerbar das questões financeiras foi outro dos importantes contributos para a construção dessa imagem. Também por isso as ideias de “renascimento” pátrio e de “missão”, a par da “humildade”, “sacrifício” e “heroísmo” irão povoar os livros de ensino com o Estado Novo. Mas este é um discurso cuja origem está no próprio Salazar, quando num discurso pronunciado a 27 de outubro de 1938 diz que “com mãos carinhosas tomámos esta pobre Nação, morta de saudades, desalentada, escarnecida, e fizemo-la reviver”.⁵²⁶ E esta ideia não se aplica apenas a Portugal, longe disso. Num discurso proferido em Braga, com data de 28 de maio de 1966, já quase no fim da sua vida política, relacionado com o contexto da política colonial e sobre a hipótese de pôr um ponto final à sua vida política, Salazar afirma que “só não me permito a mim próprio nem o gesto nem o propósito, porque, no estado de desvario em que se encontra o mundo, tal acto seria tido como um sinal da alteração política seguida (...)”.⁵²⁷

Ao professor visto como guia na I República, concorrente do padre até, passou a opor-se um professorado relegado para um plano secundário, muitas vezes com a sua função entregue a regentes escolares fracamente dotados de conhecimentos pedagógicos ou curriculares. A desvalorização do professor foi mais longe ainda, interferindo na vida privada. Em novembro de 1936, entra em vigor a aplicação de legislação que impede o casamento das professoras sem a devida autorização do ministro, e a garantia que o futuro marido tivesse rendimentos “de acordo com os vencimentos da professora”, para além do futuro marido ter de provar possuir um “bom comportamento moral e civil”. Foi também adotada nas escolas uma prática de separação dos sexos. A seleção política dos professores, as características ideológicas dos programas escolares, a política de livro único ou o condicionamento

⁵²⁴ NÓVOA, António, *A Educação Nacional in Nova História de Portugal*, coord. Fernando Rosas, vol. XII, Lisboa, Ed. Presença, 1992, p. 459;

⁵²⁵ FERRO, António, *Salazar*, Lisboa, Ed. Edições Fernando Pereira, 1982, p. IV;

⁵²⁶ HENRIQUES, Mendo Castro e MELLO, Gonçalo de Sampaio, *Pensamento e Doutrina Política – textos antológicos – António de Oliveira Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 2010, p. 40;

⁵²⁷ HENRIQUES, Mendo Castro e MELLO, Gonçalo de Sampaio, *Pensamento e Doutrina Política – textos antológicos – António de Oliveira Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 2010, p. 53;

dos comportamentos visavam predominantemente uma educação que tinha em vista perpetuar o sistema político e social vigente. Adicionemos a isto a intenção do SPN, criado em 1933, que afirmava pretender modelar os portugueses nos valores de Deus, da Pátria, da Autoridade, da Família e do Trabalho, as grandes certezas da Nação preconizadas por Salazar, a redução de quatro para três anos da educação primária, o encerramento das Escolas do Magistério Público, a imposição do catecismo, o louvor da ruralidade ou a memorização como base pedagógica.

Toda o ensino praticado nas escolas tinha como denominador comum o despertar de sentimentos nacionalistas e de enaltecer a grandeza passada do país, agora recuperada com o Estado Novo e personificada em Salazar, no que este designava de “oficina das almas”. Quando Salazar fala de um Estado Novo “limitado pela moral e pelo direito” está a aludir a uma moral como forma de estar, passiva e conformista, que começava na escola primária, num Estado com alargados poderes interpretativos na vida da população. Tinha o ensino na Ditadura como particular propósito o horror à política e aos partidos políticos, e ainda a desmobilização cívica dos cidadãos, num contraste evidente com a I República e o preconizado pela Maçonaria. Tinha o Estado Novo como grande apoio a Igreja, acentuando uma lógica de conformismo social, de sacrifício e de privação e, não menos importante, os mecanismos de enquadramento e controle da juventude pelo papel reservado à Mocidade Portuguesa. No que se refere à Igreja há que lembrar que esta, desde o 28 de Maio, reclamava a liberdade para o ensino religioso. Deus estava presente na escola, fosse no curriculum, na pedagogia ou pela presença de crucifixos e outros símbolos religiosos, como forma de espalhar a religião por certos estratos da população, em contraste com os republicanos e a Maçonaria que advogavam a escola neutra e isenta de quaisquer manifestações religiosas.

Papel importante sob o ponto de vista ideológico, não tanto em termos organizativos e de realizações, já que falhou grande parte dos seus objetivos, foi desempenhado pela OMEN, fundada em 1938 e protagonizada por Isabel Bandeira de Melo (condessa de Rilvas), por Laura de Melo e Faro (condessa de Monte Real) e ainda por Maria Guardiola, em que a primeira entendia que a sua obra “não seria completa se não fosse ao mesmo tempo uma obra cristã”. Defendia a OMEN uma ação “no campo da moral, pela reeducação da mulher fazendo-a regressar ao lar”, exaltando a família e a maternidade, lutando contra o trabalho feminino fora do lar e contra quaisquer restrições à natalidade. A OMEN propunha-se ainda “preparar melhor as gerações femininas para os seus deveres maternos, domésticos e sociais”, que a

par da “habilitação das mães para a educação familiar” tinha por missão o “embelezamento da vida rural”.

Segundo os cânones da Ditadura, as mulheres não deviam alargar as fronteiras do seu relacionamento social para além do círculo familiar, assumindo um papel na recristianização da nação depois da Separação do Estado das Igrejas assumida pela I República, nem ambicionar a sua inserção no mercado de trabalho, decorrente das contingências laborais na sequência da I Guerra ou da alteração dos hábitos sociais, especialmente urbanos, ocorridos na década de vinte. Por isso causava horror aos arautos destes conceitos morais a ideia da coeducação, como se praticava na Escola Oficina nº 1 até às reformas de Carneiro Pacheco, vista como exemplo de permissividade e de perigoso contacto entre os sexos.

Salazar, em 1933, havia expressado a sua visão sobre a família e sobre o papel da mulher ao afirmar que:

“o trabalho da mulher fora do lar desagrega este, separa os membros da família, torna-os um pouco estranhos uns aos outros. Desaparece a vida em comum, sofre a obra educativa das crianças, diminui o número destas; e com o mau ou impossível funcionamento da economia doméstica, no arranjo da casa, no preparo da alimentação e do vestuário, verifica-se uma perda importante, raro materialmente compensada pelo salário recebido”.⁵²⁸

Efetivamente, quer Salazar, quer a Igreja, consideravam que o racionalismo Iluminista, o passado liberal da República e por fim as vicissitudes da vida moderna eram causa da desagregação da família. Esta visão do papel da mulher institucionalizada pela União Nacional e suportada pela moral vigente “porque mais sentimental e influenciável – porque o seu papel é diferente do daquele (homem), deve essa preparação intelectual obedecer a princípios diversos, com ensinamentos mais adequados à sua índole e à finalidade da sua função na família e na Nação”.⁵²⁹ Nas comunicações ao IV Congresso da União Nacional é clara a afirmação de que “à mulher compete a direção da casa e, particularmente, a educação dos filhos”, sendo que “os princípios da moral cristã são os elementos primordiais da educação dos filhos”.⁵³⁰ É a definição de um papel da mulher com um cariz acentuadamente ideológico e conservador, onde encontramos alguns meios conservadores ligados à

⁵²⁸ *Resumos das Comunicações – IV Congresso da União Nacional*, 3ª secção – vida social, Lisboa, Ed. União Nacional, 1956, p. 174;

⁵²⁹ *Resumos das Comunicações – IV Congresso da União Nacional*, 3ª secção – vida social, Lisboa, Ed. União Nacional, 1956, p. 174;

⁵³⁰ *Resumos das Comunicações – IV Congresso da União Nacional*, 3ª secção – vida social, Lisboa, Ed. União Nacional, 1956, pp. 154 e 173;

Igreja a referirem-se às fábricas como “haréns turcos” cheios de mulheres caracterizadas pela sua “inata debilidade de caráter”.⁵³¹ A este propósito Salazar facilmente extrapolava a sua visão da família para a política nacional e até internacional, afirmando que:

“(…) quanto mais sólida e estável for a organização familiar, mais coesa e sólida é a própria nação, assim também quanto mais nítida, mais forte e independente for dentro do seu próprio território a autoridade do Estado, quanto mais ordenada e sólida e nacional for a sua economia, mais fáceis serão os convênios de interesse internacional (…)”.⁵³²

No entanto, esta questão não pode ser vista apenas sob o ponto de vista moral, mas também no facto do Estado Novo visar a eliminação da concorrência feminina na indústria, que se manterá até ao surto de industrialização na década de sessenta. Figura de relevo da OMEM, a quem já nos referimos, foi Maria Alice Guardiola, cuja visão conservadora vinha já das suas posições enquanto reitora do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, em Lisboa, e que motivou uma significativa intervenção da Loja Liberdade, em abril de 1932, acusando-a de pretender

“arrastar as creanças que frequentam aquele estabelecimento para uma educação retintamente reacionária e religiosa, perseguindo acintosamente as que não frequentam a missa, confissão e igrejas, as quaes são prejudicadas na sua vida escolar quando não obedecem à sua orientação”.⁵³³

Sobre o papel da mulher na sociedade há alguns trabalhos maçónicos que vão no sentido inverso ao do defendido pelo Estado Novo. Embora não assumindo uma posição como instituição, porque a regra é não o fazer, o papel que a Maçonaria desempenhou para a abertura moral que se viverá na década de sessenta e para as mudanças sociais decorrentes, assenta num trabalho continuado de livre pensamento e de combate à moral cristã que o regime seguia, protagonizado pelos poucos maçons em atividade. É, no entanto, de referir que o próprio regime não possuía uma uniformidade de pensamento sobre este tema, assistindo-se no final dos anos cinquenta e inícios da década de sessenta a um confronto entre uma linha mais conservadora do regime, que invoca o pensamento de Salazar, e uma ala mais liberal, desejosa de um desenvolvimento económico e de olhos postos noutros países que exigia uma outra atitude moral.

⁵³¹ PIMENTEL, Irene Flunser, *História das organizações femininas do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2001, p. 40;

⁵³² SALAZAR, *Os princípios e a obra da Revolução in O pensamento de Salazar*, Lisboa, Ed. SPN, 1943, p. 26;

⁵³³ *Processo da Loja Liberdade, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Efetivamente Portugal vivia fechado sobre si próprio. No entanto, as necessidades decorrentes da industrialização e do desenvolvimento dos serviços implicavam um crescimento urbano e uma outra forma de olhar para a economia familiar. A OMEN, criticando a “mãe moderna” por desorganizar a família e a sociedade, defendia a mulher como “rainha do lar” que dava a vida ao homem, a “mais alta das funções sociais”, visão materializada nas exposições de berços e de enxovais que transmitiam à operária “o asseio e o bom gosto compatíveis com a pobreza”.⁵³⁴ Eram assumidas as virtudes da obediência, da humildade e de felicidade na pobreza. Num discurso de 7 de janeiro de 1949, o próprio Salazar dizia de si que:

“devo à Providência a graça de ser pobre: sem bens que valham, por muito pouco estou preso à roda da fortuna, nem falta me fizeram lugares rendosos, riquezas, ostentações. E para ganhar, na modéstia a que me habituei e em que posso viver, o pão de cada dia, não tenho de enredar-me na trama dos negócios ou em comprometedoras solidariedades”.

E mais adiante, como sublinhado da humildade, acrescenta “não tenho ambições. Não desejo subir mais alto (...)”.⁵³⁵

Anos mais tarde, em 1958, já dirigida pela Condessa de Penha Garcia, a OMEN recentra as suas atenções no meio rural e cria, em Braga, uma escola para Agentes de Educação Familiar Rural, sem contudo, e apesar dos novos ventos que sopravam além fronteiras, se desviar da ideia de Salazar para a família. Em 1968, a Condessa de Penha Garcia, como que temendo a fuga para as cidades, dizia que:

“tendo a ordem eterna dos campos vindo a ser perturbada pelas possibilidades de conforto e bem estar, por apelos para uma vida fácil e por doutrinas sedutoras eram necessárias mudanças no meio rural de forma a fixar populações”.⁵³⁶

Quando da reforma do ensino, discutida na Assembleia Nacional no final da década de 40, Maria Van Zeller defendia que a mulher, nos meios rurais, deveria receber “uma instrução especializada, a fim de, sem sair de casa, ou próximo dela, poder dedicar-se a atividades mais ou menos compensadoras para a economia do agregado social a que pertence”,⁵³⁷ em vez de procurar um trabalho ou diplomas que pouco ou nada lhes renderiam.

⁵³⁴ PIMENTEL, Irene Flunser, *A obra das mães e a caridadezinha in Os anos de Salazar*, vol. 8, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007, pp. 124 a 126;

⁵³⁵ HENRIQUES, Mendo Castro e MELLO, Gonçalo de Sampaio, *Pensamento e Doutrina Política – textos antológicos – António de Oliveira Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 2010, pp. 43 e 44;

⁵³⁶ ideia expressa por Irene Pimentel recorrendo a citações. PIMENTEL, Irene Flunser, *Suster o êxodo rural num país mudado in Os anos de Salazar*, vol. 15, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007, p. 118;

⁵³⁷ COSTA, Albérico Afonso, *A reforma do ensino técnico-profissional in Os anos de Salazar*, vol. 7, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007;

Com estes instrumentos o Estado Novo criaria um modelo de família conformada, pobre e sem ambições sociais, educacionais e claro está políticas. Salazar afirmava que as mulheres não entendiam que a felicidade se atingia pela renúncia aos prazeres mundanos e pela dedicação ao lar e à família. Em entrevista a António Ferro, Salazar afirmará que:

“nos países ou nos lugares onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem – nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais – a instituição família, pela qual nos batemos como pedra fundamental duma sociedade bem organizada, ameaça ruína... Deixemos portanto o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... e a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa... (...)”.⁵³⁸

Ao ensino no feminino juntava-se a articulação com atividades de carácter religioso ou organizadas pela Mocidade Portuguesa Feminina, nomeadamente formação moral e religiosa, economia do lar, normas de etiqueta ou atividades compatíveis com a lógica de separação dos sexos e oferecendo pouco mais do que o acesso a uma profissão dentro do que a tradição reservava à mulher. Naturalmente que tais concepções desaconselhavam que a educação feminina incluísse o desporto ou atividades públicas, ou que atividades como a ginástica ou o campismo fossem consideradas atividades “demasiado masculinas”.

As aulas de Religião e Moral ou o posicionamento da Igreja na estrutura de ensino são apenas uma evidência de um panorama mais vasto em que a Igreja contribuiu para a ascensão de Salazar e para a consolidação do regime, funcionando também como contraponto às suas relações com o Estado durante a I República. Por isso a Maçonaria não via com bons olhos esses matizes ideológicos, subjacentes ao ensino durante o Estado Novo e contrários ao laicismo da escola da I República. A revisão do texto constitucional de 1935 é clara ao enunciar que a educação pública se rege “pelos princípios da doutrina e da moral cristã tradicionais do país”, contrários à “neutralidade agnóstica” da I República.

Visão oposta tinha a Cruzada das Mulheres Portuguesas, dirigida por Ana de Castro Osório e outras mulheres, a maioria ligada à Maçonaria feminina ou com parentes no GOLU. No início da década de trinta, Ana de Castro Osório escreve no boletim

⁵³⁸ FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2003, p. 90;

da Cruzada que no Instituto Escolar de Arroios, em Lisboa, “mercê de uma ação intimamente combinada entre a delegação e os professores, são os alunos dos dois sexos, com muita frequência, sujeitos na escola, a preleções de educação cívica e a que não faltam, paralelamente indicações de higiene a seguir”.⁵³⁹ Cite-se aqui o exemplo, mencionado por Lia Ribeiro, a propósito das questões de higiene no Centro Republicano de Alcântara, vistas como um dever, estabelecendo multas para as transgressões, as quais revertiam a favor de um cofre comum. Exemplos referidos dessas transgressões eram o “escarrar para o chão, entornar tinta, ter as unhas sujas, não estar bem lavado, não cuidar dos cabelos, dos dentes, etc.”.⁵⁴⁰

De facto, há um conjunto de questões relacionadas com o ensino que vem da 1ª República e aqui é importante destacar o papel tido quer pelas Lojas femininas do GOLU primeiro, ou pelas Lojas da Obediência Mista que é a Federação Portuguesa da Ordem Maçónica Mista O Direito Humano depois. Além de Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete e Carolina Beatriz Ângelo, são de destacar os nomes de Angelina Vidal ou de Vitória Pais Madeira, entre muitas outras mulheres que abraçaram a Maçonaria, não apenas lutando pela igualdade face aos homens, mas também enquanto dedicadas militantes de um ensino laico que chegasse às camadas mais desfavorecidas da população portuguesa.

Também é verdade que na década de quarenta, especialmente após o final da guerra, começam a surgir vozes no interior do regime argumentando que o sistema educativo se estava a revelar desadequado para as necessidades do país. A reforma educativa não seria fácil e o primeiro obstáculo surgiu quando da discussão de uma nova estrutura curricular somada à ideia, recusada pelos duros do regime, de haver uma formação geral que pudesse abranger o operariado. Moura Relvas, um dos protagonistas desta linha, dirá mesmo a propósito da ideia de criar um ciclo de dois anos, preparatório em matéria de formação geral, que tal equivaleria a “fazer do operário um estudantinho sem o real conceito da sua profissão” ou, nas palavras de Ribeiro Casais, o aluno iria “aprender disciplinas teóricas como um doutor”.⁵⁴¹ Curiosa é ainda a afirmação de Moura Relvas que refere que os estudantes saídos

⁵³⁹ *Boletim Informativo da Cruzada das Mulheres Portuguesas*, relatório das gerências 1930 – 1931 – 1932, Lisboa, 1933, p. 59;

⁵⁴⁰ RIBEIRO, Lia, *Sob o signo de Marianne – o ensino no universo da popularização republicana (1880-1910) in República e Republicanismo*, coord. Maria Fernanda Rollo e António Rafael Amaro, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2015, p. 383;

⁵⁴¹ COSTA, Albérico Afonso, *A reforma do ensino técnico-profissional in Os anos de Salazar*, vol. 7, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007, p. 123;

das escolas possuem “características hereditárias” que os impelem a diferentes caminhos profissionais e mais ou menos necessidades de estudos.⁵⁴²

Esta era também uma luta contra a mobilidade social, pelo acatar por cada um do papel social que lhe era determinado, por uma mão de obra dócil, barata e pouco formada. Era também a luta de alguns sectores em manter o Portugal rural, contra outros que viam na industrialização o passo a dar no pós-guerra. Na realidade, a partir do final da década de quarenta assiste-se à subordinação da agricultura às necessidades de industrialização do país, ainda que numa primeira fase existisse a nítida preocupação de não subverter o mundo rural tradicional nem sublinhar o processo de urbanização, ambos prejudiciais à “paz social” e ao conformismo. Freitas do Amaral refere-o nas suas “Memórias” atribuindo a Salazar uma “visão saudosista da sociedade agrária do passado e uma concepção pecaminosa do urbanismo”, que classificava o desenvolvimento urbano como “um dos maiores males do nosso tempo”, potenciador de massas prontas para a revolta.⁵⁴³ É uma concepção conservadora da vida social e económica, que Salazar leva da Universidade para o governo e que no pós-guerra choca de frente com a necessidade de formar recursos humanos nas áreas da indústria e dos serviços. As necessidades económicas do país irão determinar uma grande mudança que ocorrerá no sistema de ensino e que terá consequências políticas que o regime dificilmente controlará.

As mudanças de paradigmas entre a educação republicana e as concepções do Estado Novo foram marcantes. Por isso não é de estagnar que a candidatura de Norton de Matos, quer por influência da Maçonaria, quer por influência do PCP, tivesse dedicado particular atenção à reforma de ensino. A candidatura chega mesmo a editar um pequeno livro intitulado *O Ensino Industrial e Comercial – estudo crítico sobre uma recente reforma*, onde critica as reformas levadas a efeito pelo governo. O estudo como base de consciência e intervenção cívica e até de mobilidade social, eram algo que assustava o regime.

⁵⁴² COSTA, Albérico Afonso, *A reforma do ensino técnico-profissional in Os anos de Salazar*, vol. 7, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007, p. 121;

⁵⁴³ AMARAL, Diogo Freitas do, *O antigo regime e a revolução – memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Ed. Bertrand/Nomen, 1996, pp. 60 e 61;

21 – 3 Exemplos

21.1 - Educar de outra forma⁵⁴⁴ - o ensino na Escola Oficina nº 1

Desde meados do século XIX e boa parte do século XX a Maçonaria deixou marcas profundas no ensino então praticado, seja pelos métodos de avaliação, experimentação ou coeducação, seja no caso específico da Escola Oficina nº 1, em Lisboa, iniciativa das Lojas José Estevão e Sementeira, seja ainda pela atitude filantrópica, sendo disso exemplo O Vintém das Escolas, ou ainda pelo seu carácter inovador e social, caso da Escola Oficina nº 1, na Graça, e também da Escola Marquês de Pombal,⁵⁴⁵ em Alcântara, ambas em Lisboa e esta última criada em 1884, numa iniciativa da Loja Razão Triunfante,⁵⁴⁶ tendo sido uma escola marcante na vida do operariado de Alcântara e da qual existe um interessante álbum fotográfico, datado de 1904, que retrata o ensino feminino nesta escola. Destaque também para o exemplo similar da Escola Vasco da Gama, no Porto e apoiada pela Loja União, uma Loja que por volta de 1912 era tão importante que a sua dimensão a obrigou a desmembrar-se em cinco secções, correspondendo cada uma a três freguesias do Oriente do Porto, e ainda pela Loja Invicta, que igualmente apoiava o Asilo de S. João, do Porto. Em Elvas o Grémio da Mocidade Republicana tinha a intenção, parece que nunca concretizada, de criar uma Escola Oficina, que de resto anuncia em 1912, e que incluía aulas de agricultura.

A Escola Oficina nº 1, em Lisboa, oferece-nos durante o Estado Novo duas vertentes, uma enquanto infraestrutura de apoio à atividade da Maçonaria, de carácter clandestino, e outra desde o seu nascimento e até ao seu encerramento, a de implementar e executar um modelo de ensino coerente com as ideias da Maçonaria. Da primeira vertente, falamos a espaços ao longo deste trabalho. Da segunda, dedicamos-lhe este capítulo.

Formal e legalmente a Escola Oficina nº 1 suportava-se organicamente na Sociedade Promotora de Escolas.⁵⁴⁷ Editou a revista de pedagogia *Educação* e, a

⁵⁴⁴ Título de António Candeias na obra *Educar de Outra forma – a Escola Oficina nº 1 de Lisboa 1905-1930*, Lisboa, Ed. Instituto de Inovação Educacional, 1994;

⁵⁴⁵ Denominada de Escola Industrial de Marquês de Pombal, viria a designar-se posteriormente de Fonseca Benevides. Refira-se, a propósito desta escola que o arquiteto autor do projeto foi Luís Caetano Pedro de Ávila. Por sua vez, o projeto original e nunca concretizado da Escola Oficina nº 1, na Graça, em Lisboa, é muito semelhante, sendo de autoria de Domingos Pereira da Silva.

⁵⁴⁶ Referimo-nos à Loja Razão Triunfante nº 107, fundada em 1876. Entre 1897 e 1904 pertenceu ao Grande Oriente de Portugal, voltando ao GOLU em 1904. MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986, p. 1198;

⁵⁴⁷ A sua origem radica na Sociedade Promotora de Creches, cuja ata de constituição data de 9 de junho de 1876, tendo a cerimónia de inauguração contado com as presenças do rei D. Luís, da Rainha

partir de 1917, editou o *Boletim* da Escola, repositório da atividade desta, trabalhos e processos e que se assume como continuador da revista *Educação*. Os princípios pedagógicos implementados na Escola Oficina nº 1 eram conceitos desde há muito perseguidos pela Maçonaria, pelos movimentos anarquistas e por um conjunto de pedagogos seguidores dos princípios e práticas da designada “Escola Nova”. Nem sempre os seus planos pedagógicos foram lineares, já que refletiram questões de diferença ideológica que maçons e anarquistas transportavam para o seio da escola, ou o enfraquecimento da Maçonaria pela cisão de 1914, ou mais tarde pela asfixia e alterações pedagógicas impostas pelo Estado Novo. A Escola era também o reflexo de necessidades novas sentidas pela sociedade face à nossa incipiente e tardia industrialização. Ainda assim, o seu funcionamento e métodos podem remontar a épocas mais recuadas. O plano de arquitetura da Escola Oficina inspira-se em ideias que remontam ao século XVIII, nomeadamente nas Academias, com salas amplas especialmente destinadas aos trabalhos oficinais, às quais se juntam gabinetes dotados de instrumentos do campo da física e da química ou coleções de história natural e do mundo mineral. São disso exemplo o rico laboratório, os instrumentos para o ensino da eletricidade ou os dispositivos no âmbito da mecânica ou da geografia. Pelas fotografias ainda hoje existentes vemos as amplas salas destinadas ao ensino oficial, bem maiores do que aquelas que eram destinadas ao ensino não oficial, ou ao ênfase dado ao contacto com a natureza ou com a realidade da indústria, através de passeios e visitas de estudo. É importante igualmente salientar a distinção e complementaridade entre instrução e educação que eram ministradas na Escola Oficina. Enquanto que a instrução se baseava no conhecimento científico e literário, a educação assentava na componente cívica, relacionando-se com a participação social e política. Ambas funcionavam em paralelo nesta escola.

Para compreender os métodos de ensino da Escola Oficina nº 1 e o seu papel social, podemos recuar a 1916, quando Adolfo Lima, que exerceu funções docentes naquela escola e um dos seus mentores, escrevia na revista *Germinal*, que o ensino

D. Maria Pia e de Rodrigues Sampaio. O edifício tal como o conhecemos hoje, começou a ser construído em 1877 e ficou pronto em 1878, tendo sido transferida para aquele espaço a creche do Largo do Outeirinho da Amendoeira, passando a designar-se de Creche de Santa Eulália em homenagem à mãe de Rosa Araújo, presidente da Câmara Municipal de Lisboa e maçom, que havia cedido o terreno. Ali funcionou até 1903, altura em que as dificuldades económicas determinaram o aluguer à Provedoria do Asilo Municipal. A 26 de Abril de 1904 é realizada uma Assembleia Geral que aprova novos estatutos e altera a designação de Sociedade Promotora de Creches para Sociedade Promotora de Asilos, Creches e Escolas, sendo a sua sede instalada na Rua de S. João da Praça 83 - 2º, onde, em 1 de janeiro de 1905, é inaugurada a Escola-Oficina nº 1. Em 1906 a Escola Oficina transfere-se para as suas antigas instalações no Largo da Graça e a Sociedade passa a designar-se de Sociedade Promotora de Escolas;

clássico produzia as chamadas profissões liberais de pendor intelectual e destinadas a ricos, enquanto que o ensino profissional criava profissões essencialmente manuais e destinadas aos mais pobres. Considerava que ambas as vias eram incompletas, advogando antes uma opção mista já que esta separação era a causa da organização social vigente que se reproduzia num ciclo vicioso. Mais, entendia que tais formas de ensino eram prejudiciais porque contrárias ao progresso da sociabilização dos indivíduos e dos povos não criando consciência social.

Nunca descurando a questão social ou sequer separando-a das questões referentes ao ensino, Adolfo Lima escrevia que:

“uma educação que não aproveita todas as actividades individuais e que não cria um cabedal científico para livre e consciente exercício de todos os direitos e cumprimento de todos os deveres, não pode ser defendida em nome duma Pedagogia sã e honesta”.

Era a justificação usada pela Escola Oficina nº 1 para conjugar o trabalho oficial com o ensino teórico. Escrevia ainda que:

“o operário simplesmente prático, sem cultura científica prévia e orientadora, sem saber os princípios fundamentais da sua profissão, é um indivíduo que estará sempre escravizado, nunca poderá emancipar-se; a grilheta da sua ignorância submetê-lo-ha ao intelectual, ao sábio explorador”.

E mais adiante

“o operário, reduzido ao trabalho simplista e parcelar não é um trabalhador qualificado, mas apenas um serviçal, que pode ser despedido a toda a hora e substituído pelos incompetentes (...)”.⁵⁴⁸

Esta complementaridade do saber teórico com a prática está também na base de uma sua afirmação neste artigo, de que “para querer é necessário poder e para poder é indispensável saber”. Sobre a educação, e conferindo-lhe um papel mais amplo que a instrução, Adolfo Lima sintetiza assim o seu fim, da forma como era preconizada no período republicano e cujas ideias vemos plasmadas em diversos trabalhos das Lojas maçónicas e na orientação da Escola Oficina nº 1:

“a educação deve, (...) e tem de corresponder às necessidades pessoais e às aspirações sociológicas e estar de harmonia com a própria estrutura social. Julgo, por isso, que a Educação tem por fim preparar o indivíduo para a vida social, para viver em sociedade, numa sociedade, numa época; para viver em comum com os

⁵⁴⁸ “A educação e o operariado” in *Germinal*, nº 2, março 1916, Lisboa, 1916, pp. 46 a 50;

seus semelhantes, realizando e concretizando todas as aspirações dessa sociedade e dessa época”.⁵⁴⁹

Louvada pelo Governo Provisório da República, em 20 de dezembro de 1910, conforme nos indica uma placa ainda hoje existente no local, a Escola Oficina nº 1 era um estabelecimento de ensino que se afirmou como uma escola vanguardista e inovadora, que além de conjugar a teoria com a prática, valorizava as crianças e lhes dava um olhar abrangente do mundo, ao mesmo tempo que lhes ensinava os valores da Liberdade, da Igualdade, da Fraternidade e da Tolerância. Uma Escola em que a Liberdade e a Igualdade não eram apenas ensinadas mas, e principalmente, eram vividas diariamente e conseqüentemente interiorizadas. Nela o individualismo e a competição eram substituídos pela cooperação, sendo disso exemplo *A Solidária*, associação composta por alunos, ex-alunos e sócios aderentes, sendo aos primeiros que cabia a gestão da cantina, e recorde-se que estamos a falar de crianças dos seis aos treze anos,⁵⁵⁰ ainda que se admitisse que a idade limite de frequência fossem os dezassete anos, onde a seleção era secundarizada em favor de uma aprendizagem efetiva, sendo exemplo disso o período em que vigoraram sistemas de autoavaliação ou de apresentação pública de trabalhos. Sobre o sistema de avaliação, à exceção de um curto período em que vigorou a autoavaliação, era adotado um sistema de avaliação contínua, com os professores ao longo do ano a tomarem as suas notas sobre o percurso escolar dos alunos. Para atingir os objetivos de qualidade a que se propunha, limitava o escalão etário e o número de alunos. Numa ata do Conselho Escolar de 21 de outubro de 1910, pode-se ler que:

“(...) o Dr. Adolfo Lima deu o parecer (...) de que só se devem admitir alunos de 7 a 10 anos, que o limite da população escolar não pode ir além de 70 alunos e que portanto as admissões para o próximo ano não poderão ir além de 22 e devem ser analfabetos. Resolveu-se que os alunos devem ter educação gratuita (...)”.⁵⁵¹

A questão da gratuidade do ensino é abordada pela Loja Montanha, em 1906, que advoga a prática na Escola Oficina nº 1, com os trabalhos oficinais produzidos

⁵⁴⁹ LIMA, Adolfo, *O fim da Educação in Escola Nova*, ano 1, nº 2 e 3, Coimbra, Ed. Associação de Professores de Portugal, 1924, p. 29;

⁵⁵⁰ CANDEIAS, António, *Educar de outra forma – a escola oficina nº 1 de Lisboa, 1905 – 1930*, Lisboa, Ed. Instituto de Inovação Educacional, 1994, pp. 407 e 413. António Candeias refere o interessante caso de uma Assembleia Geral realizada em 3 de fevereiro de 1910 à qual “assistem 36 alunos e 8 adultos” (p. 407) e, citando outras Assembleias “em nenhuma destas Assembleias se faz ouvir a voz de adultos”. (p. 413). A partir de 1920 a constituição d’A Solidária é alterada passando a incluir o seu corpo docente.

⁵⁵¹ PEREIRA, Pedro Manuel, *Escola Oficina nº 1 – uma instituição paramaçónica (1905-1926)*, Lisboa, Ed. Autor, 2012, p. 5;

pelos alunos a serem vendidos e com o produto da venda a reverter para os alunos como pagamento.

Internamente à Maçonaria, a Loja Montanha definia como instrução primária “a soma de conhecimentos absolutamente indispensáveis a todo o homem, seja qual for o seu lugar na sociedade”, advogando um ensino entre os sete e os onze anos, num plano ligeiramente diferente em relação à Escola Oficina nº 1. O que era consensual era a oposição da escola laica à escola congregacionista, inclusive tema de uma comunicação apresentada por Agostinho José Fortes no Congresso Maçónico Peninsular, em 1905, oposição na origem, nos processos e nos objetivos. Voltando às ideias da Loja Montanha, com muitas semelhanças ao plano de estudos da Escola Oficina nº 1, é-nos dito que

“a 5ª feira será exclusivamente empregada em visitas às fabricas e oficinas, onde os mestres respectivos, a pedido do professor, darão aos meninos algumas informações acerca das matérias primas, produtos manufacturados, mecanismos, etc.; grandes passeios pelo campo onde o professor ensinará geografia, mineralogia, geologia, botânica, zoologia e agricultura; aproveitando a ocasião para visitar as propriedades agrícolas onde as creanças vejam como se executam os diferentes trabalhos, e as machinas empregadas”.⁵⁵²

A Loja sugeria também a adoção do trabalho escolar em casa a fim de criar hábitos de trabalho, assim como para evitar a longa permanência na escola, diferenciando o horário escolar no verão e no inverno, a fim de melhor aproveitar a luz do dia.

Curiosamente encontramos algumas destas ideias sugeridas para o ensino nas colónias. É o caso da ideia das Escolas Oficina, por exemplo em Luanda, ou os cuidados de higiene onde o balneário era indispensável para igualizar os alunos, que fora da escola se seleccionavam por “limpos e sujos”. A Loja Fraternidade Colonial sublinhava igualmente a importância da cantina como centro da vida ativa da escola, onde muitos dos serviços eram feitos pelos alunos. As propostas da Fraternidade Colonial diferem um pouco da Escola Oficina nº 1 na questão financeira. Não se refere o apoio das Lojas, ainda que se saiba que no caso das Lojas Cruzeiro do Sul e 1º de Janeiro, em Moçambique, estas apoiavam as suas escolas, mas advogando uma base económica assente numa mensalidade paga pelos alunos e nas receitas da venda de trabalhos, tal como acontecia na escola em Lisboa. Era clara a proposta da Fraternidade Colonial ao referir que “não se dão

⁵⁵² *Cartas, comunicações e documentos vários, Considerações sobre o programa de instrução primária – Loja Montanha, 1906*, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

escolas. O Ensino não é gratuito”.⁵⁵³ De referir ainda que no caso da Escola Oficina nº 1 a escola era gratuita e suportada pela Maçonaria, mesmo para além de 1935, através das Lojas ou pelas contas do próprio Grande Oriente Lusitano Unido, o que era extensível ao material didático necessário ou à existência de uma biblioteca própria e laboratórios. Não sendo explícito, é provável que a posição da Loja Fraternidade Colonial fosse destinada às escolas coloniais, já que em Lisboa ela própria estava envolvida com o apoio à Escola Oficina nº 1. Recorde-se aqui também a posição da Loja União, do Porto, expressa em documentação do primeiro quartel do século XX, onde esta ideia de gratuidade e de frequência obrigatória do ensino era considerada condição para o aperfeiçoamento intelectual dos alunos enquanto cidadãos.

A Escola Oficina nº 1 seguia muito de perto as ideias da chamada “Escola Nova” e da Sociedade de Estudos Pedagógicos, entidade fundada em 1910 com o objectivo de efetuar estudos sobre o desenvolvimento físico e psíquico da criança, fazer a verificação experimental de métodos pedagógicos, estudar experiências pedagógicas de países como a França, a Bélgica ou os Estados Unidos e importá-los para Portugal efetuando as devidas adaptações, ao mesmo tempo que procurava também adaptar as práticas pedagógicas às necessidades sociais e interessar os poderes públicos pelas questões do ensino. Na atividade da Sociedade contam-se inúmeras conferências públicas e diversas publicações, nomeadamente a *Revista de Educação Geral e Técnica*, publicada entre 1916 e 1935 embora sujeita a algumas interrupções. Enquanto instituição foi forçada à sua autoextinção em 1935.

A ação da Sociedade de Estudos Pedagógicos leva-nos a compreender as preocupações com os equipamentos na Escola Oficina nº 1, tendo em vista o maior conforto das crianças, onde ainda hoje vemos os quadros colocados à sua altura, ou com os laboratórios exuberantemente dotados nos domínios da zoologia, da física ou da química, ou ainda os brinquedos educativos, nomeadamente os relacionados com a física e a matemática. Entendia-se que os espaços deviam ser “lugares higiénicos e confortáveis sem o vulgar aspecto de jaulas apartadas da vida”, seguindo os conselhos higiénicos do século XIX com repercussões na arquitetura, adotando muitas e grandes janelas com vista ao arejamento do espaço, forma então adotada com vista a combater doenças como a tuberculose. Defendia-

⁵⁵³ *Processo da Loja Fraternidade Colonial, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

se igualmente que o seu mobiliário deveria ser simples e cómodo, sendo recusadas as carteiras que originassem posturas incorretas, recusando-se também bancadas que obrigassem os alunos à mesma posição, recusando púlpitos ou estrados que dessem ao professor um lugar de primazia, algo que podemos observar em fotografias da época com os professores sentidos junto com os alunos. É curioso este aspecto da primazia do professor porque, anos depois, iremos encontrar uma alteração introduzindo um estrado de forma a destacar a figura do professor. Tentou, no entanto, manter os seus critérios distintivos na seleção dos professores ou em algumas práticas pedagógicas. É o caso do contacto das crianças com a natureza, seguindo o modelo de Frederich Froebel, valorizando a prática da jardinagem na sua horta e jardim e na realização frequente do exercício físico. Entendia-se também que a designada “educação integral” deveria contar com o envolvimento das famílias. Por isso as mesmas eram chamadas a participar em várias atividades da escola. Era também valorizada a coeducação e a existência de turmas relativamente pequenas, forma que se entendia levar ao estreitamento dos laços entre alunos e professores.

Se nos seus primeiros tempos a escola tinha por intenção formar operários que complementarmente seriam cidadãos participativos, em breve abraçou um projeto pedagógico mais ambicioso que pressupunha o conjugar de uma cultura Intelectual sólida com uma formação escolar e profissional adequada. Claramente era um modelo alternativo à Escola tradicional que constituiria a base de uma sociedade diferente. Enquanto escola inseria-se na vivência social e política do bairro da Graça, um bairro essencialmente operário onde coexistiam socialistas, republicanos, carbonários, anarquistas, maçons e mais tarde comunistas, muitos deles pertencendo cumulativamente a mais do que uma organização. A sua ação atingia também Alfama, Sapadores e Arroios, e há registos em que a influência da Escola se assumia como complementar das carências das famílias da zona. Um desses exemplos que as atas da Direção registam é o facto de se construírem balneários não apenas para apoio às aulas de educação física, mas também para suprir as carências de higiene que as crianças tinham em casa. Por tudo isto, se tornou numa escola querida pela população local, cujos mais velhos ainda hoje a recordam com carinho ombreando com outras estruturas associativas deste bairro. Um dos nomes incontornáveis destas vivências é António Lumelino, da Loja Pureza, também colaborador d’A Voz do Operário.

O primeiro plano de estudos data de 1904, elaborado antes da inauguração, contando com o ensino do português e da aritmética, da escultura em madeira, do desenho e da marcenaria. Manteve ao longo do tempo, apesar das alterações que esses planos comportavam, uma visão rousseuniana da criança, a de que ela trazia desde a nascença de todas as faculdades humanas, competindo ao professor desenvolver essas faculdades. As alterações aos planos de ensino passavam pela discussão no seio da Direção e pela adopção ou não de sugestões dos associados, como é o caso da introdução das aulas de ginástica e de sociologia (!...) em 1907. Nesse ano de 1907 o plano de estudos era composto por uma educação geral primária com disciplinas como francês, ginástica, física, química, botânica, zoologia, higiene, aritmética, sociologia e naturalmente o português. Quanto à parte oficial era composta pelo desenho, construção de mobiliário e talha, às quais se acrescentaram a modelação em barro, a gravação em couro, entre outras.⁵⁵⁴ O teatro era uma atividade de referência, sendo a criança vista como espetadora, personagem de palco e autora. Chegou a praticar um sistema de autoavaliação e era frequente a sua participação em exposições de trabalhos de alunos de várias escolas, trabalhos esses que, como já se referiu, eram vendidos ao público revertendo a receita para a Escola. Aliás, Adolfo Lima dá disso conta, referindo na revista *Germinal*, em 1916, a realização de uma exposição de “arte escolar”. Pelo meio discutiam-se as vantagens ou não do cumprimento rigoroso dos horários, proibidos os castigos físicos, desaconselhados os silêncios rigorosos, porque entendidos como castradores da imaginação e da liberdade infantil, e sublinhava-se o valor do ensino da sociologia numa escola deste género, com temas que iam desde a geografia à demografia e aos conceitos de cidadania. Estudavam-se neste capítulo as diferentes populações do globo, a sua diversidade geográfica, rática e cultural, com o argumento de abrir os espíritos à tolerância, mas também as épocas geológicas e a natureza em geral. Sublinhe-se o carácter enciclopédico do ensino praticado, com um plano completo em cinco graus, que incluía aspectos como os sistemas económicos, doutrinas e instituições, sistemas políticos, independência de ideias e opiniões, ou ainda aspectos de personalidade e carácter.

O ensino praticado na Escola Oficina nº 1 privilegiava além de um plano curricular dividido entre a teoria e a prática oficial, a relação adulto-criança, sendo também marcantes as inovadoras formas de avaliação e todo o processo educativo baseado na autonomia e liberdade dos alunos, ao mesmo tempo que toda a estrutura

⁵⁵⁴ Até há poucos anos atrás ainda se encontravam entre os materiais oficiais da Escola as ferramentas para a gravação em couro, peças de cerâmica em barro de Bisalhães, boa parte dos materiais destinados à execução de rendas de bilros, nomeadamente os bilros e a almofada (rebolo) e algumas peças em madeira trabalhada e ferro executadas por alunos e professores da Escola Oficina;

curricular assentava num conceito rigorosamente laico. Embora tendo feito edição própria livros de leitura da instrução primária, havia muitas disciplinas em que o livro era subalternizado em relação à prática. Sobre as suas práticas pedagógicas escrevia-se no *Boletim da Escola* que:

“não usamos portanto o livro, a lição de cor, a lição marcada; estas conduzem sempre, parece-nos, a uma má vontade, a uma não aceitação agradável da aula. (...) As noções das sciências, sob a forma de noções das cousas, deviam ser iniciadas na escola maternal (...)”.

Noutro ponto, e ligando o estudo ao contato com a natureza, de uma forma muito crua e direta, escreve-se:

“visitei há tempos uma escola. Estava situada num vasto terreno, sem plantas, nú, onde os pequenitos corriam, saltavam, na sua hora de recreio. O edifício era branco de neve. No interior, a aula limpa, cheia de luz. Sobre a mesa, floritas espetadas nas suas modestas jarrinhas de louça. Vasinhas de flores alegravam o peitoril das janelas (...). Como era bela, sem dúvida esta escola! Mas bela como era (...)... a compreenderíamos em Lisboa... mas não ali, no meio da natureza, no meio do real. O campo estava perto... as flores cobriam os prados (...)”.⁵⁵⁵

Outro aspeto interessante é hoje vermos nas fotografias da época as mesmas aulas, por exemplo marcenaria, serem ministradas a rapazes e raparigas, algo que o Estado Novo proibiria absolutamente, por um método muito simples: proibindo o sistema de coeducação.

A autonomia das crianças e o bem estar durante a aprendizagem refletia-se na organização do espaço e nos equipamentos ou na relação entre o aluno e o professor.

“A criança, quando presa ao mestre pelo vínculo forte da amizade, procura imitá-lo e mostra interesse para aprender; sente-se com vontade de saber, o que constitui verdadeiramente um grande passo para o sucesso”.⁵⁵⁶

António Candeias refere mesmo que:

“a Escola Oficina nº 1, com as suas cinco salas de aula, refeitório e cozinha, teatro, duas, em determinada altura, três oficinas, secretaria e gabinete de Direção, biblioteca, gabinete médico e câmara escura, vestiários, casa do contínuo, hortas, jardim, quintal e pátio coberto, era não só uma excepção no que se refere à riqueza e

⁵⁵⁵ “Como ensinamos as sciências” in *Boletim da Escola Oficina nº 1*, nº 2, Lisboa, Ed. Sociedade Promotora de Escolas, 1918, pp. 70 e 71;

⁵⁵⁶ ALMEIDA, Paulo, *A Maçonaria no Porto durante a 1ª república*, Lisboa, Chiado Editora, 2015, p. 38 citando Tomás Vieira Santos da Loja Liberdade, em 1910;

diversidade de recursos pedagógicos disponíveis, como também uma excepção no total de espaço que abrangia”.⁵⁵⁷

De facto, ainda hoje impressionam as fotografias do seu laboratório de Física e de Química ou das suas coleções de taxidermia e minerais, parcialmente depositadas no Museu Nacional de História Natural e Ciência. Por isso, a dimensão do espaço, a riqueza dos equipamentos e os métodos pedagógicos utilizados constituíram fatores diferenciadores desta Escola no panorama nacional. Esta forte aposta nos equipamentos usados, fossem eles quadros, diapositivos, coleções zoológicas ou equipamentos científicos, alguns deles importados diretamente do estrangeiro, encontra a sua razão de ser no vulgarizar da relação das crianças com a ciência, possibilitando também uma aprendizagem intuitiva pela prática. É uma opção de clara influência francesa, nas “Lições das Coisas”, surgidas na *Revue Pédagogique*, em 1884, e que também foi seguida em alguns Centros Republicanos e entidades próximas da Maçonaria. São exemplo disso os Centros Republicanos do Socorro, da Ajuda e o Centro Escolar Rodrigues de Freitas, todos em Lisboa, ou a Associação de Instrução Popular da Figueira da Foz.⁵⁵⁸

Mas nem tudo foram sucessos. A Direção da Escola dá conta, no seu Relatório do Conselho Escolar de 1910, que muitas das crianças eram desviadas para o trabalho nas fábricas e ofícios da zona por necessidades da família, ou porque a ignorância de algumas famílias era tão grande que ou não permitiam que os filhos escrevessem ou lessem em casa, ou até que só os conservassem na escola até ao momento em que sabiam ler, empregando-os posteriormente num qualquer ofício. Havia também o facto de sendo os trabalhos dos alunos vendidos e revertendo parte desse valor para eles, as famílias entenderem que se os filhos ganhavam algo, isso seria o suficiente para também ganharem um salário trabalhando numa oficina.

No que se refere ao carácter “enciclopédico” do ensino ministrado, já aqui referido, e designado então de “educação integral”, tinha como objetivo preparar o aluno para a abordagem de vários assuntos teóricos ou várias atividades práticas, numa metodologia em que detetamos algumas coincidências com a prática maçónica. Em contraponto Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional do governo de Salazar, afirmou-se defensor de uma reforma educativa que “moldasse” as crianças

⁵⁵⁷ CANDEIAS, António, *Educar de outra forma – a escola oficina nº 1 de Lisboa, 1905 – 1930*, Lisboa, Ed. Instituto de Inovação Educacional, 1994, pp. 323 e 324;

⁵⁵⁸ RIBEIRO, Lia, *Sob o signo de Marianne – o ensino no universo da popularização republicana (1880-1910) in República e Republicanismo*, coord. Maria Fernanda Rollo e António Rafael Amaro, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2015, p. 385;

e recusando “um enciclopedismo pretensioso”. Para reduzir o analfabetismo a escolaridade foi reduzida de cinco para quatro e depois para três anos. É também da sua lavra a criação da Junta Nacional de Educação, por onde passariam “todos os problemas que interessam à formação do carácter, ao ensino e à cultura”.⁵⁵⁹ Foi também Carneiro Pacheco quem recusou a continuidade do sistema de coeducação na Escola Oficina nº 1, que havia sido iniciado em 1913, obrigando esta a optar pelo ensino feminino em 1941, depois do assunto ser protelado por alguns anos e sendo algumas das suas oficinas encerradas. O Estado Novo irá impor um modelo próximo das escolas estatais em matéria de separação de sexos, sendo referido num relatório de atividades de 1941 que:

“o Decreto nº 31 433 de 20 de Julho, mandando optar por um dos sexos, veio criar sérias dificuldades a quem, como nós, tínhamos como alunos rapazes e raparigas. (...) As dificuldades com que há muito lutamos, foram obrigando as anteriores Direções a fechar as oficinas, só existindo actualmente (...) o ensino de instrução primária (...). Creou-se o Curso Técnico de Artes e Educação Femininas, único no país (...).”⁵⁶⁰

A lei 1941, de 11 de abril de 1936, já havia obrigado a profundas alterações nos programas pedagógicos, aligeirando a componente prática e das excursões pedagógicas, e introduzindo o conceito de livro único nos compêndios de História, algo que a Maçonaria ainda hoje combate na abordagem que faz ao tema nos designados Altos Graus de um dos ritos praticados⁵⁶¹, ao impor o crucifixo na sala de aula e alterando a designação de Ministério da Instrução Pública para Ministério da Educação Nacional, incluindo na educação a formação ideológica. Em 1938, Adolfo Lima foi obrigado a ler aos alunos uma mensagem de congratulação pelos dez anos de permanência de Salazar no poder.⁵⁶² Era a humilhação da escola, uma escola primária limitada à função de ensinar a ler, escrever e contar e ao mesmo tempo potenciadora das virtudes morais cristãs e nacionalistas. Era, segundo Carneiro Pacheco, uma escola que colocava “cada um no seu lugar”. Ainda assim, muito foi conseguido preservar numa tarefa simultaneamente de persistência e de resistência. Neste contexto, e a propósito do curriculum, merece referência a atenção dada à preservação e ao contacto com a natureza com origem no ensino

⁵⁵⁹ PROENÇA, Maria Cândida in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Ed. Bertrand Editora, 1996, p. 709;

⁵⁶⁰ *Relatório e Contas – Sociedade Promotora de Escolas*, ano de 1941, Lisboa, Ed. Sociedade Promotora de Escolas, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

⁵⁶¹ É um conceito abordado no 20º grau do Rito Escocês Antigo e Aceito, como forma de sublinhar a Liberdade de Pensamento e a relatividade das verdades absolutas;

⁵⁶² CANDEIAS, António, *Educar de outra forma – a escola oficina nº 1 de Lisboa, 1905 – 1930*, Lisboa, Ed. Instituto de Inovação Educacional, 1994, p. 189;

republicano, onde por influência maçónica foi introduzida a comemoração do Dia da Árvore, que coincide com o equinócio da primavera comemorado na Maçonaria,⁵⁶³ ou a existência de uma salutar relação entre alunos e professores ou ainda a manutenção de espaços e momentos culturais complementares ao curriculum, como foi o caso do teatro. Na verdade, a Escola manteria até ao fim da sua existência algumas características singulares como sejam as Festas Escolares, que por norma ocorriam em março, a “semana da escola” que encerrava o ano letivo e ainda as festas de Natal. Em alguns destes eventos eram apresentados os trabalhos das suas alunas, sendo ainda de referir as representações teatrais numa grande sala da Escola com palco, e a participação nas marchas do bairro. São também de referenciar os espetáculos teatrais, com o elenco constituído por professores e amigos, de entre os quais reconhecemos os nomes de alguns maçons e familiares,⁵⁶⁴ ou as festas no Coliseu, com a figura de Ricardo Covões a auxiliar a Escola em matéria de angariação de verbas.⁵⁶⁵ A este propósito diga-se que estas festas extravasavam em muito a própria Escola e a comunidade dos alunos. Era frequente uma grande afluência com maçons de outras origens, familiares destes e população em geral, especialmente do bairro da Graça.

É certo que os planos de estudos aprovados ao longo da existência da Escola não deixam de mostrar hesitações, inflexões, até experiências, que refletem visões diferentes entre Lojas e direções da Escola, o mesmo será dizer entre maçons ou entre maçons e outras forças políticas, da mesma forma que refletiam também algumas divergências entre os professores, a Direção Pedagógica da Escola e a direção da Sociedade Promotora de Escolas, a estrutura legal que suportava a Escola. Daí o afastamento de Adolfo Lima, em 1918, substituído por Luís Filipe da Mata e mais tarde, na década de vinte, com César Porto e José Carlos de Sousa. Em 1930, Adolfo Lima e Luís Filipe da Mata voltam a colaborar com a Escola, colaboração que viria a ser interrompida com a sua prisão e de mais alguns

⁵⁶³ Iniciativa de influência francesa e que em Portugal encontrou em Feio Terenas, Borges Grainha e em António Augusto Louro os seus maiores entusiastas, sendo que a primeira celebração ocorreu no Seixal, em 1907, tendo a Liga Nacional de Instrução como impulsionadora. Contou também com o apoio e divulgação do jornal *O Século* e de Silva Graça. De iniciativa maçónica foi igualmente fundada em Lisboa a Associação de Propagação, Defesa e Culto da Árvore, vulgarmente designada de Associação do Culto da Árvore e que promoverá a Festa Nacional da Árvore. Para aprofundar este tema veja-se PINTASSILGO, Joaquim, *República e formação de cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa* (1998) e LOPES, António, *António Augusto Louro – um maçom há cem anos* (2005);

⁵⁶⁴ Um destes exemplos é o de Américo Leitão, da Loja Liberdade, que participa nas Festas da Escola com a sua esposa Argentina Leitão;

⁵⁶⁵ De entre os maçons que encontramos a colaborar cite-se o nome de Américo Leitão ou João Gonçalves Martins. Outros nomes nos aparecem como colaboradores e beneméritos da Escola, como Celeste de Castro Rodrigues, Eugénio Cândido Maleitas ou Fernando Rau, entre outros;

professores da Escola, nomeadamente César Porto, também detido no final dos anos vinte. Quanto às Lojas e sua influência na Escola, vemos antes de 1935 uma forte presença das Lojas Simpatia e União, Liberdade, Rebeldia, José Estevão, Elias Garcia, Madrugada, Montanha, Luís de Camões ou Marquês de Pombal, entre outras. A partir de 1935 a influência das Lojas resume-se à Simpatia e União e à Liberdade, e episodicamente à Estrela d'Alva e à José Estevão, todas de Lisboa.

Entre os professores e colaboradores da Escola podemos destacar, entre muitos outros nomes, os já referidos Luís Filipe da Mata,⁵⁶⁶ César Porto e Adolfo Lima, um dos mais destacados militantes anarquistas, mas também o irmão deste António Godfroy de Abreu Lima, José Caeiro da Mata, José Carlos de Sousa, que passa pelo PCP e virá a aderir ao regime, Emídio Santana, também um destacado nome do anarquismo, José do Vale, Pardal Monteiro, Leopoldo de Almeida, Júlio Cardona, João Mântua, Lucinda Lopes ou Deolinda Lopes Vieira Pinto Quartim, esta não apenas maçon, como também militante anarquista, professora na Escola e em alguns Centros Republicanos da capital. De realçar também os nomes de Anémona Xavier de Basto e Lucinda Pina Lopes, diretoras da Escola Oficina, a primeira entre 1936 e 1943, a segunda entre 1943 e 1979. Anémona Xavier de Basto representou a resposta da Maçonaria simultaneamente à ilegalização em 1935 e ao fim do sistema de coeducação transformando a Escola Oficina em escola feminina. A Direção da Escola passou para uma mulher, aparentemente longe das lides maçónicas, mas na verdade professora, familiar de maçons e alguém claramente oposicionista do Estado Novo. Por outro lado, quer Anémona, quer Lucinda, garantiram também que o espaço da Escola Oficina continuasse a ser usado por maçons para as suas reuniões.

A pressão sobre a Maçonaria, nomeadamente as dificuldades económicas causadas pela Ditadura ao Grémio Lusitano no final da década de vinte e primeiros anos da década de trinta, e a posterior ilegalização da Maçonaria em 1935, causam muitas dificuldades à vida desta Escola. Isso mesmo é reconhecido numa carta da Loja José Estevão, com data de 1930 e dirigida ao Conselho da Ordem, onde aquela refere as suas próprias dificuldades para não poder responder ao pedido de ajuda à Escola que, segundo esta Loja, “se encontra numa situação verdadeiramente aflitiva”.⁵⁶⁷

⁵⁶⁶ São de Luís Filipe da Mata os versos de *A Sementeira*, hino da Escola Oficina nº 1, que serão musicados por Júlio Cardona;

⁵⁶⁷ *Processo da Loja José Estevão*, de Lisboa – correspondência, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Nome incontornável de um apoio significativo, ainda que esperado pela sua condição de maçom, foi um velho republicano de seu nome Ricardo Covões e já aqui referido. Proprietário do Coliseu dos Recreios, são inúmeras as situações em que disponibiliza o espaço para festas da Escola Oficina nº 1, para angariação de fundos para apoiar a Maçonaria ou simplesmente para financiar as conspirações militares contra a Ditadura. Mário Soares refere-o mesmo como um dos financeiros “clássicos” deste tipo de iniciativas⁵⁶⁸ e nos arquivos da Escola Oficina nº 1 ou na propaganda das iniciativas desta escola o seu nome merece frequente destaque.

Exemplo das dificuldades vividas é uma outra carta, não assinada e sem data, mas com referências ao ano de 1941, onde se afirma que “a Escola Oficina nº 1 vive mal – vive pessimamente mal – e, se ainda não acabou, deve a vida, sem ofensa para quaisquer outros consócios, aos nossos amigos dos Grémios José Estevão e Liberdade”. Anos mais tarde, num relatório de atividades da Loja José Estevão, com data de 1953, são sublinhadas de novo as dificuldades da Loja em manter o apoio à Escola, no entanto esse mesmo relatório esclarece-nos que “felizmente a Loja Liberdade já havia chamado a si as responsabilidades inerentes à Direção da Escola Oficina”.⁵⁶⁹ Foi, no entanto, a ilegalização da Maçonaria por um lado, e a falta de um projeto sustentado por outro, que conduziu ao definhamento da Escola até ao seu encerramento em 1987, pese embora ter tido a partir de 1945 e aos sábados de manhã, um programa na rádio, no Clube Radiofónico de Portugal, e de em 1973, com o apoio da Fundação Gulbenkian, ter instalado o ensino infantil e pré-escolar.

21.2 - O Internato de S. João⁵⁷⁰ em Lisboa – a expressão da solidariedade

“O Asilo de S. João é uma Casa de Beneficência. Nela se consubstancia o Bem que todos nós podemos e devemos fazer. Centralizando ali os donativos que diariamente poderíamos dar a tanta pobreza que pelas ruas deparamos, nós teremos a impressão de que esse donativo é melhor aproveitado, vendo-o traduzido em conforto, em carinho, em educação de tantas crianças que, cá fora, porventura, pela

⁵⁶⁸ SOARES, Mário, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974, p. 97;

⁵⁶⁹ *Processo da Loja José Estevão, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁵⁷⁰ No passado designado de Asilo de S. João, hoje Internato de S. João;

sua miséria seriam arrastadas para bem tristes destinos. O Asilo de S. João, podemos afirmá-lo, é um motivo de orgulho, um alto padrão das virtudes cívicas, do espírito benemerente, de todos os mmaç.: portugueses”.⁵⁷¹

Fundado em 1862, constituiu a resposta da Maçonaria à célebre “questão das Irmãs da Caridade”, motivo de intensos debates parlamentares e apaixonados artigos na imprensa, reflexo de diferentes visões de sociedade, do ensino, da assistência hospitalar e da relação do Estado com a religião. Inicialmente contando só com religiosas portuguesas a congregação cresceu e aumentou a sua influência, nomeadamente com a vinda de religiosas francesas. A reação anticlerical que então se verifica é simultaneamente causa e consequência de resquícios da guerra civil décadas antes e de um igual avanço do conservadorismo católico, em oposição a uma visão mais aberta e reformada da Igreja defendida por Alexandre Herculano e Alves Martins, numa tentativa de compatibilização entre catolicismo e liberalismo. Entendia a Maçonaria da época que este conflito era a face visível de uma estratégia de Roma destinada a reintroduzir as ordens regulares em Portugal, de onde resulta a apresentação no Parlamento de uma moção subscrita por José Estevão e Vicente Ferrer onde se exigia ao governo o respeito pelos valores liberais e a oposição à crescente influência da Igreja, e que desemboca num Decreto com data de 3 de Setembro de 1858 que inicialmente visava uma situação de equilíbrio entre os radicais e os defensores das Irmãs.

Tudo começara com o surto de febre amarela ocorrido no reinado de D. Pedro V, onde por serem necessários serviços de enfermagem foram admitidas para esse fim as Irmãs da Caridade, oriundas de França. Rapidamente esta ordem religiosa estende a sua ação ao ensino, o que causa tensões que se expressam no Parlamento pela voz de José Estevão. A pressão da oposição parlamentar e a atitude desafiadora desta Congregação religiosa às decisões do governo, obrigou este a promulgar as portarias de 5 de Março, 12 e 22 de Maio e ainda de 22 de Junho de 1861, primeiro apelando para a sujeição da Congregação à autoridade do cardeal patriarca de Lisboa e finalmente decretando em definitivo a extinção da Ordem e a entrega do edifício da Rua de Santa Marta ao Estado. As resoluções governamentais nunca seriam cumpridas o que agita ainda mais a imprensa, ao mesmo tempo que a crítica, inicialmente restrita às Irmãs francesas, se estendeu às Irmãs portuguesas. Dizia na época José Estevão que as ideias das Irmãs da

⁵⁷¹ *Processo da Loja Seara de Luz, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano, prancha com data de 7 de janeiro de 1931;

Caridade eram uma “emanação do espírito jesuítico”, e que apesar de “acobertadas e protegidas por uma etiqueta que todos devemos respeitar, como são os princípios de caridade, religião e consolação – coisas santas, justas e boas”, afinal sobriam outras “coisas perniciosas e nefastas à verdadeira caridade e à verdadeira religião (...)”.⁵⁷² No Parlamento, José Estevão acusava as Irmãs da Caridade de serem uma instituição “arriscada e perigosa”, de fanatismo e de querer “desviar os nossos filhos dos princípios e doutrinas que professamos”, e de que “a caridade atribuída a uma certa instituição, com o piedoso fim de educar as crianças (...) é uma malícia ostentosa feita em nome de Deus”.⁵⁷³

Em Fevereiro de 1862, na sequência de uma remodelação governamental, o novo governo proíbe as congregações introduzidas em Portugal depois de 1834. Com este facto ficam os radicais com um problema entre mãos – o de suprir a real falta de apoio aos órfãos e desfavorecidos de Lisboa. Alexandre Herculano, em Dezembro de 1859 através da Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino, esboçara já uma tentativa assistencial, retomada em 1861, e que culminará com a criação do Asilo de S. João, na sequência de uma proposta do Venerável e do 1º Vigilante da Loja Independência⁵⁷⁴ da Confederação Maçónica Portuguesa, respetivamente Inácio Januário da Silva Avelino e Pedro de Alcântara Cristiano. O Asilo, que a 6 de junho era discutido em sessão de Grande Loja da Confederação, seria mantido por uma Associação Protetora do Asilo, cujos membros pertenciam na sua totalidade ao Grande Oriente Lusitano e à Confederação Maçónica Portuguesa, e onde se destacavam os nomes de José Estevão, António Maria de Sousa e Menezes, José Maria Lobo d’Ávila, Gilberto António Rola, Inácio Januário da Silva Adelino e José Joaquim Abreu Viana, tendo este último sido Grão-Mestre interino da Confederação Maçónica Portuguesa entre 1864 e 1866.

A 9 de junho de 1862, num edifício da Rua dos Navegantes, eram recebidas as primeiras educandas, oriundas dos Asilos dos Cardais, Benfica e Santa Marta, e a 2 de julho de 1862 era fundado o Asilo de S. João, com o acordo firmado no Paço da Ajuda.

⁵⁷² José Estevão – estudo e coletânea, Lisboa, Edição da Comissão do Centenário, 1962, p. 147;

⁵⁷³ Discursos Parlamentares – José Estevão, Ed. Fac-similada da 1ª edição (1909), Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1983, pp. 260 e 279;

⁵⁷⁴ A Loja foi fundada antes de 1839 no seio do Oriente Saldanha ou Maçonaria do Sul. Em 1849 passou a fazer parte da Confederação Maçónica Portuguesa, que abandonou em 1864, vindo a constituir com outras Lojas a Federação Maçónica Portuguesa e Abatendo Colunas em 1867. MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986, p. 772;

“Tendo subido ao conhecimento de Sua Magestade El-Rei o oferecimento feito pelos cidadãos José Estevão Coelho de Magalhães, António de Sousa e Menezes, José Isidoro Vianna, Francisco Maria Enês, José Maria Lobo de Ávila, Gilberto António Rolla, Inácio Januário Avelino e José Joaquim Abreu Vianna de se encarregarem da educação e alimentação de vinte crianças das que se achavam no asilo dos Cardais a Jesus (...) manda o mesmo Augusto Senhor comunicar aqueles cidadãos que aceita o seu generoso e caritativo oferecimento, pelo que se tornam mui dignos de louvor (...)”.⁵⁷⁵

Sempre gerido por maçons, o seu papel durante a Ditadura assenta em duas vertentes: a assistencial, e a de equipamento de recuo das atividades maçónicas, numa semelhança com o acontecido na Escola Oficina nº 1. E se as suas instalações na Travessa do Loureiro não tiveram, por parte das Lojas do GOLU, a mesma intensidade de utilização que teve a Escola Oficina, a verdade é em alguns dos edifícios de que era proprietário se realizaram reuniões e cerimónias de iniciação.

Sob o ponto de vista assistencial, a instituição em Lisboa apoiava raparigas, órfãs na sua maioria, proporcionando-se-lhes, até à idade de 18 anos, alimentação, vestuário, educação laica, incluindo instrução literária, trabalhos manuais e ensino profissional. Em 1910 constrói na Parede, nos arredores de Lisboa, um sanatório e “casa de verão” para as suas educandas, mas apenas em 1930 inaugura a sua biblioteca por ocasião do seu 68º aniversário. Na sua atividade, quer fosse em passeios e visitas de estudo, algumas delas a partir da casa da Parede que passa a ser designada de “colónia balnear”, quer em festas no Coliseu dos Recreios ou na sua vida diária, conta com o apoio de muitos maçons ou republicanos em geral, que de forma graciosa dão consultas, caso dos médicos, prestam tratamentos, sendo disso exemplo alguns dentistas mencionados nos relatórios de atividades, ou dão apoio jurídico à instituição, como alguns advogados, para além de muitos outros que contribuem das mais variadas formas. Nos diferentes relatórios de gerência encontramos nomes como Francisco Lyon de Castro, que dotou as bibliotecas do Asilo e da Escola Oficina nº 1 de inúmeros livros, Fortunato de Almeida Santos, que todos os anos colocava à disposição do Asilo uma camioneta da sua empresa para transporte das internadas entre Lisboa e a Parede, ou para visitas de estudo, Ricardo Covões e seu filho Américo, que concediam entradas gratuitas no Coliseu

⁵⁷⁵ *Fundo Myriel (Eurico Aguiar da Cruz) – papéis avulsos, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;*

dos Recreios, ou diversos outros beneméritos que patrocinavam vários prémios de aproveitamento escolar.

Na atividade do Asilo revela-se importante a reflexão pedagógica e reestruturação ocorridas no início da década de trinta. Com data de 21 de janeiro de 1929 uma Circular assinada pela Direção do Asilo afirma que

“é necessário prestar homenagem à Direção transacta, que fez uma obra de administração digna de louvor. Mas é também necessário reconhecer que o Asilo não tem a finalidade exigida pelas condições sociais modernas, que lançam os indivíduos em feroz concorrência (...). O exame da instrução primária, os conhecimentos gerais dos serviços domésticos e uma ligeira cultura artística, são já alguma coisa, mas não bastam. (...) É necessário que as educandas (...) possam ganhar a sua vida, com relativa independência, pela utilização dos seus recursos e conhecimentos”.⁵⁷⁶

Esta reflexão vai motivar uma reestruturação curricular nos anos seguintes, dividindo a aprendizagem em seis blocos. Um de base e comum a todas as vias, denominado de educação geral, que entre outras matérias possuía a instrução primária, o canto coral, a puericultura, os serviços domésticos e a higiene, podendo as educandas a partir daqui optar por uma via generalista, com língua e literatura portuguesa, francesa e inglesa, história, ciências, ginástica, culinária geral, confeção de chapéus, corte e confeção de roupas brancas, música e labores, ou em alternativa optar por uma atividade profissional específica: de modista com labores, corte e confeção roupas brancas e vestidos ou labores artísticos, de empregadas de escritório em que eram incluídas a dactilografia e a contabilidade, de educadora, onde as alunas tinham matérias relacionadas com ciências, música, pedagogia, civilidade e etiqueta. Havia ainda a opção de enfermagem que, entre outras matérias, incluía higiene individual e coletiva e serviços de enfermagem. De comum, todas as opções incluíam o português, o francês e o inglês, a história e a ginástica. É, no entanto, uma evolução significativa em relação aos primeiros anos do século XX, onde a Loja Montanha apresentava um estudo onde sugeria que “os trabalhos manuais das meninas, sem distinção, deve limitar-se ao conserto, feitiço e corte dos artigos de vestuário e, particularmente roupa branca d’homem e toda a roupa de mulher. Além d’isso, ensinar-se-ha o que vulgarmente se denomina governo e arranjo da casa”,⁵⁷⁷ significando que nessa época, apesar de haver já maçonaria feminina, de vivermos as lutas sufragistas, os programas escolares do Asilo, e quiçá a maçonaria

⁵⁷⁶ *Fundo Maçonaria Portuguesa (1883-1935)*, reservados, caixas 1 a 9, Biblioteca Nacional;

⁵⁷⁷ *Cartas, comunicações e documentos vários, Considerações sobre o programa de instrução primária – Loja Montanha, 1906*, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

portuguesa, era ainda profundamente machista nas suas propostas, em linha com a sociedade. Paradoxalmente e de forma contraditória, na mesma época a Maçonaria aplicava na Escola Oficina nº 1 práticas de completa igualdade e vanguardismo, onde as alunas tinham trabalhos oficinais de carpintaria, marcenaria ou couro, o que não deixa de mostrar alguma contradição no seio da Maçonaria.

Estas questões merecem particular atenção em 1931, quando se realiza em Lisboa um Congresso que tem a proteção à infância como mote e no qual o Asilo participa com destaque. Como temas em debate discutia-se a competência dos Tribunais de Menores, questões ligadas ao Direito de Família, ou aspetos pedagógicos da aprendizagem, sendo disso dado nota na Circular nº 12 do Conselho da Ordem, com data de 13 de março de 1931. Assunto que preocupava as várias Direções do Asilo era o panorama da saúde e da higiene das educandas, havendo vários relatórios de inspeções médicas, sendo reportados vários casos de pituriásia, herpetismo e cáries dentárias, mas sendo igualmente sublinhada a não ocorrência de casos de tuberculose pulmonar, durante décadas uma chaga da sociedade portuguesa. Sobre a higiene, era sublinhada a importância da higiene pessoal, com dias definidos para banhos gerais alternados com banhos parciais, lavagem diária dos dentes, cuidados na limpeza do vestuário, que possuía um modelo próprio, e ainda cuidados na alimentação, com quatro refeições diárias.

Este panorama, muito positivo, corria a par, no entanto, com as dificuldades económicas que o Asilo vivia, ou com a instabilidade vivida pelo GOLU que era transmitida ao Asilo de S. João. Em 1932, a Loja Seara de Luz destaca essas dificuldades, o que leva o Conselho da Ordem pela Circular nº 16, de 27 de agosto desse ano, a solicitar um aumento de cotização e o incentivo à inscrição de novos sócios, reconhecendo que os associados do Asilo eram cerca de um sexto dos Obreiros do GOLU. Mesmo assim, o Conselho da Ordem viria a apoiar a Loja Liberdade no sentido de instalar no Asilo um Curso do Magistério Primário.

É verdade também que nas décadas seguintes o Asilo de S. João experimenta alguns caminhos novos em termos pedagógicos. O Relatório de Atividades e Contas de 1967 informa-nos se ter procedido à eliminação de vigilantes e pessoal auxiliar de educação, substituindo-o pelas próprias educandas para tanto preparadas e que assumiam as responsabilidades da disciplina geral entre si. A implementação desse sistema de autodisciplina e repartição de responsabilidades foi, segundo esse Relatório, um sucesso que demonstrou que educandas e dirigentes se mostraram

mais capazes para as suas funções. Mas as mudanças foram mais longe com novas orientações pedagógicas, mais de acordo com a prática escolar da época, com novas contratações, novos cuidados com a indumentária, etc. Infelizmente é também uma época marcada por alguns conflitos internos entre associados que, no entanto, não afetaram significativamente a eficiência educativa.

Nessa mesma altura revela-se também importante o facto de o Asilo extravasar as suas atividades para o exterior, nomeadamente pela sua filiação na Federação Portuguesa de Ginástica e pela relação com entidades exteriores que complementavam a formação ali ministrada. Também interessante é a constituição de uma Associação das Antigas Educandas do Asilo de S. João, que funcionava sob o patrocínio dos Amigos do Asilo de S. João, e que abria à participação como associadas “todas as ex-educandas que gozem de boa reputação moral”, e que visava, entre outros fins, a colocação profissional, a aprendizagem e o aperfeiçoamento técnico ou a dinamização das práticas de educação cívica.⁵⁷⁸ O Asilo possuía também, em meados da década de sessenta, um Boletim trimestral, o que ocorre num período de particular dinamismo interno. É aliás neste período, em 1965, que se juntam novas preocupações à prática pedagógica vigente. Um relatório da época refere haver a preocupação com as condições e o meio social de onde provém cada educanda, com os fatores que influenciaram a sua primeira formação, a evolução do possível meio familiar que no futuro esperaria a educanda, quais as condições necessárias à sua educação ou a forma como se adaptaria “com um mínimo de conflitos” à vida moderna. Figura marcante dos anos cinquenta e sessenta é a regente Laura de Brito Capela e Silva, que alguns relatórios enaltecem pela orientação que dispensava às educandas.

A vida do Asilo foi fortemente marcada pela vida da Maçonaria portuguesa. Apesar de tudo, é significativa a dedicação dos Obreiros durante o período da clandestinidade. A pressão do regime sobre o Grande Oriente leva o Conselho da Ordem a solicitar às Lojas para não se dirigirem à Direção do Asilo usando termos maçónicos ou papel timbrado das Lojas, pelo risco de haver correspondência interceptada e conseqüentemente poder haver “comentários no mundo profano, mormente de elementos reacionários”.

⁵⁷⁸ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

21.3 – O Internato de S. João⁵⁷⁹ no Porto – a vontade de uma cidade

A criação desta instituição reflete as necessidades sociais e económicas da cidade em finais do século XIX. Não são tanto as questões religiosas, como aconteceu em Lisboa, mas antes a emergência de uma necessidade criada pelo predomínio de pequenos ofícios, que sofrem uma profunda mutação com a introdução da energia a vapor na cadeia de produção, junta com uma malha habitacional onde as “ilhas” marcavam presença e uma atratividade pela cidade, característica muito evidente em finais do século XIX. São multidões que vindas dos campos acorrem à cidade, são famílias a carecerem apoio social numa cidade em franco desenvolvimento económico e dotada de uma burguesia que entendia ser seu dever apoiar as classes mais desfavorecidas e muito particularmente aqueles que tivessem apetência para prosseguir nos estudos e vir a conhecer uma carreira profissional, de resto à semelhança do que se passava em Lisboa com o então Asilo de S. João ou com a Escola Oficina nº 1. O Asilo de S. João do Porto é, portanto, espelho de uma necessidade social da cidade por um lado, e da existência de uma pujança económica, financeira e cultural do Porto em finais do século XIX, que tornavam a cidade uma referencia incontornável no crescente cosmopolitismo nortenho. Carlos Mourão refere que os Asilos assumiram a tarefa de “ministrar a educação física, moral e intelectual que habilite para as luctas da vida e os torne proveitosos à sociedade”.⁵⁸⁰ A essa responsabilidade social das elites burguesas acresce ainda uma legitimação ideológica identificável com o ideal republicano e que após 1910 exponenciou as preocupações com o ensino e a assistência social. A. H. de Oliveira Marques e João Alves Dias referem que nessa altura a Maçonaria do Porto “parecia ter poucas ligações com o passado e resultar antes de um movimento de renovação”,⁵⁸¹ o que na realidade parece confirmar-se ao termos em conta a juventude e o espírito de iniciativa das Lojas que estão presentes na fundação do Asilo. É também um momento de mutação da Maçonaria portuense, que ganha uma carga ideológica e política que a aproxima da Maçonaria lisboeta, com início no 31 de Janeiro e culminando na revolução republicana de 1910.

No Porto, o então Asilo de S. João, foi criado em 1891, sendo destinado a rapazes. A origem do seu percurso remonta a 1 de abril de 1890, constituindo uma iniciativa

⁵⁷⁹ Tal como no caso da instituição de Lisboa, também inicialmente designado de Asilo de S. João e, posteriormente, de Internato de S. João;

⁵⁸⁰ SANTOS, Maria José Moutinho, *Internato de S. João do Porto*, Porto, Ed. Ed. Associação Protetora do Internato de S. João, 2012, p. 27;

⁵⁸¹ MARQUES, A. H. de Oliveira, e DIAS, João José Alves, *Para a História da Maçonaria no Porto in Revista Portuguesa de História*, vol. II, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2003, p. 277;

das Lojas portuenses Independência Lusitana, que Levantou Colunas em 1887, Independência, criada em 1887 e que se manteve em funcionamento até depois de 1935, vindo a desaparecer em data incerta, Honra e Dever, Loja criada em 1887 sob o nome de Pátria e Família e que em 1888 muda o nome para Honra e Dever, e ainda da Loja Liberdade, que existiu entre 1886 e 1894.

A participação de alguns maçons no 31 de Janeiro e a juventude de algumas Lojas em finais do século XIX limitaram os primeiros tempos de vida desta instituição. Essa juventude das Lojas traduzia-se numa menor solidez de algumas delas, ainda que compensada pela sua “juventude” traduzida num acentuado espírito de iniciativa e da “vontade de fazer”. Face a curta existência de algumas destas Lojas: Honra e Dever (1886-1894), Independência Lusitana (1887-1895) e Liberdade (1886-1894), acabaram por assumir papel de destaque na manutenção e desenvolvimento desta instituição a já citada Loja Independência e as Lojas Libertas e Luz do Norte, também do Porto, cuja duração destas duas últimas não ultrapassando o ano de 1929, levou a que acabassem por ser outras Lojas a manter o projeto, nomeadamente as Lojas Invicta, Liberdade e Progresso, Luz e Vida, Ordem e Trabalho, Ave Labor e Progredior, para além da já referida Loja Independência. Em 21 de abril de 1891 foi criada a Associação Protetora do Asilo de S. João, que em tempos mais recentes e tal como em Lisboa, virá a alterar a sua designação de “Asilo” para “Internato”.

Dos seus sócios fundadores destacam-se um grupo numeroso de comerciantes de diversos ramos, muitos deles simultaneamente dirigentes do Ateneu, mas também de médicos e advogados, com especial relevo para Aurélio Paz dos Reis, um comerciante e um nome incontornável da fotografia e da introdução do cinema em Portugal, autor de uma grande parte do espólio fotográfico do Internato, iniciado maçom na Loja Honra e Dever, tendo transitando para a Loja Ave Labor e posteriormente para a Liberdade e Progresso. Nomes também incontornáveis na vida do Asilo foram Augusto Alves da Veiga, nome de relevo no republicanismo portuense, iniciado na Loja Primavera, vindo em 1887 a integrar a Loja Independência, ou o advogado Bernardo Lucas, ou o professor e jornalista, José Diogo Arroio, um dos fundadores do Jornal de Notícias. Ao longo do tempo outros nomes, maçons e não maçons, apoiaram o Internato pelos valores que o norteavam e pela sua importante ação social, nomeadamente o médico e investigador Professor Ricardo Jorge, o fotógrafo Emílio Biel, Alexandre Braga, António Sequeira Ferraz, José Guilherme Parada Leitão, Heliodoro Salgado, anarquista e maçom,

António Ramos Pinto, Artur Duarte de Sousa Reis, Edouard Van der Nieport, António dos Santos Pousada, Emile Chardon, Leopoldo Cirne, Joaquim Felisberto da Cunha Sotto-Mayor, Bento Carqueja ou Manuel Pinto de Azevedo, entre muitos outros.

Ao tornar o seu projeto mais ambicioso o Asilo precisava de crescer, pelo que nos primeiros anos da República se equacionou mudar de local, abandonando as velhas instalações e acabando por se fixar, a partir de 1918, numa casa que fora propriedade do visconde de Castro e Sola, na Rua da Alegria. Para esta mudança a Maçonaria deve muito ao apoio da Câmara Municipal do Porto, então sob a presidência de Eduardo Santos Silva, apoio quer institucional, quer diretamente pelo seu presidente, e à intervenção e ao apoio de Afonso Costa e de Germano Martins, assim como de muitos beneméritos, nomeadamente industriais e comerciantes da cidade, que face às dificuldades contribuíram com os mais diversos bens não apenas para o Asilo em si, como em material escolar de apoio aos alunos.

De qualquer forma as questões pedagógicas eram determinantes na vida diária da instituição e, tal como noutras instituições do género, as questões sociais e de disciplina eram fundamentais para as crianças e para a instituição. A documentação informa-nos, tal como aconteceu com o Asilo em Lisboa e outras instituições do género, que muitas vezes os maiores obstáculos eram provenientes da família que retirava as crianças da instituição por necessidades financeiras, colocando-as no mercado de trabalho, ou por desinteresse, e com isso perdendo-se o esforço feito. A frustração é sentida pelos dirigentes da instituição, expressa-se em algumas cartas dirigidas à família e onde ressalta o papel moralizador da instituição. Uma delas, datada de outubro de 1943, é publicada em *Internato de S. João do Porto*, sendo referente a Joaquim Teixeira, aluno promissor, que nunca voltou à instituição por a mãe o ter empregado numa fábrica e cujo teor, parcial mas significativo nessa função moralizadora, entendemos destacar:

“Sr^a Ana Teixeira – Em devido tempo lhe demos conhecimento da irregular ausência de seu filho Joaquim Jaime Teixeira. Decorridos já cinco dias, não cuidou vossemecê de se informar se seu filho regressara ao Asilo, provando assim fraco amor de mãe e pouco ou nenhum reconhecimento pelo benefício que esta casa lhe prestou durante três anos. O regedor da freguesia de galegos informou-nos que o rapaz está com os avós. Parece-me que entre todos houve entendimento bem repreensível, mas não era preciso procederem mal, pois bastava uma simples solicitação e o rapaz ser-lhe-ia entregue imediatamente evitando assim

preocupações e cuidados da nossa parte. Afinal em tudo isto muita ingratidão e muito desprezo pelo futuro do seu filho”.⁵⁸²

Seguindo alguns dos preceitos da chamada “Escola Nova” defendia que “o ensino é baseado nos factos e nas experiências e que a teoria segue sempre a prática, nunca a precede”.⁵⁸³ E dizemos alguns preceitos porque, por exemplo, os castigos corporais nunca foram totalmente abolidos e alguns dos aspetos desta visão pedagógica também nunca foram totalmente adotados por dificuldades económicas, ainda que compensados pela dedicação dos seus dirigentes e pela ligação destes ao tecido económico da cidade, expresso quer nas visitas a fábricas e empresas, quer na colocação dos educandos no mercado de trabalho. É também verdade que o Asilo nunca chegou a implementar o trabalho oficial nas suas instalações, optando por incorporar os seus educandos na pequena indústria portuense. Nem sempre com sucesso é certo, no que se refere à entrada no meio laboral, o que levava as Direções a recorrer frequentemente às redes de amizade maçónica para apoiar os educandos. Alguns destes associados ficaram para a história da Instituição, sendo disso exemplo Manuel de Morais Costa, da Loja Luz e Vida, Adriano Pimenta, Francisco Napoleão da Mata, ambos da Loja Honra e Dever, Henrique Santana e João Batista da Silva e João da Costa Miranda, todos da Loja Progredior, José da Silva Dória, cujos registos o dão como Obreiro das Lojas Liberdade e Progresso, Luz do Norte e Vitória, António dos Santos Pousada, inicialmente Obreiro da Loja Aurora da Liberdade que em 1900 se fundiu com a Loja Obreiros do Progresso, resultando daí a Loja Liberdade e Progresso, Jaime Cirne, da Loja Liberdade e Progresso, Júlio Abeillard Teixeira, da Loja Luz do Norte, Alfredo Djalme Martins de Azevedo, iniciado no Triângulo de Viana do Castelo, em 1893. Outros nomes nos chamam à atenção, nomeadamente na sua vertente diretiva ou educativa, como Jaime Cortesão, que em 1961 coordena o Programa para a Democratização da República, Manuel Claro, Jaime Pereira de Almeida e António da Silva Cunha – do qual não há registo maçónico, mas foram dos corpos gerentes. Podemos aqui também destacar uma outra personalidade portuense, Emílio Biel, um benemérito de referência na vida do Asilo de S. João, fotógrafo e fundador da Casa Biel, além de ser um dos mentores da introdução da luz elétrica na cidade.

⁵⁸² SANTOS, Maria José Moutinho, *Internato de S. João do Porto*, Porto, Ed. Ed. Associação Protetora do Internato de S. João, 2012, p. 98;

⁵⁸³ SANTOS, Maria José Moutinho, *Internato de S. João do Porto*, Porto, Ed. Ed. Associação Protetora do Internato de S. João, 2012, p. 77;

De qualquer das formas a partir de 1917 são renovados os programas de ensino, havendo uma nova preocupação acrescida e onde se sente a presença dos valores maçónicos e do nacionalismo republicano. Assim, além do ensino primário corrente, ganha força a “educação cívica baseada na história do povo português, do ensino da ginástica e da música (...) e da leccionação prática de aritmética e geometria, português e francês – conversação e correspondência comercial (...)”.⁵⁸⁴ No ensino havia a preocupação em ter “instalações saudáveis”, com bastante luz e arejadas, razoável alimentação e roupa, assim como a garantia de assistência médica, a par do respeito pela personalidade da criança, gozando ainda da liberdade de pensamento, onde o seu apoio escolar deveria ser feito por pessoas de “espírito compreensivo”. Mais ainda, destacando os valores maçónicos, toda a criança, possuía o direito em tomar parte em “todas as manifestações da vida coletiva”, de forma a desenvolver uma consciência social e um espírito de intervenção na sociedade.

A vida do Asilo foi também a disponibilidade e dedicação dos seus dirigentes. António Macedo, Mário Cal Brandão, Armando da Costa Lima, Valentim de Mascarenhas, Júlio Semedo, Artur dos Santos Silva, Manuel Vasco de Sousa ou Júlio Semedo são disso exemplo e onde há a registar iniciativas levadas a efeito com uma significativa colaboração de diversas instituições culturais e desportivas da cidade, como sejam o Ateneu Comercial do Porto, o Clube Fenianos Portuenses, o Académico Futebol Clube, o Sport Clube do Porto e naturalmente o Futebol Clube do Porto, com alguns dos seus alunos a destacarem-se nas áreas da música ou do desporto.

Durante o Estado Novo não foi fácil a vida do Asilo, mas mesmo assim a instituição recusaria uma oferta da Legião Portuguesa para gerir a cozinha. As direcções optaram por uma diversidade de fontes de receita que permitiu a sobrevivência da instituição, sendo que a ilegalização da Maçonaria, em 1935, fez decair radicalmente o número de associados e de quotizações por estes pagas. A partir do ano seguinte a Mocidade Portuguesa penetra no Asilo através das atividades circum-escolares dos educandos. A PVDE e posteriormente a PIDE mantinham alguma atenção sobre o Asilo, nomeadamente sobre os seus dirigentes, caso de Mário Cal Brandão, a quem a cidade chamava de “pai dos pobres”, António Macedo, Armando da Costa Lima, Eduardo Marques Ralha, Manuel Vasco de Sousa ou Júlio Semedo, sendo os

⁵⁸⁴ SANTOS, Maria José Moutinho, *Internato de S. João do Porto*, Porto, Ed. Ed. Associação Protetora do Internato de S. João, 2012, p. 81;

seus processos na polícia política exemplo disso. Sobre Júlio Semedo, em 1953, o seu processo regista que:

“tem desenvolvido larga actividade em quase todas as organizações políticas que a oposição tem criado, fazendo propaganda escrita e falada, especialmente em períodos eleitorais”.

Numa outra referência pode ler-se que:

“o Dr. Júlio Semedo, elemento anti-situacionista desde os tempos de estudante e que nas últimas eleições desenvolveu grande actividade pró-Delgado, foi visto em Fátima com um grupo de estudantes (...). Consta que o referenciado nunca quis aceitar qualquer emprego no Estado, para não assinar a declaração referenciada pelo Decreto nº 27.003”.⁵⁸⁵

Tal como acontecia com o seu congénere lisboeta ou com a Escola Oficina nº 1, também o Asilo do Porto era ponto de encontro dos maçons portuenses. Em 1968 podia ler-se numa informação da PIDE:

“cumpre-me levar ao conhecimento de V^a Ex^a que segundo informações colhidas, o Asilo de S. João (...) costuma ser frequentado por elementos desatectos às instituições vigentes e ali são recebidos pelo Director do mesmo, Júlio Semedo (...). Que o Semedo recebe estes elementos no escritório do Asilo e em seguida na sala de sessões, onde falam à vontade sobre política (...)”.⁵⁸⁶

Maria José Moutinho Santos resume a pressão política que o regime exercia sobre a instituição e os seus dirigentes quando escreve que:

“a participação na gestão do Asilo seria, assim, pautada até à Revolução de Abril pelos pesados compromissos políticos que assumiam enquanto opositores ao regime, pela vigilância permanente da PIDE que lhes seguia os movimentos, e por episódios, mais ou menos longos, de perda de direitos políticos, de deportação, exílio, detenção e prisão”.⁵⁸⁷

⁵⁸⁵ SANTOS, Maria José Moutinho, *Internato de S. João do Porto*, Porto, Ed. Ed. Associação Protetora do Internato de S. João, 2012, p. 101;

⁵⁸⁶ SANTOS, Maria José Moutinho, *Internato de S. João do Porto*, Porto, Ed. Ed. Associação Protetora do Internato de S. João, 2012, p. 103;

⁵⁸⁷ SANTOS, Maria José Moutinho, *Internato de S. João do Porto*, Porto, Ed. Ed. Associação Protetora do Internato de S. João, 2012, p. 123;

II

1933 – 1960

DO NASCIMENTO DO ESTADO NOVO AOS NOVOS MOVIMENTOS DE OPOSIÇÃO

*1 - Sei muito bem o que quero e para onde vou*⁵⁸⁸

O pensamento de Salazar há muito que era claro. Freitas do Amaral refere uma tese pouco conhecida de Salazar, em abril de 1922, no 2º Congresso do Centro Católico Português, realizado em Lisboa, onde afirmava que “o fundamento do poder político ou origem da soberania que se encontra em Deus (...) exige uma sociedade não igualitária, hierarquizada, meio necessário para a realização dos seus fins”,⁵⁸⁹ base da sua recusa do poder parlamentar, já que não concebia que o poder pudesse ser entregue aos parlamentares enquanto representantes do povo. É uma visão que à época não era consensual no seio da Igreja, cuja doutrina então vigente não negava o princípio democrático do exercício do poder, exceção feita às correntes mais conservadoras. Por outro lado, Salazar dá voz a algo que vem do passado profundo, em defesa de um governo de elites, de exercício do poder através do Estado, um Estado paternalista e autoritário, repondo em novos moldes a ancestral “aliança do trono e do altar” ou entregando a “soberania espiritual” do país ao catolicismo de Roma, com o argumento várias vezes repetido durante o Estado Novo, de que o país nascera como nação no seio do cristianismo.⁵⁹⁰ Com isso, segundo Freitas do Amaral, sustentava o seu pensamento recusando quaisquer conceitos de igualdade de exercício de direitos políticos, de liberdade ou de separação de poderes, pela recusa de tudo o que foi a criação do Estado decorrente das revoluções liberais.

Em Julho de 1930 o discurso de Oliveira Salazar, ainda que na mesma linha, era um discurso mais estruturado e mais consistente na argumentação, antiliberal e antidemocrático, advogando o nacionalismo corporativo, um Estado forte limitado pela moral e pelo direito, um executivo com um poder efetivo e um Parlamento a quem era reconhecido pouco mais que o direito de fiscalizar a marcha política do Estado, o qual assumia o intervencionismo económico a par da direção política. Fica

⁵⁸⁸ Frase pronunciada por Salazar em 27 de abril de 1928;

⁵⁸⁹ AMARAL, Diogo Freitas do, *O antigo regime e a revolução – memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Ed. Bertrand/Nomen, 1996, p. 54;

⁵⁹⁰ AMARAL, Diogo Freitas do, *O antigo regime e a revolução – memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Ed. Bertrand/Nomen, 1996, p. 57;

também claro, nesse discurso, que a União Nacional não deveria ser entendida como um partido, mas como um órgão agregador da nação. Aliás as suas primeiras bases orgânicas referiam que nela eram admitidos “todos os cidadãos, sem distinção de escola política ou confissão religiosa”, na condição de perfilharem as ideias de Salazar e do regime.⁵⁹¹ Este entendimento é sublinhado por Carmona em entrevista a António Ferro quando afirma que é preciso que a União Nacional “corresponda, cada vez mais, ao seu nome, que seja de facto a (...) união de todos os portugueses”.⁵⁹²

Negando a luta de classes, como todos os sistemas políticos corporativos, assumia o combate à democracia parlamentar como matriz ideológica, como recusa dos valores liberais e como forma de consolidar o seu próprio poder e, simultaneamente, ao sindicalismo independente, forma de destruir os laços que ligavam o movimento sindical aos movimentos políticos que o inspiravam. Sob o ponto de vista político, Salazar fez uma gestão inteligente da sua ascensão política, através de múltiplas entrevistas e reportagens publicadas na imprensa. Temperou o seu ar frio de Ministro das Finanças com o toque protetor de homem do povo, saudado por pescadores e operários ou preocupado com a vida difícil no campo. Percebeu também que a Ditadura se implantou a partir de uma coligação negativa de forças dispare, que havia que conjugar ou até submeter delas algumas para afirmar o seu poder. Com isso, limitou a ação de nacionais-sindicalistas e republicanos conservadores, ao mesmo tempo que isolava os anarco-sindicalistas como perturbadores da ordem pública. A sua vida política, de forma calculada, mistura-se com a sua vida privada e quotidiana, apresentando-se como um homem comum, mortal, num regime construído para não sobreviver sem ele e pelo qual sacrifica a sua vida pessoal. Nunca esteve tão certa a frase por si proferida, em 1928: “sei muito bem o que quero, e para onde vou (...)”.

Salazar também precisou de tempo para conseguir a total subordinação dos militares ao poder político, tendo a derrota do movimento reviralista sido determinante para esta submissão. Enquanto os reviralistas estiveram ativos, o exército teve uma importância fundamental como garante da ordem. Derrotado o reviralismo, o poder militar era entendido como devendo estar submetido e ser obediente ao poder do Estado corporativo, como decorreu da legislação surgida na

⁵⁹¹ PINTO, António Costa, *Os camisas azuis e Salazar*, Lisboa, Edições 70, 2015, p. 212;

⁵⁹² FERRO, António, *Declarações do Sr. General Carmona ao jornalista António Ferro*, Lisboa, Ed. Edições SPN, 1934, p. 18;

segunda metade da década de trinta. Por outro lado, entre 1931 e 1933 foi dada prioridade ao reapetrechamento da Marinha, e se é verdade que nessa data todo o seu material estava obsoleto, representou também uma garantia de segurança para o regime, uma vez que o reviralhismo nos últimos anos optava pela insurreição fora do território continental. Mesmo sabendo de muita documentação extraviada ou destruída e não atribuindo uma relação de causa-efeito entre a derrota do reviralhismo e a diminuição documental maçónica, não a deixamos de assinalar, como reflexo de uma provável alteração na atividade de algumas Lojas.

A partir de 1935, também o Exército iniciou a sua modernização, ainda que aqui as coisas fossem mais difíceis para Salazar, uma vez que se confrontava com a opinião de uma parte significativa dos oficiais, que consideravam o projeto salazarista pouco ambicioso, subordinado como estava à questão económica e ao equilíbrio orçamental. No entanto, Salazar era claro no que se referia ao exército: “o exército não tem que fazer política, não tem obrigação de apoiar governos determinados, mas deve ser até ao fim, a garantia e o penhor da revolução nacional (...)”,⁵⁹³ ou por outras palavras, nada devia fazer, a não ser apoiar o regime. É também Salazar quem reconhece, que “devemos, portanto, valorizar o exército, prestigia-lo, mas fazê-lo – com o seu acordo – regressar ao Exército, regressar a si próprio”,⁵⁹⁴ opções clarificadas e solidificadas com o assumir da pasta da Guerra por Salazar, em maio de 1936, em substituição de Passos e Sousa, numa caminhada que reconhecia ser difícil e dolorosa no que se referia à disciplina do exército. Era o regresso aos quartéis preconizado por Salazar, que ao mesmo tempo que cerceava a ação dos republicanos de quaisquer resquícios reviralhistas, igualmente acalmava a direita fascizante.

A proibição e dissolução do Partido Republicano Português, em 1930, deve ser vista neste contexto pelo seu aspeto simbólico e gradual ao longo desta década, paralela ao fortalecimento do poder de Salazar. Este, afirma a este propósito, que:

“a bem do interesse nacional, se têm de reconhecer os agrupamentos naturais ou sociais dos homens (...) mas não forçosamente os agrupamentos de natureza e fins políticos, organizados para a conquista do poder e conseqüente açambarcamento do Estado”.⁵⁹⁵

⁵⁹³ CRUZ, Manuel Braga da, *O partido e o estado no salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1988, p. 59;

⁵⁹⁴ FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2003;

⁵⁹⁵ ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Tinta da China, 2018, p. 29;

Naturalmente encontramos já aqui a génese do corporativismo, o valor da família como célula base da sociedade e a oposição ao sistema partidário, aspetos a que a Maçonaria se oporá optando em contrapartida pela valorização do cidadão enquanto a célula base da sociedade e ao pluralismo partidário enquanto espelho da liberdade política. Enquanto isso, a Maçonaria respondia simbolicamente com a Circular nº 47, de 28 de novembro de 1930, a pretexto do aniversário da morte de António José de Almeida, pedindo a comparência dos maçons no Cemitério do Alto de S. João e a colocarem bandeiras a meia haste, assim como a fecharem meia porta nos seus estabelecimentos como sinal de luto.

A aprovação do Ato Colonial, em 8 de julho de 1930, pelo decreto nº 18 570, e o anúncio das bases da União Nacional, anunciada pelo general Domingos de Oliveira como mera organização cívica a fim de não despertar o sentimento negativo da opinião pública face à política partidária, não gerou uma oposição suficientemente eficaz que interrompesse a caminhada em direção ao Estado Novo. Mesmo dentro da Maçonaria não encontramos hoje suficientemente documentação que nos leve a pensar que as Lojas deram a devida importância a estes momentos. Em nossa opinião essa ausência de uma oposição eficaz ao aparecimento da União Nacional e a escassez de documentação sobre este assunto deve-se ao facto de aquela ter integrado no seu seio grande parte das elites locais republicanas, ainda que não em lugares de destaque ou de confiança política.

A União Nacional cumprirá um papel de legitimação do regime nos diversos atos eleitorais realizados ao longo da sua existência, ao mesmo tempo que impede a criação de opções políticas diferenciadas, baseando-se nos órgãos do Estado e nos diversos serviços policiais e não numa estrutura própria, por si só mais complexa ou sólida. Com dirigentes que em geral eram nomeados pelo governo, nunca se afirmando como partido nem sendo ideologicamente demarcada para além do apoio ao regime, de contornos vagos e flexíveis de acordo com as necessidades deste, irá confundir-se com o próprio aparelho de Estado.

Ainda que formalmente o Estado Novo se constitua na sequência da nova Constituição de 1933, toda a arquitetura de “um Estado forte” vinha sendo desenhada desde o final da década de vinte, sob forte inspiração em Mussolini, mas cheia de particularismos enunciados por Salazar. Note-se que o conceito de “Estado Novo” não é contemporâneo da Constituição de 1933, nem exclusivamente

português, mas antes mais antigo, podendo nós fazê-lo remontar ao início do século XX, na Itália, tendo a estruturá-lo uma permanente ideia de oposição ao Estado liberal e divulgado por alguns teóricos pré-fascistas.⁵⁹⁶ Braga da Cruz, a abrir a sua obra *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, afirma que a construção deste foi, do ponto de vista ideológico “a resultante de várias correntes ideológicas que nele se amalgamaram”,⁵⁹⁷ o que é bem visível quando identificamos ideias ou iconografias suas com outros grupos políticos que lhe eram anteriores. Por outro lado, a Constituição, promulgada a 11 de abril de 1933, foi uma forma de legitimar o regime saído do golpe de maio de 1926, terminando com a situação de exceção vivida desde o 28 de Maio. Como tal, não podia tolerar divergências de opinião, sob o risco de falhar esse desígnio. Não podia tolerar a Maçonaria e algumas forças políticas, que o contestavam enquanto Estado autoritário e antidemocrático. Não poderia tolerar também a Maçonaria enquanto defensora da liberdade de pensamento, algo estruturante na forma de pensar dos maçons.

Em 22 de dezembro de 1931 é publicado o decreto nº 20 643, que cria um Conselho Político Nacional, dirigido pelo Presidente da República e ao qual pertenciam o Presidente do Conselho de Ministros, o Ministro do Interior, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Procurador Geral da República e mais onze personalidades nomeadas pelo Chefe do Estado. Este Conselho reuniu pela primeira vez a 5 de maio de 1932, debatendo um projeto de Constituição apresentado por Oliveira Salazar, vindo a publicar na imprensa, em 28 de maio de 1932, um projeto de Constituição.

É por esta altura que a *Seara Nova* começa também a discutir a futura Constituição da República, sendo muito escassa tal discussão nas Lojas, excetuando situações pontuais, quase sempre próximas do pensamento da *Seara Nova*, e apesar dos inúmeros artigos, comentários e entrevistas publicados na imprensa republicana. É certo que o clima hostil vivido na imprensa e instigado pelas forças fiéis à Ditadura e a pressão exercida pelas autoridades determinam um enfraquecimento orgânico do GOLU e consequentes posições dúbias. Exemplo disso é a Circular nº 7 do Conselho da Ordem, com data de 10 de Março de 1933 onde, por um lado, se refere a neutralidade política da Maçonaria e, por outro lado, se apela subtilmente a um boicote político ao plebiscito constitucional agendado. Dizia a Circular que:

⁵⁹⁶ LEMOS, Mário Matos e, *Oposição e eleições no Estado Novo*, coord. Luís Reis Torgal, col. Parlamento, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2019, p. 19;

⁵⁹⁷ CRUZ, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 13;

“(…) a maioria das OOfic.: da Obed.: teem-se dirigido ao Cons.: da Ord.: pedindo para serem elucidados sobre o próximo acto eleitoral. Não sendo a nossa Aug.: Ord.: uma Instituição de carácter político não pode o Cons.: da Ord.: tomar resoluções sobre o plebiscito que se vai realizar no próximo dia 19 do corrente. Comunico-vos, porém, que é corrente e notória a notícia de que os elementos liberais deliberaram absterem-se de intervir no acto eleitoral (...)”.⁵⁹⁸

Note-se que por esta altura ainda se vivia a desorganização decorrente dos assaltos e encerramento do Palácio Maçónico, que ainda estavam na memória as sucessivas derrotas revirahistas, e havia igualmente o olhar minucioso das autoridades sobre o GOLU e quaisquer laivos de atividade política que este desenvolvesse. Note-se também que a postura do GOLU no ano seguinte mudará um pouco, não o suficiente para aconselhar uma atitude, mas não deixando de se pronunciar. Foi o caso das eleições levadas a efeito em 1934, com a Circular nº 11, de 8 de dezembro desse ano, a referir que:

“de novo, a propósito do acto eleitoral que está anunciado para o próximo dia 16 do corrente, grande número de MMAç.: tem procurado conhecer, através da Grande Secretaria, o pensamento do Cons.: da Ord.: Não sendo a Maçonaria uma instituição de carácter político não pode o Cons.: da Ord.: fixar directrizes sobre o acto eleitoral no qual não intervém. No momento presente, porém (...) entende que o acto eleitoral que vae realizar-se, pela forma e sistema que é levado a efeito, longe de resolver o grave problema político, mais o agrava. (...) Lastima, o Cons.: da Ord.:, que não se tenha aproveitado esta excelente oportunidade para, através d’uma consulta franca e livre ás urnas, se restabelecer definitivamente a normalidade constitucional (...)”.⁵⁹⁹

Voltando à questão da Constituição de 1933, pode ler-se nas páginas da *Seara Nova* que “a questão do estatuto orgânico duma República não é indiferente – mas também está longe de ser essencial (...)”, acrescentando que:

“o que é vital para uma república é a moralização no sentido laico da palavra, dos costumes dos cidadãos. (...) As constituições podem enumerar todos os direitos subjetivos dos cidadãos, podem indicar todas as garantias desses direitos – mas, de facto, elas não os garantem se a maioria dos cidadãos não tiver a consciência da posse desses direitos e a coragem para recorrer às suas respectivas garantias”.

Acrescentando-se mais adiante que “o processo revolucionário tipicamente republicano é o da infiltração lenta dos princípios éticos da democracia (...) na consciência do maior número possível de cidadãos”, algo que era em tudo

⁵⁹⁸ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Esta passagem refere-se ao plebiscito levado a efeito por Salazar para a aprovação da Constituição de 1933, realizado em 19 de março de 1933, vindo a Constituição a entrar em vigor a 11 de abril desse ano;

⁵⁹⁹ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

coincidente com a prática das Lojas maçónicas. Este texto da *Seara Nova*, assinado por Santana Dionísio, maçom de referência no Porto, termina reafirmando que o insucesso da República em Portugal não se deve à Constituição, mas antes à incultura, à deficiente educação e à ausência de sentido cívico, algo que desde sempre o republicanismo sublinhou e quer a Maçonaria, quer a *Seara Nova* se propunham a mudar.⁶⁰⁰

Em alternativa ao projeto de Constituição preconizado por Salazar ainda apareceu um projeto de José Vicente de Freitas, que cedo soçobrou, acabando este por ser demitido do cargo de presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa. A Maçonaria ainda olhou com expectativa para esse projeto, indiciador de brechas no regime, mas a forma precoce como ele desapareceu dos olhos da opinião pública, apesar de ter sido publicado no jornal *O Século*, demonstrou claramente que o regime estava sólido. Admitimos que tenha sido este projeto alternativo que deu origem a um documento existente no Arquivo do Grande Oriente Lusitano, sem data e sem qualquer assinatura, encimado pela indicação de “Proposta”. Desconhecemos a sua origem e pelo facto de não conter qualquer abreviatura maçónica, o que deveria acontecer se fosse originário de uma Loja ou de qualquer um dos órgãos do GOLU, leva-nos a pensar que seja um documento com origem no exterior do GOLU que foi apenso ao Arquivo em data incerta e por motivos desconhecidos. Nele se pode ler, no seu ponto 1, que se “impõe o estabelecimento de um regime político em que, sem prejuízo da estabilidade do executivo, seja respeitada a dignidade da pessoa humana, e garantidas, por consequência as liberdades essenciais (...)”. Pede este documento o fim da situação de todos os que estão deportados, exilados ou presos por motivos políticos, permitindo-se o seu regresso ao país e o reassumir da plenitude dos seus direitos de cidadãos. Permitindo vislumbrar uma janela de tempo na origem deste documento pede-se ainda que sejam “restituídos aos trabalhadores os sindicatos e associações de que foram despojados”, terminando com o pedido de que as relações do Estado com as Igrejas sejam reguladas de forma a garantir a liberdade religiosa e “seja absolutamente proibida qualquer aliança da religião e da política e de qualquer participação dos representantes ou órgãos de qualquer idea religiosa nas questões doutrinárias políticas ou na vida política do país”.⁶⁰¹

⁶⁰⁰ DIONÍSIO, Santana, “Apontamentos da República” in *Seara Nova*, Ano XI, nº 284, de 4 de fevereiro de 1932, Lisboa, 1932, pp. 316 a 319;

⁶⁰¹ *Publicações várias (miscelânea)*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Em defesa da proposta de Constituição do regime surgiu Bissaia Barreto, também ele maçom, facto que o regime aproveitou com o argumento de que a República mantinha inalteráveis os seus princípios fundamentais, sossegando assim a facção mais conservadora do republicanismo e talvez uma das justificações porque Salazar nunca aprovou o regresso da monarquia. Mas, naturalmente, a Constituição de 1933 não foi bem aceite no seio de muitas das Lojas maçónicas, conforme se comprova pela correspondência ainda hoje existente, sendo interessante a designação da Assembleia Nacional como “pseudo Assembleia Legislativa” quando numa prancha da Loja Realizar, de Lisboa, com data de janeiro de 1935 e referindo-se ao texto constitucional de 1933, nele se pode ler que o projeto apresentado à “pseudo Assembleia Legislativa é um verdadeiro atentado contra a Justiça e o Direito”.⁶⁰² A este propósito, refira-se que a nova Constituição também não foi bem aceite pelos velhos integralistas como Cabral Moncada, Hipólito Raposo ou Alfredo Pimenta, entre outros. Fernando Rosas considera que o período que vai de janeiro de 1930 a julho de 1932 pode considerar-se como uma fase de transição para a institucionalização do Estado Novo,⁶⁰³ sendo a Constituição de 1933 o grande documento estruturante do regime. Com o texto final a ser publicado no *Diário do Governo* a 22 de fevereiro de 1933, o mesmo viria a ser sujeito a plebiscito a 19 de março desse ano.

Mas, de facto, a Constituição plebiscitada é apenas um marco na caminhada autoritária iniciada anos antes. Ganhando força com a tomada de posse do primeiro governo chefiado por si, em 5 de julho de 1932, Salazar em Novembro desse ano proferia a sentença de morte do pluralismo partidário e da liberdade de associação, mostrando que com a União Nacional não havia espaço para outras organizações. Monárquicos e integralistas perdem também espaço político. Com monárquicos, integralistas, maçons ou com as várias fações militares, Salazar atrairá sempre os seus adversários e concorrentes para dentro das estruturas do regime com concessões, que posteriormente esvaziará, deixando aos mesmos a opção única de alinharem com o regime.

Por seu turno, a relação com a Igreja assume um caminho *sui generis*. Curiosamente, não é de ignorar a importância da Ação Católica Portuguesa, surgida em 1933, e que constituía uma resposta e contraponto da Igreja ao laicismo da I

⁶⁰² *Processo da Loja Realizar, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁶⁰³ ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Ed. Bertrand Editora, 1996, p. 198;

República e que sublinha uma aproximação calculada de Salazar à hierarquia da Igreja. Aproximação que terá sempre territórios delimitados, e se são constantes os apelos da Ditadura à fé e tradição cristã, Salazar opta por um compromisso onde a entrada da Igreja nos domínios da política é apenas permitida enquanto útil para o regime. Esta colaboração é bem patente, em 1929, na entronização do novo cardeal Patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira, quando este dirigindo-se a Carmona afirma ser ele o “representante mais alto em Portugal de uma religião que manda acatar, respeitar e obedecer ao poder de que Vossa Excelência é, por sua vez, o representante mais alto”.⁶⁰⁴ Por seu lado, Jaime Nogueira Pinto⁶⁰⁵ sublinha que as ideias políticas de Salazar partem de uma conceção religiosa do mundo, que “assenta no princípio de um corpo de verdades e realidades transcendentais e anteriores à contingência histórica”, que para além dos factos nos permitem compreender o pensamento de Salazar e a importância adquirida pela Igreja no corpo do Estado e da sociedade. De qualquer das formas, a delimitação de espaços de poder que Salazar impõe à Igreja afigura-se como uma forma de refrear as ambições políticas desta, que vinham em crescendo desde o início da década de vinte. Recordemos que em 1922, o Centro Católico Português afirmava nos seus Princípios e Organização que “não nos apresentamos como melhores que os outros, reivindicamos no entanto o direito incontestável: o de seguirmos na política religiosa do País as instruções e conselhos de Roma, sem atraiçoarmos os bem entendidos interesses da nossa Pátria”. Ao mesmo tempo reivindicava a existência de um “direito político cristão” e o “princípio da colaboração” e, indo mais longe, reivindicava também a participação na vida política do país, porque “precisando o Centro Católico de candidatos próprios, necessita de uma massa homogénea e disciplinada que os eleja. Como a filiação partidária complica e pode inutilizar, a política eleitoral do Centro (...), a acção dos parlamentares do Centro Católico no que se prende com as reivindicações e liberdades da Igreja (...) podem e devem os parlamentares do Centro influir na melhor solução dos problemas nacionais”. E mais adiante, lembra o Centro Católico Português que:

“obrigados a actuar e a mover-nos numa engrenagem política que não é certamente a mais perfeita, reconhecemos entretanto que um partido político, assente exclusivamente na entidade – o cidadão eleitor – não tem suficiente razão de ser, e que toda a força política que pretenda desenvolver-se pela representação efectiva de

⁶⁰⁴ MATOS, Helena, *Salazar*, vol. 1, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2004, p. 119:

⁶⁰⁵ HENRIQUES, Mendo Castro e MELLO, Gonçalo de Sampaio, *Pensamento e Doutrina Política – textos antológicos – António de Oliveira Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 2010, prefácio, p. 12;

verdadeiros interesses, tem de assentar numa organização não exclusivamente política mas social, de profissões e de classes”,⁶⁰⁶

afinal, algo próximo do sistema corporativo que Salazar preconizará.

A gestão política de Salazar não o impediu de dizer ao que vinha. Franco Nogueira faz notar que Salazar agregou a si novos agentes políticos de diferentes matizes. É assim que compreendemos a entrada de Bissaia Barreto ou Lopes Mateus na Comissão Central da União Nacional, uma estrutura que Salazar afirmava agregar todos os portugueses de boa vontade, contando que reconhecessem as instituições vigentes e acatassem as suas determinações. Marcou claros limites a todos. Aos monárquicos que o tinham apoiado, referindo-se às suas ideias num “eu sei o que valem e custam convicções sinceras para que não tenha por elas absoluto respeito (...), mas as ideias não têm sempre a força realizadora nem utilidade prática; por vezes morrem para a acção e importa não deixar os homens amarrados a cadáveres”.⁶⁰⁷ Aos republicanos, e por acréscimo à Maçonaria, lembrou-lhes de que não haveria concessões em matéria partidária e parlamentar. Por seu turno, comunistas e anarquistas não tinham lugar no futuro Estado Novo, afirmando que “não querendo que o operariado seja uma classe privilegiada, também não precisamos de o incensar (...) nem de incendiar-lhe as iras contra ninguém (...). Num regime de autoridade forte, (...) só queremos que o seu trabalho seja ordeiro (...)”.⁶⁰⁸ Quanto aos católicos, lembrou-lhes a necessidade de não confundirem os interesses espirituais com os de ordem material. Em 1932, nas vésperas do Estado Novo, Salazar dirá que “as boas intenções de muitos esbarram com a incultura e jacobinismo dos políticos avançados” e, ao mesmo tempo que acusava a República de anticatólica, avisava a Igreja que:

“é inconveniente ao desenvolvimento e pureza da vida religiosa a intromissão da política na religião, a confusão dos interesses espirituais com os interesses materiais dos povos, da Igreja com qualquer organização que atuando no terreno político possa ser tomado como um partido, aspirando ou não ao Governo”.⁶⁰⁹

Em contrapartida, num discurso proferido na Assembleia Nacional em 23 de maio de 1940, afirmará que:

⁶⁰⁶ HENRIQUES, Mendo Castro e MELLO, Gonçalo de Sampaio, *Pensamento e Doutrina Política – textos antológicos – António de Oliveira Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 2010, pp. 115 a 119;

⁶⁰⁷ MADUREIRA, Arnaldo, *Salazar – a instauração da ordem*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2010, p. 112;

⁶⁰⁸ MADUREIRA, Arnaldo, *Salazar – a instauração da ordem*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2010, p. 114;

⁶⁰⁹ SALAZAR, António de Oliveira, *Antologia – discursos, entrevistas, artigos, teses, notas, relatórios*, edição comemorativa do 40º aniversário da Revolução Nacional, Coimbra, Ed. Coimbra Editora, 1966, p. 205;

“a Constituição de 1933, com a clarividência que hoje podemos apreciar arrancou o Estado português à tentação da onipotência e da irresponsabilidade moral e permitiu atribuir à Igreja, na constituição dos lares e na formação da juventude, aquela parcela de mistério e de infinito exigida pela consciência cristã e que só por arremedos vis poderíamos substituir”,⁶¹⁰

ou seja, a Igreja não participaria diretamente no poder, mas era um instrumento útil para a afirmação do regime, longe de ser remetida para a esfera privada como o preconizava a Maçonaria. Com esta clarificação dá-se também praticamente por finda a atitude reivindicativa da Igreja que remontava ao 28 de Maio. Mas, para compreendermos o que significou essa paz com a Igreja recuemos a maio de 1926.

Recorde-se que ainda antes, mas principalmente após a instauração da Ditadura, a Igreja reivindicava o reconhecimento da sua personalidade jurídica, à semelhança do que se passara em Itália, reivindicava também a liberdade do ensino religioso, onde não iria tão longe quanto em Itália, onde os programas nas escolas da Igreja seriam ditados pela Santa Sé, e pedia ainda a restituição de igrejas e outros edifícios, alfaias e demais bens e a regulamentação da aposentação dos párocos. Apesar de parcialmente satisfeitas algumas destas reivindicações, a Igreja não se conformava com o facto de muitos conventos e outros edifícios não terem sido devolvidos, por de estarem alocados a serviços de utilidade pública. A verdade é que na imprensa próxima dos meios católicos a pressão foi enorme, incluindo ataques a ministros e governos. Da parte da Maçonaria havia a acusação do Estado ter devolvido edifícios que eram necessários como escolas. A este propósito assinalem-se os protestos da Associação do Registo Civil dirigidos a todos os partidos políticos de então.

A contestação à Lei da Separação do Estado das Igrejas, vinha de antes da Ditadura e está na origem de muita da tensão política vivida na década de vinte, tendo por base a reivindicação por parte da Igreja em recuperar um conjunto de bens e privilégios que detinha antes da proclamação da República. Escrevia-se num documento da Loja Liberdade, com data de março de 1923, que

“sente-se alvoraçado o paiz, na sua parte mais sensata, mais liberal e mais patriótica, por saber que no parlamento, foram não só admitidos (...) projectos que, pelo seu teor, constituem ofensa á letra da sábia lei de separação do Estado das egrejas (...). O que são esses projectos, sabemo-lo já todos, e até o advinharíamos

⁶¹⁰ SALAZAR, António de Oliveira, *Antologia – discursos, entrevistas, artigos, teses, notas, relatórios*, edição comemorativa do 40º aniversário da Revolução Nacional, Coimbra, Ed. Coimbra Editora, 1966, p. 210;

conhecendo o campo político de que procedem:- trata-se neles da iníqua tentativa de usurpar o Estado, sob o falso pretexto de restituição (...). Trata-se de ousada exigência de querer ressurgir entre nós a propriedade dos bens de mão morta, ha tantos anos abolida (...), trata-se ainda mais, e talvez peor, pelo arrojo, de querer desvirtuar, por uma forma ultrajante, a lei do registo civil obrigatório, base da organização cívica do Paiz (...).⁶¹¹

Mas as questões entre os primeiros governos da Ditadura e a Igreja não se resumiram aos bens patrimoniais e às questões jurídicas e protocolares. Em 1927 discute-se o regresso das ordens religiosas aos hospitais civis, nomeadamente as Irmãs da Caridade. Defendiam os meios próximos da Igreja que nas enfermarias dos hospitais era preferível a existência de pessoal religioso a pessoal civil. Lembremo-nos que esta questão reavivou feridas antigas, da década de sessenta do século XIX, entre as Irmãs da Caridade e a Maçonaria, que levou à constituição do Asilo de S. João⁶¹², em Lisboa. Destacaram-se na oposição às pretensões da Igreja algumas Lojas, de entre as quais a Loja Liberdade, de Lisboa, a Associação do Registo Civil e a Associação do Pessoal dos Hospitais Civis de Lisboa, assim como o Dr. Luís Guerreiro que em declarações ao jornal *A Tarde*, na sua edição de 25 de janeiro de 1927, perguntava: “as Irmãs da Caridade têm cursos de enfermagem? Essas senhoras conhecem os vários sintomas das doenças para os transmitirem aos médicos quando eles chegarem às enfermarias? Se reúnem esses conhecimentos que venham para os hospitais”.⁶¹³ A Loja Montanha, de Lisboa, deu atenção a este debate, existindo uma prancha de 30 de maio de 1927 onde defende uma melhoria nos serviços hospitalares, especialmente nos serviços de enfermagem, como alternativa às pretensões da Igreja.⁶¹⁴ A própria Grande Dieta, em mensagem datada de 2 de maio de 1927, afirma que cabe à Maçonaria “incitar e levar os poderes constituídos a estabelecer uma modelar assistência médica e hospitalar” e a motivar a promulgação de leis sobre higiene e saneamento geral das populações. Inseridas num âmbito mais geral da educação, a nota da Grande Dieta não deixa de alertar também que a economia se constitui como um precioso auxiliar da educação, “serão impossíveis as

⁶¹¹ *Processo da Loja Liberdade*, de Lisboa – correspondência, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁶¹² O Asilo de Lisboa foi fundado em 1862, guiando-se pelos valores maçónicos da solidariedade, e sendo apoiado pela Maçonaria, sendo que cabe a José Estevão um papel de relevo na polémica com as Irmãs da Caridade;

⁶¹³ MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2006, p. 108;

⁶¹⁴ *Processo da Loja Montanha*, de Lisboa – correspondência, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

manifestações mais elevadas da vida social”.⁶¹⁵ Da mesma forma a Loja Vitória, do Porto, escreve em junho de 1928 que:

“em Famalicão, onde, após o 28 de Maio, se tem passado por sobre todas as leis do País para prender, deportar, enxovalhar, separar dos serviços públicos os republicanos, substituindo-os por reaccionários, se está consentindo, com o apoio da autoridade administrativa, que as enfermeiras (antigas freiras) usem, dentro e fora do hospital, os antigos hábitos de Irmãs da Caridade, proibidos pelas leis do País”.⁶¹⁶

Interessante é a denúncia do Inspetor maçónico para a região do Algarve que, no seu relatório dirigido ao Conselho da Ordem, denuncia o facto de no hospital de Faro estarem a prestar serviço enfermeiras religiosas, ao mesmo tempo que o capelão de uma das igrejas celebrava um casamento religioso sem as formalidades do registo civil. Este não foi um debate exclusivo da Maçonaria, mas antes que atravessou a sociedade portuguesa, com várias forças políticas a tomarem posição. Para além dos católicos, defensores das facilidades a conceder às ordens religiosas invocando razões morais e de tradição, os anarquistas de *A Batalha* escreviam que “não há enfermagem religiosa nem enfermagem anti-religiosa, mas sim enfermagem competente e enfermagem que não o é”. Segundo *A Batalha* o que se procurava era usar este expediente para restaurar as congregações religiosas e os conventos.⁶¹⁷

Acerca do poder e influência política da Igreja, combatidos pelos republicanos, maçons e comunistas, é muito interessante ler o artigo *O Polvo Negro*, inserto no jornal *O Povo*, do Funchal e datado de 1933:

“por toda a parte se reconhece que a ambição do clero é notória (...). No púlpito e nos confessionários, ele pôs de parte o evangelho para nos surgir como um agente político, favorecendo descaradamente, impunemente a defesa de uns e o ataque a outros. Cá fora, de ponta a ponta da sua freguesia, o padre é o agente eleitoral, um autêntico cacique que, subornando uns e ameaçando outros, não despreza nenhum meio, nem processo, para que a infância política seja sua, somente sua, para maior glória de Deus”.⁶¹⁸

Apesar da diversidade de questões em jogo, tudo girava em torno da Lei da Separação. O próprio Conselho da Ordem o refere na sua Circular nº 9, de 18 de abril de 1928, que:

⁶¹⁵ *Cartas e documentos vários, Da Grande Dieta, Resposta à mensagem do Grão-Mestre*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁶¹⁶ *Processo da Loja Vitória, do Porto – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁶¹⁷ BAPTISTA, Jacinto, *Surgindo vem ao longe a nova aurora... – para a história do diário sindicalista A Batalha, 1919-1927*, Ed. Fac-similada da 1ª edição 1977, Lisboa, Ed. Letra Livre, A Batalha, 2019, p. 131;

⁶¹⁸ MADUREIRA, Arnaldo, *Salazar – a instauração da ordem*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2010, p. 49;

“foi, a pretexto dessa Lei, que os reacionários romperam abertamente contra o novo regimen desvirtuando e caluniando o espírito da Lei expondo-a às vaias da gente simples e ingénua que eles tinham sempre procurado fanatizar, obscurecer e escravizar (...). Para nós mmaç.: a Lei da Separação das Igrejas do Estado é uma conquista liberal, que de modo algum devemos deixar perder e que temos a obrigação de intransigentemente reivindicar tornando-a ainda mais radical”.⁶¹⁹

A esta vontade de radicalismo correspondia, por norma, igual radicalismo de linguagem, numa escalada verbal que era timbre de parte a parte. Em 1931 é editado no Porto *O Verdadeiro Catecismo*, um pequeno opúsculo que não estando assinado não é difícil de encontrar a sua origem nas Lojas da cidade. Pretendendo ser pedagógico, “dirigido às almas simples e crentes”, explicava o que era Deus, a confissão ou o padre, “o maior inimigo de Deus na terra”. Nele se pode ler, em resposta a “o que é Deus?”, que este

“é um Ser Todo Poderoso, absolutamente sábio e infinitamente Grande. Todo Poderoso porque é d’Ele que vem toda a força. Não há força maior que a d’Ele. Absolutamente Sábio, porque conhece tudo o que fazemos e tudo o que pensamos. Infinitamente Grande, porque está em toda a parte onde o procuremos. Meu amigo, pensa agora um pouco (...). Sendo Deus Todo Poderoso, não precisa de padres e bispos para o defender, nem que os homens briguem por sua causa”.

Nele se manda a cada um examinar a sua consciência e avaliar todos os atos de cada um, ao mesmo tempo que aconselha a “desviar da igreja mulher e filhas se não quer ver a vida devassada nos jantares dos padres”, terminando com vários conselhos, dos quais a propósito da linguagem escolhemos dois:

“casa-te segundo a lei do teu paíz – registo civil”;

“deixa o padre abandona-o, trata tu da tua vida e o padre que vá trabalhar em officio que produza alguma coisa de útil à sociedade. Lembra-te que o padre só vale alguma coisa porque lhe tens medo e o dinheiro que has-de gastar em esmolas (...) dá-o à orfandade. Deus está muito acima destas ambições dos homens (...)”.⁶²⁰

Outra questão que mereceu debate interno na Maçonaria foram as questões do divórcio ou da predominância do casamento civil sobre o religioso ou o contrário como pretendia a Igreja. Em dezembro de 1930 a Loja O Futuro dirige uma prancha ao Conselho da Ordem que nos esclarece sobre este debate:

“em sessão de 4 do corrente desta Ofic.: foi dado conhecimento duma questão que por unanimidade foi julgada grave, sendo aprovado que vos fosse dado conhecimento para agirdes como julgardes conveniente, tanto mais que afecta no

⁶¹⁹ *Fundo Maçonaria Portuguesa (1883-1935)*, reservados, caixa 2, Biblioteca Nacional;

⁶²⁰ *Fundo Maçonaria Portuguesa (1883-1935)*, reservados, caixa 2, Biblioteca Nacional;

mais alto grau os nossos ideais (...). Esteve lavrado um decreto do governo da ditadura contra a Lei da Separação das igrejas do Estado, em que era exigido aos nubentes o compromisso de que renunciavam ao divórcio de seu consórcio, compromisso tomado no acto do Registo Civil. Opôs-se a tal assinar, o comandante Soares Branco – Ministro de Negócios Estrangeiros (...), sendo seus defensores os Ministros: Finanças, Justiça, Comércio e Colónias, prevalecendo o bom senso do Comandante Branco. Não descansaram os reacionários e então mandaram lavar outro decreto em que se exige aos nubentes que nos seus documentos para o matrimónio, que tanto pode ser religioso como civil, neste último caso juntem documento autenticado por notário que renunciam ao divórcio”.⁶²¹

Não é pois de estranhar que num jornal como *A Voz*, próximo dos meios católicos se pudesse ler, em maio de 1927, depois do autor da notícia advogar a “neutralização dos partidos políticos”, que:

“a reorganização das forças políticas portuguesas há-de ser o resultado de uma profunda transformação nas ideias e nos costumes da população, transformação de que já se vêm favoráveis sintomas. (...) Pensar em remodelação dos partidos, em novas arrumações das forças partidárias, em criar o rotativismo republicano (...) seria um erro muito grave de consequências as mais funestas. Os partidos políticos fizeram o seu tempo”.

E mais adiante, com um certo sabor integralista:

“se fossemos governo, ou estivesse nas nossas atribuições organizar a futura representação nacional, assentáramos como ponto de partida a substituição do regime parlamentarista com representação das agremiações partidárias por um regime em que só tivessem representação dos agregados naturais que constituem as forças vivas e permanentes da Nação: a província e as grandes agremiações de carácter económico e profissional. Foram os partidos que provocaram o descrédito e a queda da Monarquia, como depois provocaram o descrédito da República e vinham provocando o descrédito e ruína da Nação”.⁶²²

À primeira vista era, o que já não era pouco, o ajuste de contas com o passado recente, mas ao mesmo tempo procede-se ostensivamente ao julgamento público da I República, do sistema político e dos políticos republicanos. Mas, mais do que isso era a crítica ao parlamentarismo e a defesa das corporações, numa antecipação ao pensamento de Salazar e às ideias estruturantes do Estado Novo. O próprio Salazar diria, em entrevista a António Ferro:

⁶²¹ *Processo da Loja O Futuro, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁶²² MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2006, p. 144;

“eu sou, de facto, profundamente antiparlamentar porque detesto os discursos ociosos, palavrosos, as interpelações vistosas e vazias (...). Para pequeno parlamento – e esse útil e produtivo (...) basta-me o Conselho de Ministros”.⁶²³

A negação do parlamentarismo nos moldes da tradição liberal é, no entanto, coerente com a defesa da gestão do país por um só homem, providencial, evocação de uma conceção política do governo da nação que ignorava quer o Iluminismo igualitário de Rousseau, quer o Iluminismo aristocrático de Montesquieu. Neste contexto é natural que estivessem ausentes os valores de democracia, teorizados por Locke, que dava aos indivíduos o poder de escolha e de serem escolhidos com vista à gestão e à defesa do Bem Comum. Daí a constante desvalorização do liberalismo levada a efeito pelo Estado Novo.

Por contraponto, não se pense, no entanto, que as elites católicas e conservadoras tinham um pensamento único. O distanciamento que é feito a determinada altura face às ideias defendidas pela Action Française ou até pelos mais radicais do regime e pelos nacional-sindicalistas, ajudaram a temperar o ambiente político. Esse distanciamento é progressivo e é interessante ver a evolução da forma como o fascismo italiano é visto, que passa de um regime de “ordem” na década de vinte, a “incoerente” e “insolente”, na década de trinta, chegando mesmo a ser considerado posteriormente como “a reencarnação do cesarismo pagão”.⁶²⁴ Diga-se a propósito que Manuel Gonçalves Cerejeira, tal como outros membros da Igreja, farão a denúncia das violências do fascismo, do nazismo e do comunismo.

Regressando a 1933, vemos que nem tudo o que a Igreja reivindicava foi aceite por Salazar, quer na interpretação da Constituição, quer na sua revisão em 1935, quer ainda na Concordata. Salazar não aceitou que o nome de Deus figurasse na Constituição e a Igreja não conseguiu a devolução da maior parte dos bens reivindicados, nem as indemnizações pedidas. Mas a Igreja reconheceu que adquiriu algumas vantagens que a Constituição de 1911 não lhe dava, nomeadamente o reconhecimento da sua personalidade jurídica, desde há muito reivindicada, alguma liberdade de ação fora da alçada da censura e até alguma proteção estatal. Ao mesmo tempo a Igreja assumia um papel estruturante na sociedade, tendo por base, segundo Fernando Rosas, a compreensão por parte da

⁶²³ LEMOS, Mário Matos e, *Oposição e eleições no Estado Novo*, coord. Luís Reis Torgal, col. Parlamento, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2019, p. 27;

⁶²⁴ CRUZ, Manuel Braga da, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Ed. Bizâncio, 1999, p. 23;

Igreja dos condicionalismos a que Salazar estava sujeito, invocando para isso o esforço para construir a unidade moral da Nação.⁶²⁵ É ainda Fernando Rosas que resume de forma elucidativa estas cedências mútuas:

“dar tudo o que puder ser dado de modo a que a Igreja católica aceite desempenhar o papel de baluarte ideológico da nova ordem, mas não tanto que pudesse originar divisões ou reações anti-clericais na base de apoio do regime”.⁶²⁶

A partir de 1935, com a revisão constitucional, acentuam-se os “princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do país”, que implicavam uma justificação e um maior reconhecimento público, e como contrapartida, em 1937, Cerejeira aconselhava os católicos a colaborarem com o regime, já que só ele teria

“a competência, os elementos de informação, a responsabilidade e a graça de estado para declarar as obrigações, defender os direitos, zelar os interesses, salvar a honra da pátria. (...) Aliviemos-lhe o peso das suas responsabilidades perante Deus e os homens, associando-nos a ele com inteligente cooperação e oferecendo-lhe benévola confiança”.⁶²⁷

Note-se que este apelo era natural dada a amizade entre Cerejeira e Salazar, que datava dos tempos em que ambos participavam das atividades do Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra ou colaboravam na imprensa católica. A pacificação da relação entre a Igreja e o Estado português atinge o seu ponto alto com a assinatura da Concordata a 7 de maio de 1940.⁶²⁸ Materializa-se a ideia de que o Estado Novo e os valores morais dele decorrentes, eram também uma vontade de Deus. A Maçonaria, remetida ao seu estatuto de ilegalidade, ou a moribunda Associação do Registo Civil, nada dizem sobre o teor do acordo, que tem como questão central não apenas a regulação da relação entre Estados, como a devolução dos bens reclamados pela Igreja ou a liberdade de ação desta.

⁶²⁵ ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Tinta da China, 2018, p. 265;

⁶²⁶ ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Tinta da China, 2018, p. 267;

⁶²⁷ CRUZ, Manuel Braga da, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Ed. Bizâncio, 1999, p. 31;

⁶²⁸ Para uma análise mais profunda sobre este tema veja-se CARVALHO, Rita Almeida de, *A Concordata de Salazar: Portugal-Santa Sé 1940* (2009);

2 - Nós temos uma doutrina e somos uma força⁶²⁹

Em 1910 a República trouxera a agitação natural de todas as revoluções. A Maçonaria da época, que abraçou a República, nunca foi, e não é igualmente hoje, um sistema de pensamento único, ainda que dotada de regras e disciplina próprias. Em 1910, monárquicos e republicanos conviviam nas mesmas Lojas, tal como em 1926 republicanos defensores das mais amplas liberdades republicanas e defensores da ideia de um autoritarismo transitório e benéfico à ordem social podiam igualmente serem membros de uma mesma Loja. A grande questão está no facto de a direita republicana, onde se incluía uma parte dos maçons, ver a hipótese de um golpe militar que implicasse alguma ordem como algo de benéfico, não prevendo que paulatinamente as forças mais conservadoras iam construindo um robusto regime ditatorial, que não seria fácil de derrubar, nem ele, regime, teria quaisquer contemplanções para com quem defendia a Liberdade, fossem maçons ou quaisquer outros. Os exemplos onde o regime se inspirava encontravam-se além fronteiras, sendo diversos os alertas para tal situação. Na ata de instalação da Loja Realizar, de Lisboa, em 19 de abril de 1934, pode ler-se que se assiste a

“essa ridícula farsa de racismo, de estados fortes, de regimes autoritários e despóticos, de economias fechadas, de nacionalismos bélicos, proclamando a necessidade de fazer respeitar as hierarquias sociais e sempre o respeito e submissão aos tiranetes que eles próprios inventam (...) e fortalecem para melhor servir os seus (...) desígnios”

que, segundo o autor deste documento, faziam perdurar os “regimes de castas e tradições dinásticas e económicas, de particularismos regionais”.⁶³⁰

Em 1933 o edifício do Estado Novo adquiriu a sua forma quase definitiva pela criação do SPN, pela criação da PVDE, pela supressão da liberdade de reunião e, finalmente, por uma nova Constituição. Juntamos-lhe o já referido Ato Colonial, o Estatuto do Trabalho Nacional e a criação da União Nacional. Tudo isto foi possível pela falta de condições políticas para a eficácia da Oposição e pelo apoio da Igreja, agora reconciliada com o poder político. A proibição da Maçonaria, em 1935, surge na sequência destas mutações de 1933, assumindo-se o regime como hostil ao parlamentarismo porque, segundo a sua argumentação, causador do declínio da República, reservando ao Parlamento um papel que se restringia predominantemente à aprovação de leis. Apesar de meramente consultiva no plano

⁶²⁹ Frase de Salazar em entrevista a António Ferro in FERRO, António, *Salazar*, Lisboa, Ed. Edições Fernando Pereira, 1982, p. 238;

⁶³⁰ *Processo da Loja Realizar, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

formal, cabia à Câmara Corporativa um importante papel político no contexto do Estado Novo, teoricamente representando o universo dos organismos corporativos, fossem eles de carácter económico, social, cultural, sindical ou outros. Na prática a Câmara possuía um papel influenciador na atividade legislativa, onde o sistema corporativo implementado dava ao patronato um papel importante na definição da atividade económica do país, ainda que a última palavra pertencesse sempre a Salazar. Simbolicamente significava a união dos interesses da Nação, enquanto entidade política abstrata que competia com o parlamento e em detrimento deste. Marcelo Caetano dirá que a Câmara Corporativa era uma espécie de “Conselho de Estado Legislativo”, podendo funcionar em apoio direto ao governo. À Assembleia Nacional, numa oposição ao espírito da I República e ao que a Maçonaria preconizava, ficava reservado um papel menor, reflexo da ideia de Salazar de que o poder legislativo devia pertencer principalmente ao governo.

O extremismo da imprensa antimaçónica aliava-se frequentemente a afirmações com laivos de provocação: *Últimos arrancos*, publicado no *Novidades*, órgão de informação do episcopado português, é claro ao afirmar que “o ambiente nacional modificou-se” e “a Maçonaria não ignora que se está jogando sobre ela a última e decisiva cartada”. Depois de misturar comunismo com Maçonaria, o autor lembra que “a Revolução continua (...), nela saberá esmagar os que, pela cegueira do seu ódio, não hesitam em ferir nela o que há de mais sagrado em almas portuguesas: a Pátria”.⁶³¹

Salazar dizia, em 1949, que:

“a generalidade dos portugueses não teve nunca tanta liberdade como no actual regime (...). Simplesmente a associação para a política partidária, as reuniões para a política partidária, a imprensa para a política partidária sofrem limitações, coerentemente com a pretensão de curar do partidarismo doentio que degradava a sociedade portuguesa”.⁶³²

Esta visão do parlamentarismo, frequentemente sublinhada por Salazar e considerada fracionária da Nação e causadora de fraquezas de toda a ordem, para além de relativizada quando, em discurso, afirma que “para bem dos homens e da sua vida em sociedade haverá a autoridade necessária e a liberdade possível”, era absolutamente contrária à visão da Maçonaria que atravessa os tempos. A

⁶³¹ “Últimos arrancos” in *Diário da Manhã*, de 21 de maio de 1935, Lisboa, 1935;

⁶³² SALAZAR, António de Oliveira, *Antologia – discursos, entrevistas, artigos, teses, notas, relatórios*, edição comemorativa do 40º aniversário da Revolução Nacional, Coimbra, Ed. Coimbra Editora, 1966, p. 258;

Liberdade é, para os maçons o valor mais querido e reivindicado, afirmando A. H. de Oliveira Marques que, com base nela, qualquer mestre maçom pode elevar a sua voz em defesa daquilo que entender e efetuar críticas sem receio de que lhe limitem esse direito.⁶³³ Pressupõe uma visão participativa na sociedade e uma liberdade de pensamento e de expressão aliadas da Razão e da dúvida, radicando na visão iluminista de que é algo de natural e de que o Homem é um ser livre por natureza.

Assim sendo como se pode definir o Estado Novo? A política seguida por Salazar era consequência de constantes equilíbrios, calculista e isenta de impulsos ou de imprevisibilidade. Salazar, que recusa sempre designar a União Nacional de “partido”, sabe que isso se afiguraria como uma contradição política. Se fosse um partido, seria ou representaria uma parte do todo que seria constituído por outros partidos e daí se incutir a ideia da União Nacional representar o todo do país. Ao evitar que a União Nacional fosse designada de partido e muito menos de partido único, evitava um evidente contrassenso.⁶³⁴ Recorrendo às palavras de Marcelo Caetano, é ainda Braga da Cruz quem refere que ao recusar à União Nacional o estatuto de partido, Salazar entregava-lhe as determinantes funções de colaboração cívica e não de participação política,⁶³⁵ o que na prática significava a identificação política para com o governo e consequentemente a obediência a este, ao mesmo tempo que face à proibição de partidos enquanto tal, garantia a ausência de qualquer força de contestação. A este propósito é de lembrar a resposta de Salazar a António Ferro sobre a possibilidade de formação de partidos políticos:

“não os deixaremos formar. Seria a negação de nós próprios. Foi para aglutinar todas as actividades políticas, que se manifestarem dentro da situação, que se formou a União Nacional”.⁶³⁶

Braga da Cruz caracterizou ainda ideologicamente o regime protagonizado por Salazar não como um “regime de partido único”, mas sim um “regime com partido único”, justificando esta diferença semântica com o facto de ser uma ditadura do chefe do governo em primeiro lugar, que recorre ao controle policial e administrativo, ao corporativismo e ao controle social como formas de consolidar o seu poder e estruturar o regime.⁶³⁷ Marcelo Caetano teoriza sobre a importância do partido único,

⁶³³ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986, p. 868;

⁶³⁴ Ideia expressa por Braga da Cruz in CRUZ, Manuel Braga da, *O partido e o estado no salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1988, p. 14;

⁶³⁵ CRUZ, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 99;

⁶³⁶ FERRO, António, *Salazar*, Lisboa, Ed. Edições Fernando Pereira, 1982, p. 86;

⁶³⁷ CRUZ, Manuel Braga da, *O partido e o estado no salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1988, pp. 251 a 255;

ao escrever que a este deve pertencer a indicação da Assembleia Legislativa e do Chefe do Estado, quando este não seja hereditário, e é nesse partido que devem ser procurados os membros do governo, sendo igualmente dele que deve emanar a Assembleia Nacional, cumprindo assim uma função totalizadora.

Continuando a recorrer a Braga da Cruz, este sintetiza o Estado Novo como o “entrosamento de uma ideologia nacionalista de origem integralista e um corporativismo social de inspiração católica numa ditadura constitucionalizada e administrativa, civil e policial, do chefe do governo“. O próprio Salazar reconhece, num discurso de 22 de março de 1938, que “nós tentámos fazer uma criação política estruturalmente portuguesa (...)”.⁶³⁸ É também ainda Braga da Cruz quem recorre a Gramsci para lembrar que as forças políticas, incluindo os partidos, se podem apresentar sob várias formas, incluindo a de anti-partido, que foi o caso da União Nacional. Na realidade era-o de facto, ainda que de forma não assumida. Até porque o discurso político oscilou entre a “representação da Nação” e a negação do pluralismo partidário porque desnecessário, já que a União Nacional “integrava” os interesses de todos os portugueses e representava a “união da Nação”. São claras as palavras existentes na sua declaração de princípios e na linha do que afirmámos anteriormente, onde se escreve que a União Nacional é uma associação sem carácter de partido e independente do Estado, tendo por filiados todos os portugueses sem distinção política ou religiosa. Esta ideia totalizante é sublinhada de tal forma que não admite discordâncias ou opiniões individuais, o que implica por uma boa parte da sociedade portuguesa uma opção clara, por norma de adesão quer em face das sucessivas adesões, devidamente noticiadas, quer por receio de represálias.

No entanto, a União Nacional não enjeita a atividade política, já que se afirma como “organização unitária com uma função de exercício da política”, mas “baseada num conceito autoritário da vida pública”. Pretendia, segundo as linhas de atuação então definidas, constituir-se como elo de articulação entre o Estado e a Nação, dispensando por isso o parlamentarismo e reduzindo-o a uma expressão ínfima. Acrescentava ainda a “integração da vida do Estado”, que explicava o Serviço de Propaganda Nacional, entendido como uma tarefa de correção social e destinado “a suprir todas as lacunas e faltas perceptíveis ou encontradas na vida do Estado Novo”. No xadrez político os órgãos de poder do Estado Novo assumiam-se como

⁶³⁸ HENRIQUES, Mendo Castro e MELLO, Gonçalo de Sampaio, *Pensamento e Doutrina Política – textos antológicos – António de Oliveira Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 2010, p. 62;

instituições fundamentais do regime, sob a coordenação piramidal do Presidente do Conselho, deixando de fora, como se de um órgão paralelo se tratasse, a Presidência da República. Em 1935, o deputado José Cabral,⁶³⁹ monárquico e originário do integralismo, dirá na Assembleia Nacional que “um dos princípios fundamentais da nova ordem de cousas em Portugal é a subordinação aos supremos objectivos da Nação, com seus interesses próprios, de todas as pessoas singulares e colectivas (...)”.⁶⁴⁰ O regime afirmava-se assim como unificador de vontades e não como a soma de expressões de liberdade individuais.

Uma das características que o Estado Novo foi buscar ao fascismo italiano foi a de que o Estado era absoluto e que se impunha aos indivíduos e aos grupos, algo que conservou até ao seu fim, o mesmo acontecendo com a questão ética, que Salazar sublinhava em muitas das suas intervenções. Era uma ética universal, definida pelo próprio Estado que moldava tudo à sua volta, desde a participação política à vida pessoal dos cidadãos. Por isso, gradualmente e numa fase mais avançada do regime, a União Nacional se assumiu como que quase um órgão do próprio Estado. Para compreender esta evolução há que lembrar a teorização fascista que preconizava que, tomado o poder, o partido se integrasse no Estado. E se em certos momentos Salazar se aproxima da teorização fascista, também dela se afasta noutros momentos quando, divergindo de Mussolini e de Charles Maurras, não concebe a política como fim em si mesma. O próprio Salazar colocará particular ênfase nestas diferenças ao afirmar a António Ferro que:

“a nossa Ditadura aproxima-se, evidentemente, da Ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, porém, nos seus processos de renovação. A Ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um estado novo, que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim sem encontrar nem embaraços nem obstáculos”.

E mais adiante acrescentaria que:

“o Fascismo é um produto típico italiano (...), o Estado Novo português, ao contrário, não pode fugir, nem pensa fugir, a certas limitações de ordem moral que julga indispensável manter, como balizas, à sua acção reformadora”.⁶⁴¹

⁶³⁹ José Pereira dos Santos Cabral;

⁶⁴⁰ CABRAL, José, *Sociedades Secretas*, Lisboa, Ed. Editorial Império, 1935, p.66;

⁶⁴¹ FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2003, pp. 49 e 50;

O regime salazarista reivindicava para si também o papel de reconstrução da Nação após o período da I República e daí se preconizar um Estado forte e autoritário. Diferia, no entanto, do fascismo italiano quando este preconizava ruturas e não o conservadorismo de Salazar. Daí o seu choque com os nacional sindicalistas. Preconizava este o modernismo e a admiração pela máquina e não o ruralismo de Salazar, aliado da humildade e da passividade por si defendida. A este propósito lembremo-nos de uma afirmação de Salazar, em discurso de 15 de abril de 1937: “não nos seduz (...) nem o luxo da técnica, nem a aparelhagem que diminui o homem, nem o delírio da mecânica, nem o colossal, o imenso (...)”.⁶⁴² É certo que usava a mobilização de massas, algo aprendido no início dos anos vinte, mas divergia ainda por contrapor a energia e a irreverência da vida citadina aos valores conservadores da família e do mundo rural, defendidos nesta fase pelos partidários do Estado Novo.

Notem-se aqui as razões deste alinhamento político com o mundo rural. Foram as grandes fortunas agrárias, a grande força económica do país, que politicamente sustentaram Salazar até ao I Plano de Fomento na década de cinquenta e que determinou o aparecimento de uma nova classe de predomínio industrial e bancário, somados ao atraso tecnológico da vida económica portuguesa e à baixa escolaridade da generalidade da população. Finda a dominante importância agrícola, Salazar percebeu que teria de facilitar a entrada de capital estrangeiro, o que nos permite compreender as facilidades concedidas nos anos sessenta às companhias europeias e americanas, especialmente em África.

3 - Se a ditadura termina, a revolução continua – a consolidação do regime, a sua concepção autoritária e os seus instrumentos de poder

A História fixou a frase de Salazar “se a ditadura termina, a revolução continua”,⁶⁴³ que espelha bem o objetivo de se fazer perpetuar no poder, prolongando no tempo um regime iniciado em 28 de maio de 1926 e baseado numa concepção autoritária

⁶⁴² HENRIQUES, Mendo Castro e MELLO, Gonçalo de Sampaio, *Pensamento e Doutrina Política – textos antológicos – António de Oliveira Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 2010, p. 93;

⁶⁴³ ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Tinta da China, 2018, p. 124;

de poder e num conjunto de valores sociais e morais que se mostravam muito diferenciados em relação à I República. A personalidade de Salazar levará à construção de um autoritarismo e de um dirigismo, quer económico, quer social e moral, que conduziria à repressão e à oposição a ideias divergentes. O combate ao multipartidarismo e à diversidade de ideias estará sempre na base ideológica do regime, incompatível com o defendido pela Maçonaria e com as interpretações feitas da História.

“(…) Pode resumir-se em poucas palavras o quadro dos malefícios que trouxera a Portugal um século de Liberalismo: o desregramento, a desordem, o caos, atingiram todos os sectores da vida nacional (...). Longe de permitir o desenvolvimento e funcionamento das energias nacionais na máxima projecção, o parlamentarismo e a organização partidária a que lhe servia de base conduziram à divisão e deliquiscência – a uma verdadeira crise de espírito e vontade (...)”.⁶⁴⁴

A razão da lógica salazarista assenta no considerar que uma ditadura não vive da opinião de terceiros, o parlamento, mas apenas e só da sua própria lógica governativa, mesmo que os governantes não dispensem as massas. A acusação de Salazar a republicanos e maçons era a de que o filosofismo, abalando nas inteligências a adesão às verdades, corroía nos espíritos as grandes certezas. Tudo contrário ao defendido pela Maçonaria que incentiva ao debate, ao confronto de ideias e à dúvida, o que só por si constituía o questionar da ordem política e social. Naturalmente, a propaganda do regime enfatiza as “virtudes” do Estado autoritário, referindo que o 28 de Maio trouxe

“antes de mais a instauração de uma ordem firme – que se defendeu e manteve contra os assaltos repetidos dos partidários da velha democracia. A par da ordem material trouxe-nos também a ordem nos espíritos, a disciplina patriótica, a nítida consciência da solidariedade colectiva, oposta aos antigos fermentos de divisão e anarquia”.⁶⁴⁵

Todo este discurso tem por objetivo a transformação da figura de Salazar em alguém com dotes superiores que trouxe a paz à sociedade, a ordem às finanças e a proteção aos portugueses, qual herói guerreiro que frequentemente aparece retratado como o D. Afonso Henriques da década de trinta.

⁶⁴⁴ *Revolução (A) continua – União Nacional, Mocidade, Legião*, Lisboa, Ed. SPN, 1943, p.5;

⁶⁴⁵ “28 de Maio” in *Boletim da Legião Portuguesa*, maio de 1940, Lisboa, Ed. Junta Central da Legião Portuguesa, 1940, p. 2;

A Maçonaria ainda participou, em 1934, numa Liga contra a Guerra e o Fascismo,⁶⁴⁶ mas o passo seguinte estava dado por Salazar, e ele consistiu na estruturação do Estado corporativo, que não sendo um exclusivo do fascismo, encontra nele justificativo. A questão é que o salazarismo conferiu às corporações um papel híbrido entre um corporativismo de Estado e um corporativismo associativo mais conservador. Mas, estruturado o Estado corporativo, havia que eliminar oposições à esquerda e à direita ou quem quer que contestasse o novo regime. Por isso, em 1934 e 1935, o Estado Novo avançou para o desmantelamento do movimento anarco-sindicalista, mas também do movimento comunista, à esquerda, e do nacional sindicalismo, à sua direita. A Maçonaria, não sendo uma força política, assumia-se como uma voz livre e incómoda em relação ao poder, com a característica de conter, no seu seio, obreiros intimamente ligados à vida da Primeira República. Era o primeiro passo para o célebre discurso de Salazar, proferido em 28 de maio de 1936, em Braga, que sintetiza o Estado Novo e onde afirma que

“não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever”.⁶⁴⁷

O regime assumia claramente a sua posição contrária ao liberalismo político, porque este favorecia a emergência do cidadão como entidade dotada de direitos e deveres que a I República enunciara, mas também, na argumentação do Estado Novo, porque o cidadão enquanto tal constituía uma abstração, desmembrado da família, da classe ou da profissão. Por isso, a ideia de que esse cidadão se deveria moldar aos superiores interesses da Nação a partir da célula base que era a família, restringindo a sua personalidade e atividade aos círculos de integração, sejam a classe social ou as corporações. À família, o primeiro dos patamares políticos e orgânicos do Estado, seguiam-se a freguesia, o município e a corporação. Invoca-se que o Estado social e corporativo preconizado era entendido como uma

⁶⁴⁶ A Liga tinha como principal dinamizador Bento de Jesus Caraça e inseria-se numa rede de organizações similares espalhadas por diversos países, coordenada pelo Comité Mundial contra a Guerra e o Fascismo. Ainda que boa parte dos seus membros estivesse ligado aos partidos comunistas, agregaram a si membros de outras tendências políticas, nomeadamente pacifistas, ainda que gradualmente a estrutura coordenadora evoluísse cada vez mais para a defesa da União Soviética. Há informações de serem particularmente ativos os comités nacionais de Espanha, México, França, Inglaterra, Brasil, EUA e Argentina, sabendo-se que possuía subcomités, nomeadamente os femininos;

⁶⁴⁷ Palavras de Salazar no discurso proferido em Braga, em 28 de maio de 1936, e que podem ser confirmadas no filme *A Revolução de Maio*, de António Lopes Ribeiro, de 1937. É esta a ordem do discurso. Posterior edição desde deste discurso altera a ordem e introduz explicações suplementares, edição que é transcrita em HENRIQUES, Mendo Castro e MELLO, Gonçalo de Sampaio, *Pensamento e Doutrina Política – textos antológicos – António de Oliveira Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 2010, pp. 170 a 174;

“correspondência natural” da sociedade. A motivação para a atividade cívica e política estava fora de questão.

As limitações vividas não se restringiam ao âmbito partidário. Também se expressavam ao nível da liberdade de associação e de pensamento. Mesmo que na letra da Constituição não se impusesse a proibição de partidos políticos, o direito de associação, fosse ela qual fosse, possuía impedimentos administrativos que anulavam a hipótese de criação de organizações políticas opcionais às preconizadas pelo Estado Novo. Outras associações, de carácter cultural, recreativo, desportivo ou social, estavam sujeitas a uma autorização prévia do Ministro do Interior e à aprovação dos seus estatutos pelos governadores civis. Ao governo era ainda dada a possibilidade de as dissolver ou exonerar os seus órgãos sociais se, no entender das autoridades, se desviassem do estabelecido nos seus estatutos ou contrariassem a “ordem estabelecida”.

A liberdade de reunião conhecia limitações tais, que a tornavam de facto numa não liberdade de reunião. Todas as reuniões de carácter político ou social tinham de ser previamente autorizadas pelos governos civis, podendo mesmo as autoridades estarem presentes, dispendo de agentes com capacidade para interromperem oradores ou suspender reuniões sempre que aqueles entendessem que a reunião se estava a afastar das condições autorizadas. Este poder era justificado pelo regime com o perigo de perversão, diga-se oposição, aos objetivos governamentais traçados. Pinheiro Torres, em intervenção feita na Assembleia Nacional, dirá que quando os inimigos políticos não conseguiam os seus objetivos recorriam à ação intelectual, pelo que todas as formas de controle seriam justificadas, contra “estes filósofos e teóricos matreiros que destilavam a peçonha das suas doutrinas”.⁶⁴⁸

Para a solidificação da sua estrutura era necessário, nas palavras do regime, “que a revolução continuasse, de proceder à grande sementeira do Portugal Novo. E fez-se a Mocidade Portuguesa”.⁶⁴⁹ A Mocidade Portuguesa, a par com a Legião e a União Nacional, constituíram-se como pilares fundamentais do regime. Coladas ao discurso de Salazar, seguem as suas ideias como justificativo da sua existência, pretendendo o regime agregar a si “homens de uma nova mentalidade, não viciados pelo ambiente das lutas partidárias”. E caso houvesse dúvidas, eram homens educados “(...) ao clarão de dois ideais: o ideal da Pátria – isto é: do Império; o ideal

⁶⁴⁸ TORRES, Pinheiro, *O meu voto in A Voz*, 6 de maio de 1935, Lisboa, 1935;

⁶⁴⁹ *Revolução (A) continua – União Nacional, Mocidade, Legião*, Lisboa, Ed. SPN, 1943, p.5;

da Justiça – isto é: da Revolução. Ideais que na prática necessariamente pressupõe uma educação viril e corajosa á vida incómoda (...).⁶⁵⁰ Com alguma frequência se reafirmava também que a Mocidade igualmente não era um partido político, mas que não devia descuidar a formação política dos seus filiados, até porque cumpria-lhe “lutar contra o paganismo e pela moral cristã”.

Já o mesmo não acontecia com a Mocidade Portuguesa Feminina,⁶⁵¹ cujas finalidades deveriam evitar tudo o que pudesse diminuir a feminilidade das raparigas evitando “uma desagradável masculinização”, leia-se atividades que se relacionassem com a vida política ou intelectual, devendo sim pugnar por fazer das mulheres “esposas exemplares, boas mães, excelentes donas de casa, (...) conscientes e preciosas auxiliares do homem, nas tarefas que a mulher possa ou deva colaborar”.⁶⁵² A este propósito, quando das comemorações do 28 de Maio em 1938, os defensores do regime agitaram-se quando do desfile dos membros da Mocidade Portuguesa (masculina) e da Mocidade Portuguesa Feminina. A polémica girava em torno da argumentação de que poderia ocorrer a militarização e a masculinização das raparigas, o que motivou vários artigos de opinião de teor machista e paternalista:

“naquela tarde cada um estava no seu posto: os rapazes marchando ao som das cornetas e dos tambores e as raparigas seguindo com os olhos e o coração a bandeira que os guia – e as guia também a elas. Os rapazes ao sol. As raparigas mais na sombra”.

Esclarecendo melhor, nas palavras dos partidários do regime, a Mocidade Portuguesa Feminina não era “uma organização de raparigas com aspirações masculinas”.⁶⁵³

Quanto à Legião Portuguesa, desde cedo ela se assumiu como uma força paramilitar, que inclusive regularmente manifestava a sua hostilidade perante a Maçonaria e os ideais da I República. A ideia da sua criação é lançada num comício realizado em Lisboa, na Praça de Touros do Campo Pequeno, em 28 de agosto de 1936, e do qual sai um apelo ao governo nesse sentido, com data de 14 de setembro. Segundo Luís Nuno Rodrigues, a criação da Legião foi também uma forma de internamente dar satisfação às pressões oriundas da direita mais radical,

⁶⁵⁰ *Revolução (A) continua – União Nacional, Mocidade, Legião*, Lisboa, Ed. SPN, 1943, p.36;

⁶⁵¹ Para aprofundar este tema veja-se PIMENTEL, Irene Flunser, *Mocidade Portuguesa Feminina (2007)* e *História das organizações femininas no Estado Novo* (2000);

⁶⁵² *Revolução (A) continua – União Nacional, Mocidade, Legião*, Lisboa, Ed. SPN, 1943, p.44;

⁶⁵³ PIMENTEL, Irene Flunser e FARINHA, Luís, *Vítimas de Salazar - Estado Novo e violência política*, coord. João Madeira, Lisboa, Ed. A Esfera dos Livros, 2007, p.289;

onde ao comício atrás referido está subjacente a ideia de formar uma frente de oposição à “ofensiva comunista” na Europa,⁶⁵⁴ protagonizada pelos jornais *Diário da Manhã* e *Acção*. Destaque também para o papel tido por alguns sindicatos conotados com fações mais extremistas da direita, como o Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, que advogava a criação das Milícias Armadas Sindicalistas, ou o Sindicato Nacional dos Caixeiros de Lisboa, o Sindicato Nacional dos Empregados da Indústria da Panificação e ainda o Sindicato Nacional dos Empregados da Indústria Hoteleira, dinâmicos promotores de uma milícia reivindicada nos seus comícios.⁶⁵⁵

Enquanto instituição a Legião Portuguesa assumia-se como uma força auxiliar e colaborativa do regime, fazendo vigilância, recolhendo informações ou efetivando a repressão física, nomeadamente sobre a Oposição. Na verdade, o seu papel foi muito mais do que isso. A Legião participa nas ações de repressão, nomeadamente no caso de greves, manifestações ou em ações de intimidação por parte do regime.

Inspirada nos modelos italiano e alemão, a sua criação foi efetivada pelo Decreto nº 27058 de 30 de setembro de 1936. Não dava margem para dúvidas quando se escrevia que a Legião se integrava no “conceito de Nação armada” sendo igualmente uma força anticomunista e atuando frequentemente no sentido de intimidar os adversários políticos do regime. Este, no final da década de trinta e início da década de quarenta, reclamava para a Legião a sua função de combater o comunismo como uma milícia, sendo disso exemplo o papel desempenhado na guerra civil de Espanha e vendo em Franco uma referência, ou assumindo uma posição germanófila durante o período da guerra. Internamente a Legião afirmava também combater internacionalismos e “velhos ídolos do anticlericalismo”, atingindo com isso os comunistas por um lado e os maçons por outro, e afirmando como certezas inquestionáveis a fé, a moral cristã, a família e a autoridade. Não é de estranhar tal postura já que a Legião Portuguesa absorveu uma parte significativa dos militantes nacional sindicalistas. Por outro lado, a Legião nunca conseguiu ser um organismo autónomo e independente, ficando sempre na tutela do governo, pesem embora os anseios dos seus dirigentes. Há, no entanto, algo fundamental a este nível: as semelhanças de discurso e de simbologia entre a Legião Portuguesa,

⁶⁵⁴ RODRIGUES, Luís Nuno, *A gravidade da hora que passa! – a criação da Legião Portuguesa em 1936*, *Análise Social*, p. 99,

<https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379385H0sZQ6bz0xy83WA7.pdf>;

⁶⁵⁵ RODRIGUES, Luís Nuno, *A gravidade da hora que passa! – a criação da Legião Portuguesa em 1936*, *Análise Social*, pp. 102 e 103,

<https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379385H0sZQ6bz0xy83WA7.pdf>;

o Integralismo e o nacional sindicalismo, e igualmente facto de integrar figuras importantes do mundo financeiro e empresarial.

O carácter militarista da organização é salientado não apenas na sua organização mas no equipamento militar e nas ambições que tinha. Em 1940 informava os leitores do seu boletim que a maior parte das quinças estava a procurar dotar-se de metralhadoras ligeiras, que junto de alguns batalhões estavam a ser criadas unidades elementares de especialidades de morteiros e metralhadoras, material que o exército havia deixado de usar, sendo ainda dotada de um Serviço de Transmissões, de uma Escola e uma Brigada Naval. Este acentuado carácter militarista é também potenciado pela guerra civil espanhola que cria um clima propício ao fortalecimento das ideias militaristas e de milícia. Note-se também, como diz Nuno Severiano Teixeira,⁶⁵⁶ que a Guerra Civil espanhola vai ocupar um lugar central na política externa portuguesa, o que naturalmente favorece a componente militarista da Legião por um lado, e do país por outro.

De destacar os grandes inimigos assumidos pela Legião: o Partido Comunista Português e a Maçonaria, diretamente ou pela via dos ataques à I República. É através das publicações do Gabinete de Ação Cultural da Junta Central da Legião Portuguesa que assistimos à intensa doutrinação política, sendo que o PCP é o mais visado nos ataques.

“(…) mas se a Revolução Nacional se opõe ao liberalismo maçónico, não é menos decidido o seu combate ao comunismo internacional. Ele é ateu e materialista – nós não discutimos Deus e a virtude. Ele é internacionalista e histórico-dialético – nós não discutimos a Pátria e a sua História. Ele combate a hierarquia – nós não discutimos a Autoridade e o seu prestígio. Ele proclama o amor livre – nós não discutimos a Família e a sua moral (…)”,⁶⁵⁷

numa evocação do célebre discurso de Salazar, em Braga, e já aqui referido.

Quanto à Maçonaria, num interessante artigo publicado no boletim informativo da Legião Portuguesa, onde não se hesita na distorção de factos históricos, pode ler-se que:

“os principais políticos portugueses educados nos usos e costumes das associações secretas e da necessidade de apoio dos arruaceiros, fizeram proliferar este tipo de

⁶⁵⁶ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha in Nova História Militar de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2004, p. 36;

⁶⁵⁷ RODRIGUES, Artur Paulo, *Discurso pronunciado na Liga 28 de Maio em 27 de maio de 1958 in Documentação Política Social*, Lisboa, Ed. Gabinete de Ação Cultural da Junta Central da LP, 1958;

instituições. (...) A Maçonaria, a Formiga Branca, oficializada ou não, as outras carbonárias de partido (...) as associações bombistas ligadas aos movimentos anarquistas e anarco-sindicalistas, todos apelando constantemente para a violência política de todos os géneros, seguindo as tradições mais puras de propaganda revolucionária, criaram e mantiveram o clima de guerra civil que tantas vítimas causou e que iria provocando a total subversão da sociedade portuguesa (...).⁶⁵⁸

Este tipo de artigos faz parte de uma tarefa que a Legião nos anos cinquenta encetou, tornando quer a Maçonaria, quer muito especialmente o PCP, em objeto de estudo. Esta realidade é assinalada por João Madeira e por José Neves, ainda que refiram que foi um esforço descontinuado.⁶⁵⁹ Num outro artigo inserto no *Boletim da Legião Portuguesa*, comparando Maçonaria e Sionismo, pode ler-se que:

“as forças ocultas do mal possuem em alto grau uma arte que as torna temíveis e constitui a sua melhor arma. É uma força de penetração subtil e subterrânea movendo em seu favor sentimentos e paixões dos homens (...). Intimamente ligados – o sionismo e a maçonaria – pelo laço comum de combate ao catolicismo – o seu trabalho é, em regra, de (...) procura alcançar o fim, (de diminuir) as forças do adversário, apresentando-se como instituição inofensiva (...). O bom nacionalista não deve ter medo nem deixar-se influenciar por tais processos, de resto já bem conhecidos”.⁶⁶⁰

É muito significativo o facto de ilegalizada a Maçonaria, usurpado o Palácio Maçónico em Lisboa, nele tivessem sido instalados os serviços sociais da Legião Portuguesa e que José Cabral tivesse sido nomeado adjunto político da Junta Central da Legião e primeiro diretor dos seus Serviços de Ação Social e Política.

Assistimos a um permanente oscilar entre um autoritarismo e um fascismo declarado, o que nos permite compreender a eliminação de todos quantos se opunham ao Estado Novo, aqui podendo inclusive estender aos monárquicos a hábil oposição de Salazar à restauração da monarquia, ansiada por alguns dos seus mais próximos colaboradores, caso de Augusto Cancela de Abreu e Costa Leite (Lumbrales). A este respeito revelam-se muito interessantes as palavras de Marcelo Caetano que afirma que “desde 1914 que Salazar estava bem ciente de que a identificação da Igreja Católica e as aspirações restauracionistas seria redutora do

⁶⁵⁸ *A violência política e as sociedades secretas in Legião em Marcha*, Ano II, nº 38, junho de 1953, Lisboa, Ed. Legião Portuguesa, 1953, p. 8;

⁶⁵⁹ NEVES, José, *Introdução: cem anos de vida, cinquenta anos de história* in NEVES, José, PEREIRA, José Pacheco, PITA, António Pedro, NUNES, José Arsénio, ROSAS, Fernando, CUNHAL, Álvaro, ALMEIDA, Vanessa, MADEIRA, João, RABY, David L., GODINHO, Paula, CARVALHO, Ana Margarida de, CARDINA, Miguel, LISI, Marco, LOUÇÃ, Francisco, GASPAS, Carlos, DRAGO, Ana, *Partido Comunista Português 1921-2021: uma antologia*, 1ª edição, José Neves (org.), Lisboa, Ed. Tinta da China, 2021, p. 17;

⁶⁶⁰ *Manobras e Boatos - Sionismo e Maçonaria in Boletim Informativo da Legião Portuguesa*, Ano IV, nº 62, outubro de 1942, Lisboa, Ed. Junta Central da Legião Portuguesa, 1942, p. 6;

projeto político do catolicismo social (...).⁶⁶¹ Na realidade, o assunto torna-se premente com a morte de Carmona, em 1951. Nessa altura era significativo o peso político dos monárquicos, exponenciado pelo facto de muitos se terem integrado no regime e exercerem cargos políticos. É quando Mário Figueiredo propõe uma emenda constitucional, aprovada sob a Lei 2048, que permitia protelar indefinidamente as eleições presidenciais e que colocava a questão de haver chegado o momento de se decidir continuar em República ou restaurar a monarquia. Das “Memórias” de Marcelo Caetano consta a vigorosa oposição de Albino dos Reis e do próprio Marcelo Caetano a esta proposta de Mário Figueiredo, como também são referidas as divergências nos dois ramos da Causa Monárquica, que acusará a Maçonaria de ter impedido o regresso da monarquia causando divisões no seio do regime e dos monárquicos. A gestão desta questão por Salazar só terminou com a afirmação deste de que “não era oportuno restaurar naquele momento a monarquia, mas fossem preparando o terreno, doutrinando, ganhando posições, pondo hoje uma pedra aqui e amanhã outra acolá, encaminhando as coisas (...)”. E termina Marcelo Caetano: “e daqui nasceram muitos equívocos”.⁶⁶² Na realidade, anos antes, após a morte de D. Manuel II em Londres, em 1932, Salazar promovera o funeral com honras nacionais e motivara a criação da Fundação Casa de Bragança para gerir os bens do antigo monarca. Salazar havia também equacionado a restauração da monarquia tendo chegado a receber o pretendente ao trono, mas tal mereceu a oposição britânica face a uma alegada simpatia pela Alemanha nazi e à impressão negativa causada a Salazar por D. Duarte Nuno e, não menos importante, ao receio manifestado por Salazar dos efeitos junto do bloco republicano conservador.⁶⁶³ A Assembleia Nacional ainda aprovou, em 1949, a revogação da Lei do banimento, mas era já tarde para as pretensões monárquicas. À distância dos acontecimentos pode dizer-se que Salazar, já na década de trinta, teve um papel importante na moderação das ambições monárquicas, se olharmos para as múltiplas conspirações e crescente força de monárquicos e integralistas, especialmente após a morte de Sidónio Pais e durante a década de vinte.

Salazar, a este propósito, referirá o facto de a Monarquia ter por natureza resolvida a questão da estabilidade, para logo acrescentar que nas dificuldades dos tempos que então se viviam as consciências andavam absorvidas por problemas de natureza muito diferente. Na realidade Salazar faz um jogo duplo com monárquicos

⁶⁶¹ CAETANO, Marcelo, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Ed. Verbo, 2006, p. 67;

⁶⁶² CAETANO, Marcelo, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Ed. Verbo, 2006, p. 540;

⁶⁶³ QUINTAS, José Manuel in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Ed. Bertrand Editora, 1996, p. 278;

e republicanos, não afrontando os republicanos ao mesmo tempo que dá esperanças aos partidários da monarquia. Bissaia Barreto revela-se fundamental neste jogo, talvez nunca esquecendo as suas ligações maçónicas. Nas palavras de Salazar “o país não tem interesse em ter uma monarquia para três meses nem mesmo três anos. Monarquia, República têm o seu interesse e utilidade quando constituem a solução nacional do problema do regime (...)”, terminando lapidarmente: “mas a questão do regime não está posta e não tem por isso que ser discutida”.⁶⁶⁴ Talvez por isso, Mário Soares referirá que foi Salazar quem mais contribuiu para destruir o ideal monárquico.⁶⁶⁵

É também Marcelo Caetano quem refere que para esta posição de Salazar, adiando indefinidamente o assunto, muito contribuiu haver em Portugal um forte sentimento republicano que era necessário não desprezar, ao que sabemos conselho de Bissaia Barreto. Nas suas entrevistas a António Ferro, Salazar refere não poder pedir “a homens que fizeram toda a sua educação política dentro de um ideal, que abjurem dos seus princípios, que adiram ao regime e que venham para a rua dar vivas à República”, não deixando de incluir o conselho de que “se disponham a ingressar na vida do Estado sem a falsa ideia e perigosa de que colaborar com a actual situação é dar um passo para a realização do seu ideal respeitável (...)”, afirmando alguns passos mais adiante que não considera mesmo que “essa marcha para a direita seja incompatível com o regime republicano”.⁶⁶⁶

A verdade é que os partidários da monarquia não desistiram e equacionaram mesmo a presença de D. Duarte Nuno no Congresso da União Nacional, em Coimbra, em 1951, manobra que viria a ser desmontada por Marcelo Caetano e Albino dos Reis com a conivência de Salazar. Caetano, na sua obra *Minhas Memórias de Salazar*, queixar-se-ia da posterior animosidade dos monárquicos para consigo e de, para a direita monárquica, ele ser pura e simplesmente o “chefe da esquerda do regime”. Nesse Congresso, Moura Relvas, no seu discurso de abertura e enquanto presidente à época da Comissão Distrital da UN de Coimbra, qualifica Salazar de “rural dos quatro costados”, autor de melhoramentos rurais, criador da paz interna apenas perturbada quando a “calúnia insinuante e perversa (...) tenta levar a efeito a sua obra de envenenamento social”. Por seu turno Cancela de

⁶⁶⁴ SALAZAR, António de Oliveira, *Antologia – discursos, entrevistas, artigos, teses, notas, relatórios*, edição comemorativa do 40º aniversário da Revolução Nacional, Coimbra, Ed. Coimbra Editora, 1966, p. 79;

⁶⁶⁵ AVILEZ, Maria João, *Soares – ditadura e revolução*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1996, p. 113;

⁶⁶⁶ FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2003, pp. 16 e 17;

Abreu, presidente da Comissão Executiva da UN, ainda que saudando Craveiro Lopes, evoca o falecido Carmona com os mesmos louvores que eram atribuídos a Salazar e mais, ninguém o podendo verdadeiramente substituir não deixa de insinuar que “não vê agora” ninguém de verdadeira referência que não seja Salazar, “o estadista iluminado a quem se deve o ressurgimento nacional”, multifacetado, “condutor político do país”, presidente da União Nacional e virtuoso Presidente do Conselho.⁶⁶⁷ É a afirmação de Salazar nas suas funções que vinha exercendo desde há largos anos. Por detrás destas questões estão as tentativas de empurrar Salazar para uma hipotética Presidência da República. Por outro lado, apesar da colaboração da Causa Monárquica com o regime, Salazar não permitirá que se reabra a discussão sobre a natureza do regime, que os monárquicos se preparavam para levar agora ao IV Congresso da União Nacional, em 1956 e realizado em Lisboa. Por seu turno, Salazar nunca deve ter esquecido a afronta monárquica, assim como as razões, reais ou não, da prisão de Paiva Couceiro em 10 de março de 1938, em Melgaço, sob a acusação de se preparar para chefiar um golpe monárquico contra Salazar, que efetivamente veio a acontecer e que ficou conhecido por “intentona de Coimbra” e que incluía a participação da AAA (Ação Anticlerical e Antifascista) e de Basílio Lopes Pereira, que a dirigia e da qual falamos noutra ponto destas linhas. E Salazar não esquecia, nunca!

4 - A desarticulação da Maçonaria e a sua sobrevivência

A desarticulação da Maçonaria começa com os assaltos de 1929 e prolonga-se na situação de instabilidade vivida até 1935, com apenas alguma acalmia nos anos de 1933 e 1934.

A fragilidade da Maçonaria decorria também do facto de internamente Norton de Matos ser aberta ou veladamente contestado. Os seus contestatários argumentavam com a sua atitude demasiado passiva face às limitações impostas pelo governo, impelindo-o a ausentar-se do país com consequências diretas na Maçonaria. Na realidade, Norton de Matos negociava com a Ditadura a manutenção

⁶⁶⁷ *III Congresso da União Nacional*, Arquivo RTP, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/iii-congresso-da-uniao-nacional/>;

do seu vencimento de militar e de professor no Instituto Superior Técnico com um exílio longe de Portugal. Ao mesmo tempo, um empréstimo contraído junto do GOLU para despesas de viagem e assistência à família durante o exílio, agravaram a situação de contestação, ampliada ainda mais com as críticas ao facto de nesta situação Norton de Matos não ter transmitido os seus poderes ao Grão-Mestre Adjunto Oliveira Simões, conforme a legislação maçónica determinava. Por detrás destas críticas, Marcelo Caetano refere ligeiramente a existência de rivalidades maçónicas de colonos maçons em Angola e de quem se sentiu prejudicado com a legislação do trabalho indígena, mas às quais são de adicionar as contestações internas ainda decorrentes da sua eleição e, igualmente, alvo das frustrações da Oposição em geral, desanimada por não conseguir chegar ao poder, e da Maçonaria em particular, por ver a atividade das suas Lojas longe de ser estável e ter um objetivo concreto. Numa Maçonaria profundamente dividida, os seus defensores, nos quais se destaca a Loja Acácia, chegam a afirmar que aqueles que o contestavam estariam a fazer o jogo da Ditadura. O seu inimigo de estimação, Cunha Leal e o jornal *O Século*, publicam um conjunto de artigos atacando Norton de Matos na sua passagem por Angola, acusando-o de despesismo e de excessos no exercício do seu cargo, chegando mesmo a referir-se ao “Calígula em Angola” como título do livro que reunia as intervenções críticas de Norton de Matos, no que foram secundados por algumas Lojas, numa demonstração de um ambiente que estava longe da unidade. Norton de Matos, por seu lado, tem palavras críticas para o funcionamento da própria Maçonaria e afirma a pretensão de se demitir. “Que (...) tenho conseguido aproveitar a bem da Pátria e da Humanidade dessa força que é a Maçonaria? Nada, quase nada... Gasta-se na Maçonaria o tempo com pequenas coisas, em elogios, em oratória sem finalidade, em lutas, em rivalidades, em exhibições, em vaidades”,⁶⁶⁸ afirma. O novo Presidente da Grande Dieta, Ramada Curto, pede a Norton de Matos que reconsidere e que tendo recusado continuar a receber o empréstimo do GOLU atrás referido, para despesas de viagem e assistência à família, também reconsidere essa sua recusa.

Em outubro de 1931, Oliveira Simões assume interinamente as funções de Norton de Matos, numa situação que se repetirá por mais vezes, algumas de duração prolongada, e nem sempre pacífica já que Norton de Matos ausenta-se da vida do GOLU. Neste contexto Oliveira Simões convoca uma Grande Dieta para 11 de novembro de 1931, na qual a Ordem de Trabalhos dava a subentender que seria

⁶⁶⁸ ANTUNES, José Freire, *Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Ed. Oficina do Livro, 2004, p. 450;

tratada a questão da eleição de um novo Grão-Mestre. Será Ramon Nonato de La Féria quem, perante a Grande Dieta defende Norton de Matos neste conflito antecipando-se com a apresentação de uma proposta de prorrogação do mandato de Norton de Matos até que as Lojas tivessem condições de eleger novo Grão-Mestre. A argumentação de La Féria era simples, face ao afastamento de Norton de Matos, ainda que os regulamentos internos previssessem a substituição do Grão-Mestre, defendia que a escolha do um novo Grão-Mestre não era tarefa da Grande Dieta, mas antes da responsabilidade de todos os Obreiros decorados com o grau de Mestre, o que de facto implicava uma nova eleição à qual seriam chamados todos os Obreiros com capacidade para tal. Ao mesmo tempo, defendia que o Grão-Mestre em exercício fora arbitrariamente forçado a afastar-se pela Ditadura. Desta Grande Dieta sairá um novo Conselho da Ordem que passou a ser presidido por Amílcar Ramada Curto. Em dezembro Norton de Matos declara ao Grande Secretário Geral, Cândido Carvalho, que não vai continuar no exercício das suas funções, não aceitando quer voltar a exercê-las de facto, quer a hipótese de uma eventual reeleição. Ele próprio não se considera Grão-Mestre da Maçonaria portuguesa por estar fora do país.

Não sendo consensual o apoio da Obediência a Norton de Matos, Helena Pinto Janeiro refere a este propósito uma informação interna onde se pode ler que

“nenhum obreiro da Obed.: dará guarida um só instante sequer, a qualquer tendenciosa informação ou crítica que do mundo profano, chegue até nós por qualquer via subreptícia e peçonhenta e que vise tentar diminuir o prestígio, o respeito, a admiração e a fraternal estima que todos os maçons portugueses dedicam ao seu Sap.: Gr.: Mest.:”.

É também La Féria que nos fala em “obreiros dedicados à causa da Liberdade e da Justiça” e obreiros “da reacção que nos oprime e persegue”. A verdade é que já era tarde e que a instabilidade interna era evidente. É a mesma autora que nos lembra que a Norton de Matos “causou profunda comoção o facto de muitos maçons terem aproveitado a situação”, o que espelhará alguma desilusão, e por essa razão afirmará que deixara unilateralmente de se considerar Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa.⁶⁶⁹ Na realidade, a seguir à revolta de 26 de agosto de 1931 Norton de Matos fora obrigado a sair do país por imposição da Ditadura e, ainda que continuando a ser formalmente Grão-Mestre, a verdade é que por isso se verifica a quase total a ausência de Norton de Matos da direcção do GOLU, tendo os seus

⁶⁶⁹ JANEIRO, Helena Teresa Pinto, *Norton de Matos – o improvável republicano: um olhar sobre Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2014, pp. 348 e 349;

poderes sido delegados em Oliveira Simões. Em agosto de 1932, recorrendo mesmo ao apoio de Duarte Pacheco, Norton de Matos é autorizado a regressar ao país, retomando o malhete de Grão-Mestre, ao mesmo tempo que se afasta das lides políticas, com uma ARS moribunda.

Datada de 10 de Dezembro de 1931 é emitida a Circular nº 1 na qual se reconhecia que

“(…) o momento que atravessa a nossa Aug.: Ord.: é excepcionalmente grave. As forças do passado que se supunham vencidas, veem, (...) aproveitando a confusão dos espíritos, recrudescendo de audácia, de violência e de ferocidade contra o ideal que a nossa Aug.: Ord.: representa. Os princípios de Liberdade, as realizações da Democracia, o direito sagrado do Livre Exame e a critica livre, são combatidas com ferocidade”.⁶⁷⁰

São, no entanto, contraditórios os sinais vindos do Grande Oriente, com consequências na vida maçónica das várias Lojas. Uma circular do Conselho da Ordem, transcrita no jornal *A Voz* e com data de 24 de Outubro de 1931, afirma que:

“tendo sido removidas as dificuldades que entravavam o funcionamento do Gr.: Or.: (...) devem os ttrab.: mmaç.: retomar, por completo, força e vigôr, cabendo a cada Obr.: em geral, e às OOfic.:, em particular, imprimir-lhes a orientação e eficiencia que se coadunem com os fins da nossa Aug.: Ord.: (...). Em conformidade com as instruções dadas no último decreto do Cons.: da Ord.:, não devem as ppr.: conter quaisquer nomes proff.: (...)”.⁶⁷¹

Quase um ano depois, a Maçonaria tentava reagir com uma Circular, classificada de “Muito Confidencial e Urgente”, datada de 11 de Novembro de 1932, onde se pode ler que:

“(…) o Cons.: da Ord.: reconhecendo a imperiosa necessidade de manter no mundo profano uma permanente campanha em defesa dos princípios Maçónicos, estuda neste momento a possibilidade de superintender na direcção e administração dum jornal diário republicano, de entre os que já se publicam embora com informação deficitária (...)”.⁶⁷²

Enquadram-se nos objectivos do Conselho da Ordem o *Diário da Noite* e o *Diário Liberal*, alvo de negociações discretas que, entretanto, falharam pela pressão da censura que levou à suspensão dos periódicos e pela inviabilidade económica do projeto. A Circular nº 23 de 10 de dezembro de 1932 incentivava as Lojas a

⁶⁷⁰ *Legislação 1914 – 1932*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁶⁷¹ “Ideias (Das) e dos factos – a rápida maçonização de Portugal?” in *A Voz*, 12 de Novembro de 1931, Lisboa, 1931;

⁶⁷² *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

apoiarem o *Diário Liberal*, já depois do mesmo Conselho da Ordem também ter informado que teria sido posta de parte a hipótese de acordo com o *Diário da Noite*. O assunto será retomado no ano seguinte, em 1933, através da Circular nº 4 de 4 de fevereiro, para o Conselho da Ordem informar as Lojas que o *Diário Liberal* suspendia a sua publicação para remodelação do seu corpo redatorial. Já em 29 de outubro de 1932, pela Circular nº 21, se havia lembrado os Obreiros da importância da imprensa, ao ler-se que “um povo será o que for a sua imprensa. Liberal se esta lhe ensinar a amar a Liberdade, a ser tolerante e a praticar a Verdade, será pelo contrário reacionário se ela, numa aberração criminosa, não lhe indicar o caminho do Progresso e o não ajudar a quebrar as algemas das várias escravidões”.⁶⁷³ Esta procura por criar uma imprensa própria era intensa, ainda que a maioria das publicações fosse relativamente efémera. Refira-se a este propósito que, em 1930, já também haviam sido feito esforços para editar, no Porto, a revista *Pensamento, O Povo*, no Funchal e o *Humanidade*, igualmente no Porto, ligado ao Grupo de Estudos Filosóficos e Sociais Lux, mas com a colaboração de obreiros de várias Lojas, que no início dessa década consegue reunir colaborações de Jaime Cirne, Simões Raposo, Tomaz da Fonseca, Carlos Babo, Bernardino Machado, Augusto Casimiro, Gonçalo Moura, entre outros. O *Humanidade* era um jornal distribuído gratuitamente em mais de sessenta localidades de vários pontos do país, segundo informação à época do Conselho da Ordem.

Em 1932 e 1933 continuaram a criar-se novas Lojas apesar das evidentes debilidades do GOLU. Tentando contrariar as dificuldades sentidas e aproveitando a situação política espanhola, no início de 1932 foi criada em Espanha a Loja República Portuguesa. Situava-se em Madrid, era dirigida por Filipe Mendes e reunia muitos maçons portugueses ali refugiados, sabendo-se que por lá passaram nas suas reuniões Jaime Cortesão, Jaime de Morais ou Moura Pinto.

O processo para a criação desta Loja teve início em 29 de dezembro de 1931 com o pedido feito ao Conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano Unido, dando conta de que havia doze Irmãos residentes em Madrid que haviam reunido para refletir sobre a melhor forma de trabalharem, mesmo que longe das suas Lojas de origem. Desses doze, oito assinavam esse pedido: Joaquim de Oliveira Guerreiro e Joaquim Velez Caroço, oriundos da Loja Liberdade e Justiça, Felipe Mendes e Fausto de Sousa Luz, provenientes da Loja Liberdade, Joaquim Pratas, da Loja Simpatia e

⁶⁷³ *Fundo Maçonaria Portuguesa (1883-1935)*, reservados, caixa 2, Biblioteca Nacional;

União, Roberto das Neves, destacado militante anarquista e oriundo da Loja Rebeldia, Silo Cal Brandão, que vinha da Loja Comuna, e Alfredo da Costa Pereira, da Loja Condorcet ao Vale de Madrid, que cedia o seu Templo para as reuniões. Um outro documento, datado de 23 de novembro de 1932, dá conta da criação da Loja, formalmente integrada na Grande Loja Regional do Centro de Espanha, a qual fazia parte do Grande Oriente Espanhol, subentendendo-se a dupla filiação já que os signatários se consideram maçons regulares do GOLU e referem explicitamente não perderem a qualidade de obreiros dos quadros portugueses e que estão autorizados a trabalharem “em fala e em língua portuguesa”, mesmo na correspondência com a Maçonaria espanhola, graças à amabilidade desta. Acrescentam nesse documento que todos os Irmãos espanhóis têm porfiado gentilezas e solidariedade moral e material para com os portugueses, e que na cerimónia de Levantamento de Colunas estiveram delegações de todas as Lojas de Madrid e um grande número de outras partes de Espanha. Isto é confirmado por uma carta da Loja ao Supremo Conselho em Portugal, onde se lê que:

“embora sob o Grande Oriente Espanhol a nossa Loj.: considerar-se-ha sempre portugueza em tudo e para tudo e ao serviço, e obediência aos ensinamentos da Maçonaria Portuguesa. Procuraremos pois seguir sempre fiel e lealmente a orientação que nos fôr superiormente indicada por esse Sup.: Cons.:, aguardando ao mesmo tempo que os nossos sinceros esforços aqui sejam utilizados convenientemente em proveito da Nossa Augusta Ordem em geral e de qualquer outra missão especial que entendam confiar-nos”.⁶⁷⁴

Alguma correspondência confirma igualmente os apoios de Lojas da Galiza e da Estremadura espanhola aos maçons portugueses, quer recebendo-os em Loja, quer apoiando-os economicamente ou em matéria de alojamento.

Tanto quanto a sua atividade maçónica, foi significativo o seu objetivo de combater a Ditadura e o Estado Novo a partir do exterior. Existiu até 1936 e soçobrou em face da Guerra Civil que assolou o país vizinho entre 1936 e 1939, tendo representado uma esperança para os maçons portugueses em verem invertido o rumo político em Portugal. É o único caso hoje comprovadamente conhecido de uma Loja portuguesa criada no estrangeiro após 1926 e antes da ilegalização da Maçonaria. Não foi estranha a esta colaboração o facto de Ramon Nonato de La Féria ter sido um elemento de ligação entre as maçonarias portuguesa e espanhola e de conhecer excepcionalmente bem o funcionamento interno da Maçonaria.

⁶⁷⁴ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Em Paris, há referências, ainda que pouco consistentes, a uma Loja denominada de Portugal e criada com exilados republicanos portugueses. De entre eles, pertenceria a esta possível Loja, Alfredo de Sá Cardoso, que pertenceu à Loja Portugal, de Lisboa, passando para a Loja Acácia, também de Lisboa, em 1911, e Liberdade, igualmente de Lisboa, em 1930. Não temos a certeza desta Loja ter existido formal e regularmente ou se tudo não passou de uma intenção, não tendo sido possível encontrar qualquer documentação ou registo no arquivo do Grande Oriente Lusitano ou no Grande Oriente de França.

São, no entanto, várias as críticas oriundas das Lojas face ao posicionamento da Obediência sobre vários assuntos. Numa prancha da Loja Acácia, dirigida ao Conselho da Ordem, pode ler-se que:

“(…) a unidade maç.: carece (...) para se tornar uma realidade, de que a nossa instituição tenha uma finalidade concreta em volta da qual se agrupem os seus filiados (...). Por carência absoluta de uma orientação superior, inteligente e forte, vivemos há longos anos um esgotamento aniquilador que causa desalentos e acarreta perda de confiança uns nos outros. Os estéreis debates em que temos perdido alguns dos nossos melhores valores (...) devem servir-nos de lição para se considerar que há necessidade de empregar melhores processos (...).”⁶⁷⁵

Esta mesma Loja chega mesmo a questionar os “altos poderes” da Maçonaria sobre qual a orientação social e política destes e se concordam que a Maçonaria chame a si a responsabilidade de direção de toda a política nacional no combate à reação. Contudo, e contraditoriamente, no ano seguinte, esta mesma Loja numa carta ao Conselho da Ordem, refere que

“(…) o pesado silêncio em que o Cons.: da Ord.: , por vezes, se envolve, nem sempre tem sido interpretado como prova da sua actuação constante em tudo quanto interessa à instalação de uma Paz duradoura no seio da sociedade portuguesa”.⁶⁷⁶

É certo que desde os assaltos de 1929 nunca mais o Grande Oriente se afirmou plenamente. Em paralelo com o GOLU a conhecer altos e baixos na sua atividade, a Federação Portuguesa da Ordem Maçónica Mista Internacional O Direito Humano, também não cessou de imediato as suas atividades, ainda que seja verdade que encontrou grandes dificuldades em sobreviver após a instauração da Ditadura saída

⁶⁷⁵ *Processo da Loja Acácia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano, prancha ao CO de 21 de abril de 1933;

⁶⁷⁶ *Processo da Loja Acácia, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano, prancha ao CO de 14 de fevereiro de 1934;

da Revolução do 28 de Maio.⁶⁷⁷ Ainda que formalmente existindo até 1935, na prática as suas Lojas e Triângulos praticamente deixaram de trabalhar. No geral, muitas Lojas existiram que pura e simplesmente acataram as determinações do regime, muitos foram os maçons que desertaram ou se passaram para o lado do regime, mas também existiram, e muitos, que continuaram a desenvolver o seu trabalho maçónico. De qualquer das formas, segundo António Ventura, de mais de uma centena de Lojas que havia em 1926 passou-se para oitenta e três em atividade em 1935.⁶⁷⁸ Lojas que subsistirão, que encerrarão as suas atividades, que vão optar pela triangulação, ou simplesmente das quais deixarão de existir notícias, reduzindo-se a ser vinte e três em 1941 e treze em 1945, quando do final da II Guerra Mundial.

Em julho 1932, querendo dar um sinal político, o Conselho da Ordem, pela sua Circular nº 15, emitida a 16 de julho de 1932, comunicava pretender comemorar mais um aniversário da entrada das tropas liberais em Lisboa com uma manifestação junto ao monumento do Duque da Terceira, iniciativa para a qual

⁶⁷⁷ Tal como aconteceu com o GOLU, o golpe de maio de 1926 não afetou de imediato a Federação Portuguesa da Ordem Maçónica Mista Internacional O Direito Humano. Nos arquivos do GOL conserva-se uma interessante ata de Levantamento de Colunas do Triângulo Solidariedade, no qual esteve presente Adelaide Cabete, como representante da Loja Humanidade e Delegada do Supremo Conselho Universal Misto. Há ainda outra documentação dispersa que dá conta da continuidade das atividades, sendo de referir a existência das Lojas Fiat Lux e Humanidade, em Lisboa, Trindade Leitão, em Alcobaça, dos Triângulos Solidariedade, em Beja, e Amaia, a Oriente de Portalegre, e ainda do Capítulo Humanidade e do Areópago Teixeira Simões;

⁶⁷⁸ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, pp. 747 a 749. São referidas as Lojas Revoltar de Almada, Revolução de Arganil, Esperança no Porvir e Liberdade e União, ambas do Barreiro, 31 de Janeiro localizada em Castro d'Aire, Construir, Portugal, Redenção e A Revolta, todas de Coimbra, Serra da Estrela da Covilhã, Silêncio e Combate localizada em Estarreja, António José de Almeida em Fafe, Acácia, Altivez, Cândido dos Reis, Cavaleiros da Luz e da Verdade, Cavaleiros da Paz e Concórdia, Civismo, Elias Garcia, Fraternidade Colonial, O Futuro, José Estevão, Lealdade, Liberdade, Liberdade e Justiça, Madrugada, Magalhães Lima, Marquês de Pombal, Montanha nº 214, Montanha nº 435, Obreiros do Trabalho, Ordem e Progresso, Paz, 1º de Maio, Razão e Justiça, Realizar, Rebeldia, Renascença, República, Retidão, Seara de Luz, Serrania, Simpatia e União e Solidariedade, todas de Lisboa, Luz e Vigor de Mafra, João Lopes de Moraes em Mortágua, Estrela do Sul em Olhão, 27 de Agosto em Oliveira de Azeméis, Beira Mar em Ovar, Humanidade em Portalegre, Invicta, Liberdade e Progresso, Luz e Vida, Ordem e Trabalho, Progredior, União e Vitória, todas no Porto, Bocage em Setúbal, Regeneração 20 de Abril em Torres Novas, Progresso em Torres Vedras, Fraternidade em Viana do Castelo, Cruzeiro do Norte em Vila Real e Alberto Sampaio em Viseu. Nos Açores, em 1935 trabalhavam as Lojas 8 de Abril em Angra do Heroísmo, Amor da Pátria na Horta, Companheiros da Paz e Silêncio e Ação, ambas em Ponta Delgada, Ação Renovadora na Ribeira Grande e Antero de Quental em Vila Franca do Campo. Na Madeira, no Funchal, trabalhavam as Lojas 5 de Outubro e Renovação. Em Benguela trabalhava a Loja Lusitânia, no Bié a Pátria Nova e a Fraternidade Universal, a Tavares de Carvalho, de Nova Lisboa, Huambo, a Independência Nacional e a Pátria Integral em Luanda, Lusíadas no Lubango, Paulo Dias Novais em Malange, Pátria Livre em Moçâmedes, Ofir na Beira, Cruzeiro do Sul em Lourenço Marques, Oriental na cidade de Quelimane e por fim República Portuguesa que se localizou em Madrid. A estas Lojas há ainda que juntar diversos Triângulos quer no continente, quer fora, como por exemplo nos Açores, Angola, Timor ou S. Tomé e Príncipe. Nota: à lista publicada juntaram-se as Lojas Amor da Pátria, Atlântida e República Portuguesa, com atividade confirmada nesta data;

constitui uma Comissão cujos nomes foram divulgados publicamente.⁶⁷⁹ Em resposta, o Ministro do Interior então em funções não achou oportuna a manifestação. A grande iniciativa do Grémio Lusitano estava, no entanto, reservada para maio de 1934.

Diferente sorte teve a inauguração da estátua do Marquês de Pombal, em Lisboa. A Circular nº 2 do Conselho da Ordem, com data de 4 de maio de 1934, convocava todos os maçons a estarem presentes na inauguração do monumento evocativo do Marquês de Pombal,⁶⁸⁰ a 13 desse mês, de facto a última grande manifestação pública da Maçonaria antes da sua ilegalização.

A evocação da figura do Marquês de Pombal era um desejo que já vinha do século XIX, quando em 1881 foi lançada uma subscrição pública para a construção do monumento. Razões de ordem diversa fizeram adiar a concretização da ideia, que só começa a ganhar forma em 1915, quando foi lançado o concurso para a construção do monumento. Constituiu-se, a partir dessa altura num objetivo abraçado pela Loja Liberdade, de Lisboa, num projeto que demorou alguns anos, onde o concurso foi ganho por uma equipa constituída por Adães Bermudes, António do Couto e Francisco dos Santos, este falecido em 1930, antes da inauguração. A decisão sobre o projeto vencedor foi da responsabilidade de Luís Monteiro, diretor da Escola de Belas Artes de Lisboa, com a primeira pedra a ser lançada em 1917 e contando com a presença de Bernardino Machado e do então presidente da Câmara Municipal de Lisboa João Carlos Alberto da Costa Gomes.⁶⁸¹ O projeto é de novo interrompido, decorrendo uma segunda cerimónia do lançamento da primeira pedra em 13 de maio de 1926,⁶⁸² de novo com a presença de Bernardino Machado, do presidente da Câmara Municipal de Lisboa e de Sebastião de Magalhães Lima e Luís Filipe da Mata, respetivamente presidente e

⁶⁷⁹ Esta Comissão era constituída pelos generais Norton de Matos e Ferreira Bastos, pelos coronéis Oliveira Simões e Henrique Pires Monteiro, pelo almirante Pereira Nunes, e ainda por Maurício Costa, José Ferreira Diniz, Hernani Cidade, Rocha Martins e António Augusto Curson;

⁶⁸⁰ A Comissão Executiva da construção do monumento publicou uma folha de distribuição gratuita, muito parecida com a editada pela Loja Liberdade onde numa das faces constam diversas referências ao Marquês de Pombal e no verso a descrição do monumento, num texto assinado por Adães Bermudes. Por ela ficamos a saber detalhadamente o significado dos vários grupos escultóricos, não sendo contudo, feitas quaisquer alusões à simbologia maçónica ali presente;

⁶⁸¹ Foi iniciado na Maçonaria na Loja Evolução, de Lisboa, em 1889, usando o nome simbólico de Lavoisier, vindo posteriormente a pertencer à Loja União Independente, que em 1899 se viria a fundir com a Loja Simpatia, dando origem à Loja Simpatia e União. Em 1911 foi um dos fundadores da Loja Livre Exame, de Lisboa. Foi membro do Conselho da Ordem e do Supremo Conselho, onde desempenhou as funções de Soberano Grande Comendador em 1926-1927. Em 1914 acompanhou a cisão no GOLU, que daria origem ao Grémio Luso-Escocês;

⁶⁸² Alguns documentos da época sugerem que debaixo desta primeira pedra teria sido colocado um cofre com algumas moedas, decorrentes da subscrição pública de 1881/82, como de resto era tradição maçónica;

vice-presidente da Comissão Executiva da construção do monumento.⁶⁸³ Deixaram a sua marca, além dos nomes atrás referidos no projeto vencedor: Adães Bermudes, António do Couto e Francisco dos Santos, também Simões de Almeida sobrinho, autor dos baixos relevos, e Leopoldo de Almeida, continuador da obra após a morte de Francisco dos Santos. A obra conta também na estatuária com a colaboração Porfírio Pardal Monteiro, de quem, juntamente com Leopoldo de Almeida, ainda existem hoje peças avulsas na Escola Oficina nº 1 e ainda de Eduardo Ribeiro Leitão.⁶⁸⁴

Significativamente inaugurado a 13 de maio de 1934, aniversário do nascimento de Sebastião José de Carvalho e Melo, mas que muitos associam como contraponto do 13 de maio em Fátima, a inauguração do monumento, que pode ser vista como uma afirmação da Maçonaria, não contou com a presença de Salazar ou de Carmona, mas contou com Duarte Pacheco,⁶⁸⁵ uma das figuras do desenvolvimentismo do regime, que dirigiu a cerimónia, facto que talvez tenha contribuído para uma certa retração do regime face a evento tão marcante sob o ponto de vista público e maçónico. Note-se que a interpretação do acontecimento não pode ser vista de forma linear. Se por um lado para a Maçonaria o nome de Pombal personificou a

⁶⁸³ Em vários documentos da Loja Liberdade somos informados de ter sido esta Loja também a promotora da transladação para a Igreja da Memória, em Lisboa, das ossadas do Marquês de Pombal. Num desses documentos, com data de 23 de maio de 1923 e assinado por José Bernardo Ferreira, Carlos Simões Torres e Artur Gonçalves Nunes Lisboa, detalham-se intenções e pormenores da cerimónia, que noutra documento nos indica que o corpo sairá da capela das Mercês, no Palácio Pombal (atual Rua de O Século, seria colocado no átrio do edifício da Câmara Municipal, de onde seguiria em cortejo até à Junqueira e daí para a Igreja da Memória. A paragem na Junqueira justificava-se por razões logísticas, onde ficariam os automóveis, exceção para a Presidência da República e Corpo Diplomático. Significa isto também que a Igreja da Memória ganha um papel de local de culto ao Marquês de Pombal, referido de resto na Circular nº 19 do Conselho da Ordem, de 29 de abril de 1930, onde as Lojas são convidadas a participarem numa cerimónia de homenagem, que se repetirá em 10 de maio de 1933 e na qual estarão presentes, entre outros, Adães Bermudês, Simões Raposo, ou Oliveira Simões. Refira-se que o Decreto nº 21, de 22 de maio de 1923, faz o louvor da Comissão que procedeu à transladação, tenho Borges Grainha elaborado uma breve súmula do percurso e atribuições das ossadas entre a morte de Pombal e aquele momento. Registe-se também que participam nesta iniciativa não apenas o Grémio Lusitano, mas igualmente o Grémio Luso-Escocês, para além de uma longa lista de entidades públicas e privadas. O jornal *O Século*, na sua edição de 14 de maio, fará uma longa reportagem da cerimónia. Também iniciativa da Loja Liberdade é uma folha volante com o título *Marquês de Pombal*, com data de 13 de maio de 1926, data do lançamento da primeira pedra do monumento a erguer em Lisboa, onde a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo é apresentada ao público na sua vertente pessoal e histórica. Pela forma do conteúdo e porque assinado pelo Grémio Liberdade admite-se que esta folha volante fosse destinada ao público em geral;

⁶⁸⁴ De Leopoldo de Almeida existem algumas cabeças em gesso e de Pardal Monteiro existe um pequeno bebedouro embutido numa parede e um outro de maiores dimensões, assinado Oficinas Pardal Monteiro;

⁶⁸⁵ *Documentos vários*, Arquivo de João Alves Dias. De Duarte Pacheco algumas dúvidas se levantaram já que no Arquivo do Grande Oriente Lusitano não existem documentos que o comprovem. Sabe-se que o seu irmão, José Maria Pacheco, era maçom e documentos de investigação recente confirmam a possibilidade de que o próprio Duarte Pacheco o seria também. Neste caso, estaria ali na qualidade de representante do governo, sendo muito curioso um dos dois documentos consultados que relata ter sido ele que, durante a cerimónia de inauguração, depositou na base do monumento um ramo de acácia;

luta contra o ultramontanismo e a ascensão da burguesia em detrimento da velha nobreza, relativizando a sua visão do absolutismo real, é também verdade que alguns setores conservadores e do regime ignoraram a faceta iluminista do Marquês, com o Estado Novo a suavizar a sua figura, oscilando entre as suas posturas iluminista e autoritária. Ainda assim, em 1926, o integralismo não deixou de atacar a ideia de um monumento, logo no momento da sua génese, designando-a de iniciativa de “irmandades maçónicas”, ainda que Fernando de Sousa, em *A Voz*, se tenha tornado, com o tempo, mais suave nas críticas que faz ao mesmo. Na realidade desde a oposição violenta n’*A Época*, em 1926, até *A Voz*, em 1934, é sintomática a diminuição do volume da crítica à figura do Marquês.

Na edição do dia seguinte à inauguração, o *Diário de Notícias*, escrevia que Lisboa assistiu ontem sob um dia de sol quente e esplendoroso à solene inauguração do monumento ao marquês de Pombal e foi uma verdadeira romagem de curiosos lá para cima para a Rotunda”, acrescentando que “á cerimónia, simples mas significativa, presidiu o sr. Ministro das Obras Públicas” e que uma “imensa multidão ovacionou a Pátria e a República”.⁶⁸⁶ No final da cerimónia usou da palavra o general Vieira da Rocha, da Loja Acácia. Registe-se a notícia da inauguração no *Diário da Manhã*, alinhado com o salazarismo e registe-se igualmente a presença de Norton de Matos, assim como de outros nomes da Maçonaria como António Maria da Silva, Roman Navarro, Correia Barreto, Sá Cardoso, Ramiro Reis e Sousa, Maurício Costa, Mário Costa, Custódio José Vieira, José Pedro Moreira, Simões Raposo, Adães Bermudes ou Manuel Maria Coelho, para além da Comissão Organizadora constituída maioritariamente por maçons como Albino Vieira da Rocha, João Estevão Águas, Oliveira Simões, José Bernardo Ferreira, Veiga e Sousa, Alexandre Ferreira, Germano Lopes Martins e Daniel José Rodrigues. Estiveram também presentes delegações da Escola Oficina nº 1, da Cantina Escolar de S. Miguel, do Centro Escolar Democrático de Campo de Ourique, dos Centros Republicanos de Alcântara, Almirante Reis e Tomás Cabreira, e ainda do Internato de S. João.⁶⁸⁷ Ainda assim a Polícia interveio para dispersar a multidão. Alexandre Babo refere que o governo da Ditadura via com muito maus olhos a iniciativa, não apenas por lembrar a ação do marquês, mas pelo facto dos proponentes da iniciativa serem maçons, lembrando que “a certa altura apareceu a Polícia a dispersar a aglomeração dos que estavam dispostos a transformar aquilo numa luta

⁶⁸⁶ “Monumento (O) ao Marquês de Pombal” in *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1934, Lisboa, 1934;

⁶⁸⁷ À data denominado de Asilo de S. João. Alguns dos Centros Republicanos existentes no país, incluindo os aqui mencionados, eram também denominados de Centros Escolares ou Grémios Escolares Republicanos, abrindo assim dúvidas nas autoridades quanto às suas ligações à Maçonaria;

pela Liberdade”, o que para ele foi, segundo as suas palavras, “uma experiência nova”.⁶⁸⁸

Não era uma iniciativa inócua, já que o monumento é pleno de alusões à Maçonaria: triângulos, acácias ou romãs, entre outros elementos decorativos e insere-se numa tradição maçónica de pendor patriótico, que vem do século XIX com o monumento a Camões ou com a transladação, em 1903, dos restos mortais de Almeida Garrett para o Mosteiro dos Jerónimos.⁶⁸⁹ São de referir os ataques à Maçonaria, à figura do Marquês de Pombal, “aos nossos liberalões” e à iniciativa em si, que se podem ler nas páginas de *A Voz*:

“foi há uns anos que a Maçonaria inventou as festas do monumento, não como preito nacional a um ilustre homem de Estado, mas como grito perene da guerra sectária aos jesuítas (...). No concurso de projectos do monumento, preponderou, não o critério artístico, mas o pensamento rancoroso e sectário que o suscitava (...). E saíu o mostrengo que vai ser inaugurado sem entusiasmo e cuja demolição foi reclamada por vozes indignadas. Lá se empoleirou o Marquês em altíssimo plinto, coberto de inscrições em que predomina o exagero e contra várias das quais protesta a verdade histórica. (...) Por defeituosa implantação do monumento foi preciso proceder ao rebaixamento da praça (...). Ostentam-se, nas grades que o circundam, emblemas maçónicos em profusão (...). Lá ficará a mulher despuorida que sacode as pulgas da camisa, o boi hidrópico puxado por uma soga frouxa, a avantajada Minerva (...) e todo o pot-pouri de desconchavos que cercam o monumento, todo muito branco, lembrando os sepulcros alvejantes cheios de podridão”.⁶⁹⁰

⁶⁸⁸ BABO, Alexandre, *Recordações de um caminheiro*, Fundão, Ed. Jornal do Fundão, 1984, p. 37;

⁶⁸⁹ *Processo da Loja Montanha, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. No processo da Loja Montanha existe um documento desta Loja, que assume ter tido esta iniciativa através da Sociedade Literária Almeida Garrett, fundada em Lisboa a 30 de janeiro de 1902. Nele se refere que a Maçonaria esteve oficialmente representada neste ato por uma centena de Irmãos;

⁶⁹⁰ *Pombal e o Monumento in A Voz*, de 15 de maio de 1934, Lisboa, 1934. A expressão “liberalões” é usada numa outra edição d’*A Voz*, em 13 de maio de 1933;

5 - Combater as ideologias diferentes da nossa - o fatídico ano de 1935

Em junho de 1930, o Irmão António Gonçalves⁶⁹¹, da Loja Progredior, do Porto, dizia numa das sessões desta Loja e a propósito da caminhada do regime em direção ao Estado Novo:

“ponham os olhos em Itália e vejam o reflexo pavoroso que de lá vem. Se essa organização se realiza, perderemos de imediato o direito de nos reunir, seremos perseguidos sem compaixão e então verificarão que os meus receios têm razão de existir”.⁶⁹²

Esta intervenção, em jeito de alerta adivinhava os tempos que se aproximavam e onde a pluralidade de opiniões não teria lugar. Anos mais tarde, Mário de Figueiredo na Assembleia Nacional, a propósito da proibição da Maçonaria, diria que “há que combater as ideologias diferentes da nossa”.

Há também que acrescentar que desde 1932 vinha sendo produzida legislação cada vez mais restritiva das liberdades individuais. Mais ou menos discretamente, funcionários públicos, militares e todos os que revelassem “oposição aos princípios fundamentais” da ordem vigente, ou não dessem “garantias de cooperar” com o Estado, podiam ser aposentados ou reformados, se a isso tivessem direito, ou simplesmente demitidos. Mais, poderiam ser impedidos de serem contratados para quaisquer cargos públicos, ou nem sequer serem admitidos a concurso. Sentindo diretamente estas medidas restritivas, muitos maçons viram-se privados dos seus empregos por demissão, aposentação ou transferência compulsiva.

Em janeiro de 1935 a Loja Realizar, de Lisboa, elaborava uma proposta para a concessão de poderes extraordinários ao Grão-Mestre para que, escolhendo sete de entre os Veneráveis das Lojas de Lisboa, se constituísse um Comité Secreto que substituiria o Conselho da Ordem em funções, tendo por conselheiros as Câmaras Chefes de Rito, o Grande Tribunal Maçónico e três representantes da Grande Dieta. Sublinhando que não se tratava de uma associação secreta, este Comité dito secreto, deveria efetivar um espírito de união entre os maçons, suspender ou irradiar maçons que tivessem pactuado com a situação política vigente, adotar medidas financeiras para que as Lojas pudessem satisfazer os seus encargos e, principalmente adotar “princípios orientadores a exercer no mundo profano a fim de que todos os Obr.: obedçam a um pensamento orientador, homogéneo e

⁶⁹¹ Assina na documentação com o nome simbólico de Lénine;

⁶⁹² *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor;

constante”, tendo ainda em vista a “elaboração de um plano de sugestões governativas de carácter educativo, político, social e económico a apresentar ao governo que sair da Revolução triunfante”.⁶⁹³ Isto significa que o ambiente conspirativo dentro da Maçonaria com vista à queda do regime era um facto, e é possível que a aproximação a algumas movimentações conspiratórias ocorridas nesse ano tenha aberto a porta ao regime para a sua decisão de ilegalizar a Maçonaria.

Salazar, em nota oficiosa da Presidência do Conselho, com data de 16 de julho de 1934, tinha escrito que “o nosso liberalismo soava a falso – foi sempre intolerante e jacobino”. E quem conseguisse ler nas entrelinhas podia facilmente prever o futuro, referindo que esse liberalismo continuaria a sê-lo no futuro, agravando-se porque “deixaria de ser apenas anticatólico para ser anticristão, irreligioso, furiosamente ateu; deixaria de ser estranho às coisas do espírito para ser teórica e praticamente amoral”.⁶⁹⁴ Salazar, em discurso pronunciado em 30 de julho de 1930, já afirmava que era “imprudente considerar inofensiva, esta singular actividade da Maçonaria Portuguesa (...). O segredo e a obediência e, ainda, a organização hierárquica dos seus graus facilitam por vezes à Maçonaria avultado poder político (...)”.⁶⁹⁵ Por outro lado, internamente, mesmo face a um clima de crescente hostilidade para com a Maçonaria há reivindicações incompreensíveis. Exemplo disso é um documento datado de 14 fevereiro de 1935, nas vésperas da ilegalização da Maçonaria, onde a Loja Retidão, de Lisboa, reivindicava a convocação urgente da Grande Dieta, a constituição de uma comissão jurídica que se avançasse para os Tribunais contra o “sequestro pela polícia” do Palácio Maçónico e demonstrando que a Maçonaria não era uma associação secreta. Ou seja, reivindicar em tribunal contra uma ditadura.

Não se pense, no entanto, que a proibição da Maçonaria em Portugal tenha nascido do nada, mas sim e antes de mais, inspirada no regime fascista de Mussolini. Se é verdade que em 1921, no âmbito da III Internacional a questão da dupla pertença, simultaneamente à Maçonaria e ao Partido Comunista fora levantada por Trotsky, a verdade é que à direita a discussão é similar. Na realidade, em 15 de março de 1923, o Grande Conselho Nacional Fascista, em Itália, debate a eventual dupla

⁶⁹³ *Processo da Loja Realizar, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁶⁹⁴ HENRIQUES, Mendo Castro e MELLO, Gonçalo de Sampaio, *Pensamento e Doutrina Política – textos antológicos – António de Oliveira Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 2010, p. 167;

⁶⁹⁵ SANTOS, Manuel Pinto dos, “O estigma social da Maçonaria em Portugal – a propósito de um projeto de lei” in *Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, pp. 222 e 223;

filiação na Maçonaria e no Partido Nacional Fascista,⁶⁹⁶ uma questão levantada em fevereiro pelo próprio Mussolini. A partir de fevereiro de 1924 são publicados textos onde se defende a incompatibilidade entre Fascismo e Maçonaria e, ao mesmo tempo que começam a ocorrer ataques aos Templos maçónicos, começa a ser difundida a ideia de que nenhum maçom tinha capacidade e isenção para exercer qualquer cargo na administração pública.⁶⁹⁷ Para o fascismo italiano não havia dúvida que só poderia haver uma única autoridade, numa obediência absoluta e única ao *Duce* e ao partido. Os objetivos imediatos podiam ser resumidos ao interesse pelos arquivos maçónicos e à restrição a todas as formas de liberdade de pensamento, tendo então o governo italiano criado uma comissão, conhecida como a “Comissão dos Quinze”, com vista a pronunciar-se sobre a organização, os valores e as atividades da Maçonaria. É impressionante a semelhança entre as conclusões dessa comissão e os argumentos usados poucos anos depois, acriticamente e de forma politicamente perversa, pela imprensa católica em Portugal. É também impressionante o imobilismo da Maçonaria portuguesa face ao que se passando em Itália seria previsível que acontecesse igualmente em Portugal.

Em Itália a Comissão dos Quinze concluía que a aceitação da Maçonaria enquanto organização, implicava a aceitação de ideais derivados da Revolução Francesa, que pela diferença temporal deveriam ser considerados anacrónicos. Claro está que o Estado fascista pressupunha que o seu modelo representava uma fase de evolução que tornava outros momentos históricos do passado como anacrónicos. Não é um argumento que seja muito utilizado em Portugal, mas encontramos por vezes referências aos ideais da Revolução Francesa, usados como contraponto do ideário do Estado Novo. A propósito da Declaração Universal dos Direitos do Homem, atente-se num artigo inserto no Decálogo do Legionário, onde se escreve que os Direitos do Homem

“(...) enunciados enfaticamente pelos empresários da Revolução Francesa, eram uma burla indigna, uma pura e engenhosa mistificação. A prova é que os regimes políticos saídos do cataclismo de há cento e cinquenta anos nunca os protegeram e garantiram. Embriagados pelas teorias de Rousseau, os cidadãos dos Estados do século XIX supunham que tudo se lhes devia e nada deviam à comunidade (...)”.⁶⁹⁸

⁶⁹⁶ Inicialmente designado de Partido Revolucionário Fascista, alterando a sua designação em 1921;

⁶⁹⁷ Ideia expressa por Miguel Martín-Albo in MARTÍN-ALBO, Miguel, *A Maçonaria Universal*, Lisboa, Bertrand Editora, 2005, p. 468;

⁶⁹⁸ “Decálogo do Legionário” in *Documentação Político Social*, Lisboa, Ed. Gabinete de Ação Cultural da Junta Central da LP, s. dt.;

Mas as conclusões mais significativas da Comissão dos Quinze e que mais são sublinhadas em Portugal, são de que um dos objetivos da Maçonaria é a luta contra a Igreja. A este argumento a referida Comissão juntava o do secretismo, considerado de prejudicial aos costumes italianos. Mais ainda, que por detrás da sua estrutura se escondia uma organização criminosa, recorrendo ao segredo e à fraternidade maçónica. São argumentos usados pela imprensa em Portugal para a criação de um ambiente hostil à Maçonaria e à I República, e tão eficazes foram que a imagem da Maçonaria passou de entidade vanguardista e respeitada no nosso liberalismo e na I República a uma organização sombria, imagem que ainda toca os dias de hoje.

Mussolini avançou para uma lei que proibia a Maçonaria com o argumento de ser prejudicial à liberdade dos cidadãos e que incluía a destituição e prisão de todos os funcionários públicos que fossem maçons. O Palácio Giustiniani, em Roma, sede do Grande Oriente de Itália foi expropriado em benefício da Igreja e quanto à Grande Loja de Itália, que inicialmente aceitou algumas limitações à sua atividade viu-se também perseguida. De toda a documentação consultada as referências à situação italiana e a possibilidade da mesma ser replicada em Portugal são praticamente inexistentes à exceção do já referido documento da Loja Progreior, do Porto e de um relato de Cândido Carvalho, sobre a entrada de uma força policial no Palácio, com data de 1930, que refere de forma muito ligeira a hipótese de fazer uma hipoteca fictícia do Palácio, no que envolvia o cônsul da Venezuela para “salvar o Pal.: de ser incluído no Património do Estado como sucedeu à Maç.: italiana”.⁶⁹⁹

Da situação italiana dá conta o *Diário da Manhã*, que referindo-se à Maçonaria, nos diz que “Mussolini esmagou-a, com tino e energia, e o papão da Maçonaria deixou de assustar os italianos. O fascismo traduz-se nas belas realizações e no equipamento nacional para a vida moderna que os nossos olhos testemunham (...)”. José Cabral, em abril de 1935, em discurso na Assembleia Nacional, refere saber de Estados que não toleram a Maçonaria, Estados com características idênticas ao Estado Novo, dando como exemplo a Itália que considerou a Maçonaria incompatível com a sua própria existência. Refere também o autor do artigo do *Diário da Manhã* as perseguições sofridas pela Maçonaria alemã e a devassa dos seus arquivos, para concluir que “reducto da revolução, não há regime nacionalista

⁶⁹⁹ Esta informação é prestada por Cândido Carvalho, que foi Grande Secretário Geral do GOLU;

que vingue ou prospere sem o seu aniquilamento”.⁷⁰⁰ A propósito da Maçonaria alemã, refira-se a Circular nº 2 do Supremo Conselho, que em 1935 informa as Lojas do GOLU da dissolução do Supremo Conselho do Grau 33 para a Alemanha “perante as violências do regime hitleriano”, enquanto que um documento datado de março de 1935, com origem na AMI, dá conta de que desde 1932 as Lojas alemãs, filiadas na Grande Loja Simbólica Alemã, viviam graves dificuldades em matéria de liberdades. De facto, a Maçonaria era acusada de ser uma organização burguesa com ligações ao judaísmo, além de causadora da I Guerra Mundial. Hitler aceitou que as Lojas ditas cristãs, da Prússia, prosseguissem os seus trabalhos até 1935, enquanto que todas as outras foram obrigadas a cessar as suas atividades em 1933.⁷⁰¹ Com a mesma data de 7 de março de 1935, a AMI comunica ao GOLU que a Grande Loja Austríaca não foi vítima do seu governo ou de um partido político, mas antes da opinião pública em geral, excitada pelas notícias publicadas na imprensa, o que também nos dá que pensar quando pensamos no caso português e no papel desempenhado pela imprensa antimaçónica. De qualquer das formas, já desde fevereiro de 1934 que se verificavam limitações à liberdade de reunião impostas pelo governo austríaco, que inclusivamente colocava agentes policiais a assistirem às reuniões. Vive-se assim um contexto de limitações e repressão em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha e Áustria, que se estenderá à França e à Bélgica quando eclode a II Guerra Mundial. Por isso, a AMI aconselha às Obediências um cuidado redobrado no recrutamento de novos Obreiros, encerrar os Templos a todos os elementos duvidosos ou a grupos que combatam a Maçonaria, e ainda que as Lojas não admitam nos seus trabalhos visitantes estrangeiros, que não sejam comprovadamente Obreiros regulares de uma Obediência amiga e, por fim, que as Lojas instruem os seus Obreiros a estudarem os problemas da Paz.

Por cá, a estrutura e o conteúdo da Lei aprovada em 1935 na Assembleia Nacional portuguesa serão muito semelhantes à lei italiana. A partir de fevereiro a imprensa portuguesa noticia as discussões ocorridas no parlamento espanhol a propósito do apoio do governo espanhol aos emigrados políticos portugueses, destacando a sua condição de maçons. Em março, Mário de Figueiredo coloca o assunto na Assembleia Nacional juntando numa amálgama de afirmações o secretismo maçónico, o comunismo e um eventual expansionismo castelhano. Aproveita-se da imagem negativa que, desde 1931, o Estado Novo havia passado do comunismo,

⁷⁰⁰ “Grande (O) susto da maçonaria alemã” in *Diário da Manhã*, de 10 de novembro de 1932, Lisboa, 1932;

⁷⁰¹ MARQUES, A. H. de Oliveira, “História da Maçonaria em Portugal” in *Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 13;

para gerar receios sobre a Maçonaria e para virar para ela a atenção do regime. Aproximava-se a passos largos a Lei nº 1901, nascida do Projeto Lei nº 2, iniciativa do deputado José Cabral, entregue na mesa da Assembleia Nacional na sessão nº 4 a 19 de Janeiro de 1935.⁷⁰²

Nesse projeto proibia-se a existência de associações secretas, determinando que todos os seus bens fossem arrolados e vendidos em hasta pública, revertendo o produto da venda para a assistência pública, ao mesmo tempo que também proibia qualquer cidadão de fazer parte dessas associações, sob pena de prisão, deportação e multas.

“Nenhum cidadão português pode fazer parte de associações secretas, sejam quais forem os seus fins e organização (...); quanto aos que em tais associações exerçam funções de direção, administração ou consulta, remuneradas ou não, serão punidos com prisão correccional nunca inferior a um ano e a multa não inferior a seis contos; quanto aos simples filiados, com prisão correccional não inferior a seis meses e multa não inferior a dois contos; no caso de reincidência á pena que couber acrescerá a de desterro para fora do território metropolitano (...)”.⁷⁰³

Por este articulado fazemos ideia do perigo que muitos maçons correram ao manter a sua atividade durante a clandestinidade.

Consta que o projeto apresentado causou algum mal estar na Assembleia, não só pelo facto de José Alberto dos Reis, presidente da Assembleia, ter sido iniciado como maçom no Triângulo de Tavarede e de ser fundador da Loja Fernandes Tomás, na Figueira da Foz, como também por haver outros maçons presentes. Foi o deputado Cancela de Abreu que abordou diretamente estes constrangimentos ao afirmar:

“estamos todos convencidos, por certo, de que desta Assembleia Nacional, não faz parte ninguém que pertença a qualquer associação secreta. Mas pode ser que a tal respeito existam dúvidas ou apreensões na mente de quem esteja lá fora. Façamos portanto da verdade uma afirmação expressiva”.⁷⁰⁴

A este propósito há, no entanto, uma passagem de uma prancha da Loja Realizar, de Lisboa, com data de 14 de fevereiro de 1935, um tanto enigmática, ainda que se admita que “um dos corifeus” referido possa ser uma das vozes do regime que se tenha manifestado em favor da Maçonaria, mas que é esclarecedora deste momento:

⁷⁰² O Projeto Lei de José Cabral viria a ser aprovado a 6 de abril resultando na Lei 1901, de 21 de maio de 1935.

⁷⁰³ “Assembleia Nacional” in *Diário de Notícias*, nº 24771, de 30 de janeiro de 1935, Lisboa, 1935, p. 1;

⁷⁰⁴ MATOS, Helena, *Salazar*, vol. 2, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2004, pp. 108 e 111:

“regozijarmo-nos apenas porque um dos corifeus da actual situação política vem em nossa defesa, apontarmos as suas afirmações, muitas delas erradas, como sendo os nossos irrespondíveis argumentos, ir junto de alguns supostos ou falsos maçons da Câmara Legislativa para solicitar deles a sua intervenção a nosso favor, apresentarmo-nos como maçons traindo assim os nossos juramentos, passar ou negar atestados de quite aos OObr.: que os solicitem, saltar por cima da Constituição ou não a cumprir, tudo isso são maneiras de não resolver nunca o nosso problema e de darmos, ao mesmo tempo, uma prova da nossa fraqueza, da nossa subserviência e da nossa cobardia”.⁷⁰⁵

Não se conhece a origem de um documento surgido por esta altura, apenas assinado por “um grupo de patriotas”, mas certamente com origem numa Loja maçónica, com data de 21 de janeiro de 1935 e dirigido aos deputados da Assembleia Nacional, desconhecendo-se também o seu grau de veracidade, mas que se revela como mais uma peça do puzzle político então vivido, e onde se pode ler:

“Ex.mo Sr. Deputado da Assembleia Nacional

O seu colega José Cabral apresentou em sessão de 19 do corrente um projecto de lei que visa a perseguir os maçons e a confiscar os bens da Maçonaria porque – ele o diz – são notórios os malefícios das associações secretas. Convém porém ilucidar V. Ex^a que esse senhor deputado José Cabral é precisamente aquele indivíduo que em Fornos de Algodres, depois da Traulitânia, matou a tiro dois pobres mendigos que o procuravam como pedintes. Homisiou-se então em Espanha, donde só regressou, quando mercê de circunstâncias, lhe foi assegurada a absolvição, e a entrar na Penitenciária não como recluso – como lhe cabia – mas como Inspector Geral das Cadeias (...). Note V^a Ex^a estes informes, e quando o deputado José Cabral o vier cumprimentar, lembre-se V^a Ex^a que a mão viscosa que lhe aperta a sua, é a mesma que desfechou a arma que matou á traição os dois pedintes indefesos em Fornos de Algodres. Um Grupo de Patriotas”.⁷⁰⁶

A ilegalização da Maçonaria em Portugal, que vai influenciar a lei francesa com igual intuito em agosto de 1940, satisfaz os defensores mais radicais do regime e franjas da Igreja, como resposta aos conflitos tidos com a I República. A Maçonaria era, no dizer dessas forças, “exageradamente organizada” e defensora de um “ideal igualitário sem superioridades sociais nem distinção de classes”, argumentos idos buscar à imprensa antimaçónica. Sendo esses os argumentos, a Lei permitia eliminar uma parte significativa da oposição republicana e antecede uma campanha

⁷⁰⁵ *Processo da Loja Realizar, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁷⁰⁶ *Documentos vários*, Arquivo de José Manuel Martins;

contra figuras da Oposição. A partir daí para se ser admitido nos quadros do Estado havia que fazer uma declaração, autenticada por um notário, onde o interessado afirmava por sua honra não pertencer a qualquer associação secreta. Suportado no parecer da Câmara Corporativa, o deputado José Cabral afirmava que a Maçonaria havia declarado uma guerra implacável à Revolução Nacional, constituindo uma organização política que seria revolucionária se as circunstâncias o permitissem e incompatível com os princípios do Estado Novo. Segundo ele, a Maçonaria seria “a negação, pura e simples da estrutura actual do Estado Português, autoritário e corporativo”, mais, “o Estado português, promulgando-a (a Lei) quis resolver um problema político nacional, que circunstâncias especiais agravaram (...)”.⁷⁰⁷ Acrescentava ainda que se o Estado Novo não respondesse a essa guerra, arriscava-se a morrer às mãos da Maçonaria.

Simultaneamente e de forma articulada, *O Tempo*, jornal que refletia as posições do regime, afirma nas suas páginas que a Maçonaria já não tinha a força necessária para fazer uma Revolução, mas que ainda podia contrariar “(...) o nacionalismo construtor em que assentamos a nossa fé (...)”.⁷⁰⁸ Outros jornais próximos do regime sublinhavam os “malefícios das sociedades secretas”, o “desassombro e a coragem” do projeto do deputado José Cabral, designando a Maçonaria de “(...) associação internacionalista e revolucionária, (...) absolutamente hostil à Igreja e à civilização cristã (...)”.⁷⁰⁹ Na mesma linha e sob o título “Sociedades Secretas”, o *Diário da Manhã*, em artigo de Abel Andrade não assinado, afirma que:

“o espírito da seita maçónica é o espírito da apostasia dos dois últimos séculos (...). Como organização política anda ligada a todos os movimentos de desordem, anarquia e destruição, que tem ensanguentado as sociedades modernas (...). Ainda há quem acredite, ou finja acreditar, que a Maçonaria só persegue fins beneficentes”, acrescentando ainda que:

“esta questão das sociedades secretas foi objecto de um estudo exaustivo na Câmara Corporativa (...). Nele se mostra que é falsa a alegação que a Maçonaria não passa de inofensiva associação (...). O regalismo e o laicismo são obra sua (...)”, sendo seu objetivo, segundo este jornal, “destruir a cidade cristã e edificar nos diversos países a cidade maçónica (...)”, devendo, por isso, o Estado adotar “meios especiais de vigilância” e “estar a par de todos os manejos subversivos da seita tenebrosa”⁷¹⁰ que, segundo o autor, pretendia impor as suas convicções através da

⁷⁰⁷ CABRAL, José, *Sociedades Secretas*, Lisboa, Ed. Editorial Império, 1935, p. 9;

⁷⁰⁸ “Ainda a Maçonaria” in *O Tempo*, de 23 de Fevereiro de 1935, Lisboa, 1935;

⁷⁰⁹ “Projecto (Um) de lei de grande alcance” in *A Voz*, de 22 de Janeiro de 1935, Lisboa, 1935;

⁷¹⁰ “Sociedades Secretas” in *Diário da Manhã*, de 5 de abril de 1935, Lisboa, 1935, p. 1 e 4;

cabala judaica. Ao mesmo tempo a Maçonaria mostrava-se dividida. Uma carta da Loja 1º de Maio,⁷¹¹ de Lisboa, datada de 15 de novembro de 1935 refere um conflito entre dois membros do Conselho da Ordem, sem especificar quais, referindo a esse propósito o desprestígio daí decorrente e a “falta de autoridade no momento em que mais é preciso afirmá-la”.⁷¹²

É neste contexto que se insere a Circular nº 2 do Conselho da Ordem, com data de 21 de janeiro de 1935, com a própria Maçonaria a não acreditar na aprovação do projeto de ilegalização e onde que pode ler que:

“os Altos Corpos da Maç.: estão convictos que esse projecto não logrará a solidariedade e aprovação da grande maioria dos componentes dessa Assembleia, sabido como é que a Maç.: é uma Instituição Universal, essencialmente filantrópica, filosófica e progressiva, tendo por fim procurar a Verdade, o estudo da Moral e a prática da Solidariedade trabalhando para o bem da Humanidade, contribuindo para o aperfeiçoamento da organização social. Entretanto, o Cons.: da Ord.: (...) jamais desertará, cõnscio dos seus deveres (...) e assegura-vos que tomará no momento oportuno as providências necessárias para que – mesmo quando o projecto seja aprovado – nenhum maçõn possa ser perseguido”.⁷¹³

Norton de Matos ainda tenta, por carta com data de 31 de janeiro de 1935 e dirigida a José Alberto dos Reis, então Presidente da Assembleia Nacional, chamar à atenção sobre a injustiça do projeto de José Cabral num momento em que o jornal *A Voz* e sob o título “Chove no Templo”, desferia violentos ataques à Maçonaria. Norton de Matos, dirigindo-se a José Alberto dos Reis na qualidade de cidadão e de Grão-Mestre da Maçonaria, referia que embora no projeto não se fale na Maçonaria, o seu contexto e o facto de ter sido apresentado em simultâneo com o congresso católico realizado em Braga, onde foi aprovada uma moção contra a Maçonaria, visava diretamente esta. Nessa carta Norton de Matos escreve que não cabe à Maçonaria a designação de associação secreta, afirmando que:

“(...) mais uma vez, na longa carreira através dos séculos, a Maçonaria se encontra sob uma onda de perseguições. De um extremo os bolchevistas procuram evita-la na Rússia; do outro extremo as forças reaccionarias promovem a sua expulsão da Itália e da Alemanha. Imaginava a Maçonaria Portuguêsa que lhe seriam poupados mais dissabores e humilhações. Continua a abrigar a esperança de que não será

⁷¹¹ Esta Loja deve ter encerrado as suas atividades momentaneamente, já que após esta carta de novembro de 1935 apenas voltamos a ter notícia dela num Decreto sem data mas de 1937, onde se lê que a Loja é admitida à Regularização “face ao que foi exposto pela Loja” e por nessa data contar com o número legal de Obreiros;

⁷¹² *Processo da Loja 1º de Maio, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁷¹³ *Fundo Maçonaria Portuguesa (1883-1935)*, reservados, caixa 4, Biblioteca Nacional;

transformado em lei o projecto que provocou esta representação; confia no espírito de justiça e no respeito pela liberdade de opiniões e de convicções que caracterizam a maioria dos Portuguezes. Mas se nos enganarmos, se o projecto fôr convertido em lei, então cometer-se-ha uma injustificada violência, que menos atingirá individualmente os Maçons em actividade que a memória daqueles que, desde Gomes Freire, o Duque de Loulé, José Estêvão, Elias Garcia e tantos outros, a Magalhães de Lima e António José de Almeida, como Grão-Mestres da Maçonaria Portuguêsa, reconhecidos pelos Poderes Publicos, fôram na História de Portugal, gloriosas e inconfundíveis figuras (...).⁷¹⁴

Afirmando ainda não pretender interferir na tarefa legislativa da Assembleia, Norton de Matos manifesta-se contra a forma como a Maçonaria era descrita nas intervenções escritas e orais na Assembleia, ao mesmo tempo que recusa a classificação de associação secreta, afirmando que na Maçonaria não há mistérios, existindo apenas sinais de reconhecimento e símbolos, derivados da forma ritualista a ela inerente. Lembrando alguns dos princípios maçónicos, nomeadamente a tolerância e a liberdade de consciência e de pensamento, Norton de Matos reafirma a posição da Maçonaria contra as injustiças, as perseguições e todos os atentados à dignidade do Homem e, ao mesmo tempo, como assumida defensora dos interesses da Pátria e da Humanidade em geral.

Esta atitude de Norton de Matos mereceu o apoio das Lojas, sendo de referir a posição da Loja Seara de Luz, de Lisboa, que em documento de 16 de fevereiro saúda Norton de Matos “pela nobre e desassombrada atitude que tomou, firmando com a sua assinatura prof.: um documento de tão alta importância para a vida da nossa Aug.: Ord.:”.⁷¹⁵ A carta de Norton de Matos, cuja entrega fora efetuada no dia 7 de fevereiro de 1935 por Maurício Costa, como Grande Secretário das Relações de Justiça do GOLU e por Ramiro Trindade Fidalgo dos Reis e Sousa, Grande Secretário Geral, é referido na Circular nº 4, de 9 de fevereiro de 1935 e oriunda do Conselho da Ordem,⁷¹⁶ vindo a ser devolvida por José Alberto dos Reis no dia seguinte, com a singela explicação “porque não pode ser recebido”.

Discutido na Câmara Corporativa esta manifestou a sua concordância com o projeto de José Cabral, através do parecer de Abel Pereira de Andrade, enquanto relator, e com as assinaturas de Domingos Fezas Vital, Afonso de Melo, Gustavo Cordeiro

⁷¹⁴ *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor. *Carta de Norton de Matos a José Alberto dos Reis*, datada de 31 de Janeiro de 1935;

⁷¹⁵ *Processo da Loja Seara de Luz, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁷¹⁶ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Ramos, José Gabriel Pinto Coelho e do próprio Abel Pereira de Andrade, todos na qualidade de deputados e sublinhando que nenhum cidadão português podia pertencer a associações secretas, que ninguém poderia ocupar um lugar público no aparelho do Estado sem declarar por sua honra que não pertencia ou jamais pertenceria a qualquer associação secreta. Uma discussão que à partida se encontrava viciada e que, pela leitura do Diário das Sessões da Assembleia Nacional se revela cheia de desconhecimento e de preconceitos, onde os deputados vão buscar a Espanha e a Itália a argumentação antimaçónica, sendo exemplo disso, no caso espanhol, a inspiração que José Cabral vai buscar a alguns parlamentares espanhóis e, no segundo caso, na estrutura e nas justificações da lei.

O parecer então emitido pela Câmara Corporativa, apresentado a 27 de março de 1935, reafirmava que a Maçonaria é incompatível “(...) com os princípios do Estado Novo (...)” e que a posição assumida pelo Grão-Mestre “(...) representa oposição irreductível à Revolução Nacional (...) cuja orientação e influência não podem ser indiferentes ao Estado Novo (...)”.⁷¹⁷ A Câmara Corporativa introduziu algumas alterações ao projeto apresentado por José Cabral, não significativas no sentido, mas conferindo-lhe o cimento jurídico e argumentativo de que carecia, o que não impediu os duros do regime de invocarem que algumas das passagens eram ineficazes ou pouco incisivas, e que teria nas páginas do insuspeito *A Voz* motivado o desabafo do deputado José Cabral: “fiz o que pude!”. Diz-se também que alguns dos intervenientes neste processo, ao exporem a Salazar o conteúdo do projeto, este esfregara as mãos, como quem as lavava, dizendo “então... os senhores aprovam a Lei, e eu executo-a”.

Os defensores do regime invocavam razões ideológicas para a proibição da Maçonaria, por isso também o Projeto de Lei apresentado na Assembleia Nacional, transcrevia um parecer da Câmara Corporativa, onde a dado passo se escreve que:

“(...) a Maçonaria pretende substituir a civilização cristã, em que Portugal se constituiu, desenvolveu e felizmente vive, pela civilização maçónica, de ideal igualitário, sem superioridades sociais, nem distinção de classes, baseada no racionalismo ateísta dos materialistas (...). Esta criação das transformações sociais é o verdadeiro trabalho das lojas (...), a cidade maçónica é a cidade construída pelas ideias novas, sobretudo pelo livre pensamento... (...)”,⁷¹⁸

⁷¹⁷ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, suplemento ao nº 39, 2 de Abril de 1935, p. 15.

⁷¹⁸ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, nº 91, 11 de Dezembro de 1936, p. 32.

argumentos que encontramos repetidos noutros documentos do regime. O deputado José Cabral chegou mesmo a afirmar, perante a Assembleia Nacional, que:

“(…) nós temos uma doutrina e somos uma força – disse Salazar; e, agora, digo eu: nós somos uma força e temos uma doutrina, incompatíveis, dentro das mesmas fronteiras, com a doutrina e com a força da Maçonaria (…)”.⁷¹⁹

A *Voz*, em artigos quase diários pressiona tudo e todos contra a Maçonaria. Não hesita em classificar a ação de José Cabral de “acto corajoso e digno de louvor” já que uma sociedade secreta “estende por toda a parte a rede das suas influências, tem apaniguados em todos os serviços, em todas as associações, em todas as repartições, devidamente recenseados e organizados para espionar”.⁷²⁰ É o consolidar de um tipo de argumentação que atravessa todo o período do Estado Novo e ainda hoje usada, de tal forma se repetiu durante a Ditadura, e que na verdade faz hoje sorrir quem é maçom, de tão inverosímil que é.

No rol de apoios ao projeto de José Cabral estão muitos membros da Igreja:

“felicitó V. Ex^a patriótico projecto”, (cónego Pereira Pinto – Lamego), “os meus sinceros parabéns (...) Abaixo a Maçonaria” (José Coelho – Cascais), “aplausos de todos os nacionalistas” (João António de Sampaio Brandão – Meda), “sincera admiração” (José Barbosa Caldas – Lisboa), “abaixo a Maçonaria” (padre Vieira Cruz – Borralha), “felicitamos V^a Ex^a ” (padre Alberto Serpa – Palmela) “felicitam V^a Ex^a pelo seu notável e corajoso projecto” (Comissão Concelhia do Porto da União Nacional), “aplaudo mil vezes a ideia do projecto (...) contra essas nefastas e infames associações secretas onde se planeiam tantos crimes e tantas desgraças” (monsieur Bienvenuto Sousa – Lisboa), “um abraço pelo desassombro” (Hipólito Vieira Pinto – Lisboa) (...);

Enquanto *A Voz* publica durante os meses de fevereiro e março de 1935 estes e outros testemunhos, outros tentavam concorrer com *A Voz*, como o *Novidades* de 6 de maio de 1935, que escrevia a toda a largura da sua primeira página “A nefasta actividade da Maçonaria portuguesa foi ontem veementemente exprobrada pela Assembleia Nacional”. *A Voz* já havia classificado, em janeiro de 1935, o deputado José Cabral de “distinto deputado” que “investe corajosamente contra a seita”. Em maio refere que a aprovação final constituiu uma “memorável sessão (...) digna de nota e caloroso aplauso (...)”. Acrescenta que:

⁷¹⁹ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, nº 43, 6 de Abril de 1935, pp. 898 e 899.

⁷²⁰ “Um projecto de lei de grande alcance” in *A Voz*, 22 de janeiro de 1935, Lisboa, 1935;

“ouviu a Assembleia um belo discurso justificativo do projecto, pronunciado pelo seu autor. Assim fica afirmada a incompatibilidade da vida social, pública e digna, com os conselhos tenebrosos que se acordam nas trevas e pretendem dominar a política (...). Honrou-se sobremaneira a Assembleia e bem merece da Nação, que não é o povo maçónico. A aspiração ardente e generosa da mocidade traduzida pelo brado Abaixo a Maçonaria (...). Bem hajam os que assim votaram!”.⁷²¹

O *Correio do Minho* referindo-se ao assunto conclui que a aprovação da Lei “não pode causar estranheza a ninguém” tendo em conta o “código eterno da honra nacional”, acrescentando que “dentro do Estado não precisamos de instituições, outras que procurem competir com ele, - senão das do próprio Estado Novo”. E para que não restem dúvidas chama ao 28 de Maio de “sonho exaltado de visionários” que mercê do Estado Novo se está operando uma revolução nacional que “não é só uma reforma financeira, nem só a reforma económica, mas também a reforma dos costumes e das ideias”. Lembrando tratar-se de um “momento histórico” acrescenta que “os Estados e os indivíduos têm de mudar as posições, de doutrina, de alma”.

“A Revolução Nacional é cristã nos fundamentos, tinha de o ser – porque não é a revolução das ruas, ocasional que nada revoluciona; mas a Revolução de Portugal que rejuvenesce, filho pródigo que volta ao lar das suas tradições, da sua missão histórica de povo cristão. Não tenhamos dúvidas. A Revolução Nacional é isto (...), contra ideologias que o estrangeiravam à força. Essas ideologias passaram de moda. Ressuscitá-las? Conservá-las, ainda que mitigadas ou disfarçadas? Não pode ser. É contra o imperativo da vontade da Nação (...) que lhe vem de séculos de história cristã (...)”.⁷²²

Nesta mesma linha de pensamento, considerava *A Voz*, possuir o diploma de José Cabral um “alto valor contraposto aos sofismas liberais”, não se cansando de salientar que a Maçonaria é a “antinomia com a civilização cristã e precursora das mais subversivas revoluções”.⁷²³

Os defensores do regime não podiam conceber algo que constituísse uma alternativa ao modelo fundador do Estado Novo. Por isso, a sua argumentação afirmando que “(...) no aspecto político a Maçonaria Portuguesa defende o Estado aberto aos ideais e aos programas dos partidos, todos dominados, absolutamente dominados, pela Maçonaria, contra o Estado, nacional e autoritário (...)”.⁷²⁴ Na realidade o conceito ideológico de Estado defendido pelos ideólogos do Estado Novo era incompatível com a Maçonaria e até com o sistema partidário, já que era

⁷²¹ “Das ideias e dos factos” in *A Voz*, de 20 de janeiro 6 de maio de 1935, Lisboa, 1935;

⁷²² “Associações secretas” in *Correio do Minho*, de 21 de maio de 1935, Braga, 1935;

⁷²³ “Luz a jorros sobre a Maçonaria – um parecer notável” in *A Voz*, 3 de maio de 1935, Lisboa, 1935;

⁷²⁴ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, suplemento ao nº 39, 2 de Abril de 1935, p. 13;

defendido o Estado como corpo único, autoritário e corporativo. Acresce que a Maçonaria, no dizer do regime, era “(...) uma associação essencialmente política e será revolucionária se as circunstâncias o permitirem (...)”.⁷²⁵ Mário Figueiredo, amigo íntimo de Salazar e que havia sido Ministro da Justiça e dos Cultos, em 1929, em discurso proferido na Assembleia Nacional dirá sobre a Maçonaria que “é preciso exterminá-la, e o Estado Novo tem não só o direito mas o dever de o fazer imediatamente”.⁷²⁶

A ideia de proibição da Maçonaria insere-se numa visão ideológica mais vasta que poderíamos considerar de “regenerar a alma da Nação”. Salazar referiu-se a ela várias vezes e complementa-se com o horror aos partidos e ao sistema parlamentar. Assumia-se que o povo português estava moralmente doente, primeiro contaminado pelas ideias republicanas e da Maçonaria, ou mais ancestralmente da Revolução Francesa e que encontram a sua expressão portuguesa no período do liberalismo, e em segundo lugar pelas ideias oriundas da Revolução Russa e do comunismo em geral, todas elas vistas como um perigo para a ordem, a tradição e, naturalmente, a Igreja.

É nesta linha de pensamento que se insere o parecer da Câmara Corporativa sobre a proposta de lei, indo buscar aos séculos XVIII e XIX a fundamentação da sua argumentação, e especialmente aos períodos em que a Maçonaria foi perseguida. Curiosamente cita legislação não aplicável, mas que com uma interpretação claramente distorcida se reflete sobre a Maçonaria, casos entre outros do Código Penal de 1861 ou de Decretos de 1870, períodos em que a Maçonaria existia legalmente. O deputado José Cabral afirmará que a atitude do Grão-Mestre já em 1931 havia representado “oposição irreductível á Revolução Nacional” e “provocou um incremento da actividade do Grande Oriente Lusitano Unido, cuja orientação e influência não podem ser indiferentes ao Estado Novo”.⁷²⁷ Note-se que a questão da “oposição à Revolução Nacional” vinha já desde 1932, altura em que o discurso das autoridades políticas da Ditadura passou a estabelecer um paralelismo entre a oposição ao regime e a oposição aos interesses da nação.

Refira-se que o projeto apresentado por José Cabral teve por base mais uma traição à Maçonaria, já que o seu relator na Câmara Corporativa, Abel Pereira de Andrade,

⁷²⁵ Diário das Sessões da Assembleia Nacional, suplemento ao nº 39, 2 de Abril de 1935, p. 19.

⁷²⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1995, p. 332;

⁷²⁷ CABRAL, José, *Sociedades Secretas*, Lisboa, Ed. Editorial Império, 1935, p. 66;

fundamentou a sua argumentação nas informações dadas por um antigo maçom, de nome António Vicente Ferreira. A verdade é que o projeto de José Cabral também não pode ser desligado dos quase diários artigos contra a Maçonaria insertos n’A Voz. Neste jornal o parecer da Câmara Corporativa merece quatro páginas inteiras, onde é detalhadamente descrita a organização interna da Maçonaria e os seus ritos, no que é classificado de “poder político invisível, às vezes considerável”.⁷²⁸ É contra este “poder considerável” que José Cabral afirma na Assembleia que “podia e devia neste momento castigar a Maçonaria, tornando públicos os nomes e categorias dos seus filiados (...). Não o faço porque não é preciso fazê-lo”, sublinhando igualmente que a Maçonaria é “um perigoso organismo fomentador de guerras e revoluções”.⁷²⁹

Neste contexto, o *Diário de Lisboa*, em 1935, constituiu uma das raras exceções em defesa da Maçonaria. Com data de 4 de Fevereiro e assinado por Fernando Pessoa, é publicado um extenso artigo sob o título “Associações Secretas”, onde o seu autor analisa a futura lei e fala da História e da obra da Maçonaria. Pessoa escreverá que crê não errar

“ao presumir que o sr. José Cabral supõe que a Maçonaria é uma associação secreta. Não é. A Maçonaria é uma Ordem secreta, ou, com plena propriedade, uma Ordem iniciática. O sr. José Cabral não sabe em que consiste a diferença. Pois o mal é esse – não sabe (...)”.⁷³⁰

Escreverá ainda Fernando Pessoa, que provou

“neste artigo que o projeto de lei do sr. José Cabral, além de produto da mais completa ignorância do assunto, seria, se fosse aprovado: primeiro, inútil e improfícuo; segundo, injusto e cruel; terceiro, um malefício para o País na sua vida internacional (...)”.⁷³¹

Não era o primeiro artigo de Pessoa sobre a Maçonaria. Um ano antes, em 1934, dirigira uma carta ao diretor de *A Voz* que, no entanto, não seria publicada por ação da censura. Pessoa não deixa de lado um toque de ironia ao escrever, em 4 de abril, que “apresentou o projeto o sr. José Cabral, que se não é dominicano, deveria sê-lo, de tal modo o seu trabalho se integra, em natureza como em conteúdo, nas melhores tradições dos inquisidores”.

⁷²⁸ “Maçonaria (A), a sua história e os seus malefícios, Parecer da Câmara Corporativa sobre o projecto de lei do sr. dr. José Cabral” in *A Voz*, 2 de abril de 1935, Lisboa, 1935;

⁷²⁹ “Momento (O) Político” in *Diário de Notícias*, 6 de abril de 1935, Lisboa, 1935;

⁷³⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1995, p. 226;

⁷³¹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1995, p. 232;

O artigo de Pessoa provoca intensa reação por parte da imprensa conservadora. O *Diário de Lisboa*, na sua edição de 7 de fevereiro, publica um texto que é uma amálgama estranha, as invasões francesas, “a traição” de Gomes Freire, o “descalabro do liberalismo”, o regicídio e a morte de Sidónio Pais, na abordagem ao projeto de José Cabral, para depois referir que a Maçonaria era “trágica nos seus intuitos” e “grotesca nos seus ritos, na sua hierarquia e nos seus símbolos”.⁷³² *A Voz* de 6 de fevereiro de 1935 chama a Fernando Pessoa de “paladino da Maçonaria” e, por seu lado, o *Novidades* acusa Pessoa de “provocar os católicos, passando-lhes o diploma de supinamente ignorantes” e de “excesso de vaidade”.⁷³³ O *Diário da Manhã*, sob o título “Um poeta e o papão”, na sua edição de 5 de fevereiro, zurze em Pessoa pelo facto de emitir uma opinião quando não lha pediram, e o *Fradique* chama de “página triste” ao texto de Pessoa, acrescentando que ele foi “enlutar o sector mental para quem Fernando Pessoa representava (...) bandeira de primeiro plano”. O artigo, de Tomás Ribeiro Colaço, refere ainda que o artigo de Pessoa é um “cândido hino ao ocultismo intelectual”, cheio de “desvarios sem perdão”.⁷³⁴ No entanto, é no mesmo *Fradique* que, em março, surge um texto de Rolão Preto contra a proibição da Maçonaria. Chamando à proposta de José Cabral de “projecto anti-maçónico”, refere-nos que ele “mostra o sentido reaccionário que continua a animar certos nacionalismos”. E prossegue escrevendo que:

“em verdade, para libertar o indivíduo dos perigos que possam representar as associações secretas e nomeadamente a maçonaria, o espírito contra só descobriu o meio negativo da repressão e coação moral, indo até à devassa das consciências e ao compromisso rodeado de sanções jurídicas (...). Espanta o primitivismo ou a cegueira (...) com que se encaram soluções que envolvem o maior desprezo pelas conquistas fundamentais do Homem (...). Vencer essa gente é convencê-la e não esmagá-la. Erguê-la em concepções de maior grandeza e de mais alta moral, e não diminuí-la (...). Tudo o mais é caminhar no velho trilho contra revolucionário”.⁷³⁵

Curiosamente, com Fernando Pessoa e contra o projeto de José Cabral estavam alguns partidários do regime, que o consideravam prejudicial ao próprio Estado Novo. Era o caso de Alberto da Cunha Dias, que juntamente com Pessoa tentam

⁷³² “Projeto (O) de José Cabral” in *Diário de Lisboa*, 7 de Fevereiro de 1935, Lisboa, 1935;

⁷³³ “Papão (O) maçónico” in *Novidades*, de 9 e 15 de fevereiro de 1935, Lisboa, 1935;

⁷³⁴ COLAÇO, Tomás Ribeiro, “O elogio da Maçonaria” in *Fradique*, de 14 de fevereiro de 1935. O *Fradique* iniciou a sua publicação em 1934, sendo dirigido por Tomás Ribeiro Colaço que se afirmava como monárquico e conservador. Entre outros, nele colaboraram Joaquim Paço d’Arcos, Alfredo Pimenta e Henrique Galvão;

⁷³⁵ PRETO, Rolão, “Não !” in *Fradique*, de 14 de março de 1935, Lisboa, 1935;

demover José Cabral recorrendo a Alberto Reis Torgal e Abílio Pinto de Lemos.⁷³⁶ Era já, no entanto, tarde demais. O regime havia apostado na repressão sobre a Maçonaria e todos os seus membros. O proponente do Projeto de Lei, José Cabral, responderia a Pessoa, nas páginas de *A Voz* e do *Diário de Lisboa*, chamando-lhe “um pobre escrevedor”⁷³⁷ e “um raté qualquer da literatura e da vida”.⁷³⁸ Neste mesmo jornal, com data de 5 de fevereiro, o articulista, referindo-se depreciativamente a Pessoa, escreve que “mal conheço a sua personalidade literária (...). Dele recebi (...) em tempos, um opúsculo (...). Perdoem os leitores (...) os dislates blasfemos, porventura inconscientes, influência de teosofias (...)”.⁷³⁹ Por seu turno Alfredo Pimenta, também n’*A Voz*, responderá a Pessoa afirmando que “a religião cristã oferece dois ramos divergentes: o luterano, que se multiplica ainda, e o católico. O primeiro conduz à anarquia religiosa, á poeira de cultos, ás religiões individuais, á não religião. Ora os principais fundadores da Franco-Maçonaria inglesa são protestantes (...)”.⁷⁴⁰ A argumentação, que se pode ler neste e noutros números d’*A Voz*, podemos-la encontrar em muitos escritores antimaçónicos além fronteiras, especialmente em França e na Bélgica. Outros ataques ficam registados com a tinta da imprensa nas páginas d’*A Voz*, do *Diário da Manhã* ou do *Novidades*, com acusações aos “basbaques que cercam o sr. Fernando Pessoa”, referindo-se à “judiaria estrangeira” ou às “famílias sem pão, as dos funcionários que, para não abandonarem a Ordem, houveram de sacrificar a sua posição nos quadros públicos”. José Cabral usa estes mesmos argumentos para sublinhar “a pressão da judiaria estrangeira”, acrescentando a pergunta “que piedade merecem eles ou os seus?”. Esta escalada verbal é permanentemente alimentada pela imprensa antimaçónica, que torna muito difícil a vida das Lojas nos últimos dias da legalidade. É também o caso do *Diário da Manhã* que alerta os seus leitores, porque que os maçons apesar das dificuldades, se reúnem “num sítio hoje, noutro amanhã”, acrescentando que “não devem ir parar longe com essas reuniões campestres”.⁷⁴¹

⁷³⁶ A. H. de Oliveira Marques idêntica outros intervenientes neste processo, tentando demover José Cabral da apresentação do projeto, alguns deles que durante anos haviam escrito diversos artigos contra a Maçonaria, nomeadamente o deputado Ângelo César, Manuel Trindade Salgueiro, futuro bispo, Fernando de Sousa, Joaquim Mendes Guerra, Alfredo Pimenta, Tomás Ribeiro Colaço, Manuel Maia Pinto e Rolão Preto. MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 33;

⁷³⁷ CABRAL, José, “O projecto de lei sobre as associações secretas – o sr. dr. José Cabral responde ao artigo do sr. Fernando Pessoa” in *Diário de Lisboa* de 7 de Fevereiro de 1935, Lisboa, 1935;

⁷³⁸ CABRAL, José, “Chove no Templo” in *A Voz*, de 6 de Fevereiro de 1935, Lisboa, 1935;

⁷³⁹ “Mensagem pró-maçonaria” in *A Voz*, 5 de fevereiro de 1935, Lisboa, 1935;

⁷⁴⁰ PIMENTA, Alfredo, “A verdade sobre a franco-maçonaria” in *A Voz*, de 7 de fevereiro de 1935, Lisboa, 1935;

⁷⁴¹ “Ainda mexem” in *Diário da Manhã*, de 25 de abril de 1935, Lisboa, 1935;

O *Correio do Minho* refere-se ao projeto como tendo por intenção “exterminar a influência” da Maçonaria, louvando a “nobre atitude da Assembleia que soube defender com orgulho o glorioso nome que usa, defendendo os altos interesses de Portugal”.⁷⁴² A *Renascença* acrescenta que:

“o contraste entre as Côrtes actuais e as que findaram em 1926 é flagrante. Nota-se agora mais interesse pelos casos nacionais, mais respeito pelo decôro público, mais bom senso, melhor disciplina e maior rendimento legislativo, A estas notáveis qualidades sobrepõe-se ainda o facto do actual Parlamento trabalhar de harmonia com as características portuguesas nacionalistas e cristãs”.⁷⁴³

Pinheiro Torres, nas páginas d’*A Voz*, sob o título “O meu voto”, refere que:

“ninguém defendeu na Assembleia Nacional as associações secretas (...) mas como quero definir bem a minha atitude, e o Regimento da Assembleia expressamente proíbe a declaração de voto, venho dizer que aprovei jubilosamente o projecto de lei (...). Votei-o porque ele representa uma aspiração da consciência pública (...), porque ele significa do espírito cristão, onde a salvação do mundo reside, contra o espírito pagão que a maçonaria promove e propaga. Votei-o porque a Maçonaria tem por alvo principal a Igreja (...). Votei-o porque a Maçonaria envenena as inteligências (...). Votei-o porque a doutrina da Maçonaria, falando numa vaga Humanidade, é afinal inimiga das Pátrias e (...) porque a Maçonaria é o laboratório da Revolução (...). Votei-o porque a Maçonaria é o crime”.⁷⁴⁴

A pressão das autoridades sobre o Grande Oriente Lusitano Unido não era apenas política mas também administrativa, financeira e até simbólica. O facto das instalações do Grémio Lusitano serem encerradas e seladas, constitui o anúncio público do fim das esperanças para muitos republicanos. Era o encerrar de um período, a I República, onde a Maçonaria tinha sido a sua força e apoio. Por outro lado, o facto de o Palácio Maçónico ter sido encerrado desarticulou os serviços administrativos e causou grandes dificuldades financeiras. Para suprir as dificuldades económicas de alguns Irmãos perseguidos politicamente o Decreto nº 43 de 1935⁷⁴⁵ criou o “Escudo Maçónico”, um imposto mensal com esse valor, que incidia sobre todas as capitações, aumentos de salário e demais contribuições. Neste contexto é de sublinhar a mensagem do Conselho da Ordem, emitida com data de 1 de Abril de 1935, onde se pode ler que:

⁷⁴² “Para (É) louvar” in *Correio do Minho*, 6 de maio de 1935, Braga, 1935;

⁷⁴³ “Assembleia Nacional” in *A Renascença*, de 15 de maio de 1935, Lisboa, 1935;

⁷⁴⁴ TORRES, Pinheiro, “O meu voto” in *A Voz*, 6 de maio de 1935, Lisboa, 1935;

⁷⁴⁵ O Decreto nº 43, emitido provavelmente após a ilegalização da Maçonaria, não possui data, apenas a indicação “Traç.: em logar oc.: ás vvist.: pprof.:, no Oriente de Lisboa”;

“(…) privados da fruição do Pal.: Maç.: em circunstâncias anormais absolutamente injustificadas por qualquer actuação, intenção ou omissão sequer da nossa Aug.: Ord.:, impedidos mesmo de reunir noutra local à boa paz no momento em que os nossos inimigos promovem junto do Poder, pelo recrudescimento das suas campanhas de ódio, a perseguição dos MMAç.: PPort.:. (….) O Maç.: que um dia o foi, não deixa de o ser, senão por indignidade. Subsistem os nossos compromissos jurados, e com OObr.: dedicados contamos, felizmente nos vários sectores da vida nacional. Pioneiros da Paz, da Bondade e da Virtude, não esqueçamos, pois, CC.: e RR.: Ilr.: o que em firmeza de animo, espírito de sacrifício e máxima dedicação nós devemos à nossa Aug.: Ord.: (….)”.

E mais adiante

“instituição liberal por natureza, no âmbito filosófico e espiritual em que para todos nós é sagrado o pleno exercício das liberdades públicas com as responsabilidades que lhe são inerentes, por satisfeitos nos daremos, se dentro das nossas leis e disciplina nos mantivermos unidos, sem desfalecimentos, através das vicissitudes com que nos ameaçam, sem adormecermos, sem estagnarmos, estudando e acompanhando a par e passo, os fenómenos, actividades e reivindicações sociais (….)”.⁷⁴⁶

Face a esta situação o governo maçónico impõe de novo o regime de triangulação já experienciado no passado. Estabelecia-se que nos locais onde existissem várias Lojas, se constituísse um Triângulo formado pelos Veneráveis das várias Lojas. Estabelecia também, no seu artigo 6º, que como profanamente só podiam ter existência legal os grémios e secções com estatutos aprovados, as oficinas se passariam a designar de Comissões de Propaganda de uma região. Verifica-se então a triangulação da grande maioria das Lojas. Outras desaparecem subitamente e outras ainda continuam a trabalhar como até aí, mas clandestinamente. Refira-se a este propósito que existe em arquivo um registo manual de petições de iniciação, filiação e regularização referente ao período de 1934 e até março de 1935. A este registo, com ar de improviso e que permite compreender a rarefação de registos nos livros gerais, junta-se também um registo de passaportes, até janeiro de 1935, de correspondência e de concessão de graus, igualmente até março de 1935 e também com aspeto de ser uma solução de improviso e de precaução.⁷⁴⁷

⁷⁴⁶ *Legislação 1933 – 1935*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁷⁴⁷ Recentemente foi publicada uma listagem inédita de A. H. de Oliveira Marques, elaborada a partir dos Quadros de Loja sobreviventes à data de 1934-35 *in Revista de Maçonaria*, dir. Fernando Marques da Costa e Manuel Pinto dos Santos;

Se em termos nacionais a vida da Maçonaria portuguesa se revelava difícil, a nível internacional a situação não era melhor. Apesar de tudo começam a desenvolver-se de diligências junto da Associação Maçónica Internacional,⁷⁴⁸ da qual o GOLU era membro fundador, e junto de diversas Obediências estrangeiras, nomeadamente do Grande Oriente de França, no sentido de apoiarem os maçons portugueses perseguidos pelo regime e, ao mesmo tempo alargar as relações internacionais da Maçonaria portuguesa.

Mas o Estado Novo ao atingir a Maçonaria com a Lei de 1935, visou também dominar os seus associados militares e conseqüentemente o exército e a marinha, acabando assim com quaisquer esperanças de revolta que pusessem em perigo o regime. Aliás, é significativo o abandono das atividades por parte de muitos militares maçons logo a seguir à ilegalização. O Estado Novo passou a dispor de uma nova arma para dominar as estruturas militares, sendo de realçar o ênfase posto pelo deputado José Cabral na Assembleia Nacional no período de discussão da Lei, sublinhando a necessidade desta referir claramente a proibição de pertença à Maçonaria não apenas de funcionários públicos, mas abranger de forma igual os militares. Refira-se que o mesmo José Cabral vai buscar o exemplo de legislação semelhante em Espanha, para afirmar que a disciplina no exército é incompatível com a pertença à Maçonaria.

Com a proibição dos militares pertencerem à Maçonaria eliminava-se um dos mais ativos focos da oposição ao regime e participante ativo nas diversas tentativas de golpe militar com vista a modificar a situação política e que até aí tinham ocorrido. Junte-se ainda a esta situação o lado simbólico. Norton de Matos, Grão-Mestre da Maçonaria, possuía o posto de general, e o Grão-Mestre Adjunto, Oliveira Simões, era também oficial do exército e juntou-se igualmente a natural substituição de

⁷⁴⁸ *Fundo Maçonaria Portuguesa (1883-1935)*, reservados, caixa 3, Biblioteca Nacional. Na Circular nº 13 de 23 de junho de 1932 o Conselho da Ordem identifica as Potências maçónicas aderentes à AMI como sendo: Grande Loja de Viena, Grande Oriente da Bélgica, Grande Loja da Bulgária, Grande Oriente Espanhol, Grande Loja de França, Grande Oriente de França, Grande Loja da Polónia, Grande Oriente Lusitano Unido, Grande Loja Suíça Alpina, Grande Loja Nacional da Checoslováquia, Grande Oriente da Turquia, Grande Loja da Jugoslávia, Grande Loja da ilha de Cuba, Grande Oriente do Haiti, Grande Loja do Panamá, Grande Loja de Porto Rico, Grande Loja Cosuatlan (S. Salvador), Grande Loja do Pacífico – México, Grande Loja da Colômbia, Grande Loja do Peru, Grande Loja da Venezuela, Grande Loja Espanhola, Grande Oriente da Grécia, Grande Loja do Luxemburgo, Grande Loja Polarstjernen (Noruega), Grande Loja La Oriental Peninsular, Grande Oriente do Brasil, Grande Loja do Chile, Grande Loja do Equador e Grande Loja do Paraguai. Refere ainda este documento que existem duas outras Obediências em situação de inatividade, o Grande Oriente de Itália e a Grande Loja Simbólica da Hungria. Refere também que nessa data apresentaram a candidatura de adesão a Grande Loja das Honduras, o Grande Oriente da República Argentina, a Grande Loja da Bolívia, a Grande Loja do Uruguai e ainda a Grande Loja Simbólica da Alemanha, com uma nota entre parêntesis “com forte oposição”;

chefias militares, por depuração política decorrente das derrotas do reviralhismo ou por ação do tempo. O ano de 1935 é ainda um ano em que se vive um certo mal estar entre Salazar e os militares, a quem a Oposição exigia a reposição da situação anterior ao 28 de Maio. Refira-se que no ano anterior tinha havido uma manifestação de desagrado por parte do exército, com militares a celebrarem o aniversário da posse de Carmona, com declarações de fidelidade a Carmona mas não a Salazar, o que leva este a solicitar uma audiência ao Presidente da República e a conseguir uma declaração de confiança, encetando de imediato um plano de rearmamento do exército. Salazar não impede que, também em 1936, os militares voltem a mostrar algum desagrado com a constituição da Legião Portuguesa, vista no seu início como uma entidade que entrava em terrenos institucionais do exército e até em alguma concorrência com este.

No sentido de assegurar o funcionamento possível a Grande Dieta do GOLU decidiu delegar no Grão-Mestre todas as suas funções, pelo prazo que considerasse necessário, o que se torna efetivo a 19 de março, tendo o Decreto que confirmava essa decisão sido publicado no dia seguinte. Dois dias depois falecia o Presidente do Conselho da Ordem, Álvaro Augusto Dinis Costa, o que leva à demissão daquele órgão. Em 26 de março realizou-se uma assembleia geral do Grémio Lusitano em casa de Maurício Costa presidida por José da Costa Pina, tendo sido eleita uma nova direção presidida por Amílcar Ramada Curto e que integrava Teófilo Carvalho dos Santos, Filipe Ferreira, Ramiro Reis e Sousa, Maurício Costa, Ângelo Lobo e Silva, Domingos Monteiro, António Ribas de Avelar e Carlos Homem de Sá.

6 - Os que nasceram para mandar⁷⁴⁹

Quer nas vésperas da publicação da lei que ilegalizava a Maçonaria, quer depois, a atividade das Lojas, e até do GOLU, não cessou de imediato. Exemplo disso é a Loja Elmano, em Setúbal, constituída em dezembro de 1935, a regularização da Loja República, de Évora, ou a criação dos Triângulos de Penedono, Tábua, Cedovim e da cidade da Praia, em Cabo Verde. Não conseguimos ignorar a falta de

⁷⁴⁹ Afirmação de Leopoldo Nunes a propósito da necessidade de um ditador *in* NUNES, Leopoldo, *A Ditadura Militar*, Lisboa, s. ed., 1928, p. 101;

cuidado na relação com as autoridades da Ditadura quando da criação destas estruturas maçónicas, principalmente porque nesta data já se sabia da intenção de ilegalizar a Maçonaria. A consulta da documentação existente entre as várias Lojas ou entre as Lojas e o GOLU até 1935, revela que não havia uma clara consciência das consequências de se viver no período pós-ilegalização ou, pelo menos, uma significativa dose de ingenuidade.

Começa, entretanto, a solidificar uma ideia messiânica de que os dirigentes do Estado Novo estavam particularmente dotados para gerir bem o Estado. É uma ideia que começa a germinar nas fileiras do integralismo e que o Estado Novo adopta, suportada na propaganda e na censura, e que se fortalece com o regime: existe uma elite, competente e preparada, como que ungida, que se sacrifica pelo país. Salazar e os seus partidários veem-se reconhecidos nesta ideia, sendo a Oposição reduzida a uma figura grotesca de um conjunto de pessoas que colocam as diatribes partidárias e pessoais acima da nação ou, pior ainda, de gente impreparada para as tarefas da governação. Para este discurso vingar não pode haver lugar ao confronto de ideias, justificando-se também por isso a redução da figura do Parlamento a uma Assembleia Nacional de fracos poderes ou compreende-se o objetivo de construir uma sociedade conformista e resignada. A Maçonaria, opondo-se a estes conceitos era, como de facto diziam os defensores do regime, estrutural e filosoficamente incompatível com este. Mas sobreviveu.

Não deixando de ser estranha esta obediência de muitos maçons à determinação legislativa que proibia a atividade maçónica, temos também, infelizmente, de a ver por outro prisma. Ao mesmo tempo que os vários dirigentes republicanos, que não só do Partido Democrático, estavam exilados ou presos, grande parte das elites políticas locais, especialmente fora dos grandes centros urbanos, muitas delas ligadas aos diferentes partidos republicanos e integrando alguns maçons, vão transferir-se para a União Nacional. Inicia-se também um período de maior escassez de informação e de interligação entre as várias estruturas maçónicas, onde a atividade dos maçons se faz baseada no secretismo ou no abandono da atividade que marcam o ocaso do Grande Oriente.

É certo que houve outras consequências: a perda ou destruição de documentação, a perda de muitos objetos rituais ou simplesmente o aligeirar das exigências rituais, algo que ainda hoje se faz sentir, passadas mais de quatro décadas sobre a recuperação da Liberdade. São muitos os casos com que nos temos deparado ao

longo dos anos que se sabe de documentação queimada, enterrada ou escondida, e alguma dela da qual se perdeu memória, para que a polícia política não a apreendesse. Álvaro Martins, Obreiro da Loja Simpatia e União, de Lisboa, refere o facto de ter escondido o seu avental e ritual debaixo do telhado de sua casa. São vários os casos em que paramentos e joias maçónicas foram enterrados juntamente com o corpo de maçons falecidos, forma eficaz das autoridades não incomodarem posteriormente a família. Há também informação de que, em 1935, muito do património ritual e documental da Maçonaria foi dividido por vários Irmãos, sendo-lhes incumbida a sua guarda, o que veio a ocorrer até ao 25 de Abril de 1974, caso de Amílcar de Barros Queiróz, Luís Rebordão ou Dias Amado, entre outros.

Com a ilegalização da Maçonaria cai sobre muitos maçons a violência da prepotência do Estado Novo, impondo demissões de empregos no Estado, dificuldades de colocação profissional ou até movimentação compulsiva de residência de forma a cortar contatos, caso de muitos professores do ensino primário e superior. Em Circular confidencial aconselhava-se também a conveniência de sedear os Triângulos em Sociedades Culturais, Recreativas e outras. Assistiremos assim, ao longo dos anos seguintes, à atividade das poucas Lojas que sobreviverão ao período pós-1935 em Centros Republicanos, Associações e Clubes ou ainda na Escola Oficina nº 1 e no Internato de S. João, de Lisboa e do Porto, estes diretamente ligados à Maçonaria. Paradoxalmente, e apesar da situação grave em que a Obediência se encontrava, a obrigação de triangulação, não foi consensualmente aceite por todos os maçons em nenhum dos momentos em que foi imposta, à semelhança do que já havia acontecido em 1929 e 1930. A Loja República, de Lisboa, refere esta situação numa carta sua dirigida ao Conselho da Ordem, onde se pode ler que

“n’estas condições (...) vos comunicamos que esta Resp.: Of.: absolutamente fiel aos seus princípios de ordem e disciplina maçónica (...) discorda em absoluto de ser o Povo Maçónico quem n’este momento se tente sobrepor á orientação que os Altos Corpos dirigentes entendem dever usar em uma situação tão emergente e delicada como é aquela que a República atravessa (...)”.⁷⁵⁰

A atividade política oposicionista passava também por esses Centros Republicanos, desempenhando particular relevância os Centros Republicanos Almirante Reis, Alferes Malheiro e Magalhães Lima. As datas ligadas à República, cujo significado ainda hoje é relevante, foram apropriadas pelo Estado Novo e impregnadas de um

⁷⁵⁰ *Processo da Loja República, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

novo discurso historiográfico que lhes matizou o significado, mas que para a Maçonaria nunca deixaram de ser referências para a oposição ao regime. Por seu turno, os maçons de referência, como Dias Amado, Luís Rebordão ou Ramon Nonato de La Féria, nunca deixaram de ser vigiados de perto pela polícia. António Ventura dá-nos conta de um relatório confidencial da PIDE, datado de 3 de setembro de 1938, elaborado na sequência da prisão de Ramon Nonato de La Féria, onde se pode ler que este era:

“elemento de destaque na organização maçónica, onde tem exercido funções de primeiro plano, como seja a de presidente do Conselho da Ordem, era um dos chefes do movimento revolucionário que em princípios do ano de 1937 estava em preparação para o derrubamento do Estado Novo, em ligação com elementos da chamada Frente Popular e de potências estrangeiras para uma intervenção em Portugal (...)”.⁷⁵¹

Se é certo que a Maçonaria teve de encontrar imaginação e locais para continuar a sobreviver, não deixa ao mesmo tempo de reconhecer alguns exageros políticos, talvez no assumir de erros do passado, talvez numa cedência a uma ala que reclamava a ordem nas ruas e na vida política ou até na esperança de uma futura condescendência das autoridades. Numa das circulares emitidas pelo Conselho da Ordem refere-se a existência de “lutas estéreis dos partidos, as desavenças mesquinhas entre os homens” que impediam a vitória dos princípios da Revolução de 1910.

É inquestionável que os inimigos da Maçonaria também se encontravam no seu interior. Não pela adesão a um ideário incompatível com os valores maçónicos, mas pela traição aos seus Irmãos e por serem protagonistas de ações levadas a cabo pela Ditadura que em muito prejudicaram a Maçonaria, ou ainda por emergentes ambições pessoais. Palma Carlos resume em poucas palavras o sentir daqueles que sentiram a traição. “Esses senhores foram todos maçons e depois, quando lhes cheirou a esturro, afastaram-se pela sombra e começaram a dizer que a Maçonaria era horrível...”.⁷⁵² O próprio Bernardino Machado, em carta a Afonso Costa, escrevia que “a maior parte dos republicanos galardoados com postos e missões importantes (...) dissimulam-se egoisticamente, cheios de medo, para não perderem os

⁷⁵¹ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, pp. 771 e 772;

⁷⁵² ANTUNES, José Freire, *Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Ed. Oficina do Livro, 2004, p. 543 citando Sanches Osório;

benefícios das suas situações“, ⁷⁵³ isto para já não falar de nomes como António Vicente Ferreira, que deu um importante conjunto de informações que determinaram o projeto de José Cabral.

O ano de 1935 é o culminar de dificuldades acumuladas, cuja hostilidade exterior não explica tudo. Desde 1929 e especialmente desde o início do grão-mestrado de Norton de Matos, que as questões internas enfraqueceram a estrutura maçónica, não apenas em termos solidários mas também funcionais. Se a situação já se considerava difícil, estas questões internas só prejudicaram o GOLU, que entretanto viu um Secretário Geral do Conselho da Ordem demitido sob a acusação de “rebelião interna” e de ter tentado promover uma cisão, com ele caindo o Conselho da Ordem. Juntamos as ausências de Norton de Matos, e percebemos que chegados ao momento de votação da Lei que ilegalizava a Maçonaria era muito difícil resistir ou sequer fazer melhor. Após a ilegalização, o GOLU virá a conhecer uma sucessão de Grão-Mestres interinos que são o espelho da instabilidade interna: Maurício Costa exercerá o cargo de forma interina de 1935 a 1937, o mesmo acontecendo com Filipe Ferreira, em 1937 e finalmente Luís Rebordão, de 1937 a 1975, com o qual finalmente se adquire alguma estabilidade.

O momento da ilegalização do GOLU foi conturbado. A 31 de março de 1935, Norton de Matos nomeia Maurício Costa como presidente do Conselho da Ordem e com data de 1 de Abril de 1935, o Conselho da Ordem emite uma mensagem onde são referidas as difíceis circunstâncias em que se constituíra o Conselho e o ambiente em que iria exercer as suas funções. Norton de Matos virá a renunciar ao cargo de Grão-Mestre em 4 de abril, pelo Decreto nº 31, ⁷⁵⁴ invocando a visibilidade do seu nome e as fragilidades daí resultantes, transmitindo os seus poderes a Oliveira Simões através de um Decreto que acabou por não assinar. Previamente havia sido emitido o Decreto nº 30 que entregava a plenitude do poder executivo ao Conselho da Ordem, em caso de falta ou impedimento do Grão-Mestre ou de quem o devesse substituir em tal caso. E se o Conselho da Ordem também não pudesse cumprir com as suas atribuições, então as tarefas executivas passariam a ser assumidas por uma comissão de três Obreiros, escolhidos pelo Grão-Mestre,

⁷⁵³ ANTUNES, José Freire, *Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Ed. Oficina do Livro, 2004, p. 552 citando Fernando Marques da Costa e A.H. de Oliveira Marques em Bernardino Machado (Lisboa, 1978);

⁷⁵⁴ Recorrendo a Adolfo Sampaio da Luz, A. H. de Oliveira Marques refere a data de 30 de abril de 1935 como data da renúncia de Norton de Matos ao cargo de Grão-Mestre. MARQUES, A. H. de Oliveira, “História da Maçonaria em Portugal” in *Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 36;

comissão essa que, por sua vez, podia nomear qualquer Irmão decorado com o grau de mestre para suprir qualquer situação de vacatura. Oliveira Simões não aceita os poderes e entrega-os a 18 de maio a António Augusto Curson, enquanto Presidente da Grande Dieta, que igualmente no dia seguinte os transfere para Maurício Costa, Presidente do Conselho da Ordem, pelo Decreto nº 35, de 19 de maio de 1935, que concentrou todos os poderes e assumiu o grão-mestrado de forma interina até à sua morte. Há quem acuse Norton de Matos de fuga às suas responsabilidades, no entanto, há igualmente quem considere ter sido a atitude mais correta, já que a sua manutenção à frente do GOLU teria consequências lesivas para a Obediência.⁷⁵⁵ Por outro lado, ainda se pensou em eleger Afonso Costa para Grão-Mestre, mas o seu falecimento em maio de 1937 deitou por terra essa intenção. Num ambiente administrativo e funcional claramente turbulento, Maurício Costa viria também a falecer no mesmo mês de maio de 1937, sendo então o cargo assumido de forma interina por Filipe Inês Ferreira, iniciado na Loja Montanha, que logo no mês de junho sai do país vindo a fixar-se em Moçambique e a ser um dos dinamizadores do MUD, em 1945, e a integrar a Comissão Central da candidatura de Norton de Matos e a participar na campanha de Humberto Delgado.

Apesar de tudo, muitos maçons acreditavam no regresso de Norton de Matos como Grão-Mestre, apesar deste se ter afastado desejando não mais voltar. Em maio de 1937 é nomeado Grão-Mestre, primeiro a título interino e só muito posteriormente em definitivo, Luís Gonçalves Rebordão, iniciado na Loja A Revolta, de Coimbra, sendo então criado o cargo de vice-presidente do Conselho da Ordem, através do Decreto nº 1 de 6 de julho de 1937, que passará a ser ocupado por José de Oliveira Ferreira Dinis. A. H. de Oliveira Marques assinala a este propósito que só após a morte de Norton de Matos o nome de Luís Rebordão será eleito em definitivo como Grão-Mestre.⁷⁵⁶ Na verdade, durante duas décadas a Maçonaria não escolherá um novo Grão-Mestre, espelho das dificuldades que experimentou. Era uma Maçonaria ilegalizada e reduzida a um restrito número de Lojas concentradas nos centros urbanos.

De imediato os poderes maçónicos instituídos desenharam várias respostas, à ilegalização primeiro e subseqüentemente à instabilidade gerada depois. Como morada para correspondência e outros contatos era usada a morada da firma Neves

⁷⁵⁵ Esta é a opinião de Fernando Marques da Costa, ver COSTA, Fernando Marques da, "O Grão-Mestre e o grão-mestrado de Luís Gonçalves Rebordão" in *Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, pp. 70 e 71;

⁷⁵⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaios de Maçonaria*, Lisboa, Ed. Quetzal Editores, 1988, p. 109;

& Portela Limitada, na Rua da Madalena 161, ou a Casa Leitão, na Rua da Prata 252 – 254 ⁷⁵⁷, ambas em Lisboa, ao que sabe não sendo pontos únicos. Numa circular sem número e datada de 4 de abril de 1935 o Conselho da Ordem, em nome do Grémio Lusitano, refere que espera de

“todos os nossos amigos (...) o máximo auxílio moral e material para o prosseguimento da obra de assistência e beneficência não só a viúvas e órfãos mas ainda a asilos, escolas, organismos culturais (...) que esta agremiação vem prestando de há largos anos”,

remetendo toda a correspondência para a morada atrás indicada da Rua da Madalena. De 1935 é também a publicação de um conjunto de instruções que instituíam um conjunto de pontos de concentração de correspondência consoante a localização geográfica e os portadores definidos, sendo que para o caso das ilhas o ponto de contacto era o Irmão Adão Zambujo, na Rua dos Douradores 113, em Lisboa, estratégia que seria mantida ao longo dos anos de clandestinidade através de diversas casas comerciais, consultórios médicos ou escritórios de advogados.

É feita a tentativa de contornar a Lei separando o GOLU do Grémio Lusitano, funcionando este como uma mera associação profana com estatutos próprios. Nesta altura é repescado um projeto de 1930 que se havia previsto dirigir à Junta Revolucionária Governativa do 28 de Maio, o que não há notícia de ter chegado a acontecer. Nesse projeto reconhecia-se ao Grémio Lusitano o direito de representar o Grande Oriente Lusitano Unido. Em 1935 seria a base desta reflexão, expurgado das referências à Maçonaria. Mantinha parte do seu articulado, sublinhando-se que “o poder executivo reconhecerá benemérita e de utilidade pública a sociedade de instrução, propaganda liberal, fomento e solidariedade, denominada Grémio Lusitano”. Acrescentava-se ainda que o poder executivo conferia personalidade

⁷⁵⁷ LOPES, António e SANTOS, Joaquim Manuel Grave dos, “Américo Amorim Alves Leitão” in *Revista Grémio Lusitano*, nº 16, 2º semestre de 2010, Lisboa, Ed. Grémio Lusitano, 2010, pp. 112 a 114. Tanto Américo Amorim Alves Leitão como seu pai, José Alves Leitão, como ainda seu tio, Manuel Alves Leitão, foram destacados maçons, mantendo, no âmbito das suas atividades neste domínio, contactos regulares com Obediências estrangeiras, nomeadamente com o Grande Oriente de França. De Manuel Alves Leitão encontram-se algumas referências, mas desconhece-se a sua Loja. Quanto a José Alves Leitão foi iniciado em Agosto de 1912 na Loja Liberdade, com o nome simbólico de José Fontana. A casa comercial que abriram designava-se de “Casa Leitão – Chocolates, Chá, Café e Cacau” e situava-se na Rua da Prata 252 – 254. Américo Amorim virá a pertencer à Loja Liberdade com o nome simbólico de Febo Moniz. Durante a Ditadura, ali estiveram disponíveis as listas do MUD, sendo a sua casa comercial local de encontro e de reunião de Irmãos e de resistentes políticos. Olhando para as fotografias, usou o subterfúgio dos almoços de amigos ou associativos para efetuar ágapes maçónicos, sendo participantes José Magalhães Godinho, Armando Adão e Silva, Costa Pina, Nunes de Almeida, Luís Rebordão, Rodolfo Lavrador, Dias Amado, Abílio Mendes, Ferreira Diniz, os fotógrafos Maurice e Joseph Lazarus, o general Sá Cardoso, o médico Fernando Silva Araújo ou Inácio Quintela Emauz.

jurídica ao Grémio Lusitano, caindo a versão original de conferir tal reconhecimento à Maçonaria.⁷⁵⁸

O expediente de separar o GOLU do Grémio Lusitano não resultaria e, por portaria de 21 de Janeiro de 1936, o Grémio Lusitano viu os seus bens confiscados, os quais seriam entregues à Legião Portuguesa, com base na Lei 1950. O Palácio Maçónico foi descaracterizado das suas funções originais, nomeadamente pela retirada das decorações maçónicas e de grande parte do mobiliário usado nas sessões rituais, sendo inaugurado com os Serviços de Ação Social e Política da Legião Portuguesa a 1 de dezembro de 1937. Salvaram-se desta onda repressiva a Escola Oficina nº 1, porque registada em nome da Sociedade Promotora de Escolas, e os Internatos de S. João de Lisboa e do Porto.

Pode dizer-se que entre 1935 e 1937 a Maçonaria praticamente não teve tempo para responder aos sucessivos golpes que sofria. A cada momento negativo seguia-se uma nova contrariedade que não permitia uma resposta pensada e eficaz. A maior consequência ocorreu na relação do Conselho da Ordem com as Lojas, cuja quebra determinou o esmorecimento da atividade destas e o seu sucessivo desaparecimento. Norton de Matos e as questões internas também não ajudaram. Logo a 21 de maio de 1935 Norton de Matos escrevia ao Ministro da Guerra uma carta onde se podia ler:

“venho comunicar a V^a Ex^a que, devendo, em virtude dessa lei, dissolver-se a associação dos maçons portugueses, deixo desde hoje de ser grão-mestre da Maçonaria portuguesa e de pertencer a uma associação que, em obediência a uma lei do Estado, deixa de existir”.⁷⁵⁹

Internamente esta atitude não foi bem aceite, ainda para mais tendo-se sabido que igualmente pedira expressamente ao Chefe de Gabinete da Presidência do Conselho que desse conhecimento a Salazar da sua carta. De igual forma procedeu em relação ao GOLU, tendo enviado uma carta idêntica a Maurício Costa, então presidente do Conselho da Ordem.

Note-se que Norton de Matos já desde 1931 que tinha uma reduzida intervenção na vida do GOLU, ainda que tenha permanecido como Grão-Mestre até 1935, apenas

⁷⁵⁸ *Fundo DCD Documentos Duarte/Simões Raposo*, pasta 04506.009.019 documento original de 1930, Fundação Mário Soares;

⁷⁵⁹ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1^a edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 761;

formalmente, não tendo sido aceite a sua primeira renúncia ao malhete, notando-se a sua presença na inauguração da estátua do Marquês de Pombal, assinando decretos ou manifestando-se contra a ilegalização da Obediência, mas cabendo ao Conselho da Ordem e ao Supremo Conselho a gestão corrente da Maçonaria. Entre a amargura e a crítica, chega mesmo a afirmar que “os maçons lhe exigem garantias, mas os ditadores nada lhe pedem”, afastando-se com pouca vontade de voltar, ligeiramente matizada anos depois durante as eleições presidenciais, ainda que tal aproximação fosse mais da vontade dos muitos maçons ainda ativos que do próprio. Ainda assim, a renúncia de Norton de Matos sublinha o desânimo e a desorientação que se apodera das hostes maçónicas, e determinou uma remodelação do Conselho da Ordem, que A. H. de Oliveira Marques situa em data indeterminada, ficando constituído por Filipe Inês Ferreira, Ramon Nonato de La Féria, José da Costa Pina, Alfredo Mourão, José Afonso Costa Júnior e Maurício Costa que presidia.

Neste período cruzam-se a Maçonaria, membros do Partido Republicano, muitos deles maçons e a oposição comunista e anarco-sindicalista, numa prova que a Oposição não baixara os braços em 1934/35. Num relatório, bem elucidativo da situação da Oposição, da autoria de Roberto Queiróz e dirigido a Afonso Costa e a José Domingues, em nome de um “Comité de Ação”, pode concluir-se dos muitos contactos se continuavam a realizar de forma clandestina.

“No mesmo dia fui a casa do Sr. Dr. Fernando de Castro, a quem puz ao corrente da missão que a Portugal me levava. Este senhor ofereceu-se logo amavelmente para ir falar a algumas das individualidades políticas que eu devia ver na capital, facilitando assim a minha tarefa. Entendeu-se o Sr. Dr. F. de Castro com o Sr. Dr. Maurício Costa (pela Maçonaria), com o Sr. General Sá Cardoso (pelo seu Partido), e com o Sr. Dr. António Sérgio (pela Seara Nova). O Sr. Dr. Ant. Sérgio encarregou-se, a seu turno de falar com o Sr. Dr. Caraça (pelo Partido Comunista e pela Frente Popular), e com os Anarco-sindicalistas. Eu falei com o Sr. Engenheiro Cunha Leal e com o Sr. Coronel Cunha e Almeida e com vários elementos populares (...)”,

e mais adiante

“(…) parti para o Porto no dia 4/2 (...). Logo à chegada falei com o Sr. Dr. António Resende, que, incansável, se pôs imediatamente em contacto com os Srs. Drs. Santos Silva, Veiga Pires e Azeredo Dantas. Ele e os Srs. Pina de Moraes e Dr. Crispiniano da Fonseca, que foi chamado do Marco de Canavezes, assinaram em nome do partido o documento que confirma os plenos poderes concedidos ao seu Presidente Sr. Dr. José Domingues dos Santos (...)”.

Roberto Queiróz refere ainda ter falado com Domingos Pereira, Daniel Rodrigues e Azeredo Dantas. Refere quem recusou e quem aderiu, nomeadamente o coronel Hélder Ribeiro terminando, a dado passo do seu relatório com a conclusão que:

“(…) neste momento, uma revolução de carácter insurreccional com predomínio do elemento civil é um sonho utópico. A revolução, e sobretudo depois da infeliz sublevação comunista do Tejo, só é viável com o apoio do exército, e mesmo assim à condição que ela alcance a vitória em poucos dias, caso contrário veremos dentro das nossas fronteiras uma parte das hostes da seita negra internacional que em Espanha combate ao lado de Franco as forças da Democracia (...). Além disso, a grande maioria dos adversários da Ditadura, seja qual fôr a sua ideologia política, são-no somente nos cafés – estes só a nós nos prejudicam – , ou estão calmamente, cobardemente, nas suas ou em casa de amigos, incapazes da menor atitude que possa compromete-los, uns porque já estão muito queimados e que portanto nada podem fazer, e outros porque não devem descobrir-se dentro das Repartições onde estão prestando relevantes serviços à República... (...). Desenha-se, é certo, hoje, em Portugal, inspirada pelo partido Comunista (...) uma corrente que pretende actuar seja como fôr e com quem fôr (...).⁷⁶⁰

Em 1937 Luís Gonçalves Rebordão assumiu um papel determinante tendo pelo Decreto maçónico nº 45, de 12 de Junho de 1937, sido nomeado presidente do Conselho da Ordem, exercendo também e em simultâneo o cargo de Grão-Mestre de forma interina, até à sua eleição definitiva em 26 de dezembro de 1956. Ainda em 1937, o Conselho da Ordem sofre nova reestruturação vindo a ficar completo com as nomeações de Luís Dias Amado, para presidente do Conselho da Ordem, acumulando com as questões de Justiça Maçónica, José Ferreira Dinis, Alfredo Mourão como Grande Tesoureiro, Ramon Nonato de La Féria como Grande Secretário das Relações Litúrgicas, e José da Costa Pina como Grande Secretário Geral. O Conselho da Ordem integrou ainda como adjuntos José da Costa Veiga e José Roberto de Brito. Coube a Luís Gonçalves Rebordão, a responsabilidade de manter a existência da Maçonaria portuguesa, sem interrupções e durante todo o

⁷⁶⁰ *Fundo DFC Documentos Afonso Costa – correspondência*, Frente Popular Portuguesa, relatório de Roberto Queiróz dirigido a Afonso Costa e a José Domingues dos Santos em 1937, pasta 07219.068, Fundação Mário Soares. Quando se fala na “infeliz revolta do Tejo” refere-se à revolta dos marinheiros dos navios da Armada portuguesa *Dão*, *Bartolomeu Dias* e *Afonso de Albuquerque*, ocorrida a 7 de setembro de 1936, organizada pela ORA (Organização Revolucionária da Armada) ligada ao PCP. Em 1947 o MUNAF, através do seu Comité Distrital de Lisboa, emite um comunicado dirigido à Marinha de Guerra portuguesa onde relembra estes acontecimentos;

período de clandestinidade, um período particularmente difícil que durou até 1974,⁷⁶¹ durante o qual se criaram Lojas e recompuseram outras. A. H. de Oliveira Marques, a propósito destes nomes, afirma que “a esta equipa de homens íntegros e corajosos se deve o facto de nunca ter a Maçonaria portuguesa abatido de todo colunas nem procurado refúgio no exílio, como sucedeu com tantas outras, nomeadamente com a espanhola”.⁷⁶²

Sob o ponto de vista internacional a Espanha republicana apoiou a Maçonaria portuguesa até à derrota da República às mãos de Franco. Algumas Lojas portuguesas, ainda antes da sua ilegalização, olhavam com simpatia para os republicanos do lado de lá da fronteira. Refira-se que António Montanez e Martinez Barrio, Grão-Mestres da Maçonaria espanhola, se empenharam pessoalmente em apoiar muitos dos emigrados portugueses em Espanha, o mesmo se tendo passado com Manuel Azaña e Marcelino Domingo. Sabe-se também que alguns maçons portugueses combateram pela República na guerra civil e sabe-se também que algumas das armas destinadas a municiar as revoltas em Portugal ficaram nas barricadas de Madrid. Aliás, Azaña, referência do republicanismo espanhol não hesitou no seu apoio aos republicanos portugueses, financeira e politicamente, por via do grupo dos Budas. Sabe-se igualmente que alguns maçons portugueses integraram a Maçonaria espanhola, sendo disso exemplo a Loja República Portuguesa, criada em Madrid por Filipe da Silva Mendes. Luís Rebordão recordará, em 1975, que na guerra civil espanhola os maçons portugueses tomaram partido pelo governo republicano contra o franquismo,⁷⁶³ num contexto que extravasou as fronteiras espanholas, afluindo ao teatro de operações voluntários de diversos países da Europa e de fora da Europa, com particular destaque para comunistas e anarquistas. Em contrapartida, Salazar apoiou a sublevação de Franco, motivando a participação dos “viriatos” na guerra civil e permitindo que o país funcionasse como retaguarda dos que integravam o campo nacionalista, com as forças policiais a prenderem muitos republicanos que fugindo aos partidários de Franco procuraram refúgio em Portugal.

⁷⁶¹ A Lei 594/74 de 4 de Novembro de 1974 revogou a Lei 1901 de 21 de Maio de 1935, assim como os Decretos-Leis nº 39 660 de 20 de maio de 1954 e nº 520/71 de 24 de novembro de 1971, restabelecendo assim a existência legal do Grémio Lusitano.

⁷⁶² MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria em Portugal*, col. Cadernos Democráticos/Fundação Mário Soares, Lisboa, Ed. Gradiva, 1998, p. 56;

⁷⁶³ “Mensagem do Sap.: Grão-Mestre Dr. Luís Gonçalves Rebordão à Gr.: Dieta reunida no Gr.: Templo José Estêvão, em Lisboa, aos 26 de Março de 1975” in *Boletim do Grande Oriente Lusitano*, Janeiro, Fevereiro e Março de 1980, Lisboa, Grémio Lusitano, 1980, p. 33.

Por um lado, o governo da Ditadura sabia que a sua própria sobrevivência estava em muito ligada à situação política em Espanha, por outro o apoio aos franquistas contribuiu para uma certa mentalidade anticomunista incutida numa grande parte da população. A este propósito refira-se que na Espanha franquista ocorreram fuzilamentos por acusação de pertença à Maçonaria, fruto de uma obsessão que levava Franco a esquecer-se de que o seu irmão Ramon Franco, apesar de ter combatido pelo campo nacionalista, era membro da Loja francesa Plus Ultra. Alguns autores consideram que por detrás desta obsessão está o facto de Franco considerar que a Maçonaria impedira a sua ascensão militar durante a República e o investigador José Ferrer Benimeli avança mesmo com o facto de a Maçonaria espanhola ter recusado o seu ingresso primeiro numa Loja de Larache, em 1929, e depois numa Loja de Madrid já em 1932.⁷⁶⁴ No entanto, e à semelhança do que acontecera em Portugal, a repressão sobre a Maçonaria levou muitos maçons a enterrarem e queimarem documentação, paramentos e insígnias. Salazar não chegou ao extremo franquista de destruir símbolos maçónicos no espaço público, caso dos cemitérios ou de edifícios públicos, mas a Oposição em Portugal tinha agora de se fazer por novas formas, mais dissimuladas, decerto mais perigosas, agora que a Espanha, a Alemanha e a França viram também a sua Maçonaria perseguida.

7 - A Legião Portuguesa no Palácio Maçónico

Depois de ilegalizar a Maçonaria, a repressão não terminava por aqui. Quando da ilegalização da Maçonaria fora nomeada uma comissão para inventariar os bens da Maçonaria, sabendo-se que muita documentação foi queimada quando da ocupação do Palácio Maçónico. A. H. de Oliveira Marques refere que a Comissão que tomara conta das instalações, presidida pelo tenente Miguel da Silveira, queimara muita documentação de arquivo, duplicados de livros e folhetos considerados inúteis.⁷⁶⁵ Equacionou-se para uso do Palácio a instalação de vários serviços públicos e uma esquadra de polícia, mas ficaria abandonado até 1937, altura em que, a 3 de abril, a

⁷⁶⁴ MARTIN-ALBO, Miguel, *A Maçonaria Universal*, Lisboa, Bertrand Editora, 2005, p. 494;

⁷⁶⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 42 e 43;

Direção Geral da Fazenda Pública tomará oficialmente posse dos bens do Grémio Lusitano, já contando com o seu destino claramente traçado e discutido meses antes, em janeiro.

O regime vai então mais longe pela voz de José Cabral. Lendo o *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, não deixa de ser interessante que a justificação da entrega dos bens do Grémio Lusitano à Legião Portuguesa seja feita, amiúde, com a projeção do posicionamento político do regime e da própria Legião na guerra civil espanhola. O Grémio Lusitano é dissolvido por portaria de 21 de janeiro de 1936, que ordena ao

“Governo da República pelo Ministro do Interior, de harmonia com o artº 2º da Lei nº 1901, de 21 de maio de 1935, dissolver a associação secreta denominada Grémio Lusitano com sede em Lisboa na rua do mesmo nome, e o Grémio Seara de Luz, secção daquela associação e com sede também em Lisboa, na rua de S. Sebastião da Pedreira. Ministério do Interior, 21 de Janeiro de 1936. O Ministro do Interior”.⁷⁶⁶

A Lei 1901⁷⁶⁷ virá ser ligeiramente alterada através do projeto de lei nº 121,⁷⁶⁸ que desemboca na clarificação sobre o destino dos bens do Grémio Lusitano, onde mais uma vez temos a mão de José Cabral. Pretendia este que os bens do Grémio Lusitano, em vez de serem vendidos em hasta pública, fossem entregues à Legião Portuguesa, “que deles tomará posse quando lhe convier”. No *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* justifica-se tal opção com o facto de a Legião Portuguesa ser considerada uma associação patriótica e que, do antigo palácio da maçonaria deveria o comandante da Legião expedir as suas ordens contra os comunistas. Também ali se pode ler a exclamação “renasce a vida onde viveu a morte!”. E acrescentava-se que “é cheia de justiça mais esta antinomia da História. O comunismo é um corolário da maçonaria (...)”. Numa amálgama de afirmações díspares, que incluíam conclusões do *Convent*⁷⁶⁹ do Grande Oriente de França em 1936, o legislador termina com a conclusão de que:

“é justo que a Legião Portuguesa, associação nacionalista contra o comunismo, tenha a sua sede no antigo palácio da maçonaria portuguesa. E para esse fim

⁷⁶⁶ “Palácio (O) Maçónico” in *Luz e Trevas*, Ed. Grémio Lusitano, s. dt.;

⁷⁶⁷ A Lei nº 1901 só seria revogada pelo decreto lei 594/74 de 7 de novembro de 1974, que estabelece o direito à livre associação e que permitiu que o Grémio Lusitano retomasse legalmente as suas atividades;

⁷⁶⁸ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, suplemento ao nº 100, 11 de janeiro de 1936, pp. 152 F a 152 G;

⁷⁶⁹ Reunião magna das Lojas desta Obediência, numa equivalência próxima da Grande Dieta do Grande Oriente Lusitano, que também em certas épocas se designou de reunião em Grande Loja;

devem ser incorporados no património nacional para serem afectados ao serviço da Legião Portuguesa, os bens do Grémio Lusitano”.

A verdade é que a imprensa antimaçónica não perdeu tempo em se pronunciar sobre os bens do Grémio Lusitano. *A Voz*, não esquecendo os “estragos e prejuízos provocados pela revolução de 5 de Outubro”, sugere que o edifício deve “ser aproveitado para assistência”, subliminarmente sugerindo uma ordem religiosa.⁷⁷⁰

O projeto de lei que em dezembro de 1936 se encontrava em discussão na Assembleia Nacional visava uma vez mais a Maçonaria expoliando-a dos seus bens. Ali se escreve que:

“a lei nº 1901, de 21 de Maio de 1935, considerou secretas as associações que exerçam a sua actividade, em todo ou em parte, por modo clandestino ou secreto, devendo, como tais, ser dissolvidas pelo Ministro do Interior e os respectivos bens arrolados e vendidos em benefício da Assistência Pública (artigos 2º, alínea a), e 4º). Do parecer da Câmara Corporativa emitido sobre o projeto de lei nº 2 e da discussão deste, resultou provado que a associação ou sociedade de recreio denominada Grémio Lusitano (...) exercia a parte mais importante da sua actividade por modo secreto, à margem dos seus estatutos e por intermédio do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa. (...) É pois legítimo aplicar à pretensa sociedade de recreio Grémio Lusitano o regime estabelecido na citada lei nº 1901, de 21 de Maio de 1935. E esse regime quanto a bens, consiste no seu arrolamento e venda, em praça, revertendo o seu produto em favor da Assistência Pública. Ora a referida associação Grémio Lusitano possui nesta cidade de Lisboa, (...) um prédio (...). Em tal prédio tem, desde há muito, a sua sede, que é ao mesmo tempo, como se viu, a sede do Grande Oriente Lusitano Unido. Está pois este prédio sujeito ao regime referido com um fim, manifesto, de utilidade pública. (...)”.

E mais adiante:

“julgou o Governo útil criar a Legião Portuguesa – formação patriótica de voluntários destinada a organizar a resistência moral da Nação e a cooperar na defesa contra os inimigos da ordem social e da Pátria. E criou-a (...) dando assim satisfação a uma aspiração antiga e geral. É indiscutível o carácter de interesse nacional desta instituição, cuja acção visará, de um modo especial, a impedir a infiltração na sociedade portuguesa de todas as doutrinas subversivas da ordem social estabelecida e da civilização cristã, que Portugal sempre serviu e propagou. (...) Assim a Legião Portuguesa, integrada por bons portugueses, disciplinados e patriotas, servindo publicamente a Nação (...) em oposição categórica e total à Maçonaria, associação caracteristicamente internacionalista e amoral, visando a instituição de uma sociedade racionalista e igualitária, de tendências nitidamente

⁷⁷⁰ “Rede (A) de espionagem maçónica” in *A Voz*, de 17 de julho de 1935, Lisboa, 1935;

comunizantes (...), a tais bens, e nomeadamente ao prédio referido, que durante muito tempo serviu de centro de irradiação maçónica, não poderia ser dado melhor destino de utilidade pública do que afectá-los ao serviço da Legião Portuguesa (...).⁷⁷¹

Para que não restassem dúvidas um despacho de Mário Pais de Sousa, ministro do Interior, com data de 21 de janeiro de 1937, sublinha que o Grémio Lusitano era uma organização maçónica que desenvolvia uma atividade social de carácter secreto e que ocultava das autoridades a verdade da sua ação.

Na sessão de 23 de janeiro de 1937 o assunto Maçonaria é mais uma vez retomado, e de novo por José Cabral, que acusa a Maçonaria francesa de intervir em Espanha, canalizando armas com origem na Bélgica para Espanha, em favor “do chamado governo de Valência”, argumento para o aditamento à lei em que seria proposto, que “a antiga Travessa do Guarda-Mór, hoje Rua do Grémio Lusitano, sita nesta cidade de Lisboa e freguesia da Encarnação, passará a designar-se Rua da Legião Portuguesa”. A proposta de José Cabral virá a merecer a oposição Querubim Guimarães que argumenta que a faculdade de dar denominação a ruas é uma atribuição dos corpos administrativos do Estado, terminando com a apresentação de uma moção cujo articulado pode ser lido de forma dúbia. Por um lado, aceita mudar a designação da rua, por outro entende que essa designação não pode ser atribuída a “entidades prejudiciais à vida pública”, o que em face da proposta de José Cabral também poderia ser atribuído à Legião Portuguesa. O regresso à antiga designação de Travessa do Guarda Mor também é, de facto, um compromisso entre a designação de “Grémio Lusitano” e de “Legião Portuguesa”, esta vista como que uma provocação desnecessária. É assim aprovada a moção de Querubim Guimarães com o seguinte teor:

“a Assembleia Nacional, considerando que às ruas da cidade e povoações só devem ser dadas denominações que representem factos históricos, gloriosos, nomes de instituições públicas meritórias e de pessoas que se distinguiram, na vida nacional ou local, por altos serviços e não por entidades prejudiciais à causa pública; considerando que a denominação de Grémio Lusitano, dada à antiga Travessa do Guarda-Mor, não deve manter-se: resolve sugerir à Câmara Municipal de Lisboa a sua substituição e a de quaisquer denominações que recordem pessoas, factos ou entidades que não sejam merecedoras dessa comemoração”.⁷⁷²

⁷⁷¹ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, nº 91, 11 de dezembro de 1936, pp. 31 e 32;

⁷⁷² *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, nº109, 23 de janeiro de 1937, pp. 315 a 317;

De novo, na sessão de 23 de janeiro da Assembleia Nacional, volta a ser discutida a questão das instalações serem afetadas às atividades da Legião Portuguesa. A questão residia, uma vez mais, em torno da forma como José Cabral queria legislar essa afectação, que na opinião de Mário de Figueiredo seria inconstitucional segundo o teor apresentado.

“Se esta Assembleia votasse uma norma nestes termos: as instalações do Grémio Lusitano passam a ser instalações da Legião Portuguesa, determinava pura e simplesmente um confisco, e inconstitucionalmente, porque, nos termos da Constituição, é vedado a esta Assembleia ou a qualquer órgão do Estado, o confisco. (...) E, por isso mesmo, (...) é que o projeto aparece nos termos em que aparece: dá destino aos bens que já devem estar incorporados no património nacional; não os encorpora. Mas pode dizer-se: o confisco não é estabelecido agora por este projecto, mas foi-o pela lei nº 1901. Afinal, no princípio há sempre um confisco. Também não é exacto. Na lei nº 1901 não está consagrado um confisco. O que essa lei estabeleceu (...) quanto a essas entidades, que não podem ter existência legal em Portugal, há, depois de dissolvidas, que dar destino aos bens. Não há nenhuma hipótese de confisco. Não há confisco na lei 1901; também o não há, hoje, em que se trata de dar destino diferente a bens que devem ser incorporados no património do Estado. E aqui está porque eu entendo, como o ilustre autor do projecto, que é preferível, em todo o caso, manter a redacção do projecto e aceitar a sugestão da Câmara Cooperativa (...)”.⁷⁷³

Argumentava ainda Mário de Figueiredo que caindo a Maçonaria sob a alçada da lei 1901 aconteceria com os seus bens aquilo que, de um modo geral, sucede a outras associações quando são dissolvidas: na falta de um sujeito de direito que detenha esses bens, eles seriam devolvidos ao Estado. Para a história ficam os apartes de Cancela de Abreu que pedia uma desinfeção ao edifício, mas ficam principalmente estas questões jurídicas que irão em 1974 servir de argumentação para que o recém legalizado Grémio Lusitano recuperasse parte dos seus bens.

Este debate culmina com a Lei 1950, de 18 de fevereiro de 1937, que determinou que todos os bens do Grémio Lusitano fossem entregues à Legião Portuguesa, “que deles tomará posse quando lho convenha”, entrega autorizada por despacho do ministro das Finanças de 20 de março de 1937 e que se tornou efetiva em 16 de abril desse ano. Na imprensa da época refere-nos que em 3 de abril

“compareceram (...) pelas 14 horas, os srs. Raimundo Alves, funcionário do Governo Civil, como representante do chefe do distrito; tenente Belo, pelo conselho administrativo da Legião Portuguesa, a cujas instalações se destina aquela

⁷⁷³ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, nº 109, 23 de janeiro de 1937, pp. 315 e 316;

propriedade; Gustavo Cabral, que ficou fiel depositário em nome da Direcção Geral da Fazenda Pública, e José Pereira Pimentel oficial do mesmo organismo, que procederam ao arrolamento dos objectos existentes nas diversas salas”.⁷⁷⁴

Cabe aqui referir um episódio caricato, mencionado por Dias Amado anos depois, em que no momento da ocupação do Palácio e do inventário feito por Raimundo Alves, este teria apresentado aos seus colaboradores naquele ato oficial do regime, entre várias, uma fotografia de um grupo maçónico, exclamando: “Olhem, olhem, também estou aqui nesta!”.⁷⁷⁵

O edifício viria a ser adaptado para aí se instalarem os serviços de Ação Social e Política da Legião Portuguesa, inaugurados em dezembro de 1937. Para apagar da memória coletiva as referências locais à Maçonaria, já no mês anterior, através de um edital de 19 de novembro de 1937, a Câmara Municipal de Lisboa fizera substituir a designação toponímica de Rua do Grémio Lusitano por Travessa do Guarda Mor. Este foi o momento culminante de uma campanha iniciada na imprensa anos antes, com particular relevo para *A Voz* e para o *Diário da Manhã*, com diversos artigos publicados sucessivamente em vários números, numa prosa que em pouco se distingue do sensacionalismo e populismo dos dias de hoje. Especificamente sobre a ocupação do Palácio Maçónico o primeiro artigo do *Diário da Manhã* é publicado em 10 de novembro de 1935 e é resultado da abertura do Palácio à imprensa por iniciativa do regime, simbolizando uma vitória deste sobre a Maçonaria. Garcia Moreno é o jornalista do *Diário da Manhã* que assina estas crónicas ou “de como um jornalista, por mal dos seus pecados, teve de visitar o Gr.: Oriente”.⁷⁷⁶ E começa assim no seu primeiro artigo:

“ora quem me diria a mim, filho, neto, bisneto – eu sei! – de fervorosos inimigos da Maçonaria, quem me diria a mim, nado e criado no horror cristianíssimo de semelhante burundanda social, que ainda havia de cruzar os umbrais duma caverna da espécie!... Pois estive lá, sexta feira última (...). Um homem das direitas, jornalista católico, sempre desejoso de bem servir as grandes ideias informadoras da Nacionalidade – a cruzar os umbrais daquele templo de Maldade e da Estupidez!... Esta só a mim, Deus do céu!...”.

E continua o autor, escrevendo que

⁷⁷⁴ “Acto (O) da entrega ao governo da antiga Maçonaria” in *Arquivo Nacional*, de 14 de abril de 1937, Lisboa, 1937. Refira-se a este propósito que João Raimundo Alves foi carbonário e maçom, sendo um dos protagonistas da implantação da República em Loures, em outubro de 1910. Foi iniciado na Loja Elias Garcia, de Lisboa, em 1911;

⁷⁷⁵ Artigo inserto no jornal *A Rua*, s. dt. por referência a uma entrevista de Dias Amado ao jornal *A Luta*. Nota: o exemplar consultado, recortado e bastante degradado não permitiu melhor identificação bibliográfica;

⁷⁷⁶ “Palácio (No) da Maçonaria” in *Diário da Manhã*, de 10 de novembro de 1935, Lisboa, 1935;

“haviam-me comunicado o desejo do actual governador civil de Lisboa, sr. tenente-coronel João Luiz de Moura, de que os jornalistas fossem lá observar aquilo por dentro, agora que a polícia tomou conta do palácio e recheio e trata de dar destino condigno a continente e conteúdo (...)”.

Descrevendo o Palácio, o jornalista diz-nos que:

“sobre a porta principal, esquadro e compasso emoldurando um olho aberto a advertirem que é ali o Palácio do Olho Vivo (...). Venço a naturalíssima, a ancestral repugnância (...). Vem alguém abrir a porta e passeio o olhar (...) á espera de coisas imponentes cheias de mistério e pavor. Sinto-me pore m roubado (...). Um lustre vulgaríssimo no tecto de estuque manhoso, cinco ou seis degraus ladeados por dois sócos de mármore e sobre os quais se estiraçam leões de bronze em tamanho respeitável (...). bato irreverentemente com a ponteira da bengala nos majestosos sócos (...), verifico de beijo caído, que o mármore é de madeira. Repito a irreverência nos leões e, Deus do céu! São de pasta!... (...) Desemboco á direita numa galeria envidraçada que dá para um jardinete,... raquítico e desprezado,⁷⁷⁷ aonde estão ardendo papeladas (...). Remexo nos papéis condenados àquele auto de fé e encontro dois sumamente curiosos: um diz respeito à admissão de Américo Olavo (...), o outro é um passaporte (...)”.⁷⁷⁸

Nesta prosa liberal, onde o autor fala dos “covis do Grémio Lusitano”, de “provas macabras” ou dos “apaniguados da seita”, o mesmo conclui que “realmente, se o diabo não preside aos fins da maçonaria, era bem digno disso!...”. O jornalista não resiste aos seus preconceitos antimaçónicos, escrevendo:

“que coisa ridícula este amontoado (...). Voltando para a direita encontra-se a sala de bilhar.⁷⁷⁹ Posso garantir aos leitores que (...) qualquer clube da província tem coisa muito melhor (...). O botequim ao fundo (...) tudo aquilo chambão e com um ar tão reles (...). Sente-se que os habitantes e frequentadores desta caverna, donde tantos malefícios e desgraças saíram (...) fechavam a bolsa e só cuidavam de negócios (...). A escadaria de madeira, com um corrimão digno da rua dos bacalhoeiros, ostenta nos patamares uns jarrões brancos e azues, parecidíssimos com os potes da água. Inquiro o meu obsequioso cicerone que diabo de faianças serão aquelas (...). Venho a saber que são de barro, pintado a cal, e requincoficamente pintalgados a azul: a procedência deverá ser de qualquer oleiro sócio da charanga maçónica (...). Chegados ao andar nobre outra galeria envidraçada e, nela, um mostrengo de gesso: uma matrona em busto que abraça uma cabeçorra de olhos vendados. Procuro descobrir o simbolismo daquela pessegada incomensurável mas reconheço-me impotente para tão altas cavalarias. Recorro ao tenente para que me ajude e

⁷⁷⁷ Este jardim que aqui é referido era na verdade um saguão, existente até há poucos anos e onde hoje se situa o bar;

⁷⁷⁸ Américo Olavo Correia de Azevedo, natural do Funchal e iniciado em 1901, irmão de Carlos Olavo Correia de Azevedo;

⁷⁷⁹ A sala de bilhar era onde hoje se encontra a livraria do Museu Maçónico Português;

acabamos ambos por desistir. Fico apenas a saber tratar-se duma beleza de hortaliça com que um Ir.: gaulês presenteou o palácio maçónico”.⁷⁸⁰

Num novo artigo⁷⁸¹ o autor volta a escrever:

“confesso, mais uma vez, a repugnância, o asco, a bem dizer dolorido que me provoca a peregrinação por este palácio do ódio a Deus. (...) Passemos a outra sala. Parece ter servido ao secretário geral da seita em Portugal. Continua a predominar o estilo Portas de Santo Antão (...)”.

Descrevendo as várias salas no mesmo tom, o jornalista informa os leitores que:

“nada do que aqui está foi feito ou fornecido por gente estranha á seita. Tudo proveio de estabelecimentos pertencentes a membros da Maçonaria e foi colocado por indivíduos filiados nela! Desde o mais simples malhete ao mobiliário mais abstruso, da instalação elétrica à obra de carpintaria e impressão de boletins maçónicos e confecção de indumentária”.

Entretanto *A Voz* publica a imagem de um dos Templos dos Altos Graus usado para o Rito Escocês Antigo e Aceito e uma imagem do chamado Templo Grande,⁷⁸² que nos permite observar a riqueza decorativa do mesmo. Nessa imagem podemos ver um riquíssimo altar em vários degraus, colunas e um frontão no lugar do Venerável, decorações hoje desaparecidas, e um cadeiral ricamente decorado, existente à esquerda e à direita, assim como no altar. Deste altar pouco resta, já que a decoração em madeira entalhada, existente na parte de cima das cadeiras, foi serrada e com isso destruída toda a simbologia maçónica. Refira-se que uma pequena parte do mobiliário deste Templo – as cadeiras ainda hoje existentes, ainda que parcialmente amputadas, são da autoria de José Emídio Mayor, importante marceneiro de Lisboa, com atelier na Rua das Chagas, muito próximo de José Relvas e para quem trabalha, com algum mobiliário da sua autoria ainda hoje existente na Casa dos Patudos, em Alpiarça. Nessa fotografia, publicada n’*A Voz*, podemos ver que o espaço é dotado de energia elétrica, com ligações às colunas dos balcões, fundidas numa fundição de Benfica, em Lisboa, e ainda hoje existentes, e que possuía a *mezzanine* que também ainda hoje existe.

Com data indeterminada, mas encimado com a data de “24 Novembro 1941”, existe um documento no Arquivo do Grande Oriente Lusitano, relato posterior do

⁷⁸⁰ “Palácio (No) da Maçonaria” in *Diário da Manhã*, de 10 de novembro de 1935, Lisboa, 1935. A escultura aqui referida é alusiva a Francisco Ferrer, efetivamente oferecida pela Maçonaria francesa ao Grande Oriente Lusitano Unido, informação que o jornalista deve ter colhido. Esta escultura ainda hoje existe;

⁷⁸¹ “Palácio (No) da Maçonaria” in *Diário da Manhã*, de 14 de novembro de 1935, Lisboa, 1935;

⁷⁸² Hoje designado de Templo José Estevão;

acontecido nessa data, admitido nós que se trata de um documento dactilografado a partir de um documento da Legião portuguesa, ou do livro *A Idade Maçónica 1780-1940*, o qual começa com a indicação de que:

“os dirigentes supremos da Legião Portuguesa, a grande organização cívica militarizada que constitui o mais sólido apoio a Salazar (...) nos convidaram a expor, no seio da sua organização, a nossa tese histórica da Idade Maçónica. Assim nasceu a Conferência que (...) fizemos em Lisboa, em 24 de Novembro de 1941, na sede da Acção Social e Política da Legião Portuguesa, depois repetimos, sempre a pedido do organismo director da Legião, no Porto, em Coimbra, em Braga e em Vizeu (...)”.

De seguida somos esclarecidos que essas conferências foram publicadas em livro sob o título *Fim da Civilização Ocidental e nascimento da Civilização Ecuménica*, para continuar dizendo que “a raiva dos inimigos da nossa tese de filosofia da História subiu então ao auge, com tanto mais ardor quanto a Maçonaria fora atacada no local histórico de onde havia vibrado os maiores ataques à alma de Portugal”. Era o reacionarismo de forma provocatória a atacar a Maçonaria no local onde fora a sua sede. O autor da conferência seria um tal “Lusol”, que é identificado num acrescento ao documento como sendo o padre Amadeu de Vasconcelos, que também usava o pseudónimo de Mariote.⁷⁸³ Consultando a obra do padre Amadeu de Vasconcelos facilmente percebemos a intenção da mesma, apesar da sua pobreza e falta de rigor informativo, historiando a Maçonaria em Inglaterra, em França e nos EUA, ignorando, naquele local, a Maçonaria portuguesa, mas tirando ilações nacionais a partir de realidades além fronteiras. De resto a obra é clara no seu apoio ao regime, quando escreve que as suas ideias constituem um “dever imperioso de todos os nacionalistas, empenhados na cruzada sagrada de libertarem a pátria do jugo maçónico, claro ou encoberto”, acusando a Maçonaria de promover “reuniões eleitorais de propaganda, movimentos artificiais de opinião pela imprensa obediente a ordens secretas, grupos aquecedores de entusiasmo, moções concertadas, ordens do dia antecipadamente preparadas, tudo cuidadosamente preparado e organizado pelo centro maçónico director, oculto, que tem nos partidos políticos o traço de união necessário entre a Maçonaria e a Democracia”.⁷⁸⁴ Classificando ainda a Maçonaria como sendo uma organização anticristã, refere um possível atentado contra si, que de resto o documento existente no Arquivo do Grande Oriente Lusitano também menciona como sendo desconhecido. Diz-nos

⁷⁸³ *Decretos do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁷⁸⁴ VASCONCELOS, Amadeu de (Lusol), *A idade maçónica 1789-1940*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Violeta Primorosa, 1944, pp. 185, 186 e 190;

Amadeu de Vasconcelos, como que tentando chamar a si as atenções dos defensores do regime, que

“o atentado que se rumorejou dever ser cometido contra a minha vida quando fiz a conferência sobre a Idade Maçónica na sede lisbonense da Legião Portuguesa, o antigo Templo maçónico do Grande Oriente Lusitano, não se realizou, pela razão simples de haver atmosfera para atentados. Conheço muito bem a Maçonaria, como este livro o prova, para saber que os diferentes avisos que tenho recebido correspondem à realidade da condenação à morte, que pode ser executada em oportunidade conveniente para a Maçonaria e seus aliados”.⁷⁸⁵

Como atrás se escreveu este foi o momento culminante de uma campanha iniciada na imprensa ainda na década de vinte e visando a Maçonaria. Mas, como afirmava o deputado Lopes da Fonseca na Assembleia Nacional “as sociedades secretas têm no mesmo tempo uma fraqueza e uma força. A fraqueza do seu segredo indica já uma falta; têm, no entanto, a sua força, porque no segredo encontram a forma de se poder furtar a ataques categóricos e a oposições decididas”.⁷⁸⁶ Esta segunda parte da afirmação de Lopes da Fonseca era verdadeira, e isso permitiu à Maçonaria à Maçonaria atravessar todo o período da clandestinidade no meio das maiores dificuldades é certo, mas viva!⁷⁸⁷

8 – A Oposição

8.1 – Da relação com anarquistas, socialistas e comunistas - a frente republicana

Na década de trinta na Oposição vislumbra-se uma Frente Republicana, sem um vínculo formal e que reúne todos inclusive a Frente Popular e que deve ser vista não como uma organização, mas antes como um ideal e uma união de esforços de combate ao regime. Ela surge num contexto de exílio da Oposição republicana e de vigência da sua homóloga espanhola, existindo entre 1936 e 1939 com fronteiras temporais pouco definidas. A própria participação maçónica é difusa, já que a

⁷⁸⁵ VASCONCELOS, Amadeu de (Lusol), *A idade maçónica 1789-1940*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Violeta Primorosa, 1944, pp. introdução;

⁷⁸⁶ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, nº 109, 23 de janeiro de 1937, p. 316;

ilegalização da Maçonaria vai manietá-la e enfraquecer, emergindo os nomes de alguns maçons com uma participação mais a nível individual que orgânica.

De facto, nem sempre a conjugação de esforços contra o regime se traduziu numa organização formal. Na correspondência de Bernardino Machado aparece por vezes a referência a uma “frente republicana”, vista não como uma organização, mas antes como uma conjugação de esforços, sublinhando a existência de um sentimento de união forte, de tal forma que atravessou todo o período da Ditadura e foi um fator decisivo para a sobrevivência da Maçonaria. Poder-se-á dizer que eram todos os que se identificavam com os ideais da República, independentemente dos seus matizes ideológicos, mas cuja dinamização e sentimento predominante se identificava com a Maçonaria.

Dinamizada a partir do exterior por Afonso Costa a partir da segunda metade da década de 30, a Frente Republicana reunia os partidos de matriz republicana, a Maçonaria, a UCRAL⁷⁸⁸ e a Frente Popular. Um documento datado de 1937 indica como delegados: Cunha Leal, a Maçonaria, ambos delegando os seus poderes em Afonso Costa, o general Sá Cardoso e António Sérgio, em representação da *Seara Nova*, ambos tendo também delegado os seus poderes em Álvaro Pope, e ainda o Partido Democrático, representado por Agatão Lança, o Partido da Esquerda Democrática, representado por José Domingues dos Santos, o Comité de Sargentos e a UCRAL, representados por Roberto Queiróz e ainda os anarco-sindicalistas. Há também referencia à participação comunista através da Frente Popular com a indicação “pela Frente Popular (Dr. Caraça) já esteve em Paris um delegado, que se encontrou apenas com o Sr. Dr. José Domingues dos Santos, visto o Dr. Afonso Costa estar ausente”.⁷⁸⁹

Formalmente destaca-se pela ação política a Frente Popular Antifascista, crescentemente dominada pelos comunistas e correntemente denominada apenas de Frente Popular, que se apresenta como constituída em 1935 e da qual inicialmente também fazem parte maçons, velhos republicanos e anarquistas, que rapidamente se rarefazem no seio dos comunistas e que implodirá na sequência do apoio do PCP ao Pacto Germano-Soviético. A sua existência insere-se na estratégia

⁷⁸⁸ UCRAL - União dos Combatentes da República, apresentando-se por vezes como União dos Combatentes da República – Aliança Liberal);

⁷⁸⁹ *Fundo DFC Documentos Afonso Costa*, pasta 07219.061, Fundação Mário Soares;

frentista que na época tocou o PCP. Pacheco Pereira refere-a na biografia de Álvaro Cunhal e define os seus apoios e as suas alianças:

“com quem é que se podia constituir a Frente? A oposição estava muito fragmentada, e o efeito dissolvente do exílio de muitas centenas de homens hostis ao Estado Novo já se fazia sentir. A ronda pelos grupos políticos existentes era desanimadora, até porque muitos deles apenas existiam no papel e não ultrapassavam o agrupamento de uma meia dúzia de notáveis que não representavam ninguém, a não ser eles próprios”.

Pacheco Pereira refere também haver “a Maçonaria, que se encontrava numa situação de grande desagregação mas cujos membros colaboravam com o PCP”. Depois de referir que o grau dessa colaboração era significativo em certas áreas da emigração e no interior do país, Pacheco Pereira refere o facto de, apesar das regras da Internacional Comunista introduzidas como lei interna do PCP o proibirem, muitos maçons eram comunistas ou tinham simpatias pelo comunismo e que alguns comunistas não viam inconvenientes em pertencer à Maçonaria, citando os casos de Ludgero Pinto Basto, Orlando Juncal, Alexandre Babo e Manuel João da Palma Carlos. Prossegue Pacheco Pereira referindo que “quanto aos grupos republicanos eles eram ainda essenciais na oposição. Sem eles a FP não seria nada”. Contando com os velhos partidos republicanos, mas não com o Partido Socialista, cujos dirigentes tinham aderido ao regime, a Frente Popular tinha também em vista a colaboração entre a Confederação Geral do Trabalho e a Comissão Intersindical.⁷⁹⁰

Têm importante papel na dinâmica política e na definição programática da Frente Popular os nomes de Bento Gonçalves e Pável,⁷⁹¹ propondo-se a Frente em governar o país num regime de “democracia popular”, que à época significava um parlamento de uma só câmara, acabar com os organismos de ação política criados pela Ditadura, repor a Lei da Separação do Estado das Igrejas e fixar um salário mínimo. O programa da Frente Popular vai acabar por ser hegemonizado pelo PCP, o que deve ser visto como algo natural, ainda que com algumas cedências, nomeadamente em matéria colonial e de integridade colonial, como de resto assinala Fernando Rosas.⁷⁹² À medida que as estruturas do PCP se solidificam,

⁷⁹⁰ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 1, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, pp. 165 e 166;

⁷⁹¹ Francisco Paula de Oliveira;

⁷⁹² ROSAS, Fernando, *O PCP e a II Guerra Mundial in* NEVES, José, PEREIRA, José Pacheco, PITA, António Pedro, NUNES, José Arsénio, ROSAS, Fernando, CUNHAL, Álvaro, ALMEIDA, Vanessa, MADEIRA, João, RABY, David L., GODINHO, Paula, CARVALHO, Ana Margarida de, CARDINA, Miguel, LISI, Marco, LOUÇÃ, Francisco, GASPAR, Carlos, DRAGO, Ana, *Partido Comunista Português 1921-2021: uma antologia*, 1ª edição, José Neves (org.), Lisboa, Ed. Tinta da China, 2021, pp. 85 e 86;

mesmo com as constantes perseguições do regime, diminui a eficácia do discurso da oposição republicana, e reduz-se igualmente o interesse de uma parte do republicanismo, quer pela política em geral, o que leva a algumas adesões ao regime, quer pela oposição ao Estado Novo. No entanto, as propostas da Frente Popular são algo vanguardistas para a época, chegando a propor a expropriação dos *stocks* de trigo e das grandes propriedades agrícolas. Do programa da Frente Popular constava ainda

“dar sem demora e sem sofismas, pão, roupas e casa a todos os portugueses que, ou por desemprego ou por incapacidade física delas careçam (...). Criação imediata em Lisboa, Porto e outras localidades, de campos de assistência e abrigo onde haja pelo menos: esgotos, água e abarracamentos higiénicos e nos quais, sem demora, se recolham a título provisório os sem abrigo que vivem em furnas, pelos campos, pelas escadas, ao ar livre e nos miseráveis bairros de lata, que serão imediatamente destruídos (...). Assistência higiénica, médica e alimentar aos indivíduos recolhidos (...). Construção de bairros salubres para as classes menos favorecidas”.⁷⁹³

Insere-se neste contexto a UCRAL, organização onde era significativo o número de maçons presentes e onde as relações desta estrutura com o PCP eram por vezes tensas.

“A presença em Portugal de agentes da GPU⁷⁹⁴ – confirmada por diversas pessoas e mesmo pela própria UCRAL, que para lá foram com os dois acólitos de J. de Moraes – Silva e Joaq. Godinho – e aos quais se deve a cena das bombas de Janeiro, não agrada tampouco à grande maioria dos republicanos, porque tais actividades só servem para dar razão a Salazar, quando faz anunciar nos seus pasquins, em grandes parangonas, a intervenção moscovita em Portugal. Melhor seria que os comunistas se dedicassem a melhorar a propaganda radiodifundida clandestina (...). Caso contrário, se persistirem na sua tática errada de campanha terrorista, os resultados serão cada vez piores para a nossa causa (...)”.⁷⁹⁵

Refira-se que em plano de fundo maçónico que a Maçonaria portuguesa se mantinha, mesmo após a sua ilegalização em 1935, marcada pelos ideais que presidiram ao 5 de Outubro de 1910 e ao conceito de livre escolha numa república. Acresce que, em 1910, a Maçonaria, sem expurgar do seu seio os obreiros monárquicos, abraçou de alma e coração a República. Após 1926, ainda que em

⁷⁹³ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁷⁹⁴ Diretório Político do Estado, polícia política russa, criada em 1922 por proposta de Lênine e que sucede à Tcheka. Com a criação da URSS integra o OGPU – Diretório Político Unificado do Estado, em 1923;

⁷⁹⁵ *Fundo DBG Documentos Bernardino Machado*, pasta 070020.092, Fundação Mário Soares;

regime republicano, a Maçonaria usou o ideal republicano como fator unificador e como símbolo da sua oposição a um Estado antidemocrático e antiparlamentar. Usou também a carga simbólica das comemorações do 5 de Outubro e do 31 de Janeiro,⁷⁹⁶ como forma de mostrar publicamente a sua existência. E se até ao final da década de trinta e inícios de quarenta ser-se republicano reportava-nos para os ideais da I República, numa amálgama de velhos republicanos e de descontentes com a Ditadura, primeiro militar depois do Estado Novo, a partir da década de quarenta passou a significar a oposição ao regime, que incluía comunistas e velhos anarco-sindicalistas então dispersos, que participavam nas iniciativas do 5 de Outubro como ato político, naturalmente reprimido pela polícia com frequência. É, no entanto, uma expressão de dimensão e significado variável e que se refere a uma realidade em mutação constante entre 1926 e 1974.

8.2 - Anarquistas e anarco-sindicalistas

Em alguns momentos registou-se alguma proximidade entre maçons e anarquistas, pesem embora os confrontos sindicais ocorridos durante a I República. A Escola Oficina nº 1 é disso exemplo, e ainda que enquanto entidade tivesse estado sempre na esfera de influência da Maçonaria Portuguesa, foi uma iniciativa marcada pela colaboração com anarquistas, alguns deles Obreiros das Lojas Sementeira e José Estevão, ligadas ao Grande Oriente Lusitano Unido. Foram estas Lojas as primeiras dinamizadoras do projeto da escola, abraçando as ideias de Francisco Ferrer i Guardia, Grau 31 do Grande Oriente Espanhol e anarquista também e que durante anos inspirou o programa pedagógico da Escola Oficina. Foram os conflitos sociais da República e posteriormente as ações do anarco-sindicalismo que afastaram maçons e anarquistas, ainda que nunca cortando totalmente as relações.

A partir dos primeiros anos do século XX os anarquistas promovem uma estratégia de atuação com base nos sindicatos, cuja ação é vista pelos próprios como

⁷⁹⁶ Nas comemorações do 5 de Outubro, em Lisboa, significativamente a Maçonaria recorreu a locais e atos simbólicos, como as romagens ao cemitério do Alto de S. João e à deposição de flores e outros atos de homenagem, junto à estátua de António José de Almeida, curiosamente inaugurada durante o Estado Novo, em 31 de outubro de 1937. No Porto, destacavam-se as comemorações do 31 de Janeiro no cemitério do Prado do Repouso;

essencial à revolução social, conduzindo primeiro à reestruturação social e à criação de quadros, depois à implementação de uma sociedade libertária com a abolição do Estado. Podemos aqui juntar a ação política de Magalhães Lima, Grão-Mestre entre 1907 e 1928, socialista que olhava com simpatia para as ideias mais avançadas do seu tempo, ainda que seja verdade que as suas ideias políticas não tenham sido nunca impostas ou sido adotadas na íntegra pela Maçonaria. Também ele via com bons olhos essa proximidade, expressa quando afirma que:

“foi na escola proudhoniana que eduquei o meu espírito e fixei a minha orientação democrática. O sentimentalismo dos meus primeiros tempos cedeu o lugar à razão que me tornou republicano-socialista e livre pensador”.⁷⁹⁷

A unir maçons e anarquistas há elos comuns com Proudhon⁷⁹⁸ ou Heliodoro Salgado⁷⁹⁹, passando por Sebastião de Magalhães Lima, João Evangelista Campos Lima ou Roberto Barreto Pedroso Neves. Unidos também por realizações conjuntas como a antiga Escola Industrial Marquês de Pombal, em Lisboa, no bairro de Alcântara, hoje designada de Fonseca Benevides ou a já referida Escola Oficina nº 1, na Graça. Aproxima-os igualmente a Guerra Civil em Espanha ao estarem do mesmo lado da barricada, e unem-os alguns pontos de contacto de ordem sociológica. Por último une-os ainda o anticlericalismo e o combate à influência da Igreja Católica na sociedade portuguesa de então, ou a ideia da perfeitibilidade humana. Mas separa-os a atitude aguerrida de anarquistas e anarco-sindicalistas durante o período da I República, ou as derivas de alguns maçons que, a título individual, se aproximaram da Ditadura. Se alguns projetos e atividades aproximavam maçons e anarquistas, por norma predominantemente na área do saber e da emancipação cultural, separava-os os incidentes sindicais ocorridos durante a I República e a grande massa da sua composição sociológica, predominantemente pequena e média burguesia no caso da Maçonaria, operariado urbano e franjas da pequena burguesia urbana, no caso do anarquismo.

Na realidade, a base sociológica predominante do anarquismo era substancialmente diferente da que se verificava na Maçonaria. Ainda assim é de referir algumas

⁷⁹⁷ CARVALHO, António Carlos, *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913-1935*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Vega, 1993, p. 148;

⁷⁹⁸ Proudhon no seu livro *De la justice dans la Revolution et dans l'Église*, vol II, pág. 309, refere que foi iniciado em 8 de janeiro de 1847 na Loja Sincerité, Parfaite Union et Constant Amitié, de Besançon, França in *Biblioteca Maçónico-Social*, fascículo II, março, Coimbra, 1909/*Fundo Luís Falcão da Fonseca, séc. XVIII a XX*, reservados, caixas 3 e 5, reservados, Biblioteca Nacional;

⁷⁹⁹ Heliodoro Salgado foi iniciado na Loja Obreiros do Trabalho, de Lisboa, em 1890, vindo posteriormente a pertencer às Lojas União Latina, do Porto, e Elias Garcia, de Lisboa;

tentativas da Maçonaria em integrar no seu seio algumas camadas da população onde os anarquistas recrutavam os seus militantes, nomeadamente no meio operário. Exemplo disso é o facto de em 1907 a Loja Montanha, talvez numa situação onde se nota a influência carbonária, ter apresentado uma proposta com vista a motivar a entrada de operários para a Maçonaria, proposta essa que mereceu o apoio do Conselho da Ordem e que visava chegar de forma mais direta às classes populares. É igualmente o exemplo da Loja Paz, onde pontificava Campos Lima e que em 1913 publicou um manifesto claramente anarquista. De qualquer das formas, e apesar de nunca ter havido obstáculos à entrada do operariado nas Lojas, o campo comum era uma pequena elite de comerciantes, artesãos e professores. Cabe aqui uma referência a uma exceção – a Loja Esperança de Porvir, do Barreiro, que existiu entre 1906 e 1935. Não sendo uma Loja muito numerosa, tendo uma dezena de Obreiros na década de trinta, foge à tradicional composição sociológica da Maçonaria. Vendo o seu quadro de Obreiros de 1932 podemos ali encontrar um retroseiro, um operário corticeiro, um mestre de fundição, dois serralheiros, dois funcionários dos caminhos de ferro e um médico. Não era um caso único, mas era um caso significativo, mesmo que nos traga à memória a Loja Evolução, de Lisboa, que em 1913 reunia telegrafistas, serralheiros mecânicos, maquinistas navais ou alfaiates.

Note-se também que a participação em ações ligadas ao ensino nos Centros Republicanos e situações como a da Escola Oficina nº 1 propiciavam essa aproximação. Por outro lado, não havia qualquer incompatibilidade ideológica que impedisse militantes anarquistas e anarco-sindicalistas de pertencerem à Maçonaria. Note-se, no entanto, que esta questão não foi tão vivida em Portugal como o foi em alguns outros países. Em França o Grande Oriente chegou mesmo a reduzir as capitações do operariado que aderira à Maçonaria, no entanto, a generalidade das Obediências maçónicas acabou por dar primazia à qualidade em detrimento de preocupações com a quantidade dos aderentes e, principalmente, a considerar que a direitos iguais correspondiam obrigações iguais, independentemente da origem social ou do estatuto educacional, social ou económico. Isso mesmo é confirmado numa publicação da Loja Invicta, do Porto, onde se pode ler que:

“a Maç.: necessita, pois, de saber seleccionar os seus agremiados, porque ela não se prestigia nem enobrece pelo número, mas sim pelas qualidades morais e nobreza de carácter dos seus membros.”⁸⁰⁰

No seio do pensamento libertário a distinção entre anarquismo e anarco-sindicalismo é polémica, nomeadamente em Enrico Malatesta, que nega a independência do sindicalismo enquanto doutrina, considerando-o apenas uma prática do movimento anarquista.⁸⁰¹ Não entrando nessa análise e distinção, de resto alheias a este estudo, a verdade é que o movimento anarquista foi importante na evolução ideológica do movimento operário. Apesar das tensões com o movimento sindical vividos durante a I República, a verdade é que nos clubes, Centros Republicanos e na Associação do Registo Civil, que posteriormente acrescenta à sua designação inicial “e do Livre Pensamento”, se registava a presença de militantes libertários que muito contribuíram para que as primeiras letras no ensino chegassem a mais cidadãos e para reduzir a importância da Igreja nos atos sociais ou a instauração do Estado laico.

O anarco-sindicalismo será, em 1934, um dos derrotados na sequência da greve geral do 18 de janeiro, movimento que pretendia impedir a entrada em vigor do Estatuto do Trabalho Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei 23 048 de 23 de setembro de 1933 e inspirado em Benito Mussolini e na sua *Carta del Lavoro*. Pretendendo pacificar as relações laborais, dominar política e socialmente a atividade sindical e a sociedade portuguesa, além de simultaneamente orientar a atividade económica nas empresas privadas, a publicação desta legislação visava também arrefecer a luta sindical enquanto expressão de organizações autónomas em relação ao Estado, algo inconcebível face à visão unificadora que presidia à ideia de Nação preconizada por Salazar. Por isso, o sistema corporativo instituído pelo Estado Novo, por um lado, e a decapitação do anarco-sindicalismo após os acontecimentos da Marinha Grande, por outro, foram vistos pelo regime como forma de pacificação das relações laborais e, simultaneamente, como forma de domínio político reduzindo as possibilidades de qualquer contestação política.

⁸⁰⁰ 1930 – 1933 - *Publicações da Resp. Loj. Invicta* n° 446, Porto, 1933, p. 139;

⁸⁰¹ PEREIRA, Joana Dias in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, coord. geral Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2013, p. 114;

Perdendo força o sindicalismo livre, os movimentos reivindicativos viram-se espartilhados no sistema corporativo, originando o seu desmembramento primeiro e a sua reconfiguração depois, ao mesmo tempo que perdiam eficácia. Luís Farinha, referindo-se aos novos sindicatos preconizados pelo Estado Novo, afirma que eles eram “factores de cooperação com todos os outros factores da economia nacional” devendo, segundo a conceção ideológica do regime, os interesses dos seus associados coincidir com os interesses gerais da nação.⁸⁰² Apesar disso, após os acontecimentos da Marinha Grande, enquanto o anarco-sindicalismo soçobra às mãos do regime, são constituídos sindicatos clandestinos que não conseguem sobreviver. Posteriormente, o PCP traçará uma estratégia de infiltração dos sindicatos corporativos, defendida por Bento Gonçalves, para os transformar em instrumentos de luta contra a Ditadura.

A contestação sindical contra Salazar,⁸⁰³ está na origem da greve da Marinha Grande, movimento tão cheio de hesitações sobre a forma de enfrentar o governo e sobre a data do movimento insurrecional, como de acusações mútuas entre anarco-sindicalistas e comunistas. É igualmente verdade que existem nessa greve raízes causais mais longínquas e uma gritante postura que subestima de forma evidente a força do Estado Novo, acabando por determinar uma importante derrota do movimento operário. Nela são igualmente notórias as divergências e até as disputas entre a CGT e a CIS, principalmente, mas também com a FAO, de tendência socialista, ou pior que isso, sendo evidente a falta de realismo político de todos os intervenientes face a um adversário que era comum: o Estado Novo. Na verdade, reflete também uma ausência de estratégia eficaz e comum. A CGT, de tendência anarquista e liderada por Mário Castelhana, propunha que a greve assumisse um carácter revolucionário, colaborando com outros sectores da Oposição de forma a apressar a queda de Salazar. Por seu turno a CIS, dirigida por José de Sousa, dominada pelo Partido Comunista e que havia proposto a ação conjunta, pretendia a realização de uma greve geral articulada com propaganda e com a realização de assembleias gerais dos sindicatos, tendo por fim a intenção dos seus associados não se sujeitarem à legislação aprovada, criando ao mesmo tempo uma frente de oposição ao governo, cuja atuação ocorreria dentro dos limites da legalidade. Os

⁸⁰² FARINHA, Luís, *O Estatuto do Trabalho Nacional in Os anos de Salazar*, vol. 2, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007, p. 47;

⁸⁰³ Para uma análise mais profunda sobre este tema veja-se PATRIARCA, Fátima, *Processo de implantação e lógica e dinâmica de funcionamento do corporativismo em Portugal – texto policopiado (1990), O 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande – texto policopiado (1997) e Sindicatos contra Salazar: a revolta do 18 de Janeiro (2000)*;

sucessivos adiamentos da jornada de luta, solicitados pelos anarco-sindicalistas, que nesse momento tinham alguns dos seus dirigentes presos, e a discordância dos comunistas quanto aos adiamentos solicitados, gerou tensões que prejudicaram o movimento e, no final, acabaria por ditar o fim da hegemonia sindical da CGT. Somavam-se ainda divergências quanto ao método de luta. Uma revolta dentro dos limites da legalidade ou simplesmente revolucionária, agregar a si outras forças da oposição ou não, publicitá-la o mais possível segundo a opção comunista ou tentar apanhar o governo de surpresa como pretendiam os anarco-sindicalistas e o resto da Oposição, fará o movimento soçobrar com Salazar a apoiar-se no exército e na GNR para esmagar a greve. Há também que referir uma tensão latente desde a década de vinte, com o trabalho político do PCP ao criar células em todas as fábricas ou em infiltrar os sindicatos anarquistas, que determinou um conflito constante entre comunistas e anarquistas.

O impacto deste conflito e conseqüente desgaste fez-se sentir muito para além da Marinha Grande, marcando o fim de um ciclo do movimento operário em Portugal. Foi também o culminar de uma situação de tensão laboral, sindical, social e política e epicentro da contestação ao regime, chegando os revoltosos a ocupar a vila. Em algumas localidades houve cortes das linhas telefónicas ou interrupção da circulação ferroviária, casos de Coimbra, Barreiro, Setúbal ou Elvas. Em outras localidades, como Silves, por exemplo, o movimento grevista foi significativo, destacando-se como motores da luta do operariado quer comunistas, quer anarco-sindicalistas. Em Lisboa pouco mais houve que algumas bombas e o assalto a uma esquadra, além do descarrilamento de um comboio por sabotagem na Póvoa de Santa Iria.

É verdade que, como atrás se referiu, no caso da Marinha Grande, os problemas que estão na base deste conflito são muito anteriores ao Estado Novo e residem nas condições de vida dos operários vidreiros, minados pela pobreza, pela fome e pela doença. De igual forma era longo o historial de luta por melhores salários, pelo direito ao trabalho ou simplesmente pelo pagamento de salários, em que os operários não poucas vezes viam as fábricas a encerrarem sem lhes serem pagos os seus vencimentos. Mas os problemas espelham também divergências de longa data com acusações mútuas. Os anarquistas acusavam os comunistas de recrutarem militantes seus, enfraquecendo o movimento anarquista e sindical ao

mesmo tempo que denegriam as suas ideias. Por seu turno, os comunistas acusavam os anarquistas de falta de organização e de eficácia nas suas lutas, de pactuarem com outras forças, caso da Maçonaria, ainda que não com a I República, e por isso mesmo de sabotarem as suas lutas. Refira-se que a greve do 18 de Janeiro não é um acontecimento restrito aos meios comunista e anarco-sindicalista, havendo a registar a participação de alguns republicanos, mas onde a Maçonaria em particular e apesar do carácter marcante do acontecimento, não assume qualquer intervenção ou posição. Pode mesmo dizer-se que para a Maçonaria o 18 de Janeiro foi visto como uma questão que apenas dizia respeito a anarco-sindicalistas, comunistas, a alguns poucos republicanos e ao regime.

Derrotados os anarco-sindicalistas, comunistas e socialistas, com muitos dos seus líderes a serem desterrados para as colónias com a classificação de “presos sociais perigosos”, ganhou protagonismo no plano sindical o Partido Comunista Português. O modo de funcionamento dos sindicatos imposto pelo Estado Novo transformou aqueles em instrumentos maioritariamente dóceis e reverenciadores do regime que, refira-se, podia aprovar e exonerar as suas direções. A alternativa era a prisão e a clandestinidade. Por outro lado, desarticulado o anarco-sindicalismo a vida tornou-se difícil para o movimento anarquista pesem embora os esforços da Federação Anarquista Ibérica, da Aliança Libertária ou da FARP. A derrota do 18 de Janeiro levou à prisão, à deportação ou ao exílio os melhores quadros do movimento anarquista e anarco-sindicalista, sendo por isso a data um marco da inversão de papéis entre o PCP e os anarquistas. Bento Gonçalves falará de “contaminação anarquista” e de “anarqueirada”, expressões reveladoras não só das divisões entre comunistas e anarco-sindicalistas, como de problemas mal resolvidos quanto às origens do PCP. Relembremos, a este propósito, que as divergências entre anarquistas e comunistas vinham de longe, internamente remontando à cisão ocorrida na década de vinte no seio da CGT e instigada pelo PCP, ou que as Juventudes Sindicalistas, ligadas à CGT classificavam mesmo o Partido Comunista de “contra-revolucionário e prejudicial à luta revolucionária dos trabalhadores em prol da sua emancipação”, mas igualmente estando na memória, externamente, o facto de os anarquistas terem sido perseguidos após a revolução bolchevique em 1917, ou mesmo sendo acusados do atentado contra Lénine, em agosto de 1918.

Cabe aqui sublinhar, nas memórias da sua deportação, as palavras de Mário Castelhana:

“a queda da ditadura em Portugal, não viria resolver o problema que me interessa e pelo qual me tenho batido sempre. Mas, o seu apeamento seria, sob o ponto de vista político – no aspecto da liberdade – algo de aproveitável, porquanto é preferível (muitos pensarão o contrário), uma situação onde, pelo menos possamos falar, reunir, organizar e desenvolver a nossa propaganda, mesmo enfrentando violências certas, do que suportar em silêncio, uma tirania de natureza ditatorial. Demais, todas as forças, quer estejam no campo republicano, quer no avançado, eram levadas (...) à luta, num trabalho clandestino ou na praça pública (...).”⁸⁰⁴

Sobre a simultaneidade de aproximações com republicanos e comunistas podia ler-se em palavras atribuíveis de Germinal de Sousa, em 1935, no jornal *Rebelião* que:

“no terreno da luta contra a ditadura salazaresca nos encontramos muitas vezes com adversários, muito distanciados de nós pelas suas ideias burguesas e autoritárias, e assim como queremos o respeito para a nossa qualidade de anarquistas, também por eles temos o mesmo respeito, pese a distância que nos separa. Creada especialmente para o combate contra a ditadura, algumas vezes coincidirá a nossa organização com esses adversários que não deixam de sê-lo pelo facto de combaterem o actual inimigo comum. Mas, pese essa momentânea coincidência, nós nada temos de comum com eles, chamem-se esquerdistas ou comunistas (...).”⁸⁰⁵

8.3 - Da relação com os comunistas⁸⁰⁶

Situamos em 1919 a criação da Federação Maximalista Portuguesa, de existência breve, já que a sua extinção é marcada pela prisão do seu principal impulsionador, Manuel Ribeiro, no seguimento de uma greve dos ferroviários. Dizem-nos os seus estatutos que “é instituída em Portugal uma organização associativa denominada

⁸⁰⁴ CLÍMACO, Cristina, *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio 1927-1936*, Lisboa, Edições Colibri, 2017, p. 314;

⁸⁰⁵ CLÍMACO, Cristina, *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio 1927-1936*, Lisboa, Edições Colibri, 2017, p. 318;

⁸⁰⁶ Para uma análise mais profunda da História do PCP veja-se NEVES, José (org.), *Partido Comunista Português 1921-2021 – uma antologia* (2021); MADEIRA, João, *História do PCP – das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Ed. Tinta da China, 2013; PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 1, 2 e 3, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000;

Federação Maximalista Portuguesa, cujo objetivo é difundir os princípios doutrinários tendentes ao estabelecimento do sindicalismo comunista, admitindo transitoriamente a ação do poder revolucionário exercido em Ditadura pelos conselhos de operários ou sovietes”.⁸⁰⁷ Enquanto organização incluía também republicanos, anarquistas, maçons e até socialistas do Partido Socialista Português e visava, como um dos seus objetivos, a maximização da revolução e a defesa da Revolução Soviética, declarando-se os seus membros de bolchevistas. Aliás, num dos seus primeiros manifestos pode ler-se que “a Federação Maximalista Portuguesa é pois, um organismo d’acção social revolucionária dentro dos princípios anarquistas e sindicalistas que os seus militantes professam”⁸⁰⁸ ou, como refere o seu órgão informativo, *A Bandeira Vermelha*, no seu segundo número, “os componentes da Federação Maximalista Portuguesa e seus conselhos são em princípio anarquistas e sindicalistas revolucionários, adoptando contudo a designação de bolchevistas, comunistas, maximalistas ou sovietistas”.⁸⁰⁹ Havia, no entanto, divergências significativas. Enquanto os anarquistas defendiam como primeiro passo a educação e a consciencialização das massas a tendência bolchevique via no ato revolucionário o primeiro passo. Dividia-os ainda a opção ou não pela ação direta e, igualmente, a ideia da intervenção na vida política, mais facilitada através da constituição de um partido político.

Em 6 de março de 1921, surge o Partido Comunista Português,⁸¹⁰ cujos primeiros anos de vida são os de um pequeno partido onde ainda coabitavam socialistas, maçons e antigos carbonários, dirigido por Henrique Caetano de Sousa, que se viria a afastar do partido em 1923. Se é verdade que nos últimos dias da Federação Maximalista a tendência bolchevique se absteve de publicitar as suas ideias, a verdade é que emerge já no PCP, juntamente com o jornal *A Bandeira Vermelha*, onde no seu reaparecimento, em 17 de abril de 1921, dando o apoio ao PCP, podemos ler que:

“a moderna tática revolucionária que é obra dos acontecimentos e não dos homens, que é determinada pelos factos e não por idealismos teóricos, objetiva-se nos

⁸⁰⁷ PEREIRA, Joana Dias in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II, coord. geral Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2013, p. 34;

⁸⁰⁸ *Arquivo PIDE/DGS/propaganda apreendida/ Manifesto/ PT/TT/PIDE/001/00085*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo;

⁸⁰⁹ CARMO, Isabel do, *Luta Armada – as Brigadas Revolucionárias, a ARA e a LUAR contadas pelos próprios protagonistas. E os dias de fúria da Europa rebelde da segunda metade do século XX*, Lisboa, Ed. Dom Quixote, 2017, p. 431;

⁸¹⁰ Para aprofundar este tema veja-se MADEIRA, João, *A refundação do Partido Comunista em 1940-41 in Os anos de Salazar*, vol. 5 (2007) e *História do PCP – das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, (2013);

chamados Partidos Comunistas, realizados uns e em vias de realização outros em todos os países do mundo”.⁸¹¹

Gradualmente, no seio do PCP, afirma-se uma corrente dirigida por Carlos Rates a par de uma crise profunda que implica a intervenção da Internacional Comunista através de Jules Humbert Droz. Apesar das tentativas de apaziguamento Carlos Rates acabará expulso no II Congresso, em 29 de maio de 1926. Ainda que mais tardiamente, em Portugal e à semelhança do que desde 1929 acontecia noutros países, a relação da Maçonaria com os comunistas era motivo de discussão e mais tarde na recusa de pertença simultânea à Maçonaria e ao PCP. Ainda que ideologicamente distintas, a transição de alguns nomes da Maçonaria para o Partido Comunista, ou a filiação em ambos, potenciou essa associação por vezes propagandeada quer pelo regime, quer pela Igreja. Mas houve alguns percursos comuns.

Assim, na primeira metade da década de vinte, discutia-se no seio do Partido Comunista a questão da adaptação do Partido às condições locais, veleidade que o centralismo de Humbert-Droz⁸¹² e Carlos Rates não permitiu, e que curiosamente vamos encontrar como tema de debate na Maçonaria na mesma época. António Ventura, em *Uma História da Maçonaria em Portugal – 1727-1986*, refere um discurso do Orador da Loja Cândido dos Reis, de Lisboa, para lembrar o facto de a partir de 1930 terem aderido à Maçonaria muitos jovens com ideias bastante diferentes dos velhos republicanos de 1910. Nele se pode ler que:

“é absolutamente indispensável, para bem cumprirmos a missão a que nos propomos, integrarmo-nos, sem a menor hesitação, no dinamismo característico da época presente. É preferível integrarmo-nos nos generosos ideais socializantes, que medram em espíritos estruturalmente bem formados, a admitir no nosso seio pseudoliberais de sabor medieval”.⁸¹³

Entendiam estes maçons que a Maçonaria podia ser um meio para lutar pela Liberdade contra o Estado ditatorial com a aproximação ou não a outras organizações como o Partido Comunista Português, o Socorro Vermelho, o Bloco Académico Antifascista ou a AAA. Exemplo desta postura é a Loja Revoltar, de

⁸¹¹ PEREIRA, Joana Dias in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II, coord. geral Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2013, p. 38;

⁸¹² Jules Humbert-Droz, de nacionalidade suíça, veio para Portugal para organizar e “colocar em ordem” o jovem movimento comunista em Portugal. Teria pertencido à Direção de Informações do Exército Vermelho e esteve presente na Guerra Civil espanhola;

⁸¹³ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 742;

Almada, na qual encontramos muitos nomes comuns com a militância no Partido Comunista, após a proibição da Maçonaria. Refira-se, a propósito desta Loja, que António Ventura menciona a sua atividade pelo menos até 1936, já após a ilegalização da Maçonaria.⁸¹⁴

É, pois, significativa a presença de comunistas e anarquistas nas Lojas maçónicas no final da década de vinte e início da década de trinta, especialmente convidados por maçons republicanos de esquerda. E é essa a razão, junto com a participação de muitos nas revoltas de cariz republicano, que determina algumas perseguições, primeiro pela Ditadura, depois pelo Estado Novo e não tanto pelo facto de serem maçons. Paralelamente, há uma razão filosófica e programática para esta aproximação naquela época. A intensa atividade política, social e cívica de muitos maçons e republicanos em geral, tal como de outras correntes políticas, levou a que fossem designados de “avançados”. Ora muitos “avançados” republicanos entendiam que para o povo já não chegava a República, havendo que passar a um estágio seguinte, identificado com os princípios comunistas.⁸¹⁵ Ainda para mais quando após a ilegalização da Maçonaria o PCP hegemonizou o campo do pensamento político e oposicionista. Claramente ausentes estavam quaisquer derivas totalitárias que se conheceriam alguns anos depois. Num outro discurso do Orador da Loja Cândido dos Reis, quando de uma iniciação em 1935, e a este propósito, pode ler-se que

“o novo Ir., quebrando a quietude, o marasmo em que se encontra a maior parte dos seus contemporâneos, vem (com os seus elevados méritos profissionais e reconhecidas qualidades de inteligência e do carácter) até nós resolutamente disposto a formar na 1ª linha dos que caminham na vanguarda das aspirações sociais contemporâneas, sem o temor pueril de ser devorado pelo papão comunista!”⁸¹⁶

Cabe aqui referir um notável intelectual e incansável maçom que, com consciência política, atravessa diversos campos e que é Tomás da Fonseca. Iniciado em 1906

⁸¹⁴ VENTURA, António, *Revoltar para resistir – A maçonaria em Almada (1898-1937)*, Almada, Ed. Câmara Municipal de Almada, 2010, pp. 69 e 77;

⁸¹⁵ João Carlos Leal de Matos citando o seu avô Aires Leal de Matos, entrevista 80 minutos, Lisboa, 17 de dezembro de 2019;

⁸¹⁶ *Processo da Loja Cândido dos Reis, de Lisboa – correspondência*, discurso do Orador de nome simbólico António José de Almeida, em 6 de janeiro de 1935, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

na Loja Perseverança, de Coimbra,⁸¹⁷ possuía o nome simbólico de Michelet, sendo admirador de Kropotkine e estando perto do anarquismo. Estudou no seminário e, já em meados da década de quarenta virá a aderir ao PCP, tendo também sido um colaborador ativo da Universidade Livre de Coimbra. Teve Tomás da Fonseca uma ação de relevo na defesa do ensino laico e de oposição ao Estado Novo. Veja-se o manifesto publicado pela Loja Portugal, de Coimbra, nas vésperas do 28 de Maio, mais precisamente em 20 de novembro de 1925:

“em presença do trabalho constante e pertinaz da reação católica que, nestes últimos tempos, tem desdobrado uma extraordinária actividade, promovendo conferencias, congressos, espectáculos de caridade e peregrinações, estas cada vez mais concorridas e a sanctuários cada vez mais distantes (...), o Grémio Portugal, ao V.: de Coimbra (...) tomou a resolução de se dirigir a todas as LLoj.: da Ob.: a fim de dar combate ao inimigo comum, propondo a continuação de conferências públicas e juntamente a publicação de folhetos e livros de propaganda racionalista, como sempre se fez nas épocas de lucta contra o fanatismo religioso e a liberdade de consciência, agora tão rudemente ameaçada. E mais propõe que o primeiro trabalho a divulgar seja a conferência que o nosso confrade e defensor do ensino laico, Tomás da Fonseca, realizou na ilha da Madeira (...).”⁸¹⁸

De registar, em 1929, o nascimento da Loja Comuna, no Porto, que desapareceria em 1934,⁸¹⁹ havendo registo de ter criado um Triângulo em Fafe, dirigido por Emídio Guerreiro. O seu emblema ostentava orgulhosamente uma foice e um martelo, símbolos comunistas, tendo ao centro um livro, símbolo caro à Maçonaria, colocados sobre uma esfera armilar e um triângulo invertido, usados por organizações próximas da Federação Portuguesa do Livre Pensamento, que juntava maçons, anarquistas e velhos carbonários. O nascimento desta Loja suscitou alguns reparos, mas nada que levantasse as incompatibilidades que a Internacional Comunista considerara em 1921 por iniciativa de Trotsky, confirmadas no ano seguinte, sublinhadas com a nota de que os militantes comunistas que haviam sido maçons ficavam privados de ocupar cargos no partido durante dois anos, devendo lutar por conquistar a confiança deste, diretrizes que os comunistas portugueses

⁸¹⁷ Ainda que por vezes seja indicado como tendo pertencido à Loja A Revolta, também de Coimbra, apenas podemos confirmar a sua iniciação na Loja Perseverança e a sua passagem pelas Lojas Portugal, em 1923, e Construir, da qual foi fundador;

⁸¹⁸ *Processo da Loja Portugal, de Coimbra – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁸¹⁹ O Decreto nº 6 de 28 de fevereiro de 1934 determina o Abatimento de Colunas da Loja. Dela fizeram parte, de acordo com o Quadro hoje conhecido (1931) Carlos Cal Brandão (n.s. Manuel de Arriaga), Luís de Castro Marques (n.s. Newton), Silo Cal Brandão (n.s. Olislac), Álvaro Gomes Pimenta Júnior (n.s. Danton), Zeferino Ferreira de Moura (n.s. Bartolomeu Dias), João Aníbal Teles (n.s. Vanzetti), Emídio Guerreiro (n.s. Lenine), José Águas Cruz (n.s. José Estevão), Alexandre Vidal Pinheiro (n.s. Gomes Freire) e Miguel de Macedo da Cunha Coutinho (n.s. Karl Marx);

ignoram até 1929. Ainda que referente a uma cronologia muito diferenciada, a questão da dupla filiação virá a ser de novo levantada com uma carta datada de 1986 e assinada por Álvaro Cunhal em resposta a um militante comunista, que questionava o partido sobre a dupla filiação, e que é clara ao poder ler-se que

“(…) no que respeita à Maçonaria, temos considerado incompatível com a qualidade de membro do Partido a participação na Maçonaria. Entretanto, esta orientação é a que o nosso Partido, Partido Comunista Português adota e nada tem a ver com a decisão tomada pelo Komitern, que, como sabe se dissolveu já há 45 anos! Compreende-se esta nossa atitude tendo em conta que a Maçonaria é manifestamente dirigida por forças políticas que a utilizam como instrumento para defesa de interesses que nada têm a ver com o povo e a democracia portuguesa. O facto de, na ditadura fascista, comunistas e maçons terem lutado pela liberdade não pode significar que os comunistas possam fazer parte da Maçonaria ou os maçons do PCP (…).”⁸²⁰

Apesar do teor da carta atrás referida, a verdade é que cada época representou uma postura distinta. Ainda que colocados perante os dilemas da reestruturação de 1929, é uma realidade que no período anterior à ilegalização da Maçonaria havia diversos casos de dupla filiação.

Voltando à realidade política de 1929, a verdade é que nesse ano ocorre uma significativa reestruturação no Partido Comunista pela mão de Bento Gonçalves, eleito seu secretário geral, que implicou a adoção de regras internas mais rígidas, como uma nova estrutura funcional e de militância ou o uso de pseudónimos, que adaptaram o partido à vida de clandestinidade nesta fase, algo que se repetirá anos depois com Álvaro Cunhal. A consequência imediata foi um aumento das iniciativas, uma maior abrangência social e o crescimento do número de militantes, que nesse ano estava reduzido a algumas dezenas, e ainda o reforço da influência sindical. António Pedro Pita refere este momento como uma “verdadeira refundação” que inscreve o PCP “nas premissas, possibilidades e limites do estalinismo teórico e político”,⁸²¹ também uma das razões ideológicas que levará alguns militantes comunistas e maçons a optar apenas pela militância numa só estrutura, algo que se

⁸²⁰ *Fundo Documentos Reservados*, Carta de resposta de Álvaro Cunhal a Carlos O. G. datada de 2 de maio de 1986, Grão-Mestrado do Grande Oriente Lusitano, Lisboa;

⁸²¹ PITA, António Pedro, *O marxismo na constituição ideológica e política do PCP in* NEVES, José, PEREIRA, José Pacheco, PITA, António Pedro, NUNES, José Arsénio, ROSAS, Fernando, CUNHAL, Álvaro, ALMEIDA, Vanessa, MADEIRA, João, RABY, David L., GODINHO, Paula, CARVALHO, Ana Margarida de, CARDINA, Miguel, LISI, Marco, LOUÇÃ, Francisco, GASPARGAR, Carlos, DRAGO, Ana, *Partido Comunista Português 1921-2021: uma antologia*, 1ª edição, José Neves (org.), Lisboa, Ed. Tinta da China, 2021, pp. 51 e 52;

acentua em 1935 com a ilegalização da Maçonaria. Esta refundação atinge também a imprensa comunista. O *Comunista*, inicialmente dirigido inicialmente em 1921 por Manuel Ribeiro e posteriormente, a partir de 1923 por Carlos Rates, desaparecerá em 1926. No Porto, em 1929, surge o jornal *O Imparcial*, ao qual se seguem *O Jovem* e o *Avante*, este fundado em 1931.

Por outro lado, e como já se escreveu, a década de trinta é marcada pela tentativa de golpe reviralista iniciado na Madeira. Sobre a relação do PCP com o reviralismo e com alguns setores republicanos, dirá Álvaro Cunhal, anos depois e de forma enfática, que “o PCP deu combate político e ideológico ao reviralismo, mas só quando, já nos anos 40, adquiriu força e capacidade para promover e dirigir, mesmo nas condições do fascismo, a luta política e social das massas (...)”.⁸²²

A reorganização do PCP encetada em 1940/41 praticamente acaba com a questão da dupla filiação, com muitos maçons comunistas a preferirem optar pela militância numa estrutura organizada como o PCP, em detrimento da Maçonaria cujas estruturas haviam sido fortemente afetadas. Para mais, alguns comunistas não olhavam para a Maçonaria como uma organização eficaz para combater a Ditadura, e porque nessa altura Álvaro Cunhal, também e à semelhança do que acontecerá na década de oitenta e que atrás referimos, havia aconselhado a opção pelo Partido ou pela Maçonaria, invocando então questões de segurança, já que se entendia que o PCP corria alguns riscos suplementares. Refira-se a este propósito que, até ao início da década de quarenta, existiu uma situação de ambiguidade, registando-se os nomes de José Carlos Rates, que foi Secretário Geral do PCP e que usava o nome simbólico de Babeuf, e de José de Jesus Gabriel, um dos fundadores do PCP, maçom desde 1913, iniciado na Loja Obreiros do Trabalho, de Lisboa. Como assinala António Ventura, José de Jesus Gabriel recusou aderir à Carbonária Portuguesa, onde pontificava Luz de Almeida, optando antes pela Carbonária Lusitana, também conhecida por Carbonária dos Anarquistas fundada em 1897 por Heliodoro Salgado, No seu inquérito da petição de iniciação na Maçonaria consta

⁸²² CUNHAL, Álvaro, *O Partido Comunista da “reorganização” dos anos 40 ao 25 de Abril* in NEVES, José, PEREIRA, José Pacheco, PITA, António Pedro, NUNES, José Arsénio, ROSAS, Fernando, CUNHAL, Álvaro, ALMEIDA, Vanessa, MADEIRA, João, RABY, David L., GODINHO, Paula, CARVALHO, Ana Margarida de, CARDINA, Miguel, LISI, Marco, LOUÇÃ, Francisco, GASPAS, Carlos, DRAGO, Ana, *Partido Comunista Português 1921-2021: uma antologia*, 1ª edição, José Neves (org.), Lisboa, Ed. Tinta da China, 2021, p. 128. Tendo por referência a conferência proferida por Álvaro Cunhal na Universidade Nova de Lisboa, no âmbito do seminário “Para a História da Oposição ao Estado Novo”, publicada como separata do jornal *Avante* em 16 de abril de 1992;

que além de ser torneiro mecânico dava explicações de matemática, e era considerado um bom cidadão que trabalhava para “o bem da República e da Humanidade”. Membro da Associação do Registo Civil e participante ativo na Revolução de 5 de Outubro de 1910, demonstrava ter “elevados conhecimentos literários e serem suficientes para compreender os elevados princípios maçónicos”, “conquanto o seu ideal político seja bastante avançado”, tendo trabalhado para a queda da monarquia, que o inquiridor refere ter chegado a “por várias vezes a ser perseguido pelos agentes da Bastilha monárquica”. Em 1916 viria a ser fundador da Loja Integridade, de Lisboa, que praticava o Rito Simbólico.⁸²³

Foram também maçons Manuel Alpedrinha, registado no quadro da sua Loja como estudante, Ludgero Pinto Basto, Firmiano Cansado Gonçalves, Neves Anacleto, Mário Mata Branco, Vítor Hugo Velez Grilo, Orlando Juncal ou Alexandre Babo, entre outros. Outros foram presos com a acusação de serem membros do Partido Comunista, sendo também maçons, como é o caso de José Joaquim Lopes de Macedo ou de Mário Mata Branco. Por outro lado, foi relativamente comum, como assinala António Ventura na sua obra *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, encontrar na Maçonaria os nomes simbólicos⁸²⁴ de Lenine, Trotski ou até Estaline. Já após o 25 de Abril, e pese embora a data da carta dirigida a Álvaro Cunhal e atrás referida, há conhecimento de diversas situações de dupla filiação que os próprios consideram não ser incompatível.

A verdade é que a questão da dupla pertença, à Maçonaria e ao movimento comunista, foi sempre motivo de debate. É certo que muitos militantes comunistas foram maçons em vários países, entendendo que a sua atividade numa das estruturas era complementada com a militância na outra. A questão residia na obediência a estruturas diferentes, no ênfase dado à luta ou à colaboração de classes e na força da Maçonaria que a tornaria num Estado dentro do Estado segundo alguns comunistas. Ainda assim, e apesar da sua opção pelo PCP, José Carlos Rates, que saíra do PCP em 1925, e expulso em 1926, depois da

⁸²³ *Documentos vários*, Arquivo de António Ventura;

⁸²⁴ Nome simbólico é o nome que todo o profano adota quando entra para a Maçonaria. A partir dessa data ele é conhecido e assina documentos usando esse nome (com algumas situações de exceção). Esta é uma tradição de vem do século XVIII, visando proteger a Maçonaria, sendo o nome adotado uma escolha do novo maçom, referindo-se a alguém que admire ou que possua qualidades que o tornam referencia;

reorganização de 1940/41 será classificado como de direita. Sobre ele pode ler-se, num documento do PCP transcrito no Boletim da Legião Portuguesa, que

“o 1º Congresso efectuou-se em 10 de Novembro de 1923 e realizou-se na sede do Centro Socialista de Lisboa, na rua do Benfornoso. Este Congresso foi principalmente preenchido pela luta entre duas facções que se manifestaram no P., uma esquerdista, chefiada por José de Sousa e Caetano de Sousa, e (...) outra direitista, chefiada pelo escritor Carlos Rates (...)”.⁸²⁵

Na realidade, José Carlos Rates virá a integrar a redacção do *Diário da Manhã*, órgão informativo do regime e a aderir a este.

António Ventura refere-nos também uma outra situação que importa considerar: o de muitos maçons verem a atividade oposicionista no seio do Partido Comunista como sendo mais motivadora que na Maçonaria. Esta afirmação tem por base um desabafo, para com António Augusto Franco, do Venerável da Loja Portugal, de Coimbra, onde é visível uma certa frustração de muitos maçons, predominantemente mais jovens, desejosos de uma ação mais dinâmica e mais interventiva politicamente. Recorde-se que a Maçonaria, por princípio, não toma posições políticas, incluindo no percurso dos seus Obreiros aspectos de ordem simbólica e espiritual, que nem sempre é aquilo que muitos procuram. Compreendem-se assim as palavras de António Augusto Franco:

“colocada entre o fascismo que nos asfixia e não perdoa à Nossa Augusta Ordem a sua dedicação pelas liberdades individuais e pela emancipação dos humildes e das classes oprimidas, e o comunismo, que nos olha com desconfiança pelas nossas profundas ligações com a burguesia, ser-nos-ia necessário um grande esforço de inteligência e de organização para resistir à onda que vem bater-nos por todos os lados”.⁸²⁶

São palavras que demonstram os dilemas que a Maçonaria então vivia.

Cabe aqui referir também a Loja Paz, de Lisboa, uma Loja com uma ação social notável. No programa desta Loja, com data de 1912, pode ler-se que “a Loja Paz representa dentro da Maçonaria Portuguesa as tendências modernas do socialismo, sob a sua forma comunista e libertária”. Defendendo “a cada um segundo as suas

⁸²⁵ “O Vº Congresso do PCP” in *Boletim Informativo da Legião Portuguesa*, Fasc. 14, class. Confidencial, Lisboa, Novembro de 1957, p. 2;

⁸²⁶ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 767;

necessidades e de cada um segundo as suas forças”. Afirmava-se “contra o princípio da autoridade, que considera socialmente perturbador e anti-progressivo e que deverá ser substituído no futuro pelo livre acordo dos produtores e consumidores, organizados em grupos, em federações de grupos, em comunas e ainda em federações de comunas, ou outra forma de associativismo”. Nesse seu manifesto a Loja afirma considerar as greves e todos os movimentos de caráter económico e social das classes operárias como um instrumento de ação conducente à transformação da organização da sociedade, devendo por isso dar-lhes todo o apoio e incitamento. O seu programa, em jeito de manifesto político, admite expropriações revolucionárias da propriedade “quando houver um forte núcleo de trabalhadores organizados capazes de substituir o regímen capitalista pela organização livre e comunista da produção e do consumo”. E termina afirmando que a paz “não se alcançará nunca no mundo enquanto houver exploradores e explorados, o que se não pode evitar senão revolucionariamente, por meio d’uma mudança radical na organização da riqueza e na forma da sua distribuição”.⁸²⁷

Não são de estranhar estas posições, já que nas décadas de dez e vinte algumas Lojas maçónicas foram tocadas pelas ideias marxistas, doseadas de forma diversa com o positivismo predominante. É, por isso, muito interessante a leitura que António Pedro Pita faz da questão, no âmbito do republicanismo, ao afirmar que “o marxismo inscreveu-se na renovação do republicanismo com o objetivo de lhe insuflar a *substância social* perdida e de, assim, preencher a *forma* política da democracia”.⁸²⁸ Essa realidade não significou a adesão ao marxismo enquanto doutrina, mas antes dele beber influências em matéria económica e social, como de resto podemos ver em alguns trabalhos de apresentados em Loja e aos quais aqui fazemos referência. António Pedro Pita sublinha esta problemática, referindo-se a alguns artigos de António Sequeira Zilhão, publicados no jornal republicano *Liberdade*, em 1932, jornal que se reclamava de “semanário republicano de esquerda” e que se constituía como um “lugar de reflexão política em que os jovens nascidos na primeira década do século e despertados para o mundo na dobra dos anos 20, muitos deles com formação universitária e quase todos sem

⁸²⁷ *Publicações várias (miscelânea), folheto – programa da Loja Paz, 1912*, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

⁸²⁸ PITA, António Pedro, *O marxismo na constituição política e ideológica do PCP* in NEVES, José, PEREIRA, José Pacheco, PITA, António Pedro, NUNES, José Arsénio, ROSAS, Fernando, CUNHAL, Álvaro, ALMEIDA, Vanessa, MADEIRA, João, RABY, David L., GODINHO, Paula, CARVALHO, Ana Margarida de, CARDINA, Miguel, LISI, Marco, LOUÇÃ, Francisco, GASPARGAS, Carlos, DRAGO, Ana, *Partido Comunista Português 1921-2021: uma antologia*, 1ª edição, José Neves (org.), Lisboa, Ed. Tinta da China, 2021, p. 62;

responsabilidades político-institucionais directas, procurarão inscrever as reflexões suscitadas pelas suas experiências concretas”.⁸²⁹ Outro exemplo é o de uma conferência de Aurélio Quintanilha, da Loja Construir de Coimbra, que numa conferência proferida na Universidade Livre de Coimbra, em 1932, antevia o fim do capitalismo.⁸³⁰ Serão estes jovens que a Maçonaria procurará dar resposta quando, em 1929, tenha chamar a si os estudantes, caso das Lojas derivadas de A Revolta, de Coimbra, ou Rebeldia, de Lisboa.

Também não deixa de ser interessante ver o que a Loja Pujança, de Lisboa, escreve sobre a sua intervenção social. Entendia esta Loja que o desenvolvimento da sociedade, em termos económicos, era responsável pela criação de desigualdades sociais, económicas e de culturais, defendendo que “cada indivíduo, qualquer que seja a sua inferioridade tem sempre o direito, salvo em caso de uma conduta anti-social, de esperar dos outros as atenções inerentes á dignidade do homem”. Por isso entendia que “os progressos políticos reduzem-se (...) á demolição do antigo sistema (...) para permitir o desenvolvimento dos elementos do sistema novo, quer para estimular a reorganização pela experiência dos inconvenientes da anarquia”.⁸³¹

Ao mesmo tempo que há maçons que transitam para o PCP, a polícia política ensaiava um discurso onde se associava a Maçonaria ao comunismo, o mesmo acontecendo com alguns meios católicos, nomeadamente o jornal *A Voz*. Segundo Irene Flunser Pimentel e Cláudia Ninhos, esta era uma estratégia pensada para as massas analfabetas e usando quase o mesmo tipo de linguagem para comunistas e maçons, “instalados por toda a parte”, classificados de “seita infernal” que preconizavam a “subversão da ordem”, com o fim de gerar confusão sobre os diferentes objetivos, das diferentes tendências e das diferentes ideias de cada organização.⁸³²

⁸²⁹ PITA, António Pedro, *O marxismo na constituição política e ideológica do PCP in* NEVES, José, PEREIRA, José Pacheco, PITA, António Pedro, NUNES, José Arsénio, ROSAS, Fernando, CUNHAL, Álvaro, ALMEIDA, Vanessa, MADEIRA, João, RABY, David L., GODINHO, Paula, CARVALHO, Ana Margarida de, CARDINA, Miguel, LISI, Marco, LOUÇÃ, Francisco, GASPAS, Carlos, DRAGO, Ana, *Partido Comunista Português 1921-2021: uma antologia*, 1ª edição, José Neves (org.), Lisboa, Ed. Tinta da China, 2021, p. 53;

⁸³⁰ *Documentos vários*, Arquivo de José Manuel Martins;

⁸³¹ *Publicações várias (miscelânea)*, *Publicação da Loja Pujança, 1916*, pp. 14 a 17, Lisboa, Ed. GOLU, 1928, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

⁸³² PIMENTEL, Irene e NINHOS, Cláudia, *Salazar, Portugal e o Holocausto*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013, p. 95;

Ainda se ouviam os ecos da derrota operária, em 1934, quando era ilegalizada a Maçonaria e não se pense que o ano de 1935 foi negativo apenas para a Maçonaria. O ambiente repressivo continuava em paralelo com a afirmação do regime. Bento Gonçalves é preso em 1935, quando regressava ao país depois de representar o PCP no VII Congresso da Internacional Comunista, lançando o PCP num período de vulnerabilidade que só será ultrapassado com a reorganização de 1940/41. Aliás o número de militantes do PCP cai consecutivamente a partir de 1935 e até 1939, altura em que a Legião Portuguesa nos seus boletins informativos o deixa de considerar como existindo enquanto movimento organizado, subestimando a sua capacidade de resistência e a reorganização interna. Refira-se a este propósito o papel determinante de Álvaro Cunhal para a reorganização do PCP e para a sua adaptação às condições de clandestinidade e para a criação de uma mística oposicionista, passando o PCP de um partido quase moribundo, em 1939, a um PCP forte na década de quarenta, liderando greves e marchas da fome.

8.4 - O campo socialista

Nos primeiros anos da Ditadura as perseguições sofridas, pelo envolvimento em movimentos revolucionários, limitou significativamente a atividade do PSP. Salazar soubera cercear-lhe a sua importância, a tal ponto que, em 1932, afirma que

“o partido socialista tem a feição, a forma de actuar dos outros partidos republicanos. Na projectada organização do Estado não tem, como eles, o seu lugar; perante a nova mentalidade operária parece não ter condições de vida. Salvo uma transformação profunda nas suas ideias e métodos, suponho que é força condenada à dissolução”.⁸³³

Mesmo assim, Susana Martins assinala a existência de três periódicos socialistas no final da década de vinte e início da década de trinta: o *República Social*, órgão oficial do Partido, que terminará a sua existência em 1934 fruto de dificuldades várias, propriedade da Federação Municipal Socialista do Porto, *O Protesto*, propriedade de um grupo de filiados no Partido Socialista e que até 1929 é considerado o órgão oficial da Secção Sul do PSP e *O Pensamento*, uma revista editada pelo Instituto de

⁸³³ MADUREIRA, Arnaldo, *Salazar – a instauração da ordem*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2010, pp. 109 e 110;

Cultura Socialista do Porto. Entre 1934 e 1936 regista-se também a existência de *O Popular*, igualmente ligado aos meios socialistas.⁸³⁴ Ainda que bastante ativos, a verdade é que o socialismo reformista e social democrata via o seu crescimento limitado pelo republicanismo, que ocupava o seu espaço político. É também por esta altura que a grande maioria dos socialistas vai integrar a Frente Popular.

Em meados da década de quarenta o “velho” Partido Socialista Português era um grupo político exíguo e de escassa influência. Acrescia a esse facto a pulverização das organizações socialistas que ora definhavam, ora coexistiam, evoluíam e agrupavam consoante vicissitudes várias. Por isso, nesta cronologia vamos encontrar a existência do NDAS, do PTP, mas também do PSI e do PSO, além de outras estruturas de menor dimensão e de cariz socialista como o NSI ou a JSP. Há razões para este panorama. Em primeiro lugar o Partido Socialista sempre assumiu um estatuto colaborante que remonta à I República. Entendiam os seus dirigentes, em diversas fases da sua vida, que quer os trabalhadores portugueses, quer a generalidade da população, davam preferência a mudanças sociais de origem pacífica em alternativa aos golpes de força, mesmo com os comunistas a acusarem-nos de fazer o jogo da burguesia. Há também que referir que o Partido Socialista Português, entre 1926 e 1930, viveu momentos difíceis com algumas crises e sucessivas mudanças dos seus dirigentes ou com o abandono dos seus militantes mais ativos.

Em 1942 surge um dos mais ativos grupos socialistas, o NDAS (Núcleo de Doutrinação e Ação Socialista),⁸³⁵ liderado por Vitorino Magalhães Godinho, de que fazem parte, entre outros, Dias Amado, António Macedo, Olívio França, Eduardo Ralha, Mário Cal Brandão, Artur Santos Silva, Fernando Vale e Afonso Costa (filho), e que dois anos depois se fundirá com a União Democrato-Socialista, onde se registam os nomes de Adão e Silva e Fernando Mayer Garção, dando origem à União Socialista, em 1944-1945. Este grupo agrega a si os nomes de José e de Vitorino Magalhães Godinho,⁸³⁶ Dias Amado, Vasco da Gama Fernandes, Sebastião Dantas Baracho, Afonso Costa (filho), Moura Dinis, Mário Castro, António Macedo, Gustavo Soromenho, Artur Santos Silva, Teixeira Ribeiro, este filiado no PCP, Joaquim de Araújo e Sá, Félix de Medeiros Horta, Paulo Quintela e Fernando Vale. De qualquer das formas trata-se de um movimento onde emergem grupos oriundos

⁸³⁴ MARTINS, Susana, *Socialistas na oposição ao Estado Novo*, Lisboa, Ed. Casa das Letras, 2005, p. 31;

⁸³⁵ Também usará a designação de Grupo de Ação e Doutrinação Socialista;

⁸³⁶ Vitorino Magalhães Godinho não foi membro da Maçonaria, mas apenas o seu irmão José;

da I República e da Maçonaria e quer no NDAS, quer na União Socialista, podemos encontrar nomes e grupos políticos oriundos da I República e da Maçonaria. São grupos implantados principalmente nos centros urbanos de Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro e Figueira da Foz, estendendo-se a Viseu com Álvaro Monteiro e Portalegre com Manuel Portilheiro. Ocorre então uma mutação nestes grupos e igualmente na Maçonaria que é o facto de passarem a assentar nas elites urbanas. Note-se que as fronteiras que delimitam estas estruturas políticas não são claras e há militantes que o são, por vezes, em mais de uma estrutura.

Destaque também para a Fraternidade Operária, grupo que reunia socialistas do Partido Socialista Português, dissidentes do PCP, nomeadamente José de Sousa, entre outros de diversas proveniências políticas, de entre os quais António Sérgio, mas cujas fragilidades organizativas e económicas viriam a ditar o seu fim. Em finais de 1943 surge também a União Democrática, que a partir de 1949 assume o nome de União Democrática Portuguesa, onde encontramos predominantemente nomes de maçons: Adão e Silva, Fernando Mayer Garção, Sá Cardoso e José Joaquim Gaita, Agostinho Sá Vieira, António Macedo, Carlos e Mário Cal Brandão. Não são claros os conteúdos programáticos da UD, mas aparentemente seria uma forma de alguns maçons se organizarem enquanto grupo de opinião.

Com a União Socialista os objetivos tornam-se mais claros, nomeadamente o objetivo de se atingir uma “democracia socialista”, herdando da sua ascendência maçónica algum anticlericalismo, já que para atingir o patamar dos “fins superiores” da “democracia socialista”, uma sociedade sem classes e em que os interesses mundiais se sobrepujam aos interesses nacionais e regionais, seria necessário lutar contra o fascismo e o clericalismo. Herda também do republicanismo positivista o estudo científico da sociedade tendo por métodos “fins subordinados” que passavam pela socialização dos meios de produção e por uma planificação económica. Interpretando os anseios socialistas, António Sérgio numa alocução aos mesmos, reunidos num jantar comemorativo do 1º de Maio, em 1947, referia considerar “a democracia e o socialismo como metas de um movimento que se há-de realizar por etapas”, “revolucionárias, de transformações profundas, mas enfim, por etapas”. Sublinhando o espírito reformista, seria o socialismo possível, de

realizar de imediato, mas que assumidamente não seria o “socialismo puro (o da sociedade livre, internacional e sem classes) mas um pré socialismo”.⁸³⁷

A União Socialista desde cedo se apresentou como apoiante do MUNAF, e se por um lado era salientada a capacidade de atração de individualidades independentes, por outro foi acusada de ser facilmente instrumentalizada pelo PCP. Por isso se compreende a emergência de outros grupos como o efémero Partido Trabalhista Português, surgido em 1945 e dinamizado por Teófilo Carvalho dos Santos, Vasco da Gama Fernandes e Castanheira Lobo, entre outros, e que enquanto movimento político era um misto de organização política clandestina e de grupo de inspiração maçónica, com práticas próprias do funcionamento em Loja, o que não é de estranhar já que uma parte significativa dos seus membros pertencia à Maçonaria. Pretendia construir uma nova ordem democrática baseada nos valores e princípios da I República e dos “direitos e liberdades fundamentais do Homem e do Estado”, a par da defesa de um conjunto de reformas na habitação, na educação e na justiça. A reduzida influência dos dinamizadores deste projeto faria com que o mesmo fosse rapidamente abandonado, assim como abandonada foi também a tentativa de reconstrução do Partido Socialista Português, à qual se opuseram os seus antigos dirigentes. Muitos dos seus membros irão migrar para a US, caso de Adão e Silva, Sá Cardoso, Teófilo Carvalho dos Santos ou Mayer Garção.

Entretanto havia aparecido, em 1943, em Coimbra o PSI (Partido Socialista Independente). Demarcando-se do “velho” Partido Socialista apresenta um programa próximo da União Socialista, vindo a dissolver-se numa Frente Socialista que por sua vez se integra na União Socialista. Tudo isto ao mesmo tempo que o antigo Partido Socialista promove a sua reorganização interna, num congresso realizado a 27 de janeiro de 1946 no Centro Republicano Almirante Reis.

Outros grupos vão surgindo. Ideologicamente próximo do PCP, mas com militantes dele irradiados, surge o Partido Social Operário, constituído em 1947 por José de Sousa que tenta primeiro uma aproximação às forças socialistas e que é uma consequência das divergências internas do PCP motivadas pelo Pacto Germano-Soviético. Virá mais tarde a integrar-se na Frente Socialista e na candidatura de Norton de Matos advogando a abstenção, ao lado do PCP. Entretanto surge a JSP,

⁸³⁷ SÉRGIO, António, *Alocução aos socialistas no banquete do Primeiro de Maio de 1947*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1947, pp. 16 a 18;

uma resposta de um grupo de socialistas à criação do MUD Juvenil por parte do PCP. Em 1949 toda a família socialista se reúne na Aliança Socialista, cujo objetivo era promover a unificação das diferentes correntes socialistas, tentando assim contrariar a confusão de grupos e tendências que se vivia no campo socialista. Estando ilegalizada a Maçonaria, todos os membros da Maçonaria que não aderiram à Ditadura ou ao Partido Comunista, apenas tinham nas opções republicana, com o velho Partido Republicano Português a tentar uma renovação no início da década de cinquenta com António Maria da Silva, ou na militância socialista campo para a sua atuação política, ainda que igualmente ilegal. Esta maior atividade política, conjugada com a escassez de encontros e reuniões e a ausência de reflexão teórica e trabalho em Loja, determina a queda quase total da componente espiritual e solidária da Maçonaria, passando a predominar a intervenção política, situação que só se alterará após 1974, quer recorrendo às antigas práticas rituais de maçons anteriores à ilegalização, quer à colaboração de Obediências estrangeiras, nomeadamente da Grande Loja de França.

8.5 - Ainda os frentismos da década de 30

Em 1932, pelo Decreto nº 21924 de 5 de dezembro, o regime concede uma amnistia parcial, estabelecendo uma distinção entre “criminosos políticos impelidos por motivos patrióticos e altruístas embora viciados de errada visão, e criminosos impelidos por motivos egoístas”, havendo que afastar estes da vida política, ao mesmo tempo que remetia o seu julgamento para os tribunais militares especiais.⁸³⁸ Ainda assim, esse momento leva a Maçonaria a acreditar no afrouxamento na atuação da Ditadura, aproveitando-o bem para continuadas iniciações e algum ânimo nas tarefas administrativas. É um puro erro de cálculo. Há, neste período, situações ideologicamente improváveis, mas de convergência real e pontual. É o caso de uma tentativa de revolta comandada por Mendes Norton, que juntou Cunha Leal, Rolão Preto e seus partidários, alguns protagonistas do “revirvalho”, comunistas e anarco-sindicalistas, pensando-se mesmo na efetivação de um assalto ao quartel da Penha de França, em Lisboa. Na realidade, durante a década de trinta, vamos

⁸³⁸ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 732;

assistir à intenção de concretizar alianças, por parte de todas as forças políticas e incluindo a Maçonaria, reflexo da consciência de cada um dos grupos envolvidos quanto às suas limitações para, por si só, derrubar a Ditadura. Esta concepção frentista, na qual também se junta o republicanismo de direita, integra-se num período complexo de sucessivas alianças e dissensões, que não cabem ser analisadas neste estudo, à exceção das que incluem maçons enquanto tal.

Da reunião da Liga de Paris em Beyris sai a intenção de entregar a Norton de Matos o papel de principal chefe militar e organizador da revolução, justificado por ser o presidente da Aliança Republicano-Socialista, de ser um chefe militar prestigiado e de ser Grão-Mestre da Maçonaria. Cristina Clímaco refere a ausência de contato entre Norton de Matos e as estruturas oposicionistas, sugerindo mesmo que se tenha esquivado a esses contatos. É verdade que este momento coincide também com algumas suas ausências no GOLU, o que de resto causou algum mau estar na Maçonaria, como assinalamos noutra local deste trabalho.

Essas alianças e tentativas de revolta não terminam em 1931 com a derrota da insurreição na Madeira e prolongam-se mesmo para além dessa data. À semelhança do que já havia acontecido em 1928, os anos de 1932, 1937 e 1938 conhecem por parte da oposição várias tentativas de introdução de armas em Portugal, uma delas a chamada “Operação Turquesa”, mas todas elas falhadas por razões logísticas e de comunicação, pela sua apreensão pela polícia espanhola ou pelo facto da polícia política portuguesa infiltrar agentes nos círculos oposicionistas. O desaire da “Operação Turquesa” leva à prisão de Moura Pinto, Ribeiro Carvalho, Armando Cortesão, Nuno Cruz ou José Domingos dos Santos, todos maçons, a par de outros republicanos.

É na sequência destes acontecimentos que José Maria Domingues dos Santos se desloca a Portugal para contatos com dirigentes partidários e que surge a referência à AAA, já aqui referida e que era liderada por Basílio Lopes Pereira, João da Palma Carlos, Álvaro Salema e Judite Cortesão, que em 1938 também esteve ligada à chamada “intentona de Coimbra” e de que o envolvimento da Loja A Revolta é pouco claro. Basílio Lopes Pereira será um dos membros mais ativos, referindo-se, por exemplo, a sua passagem por Viseu para angariar dinheiro com vista à compra de armas. Na sua maioria, estas ações pouco mais são do que intenções, havendo

em contrapartida muito de desorganização. Pacheco Pereira define a AAA como uma “típica organização antifascista, entre a Maçonaria e o comunismo, ligada a um grupo de conspiradores exilados, que recruta entre os estudantes de Lisboa e Coimbra por via da maçonaria. A maioria dos seus membros vai acabar por se filiar no PCP”.⁸³⁹

Na verdade, foi na casa de Dias Amado que se aprontou a constituição desta organização, com alguma implantação na Figueira da Foz, além de Lisboa e de Coimbra, e onde se vão também destacar maçons como Adelino Soares Bastos e José Maria Domingues dos Santos. O PCP afastar-se-á desta opção política, temendo que a repressão recaia sobre si. Basílio Lopes Pereira, que viria a estar preso no Tarrafal, e José Ferreira da Costa⁸⁴⁰ eram as figuras marcantes da AAA, e do primeiro, Alexandre Babo, maçom, comunista e pertencente à AAA, diz que era:

“um homem forte, desprendido no vestuário, desmazelado consigo próprio (...) uma cabeça leonina, uma cabeleira grisalha ampla, a palavra fácil, clara e a frase recheada de imagens cheias de humor (,,,) casmurro, nunca cedendo numa discussão, convencido da sua verdade e consciente também do sacrifício que fazia e da coragem com que lutava”.

Já José Ferreira da Costa combatera nas trincheiras republicanas de Madrid, “de olhar simpático e risonho que, em certas ocasiões, se tornava duro como aço, que falava do fascismo português com mais desprezo do que ódio”. Diz-nos Pacheco Pereira que estes homens eram

“os últimos abencerragens dos revolucionários civis da I República, com as suas personalidades coloridas e corajosas, desprovidos de qualquer formação ideológica ou política sólida e condenados a desaparecer como anacronismos, com a década”.⁸⁴¹

Na biografia de Álvaro Cunhal, da autoria de Pacheco Pereira, encontramos uma outra referencia a esta faceta conspirativa que reunia a Maçonaria, os anarquistas e o PCP. Trata-se dos atentados bombistas em que participaram Jaime Morais, José

⁸³⁹ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 1, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, p. 167;

⁸⁴⁰ Pacheco Pereira refere-nos ser também conhecido pelo Silva da Madeira. António Ventura diz-nos que Basílio Lopes Pereira usava os pseudónimos de “A. Madeira” e de “Manuel J. Luís Afonso”. Por outra bibliografia consultada cremos que os dois, Basílio Lopes Pereira e José Ferreira da Costa possam ter usado os mesmos ou derivações destes pseudónimos, a fim de gerar a confusão na Polícia Política;

⁸⁴¹ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 1, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, pp. 297 e 298;

Ferreira da Costa e ainda Silvino Ferreira, este um dos responsáveis pela reorganização do PCP de 1929. Estávamos em finais de 1936 e inícios de 1937. “Na organização desses atentados participaram dois grupos actuando independentemente, um constituído por anarquistas e outro duns agrupamentos que o Silva da Madeira controlava”. Pacheco Pereira refere a presença de Emídio Santana no grupo anarquista, enquanto os grupos do “Silva” incluíam a AAA e “que funcionavam como uma espécie de Carbonária moderna tendo por detrás a Maçonaria e pela frente um grupo de estudantes antifascistas cada vez mais próximos do comunismo”.⁸⁴² É um tema ainda hoje alvo de contradições e que reúne não só o atentado a Salazar, ocorrido a 4 de julho de 1937, como outros anteriormente ocorridos. E se existem historiadores que os resumem numa iniciativa da Frente Popular, financiada pelo grupo dos “Budás”, outros referem que não era essa a forma de atuação quer de Jaime Morais, quer do PCP, ligando-os mais aos vários grupos anarquistas que integravam a Frente.

O próprio PCP ao afastar-se da AAA condena as ações bombistas, primeiro no *Avante*, considerando-as mesmo uma provocação policial, depois expulsando um seu militante, Carlos Ferreira, e por fim encetando uma crítica continuada ao que se chamariam de desvios esquerdistas, muito na linha de Bento Gonçalves e da sua oposição aos anarquistas.⁸⁴³ Isto apesar de podermos encontrar nomes como Manuel João da Palma Carlos, enquanto Obreiro da Loja Revoltar, de Almada, pertencendo à AAA e às Juventudes Comunistas. Refira-se ainda que a vida destes grupos irá extinguir-se com o tempo, no entanto, fruto dessa mesma situação, a Oposição ganha um novo fôlego com a hipótese de um entendimento.

A concretização da Frente Popular em Portugal, em 1936, e veiculada em termos internacionais antecipando a guerra civil espanhola, não a deixava imune aos acontecimentos quer internos, quer externos. Notem-se as mudanças no seio do PCP decorrentes das diretrizes da Internacional Comunista em meados da década de trinta, e às quais o PCP inicialmente resistiu, até porque estavam frescas na memória a revolta da Marinha Grande e a ilegalização da Maçonaria. Se até 1935 o PCP classificava como boatos as notícias de um entendimento na Oposição,

⁸⁴² PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 1, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, p. 298;

⁸⁴³ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 1, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, p. 299;

chegando mesmo a classificá-la de “atoarda reviralhista”, em 1936-37 passa a ser um dos dinamizadores dessa “Frente”. É o momento em que o PCP adota uma nova linguagem, considerando a Ditadura ilegal por estar assente num golpe de estado e, nas palavras de Bento Gonçalves, considerando-se “herdeiro das tendências liberais e dos valores intelectuais progressivos do povo português”. Com os anarquistas derrotados, com a ilegalização da Maçonaria e o definhamento desta, será este o ponto de partida para o PCP disputar aos maçons e aos republicanos o protagonismo que até aí tinham tido na luta contra a Ditadura e, daí para a frente aos olhos da opinião pública, aparecer como a grande força da Oposição. Marca-se a partir daqui uma crescente visibilidade do PCP na luta contra o Estado Novo, onde o PCP não hesita até em reescrever a história passada, de uma genealogia mítica que, segundo Pacheco Pereira, recua até 1640, 1820 ou até 1910, reivindicando para as classes populares o protagonismo desses momentos e assumindo-se como seu legítimo herdeiro.⁸⁴⁴

É, no entanto, de sublinhar o percurso sinuoso do PCP em relação à constituição de uma Frente contra a Ditadura. Na primeira metade da década de trinta a direção do PCP é criticada pela Internacional comunista por acreditar nas revoltas militares republicanas mas, ao mesmo tempo, também por negligenciar as revoltas adotando uma atitude passiva, sectarista, não captando a lógica da “problemática das alianças”.⁸⁴⁵ Tendo por princípio alguma hostilidade em relação à presença comunista nas ações republicanas, a verdade é que os comunistas são incentivados a usar essas ações para fazer crescer a sua influência, ainda que isso possa significar alterações nas suas posições políticas, que por seu lado são o reflexo das orientações oriundas da Internacional Comunista, nem sempre facilmente aceites no interior do PCP. Ainda assim, depois dos sinais de afastamento de 1929-1932, que leva ao desaparecimento de comunistas das Lojas maçónicas, vemos o reativar de contactos em 1932 e 1933, através de José de Sousa e Manuel Alpedrinha, dois nomes que, recorde-se, o primeiro colaborará na Escola Oficina nº 1, será anos mais tarde expulso do PCP e passará pela Fraternidade Operária e pelo Partido Social Operário, em 1947, acabando por aderir ao regime, o segundo abandonará a Loja Rebeldia e prosseguirá no PCP.

⁸⁴⁴ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 1, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, pp. 150 e 151;

⁸⁴⁵ CLÍMACO, Cristina, *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio 1927-1936*, Lisboa, Edições Colibri, 2017, pp. 332 e 333;

No entanto, as razões de afastamento eram além de ideológicas, também de diferenças de método. Enquanto republicanos e maçons viam o movimento operário como aliado para um golpe para derrubar a Ditadura, o PCP continuava a defender o desgaste do regime. Mais ainda, e essa era uma questão crucial, os comunistas entendiam ser necessária a existência de um programa mínimo, ao contrário da Maçonaria.

“(…) A Ditadura representava algo de novo na história do país. A Ditadura não cairia por obra e graça do Divino Espírito Santo. Para vencê-la seria preciso organizar e obter forças relativamente às quais mesmo todos os agrupamentos antifascistas reunidos apenas dispunham duma percentagem minúscula, e para realizar esse objetivo era preciso assentar num programa mínimo“.

E mais adiante, Pacheco Pereira citando Bento Gonçalves, refere que:

“há muito quem pense que a nossa exigência dum programa era um entrave à concentração antifascista. A realidade é que sem esse programa nem os próprios chefes republicanos foram capazes de chamar a si todos os que poderiam considerar-se seus. Ora os chefes republicanos responderam-nos sempre: agora, o que é preciso é derrubar o que está, depois veremos. Decorridos todos estes anos, todos poderão sacar, sem dificuldade, as conclusões dessa tática de complots e de aliciamentos, de conspirações quase medievais, que significaram quase sempre fazer organização para a polícia, que conduziram por uma quantidade de vias ao destroço dos próprios quadros e de parte do próprio exército da luta contra a ditadura”.⁸⁴⁶

A partir de 1934 o Komitern, no seu VII Congresso, adere definitivamente à ideia de uma frente única, que o PCP igualmente acolherá em 1936, abrindo as portas a alguns entendimentos, que correm em paralelo com uma diminuição do poder de mobilização do campo republicano e maçónico. Assiste-se também a partir da ilegalização da Maçonaria, ao contrário do que acontecia em 1935 em que não havia um sentimento comum no seio da Maçonaria com constantes divergências, a uma notória unidade no interior da Maçonaria, unindo posições divergentes, aceitando mesmo poucos anos depois uma Constituição que ia contra as suas tradições, numa tentativa de regularização de que falamos mais adiante, só conhecendo algum sobressalto com a questão da Loja Alvorada, em 1949. Em resposta o regime vai usar as comemorações do duplo centenário ou a Exposição do Mundo Português, ou ainda a assinatura da Concordata, para implementar uma aura de glória e

⁸⁴⁶ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 1, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, pp. 160 e 161;

durabilidade, onde todos os que contestam o regime passam a ser conotados como “maus portugueses”. Paralelamente, quase se proibiu a escuta dos noticiários da BBC num ambiente de asfixia democrática, na qual não faltava o facto dos rádios terem de possuir uma licença que identificava os seus proprietários.

9 - A regularidade maçónica⁸⁴⁷

Sentindo-se isolada e empurrada para os braços dos seus Irmãos espanhóis e franceses a Maçonaria portuguesa tenta reforçar os seus laços internacionais. Da Maçonaria inglesa recebe apenas a desilusão, já que esta querendo projetar na Maçonaria nacional os seus moldes de funcionamento, exigia o reconhecimento da Maçonaria portuguesa pelo Estado português, ignorando por completo a situação de Ditadura e a Lei de 1935 que a ilegalizou. A Maçonaria inglesa exigia, como consta de regras que remontam ao século XVIII, o reconhecimento pelo Estado e a obediência às leis do país, condições impossíveis na época. Razões que, no entanto, vão mais fundo e radicam em conceções filosóficas relacionadas com a dita regularidade das Obediências maçónicas. Na realidade, o Boletim Oficial do GOLU,⁸⁴⁸ referente a 1930, deixa vislumbrar divergências maçónicas quanto a este assunto e quando da realização da reunião da Associação Maçónica Internacional na Bélgica, em setembro de 1930 e na qual participa Norton de Matos.

No Boletim Oficial de 1929 é referido que o Conselho da Ordem procurou estreitar relações com a Grande Loja de Inglaterra, instando pela troca de Garantes de Amizade, algo que não se concretizou.⁸⁴⁹ De qualquer das formas, ocorre uma tentativa de intermediação com o regime por iniciativa inglesa. A aproximação foi negociada na embaixada britânica em Lisboa, em 1941, sendo assinado um documento provisório a 1 de dezembro de 1941, que coincidirá com a data de uma

⁸⁴⁷ A. H. de Oliveira Marques define regularidade como sendo um termo equivalente a legitimidade de uma Obediência ou Potência maçónica, sendo os critérios para tal baseados nos designados *landmarks*, na legitimidade de origem e na soberania territorial. MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986, pp. 1213 a 1215;

⁸⁴⁸ *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, nº 10 e 11, outubro e novembro de 1930, Lisboa, Ed. Grande Oriente Lusitano Unido, 1930;

⁸⁴⁹ *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, ano de 1929, Ed. Grande Oriente Lusitano Unido, 1929, p. X;

nova Constituição do Grande Oriente, com a intervenção de Luís Rebordão, Alberto Rocha e Luís Moitinho de Almeida, para além do Conselho da Ordem então em funções. Foi então acordado que o Grande Oriente adoptaria a prática do Rito Simbólico e colocou-se a hipótese de Salazar devolver o Palácio Maçónico ao Grémio Lusitano. Esta aproximação informal falhou, não se registando quaisquer reacções por parte do regime, desconhecendo-se as razões de tal resultado. Sabe-se, no entanto, que esta aproximação não foi bem vista por todos os maçons. Acresce a isto, a situação de ilegalização do Grémio Lusitano e os meandros da política em pleno decorrer da II Guerra Mundial, que talvez não tenha permitido o desenvolvimento deste processo, ainda hoje não totalmente esclarecido, mas que parece estar articulado com a nova Constituição então aprovada. O certo é que caso Salazar não cumprisse a devolução o Grémio Lusitano se preparava para pedir uma indemnização de 8000 contos, que lhe possibilitava edificar um novo Palácio. Por seu turno, e ao mesmo tempo, alguma imprensa britânica, tecia elogios a Salazar e ao país ordeiro e de progresso que dirigia, e este aspeto não é de somenos importância, já que a Grã-Bretanha apoia, desde 1931, a Ditadura. Recorde-se que durante as revoltas da Madeira e dos Açores a simpatia da Grã-Bretanha vai para o governo, que lhes sugere uma maior garantia de estabilidade e não para os revoltosos, que sugerem a mudança de regime. Helena Matos refere que “é para o governo de Lisboa e não para o Funchal que vêm as armas que a Inglaterra tem para vender”. A presença da esquadra britânica no porto de Lisboa, em janeiro de 1931, teve também um significado político que não é de desprezar.⁸⁵⁰ Durante a guerra as preocupações da Maçonaria inglesa foram outras e maiores, e depois a guerra a *realpolitik*⁸⁵¹ ditou as suas regras.

Face a esta situação, desencadeada no período imediatamente anterior à guerra, em 1937, não é de estranhar a nova cedência do GOLU no sentido da aproximação à regularidade britânica. Fernando Marques da Costa afirma que esta aproximação à Grande Loja Unida de Inglaterra foi devidamente pensada e assumida sendo de considerar o papel desempenhado pela Inglaterra no contexto da II Guerra Mundial. Ainda assim, afirma igualmente que a estratégia de Luís Rebordão começa a ser desenvolvida antes da guerra, não tendo portanto uma razão conjuntural, mas antes uma estratégia de reposicionamento e integração internacional da Maçonaria

⁸⁵⁰ Ideia expressa por Helena Matos sobre o apoio da Inglaterra à Ditadura em termos militares e de armas in MATOS, Helena, *Salazar*, vol. 1, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2004, pp. 170 e 171:

⁸⁵¹ O termo, de origem alemã e definido por Ludwig August von Rochau no século XIX, significa “política realística” em detrimento de razões ideológicas ou morais, concedendo aos interesses nacionais uma sobrevalorização que os coloca em primeiro lugar nas relações entre Estados.

portuguesa, numa posição tão forte quanto possível, e em que o GOLU chegou ao ponto de alterar a sua Constituição para a aproximar do padrão da Maçonaria inglesa, dando origem à Constituição de 1941, subscrita por vinte e uma Lojas mas que na prática se desconhecem as condições exatas em que vigorou.

Esta Constituição, sufragada entre 1937 e 1941, aparentemente não teve significativas manifestações de oposição, e ainda que formalmente tivesse sido aprovada, conheceu uma adesão variável, nomeadamente no início da década de sessenta, quando a Maçonaria portuguesa perdeu definitivamente as ilusões de aproximação à regularidade britânica e se aproximou de outras maçonarias liberais europeias. Ainda assim, virá a vigorar até 1974.⁸⁵² Ainda que sem grandes manifestações de discordância é, no entanto, verdade como refere Fernando Marques da Costa,⁸⁵³ que nem todos aceitaram de ânimo leve estas alterações, sendo de referir a criação, em 1949, de uma Loja feminina, a Loja Alvorada, dependente da Loja Afonso Costa, de Lisboa, esta criada em 1948 e cuja atividade entra bem na década de cinquenta com uma cadência regular de reuniões. A este propósito refira-se que a Loja Alvorada teria iniciado várias mulheres, situação que mereceu uma carta dirigida ao Grande Secretário Geral do GOLU, com data de 21 de novembro de 1950, onde se pode ler:

“constou-me que certa Loja da nossa Obediência tinha no ano findo criado uma Loja feminina. Em conversa particular que sobre o assunto tive com o Venerável da referida Loja, por este foi-me perentoriamente afirmado que tanto ele, na sua qualidade de Venerável Mestre, como a Loja a que preside, não tiveram interferência na fundação de tal Loja feminina, não tendo o caso sequer sido tratado em sessão de Loja, funcionando em qualquer câmara, como se poderia verificar das respectivas actas (...). Pelo mesmo Venerável Mestre mais me foi garantido que se a Loja feminina existe é uma organização independente e estranha à nossa Augusta Ordem (...).”⁸⁵⁴

Manifestando-se contra a iniciação feminina, este Irmão que dirige esta carta ao Grande Secretário Geral, existente em Arquivo e não assinada, termina com uma referência deveras importante, ao escrever que “não podemos afastar-nos das disposições legais e compromissos assumidos internacionalmente”, o que significa que a Constituição de 1941 vigorou de facto durante anos, ainda que a sua adoção

⁸⁵² Entre 1974 e 1978 vigorará a Constituição de 1926, vindo uma nova Constituição a ser aprovada em sessão de Grande Dieta de 28 de dezembro de 1978;

⁸⁵³ COSTA, Fernando Marques da, *Relações entre Supremos Conselhos do Rito Escocês e Obediências Maçónicas em Portugal 1840-1993*, Lisboa, Fernando Marques da Costa e Supremo Conselho do REAA para Portugal, 2015, pp. 212 e 213;

⁸⁵⁴ *Decretos do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

plena seja questionável. Luís Rebordão também se pronuncia sobre este assunto em carta de 21 de dezembro de 1950 e dirigida a José da Costa Pina, onde se pode ler que:

“(...) o Conselho da Ordem não pode de modo nenhum concordar com a fundação de Lojas maçónicas femininas mesmo no Rito de Adopção (...) por, além de outras razões, ser absurdo pensar que Mestre Hiram possa ressuscitar numa pessoa do sexo feminino (...). A isso se opõe a liturgia, o simbolismo, a antiga tradição, as leis internacionais, a nossa regularidade maçónica tomada solenemente pelo Grande Oriente quando foi votada e jurada a Constituição em vigor”.⁸⁵⁵

Refira-se que para além desta questão despertar velhos problemas de unidade, a grande questão é que em pano de fundo se colocava a aproximação à Maçonaria inglesa e americana e ao reconhecimento por parte destas. Também a pressupor que a Constituição vigorou durante anos, estão os contactos com a Grande Loja Unida de Inglaterra em final na década de quarenta e que o mesmo Luís Rebordão refere. Ainda sobre a Constituição de 1941 e sobre algumas vozes dissonantes em relação a ela, refira-se um documento da Loja Liberdade onde se escreve:

“ façamos uma Maç.: Portuguesa. Deixemos de estar enfeudados à Maç.: inglesa, mística e destinada só a servir os interesses da Inglaterra. Nada lhe deve a Maç.: Portuguesa no transe cruel por que tem passado durante a nefasta e inglória Ditadura do exército chefiada por Salazar. Acusamos a Inglaterra de ser o esteio das ditaduras na Península Ibérica, qual delas a mais reacionária. Que provas de solidariedade recebeu a Maç.: Portuguesa da Maç.: inglesa?”⁸⁵⁶

Segundo Fernando Marques da Costa a estratégia de Luís Rebordão era clara, consciente e de longo prazo, tanto que na década de sessenta se dava por garantido o reconhecimento britânico, tendo por único impedimento o facto de a Maçonaria em Portugal apenas poder trabalhar clandestinamente. Mas, uma vez mais, o facto de o Estado, ou o regime neste caso, não reconhecer a sua existência legal tornava-se impeditivo de um reconhecimento. É nesta estratégia, de longo prazo, que se insere o Acordo assinado, em 24 de junho 1938, entre o Grande Oriente Lusitano Unido e o Supremo Conselho onde este renuncia para sempre a todo e qualquer direito sobre os graus simbólicos e continuava a existir exclusivamente como potência dos Altos Graus, fazendo no GOLU o seu

⁸⁵⁵ COSTA, Fernando Marques da, *O Grão-Mestre e o grão-mestrado de Luís Gonçalves Rebordão in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, pp. 83 e 84;

⁸⁵⁶ *Processo da Loja Liberdade, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Pelo conteúdo situamos este documento por volta de 1941, já que fala nas ditaduras ibéricas, refletindo o debate interno que a Constituição de 1941 provocou;

recrutamento de Obreiros. Este Acordo estabelecia ainda que o Grande Oriente é o centro comum da Ordem, quer como organização, quer como ideia, reunindo todos os poderes da maçonaria simbólica. Era um reposicionamento doutrinário e internacional com vista a um reconhecimento do bloco anglo-saxónico que, como atrás escrevemos, nunca se concretizou. Era, no entanto, uma estratégia que quase resultou, falhando por um timing errado. Os contatos de Rebordão junto da Maçonaria inglesa e americana eram valiosos, e as decisões tomadas pressupunham o reconhecimento por aquelas maçonarias de que a Maçonaria em Portugal nunca tinha cessado as suas atividades, mas antes suspenso, logo que não se colocavam os problemas da regularidade. Foi também esta realidade, na opinião de João Alves Dias, que salvou o reconhecimento internacional da Maçonaria portuguesa, mesmo sem o apoio formal anglo-saxónico.⁸⁵⁷

No Decreto nº 4, também de 24 de junho de 1938,⁸⁵⁸ constava em anexo o Acordo atrás referido, assinado por Luís Rebordão, Dias Amado, Rocha Dinis, Ramon La Féria, Alfredo Mourão e José Costa Pina e que na prática ratifica o acordo com o Supremo Conselho e faz a clara aproximação às posições da Grande Loja de Inglaterra. No artigo 1º deste Decreto pode ler-se que “é ratificado o acordo celebrado, nesta data, entre o Gr.: Or.: Lus.: Un.:, Sup.: Cons.: da Maç.: Port.: e o Supremo Conselho dos Inspetores Gerais do Gr.: 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito”.⁸⁵⁹ No artigo 4º deste decreto lê-se que “o Livro das Constituições aprovado pela Gr.: Loja de Inglaterra e publicado em 1723, passa a ser considerado Livro da Lei Sagrada, e estará sempre aberto, sob o compasso e o esquadro, durante os trabalhos nos Templos”,⁸⁶⁰ ao mesmo tempo que estabelecia a obrigatoriedade da invocação do Supremo Arquiteto do Universo.

⁸⁵⁷ João Alves Dias, entrevista 40 minutos, Lisboa, 23 de Março de 2021;

⁸⁵⁸ Em diversas obras são referidas as datas de 24 de março e de 24 de abril. Discordamos destas datas, já que se sabe que a Maçonaria nesta altura adotou o seu antigo calendário cujo ano se iniciava em março. Sobre este documento em específico ele aparece datado de “aos 24 dias do 4º mês de 5271”, ou seja dia 24, do 4º mês sendo que o primeiro começa a 21 de março (nisan) e o quarto é junho (tammuz), do ano de 5271, que significa 5271-333=4938 ou seja 1938. Fernando Marques da Costa, a este propósito, possui documentação no seu arquivo particular, onde os mesmos documentos aparecem datados com o calendário maçónico e com o calendário profano. É provável que essa duplicidade tenha como causa o facto de a partir de 1937 terem sido adotados novos procedimentos de datação e assinatura de documentos, prática ainda incipiente que, segundo opinião de Fernando Marques da Costa, que confirmámos, levou à utilização simultânea nos mesmos documentos, de um calendário civil e de um calendário maçónico;

⁸⁵⁹ *Decretos do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁸⁶⁰ COSTA, Fernando Marques da, *Relações entre Supremos Conselhos do Rito Escocês e Obediências Maçónicas em Portugal 1840-1993*, Lisboa, Fernando Marques da Costa e Supremo Conselho do REAA para Portugal, 2015, p. 215;

Este acordo volta a ser referido no Decreto nº 7 de 24 de março de 1939, numa estratégia continuada de clarificação das relações entre o Grande Oriente e o Supremo Conselho e de aproximação à Grande Loja de Inglaterra, e onde também se insere a integração do Soberano Grande Capítulo de Cavaleiros Rosa Cruz no Supremo Conselho, definida pelos artigos 1º e 2º do acordo entre estes dois corpos, com data de 24 de março de 1939. Neste documento, assinado por António Augusto da Veiga e Sousa, José de Oliveira Ferreira Dinis, Dias Amado e Virgílio Duarte Nogueira Talhé, define-se que o Supremo Conselho fica sendo a única autoridade regular em Portugal para os graus capitulares, filosóficos e administrativos, ou quaisquer outros Altos Graus. Pareceu então útil às autoridades maçónicas, subordinar a uma única estrutura as Câmaras Chefes de Rito dos ritos escocês e francês, respetivamente o Supremo Conselho do Grau 33 e o Soberano Capítulo dos Cavaleiros Rosa-Cruz. Tal tinha vantagem na prática maçónica pela concentração de Obreiros e conseqüente solidificação de estruturas e, eventualmente, facilitava a aproximação às maçonarias anglo-saxónicas.⁸⁶¹

Esta Constituição, com data de 1 de dezembro de 1941, seria assinada por vinte e uma Lojas, sendo o seu teor bastante sintético e remetendo determinações subseqüentes e colaterais para um Regulamento Interno. A Constituição, anexa ao Decreto nº 8 de 1 de dezembro de 1941, reporta a valores maçónicos inseridos no historial da Maçonaria, como o de considerar as concepções metafísicas como sendo do domínio exclusivo e de apreciação individual dos seus membros (artº 1º), o trabalho como um dos deveres primordiais do Homem (artº 3º), ou que a plenitude dos direitos maçónicos só se atinge com o grau de mestre (artº 6º). Estabelece também que são maçons regulares os Obreiros que pertençam a uma Loja e se conduzam conforme os Antigos Deveres (1723) e, no ponto único, que “o Grande Oriente constitui-se e funciona como Grande Loja”.⁸⁶² Mas esta Constituição vai mais longe determinando que se torna obrigatória a invocação⁸⁶³ do Grande Arquiteto do Universo e, no seu artigo 3º, que os neófitos que se confessem cristãos façam o seu juramento sobre a Bíblia, os muçulmanos sobre o Corão e os de “qualquer outra crença sobre o livro sagrado da sua religião privativa”.⁸⁶⁴ Outras alterações ocorreram entretanto. Sob o ponto de vista ritual o Decreto nº 10, de 1 de março de 1942, refere no seu artigo 1º que é aprovado o Ritual de Aprendiz

⁸⁶¹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 43;

⁸⁶² *Decretos do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁸⁶³ Note-se que está escrito “invocação” e não “evocação”;

⁸⁶⁴ *Decretos do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

impresso na Tipografia do GOLU, na sua edição de 1928 com algumas significativas alterações. Assim no artº 1º alínea a) refere que na descrição do Templo “e as leis maçónicas” deverá ler-se “e a Bíblia aberta no livro de Ruth, cap. III”. Mais adiante o ritual é adaptado expurgando-se as referências ao Supremo Conselho, permitindo a sua prática aos Obreiros do Rito Francês. A substituição dos “Estatutos Gerais da Ordem” pela referência à Bíblia, ou a responsabilização do padrinho de um candidato à iniciação são outras das alterações registadas. Explicitamente é a Bíblia que é considerado o Livro da Lei Sagrada que repousa sobre o altar, a par com o esquadro e o compasso. Isto mesmo é reafirmado numa carta de Luís Rebordão dirigida a José da Costa Pina, que Fernando Marques da Costa refere,⁸⁶⁵ e que sublinha aspetos da Constituição de 1941.

António Ventura refere que a maioria dos representantes das Lojas que ratificaram a nova Constituição não eram figuras públicas, o que leva a concluir que quem dinamizava a atividade das Lojas eram maçons que estavam longe da ribalta política e social. É ainda António Ventura quem refere ter sido na mesma data aprovada uma declaração, que consta também dos Arquivos maçónicos, datada de 1 de dezembro de 1941, e igualmente assinada por Luís Rebordão, Dias Amado, Rocha Dinis, Ramon La Féria, Alfredo Mourão e José Costa Pina, onde se pode-se ler que “o Grande Oriente Lusitano Unido, ao votar e jurar a sua nova Constituição, declara solenemente que adere aos 8 pontos decretados pela Gr.: L.: Unida de Inglaterra, em 4 de Setembro de 1929, sobre a regularidade maçónica”.⁸⁶⁶ É um documento fundamental para o processo de aproximação e reconhecimento do GOLU pela Maçonaria anglo-saxónica. Consta igualmente no Arquivo do Grande Oriente Lusitano a lista de assinaturas que ratificam este texto constitucional, subscrevendo-o com a indicação de “aprovamos e juramos”, os representantes das Lojas Pureza, Simpatia e União, Cavaleiros da Paz e da Concórdia, Obreiros do Trabalho, Elias Garcia, Liberdade, José Estevão, O Futuro, Madrugada, Cândido dos Reis, Ordem e Progresso, Fraternidade Colonial, Serrania, Lealdade, República, Rebeldia, Razão e Justiça, Magalhães Lima, Cavaleiros da Luz e Verdade, Invicta, 1º de Maio e Estrela d’Alva.⁸⁶⁷

⁸⁶⁵ COSTA, Fernando Marques da, *O Grão-Mestre e o grão-mestrado de Luís Gonçalves Rebordão in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 82;

⁸⁶⁶ *Decretos do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁸⁶⁷ *Decretos do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. António Ventura identifica os representantes das Lojas que ratificaram esta Constituição como sendo Alfredo de Araújo Mourão (Pureza), António Augusto Veiga e Sousa (Simpatia e União), ? (Cavaleiros da Paz e da Concórdia), Joaquim Alves Garcia (Obreiros do Trabalho), José Augusto Oliveira (Elias Garcia), José Ferreira Dinis (Liberdade), Joaquim Nunes de Almeida (José Estevão), José da Costa Pina (O Futuro), Luís Dias Amado (Madrugada), Ramon Nonato de La Féria (Cândido dos Reis), José Lino da Silva (Ordem e

Uma nota do Conselho da Ordem com a mesma data da entrada em vigor desta Constituição, esclarece que a Obediência continuaria a reger-se por todas as disposições legais à data em vigor, excepto aquelas que fossem contrárias à nova Constituição. O Grande Oriente, quando de uma reunião de Grande Dieta ou de Grande Loja,⁸⁶⁸ seria formado por um representante de cada Loja, por norma o Venerável ou quem o substituísse e pelos membros do Conselho da Ordem. Determinava-se também que o então presidente do Conselho da Ordem exerceria também as funções de Grão-Mestre, sendo criado o cargo de Grande Chanceler cujas funções seria tratar de todos os assuntos referentes às Potências Maçónicas estrangeiras.

Aparentemente fechava-se assim o ciclo iniciado em 1938, e aparentemente porque esta Constituição iria conhecer uma vida prática relativamente efémera, ainda que formalmente continuasse em vigor até após o 25 de Abril. A. H. de Oliveira Marques referirá que a “Constituição de 1941 nunca se cumpriu nem entrou, na prática, em vigor. Promulgada com objetivos puramente diplomáticos, era contrária às tradições e aos princípios do Grande Oriente Lusitano, sobretudo no que dizia respeito ao Livro Sagrado e aos juramentos e crenças que implicava”.⁸⁶⁹

Dias Amado, em comunicação à Grande Dieta, recordará já em 1977 que o facto de a Maçonaria inglesa exigir o reconhecimento da Maçonaria portuguesa por parte do Estado português, criará um impasse já que tinha sido esse mesmo Estado a ilegalizá-la e de, nessa altura, terem sido as maçonarias de Espanha, França e Bélgica a apoiarem a Maçonaria portuguesa, tal como se repetiria com a França e a Bélgica após o 25 de Abril.

“(…) devo dizer que na década de 60 foi-nos garantido que a Maçonaria Portuguesa satisfazia todas as condições para ser reconhecida como regular por aquela

Progresso), Venâncio de Araújo (Fraternidade Colonial), Armando Pires das Neves (Serrania), Adolfo Jaime Sampaio da Luz (Lealdade), Luís Rebordão (Rebeldia), Mário Ferreira (Razão e Justiça), Manuel do Rosário (Magalhães Lima), ? Cavaleiros da Luz e Verdade), ? (Invicta), José Augusto Leal (1º de Maio), Raul Wheelhouse (Estrela d’Alva), in VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 782;

⁸⁶⁸ A reunião de Grande Dieta é uma reunião plenária de todas as Lojas da Obediência. Na Maçonaria britânica denomina-se de reunião em Grande Loja. Com significado semelhante pode ser usada a expressão de “reunião em Grande Oriente”. A designação de Grande Oriente, mas referindo-se à Obediência em si, era a designação primordial da Maçonaria portuguesa, nomeadamente no século XIX, ainda que na mesma época também tenha sido usada a designação de Grande Loja, esta mais usada pelas maçonarias anglo saxónicas com o mesmo significado de Obediência. A diferença de significado destas expressões reside no facto de nos estarmos a referir à Obediência em si ou a uma reunião plenária da Obediência;

⁸⁶⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 46;

Gr.: Loja Mãe, mas que isso só se poderia efetivar quando deixasse de trabalhar na clandestinidade, isto é, quando pelo Estado fosse reconhecida como existindo regularmente (...).⁸⁷⁰

De qualquer das formas, a concretização plena do acordo com a Maçonaria inglesa ficaria num limbo que se arrastará até 1974, altura em que há um afastamento definitivo em relação à Maçonaria inglesa, constituindo-se como principal razão o facto de ter sido constituído, a 22 de janeiro de 1961, o CLIPSAS que reunia diversas Obediências maçónicas de inspiração liberal. Sabe-se que na década de sessenta existiram contatos, ainda que inconsequentes, entre maçons portugueses e franceses, e de que alguns Obreiros do Grande Oriente Lusitano Unido se interessarão desde logo pelo CLIPSAS, ainda que o GOLU só venha a aderir a esta estrutura em 1985, onze anos após o 25 de Abril, reflexo da incipiente organização vivida após a revolução, dos trâmites legais internos e reflexo da diferença de caminhos que Luís Rebordão e Dias Amado preconizavam para o futuro do GOLU.

É também com estas preocupações de regularidade que, na década de cinquenta, Luís Rebordão se dirige a Costa Pina alertando para o facto de ter tomado conhecimento que, em algumas das Lojas então em funcionamento, se discutiam assuntos políticos, o que poderia colidir com estes cuidados do reconhecimento da regularidade maçónica. Era uma gestão difícil entre a tradição portuguesa e a integração internacional.

E é nesta integração internacional que se inserem os votos que a Maçonaria portuguesa expressava a todos os que lutavam contra os exércitos alemães na II Guerra Mundial, nomeadamente nas cartas dirigidas a Roosevelt e que Luís Rebordão recordará já depois do 25 de Abril de 1974. Os contatos entre maçons portugueses e o também maçom Roosevelt têm continuidade com Truman, também ele maçom, com os desejos da Maçonaria portuguesa a expressar, nas palavras de Rebordão, votos de uma Paz durável em Democracia. Existe a este propósito, um documento em arquivo, escrito em inglês, onde se faz um breve historial do GOLU e das dificuldades causadas pelo regime.⁸⁷¹ Sem data, este documento faz referência à Constituição do GOLU de 1941.

⁸⁷⁰ COSTA, Fernando Marques da, *O Grão-Mestre e o grão-mestrado de Luís Gonçalves Rebordão in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 77;

⁸⁷¹ *Publicações várias (miscelânea)*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. O documento existente está muito incompleto, tendo apenas sido encontrada uma das páginas do mesmo;

Embora fora do âmbito cronológico deste estudo, refira-se que uma nova Constituição virá a ser aprovada em 1978, pela Grande Dieta com data de 28 de dezembro, definindo o Grande Oriente como “agremiação dos ritos Escocês Antigo e Aceito, Francês ou de York, e de Adoção”,⁸⁷² sendo necessário aguardar até 1984 para a adoção de um texto constitucional mais próximo do que existe hoje em dia. Dias Amado será o grande obreiro dessa evolução e de uma viragem mais em direção a uma ótica francófona, distanciando-se da visão de Luís Rebordão.

Refira-se também que estas mutações constitucionais antes de 1974 tiveram as suas repercussões no Supremo Conselho. No seu estudo sobre as relações dos Supremos Conselhos com as Obediências maçónicas,⁸⁷³ Fernando Marques da Costa refere que entre 1929 e 1953 existiu uma separação entre as funções de Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido e de Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito. Admitindo que o reduzido número de maçons assim o aconselhava, os dois cargos são reunidos numa só pessoa, Luís Gonçalves Rebordão, entre 1953 e 1976.⁸⁷⁴

10 - Da proibição da maçonaria ao estalar da 2ª Guerra Mundial

No início da década de trinta o Conselho da Ordem alertava para “o momento angustioso que a Liberdade e a Democracia vivem em certos países”.⁸⁷⁵ Nesta altura, Salazar cinicamente afirmava que “(...) para bem dos homens e da sua vida em sociedade haverá a autoridade necessária e a liberdade possível (...)”, só que não dizia que esta era reduzida e arbitrária. Por vezes não reparamos que o mesmo

⁸⁷² COSTA, Fernando Marques da, *Relações entre Supremos Conselhos do Rito Escocês e Obediências Maçónicas em Portugal 1840-1993*, Lisboa, Ed. Fernando Marques da Costa e Supremo Conselho do REAA para Portugal, 2015, p. 226;

⁸⁷³ COSTA, Fernando Marques da, *Relações entre Supremos Conselhos do Rito Escocês e Obediências Maçónicas em Portugal 1840-1993*, Lisboa, Ed. Fernando Marques da Costa e Supremo Conselho do REAA para Portugal, 2015, pp. 221 e 222;

⁸⁷⁴ COSTA, Fernando Marques da, *Relações entre Supremos Conselhos do Rito Escocês e Obediências Maçónicas em Portugal 1840-1993*, Lisboa, Ed. Fernando Marques da Costa e Supremo Conselho do REAA para Portugal, 2015, p. 222. O cargo de Soberano Grande Comendador do Supremos Conselho será sucessivamente ocupado por Luís Machado Guimarães (1929-1944), António Augusto da Veiga e Sousa (1944-1953) e Luís Gonçalves Rebordão (1953-1976), enquanto que o de Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido será ocupado por António Augusto Curson (1928-1929), Joaquim Maria de Oliveira Simões (1929-1930), José Mendes Ribeiro Norton de Matos (1930-1935), Maurício Costa (1935-1937), Filipe Ferreira (1937) e Luís Gonçalves Rebordão (1937-1975);

⁸⁷⁵ *Documentos diversos do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Salazar afirmou a António Ferro que “autoridade e liberdade são dois conceitos incompatíveis... onde existe uma não pode existir a outra...”.⁸⁷⁶ Isto significou para a Maçonaria uma vida feita de cuidados e discrição. De entre as Lojas que continuaram a reunir-se após 1935, frequentemente a coberto de atividades insuspeitas de carácter profissional, associativo ou lúdico, refiram-se A Revolta, de Coimbra, a Liberdade e a Simpatia e União⁸⁷⁷, de Lisboa, ou a Amor da Pátria, nos Açores, ou ainda a Alberto Sampaio, de Viseu, que continua a trabalhar pelo menos até 1937, ou ainda a Loja Elmano, de Setúbal, que Levanta Colunas já em pleno período da proibição da Maçonaria, a 15 de dezembro de 1935. Em 1937 são refundadas as Lojas Estrela d’Alva, em Lisboa e República, em Évora. Há ainda registos da Loja Serrania ter trabalhado pelo menos até 1952, o mesmo acontecendo com a Loja Acácia, ainda que desta existam registos que a dão como estando em atividade entre 1957 e 1959, desconhecendo-se se deixou de funcionar entre 1952 e 1957 ou se simplesmente a documentação se perdeu. Também se sabe que entre 1957 e 1959 estiveram em atividade as Lojas O Futuro, Liberdade,⁸⁷⁸ Fraternidade Colonial e 1º de Maio, todas de Lisboa. Sobre estas duas últimas pensava-se que teriam Abatido Colunas em 1952, no entanto, a sua representação numa reunião é referida num relatório de atividades da Loja José Estevão, com data de 1956.

Por seu lado, a Loja José Estevão, que se pensava inativa, regista iniciações em 1958 e entradas de Obreiros, por regularização e por iniciação, entre 1960 e 1967, casos de José Magalhães Godinho, iniciado em 1930 na Loja Rebeldia e que é regularizado em 1967, João da Silva Vital, iniciado em 1928 na Loja Fraternidade Colonial e regularizado em 1960, ou Abílio da Costa Mendes, iniciado em 1933 na Loja Revoltando, da Maia, e regularizado em 1963 na Loja José Estevão. Em documento datado de 1975, Pascoal Gomes referia como estando também a funcionar durante a clandestinidade a Loja Pureza, dirigida por Acácio Gouveia, sem no entanto, especificar a data. De referir aqui também o nome de António Augusto Franco, iniciado na Loja Pátria Integral, de Luanda, que mesmo após 1935 e na sua condição de membro do Supremo Conselho do 33º Grau do Rito Escocês Antigo e

⁸⁷⁶ FERRO, António, *Salazar*, Lisboa, Ed. Edições Fernando Pereira, 1982, p. 96;

⁸⁷⁷ Sabe-se que a Loja Simpatia e União tinha 30 membros à data de 25 de Abril de 1974, enquanto a Loja Liberdade teria 18. A Loja Estrela d’Alva teria 18 Obreiros em 1947 e, entre 1954 e 1959, a Loja José Estevão registava um quadro entre 9 e 14 obreiros. Das restantes em funcionamento não conseguimos apurar números exatos;

⁸⁷⁸ Num dos documentos em arquivo consta a referência a uma Loja denominada de Libertação, sendo certo que se deverá referir à Loja Liberdade, que se sabe ter funcionado durante a clandestinidade, enquanto que uma “Loja Libertação” não consta do Livro de registos do Grande Oriente Lusitano, nem consta de quaisquer outros documentos;

Aceito e como Inspetor Maçónico continuou a visitar Irmãos, instalar Triângulos e a enviar relatórios aos Poderes Maçónicos. Em 24 de maio de 1936 foi preso na mata do Buçaco, num encontro com uma dezena de outros maçons, quando preparavam uma reunião com responsáveis de Triângulos de Vila Nova de Poiares, Lousã, Mortágua, Sangalhos, Vagos e Pampilhosa da Serra. A polícia política acusou-o também de estar a organizar a Frente Popular nas Beiras sob diretrizes da Maçonaria.⁸⁷⁹

De notar que os esforços de António Augusto Franco, tal como de Basílio Lopes Pereira, já aqui referido, são no sentido de reconstruir as redes revolucionárias ao longo do país, algo em que vemos envolvida a Maçonaria, talvez a principal força nessa intenção, bem mais que o PCP e na continuidade do solicitado anos antes pela Liga de Paris. Estas redes revolucionárias, assim classificadas pelos envolvidos e pelo regime, mas que poderíamos chamar de cumplicidades, eram protagonizadas por muitos maçons no seu local de trabalho, fosse um escritório como nos casos de Adão e Silva ou Nuno Simões, fosse um laboratório de análises, caso de Dias Amado, fosse uma loja da baixa lisboeta como José Alves Leitão ou a farmácia Leal de Matos, em Carnide, propriedade de Aires Leal de Matos, entre muitos outros locais. Significa que essas redes de cumplicidade continuaram a funcionar após 1935, permitindo por vezes fazer pequenos encontros a coberto dessas atividades.

As Lojas ajudaram a manter as sociabilidades e estas as ideias de oposição política. Nelas se conspirava sendo de destacar o esforço de alguns em se agregarem a grupos mais ou menos sólidos, por vezes longe do local de residência. Em casa de Fernando Vale, em Arganil, reunia-se um vasto grupo oposicionista de Coimbra, muitos deles maçons e maioritariamente ligados à Loja A Revolta. Além de Vale, este grupo incluía Alberto Moura Pinto, Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, Fidelino Figueiredo, e Miguel Torga, que não era maçom. A eles se juntavam Tomás da Fonseca, Adolfo Correia da Fonseca, Baeta de Campos, dono do Colégio Portugal onde A Revolta também se reunia, Raul Madeira, médico em Soure, o advogado Contento Ribeiro e Montezuma de Carvalho. Por vezes acontecia os Irmãos continuarem a pagar diretamente as suas quotizações, o que fazia deles maçons regulares e por isso participantes nas iniciativas de outras Lojas mesmo que as suas tivessem já desaparecido.

⁸⁷⁹ VENTURA, António, *Um herói desconhecido: o capitão António Augusto Franco in Revista Grémio Lusitano*, nº 15, 1º semestre de 2010, Lisboa, Ed. Grémio Lusitano, 2010, p. 94 e 95;

Fora das suas Lojas de origem, foram muitos os maçons que continuaram a manter uma atividade oposicionista de relevo, às vezes até no exílio, citem-se os casos de Carlos Cal Brandão quando deportado em Timor, que havia sido iniciado na Loja A Revolta e transitou posteriormente para a Loja Comuna, do Porto, da qual foi fundador, ou Emídio Guerreiro, iniciado também na Loja A Revolta e que viria a ser o primeiro venerável da Loja Comuna, e que em Espanha e França trabalhou maçonicamente, ou ainda de João Soares, Artur Santos Silva, Manuel do Rosário ou de Vitorino Nemésio. No caso concreto de Timor, refira-se que Cal Brandão se mantém no território quando da sua ocupação pelos japoneses durante a II Guerra Mundial, encetando uma luta a partir das montanhas, juntamente de Patrício Luz, Casimiro Paiva, Alexandre Silva e ainda parte da população timorense e alguns soldados australianos e holandeses. Nesta luta contra os ocupantes japoneses é justo referir o tenente Manuel de Jesus Pires,⁸⁸⁰ ativo dinamizador do Triângulo de Díli e que morrerá em data incerta numa prisão nipónica, depois de ter combatido os japoneses até 1943 e depois de ter salvo muitos portugueses. Note-se, a propósito do tenente Pires, o seu Diário⁸⁸¹ que expressa bem a atividade política exercida e o seu pensamento.

Refira-se que muitos dos portugueses que por esta altura estavam em Timor, haviam ali chegado a bordo do navio Gil Eanes que, em 1931, para ali transportou setenta e três presos políticos que foram concentrados em Oecussi, e do navio Pedro Gomes, com mais trinta, que ficaram concentrados em Atauro, campo que posteriormente viria a ser encerrado, sendo os presos espalhados pela ilha. A documentação existente referente a estes deportados refere cerca de quatro centenas de pessoas, divididas por Oecussi, um enclave na parte holandesa da ilha, Díli e Atauro, uma pequena ilha no lado português. Em toda essa documentação são salientadas as condições de transporte, onde apesar do calor os presos amontoados nos porões raramente recebiam autorização de subirem à coberta dos navios e poderem respirar ar puro, ou mesmo já em Timor, as condições do campo de

⁸⁸⁰ Durante algum tempo levantou-se a questão de Manuel de Jesus Pires pertencer ou não à Maçonaria sendo parcos os registos nos arquivos maçónicos face às passagens nas suas cartas que nos indiciam tal condição. Uma carta gentilmente cedida por uma das suas familiares, Luísa Tiago de Oliveira, mostra-nos não apenas a sua assinatura com referências maçónicas, como indica enviar correspondência através de maçons de Newcastle. Por outro lado, no Arquivo do Grande Oriente Lusitano, no Processo referente ao Triângulo 363 de Díli, podemos confirmar que o tenente Manuel de Jesus Pires foi iniciado em 20 de outubro de 1932, sendo fundador daquele Triângulo, em 5 de fevereiro de 1933, dele fazendo parte também Mário Artur Borges de Oliveira, Armando da Silva Pedruca e António César de Lurdes Mourinho. Pelos registos era significativa a presença de outros Irmãos como visitantes, nas reuniões do Triângulo;

⁸⁸¹ CARDOSO, António Monteiro, *Timor na 2ª Guerra Mundial – O Diário do tenente Pires*, Lisboa, Ed. ISCTE – Centro de Estudos de história Contemporânea, 2007;

concentração de Oecussi, construído numa zona pantanosa, onde os mosquitos e as doenças eram a norma⁸⁸² onde, no dizer de algumas fontes, “havia um verdadeiro campo de concentração, com profundos e largos fossos cheios de água e, em volta, os postes de arame farpado. Metralhadoras em posição vigiavam o campo de um alto próximo”.⁸⁸³ Num telegrama com data de 11 julho de 1938, o Governador de Timor, Raul Mendes Cruz alude à “situação difícil esta colónia manter 97 deportados, cerca terça parte população europeia colónia. Colónia manter ainda bastantes degredados europeus e chineses”, propondo ainda enviar para Lisboa dois desses deportados: Cal Brandão e Moreira Júnior, considerados mais problemáticos. Em resposta, a 14 desse mês, o Ministro das Colónias dá a sua concordância ao “embarque Gonçalves Zarco indivíduos referidos”, “cuja permanência ameaça a tranquilidade naquela Colónia”.⁸⁸⁴

Se é verdade que muitos dos deportados políticos e emigrados portugueses, casos de Cunha Aragão e Ribeiro de Carvalho, tinham voltado a Portugal após a Guerra Civil espanhola, o estalar da II Guerra apanhou muitos deportados portugueses espalhados ainda por Espanha, ou por França e Marrocos. Isso não impede, segundo Irene Flunser Pimentel e Luís Farinha, uma posição comum na Declaração de Tours, que levava todos os não comunistas a colocarem-se ao lado do governo face à conjuntura internacional nas vésperas da II Guerra Mundial e na defesa da integridade nacional.⁸⁸⁵ São também estes dois autores que referem que após a Guerra Civil espanhola alguns destes portugueses vão obter, em França, a solidariedade das organizações congéneres a que pertenciam, fossem maçónicas, anarquistas ou comunistas.

⁸⁸² *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor. Carta dirigida ao Governador do território, com data de 1 de abril de 1932, relatando as condições dos presos e assinada em nome dos militares antigos oficiais do exército, dos civis, dos militares antigos sargentos e dos civis estudantes pelo capitão Jaime Batista, Dr. Serafim Lopes Pereira (médico), Dr. Virgílio Pereira da Silva (notário), César Nunes (inspetor dos correios) e Miguel de Abreu (antigo deputado);

⁸⁸³ *Aljube – A voz das vítimas*, catálogo, coord. Alfredo Caldeira, Fernando Rosas e Raimundo Narciso Lisboa, Ed. Câmara Municipal de Lisboa, Comissão do Centenário da República, IHC da FCSH de Lisboa e Fundação Mário Soares, 2011, p. 49;

⁸⁸⁴ *Arquivo Salazar*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, UL-10A, cx. 766, capilha 2, 2ª subdivisão (Maçonaria e Timor, 1936), Fls. 95 e segs.

⁸⁸⁵ PIMENTEL, Irene Flunser e FARINHA, Luís, *Vítimas de Salazar - Estado Novo e violência política*, coord. João Madeira, Lisboa, Ed. A Esfera dos Livros, 2007, p. 211;

11 - Oposições e frentismos na década de quarenta

A prisão de Bento Gonçalves, em 1935, a justificação e apoio ao Pacto Germano-Soviético, o período de reorganização do partido, iniciado em 1940/41 e que se prolonga até 1943 e a prisão de Júlio Fogaça, em 1942, gerou um período muito difícil para a vida do PCP. Na base desta reorganização estão um conjunto de conflitos internos, que emergem a partir de 1936, entre a defesa de uma transição pacífica e uma linha que haveria de triunfar a partir do meio da década de quarenta baseada na ideia de levantamento nacional. A reorganização do PCP, iniciada em dezembro de 1940, após alguns dos seus dirigentes regressarem do Tarrafal, depois da amnistia concedida pelo governo quando da Comemoração dos Centenários, afirma-se a partir de 1942 com novos quadros dirigentes e com a construção de uma nova estrutura partidária em paralelo e à margem da estrutura dirigente em funções. Os novos quadros trazem do Tarrafal, como assinala Pacheco Pereira, a indicação para agirem à margem da Direção instituída. Álvaro Cunhal defenderá esta rebelião contra a Direção em exercício, pela necessidade de ação e de lutar contra uma certa desmoralização que varria o partido, e que, após um período de contactos em segredo, gera um período tenso dentro do PCP com o assalto dos reorganizadores à tipografia dos velhos comunistas e com a publicação de dois jornais com o mesmo título de *Avante*, um de cada facção, chegando a haver dois grupos que se reclamam de Partido Comunista Português. O confronto não restringia apenas à reivindicação da oposição à Ditadura, mas também na legitimidade política, nos novos recrutamentos, na competição pelas estruturas políticas existentes e até na representatividade junto da Internacional Comunista.

A facção derrotada, onde emergiam os nomes de Velez Grilo, Cansado Gonçalves e de Vasco de Carvalho, e que havia tentado substituir o *Avante* pelo *Em Frente* revela conflitos que incluem acusações de trotskismo, aliás da autoria dos dois grupos em confronto. Cunhal que aderiu à “reorganização” em meados de 1941, juntou-se ao Secretariado de Júlio Fogaça, Militão Ribeiro e Manuel Guedes, ficando pelo meio o afastamento dos chamados “grilistas”⁸⁸⁶ que se opunham aos

⁸⁸⁶ Apoiantes de Vítor Hugo Velez Grilo, comunista e maçom, iniciado na Loja Rebeldia, a quem Álvaro Cunhal e os seus apoiantes se opuseram. É um militante bastante ativo, tendo sido médico no Lavradio, no Barreiro, e muito popular entre os operários da CUF. Pacheco Pereira refere que mantinha zonas de influência e de amizade que preocupavam a Direção do PCP e sabe-se que mantinha uma relação estreita com os serviços secretos aliados durante a II Guerra Mundial. Quando em Moçambique manteve relações próximas com o regime, vindo em 1974, em Lourenço Marques, a participar na tentativa de golpe de 7 de setembro;

“reorganizadores”, diversas expulsões num partido em luta contra a Ditadura e fica também uma notável capacidade de conquistar influência política e social por parte dos novos protagonistas. A reorganização trouxe mais defesas contra o regime, estruturando o partido em moldes leninistas e segundo um modelo definido pelo movimento comunista internacional. Permitiu também dotar o partido de uma redobrada capacidade de intervenção e deu origem também a um partido mais adaptado à clandestinidade e a uma maior rigidez ideológica.

Depois de algumas tentativas frentistas a partir de meados da década de trinta assistimos, em dezembro de 1943 assistimos ao aparecimento do MUNAF⁸⁸⁷ dirigido por Norton de Matos, ex-Grão-Mestre da Maçonaria, e que agregava a si pessoas das mais variadas tendências ideológicas como por exemplo Manuel Serra, José Magalhães Godinho, Jacinto Simões, Alberto Rocha ou José Moreira Campos. Alguns maçons desempenharam um papel preponderante, apesar do Partido Comunista Português, anos mais tarde reivindicar a paternidade deste movimento. Na realidade, ainda que o PCP tivesse sido uma das forças impulsionadoras do MUNAF a verdade é que não foi a única e, com o tempo, o PCP assumirá um papel hegemónico no movimento pelo crescente domínio das suas estruturas, por contraponto a uma Maçonaria frágil e com escassas estruturas de apoio, o que naturalmente não foi bem recebido por outros sectores da Oposição. Era objetivo do MUNAF o derrube do governo através de uma insurreição nacional, chegando mesmo a publicar um programa mínimo.

A ligação do PCP ao MUNAF fazia-se através de Álvaro Cunhal e Fernando Piteira Santos. Participavam também alguns maçons, de entre os quais Hélder Ribeiro, Domingos Pereira, Utra Machado, Jacinto Simões, Álvaro António Pais de Ataíde, Maldonado Freitas, Adão e Silva, Tamagnini Barbosa, Mendes Cabeçadas, Lelo Portela e João Soares. O MUNAF agregava a si maçons, comunistas, anarco-sindicalistas, gente do NDAS, da União Socialista e do velho Partido Socialista, o que restava do Partido Democrático, elementos ligados à *Seara Nova*, católicos, monárquicos e outros simpatizantes da esquerda republicana sem filiação partidária.

⁸⁸⁷ As suas raízes encontram-se ainda em 1942 através de um movimento que levará à criação da União Socialista Portuguesa, em 1944, onde figuram os nomes de José Magalhães Godinho, Moura Diniz, Manuel Pires de Matos, Adão e Silva, Dias Amado, Luís Rebordão, António Macedo, José Joaquim Gaita, Sá Cardoso e Fernando Vale. Por seu turno, o anúncio formal do MUNAF acontece em janeiro de 1944 através de um comunicado assinado pelo Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista, ainda que os primeiros contatos datem de fevereiro de 1943;

De fora fica Cunha Leal e um grupo de republicanos que não vêm com bons olhos a participação comunista e ainda Velez Grilo e os seus apoiantes afastados do PCP. O MUNAF virá a ter como órgão informativo o *Libertação Nacional* e procede à elaboração de um programa, designado de “Programa de Emergência do Governo Provisório”, que será publicado em agosto de 1944 e que tem como fim último o afastamento de Salazar.

A verdade é que nem no afastamento de Salazar estes sectores da Oposição estavam de acordo, oscilando as posições entre o golpe militar, defendido por republicanos e maçons e o levantamento nacional a partir de greves e da contestação nas ruas, defendido por comunistas e designado por estes de “revolução nacional democrática”. Havia também algumas divergências quanto à necessidade ou não da existência de um programa mínimo de governo, caso se concretizasse o derrube de Salazar e que o PCP obrigou a reescrever diversas vezes. Enquanto os diversos grupos da Oposição consideravam necessário um programa detalhado, o PCP não pretendia ir tão longe em termos de método. Assinale-se que entre os redatores desse programa, estavam alguns maçons como Dias Amado e Jacinto Simões.

Por outro lado, o PCP inclinava-se para um modelo frentista na qual fossem determinantes, o que não impediu que se constituísse um grupo restrito de militares defensor de uma via armada para o derrube do regime e constituído, entre outros, pelo almirante Cabeçadas, o tenente-coronel Lello Portela e pelo coronel Tamagnini Barbosa. Eram os GAC ou Grupos Anti-fascistas de Combate, nascidos no último trimestre de 1944, cuja ideia era a criação de um braço armado do MUNAF, e que constituíam um elemento agregador dos militares republicanos opositores ao regime. Os GAC eram úteis ao PCP na medida em que, ligados ao MUNAF, permitiam ao PCP não correr o risco de marginalização numa eventual ação militar, sem se afastar da sua ortodoxia anti-golpista e até eventualmente controlar esse mesmo golpe, mantendo os GAC subordinados à direção política do MUNAF. Segundo Pacheco Pereira, em fevereiro de 1945, o PCP irá mudar a sua visão sobre os GAC, deixando de serem vistos como um núcleo insurrecional, para serem vistos como tendo um papel defensivo e de apoio ao movimento de massas em

geral e do PCP em particular.⁸⁸⁸ Mais tarde, em 1946, Álvaro Cunhal considerará os GAC como um “erro grave”, resultado de um otimismo excessivo na luta contra a Ditadura, enquanto que Isabel do Carmo assinala a crítica ao “*esquerdismo*” dos GAC por parte de Álvaro Cunhal.⁸⁸⁹

Refira-se também a existência de sérias divergências no que se refere ao que fazer após o derrube do regime, com o PCP a defender uma depuração profunda da sociedade e do aparelho de Estado, ideia à qual se opunha a restante Oposição. Segundo Álvaro Cunhal essa depuração deveria fazer-se sentir “em todo o aparelho do Estado e em particular nas forças armadas, no funcionalismo, no corpo diplomático e consular, na magistratura, no professorado, nos serviços de propaganda, bem como em todas as instituições de carácter público”.⁸⁹⁰ É no entanto verdade que esta “depuração” abrangendo a União Nacional, a Legião ou os Grémios deixa cair os Sindicatos Nacionais ou a Mocidade Portuguesa, entendendo o PCP que algumas das instituições do regime poderiam ser “aproveitáveis”.

A preocupação de dar ao movimento o modelo frentista apoiado pelo PCP e determinado pelo movimento comunista internacional, nomeadamente com a proposta de Álvaro Cunhal da criação de estruturas que permitiriam ao PCP assegurar o controle do movimento, afasta muitos opositores do regime que não se identificavam com o PCP, pesem embora os esforços deste em reanimar o MUNAF, que definha com o afastamento da restante Oposição. Por isso, o combate à hegemonia do PCP dentro do MUNAF leva à criação, em 1945, do MUD que inicialmente agrupava a Oposição não comunista. O MUD era, na perspectiva de uma vitória aliada na guerra e na intenção de fugir ao domínio comunista do MUNAF, uma iniciativa do setor moderado da Oposição esperanças numa mudança de regime. Refira-se que era comum, por parte do PCP, esta prática de infiltrar as organizações para as dominar subordinando-as à sua estratégia. Quando não o conseguiam ou quando a estrutura em causa deixava de servir, deixava-a cair, caso do MUNAF. Por outro lado, o MUD além de constituir uma esperança decorrente da

⁸⁸⁸ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 2, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, p. 464;

⁸⁸⁹ CARMO, Isabel do, *Luta Armada – as Brigadas Revolucionárias, a ARA e a LUAR contadas pelos próprios protagonistas. E os dias de fúria da Europa rebelde da segunda metade do século XX*, Lisboa, Ed. Dom Quixote, 2017, p. 449;

⁸⁹⁰ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 2, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, p. 366;

vitória aliada na II Guerra Mundial, constituiu também uma lufada de ar fresco nas estruturas maçónicas, sendo de referenciar Carlos Sá Cardoso, um dos seus fundadores, que nos anos setenta foi Grão-Mestre Adjunto do GOLU e Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho, e ao qual poderíamos ainda juntar, em Lisboa, José Manuel Duarte, Lelo Portela, Álvaro Ataíde ou Nuno Simões.

Tudo começa no Decreto governamental que alterava os círculos eleitorais, o que abria a possibilidade de novas eleições. A ideia nasce de uma conversa entre Mário Lima Alves e Teófilo Carvalho dos Santos. Mário Lima Alves reúne primeiro a 26 de setembro, no seu escritório na Rua do Ouro, em Lisboa, com um grupo restrito e depois com um grupo mais alargado, boa parte deles maçons e que incluía os nomes de Teófilo Carvalho dos Santos, João Soares, Adão e Silva, Manuel Catarino Duarte, Manuel Mendes, José Magalhães Godinho, Manuel Catarino Duarte, Canas Pereira, Nuno Simões, Afonso Costa (filho), Gustavo Soromenho, Luís da Câmara Reis e Alberto Candeias, estes dois últimos representando a *Seara Nova*. É um grupo onde se regista a ausência de comunistas mas com a presença de maçons e membros da União Socialista, que maturam a ideia em encontros no Café Portugal, no Rossio, em Lisboa, local de tertúlias oposicionistas e também de reuniões maçónicas. Sobre tertúlias oposicionistas noturnas, Mário Soares refere também a Paulistana, no Saldanha, em Lisboa, conhecido pelo café dos revirralhistas, onde se encontravam Teófilo Carvalho dos Santos, Magalhães Godinho, Lima Alves ou Carlos Vilhena.⁸⁹¹

Havendo que encontrar um local para a formalização do movimento foi pensado o recurso aos Centros Republicanos, sendo que o de maiores dimensões era o Centro Republicano Almirante de Reis. Contactado o seu presidente, Dr. Alfredo Guisado, este mostrou-se hesitante, só se resolvendo o assunto pela intervenção de José Magalhães Godinho, António Vasconcelos Lomelino e António Maria da Silva. Este grupo, em 29 de setembro, fará um pedido de autorização para uma reunião pública, a 8 de outubro de 1945, a realizar no Centro Republicano Almirante Reis e da qual sairá a formalização do MUD que se apresentava como movimento de natureza cívica e com pretensão à sua existência legal. Marcada para as 21.30 horas, a reunião tinha como ordem de trabalhos a análise do Decreto 34 938, seguida da deliberação

⁸⁹¹ AVILEZ, Maria João, *Soares – ditadura e revolução*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1996, p. 49. Situava-se este café e pastelaria onde hoje é o Atrium Saldanha;

“se os cidadãos presentes devem tomar a iniciativa de sugerir, à generalidade dos eleitores, a necessidade do seu concurso às primeiras eleições que vierem a realizar-se, no sentido de obterem representação, na futura Assembleia Nacional para as tendências políticas e opiniões que não prestam o seu acordo à orientação política e administrativa do governo”.⁸⁹²

Significativamente está ausente a palavra “oposição”, terminando a ordem de trabalhos com a determinação dos “meios úteis e legais” para dar execução às deliberações ali tomadas, e quais os cidadãos que pudessem futuramente representar esses “meios úteis e legais”.

José Magalhães Godinho refere que outros nomes foram agregados a este movimento e cita a título de exemplo Luís Branquinho, José Moura Neves, Barbosa de Magalhães, Heliodoro Caldeira, Fernando Mayer Garção, Olívio França, Mário Cal Brandão, Fernando Abranches Ferrão, Eduardo de Azevedo e Silva, Nuno Rodrigues dos Santos, Manuel Pires de Matos, Carlos Ernesto de Sá Cardoso, Manuel João da Palma Carlos, José Cruz Ferreira e Francisco Augusto da Costa Froes, todos maçons.

Refira-se o sucesso participativo desta reunião ocorrida no Centro Republicano, onde alguns dos protagonistas e alguma da imprensa da época falam em centenas de pessoas⁸⁹³ e de onde saiu a reivindicação de garantia das liberdades individuais, da liberdade de expressão e de pensamento, a possibilidade de constituição de partidos políticos e ainda um novo recenseamento eleitoral. A sessão foi presidida por Barbosa de Magalhães e secretariada por Afonso Costa (filho) e Teófilo Carvalho dos Santos. Foi orador Mário Lima Alves, que se referiu às mudanças ocorridas na legislação eleitoral e à importância da participação no ato eleitoral, sob pena de no futuro se poder acusar a Oposição de irrelevância. Heliodoro Caldeira, maçom da Loja Liberdade, defenderá nessa reunião também a reivindicação de os funcionários do Estado poderem ser eleitos para funções políticas sem a autorização do governo. Fernando Mayer Garção proporia que se encetassem contatos com figuras políticas de relevo, o que abriu a porta para um encontro com Carmona. Pacheco Pereira, referindo-se a este encontro escreve que

“o público era constituído quase exclusivamente por gente das profissões liberais, advogados, professores de vários graus de ensino, proprietários, comerciantes,

⁸⁹² GODINHO, José Magalhães, *Pela Liberdade*, Lisboa, Edições Alfa, 1990, p. 38;

⁸⁹³ Franco Nogueira refere 200 participantes, enquanto José Magalhães Godinho refere 300 e mais alguns que não couberam na sala e que ficaram pelos corredores. No documento final constavam 281 assinaturas, segundo José Magalhães Godinho;

engenheiros, médicos, solicitadores, funcionários públicos, militares na reforma, jornalistas, alguns empregados do comércio e um ou outro artesão sapateiro, relojoaria, fundidor. Não havia operários na sala”,⁸⁹⁴

o que indicia o facto de ocorrer à margem do PCP. Sobre os bastidores destes acontecimentos, Álvaro Cunhal escreverá anos depois que “alguns sectores da Oposição”, que designa de “participantes oportunistas no MUD” defendiam “uma proposta no sentido de exigir dos altos comandos do exército a efectivação de eleições livres mantendo o exército a ordem”.⁸⁹⁵

Saliente-se a novidade do acontecimento num período de ditadura e o sincero desejo dos presentes em mudar o regime, para além de um apelo generalizado no sentido da intervenção cívica e política. O jornal *A Época*, controlado pelo regime, não perdeu a oportunidade para atacar a reunião:

“a reunião correu ordeira, A polícia não teve a necessidade de intervir e como aquela assembleia continua em sessão permanente aguardaremos que os descendentes dos velhos republicanos consigam o que desejam, e que na assembleia magna de anteontem à noite não puderam dizer ao País... Mas como a Nação ainda não esqueceu o caos em que a deixaram os velhos políticos das revoluções e das bombas, das greves e dos incêndios, dos assaltos e de toda a ordem de crimes, é de concluir que a sessão se encerrará com êxito absoluto”.⁸⁹⁶

O MUD gerou um entusiasmo significativo, emergindo um desejo cívico de participação, independentemente de quaisquer receios de repressão e destruindo a ideia criada pelo regime de que a Oposição se tinha adaptado e integrado na ordem vigente. Mário Soares diz, a este propósito, que o país “começou a respirar”. O PCP acompanhou com preocupação o aparecimento do MUD percebendo rapidamente as desvantagens de ficar de fora, traduzidas nomeadamente no seu isolamento político. Assim, destacou alguns quadros para integrarem e orientarem o novo movimento, não subestimando o papel do MUNAF, que gradualmente desaparecerá, vindo a reclamar para este o entusiasmo com que o MUD foi acolhido pelos muitos que assinaram as suas listas de constituição e reescrevendo a História ao afirmar que o MUNAF foi o impulsor do MUD. Na realidade o MUNAF emitiu instruções urgentes aos seus comités, espalhados ao longo do país, para fomentarem a criação de comissões ao nível de freguesia e profissionais, mas isso foi reflexo do receio do PCP em ser ultrapassado pelos acontecimentos.

⁸⁹⁴ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 2, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, p. 552;

⁸⁹⁵ CUNHAL, Álvaro, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, Ed. Edições Dom Quixote, 1975, p. 64;

⁸⁹⁶ GODINHO, José Magalhães, *Pela Liberdade*, Lisboa, Edições Alfa, 1990, p. 41;

A pretensão à existência legal foi forçada quando os dirigentes do MUD solicitaram, e obtiveram, uma audiência com o Presidente da República, Óscar Carmona. É, no entanto, verdade que o facto que o MUD merecer uma audiência por parte do Presidente da República, não deixa de traduzir um reconhecimento da sua legalidade. No Palácio de Belém, na audiência com Carmona, estiveram Lima Alves, Manuel Mendes, Alberto Candeias, Gustavo Soromenho, Adão e Silva, Teófilo Carvalho dos Santos e José Magalhães Godinho, todos maçons. Este último relata uma conversa surrealista entre o grupo e Carmona que é interessante reproduzir, onde este começa por perguntar se o grupo tem o apoio do exército. Face ao esclarecimento de que o objetivo era o adiamento do ato eleitoral para que a Oposição, até aí perseguida, se pudesse organizar, Carmona dirá que do ato eleitoral nada entende, “mas se os senhores me trouxerem até aqui chefes militares que garantam que os apoiam, eu não me importo de demitir o Dr. Salazar e de lhes entregar o governo, mas, de outra forma, nada posso fazer, porque eu não tenho força, eu não mando nada”. Absurdamente longe da realidade, a dada altura Carmona afirma que em termos de liberdade de expressão já não há censura, porque “o Dr. Salazar disse-me que já tinha acabado”, afirmando ainda: “sabem, a censura é um bem, porque senão os jornais dizem o que lhes apetece e até ofendem as pessoas”. Sobre a sua ação face a esta situação Carmona resumirá tudo num desabafo: “os senhores não sabem, se os senhores soubessem!”.⁸⁹⁷

Posteriormente, no Teatro Taborda, na Costa do Castelo, em Lisboa, em sessão pública presidida por Barbosa de Magalhães e realizada em 10 de novembro de 1945, será eleita a primeira Comissão Central do MUD, que reflete um alargamento da sua base, substituindo a comissão saída da reunião do Centro Republicano Almirante Reis, que juntava José Maria Barbosa de Magalhães, Pedro Pita, Mário Lima Alves, Bento de Jesus Caraça, Manuel Mendes, Adão e Silva, Teófilo Carvalho dos Santos, Fernando Mayer Garção, Alberto Dias e Alves Redol. Maçons, seareiros ou comunistas, estes liderados por Álvaro Cunhal, juntam-se no MUD na crença de que poderiam enfrentar o regime. Ainda assim continuavam a predominar as profissões liberais sendo o operariado residual.

Nesta reunião Heliodoro Caldeira propôs a criação de uma Comissão Consultiva que incluía os nomes de Norton de Matos, Helder Ribeiro, Pulido Valente, Elísio Costa,

⁸⁹⁷ GODINHO, José Magalhães, *Pela Liberdade*, Lisboa, Edições Alfa, 1990, p. 43;

Ferreira de Castro, Fernando Fonseca, Carlos Olavo, Ramada Curto, António Sérgio, Mário de Azevedo Gomes, António Maria da Silva, Egas Moniz, Vitorino Magalhães Godinho, António Lobo Vilela, Paulo Quintela, Mário Silva, Aquilino Ribeiro, Miguel Torga, Adolfo Casais Monteiro, Fernando Lopes Graça, Irene Lisboa, Francisco Salgado Zenha, Maria Isabel Aboim Inglês, Elvira Guimarães, Lúcio Almeida, Henrique de Barros e Adolfo Casais Monteiro, entre outros. O entusiasmo gerado pela constituição do MUD teve impacto no regime, obrigando este a encarar a Oposição como uma estrutura mais organizada e persistente, por comparação com situações anteriores. Isso não impedia que alguns próximos do regime, como Manuel Múrias, diretor do *Diário da Manhã*, afirmassem que o voto era “um recurso para inglês ver” ou que o então Ministro do Interior dissesse que já estava “perdendo a paciência com os movimentos e agitações” que se faziam sentir.⁸⁹⁸

Entretanto, algumas aparentes cedências do regime criaram a ilusão da irreversibilidade da queda da Ditadura. Foi o que se passou com a constituição do MUD e o seu estatuto mais ou menos legal, tolerado pelo regime, até à sua ilegalização em março de 1948. A imprensa, com destaque para o jornal *República*, dará eco da criação do MUD assim como dos seus concorridos comícios. Pouco pacífica foi a decisão de suspender a realização de sessões públicas e de entregar às autoridades a lista de assinaturas recolhidas em Lisboa, que naturalmente acabaram nas mãos da polícia política do regime. Na realidade, tudo começou quando de uma conferência de imprensa na sede do MUD, onde Mário Lima Alves referiu que as listas continham mais de cinquenta mil assinaturas. O repórter do *Novidades*, que recorde-se era o órgão oficioso do episcopado e alinhado com o regime, questionou então da veracidade das mesmas, algo que o governador civil de Lisboa aproveitou para também questionar o seu rigor, levando a um pedido das listas por parte do Procurador Geral da República, Francisco José Caeiro, com o argumento deste em aferir a adesão dos cidadãos ao MUD. A propósito destas listas, e na linha de desconsideração da Oposição praticada por Salazar, Marcelo Caetano anos mais tarde escreverá que se

“enchiam folhas de papel com nomes que os jornais reproduziam em escandaloso alarde de um movimento generalizado e imponente contrário ao Estado Novo. (...) Nem Salazar, nem os seus colaboradores, nem os dirigentes da União Nacional

⁸⁹⁸ LEMOS, Mário Matos e, *Oposição e eleições no Estado Novo*, coord. Luís Reis Torgal, col. Parlamento, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2019, p. 82;

contavam com o desencadear de tamanha tempestade cujas ondas ganhavam a província e repercutiam no Ultramar”.⁸⁹⁹

As listas, entregues a um representante do Ministério do Interior por Mário Castro, que era o seu depositário, constituem um momento de enorme ingenuidade política, acreditando a Oposição que o regime jogaria limpo nesta matéria, ainda que o regime tenha também forçado essa entrega. O resultado foram mais prisões, com a Comissão Distrital do MUD do Porto e de Leiria a recusarem entregar as referidas listas e apelar para o Supremo Tribunal Administrativo, que a 9 de novembro se declara sem competência para aferir da legalidade da exigência do governo. Para muitos foi a repressão, nomeadamente para militares, funcionários públicos e comerciantes, muitos chamados à sede e às delegações da polícia política já que tinham para recolha de assinaturas as listas de adesão nos seus estabelecimentos. Para os poucos maçons que tinham alguma atividade foi um novo e profundo golpe, ao pôr a nu os seus nomes e depois de tentarem reorganizar-se após 1935 e depois do esforço participativo no MUNAF.

Apesar de tudo a Oposição consegue exprimir-se, mesmo que com grandes limitações. Barbosa de Magalhães acusa Salazar de considerar o país “como um feudo seu, que vive porque S. Ex.^a o governa (...)” e a considerar-se “o único homem neste país que pode pensar e decidir (...)”.⁹⁰⁰ Por outro lado, a própria natureza do movimento dividia os comunistas da restante Oposição, com os primeiros a quererem acentuar o carácter formal do movimento, quase que decalcado da sua estrutura partidária. Insere-se aqui a constituição do MUDJ, que embora se querendo formalmente independente do PCP, foi de sua iniciativa e por ele controlado. Aliás, o MUDJ é decorrente do MAUD, que tinha aderido ao manifesto de intenções da criação do MUD, sendo criado na sequência do IV Congresso do PCP, tendo crescido especial e rapidamente nos meios académicos de Coimbra, ainda que a sua criação ocorra no Centro Republicano José Estevão, ao Lumiar, em Lisboa, a 28 de julho de 1946. O seu aparecimento nem por isso acalmou as tensões internas da Oposição. Aliás os principais dirigentes do MUDJ pertenciam todos ao PCP e, mais uma vez, o PCP vai igualmente tornar-se hegemónico no MUD, vindo o MUDJ a sobreviver ao MUD.

⁸⁹⁹ CAETANO, Marcelo, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Ed. Verbo, 2006, p. 386 ;

⁹⁰⁰ “Oposição” in *Diário de Lisboa*, nº 8523 de 15 de novembro de 1945, p.4;

Em termos de expressão política o MUD vai mais longe do que havia ido o MUNAF, inclusive aproveita as mutações do pós-guerra para a sua argumentação. Num opúsculo de 1946, referindo-se a Salazar, pode ler-se que “o Presidente do Ministério não tem tido grande felicidade nas suas previsões em matéria de política internacional. O Bloco Ibérico de que foi obreiro entusiasta é hoje uma recordação penosa e um peso morto que só agrava a situação política internacional do País”.⁹⁰¹ Mas o MUD consegue também distinguir-se do MUNAF por uma mobilização mais abrangente, que aponta ao regime os seus erros de forma mais incisiva. Mário de Azevedo Gomes, presidente da Comissão Central do MUD, numa análise ao discurso de Salazar, critica não apenas a bandeira da colonização interna propagandeada pelo regime, como reivindica a liberdade de expressão, afirmando que “os actos democráticos imediatos que se reclamam são a consulta livre do País e os passos preparatórios dessa consulta; o futuro democrático, esse será a própria vontade nacional, devidamente esclarecida e desperta, a ditá-la em boa hora a todos nós”.⁹⁰²

Um documento emitido pelo MUD em maio de 1946, com o título “O MUD e o 28 de Maio”, começa por lembrar que a jovem República, logo em 1910, teve de enfrentar inimigos “num combate sem tréguas que nunca permitiu que os seus fundamentos se consolidassem em tranquilidade”.⁹⁰³ Depois, num balanço do período posterior ao 28 de Maio, este documento do MUD refere que no plano económico e financeiro o regime defendeu os interesses dum grupo de grandes capitalistas e de grandes proprietários, ao mesmo tempo que sacrificou os pequenos comerciantes, industriais e agricultores, arruinou a classe média e tributou fortemente o país, dando preferência a obras de propaganda em detrimento de obras que elevassem o baixo nível de vida do país.

Enquanto isso, no plano social e laboral, o MUD acusava o regime de ter arregimentado todos os sectores do trabalho através dos sindicatos integrados no sistema corporativo e fortemente vigiados, e ainda por um sistema de contratos coletivos e de salários que eram um entrave a justas reivindicações dos trabalhadores as quais, por si só, eram consideradas subversivas e ilegais. Por sua

⁹⁰¹ *A sessão de 30 de Novembro de 1946 do Movimento de Unidade Democrática*, Lisboa, Ed. Comissão Central do MUD, 1946, p. 9;

⁹⁰² *A sessão de 30 de Novembro de 1946 do Movimento de Unidade Democrática*, Lisboa, Ed. Comissão Central do MUD, 1946, p. 24;

⁹⁰³ *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor;

vez, no plano político, o MUD acusava o regime e os seus instrumentos - União Nacional, Assembleia Nacional, Câmara Corporativa, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, de asfixiarem toda a atividade política, que permitia considerar como traição toda a atividade e opinião divergente, punida com a demissão dos funcionários do Estado, prisão, insultos e deportações. Acusava ainda o MUD de o regime impor uma pesada censura, a fiscalização abusiva de manifestações artísticas e culturais e o uso da Legião Portuguesa e da polícia política para essas ações repressivas.

Nesse documento o MUD não deixa de fazer uma referência ao que se passa além fronteiras, ao referir que “há um ano, a Democracia conquistou no mundo a sua maior vitória”, lembrando que por contraste o ato eleitoral de novembro de 1945 se realizou com muitas limitações, incluindo a repressão sobre quaisquer manifestações, o encerramento das delegações do MUD pela polícia ou a ação de vários governadores civis que recusaram autorizações para a realização de reuniões. Mantinha o MUD os seus objetivos de eleições livres e de defesa das liberdades fundamentais, terminando este manifesto com o apelo de transformar em trabalho cada vez mais eficiente a sua dedicação à Democracia e com as palavras de ordem de que “lutar pelo MUD é lutar pela Democracia. Ela há-de triunfar!”. O manifesto é assinado por noventa subscritores nos quais identificamos muitos maçons.⁹⁰⁴ Em contrapartida o regime acusava o MUD de “excessiva” heterogeneidade e de pouco dizer em questões concretas referentes ao país, não

⁹⁰⁴ São subscritores deste documento: Acácio Augusto Mariano, Adriano Neto Nobre, Adrião Martins Amado, Alberto Dias, Alberto Ferreira, Alípio Cacela da Cunha, António de Sousa, António de Barros Machado, António Batista Cordeiro Salgado, António Carvalho Monteiro, António Feio Ribeiro da Silva, António Joaquim Coelho, António Júlio Proença Abrantes, António Macedo, António Martins de Araújo, António Ricca, António Sousa, Armando Moreno, Arnaldo dos Santos Moreira, Artur Augusto da Silva, Asdrúbal João de Aguiar, Atanagildo Teixeira Pinto, Augusto César Anjo, Aurélio Pinto Pereira Barbosa, Bento de Jesus Caraça, Carlos de Magalhães, Domingos Loureiro Dias, Domingos Machado Fernandes, Domingos Martins Boronha, Eduardo Marques, Eurico Alves da Silva, Fernando Azeredo Antas, Fernando Correia Simões, Fernando Cortez Pinto, Fernando Mayer Garção, Florindo Eugénio Madeira, Francisco Cândido, Francisco Leitão, Francisco Martins E. Júnior, Francisco Salgado Zenha, Albano Cunha, Álvaro Seíça Neves, Anselmo Ferraz de Carvalho, Francisco Alves Correia, Gil Roque, Gustavo Soromenho, Hélio Vieira Quartim, Humberto Pereira Diniz Lopes, J. Cruz Ferreira, Jacinto Ramos Martins, Jaime dos Anjos, João Dionísio Coelho das Neves, João Maria da Silva, João José Gomes, Joaquim Oliveira Júnior, José António Costa, José Barbosa, José Borrego, José Freire de Carvalho Falcão, José da Grça, José Magalhães Godinho, José Rodrigues Portela, Júlio Filipe de Almeida Carrapato, Júlio de Macedo, Lino Castro e Silva, Luciano Aresta Branco, Luciano Serrão de Moura, Manuel Cardoso Pessoa, Manuel da Costa Pires, Manuel Fernandes, Manuel Júlio Carrusca, Manuel Lopes Pereira, Manuel de Macedo R. Portilheiro, Manuel Mendes, Manuel do Olival, Maria Amália Herberts Borges, Mário Cal Brandão, Mário Soares, Olívio França, Roberto Carlos de Passos Sousa, Rodrigo Abreu Luciano Lima, Rui Luiz Gomes, Serafím Lopes Pereira, Teófilo Carvalho dos Santos, Vasco da Gama Fernandes, Vítor de Sá, Luís Baeta Campos, Manuel Dinis Jacinto, Sílvio Nogueira Seco e Vitorino Andrade;

apenas por essa heterogeneidade, mas também por divergências ideológicas internas e do perigo de pôr a descoberto o apoio dos comunistas.

Por comparação com o MUNAF, o MUD conseguiu uma maior tolerância enquanto movimento político de intervenção eleitoral e ganhou uma dimensão popular que o regime não esperava, mas uma vez mais seria ferido pelas suas contradições internas e que trazia do MUNAF, como era o caso das convicções em defesa de um golpe militar ou em alternativa de uma “insurreição geral”. Mas, noutra coisa também diferiam: enquanto o MUNAF e o próprio PCP eram lentos e burocráticos, o MUD apresentava-se flexível e rápido nas decisões políticas. Mário Lima Alves, um ativo e dinâmico maçom iniciado na Loja Rebeldia, torna-se o alvo do PCP, sendo afastado dos órgãos dirigentes em meados de 1946, mesmo depois de ter sido no seu escritório, na Rua do Ouro 101, que se estabeleceu o quartel-general do MUD nos seus primeiros passos. As divergências levam-no a escrever uma carta solicitando a sua saída da direção do MUD em 24 de dezembro de 1945.

Esta oportunidade perdida, como lhe chamam alguns autores, não se sustenta apenas nas divergências internas, mas também num ambiente psicológico de desilusão, onde a referida decisão de entregar a lista de assinaturas recolhidas em Lisboa é um ponto alto. Há ainda uma outra razão que é o facto de alguns oficiais estarem a preparar um movimento revolucionário, que não avançou, e terem solicitado a Lima Alves algum tempo, o que levou a alguma desmobilização. Este clima, que favorecia Salazar, terá um ligeiro apaziguamento em 1947, para logo em março do ano seguinte o MUD ser declarado ilegal por nele colaborar o Partido Comunista, segundo o regime “subordinado a um poder político estrangeiro”, com a primeira vítima da ilegalização a ser o MUDJ. A proibição formal das suas atividades, em janeiro de 1948, inicia uma década de recomposição da Oposição, que vê também abater sobre si novos momentos de repressão. Uma vaga de prisões varre todo o espectro da Oposição, tendo o Aljube em Lisboa e no Porto, a Trafaria, Peniche, S. Julião da Barra ou o Tarrafal como exemplos da privação da Liberdade, também no seguimento de uma tentativa revolucionária falhada a 10 de abril de 1947, e onde encontramos maçons como Amadeu Gaudêncio, Carlos Vilhena, João Soares, António de Sousa Maia, Teófilo Carvalho dos Santos ou Francisco Marques Repas.⁹⁰⁵

⁹⁰⁵ Francisco Marques Repas apenas será iniciado na Maçonaria em 1970, na Loja Simpatia e União;

Como já se referiu, em dezembro de 1945 Mário Lima Alves pedirá a demissão dos órgãos dirigentes do MUD, sendo deles afastado em meados de 1946, por pressão do PCP que aposta cada vez mais no MUD. Em finais desse ano e através de iniciativas sectoriais o PCP começa a assumir o domínio do MUD, à semelhança do que acontecera com o MUNAF, sabendo que muitas das iniciativas oposicionistas não se poderiam realizar sem o PCP. Para esse domínio o PCP não hesita em promover o divisionismo, acusando os restantes membros da Oposição de serem “falsos socialistas” e dando primazia ao MUNAF sempre que a restante Oposição lhe fazia frente no seio do MUD.

12 - A candidatura de Norton de Matos à Presidência da República

O marco temporal seguinte são as eleições à Presidência da República e com ele um ponto alto da Oposição ao Regime. Este é um processo, de onde emerge o nome de Norton de Matos, que anuncia a decisão de se candidatar a 9 de julho de 1948, propondo-se democratizar o regime sem rejeitar plenamente a Constituição de 1933, e representa o encerrar de um período negativo, situado entre 1945 e 1949 onde se verificam múltiplas conspirações contra o regime, mas todas elas frágeis e sem consequências. Anos depois, Humberto Delgado dirá que:

“Norton de Matos, grão-mestre da maçonaria, sacudiu o País da sua letargia, apesar de predominantemente católico, o que fez com que o ditador ficasse ciente, sem sombra de dúvida, da hostilidade popular para com o regime (...). A sua campanha foi seriamente prejudicada pelo Partido Comunista, bem assim como por outros elementos que subitamente apareceram em cena, introduzindo uma nota obscurantista na propaganda (...).”⁹⁰⁶

Apesar do que escreveu, Delgado não recusará o apoio do PCP quando da desistência da candidatura de Arlindo Vicente.

⁹⁰⁶ DELGADO, Iva, *Memórias de Humberto Delgado*, 4ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1991, p. 117;

Se é verdade que a candidatura de Norton de Matos reuniu um largo apoio e representou uma vontade comum da Oposição é também certo que num primeiro momento não foi unânime. Mário Matos Lemos, citando Manuel da Costa e Melo, refere que “muito embora a posição de Norton de Matos fosse de proa no MUNAF e de certo modo ainda na Maçonaria, o certo é que a posição do seu partido – o PRP (...) não foi de apoio inicial”.⁹⁰⁷ Na realidade, dentro da Maçonaria, se bem que conservasse o prestígio de ter sido seu Grão-Mestre, as suas incoerências, as suas aproximações ao Regime e por fim, a sua renúncia ao cargo num momento difícil, deixaram marcas, o que não quer dizer que muitos maçons não se tenham empenhado na sua eleição. Aliás, um dos nomes previamente lançado, o de Manuel Monteiro,⁹⁰⁸ da Loja A Revolta e antigo carbonário, tinha merecido a forte oposição do PCP. Por seu lado, Mário Soares, Tito de Morais e Maria Isabel Aboim Inglês manifestavam a preferência por Mário de Azevedo Gomes, sendo que foi António Macedo a avançar com o nome de Norton de Matos. É verdade, no entanto, que apesar do domínio do PCP sobre o MUNAF, com este já praticamente inexistente a não ser como sigla que o PCP utilizava de acordo com as suas conveniências, também era verdade aquele movimento era visto como uma plataforma, nas palavras de João Madeira, “onde era possível delimitar divergências e dirimir conflitos”.⁹⁰⁹ Os socialistas anunciam no *Diário de Lisboa*, que embora a candidatura não possua um carácter partidário “foi apresentada por democratas de todas as tendências ideológicas”, o que lhe conferia uma dimensão nacional e que por isso “os socialistas portugueses fiéis à doutrina que sempre os orientou e hoje marca a directriz da democracia internacional, sentem o imperativo de afirmar pública e solenemente, o seu apoio ao sr. General Norton de Matos”.⁹¹⁰ Contra estão António Sérgio, António Maria da Silva, Mário Lima Alves e Cunha Leal, e recorde-se a propósito o velho conflito entre Cunha Leal e Norton de Matos que vinha desde os tempos em que este tinha estado em Angola, e a quem Cunha Leal dedicara o livro *Calígula em Angola*. Contavam ainda os anticorpos gerados pelo apoio do PCP a Norton de Matos. A candidatura pode também ser vista como um compromisso entre as várias sensibilidades oposicionistas, às quais se associaram muitos maçons e onde o PCP viu também na candidatura uma forma de proteger o MUD, eventualmente conferindo-lhe novo fôlego.

⁹⁰⁷ LEMOS, Mário Matos e, *Oposição e eleições no Estado Novo*, coord. Luís Reis Torgal, col. Parlamento, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2019, p. 128;

⁹⁰⁸ Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro (1879-1952);

⁹⁰⁹ MADEIRA, João in PAULO, Heloísa e JANEIRO, Helena Pinto, *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 – 60 anos depois*, Lisboa, Ed. Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 24;

⁹¹⁰ *Manifesto (O) dos socialistas in Diário de Lisboa*, de 10 de janeiro de 1949, Lisboa, 1949;

Para a sua candidatura, Norton de Matos criou uma Comissão de Candidatura coordenada por Mário de Azevedo Gomes, onde se centralizavam as atividades da candidatura, incluindo a propaganda, e que fazia a ligação com as Comissões Distritais, centralizando estas as atividades nos concelhos e freguesias e nelas devendo estar representadas as diversas correntes políticas da Oposição no respetivo distrito. Tito de Morais e Jacinto Simões organizavam o aparelho de campanha e Mário Soares assegurava o secretariado. O apoio recolhido foi entusiástico, mas as dificuldades foram bem maiores do que o esperado, o que levou à desistência do candidato. Reclamava a candidatura a existência de liberdade como condição para o exercício pleno da cidadania, a aplicação integral da Justiça, aplicando-a como poder do Estado mas independente do exercício governamental, a abolição da polícia política e da censura, a extinção do campo do Tarrafal, a ideia do Parlamento como organismo político por excelência, o direito ao acesso à cultura e ao bem estar, e ainda, muito importante, a equiparação de homens e mulheres em termos de capacidade eleitoral e a eliminação do preceito legal que retirava capacidade eleitoral aos que professassem ideias contrárias à “disciplina social”. Mais, pedia a adoção de medidas de assistência e segurança social a fim de garantir condições de trabalho e de apoio no desemprego e na velhice, a obrigatoriedade da assistência às grávidas, reformas no ensino, a extinção do sistema corporativo, e ainda a existência de um organismo destinado à vigilância sobre os alimentos e bebidas destinadas ao consumo ou medidas de saneamento. Pedia ainda a liberdade do direito ao trabalho e à residência, a inviolabilidade do domicílio, o acesso a qualquer profissão, o acesso à cultura e a liberdade de organização e associação. Ao mesmo tempo, no plano económico, a candidatura criticava os resultados da governação, divulgando estudos económicos e sociais que desconstruíam o discurso do Estado Novo e pedia medidas de estímulo das iniciativas individuais, reivindicando igualmente os princípios da nacionalização, sempre que comprovadamente se impusessem como o melhor e mais rápido procedimento para o bem estar generalizado, que entendia dever ser a máxima preocupação da governação pública. Em matéria de política colonial a nação era vista em termos pluricontinentais apontando para a defesa de ações de desenvolvimento local indutoras do desenvolvimento geral do país. João Madeira refere que no mesmo sentido se pronunciava a revista *Vértice*, próxima do PCP, afirmando que o governo se mostrava incapaz de uma “verdadeira obra de colonização”, além de executar uma política colonial “contrária aos interesses

nacionais, porque é incapaz de servir a grande tarefa de construção do Ultramar”.⁹¹¹ Pedia ainda a candidatura que fosse facultada a consulta dos cadernos eleitorais, que a presidência das mesas eleitorais não fosse de livre escolha dos governadores civis, a existência de fiscalização no ato eleitoral, a afixação de editais e a passagem imediata de certidões com os resultados por assembleia de voto.

Foi uma candidatura difícil, onde muitos eleitores foram eliminados dos cadernos eleitorais sem razão efetiva, com certidões de eleitores a não serem passadas ou proteladas, razão pela qual muitos não puderam exercer o direito de voto, impedidos que foram de disporem do certificado de eleitor. Refira-se a propósito, que era prática corrente do regime riscar dos cadernos eleitorais todos aqueles que se sabia pertencerem à Oposição. A própria candidatura conheceu inúmeras dificuldades na sua publicitação motivadas pela censura, como reconheceu Norton de Matos em diversas ocasiões. Os seus apoiantes foram também alvo de intensa vigilância policial que tolhiam movimentos e exerceram pressão social e profissional. A PIDE identificava todos os apoiantes de Norton de Matos, com o argumento de que quanto mais não fosse “para que os respetivos nomes, se ainda não constassem, passem a figurar nos registos dessa polícia”.⁹¹² As manifestações estavam proibidas, mas um manifesto atribuído ao Partido Comunista convocando uma manifestação deu origem a um comunicado da candidatura demarcando-se da iniciativa e apelando a que os seus apoiantes se afastassem dessas manifestações pondo o seu pensamento os percursos da República, e ainda anulando a convocatória de uma sessão de propaganda no Centro Republicano António José de Almeida, em Lisboa.

Refira-se igualmente que o caráter discricionário da lei dificultava a atividade política da Oposição. Apesar do Decreto Lei 22 409, de 11 de abril de 1933, dizer no seu artigo 1º que a todos os cidadãos era garantida a “expressão do pensamento por meio de qualquer publicação gráfica”, mantinha-se a censura prévia às publicações, levada a efeito por comissões dependentes do Ministro do Interior, que teria “somente” por fim “evitar a perversão da opinião pública (...) por forma a defendê-la de todos os fatores que a desorientem contra a verdade”. Legislação complementar

⁹¹¹ MADEIRA, João in PAULO, Heloísa e JANEIRO, Helena Pinto, *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 – 60 anos depois*, Lisboa, Ed. Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 29;

⁹¹² LEMOS, Mário Matos e, *Oposição e eleições no Estado Novo*, coord. Luís Reis Torgal, col. Parlamento, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2019, p. 143;

definia que as reuniões destinadas a fins de propaganda política ou social só podiam ter lugar depois de obtida a autorização do governador civil do distrito, o que levava a que fossem frequentes as não autorizações, ou as autorizações condicionadas a um local diferente do previsto ou a condições difíceis de cumprir.

As pressões por parte do regime eram muitas e variadas. José Magalhães Godinho em discurso proferido no Teatro Maria Pia, em Leiria, em janeiro de 1949, relata as práticas do governo durante a campanha eleitoral:

“há cerca de quinze dias, um guarda da Polícia de Segurança Pública percorreu um bairro camarário de Lisboa, do qual também é fiscal, batendo a todas as portas e inquirindo dos respectivos moradores, cujos nomes constavam de uma lista de que era portador, quais os que queriam ir assistir à sessão de propaganda eleitoral que a União Nacional realizou em 14 no Liceu Camões, a fim de que se soubesse com quantas pessoas havia a contar para lhes ser fornecido transporte. Aqueles que declararam não saber ainda se poderiam ir, foi-lhes dito que teriam de ir dar a resposta definitiva até quinta feira seguinte. Aos que declararam que não poderiam ir foi perguntado o motivo. Neste bairro habitam funcionários públicos (...)”.⁹¹³

Noutra passagem refere que nas eleições presidenciais de 1949, Salazar dramatizando, afirmava que as mesmas não se limitavam a escolher um de entre dois candidatos, mas antes um de entre dois regimes, ou ainda o caso do governador civil de Leiria, que referindo-se à União Nacional e à Oposição afirmava: “nós somos a Nação, eles são a Antinação e negam a própria Pátria, acumulando os parricídios espirituais que estigmatizaram os Judas de todos os tempos”.⁹¹⁴

Se ao longo dos quarenta e oito anos em que durou o regime a Oposição invocava dificuldades em divulgar as suas ideias, manipulação das eleições e fraudes, sempre desmentidas pelo governo, a verdade é que após a queda do regime se constatou a verdadeira dimensão desses casos. *Eleições no regime fascista*, compilado pela Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo e editado em 1979, pela Presidência do Conselho de Ministros relata-nos inúmeros casos em que a Oposição foi prejudicada quer na expressão das suas ideias, quer na adulteração dos cadernos eleitorais, quer ainda nos resultados finais após a votação.

⁹¹³ GODINHO, José Magalhães, *Quando falar e escrever era perigoso (antes do 25 de Abril)*, Lisboa, Pub Europa América, 1982, p. 33;

⁹¹⁴ GODINHO, José Magalhães, *Quando falar e escrever era perigoso (antes do 25 de Abril)*, Lisboa, Pub Europa América, 1982, p. 22;

Por vezes havia que contar com aliados e a Igreja foi um aliado de peso. Em Braga, um partidário da situação escrevia, em 1948, que “tudo depende do clero, desde o Arcebispo ao cura, estão todos connosco. No caso de se manter candidato da oposição, (...) toda a gente acorrerá a votar em quem Salazar mandar (...)”. Em Esposende, um partidário do regime reconhecia que “a influência é toda dos padres e dos médicos”. Já sobre os republicanos, na mesma data e num concelho minhoto, se escreve que “se supõe que os reviralhistas existentes no concelho não votem contra nós por medo ao comunismo”.

Havia entre os partidários do regime “nacionalistas entusiastas” que facilmente conduziram os eleitores, ou distorciam as condições de voto, como a criação de secções de voto “afastadas da possibilidade de intervenção dos adversários”, ou em empresas e devidamente controladas, caso da CUF no Barreiro ou pela “escolha de pessoal adequado para a constituição das mesas de voto”. Também significativa é a colaboração da Mocidade Portuguesa e da Legião. Em Almada, no mesmo período davam-se instruções a cada legionário sobre a forma de atuar em relações às mesas de voto, com certidões onde o nome usado não era reconhecidamente o verdadeiro, ao mesmo tempo que se reconhecia que em Almada e Alcácer do Sal a vitória dos candidatos do regime se devia à ação da Legião Portuguesa.⁹¹⁵

Por tudo isto, Norton de Matos dirá que se lhe perguntassem qual o bem maior que desejaria, responderia: “expulsar das vossas almas o medo, para que nelas possa entrar a liberdade e todo o bem que ela trás consigo”. Queixava-se Norton de Matos que lhe foram recusadas todas as salas em edifícios públicos onde a União Nacional fizera a sua propaganda e, no caso de espaços particulares, da pressão exercida pelas autoridades sobre os seus proprietários. Um dos seus mais importantes comícios de campanha ocorreu no campo de jogos do Salgueiros, no Porto, a 9 de janeiro de 1949. A quantidade de participantes levou a Direção Geral dos Desportos a oficial todos os clubes, proibindo qualquer ato de campanha nos recintos desportivos. Face a essa situação, segundo o *Diário de Lisboa*, Tavares Valente, campeão de tiro e republicano, cedeu uma sua quinta, a Quinta da Fonte da Moura, para um novo comício. Ainda que situada a alguns quilómetros do Porto, dos transportes públicos terem sido suspensos por ordem do governo e do forte dispositivo policial que rodeava o local, o comício teria reunido, segundo a imprensa da época, mais de cem mil pessoas. Norton de Matos, dirigindo-se à multidão, não

⁹¹⁵ *Eleições no Regime Fascista*, Lisboa, Ed. Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo / Presidência do Conselho de Ministros, 1979, pp. 17 a 19 e 67 e 68;

hesitou em pedir eleições livres e fiscalizadas, com promessas de novos dias em que a liberdade se imporia no nosso país. A este comício, realizado a 23 de janeiro de 1949, ainda se seguiu um terceiro, a 28 desse mês, na Praça das Flores, no Porto, que a imprensa nos diz que teve por oradores Olívio França, Gustavo Soromenho, Mário Mendes, José Neves, Domingos Pereira, Virgínia Moura e ainda o operário Domingos Loureiro Dias e o capitão Eugénio Aresta.⁹¹⁶ Para o sucesso deste comício revelou-se importante a mobilização feita pelo PCP. Virgínia Moura refere que “o Partido trabalhou muito bem e o comício começou mesmo nos Carvalhos (...). Houve muitos oradores, os discursos constantemente interrompidos. Sim, também falei, defendi as posições do Partido e reproduzi a nossa análise da situação política, denunciando as arbitrariedades do fascismo, referindo os presos políticos, os camaradas mortos pela PIDE, os problemas das mulheres e dos trabalhadores em geral, os problemas económicos, as crianças que procuravam comida no lixo (...)”.⁹¹⁷ Refira-se também a mobilização que as Lojas do norte encetaram com vista ao sucesso deste comício, destacando-se, apesar da situação de clandestinidade, o já referido Olívio França, antigo Obreiro da então inativa Loja União, do Porto. João Madeira, citando Alexandre Babo, refere o entusiasmo do “respeitável Artur Santos Silva” que a dada altura, no comício em Coimbrões, “deita fora o discurso preparado, abandona a polidez das palavras e denuncia vigorosamente a tirania do regime, galvanizando uma assistência que chama aos gritos de assassinos e bandoleiros os governantes e chega mesmo a clamar por armas”.⁹¹⁸ Ainda assim, o PCP modera alguns excessos de entusiasmo, com Joaquim Campino a lembrar que “o alvoraçado entusiasmo da candidatura fez esquecer à maior parte dos nossos camaradas a necessidade de submeterem à aprovação e coordenação” dos organismos do Partido as suas atividades. Na verdade, o entusiasmo fazia por vezes esquecer as condições de clandestinidade de alguns militantes do PCP, o que não incomodava os círculos mais próximos de Norton de Matos.⁹¹⁹

⁹¹⁶ BANDEIRA, José Gomes, *Norton de Matos no comício da Fonte da Moura (Porto) in Diário de Lisboa*, de 24 de janeiro de 1979, Lisboa, 1979;

⁹¹⁷ MADEIRA, João in PAULO, Heloísa e JANEIRO, Helena Pinto, *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 – 60 anos depois*, Lisboa, Ed. Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 31;

⁹¹⁸ MADEIRA, João in PAULO, Heloísa e JANEIRO, Helena Pinto, *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 – 60 anos depois*, Lisboa, Ed. Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 32;

⁹¹⁹ MADEIRA, João in PAULO, Heloísa e JANEIRO, Helena Pinto, *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 – 60 anos depois*, Lisboa, Ed. Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 32;

Norton de Matos por mais de uma vez prometeu que a campanha seria ordeira e legal, e sobre o seu posicionamento político esclarecia:

“não sou monárquico e dentro da República (...) não sou conservador, nem socialista, nem comunista. Contra a política conservadora, impõe-se no meu espírito (...) o reconhecimento de que, para a civilização e o progresso (...) serão necessários processos mais rasgados, menos agarrados ao passado do que aqueles que caracterizam os conservadores de todo o mundo; quanto ao socialismo, a maneira de ser rural de Portugal (...) não podia ter feito nascer em mim ideais socialistas (...); quanto ao comunismo, chegou ele tarde de mais para que me pudesse abranger a sua ideologia (...)”.

No entanto, desafiado a enumerar os seus apoiantes, Norton de Matos é claro em afirmar que “são todos os portugueses que se opõem ao regime político que há”, e que inclui “homens de diversas crenças religiosas, monárquicos de vários matizes”, querendo com isso dizer também alguns antigos integralistas desalinados com o regime, “republicanos de diversos partidos”, significando com isso maçons e republicanos cujas simpatias se identificavam com o sistema partidário anterior a 1926 e, num apelo frentista “conservadores, liberais, socialistas e os mais recentes na nossa vida política – os comunistas”.⁹²⁰

Há ainda aqui que referir que, a meio da década de quarenta, há um recrudescimento da atividade maçónica, assistindo-se ao nascimento de novas Lojas, mesmo que de duração efémera. A. H. de Oliveira Marques cita como exemplos as Lojas Verdade, Libertação, Afonso Costa, Integridade, Gravito, Renovação, Estrela d’Alva, Acácia e Antero de Quental.⁹²¹ A estas poderemos ainda acrescentar a Loja Amor da Pátria, na ilha do Faial, Açores, cujos últimos estudos nos dão conta da sua existência até 1944, altura em que os estatutos da Sociedade Amor da Pátria são alterados, omitindo-se a sua génese maçónica.⁹²² Se é verdade que a Loja Amor da Pátria tinha Obreiros que nutriam simpatias pelo regime,

⁹²⁰ MATOS, Norton, *Os dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República*, Lisboa, Ed. Autor, 1948, pp. 34 a 36;

⁹²¹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria em Portugal*, col. Cadernos Democráticos/Fundação Mário Soares, Lisboa, Ed. Gradiva, 1998, p. 60. A. H. de Oliveira Marques refere especificamente as Lojas Verdade, nº 477, em Viseu (1944-1945), Libertação, nº 478, em Lisboa (?) (1945), as Lojas com os números 479, 480 e 481, das quais se desconhece o nome, Afonso Costa, nº 482, em Lisboa (1948), Integridade, nº 483, (1951) igualmente em Lisboa, nº 484, cujo nome se desconhece (1951-1955), Gravito, nº 485, em Aveiro (1955) e Renovação, nº 486, no Porto (1955). O mesmo autor refere ainda as Lojas Estrela d’Alva, nº 469, em Algés (1945?), Acácia, nº 281, em Lisboa (1952?) e a Loja Antero de Quental, nº 460, em Vila Franca do Campo, nos Açores, como situações de duração mais efémera;

⁹²² Para aprofundar a história da Loja Amor da Pátria veja-se LOPES, António, *A Maçonaria na Sociedade Amor da Pátria*, Horta, Ed. Sociedade Amor da Pátria, 2017;

também é verdade que foi o seu posicionamento dúbio que lhe permitiu sobreviver e continuar a ajudar muitos maçons faialenses alvo de perseguições políticas. Mas, se este recrudescimento da atividade da Maçonaria permitiu algum conforto à candidatura de Norton de Matos, também é verdade que após o fracasso da candidatura algo muda na Maçonaria. Até aí a Maçonaria assumia-se no contexto da atividade oposicionista, o que não acontecerá mais, perdendo definitivamente a politização trazida do tempo da I República, passando a ter uma maior discrição enquanto organização. Em alternativa, os maçons passaram a militar nas organizações políticas que iam surgindo, a título individual sempre e numa atividade paralela à sua dedicação à Maçonaria.

O regime, numa campanha de desinformação, sublinhava a ligação de Norton de Matos à Maçonaria e o apoio dos comunistas. Recorreu ao uso de fotografias e cartazes de Norton de Matos envergando o avental maçónico e as insígnias de Grão-Mestre. Rodrigues Direito virará este expediente contra o regime e num comício ocorrido n'A Voz do Operário, relatado por Mário Soares, perguntará:

“os homens da Situação impressionam-se com o facto de Norton de Matos ter sido grão-mestre da Maçonaria? Mas isso que tem? Figuras gradadas da situação foram maçons, simplesmente nunca tiveram méritos para chegar a grão-mestre! O Carmona, por exemplo, eu vi-o lá! E enumerava a seguir uma longa lista de “grandes homens” da Situação – o Ulisses Cortês, então ministro da Economia, e outros mais, todos da Maçonaria...”.⁹²³

Num folheto não assinado, que nos parece de campanha eleitoral, com data de janeiro de 1949, pode ler-se:

“período de eleições para a presidência da República. O governo por intermédio do partido único consentido – a União Nacional – apresenta o seu candidato – o Sr. General Óscar Carmona; a oposição reunida apresenta também o seu candidato – o Sr. General Norton de Matos. Nos cartazes de propaganda de Óscar Carmona ninguém toca, são respeitados pela oposição. Os cartazes de propaganda de Norton de Matos são rasgados e enlameados. O ódio à Fraternidade é grande, e, assim, sobre os cartazes com a figura de Norton, fardado de general, são colados pequenos cartazes com os seguintes dizeres: Grão-Mestre da Maçonaria e proposto pelos comunistas e pedreiros-livres”.⁹²⁴

⁹²³ SOARES, Mário, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974, p. 158;

⁹²⁴ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

N'A Voz, anos antes, em 1931, já se havia escrito que Norton de Matos representava a anti-nação por ter sido Grão-Mestre da Maçonaria e por não perder nenhuma oportunidade de manifestar o seu “ódio à Ditadura”.⁹²⁵ A desinformação tomou também caminhos de demagogia, especialmente em alguma imprensa conservadora do interior do país. Miguel Nunes Ramalho cita a *Voz de Lamego* onde se podia ler que se Norton de Matos vencesse

“vinham outra vez para a rua os criminosos que estão nas mãos da justiça...Se Norton vencesse, adeus governo, adeus ordem, adeus paz... ministros, deputados, bispos sacerdotes, oficiais do exército, patrões, operários e pais de família seriam imediatamente liquidados,... outros milhares seriam colocados em campos de concentração... (...), a Igreja Católica seria horrivelmente perseguida, as igrejas queimadas, as alfaias sagradas roubadas, os altares profanados, os padres assassinados (...). Ninguém mais seria senhor do que é seu: casas terras e dinheiro (...) tudo ficaria a pertencer ao governo. (...) Se Norton vencesse nem o homem teria mais direito à sua mulher, nem a esposa ao seu marido (...). Mas não vence, porque nós não queremos e vamos dar o nosso voto ao Senhor Marechal Carmona que representa a Ordem, a Paz, a Dignidade, a Honra, o amor ao Trabalho, à Família, à Pátria e a Deus. (...) Mas não vence, que o não quer Deus, o não quer a Virgem Santíssima, não o quer Portugal”.⁹²⁶

Mas não só do regime surgiram dificuldades. Uma vez mais, o PCP pretendeu o domínio das estruturas da candidatura afirmando que nunca aceitaria “qualquer orientação que tenda a restringir a orientação das massas”, o que significava ter que dar a sua concordância a ações e nomeações a ocorrer,⁹²⁷ ao mesmo tempo que criava comissões de base específicas – de jovens, de mulheres ou de classe, que tornavam o Partido maioritário nas estruturas e decisões da candidatura ou concorriam mesmo com essas estruturas. Mais, pretenderam que as estruturas eleitorais da candidatura coincidisse com as estruturas do MUD, já por si dominado, numa luta para evitar o seu próprio isolamento político no seio da Oposição. Ainda que não formalmente em nome da Maçonaria, vemos a posição de Adão e Silva e Dias Amado a lutarem pela independência da candidatura evocando os valores maçónicos e republicanos em matéria de liberdade de pensamento e de ação, numa tomada de posição que agregou outros maçons como o almirante

⁹²⁵ *Fala o Grão-Mestre – Norton de Matos aproveita um jornal americano para atacar a Ditadura Nacional in A Voz*, de 19 de setembro de 1931, Lisboa, 1931;

⁹²⁶ RAMALHO, Miguel Nunes, *A opressão salazarista e a força da liberdade – Alfredo de Sousa*, um resistente, Lisboa, Ed. Prefácio, 2007, p. 190;

⁹²⁷ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 2, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, p. 816;

Afonso Cerqueira ou o general Pereira Bastos, Elísio de Castro, Hélder Ribeiro, Domingos Leite Pereira, João de Barros ou Tomás da Fonseca. António Ventura assinala também a presença, nas estruturas regionais da candidatura, de Vítor Cesário da Fonseca e José Nunes Chaves da Loja Progresso, de Torres Vedras, João da Silva Nobre, António de Olival Júnior, Julião Florentino Topa e de João José Duarte, no Algarve e Jorge Frederico Velez Carçoço, em Portalegre e que havia sido o Venerável da Loja Teixeira Pinto, em Bolama, na Guiné.⁹²⁸

No auge da campanha o candidato reclama a liberdade de propaganda que o regime se afadigava em dificultar. Salazar referia-se à candidatura como uma tentativa constitucional de golpe de Estado e se entre os mais próximos colaboradores de Norton de Matos e da Oposição não comunista não se coloca a hipótese de desistência, o mesmo não se passava entre os comunistas, cuja Direção Regional de Lisboa do PCP insiste na desistência, com as estruturas locais a serem motivadas à abstenção. A partir daqui e cada vez mais, o objetivo do PCP centra-se na continuidade e na apropriação das estruturas de apoio à candidatura. A tomada de decisão da desistência acontece no Centro Republicano António José de Almeida a 7 de fevereiro de fevereiro de 1948, vingando a opção da abstenção defendida pelos delegados distritais maioritariamente afetos ao PCP. Sabe-se que alguns, maçons presentes ou ausentes desta reunião, também se dividiram entre a defesa da ida às urnas e a abstenção. Ainda que não acuse o PCP da responsabilidade da desistência, Mário Soares refere a este propósito que a desistência foi “um erro político tremendo”, talvez mesmo o maior erro da campanha política da Oposição. Norton de Matos sente-se traído, reagindo primeiro energicamente, depois com profunda desilusão, inclusive com muitos republicanos, o que o leva a retirar-se para Ponte de Lima, afastando-se da vida política de forma mais interventiva, só voltando a dar um sinal político em 1953 com um apelo para que se combatesse o comunismo. Foram muitos os maçons que após o período eleitoral se remeteram de novo à inatividade, como se uma onda de desmotivação os apanhasse. Prova disso é o facto de entre 1948 e 1951 não ter sido criada nenhuma Loja, sendo a primeira após este último ano a Loja Integridade.⁹²⁹ Ficava o facto de Norton de Matos se ter mantido fiel aos seus ideais. Por seu lado, o PCP reclamará a desistência como uma vitória, que evitava “um suicídio político” quer de

⁹²⁸ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 802;

⁹²⁹ Fernando Marques da Costa refere que esta Loja foi elevada a Capitular em abril de 1953 e a Areopagita em março de 1955. A. H. de Oliveira Marques escreve que já não existiria em 1973;

Norton de Matos, quer das forças que o apoiavam. Era o triunfo da sua estratégia, considerada por Joaquim Campino “uma grande vitória política do nosso Partido”, resultado de uma luta “contra as hesitações, os erros e vacilações dos fracos, e no desmascaramento dos traidores e dos oportunistas” que, na opinião do PCP, resultou no “fortalecimento geral do Partido e num mais elevado nível político dos seus quadros mais responsáveis”.⁹³⁰

O constante fracasso de todas as tentativas de organizar um golpe militar ou uma opção eleitoral vitoriosa, a par com a consequente exposição a que o ato eleitoral obrigava os oposicionistas, leva a um recuo das forças da Oposição que durará alguns anos. Ainda assim, em finais da década de quarenta, ocorre uma tentativa de criar uma força política frentista a partir do MUD e que vai reunir homens como Cunha Leal ou Júlio Botelho Moniz. Por seu lado, a polícia política adotou uma tática de divisão da Oposição que fez escola. A repressão incidia sobre pessoas escolhidas dividindo assim a família oposicionista, desarticulando esforços e fazendo emergir a falta de confiança no fim do regime. As reivindicações de liberdade política, de reforma do ensino, de uma assistência social efetiva, do fim da censura e do encerramento do campo do Tarrafal serão adiadas. Da candidatura restará azedume e desalento.

13 - A repressão

13.1 - A lei não chega ao terceiro andar da PIDE – a polícia política

É uma frase referida por Mário Soares e atribuída a Fernando Gouveia, um dos mais tristemente célebres agentes da PIDE e reflete bem a autoridade discricionária e a impunidade de que gozavam os agentes da polícia política. A violência repressiva incidia sobre quem não acatava a falta de Liberdade, nas suas variadas formas, a

⁹³⁰ MADEIRA, João *in* PAULO, Heloísa e JANEIRO, Helena Pinto, *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 – 60 anos depois*, Lisboa, Ed. Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 34;

castração da liberdade de pensamento e de expressão ou um conjunto de construções ideológicas contrárias aos valores morais, cívicos e ideológicos dos visados. Esta não submissão e conformação com as imposições do regime frequentemente derivou para as prisões e castigos discricionários, ao sabor de um estatuto de impunidade dos agentes policiais, que não só teve uma ação direta sobre os visados pela repressão, como teve consequências sobre a generalidade da população, para quem bastava saber que existia repressão e temer a polícia política. Fernando Rosas refere que, ainda que Salazar considerasse indispensável a repressão e a violência policial, mais importante que isso era a sua “gestão racional, de acordo com as circunstâncias do meio social sobre que atuava e que visava subjugar e controlar”.⁹³¹ É também Fernando Rosas, que noutra obra refere que “todo o poder do Estado era praticamente todo aquele que entendesse, em cada momento, dever ter”,⁹³² e que resume bem o carácter discricionário do exercício desse poder. As forças policiais intimidavam quem tivesse uma opinião contrária ao regime, recorrendo este à denúncia e à suspeição e conseqüentemente à prisão, à tortura ou à deportação como seus métodos de eleição.

Independentemente da sua designação, a repressão protagonizada pela polícia política é algo que atravessa todo o regime de 1933 a 1974. No entanto, a repressão não se iniciou em 1933. A Loja Montanha, em Lisboa, queixava-se em carta de 18 de maio de 1929 de que a polícia, dependente do Ministério do Interior, teria torturado um dos seus Obreiros recorrendo a

“além de torniquetes nos pulsos, uma cruzeta de ferro que se adapta à cabeça dos presos, à qual ligam uma corrente elétrica, que produz nos desgraçados uma tortura indizível, pendurá-los pelos pulsos durante algumas horas, conduzi-los a lugares ermos de noite, espancá-los e ameaçá-los de os matar e fazer desaparecer para que os desgraçados no auge do terror, digam tudo o que a polícia quiser”.⁹³³

A mesma Loja Montanha queixa-se de novo em 1931 de que um dos seus Obreiros havia sido espancado pela polícia, tendo perdido a audição e correndo o risco de também perder a visão.

Da mesma forma a repressão não é igual em termos de intensidade ao longo da vigência da Ditadura. Se é verdade que o PCP sofre de forma contínua a perseguição da polícia política, também é verdade que a mesma se abate sobre os

⁹³¹ ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Tinta da China, 2018, p. 195;

⁹³² ROSAS, Fernando, *Os Quatros Regimes in* ROSAS, Fernando, LOUÇÃ, Francisco, LOPES, João Teixeira, PENICHE, Andrea, TRINDADE, Luís, CARDINA, Miguel, *O século XX português: política, economia, sociedade, cultura, império*, Lisboa, Edições Tinta da China Lda, 2020, p. 47;

⁹³³ *Processo da Loja Montanha, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

anarquistas e anarco-sindicalistas, com particular intensidade no final da década de vinte e de grande parte da década de trinta, ou sobre a Maçonaria e os republicanos, que sofrem as maiores perseguições entre 1927 e o período logo a seguir às revoltas de 1931. Depois disso, pelas consultas que se podem fazer nos processos individuais elaborados pela PVDE e pela PIDE, os picos de repressão situam-se por alturas do final da II Guerra e dos atos eleitorais. Os anos de 1945-1949 e 1958 são particularmente intensos, com muitas detenções onde se notam claramente as intenções preventiva e de intimidação, com muitas detenções a revelarem muita inconsistência acusatória. São muitos os registos da Polícia política, onde se referem os opositoristas como tendo “recolhido” à cadeia, ou ao “depósito de presos” do Aljube ou de Caxias.

No período imediatamente após o fim II Guerra Mundial vive-se a euforia e a esperança na mudança de regime, rapidamente substituídas pela desilusão, mas que motivou a particular atenção da PIDE, que as forças da Oposição sustentam até ao momento eleitoral que que participa Norton de Matos, e de que são exemplo, entre outros, as perseguições sofridas por José Magalhães Godinho, Dias Amado, Tomás da Fonseca ou Fernando Mayer Garção. O segundo momento de repressão sobre a Maçonaria ocorre no momento das eleições de 1958, reduzindo-se a partir daí, na proporção do definhamento das Lojas maçónicas, com exceção para os dirigentes maçónicos, casos de Dias Amado ou Ramon Machado de La Féria, várias vezes detidos nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta. Note-se, no entanto, que nos julgamentos políticos ocorridos a acusação era por atividades políticas de oposição e não de pertença à Maçonaria. Claro que podemos questionar do porquê da Maçonaria, apesar da perseguição, das prisões, demissões e deportações, não ter conhecido a mesma repressão que se abateu sobre os comunistas, pese embora a animosidade que monárquicos e integralistas lhe dedicaram anos antes. A justificação pode estar numa conjugação de fatores, como a integração de muitos republicanos e maçons no Estado Novo, e do papel que muitos exerceram estabelecendo pontes, na predominância económica e social de origem, e até a forma como a Maçonaria reduziu drasticamente as suas atividades, ainda que estivesse sempre na mira da polícia política.

Criada em 29 de agosto de 1933, a PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) constituía a junção da Polícia de Defesa Política e Social com a Polícia Internacional Portuguesa, tendo ficado na dependência do Ministério do Interior e articulando a sua função repressiva com a Polícia de Segurança Pública na cidade, e com a

Guarda Nacional Republicana fora dos grandes centros urbanos e no interior rural. A polícia política, fosse ela a PVDE, a sua sucessora a PIDE, criada em 1945 ou, anos mais tarde, em 1970, a DGS, era a espinha dorsal do sistema repressivo e representou um instrumento e uma das razões da vitória de Salazar na consolidação do seu poder face à Oposição.

O primeiro diretor da PVDE foi Agostinho Lourenço,⁹³⁴ entre 1933 e 1956, que havia transitado da Polícia de Internacional Portuguesa, e o último Fernando da Silva Pais, de 1962 a 1974, já sob a designação de DGS.⁹³⁵ A memória de Agostinho Lourenço é triste e representa uma das maiores traições à Maçonaria. Iniciado na Loja Pátria e Liberdade em abril de 1914, aparece mesmo numa fotografia de uma cerimónia ocorrida num dos centros republicanos ao lado de Ramon Nonato de La Féria e virá a chefiar uma das mais ignóbeis forças de repressão do regime.

A organização da nova polícia política mantinha os velhos esquemas de investigação, baseados em redes de informadores e na conseqüente repressão. A notoriedade social de alguns maçons também dificultava a sua ação, o que não impediu frequentes prisões, demissões ou deportações. A este propósito e apesar de ser voz corrente que Salazar sabia o que se passava na Maçonaria, ou das constantes referências antimaçónicas nos mais variados meios da imprensa escrita, registe-se a escassez de informação produzida pelo Gabinete de Ação Cultural da Junta Central da Legião Portuguesa, da qual encontramos apenas um fascículo que aborda a Maçonaria⁹³⁶ e que se restringe a referências históricas e onde é notório o recurso a literatura publicada, ao contrário do que acontece com o PCP merecedor de largas dezenas de publicações.

É também em 1933 que são tipificados os crimes de rebelião, que incluíam não só os atentados bombistas ou revoltas armadas, mas que se estendiam a qualquer ato de preparação ou de execução dessas revoltas, à propaganda política e à perturbação da “disciplina social”, assim como a divulgação de boatos, podendo estes serem considerados como tal, desde que o regime considerasse como falsas essas notícias. Usando a polícia política para a consolidação da Ditadura, Salazar não hesitou em usá-la com uma violência que estava enraizada na tradição policial.

⁹³⁴ Agostinho Lourenço da Conceição Pereira;

⁹³⁵ Agostinho Lourenço exerce o cargo de 1933 a 1956, seguindo-se entre 1956 e 1960 António Neves Graça, entre 1960 e 1962 Homero de Matos, e entre 1962 e 1974 Fernando Eduardo da Silva Pais;

⁹³⁶ *A origem da franco-maçonomia in Unidade*, novembro 1958, Lisboa, Ed. Gabinete de Ação Cultural da LP, 1958;

A tal ponto que em 1930 o Cardeal Cerejeira chega a intervir junto do Presidente da República no sentido da clemência para alguns desterrados, nomeadamente Cunha Leal e Moura Pinto, considerando-os beneméritos não só da Igreja, mas também da civilização e do país, sendo referido o seu contributo para uma maior liberdade para a Igreja.⁹³⁷

Salazar tinha ideias muito claras sobre o papel da violência repressiva sobre todos os opositores ao modelo político por si defendido. A este propósito, Irene Flunser Pimentel, Luís Farinha e Fernando Rosas referem dois tipos de violência praticados pela Ditadura e que eram a violência preventiva, omnipresente e silenciosa, baseada na dissuasão, na intimidação e na contenção da mobilização, e a violência punitiva, particularmente de incidência física ou judicial. Quer uma, quer outra das formas de violência, ambas contribuíram para que o medo se tornasse uma experiência presente na memória coletiva, contribuindo para a dissolução da vontade cívica de muitos durante a vigência do regime, com reflexos muito para além da duração deste, com a aversão à vida política e até cívica. Importa realçar, no entanto, que a eficácia repressiva do regime e a sua durabilidade se baseou na articulação destes dois géneros de violência. Fernando Rosas refere a este propósito, que só depois da repressão preventiva, entrava em ação a violência punitiva, contra os que tinham uma militância política contra o regime, ou opiniões em desabono da Situação, constituindo a combinação destes dois géneros de violência uma das razões para a durabilidade do regime, a par com o controlo político sobre as Forças Armadas, a cumplicidade da Igreja Católica durante largos anos, assim como a vertente corporativa e totalitária do regime.⁹³⁸

A repressão, que predominantemente se abateu sobre os estratos sociais mais baixos, ainda que não exclusivamente, era constituída por um vasto leque de instrumentos que iam desde a vigilância, a censura, a pressão psicológica e a intimidação, no que se incluíam também as ameaças e a chantagem sobre familiares, até à tortura mais violenta, que incluíam espancamentos, queimaduras e choques elétricos, a célebre “estátua”, onde o preso durante dias se tinha de manter em pé, ou a privação do sono, também durante vários dias, ou ainda as visitas à “solitária”. A “estátua”, a privação do sono, o isolamento ou os espancamentos eram comuns para a destruição da personalidade ou, como a polícia dizia, para “dobrar”

⁹³⁷ CRUZ, Manuel Braga da, *O partido e o estado no salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1988, p. 87;

⁹³⁸ ROSAS, Fernando, *Os Quatros Regimes in* ROSAS, Fernando, LOUÇÃ, Francisco, LOPES, João Teixeira, PENICHE, Andrea, TRINDADE, Luís, CARDINA, Miguel, *O século XX português: política, economia, sociedade, cultura, império*, Lisboa, Edições Tinta da China Lda, 2020, pp. 50 e 56;

um preso. Uma carta existente no Arquivo do Grande Oriente Lusitano, não identificada e datada de 30 de março de 1933, dirigida ao Ministro do Interior, refere diversos nomes de presos na cadeia do Aljube, em que:

“uns foram torturados por espancamento, outros por algemas, muitos conservados de pé sem comer e sem beber, e alguns proibidos de utilizarem as retretes para satisfazerem as suas necessidades durante alguns dias. (...) Sempre que alguns, por se não puderem aguentarem mais tempo de pé, se atiravam para o chão, eram fortemente zurrizados pelos carrascos (agentes da polícia) que, agarrando alguns pelos cabelos, os punham novamente de pé”.⁹³⁹

Havia também a prisão arbitrária, onde para cumprir a lei se podia soltar hoje um preso para o voltar a deter no dia seguinte, ou mesmo a detenção por um tempo que ultrapassava o quadro legal com o fim de fazer averiguações, ou a prisão preventiva fora de flagrante delito, as escutas telefónicas ou a violação de correspondência. A pressão física e psicológica constituiu uma ferramenta fundamental por parte do regime com o fim de desarticular e desmoralizar os opositoristas. Ainda hoje, analisando os ficheiros do Arquivo da PIDE/DGS, dois aspetos impressionam: o número de cidadãos nacionais, e de alguns estrangeiros, que foram detidos e presos, e a arbitrariedade de muitas detenções, de dias, semanas ou meses, apenas para averiguações. De facto, a PIDE tinha a possibilidade de deter sem culpa formada qualquer cidadão até um máximo de seis meses. Salazar, que dizia desconhecer quaisquer torturas sobre os presos, chegava mesmo a cinicamente prometer “tirar o caso a limpo” e a fazer observar “por médicos de confiança” os efeitos das torturas nos presos, não deixando, no entanto, de lembrar que muitos presos, eram quase sempre “temíveis bombistas”, e que “só depois de empregar esses meios violentos é que eles se decidiam a dizer a verdade”.⁹⁴⁰ Aliás, a polícia política justificava a sua própria existência e o seu poder com um notório exagero das ameaças à integridade do Estado por parte dos opositoristas e dos comunistas em particular. Isso permitiu também uma omnipresença das forças policiais em todos os aspetos da vida nacional. Refira-se ainda que a ação policial não se restringia aos acusados, fazendo-se sentir também sobre familiares, testemunhas e advogados, mesmo em situações de audiência em tribunais.

Temíveis eram também as perpétuas, penas a cumprir em determinados estabelecimentos por períodos indeterminados, mesmo que estivessemos em

⁹³⁹ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁹⁴⁰ FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2003, p.54;

presença de presos absolvidos pelos tribunais. A arbitrariedade praticada pela polícia política incluía também a prisão sem culpa formada, sem mandato ou por períodos que variaram ao longo do regime, períodos esses que permitiam à polícia deter qualquer cidadão à sua ordem como medida de segurança. Aos presos eram retirados todos os objetos que o pudessem localizar no tempo ou que pudessem ser usados em qualquer tentativa de suicídio, como cintos e atacadores dos sapatos, mas que também podiam ser óculos, papel ou material de escrita. Incluía também a sensação de prepotência por parte da polícia sobre cada preso, o vexame moral, as penas sucessivas e, à margem da lei, conferindo-se também à polícia o poder de validar prisões feitas por si. Incluía igualmente a violação de correspondência, a censura ou o desaparecimento de alguma dessa correspondência que acentuava ainda mais a separação familiar, escutas discricionárias e outros métodos que a imaginação dos agentes sugerisse. Pelo meio, destaque para os muitos advogados que, mesmo correndo riscos, aceitaram defender os presos políticos, de entre os quais podemos citar Carlos Cal Brandão, Fernando Abranches Ferrão ou Adelino da Palma Carlos, entre muitos outros. Nas “memórias” de Manuel António Correia e citando o coronel Pestana Lopes, delegado do governo, refere-se a forma como a polícia política via a solidariedade para com os presos, fosse ela praticada por advogados, médicos ou quaisquer outros no exercício da sua atividade. Referindo-se a Ramon Nonato de La Féria, Manuel António Correia conta que “dava remédios aos seus doentes e quando não os tinha, pedia-os aos laboratórios para os doentes pobres”, e mais adiante, “mas não é impunemente que se assiste aos resistentes doentes e suas famílias. Era um crime que a Polícia de Informação não tolerava: dar assistência aos familiares dos presos ou deportados é conivência no crime de ser contra a situação”,⁹⁴¹ ainda para mais conhecendo a sua condição de maçom.

Para os detidos, confinados a celas exíguas com vista permanente para as grades que os separavam da vida exterior, qualquer quebra da rotina ou atividade no exterior era um momento de alívio. Lembre-se também, a este propósito, que a repressão não era um exclusivo da polícia política, sendo igualmente constituída pelos serviços de censura, pela Legião, PSP e GNR, ainda que de âmbito e em escala diferente.

Ao mesmo tempo, para a polícia todos os opositoristas eram perigosos comunistas ou, quando muito de “desafetos da situação”. Os opositoristas não militantes do

⁹⁴¹ PIMENTEL, Irene Flunser, *Memórias de um resistente às ditaduras – Manuel António Correia*, Lisboa, Ed. Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2011, p. 269;

PCP por seu lado, reclamavam-se de democratas e de republicanos concedendo à República de 1910 a honra de representar os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. A defesa da República e dos seus ideais originários é o cimento que vai unir os maçons entre 1935 e 1974. Compreendem-se assim as palavras de Fernando Vale que ainda hoje identificam um património caro à Maçonaria:

“República exprime-se como garantia de renovação social, certeza de progresso. Actualização de soluções, satisfação do que for justo. Caracterizando-se por uma revisão do seu ideário, para uma sucessiva adaptação às condições e necessidades nacionais, deve firmar-se nas lições da cultura, da ciência e da técnica. E assim deixa de ser um regime apenas político, como se supunha suficiente no século XIX, para ser igualmente económico e social, como de momento se impõe (...)”.⁹⁴²

Mas além de tudo isto cabia à polícia a missão de informar sobre a “idoneidade política e moral” de qualquer cidadão candidato a um emprego na função pública ou até em empresas privadas. Escrevia um informador de Condeixa:

“com os respeitosos cumprimentos venho expor a V^a Ex^a que, como me cumpre e é do meu inteiro agrado, tenho prestado à PIDE todas as informações que me têm sido pedidas acerca de indivíduos deste concelho que pretendem lugares ou ofícios (...)”.⁹⁴³

É muita a correspondência existente no Arquivo do Grande Oriente Lusitano referente a militares, professores e funcionários públicos em geral, demitidos, transferidos ou simplesmente impedidos de aceder a uma função ou emprego por causa das suas ideias políticas e sociais. Em 1949 foi mesmo criado o Conselho Nacional de Segurança, que incluía os diretores da PIDE, PSP, GNR, Legião Portuguesa e Polícia Judiciária, destinado à troca de informações sobre pessoas sujeitas à vigilância da polícia política. Essa troca de informações podia ser determinante nos pequenos atos da vida diária dos cidadãos, como a discriminação em funções públicas e profissionais, ou as dificuldades em obter uma carta de condução ou um passaporte.

Apesar de tudo, na origem da repressão predominava a denúncia através de informadores, grande parte deles membros da Legião, colmatando desta forma a falta de meios que a atividade policial conhecia. Através da denúncia e da atividade

⁹⁴² MADÁIL, Fernando, *Fernando Valle – um Aristocrata da Esquerda*, Lisboa, Ed. Âncora, 2004, p. 237;

⁹⁴³ SILVA, Paulo Marques da, “Estórias” da oposição em Condeixa no tempo de Salazar in MENDONÇA, Artur, CASTELA, José Magalhães, PEREIRA, Cândido, SOARES, Joaquim Filipe, SILVA, Paulo Marques da, AMADO, José, *Condeixa – paisagem, memória e história*, Condeixa, Ed. Paróquia de Condeixa, s. dt., p. 165;

dos informadores a polícia ia conhecendo a atividade da Oposição, por mais ténue que ela fosse, mantendo todos os elementos da Oposição, desde os mais ativos até aqueles que apenas mostravam alguma simpatia ou interesse pelas ideias oposicionistas, sob observação e atuando, quando assim o entendesse. Até aos anos sessenta é notório que o nível cultural dos informadores era em geral muito baixo, o que os leva nos seus relatórios a escreverem conclusões precipitadas e simplistas. Qualquer opinião não seguidista em relação ao regime, facilmente era classificada de esquerdista ou comunista. Acrescia que, até ao final do regime, a denúncia e especialmente a infiltração das forças policiais nas estruturas políticas alheias ao regime contribuía para as minar por dentro, quer em termos de neutralização das suas ações, quer em termos de desconfiança entre os seus membros. Particularmente visados nestas denúncias estavam comunistas, maçons, aderentes do MUNAF e do MUD, como é o caso de uma lista inserta na obra atrás citada e elaborada por um denunciante,⁹⁴⁴ um entre os muitos, pagos regularmente ou ocasionais voluntariamente colaboradores.

Inseridos no esquema repressivo do regime estavam o Tarrafal, o Aljube, Peniche, o forte de S. João Batista em Angra do Heroísmo, a Casa de Reclusão Militar da Trafaria e, mais tarde, Caxias. O Tarrafal, designado formalmente de Colónia Penal do Tarrafal, foi criado a 23 de abril de 1936 na sequência do Decreto-lei 26539 que reorganizava os serviços prisionais. Cabo Verde, de simples local de deportação, passou a partir dessa data, com a criação do campo, a ter no país, ainda que suficientemente longe da metrópole, um inóspito local de detenção, considerado uma “prisão especial” para “presos especiais” com penas igualmente “especiais”, com isso abrangendo tudo o que o regime quisesse. A falta de medicamentos e de assistência médica, os espancamentos, o isolamento, ou a temida “frigideira”

⁹⁴⁴ Assim em Arganil é referido o nome do Dr. Fernando Vale; em Oliveira do Hospital são mencionados o Dr. Francisco Domingos Cabral, Francisco Braz, Manuel Marques da Cunha, Artur Riso, Manuel Mendes Martins, José Dinis de Almeida Santos, Fernando Augusto Costa Nunes, Raimundo Augusto da Silva, Cláudio Campos Nogueira e Francisco Campos Nogueira; em Brasfemes são referidos Ernesto Fernandes e José Maria B. (?); na Mealhada é referido o nome de Guilherme dos Santos; em Tentúgal o nome de António de Almeida; na Figueira da Foz são referidos os nomes de Dr. Gilberto Branco Vasco, Dr. António Azul, José Martins, José Ribeiro, Celestino Ramos, António dos Santos, Benjamim dos Santos, Carlos Jesus Gonçalves, Adelino Ferreira Mesquita, José Rafael de Sampaio, Manuel Leitão Adriano, António Rodrigues, Aníbal Vieira, Mário dos Santos Alves, Adriano da Silva, José Feteira, José Simões Bugalho, Daniel de Almeida Oliveira, Eugénio Santos Gonçalves, João Mendes Costa, Joaquim Augusto Rebelo Ferreira, José Augusto Santos Cordeiro, José da Cunha Costa, José Ferreira Amorim, Manuel F. De Abreu, Manuel de Oliveira Freitas, Dr. Carlos Santos, João Gaspar, Alberto Azul; de Mira são mencionados os nomes de Augusto Barreto, Dr. Inácio Roldão, Dr. Manuel Estrela, Augusto Mendes, Viriato da Cruz Fernandes e Augusto Marques Mendes; e por fim em Góis são mencionados os nomes de António Campos Nogueira, Adriano Garcia, Venceslau Garcia Monteiro, Mário Campos Nogueira e José Maria Dias. Uma outra denúncia, referida por Fernando Vale acrescenta os nomes de Artur do Rosário Dias, José Maria da Cruz, Almeida José Antão Nunes Júnior, Adelino Marques Jacob, Adolfo Correia da Fonseca e José Correia Pinheiro;

fizeram com que os presos lhe chamassem o “campo da morte lenta”. Como se esta situação não bastasse, o regime colocou no mesmo local comunistas e anarquistas, cujas diferenças foram geradoras de situações de tensão, a par de ações de solidariedade entre os presos, nomeadamente de apoio aos presos mais debilitados.

Por lá também passaram alguns republicanos e maçons, dos quais se referem Edmundo Pedro, que seria iniciado na Maçonaria anos mais tarde, Cândido de Oliveira ou Basílio Lopes Pereira. Por isso, é interessante referir uma carta do Triângulo nº 278, da cidade da Praia, em Cabo Verde, com data de 1931, dirigida ao Conselho da Ordem e transcrevendo uma outra carta escrita por deportados, que além de nos transmitir uma forte posição, nos informa igualmente sobre o campo.

“Os maçons que esta subscrevem, agradecem penhoradíssimos a prova de carinho manifestada pelos RResp.: Ilrm.: deste Val.: – Vencidos numa luta contra a tirania que está aniquilando a Nação e estrangulando a Democracia”.

Da Ditadura militar, dizem estes maçons que “desta nada pedem. Desta nada querem”, pedindo que:

“nem directa, nem indirectamente peçam á ditadura e seus agentes, qualquer favor em relação aos maçons deportados, atitude que a sua honra e o seu brio lhes impõe, visto serem incapazes de pedir ou aceitar favores (...). Agradecendo-vos toda a assistência moral aos deportados políticos, pedimos que procureis tornar conhecido de todos os maçons do paíz e do estrangeiro, o tratamento a que a ditadura submete os que são fiéis à Constituição política da República, á Lei, á Justiça e á Razão, atirando-os para este arquipélago desprovido de recursos para as centenas que já somos, sem a menor comodidade, sem a menor preocupação com as suas vidas e saúde, tratamento bem pior do que aquele a que estão sujeitos os delinquentes comuns. Generais e oficiais superiores do Exército e da Armada, são considerados bombistas pelo Governo da ditadura (...). O navio que agora nos trouxe transportou arame farpado para o campo de concentração, com o fim de dentro dele meterem os deportados políticos como se fossem feras. Ameaça-os o mais feroz isolamento do mundo civilizado”.⁹⁴⁵

Por seu turno, o Aljube de Lisboa, prisão já desde os tempos da monarquia foi, após 1926 e gradualmente, transformado em local para presos sujeitos a interrogatórios e

⁹⁴⁵ *Processo do Triângulo nº 278, da Praia (Cabo Verde)*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Subscrevem esta carta Jaime Augusto Pinto Garcia, da Loja Liberdade, Inácio Severino Bandeira e Artur Henrique Figueira, da Loja Fraternidade, Francisco de Aragão e Melo e Eduardo Henrique Maia Rebelo, da Loja Acácia, Henrique Carlos de Moura, sem indicação de Loja, Luis de Sousa Ribeiro, da Loja Progredior, Domingos da Cruz, Emídio Augusto Flor, António da Costa Lima, João Silveira Betencourt, Arnaldo Augusto Quintas e Júlio Augusto Ribeiro, todos da Loja Paz, Alexandre Vidal Pinheiro, da Loja Comuna, Matias dos Santos, da Loja Obreiros do Trabalho, José (?) da Loja Solidariedade, Carlos Maia Pinto e F. C. Rego Chaves, ambos do Triângulo dos Flamengos, do Faial;

de trânsito para outras cadeias. Tornaram-se tristemente célebres os curros, espaços exíguos de isolamento onde os presos aguardavam que os viessem buscar para novos interrogatórios e torturas. Enquanto cadeia só veio a ser encerrada em 1965. O forte de S. João Batista, em Angra do Heroísmo, era também local de prisão, de deportação ou de trânsito para outras paragens, nomeadamente Angola e Cabo Verde. A Casa de Reclusão Militar na Trafaria por seu lado, era usada predominantemente como local de detenção para militares, a par com o forte de Elvas. Peniche criada enquanto cadeia em 1934, recebia a maioria dos condenados e muito especialmente aqueles que eram condenados a maiores penas de prisão ou a cumprir medidas especiais de segurança. Por fim Caxias, prisão militar e civil desde 1916 e com fins políticos desde 1935, foi até à queda do regime em 1974 local emblemático da privação da Liberdade. Note-se que frequentemente os presos “circulavam”, ou seja não eram apenas os presos da metrópole que podiam ser deportados para os Açores, Angola e Timor, mas eram também os residentes nesses locais que podiam ser deportados para qualquer ponto do império colonial, tornando mais destrutivo psicologicamente o desenraizamento de cada um dos detidos.

Como atrás se disse, para a PIDE todos os opositores eram “perigosos comunistas”, fossem-no de facto, fossem anarquistas, maçons ou apenas almejassem a democracia, a liberdade e a opinião livre. É certo que o PCP se tornou a principal força política de oposição com uma estrutura capaz de se adaptar à clandestinidade e à luta política, e a verdade é que foi o alvo de eleição da polícia. Uma pequena publicação do PCP, com data de 1947, lembra aos seus militantes as suas responsabilidades políticas. Sob o título *Se fores preso camarada...*, atribuível a Álvaro Cunhal, pode ler-se:

“se fores preso camarada, cairá sobre ti uma grande responsabilidade. A de defender o teu Partido, os teus camaradas, o teu ideal. E defendê-los em condições desvantajosas, em que te encontrarás isolado nas mãos do inimigo, sujeito aos seus insultos e às suas violências. Se fores preso camarada, encontrar-te-ás em circunstâncias tão duras como nunca talvez tenhas atravessado. Precisamente, por isso, terás ocasião de provar, perante o teu Partido, perante os teus camaradas, perante aqueles que em ti confiam, e perante ti próprio, que és um comunista sincero, capaz de te maneres firme e fiel aos teus ideais, nas mais difíceis situações”.⁹⁴⁶

⁹⁴⁶ CUNHAL, Álvaro (?), *Se fores preso camarada...*, Lisboa (?), Ed. Avante, 1947, p. 2;

Seguiam-se considerações sobre como evitar ser preso, o momento da prisão, onde se aconselhava como dissimuladamente deitar fora um papel ou mesmo um embrulho, como resistir ao primeiro interrogatório e à fadiga, ou ainda às armadilhas da polícia, entre outros conselhos.

Assistimos também, à medida que corre a década de sessenta e entramos nos anos setenta, a um endurecimento da repressão e da centralização das atenções da polícia sobre o PCP e sobre os grupos de extrema esquerda. A Maçonaria, ou pelo seu enfraquecimento ou por razões que não se vislumbram da documentação da PIDE e da DGS hoje existente, não era um alvo privilegiado da polícia quando comparada com os comunistas e os militantes na extrema esquerda, o que não quer dizer que muitos maçons não tivessem sido sujeitos a perseguição policial ao longo dos quarenta e oito anos de ditadura. Para além dos exemplos já aqui referidos podemos ainda acrescentar outros que foram momentos emblemáticos dessa perseguição: um ocorreu quando do aniversário do nascimento de Magalhães Lima, em 30 de maio de 1928, onde “um mar de gente” rumou ao cemitério dos Prazeres, e onde a GNR, a PSP e a polícia política impediram qualquer homenagem e reprimiram quem se manifestava contra a Ditadura, e dois outros em 1945 e em 1960, nas romagens ao cemitério do Alto de S. João, em Lisboa, que todos os anos se realizavam em comemoração do 5 de Outubro. É certo que em alguns outros momentos a opção do regime foi diferente, mas em 1945, no sentido de diminuir o espaço de manobra política e até o significado da data no seio dos oposicionistas, e tentando igualmente a desmobilização popular, o regime decidiu organizar comemorações oficiais do 5 de Outubro em Lisboa e no Porto. As comemorações viriam a fugir ao controle do regime, dando origem a grandes manifestações onde o Estado Novo era contestado. O mesmo aconteceu em 5 de Outubro de 1960, ano de comemoração do cinquentenário da República, onde o cortejo cívico foi interrompido pela polícia na avenida Almirante Reis e alguns dos participantes detidos. Note-se que nas comemorações do 5 de Outubro e do 31 de Janeiro, em Lisboa e no Porto, as concentrações facilmente redundavam em comícios que contestavam o regime, onde muitos maçons foram afastados das suas famílias e empregos, conhecendo grandes dificuldades económicas e pessoais. Muitos conheceram a prisão no Aljube, no forte de S. João Batista em Angra do Heroísmo ou em Caxias. Alguns foram deportados para Angola ou Timor. Outros ainda conheceram o Tarrafal. A prisão não foi igual para todos, porque a muitos, sendo advogados, médicos, intelectuais ou estudantes, a polícia tratou de forma mais branda que comerciantes, tipógrafos ou outras profissões próximas do operariado, sendo que essa brandura era mais

motivada por razões de subserviência cultural e social dos agentes com reduzida formação educacional do que por ordens superiores. Por fim, podia ter sido muito pior. Quando em 1935 a Maçonaria foi ilegalizada e posteriormente o Palácio Maçónico foi ocupado, a polícia política capturou a biblioteca do GOLU, alguma documentação que a imprensa da época refere ter sido queimada no pátio, e paramentos e jóias usados em sessões rituais. Sabe-se também que Silva Pais teria cedido documentação a Barradas de Oliveira, diretor do *Diário da Manhã* e da *Época*, para um trabalho escrito sobre a Maçonaria, documentação que se perdeu num incêndio.⁹⁴⁷ Admite-se que nenhuns Quadros de Loja tivessem sido apreendidos, nos quais estaria inscrita a identificação dos nomes, moradas e atividades profissionais dos Obreiros do GOLU, sendo assim muito fácil à polícia deter esses Irmãos. O porquê de isso não ter acontecido, é algo que pode ser explicado com múltiplos fatores: a precaução em fazer sair do Palácio Maçónico a documentação mais importante, o amadorismo da Polícia que não viu a possibilidade dessa documentação sair por outras portas que não a porta principal, as cumplicidades de muitos maçons que aderiram ao regime e que não sentiram coragem para tamanha traição ou o apoio de outros criando uma rede de solidariedades, de que faziam parte instituições como o Asilo de S. João, a Escola Oficina nº 1, alguns Centros Republicanos e estruturas de associativismo popular de Lisboa e do Porto, ou a Associação dos Velhos Colonos, em Moçambique, entre muitas outras instituições. A estas estruturas temos a somar os muitos maçons que, a título individual e protegendo a Maçonaria e os Irmãos, guardaram documentação que viria a ser devolvida após 1974.

13.2 - a pior censura é aquilo que já não se escreve⁹⁴⁸

Dizia Salazar num dos seus discursos que “politicamente só existe o que o público sabe que existe”, espelho da importância que o regime atribuía à censura. Para compreendermos o alcance do controle exercido sobre a liberdade de pensamento, devemos entender a vida limitada do movimento associativo e cultural em geral de

⁹⁴⁷ António Valdemar, entrevista, 90 minutos, Lisboa, 17 de fevereiro de 2021;

⁹⁴⁸ Frase de Raul Rego em entrevista a José Pedro Castanheira. CASTANHEIRA, José Pedro, *Raul Rego in Revista Expresso*, de 9 de fevereiro de 2002, Lisboa, 2002;

forma articulada com os serviços de censura, que abrangiam todas as formas de expressão escrita ou falada e com entidades como a Inspeção Geral de Espetáculos que fiscalizava recintos, meios de difusão, textos e artistas. Devemos ainda entender essa limitação na relação com os órgãos de propaganda do regime, com estruturas como a Mocidade Portuguesa, a Legião ou a polícia política, e naturalmente, com o impedimento prático de criação de partidos políticos. Para tudo isto, basta lembrar as palavras das autoridades do regime que escreviam que um jornal “inteligentemente dirigido” podia ser um excelente auxílio para os serviços de polícia. Salazar considerava a ação da censura como indispensável. Era a censura que impedia que se deturpassem os factos “por ignorância, ou por má fé, para fundamentar ataques injustificados à obra dum governo”, situações às quais se juntava um papel “moralizador” da censura, no evitar os “ataques pessoais e os desmandos de linguagem”.⁹⁴⁹ Marcelo Caetano afirmava que, face à longa ditadura, os jornalistas se haviam desabituaado do sentimento das responsabilidades,⁹⁵⁰ como se de uma autocensura se pretendesse por ideal na vida cultural e jornalística do país. Neste aspeto é de salientar o facto da nomeação dos diretores dos jornais ser condicionada à aprovação do governo, da censura mutilar as notícias e artigos, por vezes até no seu sentido, e ainda no facto dos autores das notícias publicadas não serem ilibados de responsabilidades, mesmo depois de passarem no crivo da censura.

Havia um claro objetivo da censura em evitar que a imprensa fosse usada como arma política pela Oposição e, ao mesmo tempo, usá-la em favor do regime e moldar a consciência política dos portugueses. Raul Rego sintetizará esta situação ao escrever: “a notícia chegou (...). Vai ser composta mas o público nem se chegará a aperceber que alguma coisa se tenha passado. Como tantas outras, todos os dias, vai ser cortada, é claro”.⁹⁵¹ Sobre a interiorização da censura na imprensa, o mesmo Raul Rego dirá numa entrevista concedida a José Pedro Castanheira, na Revista do jornal *Expresso*, que “o principal mal de uma censura nem é o que ela corta, é o facto de existir. Quando a gente escreve já está com medo: passa ou não passa? A censura acaba por se instalar na mente do redator e não apenas na do censor”.⁹⁵²

⁹⁴⁹ FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2003, pp. 32 e 33;

⁹⁵⁰ REGO, Raul, *Depoimento ou libelo – reflexões sobre o livro de memórias de Marcelo Caetano*, Lisboa, Editorial República, 1974, p. 62;

⁹⁵¹ REGO, Raul, *Diário Político*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974, p. 37;

⁹⁵² CASTANHEIRA, José Pedro, *Raul Rego in Revista Expresso*, de 9 de fevereiro de 2002, Lisboa, 2002;

Pode parecer paradoxal a compatibilização da força do analfabetismo vigente em Portugal com a quantidade de títulos publicados durante este período, mas atentemos a três realidades: o número de títulos publicados durante as três primeiras décadas do século XX diminuiu continuamente durante as décadas seguintes, o fenómeno da leitura era mais visível nos grandes centros urbanos que nos meios rurais, onde aqui era significativo o peso da imprensa católica, e por fim que a imprensa era um fenómeno essencialmente urbano, onde também temos a considerar uma outra realidade, a da leitura em voz alta em grupo. A ação da censura, a par com as mutações sociais e no ensino, determinaram uma mudança no acesso à informação. O que é igualmente um facto é a mobilização política inspirada pela imprensa, daí a importância com que foi olhada logo a seguir à instauração da Ditadura.

Se, a 30 de maio de 1926, os novos poderes saídos do golpe militar atribuíam ao exército a garantia da liberdade de opinião, a criação de uma Comissão Fiscalizadora, chefiada pelo coronel Joaquim Augusto Prata Dias e as exceções invocando o combate a notícias tendenciosas, abriram a porta a futuras limitações. Logo a 5 de julho de 1926 a Ditadura Militar publicou a sua primeira lei de imprensa da autoria de Manuel Rodrigues Júnior, então Ministro da Justiça. Apesar das intenções enunciadas de garantir a liberdade de pensamento através da imprensa, as multas, as penas de prisão ou a apreensão dos jornais em causa, na prática não garantiam qualquer liberdade de expressão, onde tudo podia ser considerado como um apelo à instabilidade e à intranquilidade pública. Nos anos seguintes solidifica-se a estrutura censória, referindo José Miguel Sardica que a partir de 1929 se sublinha a componente moralizadora dos espíritos, com o “conselho” dos órgãos informativos a suprimirem relatos extensos e pormenorizados de crimes, suicídios ou outros atos violentos com o argumento de defender a sociedade.⁹⁵³ Gradualmente instala-se a ideia de um país ideal, socialmente calmo e de referência moral, que corre a par com o autoritarismo do regime e com a gestão das notícias que lhe eram favoráveis.

Por vezes, a resistência da Maçonaria manifestava-se de forma criativa, ainda que poucos anos após a Revolução de 28 de maio de 1926 se tornasse impossível ler na imprensa uma curiosa sentença proferida em Moçamedes, Angola, em julho de 1928, a propósito de “morras à Ditadura” proferidos na gare dos caminhos de ferro e

⁹⁵³ SARDICA, José Miguel in PINTASSILGO, Joaquim e PROENÇA, Maria Cândida, *Centros Escolares Republicanos in Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II, coord. geral Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2013, p. 598;

relatada no jornal *Imparcial* de 13 de outubro desse ano. Suspensa a Constituição de 1911, vista como uma referência para republicanos e maçons, o jornal *Imparcial* relatava a sentença do tribunal nestes termos:

“sentença: Considerando que é constitucional o regímen do Paiz e, por isso, não podem considerar-se subversivos nem atentatórios da ordem pública os vivos á Constituição, antes quem os lance ou profira manifesta respeito pelo regímen vigente e não pode deixar de ser considerado homem de ordem, porque em ultima análise, a ordem do regime são os preceitos constitucionais; considerando que os “morras á Ditadura” representam por parte de quem os dá respeito pela Constituição Política da República Portuguesa; considerando que os “morras” ao Carmona nada mais representam do que uma manifestação de liberdade de pensamento, que, em ultima análise, são um protesto contra a Ditadura que por um acto de força suspendeu, em parte, a Constituição Política que não está revogada; e taes morras só poderiam considerar-se crime no caso de constituírem uma provocação ao crime que tem de por-se de parte, visto que da Huila não é possível assassinar o Presidente da República em Lisboa; considerando que não está totalmente suspensa a manifestação da liberdade de pensamento; considerando que é nas Gares dos Caminhos de Ferro costume fazerem-se manifestações políticas, afectivas ou sentimentais e outras (só ilegais desde que ofendam a ordem pública), salvo estando proibidas expressamente e as proibições comunicadas ao público pelos meios do costume, e não o estavam, como se apurou, na Gare do Caminho de Ferro do Lubango manifestações desta natureza; julgo a acusação improcedente e não provada, absolvo o réu e o mando em paz e sem custas. Sá da Bandeira, 14 de Julho de 1928 (ass.) Sebastião José Ribeiro”.⁹⁵⁴

Referência incontornável da luta contra a Ditadura é o jornal *República*, em Lisboa, fundado em 1911 por António José de Almeida, e que durante a oposição ao salazarismo encontra em Carvalhão Duarte, Alfredo Guisado, Gustavo Soromenho, Nuno Simões, Raul Rego e Dias Amado, força para se opor ao regime e para se transformar naquilo que Mário Soares designou de “uma verdadeira carolice dos republicanos e oposicionistas, para manter o fogo sagrado”.⁹⁵⁵

A censura, um dos traços característicos do regime repressivo anterior a 25 de Abril de 1974, começou pela imprensa, mas rapidamente se foi estendendo ao teatro, à rádio, ao cinema, à música, e mais tarde à televisão. Atingia todas as publicações periódicas, folhas volantes, cartazes, circulares e comunicados de associações de

⁹⁵⁴ *Processo da Loja Paulo Dias de Novais, de Malange – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁹⁵⁵ AVILEZ, Maria João, *Soares – ditadura e revolução*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1996, p. 148;

classe e culturais, assim como livros dos mais variados temas. Nada, palavra ou imagem, podia ser divulgado sem a análise prévia dos censores, sendo vasta a latitude da interpretação da legislação criada. Deveria defender, na ótica do regime, a opinião pública contra os fatores que a desorientassem face à “verdade”, o que podia incluir tudo, desde um ato repressivo por parte da polícia, a uma manifestação de apoio a um candidato em eleições, passando por questões do dia a dia, como as cheias em Lisboa, em 1967, notícias que referissem a fome ou a guerra, ou até um simples acidente que poderia sugerir falta de segurança. Acrescia que os critérios da censura não eram iguais em todo o país, dando origem a situações bizarras numa realidade em que a distinção entre o que era permitido e o que não era dependia em muito de conceitos políticos, morais e até culturais dos censores.

A censura constituía uma forma de castração cultural que não se extinguia nos cortes registados nos artigos na imprensa ou a sua pura e simples proibição. Prolongava-se na censura e proibição de várias de obras dos mais diversos autores, muitas delas vendidas clandestinamente, e manifestava-se também na intimidação. Recorde-se, em maio de 1965, na sequência da atribuição de um prémio literário a Luandino Vieira, então preso no Tarrafal, a prisão dos membros do júri e dos dirigentes da Sociedade Portuguesa de Escritores, acrescido do assalto à sede desta entidade e da destruição da mesma por elementos da extrema direita e da Legião Portuguesa. Todas as ações tinham por objetivo a formação de uma opinião nacional anti-liberal, nacionalista, temente à religião e conformada com as determinações do poder. Salazar argumentava que não era possível deixar reinar a divisão partidária, o confronto de opiniões e a visão liberal do parlamentarismo. Na imprensa, ao mesmo tempo que se promovia uma imprensa regional próxima das autoridades ou da Igreja, asfixiava-se a imprensa republicana ou oposicionista, num processo relativamente rápido e eficaz, contando para isso com o Secretariado de Propaganda Nacional e com a Direção Geral dos Serviços de Censura, cuja ação se complementava.

14 - A II Guerra Mundial, os aliados e a Maçonaria internacional

A visão da Maçonaria portuguesa sobre a II Guerra era a de que havia que apoiar o bloco aliado para combater o nazismo, e naturalmente a invocada ambição alemã

sobre as colónias portuguesas, nem que para isso houvesse que reduzir um pouco a atitude oposicionista. Com a II Guerra Mundial e num período em que a Maçonaria não se podia manifestar, devido à sua ilegalização, restava aos maçons portugueses acreditarem numa vitória aliada como potenciadora da restauração da Liberdade. Sobre a tão enfatizada neutralidade, que o regime destacava por contraponto à realidade europeia, Fernando Rosas lembra-nos ter-se criado em torno dessa neutralidade um consenso nacional por, de facto, “nenhum sector germanófilo do poder, nem nenhum sector situacionista ou oposicionista anglófilo, pediram nunca a entrada de Portugal na guerra, pelo menos até 1943. Criticaram, cada um segundo a sua óptica, o que viam como uma falsa neutralidade do regime”.⁹⁵⁶

Salazar fez do período da II Guerra Mundial uma gestão cuidada e equilibrada. Dando mostras de simpatia pelas potências do Eixo, dizendo de Hitler que a Europa lhe devia o grande serviço de ter feito recuar as fronteiras do comunismo, ao mesmo tempo que invocava a aliança luso-britânica para justificar a neutralidade. Moderou os duros do regime que pretendiam um apoio explícito à Alemanha, mas em contrapartida apoiou Franco na guerra civil espanhola. Negociava o volfrâmio com as duas partes em conflito, empatou o mais que pôde na questão de cedência de bases nos Açores, enquanto geria como podia as ambições alemãs sobre as colónias e as ameaças expansionistas da Falange espanhola. No entanto, notou-se uma ligeira inflexão do regime assim que se percebeu que a vitória penderia para os aliados. A contrapartida destes, após a guerra e a reboque da Guerra Fria, seria a continuidade da Ditadura. Ao contrário da Espanha franquista, Portugal ficou relativamente confortável no plano político no pós-guerra. Quanto à Oposição portuguesa no estrangeiro, impedida de atuar na Espanha de Franco, não gerando simpatias em França, ao contrário do que acontecia com os exilados espanhóis e italianos, porque desarticulada no período imediatamente anterior à guerra, pela a invasão alemã da França e pela morte dos seus principais dirigentes, restava-lhe o reduto brasileiro, onde alguns velhos republicanos ainda eram uma referência. Mas era uma Oposição cansada e desiludida, mais velha etariamente, que ainda assim desempenhou no período que decorre das décadas de trinta a cinquenta uma tarefa de angariação de apoios económicos deveras importante.

⁹⁵⁶ ROSAS, Fernando, *O PCP e a II Guerra Mundial* in NEVES, José, PEREIRA, José Pacheco, PITA, António Pedro, NUNES, José Arsénio, ROSAS, Fernando, CUNHAL, Álvaro, ALMEIDA, Vanessa, MADEIRA, João, RABY, David L., GODINHO, Paula, CARVALHO, Ana Margarida de, CARDINA, Miguel, LISI, Marco, LOUÇÃ, Francisco, GASPAR, Carlos, DRAGO, Ana, *Partido Comunista Português 1921-2021: uma antologia*, 1ª edição, José Neves (org.), Lisboa, Ed. Tinta da China, 2021, pp. 101 e 102;

O regime nunca se cansou de enaltecer a prática governativa ou as razões do 28 de Maio, mesmo que isso significasse uma distorção grosseira das realidades ou das ideias da Oposição. Marcelo Caetano justificava, em 1946, a Ditadura com o facto de antes do 28 de Maio se viver “no regime dos partidos”, na sua maioria “organizações superficiais e artificiais, sem raízes populares, formados em torno de uma ou outra personalidade com mais destaque”. O regime contrapunha à pacatez da vida no Portugal de então, uma visão apocalíptica do que seria o país que não fosse a autoridade do Estado Novo:

“hoje como ontem o país quer liberdade religiosa, respeito pelo santo nome de Deus e consideração pela Igreja. Hoje como ontem o país quer que se mantenha a propriedade individual e o direito da sua disposição, a iniciativa privada e a empresa (...). Hoje como ontem o país quer a integridade da família, (...), repele a desordem e a indisciplina na vida pública, a insegurança de vidas e de bens, a agitação provocada por uma minoria de desordeiros irresponsáveis (...)”.

Depois de reafirmar que o país “pretende trabalhar” e que “não está disposto a dar crédito às oposições”, termina afirmando que “hoje como ontem Portugal quer o Estado Novo”.⁹⁵⁷ Em paralelo, o regime constrói um edifício cultural de demonização da atividade política e partidária que chega aos dias de hoje. O horror ao debate e ao confronto de ideias, ao esgrimir de argumentação baseada no racional, foi vendida não como a reflexão sobre as diferenças, no fundo a arte da política, mas antes como a agressão ao outro. Os políticos e os partidos na sua atividade foram, pelo Estado Novo, projetados para a sociedade como centros de convergência de vícios, com uma atividade secundária e desnecessária, já que o regime, corporizado no Estado Novo, de tudo e de todos trataria, cabendo a este, como diz Fernando Rosas, “enquadrar, conduzir, conformar as massas com o destino nacional”,⁹⁵⁸ porque, como diz o mesmo autor, na população era inculcada a ideia de que, para sua própria segurança, se deveria afastar da política, ou seja, abdicar dos seus direitos de cidadania, algo pelo qual a Maçonaria e a generalidade dos políticos da I República haviam lutado. A questão da neutralidade, por alturas do conflito mundial, não é mais do que a continuidade desta ideia de um regime protetor, com os cidadãos a deixarem para os governantes a tarefa de intervirem no espaço político e social.

⁹⁵⁷ CAETANO, Marcelo, *Hoje como ontem: o Estado Novo*, conferencia proferida no Porto em 27 de maio de 1946, Porto, Ed. União Nacional, 1946, pp. 11, 15, e 51 a 53;

⁹⁵⁸ ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Tinta da China, 2018, p. 32;

A vida não era fácil em Portugal nas décadas de trinta e quarenta do século XX e, no período da guerra, bens de primeira necessidade como o pão, o açúcar, o arroz, o sabão ou os combustíveis foram racionados. À falta de liberdade juntavam-se inúmeras privações materiais derivadas não apenas da deficiente estrutura económica, do seu subdesenvolvimento e de uma visão económica assente na produção e autossustentação agrícola, mas também da escassez de bens, da inflação e do desemprego. As casas da generalidade dos portugueses eram minúsculas e sem conforto. O quotidiano não permitia descansos e horas de ócio. Alguns artigos publicados na imprensa, naquilo que a censura permitia publicar, ou a literatura espelham bem estas realidades, sendo ricas as descrições quando lemos *A Lã e a Neve* de Ferreira de Castro ou *Avieiros* de Alves Redol, entre muitas outras obras. Juntem-se os problemas do alcoolismo e da prostituição. Algumas greves marcaram este período, especialmente no ano de 1943. Num cenário de miséria, Portugal era também vítima da guerra económica entre os Aliados e as potências do Eixo, onde as cedências portuguesas em matéria de comércio, à medida que a guerra se aproxima do fim, vão ser capitalizadas pelo regime com vista à sua aceitação internacional. Num ambiente opressivo, as diferenças sociais são chocantes com a fome a viver em parceria com um mundo exuberante e luxuoso das elites económicas e políticas, nomeadamente no período da II Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo que o ruralismo estagnava, confrontavam-se no seio do regime duas visões distintas: uma fazendo o elogio da pobreza, da tradição e da ruralidade, outra de pendor industrialista. No primeiro caso argumentava-se com a História a par do perigo de industrializar um país sem condições para isso. Eram seus aliados o atraso tecnológico da agricultura e os baixos salários, alavancados numa desastrosa “campanha do trigo”, iniciada em 1929 e que se prolongou Estado Novo dentro, campanha essa inspirada na *Bataglia del Grano*, de Benito Mussolini. No segundo caso, com destaque para Ferreira Dias, Duarte Pacheco, Daniel Barbosa ou Ezequiel de Campos, acreditava-se que a pobreza não era um beco sem saída e que a razão do nosso atraso estava no facto de a economia se basear numa mão de obra intensiva e barata, onde predominavam os baixos salários e uma fraca produtividade, numa taxa de analfabetismo gritante, a par com empresas descapitalizadas e uma ausência de crédito público, que só se tornaria visível a partir de meados da década de quarenta e com a necessidade de algumas reformas no meio agrário, que aliás os “industrialistas” expressam nos I e II Planos de Fomento, em 1953 e 1959. Sendo certo que acrescia ainda, em favor dos “industrialistas”, que após a II Guerra Mundial ganhava urgência reinventar a

imagem externa de Portugal, afastando a imagem de um país campesino, simples e humilde, é também verdade que no período que medeia entre 1933 e o final da década de quarenta os grandes proprietários agrícolas tinham uma maior presença na Assembleia Nacional, algo que mudou nas décadas de cinquenta e sessenta.

Ao longo do Estado Novo os dois conceitos conheceram avanços e recuos, mantendo-se presentes até ao final do regime, atingindo momentaneamente um ponto de equilíbrio onde se procurava uma prosperidade industrial possível, sem no entanto colocar em causa os arcaísmos do mundo rural, sustentados na visão das virtudes morais desse mundo, que Salazar argumentava ser um exemplo de vida modesta e virtuosa, repleta de trabalho árduo, de obediência e sem ambições excessivas, ancorado na religião, na família e na ordem social. Salazar criticaria as ambições desenvolvimentistas referindo a “falta de espiritualidade” dos projetos industrialistas e a sua “feição profundamente materialista”, entendendo que a felicidade ligada ao desenvolvimento material não existia e vendo este como um mal necessário. Aliás, já depois do país dar os primeiros passos no sentido da industrialização e do desenvolvimento dos serviços, Salazar não deixará de expressar uma certa nostalgia pelos valores do mundo rural e de ter alguns desabafos em jeito de aviso, como este num discurso de 1958:

“temo a intensificação materialista que aí vem com todo o esplendor das suas riquezas e a repercussão que há-de ter na alma dos povos, se desacompanhada de conveniente actuação moral”.⁹⁵⁹

Salazar sabia que a crítica à vida urbana e o apelo aos valores ruralistas eram promotores da ausência de participação cívica e política. Sabia igualmente que a emergência de uma vida urbana ativa, pela via do desenvolvimento industrial e comercial, faria emergir a reivindicação de melhores condições laborais e de direitos sociais e políticos, uns de existência já conhecida, outros eventualmente novos, todos potenciais geradores de instabilidade social na ótica do Estado Novo. Disso nos dá conta, num discurso de dezembro de 1933, quando refere a “acção perturbante, devastadora, sobretudo dos grandes aglomerados urbanos” sobre a “potencialidade procriadora da Raça e as suas condições de resistência física”.⁹⁶⁰

Este discurso é sublinhado por António Ferro ao chamar a Salazar de “ministro lavrador” e ao escrever num discurso conformista que “(...) nas aldeias, ou nas

⁹⁵⁹ HENRIQUES, Mendo Castro e MELLO, Gonçalo de Sampaio, *Pensamento e Doutrina Política – textos antológicos – António de Oliveira Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 2010, p. 51;

⁹⁶⁰ HENRIQUES, Mendo Castro e MELLO, Gonçalo de Sampaio, *Pensamento e Doutrina Política – textos antológicos – António de Oliveira Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 2010, p. 88;

pequenas vilas, a miséria total é mais rara (...), não há dinheiro, falta por vezes a roupa necessária, mas há sempre uma côdea ou um caldo”.⁹⁶¹ É Salazar quem afirma que:

“(…) para mim, se tivesse que haver competição, continuaria a preferir a agricultura à indústria (...). A faina agrícola (...) é acima de tudo uma vocação de pobreza, mas o seu orgulho vem de que só ela alimenta o homem e lhe permite viver (...)”.⁹⁶²

Salazar tinha uma ideia clara do que pretendia que os portugueses ambicionassem:

“(…) julgo que algumas vezes se têm exagerado as nossas possibilidades. Nós somos um país pobre, que tanto quanto se enxerga no futuro não pode na Metrópole aspirar a mais que à dignidade de uma vida modesta (...)”.⁹⁶³

Em entrevista a António Ferro dirá que o regime fazia a apologia da vida modesta para suavizar as dificuldades e para não criar aspirações excessivas.⁹⁶⁴ É esta adesão à vila rural que o regime propagandeia na escola, que chega a comparar Salazar com D. Dinis, mas também na imprensa e no cinema de forma continuada.⁹⁶⁵ Num outro discurso, Salazar sublinha a dicotomia cidade-campo ao dizer:

“que pena me faz a mim, filho do campo, criado ao murmúrio das águas de rega e à sombra dos arvoredos, que esta gente de Lisboa passe as horas e dias acotovelando-se tristemente pelas ruas estreitas (...). Que pena me faz saber aos domingos os cafés cheios de jovens discutindo os mistérios e problemas da baixa política (...)”.⁹⁶⁶

É ainda Salazar que, em 1967, afirmando-se “um rural” que prefere a agricultura à indústria, refere que em tempos de crise “a terra pobre, a terra humilde, sobe à culminância dos heroísmos desconhecidos e dos valores inestimáveis”.⁹⁶⁷ As razões deste pensamento radicam na ideia de Salazar de que a modernidade e o cosmopolitismo conduziam à degeneração moral e social, o que só por si constituía uma ameaça à integridade social com implicações políticas. Por outro lado, a crítica

⁹⁶¹ ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta 1928–1938*, Lisboa, Ed. Estampa, 1986, p. 157;

⁹⁶² SALAZAR, António de Oliveira, *Erros e fracassos da era política in O pensamento de Salazar*, discurso proferido na posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de fevereiro de 1965, p. 16;

⁹⁶³ SALAZAR, *Os princípios e a obra da Revolução in O pensamento de Salazar*, Lisboa, Ed. SPN, 1943, p. 13;

⁹⁶⁴ FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2003, p. 172;

⁹⁶⁵ *Veja-se Aldeia da Roupa Branca*, de Chianca de Garcia (realização em 1938, estreia em 1939), a propósito da rivalidade entre o campo e a cidade, com destaque para os vícios desta ou a pureza do primeiro, ainda que aqui o desfecho final seja diferente do preconizado nos livros escolares e signifique o triunfo do automóvel, embora num ambiente de felicidade rural e de tradição;

⁹⁶⁶ MELO, Daniel, *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, p. 45;

⁹⁶⁷ LOUÇÃ, Francisco, *A jaula oligárquica: a modernização conservadora ao longo do século XX in ROSAS, Fernando, LOUÇÃ, Francisco, LOPES, João Teixeira, PENICHE, Andrea, TRINDADE, Luís, CARDINA, Miguel, O século XX português: política, economia, sociedade, cultura, império*, Lisboa, Edições Tinta da China Lda, 2020, pp. 148 e 149;

ao cosmopolitismo cidadão tem implícita a negação do cidadão pleno de direitos e deveres, senhor do seu destino e o retorno a uma ordem antiga, como se de uma resposta se tratasse aos tempos da I República.

Paralelamente, nos discursos do regime, vão passando duas ideias que se mantêm inalteráveis ao longo da Ditadura: uma de que o caminho encetado em 1926 era a materialização de uma regeneração do país, imparável e conduzida por Salazar com a concordância da nação, outra é a constante distinção entre o indivíduo e o Estado. No caso da primeira, Salazar não hesita em afirmar que “temos um mandato da Nação” e que “seria não ter consciência, nem do passado, nem do presente, estar perturbado e tímido e não se apresentar diante de todos com a firmeza e a alegria de quem ajudou a salvar Portugal”.⁹⁶⁸ No segundo aspeto referido, nota-se que sempre que são enaltecidas as obras do regime elas são grandes, variadas e multiformes, de majestosos edifícios e largas estradas, a grandiosos portos ou quartéis, mas tudo o que é privado é modesto, como as pequenas habitações graciosas ou os caminhos rústicos, coerente com uma “sociedade hierarquizada sem privilégios, trabalhadora sem servidão, modesta sem miséria, progressiva sem despegar-se do passado de que se orgulha (...)”.⁹⁶⁹

As virtudes do ruralismo são igualmente as justificações dos grandes agrários que se opunham às campanhas de desenvolvimento industrial com o argumento de motivarem o consumismo. Daí, que desde os livros da instrução primária era inculcada a ideia das virtudes se situarem no mundo rural em contraponto com a cidade, plena de vícios. Neste âmbito, é importante notar a contribuição dos teóricos do industrialismo, que mesmo sendo homens do regime, representam uma visão mais cosmopolita e por vezes muito distinta do discurso oficial do regime. Por outro lado, com o início da guerra, o país descobrirá que tinha falta de uma indústria que suprisse as suas necessidades básicas.

Por isso o choque sentido na sociedade portuguesa, com os refugiados que chegavam ao país vindos de uma Europa em chamas. Em contraste, neste período conturbado da história da Europa, a vida em Lisboa, no Estoril, em Cascais, nas Caldas da Rainha ou na Ericeira, era marcada pelo cosmopolitismo, mas também

⁹⁶⁸ SALAZAR, António de Oliveira, *Antologia – discursos, entrevistas, artigos, teses, notas, relatórios*, edição comemorativa do 40º aniversário da Revolução Nacional, Coimbra, Ed. Coimbra Editora, 1966, p. 31;

⁹⁶⁹ SALAZAR, António de Oliveira, *Antologia – discursos, entrevistas, artigos, teses, notas, relatórios*, edição comemorativa do 40º aniversário da Revolução Nacional, Coimbra, Ed. Coimbra Editora, 1966, p. 34;

pela espionagem, quer alemã, quer aliada. No Estoril, no Hotel Palácio, concentravam-se os espiões aliados, enquanto que no Atlântico, predominavam os alemães. Em Lisboa, o Avenida Palace, o Metrópole, o Aviz ou o Tivoli eram outras das referências da espionagem. Não eram territórios exclusivos, já que por lá e por outros locais também passaram os serviços secretos italianos, franceses, norte-americanos, polacos, checos ou soviéticos. A neutralidade portuguesa proporcionava um terreno relativamente aberto para a espionagem, a contra-espionagem ou a propaganda, quase sempre sob a vigilância atenta da PVDE e dos Serviço de Informações da Legião Portuguesa. Interessavam, particularmente, informações sobre o movimento marítimo no Atlântico, sobre o volfrâmio e outros minerais exportados por Portugal, sobre os refugiados que passavam por Portugal ou simplesmente sobre o outro lado beligerante. Papel de relevo neste contexto e em Portugal foi desempenhado pelo Centro Israelita de Portugal, onde a boa relação de Moses Amzalak com Salazar permitiu o apoio a muitos dos refugiados oriundos de uma Europa em guerra.

Por outro lado, a par das informações, assistia-se à concorrência dos serviços comerciais alemães ávidos por fazer chegar ao país máquinas, bens e capitais, ao mesmo tempo que a Grã-Bretanha hesitava em tarefa semelhante, argumentando-se com a proximidade de Salazar a Franco. A Maçonaria portuguesa não se envolveu diretamente nesta teia que também situava os portugueses dos dois lados beligerantes. Mas alguns dos maçons portugueses fizeram uma opção pelos aliados, trabalhando muitos deles para as forças aliadas, nomeadamente na famosa rede Shell que, apesar de desmantelada pela polícia política, permitiu a Salazar usar a seu favor os contatos ingleses com os oposicionistas.⁹⁷⁰ Exemplos disso são os casos de Manuel Valério da Silva Moedas, comerciante e residente na Chamusca, o de Cândido de Oliveira, homem do desporto e iniciado na Loja Luz e Liberdade, de Braga,⁹⁷¹ e ainda o de Manuel Luís Guedes Pinheiro,⁹⁷² iniciado na Loja Comuna e

⁹⁷⁰ BARROS, Júlia Leitão in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Ed. Bertrand Editora, 1996, p. 59;

⁹⁷¹ VENTURA, António, *Cândido de Oliveira – homem do desporto, democrata e maçom in revista Grémio Lusitano*, nº 17, 1º semestre de 2011; Lisboa, Grémio Lusitano, 2011. De Manuel Valério da Silva Moedas apenas temos indícios de que pertenceria à Rede Shell. Quanto a Cândido de Oliveira, passou pelas prisões do Aljube, Caxias e Tarrafal, sobre o qual escreve *Tarrafal – pântano da morte*. António Ventura identifica-o como o agente H204 e H700 da rede Pax do *Special Operations Executive* (SOE) que tinha como especial missão organizar a resistência em Portugal no caso de uma invasão alemã;

⁹⁷² *Documentos vários*, Arquivo de Manuel Falcão. Manuel Luís Guedes Pinheiro foi ativista académico quando Obreiro da Loja Comuna, integrou por alturas da II Guerra Mundial uma brigada médica de apoio aos aliados no norte de África e, ainda durante a Guerra, colaborou com o governo britânico no repatriamento de combatentes aliados, sobretudo de pilotos abatidos nos países ocupados e que conseguiam chegar a Portugal. Para isso, gozando das facilidades de deslocação por ser médico,

regularizado já na década de oitenta na Loja União, do Porto. A este propósito, diz-nos Franco Nogueira que os portugueses se dividiram em três “partidos”: o francês, que acreditava que uma vitória conduziria ao triunfo do liberalismo e de uma visão politicamente mais radical, o inglês invocando os laços históricos e comerciais, que acreditava na derrota do regime e no conseqüente afastamento de Salazar no pós-guerra, e o germanófilo, muito forte ainda com as lembranças do nacional-sindicalismo, mas que via na vitória alemã a garantia de continuidade do regime. Note-se que a crença no possível afastamento de Salazar no pós-guerra, foi alimentada pela simpatia da Inglaterra para com o embaixador Armindo Monteiro, demitido por Salazar em 1943, e que é referido por Freitas do Amaral nas suas memórias políticas.⁹⁷³ É compreensível a simpatia da Oposição e da Maçonaria pelos aliados e particularmente pela Inglaterra, já que via neles uma tradição democrática e parlamentar, à qual se pode juntar o apoio que a Maçonaria portuguesa esperava por parte da sua congénere britânica. No entanto, Júlia Leitão de Barros, não deixa de assinalar que “de uma maneira geral, a tendência é para o anglofilismo ser suplantado pelo aliadofilismo”.⁹⁷⁴

Portugal era por essa altura um ponto de passagem e um ponto de apoio efetivo a muitos refugiados fugidos do terror nazi e da guerra. Salazar não disse não a estes refugiados, ainda que a polícia política os controlasse de perto. A sua vinda para o país permitiu o aumento de divisas e das reservas de ouro, tendo apenas como preço algumas mudanças nos hábitos de vida e dos costumes: a frequência de esplanadas e de cafés, especialmente por mulheres, o fumar em público por parte de mulheres, o uso de roupas mais coloridas, ou até uma maior liberdade no relacionamento entre os sexos em público. Em algumas representações diplomáticas acolhiam-se refugiados, sendo de referir a representação do México onde viviam muitos deles com nacionalidade espanhola e de outras nacionalidades, que discretamente de cá saíram com destino a terras mexicanas por ação de Gilberto Bosques Saldivia, perante a complacência de Salazar e apesar do Pacto Ibérico. Manuel Camacho Botica, em 1977, refere que juntamente com Guilherme Canas ajudou, em 1940/41, a esconder “10 ou 12 técnicos franceses fugidos, em

fazia-os embarcar em submarinos que estavam ao largo, nas praias da Apúlia e de Esposende, mantendo-se em permanente contato com um representante do governo britânico que se fixou nas proximidades da sua residência. Viria igualmente a participar nas campanhas eleitorais de Norton de Matos e de Humberto Delgado. Preso em 1962, viria a participar ativamente na recolha de fundos para a aquisição de uma rotativa para o jornal *República*.

⁹⁷³ AMARAL, Diogo Freitas do, *O antigo regime e a revolução – memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Ed. Bertrand/Nomen, 1996, pp. 65 a 67;

⁹⁷⁴ BARROS, Júlia Leitão in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Ed. Bertrand Editora, 1996, p. 59;

plena invasão hitleriana, do sul de França”, fim para o qual foi “procurado pelo meu amigo Colson, delegado de De Gaulle em Portugal”. Mais adiante acrescenta que se arriscou para entregar na Embaixada de Espanha onze espanhóis fugidos de Zamora e detidos em Bragança “que a PIDE ordenava a todo o instante que fossem entregues às forças do general Cavalcanti para serem fuzilados”.⁹⁷⁵ Naturalmente, impossível de esquecer, é a atitude de Aristides de Sousa Mendes, cônsul português em Bordéus, face aos judeus perseguidos e fugidos dos países ocupados pelas tropas nazis, mas aqui a atitude de Salazar é diferente, nunca perdoando a ação do diplomata português.

Voltando às questões económicas, seriam as dificuldades decorrentes da guerra que internamente dariam um fôlego suplementar aos industrialistas, percebendo estes as particularidades deste momento. Ferreira Dias, referiria mesmo que a guerra teria sido “a sua aliada nesta campanha de mostrar aos portugueses o caminho da indústria”.⁹⁷⁶ O mesmo Ferreira Dias dirá, a propósito da necessidade da industrialização e do desenvolvimento da indústria siderúrgica, que “país sem siderurgia, não é um país, é uma horta”. No entanto, havia distorções insanáveis que se agravaram nas décadas de trinta e quarenta. Os regimes de monopólio e oligopólio surgidos levaram à continuação de velhos hábitos de gestão e de produção, à existência de práticas que não motivavam a concorrência, à manutenção de empresas inviáveis e à fraca modernização industrial sob o ponto de vista tecnológico. Simultaneamente vive-se um momento em que alguns industrialistas entendem que a crescente eletrificação do país seria a base do fomento económico, casos de Ezequiel de Campos ou de Araújo Correia. Acresce que a contestação estudantil durante a guerra fez ver a muitos a necessidade de fazer alterações na orientação económica do regime, ao mesmo tempo que uma parte da Oposição, Maçonaria incluída, concluía que a mudança no regime seria muito difícil sem uma tomada de força pela via militar, o que não a fez esquecer os atos eleitorais, esperando que estes desgastassem o regime a tal ponto que permitissem o tal golpe militar.

O golpe militar não ocorreu e finda a guerra renasceu a esperança junto da Maçonaria portuguesa, acreditando na pressão política da Europa democrática. A crença no golpe continuou, mas agora transferida para a esperança de que a

⁹⁷⁵ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

⁹⁷⁶ ROSAS, Fernando, *Salazarismo e Fomento Económico – o primado do político na história económica do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Notícias, 2000, p. 69;

pressão internacional o motivasse. As comemorações em Lisboa foram efusivas, surpreendendo o regime, que não as reprimiu, ansioso que estava por estar do lado dos vencedores. A derrota da Alemanha levou Salazar a aligeirar a repressão por algum tempo. Salazar faz mesmo um esforço para promover uma imagem mais suave da Ditadura, assim como de apagar a sua proximidade às nações derrotadas. Mas logo a 5 de março de 1946, num discurso de Churchill se refere que caía uma “cortina de ferro” sobre a Europa, dividindo-a em dois blocos distintos. Era a Guerra Fria e em consequência dela e da *real politik* Salazar manter-se-á no poder e a Oposição verá o seu sonho adiado. Argumentava-se com a importância geoestratégica dos Açores e com o perigo soviético para dar como aceitável uma ditadura em Portugal, a par da força que os comunistas haviam ganho em França e na Itália. Uma realidade dura e frustrante, que será acentuada com a desistência da candidatura à Presidência da República por parte de Norton de Matos, anunciada a 12 de fevereiro de 1949. A este propósito, Marcelo Caetano escreveu anos mais tarde que, após a guerra,

“os restos dos partidos afastados da vida pública em 1926 – sobretudo o Partido Republicano Português, (...) e dos Partidos Nacionalista, Liberal e Radical, donde muita gente tinha aderido ao novo estado de coisas – saltaram logo à liça cheios dos ressentimentos criados pelo longo período de afastamento do Poder. Mas na clandestinidade estava atento o Partido Comunista Português (...) pronto a desenvolver, a par da atividade clandestina, a possível atividade legal (...) e apressou-se a propor aos velhos e caducos republicanos liberais uma aliança para derrubar o regime (...)”.⁹⁷⁷

Em, Coimbra e em Aveiro, alguns velhos republicanos e maçons ainda sonharam com a mudança do regime, como foi o caso de Costa e Melo, Augusto da Costa Ferreira, Fernando Lopes ou João Sarabando, no entanto, a desilusão viria em força e em breve.

O que mudou efetivamente com o final da guerra foi o sistema económico e a geopolítica do mundo. A transformação dos mecanismos do comércio mundial, a sua geografia e as relações de interdependência internacional a par de uma nova ordem política, criaram um mundo novo que o regime nem sempre soube acompanhar. As colónias viram o seu papel valorizado, na medida em que as maiores economias precisavam de matérias primas para se afirmarem, a adesão de Portugal ao Plano Marshall, mesmo que depois de uma inicial recusa, as bases militares no Atlântico, a adesão à NATO em 1949 e à ONU em 1955, deram a

⁹⁷⁷ CAETANO, Marcelo, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Ed. Verbo, 2006, p. 389;

Portugal um “certificado de aliado”⁹⁷⁸ que virá a desiludir a Oposição. Mário Soares, sobre este período fala na “traição das democracias ocidentais” em relação à Península Ibérica, em especial a Inglaterra, por medo do bloco comunista e, no caso do ocidente, pelo receio da força dos partidos comunistas em França e na Itália. O que não muda no regime é a sua obsessão do comunismo, primeiro pela República em Espanha, depois pela Guerra Fria.

É então que, apesar de algumas convergências como foi o caso da candidatura de Norton de Matos, o republicanismo se afirmou como atlantista, defensor de uma transição pacífica para a democracia, e de que anos depois a candidatura de Delgado será espelho. Manter-se-á defensor da integridade colonial, com raras exceções, como adiante referimos com um dos trabalhos em Loja consultado no âmbito deste trabalho. A esperança de chegar ao poder por parte da Oposição sofre, além do já referido primeiro abalo no fim da guerra, sofre um segundo após a campanha de Norton de Matos. O mundo teimava em desconhecer a Ditadura em Portugal. Em 1951, 1954 e 1957 muitos maçons, juntos com outros democratas, ainda tentaram constituir estruturas políticas, primeiro a Organização Cívica Nacional, depois a Liga Cívica e por fim a Frente Nacional e Liberal Democrática, dirigida por Ferreira Martins e Nuno Rodrigues dos Santos, mas a todas o regime recusou qualquer hipótese de existência legal.

15 - Os arquivos da Maçonaria portuguesa

Se no início da década de trinta uma parte do arquivo da secretaria do GOLU passou por Tui e Vigo, em Espanha, a verdade é que o grosso da documentação continuou em Lisboa. Já em 1935 as coisas foram diferentes. Quando o Palácio Maçónico foi encerrado e a Maçonaria ilegalizada não houve tempo de retirar tudo, e assim, uma parte significativa deste espólio foi apreendido pelas forças do regime, pacientemente recuperado por A. H. de Oliveira Marques a seguir a 1974, ou pela entrega ao longo dos anos no Museu e no Arquivo do Grande Oriente Lusitano, por

⁹⁷⁸ Expressão de Maria Fernanda Rollo *in* ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 201;

familiares de maçons que guardaram muita dessa documentação. Boa parte deste espólio, como se refere no final deste trabalho, estava depositado no Ministério das Finanças e na escola da PIDE/DGS, em Sete Rios, Lisboa, encontrando-se hoje na Biblioteca Nacional, no Arquivo do Grande Oriente Lusitano ou na posse de alguns particulares.

Ainda assim, houve tempo para colocar a salvo da ação do regime alguma documentação, distribuída por maçons residentes em vários pontos do país, que a preservaram ou a foram obrigados a destruir. Uma grande parte desse lote saiu por um falso armário que ligava o Grémio Lusitano à Tipografia Minerva Peninsular, sua propriedade e situada na rua da Atalaia,⁹⁷⁹ conforme desgostosamente reconhece a imprensa antimaçónica da época. A este propósito, em 1935, o *Diário da Manhã* referia que muitas coisas haviam saído pela porta da tipografia porque as autoridades da Ditadura selaram a porta do Palácio mas, por desconhecimento, esqueceram-se da porta da tipografia, que

“á primeira vista tudo levou a acreditar tratar-se de um estabelecimento como tantos outros, encravados em edifícios sem comunicação com eles”. “(...) Apesar de vasto e receber larga iluminação das suas janelas, ninguém suspeitaria da sua existência se um dos arrolantes não tivesse feito notar uma certa desproporção nas dimensões da sala (...). Percutidas cuidadosamente as paredes, e depois de vários esforços, um dos recantos pareceu soar a oco. Por detrás havia, portanto, um outro compartimento. Nada porém, aparecia que lhe desse comunicação. Resolveu-se deitar abaixo um armário que ia do chão até ao tecto (...), e aberta essa porta entrava-se para uma sala com armários e prateleiras do tecto ao chão, cobrindo as paredes erguendo-se em filas várias pelo meio da casa; prateleiras e armários estavam literalmente cheios de literatura maçónica (...).⁹⁸⁰

Parte da documentação que saiu por este meio ficou, como atrás se disse, na mão de maçons. Outra parte ficou durante algum tempo à porta de uma livraria na esquina da Travessa André Valente com a Calçada do Combro, em Lisboa, tendo posteriormente sido enviada para Madrid e ficado sob a proteção de Irmãos exilados em Espanha e com a conivência da Maçonaria espanhola. Com a guerra civil no

⁹⁷⁹ As salas em causa situam-se à data nas duas últimas salas do Museu Maçónico Português e cujo chão é diferente. A ligação ao corpo principal do edifício faz-se através de uma pequena porta e, tal como no atual 1º e 2º andares, é consequência das sucessivas aquisições ao longo do século XIX e inícios do século XX. Restou ainda um outro armário, diferente do referido e que ainda existe, mas já fechado e estando atualmente sob uma parede falsa;

⁹⁸⁰ *Fundo Dias Amado – imprensa*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

país vizinho, a parte dos arquivos que fora enviada para Espanha viria a rumar para Paris, havendo aqui também o apoio de exilados portugueses e do Grande Oriente de França. Em 1940, a tomada de Paris pelas forças nazis faz com que a documentação tenha sido levada para Berlim e, com a tomada desta após a queda o regime hitleriano, os arquivos rumaram a Moscovo.

Mas o interesse alemão sobre a Maçonaria portuguesa era mais abrangente. Tendo criado dentro da Gestapo uma secção própria para a Maçonaria, o regime nazi pretendia saber bem mais que os nomes, as Lojas ou o funcionamento ritualístico. O pedido feito por Cunha Dias na Legação da Alemanha em Lisboa e dirigido ao governo alemão, pretendia informações sobre a Maçonaria portuguesa que estivessem nos arquivos franceses. Em 6 de agosto de 1940 são também pedidas informações por parte do exército alemão sobre a atuação da Maçonaria em Portugal e, em novembro de 1941, o representante da polícia alemã na Legação da Alemanha em Lisboa, reporta as relações entre o Grande Oriente Lusitano Unido e o Grande Oriente de França, informando dos nomes de alguns dos maçons portugueses, nomeadamente de Norton de Matos, António Mimoso Guerra, Manuel Maria Coelho, Jaime Nobre de Lacerda, Sebastião José da Costa, Amílcar Ramada Curto, Orlando Marçal ou José Ferreira Diniz, entre outros.⁹⁸¹ Paralela à repressão do regime nazi sobre os maçons dos países ocupados, corre a associação da Maçonaria ao judaísmo, especialmente a partir da ideia criada pelo nazismo, da veracidade dos Protocolos dos Sábios de Sião, que se sabe ser falsa, mas que alimentou durante anos inúmeros escritos e que teve em Goering um entusiasta de primeira linha, chegando mesmo a afirmar que na Alemanha não existia um único lugar seguro para os maçons. Numa conferencia realizada em 1975, A. H. de Oliveira Marques, referindo-se aos equívocos gerados sobre a Maçonaria, explicará esta animosidade ao dizer que da mesma forma que para os comunistas a Maçonaria era uma típica associação burguesa, reflexo de uma sociedade classista, opressora e dirigida pela burguesia, para o fascismo ela representava uma aliança entre o judaísmo financeiro antipatriótico, o comunismo internacional e o parlamentarismo liberal burguês.⁹⁸² Por isso, muito se perdeu ao longo da vigência do regime. Como atrás escrevemos, e como voltaremos a referir noutro ponto desta obra, a propósito do Palácio Maçónico, uma outra parte foi apreendida pela Ditadura

⁹⁸¹ PIMENTEL, Irene e NINHOS, Cláudia, *Salazar, Portugal e o Holocausto*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013, pp. 102 e 103;

⁹⁸² MARQUES, A. H. de Oliveira, *Maçonaria: equívocos e realidades in Diário de Notícias*, 25 de agosto de 1975, Lisboa, 1975;

tendo sido dividida entre o Ministério das Finanças e a Escola da PIDE, em Sete Rios, a qual foi parcialmente recuperada em 1974 e entregue à Maçonaria.

A atração do regime pelos arquivos e objetos maçónicos não foi um exclusivo português. Em Portugal, na Espanha de Franco ou na França ocupada, essa atração, confisco e posterior apresentação, visava lembrar que os regimes tinham subjogado a Maçonaria, ao mesmo tempo que a exposição dos bens apreendidos constituía uma espécie de troféu, que em situações sem contextualização conferiam um cunho exótico aos arquivos e espaços onde estavam expostos. Basta ver as fichas de descrição dos objetos apreendidos pela polícia política e que hoje se encontram no Museu Maçónico Português. Já na Alemanha o sentido foi ligeiramente diferente.

Na Alemanha nazi as autoridades acreditavam que a Maçonaria era detentora de segredos políticos, económicos e esotéricos que extravasavam em muito os seus rituais. Por isso foram pilhando as Obediências dos países ocupados, não só o caso da França, mas também da Holanda e da Bélgica, ao mesmo tempo que o ritual maçónico despertava curiosidade e especulação, acreditando as autoridades nazis que a posse de paramentos, documentos e rituais significava a infiltração para destruir por dentro a Maçonaria. Recorde-se que na Alemanha foram proibidas “todas as associações, todos os grupos, cuja atividade é exercida, mesmo de forma privada, de forma clandestina ou secreta”. Por seu turno, em Paris, sob a direção de Alfred Rosenberg foram apreendidos inúmeros documentos, interessado que estava na componente esotérica da Maçonaria e encarregue diretamente por Hitler e apoiado por Himmler para esse fim, ao mesmo tempo que a Wehrmacht e a Gestapo perseguiram os maçons pelos bairros parisienses.⁹⁸³

Se é verdade que a Alemanha nazi procurava também as bases para uma nova religião, inspirada no início da ascensão nazi numa multiplicidade de influências, onde se destacava a Sociedade Thule, em Portugal e Espanha a opção foi clara por um catolicismo que afastava por completo qualquer hipótese de qualquer religião alternativa. De comum vamos encontrar as teorias conspirativas, expressas na

⁹⁸³ <https://www.freemason.pt/secmaconaria/videos-mac/nazis-contra-macons-o-roubo-das-lojas/?fbclid=IwAR3kjTDocxgRqIGhYMyh7aPB6UitjWuuFiqKoh5CtsyxsnhC8PLvo5X5U8>

hostilidade da imprensa e particularmente no jornal *A Voz*. A solução portuguesa também difere em muito da espanhola, já que enquanto que aqui a Maçonaria combateu contra Franco na guerra civil e foi criado um tribunal especial para julgar todos os que fossem acusados de serem comunistas e maçons, em Portugal a integração no regime de uma ala da direita republicana e maçónica permitiu que a repressão não fosse tão violenta. Acrescem ainda algumas figuras, como Bissaia Barreto, que ajudam a suavizar a atuação agreste do regime para com a Maçonaria. A grande, diríamos até enorme, diferença entre a Alemanha hitleriana e as restantes situações é que aquela foi a única a estudar a Maçonaria, já que entendia útil estudar a Maçonaria e os seus arquivos para a vencer. Em Portugal a PVDE e depois a PIDE não estavam preparadas culturalmente para estudar os arquivos que conseguiram apreender. Existe, no entanto, uma outra semelhança entre o regime nazi, a França ocupada, Espanha e Portugal. Em todos eles existiram membros que traíram a Maçonaria. Interessava a estes regimes eliminar o espírito livre, a liberdade de pensamento e de opinião e, ao mesmo tempo, o sentimento de resistência contra a ditadura dos regimes.

Com o regime nazi a aproximar-se do seu fim os arquivos foram divididos entre Berlim e Tanzenberg. A queda de Berlim levou a que alguma documentação tenha conhecido Moscovo como a sua próxima paragem, vindo os soviéticos a interessar-se particularmente por perceber se os partidos comunistas ocidentais tinham maçons no seu seio e por isso, na altura e após o final da guerra, não os devolveram, algo que tinha sido acordado entre os aliados no que se referia a toda a propriedade cultural pilhada pela Alemanha. Depositados no Centro de Conservação de Coleções Histórico-Documentais, de onde alguns documentos têm regressado nos últimos anos, os arquivos só voltariam a ver a luz do dia e muito parcialmente estudados a partir de 1999, descobertos por Patrícia Grimsted, uma investigadora norte-americana. Do que se conhece trata-se de documentação do GOLU para o GODF, mas na verdade desconhece-se a verdadeira dimensão do que saiu do país e do que se perdeu.

16 - A década de cinquenta, um período de mudança

Após o final da guerra o mundo mudou. Até Salazar mudou, mesmo que mais na aparência que na realidade. Em Lisboa ocorreram manifestações de alegria, que o regime teve de tolerar. Milhares de pessoas saíram à rua com bandeiras aliadas e alguns paus sem bandeira, que representavam a URSS já que a ostentação dos símbolos soviéticos era proibida. Em maio de 1945, Salazar reconhecia que os aliados haviam conduzido a guerra sob a bandeira da democracia e do antinazismo e, em agosto, anunciava a dissolução da Assembleia Nacional e a realização de eleições “tão livres como na livre Inglaterra”. Se é certo que a partir de 1945, com a revisão constitucional ocorrida, se criaram trinta círculos eleitorais e admitira-se a participação de várias listas, em 1948, Salazar afirmava que depois da guerra havia ocorrido uma regressão do pensamento político e que este se havia cristalizado entre o empirismo inglês e o soviétismo russo. Por força da ideia de negação de existência dos partidos políticos e pelas limitações impostas pela Constituição de 1933, era apresentada uma lista única que plebiscitava o exercício do poder. É verdade, no entanto, que a qualidade de candidato estava nas mãos dos governadores civis e que rapidamente o regime percebeu, primeiro com a candidatura de Norton de Matos, depois com a de Humberto Delgado, que a Oposição aproveitaria da melhor maneira possível a lei vigente. Aliás, na revisão constitucional de 1951, o regime tentara alterar a forma de eleição do Presidente da República, não o conseguindo devido ao parecer negativo da Câmara Corporativa e cujo autor foi Marcelo Caetano. Ainda assim, é de notar que as poucas liberdades concedidas eram também discricionárias, já que os representantes do poder podiam impedir a elegibilidade de qualquer candidato invocando que este defendia “ideias contrárias à disciplina social”, algo de âmbito tão lato quanto indefinido. Assinale-se aqui a mudança na atitude dos aliados face às ditaduras na antevisão da Guerra Fria apesar de, em 1945, o Grande Oriente Lusitano Unido ter pedido ajuda ao presidente dos EUA, Harry Truman⁹⁸⁴ e de, em 1949, conhecendo bem a Oposição, a CIA ter classificado Norton de Matos como um moderado.

⁹⁸⁴ “Mensagem do Sap.: Grão-Mestre Dr. Luís Gonçalves Rebordão à Gr.: Dieta reunida no Gr.: Templo José Estêvão, em Lisboa, aos 26 de Março de 1975” in *Boletim do Grande Oriente Lusitano*, Janeiro, Fevereiro e Março de 1980, Lisboa, Grémio Lusitano, 1980. Mais adiante, inserido nesta cronologia são dados mais pormenores deste facto;

A morte de Carmona, em abril de 1951, trouxe de novo à discussão a questão do regime. A Oposição não se conseguiu reunir em torno de uma candidatura única, tendo surgido as candidaturas de Rui Luís Gomes e de Quintão Meireles por alternativa a Craveiro Lopes. A candidatura de Rui Luís Gomes, que o Supremo Tribunal de Justiça haveria de recusar, era apoiada pelo PCP e pelo Movimento Nacional Democrático, dominado pelos comunistas, pretendendo ser um prolongamento do MUD. Por seu lado, a candidatura de Quintão Meireles era apoiada por Cunha Leal, Basílio Lopes Pereira, Mendes Cabeçadas e Egas Moniz, em torno da qual também se reuniram outros membros da Maçonaria. Foi o caso de Norton de Matos, que incentivou e apoiou o candidato. Mário Soares refere que “na verdade, quase todos os dirigentes do MUD e da Candidatura de Norton de Matos, conhecidos pelas suas ideias socialistas ou liberais, para já não falar dos velhos republicanos e maçons, estiveram, desde o começo, ausentes do MND”,⁹⁸⁵ isolando-o da restante Oposição. Eram evidentes as feridas ainda abertas quando da candidatura de Norton de Matos.

Foram notórios os ataques mútuos entre estas candidaturas, o que somado à fraca implantação do MND e ao ambiente de descompressão ainda decorrente das eleições de 1949, ditou o fracasso de toda a Oposição. Ainda assim a campanha de Quintão Meireles teve a novidade de denunciar situações incómodas para o regime e mesmo mostrar fissuras no seio deste. Refira-se que Quintão Meireles tinha sido ministro da Ditadura e participara no 28 de Maio antes de se afastar do regime, e o seu nome surgira após se equacionar a candidatura do maçom Egas Moniz, que declinou o convite invocando razões de saúde. Uma carta de Quintão Meireles dirigida a Craveiro Lopes, refere que o confronto político entre os dois não se tratava

“duma contenda entre partidários e adversários da actual situação política. O que explica o aparecimento das nossas duas candidaturas é a existência, dentro do situacionismo, de duas correntes de opinião – a dos homens que fizeram o 28 de Maio com o objectivo de destruir o monopólio do poder por um Partido único, de tornar eficiente e moral a actividade governativa e de elevar o baixo nível material e espiritual da vida portuguesa, e a dos homens que, aproveitando-se da isenção dos primeiros, se alcançaram no Poder e acabaram por deturpar e mesmo inverter as intenções iniciais do 28 de Maio”.

A carta, assinada com um significativo “De V^a Ex^a Camarada, Att^o. Vnr. e Obr.”, termina com o apelo em “esperar que V^a Ex^a forçará os Poderes Públicos a uma

⁹⁸⁵ SOARES, Mário, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974, p. 170;

atitude de imparcialidade, que, os dois possamos utilizar de modo idêntico (...)”.⁹⁸⁶ Como facto político de relevo, refira-se a recusa por parte da candidatura de “todas as combinações, entendimentos e colaboração presente ou futura com o Partido Comunista, apoiado por uma potencia estrangeira”.⁹⁸⁷ A acusação do PCP ser inspirado e apoiado por uma potência estrangeira causa um choque neste partido que considerava ter o monopólio da Oposição e que sempre tinha dominado todas as tentativas frentistas de oposição ao regime. Na realidade a candidatura de Quintão Meireles foi assumidamente conotada com a Oposição não comunista que juntava antigos republicanos, maçons, monárquicos, alguns oposicionistas que haviam sido expulsos do PCP e até antigos participantes, civis e militares, no 28 de Maio e que se mostravam descontentes com o salazarismo. A este propósito Mário Matos e Lemos cita o major Mário Pessoa da Costa, que afirma que:

“os dissidentes do Estado Novo são, na maioria, os da arrancada do movimento do 28 de Maio, que se sentem traídos e querem acabar com esse imperialismo autocrático que asfixia a Nação. Queremos austeridade no governo. Foi esse o pensamento que norteou a gente do 28 de Maio (...). Não é possível pactuar já com as mentiras do Estado Novo, com mágoa o afirmo. Essa é a razão por que resolvi acompanhar a candidatura do sr. Almirante Quintão Meireles (...)”.⁹⁸⁸

Na candidatura de Quintão Meireles vemos maçons como Mendes Cabeçadas, Domingos Pereira, Basílio Lopes Pereira, Teófilo Carvalho dos Santos, João de Barros ou Lourenço Raimundo, entre outros. O PCP acusaria Quintão Meireles de oportunismo e de ser um homem que de democrata tinha apenas o nome,⁹⁸⁹ o que se compreende pelo facto não só de o PCP apoiar outra candidatura, como também pelo facto da comissão de apoio a Quintão Meireles integrar ex-militantes do PCP, como ainda por não estarem esquecidas as práticas comunistas quando da candidatura de Norton de Matos, e talvez também por estes sectores da Oposição acreditarem numa mudança do regime sem a presença comunista face ao contexto político internacional.

⁹⁸⁶ LEMOS, Mário Matos e, *Oposição e eleições no Estado Novo*, coord. Luís Reis Torgal, col. Parlamento, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2019, pp. 356 e 357, origem Arquivo Salazar ANTT;

⁹⁸⁷ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 3, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, p. 140;

⁹⁸⁸ LEMOS, Mário Matos e, *Oposição e eleições no Estado Novo*, coord. Luís Reis Torgal, col. Parlamento, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2019, p. 159;

⁹⁸⁹ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 3, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, p. 138;

Logo a 4 de Julho é divulgado o manifesto eleitoral de Quintão Meireles, de onde se destaca que tendo-se batido contra a hegemonia do PRP na vida política nacional, se havia caído noutra situação de preponderância de um partido único, neste caso a União Nacional. Mas Quintão Meireles vai mais longe e assume que não é sua intenção derrubar o regime, e muito menos provocar a agitação política, mas antes e principalmente de devolver o usufruto de um conjunto de condições políticas tidas por fundamentais. Aliás, muitos dos apoiantes da sua candidatura são claros em afirmar que votarão na sua candidatura pelo facto de ela prometer a restituição das liberdades fundamentais e pugnar por proporcionar melhores condições de vida aos portugueses. Essas são as razões pelas quais muitos maçons abraçam a candidatura, a par com uma diversidade de outros apoios políticos. Entre as propostas de Quintão Meireles, em simultâneo com as já há muito reivindicadas liberdades individuais, abolição da censura, supressão da PIDE e liberdade de formação de partidos políticos, estão temas inovadores como melhores salários para os portugueses, a luta contra o desemprego, a reivindicação de salário igual para trabalho igual, a luta pela liberdade sindical e o barateamento do crédito, como forma de incentivar o desenvolvimento industrial e o comércio.

Nas eleições, Quintão Meireles viria a desistir face à censura feita pelo regime aos comunicados de imprensa que a sua candidatura tentava divulgar, às dificuldades de obtenção de salas para a apresentação da candidatura, à não autorização da realização de muitas reuniões de preparação ou de propaganda, à violação de correspondência, à falta de papel para impressão do material de campanha e até à proibição por parte das autoridades de utilização de qualquer equipamento sonoro. Para mais foi um período eleitoral curto, onde à Oposição nunca foi permitido abandonar algumas precauções inerentes à clandestinidade. A União Nacional clamava contra a “renovada ação deseducadora” da Oposição, afirmando mesmo que era a repetição de anteriores decisões políticas.

Sob o ponto de vista interno, o país começou a olhar para o desenvolvimento industrial e para a conseqüente e crescente concentração urbana. Surge o I Plano de Fomento, pensado para o período 1953-1958, que é constituído por um elenco de medidas consideradas estratégicas com vista a Portugal concorrer às verbas do

Plano Marshall,⁹⁹⁰ num conjunto que não visava apenas o desenvolvimento industrial, mas também a construção de infraestruturas e o apoio à agricultura. Salazar dá o mote na apresentação do Plano, ao referir que “haveria para nós sempre a vantagem de corrigir desmandos de imaginação, moderar desejos irrefletidos, disciplinar a nossa actividade”.⁹⁹¹ Por isso, Ferreira Dias e os seus “industrialistas” teriam de esperar pelo II Plano de Fomento, correspondente ao período 1959-1964, para visarem objetivos mais vastos. Março de 1957 é o momento em que se invoca o combate à influência comunista para desenhar um pacote económico de milhões de dólares para combater essa influência e que inicialmente era destinado à Turquia e à Grécia. Na realidade vão ser sucessivos os apoios económicos

O fim da guerra trouxe também profundas mudanças no panorama político internacional. Apesar de os Açores se revelarem importantes na geoestratégia mundial, apesar do ocidente enfrentar em bloco o correspondente bloco de leste dominado pela União Soviética, o reconhecimento do país em termos internacionais foi difícil e penoso. Refira-se, neste âmbito, que a adesão de Portugal à ONU, cujo pedido data de 2 de Agosto de 1946, só ocorreu a 14 de dezembro de 1955. O MUD considerava que a democratização do regime era uma condição para a adesão à ONU e por isso, logo em 1946, divulgou um documento manifestando-se contra a adesão, por considerar que o pedido teria como consequência uma resposta negativa e consequentemente vexatória. Todos os signatários desse documento foram presos, sendo de referir os nomes de Mário de Azevedo Gomes e de Mário Soares. O primeiro foi demitido do lugar de professor da Universidade Técnica de Lisboa, só vindo a ser readmitido em 1951. O segundo, Mário Soares, seria posteriormente libertado sob fiança, paga por Amadeu Gaudêncio, Obreiro da Loja Simpatia e União, de Lisboa. A verdade é que a adesão de Portugal foi protelada, facto que Salazar desvalorizará, num discurso com data de 23 de fevereiro de 1946, ao referir:

“numa primeira fase as Nações Unidas foram ainda apenas a associação dos vencedores, incluindo evidentemente alguns obreiros de última hora. Ela tem necessidade de, após os primeiros trabalhos de constituição, começar a abrir as

⁹⁹⁰ Oficialmente designado de programa de Recuperação Europeia, ficou conhecido pela referência ao Secretário de Estado norte-americano George Marshall, começou a ser aplicado a partir de abril de 1948;

⁹⁹¹ SALAZAR, António de Oliveira, *Antologia – discursos, entrevistas, artigos, teses, notas, relatórios*, edição comemorativa do 40º aniversário da Revolução Nacional, Coimbra, Ed. Coimbra Editora, 1966, p. 37;

portas e a alargar o seu âmbito não só aos neutros (ainda que não tão fortemente colaborantes como nós próprios), mas aos vencidos de ontem (...). Por tais motivos não apresentámos ainda ao Secretariado Geral, como é do regulamento, o pedido de admissão. (...) Temos, porém, entendido ser cedo para o fazer, pois a qualquer pessoa razoavelmente observadora não terá passado despercebido que a admissão de novos membros contende no momento com o equilíbrio interno das Nações Unidas (...).⁹⁹²

Mais, a Oposição entendia que não chegavam pretensas eleições livres, que de facto não o eram, para a adesão a uma nova ordem internacional. Considerava também que a existência de censura e de uma polícia política eram incompatíveis com a ideia de uma democracia ocidental que fora capaz de vencer as potências do Eixo. É certo que o que estava em causa era um veto da URSS e se os comunistas diziam que não à adesão, por alinhamento com as posições soviéticas e estas com a situação de ilegalidade em que o PCP se encontrava, a restante Oposição, incluindo a Maçonaria, entendia que o país estava a desperdiçar a mais valia da sua neutralidade na guerra. O regime, por seu lado, aproveitou a posição do MUD para rotular os seus simpatizantes de antipatriotas e até de traidores à pátria. Porém, no final da década de cinquenta, viria no país a predominar o debate em torno da questão de Goa, da qual não encontrámos nenhuma tomada de posição da Maçonaria, ao contrário do que aconteceu a nível individual, onde existem alguns posicionamentos políticos.

17 - Os antecedentes de uma candidatura

No final da década de quarenta e na década de cinquenta a oposição ao regime estava polarizada em torno do PCP e de um heterogéneo grupo de democratas que agrupava republicanos vindos do período anterior a 1926, maçons, socialistas, alguns sobreviventes do anarco-sindicalismo e descontentes em geral sem alinhamento político. Nas eleições de 1953 assistimos ao regresso de muitos

⁹⁹² HENRIQUES, Mendo Castro e MELLO, Gonçalo de Sampaio, *Pensamento e Doutrina Política – textos antológicos – António de Oliveira Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 2010, p. 430;

republicanos e maçons como Vasco da Gama Fernandes, António Macedo, Olívio França, Adão e Silva, Carlos Cal Brandão ou Eduardo Ralha, entre outros. Anos depois, a candidatura de Humberto Delgado vai agigantar-se com a diversidade e complementaridade dos apoios que recebe e traz um novo alento aos velhos republicanos, o que justifica em grande parte a mobilização popular e a afluência aos seus comícios, realizados um pouco por todo o país. Salazar, em discurso pronunciado em julho de 1958, dirá que para mobilizar o eleitorado “as oposições fizeram a maior coligação e a mais completa conjugação de esforços de que há memória, e tiveram de aceitar a cooperação, se não a preponderância directiva, dos elementos comunistas”. Desvalorizando o peso da Oposição, à qual Salazar atribui um peso de 23% no todo nacional, refere que ela reúne

“os que sobrevivem do chamado partido democrático, monárquicos liberais ou integralistas desgarrados, socialistas, elementos da Seara Nova, o diretório democrato-social, vestígios dos partidos republicanos moderados, alguns novos, sedentos de mudança, e os comunistas – todos poderiam unir-se, como fizeram, mas só podiam unir-se para o esforço de subversão, não para obra construtiva”.⁹⁹³

Enganar-se-ia com Humberto Delgado e as eleições que se aproximavam.

Segundo a Oposição próxima da Maçonaria, apenas uma figura do regime como Delgado poderia triunfar ou pelo menos lutar pela vitória. Falava-se, nessa altura, que a candidatura começara a ser preparada a partir de meados da década de cinquenta e que teria sido, segundo alguns protagonistas, sugerida por Henrique Galvão a António Sérgio que espalhou a ideia e se tornou um dos seus mais entusiastas defensores, recolhendo o apoio de Artur Santos Silva e de Artur Andrade. O movimento ganhou corpo e uma dinâmica própria que mobilizou muitos democratas de vários pontos do país, aos quais se juntam maçons como Moura Pinto, Fernando Vale, Vasco da Gama Fernandes, Carlos Olavo,⁹⁹⁴ Acácio Gouveia, José Gomes Ferreira, Artur Portela, Pinto Martin, Mendes Cabeçadas, Adão e Silva, Carlos Cal Brandão, Artur dos Santos Silva (pai) e de seu irmão Fernando Santos Silva, ou Eduardo dos Santos Silva. Marcelo Caetano refere também que apoiaram Delgado “democratas endinheirados”, sobretudo no Porto e no norte do

⁹⁹³ HENRIQUES, Mendo Castro e MELLO, Gonçalo de Sampaio, *Pensamento e Doutrina Política – textos antológicos – António de Oliveira Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 2010, pp. 234 e 235;

⁹⁹⁴ Carlos Olavo Correia de Azevedo virá a falecer neste ano de 1958. Nascido no Funchal em 1901, foi iniciado na Loja Montanha, de Lisboa, com o nome simbólico de Saint Just, vindo posteriormente a pertencer às Lojas Justiça e Acácia. Fundou em Coimbra o Centro Republicano Académico, juntamente com Ramada Curto, Bissaia Barreto, Carlos Amaro e João Montês. Desempenhou importantes cargos públicos como deputado e secretário geral do Governo Civil de Lisboa, vindo a ser acusado pelo Estado Novo de “não estar integrado” na doutrina do regime;

País, que contribuíram economicamente para o início da campanha, referindo o nome de Rodrigo de Abreu como um dos seus apoiantes de primeira hora no Porto. A PIDE, num documento com data de 22 de abril de 1958, informava que “no norte há todo o dinheiro que seja preciso, especialmente da parte do Manuel Pinto de Azevedo, de *O Primeiro de Janeiro*, e do Banco Português do Atlântico”.⁹⁹⁵ Podemos acrescentar também os nomes de Joaquim Pratas, membro da Loja Simpatia e União desde 1920, ou Hermínio Paciência, democrata de Alpiarça, que apoiou economicamente Delgado, adiantando o dinheiro para o aluguer da sede de campanha do candidato, na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

Reunindo muitos outros descontentes com o regime, maçons e comunistas, para além de republicanos ligados a diferentes correntes como os socialistas ou defensores da I República, há ainda muito público mais ou menos anónimo, que acredita ter chegado a hora de afastar Salazar através de eleições. De entre estes há a nota dada por Rolão Preto, ele próprio um apoiante de Delgado, do apoio de D^a Maria Pia de Saxe-Coburgo, filha do rei D. Carlos e da frase que contestava o regime “é preciso que os ricos sejam menos ricos, para que os pobres sejam menos pobres”.⁹⁹⁶ Não será de estranhar este apoio se tivermos em conta que a muitos monárquicos desagradaram as posições assumidas pela Causa Monárquica, pelo que inclusivamente vamos encontrar monárquicos como Rolão Preto, Luís de Almeida Braga ou Vieira de Almeida a apoiar Humberto Delgado e inclusivamente a estar a seu lado na célebre conferência ocorrida no café Chave d'Ouro, em Lisboa. Por outro lado, desenvolvera-se um litígio entre os partidários da monarquia tendo a herança de D. Manuel II como razão. Na candidatura marcam também presença António Sérgio, Hélder Ribeiro, Mário de Azevedo Gomes, José Domingos dos Santos, Cunha Leal, Tito de Morais e Jaime Cortesão. A candidatura colhe o apoio do Diretório Democrato-Social, mais tarde, a partir de 1963, designado de Ação Democrato-Social,⁹⁹⁷ que entendia possível uma mudança pacífica do regime. À ADS irá juntar-se a Resistência Republicano-Socialista, surgida em 1953 como grupo de reflexão clandestino e na qual se integravam alguns maçons como Adão e Silva, Teófilo Carvalho dos Santos, Manuel Mendes, José Magalhães Godinho ou Gustavo Soromenho, mas também membros da União Socialista e do Partido

⁹⁹⁵ LEMOS, Mário Matos e, *Oposição e eleições no Estado Novo*, coord. Luís Reis Torgal, col. Parlamento, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2019, p. 232;

⁹⁹⁶ MEDINA, João, *Salazar e os fascistas*, Lisboa, Ed. Livraria Bertrand, 1979, p. 179. Mário Soares também refere o apoio de D^a Maria Pia a Delgado, num outro momento e noutra circunstância política *in* AVILEZ, Maria João, *Soares – ditadura e revolução*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1996, p. 141;

⁹⁹⁷ Dirigida por um Diretório que aparece indistintamente como Diretório Democrato-Social e Diretório Democrático-Social;

Comunista Português, grupo que irá desempenhar um papel importante na candidatura de Humberto Delgado, em 1958, e na criação das Juntas Patrióticas de Libertação Nacional, no ano seguinte. A Resistência Republicano-Socialista desempenhará ainda um papel importante na reflexão que antecede a elaboração do Programa para a Democratização da República e até na ASP, em 1964, onde militava Mário Cal Brandão, mas que refletirá a perda de influência do que restava da corrente original do republicanismo.

Sobre a sua candidatura, anos depois Delgado referirá que a sua experiência em missões internacionais e os contatos desenvolvidos com diversas personalidades no estrangeiro se constituía como um trunfo:

“o meu contacto com tão variadas formas de pensar e diferentes nacionalidades foi um excelente campo de treino para um futuro candidato democrático à Presidência da República. (...) Durante oito anos participei em inúmeras assembleias internacionais democráticas e em dúzias de conferências internacionais e negociações para vários tratados. Tudo isto dará alguma ideia da experiência excepcional que adquiri em debate democrático e em tolerância, a qual teve profunda influência no meu pensamento. Parece-me que tinha algo de válido a oferecer à oposição quando me propuseram que fosse o seu candidato à Presidência da República, em 1958”.⁹⁹⁸

Cabe aqui introduzir uma nota sobre a Maçonaria e o Diretório Democrato-Social, fundado em 1957, uma estrutura organizada a partir da Causa Republicana, em 1955, e onde se destacavam os nomes dos oposicionistas não comunistas, como Adão e Silva, Sá Cardoso ou Mário de Azevedo Gomes. Se é verdade que a Maçonaria é neutra em termos político-partidários, e se é igualmente verdade que durante a Ditadura muitas das posições políticas assumidas pelos maçons o são de facto a nível individual, e em certos momentos não se distingue onde acaba a atitude individual e começa uma eventual posição de grupo, a verdade é que em 1976, Carlos Ernesto de Sá Cardoso, assinando como Grão-Mestre Adjunto, reconhece que “eu próprio, durante anos, fui delegado, oficial, mas clandestino, da Maç.: no Diretório da Acção Democrato-Social”.⁹⁹⁹ O mesmo poderíamos dizer de outros nomes e outras forças políticas, que a nível individual tiveram intervenção política, de carácter individual. Mário Soares, em entrevista a Maria João Avilez,

⁹⁹⁸ DELGADO, Iva, *Memórias de Humberto Delgado*, 4ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1991, p. 95;

⁹⁹⁹ CARDOSO, Carlos Ernesto de Sá, *O Palácio Maçónico*, Lisboa, Ed. Autor, 1976, p. 2;

reconhece que o Diretório foi inicialmente olhado com desconfiança pela Resistência Republicana, visto como “coisa de velhos”.¹⁰⁰⁰

As cumplicidades apenas são mantidas numa rede muito restrita e as comemorações do 5 de Outubro, as romagens ao cemitério do Alto de S. João, em Lisboa, ou as comemorações do 31 de Janeiro, no Prado do Repouso, no Porto, ou as romagens ao túmulo de José Falcão, em Coimbra, serão as emergências visíveis do velho republicanismo e da Maçonaria. Frequentemente a polícia reprimia essas concentrações, manifestações de contestação ao regime, com um critério tão vasto que dependia dos humores das forças policiais em presença. Humberto Delgado recorda-nos um desses momentos, em 1958:

“a 5 de Outubro, no 48º aniversário da implantação da República, tomei parte numa romagem aos túmulos do Dr. Miguel Bombarda e do Almirante Cândido dos Reis. O cortejo avançou pelo cemitério de forma muito ordeira, mas quando nos preparávamos para sair, a polícia fez má cara e insistiu que saíssemos por uma porta lateral. Quando ia ser deposta uma coroa de flores junto à estátua do antigo presidente da República, Dr. António José de Almeida, a polícia comportou-se com indescritível barbarismo, atacando-nos com gás lacrimogéneo, insensível ao número de personalidades entre os manifestantes: além de dois candidatos à Presidência da República, o Dr. Arlindo Vicente e eu próprio, vários elementos da oposição já idosos, como o Dr. António Sérgio, o Dr. Jaime Cortesão e o Dr. Azevedo Gomes”.

António Sérgio descreve esta situação na mesma obra:

“Quando por fim cheguei à rua onde se encontra o monumento ao Dr. António José de Almeida, as pessoas circulavam de forma perfeitamente inofensiva e algumas subiam os degraus do pedestal para depor coroas de flores. Então, a determinada altura da cerimónia, o general Humberto Delgado subiu os degraus com alguns dos seus amigos (...). Quando a coroa foi deposta ante os aplausos dos presentes, o Dr. Acácio Gouveia pediu-lhes, em nome do general, para abandonarem o local calmamente, mas quando começaram a dispersar foram atacados inesperadamente pelas bombas de gás lacrimogéneo. Foi uma atitude completamente estúpida”.¹⁰⁰¹

Voltando atrás e a propósito de Coimbra, há que registar o importante papel cívico e oposicionista manifestado até muito tarde pelo Centro Republicano José Falcão, em Coimbra, e onde se destacam os nomes de António da Silva Biscaia, José da Silva

¹⁰⁰⁰ AVILEZ, Maria João, *Soares – ditadura e revolução*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1996, p. 117;

¹⁰⁰¹ DELGADO, Iva, *Memórias de Humberto Delgado*, 4ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 195 e 196;

Ribeiro e de António Miguéis Fadigas, todos da Loja Fernandes Tomás, da Figueira da Foz. Estas manifestações eram evidentes ano após ano desde o golpe do 28 de Maio, tanto que numa carta de uma unidade militar dirigida ao chefe do Estado Maior do Governo Militar de Lisboa, com data de 23 de novembro de 1929 se pode ler:

“todos podem verificar que os elementos políticos estão aproveitando todos os meios e todos os incidentes, para tentar manifestações de força e de ataque disfarçado á situação. As repetidas e exageradas homenagens a personalidades políticas falecidas, de pouco ou nenhum valor nacional, as sessões espalhafatosas de comissões e sociedades, ás vezes mesmo com pretensão carácter oficial, e outros meios similares, estão revestindo um carácter de exaltação e propaganda da velha política partidária”.¹⁰⁰²

Um outro exemplo muito curioso é-nos dado pelo jornal *República*, que em 1965 recorda os dez anos da morte de Norton de Matos,¹⁰⁰³ apresentado com as suas insígnias maçónicas, lembrando assim a Maçonaria.

Esta diversidade de apoios é reconhecida pelo próprio Humberto Delgado numa proclamação intitulada *Razões de uma candidatura*, onde se dirige aos “cidadãos de todas as idades e de todas as correntes liberais e anti-totalitárias, não só da Oposição declarada, como também dos próprios sectores descontentes da Situação”. Uma nota da Legião Portuguesa, revendo este período e referindo-se ao PCP e com base em documentação do próprio PCP, refere que:

“depois de, em 1945 e 1949, terem conseguido aglutinar importantes massas à volta do seu Movimento de Unidade Democrática, que apoiou os movimentos eleitorais para deputados logo a seguir á guerra, e à candidatura do General Norton de Matos, os comunistas, subitamente, mudaram de tática. Primeiro em 1951, na candidatura de Ruy Luís Gomes vetada pelo Conselho de Estado e no não apoio às candidaturas democráticas para deputados em 1953, isolando-se; depois num processo de reviravolta que tem o seu cume em 1955, passaram ao intervencionismo total com apresentação, em 1957, de candidatos oposicionistas à Assembleia Nacional e com o apoio violento em 1958 à candidatura de Humberto Delgado”.¹⁰⁰⁴

O ano de 1958 não começa bem para o PCP. “(...) Para o PCP foi um golpe bastante forte a desistência do Snr. Eng. Cunha Leal. O partido punha bastantes esperanças neste candidato e na possibilidade de forjar a unidade em torno da

¹⁰⁰² *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor;

¹⁰⁰³ ABREU, Rodrigo de, “General Norton de Matos” in *República*, de 2 de janeiro de 1965, Lisboa, 1965;

¹⁰⁰⁴ *As oposições e a política de unidade do PCP in Boletim Informativo da Legião Portuguesa*, Fasc. 26, class. confidencial, Lisboa, Fevereiro de 1959, p.1;

respectiva candidatura (...).¹⁰⁰⁵ O PCP defendia que Cunha Leal aceitara alguns princípios e que preenchendo “as condições requeridas o nosso Partido não teve dúvidas em apoiar activamente a sua candidatura à presidência da República, apesar das diferenças de opinião que nos separam”.¹⁰⁰⁶ De facto, o Diretório Democrato-Social opôs-se abertamente à hipótese de candidatura de Cunha Leal. Por outro lado, refira-se que o comportamento do PCP é mais instável do que à primeira vista parece, visto com a poeira do tempo a tornar pouco claros os contornos dessas tomadas de posição, e começa com uma discreta simpatia para com Craveiro Lopes, seguindo-se o apoio a Cunha Leal, que nunca simpatizara com as posições do PCP, ao qual se segue o apoio a Arlindo Vicente, para terminar finalmente em Delgado. É certo que estas hesitações do PCP não são exclusivamente suas. No seio da Oposição equacionou-se igualmente o nome de Eduardo dos Santos Silva,¹⁰⁰⁷ mas o seu nome não suscitou unanimidade. Ainda assim, foi constituída uma Comissão Promotora, que divulgou uma circular onde se pode ler que os signatários lhe faziam o convite em nome da Oposição Democrática, e em face não apenas da sua “Personalidade Moral e Intelectual”, mas igualmente do seu “passado impoluto, de Parlamentar e de Ministro, pela sua acção persistente e intemerata contra a actual situação política desde o 28 de Maio de 1926”.¹⁰⁰⁸ Por seu lado, Salazar não via com bons olhos esta alternativa. Em junho de 1958, numa sessão de propaganda de Américo Tomás, realizada no Palácio dos Desportos, em Lisboa, Salazar dirá que se conjugara uma coligação da Oposição “não para a renovação, mas para a subversão do regime”.¹⁰⁰⁹

¹⁰⁰⁵ *O PCP e as próximas eleições presidenciais in Boletim Informativo da Legião Portuguesa*, Fasc. 19, class. confidencial, Lisboa, Abril de 1958, p.1;

¹⁰⁰⁶ RABY, David L., *O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958*, *Análise Social*, p. 873, <https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223400499A1rNG9eq8Lo931W1.pdf>;

¹⁰⁰⁷ Eduardo Ferreira dos Santos Silva (1879-1960), militou no Partido Republicano Português, foi deputado e ministro. Foi iniciado maçom em 1911, na Loja Luz e Progresso, do Porto, com o nome simbólico de Erasmo. Viria, em 1912, a transitar para a Loja Portugal, também do Porto. Santos Silva virá a ser um dos mais entusiásticos e eficazes apoiantes de Humberto Delgado;

¹⁰⁰⁸ *Arquivo Salazar, cartas AOS/CO/PC51/366*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo;

¹⁰⁰⁹ LEMOS, Mário Matos e, *Oposição e eleições no Estado Novo*, coord. Luís Reis Torgal, col. Parlamento, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2019, p. 49;

18 - A candidatura de Humberto Delgado – o entusiasmo que o regime não esperava

É neste contexto político que avança a candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República, formalizada em 19 de abril de 1958 e dirigida aos “cidadãos de todas as idades e de todas as correntes liberais e antitotalitárias, não só da Oposição declarada, como também dos próprios sectores descontentes da Situação”.¹⁰¹⁰ A Legião Portuguesa, depois de acenar com o perigo comunista e de espalhar a ideia que se a oposição triunfasse, “seriam roubadas as terras de cada um para se proceder a uma colectivização de fome e miséria”, lembra que é candidato à chefia do Estado o almirante Américo Tomás, “homem de princípios e de ação. Carácter da melhor tèmpera, devotado cultor das virtudes maiores do nosso património espiritual (...)”. Pelo contrário “apresenta a oposição duas candidaturas a sufrágio, uma chamada Independente – a do Sr. General Delgado, outra intitulada de Oposição Democrática – a do Dr. Arlindo Vicente. Dois rótulos – uma só intenção: destruir o regime”.¹⁰¹¹ O perigo de Delgado era voltar a ver-se “a fantochada do culto idolátrico da República, por gente ajoelhada perante mulheres mascaradas com túnica e barrete frígio” ou ouvir as crianças a cantar o hino “ó escolas semeai”, numa alusão direta à Escola Oficina nº 1, joia da coroa da Maçonaria,¹⁰¹² ou então voltar a assistir a “procissões laicas da Associação do Registo Civil”, noutra alusão à Maçonaria.

Muito se tem especulado sobre a ligação de Delgado à Maçonaria. De facto, o seu nome não consta nos arquivos da Maçonaria portuguesa, de facto foi apoiado pela Maçonaria e de facto alguns autores referem rumores de que teria sido iniciado. Também é verdade que, quando questionado num comício em Chaves sobre a sua pertença ou não à Maçonaria, respondeu que “não é que a palavra maçom ofenda ninguém. Grandes vultos das pátrias, em toda a parte do mundo e cá foram maçons”,¹⁰¹³ com isso insinuando alguma simpatia pela Maçonaria. De facto Humberto Delgado não era ainda iniciado na Maçonaria, mas viria a sê-lo em breve,

¹⁰¹⁰ *Eleições Presidenciais – subsídios para a história das candidaturas de Norton de matos (1949), Quintão Meireles (1952) e Humberto Delgado (1958)*, Col. Compasso do Tempo, Lisboa, Edições Delfos, s. dt., p. 189;

¹⁰¹¹ *O PCP e as candidaturas da oposição in Documentação Político Social*, Lisboa, Ed. Gabinete de Ação Cultural da Junta Central da LP, 1958;

¹⁰¹² O hino da Escola Oficina nº 1, chamado de “A Sementeira”, com música de Júlio Cardona e versos de Luís da Mata, inclui o verso “Ó escolas semeai” em duas das estrofes em quinteto que o compõem;

¹⁰¹³ ANTUNES, José Freire, *Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Ed. Oficina do Livro, 2004, p. 451 referindo uma obra de Iva Delgado, Fernando Rosas, Telmo Faria e Carlos Pacheco, facto também referido por António Valdemar;

sendo a sua iniciação referida por A. H. de Oliveira Marques a João Pedro Ferro.¹⁰¹⁴ Um documento existente no Arquivo do Grande Oriente Lusitano oferece-nos elementos adicionais referindo que Humberto Delgado teria sido iniciado na Loja Exílio y Trabajo, do Grande Oriente de S. Paulo, em 3 de julho de 1961, data da petição de iniciação, portanto meses depois de ter chegado ao Brasil após o assalto ao Santa Maria e aquando de vários contatos com democratas brasileiros. A proposta de iniciação, com data de 6 de setembro, depois da data dada como de iniciação, indicia que foi feita à posteriori a fim de completar o processo, feita em papel timbrado da Oposição Portuguesa,¹⁰¹⁵ exalta o valor intelectual, moral e político de Delgado, sendo subscrita por José Afonso de Miranda, grau 31, Lafayette Machado, grau 30, Francisco de Oliveira Pio, grau 14, António de Sousa Mendes, grau 9, e Roberto Barreto Pedroso Neves, grau 7.

Um documento do Centro de Turismo de Portugal no Brasil, assinado por Jorge Felner da Costa e dirigido ao Ministro do Interior Alfredo Rodrigues dos Santos Junior,¹⁰¹⁶ junta em anexo uma ata do Grande Oriente do Brasil, “fornecida pelo nosso informador habitual”. Nela, com data de 12 de novembro de 1962, se pode ler que o Venerável da Loja Vigilantes, de S. Paulo, “foi procurado por alguns elementos da oposição portuguesa, os quais, alegando a sua qualidade de maçons logo comprovada pelos meios de identificação por nós admitidos, lhe solicitaram a cedência do Templ. Para essa noite, a fim de comemorarem o 52º aniversário da República Portuguesa. Perguntado sobre os motivos que os levara a preferirem o Templ. da Vigilantes a qualquer outro da capital, alegaram que a efeméride, conquanto fosse para os maçons portugueses de grata satisfação, por ser uma data maçônica, seria comemorada com bat. de luto, sem manifestações de júbilo, uma vez que (...) em Portugal e nas Colónias estavam sob a mais feroz opressão (...). Como haviam chegado a S. Paulo alguns maçons do Rio, remanescentes da gloriosa Maçonaria Portuguesa, achavam oportuna uma reunião conjunta (...)”, que o redator do documento Rangel Pestana, grau 33º, refere também ser de opositores a Salazar. Cedido o Templo, com a recomendação de que a sessão “se realizasse com todo o recato e sem discursos que pudessem comprometer a Loja”, a ata refere que a reunião se iniciou pelas 22 horas sendo presidida por Francisco de Oliveira Pio, pertencente a uma Loja da Guanabara e representando Humberto Delgado que

¹⁰¹⁴ FERRO, João Pedro, *A. H. de Oliveira Marques, o homem e o historiador – balanço de seis décadas, diálogos com João Pedro Ferro*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 243;

¹⁰¹⁵ No cabeçalho da proposta pode ler-se “Oposição Portuguesa, Rua Marcílio Dias 58 – 2º And., Rio de Janeiro”;

¹⁰¹⁶ *Arquivo PIDE/DGS*, Processo Henrique Galvão e Maria de Lurdes Lucena Rosa Galvão, refª PT-TT-PIDE-D-C-001-391-5-m002 TIF, Arquivo Nacional da Torre do Tombo;

não pôde estar presente. Neste documento é interessante a referência, exagerada e incorreta, a Humberto Delgado como Grão-Mestre do Oriente Português no exílio. O documento informa-nos da presença de representantes de outras Lojas, pelo nome eventualmente constituídas por portugueses, General Norton de Matos, Guerra Junqueiro, Lusitânia Livre e Exílio e Trabalho,¹⁰¹⁷ todas da Guanabara, e Alexandre Herculano e Abel Salazar, de S. Paulo. O documento dá-nos conta ainda da presença de Joaquim Lopes Vergana, de Cuba, Nino Avillez, do Comité Venezuelano Pro-Democracia y Libertad, Alexandre Soares, da Associação Luso-Argentina Humberto Delgado, Miguel Suzano, do Comité Mexicano Pró Liberation de Ibéria, Félix Duarte, da Junta Patriótica Portuguesa e ainda um outro participante, apenas identificado como Jimenez, de Porto Rico. O documento refere ainda que “não foi possível identificar todos como maçons, pois serviram-se de um ritual que pouco ou nada tinha de maçónico”. Na reunião houve também uma tentativa de conciliação entre Delgado e Henrique Galvão,¹⁰¹⁸ com a constituição de uma comissão de conciliação sendo referido que se deveria “considerar os serviços de cada um e também que não se devem exagerar as coisas”. Sobre Galvão, Estolano Costa, lembrou que “podia ser espalhafatoso, mas que era valente, escrevia bem e não era orgulhoso de posições”, ao que Oliveira Pio acrescentou que ainda sonhava “com um império euro-afro-asiático, quando o que se deseja é a completa independência das colónias portuguesas”. Depois desta interessante posição, esta ata esclarece-nos ainda que “a ideia política da mudança da capital política de Portugal para o Ultramar não pertence a Galvão. Foi o capitão Sarmento Pimentel que o sugeriu, propondo que se elegeisse Nova Lisboa”. Algumas das intervenções tiveram como denominador comum a questão colonial, sendo referido que “embora se recuse o colonialismo, também não se pode aceitar a tese nativista de se expulsarem os portugueses de África”, sendo admitida igualmente a absorção pela China continental e pela Indonésia de Macau e Timor. Sublinha-se que “não há nisto falta de patriotismo, pois todos nós sabemos bem que tanto Macau como Timor, mais cedo ou mais tarde devem ser absorvidos pelas nações a que por fatalidade geográfica pertencem”. Consta ainda deste documento a decepção do Venerável da Loja brasileira que acolheu a sessão, pelo cariz politizado da mesma, nas suas palavras de “factos políticos que acabam por comprometer o Gr. Or. Do Brasil”, sublinhando que “não temos de nos intrometer nos assuntos internos de outras nações”. Também é referido que “durante a reunião foram feitas alusões

¹⁰¹⁷ Mantemos a grafia do documento, ainda que noutros documentos a designação apareça escrita em espanhol, pelas razões que adiante se referem;

¹⁰¹⁸ Numa das entrevistas realizada (Amândio Silva) são referidos alguns choques entre Galvão e Delgado;

desrespeitosas à nação brasileira porque não tomou partido contra o governo português concedendo a extraterritorialidade ao Grande Oriente Português no exílio”.¹⁰¹⁹ Termina este documento com a nota de que “informações em separado dão o relato das lamentações a propósito da retirada da candidatura do Sr. Jânio Quadros ao Grão Mestrado e ao mesmo tempo das perspectivas agradáveis da candidatura (única) do Dr. Álvaro Palmeira, de quem se espera a solução do caso do asilo fraternal há tempos pleitado e negado pelo Sob. Gr. Mest”.

Regressando à Loja Exílio y Trabajo atrás referida e onde fora iniciado Humberto Delgado, refira-se que apesar de formalmente integrada no Grande Oriente de S. Paulo, era uma Loja do Grande Oriente Espanhol, do qual encontramos um documento com a indicação “exílio”, já que, de facto, reunia exilados políticos portugueses e espanhóis. É o mesmo Grande Oriente Espanhol que promove, em julho de 1965, uma cerimónia fúnebre em memória de Humberto Delgado. Neste documento pode ler-se que

“o Grã representante delegado para os EE. UU. do Brasil, convida as Aug.: e Resp.: Lojas da Jurisdição do Grande Oriente de S. Paulo (Grande Oriente do Brasil) e Prs. Ilr.: em geral para a tenida fúnebre que esta Representação coadjuvada pelos Ilr.: exilados espanhóis residentes neste Or.: celebrará em Loja “circunstancial”,¹⁰²⁰ no Templo nobre Piratininga, do Grande Oriente de São Paulo, à Rua S. Joaquim 457, sábado, 10 de Julho, às 18 horas, em trabalhos brancos, em homenagem àquele que foi nosso prezado, ilustre e Venerável Irmão Humberto da Silva Delgado, 18º membro efetivo da nossa Potência Simbólica e pertencente às Colunas do Supremo Conselho do 33º para Espanha e suas dependências, horrendamente assassinado em território espanhol pelas forças do fanatismo político, totalitário e conseqüentemente, inimigos seculares de nossas sagrados postulados. Lorenzo Serrano, 33º vos saúda mui fraternalmente – Grã Representante Delegado, Membro Efetivo do Supremo Conselho do 33º para Espanha e suas dependências – Oriente de São Paulo, Junho de 1965 (e.: v.:)”.
1021

Recorde-se também que Humberto Delgado nas suas Memórias faz a alusão a um acordo com o governo espanhol no exílio, em novembro de 1960, através de

¹⁰¹⁹ Em entrevista Amândio Silva referiu-nos também um episódio semelhante, mas passado num jantar entre Delgado e militares brasileiros;

¹⁰²⁰ Loja circunstancial é o que hoje se designa por Loja *Ad-hoc*, ou seja uma Loja que é constituída para suportar ritualmente um dado momento, dissolvendo-se de seguida;

¹⁰²¹ *Publicações várias (miscelânea)*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Refira-se que a alusão a uma Loja “circunstancial” é o que hoje se designa por “Loja ad-hoc”, ou seja uma Loja constituída exclusivamente para um dado acontecimento, que se extingue após este findar;

Lourenzo Serrano, que é reconhecido como Grau 33º do Supremo Conselho e promotor da iniciativa atrás referida.¹⁰²²

Este é um dos momentos mais críticos do regime, que não esperava o imenso apoio popular a Delgado vivido em todo o país, motivado pela saturação em relação ao regime e na esperança na mudança, e ainda motivado também pela figura carismática do general. Pelo meio sobressaía a luta por cadernos eleitorais corretos, por fazer chegar aos eleitores os boletins de voto ou, como aconteceu nesta candidatura, que o papel usado nos boletins de votos fosse igual para todos os candidatos presentes à eleição. Humberto Delgado refere que:

“a encomenda dos boletins da oposição foi feita na mesma tipografia do candidato do governo e com a mesma marca de papel, e muito embora o tivéssemos conseguido, só foram entregues dois ou três dias antes das eleições. Como fazê-los chegar à Madeira ou às zonas mais afastadas do norte de Portugal?”¹⁰²³

Na realidade a legislação dava às comissões de recenseamento um poder discricionário que permitia decidir quem podia e quem não podia votar ou ser eleito, e naturalmente nem sempre se podiam recensear todos aqueles que não gozassem da confiança política do regime. Por outro lado, não podendo os candidatos consultar os cadernos eleitorais, nem ter delegados que fiscalizassem o ato eleitoral, as condições de equidade eram completamente impossíveis. Finda a campanha, em missiva dirigida ao Presidente da República, Humberto Delgado elenca um conjunto de atropelos à seriedade do ato eleitoral, que ia desde os abusos da PIDE apreendendo material de propaganda, até à manipulação dos cadernos eleitorais ou mesmo a colocação na urna de votos a favor do candidato do governo.¹⁰²⁴

Em boa verdade poderíamos dizer que alguns sectores da Oposição também não esperavam o entusiasmo que a candidatura gerou, nomeadamente o PCP, que sentiu não poder controlar um movimento que, apesar das dificuldades na propaganda, conseguia mobilizar milhares de pessoas. De facto, o PCP de início não acolheu bem esta candidatura, atacando-a na sua imprensa, ora com o argumento da participação de Delgado em reuniões da NATO, ora chamando-lhe de “homem de palha”, ora de “general Coca-Cola” ou mesmo de “homem da confiança

¹⁰²² DELGADO, Iva, *Memórias de Humberto Delgado*, 4ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1991, p. 282;

¹⁰²³ DELGADO, Iva, *Memórias de Humberto Delgado*, 4ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1991, p. 128;

¹⁰²⁴ DELGADO, Iva, *Memórias de Humberto Delgado*, 4ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 151 a 163;

do governo e do imperialismo americano”.¹⁰²⁵ Logo quando o nome de Delgado circulou nos meios oposicionistas, o PCP afirmou de que ele não dava às oposições quaisquer garantias da sua capacidade em se opor ao regime, correndo-se até o risco de aprofundar as divergências que pudessem existir no seio da Oposição.¹⁰²⁶ Um documento da Legião Portuguesa transcrevendo afirmações atribuídas a dirigentes comunistas refere que “o general Humberto Delgado é o tipo de candidato que não interessa às forças da oposição”, para logo de seguida acrescentar que “o Partido Comunista Português pensa que a candidatura do senhor general Humberto Delgado representaria um grande prejuízo para a causa democrática e anti-salazarista”.¹⁰²⁷ Mas, o mesmo PCP escreve que “apesar destes ataques nunca se deve esquecer que a política comunista é sempre resultante de vários compromissos táticos. A candidatura do Sr. Gen. Humberto Delgado pode lançar confusão em certos sectores eleitorais e o PCP não deixará de explicar esta confusão (...)”.¹⁰²⁸ Na realidade e como já se escreveu, o PCP havia apostado primeiramente noutros nomes, de entre os quais Cunha Leal, nunca explicando claramente a sua escolha. Cunha Leal, muito crítico do comunismo, era também um homem de perfil conservador, que o PCP acreditava poder contribuir para a desagregação das forças apoiantes do regime. Mas era também uma forma de se opor ao crescente apoio que a campanha de Delgado merecia e de captar apoios em sectores políticos mais moderados. Talvez pressionado pelo Diretório Democrato-Social¹⁰²⁹ onde a Maçonaria estava significativamente representada, talvez por motivos de saúde, Cunha Leal anuncia que não será candidato. O PCP ainda tenta a candidatura de Ferreira de Castro como alternativa, mas a escolha acabará por recair em Arlindo Vicente, nome ao qual o regime colocará inúmeros obstáculos.

¹⁰²⁵ RABY, David L., *O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958*, *Análise Social*, p. 874, <https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223400499A1rNG9eq8Lo931W1.pdf>;

¹⁰²⁶ RABY, David L., *O problema da unidade anti-fascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado* in NEVES, José, PEREIRA, José Pacheco, PITA, António Pedro, NUNES, José Arsénio, ROSAS, Fernando, CUNHAL, Álvaro, ALMEIDA, Vanessa, MADEIRA, João, RABY, David L., GODINHO, Paula, CARVALHO, Ana Margarida de, CARDINA, Miguel, LISI, Marco, LOUÇÃ, Francisco, GASPARGAR, Carlos, DRAGO, Ana, *Partido Comunista Português 1921-2021: uma antologia*, 1ª edição, José Neves (org.), Lisboa, Ed. Tinta da China, 2021, p. 187;

¹⁰²⁷ *Aspectos contemporâneos do comunismo – o comunismo em Portugal*, Lisboa, Ed. Direção dos Serviços Culturais da Legião Portuguesa, 1959, pp. 18 e 19;

¹⁰²⁸ *PCP (O) e as próximas eleições presidenciais in Boletim Informativo da Legião Portuguesa*, Fasc. 19, class. confidencial, Lisboa, Abril de 1958, p.4;

¹⁰²⁹ vvar. Democrático Social, Democrata Social;

Poderá dizer-se que a Maçonaria apostou todas as suas fichas no apoio a Delgado¹⁰³⁰ e contra a estrutura partidária do PCP, que se viria a converter a esse apoio. O PCP seria sensível às bases do partido que se mostravam inclinadas a apoiar Humberto Delgado, reconhecendo mesmo que Delgado teria mais hipóteses de sucesso que Arlindo Vicente. Na reunião da Comissão Política do Comité Central do PCP, realizada a 18 de maio de 1958, argumentou-se com o “sentir das massas” no que se referia a apoiarem Delgado, assim como o facto de “os operários mais esclarecidos” penderem para a candidatura do general. É o próprio PCP que, em documentação interna, reconhece não ter sido tarefa fácil a escolha de um candidato que reunisse o consenso da Oposição.

“A desistência do sr. Engenheiro Cunha Leal tornou claras as divergências ainda existentes entre os democratas de esquerda e de direita sobre o tipo de candidato a apresentar às eleições presidenciais. Por isso surgiram dois candidatos da oposição: o Dr. Arlindo Vicente, como candidato democrático, e o General Humberto Delgado, como candidato independente, apoiado por um grupo de democratas e por certos meios dissidentes do regime (...). Duas candidaturas oposicionistas, dois programas e a oposição dividida, tal era a situação no começo da campanha para as eleições presidenciais (...).”

No entanto, a posição do PCP conhecia algumas mudanças, e em documentos transcritos no Boletim Informativo da Legião Portuguesa e na sequência das palavras escritas anteriormente, pode ler-se que:

“(...) o senhor General, no decorrer da campanha eleitoral deu provas, pela sua coragem pessoal, de estar firmemente decidido a lutar pela liberdade e a democracia (...). Mas verificando posteriormente (...) as posições políticas e a lealdade do Sr. General, democratizando o seu programa (...) o Partido não teve dificuldade em apoiar a desistência do Dr. Arlindo Vicente em favor do General Humberto Delgado (...). Logo nos primeiros dias da campanha muita gente começou, em nome da unidade, a levantar a questão da desistência do Dr. Arlindo Vicente (...). Esta opinião era também defendida por alguns camaradas do Partido para, diziam esses camaradas, não correremos o risco de ficar isolados (...)”.¹⁰³¹

César de Oliveira refere que:

“o candidato Arlindo Vicente – apoiado por aqueles que queriam as massas na rua e que pretendiam desencadear movimentos populares de grande dimensão, de contestação e luta contra o regime – não conseguiu níveis de mobilização significativos e, durante o tempo que durou a sua candidatura, fez uma campanha

¹⁰³⁰ Expressão de Luís Vale, entrevista, 45 minutos, Coja, 14 de junho de 2018;

¹⁰³¹ *A escolha do candidato da oposição à presidência da República in Boletim Informativo da Legião Portuguesa*, Fasc. 24, class. confidencial, Lisboa, Dezembro de 1958, pp. 16 a 19;

apagada, sem chama, sem propostas inovadoras e sem estilo capaz de galvanizar a oposição. (...) O general Humberto Delgado – vindo das fileiras do próprio Estado Novo e apoiado por sectores relativamente moderados da oposição e que não tinham como objetivo a mobilização e a luta de massas – conseguiu realizar uma campanha eleitoral crescentemente mobilizadora, desencadeando uma movimentação popular cada vez de maior dimensão, que dava corpo e significado político a uma luta de massas que, claramente, não estava nos seus propósitos iniciais”.¹⁰³²

O “pacto de Cacilhas” sela o acordo entre as oposições e confirma a desistência de Arlindo Vicente. Por parte do governo os tempos não eram sorridentes. Notava-se um certo afastamento entre Craveiro Lopes e Salazar, com o primeiro a confessar a Marcelo Caetano sentir-se magoado por não ter sido escolhido como candidato da União Nacional, preterido em favor de Américo Tomás, e o segundo a crer que Craveiro Lopes tecia um plano para o substituir na chefia do governo, ao mesmo tempo que o regime movia um processo a Humberto Delgado por subscrever “documentos subversivos”.

A campanha de Delgado gerou um ambiente efusivo com comícios repletos de apoiantes e simpatizantes.

“Quase arrancado, o general Humberto Delgado foi arrastado alguns metros pelos que estavam, mais próximo, de que sempre a sorrir se desenvencilhou a custo, caminhando para o automóvel com dificuldade, rodeado da multidão que rompera o cordão da polícia e o rodeara até à Praça onde a sua aparição foi saudada com uma salva de palmas vibrante, agitando-se lenços de todas as janelas fronteiras. (...) As aclamações não cessam (...)”.¹⁰³³

O comício do Coliseu, no Porto, onde pontificavam muitos maçons e de entre os quais Carlos Cal Brandão, no Cine-Parque em Chaves, a recepção em Lisboa, em Santa Apolónia, ou o comício no Liceu Camões, também em Lisboa, são alguns dos exemplos deste entusiasmo que o regime não consegue controlar apesar da repressão das forças policiais. Exemplo dessa absurda repressão é relatado por Mário Soares, que refere que o café Monte Carlo,¹⁰³⁴ em Lisboa, foi palco de um desses momentos, “tendo a polícia a cavalo entrado dentro do recinto aos tiros, com o pretexto de perseguir improvisados manifestantes”.¹⁰³⁵ Da recepção em Santa

¹⁰³² OLIVEIRA, César de, *A evolução Política in Nova História de Portugal*, coord. Fernando Rosas, vol. XII, Lisboa, Ed. Presença, 1992, p 78;

¹⁰³³ MADEIRA, João, *A esperança frustrada das eleições de 1958 in Os anos de Salazar*, vol. 15, Lisboa, Ed. Centro Editor PDA, 2007, p. 8;

¹⁰³⁴ Considerado “a catedral dos cafés”, situava-se na Avenida Fontes Pereira de Melo 41 C e D, junto ao Saldanha;

¹⁰³⁵ SOARES, Mário, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974, p. 232;

Apolónia diz Frederico Delgado Rosa que “formou-se nos passeios da Avenida Infante D. Henrique entre a estação ferroviária e o Tejo uma compacta multidão com pessoas instaladas nas árvores e sobre os portões do porto, multidão que constantemente engrossava com extensos caudais humanos (...)”. E mais adiante “quanto ao edifício da estação (...) estava nesse dia entregue à PIDE, mas nem isso entrou a multidão de o invadir”.¹⁰³⁶ Cargas policiais no Rossio e nos Restauradores, prisões e vários feridos foram a resposta das autoridades face à manifestação de apoio da população de Lisboa a Humberto Delgado. O que Delgado prometia era tão só a amnistia de todos os presos políticos, a liberdade de expressão e o fim da censura, a reintegração dos funcionários públicos demitidos por motivos políticos e a convocação de eleições para a Assembleia Nacional. Demasiado para o regime. No Porto, as imagens da aclamação de Delgado nas ruas da cidade foram proibidas pela PIDE de serem publicadas nos jornais, já que mostravam, segundo algumas fontes da época, mais de cento e cinquenta mil pessoas saudando o candidato. Por seu turno n’A *Voz de Chaves*, em maio de 1958, escrevia-se que “com a casa de espetáculos completamente esgotada,¹⁰³⁷ e vistosamente decorada com as cores da bandeira nacional, a multidão não se cansou de aclamar o General, e de dar vivas a Portugal, à República e à Liberdade”.

No entanto, apesar do entusiasmo popular a campanha de Delgado foi cheia de dificuldades que incluíam a pressão psicológica, as limitações de movimentação ou as dificuldades logísticas. Numa carta de Humberto Delgado aos militares, no final da sua campanha, pode ler-se que:

“decerto causará admiração porque foi que eu como general não procurei captar o apoio do Presidente da República, também ele general das Forças Armadas. Na verdade, escrevi-lhe diversas cartas, protestando veementemente contra os sucessivos roubos e suspensões dos meus artigos e discursos durante os chamados trinta dias de liberdade que o governo concede à oposição. (...) Incitei-o a fazer uso dos seus direitos constitucionais, demitindo o governo, a fim de se poderem realizar eleições livres e honestas. Nunca recebi resposta”.¹⁰³⁸

A Legião Portuguesa não se coíbe de tomar partido dizendo que Delgado namora os comunistas e de apresentar no seu *Boletim Informativo* frequentes referências sobre o assunto. Nas palavras publicadas pode ler-se que:

¹⁰³⁶ ROSA, Frederico Delgado, *Chegada de Humberto Delgado a Santa Apolónia – 50 anos depois* (excertos), Lisboa, Ed. Câmara Municipal de Lisboa, 2008, pp. 7 e 9;

¹⁰³⁷ Refere-se ao Cine-Parque de Chaves;

¹⁰³⁸ FERREIRA, José Medeiros, *As relações entre as Forças Armadas e o regime (1933-1960) in Nova História de Portugal*, coord. Fernando Rosas, vol. XII, Lisboa, Ed. Presença, 1992, p. 192;

“era fatal! Quem se mete com os meios obscuros da Oposição, cedo ou tarde acaba por se encontrar misturado com os comunistas e vê-se na necessidade de se referir ao Partido Comunista Português e aos seus manejos tenebrosos em termos dúbios e reticentes. Ao Sr. General Humberto Delgado isso, porém, aconteceu ainda mais depressa do que se esperava (...). Nós já conhecemos estas atitudes: lembremo-nos das afirmações do falecido General Norton de Matos em 1949 quando era francamente apoiado pelos comunistas, ou nas declarações de certos candidatos oposicionistas democráticos (?) nas últimas eleições legislativas (...).”¹⁰³⁹

A Maçonaria, neste período, debilitada como estava de mais de vinte anos de clandestinidade, apesar da reativação de algumas Lojas, mobilizou-se tanto quanto possível, mostrando-se ativa mesmo com poucas Lojas a trabalharem, mas principalmente com os seus Obreiros, muitos deles a trabalharem de forma dispersa, a galvanizarem-se em favor dos ideais democráticos que nunca abandonaram.

19 - Demito-o, obviamente!

“Demitto-o, obviamente!”, é a frase mais célebre da campanha de Delgado e ficou para a história do movimento oposicionista, caindo que nem uma bomba nas esferas do regime.¹⁰⁴⁰ Foi a 10 de maio de 1958 e ocorreu num encontro do candidato com a imprensa no Café Chave d’Ouro, em Lisboa, e em resposta ao jornalista Lindorfe Pinto Basto, representante da France Press, sobre o que Delgado faria com Salazar se ganhasse as eleições.

Delgado ainda tentou cativar os generais do regime, de entre os quais Júlio Botelho Moniz, apelando a quebrarem o seu apoio empenhado ao regime. Salazar e a PIDE não podiam perdoar tamanha provocação, não antevendo que Botelho Moniz iria

¹⁰³⁹ RAMOS, P. Aníbal, *O Sr. General Humberto Delgado anda a fazer “namoro” aos comunistas in Documentação Política Social*, Lisboa, Ed. Gabinete de Ação Cultural da Junta Central da LP, 1958;

¹⁰⁴⁰ A frase aparece frequentemente citada de forma inversa: “obviamente, demito-o”. O sentido é ligeiramente diferente, uma no sentido da naturalidade da demissão – obviamente demito-o, e outra sublinhando um posicionamento e uma afirmação política – demito-o, obviamente!. Não havendo registos sonoros dos acontecimentos, optámos por dar credibilidade a Iva Delgado, filha de Humberto Delgado, que referindo-se a este assunto menciona que a história registou para a posteridade a frase, no modo inverso ao que na realidade ocorreu. Acresce ainda que o “demitto-o, obviamente!” nos parece mais natural num acontecimento destes, somado do facto de ser a forma apresentada numa das obras consultadas. *Eleições Presidenciais – subsídios para a história das candidaturas de Norton de Matos (1949), Quintão Meireles (1952) e Humberto Delgado (1958)*, Col. Compasso do Tempo, Lisboa, Edições Delfos, s. dt., p. 229;

protagonizar um dos maiores desafios ao regime. O confronto de Delgado com o regime foi feito a vários níveis. Pela propaganda e pela inovação nela introduzida por alguns artistas e intelectuais próximos do PCP, mas também pela coragem física e simbólica de Delgado, aparecendo frequentemente nas ações de campanha com a farda de general, de forte poder simbólico, valendo-se da sua posição hierárquica para dar ordens a militares e agentes da polícia, à exceção dos agentes da PIDE que não hesitava em provocar ou insultar, numa atitude transmite aos seus apoiantes um sentimento de coragem e de confiança que é de salientar. Pacheco Pereira refere mesmo que este populismo foi bem recebido e até incentivado.¹⁰⁴¹ Aliás, sobre a questão da farda, Pacheco Pereira refere uma intervenção de Costa e Melo num comício em Aveiro, relatando que “ouvi ontem de um polícia de Aveiro, quase de lágrimas nos olhos, esta pergunta: então tiraram a farda ao nosso General?”, a propósito do facto do regime ter proibido de Delgado comparecer fardado nas manifestações. Acrescenta ainda que o sossegou porque:

“a sua farda, General, a sua farda de Homem sem medo, de libertador e de Chefe do povo que a escolheu, essa farda tem ainda mais estrelas, tem todas as estrelas de todas as esperanças desse mesmo povo e foi tecida com os panos ricos dos ricos e com os farrapos pobres dos pobres, numa mescla de fé que a todos une em volta do Homem que lhes falou claro e sem medo e por isso foi compreendido”.¹⁰⁴²

É também neste sentido que se refere uma passagem de uma carta de António de Almeida Santos dirigida a Manuel João da Palma Carlos, a partir de Moçambique, onde se pode ler que:

“(…) embora acentuando que é o Dr. A. Vicente o representante dos lídimos anseios dos democratas portugueses, deve aconselhar-se o eleitorado a votar no General, representante das lídimas e viáveis esperanças. Creio não ser esta atitude um erro. O panorama local profetiza uma adesão em massa ao General, pela sua feição moderada, a sua intocabilidade, e até pelos seus galões (...)”.¹⁰⁴³

Mas havia outras questões que ajudaram a empolgar as multidões conferindo alguma originalidade à campanha eleitoral: a utilização de veículos automóveis quebrou a monotonia da campanha, a postura e até a vaidade do general, o uso de uma imagem gráfica mais moderna nos materiais de campanha eleitoral, o facto de ser um general no ativo e não um oficial na reserva como aconteceu com Norton de

¹⁰⁴¹ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 3, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, p. 628;

¹⁰⁴² PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 3, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, p. 628;

¹⁰⁴³ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 3, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, p. 620;

Matos, uma escolha criteriosa dos espaços para os comícios de campanha em termos de dimensão e de localização, cobrindo grande parte do país, mesmo em zonas que até aí pouca ou nenhuma importância política tinham merecido e, não menos importante, o recurso a um vocabulário político mais direto e de maior compreensão. Para a Maçonaria a campanha teve elementos discretos mas mobilizadores. Um desses exemplos é-nos dado pelas fotografias do palco no comício realizado no Cineteatro de Viseu, onde numa tarja ao centro se pode ler “Liberdade – Igualdade – Fraternidade”.

O saldo da campanha mostrou várias coisas distintas: que a Oposição se podia reunir em torno de um objetivo comum, que havia suficiente apoio popular para encetar mudanças e, no que toca à Maçonaria, que se encontrava ativa e revigorada apesar de quase duas décadas e meia de clandestinidade, com Lojas como a José Estevão, a Liberdade ou a Simpatia e União, de Lisboa, que não tinham interrompido a sua atividade, mas cujos relatórios nos dão conta desse revigoreamento. Mas mostrou também que o regime não caía com tanta facilidade assim, e que, para além da violência policial, podia também recorrer à manipulação dos resultados. No próprio dia de eleições, em 8 de junho de 1958, há relatos de mudança de resultados, de pessoas que entregavam molhos de votos no candidato do governo, da circulação de camionetas de eleitores ou proibindo os delegados da Oposição de fiscalizarem o ato eleitoral. Marcelo Caetano escreverá anos depois que “não posso garantir que, aqui e acolá, não tenha havido fraude apesar da fiscalização exercida pelos representantes da oposição (...)”.¹⁰⁴⁴

Mas a manipulação dos resultados por parte do regime não se manifestava só nos resultados finais, ainda que contribuísse para a sensação de fraude sentida por todos e traduzida numa jornada de três dias de luto, realizada como protesto, com abaixo assinados, greves, boicotes a espetáculos e ainda o uso de gravata e roupas pretas. A montante incluíam-se os constantes boicotes, nos quais se incluía a censura e as dificuldades ao exercício do direito de voto, gerando um ambiente de frustração que o PCP tentou contrariar apelando, num enunciado surpreendente, à unidade das “forças e correntes de opinião que estão contra o salazarismo – comunistas, socialistas e anarquistas, republicanos e monárquicos, católicos e maçons, individualidades independentes e militares patriotas”. E algumas páginas adiante nestes escritos do PCP, transcritos pela Legião, pode mesmo ler-se que:

¹⁰⁴⁴ CAETANO, Marcelo, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Ed. Verbo, 2006, p. 782;

“(…) a situação política actual exige de todos os sectores democráticos e anti-salazaristas um grande esforço de compreensão e energia, pois não é tarefa fácil criar um vasto movimento de libertação onde estejam unidos, como os dedos de uma mão, democratas e anti-salazaristas de todas as tendências políticas (...). Nós, os comunistas temos de dar provas de maleabilidade e compreensão, sabendo valorizar aquilo que nos pode unir (...)”.¹⁰⁴⁵

Esta maleabilidade levará o PCP a reconhecer que não é tarefa fácil “juntar na mesma molhada nacionais sindicalistas, monárquicos, católicos, socialistas, mações, demo-liberais românticos e comunistas”,¹⁰⁴⁶ figurando como uma das consequências do PCP suavizar a ideia de uma “revolução democrática nacional”.

Por outro lado, a manipulação das eleições pelos sectores conservadores podia também ver-se nos conselhos dados na imprensa regional, onde se aconselhava os católicos a ponderarem o sentido do seu voto e que, na dúvida, se poderiam aconselhar “com as pessoas idóneas e conhecidas pela sua prática cristã”, acrescentando que “é pecado não votar, podendo; e maior pecado ainda votar mal”.¹⁰⁴⁷

Mas, ao contrário do que Marcelo Caetano escreveu, a falta de democraticidade das eleições era muito mais profunda. Em primeiro lugar a própria campanha eleitoral, em que a censura e a repressão que, mesmo que diferenciada ao longo de toda a existência do regime, atuava sobre a Oposição, mas não sobre a União Nacional. Depois a União Nacional tinha uma organização permanente, enquanto que a Oposição era apenas autorizada a organizar-se muito próximo das eleições, algo que só mudou ligeiramente nas eleições de 1969. Isto fazia com que em cada ato eleitoral a Oposição tivesse sempre de se organizar a partir do zero, partindo logo em desvantagem. Paulo Marques da Silva refere, a propósito do MUD, uma informação transmitida pela Legião Portuguesa à PIDE com o título *Manobras para o recenseamento eleitoral*, e referente às zonas de Coimbra e Condeixa, onde se pode ler:

“os mudistas Dr. Fernando Lopes, Luís Baeta de Campos, bem como o comunista chefe Dr. Manuel Deniz Jacinto, estão a trabalhar activamente no recenseamento dos seus adeptos para o acto eleitoral. Para isso, tem havido umas bem simuladas

¹⁰⁴⁵ *A unidade e a acção são condições de vitória sobre o salazarismo in Boletim Informativo da Legião Portuguesa*, Fasc. 24, class. confidencial, Lisboa, Dezembro de 1958, pp. 48 e 52;

¹⁰⁴⁶ “As oposições e a política de unidade do PCP” in *Boletim Informativo da Legião Portuguesa*, Fasc. 26, class. confidencial, Lisboa, Fevereiro de 1959, p.3;

¹⁰⁴⁷ RAMALHO, Miguel Nunes, *A opressão salazarista e a força da liberdade – Alfredo de Sousa*, um resistente, Lisboa, Ed. Prefácio, 2007, p. 212;

reuniões no escritório do Dr. Fernando Lopes, na Rua Ferreira Borges e no Colégio Portugal, propriedade de Baeta Campos. A tais reuniões tem assistido o Francisco Alves Correia e algumas vezes o Dr. Mário Augusto da Silva. Esta comissão está trabalhando com uma ordem e método deveras interessante, que lhes deve dar bom resultado e rendimento, pois não limitam a sua acção só à cidade de Coimbra. Todo o Distrito é por eles bem trabalhado e estão organizando comissões nas principais vilas e sedes dos concelhos, para o trabalho eleitoral. O fim destes indivíduos é ter o maior número de adeptos inscritos nos seus livros para quando houver o sinal de eleições terem assim já todo o trabalho feito para não serem colhidos de surpresa”¹⁰⁴⁸.

Nesta obra são referidos os nomes de Diniz Jacinto, Raúl Madeira, Rafael de Sampaio, José Ribeiro, Baeta de Campos, do médico João Ribeiro, António Augusto de Mateus, afastado do ensino por apoiar a candidatura de Norton de Matos, do padre José da Cruz Diniz, Júlio Pires da Rocha, Fortunato Martins da Rocha, Alfredo Pires de Miranda, como conotados com os círculos oposicionistas.

Braga da Cruz¹⁰⁴⁹ refere também desigualdades de ordem espacial, já que a campanha não podia ultrapassar os limites do eleitorado, não permitindo à Oposição o recurso à rádio, a comícios em recintos abertos ou som em exteriores, sob o pretexto da tranquilidade pública. A Oposição, para realizar os seus comícios tinha de os concretizar em recintos fechados, cujas dimensões eram sempre pequenas nos espaços autorizados, os oradores apenas podiam ser os do círculo eleitoral onde o comício se realizava, e em todas as iniciativas tinha de haver uma autorização prévia. Frequentemente os apoiantes de Delgado eram detidos pela polícia e no Porto a sede da sua candidatura chegou a ser assaltada por agentes da PIDE.¹⁰⁵⁰ Por outro lado, os boletins de voto durante muito tempo eram

¹⁰⁴⁸ SILVA, Paulo Marques da, “*Estórias*” da oposição em Condeixa no tempo de Salazar in MENDONÇA, Artur, CASTELA, José Magalhães, PEREIRA, Cândido, SOARES, Joaquim Filipe, SILVA, Paulo Marques da, AMADO, José, *Condeixa – paisagem, memória e história*, Condeixa, Ed. Paróquia de Condeixa, s. dt., p. 168;

¹⁰⁴⁹ CRUZ, Manuel Braga da, *O partido e o estado no salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1988, pp. 212 a 214;

¹⁰⁵⁰ *Arquivo PIDE/DGS/propaganda apreendida/carta de Humberto Delgado aos Ministros da Presidência e do Interior/ PT/TT/PIDE/001/00417*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Nesta carta Humberto Delgado refere os seguintes nomes detidos em várias datas, alguns deles mais de uma vez e em locais diferentes: **Porto** - Vieira de Almeida, Teófilo Carvalho dos Santos, Cassiano Branco, Artur Andrade, António Macedo, Carlos Cal Brandão, Mário Cal Brandão, João Neves, António Cortesão, Artur dos Santos Silva. **Chaves** - Artur Mirandela, Oliveira Braga, Luís Caseiro, Francisco Carneiro, Júlio Montalvão Machado, Brasão Antunes e Costa Gomes. **Vila Flôr** - José Joaquim Regado de Vila Flôr. **Paços de Ferreira – Braga** - Antero Chaves, António Araújo Vieira. António Oliveira e Fernando Correia Simões. **Guimarães** - Hélder Rocha, Delfim da Silva, Fernando Cerqueira Neves, Manuel Fernandes Policarpo e Joaquim Alves da Costa. **Póvoa de Lanhoso** - Francisco de Sampaio Faria. **Santo Tirso** - Artur da Cunha Coelho, Augusto Pereira Lima e Alexandre Córdova. **Paços de Ferreira** - Ângelo Peres da Silva. **Barcelos** – Augusto Pereira. **Vila Verde** – Aristides Couto. **Beja** – Melo Borges, **Almada** – Henrique Barbeitos. **Vila Franca de Xira** – Armando Nuno Diogo. Este documento refere que se encontram detidos há mais tempo, deduz-se que antes da onde de detenções referida: **Braga** –

diferenciados, o que só mudou no início da década de cinquenta, permitindo identificar os eleitores afetos ao regime e os que eram contra. Boletins que eram distribuídos previamente com todas as facilidades para a União Nacional, que tinha acesso aos cadernos eleitorais e que os distribuía ao domicílio com a colaboração da PSP, e com todas as dificuldades para a Oposição, que não tinha acesso aos cadernos eleitorais. A própria distribuição domiciliária permitia também a pressão e chantagem sobre eventuais abstencionistas, já que a União Nacional fiscalizava quem votava. Por tudo isto, mas também porque se sabia que em certas localidades a vitória da Oposição era certa, tendo posteriormente os resultados comunicados terem sido diferentes, Humberto Delgado nunca aceitou como verdadeiro o resultado das eleições.

Face a estas limitações e à reconhecida viciação de resultados perguntar-se-ia sobre a vantagem para a Oposição em participar nas eleições. Podemos elencar, em primeiro lugar, o aproveitamento da Oposição para, durante a campanha, denunciar o regime e exigir a sua substituição, recorrendo à mobilização das suas forças e desgastando o governo. Depois porque permitia, mesmo que a espaços, manter a crença na mudança e os elos que uniam os oposicionistas e isso, por aquilo que alguns que viveram esses momentos nos transmitiram, era muito importante. Reclamando a livre informação, na sequência da qual se implementaria a liberdade de expressão, chamava-se à atenção dos portugueses para a distorção que os factos políticos poderiam ter. Por fim, a campanha foi o elemento potenciador das mudanças que viriam a ocorrer na década seguinte, criando condições quer para as mutações económicas, sociais e culturais que a sociedade portuguesa conheceria, quer para as primeiras brechas ocorridas no seio do regime.

Entretanto, a 8 de junho de 1958 surgirá o MNI, que Delgado refere nas suas memórias, organizadas por Iva Delgado. Face às dificuldades de encontrar local para reunir os seus apoiantes após o ato eleitoral, será em casa de António Sérgio que “ficou estabelecida a criação de um partido que se chamará Movimento Nacional Independente”, que mantinha a Comissão Consultiva Nacional da candidatura.¹⁰⁵¹

Armando Bacelar, Silas Cerqueira, Salgado Lobo, Lino Lima e Vítor Sá. **Coimbra** – Alberto Vilaça. **Condeixa** – João Ribeiro. **Mortágua** – Simões Almeida.

¹⁰⁵¹ DELGADO, Iva, *Memórias de Humberto Delgado*, 4ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 190 e 191;

A política da Ditadura foi sempre de desconsiderar a Oposição: “sabe-se que além das listas da União Nacional se apresentaram nalguns distritos listas da oposição (não se vê meio de lhes dar outro nome)”,¹⁰⁵² quando não a acusava de aliança com o comunismo, e este como causa de anarquia e perda de valores.

“A aliança com os comunistas está possivelmente na origem destes males e constituiu só por si o mal maior. Para se garantir com o dinamismo dos filiados, a Oposição resignou-se a perder o concurso dos valores que não transigiam com eles, e teve de comprometer-se ao mínimo de assegurar ao comunismo liberdade de propaganda e de organização no Estado futuro (...). As consequências destas posições (...) foram já apresentadas (...). No plano interno (...) seria a impossibilidade da ordem, a anarquia da vida portuguesa (...).¹⁰⁵³

E continua Salazar:

“aquém, a autoridade que cria a ordem e a ordem que condiciona a liberdade; além a liberdade, tomada no vago, no absoluto, e desprendida de todo o condicionalismo social, a liberdade até aos paroxismos da anarquia (...)”.¹⁰⁵⁴

Era a mesma argumentação que o regime já usara anos antes para com a Oposição, sendo nesse sentido as palavras que haviam encerrado a campanha da União Nacional em 1951: “garantiremos a paz das famílias, a ordem no trabalho e a grandeza da Pátria votando nos candidatos da União Nacional”.

No final da década, sinal de algum desalento da Oposição face às continuadas deturpações de resultados ou das limitações à liberdade assistimos ao facto de diversos vultos da I República e da Maçonaria, abandonarem a vida política, na sua maioria dedicando-se à sua atividade profissional. O falecimento de outros debilitou também as fileiras da Oposição, casos de José Domingues dos Santos, membro da Liga de Paris e do “grupo dos Budas”, e de Armando Marques Guedes. É verdade que, uma vez mais, se saía de um ato eleitoral física e moralmente exausto, mas a verdade é que o regime não imaginava que o entusiasmo com a campanha de Delgado decorrera, traria às fileiras da Oposição gente nova que daria um impulso ao sentimento de recusa de um regime que se mostrava cada vez mais desajustado em relação ao tempo que se vivia. Ainda assim, o final da década de cinquenta conheceria uma Oposição forte, com um PCP a ser duramente perseguido e onde

¹⁰⁵² SALAZAR, António de Oliveira, *Mais um passo na definição e consolidação do regime*, col. O pensamento de Salazar, discurso proferido na Assembleia Nacional em 20 de outubro de 1949, Lisboa, Ed. Secretariado Nacional de Informação, 1949, p. 7;

¹⁰⁵³ SALAZAR, António de Oliveira, *No fim da campanha*, col. O pensamento de Salazar, discurso proferido na Emissora Nacional em 11 de fevereiro de 1949, Lisboa, Ed. Secretariado Nacional de Informação, 1949, pp. 9 e 10;

¹⁰⁵⁴ SALAZAR, António de Oliveira, *No fim da campanha*, col. O pensamento de Salazar, discurso proferido na Emissora Nacional em 11 de fevereiro de 1949, Lisboa, Ed. Secretariado Nacional de Informação, 1949, p. 11;

Cunhal se assume como determinante para mudar a sua orientação política, “corrigindo” o designado “desvio de direita”, facilitado pela prisão de Júlio Fogaça pela PIDE e depois pela sua suspensão e posterior expulsão do PCP. A vida política portuguesa em breve conheceria novas formas de militância política e problemas sociais novos, que irão gerar uma instabilidade política inesperada e que ficará espelhada na década de sessenta.

Mesmo após a morte de Delgado, o PCP não deixava de sublinhar as diferenças que separavam os comunistas do general. Depois de acusar o regime pela responsabilidade pelo assassinato de Humberto Delgado, o PCP lembra que:

“existiram profundas divergências entre o Partido Comunista Português e o General Delgado, resultantes das concepções e métodos de actividade política do General, susceptíveis de conduzir o movimento anti-fascista a perigosas aventuras e a graves reveses. Foi pelo mesmo motivo que fracassaram as tentativas do General de impor tais concepções e métodos à Frente Patriótica de Libertação Nacional que o General acabou por sair desta, ficar politicamente isolado, sem qualquer organização política em que se baseasse e ligado intimamente a diversos elementos para cuja actividade suspeita, tanto o Partido Comunista Português como a FPLN tinha repetidas vezes chamado a atenção do próprio General. (...) As profundas divergências (...) não impedem que o Partido Comunista Português preste a sua homenagem ao corajoso e intrépido combatente anti-salazarista, caído na luta para libertar Portugal do perigo fascista”.¹⁰⁵⁵

20 - A Maçonaria nas colónias

20.1 - Questões gerais

As questões coloniais sempre foram um assunto de debate interno na Maçonaria até pelo menos 1935, e o próprio Conselho da Ordem incentivava esse debate inscrevendo nos seus objetivos em 1928 “a propaganda e estímulo da nossa actividade colonial assim como o estudo duma melhor orientação colonizadora”.¹⁰⁵⁶

¹⁰⁵⁵ *Fundo Legião Portuguesa*, cit. Rádio Portugal Livre, 15 de maio de 1965. Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁰⁵⁶ *Publicações várias (miscelânea)*, *Relatório do Conselho da Ordem relativo a 1927*, Lisboa, Ed. GOLU, 1928, p. 92, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

Até muito tarde a Maçonaria abraçou a ideia da “capacidade colonizadora” do país e, em sua consequência, do despertar da admiração de outras nações coloniais. Mas este olhar tinha diferentes matizes quer nas Lojas maçônicas, quer no republicanismo português. No entanto, algo muda com a Ditadura. O foco desloca-se de uma visão desenvolvimentista para uma perspectiva meramente imperial, com a agravante de frequentemente as colónias se constituírem como meros instrumentos de repressão e de ostracismo social, opção que, diga-se, não era nova. Na verdade, a questão das Lojas em África leva-nos a um outro problema que corre em paralelo: o dos deportados, não dos Obreiros das Lojas de Lisboa, Porto ou Coimbra, mas das Lojas de Angola, deportados para Timor ou para outras paragens do império. É o caso de António Correia de Freitas, preso e deportado em 1933 e que só em junho 1934 é autorizado a voltar a Angola. Por se constituírem como depósito de deportados, são inúmeros os casos de desenraizamento cultural e social, de privações económicas e de desadaptação que são vividas por esses deportados, mais sentido em Angola, Cabo Verde ou Timor, que noutras partes do império.

Recuando na fita do tempo, vemos que o interesse pelo tema colonial nasce quando da Conferência de Berlim, em 1885, sendo adotado pelo republicanismo e consequentemente pela Maçonaria, onde merece destaque José Heliodoro de Corte Real Faria Leal, em Angola. Era, na verdade, um tema transversal à sociedade, tendo entidades como a Sociedade de Geografia desempenhado um papel importante para gerar um imaginário coletivo que se inspirava na História e refletia um sonho que era um contraponto às difíceis condições de vida dos portugueses. Feitas do Amaral, nas suas “Memórias”,¹⁰⁵⁷ refere que foram os republicanos quem primeiro “mitificou e sacralizou” as colónias, tendo por razão o combate à monarquia primeiro, e o contexto da 1ª Guerra Mundial e a luta pela conservação de Angola e Moçambique depois. Pelo meio discutia-se na Universidade ou no Parlamento a cedência, a emancipação ou até a venda das colónias, como foi o caso de Timor e da Guiné, em 1881, e de Moçambique, em 1891.

Havia, em finais do século XIX e inícios do século XX, quem defendesse que a missão de uma nação com territórios coloniais era “civilizar para emancipar”, não havendo lugar à submissão de um indivíduo a outro. Ainda que a maioria dos republicanos não defendesse as teses do “darwinismo social”, esse olhar estava

¹⁰⁵⁷ AMARAL, Diogo Freitas do, *O antigo regime e a revolução – memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Ed. Bertrand/Nomen, 1996, pp. 70 e 71;

também muito presente na sociedade portuguesa. Entre estes dois olhares havia um território comum, inspirado em António Enes, de que aos europeus estava destinada a tarefa de ocupar o território e organizá-lo política e administrativamente, sendo tal, feito em benefício dos povos locais. Por isso a I República tinha uma visão das colónias em linha com outros estados europeus com impérios coloniais, com os seus matizes, transferindo-se essa visão para a Maçonaria pela via dos republicanos que dela eram seus Obreiros. Um exemplo é dado por Paulo Almeida que refere a questão da emigração como tema central de debate na Loja Libertas, do Porto, refletindo sobre as causas e equacionando possíveis soluções.¹⁰⁵⁸ A par com o que esta Loja considerava a situação aflitiva do povo português face à carestia de vida e face a “riquezas inexploradas” nos territórios coloniais, uma das soluções então preconizada pela Loja Libertas passava pela emigração não para o estrangeiro, mas para as colónias, em linha com o pensamento republicano que se prolongará até bastante tarde.¹⁰⁵⁹ Entendia-se que a propaganda e o estímulo à atividade colonial, a par com uma melhor organização e orientação política, deveriam estar sempre presentes no espírito das Lojas, ao mesmo tempo que se apelava a que estas combatessem as oligarquias sem escrúpulos fosse na metrópole, fosse nas colónias. Ainda assim, a visão economicista predominava nos trabalhos e debates em que participavam maçons, a par com os frequentes apelos e reivindicação de crédito agrícola, facilidades de seguros, melhores vias de comunicação, de autonomia administrativa e financeira dos governos ultramarinos, e não poucas vezes reivindicando mudanças administrativas, como foi o caso da Loja Fraternidade Colonial, de Lisboa, em janeiro de 1926, que atacava o governo republicano acusando-o de má administração e de ser o responsável pela crise nas colónias.

Um documento de 1929 afirma que ainda

“nem sequer definimos concretamente a nossa política ultramarina, perante as modernas concepções coloniais, de que resulta sermos senhores de abundantes e ubérrimos pedaços de além mar que estão longe daquela eficiência económica que o concerto geral da nação impõe. Basta dizer que as colónias são prendadas em cada ano com um novo regime governativo (...), basta dizer que o seu comércio está quasi totalmente nas mãos de estrangeiros”,¹⁰⁶⁰

¹⁰⁵⁸ ALMEIDA, Paulo, *A Maçonaria no Porto durante a 1ª república*, Lisboa, Chiado Editora, 2015, 191;

¹⁰⁵⁹ *Fundo DCD Documentos Carvalho Duarte/Simões Raposo*, pasta 04504.003.028, Fundação Mário Soares;

¹⁰⁶⁰ *Documentos diversos do Supremo Conselho*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

problemas aos quais se acrescentava uma fraca indústria e a ausência de uma política agrária. Era, portanto, um assunto em debate, que já vinha do passado e que continuaria até 1974.

Aos diferentes olhares sobre este assunto, que marcavam republicanos e maçons, somavam-se outras diferenças locais. Maria Cristina Portella Ribeiro em vários pontos da sua tese¹⁰⁶¹ assinala algumas diferenças entre os portugueses oriundos da metrópole e os “filhos do país”, no caso particular de Angola, algo que alimentou discussões ráticas, de educação e até do governo colonial, desde os últimos anos do século XIX e que perduraram na sociedade colonial até quase aos meados do século XX. Por isso não é de estranhar que tais ideias tivessem uma repercussão nas Lojas maçónicas, nem é de estranhar que as políticas coloniais a que eram condicionados alguns dos que haviam emigrado do continente para as colónias, tivessem consequências no seu posicionamento político. Curiosamente vemos as Lojas atravessadas por essas questões, referindo Cristina Portella, um republicanismo que não era uniforme, onde os “filhos da terra” defendiam a igualdade racial, enquanto os colonos portugueses e muitos republicanos na metrópole se colocavam ao lado das teses da supremacia branca, questões que, refira-se, também se constituíram como escolhos à ação de Norton de Matos em Angola. E se o republicanismo absorveu alguns conceitos de diferenciação social e racial, incorporou outros de ausência dos estereótipos ráticos. Alguns, como o jornalista Pedro Paixão Franco, inspirado em Magalhães Lima, entendiam que a fraternidade não era um valor exclusivamente europeu que parava na linha do equador, advogando uma demanda única, independentemente da cor da pele. Por outro lado ainda, há alguma elite, grande parte dela identificada com as Lojas, que defendia para as colónias um caminho de desenvolvimento em concorrência com a metrópole, e que Norton de Matos protagoniza, mas que a administração colonial portuguesa, na sua generalidade, se mostrou incapaz de compreender.

A par desta linha, o republicanismo e a Maçonaria conheciam uma outra nuance de pensamento, mais paternalista, baseada na história e nos costumes, que atribuía ao país a capacidade de fazer desaparecer as diferenças, mas que não deixava de ver os locais como mera força de trabalho. Havia ainda, no campo republicano e maçónico, uma outra corrente que defendia a independência, com uma “louca

¹⁰⁶¹ RIBEIRO, Maria Cristina Portella, *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880c.-1910c.)*, tese de mestrado em História de África, Universidade de Lisboa, Faculdade de letras, Departamento de História, Lisboa, 2012;

pretensão d'um desmembramento da nação de que são parte, para que esta província se coloque sob a protecção d'uma nação qualquer mais poderosa e rica do que a portuguesa, mas cujos costumes e legislação não seriam tão benignos".¹⁰⁶² E neste elencar de diferentes linhas de pensamento presentes na sociedade portuguesa e na Maçonaria local e nacional, não podemos esquecer também aqueles para quem a venda das colónias a uma potência colonial mais forte, era uma opção para equilibrar as contas do país. É uma ideia que vem do século XIX, mas que curiosamente vemos defendida em 1920 por Carlos Rates, que escrevia da necessidade de "alienar algumas das colónias que menos convenham ao nosso intercâmbio comercial".¹⁰⁶³

Por tudo isto, não é de estranhar alguma simpatia de alguns colonos e maçons para com os movimentos de protesto do início dos anos vinte, na denominada "Confederação Brasília", em 1926, e cujo objetivo era conseguir a independência de Angola no quadro de uma relação federalista que incluía o Brasil, ou ainda a criação da União dos Defensores de Angola. De forma subterrânea temos a questão dos "filhos da terra" em Angola, brancos ou mestiços, que sentiam muito mais uma ligação afetiva ao continente africano que ao continente europeu, e ainda uma imprensa republicana, com origem no século XIX, que sedimenta um espírito republicano e de autonomia. O *Pharol do Povo* é disso exemplo, sendo frequentemente mencionada nas suas páginas a ideia da independência.¹⁰⁶⁴ O próprio Norton de Matos, numa prancha dirigida às Lojas, escreve, em 31 de maio de 1930, que muitos dos colonos em Angola encaravam como possível e proveitoso para os interesses de Angola, uma separação entre Angola e Portugal, numa independência sob a égide da Sociedade das Nações, ao mesmo tempo que alerta para que quaisquer atos de rebeldia deveriam ser considerados anti-nacionais "destinados a diminuir a Pátria comum na sua extensão territorial". É caso para dizer que desta forma se afastava de quaisquer ideias independentistas com que as Lojas angolanas sonhassem, e que de certo modo ele próprio alimentara. Norton de Matos vai ainda mais longe e escreve que sempre aconselhara aos espaços coloniais que se "mantivessem serenos e ordeiros perante prepotências de ditadores e erros da administração (...) e que se limitassem a lavar os seus solenes protestos perante a

¹⁰⁶² RIBEIRO, Maria Cristina Portella, *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880c.-1910c.)*, tese de mestrado em História de África, Universidade de Lisboa, Faculdade de letras, Departamento de História, Lisboa, 2012, p. 97;

¹⁰⁶³ RATES, J. Carlos, *A ditadura do proletariado*, Lisboa, Editorial A Batalha, 1920, p. 59;

¹⁰⁶⁴ PORTELLA, Cristina (Maria Cristina Portella Ribeiro), *Ideias republicanas em Angola entre 1880 e 1910 in República e Republicanismo*, coord. Maria Fernanda Rollo e António Rafael Amaro, Lisboa, Ed. Caleidoscópico, 2015, pp. 298 e 299;

Nação (...)”, e já quase no final deste documento, ao mesmo tempo que alerta para o perigo de os colonos portugueses se tornarem dependentes e “assalariados” de capitais estrangeiros, refere que se trata de “uma pequena minoria o número de desorientados que pensam ou falam em quebrar os laços que ligam Angola à Nação portuguesa”.¹⁰⁶⁵ Aliás, se atendermos às teses de Norton de Matos sobre os territórios coloniais, podemos ler que o início de pretensões separatistas se deve à ausência de uma ideia de “Nação Una”, defendendo simultaneamente uma ideia de “povoamento” com portugueses de cor branca, visando a construção de um “povo único”.¹⁰⁶⁶ No entanto, é comum a identificação das revoltas ocorridas em Luanda, em 1930, com os desejos independentistas dos colonos ligados às Lojas maçónicas e de alguns dos deportados para Angola.¹⁰⁶⁷ Esta é uma ideia igualmente divulgada pela Ditadura. Uma entrada de 29 de março de 1930 dos Diários de João da Silveira Bettencourt, militar que participou nas revoltas de 1928, em Lisboa, e 1931, em Angra do Heroísmo, diz-nos que “o Ministro da Guerra mandou para todas as unidades uma circular, dizendo que a questão de Angola é obra dos políticos e dos maçons, com o fim de desfalcarem a guarnição de Lisboa, para depois operarem mais á vontade”.¹⁰⁶⁸

Não podemos separar este descontentamento, por parte de alguns colonos, da situação económica de Angola, estagnada e débil, e dos constantes ataques de Cunha Leal à gestão da economia local. Entendiam muitos dos colonos que Angola, com os seus recursos, se bastaria a si própria, dispensando a dependência de Lisboa. A este propósito, um relatório com data de 24 de novembro de 1928, da autoria de João Nunes dos Santos, inspetor maçónico para Angola, informa o Conselho da Ordem de uma reunião ocorrida em Luanda, com a presença de vários colonos, onde foi deliberado por unanimidade paralisar o setor do comércio em todo o território. Essa paralisação, traduzida no encerramento dos estabelecimentos comerciais, era acompanhada da ameaça de que “se o governo central continuar a não ouvir quem de direito tem de ser ouvido na governança da colónia e a mandar para cá autoridades superiores sem consultar as forças económicas, (...) é mais do

¹⁰⁶⁵ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁰⁶⁶ MATOS, Norton de, *A Nação Una*, Lisboa, Ed. Paulino Ferreira, Filhos Lda, 1952, pp. 7 a 9;

¹⁰⁶⁷ CARVALHIDO, Sérgio Domingos de Araújo, *Militarismos, “parapolíticos” e perfis populares na génese e (des)consolidação do 3º império colonial português*, tese de mestrado em Relações Internacionais”, Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto, 2005, p. 27;

¹⁰⁶⁸ *Diários de João Silveira Bettencourt, anos de 1926 a 1931*, Arquivo de João Bettencourt. João da Silveira Bettencourt, maçom iniciado na Loja Paz, deportado na Guiné, preso em S. Julião da Barra e em Angra do Heroísmo e novamente deportado em Cabo Verde;

que certo que em muito breves tempos a independência será um facto consumado. Um belo dia Portugal acorda com a Província de Angola perdida”.¹⁰⁶⁹

Sendo verdade que após 1910 e até à instauração da Ditadura vemos nascer em Angola, principalmente, mas também em Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe movimentos políticos locais, por norma alimentados pelas elites coloniais e pela imprensa local, não vemos, no entanto, essa realidade refletida na correspondência das Lojas hoje conhecida. É natural que tenham existido maçons a militar nesses partidos ou em associações de carácter político local, até porque esses maçons integravam as elites locais. No caso angolano isso é mais evidente, mas de facto está completamente arredada qualquer referência na correspondência com o GOLU na metrópole, ao contrário do que acontecia aqui com os vários partidos republicanos ou de outros matizes.

Na metrópole, em fevereiro de 1928 ocorre uma reunião de diversos maçons em casa de António José de Almeida, com vista a constituir uma comissão de defesa das províncias ultramarinas. Esta era, no entanto, uma continuação de uma iniciativa da Loja O Futuro, em 1922, com a criação da Liga Pró-Colónias, onde se destaca o nome de Ferreira Diniz,¹⁰⁷⁰ aliás, autor de várias conferências sobre as colónias.¹⁰⁷¹ A Liga vai promover diversas conferências em Lisboa, na Universidade Livre, na Sociedade de Geografia, no Ateneu Comercial ou em escolas como a Marquês de Pombal. A Loja Fiat Lux foi outra das estruturas maçónicas a discutir a questão colonial. Em 1921 propunha que, entre outras medidas, se obstaculizasse a ação da Igreja nas colónias, que se intensificasse a propaganda anticlerical, se lançasse um manifesto dirigido ao “povo liberal” e que se realizasse um congresso maçónico como contraponto a um projetado Congresso católico. É assim que se compreende a criação da Loja Fraternidade Colonial, em 1922, em Lisboa,¹⁰⁷² onde se reconhece

¹⁰⁶⁹ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹⁰⁷⁰ A Liga Pró-Colónias, também designada de Sociedade de Propaganda Colonial, nasceu a partir de uma reunião ocorrida em 1922, sendo oficialmente constituída em 19 de maio de 1923, numa sessão presidida por João de Freitas Ribeiro. Pretendia discutir os problemas mais importantes das colónias e além de José Ferreira Diniz outros maçons se destacam, como Marinho de Carvalho, Afonso de Jesus Rosa, Casimiro Nogueira, António Gomes, Afonso Ferreira Dionísio, António Ferreira Cacho, chegando a ter delegados, na sua grande maioria maçons, no Porto, Braga, Guimarães, Ansião, Leiria, Figueira da Foz, Fundão, Sabrosa, Vila Real, Viseu, Olhão, Faro, Ponta Delgada, Moçambique e Macau. A vida foi efémera, crê-se que desapareceu antes de 1928;

¹⁰⁷¹ Uma destas conferências deu origem a uma publicação com data de 1925 e de título “*O esforço de Portugal nas suas colónias de África*”.

¹⁰⁷² *Processo da Loja Fraternidade Colonial, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Tem sido dada a data de 1922 como a data de Levantamento de Colunas desta Loja, no entanto encontramos um Quadro de Obreiros com data de 1921 e um documento da Loja é claro ao afirmar “em 24 de Agosto de 1921, aniversário da gloriosa Revolução de 1820, que marcou em Portugal o advento da Liberdade, foi solenemente instalada a Resp.: Loj.: Fraternidade Colonial”;

que à exceção de um dos elementos do núcleo fundador da Loja “eram todos coloniais que em África tinham trabalhado largos anos e ao desenvolvimento do património colonial tinham dado o melhor do seu esforço, da sua vontade, da sua inteligência e da sua vida”.¹⁰⁷³ Nesta Loja, há que notar que o número de obreiros residentes no continente era muito superior aos que residiam em África, situação que se mantém na década de trinta. Nos primeiros quadros de Loja, de trinta e nove obreiros encontramos apenas quatro eram residentes em África: Abraham Jacob Amzalack (S. Tomé), Jaime de Mesquita (Angola, Benguela), Alfredo Fernandes da Silva (Moçambique) e António Gonçalves Videira (Angola, Luanda). Era claramente uma Loja destinada a prosseguir as ideias coloniais da I República e a servir como instrumento de pressão sobre instâncias governativas, sendo relevante a quantidade de documentos de reflexão por ela produzidos.

Durante a sua existência, a Loja Fraternidade Colonial fez várias propostas de desenvolvimento dos espaços coloniais, através de obras de fomento que fizessem progredir aquilo que a Loja designava pelos três ramos de atividade de onde derivava a riqueza pública: o comércio, a indústria e a agricultura. Propunha também o desenvolvimento dos núcleos maçónicos como apoio à ação política dos governadores, o que vemos de certo modo ocorrer em Angola com Norton de Matos, e especialmente elencava um conjunto de propostas que se revelam interessantes para compreender a visão defendida para as colónias, em geral coincidentes com as posições do GOLU: autonomia administrativa e financeira dos governos ultramarinos, desde que tivessem condições para tal, Registo Civil obrigatório para toda a população, incluindo população local, instrução subsidiada e fiscalizada pelo Estado, Lei da Separação extensiva a esses territórios, remodelação do regime bancário, criação de sistemas de crédito específicos, revisão das pautas aduaneiras, recenseamento geral da população, promoção da colonização com a ida de famílias, principalmente para Angola, e aposta nas vias de comunicação, entre outras propostas e de entre as quais destacamos pelo seu carácter inovador o estudo científico da região petrolífera de Angola e o desenvolvimento de alguns centros mineiros em Angola e Moçambique. É de assinalar que a Fraternidade Colonial foi uma Loja que se manteve em atividade até 1952, até bem depois da ilegalização da Maçonaria.

¹⁰⁷³ *Processo da Loja Fraternidade Colonial, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano.

A maior parte destas propostas são transversais a toda a Maçonaria, com ligeiras nuances de pouco significado. Uma tese assinada por Ernesto de Vasconcelos,¹⁰⁷⁴ obreiro da Loja Pureza e com data de 1913, propunha a criação de linhas de navegação que ligassem a metrópole às colónias, explorações geográficas e mineiras que permitissem conhecer os espaços coloniais, definição de centros de produção e consumo e sua relação com uma rede viária e de portos ou ainda a criação de agências de informação colonial destinadas aos colonos, já reivindicando nessa data a organização de companhias de colonização, a autonomia administrativa e financeira ou a criação de tarifas de fomento. Para Moçambique em específico, propunha a criação de granjas e plantações agrícolas, especialmente no centro e no sul do território. Vasconcelos não deixa, no entanto e numa análise lúcida, de reconhecer que o estado social nas colónias

“não se nivela facilmente, por causa da diversidade de condições entre os patrões e os serviçais, e da diversidade de origem que existe entre as diversas classes trabalhadoras. São, por isso, menos aptas para se tornarem independentes e o espírito democrático a custo poderá predominar, porque o grande proprietário, o grande fazendeiro, constitui uma espécie de aristocracia, que prevalece sobre os pequenos cultivadores e sobre a classe trabalhadora em geral”.¹⁰⁷⁵

A atenção às questões coloniais não era um exclusivo da Loja Fraternidade Colonial. Poderíamos referir igualmente a Loja Pátria e Liberdade, de Lisboa, que também dava particular atenção às questões dos meios militares “promovendo nos quartéis do paiz festas de carácter patriótico, com palestras aos soldados, de modo a incutir-lhes a noção do dever, o respeito pelas autoridades e o amor pela Pátria e pela República”,¹⁰⁷⁶ por vezes visando a ideia de defesa das colónias, ou a Loja Luz e Vida, do Porto, que em 1925 chega a afirmar que economicamente parece que as colónias não fazem parte do país, e que a indústria não se pode expandir face aos constrangimentos administrativos e financeiros. O grande dinamismo de algumas Lojas levava-as a expandirem a sua atividade para fora da metrópole, criando novas Lojas, o que ocorreu principalmente nas décadas de dez e vinte. Um exemplo disso, é o facto da Loja Liberdade, de Lisboa, ter sido autorizada, em 1929 e pelo Decreto

¹⁰⁷⁴ Ernesto Júlio de Carvalho e Vasconcelos, de nome simbólico Aduloy, foi iniciado na Loja Pureza, em 1910. Foi deputado e chefe de gabinete de vários ministros durante a monarquia, tendo também desempenhado diversos cargos no GOLU, nomeadamente de membro do Conselho da Ordem;

¹⁰⁷⁵ *Cartas, comunicações e documentos vários, Meios de desenvolver a riqueza pública nas colónias*, p. 8, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

¹⁰⁷⁶ JANEIRO, Helena Teresa Pinto, *Norton de Matos – o improvável republicano: um olhar sobre Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2014, p. 47;

nº 32, de 12 de agosto, a criar uma nova Loja em S. Tomé através Adolfo Ferreira Lousada, vindo os seus Obreiros a estarem na origem de diversas Lojas em África.

Mas se a Maçonaria continuou a dinamizar a sua atividade antes e depois do 28 de Maio, há persistências e mudanças nas políticas coloniais que irão afetar as Lojas locais. O regime ditatorial do Estado Novo contrapôs ao ideário republicano de autonomia administrativa das colónias a centralização estatal. À abertura ao capital estrangeiro, ao desenvolvimento autónomo e à relativa independência económica opôs um centralismo económico e uma falta de autonomia evidente. No entanto, as ideias gerais não mudaram muito, havendo um consenso quanto ao papel das colónias e da colonização branca, variando nesta apenas na forma e no ritmo de a implementar. Norton de Matos deu o seu contributo ao lutar por uma autonomia administrativa em Angola e ao contrariar as condições de trabalho de muitos dos trabalhadores locais, forçados a deslocações para outros territórios, mas persistiu uma ideia que vem do imaginário republicano e se prolonga durante o Estado Novo baseada na ideia de império. Segundo Francisco Louçã, esta ideia durante o Estado Novo projetava o regime para um “vislumbre de relações internacionais” a que Salazar dava particular atenção, quer no início do Estado Novo, quer durante a vaga de independências do pós-guerra, quer já na década de sessenta.¹⁰⁷⁷ Há, no entanto, um fator diferenciador entre a ideia de império durante a I República e a ideia cultivada durante o Estado Novo: a mística associada ao império, exacerbada durante o salazarismo não apenas com a “missão civilizadora” mas igualmente com as especificidades portuguesas para essa missão. No entanto, não deixamos de encontrar uma exceção com Norton de Matos em *A minha concepção do Império Português*, de 1934, que invoca essas especificidades com “o aparecimento de uma consciência nacional na região lusitana, que faz remontar aos castros pré-históricos e à ocupação romana da Península Ibérica. Aceita, por isso, as teses clássicas de que “a nossa história colonial é a história do esforço nacional para dilatar o território”, fala de epopeia, e da necessidade de um “Portugal total”, necessário “para desempenharmos cabalmente e rapidamente a parte que nos toca na civilização de África”. Ainda assim, Norton de Matos é contra aquilo que designa de “funesta mentalidade das nações com territórios coloniais”, por contraponto à unidade nacional por si defendida e expressa nos planos territorial, económico e de ação,

¹⁰⁷⁷ LOUÇÃ, Francisco, *A jaula oligárquica: a modernização conservadora ao longo do século XX in* ROSAS, Fernando, LOUÇÃ, Francisco, LOPES, João Teixeira, PENICHE, Andrea, TRINDADE, Luís, CARDINA, Miguel, *O século XX português: política, economia, sociedade, cultura, império*, Lisboa, Edições Tinta da China Lda, 2020, p. 155;

este fundamental para a efetivação dos dois primeiros e forma igualmente de ultrapassar os perniciosos efeitos daquilo que designa de um “pacto colonial”.

O Ato Colonial e a legislação sobre o trabalho das populações locais foram determinantes para a política colonial, não só imprimindo um cunho próprio, como também acabando com quaisquer veleidades de descentralização administrativa e financeira. Freitas do Amaral considera haver quatro fases na ação de Salazar em matéria colonial: uma primeira, que começa em 1930, com a aprovação do Ato Colonial, no governo de Domingos Oliveira e republicado quando da entrada em vigor da Constituição de 1933, e que acabava com uma relativa autonomia financeira e administrativa dos espaços coloniais, baseando as suas diretrizes ideológicas na unidade e inviolabilidade do território nacional. Ao mesmo tempo, o Ato Colonial enfatizava a “missão civilizadora” de Portugal, num espírito de missão nacionalista e cristã, que Salazar resume num dos seus discursos na frase de “nós administramos e dirigimos as colónias portuguesas”, segundo “os direitos e as legítimas conveniências da metrópole”. Freitas do Amaral identifica mais três fases, uma segunda, breve, com a crise que culmina com a ocupação de Goa, Damão e Diu pela União Indiana, uma terceira, igualmente breve, com o envio de forças militares portuguesas para Angola e uma quarta e última fase onde Portugal aparenta fazer concessões à pressão diplomática dos EUA, mas permanece inamovível na sua posição de Potência Colonial.¹⁰⁷⁸ É Freitas do Amaral quem nos refere o episódio ocorrido com George Ball, enviado especial norte-americano que, em 1963, vaticina uma inevitável derrota de Portugal no prazo máximo de dez anos. É também o mesmo autor quem nos refere terem a partir daí surgido três visões coloniais distintas: a de Salazar, que dominou, de manutenção da visão de império colonial até aí fora seguida, a de Marcelo Caetano, que admitia uma autonomia progressiva para as Colónias, e a seguida por Adriano Moreira, de carácter integracionista e inspirada no luso-tropicalismo, mas que admitia a autonomia.

Por seu lado as Lojas maçónicas, mesmo depois de 1935, não podendo opor-se ao poder do regime, contribuíram para minorar algumas injustiças criando escolas, associações culturais e desportivas ou simplesmente incentivando os seus Obreiros a uma atitude tolerante. Apesar disso, predominava na Maçonaria a visão imperial, ainda oriunda do republicanismo da I República, que curiosamente se estende até à década de sessenta do século XX. Em fins de 1935, a Frente Popular onde entre

¹⁰⁷⁸ AMARAL, Diogo Freitas do, *O antigo regime e a revolução – memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Ed. Bertrand/Nomen, 1996, pp. 71 a 75;

outras forças políticas participava a Maçonaria e o PCP, emite um documento intitulado “Ao País” onde se refere às colónias como “as nossas províncias ultramarinas, parte integrante da Nação Portuguesa”.¹⁰⁷⁹

Tal como fizeram muitos velhos republicanos e maçons como Jaime Cortesão e Sá Cardoso, quando da irrupção da guerra colonial, Ramada Curto apelou, aos microfones da antiga Emissora Nacional, à unidade da Oposição numa linha de pensamento próxima do regime. O próprio Diretório do MND, próximo do PCP, defenderia que “o Ultramar pertence a todos nós” cabendo a sua defesa a todos os portugueses. De qualquer das formas a Oposição, incluindo a Maçonaria, fará um caminho que reclamará, a partir da década de cinquenta, a um compromisso que passava por um referendo após um debate público, amplo e livre, que incluía o acesso a dados que o governo nunca facultou.

Voltando uns anos atrás, vemos que a passagem de Norton de Matos por Angola é bem o espelho da visão republicana para África, baseada numa ideia geral a que Helena Pinto Janeiro chama de “ocupar, desenvolver e civilizar”,¹⁰⁸⁰ e particularmente numa prática de desenvolvimento de infraestruturas, a que Salazar porá fim até à década de sessenta, com o travão económico das Finanças. Vemos a este propósito o ênfase posto por Norton de Matos e pelas Lojas angolanas a propósito do caminho de ferro de Benguela, ou dos portos de Luanda e do Lobito ou ainda das questões inerentes à conversão da moeda ocorridas em 1928. Norton de Matos, que havia sido crítico do papel da monarquia nas colónias, entendia que o desenvolvimento económico das colónias era condição para o desenvolvimento do país no seu todo, ideias que as Lojas maçónicas de Angola e Moçambique vão abraçar, nomeadamente no caso de Angola a Loja Independência Nacional, na qual Norton de Matos se apoiou. Norton de Matos manifestava a crença de que o regime republicano apostaria nas colónias, uma aposta que era assumida como a obra suprema da República,¹⁰⁸¹ e a que tentaria dar corpo quer enquanto foi Governador

¹⁰⁷⁹ ROSAS, Fernando, “O PCP e a II Guerra Mundial” in NEVES, José, PEREIRA, José Pacheco, PITA, António Pedro, NUNES, José Arsénio, ROSAS, Fernando, CUNHAL, Álvaro, ALMEIDA, Vanessa, MADEIRA, João, RABY, David L., GODINHO, Paula, CARVALHO, Ana Margarida de, CARDINA, Miguel, LISI, Marco, LOUÇÃ, Francisco, GASPARGAR, Carlos, DRAGO, Ana, *Partido Comunista Português 1921-2021: uma antologia*, 1ª edição, José Neves (org.), Lisboa, Ed. Tinta da China, 2021, p. 85;

¹⁰⁸⁰ JANEIRO, Helena Teresa Pinto, *Norton de Matos – o improvável republicano: um olhar sobre Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2014, p. 49;

¹⁰⁸¹ JANEIRO, Helena Teresa Pinto, *Norton de Matos – o improvável republicano: um olhar sobre Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2014, p. 38;

Geral (1912-15), quer enquanto Alto Comissário em Angola (1920-24). Em 1939 Norton de Matos dirá numa conferência proferida no Sport Algés e Dafundo que “sempre estive convencido de que o engrandecimento de Portugal apenas se poderá dever à valorização integral das terras de além-mar”.¹⁰⁸²

Se Norton de Matos pode ser visto como um concretizador de políticas desenvolvimentistas, o certo é que a preocupação é comum no meio republicano e maçónico. Com data de 1912, existe um *Relatório e projectos da Comissão Colonial* do GOLU onde se faz a defesa da construção de vias férreas em Angola e Moçambique, que liguem o interior aos principais portos, apoiadas por outras linhas férreas secundárias. Era um plano ambicioso, que no caso moçambicano ultrapassava mesmo as fronteiras do território. Este é um relatório onde estão também presentes as preocupações sociais e económicas, onde nas questões orçamentais ressalta a proposta de distinguir despesas de soberania de despesas coloniais, assim como a proposta de dar autonomia financeira a cada colónia. Propunha ainda promulgar leis de concessão de terras e de codificação dos usos e costumes locais “que não sejam contrários aos princípios da humanidade”. Humberto Delgado, relatará uma conversa com o seu motorista, quando da sua estada em Angola, onde este a dada altura faz a seguinte observação: “é muito simples. Tudo o que presta, pode ter a certeza de que foi obra do Norton”.

Norton de Matos pensa mesmo em transformar Angola num “modelo superior de colonização portuguesa”,¹⁰⁸³ desenvolvendo e apoiando-se numa elite de colonos, em grande parte ligada às Lojas locais, defendendo igualmente mudanças de mentalidade e no relacionamento com as populações locais, redefinindo o conceito de colónia e equacionando a criação de estruturas intermédias que possibilitassem uma crescente autonomia face a Lisboa. Na realidade, era esta a sustentação ideológica que, quer Norton de Matos em Angola, quer Brito Camacho em Moçambique, perseguiram durante a I República, mas que gerou divisões, inimizades e até aspirações independentistas de colonos que entendiam que a independência das colónias possibilitaria uma melhor exploração dos recursos e da mão de obra indígena.

Ainda assim, as propostas liberalizantes anteriores a 1926 não iam tão longe quanto o poderíamos julgar hoje. Não eram extensivas e indiscriminadas face ao todo

¹⁰⁸² FARIA, António, *O real e o possível*, Lisboa, Ed. Grémio Lusitano, 2004, p. 103;

¹⁰⁸³ FARIA, António, *O real e o possível*, Lisboa, Ed. Grémio Lusitano, 2004, p. 27;

populacional, mas antes tinham em vista a criação de uma elite africana, culturalmente distinta da grande massa populacional e, numa ótica republicana, em que o nivelamento social era feito em metas possíveis, visando o combate à pobreza e o uso do ensino como arma para se opor à ignorância, admitindo ainda que a Lei seria universal, não estando ninguém acima da Constituição. Há, no entanto, uma certa continuidade que se prolonga no Estado Novo, onde se destaca um objetivo final de trazer à civilização ocidental, nos seus aspetos sociais e morais, as populações locais, tendo por base uma ideia de assimilação, com a grande diferença que durante o consulado de Norton de Matos os valores tradicionais das populações locais eram tidos em consideração. Aliás, para se sair da condição de “indígena” era obrigatório ter hábitos e costumes europeus, e ainda uma de três condições: saber falar corretamente português, exercer um ofício ou ter uma profissão liberal ou, como alternativa, pagar contribuição predial ou industrial, condições que eram restritivas face à realidade social e que, na verdade, a grande parte dos colonos idos da metrópole também não cumpria. Mas, apesar disso, baseava-se em alguns aspetos que nos surpreendem hoje. Em carta ao general Ferreira Martins, já depois de 1945, Norton de Matos escreve que:

“quanto a ilusões sobre a exploração que continua a fazer-se dos indígenas de Angola, não tenho nenhuma. Mas devo fingir que as tenho, pois os tempos que se aproximam serão, sob este aspecto, altamente perigosos para a conservação nas nossas mãos dos territórios em África”,

acrescentando mais adiante que

“julgo indispensável que se mande para Angola um governador que tenha coragem de se pôr ao lado dos indígenas inteiramente e até exageradamente”.¹⁰⁸⁴

É um facto que Norton de Matos limitou, tanto quanto pôde o recrutamento forçado do trabalho das populações locais, tendo declarado que encontrou em Angola situações camufladas de escravatura.¹⁰⁸⁵ No mesmo sentido, Helena Pinto Janeiro refere a dado passo, que na cerimónia de iniciação de Norton de Matos, na Loja Pátria e Liberdade, de Lisboa, este prometera abolir os vestígios da escravatura, facto do qual será dado conta em carta dirigida a Bernardino Machado, com data de 27 maio de 1914, e assinada pelo venerável Fernando Larcher, pelo secretário Jorge Augusto Rodrigues e pelo orador José Dias Veloso.¹⁰⁸⁶

¹⁰⁸⁴ MATOS, José, *Norton de – biografia in Expresso*, 11 de abril de 2002, Lisboa, 2002;

¹⁰⁸⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, 13ª edição, Lisboa, Ed. Editorial Presença, 1998, pp. 538 e 539;

¹⁰⁸⁶ JANEIRO, Helena Teresa Pinto, *Norton de Matos – o improvável republicano: um olhar sobre Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2014, p. 470;

Entretanto, é verdade que Norton de Matos via as colónias como o prolongamento do Portugal metropolitano e como a expansão do espírito nacional, ideias que o Estado Novo acompanhou. Tal pode ser comprovado quer na sua correspondência, quer até na propaganda da sua candidatura à Presidência da República, onde se pode ler que “a Nação é uma só, formada por territórios situados na Europa e por outros em continentes diversos, províncias portuguesas daquém e de além mar”.¹⁰⁸⁷ Por isso também Norton de Matos se manifesta contra as expressões “império colonial” e “império português”, substituindo-as por Nação, enquanto reflexo de uma ideia de unidade, devendo os cidadãos agir como se se tratasse de um território único e contínuo, enquadrados numa ação única, já que entendia que sem ela a unidade territorial e económica não se concretizaria, ao mesmo tempo que defendia a valorização económica pela aposta clara na agricultura. Era uma luta contra a mentalidade de um país com territórios coloniais em vez de uma entidade única, e daí a sua luta contra as barreiras alfandegárias e a proposta da existência de um Alto Conselho do Império.

Por outro lado, mesmo após a instauração da Ditadura a Maçonaria acreditava, tal como acontecera na I República, no projeto colonial. A Loja Altivez, em 1922, afirma mesmo que “Portugal sem colónias estaria automaticamente condenado a desaparecer da lista das nações livres”, uma ideia marcada por uma visão mítica e emotiva de império, mas que tem a marca do republicanismo da época. Na mesma linha de pensamento Ramon Nonato de La Féria, num discurso promovido numa data simbólica para a Maçonaria, em 31 de janeiro de 1931, no Centro Republicano de Alcântara, dizia que “(...) para que Portugal possa ser a Pátria de um povo verdadeiramente livre, e os seus filhos desempenhem a função histórica que lhes compete na civilização mundial, necessário se torna que, a par da cultura do espírito exista a saúde indispensável, garantindo a própria evolução e expansão colonial (...)”.¹⁰⁸⁸ A visão da Maçonaria sobre as colónias pode ainda ser encontrada noutro discurso de Ramon de La Féria, em 1929, onde afirma que:

“(...) a nossa qualidade de potência colonial obriga-nos a um papel importantíssimo na civilização mundial e a obra de colonização deve ser um dos grandes objectivos da educação nacional. Novos campos abriremos assim à actividade portuguesa e nobre contribuição pagaremos à civilização e emancipação humanas, porque colonizaremos segundo os princípios da fraternidade e da cultura moderna.

¹⁰⁸⁷ *Publicações várias (miscelânea)*, General Norton de Matos – candidato à Presidência da República, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

¹⁰⁸⁸ *Fundo de Ramon Nonato de La Féria – Correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Tornaremos o indígena colaborador do colono e a riqueza geral aumentará sem violência nem escravidão (...).¹⁰⁸⁹

Note-se que predomina a visão paternalista vinda da I República, altura em que se introduziu, em 1914, a diferenciação entre “indígena” e “não indígena”, negando aos primeiros os direitos civis e políticos em relação a instituições de índole europeia. No entanto, Ramon Nonato de La Féria introduz no discurso maçónico uma evolução muito significativa ao escrever que “a missão colonial que creamos, deve ser essencialmente civilizadora, não tendo por finalidade a imposição ao indígena duma cultura para a qual não tem base suficiente”.¹⁰⁹⁰ É a mesma visão paternalista que Gastão Sousa Dias manifesta em 1934, durante a Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto, no Palácio de Cristal, que considera que outras nações elevaram alguns elementos da população local a graus de ensino exageradamente elevados, defendendo o recurso a escolas-oficinas e a escolas rurais com granjas em anexo, como opção para formar artífices e agricultores. A Exposição Colonial, da qual Henrique Galvão foi Comissário Geral, constitui o prolongar da ideia, que já vem da I República, de que a função histórica do país é “civilizar” as colónias, mas com a novidade de as mostrar de uma forma mais visível ao povo português, seduzindo-o quer com a ideia das riquezas a elas associadas, quer com o exotismo cultural com que eram mostradas. Com isso, esperava-se desviar a emigração portuguesa do Brasil para África, especialmente a oriunda da zona norte do país, uma população essencialmente rural e bastante pobre. Cumpria também uma função de propaganda política e ideológica que se articula com o Ato Colonial, pretendendo organizar administrativamente o império colonial, e igualmente se articula com a exposição do Mundo Português, realizada em Lisboa, entre junho e dezembro de 1940. Mais ainda, estes eventos consagravam as ideias de superioridade europeia, de domínio colonial e de império com base na tradição histórica e na incapacidade dos locais no autogoverno. Por outro lado, o Ato colonial, acaba com quaisquer veleidades de autonomia com a metrópole a fixar um orçamento e a tomar as decisões administrativas mais importantes da vida e da economia local.

Estas ideias prolongam-se para além da II Guerra Mundial, ainda que Norton de Matos, em 1952, introduza nelas uma nota de contemporaneidade, ao escrever que “à medida que a educação, cívica principalmente, fosse aumentando, deveriam

¹⁰⁸⁹ *Fundo Ramon Nonato de La Féria – Correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Trabalho apresentado em 4 de abril de 1929, no Areópago O Futuro, sob o título “Orientação Geral da Educação Portuguesa”;

¹⁰⁹⁰ *Fundo Ramon Nonato de La Féria – Correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Trabalho apresentado em 4 de abril de 1929, no Areópago O Futuro, sob o título “Orientação Geral da Educação Portuguesa”;

escolher-se para a grande maioria dos empregos habitantes de Angola, brancos e pretos, mediante concursos realizados em perfeita igualdade, e sem a menor discriminação de raças ou cor”.¹⁰⁹¹

Como se escreveu na Nota Prévia, entendemos que as ideias não devem ser purificadas à luz dos nossos dias, mas antes refletidas e discutidas fomentando a sua interpretação crítica por parte de cada um. Em matéria colonial, as ideias de La Féria e de muitos outros maçons, para não dizer já para não dizer de todas as outras forças políticas, mesmo que muito distintas ideologicamente, refletem distinções ráticas, ou um conservadorismo e um paternalismo comuns na época e em todo o mundo. Características que só conheceram uma mudança significativa após a II Guerra Mundial e que no caso da Maçonaria portuguesa tem menos a ver com a tomada de consciência da existência de um mundo novo e com a descolonização europeia, e mais com a preocupação de centrar todas as suas forças na oposição ao regime, com o sobressalto provocado pela guerra colonial e com as alterações do quadro mental da sociedade portuguesa a partir da década de sessenta. No entanto, contrariamente ao preconizado pelo Estado Novo, no pensamento de La Féria estão as bases dos conceitos que a Maçonaria defendeu durante a I República e durante uma boa parte da Ditadura, ligando o problema colonial à questão educativa, com o argumento de que só a resolução desta permitiria que colonizador e colonizado usufríssem de vantagens mútuas, traduzidas em desenvolvimento económico. Por outro lado, as ideias de Ramon de La Féria e da Maçonaria em geral não são muito diferentes das ideias de Norton de Matos. António Faria citando Norton de Matos escreve que:

“não queremos as nossas terras de África somente para os africanos, não queremos essas terras somente para os portugueses de cor branca (...), queremos uma civilização que permita que nessa região vivamos em paz e harmonia, vida plena, homens de várias raças”.¹⁰⁹²

O próprio Norton de Matos já havia escrito num relatório oficial, em 1913, que:

“a República não há-de ter de se arrepender de ter concebido o plano altamente democrático de entregar a instrução e a educação do grande número dos habitantes de Angola aos indígenas seus Irmãos”.¹⁰⁹³

Na realidade, face à escassez de recursos humanos e financeiros, Norton de Matos pretendia recorrer às elites nativas europeizadas, a fim de proporcionar o ensino a

¹⁰⁹¹ MATOS, Norton de, *A Nação Una*, Lisboa, Ed. Paulino Ferreira, Filhos Lda, 1952, p. 236

¹⁰⁹² FARIA, António, *O real e o possível*, Lisboa, Ed. Grémio Lusitano, 2004, p. 85;

¹⁰⁹³ JANEIRO, Helena Teresa Pinto, *Norton de Matos – o improvável republicano: um olhar sobre Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2014, p. 102;

todos os rapazes e raparigas dos seis aos quinze anos, que eram obrigados a frequentar a escola sob pena de multas, pretendendo também que os naturais de Angola tivessem acesso a cursos técnicos especiais para que a prazo pudessem constituir um corpo de funcionários públicos qualificados e, ao mesmo tempo, valorizar o ensino do português junto das populações locais. É, no entanto, verdade que se deparava com alguma resistência no investimento financeiro nas colónias, quer por parte do Estado, quer por parte de particulares que se revela determinante para que os resultados sejam exíguos. Helena Pinto Janeiro, na obra atrás citada, significativamente refere que a sociedade portuguesa via as colónias como uma espécie de “quintas de rendimento”, e é igualmente um facto que quer Norton de Matos, quer a generalidade dos políticos republicanos, quer ainda a Maçonaria, não se conseguiu libertar do espartilho das ideias coloniais que atribuíam uma superioridade “natural e ancestral” ao europeu em detrimento do colonizado.

É também por isso que com Norton de Matos, mesmo que os africanos prosperassem económica e culturalmente, tal deveria acontecer sem se misturarem e fundirem com os colonizadores, formando “povos idênticos”, segundo as suas palavras, antes colaborando a fim de obterem melhores resultados, tendo como condição de fundo a crença na “missão civilizadora” dos portugueses. Tratava-se de tirar as populações locais do seu “estado selvagem onde, na quase totalidade ainda se encontram” e levá-las a “situações mais perfeitas, a combater os seus vícios, os seus erros e as suas superstições”.¹⁰⁹⁴ Compreende-se assim a Escola Rita Norton de Matos, em Luanda, cuja primeira pedra foi lançada em 1912, ao mesmo tempo que critica o ensino literário porque “cria esperanças e aspirações que levam os indígenas a afastar-se do trabalho manual”, ao mesmo tempo que advogava uma formação das populações locais adequada à sua “mentalidade”, nas palavras de Ferreira Diniz quando da apresentação do projeto de Norton de Matos, em 1915, na Sociedade de Geografia, em Lisboa.¹⁰⁹⁵ Refira-se que todo o programa escolar de Norton de Matos assentava na valorização do ensino do português: “enquanto os habitantes de Angola, Moçambique, Guiné, Índia e Timor não falarem correntemente o português, a unidade Nacional não será perfeita e a civilização desses povos poderá fazer-se, mas conduzirá fatalmente a nacionalidades distintas”.¹⁰⁹⁶

¹⁰⁹⁴ FARIA, António, *O real e o possível*, Lisboa, Ed. Grémio Lusitano, 2004, p. 47;

¹⁰⁹⁵ JANEIRO, Helena Teresa Pinto, *Norton de Matos – o improvável republicano: um olhar sobre Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2014, p. 110;

¹⁰⁹⁶ MATOS, Norton de, *A Nação Una*, Lisboa, Ed. Paulino Ferreira, Filhos Lda, 1952, p. 90;

Esta visão assenta num conceito em vigor, que já vinha da monarquia, definido pelo “direito de ser civilizado mas também do dever de deixar-se civilizar”. Assentava numa visão positivista de evolução por sucessivos patamares. Por seu turno, na base do desenvolvimento proposto estava uma utopia que articulava o desenvolvimento de infraestruturas administrativas, viárias e ferroviárias, com a criação de

“prósperas e felizes aldeias bem portuguesas na forma e no espírito nesse imenso sertão de Angola; educar e instruir as crianças formando os futuros habitantes portugueses da grande Angola de amanhã. Só isto exigiria o Estado, deixando-lhes a inteira liberdade de fortalecerem e espalharem a sua religião e as suas crenças”.¹⁰⁹⁷

Compreende-se assim a criação por decreto da antiga cidade de Nova Lisboa (Huambo), reflexo do espírito imperial predominante e articulada com a construção de grandes infraestruturas, e que culmina com a adoção que da designação de “Nova Lisboa” em 1928, com Vicente Ferreira como alto-comissário e num espírito de rivalidade económica com Luanda. Diferenças havia entre a política do Estado Novo e as conceções da I República, que Norton de Matos refere ao escrever que “todo o indígena válido é sujeito, salvo casos de força maior, à obrigação moral e legal de, por meio do trabalho, prover ao seu sustento, no sentido de melhorar sucessivamente a sua condição social”, conceção moral positivista que, apesar de tudo, era cara à I República na sua visão de estratificação social.

É certo que estes apelos desenvolvimentistas não caíram bem quer no Portugal metropolitano, quer em algumas partes do império menos tocadas pela dinâmica económica. A acontecer, tal iria limitar as exportações para as colónias de alguns produtos e iria contra a mentalidade predominante em termos de mão de obra indígena. Norton de Matos refere, por diversas vezes, a questão do comportamento de alguns colonos em relação aos africanos, tido como pernicioso para a imagem de Portugal e como sendo moralmente incompatível com alguns valores. É o caso da remuneração pelo trabalho ou a questão da posse das terras, que aproveita para alertar que a conceção africana do direito sobre as terras de cultivo e pastagens era muito diferente e difícil de exprimir com rigor na nossa linguagem jurídica, europeísta e ocidental. Lembrava Norton de Matos que a terra era como a água ou a luz, era de todos e não era de ninguém, e mesmo quando um chefe local dizia que “a terra é minha”, fazia-o não a título pessoal, mas enquanto representante do coletivo. Este é um assunto que é também abordado pela Loja Paulo Dias de Novais, de Malange

¹⁰⁹⁷ FARIA, António, *O real e o possível*, Lisboa, Ed. Grémio Lusitano, 2004, p. 49;

nos seus trabalhos, referindo-se à ação de Norton de Matos e à relação com os trabalhadores locais.

Ainda assim verificam-se algumas hesitações e contradições no discurso maçónico, sendo o mesmo Norton de Matos que escreve que “as populações indígenas das nossas colónias de África representam elementos de grande valor e auxílio na obra que temos que realizar. Mas também da sua existência resultam dificuldades e obstáculos à implantação da nossa civilização no ultramar”.¹⁰⁹⁸ Por isso se fala em “transformação dos indígenas” ou “obra civilizadora”, numa linguagem que vem do século XIX e vai até depois da II Guerra. Refere também Norton de Matos que “se Portugal quiser continuar a fazer a política indígena de atracção, de assimilação, de cristianização, de atribuição de direitos civis e políticos, que iniciou há séculos no ultramar, e que tanta admiração causa (...), terá de fazer um esforço colossal”, referindo depois que para tal há que multiplicar as escolas, que a assistência médica tem de ser constante, fontes de “grandes sacrifícios, mas também de grandes preocupações (...), obra ingente, mas de forma alguma impossível”.¹⁰⁹⁹ Acrescenta ainda Norton de Matos, a propósito dos territórios coloniais e das populações locais, que “antes de mais, é necessário pôr de lado a palavra tolerância e substituí-la pela de respeito”.¹¹⁰⁰

Todas estas nuances estão presentes nos territórios coloniais de outras nações europeias e que culminam nas descolonizações do século XX, após a II Guerra Mundial e que irão moldar os novos países então surgidos. Nelas se vislumbram três linhas distintas, que Sérgio Carvalhido¹¹⁰¹ denomina de progressista, que defendia a independência com um governo de maioria negra, uma liberal, defensora de um processo de independência conduzido por uma elite branca, que gradualmente integrava as elites negra e mestiça, que abolia algumas estruturas coloniais e por fim, uma corrente conservadora, com uma independência condicionada por hegemonia da minoria branca e com a manutenção de formas de pensamento e estruturas económicas coloniais. Até ao governo de Marcelo Caetano, inclusive,

¹⁰⁹⁸ MATOS, Norton de, *Memórias e trabalhos da minha vida*, vol. 1, Coimbra, Ed. Imprensa da Universidade, 2005, p. 395;

¹⁰⁹⁹ MATOS, Norton de, *Memórias e trabalhos da minha vida*, vol. 1, Coimbra, Ed. Imprensa da Universidade, 2005, p. 397;

¹¹⁰⁰ MATOS, Norton de, *Memórias e trabalhos da minha vida*, vol. 2, Coimbra, Ed. Imprensa da Universidade, 2005, p. 41;

¹¹⁰¹ CARVALHIDO, Sérgio Domingos de Araújo, *Militarismos, “parapolíticos” e perfis populares na génese e (des)consolidação do 3º império colonial português*, tese de mestrado em Relações Internacionais”, Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto, 2005, pp. 7 a 13 e 113 a 121;

vamos encontrar estes dilemas nos espaços e populações coloniais do império português, assim como na vida política nacional. A diferença é que do lado governativo se confrontam os defensores da visão liberal e conservadora, com predominância destes, enquanto que nos sectores da Oposição, nomeadamente na Maçonaria e no Partido Comunista, predominam os liberais até à década de sessenta, havendo posteriormente, em ambos os casos, uma inversão, passando a predominar a linha progressista, ainda que mais tardia no caso da Maçonaria.

É a visão do império que alimenta o imaginário português desde o século XIX, não sendo de estagnar, por isso, que Norton de Matos, em maio de 1933, num documento com o título *Proclamação – aos novos de Portugal*, escreva que:

“a vossa principal tarefa seja o engrandecimento da Pátria (...). Não deixeis que ninguém toque no território nacional: - conservar intactos os territórios de além-mar é o vosso principal dever (...), para a realização da vossa obra contai exclusivamente convosco. Se homens de outras nações quiserem vir trabalhar de boa fé ao vosso lado, recebei-os como associados e não como inimigos. Mas se as suas intenções não forem puras e se pretenderem encobrir com falsos propósitos humanitários ou civilizadores a traição que planearam, fechai-lhes todas as entradas e mantende-as bem cerradas (...). Proclamai bem alto, por forma que todo o mundo vos ouça, que nunca consentireis que os territórios de além-mar onde há quasi cinco séculos trabalhamos e sofremos, sejam considerados terras de ninguém, onde outros povos se possam estabelecer livremente, ou onde se queiram fazer ensaios utópicos de quaisquer internacionalizações. Esses territórios, dizei-lhes, constituem províncias tão portuguesas como as da metrópole, a nação é só uma, e qualquer horda demográfica ou capitalista que pretendesse invadir Angola ou Moçambique, seria recebida por vós como se tentasse ocupar Lisboa. Não confieis cegamente nos cidadãos que escolherdes para guias ou chefes. Os princípios basilares da formação do império têm de brotar da alma nacional (...). Tomai a peito o desenvolvimento (...) dos territórios portugueses: - que a totalidade dos recursos e das energias nacionais seja aproveitada para a organização da Nação Una (...)”.¹¹⁰²

Em 1935, quando da proibição da Maçonaria, o deputado José Cabral alertava que “as sociedades secretas, especialmente a Maçonaria Portuguesa, irradiaram largamente pelas colónias”,¹¹⁰³ citando de seguida Luanda, Benguela, Bié, Lubango e Malange, em Angola, S. Vicente em Cabo Verde, Lourenço Marques, Beira e Quelimane, em Moçambique e ainda Macau. Quando a Câmara Corporativa

¹¹⁰² *Fundo Maçonaria Portuguesa (1883-1935)*, reservados, caixa 3, Biblioteca Nacional;

¹¹⁰³ CABRAL, José, *Sociedades Secretas*, Lisboa, Ed. Editorial Império, 1935, pp. 95 e 96;

discutia o projeto com vista à ilegalização da Maçonaria, não se esqueceu de enumerar as Lojas existentes nas colónias, numa lista que datava de 1926, alvitando a intervenção do Ministro das Colónias, a quem sugere ter em conta a doutrina do projeto e face à dimensão do que sugere ser a implantação da Maçonaria no espaço colonial. Note-se que esta preocupação não nasce do nada e prolonga-se para além de 1935. Em 31 de outubro de 1936, quando da realização da II Conferência dos Governadores Coloniais, o então governador de Timor Raul Manso Preto Mendes Cruz sublinhava a “actividade da franco-maçonaria que exerce a sua influência desnacionalizadora nos nossos vastos territórios de além-mar”.¹¹⁰⁴

A extinção da Maçonaria nas colónias obedeceu à Portaria nº 8126, com data de 4 de junho de 1935, emanada do Ministério das Colónias. Verificamos hoje que essa aplicação não foi uniforme, não foi organizada, pesem embora as ações e denúncias dos adeptos do regime e a perseguição da polícia política e dos membros da Legião Portuguesa e, principalmente, não foi inteiramente eficaz, ainda que a maioria das Lojas, não todas, tenha Abatido Colunas. A. H. de Oliveira Marques refere que a aplicação desta legislação ocorre a partir de 29 de junho, em Angola e em Cabo Verde, a partir de 3 de julho em Moçambique, de 8 de julho em S. Tomé e Príncipe, e somente a partir de 27 de julho em Timor, não se fazendo sentir na Guiné, na Índia e em Macau, pelo facto de à época ali não existir Maçonaria organizada.¹¹⁰⁵ Esta diferenciação permitiu que as Lojas locais se adaptassem às novas condições impostas.

A Maçonaria, que nas Colónias nas décadas de trinta a cinquenta em parte ignorou a sua proibição, disfarçando as suas atividades como pôde, perdeu força a partir da campanha de Humberto Delgado, ainda que muitos maçons em Angola e Moçambique simpatizassem e se tivessem mobilizado com a candidatura. Disso dá conta Marcelo Caetano ao afirmar que “já se sabia (...) que os candidatos da oposição seriam velhos colonos radicados em Angola e que iriam conduzir a sua campanha eleitoral”.¹¹⁰⁶ Para esse enfraquecimento contribuíram vários fatores: a morte de muitos dos maçons que vinham do período anterior a 1935, o que fez esmorecer as atividades maçónicas, a atividade das associações e escolas criadas pelas Lojas que assumem cada vez mais um distanciamento em relação às suas

¹¹⁰⁴ *Arquivo Salazar*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, UL-10A, cx. 766, capilha 2, 2ª subdivisão (Maçonaria e Timor, 1936), Fls. 41 e segs.

¹¹⁰⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da Maçonaria em Portugal in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 47;

¹¹⁰⁶ CAETANO, Marcelo, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Ed. Verbo, 2006, p. 386;

origens, e por fim a substituição dos antigos por novos colonos, com que Salazar pretendia reproduzir no espaço colonial o Portugal rural dos anos anteriores.

Registe-se que a par destes fatores a grande massa da população urbana vivia alheada das províncias ultramarinas e confinada a uma realidade artificial tecida pela propaganda, que só com a guerra colonial conheceria um sobressalto. Refira-se que este distanciamento era generalizado, sendo as colónias vistas como territórios longínquos e mais fruto de cenários imagináveis que reais. No período imediatamente anterior à II Guerra Mundial, Pavel¹¹⁰⁷ e a direção comunista usavam as colónias, caras à generalidade do povo português e aos republicanos, para combater o regime. Nas suas palavras Salazar era demasiado complacente com Hitler e com isso acirrava a cobiça alemã sobre as colónias.

“Todos sabem que a posse de colónias constitui uma das maiores obsessões da política hitleriana. (...) Hitler proclama que não quer senão as antigas colónias alemãs. É falso. As antigas colónias não têm as matérias primas de que Hitler necessita. São pobres. Hitler quer colónias ricas. Quem será a vítima das ambições coloniais alemãs? A Inglaterra que tem força suficiente para se defender? A França? Não. Portugal que é fraco e é já uma semicolónia alemã. Portugal, cujo chefe, o ministro Salazar, concedeu à Alemanha importantes privilégios em Angola. Mesmo se Hitler conseguisse as antigas colónias alemãs, que fazem fronteira com Angola e Moçambique, isso não era mais do que o ponto de partida para a penetração nas colónias portuguesas”.¹¹⁰⁸

Note-se que esta posição não era exclusiva dos comunistas. Ainda no contexto da guerra há que referir o facto de o império colonial alemão incluir a África Alemã do Sudoeste, na atual Namíbia, ao sul de Angola, que após a I Guerra seria repartida por britânicos e belgas. Muitos colonos alemães foram para Angola, facto do qual algumas Lojas se queixavam e que torna compreensíveis os receios portugueses, quer do governo de Salazar, quer da Oposição, sublinhado pelo facto de Angola e Moçambique serem escassamente ocupadas por colonos portugueses. No Porto, a Loja Luz e Vida, em 1926, a este propósito refere-se mesmo ao “sonho alemão”. Norton de Matos menciona que já antes da I Guerra Mundial eram frequentes os conflitos entre portugueses e alemães residentes em Angola, com estes “a dar

¹¹⁰⁷ Pavel, de nome Francisco Paula de Oliveira, militante comunista e vítima de uma purga interna do PCP, do qual se virá a afastar, após a sua evasão da prisão, adotando o nome de António Rodriguez, quando se exila no México, exercendo a atividade de jornalista e escritor;

¹¹⁰⁸ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 1, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, p. 289;

mostras de se considerarem em terreno conquistado”.¹¹⁰⁹ Na realidade, entre a realização da Conferência de Berlim, que concede à Alemanha diversos territórios africanos, alguns dos quais Portugal reclamava, e o Tratado de Versailes, que estilhaça o Império Colonial Alemão, vive-se um longo historial de pequenos e grandes conflitos fronteiriços entre portugueses e alemães. Sobre este assunto, em 1926, a Circular nº 3, do Conselho da Ordem, com data de 17 de fevereiro de 1926, refere que:

“a Alemanha pretende, ao que parece o seu antigo prestígio para o que tenta alargar os seus domínios, á custa do património de outra nação. Convém-lhe, segundo afirmam, obter uma corrente de opinião internacional que lhe permita, a título de compensação, a concessão de mandatos coloniaes (...). Por outro lado tem merecido a atenção dos jornalistas portugueses os manejos da imprensa fascista que vem agitando a opinião pública na Itália no sentido de mostrar as vantagens do estabelecimento de colónias italianas em Angola, o que concorreria para a desnacionalização daquela nossa província (...)”.¹¹¹⁰

E mais adiante, sugere o Conselho da Ordem que se faça uma boa administração das colónias, através do seu desenvolvimento agrícola, comercial e industrial, não podendo a Maçonaria desinteressar-se do problema colonial, sugerindo que as Lojas existentes nas colónias se pronunciem sobre este assunto e dando como exemplos para reflexão as questões da autonomia administrativa, do regime dos Altos Comissariados, dos orçamentos provinciais, do regime bancário nas colónias, dos problemas decorrentes das pautas aduaneiras, vias de comunicação, impostos, ensino e defesa militar, numa longa lista que inclui ainda muitos outros temas.

Estes receios não são infundados e mais a chama é atizada quando Franz von Papen, que foi Chanceler durante a República de Weimar, de junho a novembro de 1932, e vice-Chanceler em 1933-34, sublinhou o desejo da Alemanha possuir colónias, sob pena de poder ser considerada uma nação fraca aos olhos das outras potências coloniais, ao mesmo tempo que soam também em Lisboa boatos da existência de negociações entre o governo de Salazar e o governo alemão, com vista a acolher em Angola cinquenta mil judeus alemães, o que o governo português se apressa a desmentir.¹¹¹¹ Cumpre aqui referir que para este pensamento dominante muito contribuíram também os integralistas que afirmavam que Portugal

¹¹⁰⁹ MATOS, Norton de, *Memórias e trabalhos da minha vida*, vol. 1, Coimbra, Ed. Imprensa da Universidade, 2005, p. 147;

¹¹¹⁰ *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, nº 3, fevereiro, ano de 1926, Ed. Grande Oriente Lusitano Unido, 1926, pp, 46 a 49;

¹¹¹¹ MADUREIRA, Arnaldo, *Salazar – a instauração da ordem*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2010, p. 167 e 168, sendo que não é a única fonte a referir este desejo alemão;

vivia um ponto extremo de fraqueza internacional, que levaria a que a Índia e Moçambique acabassem nas mãos da Inglaterra e Angola na posse da Alemanha.¹¹¹²

No contexto da Guerra, entre 1939 e 1945, as Colónias tiveram um papel mais importante do que à primeira vista pode parecer, o que também explica a sobrevivência do regime no pós-guerra. O regime optando por considerar simultaneamente perigosos o comunismo e o nazismo, negociando simultaneamente com a Alemanha e com os aliados, constrói um equilíbrio delicado e une os republicanos em torno de um ideal de império que havia que conservar. Compreende-se a coincidência de posições de republicanos e maçons com o regime e igualmente se compreende a desilusão do pós-guerra em relação aos aliados. O próprio Norton de Matos defendia a ideia de “unidade territorial”, que não era incompatível com uma certa autonomia governativa, argumentando que “tudo devemos fazer para tornar cada vez menos sensíveis as distâncias que separam os nossos territórios coloniais entre si e cada um deles da metrópole; temos de agir como se tratasse de um território único, constituído pelas províncias da metrópole e as províncias do ultramar”.¹¹¹³

Quanto a Moçambique, os antigos domínios coloniais alemães faziam fronteira no norte deste território e junto ao lago Niassa, no que hoje são a Tanzânia, o Burundi e o Ruanda. Refira-se a este propósito um folheto publicado em 5 de outubro de 1916 pela Loja Acácia, de Lisboa, intitulado *Portugal perante a conflagração europeia*, onde se começa por invocar a histórica aliança com a Grã-Bretanha e o velho “direito histórico” português em matéria colonial, a que os britânicos na altura se opuseram, e termina com o alerta da fragilidade territorial, em caso de uma eventual vitória alemã e conhecidas as suas ambições coloniais.

As colónias eram vistas como como escape mítico para as difíceis condições de vida na metrópole, ou simplesmente pelos seus recursos naturais, desempenhando um papel importante nos contextos social e político da época. Acrescente-se que a conjuntura da guerra fez despertar a cobiça de muitos sobre o império colonial português. A Bélgica chegou a equacionar a divisão de Angola, o mesmo acontecendo com Moçambique dividido entre sul africanos e rodesianos, da mesma

¹¹¹² LEAL, Ernesto de Castro, *Nação e Nacionalismos*, Lisboa, Ed. Cosmos, p. 1;

¹¹¹³ MATOS, Norton de, *Memórias e trabalhos da minha vida*, vol. 1, Coimbra, Ed. Imprensa da Universidade, 2005, p. 51;

forma que a Inglaterra chegou a prever ocupar os Açores e Cabo Verde, enquanto que os EUA igualmente admitiram a ocupação de Cabo Verde no caso de Portugal fazer uma opção clara pelas potências do Eixo. A verdade é que Portugal adquiriu muito equipamento militar à Alemanha em troca de volfrâmio, a par com cedências económicas, e de forma equivalente também adquiriu material bélico à Inglaterra, aquisições que vão ganhando peso à medida que Salazar se apercebe que a balança da guerra pende cada vez mais para os Aliados. A relação com os Aliados alarga-se a acordos de comércio, planos de defesa, formação militar, em que Humberto Delgado participa, e até à cedência de bases militares.

Mas a questão das colónias é bem mais complexa do que a aparência nos mostra, já que em causa não estavam apenas as matérias primas. Enquanto na Alemanha se perseguiram os judeus, entre outros, a Europa e o mundo nem sempre corresponderam com a solidariedade que invocaram no pós-guerra. Em 1938 as autoridades suíças recusaram a ideia da Sociedade das Nações de tomar medidas contra a Alemanha. Em França o regime de Vichy colaborou abertamente com as autoridades alemãs. As autoridades norte-americanas recusaram muitos refugiados, estabelecendo quotas, sendo célebre a recusa de novecentos refugiados judeus que estavam a bordo do navio St. Louis, o mesmo acontecendo com o Brasil ou Cuba. O governo britânico teve também uma política restritiva quanto à emigração, até que surge, em 1938, uma proposta de William Hearst, magnata da imprensa norte-americana, de que fossem canalizados para o Congo, Angola e Moçambique os judeus vindos dos vários pontos da Europa. Irene Flunser Pimentel refere-nos que contrariamente aos governos norte-americano e romeno, o governo britânico se mostrou contra esta ideia.¹¹¹⁴ Sabe-se que o governo português via com preocupação uma emigração, então calculada em dez milhões de pessoas, para Angola. Por isso, no contexto da II Guerra temos de olhar não apenas para o país em si, mas para a importância estratégica das colónias, assim como da Madeira e dos Açores. Por isso também interessou a Inglaterra manter Portugal fora do conflito, evitando que as ilhas caíssem nas mãos dos alemães, garantindo que através de Portugal a Espanha não entrasse no conflito e com isso garantindo um mais fácil acesso ao mediterrâneo. Por sua vez à Alemanha também interessava que Portugal estivesse afastado do conflito, garantindo com isso os seus interesses económicos.

¹¹¹⁴ PIMENTEL, Irene e NINHOS, Cláudia, *Salazar, Portugal e o Holocausto*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013, pp. 290 a 299;

Por seu turno, o PCP terá, até 1939, uma visão para as colónias a que não é estranha a presença de muitos republicanos e maçons na Frente Popular, posição que virá a abandonar em prol de uma aproximação à visão soviética no pós-guerra, não sem antes ter vivido a difícil situação de ter de aceitar e justificar o Pacto Germano-Soviético. Na realidade, no contexto da Frente Popular o programa desta fala claramente nas “nossas províncias ultramarinas, parte integrante e inviolável da Nação Portuguesa”, ao mesmo tempo que, em 1937, o PCP alertava para a integridade nacional em perigo face à cobiça inglesa e alemã sobre as colónias.¹¹¹⁵ Também nesta altura, como já vimos, o PCP acusava Salazar de submissão à Alemanha, chegando mesmo a evocar Paiva Couceiro. Em 1950, o PCP é omissivo quanto à autodeterminação dos povos das colónias, continuando a estender o conceito de nação aos territórios africanos. Só já nos anos cinquenta dentro, num reflexo da Guerra Fria, ocorre a grande viragem da visão do PCP sobre as colónias. Foi no V Congresso do PCP, realizado no Estoril em 1957, que se começou a referir a “luta dos povos coloniais contra o imperialismo”, culminando com o “reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias portuguesas de África, Ásia e Oceânia, dominados por Portugal, à imediata e completa independência”. Desse Congresso sai um documento com o título “Sobre o problema das colónias portuguesas”, onde o PCP afirma que o colonialismo está condenado e que está em discussão em termos internacionais, recorrendo às tomadas de posição decorrentes do XX Congresso do PCUS. O PCP afirma mesmo que estão criadas as condições para que os povos das colónias conquistem a “imediata e incondicional independência”, no entanto, o que é curioso é que o PCP, apesar de já estarem constituídos alguns movimentos de libertação, ainda ambicionava em alternativa apoiar a constituição local de partidos comunistas próximos do PCP, numa sucessão de ambiguidades que se estendem até fim da década de cinquenta. Uma dessas ambiguidades pode ser encontrada na campanha de Humberto Delgado, onde em 1958, o general, numa Proclamação de candidatura escreve que pretende “atualizar praticamente a integridade tradicional ultramarina, cujos fundamentos são a integridade espiritual, política e económica da Comunidade da População Portuguesa de aquém e além mar”.¹¹¹⁶ Entretanto, em 1959, um documento do PCP transcrito pela Legião Portuguesa alertava para o facto de em África estarem a surgir elites negras desligadas da influência ocidental maçónica ou

¹¹¹⁵ ROSAS, Fernando, *O PCP e a II Guerra Mundial* in NEVES, José, PEREIRA, José Pacheco, PITA, António Pedro, NUNES, José Arsénio, ROSAS, Fernando, CUNHAL, Álvaro, ALMEIDA, Vanessa, MADEIRA, João, RABY, David L., GODINHO, Paula, CARVALHO, Ana Margarida de, CARDINA, Miguel, LISI, Marco, LOUÇÃ, Francisco, GASPARG, Carlos, DRAGO, Ana, *Partido Comunista Português 1921-2021: uma antologia*, 1ª edição, José Neves (org.), Lisboa, Ed. Tinta da China, 2021, pp. 85 e 86;

¹¹¹⁶ *Arquivo Salazar, cartas AOS/CO/PC51/389 e seg.*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo;

marxista. Pacheco Pereira, na sua biografia sobre Álvaro Cunhal, nota que o documento citado vai mais longe considerando que a independência poderá ocorrer independentemente das mudanças políticas em Portugal.¹¹¹⁷

É também curiosa, a evolução da posição do PCP quanto à deserção ao serviço militar, assunto sobre o qual desconhecemos qualquer posição da Maçonaria. Quanto ao PCP, o partido entendia que os seus militantes não se deviam furtar ao serviço militar, predominando a tese apresentada no jornal *O Militante*, órgão teórico do PCP, segundo a qual

“o Partido desaprova as deserções individuais dos seus membros, os quais só poderão desertar quando estão em risco de serem presos como consequência da sua ação revolucionária ou quando acompanharem deserções coletivas”.

Recorde-se que o PCP entendia que os seus militantes deveriam cumprir o serviço militar “sempre com o objetivo de esclarecer os outros soldados”.¹¹¹⁸ Defendia o PCP as chamadas deserções em massa ou coletivas, expressas no documento “Preconizar a Deserção”, proposto por Álvaro Cunhal e aprovado pelo Comité Central do PCP, cujo objetivo era enfraquecer as Forças Armadas para que estas deixassem de apoiar o regime. No entanto, em 1967, o PCP altera ligeiramente a sua posição, mantendo o apelo à deserção por parte dos que haviam sido recrutados para a guerra, mas apelando aos seus militantes, que uma vez incorporados cumprissem o serviço militar e, no seio do exército, se dedicassem à tarefa de doutrinar soldados e oficiais no sentido de combater o regime.

Por último, importa aqui referir o que distinguia a Maçonaria de Angola da de Moçambique, os dois maiores núcleos da Maçonaria portuguesa nas colónias. Enquanto que em Angola assistimos a algumas Lojas cavalgarem sobre anseios autonomistas, tal é completamente omissa na documentação consultada referente a Moçambique. Talvez uma parte da explicação se encontre na distância física e psicológica em relação à metrópole. Mas a verdade é que as alterações administrativas decretadas pelos governos da República foram mais contestadas em Angola que em Moçambique. Por exemplo, durante a I República, a reorganização dos serviços de Fazenda das Colónias, que determinou que passasse a existir um inspetor Geral das Finanças reportando diretamente a Lisboa, causou mal estar entre os colonos angolanos, no que foi visto pela elite colonial como uma afirmação

¹¹¹⁷ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 3, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000, p. 357;

¹¹¹⁸ CAEIRO, António, *Paris-Lisboa: o autocarro da liberdade in Expresso (revista)*, 13 de abril de 2019, Lisboa, 2019;

do papel centralizador de Lisboa e de menorização das estruturas locais. Os protestos acompanhados pelas Lojas de Luanda, foram liderados pelo jornal *Independente* e pela Associação Comercial de Luanda, dirigida por Eusébio da Fonseca. Pedia-se a revogação da legislação com o argumento de ir contra o direito de Angola gozar de uma administração descentralizada e igualmente de constituir uma afronta ao governador. Nestes conflitos, Norton de Matos conquistou apoios e oposição da elite colonial, manobrada pelos monárquicos.

Por seu lado, em Moçambique, a Maçonaria virou-se mais para a vertente associativa e de apoio aos colonos, por comparação com Angola, o que fez com que as Lojas moçambicanas vivessem muito mais viradas para si e para a resolução dos seus problemas. Não é que em Angola também tal não tivesse sido realizado, mas de facto as instituições moçambicanas revelaram-se mais duradouras, eficazes e, paradoxalmente mais independentes, em relação à metrópole. Além da questão da distância física e psicológica, entroncam aqui as relações com a *Commonwealth*, muito mais intensas no caso de Moçambique. É verdade também que os desejos e os surtos desenvolvimentistas de Angola, nos primeiros anos do século XX, também fizeram com que a Ditadura, a partir de 1926, centrasse mais a sua atenção sobre Angola do que sobre Moçambique, com consequências para a Maçonaria local. E refira-se a propósito, que enquanto em Angola as Lojas conheceram a repressão das autoridades e o período de assaltos às suas instalações, em Moçambique, em novembro de 1930 era inaugurado o Palácio Maçónico, com a presença de Obreiros de outras Lojas de Moçambique e vários convidados estrangeiros, como referimos noutra parte deste trabalho. Ainda assim, em Moçambique, em 1961 e depois da apresentação do Programa para a Democratização da República, em certos meios passa a falar-se abertamente numa confederação entre Portugal e os territórios coloniais, acontecendo que nas eleições desse ano a lista de candidatos oposicionistas não tenha sido aceite, já que propunham uma solução federal para as províncias ultramarinas inspirada no exemplo inglês. Refira-se, a propósito do Programa para a Democratização da República, a atenção que este dá à questão ultramarina em dois momentos: o primeiro no Capítulo V - Política Ultramarina, onde no ponto 1 se pode ler que nas relações Metrópole-Ultramar se repudia qualquer manifestação de imperialismo colonialista, pretendendo-se assegurar os direitos fundamentais dos povos nos planos político, económico, social e cultural.¹¹¹⁹ Na

¹¹¹⁹ *Programa para a Democratização da República*, Porto, 1961, p. 14. Usaremos como referência a edição de Lisboa (impresso no Porto) do Programa. Consultámos também a edição de Lourenço Marques, igual no conteúdo, variando apenas na paginação;

verdade, ainda que o Programa não fale claramente de independências, não deixa de abrir a porta para tal, quando se escreve que a questão ultramarina é um problema essencialmente político, tornando-se “forçoso encontrar na paz – nunca na guerra – o caminho do diálogo entre as populações e o asseguramento de todos os direitos”.¹¹²⁰ Ao facto importante de o Programa introduzir no debate político a questão colonial e de afirmar que a paz apenas se poderia encontrar na própria paz e nunca na guerra, o governo respondia com uma referência às vidas perdidas nos palcos ultramarinos. Também, como atrás se escreveu, coloca-se em Moçambique a hipótese de uma confederação entre Portugal e as suas colónias, ideia da qual já Humberto Delgado falava na mesma altura.

“era evidente para qualquer pessoa de espírito liberal que a África se revoltaria contra o domínio branco, mas um reacionário como o Dr. Salazar não deu qualquer importância aos acontecimentos de 1960 quando a Mauritânia, o Senegal, o Sudão, a Costa do Marfim, o Alto Volta, a Togolândia, o Daomé, a Nigéria, o Chade, os Camarões, o Gabão, os dois Congos, a República Centro Africana, a Somália e Madagáscar se revoltaram contra a dominação branca, bem como países a quem fora concedida a independência em anos anteriores, como o Egipto em 1922, a Líbia em 1954, o Marrocos e o Sudão francês em 1956, o Gana em 1957 e a Guiné em 1958 (...)”.

Daí, Delgado se referir a um Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa, onde refere que:

“a oposição pretende a constituição de uma República Federal dos Estados Unidos de Portugal (...). A República mencionada, constituída pela federação dos povos sob protecção da bandeira portuguesa, ao reconhecer-lhes o direito da autodeterminação (...) cuja obtenção se apressará (...)”.¹¹²¹

Em matéria de política ultramarina o Programa refere ainda a necessidade de pugnar o estabelecimento de relações de cooperação com os países vizinhos, a normalização de relações diplomáticas com os novos Estados independentes da África e da Ásia, de modo a “defender a continuidade do papel histórico da civilização portuguesa na aproximação do Ocidente e do Oriente, e a negociação de um *modus vivendi* com a União Indiana, que a sentença do Tribunal de Haia veio tornar indispensável”.¹¹²² O regime, por seu lado, irá ainda tentar colar este programa ao PCP ao afirmar que é nítido o rasto da influência comunista, e deter alguns dos signatários deste documento.

¹¹²⁰ *Programa para a Democratização da República*, Porto, 1961, p. 51;

¹¹²¹ DELGADO, Iva, *Memórias de Humberto Delgado*, 4ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 263 e 266;

¹¹²² *Programa para a Democratização da República*, Porto, 1961, p. 50;

20.2 - A Kuribeka em Angola

Kuribeka é o termo comum pelo qual era conhecida a Maçonaria em Angola. É um termo ovimbundo cujo significado é depreciativo, já que significa “oferecer-se” ou “disponibilizar-se” num sentido subserviente. Daí também integralistas e monárquicos terem recorrido a ele para designar a Maçonaria. Um relatório, provavelmente da autoria de António Augusto Franco, por semelhança com o que é referido a seguir e devidamente identificado, dirigido ao Conselho da Ordem, em janeiro de 1929, refere que:

“a maçonaria – em Angola conhecida por kuribeka – é um fantasma inquietante, quando não é digno de sarcasmo, como sucede geralmente. É um conceito quase geral, até entre os pprof.: com bastante cultura intelectual, que a kuribeka é uma instituição privativa de Angola, sem nenhuma ligação com a Maçonaria de Portugal, e assim resulta que qualquer maçom que venha da metrópole é melhor acolhido, quando se lhe vem a conhecer a sua qualidade maçónica, do que qualquer Ir.: inic.: em Angola e aqui residente. Este último é o kuribeka, e como tal merece todo o ódio, toda a má vontade e todo o sarcasmo. Devo aqui registar que esta má disposição contra os kuribekas é em grande parte motivado pela influência que alguns Ilr.: têm desfrutado junto dos governos de Angola, e na proteção que os Ilr.: mais ou menos se dispensam, o que não é bem visto nesta sociedade (...)”.¹¹²³

Um relatório crítico da atividade das Lojas, da autoria de António Augusto Franco e dirigido ao Conselho da Ordem, transcrito por António Ventura, refere que o kuribeka

“merece todo o ódio, toda a má vontade, todo o sarcasmo. Devo aqui registar que esta má disposição contra os kuribekas é em grande parte motivada na influência, nem sempre bem orientada, que algumas Lojas e alguns Irmãos têm desfrutado nos governos de Angola, e na proteção que os Irmãos mais ou menos dispensam o que não é bem visto nesta sociedade enferma de egoísmos e de preconceitos”.¹¹²⁴

A atividade das Lojas nas colónias tinha dificuldades específicas. O relatório atrás referido fala numa guerra “que os pprof.: movem aos maçons”, referindo-se à província do Lubango, com “constantes ataques aos seus legítimos interesses (...) até às maiores contrariedades em todos os actos que os maçons intervenham”, potenciadas com a Ditadura, em 1926. Uma outra dificuldade, que salta mais à vista na correspondência, mas que é extensiva a todo o território, era a diferença

¹¹²³ *Processo da Loja Paulo Dias de Novais, de Malange – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹¹²⁴ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 774;

temporal entre os acontecimentos ou decisões, nomeadamente do Conselho da Ordem, e o conhecimento que as Lojas tinham deles. A opção via postal era usada, mas nem sempre confiável. Uma boa parte das comunicações era feita por portador quer da metrópole para as colónias, quer em sentido inverso. Outro dos problemas, especialmente sentido na década de vinte, era a depreciação da moeda, o que se traduzia em encargos suplementares para as Lojas fora da metrópole. Para estas Lojas ainda havia uma dificuldade suplementar, que era o facto de ter de trocar o dinheiro local pelas notas usadas na metrópole. o que por vezes era complicado e oneroso, face aos montantes e às taxas aplicadas. Uma carta da Loja Silva Porto, do Bié, dá conta das dificuldades também económicas referentes à montagem de um Templo na província, exemplo que não encontramos noutras Lojas, o que indicia algum desafogo económico por parte da maioria dos maçons angolanos.

Em Luanda e à semelhança do que aconteceu no continente, em 1929, ocorreram assaltos aos Templos maçónicos. Como já aqui foi referido, as Lojas Independência Nacional e Pátria Integral viram as suas instalações assaltadas e os seus documentos apreendidos. A Loja Pátria Integral, criada em 1915, viria a desaparecer durante a clandestinidade, dela fazendo parte, entre muitos outros António Tavares d'Almeida, João Augusto Ferreira, Eduardo d'Almeida Azevedo, Henrique Cayate, Manuel Ferreira Sepas, Luís da Silva Cunha e Maurício Marques Paixão, sendo uma Loja que além dos graus simbólicos reunia também o Capítulo e o Areópago, facto demonstrativo da sua importância. Era igualmente uma Loja que tinha a seu cargo a escola Rita Norton de Matos, em Luanda, que ministrava o ensino primário e profissional a raparigas. Numa evolução desta escola, Norton de Matos dinamizará as Escolas Oficina em Angola, que ainda que ministrassem a língua e a escrita portuguesa ou a educação moral e a cultura física tanto a rapazes como raparigas, ao contrário da Escola Oficina de Lisboa destinava para aqueles o ensino primário técnico de artes e ofícios, e para aquelas o ensino de costura, trabalhos domésticos e de “quaisquer profissões compatíveis com o seu sexo”.¹¹²⁵ Com isto, verificamos que o ensino segundo o modelo das Escolas Oficina, no âmbito da Maçonaria, era distinto consoante as zonas do país.

Uma carta desta Loja, datada de 5 de dezembro de 1936, refere que:

“a propaganda jesuítica e fascista é formidável, sendo até pregada nos púlpitos das igrejas (...), a censura não deixa publicar na imprensa escrito algum onde se revelem as verdades ou se indiquem as injustiças, nem mesmo transcrições; quem pretender

¹¹²⁵ MATOS, Norton de, *A Nação Una*, Lisboa, Ed. Paulino Ferreira, Filhos Lda, 1952, p. 97;

defender os nossos sublimes ideais, embora singelamente e com simplicidade, fica sujeito a ser preso e imediatamente encarcerado e incomunicável”.¹¹²⁶

De realçar a luta desta Loja contra as pautas alfandegárias, podendo na carta atrás referida, ser lido que:

“lucta-se – há bastantes anos – com a enorme crise que assoberba a colónia e que a todos toca, muito especialmente quando entrarem em vigor – Janeiro próximo – as novas pautas alfandegárias, que sem sombra alguma de dúvida, tornarão a vida dos colonos insuportável, um verdadeiro sacrifício, para aqueles que tiverem forças para o suportarem”.¹¹²⁷

Não era, no entanto, o único tema que preocupava a Loja. A questão do desemprego em Luanda merece duas cartas dirigidas ao Conselho da Ordem, uma delas, longa e com data de 5 de setembro de 1930, onde uma Comissão com o incentivo da Loja pede a

“todos os desempregados e demais indivíduos a quem possa interessar este momentoso assunto, a comparecer no dia 4 do corrente, pelas 5 horas da tarde no Largo Pedro Alexandrino, para ali tratar da Directoria a dar ao movimento dos sem trabalho, que na situação desesperada em que se encontram não podem contentar-se com paliativos morosos, mas outro sim com uma solução rápida e concludente, que livre da miséria e da fome, as cinco centenas de indivíduos que são hoje os desempregados de Loanda”.¹¹²⁸

Quanto à Loja Independência Nacional, de Luanda,¹¹²⁹ chegou mesmo a advogar o corte de relações comerciais com a metrópole, ao mesmo tempo que dizia que Norton de Matos transigia demasiado com Lisboa. Esta posição, mais radicalizada, era o reflexo dos anseios de parte de uma burguesia branca e mestiça, predominantemente luandense, que acusavam a administração colonial de impedir o seu desenvolvimento. Foi uma Loja particularmente ativa, quer em Angola, quer no seio da Maçonaria portuguesa e foi também uma Loja que, à semelhança do que acontecia na metrópole, após 1935 se apoiava numa empresa para a recepção de correspondência e para alguns encontros mais discretos, neste caso a firma Dantas Valadas e C^a Lda, da qual era sócio Abílio Coutinho Romão. Sabe-se igualmente

¹¹²⁶ *Processo da Loja Pátria Integral, de Luanda – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹¹²⁷ *Processo da Loja Pátria Integral, de Luanda – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹¹²⁸ *Processo da Loja Pátria Integral, de Luanda – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹¹²⁹ Sublinhe-se que encontramos documentação da Loja Independência Nacional onde é clara a sua origem: Luanda, havendo alguma que a situa em Benguela. Na realidade a Loja era de Luanda, mas a correspondência por vezes tinha origem em Obreiros de Benguela ou era a eles dirigida, pelo que por vezes aparece a designação da Loja ao Vale de Benguela;

que as Lojas Pátria Integral e Independência Nacional, continuaram a sua atividade após 1935 até se extinguirem em data incerta.

Pouco se sabe da Loja Paz e Trabalho, de Malange, para além do facto de ter Levantado Colunas em janeiro de 1925. Pelo contrário, a comprovar o seu dinamismo, existe alguma documentação da Loja Paulo Dias de Novais, também de Malange e igualmente criada em 1925, e cujo nome constitui uma homenagem ao primeiro governador de Angola. Desta Loja existe em arquivo uma interessante carta, onde se pronuncia sobre as miseráveis condições dos condenados e trabalhadores forçados, numa prova de um dos assuntos que esta Loja discutia nas suas reuniões. Esta carta, datada de 21 de fevereiro de 1928, chama à atenção dos Obreiros das Lojas Pátria Integral e Independência Nacional, em Angola, para a

“situação miserável da brigada de trabalhadores no prolongamento da linha férrea Luanda – Malange. Compõe-se essa brigada (...) de condenados, vadios e cadastrados. Esta categoria não tem existência legal; provem de uma flagrante injustiça, do mais desmarcado arbítrio. É possível que compreenda indivíduos inadaptáveis, com um activo grande de crimes; de tarados incorrigíveis; de meliantes sem ofício nem benefício; de desordeiros relapsos; de criaturas, enfim, cujo contacto não convenha a homem de bem. É possível; mas certo é também que abrange um número relativamente avultado de chefes de família e de operários e industriais, que no momento da captura exerciam os seus misteres com regularidade”.

E mais adiante, referindo-se às condições dos condenados, pode ler-se sobre a desumanidade com que os condenados eram tratados, pela duração da jornada de trabalho ou pelos castigos corporais, nunca interrompendo o trabalho

“ainda que as chuvas atinjam o máximo de intensidade e a estas suceda um calor imoderado (...), com castigos corporais retalhando-lhes as carnes a cavalo marinho, tantas vezes sem razão. Acresce ainda a circunstância de lhes não ser fornecida roupa interior, nem calçado (...). Até há um mês aproximadamente, não lhes fora distribuída enxerga, nem mantas, dormindo, apesar das noites frias envoltos em capim”.¹¹³⁰

Pela semelhança de informações esta carta da Loja Paulo Dias Novais tem uma relação com uma folha volante com data de fevereiro de 1928 e origem em Malange, Angola, assinada por “um grupo de homens que coloca acima da política os seus princípios de Humanidade”.¹¹³¹ Nela se dá conta que “o envio para o degredo (...)

¹¹³⁰ *Processo da Loja Paulo Dias de Novais, de Malange – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹¹³¹ *Processo da Loja Paulo Dias de Novais, de Malange – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

está ao simples arbítrio da polícia, sem que qualquer tribunal interfira nessa resolução”. Referindo as condições de trabalho desumanas na construção de um novo troço do caminho de ferro de Benguela, onde a alimentação “além de deficiente, é composta por um rancho nojento, que o preso não pode recusar sob pena de rigoroso castigo”, e onde também as “condições higiénicas são comparáveis à promiscuidade dos irracionais mais inferiores da cadeia zoológica”, e ainda onde “a condução para o local de trabalho é feita num comboio, indo os presos nuns vagões denominados jotas, que em toda a parte se utilizam para transporte de animais”, com pouca água fornecida aos presos, que nem chega para “as mais rudimentares limpezas do corpo”. Note-se que estas condições não eram um exclusivo dos presos de delito comum, sendo extensíveis aos deportados por motivos políticos.

A questão do trabalho forçado é também abordado pela Loja Pátria Nova, do Bié. Uma Loja com origem em 1911, que se manifesta contra a deslocação de trabalhadores para o Congo e para S. Tomé, “feito com o auxílio directo d’algumas autoridades e duma forma irregular e perigosa (...) para o bom nome de Portugal”. Refere esta Loja que:

“a questão da mão d’obra em Angola é melindrosa e tem que ser tratada com as necessárias reservas, porque estamos rodeados de olhos cobiçosos, espiões das nações estrangeiras interessadas em nos desacreditar perante a Sociedade das Nações. Mas esse facto não impede que nós cumpramos o nosso dever de encaminhar o indígena de forma a fazê-lo adquirir hábitos de trabalho que só pode obter junto do agricultor europeu (...). Sem isso não é possível agricultura, e sem isso o desenvolvimento económico, por via da valorização da terra, será sempre uma risonha aspiração... Compenetrados desta verdade, temos agido no sentido do que fica exposto, mas sempre norteados pela doutrina de que a protecção ao indígena tem de exercer-se sem tibiezas. E foi por este facto que procuramos evitar que ele seja obrigado a sair das suas terras (...).”¹¹³²

Torna-se assim importante o papel exercido pelas Lojas nas colónias no sentido de uma consciencialização coletiva, infelizmente com poucas repercussões fora da Maçonaria. Refira-se que o ambiente social em Angola não era tão pacífico quanto à primeira vista se pode pensar, e por isso a atenção que as Lojas davam às questões do desemprego e das condições de trabalho. A década de vinte conheceu violentos protestos em Benguela e greves dos trabalhadores dos caminhos de ferro, ao

¹¹³² *Processo da Loja Pátria Nova, do Bié – correspondência, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;*

mesmo tempo que greves e condições de trabalho ou desemprego despertavam pouca atenção das autoridades coloniais locais. Por isso, tais assuntos eram frequentemente vistos pelos governos como situações exacerbadas pelas Lojas e não como problemas de facto. E ao mesmo tempo que as autoridades locais desvalorizavam estes problemas, o governo central em Lisboa, mostrava-se pouco sensível a estas questões de ordem social e económica. Fundamentais, para Lisboa, eram as questões do equilíbrio económico e da ordem pública, sendo aqueles problemas classificados de “ambições pessoais” e de ações da “maçonaria anticlerical e antipatriótica”.¹¹³³ Para Adelino Torres, neste documento, por detrás está uma clivagem entre o governador da província e um bloco profissões liberais, trabalhadores dos caminhos de ferro e funcionários públicos, que de resto constituíam o grosso dos Obreiros das Lojas.

A Loja Pátria Nova, uma das mais ativas em Angola, intervém no mesmo sentido acrescentando também a questão do desemprego, ao referir que “há fome na colónia. Muitos compatriotas nossos vagueiam sem emprego; muitos comerciantes estão prestes a ficar sem ter que comer. Comerciantes e agricultores”, enquanto outros seriam tomados pelo desespero. E, a par destas questões, a Loja ainda se mobilizava contra a extinção do distrito do Bié, pugnava pela instalação do Banco de Fomento, argumentando que sem ele não seria possível o desenvolvimento agrícola, tentava a anulação do contrato de exclusividade da exploração diamantífera, e ainda tinha disponibilidade para apoiar o jornal *Vila Silva Porto* e ter a seu cargo a Escola Pátria Nova, com aulas de instrução primária, marcenaria, labores e costura. De referir que na Vila General Machado, no Bié, existiu também a Loja Silva Porto, da qual as notícias são escassas, sabendo-se apenas que foi instalada em dezembro de 1932 e que provavelmente desapareceu em 1935.

Não seria fácil a vida dos maçons em Angola ou Moçambique. Em Luanda, do ambiente hostil que decorria desde os assaltos de novembro de 1929, é dada conta ao Conselho da Ordem em carta datada logo de 1 de dezembro desse ano. Nela se pode ler que as autoridades da colónia “iam alistando os camisas de caqui”, referindo-se aos integralistas, numa “decidida perseguição contra os kuribekas, como depreciativamente há muitos anos somos alcunhados em Angola”.¹¹³⁴ Estes acontecimentos em 1929 e 1930 enfraqueceram definitivamente as Lojas de

¹¹³³ TORRES, Adelino, *Angola: conflitos políticos e sistema social (1928-1930)* in http://www.adelinotorres.info/trabalhos/Angola-Conflitospoliticosesistemasocial_1928-1930.pdf, p. 13;

¹¹³⁴ *Processo da Loja Pátria Integral, de Luanda – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Luanda.¹¹³⁵ Uma carta de 1932 refere que as perseguições de que a Loja Pátria Integral era alvo não permitia que a mesma trabalhasse com a regularidade e cumprindo os Regulamentos que regiam a atividade maçónica.

Em causa estava sempre a questão da Liberdade, igual em qualquer ponto do país. A Loja Pátria Integral, tem uma outra carta, com data de fevereiro de 1930, onde se pode ler que:

“acabámos de resolver, novamente, entrar de férias, por tempo indeterminado, embora sem deixar de trabalhar, mas divididos por uma triang.: ad-hoc, por se tornar eminente, de novo, o vexame do assalto (...). O novo Comandante da Polícia mostra-se animado de tal zelo, que basta a simples reunião de 3 ou 4 carros, junto de qualquer morada, e de grupos de mais de meia dúzia de pessoas, sejam de que categoria forem, para inquirir do que se trata (...). Alguns de nós, mais em evidência (...) são vigiados nas suas residências”.¹¹³⁶

Nesta carta a Loja acrescenta ainda a desatenção do governo da Colónia pelas coletividades, as dificuldades causadas pelos integralistas ou novamente a questão dos desempregados. Acrescente-se que numa outra carta, sem data, mas que será posterior à instauração do Estado Novo pela referência nela contida, podemos ler que “por mais boas vontades que apareçam, por mais esforços que se preguem para desenvolver a acção maç.: tudo é baldado pelas constantes perseguições a todos aqueles que não comungam no credo político do estado novo”, prova de que o braço repressivo do regime facilmente chegava aos domínios coloniais.

Em Benguela poderíamos destacar ainda a Loja Pró-Pátria¹¹³⁷ que adotou uma prática republicana e autonomista, não havendo, no entanto, registo de particulares perseguições. Existe uma carta de um Obreiro da Loja Independência Nacional, de Luanda mas residente em Benguela, onde se refere que “a maçonaria em todo o distrito de Benguela trabalha com toda a regularidade apesar dos muitos inimigos que tem (...) e nos seus Templos”, o que indicia que teria escapado a algumas perseguições, nomeadamente a onda de assalto aos Templos. Sobre os anseios

¹¹³⁵ Uma outra Loja existe neste período, cujas informações são escassas e da qual se desconhece a sua data de extinção. Sabe-se apenas que trabalharia no Rito de Mênfis, tendo atividade na década de trinta, sendo independente do GOLU e dirigida por Fausto Quadros, que havia sido expulso do GOLU anos antes, depois de ocupar altos cargos, *Documentos vários*, Arquivo de Fernando Marques da Costa;

¹¹³⁶ *Processo da Loja Pátria Integral, de Luanda – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹¹³⁷ Esta Loja nasceu em 1924 no seio do Grémio Luso-Escocês, aderindo ao GOLU em 1926 e desaparecendo durante a clandestinidade. Há uma outra Loja com o mesmo nome de Pró-Pátria, em Catumbela, também Angola, criada em 1904 e que se transferiu para o Lobito em 1911, tendo-se extinguido em 1915;

autonómicos e a reivindicação de uma menor dependência face à metrópole podemos ler um artigo inserto no jornal *O Lobito*, singularmente designado de “órgão dos interesses do porto e cidade do Lobito” que nos diz que:

“considerando que a colónia é um cancro do País e que, por consequência, impossível é de atender os seus pedidos, - entregue-se a mesma colónia aos colonos que por cá labutam, - porque portugueses são, - a título de experiência, a ver se por si, - com todas as liberdades de exportar e de importar, poderão fazer o que a Mãe Pátria não pode fazer. E depois gostaria de saber o que sucederia às indústrias nacionais; às companhias de navegação e ao comércio exportador da Metrópole, que só pedem medidas de protecção, obrigando-nos à escravatura das suas vontades”.

Depois de uma referência a Abílio Coutinho Reimão, identificado como dos colonos mais antigos e sócio gerente da mais antiga farmácia de Benguela, autor de “palavras desassombradas” no dizer do articulista, este remata escrevendo que:

“Angola sente, em peso, como Abílio Reimão. E eis porque começa a querer que a deixem sacudir de si a responsabilidade de ser cancro da Nação; que lhe permitam resolver as suas dificuldades, habituada e ensinada já, felizmente, a nada receber da metrópole; que lhe entreguem a administração pública, com a inerente liberdade de exportar e de importar quanto produzir e quanto lhe for necessário à vida (...)”.¹¹³⁸

Recordem-se aqui, uma vez mais, os anseios de alguma autonomia administrativa experimentados durante o consulado de Norton de Matos, e as posteriores limitações económicas impostas por Salazar às colónias e ainda o conflito entre as Lojas maçónicas locais e o governador.

Também em Benguela trabalhou a Loja Lusitânia, com origem no ano de 1905, que possuía alguns Obreiros em Luanda, de onde por vezes emite correspondência, e que era uma Loja muito atenta aos problemas do governo de Angola, expondo regularmente ao Conselho da Ordem assuntos com ele relacionados. Em 1910, a Loja criou a Associação Literária e Recreativa de Benguela, com fins culturais e de ensino. Há ainda a referir a Loja Humanidade Universal, em Vila Luso, no Bié. Era uma Loja relativamente pequena, que em 1933 regista um quadro de quinze obreiros. De referir também a Loja Tavares de Carvalho, de Nova Lisboa, autora de uma *História do Regimen Republicano*, sendo documentado o apoio que deu a alguns deportados, assim como a colaboração que deu a outras Lojas de Angola, ou a Loja Pátria Livre, criada em 1916 em Moçamedes, que tinha um Templo próprio, ainda que em casa alugada, e uma pequena biblioteca, ou a Loja Salvador Correia

¹¹³⁸ “Minuto (Um) de Silêncio” in *O Lobito*, 14 de outubro de 1933, Luanda, 1933;

de Sá, em Luanda, sendo que destas duas últimas a informação hoje existente é muito escassa. Todas, exerciam uma ação de dinamismo social e de apoio aos colonos que é de registrar.

Há também referências à Loja Lusíadas, no Lubango, criada em 1916 e que dura até à clandestinidade, admitindo-se que tenha desaparecido após 1935. A Loja Lusíadas, segundo a correspondência hoje conhecida, teve uma quebra na sua atividade entre 1920 e 1925, devido a divergências internas, que um relatório posterior identifica com atitudes de elementos da Loja “pouco ponderados”, causadores do desprestígio da Ordem. Destaque para as preocupações desta Loja com a colonização, sendo de referir um documento elaborado em 1918 e que aborda questões sociais como a justiça das condições de trabalho ou as remunerações, mas também a obrigatoriedade do trabalho ou o desenvolvimento agrícola. Curiosamente, num relatório com data de janeiro de 1929, pode ler-se que:

“a cultura intelectual tem aqui um nível muito inferior. A maioria da população, sobretudo a que mais predomina pela sua estabilidade, veio para cá a procurar fortuna, quando isto estava mal povoado de europeus. O que lhes sobejava de vontade de trabalhar e de enriquecer, faltava-lhes em instrução e... muitas vezes, em escrúpulos! A luta pela vida é aqui mais viva, por vezes feroz (...). Em promiscuidade com estes elementos, vieram colonos recrutados entre os peores elementos madeirenses, e também vieram deportados e degredados. (...) Sobre tudo isto, a falta de assistência escolar para os filhos destes colonizadores, mal alimentados corporal e espiritualmente (...) tem feito da população planáltica do sul de Angola um povo ignorante e egoísta, eivado de todos os preconceitos”.¹¹³⁹

Já aqui foi referido que em Angola e Moçambique algumas Lojas continuaram a trabalhar ignorando a ilegalização. Tanto que em 1950 é feito um Decreto com data de 20 de abril, nomeando Fernando Augusto Leal¹¹⁴⁰ como inspetor para Angola com a incumbência expressa de nomear delegados, criar novas Lojas e Levantar Colunas de antigas Lojas. Não tendo o mesmo espírito associativo de Moçambique, ainda assim registam-se algumas associações de influência maçónica, de que um dos exemplos é a Associação Beneficente dos Empregados do Comércio, em Benguela e ligada às Lojas Pró-Pátria e Lusitânia.

Mesmo após as Lojas angolanas se terem extinguido assinala-se a ação de muitos maçons que não baixaram os braços em defesa da Liberdade. Registe-se aqui o

¹¹³⁹ *Processo da Loja Lusíadas, do Lubango – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹¹⁴⁰ Nome simbólico Galan, da Loja Rebeldia;

nome de Simões Raposo que, depois de ocupar importantes cargos na estrutura maçónica, vamos encontrar em Luanda como um dos mais ativos dinamizadores do MUD, o mesmo sucedendo com António Gonçalves Videira.

20.3 - Em Moçambique

Também em Moçambique a Maçonaria esteve presente, com algumas Lojas a ganharem uma dimensão e uma dinâmica muito significativa, sendo disso exemplo, entre outras, a Loja Cruzeiro do Sul, em Lourenço Marques onde, de resto, ainda hoje se vislumbram memórias maçónicas. As primeiras Lojas foram criadas ainda no século XIX, diferenciando-se em relação a Angola, por uma ligação mais clara a associações cívicas, culturais ou profissionais. É o caso da Associação dos Velhos Colonos, criada em 1919, que mantinha com as Lojas uma estreita ligação, a tal ponto que, após a ilegalização da Maçonaria em 1935, se substituiu às Lojas e manteve a união dos maçons residentes em Moçambique. Igualmente criou uma Escola Industrial e de Artes Decorativas, uma Escola Comercial, um lar, um posto médico e diversos outros serviços.

Como já se escreveu, em Moçambique a presença maçónica vem do século XIX, sendo de destacar a fundação por maçons da Sociedade de Floricultura que impulsionará a criação de um jardim botânico, ou o papel de Joaquim José Machado, maçom e grande entusiasta do desenvolvimento ferroviário. Apesar da atividade significativa que a Maçonaria em Moçambique conheceu, a verdade é que essa atividade se concentrou nas antigas cidades de Lourenço Marques e da Beira. Nesta última, há que referir a Loja Inhambane, nascida em 1906 e que regista a sua existência até 1935, assim como a Loja Oriental, nascida também em 1906 e que se mantém até à clandestinidade, à qual, em 1924, foi atribuído o título de Augusta e Benemérita pela sua ação no ensino, tendo criado e administrado uma Escola de Artes e Ofícios e ainda o Instituto Elias Garcia. Outras Lojas são de referir, como é o caso da Loja Orion, que trabalhou em Quelimane entre 1905 e a década de quarenta, já no período da clandestinidade, da Loja Gomes Freire, fundada em 1918 no seio do Grémio Luso-Escocês e integrada no GOLU em 1926 e que durou também até à clandestinidade. Também entre 1927 e 1935 trabalhou em Lourenço

Marques a Loja Lusitânia ¹¹⁴¹, que praticava o Rito Escocês Antigo e Aceito. Vemos que em geral e formalmente as Lojas acataram a clandestinidade. No entanto, todos sabiam onde se situavam as escolas ligadas às Lojas, mantiveram-se os elementos decorativos do Palácio Maçónico em Lourenço Marques e as associações cívicas continuaram a trabalhar como até aí. Outras estruturas maçónicas não tiveram tanto sucesso, como o Triângulo 267 em Vila Peri ligado à Loja Ofir.

A merecer um especial destaque temos a Loja Ofir, na Beira, capitular em 1918 e que trabalhou durante boa parte da clandestinidade. O Decreto nº 20 de 19 de outubro de 1949 refere que:

“atendendo a que, num dos períodos mais longos de maior violência contra a Maçonaria Portuguesa, a Resp.: Loja Ofir nº 372, com sede ao vale da Beira (Moçambique), nunca abateu colunas e manteve sempre vivo o espírito maçónico e na mais perfeita lealdade ao Grande Oriente; atendendo a que tal procedimento é digno de reconhecimento público e deve apontar-se como exemplo a todas as Lojas da África portuguesa (...)”. ¹¹⁴²

Deste Decreto resulta também um louvor ao seu Venerável, o Irmão Alfredo da Graça, ¹¹⁴³ farmacêutico e cirurgião dentista na Beira, por relevantes serviços prestados à Ordem. Mas este Decreto encerra um aspeto muito mais relevante: a sua data de 18 de outubro de 1949, demonstrando que pelo menos até esse ano a Loja Ofir havia funcionado ininterruptamente, e que o Irmão que a dirigia teria, segundo esse Decreto, já 36 anos de vida maçónica. Refira-se que Alfredo da Graça seria nomeado inspetor para Moçambique em 1950, por Decreto de 18 de setembro, com a incumbência de “restaurar as antigas oficinas e instalar as que venham a ser fundadas de novo”, assim como nomear delegados do GOLU “para os vales mais importantes e onde não funcione qualquer Oficina”.¹¹⁴⁴ Entretanto, cerca de dez anos depois, o Decreto nº 7 de 11 de fevereiro de 1960, dá como adormecidas as Lojas Cruzeiro do Sul e Lusitânia, ambas de Lourenço Marques, nomeando um novo delegado com o objetivo de “intensificar a expansão maçónica” e de instalar um Triângulo a fim de oportunamente se transformar em Loja.¹¹⁴⁵ Também na Beira trabalhou a Loja 19 de Junho, da qual são muito poucas as informações hoje

¹¹⁴¹ *Processo da Loja Lusitânia, de Lourenço Marques – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Documentação da Loja permite-nos recuar a data da sua existência e até hoje conhecida de 1928 para 1927;

¹¹⁴² *Processo da Loja Ofir, da Beira – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹¹⁴³ Referido pelo nome simbólico de Remy;

¹¹⁴⁴ *Decretos do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹¹⁴⁵ Este Decreto está datado dos 11 dias do 12º mês do ano de 5292. Ainda que 5292 corresponda a 1959, começando o calendário em março, o 12º mês corresponderá a fevereiro de 1960;

conhecidas, sabendo-se no entanto que era uma Loja simbólica e capitular, tendo pertencido ao Grémio Luso-Escocês.

No contexto maçónico moçambicano e até de África há que destacar o Palácio Maçónico existente na antiga Lourenço Marques.¹¹⁴⁶ Uma carta da Loja Cruzeiro do Sul que dá conta da sua inauguração ter ocorrido a 29 de novembro de 1930, contando com a presença de quatrocentos e vinte Irmãos, pertencentes a todas as Lojas portuguesas de Moçambique e ainda Irmãos de diversas Lojas inglesas da África do Sul, para além da presença dos Supremos Conselhos da Holanda e de Portugal,¹¹⁴⁷ um pormenor interessante para o que se refere às questões da Regularidade. Os Irmãos da Loja Cruzeiro do Sul indicam ainda que estavam presentes maçons dos ritos Escocês Antigo e Aceito, Inglês, York e Irlandês. Referem também que no dia seguinte receberam “250 senhoras da melhor sociedade de Lourenço Marques e do Transvaal, famílias dos maçons, seguindo-se um baile que se realizou nas espaçosas salas do Palácio Maçónico, como lhes chama o vulgo desta cidade”.¹¹⁴⁸ Sabe-se que havia espaço para reuniões, biblioteca, sala de conferências e ainda um pequeno jardim que cercava o edifício e que ainda hoje é perceptível nas imagens da época. Aliás, da inauguração e do edifício foi produzido um álbum fotográfico entregue ao Conselho da Ordem pelo Irmão José da Pena. O Palácio foi também visitado por José Ricardo Pereira Cabral, governador de Moçambique entre 1926 e 1938.

É verdade que foram muitos os que sobressaíram na Maçonaria moçambicana. Apesar de, por isso, podermos ser injustos ao destacar alguns nomes de Irmãos cuja atividade maçónica e filantrópica se destacou, não podíamos esquecer os nomes de Luciano Inácio Félix, chegado a terras de Moçambique com a idade de dezanove anos, ali vindo a falecer, em 1946, com a idade de setenta e oito anos e possuindo o Grau 33 do REAA, que juntamente com Fernando Melo Alves e Henrique Beltrão, foram fundadores da Sociedade de Instrução e Beneficência 1º de Janeiro, ligada à Loja 1º de Janeiro, esta fundada em 1903. Nomes incontornáveis

¹¹⁴⁶ Cidade de Maputo, a atual designação da antiga Lourenço Marques, num edifício que é atualmente ocupado pela Escola Industrial de Maputo, fazendo esquina na Avenida 24 de Julho com a Avenida Vladimir Lenine;

¹¹⁴⁷ *Processo da Loja Cruzeiro do Sul, de Lourenço Marques – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Uma primeira carta da Loja, datada de 6 de agosto, dá conta que o Palácio será inaugurado no dia 4 de outubro de 1930 pelas 17 horas. Uma segunda carta, em jeito de relatório e datada de 12 de janeiro de 1931, informa que o Palácio foi efetivamente inaugurado a 29 de novembro de 1930;

¹¹⁴⁸ *Processo da Loja Cruzeiro do Sul, de Lourenço Marques – correspondência*, carta de 12 de janeiro de 1931, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

da vida desta Loja foram, entre outros, Ernesto Pinto de Magalhães, ou ainda Henrique Gouveia Beltrão, que tendo sido iniciado na 1º de Janeiro, passou mais tarde à Loja Liberdade, de Lisboa e regressou posteriormente à 1º de Janeiro, ou ainda José António Carvalho (Carvalhinho), o dono da primeira livraria nascida em Lourenço Marques. Foi uma Loja que acompanhou o Supremo Conselho quando da cisão de 1914, tendo regressado ao GOLU em 1926, só vindo a desaparecer após 1935. Esta Loja criou e manteve uma escola em Lourenço Marques e mais duas, uma delas na Beira, destinadas a crianças e adultos, através da Sociedade de Instrução e Beneficência 1º de Janeiro, então situada na Av. Elias Garcia, em Lourenço Marques e que constituiu uma referência pedagógica e de cuja atividade há registos pelo menos até 1935. Era, segundo a Loja 1º de Janeiro, uma escola primária com ensino diurno e noturno, recebendo alunos de várias etnias e orgulhando-se da excelência do seu corpo pedagógico, contando no seu programa escolar com o ensino da música, seguindo a prática instituída de atribuição de prémios aos melhores alunos e dando apoio aos mais desfavorecidos, nomeadamente a órfãos. Nela estudou um dos vultos da cultura moçambicana, José Craveirinha.

A Loja Cruzeiro do Sul foi outra das Lojas de referência na antiga Lourenço Marques. Loja onde era grande o número de estrangeiros, nomeadamente alemães. Ali trabalharam, entre outros, Francisco Roque de Aguiar, militar, que pertenceu ao Supremo Conselho de Ferreira de Castro, e cujo funeral saído do Palácio Maçónico em Lourenço Marques, em 1933 e suscitou diversas referências na imprensa. Outros nomes de referência foram João Valente Perfeito, Nicolau Catoja, António Lopes Cabrita, Albano de Mendonça, um dos velhos colonos de Moçambique, Alberto Possolo de Sousa, Fernando Melo Alves, que foi iniciado na Loja Progresso e Humanidade, transitou para a Cruzeiro do Sul e mais tarde para a 1º de Janeiro, José da Costa Fialho, António da Silva Marques, Francisco Xavier da Silva e João Batista Botelho. De destacar também o nome de Ismael Alves da Costa, que entre 1936 e 1939 dirigiu a Associação dos Velhos Colonos, portanto após a ilegalização da Maçonaria, e que será um dinâmico representante do MUD, tal como Paulino Santos Gil.

A vida e as referências da Maçonaria nesta antiga colónia portuguesa, foram pontuadas por factos e acontecimentos que muito honram os maçons dessas Lojas. Em algumas escolas, totalmente financiadas pelas Lojas através das associações a elas ligadas, não havia distinção de cor ou credo religioso, dando corpo aos

princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Uma das instituições de referência nos espaços coloniais foi a Associação dos Velhos Colonos, criada em 1919 em Lourenço Marques, tendo por objetivo inicial a proteção aos colonos mais idosos, mas que alargou as suas atividades e posteriormente viria a criar uma Escola Industrial e de Artes e Ofícios, uma Escola Comercial, um posto médico e um lar para pessoas idosas. Há que considerar que o fenómeno associativo em geral, e particularmente o de influência maçónica, se concentrava em Lourenço Marques, sede das Lojas mais consistentes e dinâmicas, a 1º de Janeiro e a Cruzeiro do Sul. A sua ação, a partir de finais da década de vinte, estende-se a Quelimane, à Beira, a Tete e a muitos outros pontos de Moçambique, criando uma rede de apoio que mitificou a sua ação e que é demonstrativa da sua importância e dimensão.

Como já aqui se escreveu, a partir de 1935 a Associação dos Velhos Colonos constitui-se como o elemento agregador dos maçons em Moçambique. Isto aconteceu porque Moçambique ficava muito mais distante da metrópole e o regime não se fazia sentir da mesma forma que em Angola. Por outro lado, havia uma constante presença de maçons da União Sul Africana, onde a Maçonaria era permitida e até bem acolhida e, mesmo dentro de Moçambique, havia uma certa autonomia da comunidade britânica. Mesmo após 1935 a Associação mantém a sua atividade em matéria sanitária, de ensino e até de um lar para os mais idosos. Em 1940 altera o seu nome de Associação dos Velhos Colonos da Província de Moçambique para Associação dos Velhos Colonos de Moçambique.

Próximas da Maçonaria existiram também a Associação dos Funcionários Civis do Estado na Província de Moçambique, fundada em 1908, por iniciativa do Centro Republicano Couceiro da Costa, e a Associação dos Funcionários do Comércio e Indústria de Lourenço Marques, criada em 1898 e extinta em 1935, ou a Sociedade Humanitária Cruz do Oriente, criada em 1924, cuja ligação maçónica se faz com Obreiros de várias Lojas, ainda que seja uma iniciativa da Loja Cruzeiro do Sul e tem como factos relevantes da sua atuação a criação de um posto médico que prestava serviços aos colonos e à população local sem distinção, e de uma creche para crianças de ambos os sexos e também sem distinção rática ou de religião. Sabe-se que em 1949 ainda existia e que colhia grande simpatia por parte da população local. Olga Neves refere uma fase de dificuldades financeiras da

Sociedade, que implicando o encerramento do posto clínico do Alto do Maé, levou a população daquele bairro a quotizar-se para o manter em funcionamento.¹¹⁴⁹

A Loja Oriental, foi das mais duradouras Lojas em Moçambique, tendo sido fundada em 1906 na cidade de Moçambique, ilha de Moçambique, Nampula, e existido até 1935. A.H. de Oliveira Marques refere que além destas Lojas existiram outras na Beira, em Inhambane, Quelimane e Gaza.¹¹⁵⁰ Existindo muito menos documentação referente a Moçambique por comparação com Angola, e sabendo-se de muita documentação que se perdeu no período da clandestinidade e após a independência, ou que não está hoje disponibilizada para investigação, é um facto que a vida das Lojas produziu vasto material de estudo e é um aspeto importante do período colonial português.¹¹⁵¹

20.4 - O sobressalto colonial

A terminologia até então usada de “Império Colonial” e de “colónias” muda em 1951 para “províncias ultramarinas”, na sequência da emenda constitucional desse ano, não tendo o regime qualquer pudor em justificar a mudança com interpretações historicamente distorcidas. Viviam-se momentos de dissolução dos impérios coloniais e de emergência de novos Estados em África e na Ásia. Mais ou menos a reboque das mudanças políticas em termos internacionais e dos Planos de Fomento, o regime começa a aceitar melhor a ideia de um desenvolvimento económico do ultramar. Em 1956 aboliu, pelo menos legalmente, o trabalho forçado e, a partir de 1961, será também abolido o Estatuto do Indigenato e a diferenciação entre “indígenas” e “civilizados”. Não esperava o governo a constituição de uma elite africana, inspirada noutros exemplos do continente africano, construída com base em muitos estudantes africanos que estudavam em Lisboa e que desempenhará um papel fundamental no desenvolvimento dos movimentos anticolonialistas.

¹¹⁴⁹ NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias, *O movimento associativo africano em Moçambique, tradição e luta (1926-1962)*, tese de doutoramento em História, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2008;

¹¹⁵⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986, pp. 992 e 993;

¹¹⁵¹ Veja-se Ilídio Rocha, *A Maçonaria em Moçambique* (Revista História, 1985) e *A imprensa em Moçambique*;

Verdadeiramente tudo começa com um conjunto de massacres, primeiro em Batepá, em S. Tomé e Príncipe, em 1953, logo seguido de Pidjiguiti, na Guiné, em 1959, e em Mueda, em Moçambique, em 1960. Em 1961, logo a 4 de fevereiro ocorre um ataque à cadeia de S. Paulo, à Casa de Reclusão Militar e à 4ª esquadra da PSP em Luanda, na tentativa de libertar os presos que aí se encontravam e, a 15 de março, a UPA¹¹⁵² sob a chefia de Holden Roberto, provoca um igual massacre entre os colonos, a que se segue uma violenta repressão de fazendeiros locais e de milícias civis vindas de Luanda. Na base destes acontecimentos está uma mistura explosiva constituída, a nível local, por expropriações de terras, discriminação racial, questões étnicas, doutrinação mais ou menos religiosa e de carácter messiânico, e a nível político, a desconfiança de Salazar aos avisos feitos pelos EUA, o não alinhamento português face aos novos ventos das independências locais e por fim, a consequência do confronto de forças preponderantes na geopolítica mundial. O ano de 1961 e os primeiros meses de 1962 são violentos, conhecem Nambuangongo e dão início à guerra em Angola que se prolongará até 1974. Refira-se a este propósito que, no início da guerra, alguns maçons como Acácio Gouveia e Eduardo Figueiredo, juntamente com Mário de Azevedo Gomes, que não era maçom, são recebidos pelo Presidente da República e declaram o país em grave risco responsabilizando o governo pela situação. Nessa altura é entregue um memorando, que Franco Nogueira refere e que a propósito da questão colonial expressa o pensamento do Diretório Democrato-Social, mas também da Maçonaria da época: o desejo de um novo governo que altere a política colonial, que esta não conduza necessariamente à independência mas a uma autodeterminação negociada no âmbito das Nações Unidas. Franco Nogueira considerará este documento de “ingénuo” por a ONU não possuir um carácter de organização comercial e por no contexto político vivido, o conceito de autodeterminação coincidir com o de independência.

A vida no país corria paralela à guerra, ainda que fortemente marcada por esta. Refira-se a este propósito uma evolução e um imobilismo. A evolução pode ser atribuída ao PCP, o imobilismo à Maçonaria, que irá permanecer presa ao ideário da I República, com uma inexistente discussão interna sobre o assunto e isolada em termos internacionais, com uma pequena exceção que se expressa no Programa para a Democratização da República que abre a porta à autodeterminação dos territórios coloniais. No que se refere à Maçonaria existem muitos aspetos do ideário

¹¹⁵² A UPA – União dos Povos de Angola virá, em 1962, a unir-se ao Partido Democrático constituindo a FNLA – Frente Nacional para a Libertação de Angola;

de João Belo que se prolongam para lá de 1935. Adelino da Palma Carlos, referindo-se a Norton de Matos, diz que ele era um apaixonado pela obrigação civilizacional portuguesa. A sua ação em Angola será justificação para que o assunto da descolonização não seja vislumbrado nas fontes que consultámos referentes à Maçonaria. Acrescente-se ainda a obra *A Nação Una*, de Norton de Matos e prefaciado por Egas Moniz, onde claramente se defende o projeto colonial vindo da I República, com aspetos similares aos do regime, como considerar a colonização portuguesa mais suave, em comparação com outras potências coloniais, e uma ideia de progresso material que os europeus haviam introduzido no império. Sobre a questão da descolonização só começa a haver alguma mudança de opinião no seio da Maçonaria a partir de meados da década de sessenta, a reboque das posições da ASP, provavelmente pelos nomes que eram comuns entre esta estrutura política e a Obediência. Mas diga-se, toda a Oposição se pronunciou tardiamente sobre este assunto, exceção feita para as recém emergentes forças de tendência marxista-leninista.

Por seu lado, já no final da Ditadura, Marcelo Caetano deixará cair a tese do federalismo, que havia defendido até ao início da década de sessenta, e cada vez mais se aproximará de uma ideia de autonomia participada, com a autodeterminação dos territórios ultramarinos a restringir-se a melhores condições de vida e de infraestruturas. Recorde-se que em 1962 afirmara que a única salvação para a comunidade portuguesa seria a sua transformação numa espécie da comunidade britânica.¹¹⁵³ Passará posteriormente a defender que a bandeira do império teria a vantagem de unificar povos que de outra maneira viveriam em conflito, e que a autonomia deveria ser progressiva e balizada por uma intervenção central que evitasse que o poder fosse entregue quer a populações brancas segregacionistas, quer a populações negras, numa designada política de “assimilação espiritual”. Diogo Freitas do Amaral sintetiza a estratégia de Marcelo Caetano como de caminhar devagar e não correndo grandes riscos, esperando que o desenvolvimento económico e social facilitasse a resolução da questão colonial, contando para isso com a abertura de alguns líderes africanos mais moderados.¹¹⁵⁴ Segundo Adriano Moreira, Marcelo Caetano via o futuro do império como caminhando para uma independência num caminho muito próprio, diferente de

¹¹⁵³ MARTINHO, Francisco Carlos Palomares, *Marcelo Caetano – uma biografia 1906 – 1980*, Lisboa, Ed. Objectiva, 2016, p. 45;

¹¹⁵⁴ AMARAL, Diogo Freitas do, *O antigo regime e a revolução – memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Ed. Bertrand/Nomen, 1996, p. 96;

outros espaços descolonizados, onde os europeus ali residentes desempenhariam um papel importante.¹¹⁵⁵

Para finalizar refira-se que a Maçonaria não era estranha aos Movimentos de Libertação. Mário Pinto de Andrade coligiu várias fichas sobre Angola e sobre a Maçonaria, mas onde se encontram diversas imprecisões identificativas.¹¹⁵⁶

¹¹⁵⁵ MARTINHO, Francisco Carlos Palomares, *Marcelo Caetano – uma biografia 1906 – 1980*, Lisboa, Ed. Objectiva, 2016, p. 57;

¹¹⁵⁶ *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor;

III

AS NOVAS OPOSIÇÕES NUM MUNDO NOVO

1 - Uma nova Europa

Poderíamos perguntar o porquê da longa duração do regime. Para além das razões já aqui elencadas, uma boa parte da explicação poderá estar na natureza das elites, pequenas, oligarquizadas, obcecadas pela manutenção do *status quo* significando com isso a manutenção dos seus privilégios. Acrescentemos ainda a sua crónica dependência do Estado e a sua insensibilidade aos fatores modernizadores da sociedade, a par com uma grande massa de desfavorecidos, onde o analfabetismo campeava. Este estado de coisas só começa a mudar gradualmente na década de sessenta do século XX.

Um alerta convém referir, especialmente plasmado neste terceiro período, ainda que não exclusivamente, e para isso socorremo-nos de Fernando Pessoa que escreveu que “nenhum político ocasional de nenhuma Obediência pode ser levado à conta da Maçonaria em geral, (...) pois pode provir, como em geral provém, de circunstâncias políticas de momento que a Maçonaria não criou (...)”.¹¹⁵⁷ Quer isto dizer que vemos por parte de muitos maçons uma militância política em organizações várias, cujas posições pessoais ou de organização, não significam obrigatoriamente uma coincidência de posições com a Maçonaria, se é que elas existem por parte desta. Sempre foi assim e continuou a ser assim, com a única diferença de a sociedade ter mudado e com ela novas formas de intervir política e socialmente. No entanto, as fronteiras são pouco claras, tendo apenas para nos guiar a coerência das ideias ou a sua persistência. A diferença em relação ao período anterior a 1935 residiu na não politização da vida das Lojas. Na realidade, essa politização, que vinha de antes da República e continua até 1935, não era um exclusivo português mas, antes está presente noutras maçonarias europeias. Uma estratégia delineada por Luís Rebordão de afastar a Maçonaria da vida política, produz frutos alguns anos após o 25 de Abril de 1974, traduzidos numa crescente valorização da componente ritual. Como Fernando Marques da Costa escreve, não estava em causa a vontade de oposição à Ditadura nem o envolvimento de alguns maçons nessa tarefa, mas

¹¹⁵⁷ PESSOA, Fernando, *Associações Secretas in Diário de Lisboa*, 4 de fevereiro de 1935, Lisboa, 1935;

apenas evitar o envolvimento da Maçonaria enquanto tal em atividades de cariz político.¹¹⁵⁸

A política para Salazar, durante o período que esteve à frente do Conselho de Ministros, não era fruto de uma vontade impulsiva, mas antes de um edifício de poder piramidal, na base do qual estava a família e uma vida pouco ambiciosa confinada à tradição. Era a base de um Estado forte, nem que para isso fosse antiparlamentar e repressivo. Esta concepção falha porque vê o mundo de forma estática e imutável, veja-se o que aconteceu perante as mudanças ocorridas no mundo após a II Guerra Mundial, aliadas ao facto de os “convénios de interesse internacional” terem sido raros, exceptuando o Pacto Ibérico, a adesão à NATO, que se revelou de particular importância para a aceitação internacional do regime, a participação enquanto membro fundador na OECE, a entrada tardia na ONU e por fim a adesão à EFTA, em 1960. Neste âmbito, é de notar que a ajuda proveniente do Plano Marshall era condicionada a uma efetiva cooperação europeia.

Por outro lado, no seio da Oposição nem sempre havia a necessária unidade proporcionadora de uma maior eficácia com vista à mudança de regime. Exemplo disso foi a disputa surda entre Henrique Galvão e Humberto Delgado, quando no exílio, justificada pelo facto do primeiro recusar por completo o apoio dos comunistas, o que não acontecia com Delgado. O próprio PCP, quer em relação ao Movimento da Sé,¹¹⁵⁹ quer ao golpe de Beja ou ao assalto ao paquete Santa Maria, entendia que as massas não estavam preparadas para um golpe de força, distanciando-se por isso destas iniciativas. Veja-se a este propósito a tardia participação de Vasco Gonçalves no Movimento da Sé, ou as desconfianças do PCP em relação ao golpe de Beja. É verdade que no caso da Sé o PCP estava relativamente longe do movimento, onde pontuavam militares e alguns católicos, onde se incluía Manuel Serra e o pároco da Sé, João Perestrelo de Vasconcelos. É de referir que, em Lisboa, ficaram para a história alguns pontos de encontro dos conspiradores destas ações, como o Café Palladium, na Avenida da Liberdade 1, esquina com a calçada da Glória, a Pensão O Ninho das Águias, junto à Costa do Castelo ou a pastelaria Vá-Vá, na Avenida Estados Unidos da América, tornada símbolo de uma elite urbana, culta e identificada com a Oposição, onde se discutia

¹¹⁵⁸ COSTA, Fernando Marques da, “O Grão-Mestre e o grão-mestrado de Luís Gonçalves Rebordão” in *Revista de Maçonaria*, nº 1, dir. Fernando Marques da Costa, novembro 2020, p. 102;

¹¹⁵⁹ Vulgarmente designada de “revolta da Sé”, é mais correto designá-la de “Movimento da Sé”, já que em bom rigor não se tratou de uma revolta, que não chegou a ocorrer, mas sim de um movimento que por aí se ficou, ainda que devesse desembocar numa revolta;

da política à arte, das questões sociais à emergência de uma nova sociedade mais cosmopolita.

O período 1958-62 revela-se como o segundo grande momento de crise do Estado Novo, apesar de tudo superada por este, gorando-se assim as esperanças dos reformistas em mudanças no regime, ao mesmo tempo que se agravam as tensões no seu seio. Restava à ala reformista aguardar pela morte de Salazar, como era o caso de Marcelo Caetano que pedia a Salazar para introduzir uma maior dinâmica no regime. Por outro lado, a candidatura de Humberto Delgado, pelo entusiasmo gerado e pelas acusações de fraude que se lhe seguiram, criaram o ambiente propício a um conjunto de acontecimentos que marcariam este período. É o caso do Movimento da Sé, atrás referido e que se desenrolou em março de 1959 e assim designado por nos claustros da Sé de Lisboa terem decorrido os encontros preparatórios de uma possível revolta e ali terem ocorrido muitos chefes militares à espera de receberem instruções para desencadear um golpe, e de que fizeram parte Carlos Vilhena, Eugénio de Oliveira, Amândio Silva, Manuel Serra, Pastor Fernandes, Robim de Andrade, Jaime Conde, Raul Marques, Fernando Oneto, Vicente da Silva Almeida Santos ou Luís Calafate, entre outros. Com a sublevação pretendia-se derrubar o regime, substituindo o Presidente da República, suspendendo a Constituição de 1933, dissolver a Assembleia Nacional e demitir o governo, substituindo-o por um Governo Provisório. Para além dos muitos militares diretamente envolvidos, haveria outros disponíveis para dar o seu apoio, além de uma frente civil construída na base da campanha de Humberto Delgado.

As maiores provações do regime estavam apenas a começar. Depois do Movimento da Sé, da tentativa de golpe de Botelho Moniz, da invasão de Goa, o regime conheceria o assalto ao paquete Santa Maria e o início sucessivo da guerra colonial em diferentes pontos do império. Quanto ao caso do paquete Santa Maria, delineado entre Delgado e Henrique Galvão num encontro em Caracas, o impacto mediático do assalto, de um paquete com trezentos e quinze tripulantes e seiscentos e doze passageiros, grande parte deles norte-americanos, ocorrido a 22 de janeiro de 1961, constituiu um rude golpe na imagem internacional do regime. Esta ação foi batizada com o nome de código de “Operação Dulcineia”, sendo liderada por Henrique Galvão, dissidente do regime, e Jorge Soutomayor, antigo oficial da Armada espanhola, e reivindicada em nome do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação, criado na Venezuela em janeiro do ano anterior. A operação tinha como primeiro objetivo atrair as atenções internacionais para a realidade das ditaduras em

Portugal e Espanha, e como objetivo final o derrube dessas mesmas ditaduras, evoluindo a tomada do Santa Maria para um ataque à ilha de Fernando Pó, na Guiné espanhola, no que contava com forças locais, sendo que o passo seguinte seria motivar uma insurreição numa das colónias, pensando-se em S. Tomé e eventualmente em Angola, onde os assaltantes promoveriam uma sublevação em Luanda, instalariam um governo provisório, instigariam a sublevação de outras colónias portuguesas e apelariam ao derrube de Salazar. É provável que nestas intenções tenha pesado o facto de Henrique Galvão conhecer bem a realidade angolana, tendo sido Governador da província de Huíla, diretor do *Portugal Colonial*, entre 1931 e 1937 e autor de vasta literatura sobre África e a atividade colonial portuguesa entre 1935 e 1970,¹¹⁶⁰ ou a influência de Sarmento Pimentel, segundo um documento atrás referido.

Se a tomada do navio foi fácil, rebatizado de “Santa Liberdade”, o desenrolar da ação não permitiu atingir os objetivos traçados. Em declarações posteriores, os participantes nesta ação consideraram que o facto de terem sido obrigados a derivar para o Brasil comprometeu os objetivos no golpe. Neste processo os EUA desempenharam um papel de relevo nas negociações, depois de o governo ter pedido o apoio da Grã-Bretanha e dos EUA, que de resto participaram, juntamente com as autoridades brasileiras, nas negociações havidas que conduziram à rendição e devolução do paquete, que seria primeiramente entregue ao Brasil e não diretamente ao governo português. Ainda assim, o navio permaneceu algum tempo ao largo do Recife, em águas internacionais, num compasso de espera enquanto o presidente brasileiro, Kubitschek de Oliveira, que não nutria simpatia pelos insurretos, não cessou funções, sendo substituído por Jânio Quadros. Aos assaltantes do navio seria concedido asilo político pelas autoridades brasileiras, enquanto Salazar acusava os EUA de terem conferido ao caso uma dimensão internacional. Na realidade o impacto do caso na imprensa internacional¹¹⁶¹ expressa a humilhação sofrida pelo governo, quer pela ação em si, quer pela mediatização do caso, que só não teve mais graves consequências para o regime pelo facto de os EUA recearem que Portugal abandonasse a NATO e perdessem o acesso à base militar das Lajes, pese embora a inflexão da política norte americana em matéria colonial verificada com Kennedy.

¹¹⁶⁰ A data da sua morte é situada em 25 de junho de 1970, em S. Paulo, no Brasil. O que não impediu que alguns dos seus escritos políticos fossem publicados até meados dos anos setenta;

¹¹⁶¹ O grupo que assalta o Santa Maria concede entrevistas a vários órgãos de comunicação social internacional. Tornou-se referência a capa feita pela revista francesa Paris Match e o gesto do jornalista Gil Delamere, que se lançou de paraquedas e acabou recolhido pelo Santa Maria, ou ainda dos artigos de Dominique Lapierre;

Registe-se que neste período é omissa qualquer atitude explícita de solidariedade da Maçonaria brasileira aos maçons portugueses, ou sequer à Oposição em Portugal onde se incluía a Maçonaria enquanto estrutura ilegalizada pelo Estado, e por acréscimo, a estas ações da Oposição. Exceção feita à Iniciação de Delgado na Maçonaria, que referiremos atrás. Sobre os maçons portugueses que estavam exilados no Brasil, ao que se sabe não havia qualquer coordenação, ocorrendo apenas ações individuais de solidariedade, fruto de antigas redes de amizade. O mesmo não se passava com alguns meios políticos brasileiros que acolheram Delgado de forma calorosa, disso sendo também prova o acolhimento proporcionado pelo já referido presidente brasileiro Jânio Quadros. Em Portugal, o PCP distanciou-se, considerando que Portugal não estava pronto para a revolução e atacando as ações de Galvão, considerando-as de “ativismo desgarrado” e chamando a Henrique Galvão de “fascista dissidente”.¹¹⁶²

O ano de 1961 foi de uma pressão intensa sobre o regime. No país, nesta época, o início da guerra em Angola em 1961 mais o debate em torno da questão de Goa, da qual não encontramos nenhuma tomada de posição da Maçonaria, ao contrário do que aconteceu a nível individual, onde existem alguns posicionamentos políticos, o desencadear da guerrilha na Guiné logo em início de 1963 e Moçambique em 1964, ao mesmo tempo que internamente o regime conhecia o agravar da instabilidade estudantil nas universidades e que explodiriam no ano seguinte, geraram um ambiente de desconfiança e de crítica por parte de muita gente que só a censura abafava. Para mais construía-se uma sociedade nova, com costumes sociais e morais mais distantes da sociedade reconstruída no pós-guerra ou com o desenvolvimento de uma economia baseada na indústria e nos serviços. Lembremo-nos que ainda na década de cinquenta o desenvolvimento industrial nas áreas da metalurgia, metalomecânica e química determinaram o aparecimento de uma nova pequena burguesia urbana, que se solidifica na década seguinte com o desenvolvimento dos serviços e com uma mais ampla população estudantil. As camadas mais jovens da sociedade vão desempenhar um papel fundamental na contestação a um regime parado no tempo que poucas expectativas de futuro oferecia.

¹¹⁶² ANTUNES, José Freire, *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*, Lisboa, Lisboa, Ed. Dom Quixote, 2013, p. 125;

Como se estes problemas não afetassem já o regime, podemos juntar-lhes um período menos bom nas relações entre Portugal e os EUA. Na questão colonial, a partir de 1960, Salazar argumentava que as colónias eram uma barreira à progressão do comunismo, enquanto que os EUA viam na emergência do nacionalismo africano e de novas lideranças uma forma de impedir a penetração do mesmo comunismo. Acresce a isto que os EUA receavam que o conflito, inicialmente surgido em Angola, se estendesse a outros territórios portugueses e envolvesse outros países africanos independentes. Com isso, refere Franco Nogueira, os EUA receavam igualmente que o mundo concluísse que o facto de falarem de liberdade para os africanos não passasse de palavras ocas, o que fragilizaria a sua posição em termos morais e políticos.¹¹⁶³ Por seu turno na questão Botelho Moniz o governo sempre desconfiou da mão dos EUA e da CIA. Mas nesta altura a Oposição portuguesa pouco ou nada contou com os EUA.

O fracassado golpe do general Júlio Botelho Moniz, em abril de 1961, que Salazar afasta de imediato e que expressa a discórdia dentro do regime de alguns reformistas em matéria colonial, o Programa para a Democratização da República, assim como, recuando no tempo, a ocupação por parte da União Indiana dos territórios de Goa, Damão e Diu, ou o desvio de um avião da TAP, foram claros percalços na vida do regime neste período. Sobre o desvio do avião da TAP, o mesmo foi idealizado por Humberto Delgado e Palma Inácio, contando com a cumplicidade de Lúcio Feteira, que se admite tê-lo financiado, consistindo em duas ações distintas: uma primeira que implicava o desvio do avião, que fazia a carreira Casablanca-Lisboa e que sobrevoando esta cidade espalharia panfletos contra o regime, e que se concretizou, e uma segunda com Humberto Delgado, Manuel Serra, Silva Graça e Raul Marques que consistia em obter o apoio de algumas unidades militares, que não se concretizou por falta de apoios internos. Quanto ao avião, Palma Inácio, de quem Natália Correia dizia ser o último grande herói romântico, Amândio Silva, Camilo Mortágua, João Martins, Fernando Vasconcelos e Maria Helena Vidal, fizeram com que espalhasse uma grande quantidade de panfletos em Lisboa e noutras localidades, que voando a baixa altitude conseguiu iludir os radares e os caças que, entretanto, tinham partido da Base de Monte Real com ordens para abaterem o avião.

¹¹⁶³ NOGUEIRA, Franco, *Salazar – A Resistência*, vol. V, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984, p. 291;

Em 1961 surge o Programa para a Democratização da República coordenado por Jaime Cortesão, entretanto falecido no ano anterior, e com grande participação de Mário de Azevedo Gomes, Raul Rego e Francisco Ramos da Costa, onde maçons filiados na Resistência Republicana assumiram um papel de destaque, sendo aqui de referir o nome de Jaime Carvalhão Duarte, falecido em 1972. Discutido ao longo de 1960, tinha por objetivo, segundo o que se escrevia, de pôr à discussão um programa de alternativa política, vindo a receber diversas contribuições, e acabando por ser aprovado em 31 de janeiro de 1961 e apresentado publicamente a 11 de maio. Saliente-se o facto de o mesmo não pretender ser um programa mínimo e consensual do conjunto da Oposição, mas antes um programa coerente e aplicável numa eventual tarefa governativa face às eleições legislativas de 1961. Dispensaram-se acordos generalistas e equilíbrios em troca de uma linha de pensamento, mais próxima do pensamento europeísta e, assumidamente, de alternativa política.¹¹⁶⁴ Mesmo assim, incluía um conjunto de exigências políticas que naturalmente o regime aceitou mal: o restabelecimento das liberdades públicas, o fim da censura, a liberdade para todos os membros da Oposição presos sem culpa formada, a ampla divulgação do Programa, ou a fiscalização do ato eleitoral, entre outras. Subtilmente, segundo Mário Soares, descomprometia alguns setores da Igreja para com o regime, nomeadamente uma corrente mais progressista, que começava a afirmar-se, ainda que atacasse o ensino religioso, defendendo em alternativa um ensino oficial laico, pretendendo simultaneamente a revisão da Concordata.¹¹⁶⁵ Constitui, sem dúvida, um dos mais importantes documentos da Oposição democrática, indo muito além das reivindicações de liberdade de expressão e de reunião, criando as bases mínimas para uma alternativa política ao regime. Mário Soares avança até que o Programa dava aos militares a base política para poderem agir.

¹¹⁶⁴ Subscvem este documento Mário de Azevedo Gomes, Hélder Ribeiro, Mendes Cabeçadas, Acácio Gouveia, Agostinho de Sá Vieira, Fernando Abranches Ferrão, Alberto Ferreira, Álvaro Monteiro, Luís Dias Amado, Fernando Homem Figueiredo, Fernando Mayer Garção, Álvaro Salema, Carlos Ernesto de Sá Cardoso, Álvaro Silva, António Macedo, Fernando Lopes, António Veloso Pinho, Armando Adão e Silva, Carlos Cal Brandão, Mário Cal Brandão, Fernando Piteira Santos, Carlos Pereira, Fernando Vale, Fernando Simões, Armando Castanheira, Luís Roseira, Arnaldo Veiga Pires, Francisco Ramos da Costa, Artur de Andrade, Artur Santos Silva, Augusto Abelaira, Francisco Salgado Zenha, Bento de Melo, Santiago Prezado, Hermínio Paciência, José Araújo Correia, Domingos Soeiro, Eduardo Figueiredo, João Gomes, Eduardo Mansinho, Francisco Tinoco de Faria, Eduardo Ralha, Gustavo Soromenho, José Magalhães Godinho, José Fernandes Fafe, Manuel Coelho dos Santos, José Moreira de Assunção, Zacarias Guerreiro, Urbano Tavares Rodrigues, Vasco da Gama Fernandes, Teófilo Carvalho dos Santos, Olívio França, Raul Madeira, Raul Rego, Nuno Rodrigues dos Santos, Nikias Skapinakis, José Moreira de Campos, Joaquim Bastos e Mário Soares;

¹¹⁶⁵ AVILEZ, Maria João, *Soares – ditadura e revolução*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1996, pp. 163 e 164;

Divulgado à imprensa numa conferência realizada no Centro Republicano Fernão Boto Machado, ao mesmo tempo que a Oposição dava a conhecer que não se apresentaria às urnas, o Programa irritou o regime que viu nele uma alternativa coerente às suas políticas. Salazar respondeu que “ninguém estava preso por motivos ligados às eleições” e mais, o Programa não poderia servir de base à campanha eleitoral que se avizinhava por que se destinava a alterar a estrutura constitucional vigente.¹¹⁶⁶ Por isso, nas eleições de 1961 a opção do regime foi desacreditá-lo, começando por considerar que o mesmo ultrapassava os limites do debate eleitoral e que “a oposição, além de republicana, liberal e democrática – é também socialista”,¹¹⁶⁷ com o regime a acusar a Oposição de querer “um regime que por sua essência, é de divisão e de permanente guerra civil”.¹¹⁶⁸ De facto, o Programa tem início com o elogio à I República acusando o regime de fazer propaganda no sentido de “apagar a lembrança desses anos de esperança ardente e de sacrifício livremente consentido”, de balanço francamente positivo e de momento em que se esboçou a correção de muitos problemas então vividos. Sublinha-se ainda a recordação com “respeito e emoção” esse período, que dotou o país com “uma Constituição justa e esclarecida”, em que foram promovidas diversas reformas, destacando-se a do ensino. No entanto, a referência mais subtil, é à própria data do documento, que “leva a data histórica de 31 de Janeiro por motivos que é desnecessário encarecer”. Todos os maçons percebiam que esta referência a uma data querida como o 31 de janeiro, era como que uma assinatura não do documento na sua totalidade, mas da presença da Maçonaria na sua elaboração.¹¹⁶⁹ Significativo ainda no Programa é o objetivo de restaurar a ordem democrática, a reivindicação de uma nova lei eleitoral e da liberdade de pensamento, de consciência e de associação, a libertação dos presos políticos, ou o fim da PIDE ou das organizações do “tipo fascista e paramilitar”, assim como da sua responsabilização nos atos de abuso de poder e atentado contra os direitos dos cidadãos, entre outros pontos. Algumas outras reivindicações contidas neste Programa são também de destacar, como a extinção dos organismos corporativos, ou a eliminação da “influência totalitária no ensino”.¹¹⁷⁰ Mas o Programa ia mais longe e em matéria de política externa, no seu ponto 5, refere que decorrente das obrigações da integração na ONU, existirá “como consequência lógica” o

¹¹⁶⁶ NOGUEIRA, Franco, *Salazar – A Resistência*, vol. V, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984, pp. 342 e 343;

¹¹⁶⁷ *Campanha (A) eleitoral de 1961*, Lisboa, Ed, União Nacional, 1961, p. 91;

¹¹⁶⁸ *Campanha (A) eleitoral de 1961*, Lisboa, Ed, União Nacional, 1961, p. 56;

¹¹⁶⁹ *Programa para a Democratização da República*, Porto, 1961, pp. 4 e 50;

¹¹⁷⁰ *Programa para a Democratização da República*, Porto, 1961, pp. 10 e 11 e 20 e 21;

“estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países nela integrados”, o que significaria a URSS.¹¹⁷¹

Na sequência da divulgação do Programa, diversos membros da Oposição viriam a ser detidos, de entre os quais Dias Amado, que será preso e levado a julgamento, vindo a ser absolvido.¹¹⁷² O Programa será, no entanto, a inspiração do manifesto da Oposição e da tomada de posição dos vários protagonistas oposicionistas. Acusa o regime de estar ancorado no poder pessoal e de estar apegado “à velha tradição dos direitos históricos e de uma ocupação várias vezes secular” em que “os governantes não admitem que se está perante uma evolução mundial”. Ainda assim, é cuidadoso na questão colonial ao estar referido que “sem embargo do assentimento à defesa territorial, que se prepare uma solução democrática”.¹¹⁷³ Aliás, é esta a posição cautelosa de Ernesto de Sá Cardoso e da Ação Democrato-Social nesta altura, como assinala António Ventura,¹¹⁷⁴ que advogava a defesa dos territórios ultramarinos que considerava portugueses. A ADS manterá sempre uma posição moderada em matéria colonial, bem expressa num documento de 9 de março de 1967 e intitulado “A Ação Democrato-Social e o problema ultramarino”. Para os maçons que subscrevem este documento é uma evolução significativa em matéria de pensamento colonial, e que é importante salientar. Note-se, no entanto, que nesta altura já os socialistas, de entre os quais muitos maçons, haviam abandonado a ADS.

Por esta altura, segundo Franco Nogueira, Salazar considerava existirem quatro forças políticas principais: os democratas, os comunistas, os monárquicos anti-situacionistas e a União Nacional. A Maçonaria naturalmente, na classificação de Salazar, diluía-se nos democratas, que a propósito destas forças políticas dizia Salazar que:

“não parece que os primeiros tenham força, ou estejam unidos; são poucas as suas possibilidades; mas gozam do apoio que pode vir-lhes das tendências demoliberais de outros países. Afigura-se no entanto, que os democratas não têm feito qualquer

¹¹⁷¹ *Programa para a Democratização da República*, Porto, 1961, p. 50;

¹¹⁷² Várias vezes detido, registam-se como momentos mais marcantes a sua demissão compulsiva de assistente do Instituto de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1947, e as detenções de que foi vítima em 1948, 1961, 1963 e 1964;

¹¹⁷³ NOGUEIRA, Franco, *Salazar – A Resistência*, vol. V, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984, p. 343;

¹¹⁷⁴ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 811;

progresso, se é que não têm sofrido um recuo, motivado pela experiência passada; encontram-se, contudo, numa linha de concordância com os tempos atuais”.¹¹⁷⁵

Salazar sabia que com estas afirmações dividia a Oposição. Na verdade, a atividade da Maçonaria no início dessa década era reduzida e muitos dos seus membros, a nível individual, olhavam preferencialmente para as democracias do tipo ocidental que tinham emergido no pós-guerra. Aliás, é o mesmo Franco Nogueira quem reconhece que da parte da Oposição se seguia o ritual, que embora com pequenas variações, se repetia desde o final da II Guerra Mundial, tal como se repetiam os nomes de Hélder Ribeiro, Adão e Silva, Dias Amado ou Eduardo Figueiredo, entre outros. Ainda assim, Álvaro Cunhal referindo-se à Maçonaria, republicanos, socialistas e outros democratas em geral, escrevia em 1965, no Relatório da Atividade do Comité Central do VI Congresso do PCP que

“a corrente liberal-republicana, que também se tem designado por burguesia liberal, embora heterogénea na sua composição, mostra continuidade de pensamento político, uma certa estabilidade de quadros dirigentes e pertinácia ao longo dos anos na Oposição à ditadura fascista (...)”,

para logo a seguir acrescentar que:

“pensamos, pois, que tiveram razão os liberais republicanos em afirmar que existem, quando Salazar os ignorou num dos seus discursos. Talvez mesmo nem precisassem de afirmá-lo, porque era sabido que existiam. Pior compreendemos que sintam necessidade de afirmar a sua existência, de se intitulem os “chefes da Oposição” e os “representantes da Oposição” e de procurarem menosprezar a força e a influência do Partido Comunista Português (...)”.¹¹⁷⁶

Repetiam-se também as críticas, segundo Franco Nogueira, porque de facto se repetiam as situações acrescentamos nós, da falta de liberdade política e de propaganda eleitoral. Mas a guerra colonial trouxe um elemento novo: uma crítica renovada à política colonial, da qual a Oposição responsabilizava o governo. Ainda assim, Franco Nogueira refere que “não se advogava o abandono aberto do Ultramar, salvo nos sectores da extrema esquerda”,¹¹⁷⁷ o que é sintomático das ideias vigentes no seio da Oposição, nomeadamente da Maçonaria.

As provações para o regime continuam e em Dezembro a União Indiana invade Goa, Damão e Diu, levando à perda destes territórios e, pouco tempo depois, ocorria

¹¹⁷⁵ NOGUEIRA, Franco, *Salazar – A Resistência*, vol. V, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984, p. 333;

¹¹⁷⁶ CUNHAL, Álvaro, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, Ed. Edições Dom Quixote, 1975, pp. 101 e 102;

¹¹⁷⁷ NOGUEIRA, Franco, *Salazar – A Resistência*, vol. V, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984, p. 335;

o golpe de Beja, que foi talvez um dos pontos altos deste clima de contestação. Ocorrido na noite de 31 de dezembro de 1961 para 1 de janeiro de 1962, contou com a participação de Varela Gomes, que dirigiu, Manuel Serra e Eugénio de Oliveira,¹¹⁷⁸ que já havia participado no Movimento da Sé, e ainda Pedroso Marques, Francisco Pestana, Jorge Toscana de Melo, António da Graça Miranda, Gualter Viriato Basílio e Edmundo Pedro. Da sentença do Tribunal Plenário de Lisboa consta uma lista de oitenta e seis nomes, encabeçada por Humberto Delgado, que é acusado, juntamente com Manuel Serra, de terem idealizado o golpe a partir de junho de 1961.¹¹⁷⁹ Recorde-se a este propósito que, apesar da participação de militantes comunistas no golpe de Beja, o PCP viria a negar o apoio à revolta, classificando-a de aventureirista e pequeno-burguesa, tendo mesmo sancionado os seus militantes que nele participaram, caso de Manuel Bação. Mais tarde, reescrevendo a História, viria a classificar estes mesmos acontecimentos como um importante movimento popular contra o regime. No jornal *Avante* escreve-se então que:

“o país acompanhou emocionado o heroísmo do punhado de patriotas que na madrugada de 1 de Janeiro se apossou do quartel de Beja e aí resistiu bravamente ao assalto dos fascistas. (...) O Partido Comunista saúda fraternalmente os patriotas que não hesitaram em derramar o seu sangue nesta tentativa para pôr fim ao regime fascista (...), (mas reafirma) mais uma vez a ideia de que um grupo de homens decididos e audaciosos (não) poderia paralisar o aparelho do Estado fascista (...). É imperioso neste momento alargar as lutas de massas em vez de criar grupos armados (...)”.¹¹⁸⁰

É ainda Álvaro Cunhal quem afirma, em *A Revolução Portuguesa* e a propósito do golpe de Beja, que a revolta

“mostrou também que uma parte da oficialidade conserva fortes sentimentos democráticos e deseja que as liberdades sejam restauradas em Portugal”,

para logo acrescentar algumas páginas depois que

“o caso mostra todos os perigos de se decretar uma insurreição sem que as condições para ela estejam criadas. Mostra que os militares (...) se não podem dispor nem estão preparados para voltarem as armas contra o regime”.¹¹⁸¹

¹¹⁷⁸ Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano – Maçonaria Portuguesa no período 1996-2002. Foi iniciado na Loja O Futuro com o nome simbólico de Gandhi. Participou no Movimento da Sé, a 12 de março de 1959, e no golpe de Beja, na sequência do qual viria a ser preso, torturado e expulso do exército. Viria a ser reintegrado no exército em 1974 tendo integrado a Comissão de Extinção da PIDE/DGS. Foi também sócio da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, associação próxima da Maçonaria, e da Associação 25 de Abril;

¹¹⁷⁹ *Fundo DFLC Documentos Francisco Lyon de Castro*, pasta 04701.006.010, Fundação Mário Soares;

¹¹⁸⁰ SANTOS, José Hipólito, *Felizmente houve a LUAR*, Lisboa, Ed. Âncora Editora, 2011, p. 60;

¹¹⁸¹ CUNHAL, Álvaro, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, Ed. Edições Dom Quixote, 1975, pp. 17 e 37;

Apenas se podem compreender estas posições contraditórias do PCP, querendo colar-se aos que se revoltam contra o regime, mas negando o seu apoio e até sancionando militantes, à luz do facto de ter sido em 1960 que foi publicada a tradução de *Esquerdismo, doença infantil do Comunismo, de Lenine*, uma forma de sinalizar a correção dos “desvios de direita” e dos “desvios de esquerda” por parte do PCP, sublinhada anos mais tarde, em 1964, com o relatório *Rumo à Vitória* apresentado por Álvaro Cunhal no Comité Central do PCP.

Sempre vigiados pela polícia, os locais de encontro da atividade política clandestina tanto eram óbvios como improváveis. Os cafés e consultórios eram os improváveis. A Escola Oficina nº 1 era um local óbvio, como o eram os Centros Republicanos ou o Internato de S. João, até porque a Direção deste era constituída por maçons. Nos Centros Republicanos Almirante Reis, Magalhães Lima ou Alberto Costa, em Lisboa, na Associação 31 de Janeiro e no Ateneu, no Porto ou no Centro Republicano Académico, em Coimbra, desenvolvem-se atividades ligadas ao MUD que também agregaram outros elementos da Oposição para além de maçons. Apesar de todas as limitações, em 1953/54 aparece a Resistência Republicana, que reunia Manuel Mendes, Ramos da Costa, José Magalhães Godinho, Catanho de Menezes, Gustavo Soromenho e Mário Soares, entre outros. Em 1962, a Resistência Republicana passa a designar-se de Resistência Republicano-Socialista, no âmbito de um maior dinamismo que tenta imprimir à sua ação Política. A Resistência Republicano-Socialista integra alguns maçons ou muitos que anos mais tarde viriam a ser maçons. Carlos Cal Brandão, Fernando Vale, Gustavo Soromenho, Vasco da Gama Fernandes, António Campos, Mário Castro, António Arnaut, Veiga Simões ou Augusto da Costa Ferreira são alguns destes nomes. É também a 7 de abril de 1964 que surge a ASP, iniciativa de Tito de Moraes, Ramos da Costa e Mário Soares, que será vista como herdeira da União Socialista e do republicanismo oposicionista e que, simultaneamente, contribuirá para a perda de influência do que restava da corrente original do republicanismo. Pretendia a ASP o restabelecimento das liberdades públicas e o fim dos instrumentos repressivos do regime. Ainda que defendendo a ideia de uma Europa unida, a ASP era crítica da ideia de um mercado comum, tendo acreditado na “primavera marcelista” ainda que posteriormente não o admita. Tendo aderido à Internacional Socialista em 1972, entendia também a ASP ser utópica a ideia de um levantamento nacional, defendida pelo PCP, algo que a afastará deste em definitivo. Será a partir do espírito da ASP que surgirá o atual Partido Socialista, fundado em Bad Munstereifel, num Congresso realizado entre 17 e 19 de abril 1973 e do qual fizeram parte diversos maçons como Fernando Vale,

Tito de Moraes, Mário Soares, Carlos Cal Brandão, ou ainda António Arnaut e António Reis, que viriam a ser maçons e Grão-Mestres do Grande Oriente Lusitano.

Estava a começar uma época nova quer para o regime, quer para o PCP, quer para as oposições em geral. Em 1962, o PCP propôs uma reunião com outros elementos da Oposição, na qual participam Dias Amado e Carlos Cal Brandão em representação da Maçonaria. Registou-se consenso na necessidade de criar uma frente de oposição e daí se evoluirá para a Frente Patriótica de Libertação Nacional. Com ligações a esta havia aparecido em janeiro de 1960 o *Tribuna Militar*, que em meados de 1962 interrompe a sua publicação, regressando em 1964 numa versão policopiada. Com simpatias pela FPLN visava as Forças Armadas, no sentido da desmobilização militar. Escrevia nessa altura Álvaro Cunhal que era possível “um entendimento para as acções imediatas, haja ou não acordo em relação aos objetivos da revolução, à tática, à organização”.¹¹⁸² Da Comissão original farão parte Tito de Moraes, Mário Ruivo, Manuel Sertório, Fernando Piteira Santos, Lopes Cardoso, Rui Cabeçadas, ficando por nomear mais um elemento oriundo do Comité Central do PCP. A escolha do local da sua sede não foi originalmente consensual, havendo França, Argélia e Itália como opções, sendo que a Itália era defendida pelo PCP com base nas suas relações com o Partido Comunista Italiano, enquanto outros optavam pela Argélia pela proximidade em relação ao espírito descolonizador que se fazia sentir no continente africano e pelas facilidades concedidas pelo governo argelino. Não se pense com isto que a Oposição estivesse tão unida, ou desenvolvesse ações de unidade, como acontecera nas décadas de quarenta e cinquenta. Vive-se uma situação nova em que a Maçonaria se apresenta debilitada, o PCP prosseguirá nas suas opções estratégicas, muitos velhos republicanos vão falecendo e à esquerda em breve registar-se-á o nascimento de múltiplas organizações de tendência marxista-leninista, cujo traço comum e geral é, por um lado a crítica ao sistema capitalista e, por outro lado, a crítica ao “revisionismo” soviético.

Mário Soares refere que a constituição da FPLN surge na ressaca das eleições de 1958 e da necessidade de coordenar as forças da Oposição. Criaram-se então Juntas Patrióticas, também designadas de Juntas de Ação patriótica, que evoluíram para a FPLN com antifascistas, comunistas, socialistas, maçons e católicos, e onde os comunistas não constituíam maioria. Por seu lado, a FPLN viverá momentos

¹¹⁸² CUNHAL, Álvaro, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, Ed. Edições Dom Quixote, 1975, p. 109;

cruciais na oposição ao regime, assim como ocorrências de desconfiança interna que a enfraquecerão, a par com algumas acusações de sectarismo, de burocratização excessiva e de frágeis ligações a Portugal. O afastamento político que Humberto Delgado vive em relação à FPLN (Frente Patriótica de Libertação Nacional), com quem rompe politicamente em outubro de 1964 e constitui, em 12 de janeiro de 1965, uma nova FPLN, agora designada de Frente Portuguesa de Libertação Nacional, junto com o seu inconformismo, alguma ingenuidade política e espírito voluntarioso leva-o à cilada criada pela PIDE, a designada “Operação Outono”, que tem o seu epílogo a 13 de fevereiro de 1965. Atraído a Badajoz, o ardil montado termina com o assassinato de Delgado e da sua secretária Arajaryr Campos, nos arredores de Olivença, por uma brigada da polícia política da qual faziam parte António Rosa Casaco, Ernesto Lopes Ramos, Agostinho Tienza e Casimiro Monteiro, vindo os corpos a ser descobertos próximo de Vila Nueva del Fresno. Era o culminar de uma perseguição movida pelo regime, que havia começado logo após as eleições com as autoridades a demitirem Delgado, primeiro do cargo de Diretor Geral da Aeronáutica, depois do exército com a proibição expressa de usar farda, o que o afetou profundamente sob o ponto de vista psicológico, que passou pela sua ostensiva vigilância no Brasil ou em Itália e que terminou com a ação da PIDE em Espanha.

Depois de em 1960 ter falecido Jaime Cortesão, em finais de 1965 a Oposição perde outra das suas pedras fundamentais: Mário de Azevedo Gomes. Toda a Oposição se via obrigada a parar para refletir, o que não era fácil num momento em que sobravam as divergências no seio do Diretório Democrato-Social. Nesta altura a luta contra a Ditadura oscila entre a ingenuidade de processos e a desilusão por inconsistência das hostes. Exemplo disso é o que aconteceu em novembro de 1966, com um manifesto com mais de uma centena de assinaturas, dirigido ao então Presidente Américo Tomás e onde se referem os malefícios do regime. Claro está que o resultado não foi bom para a Oposição pela identificação de muitos dos contestatários do regime, um erro a fazer lembrar o que ocorrera com o MUD anos antes. Estruturalmente a Oposição acreditava que para a modernização do país era obrigatório acabar com o monopólio do partido único, com a arbitrariedade da polícia política e ainda da necessidade da publicação de uma nova lei de imprensa.

O próprio PCP vivia momentos difíceis nesta altura. Para além da repressão exercida pelo regime, em breve conhecerá a dissidência por força do contexto comunista internacional. Com o PCP a crescentemente dar maior importância aos

seus contactos internacionais e à questão colonial, não vai, contudo, conseguir passar à margem dos emergentes conflitos no movimento comunista internacional, tendo como protagonistas a China e a URSS, em luta pela hegemonia sobre o mesmo, sendo que a Albânia e a Jugoslávia percorrem um caminho próprio, ora escapando a esta influência, ora aliando-se pontualmente aos dois grandes protagonistas. Em 1961, no XXII Congresso do PCUS, Álvaro Cunhal tomava o partido dos soviéticos em detrimento dos críticos da hegemonia de Moscovo. São alguns opositores desta linha seguida por Cunhal que vão formar a Frente de Ação Popular Anti-Fascista, que posteriormente alterará a sua designação para Frente de Ação Popular (FAP), onde se destaca Francisco Martins Rodrigues, daqui derivando para o CMLP, nascido em 1964, depois de uma eficaz ação da PIDE sobre a FAP. Pacheco Pereira assinala a evolução ideológica entre a FAP e o CMLP, por este movimento alinhar de forma mais clara pelas teses chinesas. Se por um lado as divergências assentavam na contestação da coexistência pacífica e na forma de fazer a Revolução, no papel da luta de classes enquanto motor da mudança e numa revolução mundial leninista, por outro lado tinha em fundo a competição militar entre a China e a URSS. Refira-se ainda que, nestes primeiros anos da década de sessenta, assistimos a uma radicalização da linguagem revolucionária e a uma radicalização de posições como uma manifestação da luta de classes por um lado, de delimitação de novos territórios políticos por outro. Isso é particularmente visível com os emergentes grupos de “tendência maoísta”.¹¹⁸³ Há também que acrescentar que estas organizações respondiam a um desejo de maior radicalização por parte de setores da sociedade portuguesa na época.

Também a partir da FAP serão criados os GAP, dela dependentes. A FAP é a primeira cisão de tendência marxista-leninista ocorrida no PCP, com Francisco Martins Rodrigues, em dezembro de 1963, a opor-se à “revolução democrática e social” preconizada pelo PCP, e opondo-se também a quaisquer alianças com outros sectores da Oposição, porque entendia que era impossível a conciliação de classes. Aliás o PCP e os comunistas seus militantes eram mesmo acusados de

¹¹⁸³ Pacheco Pereira refere que a auto-designação inicial destas novas forças era de marxista-leninista, como forma de sublinharem a sua fidelidade ao ideário comunista anterior às mudanças introduzidas pelo PCUS na sua linha ideológica e, ao mesmo tempo, se demarcarem dos partidos comunistas tradicionais e alinharem com as visões chinesa e albanesa. Considera a existência de um novo período iniciado com a Revolução Cultural chinesa e com os acontecimentos do Maio de 1968, a partir do qual, então sim, esses movimentos podem ser designados de maoístas *in* PEREIRA, José Pacheco, *O Um dividiu-se em Dois – origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal – 1960-65*, Lisboa, Aletheia Editores, 2008, pp. 75 e 180. Também fundamental para a compreensão destas novas forças políticas é CARDINA, Miguel, *Margem de certa maneira – o maoísmo em Portugal 1964-1974*, Lisboa, Ed. Tinta da China, 2011;

serem, para além de “revisionistas”, também de “fanáticos defensores da unidade da oposição”, de servirem os interesses da burguesia liberal e de “lacaio do capitalismo”. Francisco Martins Rodrigues acusará também o PCP de “estar tradicionalmente muito agarrado à ideia de que a classe operária necessita do apoio da burguesia republicana, porque sem isso não vai a lado nenhum, e de não conseguir realizar a aliança operário-camponesa”.¹¹⁸⁴ Refira-se que o tipo de linguagem e acusações então surgidas, se prolongará na década seguinte até ao 25 de Novembro de 1975. Por seu turno, após um período em que ignora a dissidência e em que Álvaro Cunhal publica *Rumo à Vitória*, o PCP respondia aos dissidentes na mesma moeda designando-os de renegados e provocadores, informando os seus militantes da expulsão daqueles, concretizada em dezembro de 1963, e acusando-os não de divergências, mas de abandono das suas tarefas partidárias e de fazerem o jogo do regime, sendo clara a posição do PCP ao recusar-se a optar pela via revolucionária. O jornal *Avante*, em dezembro de 1964, chega mesmo a publicar um artigo com o título “cuidado com eles”, onde apresenta os nomes dos membros da FAP.

Por esta altura surge também a URML que difere de outros grupos similares por não advogar a deserção das fileiras do exército face à guerra colonial, mas antes aceitar a incorporação militar para fazer propaganda política junto dos militares. Respondendo a estas novas forças políticas, o PCP acusa-as de esquecerem “o ABC da revolução que pretendem defender”. Na Rádio Portugal Livre pode ouvir-se a posição do PCP que afirma que:

“os ultra-esquerdistas agem em relação a largos sectores das classes médias e aos seus agrupamentos políticos, objetivamente interessados no derrubamento do fascismo, como tantas vezes o tem provado a sua oposição a Salazar, como se tivessem que perder um aliado e ganhar um inimigo”,¹¹⁸⁵

acusando-os ainda de individualismo e de impreparação política. Entretanto enquanto que a FAP se dissolve formalmente em 1967, ainda que de facto tenha deixado de funcionar após a prisão de Francisco Martins Rodrigues em 1966, o CMLP continua a existir até 1970, altura em que seria criado o PCP (m-l), com o qual se pretendia criar o “verdadeiro” Partido Comunista.

¹¹⁸⁴ PEREIRA, José Pacheco, *O Um dividiu-se em Dois – origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal – 1960-65*, Lisboa, Aletheia Editores, 2008, p. 138;

¹¹⁸⁵ *Fundo Legião Portuguesa*, cit. Rádio Portugal Livre, 25 de agosto de 1965. Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Pode, pois dizer-se que nos primeiros tempos do marxismo-leninismo português este vai buscar os seus militantes às fileiras do PCP. Foi, no entanto, um momento breve, já que será no meio estudantil, nas profissões liberais e no operariado que virá a ocorrer uma parte significativa dos novos recrutamentos. O que se passava entretanto na Maçonaria? Estamos perante obreiros escassos, envelhecidos e afastados do mundo dos operários e dos estudantes, com propostas que seduzem pouco a juventude. Estamos em face de uma significativa diferença geracional entre os velhos republicanos e os novos movimentos oposicionistas, muitos deles emergindo dos meios estudantis. Estamos em presença de novas forças que desconheciam o peso histórico do passado, ainda que mostrem interesse em conhecer a história do movimento operário, e estamos perante radicalismos que recusam os compromissos desse mesmo passado. Ainda que muito raramente estes movimentos se pronunciem sobre a Maçonaria, na maioria das vezes desconhecendo-a, quando o fazem tal ocorre apenas a título individual. Acresce, na verdade, que das raras vezes que o fizeram foi para a considerarem como “delírio burguês” e com um carácter oposto ao da luta de classes e à revolução então almejada por eles. Ainda assim, alguns destes grupos militantemente ambicionaram hegemonizar outros movimentos, como aconteceu por exemplo com a Liga Portuguesa do Ensino Laico, próxima da Oposição e da Maçonaria, de influência e duração escassas.

Há, em todo este contexto, algo que está a mudar na sociedade e no seio do regime, com consequências no aparecimento, nesta e na década seguinte, de novos grupos de ativismo político: o incremento da frequência escolar. Mas também algo estava a mudar para as oposições até aí conhecidas: a contestação à ação dessas mesmas oposições. Paralelamente verifica-se um endurecimento do regime e um gradual isolamento internacional, tendo em destaque a guerra colonial, que passou a ser um facto incontornável da sociedade portuguesa e onde as forças armadas vão passar a deter um papel de crescente importância. Esse isolamento passa também pelas fricções diplomáticas entre Portugal e o Vaticano, particularmente no pontificado de Paulo VI e pelo boicote português às sanções internacionais impostas à antiga Rodésia. A propósito da Rodésia, Franco Nogueira refere ter recorrido a Hernâni Cidade e a Armando Cortesão para lançar uma “sociedade de amigos da Rodésia”, que não convinha que surgisse inspirada pelo governo, e que Hernâni

Cidade, acolhe com a expressão “a nossa África é sagrada!”.¹¹⁸⁶ A este propósito é também de referir um trabalho, assinado com o nome simbólico de Vítor Hugo e data provável de 1970, que é notável na sua forma de olhar para as colónias e para a guerra colonial. Neste trabalho, destinado à ascensão ao Supremo Conselho, pode ler-se que:

“as populações dos territórios portugueses não ficaram indiferentes à orientação que havia sido dada pelos ingleses, franceses, belgas e espanhóis, e em 1961 as populações nativas de Angola, travaram a primeira luta destruindo e liquidando toda a população branca que conseguiram dominar, tendo mesmo chegado a ameaçar a população branca da Capital (Luanda). A resistência das populações brancas que escaparam à chacina, auxiliadas pelas forças armadas ali existentes e pelos reforços enviados pela Metrópole, conseguiram sustentar o levantamento das populações. (...) A partir deste momento nascem movimentos de independência com governos constituídos no exílio (...) obrigando a um esforço militar muito acentuado”.¹¹⁸⁷

O autor alerta por um lado que o esforço económico decorrente da guerra colonial “será drenado para o estrangeiro afectando a economia nacional”, e por outro, que “ficam comprometidas as nossas possíveis futuras ligações culturais e económicas com os novos países”. Se a primeira das preocupações já tinha sido assumida numa conferência de Daniel Barbosa, a que adiante fazemos referência, a segunda é manifestamente inovadora e só será uma preocupação após a descolonização. O autor deste trabalho liga ainda as exigências económicas da guerra colonial ao desequilíbrio da balança económica, refletindo-se igualmente “no nível económico das populações”, e por isso impunha-se “que o problema seja encarado com vista a uma solução com carácter permanente, abandonando a política (...) de dividir as populações em duas categorias distintas, inimigos e amigos”. Havia ainda algumas sugestões neste trabalho, cuja extensão do debate se desconhece, nomeadamente de acabar com o Ministério do Ultramar e a criação de um ministério residente em cada uma das colónias. O autor vai ainda mais longe, e recorde-se que estamos no início da década de setenta, propondo a formação de “um governo constituído por elementos brancos e de cor, nativos e da resistência, ou seja dos agora designados por terroristas”, assegurando a esse governo a independência territorial com a defesa de fronteiras por forças metropolitanas enquadrando os elementos nativos. Propunha ainda a diminuição progressiva das Forças Armadas metropolitanas até à retirada total, dia em que Portugal “conquistava o respeito de todo o mundo que lhe

¹¹⁸⁶ NOGUEIRA, Franco, *Um político confessa-se (diário 1960-1968)*, Lisboa, Ed. Civilização, 1986, p. 165;

¹¹⁸⁷ *Documentos diversos do Supremo Conselho*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

é hostil”.¹¹⁸⁸ É um documento que, em 1970, faria as delícias da polícia política se soubesse da sua existência ou se o tivesse apreendido.

Mas este é um período de acentuado declínio da Maçonaria, apenas compensado por um notável sentido de coesão, quiçá motivado também pelo reduzido número de maçons em atividade. É certo que a crise se estende à Oposição em geral, onde é visível o esgotamento da tradicional forma de fazer oposição. As entradas para a Obediência reduziram-se a quase a zero e o cansaço e desilusão dos que se mantinham era evidente.¹¹⁸⁹ Faltava também a massa crítica para o debate dos novos problemas que a sociedade conhecia, por falta de ideias novas de gente nova. A. H. de Oliveira Marques refere que a década de sessenta foi talvez o ponto mais baixo e de menor atividade de toda a história da Maçonaria portuguesa.¹¹⁹⁰ Na realidade, a presença de maçons nos atos públicos da vida política é cada vez mais débil, e quando o faziam apelavam à abstenção, sendo disso exemplo as eleições de 1957 e de um manifesto assinado por Adão e Silva, Carlos Ernesto de Sá Cardoso, Mendes Cabeçadas, Nuno Rodrigues dos Santos, Dias Amado, Luís Moitinho de Almeida, Carvalhão Duarte, Abílio Mendes, António Macedo, Carlos Cal Brandão, Eduardo Santos Silva, Ramon de La Féria, Hélder Ribeiro, Santiago Prezado, José de Magalhães Godinho e Vasco da Gama Fernandes. Acrescia que os poucos maçons existentes se empenhavam na vida política profana em alternativa à vida maçónica. Não podendo reunir as Lojas, também não se produzia reflexão sobre os mais variados temas, como hoje acontece e de que a exiguidade dos trabalhos em Loja são a expressão. Essa quase ausência de produção de Saber fez a Maçonaria definhar entrando numa espiral descendente, já que as reuniões de Loja e a execução de trabalhos eram o cimento que a sustentava. De qualquer das formas, no final da década e início dos anos setenta, assiste-se a uma tentativa de rejuvenescimento que se prolonga até ao 25 de Abril, fruto das esperanças motivadas pela “primavera marcelista”. Será, por isso, um período em que ocorrem várias iniciações na Maçonaria, o que pode ser comprovado pelas regularizações ocorridas já depois do 25 de Abril.

Ao mesmo tempo a vida diária conheceu uma faceta política até aí desconhecida. Era difícil ter uma opinião, uma atividade ou um projeto de vida sem conseqüentes

¹¹⁸⁸ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹¹⁸⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria em Portugal*, col. Cadernos Democráticos/Fundação Mário Soares, Lisboa, Ed. Gradiva, 1998, p. 62;

¹¹⁹⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria em Portugal*, col. Cadernos Democráticos/Fundação Mário Soares, Lisboa, Ed. Gradiva, 1998, p. 52;

implicações políticas. Nos liceus e nas universidades o associativismo funcionava simultaneamente como escape, como escola política e como alternativa nas relações sociais, a par de uma consciencialização política, num caminho novo que a juventude estudantil experimentava. Maria Emília Brederote dos Santos refere-o claramente ao afirmar que:

“o movimento associativo foi uma escola extraordinária. Foi um período de grande consciencialização política. E também de aprendizagem de competências democráticas. Desde competências mais formais, como gerir uma assembleia ou organizar um processo eleitoral, a ouvir os outros, fundamentar posições, persuadir, tentar fazer compromissos e chegar a consensos. Era no movimento associativo que isso se aprendia”.¹¹⁹¹

2 – “Tenho sofrido muito. A vida dá mais sofrimentos que alegrias” – o trabalho maçónico na clandestinidade

Hesitámos muito em atribuir ao título deste capítulo os primeiros versos de um poema de David Mourão Ferreira, cantados por Amália Rodrigues: “Por teu livre pensamento / Foram-te longe encerrar / Tão longe que o meu lamento / Não te consegue alcançar / E apenas ouves o vento / E apenas ouves o mar / Levaram-te a meio da noite / A treva tudo cobria (...)”,¹¹⁹² ou a frase de Fernando Vale atrás citada e que dá título a este capítulo. As duas opções seriam o espelho do ambiente vivido e traduzem na exatidão a repressão do regime em relação a todos os que ousavam pensar de forma diferente, com a primeira a atirar-nos para um universo oposicionista mais alargado, com a segunda a expressar um forte sentimento pessoal de um maçom de referência, referido na primeira pessoa e que espelha as dificuldades do trabalho maçónico na clandestinidade, sempre com a prisão, a deportação ou a perda de emprego à espreita. Optámos pela segunda, também porque a travessia do período da Ditadura implicou perigos e sacrifícios que convém

¹¹⁹¹ Maria Emília Brederote Santos, *Mulheres de Abril*, in *Esquerda*

https://www.esquerda.net/artigo/mulheres-de-abril-testemunho-de-maria-emilia-brederode-santos/61241?fbclid=IwAR0LzqNTE4-oMfESiMLchOLkaG7YOfz8Phgxt_PM2-QlJo9v0fWok0WZ5NU

¹¹⁹² *Abandono*, de David Mourão Ferreira, cantado por Amália Rodrigues e musicado por Alain Oulman, tendo ficado conhecido como Fado de Peniche, ainda que inicialmente tivesse sido designado de Fado Crisfal. A designação vulgar de Fado de Peniche é dada pela Oposição e deve-se ao facto de, pela mesma altura, ter ocorrido a fuga de Álvaro Cunhal da prisão de Peniche;

manter vivos na memória. Um trabalho apresentado em Loja, destinado ao Supremo Conselho, alerta para o facto de o trabalho maçónico na clandestinidade ter de ser rodeado das maiores cautelas, já que a Maçonaria não está livre de uma qualquer infelicidade, de uma indiscrição, um descuido ou até uma traição.¹¹⁹³ Apesar de tudo, mesmo com esses perigos, algumas Lojas continuaram a reunir e a fazerem iniciações. Em dezembro de 1945 Luís Rebordão foi reeleito Grão-Mestre e em 1947 era restabelecido o cargo de Grão-Mestre Adjunto, o que demonstra alguma estabilização da estrutura maçónica. Ocorre também alguma renovação, facto significativo em tempo de clandestinidade, nomeadamente com a integração de Mendes Cabeçadas como membro do Conselho da Ordem ou nos períodos de finais da década de quarenta e de meados e até final da década de cinquenta. A quebra verifica-se durante a década de sessenta, para reanimar de novo a atividade com a passagem dos anos sessenta para os setenta. Há também que reconhecer que quando se chega à década de setenta as limitações no funcionamento das Lojas são muitas e, como lembrava A. H. de Oliveira Marques, o facto de a Maçonaria ser dirigida por pessoas muito idosas levou a alguma dificuldade em compreender as mudanças que os novos tempos exigiam. Note-se que o relativo dinamismo ocorrido no final das décadas de quarenta e cinquenta pode ser associado às campanhas eleitorais de Norton de Matos e de Humberto Delgado, sendo que algum desalento que sucedeu no início dos anos sessenta, pode ter como causa uma desadaptação da Maçonaria às mutações sociais e culturais então vividas e que está bem espelhado num documento sem data, mas que cremos ser de 1959 ou 1960, onde se pode ler, com algum pessimismo associado, que

“não temos, de facto, qualquer espécie de influência ou de controle sobre tudo o que política e socialmente se passa no actual e movimentado momento no nosso Paiz. Vivemos n’um mundo aparte, isolados, ignorados e pacientemente sossegados (...). Não temos actualmente, como tivemos em tempos que já lá vão, elementos preponderantes, figuras de destaque, que pela sua posição social marcavam no mundo P., em todos os meios de actividade, onde levávamos as nossas ideias, onde punham em prática os nossos propósitos, e onde defendiam as nossas intenções, sempre puras e sempre de largo alcance moral e social. Hoje estamos reduzidos a isto: a um grupo pouco numeroso de bons rapazes, de vida modesta e muitas vezes cheia de preocupações, que se reúnem de vez em quando em fraterno convívio, é certo, que familiarmente discutem entre si, por vezes assuntos muito interessantes mas que não chegam a ver a Luz do dia”.

Mais adiante acrescenta-se que:

¹¹⁹³ *Publicações várias (miscelânea)*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Este trabalho, assinado apenas com o nome simbólico de Júlio Dinis, é destinado ao Supremo Conselho e possui data de 1954;

“limitamo-nos a praticar um reduzidíssimo bem através de duas ou três instituições de bem fazer, ás quaes nem sequer sabemos ou podemos facultar uma vida desafogada e próspera”.¹¹⁹⁴

Depois da descompressão política após as eleições de 1958, verifica-se um esforço para a criação de novas Lojas. Por exemplo, em 1958 é criada a Loja Progresso de Torres Vedras, que mereceria uma menção especial do Conselho da Ordem pela sua tarefa de regularizar antigos Obreiros e de iniciar novos Irmãos de uma forma continuada. Refira-se ainda que a Loja Progresso seria mesmo dirigida pelo seu Venerável Vítor Cesário da Fonseca, até muito depois de 1974, mais precisamente até aos noventa anos de idade deste, em 1979, e que está ligado ao jornal *Gazeta de Torres* e à criação da Loja Renovação em Luanda, nos anos sessenta, quando da sua passagem por Angola. É também o caso das Lojas Fraternidade, de Viana do Castelo, Renovação, no Funchal, ou Cruzeiro do Sul, em Lourenço Marques, algumas já aqui referidas. Fernando Marques da Costa refere ainda Lojas criadas no Porto, Estarreja e Caldas da Rainha, cujo nome hoje desconhecemos e de cujos funcionamento hoje desconhecemos informações mais aprofundadas.¹¹⁹⁵

A prática maçónica em Loja implica a existência de um ritual que tem um efeito estruturante e agregador. A sua limitação decorrente da ilegalização da Maçonaria afetou a ligação entre os seus membros e adulterou o sentido de quaisquer práticas. Consideram os maçons que sem ritual não pode haver Maçonaria, logo a Maçonaria possível em tempos de clandestinidade era uma sombra do que os cânones da tradição preconizavam. Exemplo disso era o aligeirar ou até a ausência de trajes maçónicos, traduzido na redução da indumentária maçónica à faixa de mestre ou de outros quaisquer graus de que se estivesse investido. A. H. de Oliveira Marques refere que o ritual foi sendo aligeirado e até esquecido, deixando de se realizar sessões de aumento de grau, sendo o mesmo feito por comunicação. Aliás, algumas das nossas fontes referem que mesmo aligeirado, o ritual de aprendiz e uma versão igualmente ligeira do ritual de Iniciação eram os únicos a serem praticados, só se recuperando os restantes após 1974. Na verdade, também se reduziram substancialmente em número as sessões de iniciação que, apesar de tudo, mantiveram um rigor mínimo do ritual, o que também não impediu que muitas

¹¹⁹⁴ *Documentos diversos do Supremo Conselho*, sem data e não assinado, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹¹⁹⁵ COSTA, Fernando Marques da, *O Grão-Mestre e o grão-mestrado de Luís Gonçalves Rebordão in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 75;

fossem feitas “pela espada” do Grão-Mestre.¹¹⁹⁶ Claro está que a ausência de uma prática livre e regular afetou a Maçonaria, mas não a derrubou porque, como refere A. H. de Oliveira Marques, “se a Maçonaria não tiver reuniões não morre por isso, o espírito maçónico continua a viver em cada maçom”.¹¹⁹⁷ O que aconteceu de facto, foi que a Maçonaria perdeu o seu papel de laboratório ativo de ideias, manietada que estava por uma Ditadura.¹¹⁹⁸

Por outro lado, o enfraquecimento ou mesmo o desaparecimento de uma Loja não significava o fim da atividade maçónica dos seus Obreiros. Alguns continuavam a pagar as suas capitações diretamente à Grande Secretaria,¹¹⁹⁹ ou então mudavam de Loja, integrando-se em outra Loja, fortalecendo-a e mantendo-a em atividade. Exemplo disso, entre muitos outros, pode ser visto com Nuno Aires Rodrigues dos Santos, iniciado em 1935 na Loja Magalhães Lima, que quando esta desaparece durante a clandestinidade viria a transitar para a Loja Liberdade. O mesmo acontece com muitos outros maçons, acrescendo ainda que a entrada de um novo membro para a Maçonaria durante o período da clandestinidade, representava um ato de coragem e de afirmação de um conjunto de valores pelos quais a Maçonaria sempre lutou. No entanto a entrada para a Maçonaria era mais do que isso. Recorrendo às palavras de Oliveira Marques ela constituía uma forma de enquadramento para quem se queria afastar quer do fascismo, quer do comunismo, funcionando como elo de ligação entre a Oposição democrática não comunista, o que pode também ser comprovado na percentagem muito significativa de maçons entre os candidatos da Oposição às eleições, nos diferentes órgãos ou pela sua militância em diferentes forças políticas da oposição não comunista.

Forma de enquadramento de potenciais maçons, de militância cívica e até de preservação de laços e solidariedades maçónicas foi a Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, apresentada a 3 de abril de 1921 no Ateneu Comercial de Lisboa, numa sessão presidida por Teófilo Braga e onde Magalhães Lima foi figura incontornável dos seus primeiros anos de vida. Manteve-se durante toda a Ditadura ligada à Maçonaria e à Oposição, assumindo um importante papel moral e simbólico, e da qual, neste período resta hoje muito pouca documentação conhecida.

¹¹⁹⁶ Expressão maçónica que significa que a Iniciação decorre de forma administrativa pelo recurso à autoridade do Grão-Mestre, prescindindo-se da cerimónia ritual;

¹¹⁹⁷ FERRO, João Pedro, *A. H. de Oliveira Marques, o homem e o historiador – balanço de seis décadas, diálogos com João Pedro Ferro*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, pp. 242 e 243;

¹¹⁹⁸ João Alves Dias, entrevista 30 minutos, tel., 20 de setembro de 2020;

¹¹⁹⁹ A Grande Secretaria não pode ser entendida como o foi antes de 1935 ou como o é hoje. No período da clandestinidade constituía-se, na prática, como um órgão unipessoal na pessoa do Grande Secretário Geral;

Os tempos de clandestinidade eram também momentos de defesa interna, rigor, cuidado nos métodos e frugalidade na documentação escrita, no que se incluíam as iniciações e os aumentos de grau. Numa fronteira ténue entre o improvisado e a informalidade encontramos duas referências de Fernando Henriques Vaz, uma da sua iniciação, em 1947 na Loja Estrela d’Alva, em casa de Raúl Weelhouse, figura fundamental da Maçonaria na clandestinidade, na rua dos Capuchos, e outra no início de 1948, em casa do capitão Brito, na rua Tomás da Anunciação, ambas em Lisboa. A primeira foi rápida e discreta, da segunda diz-nos o autor que “nem uma nota se tomou. Rápida, muito rápida, não fôssemos ser surpreendidos. Cautelosamente nem se marcou o dia da próxima reunião. Entrámos e saímos um de cada vez, como se nos desconhecêssemos”.¹²⁰⁰ Oliveira Marques confirma este “improvisado”, ao referir-se à sua entrada na Maçonaria, cuja cerimónia de iniciação decorreu na Escola Oficina nº 1, em janeiro de 1973, onde a Câmara de Reflexão era o gabinete médico da escola, e onde as várias salas constituíam o percurso da cerimónia. Assinale-se, como nos indicaram Oliveira Marques e Luís Vale, a grande vontade dos mais velhos em transmitir os conhecimentos aos recém chegados à Maçonaria,¹²⁰¹ e ainda o facto de ainda estarem vivos alguns maçons que conheciam o ritual e a prática maçónica vividos nos anos anteriores à clandestinidade, o que facilitou o recomeço em 1974.

É a ideia de rejuvenescimento que preside, entre 1968 e 1970, à criação dos “pentágonos”, células para-maçónicas por norma com cinco elementos, num máximo de dez, onde a maioria não eram maçons, mas quem dirigia o “pentágono” era. Provavelmente foi esta ideia de rejuvenescimento que impediu a Maçonaria de atingir um ponto de não retorno, pela não regeneração de membros e que lhe poderia ter sido fatal. A iniciativa partiu de Dias Amado e Luís Rebordão e visava compensar a diminuição do número de membros, pela morte de uns, pela desistência de outros, sendo que aos “pentágonos” era incumbido trabalho maçónico de intervenção na sociedade e de difusão dos ideais maçónicos, sendo também frequente a futura cooptação de novos obreiros. Nos “pentágonos” eram apresentados e discutidos temas gerais da sociedade, o que não impedia um certo desfasamento em relação à prática de outras Obediências estrangeiras, motivado

¹²⁰⁰ VAZ, Fernando Henriques, *Como renasceu a Maçonaria em Portugal in Portugal – apontamentos de História*, vol. II, Lisboa, s. Ed., 1979, pp. 27 e 33;

¹²⁰¹ FERRO, João Pedro, *A. H. de Oliveira Marques, o homem e o historiador – balanço de seis décadas, diálogos com João Pedro Ferro*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 241 e Luís Vale, entrevista 45 minutos, Coja, 14 de junho de 2018;

quer pelos receios da ação da polícia, quer pelo facto de toda a atividade ser subordinada à sobrevivência da Maçonaria. Além de A. H. de Oliveira Marques já referido, Ramon Machado de La Féria, também iniciado em 1973, Raul Rego e Fausto Correia são exemplos de Obreiros que aderiram à Maçonaria pela via dos “pentágonos” que, refira-se, não precisavam de um local fixo para reunirem. Apesar de tudo quer A. H. de Oliveira Marques, quer Fernando Marques da Costa consideram exíguos os resultados em termos de novos Obreiros.¹²⁰² Nessa altura, não sendo a única, a Loja Simpatia e União era aquela que polarizava a maioria das iniciações efetuadas. Anos mais tarde, Dias Amado referindo-se a esta época, dá conta que muita gente nova havia ingressado na Maçonaria, principalmente nos últimos tempos da Ditadura, o que apesar de tudo não impedia a gritante escassez de Obreiros que apoiassem as estruturas Maçónicas e a sua renovação.

Havia também uma notória preocupação das Lojas em reforçar os laços que uniam os seus Obreiros ao mesmo tempo que procediam à Iniciação de novos maçons. Era, no entanto uma tarefa difícil como reconhece a Loja José Estevão no seu relatório de 1956, onde se escreve, ainda que em tom crítico, que “é difícil (...) fazer iniciar novos obreiros, é muito mais fácil fazer regularizar um amigo pessoal que não esteja actualmente em efectividade de trabalhos”.¹²⁰³ Não se conhecendo a data exata do desaparecimento da Loja Revoltar, de Almada, sabe-se que ela também efetuou iniciações durante a clandestinidade, casos de Alexandre Babo e João Santiago Prezado.¹²⁰⁴ O mesmo aconteceu com a Loja Luz e Vigor, de Mafra, da qual António Ventura refere a existência de um documento dirigido ao seu Venerável, António Augusto Taveira Pereira, com data de março de 1936. Isto

¹²⁰² A. H. de Oliveira Marques de quem ouvimos pessoalmente valorizar os Pentágonos, embora reconhecendo a exiguidade de resultados, opinião próxima de Fernando Marques da Costa em COSTA, Fernando Marques da, *O Grão-Mestre e o grão-mestrado de Luís Gonçalves Rebordão in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, pp. 100 e 101;

¹²⁰³ *Processo da Loja José Estevão*, de Lisboa – correspondência, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹²⁰⁴ VENTURA, António, *Revoltar para resistir – A Maçonaria em Almada (1898-1937)*, Almada, Ed. Câmara Municipal de Almada, 2010, pp. 53 a 138. António Ventura refere que em 1936 faziam parte desta Loja Eugénio Bento Ferreira, Fernando Coelho Marques Simões, Agnelo Dias, Ângelo Zuzarte Cortesão Casimiro, Francisco Keil do Amaral, Armando Celorico Drago, Raul Goulart de Ávila, António Borges Dias, José Maria Dias Saraiva, Luís Tavares dos Santos, João Teixeira Bragança, Fernando dos Santos Silva, Raul Faria da Fonseca, José Goulart de Ávila, Armando da Palma Carlos, Abílio da Costa Mendes, Fernando Oliveira e Silva, N.N., Manuel João da Palma Carlos, Francisco Rosa, Orlando Juncal da Silva, Viriato Faria da Fonseca, Manuel Barata de Almeida, Francisco Teixeira Jardim e António Quaresma Júnior, aos quais se deverão juntar Alexandre Babo e João Santiago Prezado, iniciados em data posterior e desconhecida. Ver também BABO, Alexandre, *Recordações de um caminheiro*, Fundão, Ed. Jornal do Fundão, 1984, pp. 68 e 69. Alexandre Babo refere que a sua iniciação ocorreu numa casa da Rua Luciano Cordeiro, em Lisboa, mencionando terem estado presentes alguns companheiros seus de Faculdade, nomeadamente Orlando Juncal, António Marinho Dias, Fernando Taveira da Costa, Fernando Santos Silva, Fernando Simões e Eugénio Ferreira;

significou, em todas as Lojas que trabalharam durante a clandestinidade momentos altos de verdadeiro entusiasmo e momentos menos bons, de desânimo e descrédito.

Importante no contexto da clandestinidade foi a legislação emanada do Conselho da Ordem que permitia aos Veneráveis, mediante parecer dos Vigilantes, irradiar dos seus quadros qualquer Obreiro que praticasse uma ação desonrosa para a Maçonaria ou faltasse aos juramentos feitos. Um Decreto do Conselho da Ordem determinava então que:

“(...) não terão a mínima atenuante os que, directa ou indirectamente e esquecendo o sinal da Ordem, derem a conhecer no mundo profano, nem que seja debaixo de violência, o nome ou outro indício por onde possa reconhecer-se a identidade de qualquer maçom activo ou cargo que exerça (...)”.¹²⁰⁵

Esse Decreto, datado de 24 de julho 1937, vai mais longe e esclarece que “os irradiados como traidores são considerados, para todos os efeitos como tendo descido à máxima degradação”, havendo uma lista com os seus nomes. António Ventura refere o exemplo de um membro da Loja Montanha, que em maio de 1937, denunciou à polícia José Afonso da Costa Júnior, o que originou a prisão e tortura deste. Por outro lado, entre os maçons sublinhou-se a importância do uso do nome simbólico, prática ancestral, mas que agora ganhava outro valor. Ainda que constando dos Boletins do GOLU e sendo públicos os nomes simbólicos, nos primeiros tempos causou estranheza à polícia política olhar para documentos apreendidos assinados por um Vasco da Gama, um Marquês de Pombal ou um Camões...

O Decreto nº 2 de 25 de julho de 1954 retoma e reafirma estas determinações dando o poder aos Veneráveis, mediante inquérito e depois do parecer dos Vigilantes, de poderem irradiar os maçons que na sociedade praticassem atos que desonrassem a Maçonaria, ou não observassem a Lei do Silêncio.¹²⁰⁶ A este propósito refira-se que durante a clandestinidade o nome e a identificação do Grão-Mestre eram conhecidos apenas num círculo muito restrito e raramente pronunciados, mesmo entre os maçons. Ele era o garante de que a Maçonaria era forte perante a perseguição política e, simultaneamente, o cimento da união entre os seus membros. Isso dá uma ideia da pressão a que estava sujeita e até das dúvidas

¹²⁰⁵ “Mensagem do Sap.: Grão-Mestre Dr. Luís Gonçalves Rebordão à Gr.: Dieta reunida no Gr.: Templo José Estêvão, em Lisboa, aos 26 de Março de 1975” in *Boletim do Grande Oriente Lusitano*, Janeiro, Fevereiro e Março de 1980, Lisboa, Grémio Lusitano, 1980, p. 22;

¹²⁰⁶ *Decretos do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

internas. António Ventura em *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986* refere que mesmo após a demissão de Norton de Matos do cargo de Grão-Mestre eram muitos os maçons que continuavam a dirigir-se a ele perguntando em quem ele havia delegado poderes. Por outro lado, há ainda a considerar não apenas a delação mas também os segredos mal guardados, questão que era sempre sublinhada em tempo de clandestinidade e por todos os quadrantes da Oposição. Dias Amado refere a mesma situação, acrescentando que foram esses cuidados que permitiram à Maçonaria aguentar as perseguições e de as vencer.¹²⁰⁷ Uma prancha interna datada de 1 de março de 1951 mostra-nos que se mantinham vivas algumas crenças que a Ditadura não conseguira abalar.

“Continuaremos firmemente a empregar os nossos esforços até que alcancemos dos Poderes do Estado o reconhecimento ao direito de reunião e realização dos nossos sagrados e antiquíssimos ritos, conforme se praticam em todos os paizes civilizados e está internacionalmente reconhecido nos artºs 19º e 21º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de Dezembro de 1948. Também na hora própria reivindicaremos a restituição dos bens patrimoniais da Ordem, que tão arbitrária e injustamente foram confiscados”.¹²⁰⁸

Uma carta não assinada existente nos arquivos maçónicos, dirigida ao Grande Secretário Geral e datada de 14 de julho de 1952, é reveladora de algumas práticas durante o período de clandestinidade, demonstrando uma latitude larga da prática maçónica, da organização das sessões, da metodologia de trabalho e até dos anseios.

“Como sabeis, as Lojas da nossa Obediência, como aliás é natural, não trabalham uniformemente. Se umas triangularam, outras preferiram reunir com todos os seus Irmãos activos, em períodos incertos e variando de local em restaurantes e hotéis”.¹²⁰⁹

Esta passagem é demonstrativa da resistência que as Lojas sempre tiveram, por mais de uma vez, à triangulação. Um outro exemplo desta situação é uma Circular não numerada com data de 24 de julho 1952 onde, de novo, se refere o não cumprimento da Triangulação, cuja última determinação havia sido de 1948, onde se pode ler ser o Conselho da Ordem “conhecedor de que, na maioria das LLoj.: a triangulação não foi, nem é, seguida como seria de desejar (...)”.¹²¹⁰

¹²⁰⁷ *Maçonaria (A) na primeira pessoa in A Luta*, de 7 de outubro de 1976, Lisboa, 1976;

¹²⁰⁸ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹²⁰⁹ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹²¹⁰ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Um documento existente em arquivo, sem data mas mas cujo conteúdo nos permite data-lo como dentro de um espaço temporal entre 1945 e 1955, balizas entre a criação da ONU e a adesão portuguesa à mesma, já que assume como objetivo “lutar pelo triunfo da Democracia portuguesa, tornando Portugal livre e digno de ser admitido na ONU”, aborda a atividade maçónica nesse período. Assim, o documento em causa divide-se em “atividade estritamente maçónica”, “beneficência, instrução e propaganda” e “ação no mundo profano”. Na atividade maçónica destaca-se o estudar e praticar a Arte Real e promover a admissão de novos Obreiros. No campo da beneficência, instrução e propaganda é destacada a prestação de assistência não só aos Asilos de S. João de Lisboa e do Porto e ainda à Escola Oficina nº 1, mas também aos Inválidos do Comércio, assim como a Escolas orientadas por Irmãos. Também neste ponto se inclui o apoio ao jornal *República* e a “toda e qualquer publicação que defenda a Democracia e a Liberdade”. No campo profano, o documento retoma o combate à Igreja católica, mas com a ressalva enquanto “instituição política, inspiradora e aliada do fascismo e de todos os despotismos”, para logo acrescentar numa prosa já diferente do que acontecia décadas antes “neste combate, como é óbvio, não serão visados os sentimentos religiosos dos crentes, mas sim o clericalismo, o jesuitismo e o Vaticano, inimigos eternos das liberdades públicas e individuais”.¹²¹¹

Dos locais de reunião, são vários os exemplos que aqui damos de restaurantes, mas não encontramos qualquer referência a hotéis. Quanto à estrutura das reuniões sabe-se que as Lojas José Estevão e Simpatia e União, com maior ou menor flexibilidade, andavam próximas da sugestão dada pelo Conselho da Ordem na Circular sem número e com data de 24 de julho de 1952, de um dos Irmãos presentes, nem sempre Obreiro da Loja, fazer um relatório verbal da política internacional, com base na imprensa, na literatura, na rádio ou em conversa com viajantes, outro Irmão dava conta dos factos mais relevantes passados na Maçonaria e por último, um terceiro Irmão

“pelo mesmo processo encarregar-se-ia de relatar tudo o que de interessante tivesse sabido e se relacionasse com as questões nacionais, sobretudo as políticas, económicas, sociais e, entre as mais prementes, as que afectam a moralidade, o ensino, e a segurança das nossas províncias ultramarinas, nomeadamente as da Índia, Macau e Timor. Não deixaria de referir, com o merecido relevo, a acção avassaladora das forças clericais, que tudo estão dominando e pervertendo”.

¹²¹¹ *Publicações várias (miscelânea)*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

De notar a manutenção, em 1952, das velhas bandeiras da Maçonaria: a Igreja e o ensino. Mas também a referência à Índia, com Goa, Damão e Diu, territórios que a União Indiana viria a ocupar e dos quais as referências nos arquivos maçónicos são muito escassas. A citada Circular continua com a sugestão que em todas as reuniões se faça uma Cadeia de União, onde as vontades poderão ser concentradas “no desejo intenso e firme de ver instaurada em Portugal a Democracia” e, ao mesmo tempo, de cessarem as perseguições à Maçonaria portuguesa.

Podemos ver um exemplo deste alinhamento temático e destes encontros em que se criava o argumento de comemorar algo para reunir uma Loja ou maçons de várias Lojas, no jornal *O Despertar*, de 16 de Maio de 1956, sob o título “Duas datas memoráveis”, no qual podemos encontrar diversos nomes da Maçonaria de Coimbra, da Figueira da Foz e de Aveiro. Ali se pode ver como se junta a Revolução Liberal à II Guerra Mundial, como justificativo para falar desta, e até eventualmente um trabalho de Loja, uma intervenção que aborda a política internacional, por Silva Cerqueira, a necessidade de união interna como forma de falar da Maçonaria e, finalmente, uma intervenção de Tomás da Fonseca em jeito de conclusões, como o orador faz numa Loja maçónica ou como o venerável encerra uma sessão. Interessante é igualmente a marcação de próximo encontro.

“Comemorando o fim da segunda grande guerra mundial e a data da entrada das tropas liberais em Coimbra, reuniram-se num jantar de confraternização, no Restaurante Pinto d’Ouro, cerca de oitenta republicanos desta cidade e de outros pontos do país, que a esta celebração festiva se associaram. Entre as figuras de maior destaque presentes, contavam-se os srs. Prof. Dr. Joaquim de Carvalho, coronel Belizário Pimenta, prof. Viana de Lemos, drs. Raul Madeira, Egídio Namorado, Alberto Vilaça, D. João Pais e Estevão de Oliveira, eng. Boaventura Tavares, etc. No final, usaram da palavra os srs. Prof. Dr. Joaquim de Carvalho, que dissertou sobre o significado das lutas liberais e os seus reflexos na vida nacional; o sr. Silva Cerqueira, ao falar acerca do fecho da segunda grande guerra mundial, referiu-se à necessidade de aspiração dos povos de viver num mundo de paz; o dr. João Ribeiro, que à volta dos problemas focados apontou a necessidade de todos aqueles que prezam a paz no mundo e a sua liberdade de se reunirem anualmente, e apontou aquela sessão como exemplo a seguir, e, finalmente, o escritor Tomás da Fonseca, que proferiu várias considerações e associou-se aos votos de paz e liberdade ali formulados. Por deliberação de todos os republicanos presentes, foi enviado um telegrama de apoio e saudação à comissão promotora da reunião que

se vai efetuar em Aveiro no próximo dia 16 – data em que se comemora, naquela cidade, o aniversário da Revolução Liberal”.¹²¹²

Com uma prática difícil pela perseguição movida, rarefeita, limitada, mas que nunca desapareceria por completo, as poucas Lojas existentes iam sobrevivendo às escondidas da polícia política. António Ventura refere que em Coimbra a Loja Redenção retoma a sua atividade, em dezembro de 1935, por intermédio de onze Obreiros e tendo por Venerável António de Oliveira. O mesmo aconteceu com a Loja Bocage, de Setúbal, que retoma as suas atividades e elegendo João da Silveira como Venerável, em abril de 1936. É também criada a Loja Elmano, também em Setúbal, em data incerta entre finais de 1935 e inícios de 1936. Continuam também a trabalhar, ignorando a proibição, as Lojas Cruzeiro do Norte, de Vila Real e 27 de Agosto, de Oliveira de Azeméis. Há Triângulos, e recorde-se que são estruturas maçónicas mais frágeis, que continuam a trabalhar, como o de Cedovim que chegou a regularizar Artur Saraiva de Castilho. Basílio Lopes Pereira e António Augusto Franco mostram-se incansáveis nas tarefas de motivar, organizar e afirmar a luta de oposição ao regime. Por vezes as fronteiras entre atividade maçónica, conspiração contra o regime e atividade política oposicionista nas diferentes organizações que corporizavam a Oposição não era clara. Mas significava que a vida das Lojas continuava, com maiores ou menores dificuldades, mas continuava.

Sabe-se também que as Lojas Construir, A Revolta e Portugal, todas de Coimbra continuaram a funcionar após 1935 e durante vários anos, vindo A Revolta, de Coimbra, e Progresso, de Torres Vedras a sobreviver até depois de 1974,¹²¹³ com altos e baixos decorrentes da situação geral da Maçonaria e de condicionalismos momentâneos dos seus Obreiros. Na atividade das Lojas, continuavam por norma em dezembro a efetuarem-se as eleições para os cargos em Loja.

E se a Loja Montanha se extingue apenas em 1960, outras aparecem durante a clandestinidade, ainda que de vida efémera. Para isso os membros do Conselho da Ordem, nomeadamente Ramon Nonato de La Féria, Dias Amado ou Luís Rebordão, percorriam o país tentando dinamizar as poucas estruturas maçónicas ou levantando Colunas de novas Lojas. A. H. de Oliveira Marques e António Ventura

¹²¹² *Documentos vários*, Arquivo de José Manuel Martins;

¹²¹³ A Loja Progresso, de Torres Vedras, publica em 1977 um pequeno manual de auxílio às iniciações onde se pode ler que “a Loja Progresso, 457, ao Vale de Torres Vedras, que jamais abateu colunas desde a sua fundação (1932) (...)”. No entanto não se conhecem quaisquer atividades desta Loja, com uma prática continuada no tempo;

referem um conjunto de Lojas que contrariam a ideia de um deserto na atividade maçónica e de cuja atividade podemos hoje encontrar alguns elementos em arquivo.¹²¹⁴ A Loja Verdade aparece em Viseu em 1944, a partir de oito Obreiros da Loja Rebeldia, ano em que também Levanta Colunas, em Coimbra, a Loja Democracia, e, no ano seguinte, a Loja Libertação, provavelmente de Lisboa, constituída por doze Obreiros do quadro da antiga Loja Magalhães Lima, três da Elias Garcia e um da Loja Fraternidade Colonial. Em 1946 e 1948 são criadas respectivamente as Lojas Emancipação, de Mangualde, e Afonso Costa, de Lisboa, esta última com um quadro de nove Obreiros, sendo também nomeado inspetor para Moçambique o Venerável da Loja Ofir, na cidade da Beira, em Moçambique. Em 1951 surge a Loja Integridade, de Lisboa, formada por oito Obreiros e, em 1952, surge a Loja Construir, em Mortágua. Em 1955 surgem as Lojas Gravito, de Aveiro, com nove Obreiros, Renovação, do Porto, com sete Obreiros e cujo desaparecimento só ocorre em 1973¹²¹⁵ e Fraternidade, de Viana do Castelo, esta criada em 1959, existindo o Decreto da sua criação, mas desconhecendo-se se de facto chegou a ser instalada.¹²¹⁶ A. H. de Oliveira Marques refere também uma tentativa de, em 1959-60, reerguer Colunas de uma Loja Renovação, na Madeira, criada em 1932 e que teria desaparecido após 1935. No entanto, ao que parece esta tentativa teria fracassado.¹²¹⁷ Refira-se que, com data de 25 de novembro de 1959 surge o Decreto nº 6 que nomeia um delegado do Conselho da Ordem com vista a “intensificar a expansão maçónica em todos os VVal. da ilha da Madeira”.¹²¹⁸

Comprovadamente durante as décadas de quarenta, cinquenta e sessenta os maçons continuavam a reunir-se de forma discreta, escassa e longe da regularidade e da frequência que quer hoje, quer antes de 1935 se exigia. Disso se dá conta em vários relatórios de atividades da Loja José Estevão de Lisboa, de cada um dos quais, segundo o que se escreve no relatório de 1955, eram tirados quatro exemplares datilografados, um para ser guardado a bom recato, nas palavras da Loja, um para o seu arquivo e dois para os Corpos Superiores do Grande Oriente.

¹²¹⁴ *Decretos do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano; MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaios de Maçonaria*, Lisboa, Ed. Quetzal Editores, 1988, p. 100 e VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, pp. 776 e 777;

¹²¹⁵ Mário Sousa Dias refere ter sido venerável desta Loja em 1971;

¹²¹⁶ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 777. António Ventura refere-se a este Decreto identificando a sua data, 14 de junho de 1959, que menciona o Irmão Rodrigo Luciano de Abreu e Lima (n.s. Dantec) como Venerável provisório;

¹²¹⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986, p. 1222;

¹²¹⁸ *Decretos do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Nesse relatório também se escreve que os interessados “extrairão as notas que lhes possam convir e haverão de ter a fraternal tolerância de devolver o exemplar que lhes for emprestado”.¹²¹⁹ No relatório de 1956, refere-se que a Loja reiniciou trabalhos em meados de 1949, pelo que se infere uma paragem mais ou menos prolongada no período imediatamente anterior a 1949. Por seu turno, no relatório de 1954 consta a deliberação desta Loja reunir pelo menos duas vezes por ano, a 11 de fevereiro ou numa data próxima, altura em que comemorava do seu aniversário, e em dezembro, para encerramento dos seus trabalhos anuais. Os relatórios que hoje se conhecem e até 1959, esclarecem-nos de se realizarem uma média de quatro reuniões anuais, assim como o facto de nas suas reuniões encontrarmos frequentemente obreiros da Loja Simpatia e União, com quem tinha celebrado um Tratado de Amizade. Aliás, no relatório de atividades atrás citado, está escrito que a Loja “aproveita todas as oportunidades a fim de cerrar laços de amizade que já existem entre os obreiros do quadro” e que pugna pelo “desenvolvimento e manutenção, entre as LLoj. da Obediência, de relações de amizade, tentativa de renascimento de um ambiente de fraternidade e solidariedade de forma a opor-se à dispersão de Obreiros e a soldar fortemente os elos da cadeia maçónica”.¹²²⁰

Os relatórios da Loja José Estevão permitem-nos saber hoje que, em 1959, a Loja mantinha relações regulares com as Lojas Liberdade, Acácia, O Futuro, Ordem e Progresso e Fraternidade Colonial. Se é certo que se sabe que a Loja Liberdade é uma das que trabalhará até 1974, este relatório é importante na medida em que estende a atividade das Lojas Acácia e Ordem e Progresso pelo menos até 1959, quando se julgava da sua existência apenas até 1952, o mesmo se passando com a Loja Fraternidade Colonial, da qual não havia qualquer data de referência após 1935. É também uma garantia de uma existência de facto, já que há referências a estas Lojas em relatórios de outros anos, havendo igualmente num deles uma nota da Regularização de Alexandrino Albuquerque na Loja Rebeldia, de Lisboa, com data de 1 de agosto de 1965.¹²²¹

Mas tão limitativo quanto as questões formais de reunião, eram as limitações de debate e de pensamento dela decorrentes. A fim de contrariar essas dificuldades, um trabalho assinado com o nome simbólico e o grau, Hoche 32.º, com data de 1959, propunha que se procurasse o retorno à atividade daqueles que se tinham

¹²¹⁹ *Processo da Loja José Estevão, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹²²⁰ *Processo da Loja José Estevão, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹²²¹ Grau 33 do REAA foi iniciado na Loja Tolerância, de Lisboa, em 19 de novembro de 1931;

afastado do trabalho maçónico, assim como a integração das Lojas que atravessassem dificuldades, devido à escassez de Obreiros, noutras Lojas que mantivessem uma maior regularidade de atividade e, por fim, o recrutamento de novos sócios para as entidades ligadas à Maçonaria, sendo mencionadas especificamente o Asilo de S. João, a Escola Oficina nº 1 e a Academia de Estudos Livres, esta última fundada em 1889 e desde sempre ligada à Loja Simpatia e União.

A Maçonaria, aos poucos foi perdendo a sua posição de vanguarda que tivera durante a I República, para sobreviver em torno de uma elite cultural e social, predominantemente urbana, aberta ao debate de ideias é certo, mas limitada nessa tarefa. Os temas em debate que conhecemos hoje estendiam-se entre questões de ordem ritual, que se vão rarefazendo à medida que avançamos nas décadas de sessenta e setenta, no que se incluem trabalhos sobre a história das diferentes Lojas, até temas de ordem social como a Paz, Direitos do Homem, Maçonaria e Sociedade ou homenagens a Irmãos do seu quadro ou de outras Lojas, havendo algumas situações onde é pouco clara a fronteira entre conferências públicas e debates de Loja, vistos como momentos de reflexão alargados e não como uma sessão normal. Exemplo disso são algumas conferências apresentadas na Escola Oficina nº 1, como “a crise académica em França” ou “problemas do ultramar”. Temas que, ainda que de ordem política, não eram classificados como tal, mas apenas como “análises de ordem social” a fim de evitar de forma mais evidente o confronto com as autoridades.

Mas mesmo na clandestinidade havia temas que remontavam ao período pré-ilegalização. A Loja Madrugada, de Lisboa, manteve até depois de 1935 a estrutura temática dos trabalhos pedidos aos seus Obreiros e que adotara em 1929, juntando ao estudo do simbolismo os seguintes trabalhos: na passagem para o grau 2, pequeno trabalho justificativo do nome simbólico adotado; na passagem para o grau 3, aspecto político, social, económico e moral da trilogia Liberdade, Igualdade, Fraternidade; na passagem para o grau 4, e recorde-se que esta Loja praticava o Rito Francês em 7 graus, Religião e Livre Pensamento; na passagem para o grau 5, Doutrina e Questões Sociais; na passagem para o grau 6, Doutrina e Questões Económicas e, por fim, na passagem para o grau 7 deveriam ser abordadas Questões Filosóficas. A descrição destes trabalhos e a sua justificação pode ser vista num documento elaborado por Amílcar de Barros Queirós.¹²²² Esta estrutura

¹²²² *Processo da Loja Madrugada, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

de trabalhos em Loja não deixa de ser significativa, refletindo um esforço por parte do Conselho da Ordem de dar alguma uniformidade ao funcionamento das Lojas em atividade. Mas, durante a clandestinidade, verificamos igualmente uma latitude temática significativa. A par da história da Maçonaria e dos temas de ordem ritualística, pudemos encontrar, entre outros, “Educação Popular” (1949), “Os últimos tzares, a corte, a camarilha, os feiticeiros” (1955), “o arrendamento dos caminhos de ferro do Estado” (1971), ou “Liberdade Política” (1970?). Um trabalho, com data de 1959 e assinado com o nome simbólico de Febo Moniz, que pensamos ser da Loja Simpatia e União, com o título “Eduquemos”, é um dos exemplos de recuperação de antigas preocupações com o ensino e existentes antes da ilegalização, só que agora vistas à luz de novas realidades.

Alguns destes temas eram apresentados publicamente em almoços, outros de carácter mais maçónico, eram apenas discutidos entre os membros da respetiva Loja ou visitantes de outras Lojas. Num dos trabalhos atrás referido (“Liberdade Política”), sem data, mas que admitimos ser de 1970 ou do início da década de setenta, refere-se que a liberdade de reunião vivida era “um mero favor que o governo só concede por tolerância quando e como quer”, ao mesmo tempo que reivindica o direito à inscrição no recenseamento eleitoral como condição indispensável para o exercício do direito de voto. Contestava-se também o direito do regime em apreciar das ideias professadas por qualquer cidadão, e assim poder ou não cortar o seu nome dos cadernos eleitorais, facto que acontecia frequentemente, por norma com destacados republicanos nos momentos eleitorais. São frequentes, nas informações prestadas pela polícia política, as notas de alguém ser “desafeto à Situação” ou “contrário à ordem social estabelecida”, ambas vagas e imprecisas, impeditivas, segundo este trabalho e na tradição republicana, do

“direito de chegar até onde a sua capacidade o possa levar, com iguais direitos (...), sem distinção de nascimento, de sexo, de raça, de cor, de ideologia ou de crença, e sem o medo do desemprego e da miséria, sem a exploração do homem pelo homem, sem a dependência económica e social que rebaixa e avilta e impede o homem de ser livre”.¹²²³

É também de referir que alguns dos trabalhos apresentados no final dos anos sessenta e início dos anos setenta, e que consultámos, contêm no seu final referências bibliográficas, o que indica terem sido elaborados com o recurso a literatura, provavelmente adquirida no estrangeiro por parte de quem os elaborou.

¹²²³ *Documentos diversos do Supremo Conselho*, sem data, assinado com o nome simbólico Guerra Junqueiro, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Uma outra opção temática comum a várias Lojas era a análise mais ou menos detalhada da situação política, ainda que, como atrás se escreveu, matizada como sendo uma abordagem social. Datado de julho de 1954 existe um relatório, apenas assinado pelo nome simbólico de Mestre de Avis,¹²²⁴ que aborda a questão das limitações à liberdade de propaganda política durante as campanhas eleitorais. Nele se refere que “o limite à Liberdade é imposto pelos governantes, apenas serve para demonstrar que o governo não prescinde da sua intervenção violenta na manifestação do pensamento alheio”. E mais adiante pode ler-se que:

“a actual Constituição proclama direitos que teem de ser respeitados de boa fé; ou a actual Constituição Política é uma abstracção que apenas convence o Governo. E, infelizmente é a segunda alternativa a que se verifica. De que serve a Constituição Política que afirma que a opinião é elemento fundamental da Política e Administração do Paiz, se o governo practica todos os actos necessários para impedir que essa opinião se forme e se manifeste? De que servem os direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses, consignados na Constituição, se tantas vezes e de tantos modos são iludidos? É minha opinião, pois, que o fundo da questão, hoje, não é criticar em quarenta dias (tem sido o prazo concedido para a propaganda a quando de eleições), a obra aparente do Governo em 28 anos”.

Também neste documento se pode ler que a força do Partido Comunista provinha em parte da repressão realizada pelo regime, não deixando, no entanto, de referir possuir aquele partido o “único quadro activo, coerente e puramente político”.

“As fileiras comunistas não são constituídas, nos seus quadros dirigentes, por homens que tivessem actividade ou sequer maioria política em 1926. E a sua grande massa tem sido recrutada entre os estudantes e trabalhadores, porque, logicamente, quem sendo jovem e de condição política, e não pudesse ou não quisesse comungar na mística de pensamento do Chefe do Estado Novo, via-se naturalmente atraído e era necessariamente solicitado pelo único quadro activo, coerente e puramente político que se lhe deparava, revestido do atraente prestígio da clandestinidade e do martírio, conduzido para um fim puramente benemérito, efectivamente desinteressado, materialmente desinteressado, como o que lhe propunha, na sua ideologia metódica, lógica, vigilante e oportuna, o Partido aureolado pela perseguição sem tréguas”.¹²²⁵

São escassos, após 1935 e até 1974, situações de tensão interna. Verificámos apenas duas excepções, uma no Internato de S. João, que na década de sessenta envolveu José Cruz Ferreira e Rui de Brito, e outra, em meados da década de

¹²²⁴ Armando Adão e Silva;

¹²²⁵ *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor;

cinquenta, em que era criticada a excessiva acumulação de poder por parte de Luís Rebordão. Note-se que, eventualmente como resposta a esta situação, em termos de estrutura dirigente são significativas as alterações ocorridas em 1957, onde um Decreto de 12 de fevereiro, determinava que o Grão-Mestre deixasse de acumular funções com o cargo de Presidente do Conselho da Ordem, ao mesmo tempo que em sessão de Grande Oriente será eleito um novo Conselho da Ordem. Passaram a fazer parte do novo Conselho, confirmado por Decreto de 1 de março de 1957, Dias Amado como presidente, e ainda Ramon Nonato de La Féria, Costa Pina, Alfredo Mourão, António Augusto Veiga e Sousa e José Roberto de Brito.

Ainda sobre os locais de reunião, Fernando Vale referia uma confidência de Raul Rego que dizia que, após 1935, o Palácio Maçónico se havia “mudado” para a Escola Oficina nº 1, na Graça¹²²⁶. Simões Coimbra, iniciado em 1936 no Triângulo do Lobito, em Angola, será regularizado na Loja Simpatia e União, em 1945, e por seu turno Raul Rego será iniciado na Maçonaria precisamente na Escola Oficina nº 1, entrando na Loja Liberdade em 1971, vindo o primeiro a ser eleito Grão-Mestre no período de 1984 a 1988, e o segundo no período de 1988 a 1990, e Soberano Grande Comendador entre 1984 e 1988. Ainda em vida, A. H. de Oliveira Marques referia igualmente a forma como as reuniões eram camufladas de assembleias gerais da escola, e onde em cima das mesas se espalhavam papéis vários ou a planta do edifício, para o caso de as reuniões serem repentinamente interrompidas pela polícia haver o argumento de aquela ser uma reunião de trabalho com vista à ampliação das instalações.

A escassez de reuniões rituais na Maçonaria era substituída por jantares ou almoços de confraternização, muitos deles de periodicidade mensal e alguns realizados com base no ritual dos ágapes maçónicos, embora com regras mais aligeiradas. O pretexto era o aniversário de um dos participantes ou um passeio informal de índole lúdica ou cultural, ou até mesmo celebrar um nascimento de alguém.¹²²⁷ Já também mencionámos o retorno, no início da década de trinta, do uso do nome simbólico ou o facto de muitos documentos passarem a ser emitidos com novos sistemas de datação¹²²⁸ ou mesmo sem data para, no caso de serem apreendidos, não serem

¹²²⁶ MADAÍL, Fernando, *Fernando Valle – um Aristocrata da Esquerda*, Lisboa, Ed. Âncora, 2004, p. 163;

¹²²⁷ Exemplo de um destes encontros foi, em 1969, a comemoração do nascimento de Gago Coutinho, tendo na ocasião sido emitido um postal com as suas insígnias maçónicas, nelas constando o seu avental integrado no acervo do Museu Maçónico Português;

¹²²⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria em Portugal*, col. Cadernos Democráticos/Fundação Mário Soares, Lisboa, Ed. Gradiva, 1998, pp. 58 e 59. A. H. de Oliveira Marques refere especificamente

referenciáveis ou relacionados com ninguém. Muitos maçons mudaram de nome simbólico e a datação de documentos passou a ter novos métodos. O uso de documentos convocatórios de entidades associativas, grêmios ou clubes para reuniões “no local do costume” para “tratar de assuntos de alta importância”, eram formas de dissimular as reuniões de Loja. Mas a escassez de reuniões não significava a sua ausência e a prova é que durante este período os cargos em Loja, à exceção do Venerável, eram exercidos consoante as necessidades desta.

Mas também noutros locais, para além dos já atrás referidos, se faziam reuniões, seja no Colégio Portugal, propriedade de Baeta Campos, ou no Café Santa Cruz, no Café Livraria Conímbriga ou no Café Faia Bar, todos em Coimbra. Cabe aqui mencionar a denúncia de um informador da PIDE, a propósito de um encontro ocorrido no Café Faia Bar, que no seu relatório refere um jantar onde estavam presentes mais de cento e cinquenta pessoas “que iam aparecendo a pretexto de tomar a bica”.¹²²⁹ Eram também locais de reunião o Internato de S. João do Porto e de Lisboa, um edifício situado na Praça da Figueira 13, em Lisboa, e pertença do Internato de S. João, em empresas como a Garrido Alfaiate, na Praça dos Restauradores e onde reunia a Loja Estrela d’Alva, Loja que também chegou a fazer iniciações em casa do seu Venerável Raul Wheelhouse,¹²³⁰ na Casa Leitão, na Rua da Prata, ponto de encontro dos Obreiros da Loja Liberdade, nos escritórios de Carlos Martins e de Luís Rebordão, nos consultórios de Dias Amado e Veiga e Sousa, nos Centros Republicanos, ou ainda no Parque Mayer, em Lisboa, onde o pretexto era a confraternização tendo uma qualquer revista em palco ou um almoço,

o caso de Dias Amado que mudou o seu nome simbólico de Garcia de Orta para Zacuto Lusitano. Refere também uma nova datação, usada a partir de 1937, que consistia em somar 3333 ao ano civil, e ainda uma outra que colocava os algarismos referentes aos dias e aos meses entre dois números de dois algarismos, cuja soma correspondia ao ano. Ou seja, 32220634, correspondia a dia 22 do mês 06 do ano de 1966 (32+34). Ver também MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986, pp. 240 a 242;

¹²²⁹ SILVA, Paulo Marques da, “*Estórias*” da oposição em Condeixa no tempo de Salazar in MENDONÇA, Artur, CASTELA, José Magalhães, PEREIRA, Cândido, SOARES, Joaquim Filipe, SILVA, Paulo Marques da, AMADO, José, *Condeixa – paisagem, memória e história*, Condeixa, Ed. Paróquia de Condeixa, s. dt., p. 192;

¹²³⁰ Raul Wheelhouse exerceu a sua atividade clínica em Lisboa, onde também residia, e no Entroncamento, aqui a partir de 1933. Sabe-se, no entanto, da sua ligação, a partir de 1932, ao Triângulo nº 331, que ali existiu entre 1931 e 1935. Criado em 17 de outubro de 1931 pelo Decreto nº 45, de 27 de outubro do ano anterior, foi instalado Fernão Vasques (n. s.) da Loja 27 de Agosto de Oliveira de Azeméis. Dele faziam parte como fundadores Fernando Antunes Farinha, César Correia Coelho, Rodolfo Ferreira de Araújo e Albuquerque, António de Almeida, Luís da Costa Figueiredo e Manuel Joaquim de Sousa Furtado, vindo mais tarde a nele serem obreiros também José Lobato Falcão, Joaquim da Silva Nuno, Renato Roque Laia, originário da Loja Aliança, Manuel Machado Rocha, Francisco Violante e Francisco Moreira Pinto da Silva, originário da Loja Ofir. Wheelhouse viria a ser deportado para Angra do Heroísmo, apenas regressando em 1936 quando da clandestinidade, desconhecendo-se se, à semelhança de Lisboa, manteve a atividade maçónica no Entroncamento. A. H. de Oliveira Marques admite que tal seria difícil já que como antigo deportado deveria ser vigiado pela Polícia política;

que por isso mesmo juntava maçons vindos fora de Lisboa. Chegaram mesmo a constituir-se grupos fictícios como fachada para justificar um almoço de confraternização, que afinal era uma reunião de Loja.

Exemplo destes encontros é dado pela Loja Simpatia e União, de Lisboa, com o seu “Grupo os Boxeurs Foliões”, que era o disfarce para reuniões no restaurante João Borges,¹²³¹ situado em frente ao Teatro Maria Vitória, no Parque Mayer. O restaurante tinha dois pisos e João Borges controlava as entradas, reservando o piso superior para os encontros maçónicos da Loja Simpatia e União. Sabe-se que a Loja Simpatia e União, para além de festejar o seu aniversário a 8 de março, reunia uma vez por mês, o que nas condições de então é notável. Noutro relato de Fernando Henriques Vaz a propósito de um encontro no restaurante Borges, ocorrido em junho de 1948, diz-nos que:

“a sala de jantar era por cima da taberna que tivemos de atravessar um por um, claro, para subirmos ao primeiro andar. No fim do almoço os empregados, como estava prometido, não apareceram mais na sala e nós estivemos à vontade”.¹²³²

Note-se que estamos a falar de almoços que chegam a reunir duas e três dezenas de participantes,¹²³³ muitos vindos de outros pontos do país, o que incutia nestes uma grande motivação. É Fernando Henriques Vaz quem nos diz que:

“tivemos muitos Irmãos a rondar os 80 anos e alguns com mais do que isso que nos procuraram a solicitar a sua regularização. Lembro-me, por exemplo, do coronel Vilhena, do senhor C. Brito, de um Irmão Oficial da Marinha, etc., e do João Sousa. Outros, mais novos, faziam a mesma solicitação para algum tempo depois saírem com a Loja já constituída (...). O que é verdade é que de uma forma ou doutra em, relativamente pouco tempo, já havia várias Lojas a funcionarem em Lisboa. Entretanto a notícia chegou a Coimbra, ao Porto, a Aveiro e Viseu, etc., de onde começaram a vir velhos maçons a assistir às nossas sessões. Depois, uma vez ou outra, até já se traziam profanos para serem iniciados, para um dia poderem constituir uma Loja nas suas terras. Perdera-se o medo, mas não se perdia o senso, ou já ninguém pensava – sem se esquecerem, até já por força do hábito, os cuidados a respeitar”.¹²³⁴

¹²³¹ Também conhecido por João Borges das bombas, porque fabricava bombas artesanais antes da implantação da República a 5 de Outubro de 1910, instalando-se com o seu Restaurante João Borges no Parque Mayer em 1922. O local é frequentemente mencionado também como taberna Borges;

¹²³² VAZ, Fernando Henriques, *Como renasceu a Maçonaria em Portugal in Portugal – apontamentos de História*, vol. II, Lisboa, s. Ed., 1979, p. 34. O autor aproveita para nos informar que por esta altura foram regularizados Castanheira Lobo, Viveres Pinto, Américo Ribeiro, Raúl Jacinto, Manuel Monteiro e Eurico Aguiar da Cruz;

¹²³³ Num destas almoços realizado no restaurante Paço do Caçador, que constava pertencer a um agente da PIDE, chegaram a ser quarenta e cinco os participantes;

¹²³⁴ VAZ, Fernando Henriques, *Como renasceu a Maçonaria em Portugal in Portugal – apontamentos de História*, vol. II, Lisboa, s. Ed., 1979, p. 37;

Num documento da Loja Simpatia e União, já posterior ao 25 de Abril, menciona-se que era o capitão José Joaquim Brito quem estava encarregue de criar os disfarces para estas reuniões a fim de despistar a polícia.¹²³⁵

“Claro, era sempre combinada uma razão, quer para sessões de trabalho, quer para os almoços, tais como: anos de um de nós, ou aniversários de qualquer natureza na vida de um de nós, nascimentos, casamentos, baptizados de familiares nossos, despedidas de solteiros ou por se partir para qualquer curta viagem (...)”.

Por vezes as justificações deveriam contar com cumplicidades:

“Em Março de 1951 resolvemos festejar o aniversário da Simpatia e União (...). O cap. Brito e mais dois (...) ficaram encarregados disso. Vamos ao Paço do Caçador? – propôs o capitão. É aqui perto de Lisboa e o dono também é maçom dos velhos tempos. Mas consta que é da PIDE, retorqui eu. Eu até tenho a certeza disso. Mas... eu entendo-me com ele (capitão Brito). E lá foram os três falar com o dono e lá almoçámos nesse dia festivo”.¹²³⁶

No Rossio, em Lisboa, o Café Chave d'Ouro,¹²³⁷ local de encontro aos sábados à tarde, a sala de bilhar que ficava no primeiro andar por cima do Café Nicola e no Café Portugal, igualmente no Rossio, ou Café Montanha,¹²³⁸ na Pastelaria Ferrari¹²³⁹ e no Martinho da Arcada, em Lisboa, no restaurante da Tóbis Portuguesa, ao Lumiar, na cave do Café Império, em Lisboa,¹²⁴⁰ ou na Yorkhouse, também em Lisboa, eram outros pontos de encontro de maçons. Refira-se que quer a Pastelaria Ferrari, quer o Café Martinho da Arcada, eram pertença de Alfredo Araújo Mourão, que desempenhou o cargo de Grande Tesoureiro Geral durante a clandestinidade, amigo de Fernando Pessoa e iniciado na Loja Pureza, e em ambos os locais esteve escondida muita documentação maçónica posteriormente recuperada. Nestes

¹²³⁵ Fernando Henriques Vaz também o descreve já que privou com ele. Veja-se VAZ, Fernando Henriques, *Como renasceu a Maçonaria em Portugal in Portugal – apontamentos de História*, vol. II, Lisboa, s. Ed., 1979, pp. 31 a 33;

¹²³⁶ VAZ, Fernando Henriques, *Como renasceu a Maçonaria em Portugal in Portugal – apontamentos de História*, vol. II, Lisboa, s. Ed., 1979, p. 36 e 37;

¹²³⁷ A tradição de encontros políticos neste café vem da I República quando foi fundado, no local de uma antiga Loja de ferragens. Era um café que merecia a preferência de muitos comerciantes de Lisboa, sendo café, salão de chá e restaurante, tendo ainda tabacaria e barbearia. Um dos seus fundadores foi Joaquim Fonseca de Albuquerque que viria a abrir o Nicola, também no Rossio. Conheceu profundas obras de remodelação em 1936, dirigidas por Norte Júnior;

¹²³⁸ O Café Montanha era um dos pontos de atração dos Obreiros da Loja Montanha, ainda que tenha por base uma coincidência de nome. Era também um ponto de encontro da elite cultural lisboeta, nomeadamente do grupo do Orpheu. Situado na rua dos Sapateiros 152, gaveto com a rua da Assunção, na baixa lisboeta, era pertença de Manuel Nunes Ribeiro Montanha e, significativamente, substituiu o Café Minerva das Sete Portas;

¹²³⁹ Uma das Lojas que aqui reuniu foi a Loja Estrela d'Alva, num almoço que reuniu mais de 30 Irmãos;

¹²⁴⁰ Artur Ramon de La Féria relata um curioso incidente passado no Café Império e contado por seu pai, da presença numa destas reuniões de um informador da Polícia Política, de nome Maya. Artur Ramon da Rocha de La Féria, entrevista 96 minutos, Cascais, 2 de novembro de 2019;

locais, os convivas podiam ser numerosos, de algumas dezenas com os obreiros da Loja e outros de outras Oficinas, ou de três ou quatro, quando se reduziam as Lojas a triângulos, confraternizando-se como tertúlia. Por ali passaram Gustavo Soromenho, Castanheira Lobo, Nuno Rodrigues dos Santos, Viveiros Pinto, Teófilo Carvalho dos Santos, Mário Lima Alves e muitos outros. Por vezes estes grupos apareciam como benfeitores do Internato de S. João, em Lisboa, onde igualmente faziam almoços de “confraternização e apoio ao Internato”. São, no entanto, menos frequentes, já que beneficiando do recato da instituição podiam fazê-la correr riscos desnecessários. Ainda assim, conhecem-se alguns destes encontros realizados pela Loja Liberdade, de Lisboa. Eram também conhecidos os escritórios dos advogados Abranches Ferrão, Adão e Silva, Acácio Gouveia, ou ainda de Gustavo Seromento, que Luís Vale referia ser num segundo andar da Rua do Ouro, sabendo-se que também se realizaram reuniões em casa de Abrantes Mendes. Em Coimbra há referências à casa do comerciante Francisco Alves Correia, num primeiro andar em frente ao Café Arcádia.

No Porto, A Brasileira, era um dos locais de encontro dos velhos republicanos e dos maçons portuenses, no que alguns chamavam a sala de visitas dos democratas do Porto e que não escapava aos olhares mais ou menos indiscretos da polícia e dos informadores. Igualmente apresentados esses encontros como casuais ou como grupos de amigos que se encontravam regularmente, eles contribuíram para manter o espírito de grupo, ou nas palavras de alguns maçons portuenses, expressavam que “havia qualquer coisa que os unia” sob o ponto de vista moral, ético e espiritual, face à adversidade política e a uma dada visão da sociedade. Outro ponto de referência era o Café Aliança, na Avenida dos Aliados, por ambos passando, entre outros, Olívio França, Manuel Ramos, Manuel Caetano de Oliveira, Rogério Santos, Joaquim Batista Freitas, Abrantes Jorge, então dono do Hotel Batalha, que frequentemente acolhia os Irmãos de fora do Porto, Veiga Pires, Manuel Luís Guedes Pinheiro, Mário e Carlos Cal Brandão, Eduardo Santos Silva ou António Macedo. Por ali paravam igualmente outros democratas como Azeredo Antas, João Salema, Alberto Gonçalves, Alfredo de Sousa ou João Correia Guimarães. Outra alternativa muito requisitada, no Porto, era o escritório de António Macedo e Cal Brandão, na Rua Rodrigues Sampaio, conhecido entre os oposicionistas como “a toca”.¹²⁴¹

¹²⁴¹ AVILEZ, Maria João, *Soares – ditadura e revolução*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1996, pp. 122 e 123;

Todos estes encontros, para um simples café, para um almoço ou para uma qualquer comemoração, possuíam um papel que cimentavam as ideias de Liberdade, sob o ponto de vista de pensamento e de atividade política. Comum a todos, era serem homens que acreditavam na Liberdade e na democracia, sendo notória a sua colocação ao lado dos mais desfavorecidos. Alguns dos testemunhos colhidos no âmbito deste trabalho sublinharam a preocupação destes maçons para com os desfavorecidos, uma característica que alimentava a atividade de alguns deles como Mário Cal Brandão. No caso específico do Porto refira-se também uma grande proximidade entre os grupos de rotários e a Maçonaria, disso sendo exemplo Joaquim Leal Braga e Domingos Ferreira. Grande parte da atividade na clandestinidade implicava cumplicidades, sendo disso exemplo Manuel António de Azevedo, iniciado em 1932 na Loja Progredior, do Porto, que sendo engenheiro dos caminhos de ferro, não hesitava em enganar a polícia política disfarçando como revisores dos caminhos de ferro alguns dos clandestinos que pretendiam fugir para Espanha.

Como as reuniões de Loja não eram visíveis, tudo dependia da eficácia dos informadores da polícia, dos cuidados tidos no acesso aos locais de reunião e na discrição nas conversas e documentos. Os informadores que mais prejudicavam a oposição ao regime eram os que tinham uma relação fosse ocasional ou permanente com pessoas da Oposição. No caso específico da Maçonaria, esta era de difícil penetração para os informadores, já que implicava a aceitação como maçom com as provas decorrentes da Iniciação. Para mais as Lojas eram muito seletivas, consequência das condições de clandestinidade em que se encontravam. Por outro lado ainda, aqueles que se passaram para o regime e haviam traído a Maçonaria ficaram identificados pela sua atitude, o que os colocou à margem de quaisquer atividades oposicionistas e maçónicas. Restava à polícia política a opção por informações avulsas dos não poucos informadores que possuía, por escutas telefónicas ou por violação de correspondência.

A abordagem de novos membros para a Maçonaria também se podia fazer pela via do local de trabalho, algo comum a maçons e comunistas, ainda que feita das devidas precauções. É o que dá a entender José Joaquim Pascoal Gomes, Obreiro da Loja Estrela d'Alva desde 1947,¹²⁴² que pertenceu às listas do MUD e que

¹²⁴² *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Pascoal Gomes identifica como membros da Loja Estrela d'Alva os irmãos Estevão da Silva, um médico e outro engenheiro, Coimbra dos Serviços Hidráulicos, Clemente Costa e Bruno Evangelista, seu proponente, Raul Wheelhouse,

participou ativamente nas campanhas de Norton de Matos e Quintão Meireles, o que lhe valeu uma passagem pela prisão de Caxias. A Estufa Fria, como se de um qualquer passeio ou encontro casual se tratasse era um local referido para troca de impressões, mencionado pelas Lojas Simpatia e União e Liberdade,¹²⁴³ como uma forma de evitar alguns contatos por correio ou por telefone, considerados perigosos. Os preceitos insertos no “catecismo maçónico”, várias vezes republicado durante o período da I República e até nos anos mais recentes, eram o argumento para testar o carácter cívico e intelectual dos que eram abordados.

A ilegalização da Maçonaria trouxe também diferentes métodos de trabalho. Em 1951 um Decreto, sem número mas com data de 1 de março e devidamente assinado, lembrava o dever de honra de todos os maçons em contribuir para a manutenção e progresso das instituições maçónicas. Também nesse ano de 1951 o Decreto nº 24, com data de 1 de março, autorizava a criação de Lojas de Instrução, tanto por iniciativa de Lojas como do Conselho da Ordem, considerando-se que a sua finalidade seria a prática e teoria do ritual, o estudo dos símbolos e ainda a leitura de textos maçónicos. Por seu turno, o Decreto nº 25, com a mesma data de 1 de março, criava em Lisboa uma Loja de investigação, constituída por trinta Obreiros oriundos de várias Lojas, quinze nomeados pelo Conselho da Ordem e quinze escolhidos pelas Lojas. Entre os membros dessa Loja de investigação deveriam figurar o diretor da Biblioteca, o diretor do jornal *A Luz*, o redator da parte cultural do Boletim Oficial, todos eles ainda que só formalmente, e ainda o diretor da propaganda pela rádio e pela imprensa. Aconselha também este Decreto que os Obreiros desta Loja, que o possam fazer, a serem correspondentes de um círculo da Loja Quator Coronati nº 2076 da Grande Loja de Inglaterra. Voltando à questão dos métodos de trabalho verificamos alguma coincidência de datas para a emissão de legislação, com datas históricas onde as reuniões eram cobertas com atos comemorativos dessas datas, ou outras, como o atrás referido 1 de março, cobertas com iniciativas de confraternização.

Demétrio Duarte, Santos Ferreira, “Joãozinho da Covina”, Luís Bettencourt, Leonel, Pinhão, Barreto Monteiro, Ernesto Ferreira, Costa Júnior, Ermano da Fonseca e José Garrido, dono da Garrido Alfaiate, na Praça dos Restauradores 13 – 1º e onde a Loja se reunia;

¹²⁴³ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 790. António Ventura também refere a Estufa Fria como um dos locais de encontro, citando uma declaração de Álvaro Martins, da Loja Simpatia e União. Fernando Marques da Costa também refere a declaração de Álvaro Martins em COSTA, Fernando Marques da, “O Grão-Mestre e o grão-mestrado de Luís Gonçalves Rebordão” in *Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 74;

Reduzida ao mínimo a burocracia maçónica, a opção possibilitou a continuidade do trabalho, nunca se interrompendo as tarefas administrativas, mas contrapôs a dificuldade hoje existente em coligir documentos. Cada membro do Conselho da Ordem guardava na sua casa a documentação com que estava relacionado. O secretariado do Conselho da Ordem funcionava em casa do Grande Secretário Geral, a tesouraria da Obediência em casa do Grande Tesoureiro e na residência do Grão-Mestre os serviços do Grão-Mestrado e do Conselho da Ordem. Os riscos eram imensos, mas os documentos encontravam-se divididos reduzindo-se assim o perigo da polícia apreender o todo da documentação, o que não impediu que os Decretos e Circulares fossem cada vez mais rarefeitos por longos espaços de tempo.

Uma das Lojas incontornável do trabalho na clandestinidade foi a Loja Simpatia e União, de Lisboa. Os primeiros anos da clandestinidade foram vividos sob o malhete de António Augusto Veiga e Sousa, médico com consultório na Rua de Santa Justa 6 – 1º, em Lisboa, e local de encontro de vários Irmãos. Iniciado na Loja União, do Porto, seria regularizado na Loja Invicta, também do Porto, em 1930, vindo a pertencer posteriormente à Loja Simpatia e União, de Lisboa, sendo membro honorário de várias Lojas, Presidente do Grande Tribunal Maçónico e do Conselho da Ordem e, igualmente, membro do Supremo Conselho e Soberano Grande Lugar Tenente. Exerceu dois longos veneratos, 1922-1931 e 1935-1952, seguindo-se após este último Dias Amado e José Francisco Silva, sendo que coube a Oliveira Marques ser eleito o primeiro Venerável do pós-25 de Abril, em dezembro de 1974. A Loja recorria à Escola Oficina para as iniciações ou para as subidas de grau, sendo também ali que guardava a sua documentação, joias e rituais. Como em outras Lojas era frequente nas reuniões da Loja Simpatia e União estarem presentes Irmãos de outras Lojas, estando ou não ativas. Os documentos da Loja Simpatia e União referem os nomes de Nuno Rodrigues dos Santos, Castanheira Lobo, Viveiros Pinto e Álvaro Silva, advogado em Pombal, Arnaldo Constantino Fernandes, presidente do Clube de Futebol Os Belenenses, ou António Abrantes Mendes, advogado e dirigente sportinguista.

Para a sobrevivência da Maçonaria durante a clandestinidade, ou para a sua reconstrução no período imediatamente após o 25 de Abril, há também que considerar o aspeto económico. Para além das quotizações correntes e regulamentares, muitos maçons sendo médicos, advogados ou comerciantes contribuíram para as despesas gerais. Álvaro Martins, enquanto Grande Tesoureiro

da Obediência refere que A. H. de Oliveira Marques contribuiu para a vida da Obediência com donativos provenientes dos pagamentos das suas edições literárias.

Cabe também aqui referir o nome de Lúcio Tomé Feteira como um dos apoios que os maçons conheceram. Não se encontraram provas da sua ligação à Maçonaria, sabendo-se sim que o seu irmão Raul Tomé Feteira foi fundador da Loja Elias Garcia de Vieira de Leiria, em 1909, vindo mais tarde a pertencer à Loja Estrela d'Alva. O seu pai, Joaquim Tomé Feteira, foi também outro dos fundadores da Loja Elias Garcia, assim como o seu tio-avô Joaquim Custódio Feteira, iniciado no Triângulo da Figueira da Foz e igualmente fundador da Loja Fernandes Tomás, naquela cidade. Raul virá a integrar-se na Loja Estrela d'Alva, constando num dos seus quadros de Obreiros, não datado e existente no Arquivo do Grande Oriente Lusitano, o que permite compreender a proximidade de Lúcio Tomé Feteira à Maçonaria. Sabe-se que Lúcio participou em diversos momentos de contestação ao regime durante o tempo de Salazar, mantendo diversos contactos com o meio republicano e maçónico. Apoiou economicamente alguns dissidentes como João Sarmento Pimentel, Jaime de Moraes, Norton de Matos ou Alberto Moura Pinto. A sua presença em encontros republicanos era notória o que levava a PIDE a elaborar extensos relatórios das suas atividades. Num desses relatórios era escrito que a sua intervenção “pelo tom e pelo conteúdo se prestou a uma especulação política lamentável”.¹²⁴⁴ Ele próprio assumiu a ligação ao “ao grupo dos Budas” e o envolvimento na tentativa de golpe militar em abril de 1947 e no qual estavam também envolvidos Mendes Cabeçadas, João Soares e outros.

Lúcio Tomé Feteira colaborará também na dinamização da campanha de Norton de Matos no Brasil e na de Quintão Meireles, em Lisboa, usando a sua casa para reuniões da candidatura. Refira-se aqui a sua prisão juntamente com João Lopes Raimundo, iniciado na Loja Revoltar, de Almada, quando ambos regressavam de Londres, após contactos que levantaram suspeitas à polícia política. A sua vida dividiu-se entre Lisboa e o Rio de Janeiro, tal como o seu irmão Raul que continuava Obreiro da Loja Estrela d'Alva. Voltou ao Brasil após as eleições de 1958, constando, em 1961, que apoiaria economicamente quer Humberto Delgado, quer Henrique Galvão, quer a Maçonaria. Tudo indicia que as suas múltiplas viagens de negócios cobrissem uma multiplicidade de contactos políticos. Com a subida ao

¹²⁴⁴ NETO, Dina, *Lúcio Tomé Feteira, uma vida agitada, in Os anos de Salazar*, vol. 13, Lisboa, Ed. Centro Editor PDA, 2007, p. 51;

poder de Marcelo Caetano virá a aproximar-se do regime, referindo acreditar na honestidade de intenções de Marcelo, que se “a elas for infiel não faltará quem se levante para dele cobrar o cumprimento das promessas feitas”.¹²⁴⁵ Assumidamente anticomunista, virá a conhecer problemas laborais nas suas fábricas, antes e após a Revolução de 25 de Abril.

3 - O regime de um homem só e uma conferência dissonante

Se na primeira metade da década de trinta Salazar construiu pacientemente uma imagem de alguém só, acima da intriga política e partidária por si evocada, sem aliados e sem ambições, que só aceita o poder relutantemente e apenas para “salvar a pátria”, na década de sessenta ele é um homem só, orgulhosamente só e desenquadrado com a dinâmica do mundo. Ele próprio o reconhece nas suas conversas com Franco Nogueira. Mas, nem assim, abriu as portas à Oposição ou às forças políticas inspiradoras desta época. Cabe aqui, a este propósito, referir os espaçamentos de tempo entre cada reunião do Conselho de Ministros ou transcrever o conselho dado por Salazar a Franco Nogueira, revelador de uma forma de pensar e de governar:

“em Conselho de Ministros não revele segredos. Os ministros não merecem confiança. É o que me diz a experienciuzinha, O que disser ao Conselho é só para autenticar o que já se souber publicamente”.¹²⁴⁶

Não são de estranhar estas posições, se nos recordarmos que logo na tomada de posse como chefe do seu primeiro governo, Salazar advogava o fim do Conselho de Ministros e a fórmula que posteriormente de facto adotou: os assuntos de cada ministério eram estudados e discutidos por si e pelo seu responsável, e só muito excecionalmente ou para assuntos cuja relevância entendia como justificada, era convocado o Conselho de Ministros.

¹²⁴⁵ NETO, Dina, *Lúcio Tomé Feteira, uma vida agitada*, in *Os anos de Salazar*, vol. 13, Lisboa, Ed. Centro Editor PDA, 2007, p. 59;

¹²⁴⁶ NOGUEIRA, Franco, *Um político confessa-se (diário 1960-1968)*, Lisboa, Ed. Civilização, 1986, p. 17;

Por outro lado, Salazar vai enfrentar uma nova década onde é notório o enfraquecimento da tendência unitária, que nem a experiência dual da CDE e da CEUD apagam. Por outro lado, a década de sessenta, assiste à emergência de novas forças políticas e ao aprofundar das divergências ideológicas com a radicalização de algumas práticas políticas, que incluem a via armada. Ao mesmo tempo, parte das elites políticas situacionistas viam com alguma simpatia e até como essencial a modernização do regime, aspirando à sua renovação no quadro da legalidade vigente, adivinhando a prazo o fim do governo de Salazar. Apesar da Oposição, em maio de 1966, ter preparado um documento dirigido ao Presidente da República,¹²⁴⁷ que pedia a demissão de Salazar, a dissolução da Assembleia Nacional, a preparação de um referendo sobre a política ultramarina, a restituição das liberdades política e cívica, entre outras medidas, o regime vivia sob um manto de imobilismo político.

No início da década de sessenta a economia portuguesa espelhava um claro subdesenvolvimento. O rendimento nacional *per capita* era de cerca de um terço do dos países mais industrializados na Europa. Era uma economia onde era significativo o peso da agricultura, que apesar de tudo se tinha vindo a reduzir nos últimos anos, ao mesmo tempo que o tecido industrial se caracterizava por uma mão de obra de baixa formação e de baixos salários a par de laborar com tecnologias industriais obsoletas e de dar preferência à transformação de produtos primários e predominantemente em sectores tradicionais. Esta década assiste à aceleração de desenvolvimento económico, ainda que e apesar disso, em 1973, Portugal se situasse como um dos países mais pobres da Europa. Francisco Louçã divide esse crescimento económico em duas fases: uma primeira entre 1958 e 1965 e outra de 1965 a 1974.¹²⁴⁸ É um crescimento rápido, ainda que com um ponto de partida significativamente baixo, e que tem início no período que se inicia a seguir à II Guerra Mundial. Para essa aceleração muito contribuíram as transformações ocorridas nas estruturas de produção e as alterações na distribuição geográfica da população, quer pela emigração, quer pela afluência às grandes cidades. Isso significou a perda de importância da agricultura, ao mesmo tempo que crescia o sector dos serviços, e um aumento geral da produtividade, pela inclusão no mercado

¹²⁴⁷ SOARES, Mário, *Escritos Políticos*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1969, pp. 37 a 72. Documento referido por Mário Soares, que segundo este não passou de um mero projeto por ter sido apreendido pela PIDE, mas ainda assim assinado por 118 cidadãos.

¹²⁴⁸ LOUÇÃ, Francisco, *A jaula oligárquica: a modernização conservadora ao longo do século XX in ROSAS, Fernando, LOUÇÃ, Francisco, LOPES, João Teixeira, PENICHE, Andrea, TRINDADE, Luís, CARDINA, Miguel, O século XX português: política, economia, sociedade, cultura, império*, Lisboa, Edições Tinta da China Lda, 2020, p. 131;

de trabalho de novos trabalhadores estimulado também pelas implicações competitivas decorrentes da adesão à EFTA.

José da Silva Lopes assinala o papel controverso que tinha o chamado “condicionamento industrial”,¹²⁴⁹ num universo económico em que Salazar desconfiava do desenvolvimento industrial e das suas consequências políticas e sociais. Em novembro de 1966 Daniel Barbosa profere uma conferência sobre política económica sob o título “Novos Rumos para a política económica”. Inserida no ciclo “Celebrar o passado, construir o futuro” e da qual será editada uma brochura, não pelo regime, mas significativamente em edição de autor. A conferência, ainda que uma questão de pormenor na vida do regime, não deixa de ser como que um símbolo do princípio do fim do regime. Salazar é temido, mas já não é inquestionável. Aborda-se já abertamente a sua substituição, pergunta-se da sustentabilidade económica da guerra colonial e, principalmente, no seio do regime, perde-se o medo de sugerir alternativas ao pensamento e à prática política do regime. Recorde-se, entretanto, o importante papel desempenhado por Daniel Barbosa, ministro da Economia entre fevereiro de 1947 e outubro de 1948, exonerado em grande parte pela sua discordância com Salazar em matéria económica, tanto que pela sua política de importações ficaria popularmente conhecido pelo “Daniel das faturas”. Forçado a enfrentar graves problemas decorrentes da escassez de bens essenciais, entendia que as reservas acumuladas durante o período da Guerra deveriam ser gastas para preencher as vazias prateleiras do comércio e dos lares, combatendo a inflação e melhorando as condições de vida da população, uma posição completamente oposta à de Salazar, de alguns produtores e de alguns meios financeiros. Nesta conferência manterá algumas das premissas de dinamização económica que no passado haviam norteado o seu pensamento. Tal como nos anos quarenta criticava uma política de baixos salários, que potenciava uma pobreza extrema, o desrespeito pelos horários de trabalho ou a exploração de menores em algumas áreas da sociedade e da economia.

Apesar de toda a conferência ser salpicada de ponderadas referências elogiosas a Salazar e ao regime, não deixam de aqui e ali surgirem alertas e críticas aos caminhos económicos então seguidos, ainda que envoltas num enquadramento técnico. Ministro da Economia com Salazar e da Energia com Marcelo Caetano, em

¹²⁴⁹ LOPES, José da Silva, *A economia portuguesa desde 1960*, Lisboa, Ed. Gradiva, 2004, pp. 275 a 278;

1974, Daniel Barbosa identificava em meados da década de sessenta quatro condicionalismos na economia portuguesa, que só a simples referência a eles constitui um ato político deveras importante: os movimentos de integração económica do país, a emigração da mão-de-obra, a defesa territorial e a consequente guerra colonial, e a sucessão de Salazar, referida como “o problema político para além da vigência do Prof. Oliveira Salazar”.¹²⁵⁰ É de referir que Daniel Barbosa, assim como outros defensores do desenvolvimento industrial, nomeadamente Correia de Oliveira, punham em causa o facto de a economia nacional assentar em sectores de baixa produtividade e de reduzido valor acrescentado, que originavam produtos baratos suportados em baixos salários num contexto de um limitado mercado interno. De facto, em 1949, Daniel Barbosa escrevia que “é triste ter de dizer que os índices de salário de muitas das nossas indústrias não chegam a valores suficientes para garantir a alimentação de uma família operária”.¹²⁵¹ O próprio Marcelo Caetano, já no exílio, escreveria que grande parte dos empresários “só sabiam sobreviver amparados pela repressão que lhes garantisse a imposição de salários baixos”.¹²⁵²

Recorde-se que Daniel Barbosa, saído da estrutura do regime e discípulo assumido de Ferreira Dias, que recusava o discurso da “pobreza virtuosa” de Salazar ao mesmo tempo que combatia a Oposição quando da candidatura de Norton de Matos, virá a personificar uma ânsia reformista no interior do regime, não pela rotura, mas pela evolução. Fernando Rosas refere a atitude do sector reformista do regime que olhou com simpatia, senão mesmo de colaboração, para a tentativa de golpe de Júlio Botelho Moniz, em abril de 1961.¹²⁵³ Nas suas ideias e ações, é notório o seu confronto com uma parte dos adeptos do regime que resistiam à industrialização. Quanto à integração económica Daniel Barbosa elogia a visão de estadistas como Winston Churchill, Leon Blum, Van Zeeland ou De Gaulle, algo também pouco comum na política interna. Barbosa acredita que não ocorrerá um retrocesso na integração europeia considerando a EFTA, da qual Portugal já fazia

¹²⁵⁰ BARBOSA, Daniel, *Novos rumos da política económica*, Lisboa, Ed. Autor, 1966, pp.41, 42, 47 e 48;

¹²⁵¹ LOUÇÃ, Francisco, *A jaula oligárquica: a modernização conservadora ao longo do século XX in* ROSAS, Fernando, LOUÇÃ, Francisco, LOPES, João Teixeira, PENICHE, Andrea, TRINDADE, Luís, CARDINA, Miguel, *O século XX português: política, economia, sociedade, cultura, império*, Lisboa, Edições Tinta da China Lda, 2020, p. 179;

¹²⁵² LOUÇÃ, Francisco, *A jaula oligárquica: a modernização conservadora ao longo do século XX in* ROSAS, Fernando, LOUÇÃ, Francisco, LOPES, João Teixeira, PENICHE, Andrea, TRINDADE, Luís, CARDINA, Miguel, *O século XX português: política, economia, sociedade, cultura, império*, Lisboa, Edições Tinta da China Lda, 2020, p. 184;

¹²⁵³ ROSAS, Fernando, CARVALHO, Rita e OLIVEIRA, Pedro Aires de, *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano*, vol. 2, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2002, pp. 12 e 13;

parte desde 1960, como o paradigma perfeito de um certo sentido de unidade da Europa. Longe estava a afirmação de Salazar, em entrevista concedida a Serge Groussard em 1958, que entendia este não ser um assunto a colocar-se de momento face à heterogeneidade europeia.¹²⁵⁴ Nesta conferência, Barbosa advoga também a criação de um “espaço económico português”, que inclui os territórios ultramarinos, ao mesmo tempo que critica o tecido empresarial português e o protecionismo estatal.

“A realidade foi porém que, em muitos casos, tal proteção se transformou em “*dolce far niente*”, sobretudo para aqueles que ganhando razoavelmente a sua vida, fazendo até suas fortunas, não encontravam outras razões de peso que os levassem a modificar um processo de “vida industrial” que ao país, não interessava manter”.¹²⁵⁵

Diga-se em abono do rigor que havia nascido, em 1961, por iniciativa de Correia de Oliveira, alguma legislação sobre o “espaço económico português” que abrangia os territórios coloniais¹²⁵⁶ sendo, no entanto, uma ideia ainda vaga e incipiente. É também uma forma do regime acalmar a pulsão industrialista, apresentando as colónias como solução para o exíguo mercado interno ao mesmo tempo que se cria a ideia da sua imprescindibilidade para o país.

Aproveitando o momento, Daniel Barbosa estende a sua crítica ao regime de condicionamento industrial, tão caro a Salazar, ao afirmar que a economia nacional vivia “à sombra do regime de condicionamento industrial vigente – peça, hoje em dia abstrusa por se prestar a ser demolidora de iniciativas e vontades (...)”.¹²⁵⁷ Apelo ao governo para rever o regime de condicionamento industrial, Daniel Barbosa alerta para a inaptidão de alguns sectores industriais e agrícolas em enfrentar a concorrência europeia, o que também é novo no discurso político, referindo que “não basta, de facto, que se nos abram mercados (...), é necessário um mínimo de quantidade para manter a presença, uma razoável qualidade para interessar ao consumo, um preço determinado para enfrentar a concorrência”.¹²⁵⁸ Era o momento próprio para apelar a mudanças, já que estávamos em vésperas da apresentação do III Plano de Fomento, que abrangeria o período de 1968 a 1973.

¹²⁵⁴ NOGUEIRA, Franco, *Salazar – A Resistência*, vol. V, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984, pp. 5 a 8;

¹²⁵⁵ BARBOSA, Daniel, *Novos rumos da política económica*, Lisboa, Ed. Autor, 1966, p. 20;

¹²⁵⁶ LOPES, José da Silva, *A economia portuguesa desde 1960*, Lisboa, Ed. Gradiva, 2004, p. 122;

¹²⁵⁷ BARBOSA, Daniel, *Novos rumos da política económica*, Lisboa, Ed. Autor, 1966, pp. 20 e 21;

¹²⁵⁸ BARBOSA, Daniel, *Novos rumos da política económica*, Lisboa, Ed. Autor, 1966, p. 22;

É certo que alguns dos problemas enunciados não são novos e vão repetir-se até aos últimos dias do governo de Marcelo Caetano. Anos mais tarde, Rogério Martins, subsecretário de Estado da Indústria sublinhará a necessidade urgente da industrialização do país face à hipótese de abertura à Europa. Na realidade, vivia-se um momento de viragem na política económica do regime, deixando para trás uma ideia de desenvolvimento económico baseado no mercado interno em favor de uma visão que privilegia as relações com a Europa, disso sendo exemplo a participação do país na criação da EFTA, em 1960, a adesão ao GATT e ao FMI e até o acordo comercial com a Comunidade Económica Europeia, este em 1972. É certo também que esta ideia de desenvolvimento tinha como pano de fundo os resultados económicos que faziam face aos crescentes custos da guerra colonial, e é igualmente certo que esta integração nestas e noutras instituições internacionais foi usada pela propaganda do regime como argumento para justificar as suas opções políticas.

Sobre a questão colonial Daniel Barbosa referia que a sobrevivência do país como nação podia estar na dependência de conseguir manter as colónias, para logo de seguida referir que os custos económicos dessa manutenção não podiam ser resolvidos com um critério simplista de um desvio orçamental de verbas que deviam ser destinadas a outro fim. O mesmo será dizer que o desenvolvimento económico do país não deveria ser prejudicado pelas despesas com a guerra colonial. Nas suas palavras “o problema de África (...) não é só um problema militar, mas para além dum problema político, um problema económico-social, também (...)”.¹²⁵⁹ Recorde-se que a adesão à EFTA implicou a adesão ao GATT, e esta determinou um papel diferente para a economia nas colónias, afastando-se do seu tradicional papel definido na década de trinta por Salazar.

Outro dos problemas elencados nessa conferencia foi o da emigração, tema fortemente condicionado pela censura, com consequências nos campos e na sociedade portuguesa em geral. É referida a escassez de mão de obra e, de uma forma subtil, as razões que levam à emigração, nomeadamente o facto dos salários não conseguirem satisfazer regularmente “o mínimo das necessidades familiares vitais”. Na realidade a emigração começou a aumentar na primeira metade da década de sessenta, vindo a atingir máximos na segunda metade e no início da

¹²⁵⁹ BARBOSA, Daniel, *Novos rumos da política económica*, Lisboa, Ed. Autor, 1966, p. 35;

década de setenta. Longe estavam os tempos em que se advogava a pobreza e a humildade como sinónimo de felicidade.

Arriscando em terrenos movediços, já quase no final da conferência, Daniel Barbosa advoga uma ideia que não deve ter sido fácil a Salazar ouvir, porque tocava com a sua noção de equilíbrios de poder e de imagem de gestão económica que durante anos cultivou. Sugeriu Barbosa que “o Estado tem (...) desde logo de começar por si, orientando-se no sentido dum exemplo rigorosíssimo quanto à aplicação de verbas disponíveis”,¹²⁶⁰ e terminando com uma nova heresia ideológica defendia a necessidade da existência de uma vice-presidência no Conselho de Ministros com funções de coordenação económica. Se hoje nos parece uma mera sugestão, à época significava a alienação de uma parte do poder de Salazar, que centralizava em si a coordenação de todas as pastas como Presidente do Conselho, mesmo que Daniel Barbosa atribuísse ao chefe do governo a “grande tarefa” de coordenar ao seu nível a ação dessa vice-presidência.

Este era o mote para a inclusão nesta conferência do tema mais importante, porque tabu na política portuguesa de então, que era a sucessão de Salazar. “O quarto condicionalismo que busquei para apoio desta minha exposição, é o problema político que a Nação enfrentará no dia em que o Prof. Salazar se desligue das responsabilidades do poder”, para mais adiante acrescentar que “quando, portanto, se fala honesta e abertamente em construir o futuro, não creio que se possa pôr de lado tão momentosa questão; até porque o tempo se não compadece com eventuais ilusões, a que os limites naturais da vida humana podem tirar, em qualquer instante, toda a razão de ser”.¹²⁶¹ Era o fim da visão de um “eterno Salazar”, protetor da nação, o *terminus* de um culto alimentado por Salazar que fundia a sua figura com o próprio país. E terminava sublinhando essa mesma imagem: “não será, portanto, através dum homem, mas por via da política, que se pode evitar a convulsão de rotura que a ausência da vida pública do Senhor Presidente do Conselho pode irremediavelmente provocar (...)”.¹²⁶² Novos tempos rapidamente se aproximavam.

¹²⁶⁰ BARBOSA, Daniel, *Novos rumos da política económica*, Lisboa, Ed. Autor, 1966, p. 56;

¹²⁶¹ BARBOSA, Daniel, *Novos rumos da política económica*, Lisboa, Ed. Autor, 1966, pp. 41 e 42;

¹²⁶² BARBOSA, Daniel, *Novos rumos da política económica*, Lisboa, Ed. Autor, 1966, p.43;

4 - As ideias não morrem¹²⁶³ - ainda a década de sessenta

O final da década de cinquenta e início da década de sessenta trouxe novas preocupações a Salazar. A denominada Carta do Atlântico apontava para a universalidade da democracia e da liberdade, ao mesmo tempo que se admitia a autodeterminação e independência das colónias dos impérios europeus. Novos protagonistas políticos nos EUA, caso de John F. Kennedy, a carta das Nações Unidas ou a Declaração Universal dos Direitos do Homem eram sucessivos contributos para as preocupações de Salazar.

Na década de sessenta o regime estava desajustado da realidade social por um lado, pelos novos costumes vividos, e por outro lado também da realidade económica, porque se exigia uma maior e crescente industrialização a par com o crescimento do sector dos serviços, tudo isto junto com novas realidades políticas decorrentes do pós-guerra. Salazar continuando apegado às velhas ideias que impusera anos antes dizia, em 1965, que:

“(...) nós quisemos dar ao País, assolado pelas devastações da anarquia, um regime novo; mas muitos dos nossos homens públicos, educados na filosofia política do século XIX, têm-nos considerado sempre um governo à espera de eleições “livres” para uma “assembleia constituinte” e com ela garantir ao povo “todas as felicidades” (...). Estas considerações deviam bastar para serenar os ânimos inquietos (...). A União Nacional apresentará, como de costume, as suas listas e é de crer que elementos políticos de oposição ao regime, depois de alguns terem aproveitado o período eleitoral na criação de um regime subversivo, também apelem para o sufrágio popular (...)”.

E continuando a diminuir a Oposição afirma que:

“(...) não há mesmo possibilidade de as oposições gizarem programas para o futuro imediato, salvo os que nós próprios temos definido já. Há poucos dias tive a oportunidade de ler o documento em que numerosos democratas solicitavam autorização para a celebração, de prever ruidosa, do 31 de Janeiro na cidade do Porto (...)”.¹²⁶⁴

Este documento, a que Salazar se refere, era assinado por maçons do Porto, Lisboa e Coimbra, entre outros, por Artur Santos Silva e Olívio França e ainda por Luís Rebordão. Entretanto, recorde-se que a data de 31 de janeiro nas zonas norte e

¹²⁶³ SOARES, Mário, *Escritos Políticos*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1969, p. 142. Afirmação proferida por Mário Soares no discurso de comemoração do 31 de Janeiro, realizado em 1969, no Coliseu do Porto;

¹²⁶⁴ SALAZAR, António de Oliveira, *Erros e fracassos da era política in O pensamento de Salazar*, discurso proferido na posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de fevereiro de 1965, p. 6;

centro, pelo seu significado simbólico para os republicanos, maçons e outros opositores, era frequentemente espiada pela Polícia política e seus informadores. Num dos documentos consultados, com data de 22 de janeiro de 1969, originário da Delegação de Coimbra da PIDE e com a classificação de “confidencial”, o inspetor Jorge de Faria referindo-se a um pedido de autorização para uma sessão comemorativa do 31 de janeiro no Teatro Avenida, não se esquece de referir que “oportunamente serão comunicadas a essa Direcção as identidades completas” dos requerentes.¹²⁶⁵ Um outro documento com a mesma origem contém uma descrição dessa sessão, incluindo passagens da intervenção realizada por António Arnaut que, referindo-se à data comemorada, afirmava que a crise vivida então se arrastava até ao presente, lançando o apelo para que “saibamos tomar os seus ideais, nas consciências, façamos deles as realidades dos nossos dias, porque não deixará de aparecer no final a nossa vitória”.

A desconsideração das oposições não é, no entanto, um discurso novo. Ela atravessa todo o período do Estado Novo e ainda que exacerbada durante os atos eleitorais, representa uma concepção autoritária do poder e um desejo de legitimação permanente. Em reunião dos dirigentes da União Nacional, Salazar não hesitava em chamar de “inimigos” aos seus opositores políticos, nem de acenar com as consequências negativas para o país se as ideias da Oposição vingassem.

“O último acto eleitoral não teve a concorrência efetiva da oposição às urnas, mas foi precedido de um debate tão largo e tão livre que se pôde ajuizar com bastante rigor dos intentos, dos métodos e das possibilidades. Apesar de o inimigo – chamemos-lhe assim para facilidade de entendimento – ter trazido para as discussões dose maior de paixão que de inteligência prática e apesar de se haver sacrificado ao subjetivismo das nossas velhas lutas partidárias, parece ter-se debatido nesse lapso de tempo a maior parte dos problemas que constituem a própria vida da Nação e terem-se agitado todas as ideias com que pode governar-se e, ai de nós! Certamente arruinar-se um povo. (...) É erro dizer-se que as eleições criaram uma oposição ao regime; é mais correto pensar-se que a oposição existente pelo precipitado de descontentamentos, fruto da ação governativa e pela ânsia de renovação do pessoal (...) se resolveu a lutar. O que fez da liberdade concedida não vale a pena anotá-lo; neste como noutros casos semelhantes se verificou nada ter aprendido e nada esquecer do muito pouco que tivesse de olvidar.”¹²⁶⁶

¹²⁶⁵ *Documentos vários*, Arquivo de José Manuel Martins;

¹²⁶⁶ SALAZAR, António de Oliveira, *Os nossos interesses de Nação in O pensamento de Salazar*, discurso proferido na reunião das Comissões Dirigentes da União Nacional, em 23 de fevereiro de 1946, pp. 5 a 7;

Esta linha de pensamento é inculcada nos jovens, podendo ler-se no Boletim Informativo da Mocidade Portuguesa que:

“é por isso que temos visto tantos bons rapazes serem habilmente aproveitados pelos seus piores adversários, escravizados pelos negreiros do espírito, que são os militantes comunistas ou aliciados por imorais da Utopia”.¹²⁶⁷

Um outro elemento novo nos é trazido na década de sessenta, com consequências políticas à época imprevisíveis, e que foi uma militarização do regime, fruto de contestações internas mais violentas, da guerra colonial e do desajustamento do regime face aos anseios da sociedade, pensando aquele que as respostas das décadas de trinta e quarenta ainda eram aplicáveis nos anos sessenta. Por outro lado, a guerra colonial e uma nova ordem internacional surgida no pós-guerra chocavam com as ideias mestras do regime e com as estruturas construídas décadas antes, virando para Portugal as atenções políticas mundiais, algo que o regime se mostrou incapaz de gerir e de controlar. Ainda assim, a argumentação de Salazar face às críticas dos regimes democráticos ocidentais passava por enfatizar o que o Ocidente perderia no contexto da Guerra Fria, caso Portugal perdesse os seus territórios coloniais. Por outro lado, o nacionalismo bélico que o regime tentou dinamizar também não se mostrou capaz de sustentar o regime, face às consequências económicas e sociais daí decorrentes. Ao mesmo tempo, cada vez menos o regime passaria a convencer as elites nacionais de que as escolhas políticas feitas eram o caminho certo, o qual seria sim cada vez mais substituído pela desconfiança, como se de um naufrágio a prazo se tratasse.

Se a audição da Rádio Revolução¹²⁶⁸ era sancionado, anos mais tarde também a audição da BBC durante a II Guerra e no período da candidatura de Norton de Matos era algo que podia contornar as barreiras da censura. Anos depois, na década de sessenta a frase “esta é a Voz da Liberdade, emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional, contra o fascismo, contra a guerra colonial, por um Portugal Livre e Democrático”, ou a voz de Manuel Alegre aos microfones Rádio Voz da Liberdade, a partir de Argel, ou as emissões da Rádio Portugal Livre, a partir de Bucareste, ou ainda as emissões da Rádio Moscovo para Portugal ou da Rádio

¹²⁶⁷ *Só por ser portuguesa in Mocidade*, Boletim da Mocidade Portuguesa, nº 1, Janeiro-Feveiro de 1951, Lisboa, 1951, p. 6;

¹²⁶⁸ OLIVEIRA, César in ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de história do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Ed. Bertrand Editora, 1996, p. 811. Popularmente conhecida por “rádio fantasma”, foi uma estação criada por anarquistas durante a guerra civil espanhola, emitindo a partir de Barcelona, não existindo hoje registos sonoros das suas emissões. As emissões não eram regulares e a guerra civil espanhola e a repressão em Portugal eram os assuntos predominantemente tratados;

Praga eram meios importantes a que recorria a Oposição, fazendo esta e naturalmente os maçons, acreditarem que o fim do regime estava próximo. Refira-se a este propósito que estas emissões eram atentamente acompanhadas pelos serviços de escuta da Legião Portuguesa, que elaborava pormenorizadas transcrições e relatórios das mesmas. Mesmo que nem todos pudessem ouvir rádio livremente, já que para além de um objeto caro, apenas acessível a alguns, o seu uso implicava uma licença que na prática identificava todos os possíveis ouvintes.

O final da década de cinquenta e a década de sessenta são também marcados por tomadas de posição públicas de contestação ao regime por parte de grupos católicos, algo que o regime não esperava e a que não estava habituado. D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, ou D. Sebastião Soares de Resende, bispo da Beira, são dois dos protagonistas deste desafio ao regime. O primeiro, escreve uma primeira carta dirigida a Salazar em junho de 1958, no rescaldo das eleições onde, numa crítica direta ao panorama político e social, afirma que “a Igreja em Portugal está perdendo a confiança dos seus melhores” e em concreto do povo e da juventude, ao mesmo tempo que sobem as tensões sociais. Afirma também, a propósito da censura, que “o povo português precisa de uma imprensa livre, porque é mais importante que uma imprensa católica. Felizmente não há imprensa católica no Porto. Nem queremos entrar em concorrência ou manipular a opinião pública”,¹²⁶⁹ afirmações que o conservador jornal católico *A Voz* atacará ferozmente. Já a questão com o bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende, era distinta. No *Diário de Moçambique* denuncia os abusos da administração colonial, o que significava uma crítica explícita à política colonial do governo, algo que Salazar não podia tolerar.

Entretanto, os católicos começam a organizar-se em estruturas que fogem ao controlo do regime e em atividades que roçam o clandestino, levando o Cardeal Cerejeira a intervir para defender a despolitização da Igreja. A candidatura de Humberto Delgado fizera nascer nos meios católicos uma nova dinâmica, que é ampliada fora do país pela intervenção mais incisiva da imprensa internacional, tendo-se chegado mesmo a tentar a constituição de um Movimento Cristão de Ação Democrática. Na campanha eleitoral de 1961 o regime não deixa de criticar estes grupos e o apelo da Oposição para os chamar às suas fileiras:

“este apelo não pode surpreender ninguém, mas espanta e entristece saber que alguns católicos procedem como se o houvessem escutado, não obstante os solenes

¹²⁶⁹ REGO, Raul, *Diário Político*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974, p. 27;

e reiterados avisos da Hierarquia de que não é possível qualquer entendimento com o maior inimigo da religião”.¹²⁷⁰

Por esta altura António Alçada Batista funda a editora Moraes, que em Portugal divulga literatura de inspiração católica. Em janeiro de 1963 surge, também pela mão de Alçada Batista, a revista *O Tempo e o Modo*, uma revista de “pensamento e ação” que abalou as ideias não apenas do conservadorismo do regime, mas também as do neorrealismo comunista. Constituindo-se como uma plataforma de diálogo entre católicos e não católicos, reunia nomes como João Bénard da Costa, Nuno Portas, Mário Murteira e alguns laicos como Mário Soares, Medeiros Ferreira, Jorge Sampaio ou João Cravinho, que trouxeram a este movimento uma lufada de ar fresco. Os católicos organizados vão engrossar as listas da Oposição, nomeadamente nas listas das eleições legislativas de 1969. Por seu turno, nos meios católicos progressistas escrevia-se que um estado totalitário e conservador era uma manifestação social anticristã. A Igreja vivia entre a insatisfação dos seus crentes, a sua cumplicidade para com o regime, os novos ventos que se anunciavam e a não desautorização das suas autoridades, num equilíbrio nem sempre fácil. Neste contexto não esqueçamos o papel do Concílio Vaticano II e a evolução doutrinária verificada, assim como os atritos verificados entre o regime e D. António Ribeiro, futuro Cardeal Patriarca de Lisboa, inicialmente vetado pelo regime para arcebispo da Beira. Recorde-se que o Concílio Vaticano II motiva para a vida política novos protagonistas, ao mesmo tempo que declara que todas as pessoas têm direito à liberdade religiosa, a par com críticas ao comportamento desumano das modernas sociedades. No caso específico de Portugal, a participação dos bispos portugueses no Concílio repercutiu-se sobre a sociedade pela mobilização dos católicos e pela aproximação aos fiéis, pela dinamização da Igreja, por abrir as portas a teses menos conservadoras e, não menos importante, de ter contribuído para o aparecimento de novas estruturas dentro do catolicismo.

A década de sessenta é assim determinante para o movimento oposicionista que conhece mudanças de protagonistas e de métodos a par de uma certa radicalização. Os republicanos enquanto força política quase desaparecem dando lugar aos renovados socialistas e a correntes de tendência reformista quer originárias do regime, quer de grupos católicos. Por outro lado, a campanha de Delgado havia criado uma visibilidade internacional incómoda para o regime, à qual

¹²⁷⁰ *A campanha eleitoral de 1961*, Lisboa, Ed, União Nacional, 1961, p. 26;

se juntavam questões de geopolítica internacional relacionadas com a questão colonial.

5 - Quando a sabedoria é tão perigosa quanto a ignorância - as crises académicas nas décadas de sessenta e setenta¹²⁷¹

As décadas de sessenta e setenta assistem a uma pluralização de atores políticos que têm na guerra colonial um elemento unificador e amplificador das dinâmicas geradas, ao mesmo tempo que dava ao movimento estudantil uma das suas principais bandeiras de luta. Mais ainda, o ciclo de contestação ao regime é transversal aos vários setores sociais e rapidamente, decorrente das mutações culturais e morais da época, encontra combustível para se espalhar nos meios urbanos e estudantis. Há autores que defendem que, neste período, cabe ao sector universitário o papel de incubadora da radicalização política quer em termos ideológicos, quer de formas de contestação.¹²⁷²

Ao longo da história a sabedoria sempre amedrontou quem pretendia manter um conjunto de privilégios e de diferenciações sociais face aos excluídos desses privilégios. Por outro lado, quem detém o poder quer impor um conjunto de decisões que trazem vantagem para quem domina e perpétua esse poder, ao mesmo tempo que a ignorância se torna perigosa para aqueles que não têm consciência dos seus direitos ou não os compreendem. Vem isto a propósito do desenvolvimento do tecido estudantil ocorrido a partir da década de sessenta, uma das consequências do desenvolvimento económico do país, especialmente nos planos industrial, dos serviços e do urbanismo, um desenvolvimento que assustava Salazar. Franco Nogueira refere a este propósito a reação de Salazar à crise estudantil vivida: “tenho ouvido”, acrescentando logo de seguida que “alguma juventude de hoje, especialmente universitária, sofre de uma espécie de angústia, se lamenta de sentir

¹²⁷¹ Para um aprofundamento deste tema veja-se, entre outros COSTA, Jorge e PENA, Paula, *Grandes Planos. Oposição estudantil à Ditadura 1956-1974*, Lisboa, Âncora Editora, 2001 ou GARRIDO, Álvaro, *O movimento estudantil e a crise do Estado Novo*, Coimbra, Minerva História, 1999;

¹²⁷² ACCORNERO, Guya, *A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o marcelismo*, *Análise Social*, p. 579
http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_208_a04.pdf;

a alma vazia e que bastantes jovens procuram preencher esse vazio absorvendo as doutrinas comunistas”.¹²⁷³

O crescente acesso ao ensino foi generalizado em todos os graus e até por estratos sociais que até aí tinham sido marginalizados, e a consequência foi uma sociedade que viria a mudar em múltiplos sectores, até porque a modernização da economia exigia uma crescente formação académica. Na crise desenvolvida na década de sessenta existem também em pano de fundo questões morais e de desadequação do ensino e da vida social até aí aceite, por comparação com as novas ideias vindas de além fronteiras, de lugares mais cosmopolitas. Se pensarmos nas grandes mudanças da década de sessenta em matéria de juventude e de comportamentos, vemos o quanto o regime estava desajustado da realidade. Criticavam-se os bailes pela sua excessiva frequência e pelas fraquezas morais neles praticadas. O jazz era um género musical proscrito porque “deseducador” e porque portador de “barulhos exóticos extraídos de instrumentos igualmente exóticos”.¹²⁷⁴ Entretanto os estudantes agitavam-se nos liceus e nas universidades. Uma agitação que vinha desde os anos quarenta com Norton de Matos, que se prolonga nas eleições com Delgado e que desemboca da década de sessenta com uma sociedade incapaz de compreender os novos anseios dos estudantes. Fernando Rosas¹²⁷⁵ refere que o ensino liceal estava concebido como forma de seleção e preparação das elites, funcionando como um filtro, em paralelo com as escolas comerciais e industriais que por si só aliviavam a pressão sobre o ensino liceal e determinavam o futuro posicionamento social dos estudantes. Por seu lado, a universidade apresentava-se como o corolário e elemento de excelência neste sistema de reprodução das elites, só que são estas elites renovadas que, nas suas gerações mais jovens, a ambicionarem um tecido económico e cultural semelhante ao da Europa de então, aqui divulgado simultaneamente pelos emigrantes e pelos mais privilegiados que podiam viajar ou estudar no estrangeiro, algo que uma universidade esclerosada, ultrapassada nos seus procedimentos e submetida ao poder político vigente não poderia proporcionar.

¹²⁷³ NOGUEIRA, Franco, *Salazar – A Resistência*, vol. V, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984, p. 37;

¹²⁷⁴ MELO, Daniel, *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, p. 204;

¹²⁷⁵ ROSAS, Fernando, *Salazarismo e Fomento Económico – o primado do político na história económica do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Notícias, 2000, p. 36;

A candidatura de Humberto Delgado acentuou o afastamento dos estudantes em relação ao regime, ao mesmo tempo que as lutas estudantis, que começam no final da década de cinquenta e se prolongam na década de sessenta, sublinham a oposição dos estudantes à legislação que visava permitir a ingerência do governo nas associações estudantis. É um movimento que à medida que caminha para o final da década de sessenta acentua a sua politização e o seu maior radicalismo político, culminando, simbolicamente, nos incidentes de Coimbra, quando da inauguração das novas instalações do Departamento de Matemática, em abril de 1969. Com o ensino mantido à margem das novas realidades sociais, uma nova geração estudantil apressa-se a dar tanto valor à atividade política quando à frequência de outras atividades, potenciadoras de uma mundivisão mais abrangente. A vida associativa assume particular importância potenciando a militância política, e por isso as lutas estudantis de 1962 e 1969 são bem mais do que ações de luta, tornando-se acontecimentos marcantes com consequências políticas que no momento não se vislumbravam na sua plenitude.

No plano estudantil, as tensões desta década têm início em março de 1962, quando o ministro Lopes de Almeida proibiu a comemoração do Dia do Estudante. Em bom rigor não havia razões claras para proibir a comemoração estudantil, como de resto refere Freitas do Amaral nas suas memórias políticas, a não ser “o espírito tacanho que animava as autoridades dessa época (que) via perigo de comunismo em todas as iniciativas que escapassem ao seu controle”,¹²⁷⁶ e que acabou por potenciar o ambiente de tensão e confronto. Aos plenários de estudantes sucedia, invariavelmente, uma carga policial. No entanto, a crise de 1962 foi também a base de recrutamento de novas forças políticas, que no final dessa década e durante toda a década de setenta maioritariamente viriam a derivar para o maoísmo ou para o trotskismo. A proibição das comemorações do Dia do Estudante constituiu o despoletar de um período continuado de crise que inclui cargas policiais, estudantes presos, espancados, instalações universitárias ocupadas e greves. Ao mesmo tempo que, em Lisboa, a polícia invade a Faculdade de Medicina e tenta ocupar a Faculdade de Direito, com o objetivo de prender estudantes, a cantina da Cidade Universitária é mandada encerrar, sendo ainda outros espaços ocupados pela polícia de choque fortemente armada, o que leva os estudantes a concentrarem-se no Estádio Universitário, onde a polícia ataca de novo. Figura central neste contexto é Marcelo Caetano, à época reitor da Universidade de Lisboa que, desenvolve

¹²⁷⁶ AMARAL, Diogo Freitas do, *O antigo regime e a revolução – memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Ed. Bertrand/Nomen, 1996, p. 35;

negociações com o Ministério da Educação Nacional para a retirada das forças policiais, negociações essas que fracassam face à intransigência do ministro da tutela. Marcelo comparece no Estádio Universitário tentando acalmar a situação e convidando os estudantes para uma conversa e um jantar no restaurante Castanheira de Moura, no Campo Grande, prometendo simultaneamente uma nova data para o Dia do Estudante. A este jantar comparecem os estudantes e a polícia de choque que carrega violentamente sobre eles. Serão os professores Luís Filipe Lindley Cintra, A. H. de Oliveira Marques e Joaquim Veríssimo Serrão que irão interceder pelos estudantes, negociando a sua saída do restaurante, mas que não evita a declaração de luto académico e a demissão de Marcelo Caetano a 5 de abril, que considerou ter sido desautorizado pelo governo, com a contestação a alastrar rapidamente a Coimbra.

Vivendo-se ainda no rescaldo destes acontecimentos chega o 1º de Maio, onde os estudantes de Coimbra contestam o ministro por não autorizar o funcionamento da Associação de Estudantes. Lisboa manifesta solidariedade com a Universidade de Coimbra com os estudantes a ocuparem a Cantina Universitária. Segue-se uma escalada da repressão que faz deste ano um ponto de não retorno nas relações da Universidade com o regime. A partir daí, a Universidade passa a ser um local de confronto político, agravado com o aparecimento de novos grupos políticos de tendência mais radical do que aqueles que até aí o governo estava habituado a defrontar. Serão muitos os que por esta altura acordam para a atividade política e que nos anos que se seguem se mostram empenhados em mudar a sociedade portuguesa. Mais, o patamar de confronto subirá e as pedras da calçada, os paus e todo o tipo de materiais passam a ser comuns para enfrentar a polícia, que por sua vez responde com canhões de água, à bastonada ou a tiro.

Por seu turno, ao mesmo tempo que as reformas de Veiga Simão não são bem acolhidas pelos mais conservadores do regime, para as novas forças da Oposição são motivo de contestação e uma emergência do momento propício ao objetivo de desgastar o regime. Durante as crises académicas ser-se cuidadoso era fundamental. Emergem nomes como Alberto Martins, Jorge Sampaio, José Medeiros Ferreira ou Sotto Mayor Cardia. Porém, estes movimentos estudantis conhecem alinhamentos políticos diferentes dos que os antecederam. Já não os seduzem da mesma forma as propostas do Partido Comunista. Para eles a Maçonaria é algo do qual estão longe, por razões etárias, ou porque ficou refém dos velhos republicanos, razão da sua pouca influência na juventude universitária, mas

também paradoxalmente razão da sua sobrevivência. Assiste-se ao aumento da idade média dos maçons e a um afastamento em relação às grandes questões políticas internacionais. Uma situação hoje já menos evidente e que só começou a mudar na década de oitenta do século XX. Há, no entanto, um ponto muito importante que ainda importa sublinhar. Se no final da década de vinte e início de trinta do século XX a Maçonaria estava presente nas lutas estudantis, opondo-se a católicos e integralistas, nas crises de 1962 e 1969 e mesmo até na década de setenta, verificamos a sua total ausência. A razão principal reside na clandestinidade e na desarticulação da Maçonaria, assim como no reduzido número de maçons em geral e em particular na vida universitária, mas também se deve a uma mudança cultural e social que não foi acompanhada pela Maçonaria. Esta distanciou-se do meio estudantil com efeitos estruturais na sua vida.

Há aqui que referir uma tese avançada por Fernando Marques da Costa nos últimos anos: a estratégia traçada por Luís Rebordão, em 1938, de aproximação à regularidade em simultâneo com o afastamento da Maçonaria da atividade política. Não impedindo os maçons individualmente de aderirem às muitas organizações existentes ou que viriam a surgir, o fechamento da Maçonaria revelar-se-ia intencional pelo receio de perseguições e de preservação do património das instituições ligadas à Maçonaria, nomeadamente da Escola Oficina nº 1 e dos Internatos de S. João de Lisboa e do Porto. Acreditamos que a desatualização geracional face às mudanças decorrentes das grandes alterações sociais e económicas da década de sessenta, junta com este fechamento estratégico intencional e com o reduzido número de Lojas e de maçons em atividade, dá força à ideia de Rebordão expressa em carta datada de 1 de março de 1951: “convençamo-nos de que quanto mais os profanos nos ignorarem, mais útil será o nosso trabalho. Nunca nos esqueçamos que estamos em clandestinidade e em resistência (...)”.¹²⁷⁷ A verdade é que foi este isolamento, a causa de um certo definhamento da Maçonaria e da não atração de gerações mais jovens, mas foi igualmente a razão da sua sobrevivência, resguardando-a e tornando-a quase invisível.

Os últimos anos da década de sessenta trazem de novo a agitação estudantil. Se a crise de 1962 foi mais sentida em Lisboa, em 1969 é em Coimbra que se vivem os dias mais agitados. A crise académica coimbrã foi protagonizada por Alberto

¹²⁷⁷ COSTA, Fernando Marques da, “O Grão-Mestre e o grão-mestrado de Luís Gonçalves Rebordão” in *Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, pp. 92 e 93 e 102;

Martins, num célebre episódio em que este pediu a palavra no ato da inauguração do novo edifício de Matemáticas da Universidade e na qualidade de representante dos estudantes. Era a reivindicação estudantil de afirmarem o direito de se pronunciarem sobre todos os atos da vida académica. Na presença do Chefe do Estado, Américo Tomás, este episódio causou sérios embaraços, vindo este caso a terminar com o encerramento da universidade cerca de duas semanas depois. Este caso é uma das muitas manifestações de crença de uma mudança no regime, frustrada, durante o governo de Marcelo Caetano, agitando toda a cidade e naturalmente todos os opositores do governo. Neste contexto, referem-se os nomes dos democratas António Almeida Seiroco, comerciante, Fernando Vale, médico, César Alves Leal, guarda livros, Fernando Coelho, também guarda livros e Rui Vale Correia da Fonseca, advogado, alguns deles ligados à Loja A Revolta, de Coimbra.

6 - Aveiro – uma cidade de oposição e berço dos congressos republicanos

O amor de Aveiro pela Liberdade data dos tempos da Revolução Liberal e prolonga-se passando pela República e pela oposição ao Estado Novo. A Maçonaria sempre teve Lojas em Aveiro e elas desempenharam um importante papel de agregação de vontades, de que os Congressos Republicanos são exemplo, ou mais remotamente de dinamização de ideias, de influência política e citem-se os exemplos de dois maçons: José Estevão Coelho de Magalhães e Magalhães Lima, sendo que este, ainda que tenha nascido no Rio de Janeiro, era filho de emigrantes de Aveiro.

No que se refere aos Congressos Republicanos todos eles tiveram um papel relevante, em circunstâncias diferentes e com resultados igualmente diferentes. O 1º Congresso Republicano ocorreu em 6 de outubro de 1957, no Teatro Aveirense, e constituiu por si só uma surpresa, para os opositores e para os próprios organizadores que não acreditavam na autorização para a sua concretização. Foi o prestígio e a alma de Mário de Sacramento, muito ligado ao PCP, que deram corpo a este Congresso que, mais do que as intervenções, possibilitou a clarificação de uma estratégia para as eleições presidenciais de 1958. Luís Farinha refere que é do convívio do café Trianon que sai a Comissão Promotora das Comemorações do 5 de Outubro e que a 6 leva até Aveiro os participantes no Congresso. Dessa

comissão faziam parte Manuel das Neves, Mário Sacramento, Júlio Calisto, Armando Seabra, Horácio Briosas e Gala, Manuel da Costa e Melo, Álvaro Seixas Neves, João Seixas Neves, João Sarabando, Alfredo Coelho de Magalhães e Joaquim José Santana.¹²⁷⁸

É verdade que do Congresso não saíram conclusões que afetassem diretamente o regime, mas não diminuamos a sua importância já que estávamos em vésperas de eleições para a Assembleia Nacional, logo em novembro, e para a Presidência da República no ano seguinte. Por isso, o Congresso representou uma articulação pública de ideias que o regime não esperava. É também verdade que do Congresso estiveram ausentes questões que pudessem dividir a Oposição, nomeadamente a escolha de um candidato que pudesse reunir o consenso da Oposição, mesmo que nessa altura o nome de Humberto Delgado já circulasse nos meios oposicionistas. O certo é que do Congresso saiu a reafirmação da necessidade de o país enveredar pelos caminhos da Liberdade, motivando para a ação muitos nomes da Oposição, depois da letargia vivida após a candidatura de Norton de Matos. O regime, naturalmente, tentou explorar as diferenças no seio da Oposição e chamou-lhes de “traidores à Pátria”, “agentes ao serviço do Moscovo” e anti-religiosos, mesmo que por essa altura o PCP advogasse a via pacífica para a mudança política.

Em 15, 16 e 17 de maio de 1969 realiza-se, no Teatro Aveirense, o 2º Congresso Republicano, aquele que foi talvez o mais importante Congresso, primeiro porque Marcelo Caetano tinha acabado de substituir Salazar e com essa substituição renasceu a esperança da Oposição numa mudança do regime, depois porque o momento do Congresso tinha como pano de fundo a crise académica desse ano e a questão colonial, a par com uma crescente politização do país. Para além de uma participação significativa, revela-se a presença de novas ideias vindas de uma Europa que ainda sentia as convulsões do “Maio de 68” e que antecipavam as mutações da década seguinte. De realçar a coragem de muitos dos temas abordados, da juventude à emigração, do acesso à terra por parte dos assalariados agrícolas, ou da análise crítica das instituições políticas. Das conclusões gerais do Congresso destacam-se ainda, entre outras reivindicações, a liberdade de expressão e de pensamento, a liberdade de reunião e associação, a reivindicação de uma amnistia geral para os presos por motivos políticos, a reintegração de todos

¹²⁷⁸ FARINHA, Luís, *Em Aveiro, uma nesga azul de Liberdade in Os anos de Salazar*, vol. 14, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007, p. 55;

os que foram afastados das suas funções por motivos políticos e, naturalmente, uma nova lei eleitoral. Deste Congresso, em que são lidas dezenas de teses que juntam socialistas, republicanos, comunistas e anarquistas, poderíamos destacar os nomes de Helder Ribeiro e Álvaro Seiza Neves num momento político novo e algo diferente do que a Oposição até aí conhecia. Deste Congresso sai também a decisão de os vários grupos da Oposição realizarem um novo encontro que daria origem à Plataforma de Ação Comum do Movimento Democrático Eleitoral, também designada de Plataforma de S. Pedro de Moel, deixando de fora os grupos mais radicais. Esta reunião, que alguns autores consideram um momento de viragem nas fileiras da Oposição, ocorrida a 15 de junho de 1969, foi presidida por Vasco da Gama Fernandes, e abandona os modelos oposicionistas ainda herdados do velho republicanismo para abraçar uma oposição descentralizada, valorizando estruturas intermédias, e abordando temas novos como a guerra colonial ou o tecido económico do país. Na realidade, nesta iniciativa tanto pode encontrar-se a reivindicação do direito de reunião e de associação, como o direito a uma habitação condigna, o direito à instrução e à cultura, ou a defesa da politização da população, “com vista a uma maior consciência dos problemas nacionais”. Recusada pelos grupos radicais de extrema esquerda, a Plataforma era acusada por estes de ser um documento “pequeno-burguês” saído de grupos que apenas pretendiam a “unificação do pensamento parlamentarista burguês”, e que o esforço daquela “oposição”, classificada entre aspas, “visa, inequivocamente, o reforço da posição do sistema”.¹²⁷⁹

Já nos anos setenta, de 4 a 8 de abril de 1973, ocorre o 3º Congresso, agora significativamente designado de Congresso da Oposição Democrática, por exigência governamental e refletindo os novos tempos então vividos. Ao contrário do que acontecera em 1969, neste Congresso destaca-se a repressão das forças policiais. Surge também um tipo de linguagem nova, mais radical e com uma nítida influência da extrema esquerda, ainda que esta estivesse praticamente ausente do Congresso. Ocorre também o debate de temas ou abordagens novas como as condições de trabalho em matéria de segurança, horários e remunerações, mas também a guerra colonial ou a situação da mulher, para quem se reivindicava que a trabalho igual correspondesse salário igual. Reivindica-se igualmente a liberdade sindical e mudanças no tecido económico, a lembrar a linguagem que virá a ser usada no verão quente de 1975, como a “luta contra os monopólios e o imperialismo”, a

¹²⁷⁹ LEMOS, Mário Matos e, *Oposição e eleições no Estado Novo*, coord. Luís Reis Torgal, col. Parlamento, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2019, p. 280;

oposição à “exploração dos trabalhadores” ou o “caráter latifundiário da exploração da terra” então praticado em certas zonas do país. São curiosas, no entanto, algumas variações de linguagem e de pensamento que refletem a diversidade de opiniões. Se por um lado está presente uma ideia de império quando nas conclusões do Congresso se fala em “relações comerciais com as colónias” e em “mercado único português”, por outro lado afirma-se que “deve acabar-se com o domínio dos povos das colónias, isto é com a guerra injusta que lá se trava, visto esses povos terem o direito à autodeterminação sem discriminação”,¹²⁸⁰ e indo mais longe, exige-se o fim imediato das hostilidades, o começo das negociações com os movimentos de libertação, assim como a autonomia dos povos africanos.

Ainda que fosse conhecida a ligação de Mário Sacramento ao PCP, a sua ligação transversal a todos os sectores da Oposição e o seu envolvimento nos três Congressos realizados, permitiu que a iniciativa assumisse um significado de relevo. A Maçonaria não se alheou destes momentos constituindo-se, nas palavras de Dias Amado, como um momento de revigoração da atividade maçónica. É também um momento de expressão de algumas ideias, e naturalmente de reivindicação, de entre as quais a liberdade de expressão e de pensamento, de reunião e de associação, a liberdade para os presos políticos e o regresso dos exilados ou ainda o fim da censura e a reserva da vida privada.

Apesar de tudo, uma grande diferença é também marcada em relação a Congressos anteriores: as conclusões são mais diretas e explícitas. As conclusões do Congresso não se ficaram por uma reivindicação ou pela expressão das ideias. Há críticas claras e diretas ao regime que este viria a não perdoar. Acusava-se o regime de que “em 40 anos de vigência da actual Constituição, nunca um Chefe do Estado exerceu qualquer das suas prerrogativas teoricamente inscritas na Constituição (...)”, onde “o Estado fascista português vive desde o início em regime de ditadura do Executivo sobre a qual se exerce a ditadura pessoal do Presidente do Conselho”, e em que “a Assembleia Nacional nunca teve qualquer poder efectivo de controlo dos actos do Governo, de que é emanação pura e simples e que não responde perante ela (...)”. As críticas não se restringiam à atividade governativa e estendiam-se também à orgânica do Estado, com o facto de em Portugal não existir “legalmente qualquer partido organizado, nem sequer a União Nacional – Acção Nacional Popular, apelidada de partido único, mas que não é mais do que a serva fiel (...) do

¹²⁸⁰ 3º Congresso da Oposição Democrática – Conclusões, Lisboa, Ed. Seara Nova, 1973, p. 34;

pensamento e da orientação do Presidente do Conselho de Ministros“. Significativamente o Congresso concluía também que “o Estado democrático português só se pode instaurar na base da destruição do actual aparelho de Estado fascista e da dissipação de ilusões de que este é susceptível de se liberalizar por ditames internos (...)”, e que “no Estado democrático a instaurar o Executivo tem de estar inteiramente subordinado ao povo, como fonte de toda a soberania, e dos seus representantes livremente eleitos“.¹²⁸¹

Também por comparação com os Congressos anteriores, neste experimentava-se um ambiente de maior unidade na diversidade de forças políticas. Será relativamente fácil o salto para uma plataforma política de carácter unitário com vista à participação nas eleições de novembro de 1973 e abrir caminho ao 25 de Abril de 1974. Fosse pelo ambiente político vivido, nomeadamente a realização dos Congressos Republicanos e a ascensão ao poder de Marcelo Caetano, fosse pelas mutações sociais e culturais experimentadas, a verdade é que no final da década de sessenta e inícios dos anos setenta se assistiu a uma, ainda que tímida, renovação de ideias que se prolongou até 1974.

7 - Este Salazar é mais simpático que o outro¹²⁸² - o governo de Marcelo Caetano

A década de sessenta marca o fim político e físico de Salazar, com o acidente ocorrido a 3 de agosto de 1968 no forte de Santo António, no Estoril, quando Oliveira Salazar ali passava uns dias de férias. A queda de uma cadeira revestiu-se de uma gravidade que não foi percebida de imediato, de forma que Salazar só seria visto por médicos passados alguns dias. Face ao agravar da situação foi decidida uma intervenção cirúrgica, da qual num primeiro momento não resultariam grandes problemas, mas em que tudo se alteraria repentinamente com um Acidente Vascular

¹²⁸¹ 3º Congresso da Oposição Democrática – Conclusões, Lisboa, Ed. Seara Nova, 1973, pp. 114 e 115;

¹²⁸² REGO, Raul, *Diário Político*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974, p. 43. Frase mencionada por Raul Rego, dita por uma mulher do povo no meio da multidão que aclamava Marcelo Caetano, quando de uma visita deste no Alentejo;

Cerebral,¹²⁸³ em consequência do qual Salazar nunca mais voltaria a recuperar a lucidez, o que leva Américo Tomás a exonerá-lo e a nomear Marcelo Caetano como Presidente do Conselho de Ministros, que tomará posse a 27 de setembro de 1968.

A morte de Salazar em 27 de julho de 1970 trouxe a plena afirmação de Marcelo Caetano na ribalta política, ainda que a sua atividade fosse longa e não isenta de polémicas. Marcelo criara ao longo dos anos, especialmente a partir de meados da década de cinquenta, uma rede de contatos e cumplicidades, colocando em sectores chave muitos nomes que viam com bons olhos uma reforma do regime, ainda que mitigada. Não sendo um contestatário do regime, militara no Integralismo Lusitano, passara pela Mocidade Portuguesa, em 1940 como comissário nacional, fora presidente da Câmara Corporativa e em 1955 fora também, por Salazar, nomeado Ministro da Presidência. Era de longa data o ódio de estimação com Santos Costa, fiel de Salazar desde a primeira hora. Salazar, em 1958, demitirá Santos Costa e Marcelo Caetano, numa decisão equitativa nunca explicada. É com o seu governo que é criada a ADSE ou se implementa a extensão dos serviços da previdência ao mundo rural, e é também consigo que se ensaiam hipóteses de resolução da guerra colonial, logo travadas pelos duros do regime. A abertura política ensaiada é demasiado tímida e tem como consequência a dissolução do bloco reformista que construía. Nas palavras de Mário Soares foi:

“o homem escolhido, (...) pelo seu passado de grande técnico do Estado Novo, pelas suas ligações experimentadas com o poder económico das grandes empresas, pela

¹²⁸³ CASTANHEIRA, José Pedro, “Salazar 40 anos” in Expresso de 28 de julho de 2010, https://expresso.pt/dossies/dossiest_actualidade/doss_salazar_40_anos/salazar-foi-acompanhado-por-43-medicos=f596315. Salazar seria acompanhado no Hospital da Cruz Vermelha por um corpo clínico de 43 médicos de várias especialidades. Segundo José Pedro Castanheira, citando Franco Nogueira, a operação a que esteve sujeito esteve a cargo dos cirurgiões Vasconcelos Marques, Álvaro Ataíde, Lucas dos Santos e ainda da anestesista Maria Cristina da Câmara. Não participou por estar ausente na Madeira Eduardo Moradas Ferreira, curiosamente afeto ao PCP. Assistiram à operação Eduardo Coelho, Almeida Lima, Bissaia Barreto, Lopes da Costa, João de Castro, Ana Maria Monteiro, Silva Santos, João Bettencourt e Jorge Manaças. Eram maçons à data Álvaro de Ataíde, Bissaia Barreto e ainda Fernando Teixeira, analista, e Jacinto Simões, nefrologista. Faziam ainda parte do corpo clínico Houston Merritt (neurologia), Almeida Lima, e João de Barros Bettencourt, em neurocirurgia, João Lobo Antunes, Ermelinda Santos Silva e Miranda Rodrigues, em neurologia, J. Silva Maltez, J. Correia Marques, Eduardo Macieira Coelho, Lima Faleiro, Eugénia Cohen da Cunha Telles e António Gomes da Conceição como cardiologistas, Maria Cristina da Câmara, João de Castro, Avelino Fortes Espinheira, Ana Maria Monteiro e M. Silva Araújo em anesthesiologia, Cândido da Silva, Alberto Matos Ferreira, Sousa Sampaio e J. Pires Pereira, urologistas, J. Viana Barreto em cirurgia geral, J. Pinto Correia em gastroenterologia, Carlos Larroudé, em otorrinolaringologia, Henrique Martins da Cunha, fisioterapia, António Alves Carpinteiro, medicina física e reabilitação, Manuel Nazaré, análises clínicas, José Mendonça da Cruz, reumatologia, Tomé Vilar como pneumologista, Ferreira da Costa e Manuel Figueiredo em estomatologia, João Saraiva em oftalmologia. Há ainda que acrescentar o médico de Salazar, Eduardo Coelho, Neto Rebelo e Luís Lopes da Costa, diretor clínico do Hospital da Cruz Vermelha;

sua devoção de sempre à Igreja (identificada esta com a alta hierarquia) e pela simpatia que soube ganhar nos meios militares. Na verdade, entre os grandes do regime, ninguém estava em melhores condições do que Marcelo Caetano para assegurar a sucessão de Salazar”.¹²⁸⁴

De Marcelo Caetano dizia ironicamente Salazar ser “um belo espírito. Ideias liberais, em princípio, e muito impressionável. Segue sempre a corrente dominante em cada momento, acredita sempre na última verdade que lhe é assoprada. Ah! Mas é um belo espírito”.¹²⁸⁵ Por outro lado, Marcelo Caetano apresentar-se-á tendo no seu historial político o desejo de uma reforma política e económica que incluía o fim da censura e uma certa abertura económica a outros países. Por isso Américo Tomás o escolhe um pouco entre a hesitação e o contragosto, alinhando com os duros do regime que consideravam Marcelo demasiado liberal. Na verdade, ainda que Marcelo Caetano referisse que a continuidade ideológica do Estado Novo para além de Salazar não constituiria um problema, argumentando que existia a obra deste e a sua doutrina, a direita portuguesa tinha algumas dúvidas sobre essa continuidade.¹²⁸⁶ Era o difícil equilíbrio enunciado na fórmula de “evolução na continuidade” referida por Marcelo Caetano, mas na qual os defensores do regime não deixaram de manifestar desconfiança. Para Rui Patrício, ministro dos Negócios Estrangeiros português entre 1970 e 1974, os militares apenas tinham aceite Marcelo Caetano com a promessa de que manteria a mesma linha na política ultramarina, opinião que merece a discordância de Adriano Moreira.¹²⁸⁷

Não podendo ou não querendo ir tão longe quanto a Oposição pretendia e sonhou, longe do “governo forte” preconizado por Caetano, até porque, segundo este, “os Portugueses, na sua maioria, não podiam viver numa sociedade livre, pois não sabiam utilizar, com responsabilidade, a liberdade de que poderiam usufruir”,¹²⁸⁸ correndo-se mesmo o risco de “uma onda de desordem, subversão e anarquia”, afinal as mudanças foram exíguas. Mesmo a questão da censura conheceu avanços e recuos com os duros do regime a cerrarem fileiras, de tal forma que Marcelo dirá

¹²⁸⁴ SOARES, Mário, *Cartas e intervenções políticas no exílio*, Lisboa, Ed. Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2014, pp. 2 e 3;

¹²⁸⁵ NOGUEIRA, Franco, *Um político confessa-se (diário 1960-1968)*, Lisboa, Ed. Civilização, 1986, pp. 37 e 38;

¹²⁸⁶ MARTINHO, Francisco Carlos Palomares, *Marcelo Caetano – uma biografia 1906 – 1980*, Lisboa, Ed. Objectiva, 2016, p. 423;

¹²⁸⁷ MARTINHO, Francisco Carlos Palomares, *Marcelo Caetano – uma biografia 1906 – 1980*, Lisboa, Ed. Objectiva, 2016, p. 57 e 58;

¹²⁸⁸ CARVALHO, Rita Almeida de, *A definição do marcelismo à luz da revisão da Constituição in A transição falhada*, coord. Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira, Lisboa, Ed. Notícias Editoriais, 2004, p. 31;

dela que “após 43 anos de existência, a população portuguesa e gerações de jornalistas que nasceram durante a sua vigência, encontram-se habituados ao regime de censura”.¹²⁸⁹

Em janeiro de 1970 a ADS dirigiu uma carta ao Presidente da República, intitulada *A Ação Democrato Social e as últimas eleições*, na qual se justifica a opção pela abstenção no último ato eleitoral, comparando a participação a colaboração e onde se pode ler que:

“pedir à oposição eleições livres, sabendo-se que o Poder ia fazê-las como as anteriores, era rematada ingenuidade. Concorrer a elas, em tais condições, era arriscado, porquanto a primavera da “liberalização”, anunciada pelo Ministro do Interior, em 5 de Dezembro de 1968, não desabrochou em frutos, mesmo precários. (...) Foi o Chefe do Governo que emprestou à escolha de deputados (...) o significado de um plebiscito sobre a defesa do Ultramar e da ordem”.

De facto, Marcelo Caetano afirmara que:

“é preciso que, cá dentro e lá fora fique bem claro se o povo português é pelo abandono do Ultramar ou se está com o governo na sua política de progressivo desenvolvimento e crescente autonomia das províncias ultramarinas. É preciso que, cá dentro e lá fora, fique bem claro se o povo português prefere um clima de ordem pública e de paz social, ou a turbulência revolucionária de que não se pode esperar mais do que violência, despotismo, confusão e, afinal, miséria e fome”.

Sublinhando que o ato eleitoral não é um plebiscito, os signatários recusam a classificação de “partidários do abandono do Ultramar”.¹²⁹⁰ Assinam, entre outros, alguns maçons como Dias Amado, Fernando Lopes, Raul Madeira, Nuno Rodrigues dos Santos ou Agostinho de Sá Vieira, também membros da ADS.

Na verdade, o período marcelista comporta dois períodos distintos: um primeiro de crença nalguma abertura política e rico nas expectativas geradas, a “primavera marcelista”, que vai até cerca de 1970, e outro posterior e até 1974, onde a repressão anula as esperanças geradas e onde sobressai o poder dos “ultras”. Em 1969 e na sequência do acordado no 2º Congresso Republicano de Aveiro a Oposição tenta uma frente comum, que não resulta, vindo a constituir-se três candidaturas às eleições: uma protagonizada pela CDE,¹²⁹¹ que reunia católicos, alguns maçons e comunistas, com predominância destes, e ainda alguns líderes das

¹²⁸⁹ REGO, Raul, *Diário Político*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974, p. 44;

¹²⁹⁰ *Fundo DFLC Documentos Francisco Lyon de Castro, pasta 04700.002.001*, Fundação Mário Soares;

¹²⁹¹ Por vezes também se apresenta como CED (Comissão Eleitoral Democrática) quando fora dos grandes centros de Lisboa e Porto;

crises estudantis dessa década, nomeadamente Jorge Sampaio, que virá a ser um dos fundadores do MES e posteriormente Presidente da República e António Reis e António Arnaut, que virão a ser Grão-Mestres do Grande Oriente Lusitano, ou combativos maçons como António Maldonado de Freitas, com a Comissão Eleitoral Monárquica, que apenas concorrerá em Lisboa, a ser outra das candidaturas às eleições e ainda a CEUD que integrava nomes que mais tarde virão a figurar no PS, alguns monárquicos como Gonçalo Ribeiro Teles, alguns independentes descontentes com o regime e também alguns maçons como António Macedo, Artur Santos Silva, Raul Rego, dos advogados Melo Biscaia e António Arnaut, dos médicos Montezuna Carvalho, Fernando Vale e João Ribeiro ou do velho republicano Júlio Fonseca. Mário Soares refere que esta divisão da Oposição pode ser vista quer como um sinal de fraqueza, incapaz de se unir em torno de um objetivo comum, quer como forma de haver quem no seio da Oposição quisesse trilhar um caminho autónomo das pretensões, uma vez mais, hegemónicas do PCP.¹²⁹² Na verdade, o que separava a Oposição era uma diferente estratégia aliada a alguns receios. Diferença de estratégias porque enquanto a CDE preconizava uma metodologia basista, fomentando a participação das bases em comissões de residência e sócio-profissionais, que elegeriam uma comissão distrital, a CEUD pretendia a paridade das correntes que se apresentavam – católicos progressistas, republicanos independentes e comunistas. Para além disso, alguns socialistas e republicanos, tendo na memória a hegemonia que o PCP conquistara no MUNAF e no MUD não viam com confiança uma estratégia basista, mais adaptada ao aparelho clandestino do PCP.

A não existência de listas únicas em todo o país foi um erro político da Oposição, já que as simpatias dos opositoristas se repartiam pelos dois grupos e os programas não eram ideologicamente incompatíveis, tirando o facto de que para a CEUD a ação política deveria assentar na diversidade, recusando anseios de hegemonia de quem quer que fosse, enquanto que para a CDE a unidade era estruturada como uma organização partidária, onde a divergência de opções políticas era vista como divisionista, e daí por vezes a CDE ser conotada como mais próxima do Partido Comunista, o que não é inteiramente verdade para esta cronologia. Mais uma vez o governo interveio para distorcer a eleição, com ações de campanha da CDE e da

¹²⁹² Algumas das reuniões da CEUD realizaram-se no Palácio de Fronteira. Artur Ramon de La Féria conta um curioso acontecimento, relatado por seu pai, Ramon Machado de La Féria, em que Fernando Mascarenhas, Marquês de Fronteira, que apoiou a CDE, convocado pela PIDE para prestar declarações, comparece na sede desta polícia, deslocando-se num Buick, com motorista e vestido com o seu melhor fato, numa atitude provocatória. Artur Ramon da Rocha de La Féria, entrevista, Cascais, 96 minutos, 2 de novembro de 2019;

CEUD a serem interrompidas pela polícia, com a proibição de fiscalização na contagem dos votos ou com os observadores estrangeiros expulsos. Como os votos tinham de ser entregues aos eleitores pelos promotores das listas, assinala-se a dura tarefa de Rui Oliveira e Nicolau Breyner, que chegaram a ser detidos pela Legião Portuguesa e impedidos desse objetivo, crucial para o escrutínio da vontade popular. Sobre a CDE Isabel do Carmo refere que se transformou num “verdadeiro movimento de bases e de massas, que ultrapassou o PCP, o qual aliás tinha dificuldade de controlar a partir da clandestinidade”.¹²⁹³

É nestes movimentos com objetivos eleitorais e de apoio a uma solução democrática que se integram, na zona centro, os nomes de Adolfo Correia da Fonseca e Fernando Vale, médicos em Coja, Rui Manuel Cardoso do Vale Correia da Fonseca, advogado em Arganil, Augusto da Costa Ferreira, industrial, Manuel Monteiro, jornalista e proprietário, Quirino Sampaio, médico na Lousã, dos advogados António Joaquim Batista Guedes, Roque Paim e Alfredo da Silva Gomes, dos médicos Manuel Montezuma de Carvalho e Raul Madeira, ou de Fernando Lopes, Alcides de Oliveira, Arménio do Amaral Ferreira, José Tavares dos Santos Silva, que chegou a ser Conservador do Registo Civil, Raul Gaspar de Oliveira e Mário Silva. De qualquer das formas o PCP já desde meados da década vinha fazendo apelos à unidade da Oposição, inclusive nas comemorações do 5 de Outubro, que claramente tenta monopolizar. O *Avante* apela para que as comemorações se tornem o início de uma campanha “para reforçar e ampliar as bases da unidade”, mas acrescentando que “a sua tradição não basta” e, ignorando a tradição maçónica, que não se deveria ficar à espera que as comemorações aparecessem espontaneamente, mas antes “organizá-las” e “coordenar a ação”, pelo que propunha a formação de comissões de unidade democrática.¹²⁹⁴ O mesmo PCP, recordando experiências eleitorais anteriores, afirma ser a unidade que fará “evoluir as lutas para formas superiores”, e antecipando qualquer argumentação ideológica pergunta:

“serão as divergências ideológicas, que as há grandes como há mesmo divergências políticas, uma razão que impeça a unidade das forças democráticas? Os comunistas sempre têm dito claramente que não”,

acrescentando ainda que:

¹²⁹³ CARMO, Isabel do, *Luta Armada – as Brigadas Revolucionárias, a ARA e a LUAR contadas pelos próprios protagonistas. E os dias de fúria da Europa rebelde da segunda metade do século XX*, Lisboa, Ed. Dom Quixote, 2017, p. 337;

¹²⁹⁴ *Fundo Legião Portuguesa*, cit. Rádio Portugal Livre, 22 de setembro de 1965. Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

“a formação da frente anti-fascista não elimina as contradições entre as classes que nela participam, que se reflectem em concepções e modos de actuação diversos no seio do próprio movimento unitário. Entretanto, mais forte que os interesses contraditórios que tendem separá-las, existem, nas condições presentes, interesses comuns unindo essas classes na luta contra o inimigo comum: a ditadura fascista”.¹²⁹⁵

Apesar disso, o PCP não deixa de criticar quem não adere a essa frente anti-regime, referindo “que alguns seguem outros caminhos, “agitando freneticamente a bandeira do seu pequeno clube”, criticando a unidade.”¹²⁹⁶

Por seu lado, no seio do regime, não se esperava outra coisa que não fosse a confirmação da continuidade daquele. Ficou registado o aviso de Américo Tomás de que se o resultado eleitoral fosse favorável à Oposição, as Forças Armadas interviriam.¹²⁹⁷ Apesar disso, Marcelo tinha em vista uma renovação dos deputados apoiantes do governo a serem eleitos, tinha igualmente em vista uma reestruturação do recenseamento eleitoral que falhou por completo, e uma relativa abertura à expressão da Oposição, de que resultaram as listas da CDE e da CEUD. No entanto, apesar dos resultados positivos obtidos pela Oposição democrática, especialmente em Lisboa, o sistema eleitoral vigente, maioritário por listas, impediu a eleição de qualquer deputado. Esta situação levou a conclusões por parte de Marcelo que agradaram aos defensores do regime, de que a Oposição não tinha peso no país e de que este apoiava o regime, ou de que se a Oposição não tinha conseguido eleger qualquer deputado, também não havia justificação para a existência de partidos políticos.

Se é certo que a ascensão ao poder de Marcelo Caetano criou esperanças entre as oposições, alimentadas pelo mesmo, também é verdade que protagonizou um discurso contraditório e algumas desilusões. O governo de Marcelo Caetano gerou esperanças que os ortodoxos do regime não aceitaram bem, posição amparada por Américo Tomás. O exemplo dessas esperanças deu-o o próprio Marcelo Caetano no seu discurso de tomada de posse, onde depois de elogiar Salazar e de referir a continuidade do regime, o que agradou aos duros do regime, aludiu a uma necessária evolução, referindo-se a “liberdades que se desejava ver restauradas”, e

¹²⁹⁵ *Fundo Legião Portuguesa*, cit. Rádio Portugal Livre, 12 de agosto de 1965. Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹²⁹⁶ *Fundo Legião Portuguesa*, cit. Rádio Voz da Liberdade, 16 de maio de 1965. Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹²⁹⁷ AMARAL, Diogo Freitas do, *O antigo regime e a revolução – memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Ed. Bertrand/Nomen, 1996, p. 95;

que apesar do respeito pela memória de Salazar, isso não o impediria de “proceder às reformas necessárias”,¹²⁹⁸ aspetos que em breve iriam desiludir muitos dos que acreditavam numa mudança política. Reflexo dessas desilusões, José Magalhães Godinho chama de manobra de “falsa liberalização” à “primavera marcelista, geradora não apenas de desilusões mas também de equívocos”.¹²⁹⁹ São no mesmo sentido as palavras de Raul Rego, ao afirmar que “poucos homens terão tido na História de Portugal oportunidade igual à de Marcelo Caetano, de fazer a verdadeira união nacional, dentro de um pluralismo são”, acrescentando ainda que “Marcelo optou pela continuidade, e foi o pior que poderia ter feito”. São ainda as palavras de Raul Rego que nos lembram as razões da desilusão, ao escrever que “muitas foram as esperanças com a ascensão de Marcelo Caetano ao poder. Poucos, até nos meios oposicionistas, ficaram indiferentes à mudança, não sendo concebível que se tratasse apenas de mudar de figura de proa, sem mudar de rumo”.¹³⁰⁰ Escassos meses após a tomada de posse de Marcelo Caetano, em dezembro de 1968, também já o PCP se referia ao marcelismo como um “salazarismo sem Salazar”, que apenas tinha como objetivo motivar as bases de apoio do regime. Em 1973, Dias Amado será um dos subscritores de um manifesto onde se insurge contra os falsos sinais de liberalização do regime. A designada CNSPP referiu-se a esta desilusão, que nunca foi cabalmente explicada por Marcelo Caetano, ficando por se saber se era ou não vontade sua aligeirar a Ditadura ou até que ponto foi pressionado pelos duros do regime. É verdade que Marcelo Caetano herdou uma estrutura política e social, assim como um conjunto de práticas que o condicionaram. É igualmente verdade que gerou ambiguidades por, ao mesmo tempo, nunca ter satisfeito plenamente os duros do regime nem os que aspiravam a uma abertura política.

Mas as ambiguidades geradas atingiram plenamente a Oposição, incluindo os poucos maçons que existiam na Obediência. Se alguns acreditaram em Marcelo, a ver por tomadas de posição públicas e até de colaboração, muitos outros democratas, nomeadamente alguns socialistas, também acreditaram. O próprio PCP teve receio de que face a uma eventual abertura política pudesse ficar excluído do processo, agravado pelo facto de Mário Soares estar a aglutinar em volta de si vários sectores da oposição republicana. Freitas do Amaral refere que republicanos

¹²⁹⁸ AMARAL, Diogo Freitas do, *O antigo regime e a revolução – memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Ed. Bertrand/Nomen, 1996, pp. 91 e 92;

¹²⁹⁹ GODINHO, José Magalhães, *Quando falar e escrever era perigoso (antes do 25 de Abril)*, Lisboa, Pub Europa América, 1982, p. 134;

¹³⁰⁰ REGO, Raul, *Depoimento ou libelo – reflexões sobre o livro de memórias de Marcelo Caetano*, Lisboa, Editorial República, 1974, pp. 20 e 24;

e socialistas acusaram o PCP de, secretamente, estar a negociar com representantes de Marcelo Caetano uma solução específica que os envolvesse. De facto, não existiu uma negociação, mas apenas, segundo Freitas do Amaral, um documento de José Manuel Tengarrinha, ligado à CDE, que preconizava a admissão de existência de associações com fins políticos e com um carácter moderado, documento esse intitulado “Algumas condições mínimas indispensáveis para a normalização da vida política nacional”.¹³⁰¹

A verdade é que ninguém queria ficar de fora de um possível processo de abertura política, e se hoje é evidente que os duros do regime nunca aceitariam tal, a verdade é que na época era bem possível crer nisso. E é também verdade que o regime não enjeitou contatos e com isso deu esperanças à Oposição. Mário Soares, em nome da Ação Socialista Portuguesa e Melo e Castro em nome do regime e ainda Pinto Leite, um dos membros da futura Ala Liberal, estabelecem uma aproximação logo criticada por alguns sectores próximos do PCP. Susana Martins¹³⁰² refere ter sido Mário Soares apupado pelos comunistas numa sessão de comemoração do 31 de Janeiro realizada no Coliseu do Porto. Sabe-se também que Luís Rebordão e Carlos Cal Brandão e outros maçons do Porto viam com bons olhos esta aproximação. Por isso a Oposição partiu para a reivindicação das condições mínimas para a existência de um ato eleitoral justo. O resultado foi que a Oposição ao concorrer separadamente, em 1969, ter manifestado as suas clivagens numa repetição de anteriores situações e que, de certo modo, se prolongam nos anos seguintes. Por outro lado, quebrando esperanças daqueles que ansiavam por uma mudança no regime, Caetano não deixará de afirmar em discurso proferido em 17 de dezembro de 1969, que “(...) mal iria o país se voltássemos aos velhos vícios do parlamentarismo, com rixas partidárias, emulações pessoais, oratória demagógica e acção irresponsável (...)”.¹³⁰³ Na verdade, nada mudaria na prática eleitoral, a repressão não diminuiria com a substituição da PIDE pela DGS, pelo contrário esta viu os seus poderes aumentados, não permitindo na assistência de advogados durante os interrogatórios aos detidos, ao mesmo tempo que uma nova lei de imprensa extinguiu a censura, mas criava o exame prévio.

¹³⁰¹ AMARAL, Diogo Freitas do, *O antigo regime e a revolução – memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Ed. Bertrand/Nomen, 1996, p. 104;

¹³⁰² MARTINS, Susana, *CDE e CEUD: a oposição dividida nas eleições in Os anos de Salazar*, vol. 25, Lisboa, Ed. Centro Editor PDA, 2007, pp. 92 a 97;

¹³⁰³ *2º Ano de acção do governo de Marcelo Caetano*, Lisboa, Ed. Direção Geral da Informação, 1971, p. 21;

O próprio regime marcelista não tinha uma visão única da governação. Deixadas para trás as amarras de Salazar, a sua ala mais conservadora e a ala esquerda do regime tinham visões inconciliáveis da forma de reformar a economia ou resolver a questão colonial. Enquanto que os primeiros pensavam nas reformas como algo de muito gradual e como um objetivo de médio e longo prazo, por isso necessariamente lento, os segundos entendiam que as reformas económicas e sociais deviam ser mais rápidas, anteriores às reformas políticas e que a questão colonial deveria ter uma solução que se situasse entre a descolonização pura e simples e a linha política definida por Salazar nos seus últimos anos. Esta era uma porta aberta para a transformação do país de um Estado unitário em Estado federal, solução que Caetano chegou a equacionar até ao início da década de sessenta com a criação de três Estados federados, Portugal, Angola e Moçambique, concedendo a todas as outras parcelas do império o estatuto das ilhas. Por outro lado, enquanto Marcelo defendia colocar em primeiro lugar o desenvolvimento económico, seguido de uma relativa democratização e só em último lugar a descolonização, a Oposição defendia o inverso, começando pela democratização e a descolonização e só, por último, lentamente se atingiria o desenvolvimento económico.¹³⁰⁴

Spínola aborda algumas destas questões em *País sem Rumo*:

“e assim, com o correr do tempo nos afastamos cada vez mais de uma solução eminentemente portuguesa para esta guerra de desfecho tão incerto que não poderá ser ganha no campo militar, como tem sido suficientemente demonstrado (...)”.

E mais adiante:

“a questão que se levanta, neste momento, decorre da (...) iminência da entrada num processo regressivo que conduz à inutilidade do sangue derramado e do que vier a derramar-se (...). Não se contesta que determinado sector da Nação não está preparado de momento para uma iniciativa da nossa parte no sentido de negociações com os partidos rebeldes“.¹³⁰⁵

Spínola alertava Marcelo Caetano para o gorar de expectativas face às suas atitudes liberalizantes e, especialmente, para a oportunidade perdida de negociações, mesmo que muitos ligados ao regime não aceitassem tal. Aliás, Spínola lembrará isso a Caetano por mais de uma vez, incluindo nas vésperas do 25 de Abril, acrescentando que “não parece (...) estarmos em posição de desprezar qualquer oportunidade que se nos ofereça (...) pois de outro modo incorremos no

¹³⁰⁴ AMARAL, Diogo Freitas do, *O antigo regime e a revolução – memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Ed. Bertrand/Nomen, 1996, p. 96. Freitas do Amaral defende a existência desta diferença, deixando subentendido que Marcelo Caetano teria colhido a influência de Lopez-Rodó, ministro dos Assuntos Exteriores da ditadura franquista e de quem era amigo, o qual veio anos depois, após a morte de Franco, a participar na reforma política do seu país;

¹³⁰⁵ SPÍNOLA, António de, *País sem rumo – contributo para a história de uma Revolução*, Lisboa, Ed. SCIRE, 1978, pp. 29 e 31;

risco de uma guerra sem fim ou de fim desastroso”. Spínola referia-se às propostas do presidente Senghor, do Senegal, e às pressões vindas de dentro do PAIGC no sentido de Amílcar Cabral encetar negociações com Portugal, assim como do que ele classifica de “ala mais consciente do sector militar” haver concluído que a solução da guerra teria de ser política. Refira-se a propósito que estes anos permitiram à Maçonaria fazer uma transição no seu pensamento em matéria colonial, algo iniciado ainda na década anterior.

Refira-se ainda, a propósito do ano de 1969, que este é também o ano do surgimento da designada Ala Liberal, um conjunto algo difuso, porque não era um grupo formal, de jovens deputados eleitos em 1969 nas Listas da União Nacional, na sequência de um convite feito por Marcelo a José Guilherme de Melo e Castro no sentido de renovar a União Nacional, deputados esses que estarão na origem da SEDES, em 25 de fevereiro de 1970 e dias depois da realização do V Congresso da União Nacional e no qual é aprovada a mudança da sua designação para Ação Nacional Popular. A SEDES assumia-se como uma associação de reflexão política, ainda que entre 1972 e 1974 vá ter um papel de intervenção mais relevante, propondo-se a transformar a sociedade portuguesa, conferindo-lhe um cunho pluralista e que, ao longo da legislatura, afirmou o desejo de ver instaurado um regime político de liberdade, com os eleitos a controlarem as decisões governamentais. Eram eles Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, João Pedro Miller Guerra, José Pedro Pinto Leite, Magalhães Mota, Joaquim Pinto Machado, João Bosco Mota Amaral, José Correia da Cunha, Joaquim Pinto Machado, Alberto Alarcão e Silva. A SEDES surgiu na sequência de um debate surgido da vontade de renovar a UN, pela vontade de chamar novos quadros à classe política e onde se propôs a liberdade de se constituírem associações cívicas. Do debate surgiu a possibilidade dessas associações se confundirem com partidos, e para obviar isso defendeu-se a criação dessas associações no seio da ANP, o que também não era consensual.

É de referir que a direita do regime não viu com bons olhos este caminho autónomo e liberalizante da SEDES. As suas posições tiveram repercussões dentro e fora do país, atingindo internamente a classe média e sendo um contributo para o Movimento das Forças Armadas em 1974, despoletando temas inovadores como a presença portuguesa na Europa, a liberdade de imprensa, ou as reformas universitárias. Sá Carneiro, que chegou mesmo a considerar que Marcelo Caetano não avançou com nenhuma medida efetiva para restaurar a democracia, defendia

juntamente com os restantes membros da Ala Liberal a amnistia dos presos políticos, a liberdade de imprensa, a liberdade sindical e de associação e um desenvolvimento económico ancorado numa liberdade económica do tipo ocidental. Eram vontades já antigas. Recorde-se que nas eleições de 1969, chegou a aparecer nos jornais um comunicado da Comissão Distrital do Porto da União Nacional pu onde se escrevia ser “possível realizar as transformações e reformas de que o País urgentemente carece na linha política do actual Chefe do Governo, necessariamente sujeita à fiscalização crítica da Assembleia Nacional”. Segundo refere António de Araújo a redação do projeto que esteve na base deste comunicado foi da autoria de Francisco Sá Carneiro.¹³⁰⁶

A intransigência dos duros do regime levará o grupo constituinte da Ala Liberal primeiro a minimizar o seu apoio a Marcelo Caetano, depois à sucessiva demissão dos seus componentes, sendo de particular relevo a renúncia aos seus mandatos de deputados de Sá Carneiro e Miller Guerra por entenderem não poder exercer com dignidade os seus mandatos. Refira-se que as brechas surgidas no apoio destes deputados a Marcelo Caetano se agudizam com a revisão constitucional de 1971, originando uma situação em que o Presidente do Conselho perde apoios quer no campo liberal, quer entre os mais conservadores, onde estes argumentavam com as cedências feitas e os primeiros com as promessas não cumpridas. A consciência desse isolamento por parte de Marcelo Caetano pode ser vista num desabafo que Freitas do Amaral refere e que André Gonçalves Pereira relata, de que “se fossemos para uma eleição inteiramente livre, provavelmente o Mário Soares seria eleito Presidente da República”.¹³⁰⁷ Era o fim das ilusões de transformar o regime a partir do seu interior.

A falta de respostas do regime face aos desejos generalizados de abertura política e de resolução da guerra colonial, e de que Marcelo Caetano tinha plena consciência com consequências internas e externas, gera um crescente desânimo entre a Oposição, mesmo que os anos de 1969 e início da década de setenta se tenham caracterizado por um intenso debate ideológico no seio das forças oposicionistas. A “evolução na continuidade” enunciada por Marcelo Caetano e que tinha feito dele um homem aberto e liberal, mais não era que o repisar de velhas práticas

¹³⁰⁶ ARAÚJO, António de, *Ala liberal, o desencanto do reformismo*, Análise Social, vol. XLII, 2007, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218649924R1bIG9vg7lo13DK1.pdf> p. 349;

¹³⁰⁷ AMARAL, Diogo Freitas do, *O antigo regime e a revolução – memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Ed. Bertrand/Nomen, 1996, p. 118, citando uma conversa entre Marcelo Caetano e André Gonçalves Pereira, que este refere numa entrevista a Maria João Avillez, *Do fundo da Revolução*, Publico Edições, 1994, p. 199;

salazaristas, ainda que com novas roupagens. Dessa estratégia escreverá Marcelo Caetano que a intenção era não quebrar com o passado em termos revolucionários, mas “encaminhar as instituições para formas mais adequadas às circunstâncias”.¹³⁰⁸ Aliás, Mário Soares, também ele momentaneamente crente numa certa abertura política, virá a reconhecer o falhanço da política de Marcelo Caetano expressa em momentos eleitorais com recenseamentos falseados, propaganda condicionada, censura ou ausência de fiscalização das urnas e em diversas mudanças de fachada, como as “províncias ultramarinas” que passaram a “territórios autónomos”, a extinção da União Nacional e a sua substituição pela ANP, ou o fim da temida PIDE e a sua substituição por uma DGS, em tudo igual à sua congénere mais antiga. É verdade, no entanto, que alguns sindicatos foram autorizados a efetuar eleições livres, ou que em outubro de 1970 é criada a Intersindical, ou é igualmente verdade que alguns tecnocratas ascenderam ao poder, a maioria ligada à *Opus Dei*. Mário Soares, em *Escritos Políticos*, dirá de Caetano que ele “não veio ao poder para fazer evoluir o regime no sentido da democracia (...) mas sim para assegurar a continuidade do salazarismo”. A aura liberal de Marcelo Caetano diluir-se-á com o tempo, na mesma proporção em que continuamente identifica “oposição” com terrorismo e a DGS dá continuidade à ação repressiva da PIDE, sua antecessora.

Se externamente o governo de Marcelo Caetano sentia dificuldades, de que a audiência do Papa aos movimentos de libertação das colónias é um exemplo, internamente os conflitos radicalizavam-se fruto de uma nova conjuntura social que não era exclusivamente portuguesa. Em finais de 1969 surgira o Comité de Ligação dos Militantes Revolucionários Portugueses, de tendência trotskista, e em setembro de 1970 surgira também uma nova organização política dentro da linha de contestação à prática do PCP: o MRPP, criado a partir da Esquerda Democrática Estudantil onde pontuava o nome de Fernando Rosas, que a par com a OCMLP, criada em 1973, crescentemente confrontam o PCP com as suas opções programáticas. Todos reprovam as “derivadas burguesas” do PCP, propondo um Partido Comunista reconstruído, com o MRPP ir mais longe e a considerar que em Portugal nunca tinha existido um verdadeiro Partido Comunista e propondo-se a ser o embrião de um partido do proletariado.¹³⁰⁹

¹³⁰⁸ CAETANO, Marcelo, *Renovação na continuidade*, Lisboa, Ed. Verbo, 1971, p. XIV;

¹³⁰⁹ Por isso em 1976 o MRPP virá a alterar a sua sigla para PCTP/MRPP (Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado);

Este é também um período em que a luta armada contra o regime está na ordem do dia. Registe-se o aparecimento da LUAR, criada em 1966-67, que preconizava a luta armada e cuja ação mais espetacular foi o assalto à delegação do Banco de Portugal na Figueira da Foz, na designada Operação Mondego, e que constituiu uma surpresa, mesmo nos meios oposicionistas. Foi a 17 de maio de 1967 e dela fizeram parte Hermínio da Palma Inácio, Camilo Mortágua, António Marques Barracosa, Carlos Benvindo, Ângelo Cardoso, Biló Pereira, Germano Mateus e Filipe Alberto. Ainda que os intentos não tenham sido totalmente conseguidos, já que a maioria do dinheiro era constituído por notas que ainda não estavam em circulação, foi colocada em evidência a vulnerabilidade do regime num aspeto simbólico, mediático e fundamental na vida do país – o Banco de Portugal. Poderíamos acrescentar, entre outras ações, a sabotagem dos postes de alta tensão no Porto Alto, em 1969, ou sabotagem de fragatas da Marinha num estaleiro de Hamburgo, também em 1969. Pela espetacularidade das suas ações a LUAR cria uma aura de romantismo revolucionário na população mais urbanizada. José Hipólito dos Santos refere que “activistas de todo o tipo de organizações ou independentes, assim como uma boa parte da população mais urbanizada, fizeram da LUAR, das suas acções, uma fonte de histórias contra o regime e alimentaram muita esperança”.¹³¹⁰ É ainda José Hipólito dos Santos quem refere que não poucas vezes a polícia chegava tarde às ações desencadeadas, que confirma o facto já aqui referido de a polícia política estar vocacionada para a repressão da atividade política tradicional, de que o PCP era exemplo, mas ser relativamente pouco eficaz face a grupos novos, com menos estrutura organizativa e mais flexíveis, mesmo que nesses grupos predominasse um certo “amadorismo revolucionário”. Refira-se também a este propósito que não se conhecem quaisquer tomadas de posição da Maçonaria face a estas ações, ainda que alguns dos protagonistas destas ações venham a integrar a Maçonaria muitos anos depois, caso do já falecido Emídio Guerreiro, ou de outros ainda hoje vivos.

Como assinala Isabel do Carmo¹³¹¹ estas organizações, quer de grupos de tendência maoísta, quer de opção pela via armada, não são um exclusivo português e enquadram-se num contexto de rebelião generalizada contra qualquer forma de autoritarismo vigente na sociedade, fossem ditaduras ou democracias do tipo ocidental. Daí o aparecimento, no final da década de sessenta e durante os anos setenta, de grupos como o Exército Vermelho Japonês, as Brigadas Vermelhas ou o

¹³¹⁰ SANTOS, José Hipólito, *Felizmente houve a LUAR*, Lisboa, Ed. Âncora Editora, 2011, p. 65;

¹³¹¹ CARMO, Isabel do, *Luta Armada – as Brigadas Revolucionárias, a ARA e a LUAR contadas pelos próprios protagonistas. E os dias de fúria da Europa rebelde da segunda metade do século XX*, Lisboa, Ed. Dom Quixote, 2017, p. 473;

Grupo Baader-Meinhof.¹³¹² Opunham-se ao Estado capitalista, considerado burguês, mas também e particularmente no caso português, às organizações políticas de esquerda tradicional, socialistas e comunistas, por obedecerem à hierarquia estalinista ou por não serem suficientemente revolucionários e pactuarem com o sistema capitalista, assim como a republicanos e Maçonaria, considerados excessivamente hierarquizados e paternalistas, ou mesmo contaminados pelos “pecados pequeno-burgueses”.

Entretanto, o ano de 1970 começara com o surgimento de mais um grupo político radical, a URML. Também em 1970 surgiu a ARA,¹³¹³ criada pelo PCP para a luta armada e onde era visível a preocupação de não deixar aos grupos mais radicais à sua esquerda a visibilidade da oposição ao regime, nomeadamente à LUAR e às Brigadas Revolucionárias, cuja primeira ação decorre da sabotagem na base da NATO, na Fonte da Telha, nos arredores de Lisboa, em abril de 1971, e que continuarão até depois do 25 de Abril e que estarão intimamente ligadas ao PRP.¹³¹⁴ Álvaro Cunhal, situando o aparecimento da ARA justifica-o politicamente com a “radicalização da luta contra a guerra colonial e o colonialismo”, reconhecendo que esta organização que “foi apoiada pelo Partido começou as suas atividades em 26 de Outubro de 1970 com a sabotagem e imobilização no porto de Lisboa do navio Cunene utilizado para transportes militares. A partir daí a ARA realizou uma série de outras ações (...),¹³¹⁵ destacando-se a destruição de helicópteros e aviões na base de Tancos, em 1971, e o atentado contra a escola da PIDE/DGS. Após a ação contra o Cunene podia ler-se no jornal *Avante* que “notamos com simpatia que a ARA, ao propor-se seguir o caminho da acção armada revolucionária, vê a sua actividade como parte da luta geral do nosso povo contra o fascismo e em ligação com a luta popular de massas”.¹³¹⁶ A ARA, que se pode considerar algo de dissonante no seio dos partidos comunistas europeus, virá a terminar a sua existência em maio de 1973 tendo entretanto surgido, no Porto, em 1971, a ARCO, de tendência maóísta.

¹³¹² Autodenominadas de Fração do Exército Vermelho;

¹³¹³ Para um maior aprofundamento deste tema veja-se NARCISO, Raimundo, *ARA – Acção Revolucionária Armada – a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, Edições Dom Quixote, 2000;

¹³¹⁴ O PRP, Partido Revolucionário do Proletariado, surge em 1973 e decorre de uma cisão na Frente Patriótica de Libertação Nacional;

¹³¹⁵ CUNHAL, Álvaro, *O passado e o Futuro*, Lisboa, Ed. Edições Avante, 1976, p. 53 e 54;

¹³¹⁶ MADEIRA, João, *As oposições de esquerda e a extrema esquerda in A transição falhada*, coord. Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira, Lisboa, Ed. Notícias Editorial, 2004, p. 121;

Em 1971 nasce mais um movimento marxista leninista: o CRML, sendo notável o número de movimentos deste género que iam surgindo e, com raras exceções, a sua curta vida. Apesar de tudo, e mesmo tendo em conta a sua durabilidade e a sua implantação, contribuíram para a desagregação do regime e para uma visão negativa deste junto da população. É, no entanto, também verdade que os grupos de tendência maoísta e que se reclamavam de marxistas-leninistas trouxeram um ambiente tenso ao espectro político, tanto no confronto com o PCP, como para com os que eram opositores de longa data ao regime.

O ano de 1972 é marcante pelo agudizar de tensões e porque o regime dá as últimas provas de não ter soluções para as sucessivas crises ocorridas e porque movimentos como o MRPP iniciam ações de confronto físico com as forças policiais. Em março, a polícia de choque invade o Instituto Superior Técnico reprimindo violentamente os estudantes e logo em outubro é assassinado José António Ribeiro dos Santos, estudante de Direito e militante da FEML, estrutura criada em 1971 como braço estudantil do MRPP. Tudo havia começado com um suposto agente da PIDE/DGS presente no local de uma reunião estudantil, na Faculdade de Economia de Lisboa, que rapidamente degenerou em tiros por parte da polícia, que ferem José Lamego e atingem mortalmente Ribeiro dos Santos.¹³¹⁷ O funeral facilmente se transforma numa manifestação contra o regime. Este acontecimento marcará de forma viva o fim de qualquer hipótese de pacificação das relações entre o regime e a massa estudantil de Lisboa, trazendo também a esta luta alguns nomes da Oposição, nomeadamente o de José Magalhães Godinho e da própria Ala Liberal, que leva o assunto à Assembleia Nacional.

Este é um tempo de uso de uma linguagem estereotipada, longe do vocabulário predominante dos velhos opositores e da usada pela Maçonaria. É um tempo também de hostilidade entre os vários grupos maoístas e as restantes forças opositoras, fossem elas a Maçonaria, o PCP ou os socialistas que em abril de 1973 criarão o Partido Socialista, ou mesmo até entre os vários grupos de tendência maoísta. Este estilo aguerrido de intervenção política foi particularmente desenvolvido pelo MRPP, que juntava a ele uma mensagem triunfalista que cativava a juventude e alguns meios operários, sendo ainda de salientar o aparecimento de uma inovadora campanha visual materializada em inúmeros murais espalhados especialmente por Lisboa e Porto.

¹³¹⁷ De nome completo José António Leitão Ribeiro dos Santos;

É também em 1972 que surge a OCMLP, um outro grupo de tendência maoísta, que tinha por eleição o tema da guerra nas então colónias portuguesas. Em parte constituída a partir do Jornal *O Grito do Povo*, surgido em 1969, contestava o que chamava de “neorealismo lacrimejante” do PCP e não aceitava quaisquer entendimentos com a restante Oposição ao regime, classificada de burguesa. Note-se que a questão da guerra colonial não sendo considerada central sob o ponto de vista político para os dirigentes do PCP, distanciava este partido dos restantes movimentos de extrema esquerda. É de salientar que esta secundarização da questão colonial por parte do PCP era coincidente com a posição da restante Oposição não comunista até aos anos sessenta, quer fosse o republicanismo, quer a Maçonaria. A mudança surge gradualmente ao longo dessa década de sessenta pela chegada de novos protagonistas da Oposição. A CEUD, por exemplo, fala da necessidade de “um amplo debate nacional” sobre o assunto e recorre ao slogan “Não à guerra, não ao abandono”.¹³¹⁸ Como Miguel Cardina refere, só depois de alguns anos de guerra o país começou a debater o conflito, encontrando para isso várias razões, uma delas decorrente do facto de a sociedade portuguesa ter uma marca forte da mística imperial construída ao longo de anos e que via as colónias como parte da Nação e como um legado do passado, e outra derivada da desinformação promovida pelo regime, recorrendo para tal à censura, razões à quais se juntava a diversidade de olhares sobre o assunto e que atravessava a Oposição.¹³¹⁹

A todos estes grupos já mencionados há que juntar o CARPm-I ou a UAR¹³²⁰ ou um efémero CRCm-I e ainda muitos outros, radicais no seu pensamento e ação e que não cabe aqui enumerar. Muitos destes grupos, que competiam entre si no seu radicalismo, foram potenciados por novas realidades políticas vividas além fronteiras e também, internamente, na esperança de mudança que a governação de Marcelo Caetano trouxera e que os mais acérrimos defensores do regime rapidamente afastaram. E foram, igualmente, potenciados por uma espiral de mobilização-

¹³¹⁸ MARTINS, Susana, *Socialistas na oposição ao Estado Novo*, Lisboa, Ed. Casa das Letras, 2005, p. 181;

¹³¹⁹ CARDINA, Miguel, *Génese, estruturação do fenómeno maoísta em Portugal (1964-1974)* in NEVES, José, PEREIRA, José Pacheco, PITA, António Pedro, NUNES, José Arsénio, ROSAS, Fernando, CUNHAL, Álvaro, ALMEIDA, Vanessa, MADEIRA, João, RABY, David L., GODINHO, Paula, CARVALHO, Ana Margarida de, CARDINA, Miguel, LISI, Marco, LOUÇÃ, Francisco, GASPARGAR, Carlos, DRAGO, Ana, *Partido Comunista Português 1921-2021: uma antologia*, 1ª edição, José Neves (org.), Lisboa, Ed. Tinta da China, 2021, p. 249;

¹³²⁰ UAR – União de Ação Revolucionária, não confundir com ARD – Ação Revolucionária Democrática, surgida anos antes e pertencente à árvore genealógica da LUAR;

repressão que era reflexo não só da desadequação do regime a novas realidades, como de uma polícia política presa a velhas práticas e a moldes mentais que a preparação dos seus agentes não permitia mudar. Perdidos os apoios liberais, atolado na questão da guerra colonial e no cansaço que esta estava a provocar na sociedade portuguesa, o regime foi-se isolando. A contestação ao alastrar às Forças Armadas significou o apressar do que já se revelava óbvio desde há alguns anos: o fim da Ditadura iniciada em 1926. A reunião de Alcáçovas, em setembro de 1973, marca o início do designado “Movimento dos Capitães”, que evoluirá de meras reivindicações de carácter corporativo, que traduziam um fosso de gerações entre os oficiais, para a contestação à guerra colonial, que será assumida como o motivo central do 25 de Abril.

A contestação ao regime era também visível no seio dos católicos. Depois da ocupação da Igreja de S. Domingos, em Lisboa, na noite de passagem do ano de 1968 para 1969, ocorre a gota de água que cindirá definitivamente os membros da Ala Liberal do partido do governo. Foi em 1972, a 30 de dezembro, quando um grupo de católicos se reuniu na Capela do Rato para uma vigília pela paz e aprovou uma moção onde colocava em causa a guerra colonial. A polícia cercou o local e prendeu alguns dos participantes que, entretanto, tinham encetado uma greve da fome, fechando deste modo um ano francamente adverso para o regime. O acontecimento, organizado por Luís Moita e com a colaboração Carlos Antunes e Isabel do Carmo em nome das Brigadas Revolucionárias teve um significativo impacto no seio da Oposição.

Este é também um tempo de crise económica, especialmente nos anos de 1972 e 1973. É um momento em que os partidários da linha dura do regime não se reviam num governo tecnocrático de ambições modernizantes e, ao mesmo tempo, uma sociedade que ambicionava por uma maior abertura. Depois de na década anterior o país ter tido interessantes taxas de crescimento, dos serviços e da indústria terem crescido a par de um também crescimento urbano, a subida dos preços do petróleo nos mercados internacionais após a guerra do Yom Kippur, em 1973, vinha colocar a nú as fragilidades da economia nacional, agravadas com o esforço económico decorrente da guerra colonial e da significativa sangria de mão de obra consequência da emigração. A este panorama económico, podemos ainda juntar um aumento do número de greves e uma tensão social decorrente da falta de liberdade política. Por tudo isto, em 1973 quando das eleições, o governo de então tem perante si um cenário de crise económica e de agitação e instabilidade social.

Mesmo assim, Marcelo Caetano, falando em Aveiro no Plenário Distrital da ANP, dirá que “não pensem que pode ter êxito um regime liberal-democrático para o qual, mesmo no tempo em que ele era atual na Europa, nunca mostrámos capacidade (...)”.¹³²¹ Acrescia a tudo isto uma guerra colonial militarmente perdida, massacres das populações locais nos espaços coloniais, a diminuição do poder de compra por parte da população, a continuada repressão por parte da polícia política e uma crescente força por parte dos “ultras” que contando com a conivência de Américo Tomás e Kaúlza de Arriaga, admitem mesmo um golpe de força contra quaisquer ideias liberalizantes.

O ano de 1973 será também um ano marcado pelo grande acontecimento da Oposição: a realização do 3º Congresso da Oposição Democrática e por uma gradual reconfiguração das oposições. É também o ano em que a União Nacional se transforma na Ação Nacional Popular, decisão tomada no V Congresso da UN, realizado em fevereiro, no Estoril. Embora mantendo a natureza unitária, nacionalista e de subordinação e apoio ao governo, havia a ideia de criar uma organização mais moderna e mais dinâmica, que revalorizasse a política e mais facilmente chegasse às pessoas. Mas rapidamente é o momento da emergência da desilusão por parte de alguns opositores, motivada pela falta de soluções do regime. A Oposição enceta caminhos novos ao estabelecer laços com forças políticas internacionais, sendo de destacar o caso dos socialistas, já que os comunistas mantinham a sua fidelidade a Moscovo. Em debate continuava a questão da unidade da Oposição, uma questão considerada estratégica e sempre cheia de receios face a um Partido Comunista forte e organizado.

Entre 1972 e 1974 tudo se precipita no desmoronar do regime. Alguns autores sugerem que a então designada Direção Geral de Segurança, sucessora da PIDE, teria acompanhado desde janeiro de 1974 as movimentações que conduziram ao 25 de Abril, mas com ordens para não interferir no meio militar. Melo Antunes refere que a cultura da PIDE/DGS visava essencialmente o PCP e elementos ligados aos movimentos de libertação o que teria levado a alguma inação, consciente ou não.¹³²²

¹³²¹ LEMOS, Mário Matos e, *Oposição e eleições no Estado Novo*, coord. Luís Reis Torgal, col. Parlamento, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2019, p. 297;

¹³²² PIMENTEL, Irene Flunser, *Os cinco pilares da PIDE*, 2ª edição, Lisboa, Ed. A Esfera dos Livros, 2019, p. 280, citando também *A fita do Tempo. A noite que mudou Portugal*, org. Boaventura Sousa Santos;

Vivendo alheada destas novas realidades políticas e do radicalismo de alguns grupos, presa ainda à matriz ideológica da I República, que apesar de tudo constituiu o seu cimento de união, a Maçonaria centrava-se numa elite, esclarecida e urbana, que se opunha a outra elite, de uma franja operária e da pequena burguesia também urbana, também esclarecida, próxima de grupos radicais. Não se conhecem ecos do trabalho apresentado por Mário Soares na Maçonaria francesa,¹³²³ subordinado ao tema do socialismo no quadro da Península Ibérica, destacando particularmente Portugal e com isso dando mais um contributo para divulgar além fronteiras a questão da ausência de democracia no nosso país. Apesar das inúmeras dificuldades imperava a vontade pessoal e a dedicação à causa pública e ao Bem Comum dos muitos que defendiam a Liberdade, e por isso as palavras de Dias Amado numa entrevista ao jornal *A Capital* ocorrida anos depois e a propósito da atividade maçónica: “a Maçonaria não é uma instituição política no sentido revolucionário mas acompanhou sempre de perto o pensamento daqueles que na clandestinidade procuravam abater o poder discricionário e obscurantista”.¹³²⁴ É curioso, mas significativo das dificuldades vividas pela Maçonaria, um trabalho datado de 1970, não assinado, onde se pode ler que “o nosso convívio está quase reduzido à comunhão espiritual no pão e no vinho, em virtude das perseguições com que nos têm pretendido aniquilar”,¹³²⁵ ou seja, segundo este maçom, a atividade maçónica fazia-se com base na confraternização em almoços, o que sabemos não ser inteiramente verdade já que algumas reuniões decorriam em locais específicos de Lisboa, como a Escola Oficina nº 1 ou noutros já aqui referidos, mas de facto as limitações físicas à execução do ritual conforme é devido, tornava a grande maioria das reuniões como meros encontros de confraternização gastronómica. Alguns encontros de maçons ficaram célebres, como um almoço na Foz do Arelho e um outro, em 1973, num restaurante da Mala-Posta, na Anadia, onde estiveram presentes mais de uma centena de maçons, representantes de Lisboa, Porto, Coimbra, Figueira da Foz, Águeda e de outros

¹³²³ Prancha apresentada em dezembro de 1972 na Loja Compagnons Ardents da Grande Loja de França in SOARES, Mário, *Cartas e intervenções políticas no exílio*, Lisboa, Ed. Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2014, pp. 87 a 116. Mário Soares, em entrevista a Maria João Avilez, reconhecerá a sua adesão à Grande Loja de França pela mão do escritor Jorge Reis, tendo como motivação o facto de a Maçonaria, em França, ser uma escola de humanismo e de “virtudes republicanas”, referindo o facto de no seu regresso a Portugal ter sido convidado a integrar a Maçonaria portuguesa, nunca o tendo feito por não se “dar bem” com o ritual e certas práticas simbólicas in AVILEZ, Maria João, *Soares – ditadura e revolução*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1996, p. 254;

¹³²⁴ *Dias Amado em entrevista a “A Capital”*, entrevista de Meira da Cunha, 15 de dezembro de 1978, Lisboa, 1978;

¹³²⁵ *Documentos diversos do Supremo Conselho*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Trabalho apresentado no Natal de 1970, assinado com o nome simbólico de Ajax;

pontos do país. Refira-se que o seu proprietário à época, Pompeu Simões Aires era maçom, tendo sido vários os encontros realizados no seu restaurante.¹³²⁶

Apesar das dificuldades continuava a produzir-se pensamento na medida do possível. No trabalho atrás citado, que extravasa as questões internas, pode ler-se que a resolução do problema económico do país depende de uma melhor organização do trabalho, sendo ponto de partida para uma nova estrutura política. Para além do “direito à informação que nos tem aniquilado enquanto cidadãos” o autor deste trabalho refere o papel das corporações como forma de permitir o arbítrio governamental. E como que antecipando o fim do regime, o autor quase no fim deste trabalho pergunta: “estaremos no fim do regime de opressão e de mentira em que temos vivido?”

8 – A Maçonaria em 1974

O fim do regime advinha-se com *Portugal e o Futuro*, de António de Spínola. O pano de fundo é a guerra colonial, num contexto internacional em que o país é objeto de várias condenações na ONU e de exclusão da UNESCO, num clima de isolamento internacional. O impacto do livro de Spínola foi grande, na medida em que pela primeira vez, e de uma forma clara, se disse que a guerra não tinha uma solução militar, e que era impossível a Portugal manter aquela situação por muitos mais anos. Dito por uma chefia militar, exprimia as divisões no seio do regime e abria portas a questionar o inquestionável desde Salazar.

Em *Portugal e o Futuro* Spínola fala na “deserção psicológica da nova geração” ao mesmo tempo que levanta a questão colonial ao escrever que:

“não podemos advogar o dogma do imobilismo nacional, pois a defesa intransigente de uma concepção uniforme e absoluta para o Todo Nacional tomada como realidade permanente levanta sérias interrogações quanto ao desfecho a que pode conduzir”.¹³²⁷

¹³²⁶ O “Pompeu dos Frangos”, devido ao nome do seu proprietário. Mencionado nas entrevistas a Fernando Vale, António Valdemar e João Alves Dias;

¹³²⁷ SPÍNOLA, António de, *Portugal e o Futuro*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974, p. 122;

Ao mesmo tempo que questionava a noção de “Todo Nacional”, Spínola chamava à atenção para a vulnerabilidade decorrente de querermos integrar “o que não quer ser integrado”, ou de constituir sociedades de figurinos diferentes daqueles que essas sociedades pretendem. A proposta de Spínola era a de uma solução federativa, num Estado pluricontinental, que Marcelo Caetano já havia equacionado e recuperando velhas ideias de fomentar e dar expressão a elites africanas, atirando para o terreno político, e não militar, a resolução do problema colonial. Aliás, a dado passo escreve-se que:

“não pode aceitar-se que, ao fim de tantos anos de sacrifícios e de sangue vertido, o drama da Índia se repita em qualquer outra parcela do Mundo Português. Nem tão pouco pode aceitar-se que se encaminhe a solução do problema ultramarino para um desfecho no campo militar, por maior que seja o heroísmo das Forças Armadas”.

E mais adiante:

“não negamos a autenticidade do passado, mas sustentamos antes a evidência de um erro de apreciação do fenómeno africano e da conseqüente imperfeita avaliação das coordenadas do problema; a própria sobrevivência nacional será posta em causa se persistirmos na concepção de que é a opinião pública mundial que está errada e de que todos os nossos problemas resultam apenas da cobiça ou da falta de visão de terceiros”.¹³²⁸

Sérgio Carvalhido considera *Portugal e o Futuro* uma consequência da denúncia feita por Carlos Fabião dos planos de Kaúlza de Arriaga, em promover o assassinato de Costa Gomes e Spínola e na sequência dessa posição de força e instabilidade geradas, suceder a Marcelo Caetano. De facto, Kaúlza passará a ser vigiado de perto pela DGS enquanto que Marcelo Caetano, avisado previamente da publicação do livro não se opôs a tal. Costa Gomes e Spínola, em defesa do livro argumentaram que o mesmo não visava pôr em causa o governo, mas tão só criar condições para olhar para outras soluções para além da guerra, nomeadamente a opção federalista.¹³²⁹

Era, sem dúvida, o desfazer de verdades enunciadas durante décadas por Salazar e Marcelo Caetano e que se materializam, em finais de 1973, com o Movimento dos Capitães a colocar a hipótese do derrube do regime para acabar com a guerra colonial. Em finais de 1973 realiza-se uma reunião em S. Pedro do Estoril, onde a hipótese de um golpe militar foi mais claramente assumida, seguindo-se uma nova

¹³²⁸ SPÍNOLA, António de, *Portugal e o Futuro*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974, pp. 236 e 237;

¹³²⁹ CARVALHIDO, Sérgio Domingos de Araújo, *Militarismos, “parapolíticos” e perfis populares na génese e (des)consolidação do 3º império colonial português*, tese de mestrado em Relações Internacionais”, Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto, 2005, pp. 118 e 119;

reunião, em Óbidos, a 1 de dezembro, de onde sai a incumbência de uma comissão então nomeada em elaborar um programa político, que será analisado numa reunião ocorrida a 5 de março de 1974, em Cascais.

Entretanto chegava o 25 de Abril e com ele a Liberdade, a Liberdade pela qual muitos maçons pagaram com a vida ou com o sacrifício das suas vidas pessoais, familiares ou profissionais, a Liberdade o bem maior pelo qual um maçom luta. A liberdade para o fim da prisão arbitrária, das torturas ou da castração cultural que se vivia até esse dia. Libertaram-se os presos de Caxias e de Peniche, materializando um sonho de décadas. Um sonho cheio de testemunhos reais ainda hoje visíveis, e materializado em múltiplas instituições, umas mais jovens que outras, algumas centenárias, onde ficaram gravadas ideias, onde se iniciaram caminhos de Liberdade que não se perderam. E se em algumas dessas instituições restam apenas os registos de atas ou fotografias da época, não suspeitando hoje muitos dos seus dirigentes a sua ligação maçónica, a verdade é que elas contribuíram para a construção de um sentido cívico e de bem comum que beneficiou os vindouros. Outras instituições há que mantêm a sua ligação à Maçonaria como o Internato de S. João ou a Sociedade Promotora de Escolas, que atravessaram o período de 1926 a 1974 pugnando pelos valores da Maçonaria, com dificuldades sem dúvida, mas que encararam o dia seguinte ao 25 de Abril com a satisfação do dever cumprido. O dever de manterem viva a chama da Liberdade.

A influência do GOLU no 25 de Abril foi reduzida. Primeiro pelo número de maçons e de Lojas, depois pela massa crítica não gerada pelas limitações de reunião e pelo número, depois ainda por algum desfazamento em relação aos temas prementes da década de setenta, decorrentes das mudanças políticas, sociais e culturais então vividas. Ainda assim, são justas as palavras esperançosas de Mário Soares na Loja *Compagnons Ardents* da Grande Loja de França, que afirmava que tendo a Maçonaria sido

“perseguida pelas ditaduras e reduzida durante decénios à ilegalidade e à impotência (...) hoje, porém, ela renasce das cinzas em Portugal e em Espanha. É necessário que tenhais consciência do trabalho subterrâneo que lá se realiza e que coletivamente nos presteis ajuda com todas as vossas forças. É o futuro de todos nós que está em jogo”.¹³³⁰

¹³³⁰ SOARES, Mário, *Cartas e intervenções políticas no exílio*, Lisboa, Ed. Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2014, p. 116;

Em entrevista ao jornal *O País* e em resposta à questão de qual foi a posição da Maçonaria face ao 25 de Abril, A. H. de Oliveira Marques refere a Maçonaria

“como um dos agrupamentos mais perseguidos durante o fascismo – que legalmente a extinguiu em 1935 – a Maçonaria só teria de aplaudir qualquer movimento revolucionário que pusesse termo ao regime e lhe restituísse o direito de trabalhar à luz do dia. Foi o que aconteceu”.¹³³¹

São igualmente importantes de sublinhar as palavras de Dias Amado, sobre o papel da Maçonaria na queda da Ditadura, em entrevista ao jornal *A Luta*, que

“como organização não interferiu diretamente em qualquer movimento revolucionário, mas muitos maçons, por livre decisão pessoal, tomaram as atitudes que acharam mais condignas com a sua consciência e estiveram sempre presentes, em maior ou menor número, quando foi preciso”.¹³³²

Por isso e a este propósito, Mário Augusto de Sousa Dias escreverá, quando do funeral de Luís Rebordão, que “é tempo de se tornar público que à Maçonaria (...) se deve em (...) parte, a queda da ditadura salazarista, continuada por Marcelo Caetano”.¹³³³

A 25 de Abril de 1974 Spínola recebe o poder no quartel do Carmo, em Lisboa, ali levado por Carlos Vieira da Rocha, um membro do GOLU. As primeiras hipóteses sugeridas para primeiro-ministro foram Raul Rego, Miller Guerra e Francisco Pereira de Moura. Hipóteses que não vingaram, constituindo-se como alternativa Adelino da Palma Carlos, maçom do GOLU, iniciado em 1928 na Loja Madrugada, passando depois para a Loja Acácia, de Lisboa, em 1929, membro do Supremo Conselho do qual foi Soberano Grande Comendador. Segundo alguns protagonistas da época, o seu nome foi sugerido por Simões Coimbra, durante as diversas visitas deste último à Junta de Salvação Nacional e em particular ao almirante Pinheiro de Azevedo.¹³³⁴ Adelino da Palma Carlos teria, no entanto, um governo curto de cerca de três meses, demitindo-se a 10 de julho, fruto das vicissitudes políticas do momento e da sua franqueza, momento em que é acompanhado por Sá Carneiro, Vasco Vieira de Almeida, Magalhães Mota e Firmino Miguel. Em causa estavam as pretensões de Adelino da Palma Carlos de alteração de algumas disposições relativas à eleição do Presidente da República, a promulgação de uma Constituição provisória e um aumento de poderes do Primeiro-Ministro.

¹³³¹ *Maçonaria (A) ressurge em Portugal in O País*, 6 de abril de 1977, Lisboa, 1977;

¹³³² *Maçonaria (A) na primeira pessoa in A Luta*, de 7 de outubro de 1976, Lisboa, 1976;

¹³³³ *Recordando Luís Gonçalves Rebordão in O Dia*, 26 de junho de 1976, *Fundo Dias Amado – imprensa*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹³³⁴ Havia uma longa tradição de amizade entre Dias Amado e o pai de Pinheiro de Azevedo, de nome Eduardo de Azevedo, maçom em Angola;

Manuel da Costa Brás, militar de Abril e pouco tempo depois maçom, será outro dos nomes de referência deste período, estando na origem juntamente com Melo Antunes, Sousa e Castro e José Maria Moreira de Azevedo do documento “O MFA e a Nação Portuguesa” e tendo igualmente um papel importante no primeiro recenseamento eleitoral após o 25 de Abril, que permitiu aos portugueses votar livremente após quarenta e oito anos de Ditadura.

E renascia, de facto, a Maçonaria em Portugal. Com grandes dificuldades já que os Obreiros dessa época referem as dificuldades de reunir quórum para as reuniões. Havia também que, antes de recrutar novos membros, reorganizar a Maçonaria e fazê-la atuar em todo o país, o que levou anos. A formação dos novos membros coube a A. H. de Oliveira Marques, Ramon Nonato de La Féria e Barbosa Soeiro. A reorganização económica coube a Joaquim de Araújo e Sá, à data tesoureiro na CRGE.¹³³⁵ Em 1974 a Maçonaria portuguesa agrupava-se em torno de poucas Lojas, sendo reduzido o número de maçons. A. H. de Oliveira Marques e Dias Amado referem que em 1973 existiriam pouco mais de uma centena de maçons ativos. Sabe-se que mantinham a atividade as Lojas Simpatia e União, Liberdade, José Estevão, todas de Lisboa, e por vezes sofrendo alguns momentos de quebra A Revolta, em Coimbra, a Loja Progresso, de Torres Vedras¹³³⁶ e ainda uma provável Loja Renovação, em Angola.¹³³⁷ No entanto, foi essa frágil existência que lhe permitiu retomar a atividade quase imediatamente a seguir ao 25 de Abril e intervir na vida cívica pela sua ação e pelos seus valores.

Ao mesmo tempo, os poucos novos Obreiros introduziam uma mutação decorrente de uma nova sociedade e das condições de trabalho no seio da Maçonaria, mas não só. Fernando Marques da Costa refere que os que entravam pouco sabiam de Maçonaria e os mais velhos pouco tinham para ensinar, em virtude da sua prática dos últimos anos ser muito reduzida, por não poder ser feita em condições normais e por as referências da sua existência legal serem cada vez mais longínquas. Ainda

¹³³⁵ Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade, que juntamente com outras empresas elétricas viria a constituir a EDP;

¹³³⁶ As informações sobre esta Loja são escassas, sabendo-se que teria chegado a 1974 dirigida pelo seu Venerável Vítor Cesário da Fonseca, que exerceu o seu cargo até ao seu falecimento em 1979, com noventa anos de idade. Um documento publicado em 1977 indica logo na sua primeira página “a Loja Progresso, 457, ao Vale de Torres Vedras, que jamais abateu colunas desde a sua fundação (1932)”;

¹³³⁷ Apenas conseguimos informações verbais sobre esta provável Loja, e das escritas a sua veracidade é duvidosa. Admite-se como mais provável a confusão com a Loja Progresso, de Torres Vedras, cujo Venerável quando radicado em Angola teria tentado dinamizar uma Loja localmente;

assim, os poucos Obreiros existentes possuíam um notável sentido de solidariedade, de fraternidade e de coesão e, principalmente, uma enorme vontade de voltar a dar à Obediência a importância que em tempos tivera. É ainda Fernando Marques da Costa quem refere que foi esse sentido de solidariedade e de fraternidade que permitiu a sobrevivência da Maçonaria durante o período que medeia entre 1935 e 1974, mesmo superando diferenças e divergências que nem sempre eram pequenas.¹³³⁸

Sob o ponto de vista administrativo era quase inexistente qualquer estrutura que permitisse planificar e gerir atividades. O pouco que existia baseava-se numa estrutura descentralizada e muito pessoalizada, claramente ineficaz para as tarefas que se avizinhavam. Ao mesmo tempo carecia-se de um espaço, pelo que a devolução do Palácio Maçónico afigurava-se como fundamental para o renascer da Maçonaria. Os quarenta e oito anos de Ditadura enfraqueceram a Maçonaria a tal ponto que havia que recomeçar em quase tudo. É certo que a Ditadura e o período de clandestinidade debilitaram a atividade maçónica, mas é igualmente certo que a depuraram das interferências políticas como acontecera durante a I República.

Constituíam ainda um problema a escassez de meios humanos, obrigatórios para essa tarefa. Em 1974 a Maçonaria tinha como Grão-Mestre Luís Rebordão e como Grão-Mestre Adjunto Dias Amado, que acumulava a presidência do Conselho da Ordem, o qual era constituído ainda por Adão e Silva, como Grande Secretário Geral, Joaquim de Araújo e Sá, como Grande Secretário Geral Adjunto, Adosindo de Sousa Leite e José Simões Coimbra. Luís Rebordão era também Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho, e Dias Amado Soberano Grande Lugar Tenente. Exerciam cargos no Supremo Conselho Carlos Pereira, como Grande Ministro de Estado, Américo Amorim Leitão como Grande Secretário e Adão e Silva como Grande Chanceler. O retomar das atividades regulares e rituais constituiu o primeiro passo, sendo o primeiro orçamento elaborado ainda em 1974.

Sobre a recuperação do Palácio Maçónico recorde-se que, em 1937, após a ilegalização decretada dois anos antes, a sede do GOLU fora ocupada pelos serviços sociais da Legião Portuguesa, que ali se manteriam até ao dia 25 de Abril. Simões Coimbra refere que quando decorriam diligências para a recuperação do

¹³³⁸ COSTA, Fernando Marques da, *O Grão-Mestre e o grão-mestrado de Luís Gonçalves Rebordão in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 107;

Palácio Maçónico, o PPD ¹³³⁹ tentou também obter o imóvel para ali instalar a sua sede. O pedido do PPD foi feito ao MFA, que aliás foi deferido. Foi a pronta intervenção de Simões Coimbra, Adão e Silva e Dias Amado junto de Vítor Crespo e Pinheiro de Azevedo, colocando-os este em contato com Rosa Coutinho e Firmino Miguel, representando a Junta de Salvação Nacional num processo que envolveu também João Ribeiro da Silva, da Loja Liberdade, e Vítor Alves pela Junta de Salvação Nacional. Ainda que colocados à disposição da Maçonaria outros edifícios da Legião Portuguesa, a opção foi pelo velho palácio do Bairro Alto, com toda a história e simbolismo que ele encerrava, repondo-se assim os direitos do GOLU ao seu património, após se comprovar a propriedade do mesmo por parte da Maçonaria. Crê-se também na participação de Manuel Pereira Crespo neste processo, até pela sua relação com Dias Amado, não sendo claros os contornos em que tal ocorreu.¹³⁴⁰ Destaque também para Virgílio Ferreira Marques nas relações do Grémio Lusitano com a imprensa.

É nessa altura que Nuno Rodrigues dos Santos, preparando-se para atualizar o registo na Conservatória Predial, verifica que fora arrancada a folha correspondente ao Palácio no livro de registos. Ainda que de imediato se tenha recorrido a uma pública forma que comprovava a propriedade do Palácio, a folha de registo seria posteriormente descoberta.¹³⁴¹ É a partir daqui que o Grémio Lusitano publicita o seu direito à propriedade do edifício. Dias Amado, Adão e Silva e Simões Coimbra fizeram então publicar na imprensa de Lisboa um comunicado aludindo à propriedade do Palácio por parte do Grémio Lusitano, o que não só clarificou a questão com o PPD, como anulou também uma pretensão do Conservatório Nacional, com vista à posse do Palácio para expandir as suas instalações. Com data de 5 de maio e assinado por Dias Amado, Adão e Silva e Simões Coimbra foi então divulgado com publicação na imprensa, o seguinte comunicado:

“na qualidade de representante da entidade Grémio Lusitano, cumpre-nos esclarecer que o edifício da Travessa do Guarda Mór nº 25, no Bairro Alto, em Lisboa, é exclusiva propriedade da aludida Associação e que só por acto inconstitucional revelador de autêntica usurpação, vinha sendo ocupado, condenável e ilegitimamente, pela extinta organização fascista Legião Portuguesa. Mais se esclarece que, vitorioso o patriótico Movimento das Forças Armadas, logo os

¹³³⁹ Partido Popular Democrático, atual PSD;

¹³⁴⁰ Luís Vale, entrevista, 45 minutos, Coja, 14 de junho de 2018;

¹³⁴¹ Segundo António Valdemar, devolvida juntamente com outros documentos pela filha de Alfredo Mourão, antigo Grande Tesoureiro. Admite-se como provável que o seu desaparecimento constituísse uma garantia de prova da verdadeira propriedade do Palácio. Recorde-se que Alfredo Mourão era membro do Conselho da Ordem desde final dos anos trinta, tendo os bens do Grémio Lusitano sido arrolados em favor da Legião Portuguesa em 1937;

signatários encetaram as indispensáveis diligências perante a Junta de Salvação Nacional no sentido de, tão urgente como justa, restituição do edifício a quem de direito para a realização dos fins eminentemente patrióticos e democráticos que o Grémio Lusitano visa sob o signo da liberdade e fraternidade para o povo português”.¹³⁴²

O *Primeiro de Janeiro* publicou então uma nota onde se pode ler que:

“o Partido Popular Democrático, do qual fazem parte os Drs. Francisco de Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota, obteve do Movimento das Forças Armadas e na sequência do encontro, no dia 3, com o General António de Spínola, o edifício da Travessa do Guarda Mor 25, no Bairro Alto, que era ocupado pela Legião Portuguesa. Acontece, porém, que o imóvel pertence ao Grémio Lusitano, extinto em 21 de Maio de 1935, pela Lei 1901 sendo, entretanto confiscados os respectivos bens e entregues àquela corporação fascista, tal como igualmente referimos na nossa edição de ontem, a propósito de um comunicado subscrito pelo Prof. Dr. Luís Hernani Dias Amado, Dr. Armando Adão e Silva e Comandante Simões Coimbra, que exigiam a restituição do edifício para a realização dos fins patrióticos e democráticos a desenvolver pela instituição, sob o signo da Fraternidade, da Liberdade e da Igualdade”.¹³⁴³

Da mesma forma, o jornal *República*, a 6 e a 8 de maio noticia a restituição do Palácio Maçónico. Com data de 7 de maio existe uma Declaração da Junta de Salvação Nacional onde se certifica “que o prédio sito na Travessa do Guarda Mór nº 25 (...) é pertença do Grémio Lusitano, a quem é devolvida a propriedade do referido imóvel”.¹³⁴⁴

Entre o dia 25 de Abril e 7 de maio, data em que o Grémio Lusitano toma posse efetiva do Palácio, este foi assaltado e vandalizado. Muito havia que fazer em matéria de restauro, surgindo então o contributo de Amadeu Gaudêncio, construtor civil, iniciado na Loja Cândido dos Reis, em 1930, tendo trabalhado durante toda a clandestinidade na Loja Simpatia e União. Tendo apoiado financeiramente a Maçonaria antes de 1974, após a revolução deu um contributo ímpar para o restauro do edifício, já que as limitações económicas nessa altura eram imensas. A recuperação do Palácio foi feita com a disponibilização de materiais e funcionários para essa tarefa, na condição de um pagamento parcial a longo prazo, algo muito mal compreendido pelos trabalhadores das suas empresas. Os trabalhos começaram ainda em meados de maio e em junho já se efetuavam reuniões no

¹³⁴² “Restituição do Palácio ao Grémio Lusitano” in *Revista do Grémio Lusitano*, nº 7, Lisboa, Ed. Grémio Lusitano, 2003, p. 45;

¹³⁴³ COIMBRA, José Eduardo Simões, *História da Maçonaria em Portugal in Revista do Grémio Lusitano*, nº 1, novembro de 1997, Lisboa, Ed. Grémio Lusitano, 1997, p.10;

¹³⁴⁴ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Palácio, de tal forma que em setembro foi possível já ali receber uma delegação do Grande Oriente de França. Internamente a orientação da recuperação do Palácio e da organização administrativa ficou entregue a Simões Coimbra, Adão e Silva, Adosindo de Sousa Leite e Dias Amado. Sobre as obras de restauro Simões Coimbra refere o compromisso de Amadeu Gaudêncio em levar as obras até ao fim, independentemente dos custos e da forma de pagamento, acordada para ser parcial e a muito longo prazo. Não se contava era com a ocupação da empresa de construção civil pelos trabalhadores, em 1975, e do conseqüente muito longo litígio com a Comissão de Trabalhadores que reivindicava o pagamento imediato e integral da dívida, o que de facto veio a acontecer de forma faseada até 1976. Para o cumprimento dessa dívida é justo destacar o papel de José Magalhães Godinho, elaborando um parecer invocando os prejuízos sofridos pelo Grémio Lusitano com a usurpação do Palácio pela Ditadura, que seria despachado favoravelmente pelo governo, dando origem a uma indemnização definida pelo Decreto Lei 929/76 de 31 de dezembro, assinado por Mário Soares, Henrique de Barros, Jorge Campinos, Medina Carreira e promulgado por Ramalho Eanes como Presidente da República. Ainda assim, o valor da indemnização não chegava para saldar a dívida pelo que tiveram de ser adicionados outros contributos. Destaque para o papel também desempenhado aqui por Nuno Rodrigues dos Santos, A. H. de Oliveira Marques e Álvaro de Ataíde.

Este é um período de reconstrução física, anímica, administrativa e ritual. Física porque o GOL recuperou a posse do Palácio Maçónico, anímica, porque tendo como referência o período áureo da I República havia que recuperar em número de maçons e de Lojas, administrativa porque havia que reorganizar os serviços de secretaria e de apoio às Lojas e, finalmente, de ritual porque havia que recuperar a solenidade e o rigor ritual, sendo notória, quando analisamos a documentação de Dias Amado, a preocupação de recuperar antigas práticas formais, aligeiradas ou esquecidas pelas contingências da clandestinidade. Dias Amado refere em entrevista ao jornal *A Capital*,¹³⁴⁵ as múltiplas tarefas administrativas que se depararam ao Conselho da Ordem após 1974, nomeadamente em matéria de regulamentos e de relações externas. Por outro lado, havia que clarificar a legislação interna em vigor. Fernando Marques da Costa assinala que ao sair da clandestinidade estavam em vigor a Constituição de 1941, de carácter programático, e a de 1926, que supria o facto da Constituição de 1941, apesar de aprovada, nunca

¹³⁴⁵ “Dias Amado em entrevista a *A Capital*” in *A Capital*, 15 de dezembro de 1978, Lisboa, 1978, pp 8 e 9;

ter visto o seu processo de implementação completo, por nunca ter sido complementada pela componente regulamentar, como estava previsto que acontecesse,¹³⁴⁶ algo que hoje está plasmado num Regulamento Geral.

É também um período de recuperação de memórias. Dias Amado, Adão e Silva, Oliveira Marques, Adosindo Sousa Leite e Marco Elias Lúcio vão recuperar uma parte do espólio da Maçonaria espalhado entre um sótão de um edifício da Rua de Santa Marta, pertença do Ministério das Finanças, o Instituto Hidrográfico, na rua das Trinas, na Biblioteca Popular e ainda no espaço museológico da Escola da PIDE/DGS, em Sete Rios, onde um número significativo de documentos e paramentos estava exposto, como se de troféus se tratassem. Algum deste espólio viria também a ser depositado de forma temporária num armazém na Amora, a partir do qual seria recuperado a seguir à Revolução. Recorde-se que a portaria de 21 de janeiro de 1937, e posteriormente a Lei 1950, determinaram o confisco dos bens do Grémio Lusitano e a entrega destes à Legião Portuguesa. Muitos painéis, insígnias, fotografias e paramentos foram destruídos. A Biblioteca e parte do Arquivo foram armazenados no Ministério das Finanças e a quase totalidade das joias e paramentos sobreviventes estavam colocados em exposição no já referido Museu da PIDE/DGS.¹³⁴⁷ Entretanto estávamos a 9 de maio de 1974 e Marco Elias Lúcio e Oliveira Marques procederam ao inventário do espólio, do qual grande parte se perdeu, já que, segundo Simões Coimbra, dias depois de ser feito o inventário recebeu um telefonema informando-o que tudo estava a ser desviado com destino incerto. Diz Simões Coimbra que “infelizmente pouco se recuperou do muito que lá existia”.¹³⁴⁸ Do que se recuperou há que destacar a tarefa de Oliveira Marques organizando a caótica montanha de livros e rituais, ponto de partida para algumas exposições e conferências que viriam a ocorrer nos anos seguintes. Destaque também para Adosindo de Sousa Leite que meteu ombros à tarefa de serem editados alguns regulamentos e rituais que viriam a ver a luz do dia também nos tempos que se seguiram. Destaque igualmente para um vasto conjunto de artigos publicados por A. H. de Oliveira Marques no *Diário de Notícias*, em 1975, sob o título “A Maçonaria e o Estado Novo”,¹³⁴⁹ onde dá a conhecer a estrutura, funcionamento,

¹³⁴⁶ COSTA, Fernando Marques da, *Relações entre Supremos Conselhos do Rito Escocês e Obediências Maçónicas em Portugal 1840-1993*, Lisboa, Ed. Fernando Marques da Costa e Supremo Conselho do REAA para Portugal, 2015, p. 225;

¹³⁴⁷ Algum deste espólio viria a perder-se, segundo António Valdemar o antigo diretor da PIDE/DGS Silva Pais teria entregue diversa documentação a Barradas de Oliveira que se perdeu no incêndio da casa deste, em Torres Vedras;

¹³⁴⁸ COIMBRA, José Eduardo Simões, *História da Maçonaria em Portugal in Revista do Grémio Lusitano*, nº 1, novembro de 1997, Lisboa, Ed. Grémio Lusitano, 1997, pp. 9 a 14;

¹³⁴⁹ *Fundo Dias Amado – imprensa*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

história e simbolismo da Maçonaria, tentando com isso desfazer equívocos e erros sobre a Maçonaria, cimentados durante muitos anos pela Ditadura. No mesmo sentido é de destacar também a conferência realizada por A. H. de Oliveira Marques no Teatro Municipal de S. Luís, em 5 de outubro de 1976, presidida pelo general Ramalho Eanes, com a presença do Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, e do Primeiro Ministro, Mário Soares, e ainda do Chefe do Estado Maior do Exército, general Rocha Vieira, e ainda de vários membros do Conselho da Revolução. Nessa conferência, além de enfatizados os valores do 5 de Outubro e de distinguidas várias personalidades com a Ordem da Liberdade, foram referidos muitos dos que lutaram pela Liberdade e pelos valores inerentes à República, nomeadamente Afonso Costa e António Sérgio.¹³⁵⁰

A recuperação da memória só ficou completa com a alteração toponímica. Recorde-se que o edital de 19 de novembro de 1937 fizera substituir o nome de Rua do Grémio Lusitano por Travessa do Guarda Mor. Retomaria o nome de Rua do Grémio Lusitano por iniciativa de Aquilino Ribeiro Machado¹³⁵¹, membro da Loja Liberdade, Grão-Mestre adjunto entre 1988 e 1990 e presidente da Câmara Municipal de Lisboa entre 1977 e 1980.

Entretanto a legislação da Ditadura que ilegalizava a Maçonaria foi revogada pelo decreto lei 594/74 de 7 de novembro de 1974, que permitiu que o Grémio Lusitano retomasse legalmente as suas atividades. O referido Decreto definia o direito à livre associação como uma garantia básica de realização pessoal de todos os cidadãos na sua vida em sociedade. Ao mesmo tempo, definia que o Estado não podia impor limites à livre constituição de associações, senão os que fossem direta e necessariamente exigidos pela salvaguarda de interesses superiores e gerais da comunidade política. Anulava assim, não só a legislação de 1935 e 1937, como também os decretos-lei nº 39 660 de 20 de maio de 1954 e nº 520/71 de 24 de novembro de 1971.

Novos tempos significaram novas exigências, nomeadamente a expansão da própria Maçonaria e para isso era necessário solidificar a estrutura. É verdade que para pouco mais de uma centena de maçons ativos a importância do GOLU era exponenciada. Em momentos específicos como os das candidaturas de Norton de Matos, Humberto Delgado, dos Congressos Democráticos ou imediatamente a

¹³⁵⁰ *Fundo Dias Amado – imprensa*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹³⁵¹ Aquilino Ribeiro Machado era filho de Aquilino Ribeiro e neto de Bernardino Machado;

seguir ao 25 de Abril a Maçonaria possuía aquilo a que José Freire Antunes diz ser “um poder normativo” sobre as iniciativas da Oposição Democrática que era evidente.¹³⁵² Não era isso que agora se pretendia, mas antes um trabalho de regresso às origens e simultaneamente de construção de uma estrutura sólida, apoiada no crescimento da Maçonaria no número de Lojas e Obreiros.

Das Lojas que chegaram a abril de 1974 destacam-se a Loja Simpatia e União,¹³⁵³ de Lisboa, com um trabalho regular, tal como outras Lojas suportado nas instalações da Escola Oficina nº 1, no Internato de S. João e num dos edifícios pertença deste e situado na Praça da Figueira. Foi a primeira Loja a fazer uma sessão regular no Palácio Maçónico, cabendo à Loja Liberdade a realização do primeiro ágape nas instalações então devolvidas.¹³⁵⁴

Por seu turno, a Loja Liberdade chegará a 1974 com um quadro de cerca de duas dezenas Obreiros e algum dinamismo digno de registo. António Ventura refere um núcleo antigo iniciado antes de 1935,¹³⁵⁵ ao qual Vítor Marques acrescenta mais alguns nomes, falecidos após 1974.¹³⁵⁶ Quanto à Loja José Estevão, de Lisboa, ela

¹³⁵² ANTUNES, José Freire, *Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Ed. Oficina do Livro, 2004, p. 500;

¹³⁵³ Em 25 de Abril de 1974 faziam parte do Quadro de Obreiros da Loja Simpatia e União: Joaquim da Costa Cardoso, Manuel Valério da Silva Moedas, João dos Santos Thadeu, José Francisco Silva, António Gomes Rocha, José Eduardo Simões Coimbra, Francisco Xavier Medeiros Pinto, Fernando Henriques Vaz, Américo Rodrigues Ribeiro, Adosindo Sousa Leite, Luís Hernâni Dias Amado, Arnaldo Constantino Fernandes, António Abrantes Mendes, Aires Pereira Rocha Aguilar, Manuel Martins Monteiro, Carlos Francisco Pereira, Venerável à data do 25 de Abril, Álvaro Martins, Carlos Martins, Jorge da Silva Forte, Raul Jacinto, Manuel Nunes Domingos, Álvaro da Silva, Francisco Marques Repas, Adelino Paiva de Moura, Valdemar Encarnação Fernandes, Aníbal Augusto de Castro, José Gamboa Vaz, Manuel Roque Azevedo, Ramon Machado de La Féria, João Crowell de Sousa, Joaquim de Araújo e Sá, A. H. de Oliveira Marques, primeiro Venerável eleito após o 25 de Abril, Carlos Estorninho, Élio de Oliveira Lourenço, José Garrido, José Verde Figueiredo. Por comparação, um Quadro de Obreiros de 1 de junho de 1966 acrescenta os nomes de Bernardino Francisco Maia Monteiro, Filipe Teles Moniz Corte Real, João Ferreira, José dos Reis, Jorge da Costa Pereira, José Joaquim Brito, José Rebelo da Silva, Luís Emílio dos Santos Seca, Manuel Pedro Rodrigues Pardal e Mário Represas Godinho. Um outro quadro de 10 de março de 1970 acrescenta ainda o nome de António Joaquim Sobral Ribeiro. Fernando Henriques Vaz menciona ainda para o final da década de quarenta os nomes do coronel Silva Rego, do escritor Luís Figueira, do Prof. Álvaro Martins e do coronel José F. Da Silva, desconhecendo-se quando deixam de estar ativos;

¹³⁵⁴ Segundo o jornal *A Luta*, de 20 de janeiro de 1976, estiveram presentes mais de centena e meia de maçons, muitos deles de fora de Lisboa. É um número que pode parecer excessivo para a atual distribuição do espaço, no entanto, é importante lembrarmos que à época o atual espaço ocupado pelo Museu Maçónico integrou a sala de jantar e bar;

¹³⁵⁵ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, pp. 794 e 795. António Ventura refere os nomes de Camilo de Almeida Graça, iniciado em 1917, Gaspar dos Santos, iniciado em 1927, Edmundo Aparício Dias, Américo Amorim Leitão e José Moura Neves, todos iniciados em 1929, Fausto Sousa Luz, iniciado em 1930, Armando Cordeiro, iniciado em 1932, Armando Adão e Silva, iniciado em 1935 e venerável em 1974, Vasco da Gama Fernandes, iniciado em 1931 na Loja Magalhães Lima, Francisco Marques Rodrigues, Carlos Ernesto de Sá Cardoso, Nuno Rodrigues dos Santos, Raul Rego, António dos Santos Marcelino Mesquita e Gustavo Soromenho;

¹³⁵⁶ MARQUES, Victor, *Respeitável Loja Liberdade*, Lisboa, s. Ed. 2016, pp. 67 a 124. Victor Marques acrescenta os nomes de Hugo Batista Ribeiro, José de Oliveira Boléo e João Luís Ribeiro da Silva, Daniel Gomes de Pinho, António José Valente e Tiago de Oliveira;

chega a 1974 tendo José Dantas de Sousa Baracho como Venerável,¹³⁵⁷ o mesmo se passando com a Loja A Revolta, de Coimbra, onde era incontornável o nome de Fernando Vale.¹³⁵⁸ Refira-se também aqui o nome de Adelino Mesquita, maçom de avançada idade e Venerável da Loja Fernandes Tomás, da Figueira da Foz.

Imediatamente após 25 de abril de 1974 e a par das Lojas que se mantiveram durante a clandestinidade foram reativadas ou criadas novas Lojas que garantiram o crescimento e melhor funcionamento do GOLU. Uma das primeiras Lojas a ser criada, logo em 1974, foi a Loja Cândido dos Reis, regularizada a 13 de agosto desse ano¹³⁵⁹ e elevada a Loja Capitular em 18 de outubro,¹³⁶⁰ reunindo maçons dispersos e iniciando novos obreiros. Um documento da Loja Cândido dos Reis, datado de 1983, relembra em jeito de balanço o que foi o retomar da atividade por parte desta Loja:

“Esta Loj.:., a primeira a retomar a sua actividade (Outubro de 1974), fê-lo com 4 antigos OObr.:. que estavam na Loj.:. Simpatia e União, os quais conjuntamente com mais 23 OObr.:. provenientes de outras LLoj.:. que estavam paralisadas entenderam que embora seja necessário e até indispensável o recrutamento de novos elementos, deveria ser dada prioridade à entrada de vários elementos dispersos em virtude das quase cinco décadas que a nossa Aug.:. Ord.:. esteve aparentemente inativa. Nesse sentido, esta Loj.:. instou junto do Pod.:. Cons.:. da Ord.:. que se convidassem os Ilr.:. presumivelmente ainda vivos, visto que os elementos existentes eram dos antigos livros de registo anteriores a 1932, a retomar trabalhos e a reconstruir antigas OOf.:. Com o mesmo objetivo retomou em 1 de Dezembro de 1974 a iniciativa de realização do ágape de confraternização desta Loj.:., tornando-o extensivo a todos os OObr.:. da nossa Aug.:. Ord.:., ideia essa não só bem acolhida como também fortemente participada, tendo comparecido no restaurante da Tobis Portuguesa (local onde várias vezes se reuniram os Ilr.:. em confraternização

¹³⁵⁷ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, pp. 795 e 796. António Ventura refere, entre outros, os nomes de José Magalhães Godinho, Manuel Nunes Salvador, Abílio da Costa Mendes, Carlos Bércia Coimbra, José Santos Ferreira, Caetano Soares da Fonseca e João da Silva Vital.

¹³⁵⁸ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 796. Nesta obra António Ventura menciona os nomes de Fernando Vale, Luís Baeta de Campos, António Neves Contente Ribeiro e Manuel Monteiro;

¹³⁵⁹ A documentação existente em arquivo não é concordante em matéria de datas, havendo referências a 1 e a 13 de agosto de 1974;

¹³⁶⁰ Alguns documentos dão esta data como sendo do início de recrutamento de obreiros para a Loja, mas de facto foi apenas a decisão de retomar os trabalhos, correspondendo a data de 18 de outubro ao Levantamento de Colunas e elevação a Loja Capitular. Dela fizeram parte António Rodrigues Leal (n.s. Bakunine), João Creswell de Sousa, José Álvaro Lopes Figueiredo, Joaquim Araújo de Sá, Alexandre Maria Costa Vaz, António Marques Serra, Libânio Santos Jorge, José Luís da Costa, Ramon Machado de La Féria, António Cabral Júnior, Fernando Gomes da Costa e Melo, António Mário Fernandes Nunes, Abel Augusto Dias Neves, António Carlos da Rocha Marques, António de Sá Marques da Costa, Mário L. de Figueiredo, João Henriques de Morais (?), João Esteves Martins, Manuel Moura Silva Pereira e Carlos Alberto Macedo Soutelinho;

quando lhes era interdito) cerca de uma centena de Ilr.:.Daqui resultou que em 24 de Julho de 1975 havia já 165 Ilr.: em actividade“.¹³⁶¹

Este documento indica de seguida as Lojas Simpatia e União, Liberdade, José Estevão, Estrela d’Alva, Rebeldia e Cândido dos Reis, todas em Lisboa, Progresso, de Torres Vedras, que inicia a sua actividade em dezembro de 1974, Silêncio e Combate, em Estarreja, a trabalhar a partir de 1 de dezembro de 1974, e A Revolta, em Coimbra, como estando nessa data em actividade. O mesmo documento refere a existência, a partir de junho de 1974, de trabalhos preparatórios para a reativação dos trabalhos da Loja Pureza, de Lisboa, que se torna efetiva a partir de 1 de novembro desse ano, tendo como Venerável Acácio Gouveia e reunindo maçons oriundos de várias Lojas, que António Ventura sublinha serem todos de idade avançada.¹³⁶² Não sendo referido no documento atrás citado, em novembro de 1974, ainda que na documentação seja atribuída a data de 1 de dezembro, reaparece também a Loja União, do Porto,¹³⁶³ e em Dezembro reúne pela primeira vez depois do 25 de Abril a Loja Estrela d’Alva,¹³⁶⁴ recuperando muitos antigos Obreiros, como se pode ver pelas suas datas de iniciação.

Nesta dinâmica de retoma da actividade maçónica foram convocados todos os antigos Obreiros da Loja Rebeldia que se sabia estarem vivos e sondados com vista a retomarem a actividade, o que permitiu que esta Loja Levantasse Colunas a 15 de março de 1975¹³⁶⁵ com um quadro de doze Obreiros.¹³⁶⁶ Outras Lojas nasceram

¹³⁶¹ *Processo da Loja Cândido dos Reis, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹³⁶² VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 826. António Ventura refere José Portela Vidal com 92 anos e iniciado em 1912, Amílcar de Barros Queiróz com 78 anos e iniciado em 1929, Macário Mendes da Rocha Dinis com 72 anos e iniciado em 1929, Manuel Camacho Botica com 74 anos e iniciado em 1931, Tito Augusto do Vale com 74 anos e iniciado em 1927, Leopoldo Viana Xavier Rodrigues com 73 anos e iniciado em 1929, Amadeu Correia Lage com 76 anos, João Alexandre Garcia com 75 anos e iniciado em 1931 e António Pedro de Vasconcelos Lomelino com 75 anos e iniciado em 1928;

¹³⁶³ Foram seus instaladores A. H. de Oliveira Marques, Rui Rocha e Fernando Marques da Costa. Do seu quadro faziam parte Olívio da Silva França (1926), João José Machado Pereira (1929), Bernardino Machado de Sousa Vaz (1930), Luís Vale (1960), Amândio Ferreira Marques (1930), António Coutinho Monteiro Freitas (1961), Élio Correia Amorim (1933?), Albert Aspey (1945);

¹³⁶⁴ *Processo da Loja Estrela d’Alva, de Lisboa – correspondência*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. A primeira reunião realizou-se em 11 de dezembro de 1974. O quadro de Obreiros referente a esse ano continha os nomes de Raul Wheelhouse, Bruno Evangelista (1894), João da Costa Júnior (1895); Demétrio Duarte, Leonel Nunes, Luís Bettencourt (1909), António de Almeida (1908), Joaquim Marques dos Santos, José Joaquim Pascoal Gomes (1922), Urbino David dos Santos (1926), Armando G. Ramos (1911). Em breve entrariam na Loja José Manuel Matos Nunes (1944) e José Joaquim de Sousa (1902);

¹³⁶⁵ Um quadro de Lojas existente no Arquivo do Grande Oriente Lusitano refere para a Loja Rebeldia a data de 1 de julho de 1974, que cremos ter sido a data em que os seus antigos Obreiros foram convocados. Em artigo inserto n’*O Rebelde*, órgão informativo da Loja, é referida a data de 15 de março de 1975;

posteriormente, recuperando antigos Obreiros de décadas antes.¹³⁶⁷ Mais do que a formalização das estruturas maçónicas, a seguir a 1974 foi necessário recordar normas e procedimentos caídos no esquecimento, e clarificar questões rituais, administrativas ou de atos eleitorais, trazidos de novo à vida maçónica.

Ainda em 1976 o Decreto 9 de 16 de julho permite o reerguer de Colunas da Loja Liberdade e Justiça, de Lisboa. No Porto, seriam também reerguidas as Colunas da Loja Vitória, em 3 dezembro de 1978, ainda que o Decreto 34 de 20 de dezembro que admite à Regularização a Loja Vitória refira que esta Loja já havia retomado os trabalhos a 13 desse mês. Na realidade existe um documento sem data, ainda que pelo seu teor se vislumbre ter sido escrito anos depois, que refere ter-se gerado um movimento com vista a Levantar Colunas da Loja:

“assim, o Ir.: Machado Pereira do V. do Porto, que mantinha boas relações com (...) o saudoso Sap. G. M. Dr. Dias Amado, tentou logo, a partir de 1976, reunir os velhos MM. do V. do Porto entre os quais se contavam além de mim, o prof. Joaquim Batista de Freitas, José Fontes Portela Junior, João António Godinho de Almeida, Rogério dos Santos e Manuel Vieira. Após vários contactos conseguiu-se que o Sap. Gr. M. Dias Amado reunisse com este grupo de maçons. Tendo-se realizado, no início de 1978, no Grande Hotel da Batalha uma reunião (...) com o objectivo de a L. Vitória levantar Colunas. Foram então iniciados os trâmites regulamentares para que isso fosse uma realidade. Depois de várias tarefas e encontros realizados, no dia 3 de Dezembro de 1978, na Rua Chã, nº 130, 2º andar, Porto, sob a presidência do mais velho em idade, Joaquim Baptista de Freitas, constituiu-se aquele grupo de I. Ir. em Loja em instância sob a denominação de Vitória”.¹³⁶⁸

A retoma dos trabalhos teve o particular empenho de A. H. de Oliveira Marques, Fernando Marques da Costa, Rui Rocha, Dias Amado e Mário Cal Brandão, que criam uma dinâmica de crescimento que dará os seus frutos no momento e no futuro, com a expansão da Maçonaria no Porto, recuperando velhas tradições da

¹³⁶⁶ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013, p. 825. Faziam parte do Quadro de Obreiros Luís Rebordão, Henrique Corte Real, Adelino da Palma Carlos, José Neves Sales Grade, Daniel Neves Sales Grade, José Maria Bastos, José Souto Teixeira, José Marques Simões, Júlio Ribeiro da Costa, José Alves da Cruz Ferreira, Virgílio Rebordão, e Raul Cardoso Madeira. No entanto podemos acrescentar que nesta reunião “o Ir.: Ramiro Hugo Bastos Gonçalves, compareceu acompanhado do Ir.: Mário Formosinho Sanches, que se queria regularizar” in *Boletim O Rebelde*, nº 1, 1985, *Documentos vários*, Arquivo de João Alves Dias;

¹³⁶⁷ Uma destas Lojas foi O Futuro, cujo quadro de 30 de junho de 1976 inclui Maximino Esteves de Araújo (1923), José Roberto de Brito (1946), José da Costa Veiga (1948), Jaime de La Rosa Raposo (1950), Alberto Ferreira dos Santos (1949), Rui da Costa Pina e Brito (1962), Mário Santana Alves (1964), Fernando Dâmaso Rodrigues (1964), Manuel da Silva Brito (1964), António Barata M. da Fonseca (1964) e José Joaquim Águas (1966);

¹³⁶⁸ *Cartas e documentos vários – renascimento da L. Vitória*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

história maçónica portuense.¹³⁶⁹ Citem-se os exemplos de Manuel Luís Guedes Pinheiro, originário da Loja Comuna, participante na campanha de Humberto Delgado, preso pela Polícia Política na década de sessenta e empenhado na recolha de fundos para o jornal *República* e que em 1979 será regularizado na Loja União, ou ainda de Élio Correia de Amorim, fundador da Loja União.

No Porto, a renovação da Maçonaria implicou igualmente a criação de condições mínimas para o trabalho maçónico. A ligação de Manuel António de Azevedo ao sector ferroviário permitiu o aluguer de instalações na Rua Chã, contando-se ainda com a notável colaboração de Élio Correia de Amorim, que ofereceu todo o papel de parede para a decoração. Não deixava de ser uma Maçonaria com dificuldades, fosse em Lisboa, no Porto ou em Coimbra, onde a principal força residia no carácter voluntarista de cada maçom.

Por seu lado o Conselho da Ordem, a par com um provisório recenseamento de Obreiros, emite a Circular nº 1 com data de 1 de junho de 1974, onde se pode ler:

“Interpretando o Cons.: da Ord.: os sentimentos Patrióticos e Humanitários de todos os Maçons que continuam empenhados na reconstrução da Sociedade Portuguesa e do seu bem estar, vem por este meio dirigir o seu apelo a todos os maçons para que retomem os seus ttrab.: e, portanto, passem a exercer a sua actividade maçónica em RResp.: LLoj.: ou em RResp.: TTriang.: da Obediência. Nestas condições, todos se devem dirigir ao Pod.: Cons.: da Ord.: solicitando a sua reintegração maçónica, seja qual for a situação em que se encontrem perante a nossa Aug.: Ordem”.¹³⁷⁰

Estas indicações são sublinhadas na Circular nº 2, com data de 20 de novembro desse ano, onde se pode ler que

¹³⁶⁹ Mário Cal Brandão que se havia regularizado na Loja José Estevão, de Lisboa, transfere-se para a Loja Vitória, do Porto;

¹³⁷⁰ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Circular assinada por Luís Dias Amado, enquanto Presidente do Conselho da Ordem e Armando Adão e Silva como Grande Secretário Geral. Nesta Circular os Irmãos são aconselhados a contactar o Grande Secretário Geral na Rua de S. Julião 72 – 2º, em Lisboa. Na sequência desta Circular voltaram ao ativo, mantiveram-se nas suas Lojas ou estando em atividade integraram-se em outras Lojas, diversos Irmãos iniciados na clandestinidade ou até antes da instauração da Ditadura. Entre outros foram os casos de João Pedro Duarte Costa (1925), João da Silva Vital (1928), Abílio da Costa Mendes (1932), José Magalhães Godinho (1930), Luís Vale (1960), Fernando Baeta Cardoso Vale (1923), Manuel Mendes Moiteiro (1925), Fernando Simões Maia do Valle (1971), Mário Simões do Vale (1970), José dos Santos Ferreira (1960), Amílcar Queiróz (1954), Júlio Ribeiro Costa (1929), Daniel Sales Grade (1932), Virgílio Rebordão (1929), Caetano Soares da Fonseca (1958), José Dantas de Sousa Baracho (1960), Sebastião Dantas de Sousa Baracho (1960), Artur Cordeiro (1932), Nuno Rodrigues dos Santos (?), Raul Rego (1972), Gustavo Soromenho (iniciado em 1935 e regularizado em 1973), João Luz Ribeiro da Silva (1973), Alípio Cacela (?), M. T. B. Andrea (1972), Vasco da Gama Fernandes (?), José Simões Coimbra (?), Fernando Henrique Vaz (1948), Adosindo Sousa Leite (1951). Manuel Nunes Domingos (1960), Carlos Alberto Gonçalves Estorninho (1972), Adelino Paiva Moura (1974), A.H. de Oliveira Marques (1973);

“reconhecida como é necessária a atividade de todos os mmaç.: para o fortalecimento do Grande Templo Maçónico, em seguimento à nossa Circular nº 1 de 1 de Junho pretérito, exortamos todos os mmaç.: da Obediência a retomarem os seus ttrab.: sem demora, em LLoj.: e TTriâng.: seja qual for a situação em que se encontrem”.¹³⁷¹

Ao mesmo tempo que o Conselho da Ordem pede para que se façam esforços para trazer à atividade os Obreiros inativos e que se encontravam em condições de Regularização, o Decreto nº 3, com data de 10 de novembro de 1974,¹³⁷² determina que se proceda, “conforme o preceituado”, a eleições gerais nas Lojas durante o mês de dezembro. Era o primeiro passo ainda em 1974 para que, nas palavras de Adão e Silva, poucos anos depois, a Maçonaria pugnassem para que se instalasse no país “um clima de apaziguamento, de esforço criador e de respeito pela garantia dos direitos civis, políticos e económicos e sociais de todos os cidadãos”.¹³⁷³

Vivia-se a chegada a bom porto da Maçonaria portuguesa depois a tormenta de quarenta e oito anos de Ditadura. Uma travessia difícil mas coroada de sucesso graças a maçons que seguiram as pisadas de Magalhães Lima e de António José de Almeida.¹³⁷⁴ Era o revigorar com Força e Vigor dos valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Luís Rebordão resignou então ao seu cargo de Grão-Mestre em favor de Dias Amado, nomeado interinamente em 1974 e eleito em 1975 com mandato até 1981, depois de ter exercido o cargo de Grão-Mestre Adjunto desde 1957. Como Grão-Mestre Adjunto foi escolhido Carlos de Sá Cardoso, continuando Luís Rebordão a exercer o cargo de Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho.

O Decreto nº 2, de 15 de abril de 1975, nomeia Adelino da Palma Carlos como Presidente do Grande Tribunal Maçónico, tendo este órgão como vogais Olívio França, Sebastião Dantas de Sousa Baracho, Nuno Rodrigues dos Santos e Aníbal

¹³⁷¹ *Circulares do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹³⁷² *Decretos do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹³⁷³ *Documentos diversos do Conselho da Ordem*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano. Discurso de Adão e Silva à Grande Dieta em 21 de março de 1981;

¹³⁷⁴ A eles poderíamos acrescentar António Maria da Silva, Oliveira Simões, António Augusto Curson, Hélder Ribeiro, Jaime Cortesão, Inácio Quintela Emauz, Ramon Nonato de La Féria, Costa Pina, Maurício Costa, Manuel Mendes, Augusto Arala Chaves, Augusto Monteiro, Henrique Barbeiros Pinto, José Maria Freire de Andrade, Guilherme Francisco Aguiar Branco, Álvaro Marinha da Costa, Raul Madeira, Adolfo Correia da Fonseca, Manuel Francisco Sargo Júnior, Fernando Vale, Costa e Melo, Emídio Guerreiro, Luís Gonçalves Rebordão, Roberto Brito, Dias Amado, Adão e Silva, Veiga e Sousa, Carlos Cal Brandão, António Macedo, Sá Cardoso, José Magalhães Godinho, Marcelo Curto, Catanho de Meneses, Tito de Morais, José Ribeiro dos Santos, Eurico Ferreira, Herculano Pires, Teófilo Carvalho dos Santos, José Francisco Silva, Vasco da Gama Fernandes, António Portilheiro, Carlos Candal, Maldonado Gonelha, José Luís Nunes, Raul Rego ou Oliveira Marques, entre muitos outros;

Costa. No mesmo Decreto Gustavo Soromenho é nomeado Conservador Geral de Justiça. A 10 de maio de 1975, pelo Decreto nº 4, é determinada a constituição do Conselho da Ordem através de Adão e Silva, como Presidente, Joaquim Araújo e Sá, da Loja Cândido dos Reis, de Lisboa, como Grande Secretário Geral, Simões Coimbra, da Loja Simpatia e União, de Lisboa, como Grande Tesoureiro, Ramon Machado de La Féria, também da Loja Cândido dos Reis, como Grande Secretário das Relações de Justiça e Francisco Marques Repas, da Loja Simpatia e União, como Grande Secretário das Relações Litúrgicas. Como membros suplentes do Conselho da Ordem foram nomeados Abílio Mendes e Adosindo de Sousa Leite, e como Adjuntos Luís Bettencourt, Adelino Cabral Júnior, Antero da Palma Carlos e Carlos Alberto Macedo Soutelinho.

Este processo de reorganização e reforço da atividade maçónica foi longo e difícil, mesmo alguns anos após o 25 de Abril. A. H. de Oliveira Marques, em carta dirigida a Dias Amado com data de 8 de fevereiro de 1975, manifesta a vontade dos Irmãos mais recentes de introduzirem algum dinamismo na vida do Grande Oriente. Nessa carta pode-se ler que “o grupo dos mais novos está desejando fazer qualquer coisa, sobretudo agora. A nossa actividade é inferior à de antes do 25 de Abril”.¹³⁷⁵ O Boletim do Grande Oriente, cuja publicação havia sido interrompida em 1931, retoma a sua publicação em 1979, nele se podendo ler o apelo de Dias Amado para que:

“todos os maçons o amparem com a sua boa vontade, com o seu espírito de Fraternidade e com renovado entusiasmo para que alguma coisa possamos legar aos nossos futuros Ilr.: , testemunho de continuidade duma obra que se fundamenta na defesa da Liberdade, no culto da Justiça, na pesquisa da Verdade, na prática da Tolerância e no exemplo da Solidariedade”.¹³⁷⁶

E a propósito do reforço da atividade maçónica, neste mesmo Boletim, sob o título “Expansão” é inserida uma nota reveladora da vontade de fazer algo, onde se pode ler:

“debruça-te I.: Sobre o mapa da próxima página. Decerto encontrarás nele localidades que não têm ainda Loja, Triângulos ou Delegados maçónicos. Se conheces nessas localidades homens dignos de entrar na Nossa Ordem informa o Conselho da Ordem. Podes propô-los para a tua Loja e deverás fazê-lo se os achas dignos disso, mas só a coordenação de esforços permitirá a rápida

¹³⁷⁵ *Cartas e documentos vários*, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

¹³⁷⁶ *Boletim do Grande Oriente Lusitano*, nº 1/79, maio de 1979, Lisboa, Grémio Lusitano, 1979, pp. 6 e 7;

institucionalização de Lojas e Triângulos locais, elos da cadeia da Fraternidade Universal”.¹³⁷⁷

Os anos seguintes serão também de apelo à dinamização interna, como no Decreto 86, de 17 de junho de 1981, que relembrando que “a Maçonaria recomenda aos seus adeptos a propaganda pelo exemplo e pela palavra falada e escrita” determina o relançamento e dinamização da associação profana Grémio Lusitano, sendo para esse afeito constituída uma Comissão presidida pelo Grão-Mestre e composta por A. H. de Oliveira Marques, Fernando Teixeira, José Medeiros Ferreira, José Tiago de Oliveira, Luís Bettencourt, Adelino da Palma Carlos, Fernando Marques da Costa e Rafael Gomes Filipe.

Era a altura da Maçonaria se revigorar. Era tempo de, recordando às palavras de Raul Rego: “recuperada a liberdade há que lutar para que ela não se perca mais, vivendo-a intensa e conscientemente e fazendo compreender a todos que a base do progresso social e material está nos valores humanos e no respeito da inteligência e dos direitos do Homem”.¹³⁷⁸

¹³⁷⁷ *Boletim do Grande Oriente Lusitano*, nº 1/79, maio de 1979, Lisboa, Grémio Lusitano, 1979, pp. 7 e 8;

¹³⁷⁸ DIAS, João José Alves, *Raul Rego (1913-2002)*, catálogo da exposição, Lisboa, Ed. Câmara Municipal de Lisboa, 1973, p. 16;

IV

CONCLUSÃO

Entre 1926 e 1931, muitos maçons que lutaram contra a Ditadura Militar, procurando regressar à normalidade constitucional, acabaram por ser demitidos dos seus empregos, presos, deportados ou remetidos ao exílio. No entanto, a Maçonaria, enquanto tal, não foi muito afetada com o 28 de Maio, com maçons a participarem no golpe e outros a oporem-se, alinhando nos dois lados da barricada e também nos confrontos militares de 1927 e 1928, assim como com maçons a apoiarem e a oporem-se vigorosamente à marcha da Ditadura. As Lojas continuaram a trabalhar, pese embora o ambiente antimaçónico que crescia na imprensa e em algumas manifestações de força por parte de um setor identificado com a igreja, com monárquicos ou com integralistas. A participação de maçons no 28 de Maio não se traduziu na adesão de muitos ao regime após 1933. Na sua maior parte pretendiam uma acalmia social e política, defendendo um regime de força transitório, procurando contrariar a hegemonia dos “democráticos” para depois regressarem à normalidade constitucional.

Em 1929 crescia a pressão sobre a Maçonaria com os assaltos às sedes maçónicas, que se prolongaram até 1931. Era um ambiente de intimidação, persistentemente construído, onde no interior da Maçonaria se defrontavam duas visões distintas sobre a vida política e social: uma da direita republicana, presente em algumas Lojas do GOLU, e outra, mais avançada republicana radial e até mesclada de ideias marxistas e anarco-sindicalistas. É verdade que a política devia estar ausente da atividade das Lojas, mas em Portugal, como na Europa nessa época, esses territórios não eram estanques e a própria Maçonaria mostrou-se incapaz de contrariar a marcha em direção ao Estado Novo e a um regime que se prolongaria até 1974.

Tendo vivido uma relativa acalmia entre 1932 e 1935, apenas contrariada por monárquicos e nacional-sindicalistas, este período foi marcado pela instauração do Estado Novo, em 1933, data que considerámos para balizar as grandes mutações políticas do país. A instauração do Estado Novo marca uma construção ideológica coerente que se opõe à Maçonaria. A partir daqui, a perseguição aos maçons por parte do regime não era feita apenas com base na participação ou não em quaisquer manifestações de divergência política, mas antes com uma justificação

ideológica que atribuía todos os males políticos, sociais e económicos às ideias decorrentes da Revolução Francesa primeiro, ao liberalismo depois e finalmente à I República.

A partir de 1935, as ideias da Liberdade, Igualdade e Fraternidade ou a defesa dos ideais da República de 1910, tornam-se elegíveis como motivo de desconfiança para o regime. Tal como em 28 de Maio, não houve um comportamento uniforme por parte das Lojas maçónicas e dos maçons em particular. Se é verdade que a defesa da Liberdade deveria presidir a todas as atitudes, a verdade é que havia maçons perseguidos a par de maçons que aderiam convictamente ao regime, e outros que faziam a ponte entre os dois campos, não poucas vezes fazendo emergir o seu sentido de Fraternidade e solidariedade para com outros Irmãos e para com a Obediência. Situações que, ao contrário do que por vezes se pensa, não reflete a obediência a um comando único ou a uma ideia seguida acriticamente, mesmo que ao conjunto das Lojas se chame Obediência.

Mas a ilegalização da Maçonaria, ocorrida em 1935, determinou alterações profundas no funcionamento das Lojas. Em primeiro lugar, elas perderam o seu carácter fortemente politizado, que vinha de antes da implantação da República, emergindo cada vez mais uma componente simbólica e de desafio racional e intelectual. A vida maçónica, após 1935 fez-se de avanços e recuos. Fez-se também de momentos de entusiasmo, por norma coincidentes com os atos eleitorais, e de desalento e desânimo quando os resultados escassearam. E de esperança, ansiando o próximo momento de entusiasmo, tal como sucedeu a comunistas, socialistas ou a anarco-sindicalistas.

O certo é que o período 1935 a 1974 não foi um deserto como se poderia pensar. Nem provocou o desaparecimento da Maçonaria, como pretendiam os partidários do regime. Se 1935 gerou uma diversidade de atitudes, desde os que abandonaram as fileiras maçónicas até aos que optaram por combater o regime pelo confronto, passando pelos que nele se integraram, esse período também foi um fator de unificação. As divergências de ideias e métodos depois de 1910, as dissidências ou as intrigas palacianas do início da década de trinta, deram lugar a um cerrar de fileiras em que quase todos abraçaram a defesa dos ideais da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Não foi uma mutação fácil, mas rápida no tempo, 1926-1935, nove anos apenas. A Maçonaria teve de abandonar a sua mais marcante característica, a produção de reflexão intelectual, privada que foi da liberdade de se organizar, reunir

e de se exprimir. Essa privação, juntamente com a rarefação de Obreiros, levou a crises profundas na massa crítica, tão mais grave quanto a Maçonaria, na década de sessenta, demorou a adaptar-se a uma nova sociedade, com novos hábitos e com novos desafios, no plano político, económico ou social e moral. Mas a “travessia do deserto”, que constituiu a sobrevivência durante o período da Ditadura, depurou a Maçonaria da sua excessiva politização no período anterior a 1935. É também visível que, apesar de atravessar momentos distintos, a Maçonaria foi marcada por uma contradição justificada pelos seus arquétipos filosóficos. Se, por um lado, o espírito de cidadania impera e nela se questionava permanentemente a realidade que rodeava cada maçom, cada Loja e a própria Obediência, por outro lado toda a atividade assentava na Tradição, não devendo esta ser vista como um acumular no tempo de gestos e ideias, mas antes como parte do percurso maçónico. A par com propostas inovadoras em termos sociais, económicos ou no campo do ensino, a persistência de outras, cuja génese remonta ao século XIX, e de que o pensamento colonial é um exemplo, a par com o valor dado ao ensino como base do que hoje designamos de cidadania, traduzida no exercício responsável dos direitos e deveres para com o todo social, o Estado e a ideia de Bem Comum. Mas vemos também que a reflexão, o debate no seio das Lojas de novas ideias e a consequente produção de trabalhos escritos, viveu ao sabor das épocas, da liberdade proporcionada e até de fatores externos à própria Maçonaria, relacionados com o ambiente cultural da época ou a motivação para a reflexão desapaixonada. Nos anos vinte nota-se uma diminuição dessa reflexão, aliás reconhecida em alguns estudos e que podemos atribuir à instabilidade social e política. No período que decorre entre 1935 e 1974, claramente a rarefação dessa produção é devedora das peculiares limitações impostas pela clandestinidade e dos poucos que aderiram a uma Maçonaria ilegalizada pelo poder político, situação à qual se adicionavam as divergências internas, cujos custos foram marcantes especialmente no período 1930 – 1935, ou as vicissitudes por que passou o acervo documental das Lojas, causadoras da escassa documentação hoje existente e que condicionam as conclusões sempre em revisão sobre esse período, porque impede de reconstituir com rigor a atividade das Lojas e até a pertença à Maçonaria, especialmente após 1935. De 1926 a 1974, existiu uma Maçonaria tensa, ainda que por razões distintas, atravessada pela adversidade de condições, onde a partir de 1935 é visível a desistência de alguns, a dispersão de outros, mas também a persistência de outros.

Aos poucos, a maçonaria foi perdendo a sua posição de vanguarda que tivera durante a I República, para sobreviver em torno de uma escassa elite cultural e

social, maioritariamente urbana, com o cosmopolitismo possível da sociedade portuguesa, que tentava encontrar na sua génese filosófica a paixão pelo debate de ideias e a possibilidade de proporcionar aos outros a reflexão e a militância cívica, ainda que limitada. Os temas em debate, que conhecemos, denotam uma simplificação, predominando questões de ordem ritual, que se vão rarefazendo à medida que avançamos nas décadas de sessenta e setenta, mas nunca esquecendo a abordagem histórica ou temas de ordem social como a Paz, os Direitos do Homem ou a Maçonaria e a Sociedade.

Com fronteiras pouco distintas entre a atividade maçónica e a militância nas fileiras da oposição democrática, assistimos a uma atividade reduzida, com momentos críticos, como é o caso da década de sessenta, onde os momentos de crença no fim do regime alternam com a desilusão. Exemplo disso são os anos a seguir ao fim da II Guerra Mundial, ou os momentos eleitorais protagonizados por Norton de Matos e Humberto Delgado, ou os primeiros tempos do consulado de Marcelo Caetano, com quebras momentâneas após estes momentos de referência marcados também por algum relativo reavivar da atividade maçónica. Foi este ponto baixo na década de sessenta que permitiu o virar de página para os anos que se seguiram. Permitiram outro olhar sobre o mundo e sobre os Direitos Humanos, novas ideias que se conjugaram com os valores vindos de trás, a ambição de construir uma outra estrutura, concretizada após 1974, e a abertura a novos maçons que por si só trouxeram novas ideias, sendo disso exemplo os “pentágonos” criados no final da década de sessenta e que impediu um ponto de não retorno na sua progressão. Foi significativo esse esforço em atualizar ideias e práticas, num ambiente de clandestinidade, em matéria social, moral ou da política colonial.

Num contexto político tenso, internacionalmente pela Guerra Fria, pela crise petrolífera no início da década de setenta ou por ações violentas, e nacionalmente pelo confronto político físico e verbal, pela guerra colonial ou por atos praticados por forças políticas mais radicais, em 1974, a Maçonaria encarava o país político com expectativa, incrementando a sua atividade como um momento único que não podia perder, o que implicou a sobrecarga dos poucos que a integravam. Tal é visível na rapidez das decisões, porque concentradas nas mãos de poucos, porque as estruturas eram ligeiras e flexíveis, e porque os seus regulamentos eram muito dependentes do poder unipessoal do Grão-Mestre. Era também uma Maçonaria frágil, acabada de recuperar a sua sede, depauperada economicamente e, por fim, dirigida por gente idosa, onde escasseavam os jovens. Uma certeza, no entanto,

havia. Nos grandes momentos da vida do país, na campanha de Norton de Matos, de Delgado ou noutros, os maçons estiveram presentes, mesmo que a ilegalizada Maçonaria não o estivesse enquanto tal, seguindo o aforismo de que em Maçonaria onde está um maçom está a Maçonaria.

V

GLOSSÁRIO

Abater Colunas – encerrar a atividade de uma Loja

Arquit .: – arquitetura

Aug.: Ord.: – o mesmo que Ordem mas sublinhando a ancestralidade

Balaústre – trabalho maçónico ou ata em Altos Graus

Ben.: – benemérita ou benemérito; var. Benem .:

C.: – caro; pl. CC.:

Cam.: – Câmara; pl. CCam.:

Cap.: – Capítulo ou Capitular

CCol .: – Colunas

Cons.: da Ord.: – Conselho da Ordem

Const.: – Constituição

Dec.: – Decreto; pl. DDec.:

Esc.: Of.: – Escola Oficina

E.:V .: - Era vulgar, designação usada para o calendário profano

Frat.: – Fraternidade, fraternal ou fraterno

G.: M.: – Grão-Mestre; var. Gr.: M.:

G.: M.: Adj.: – Grão-Mestre Adjunto

Ger .: – geral

Gr.: – grau ou grande

Gr.: Or.: – Grande Oriente

Grande Dieta – reunião magna das Lojas da Obediência

Grande Loja – Reunião magna das várias Lojas da Obediência ou designação geral para o conjunto de Lojas que constituem uma Obediência de inspiração anglo-saxónica

Grande Oriente – Conjunto de Lojas que constituem uma Obediência de inspiração latina

Igual.: – Igualdade

Il.: – Ilustre; pl. III.:

Ir.: – Irmão; pl. IIr.: ; var. Irm.:

Levantar Colunas – criar uma Loja

Lib.: - Liberdade

Loj.: – Loja; pl. LLoj.:

Lus.: - Lusitano

M.: – Mestre; pl. MM.:

Maç.: – Maçonaria, maçónico ou maçom, consoante texto; pl. MMAç.:
 N.: A.: O.: – Nossa Augusta Ordem
 n.s. – Nome Simbólico
 Ob.: – Obreiro; pl. OOb.: ; var. Obr.:/OObr.:
 Obed.: – Obediência, designação para a estrutura que agrupa de várias Lojas e Triângulos
 Oc.: - oculto
 Of.: – Oficina, indiferentemente Loja ou Triângulo; pl. OOf.:; var. Ofic.:
 Un.: - Unido
 Or.: – Oriente
 Ord.: - Ordem
 Ordem – designação geral para a Maçonaria, independentemente do país
 Oriente – zona geográfica ou territorial
 Pal.: Maç.: – Palácio Maçónico
 Pod.: – poderoso ou poder
 Port.: – português ou portuguesa
 Pr.: – prancha, trabalho maçónico ou ata nos graus simbólicos; pl. Ppr.:
 Prof.: – profano; pl. PProf.:
 Quad.: – quadro; pl. QQuad.:
 Quite – diz-se do ato de se afastar, definitiva ou provisoriamente da Loja
 Reg.: – Regulamento ou regular; var. Regul.:
 Resp.: – respeitável; var. R.:
 Rit.: – rito ou ritual
 Sec.: – Secretaria ou Secretário; var. Secret.:
 Sob.: Gr.: – Soberano Grande
 Societ.: - Sociedade
 Solidar.: - Solidariedade
 Sup.: Cons.: – Supremo Conselho
 Super.: – Superior
 Temp.: – Templo; pl. TTemp.:, sala de reuniões
 Trab.: – Trabalho; pl. TTrab.:
 Traç.: – traçado
 Tri.: – Triângulo; pl. TTriang.: ; vvar. Tr.: / Triang.:; pl. TTriang.:
 Un.: – Unido
 Val.: – Vale, o mesmo que oriente
 Ven.: - Venerável, pl. VVen.:
 Vist.: – vista; pl. vvist.:

VI

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 – Arquivos e Bibliotecas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo PIDE/DGS, Documentação apreendida, Arquivo Nacional da Torre do Tombo;
Arquivo PIDE/DGS, Processo Henrique Galvão e Maria de Lurdes Lucena Rosa Galvão, Arquivo Nacional da Torre do Tombo;
Arquivo PIDE/DGS, Registo Geral de Presos, Arquivo Nacional da Torre do Tombo;
Arquivo PIDE/DGS/propaganda apreendida, Arquivo Nacional da Torre do Tombo;
Arquivo Salazar, Arquivo Nacional da Torre do Tombo;

Arquivo do Grande Oriente Lusitano

Cartas e documentos vários, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Circulares do Conselho da Ordem, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Circulares do Supremo Conselho, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Decretos do Conselho da Ordem, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Documentos diversos do Conselho da Ordem, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Documentos diversos do Supremo Conselho, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Fundo Comissão de Estudos Coloniais – documentos vários, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Fundo Dias Amado – imprensa, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Fundo Documentos Diversos, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Fundo Legião Portuguesa, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Fundo Supremo Conselho, Documentos vários, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Fundo Myriel (Eurico Aguiar da Cruz) – papéis avulsos, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Fundo Ramon Nonato de La Féria – Correspondência, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Legislação 1914 – 1932, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Legislação 1933 – 1935, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Listagem de Lojas e Triângulos, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Livro de Registo das Lojas do Grande Oriente Lusitano Unido, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Livro de Registo dos Obreiros do Grande Oriente Lusitano Unido, livros 1 a 9, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Livro de Registo dos Obreiros do Grande Oriente Lusitano Unido 1932 – 35, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Livro de Registo - Quadros do Sup.: Cons.: do 33º Gr.: do Rito Escocês Antigo e Aceito, s. dt;
Livro de Registo dos Triângulos do Grande Oriente Lusitano Unido, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;
Loja Pureza – relatório, Lisboa, Ed. Loja Pureza, 1934, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Processo das Lojas do Grande Oriente Lusitano Unido – correspondência, 1º de Janeiro, de Lourenço Marques, 1º de Maio, de Lisboa, 8 de Abril, de Angra do Heroísmo, Acácia, de Lisboa, Ação Renovadora, de Ribeira Grande, Aliança, de Lisboa, Aljubarrota, das Caldas da Rainha, Amor da Pátria, da Horta, Atlântida, do Funchal, Cândido dos Reis, de Lisboa, Cavaleiros da Paz e Concórdia, de Lisboa, Cavaleiros da Luz e Verdade, de Lisboa, Companheiros da Paz, de Ponta Delgada, Cruzeiro do Sul, de Lourenço Marques, Elias Garcia, de Lisboa, Estrela d’Alva, Fernandes Tomás, da Figueira da Foz, Estrela do Sul, de Olhão, Fiat Lux, de Lisboa, Fraternidade, de Viana do Castelo, Fraternidade Colonial, de Lisboa, Germinal, da Figueira da Foz, Humanidade Universal, de Vila Luso, Independência Nacional, de Luanda, Invicta, do Porto, Irradiação, de Lisboa, José Estevão, de Lisboa, Lealdade, de Lisboa, Liberdade, de Lisboa, Liberdade, do Funchal, Liberdade e Justiça, de Lisboa, Liberdade e Progresso, do Porto, Luís de Camões, de Lisboa, Lusíadas, do Lubango, Lusitânia, de Lourenço Marques, Luz e Liberdade, de Braga, Luz e Vida, do Porto, Madrugada, de Lisboa, Montanha, de Lisboa, O Futuro, de Lisboa, Ofir, da Beira, Ordem e Trabalho, do Porto, Ordem e Progresso, de Lisboa, Pátria Integral, de Luanda, Pátria Nova, do Bié, Paulo Dias de Novais, de Malange, Paz, de Lisboa, Portugal, de Coimbra, Progredior, do Porto, Progresso, de Torres Vedras, Pureza, de Lisboa, Realizar, de Lisboa, Rebeldia, de Lisboa, Redenção, de Coimbra, Regeneração 20 de Abril, de Torres Novas, Renascença, de Lisboa, Renovação, do Funchal, República, de Évora, República, de Lisboa, República Portuguesa, de Madrid, Retidão, de Lisboa, Revoltar, de Almada, Revoltando, da Maia, Seara de Luz, Serra da Estrela, da Covilhã, Serrania, de Lisboa, Silêncio e Ação, de S. Roque, Simpatia e União, de Lisboa, Silva Porto, de Vila General Machado, Bié, Solidariedade, de Lisboa, Tâmega, de Chaves, Tavares de Carvalho, de Nova Lisboa, Trabalho, do Funchal, União, do Porto, Vitória, do Porto, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Processo dos Triângulos do Grande Oriente Lusitano Unido – correspondência, do nº 251, de Alenquer, nº 296 de Angra do Heroísmo, nº 363 de Dili (Timor), nº 271 do Lobito (Angola), nº 246 de Marco de Canavezes, nº 278 da Praia (Cabo Verde), nº 257 de Sesimbra, Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Publicações várias (miscelânea), Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

Biblioteca Nacional

Cartas, comunicações e documentos vários, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

Fundo Luís Falcão da Fonseca, séc. XVIII a XX, caixas 3 e 5, reservados, Biblioteca Nacional;

Fundo Maçonaria Portuguesa (1883-1935), reservados, caixas 1 a 9, Biblioteca Nacional;

Biblioteca do Grande Oriente Lusitano

Publicações várias (miscelânea), Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada

Fundo (de) Polícia/Comando de Ponta Delgada, Caixa 1, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada;

Fundação Mário Soares

Fundo DCD Documentos Carvalhão Duarte/Simões Raposo, Fundação Mário Soares;

Fundo DBG Documentos Bernardino Machado, Fundação Mário Soares;

Fundo DFC Documentos Afonso Costa, Fundação Mário Soares;

Fundo DFLC Documentos Francisco Lyon de Castro, Fundação Mário Soares;

Outros

Fundo Documentos reservados, Grão-Mestrado do Grande Oriente Lusitano, Lisboa;

2 – Arquivos particulares

Diários de João Silveira Bettencourt, anos de 1926 a 1931, Arquivo de João Bettencourt;

Documentos vários, Arquivo de António Lopes;

Documentos vários, Arquivo de António Ventura;

Documentos vários, Arquivo de Fernando Marques da Costa;

Documentos vários, Arquivo de João Alves Dias;

Documentos vários, Arquivo de José Manuel Martins;

Documentos vários, Arquivo de Manuel Falcão;

Fundo da Loja Germinal, Arquivo de José Manuel Martins;

3 – Publicações periódicas

“Abaixo a Maçonaria” in *A Voz*, de 28 e 31 de janeiro de 1935;

ABREU, Rodrigo de, “General Norton de Matos” in *República*, de 2 de janeiro de 1965, Lisboa, 1965;

“Acto (O) da entrega ao governo da antiga Maçonaria” in *Arquivo Nacional*, de 14 de abril de 1937;

“Ainda mexem” in *Diário da Manhã*, de 25 de abril de 1935;

“Assembleia Nacional” in *Diário de Notícias*, de 30 de janeiro de 1935;

“Assembleia Nacional” in *A Renascença*, de 15 de maio de 1935;

“Associações secretas” in *Correio do Minho*, de 21 de maio de 1935;

Boletim do Grande Oriente Lusitano, nº 1/79, maio de 1979;

Boletim do Grande Oriente Lusitano, Janeiro, Fevereiro e Março de 1980;

Boletim Informativo da Cruzada das Mulheres Portuguesas, relatório das gerências 1930 – 1931 – 1932, Lisboa, 1933;

Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido, anos de 1924 a 1930;

CASTANHEIRA, José Pedro, “Salazar 40 anos” in *Expresso* de 28 de julho de 2010, https://expresso.pt/dossies/dossiest_actualidade/doss_salazar_40_anos/salazar-foi-acompanhado-por-43-medicos=f596315;

COLAÇO, Tomás Ribeiro, “O elogio da Maçonaria” in *Fradique*, de 14 de fevereiro de 1935;

COIMBRA, José Eduardo Simões, “História da Maçonaria em Portugal” in *Revista do Grémio Lusitano*, nº 1, novembro de 1997;

“Como ensinamos as ciências” in *Boletim da Escola Oficina nº 1*, nº 2 1918;

“Como o operário deveria aproveitar o seu tempo” in *A Batalha*, nº 152, outubro de 1926;
 “Conferências” in *Boletim do Grande Oriente Lusitano Unido*, números 7 e 8, 1930;
 COSTA, Fernando Marques da, “O Grão-Mestre e o grão-mestrado de Luís Gonçalves Rebordão” in *Revista de Maçonaria*, nº 1, dir. Fernando Marques da Costa, novembro 2020;
 “Das ideias e dos factos” in *A Voz*, de 5, 7, 9,12 e 25 de novembro de 1933 e 20 de janeiro 6 de maio de 1935, Lisboa;
Diário das Sessões da Assembleia Nacional, suplemento ao nº 39, 2 de Abril de 1935; nº 43 de 6 de abril de 1935; nº 91, 11 de dezembro de 1936; suplemento ao nº 100, 11 de janeiro de 1937; nº 109, 23 de janeiro de 1937;
 “Dias Amado em entrevista a A Capital” in *A Capital*, 15 de dezembro de 1978, Lisboa, 1978;
 “Educação (A) e o operariado” in *Germinal*, nº 2, março 1916;
 “Escolha (A) do candidato da oposição à presidência da República” in *Boletim Informativo da Legião Portuguesa*, Fas. 24, class. confidencial, Lisboa, Dezembro de 1958;
 “Estado (O) e a Igreja” in *A Capital*, 10 de março de 1926;
 “Fala o Grão-Mestre – Norton de Matos aproveita um jornal americano para atacar a Ditadura Nacional” in *A Voz*, de 19 de setembro de 1931;
 “Funeral (O) de Magalhães Lima” in *Diário de Notícias*, 13 de Dezembro de 1928;
 “Funeral (O) do ilustre democrata Dr. Magalhães Lima” in *O Século*, 10 de dezembro de 1928;
 “Grande (O) susto da maçonaria alemã” in *Diário da Manhã*, de 10 de novembro de 1932;
 “Ideias (das) e dos factos – Manejos maçónicos na Península” in *A Voz*, 9 de Novembro de 1933;
 “Ideias (das) e dos factos – a Maçonaria na República espanhola” in *A Voz*, 25 de Novembro de 1933;
 LOPES, António e SANTOS, Joaquim Manuel Grave dos, “Américo Amorim Alves Leitão” in *Revista Grémio Lusitano*, nº 16, 2º semestre de 2010;
 “Luz a jorros sobre a Maçonaria – um parecer notável” in *A Voz*, 3 de maio de 1935;
 “Maçonaria (A), a sua história e os seus malefícios, Parecer da Câmara Corporativa sobre o projecto do sr. dr. José Cabral” in *A Voz*, 2 de abril de 1935;
 “Maçonaria (A), inimiga dos trabalhadores” in *Revolução*, de 4 de fevereiro de 1933;
 “Maçonaria (A) ressurgue em Portugal” in *O País*, 6 de abril de 1977;
Maçonaria (A) em Portugal, (policopiado), Lisboa, Ed. Grémio Lusitano, 1984;
 “Maçonaria (A) na primeira pessoa” in *A Luta*, de 7 de outubro de 1976;
 “Magalhães Lima” in *A Voz da Verdade*, nº 394, 15 de dezembro de 1928;
 “Manifesto (O) dos socialistas” in *Diário de Lisboa*, de 10 de janeiro de 1949;
 “Manobras e Boatos - Sionismo e Maçonaria” in *Boletim Informativo da Legião Portuguesa*, Ano IV, nº 62, outubro de 1942, Lisboa, Ed. Junta Central da Legião Portuguesa, 1942;
 “Marinheiros de Portugal” in *O Libelo*, 12 de dezembro de 1926, Lisboa, 1926;
 MARQUES, A. H. de Oliveira, “Maçonaria: equívocos e realidades” in *Diário de Notícias*, 25 de agosto de 1975;

MARQUES, A. H. de Oliveira, “História da Maçonaria em Portugal” in *Revista de Maçonaria*, nº 1, dir. Fernando Marques da Costa, novembro 2020;

MATOS, José, “Norton de – biografia” in *Expresso*, 11 de abril de 2002;

“Memória (À) de Magalhães Lima” in *Diário de Notícias*, 8 de dezembro de 1928;

“Mensagem pró-maçonaria” in *A Voz*, 5 de fevereiro de 1935;

“Mensagem do Sap.: Grão-Mestre Dr. Luís Gonçalves Rebordão à Gr.: Dieta reunida no Gr.: Templo José Estêvão, em Lisboa, aos 26 de Março de 1975” in *Boletim do Grande Oriente Lusitano*, Janeiro, Fevereiro e Março de 1980, Lisboa, Grémio Lusitano, 1980;

“Minuto (Um) de Silêncio” in *O Lobito*, 14 de outubro de 1933;

“Momento (O) Político” in *Diário de Notícias*, 6 de abril de 1935, Lisboa, 1935;

“Monumento (O) ao Marquês de Pombal” in *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1934, Lisboa, 1934;

“Morreu Magalhães Lima” in *Diário de Notícias*, 8 de dezembro de 1928;

“Oposição” in *Diário de Lisboa*, nº 8523 de 15 de novembro de 1945, p.4;

“Oposições (As) e a política de unidade do PCP” in *Boletim Informativo da Legião Portuguesa*, Fasc. 26, class. confidencial, Fevereiro de 1959;

“Ordem Pública” in *O Século* 18 de abril de 1929;

“Origem (A) da franco-maçonaria” in *Unidade*, novembro 1958, Ed. Gabinete de Ação Cultural da LP, 1958;

“Palácio (No) da Maçonaria” in *Diário da Manhã*, de 10, 14, 16, 18, 21 e 22 de novembro de 1935;

“Palácio (O) Maçónico” in *Luz e Trevas*, Ed. Grémio Lusitano, s. dt.;

“Para (É) louvar” in *Correio do Minho*, 6 de maio de 1935;

“Papão (O) maçónico” in *Novidades*, de 9 e 15 de fevereiro de 1935;

“PCP (O) e as candidaturas da oposição” in *Documentação Político Social*, Ed. Gabinete de Ação Cultural da Junta Central da LP, 1958;

“PCP (O) e as próximas eleições presidenciais” in *Boletim Informativo da Legião Portuguesa*, Fasc. 19, class. confidencial, Abril de 1958;

PESSOA, Fernando, “Associações Secretas” in *Diário de Lisboa*, 4 de fevereiro de 1935;

PIMENTA, Alfredo, “A verdade sobre a franco-maçonaria” in *A Voz*, de 7 de fevereiro de 1935;

Pombal e o Monumento” in *A Voz*, de 15 de maio de 1934;

PRETO, Rolão, “Não !” in *Fradique*, de 14 de março de 1935;

“Proclamação” in *A Batalha - suplemento ao nº 2313*, 17 de junho de 1926;

“Projecto (O) de lei sobre associações secretas – o sr. dr. José Cabral responde ao artigo do sr. Fernando Pessoa” in *Diário de Lisboa*, 7 de Fevereiro de 1935;

“Quem é a taboleta” in *A Voz*, nº 2426 de 15 de novembro de 1933;

RAMOS, P. Aníbal, “O Sr. General Humberto Delgado anda a fazer namoro aos comunistas” in *Documentação Político Social*, Lisboa, Ed. Gabinete de Ação Cultural da Junta Central da LP, 1958;

“Rede (A) de espionagem maçónica” in *A Voz*, de 17 de julho de 1935;
Relatório de Contas e Gerência da Direção e Parecer do Conselho Fiscal do Asilo de S. João, Lisboa, anos de 1939 a 1974;
Relatório e Contas – Sociedade Promotora de Escolas, vários, Lisboa, Ed. Sociedade Promotora de Escolas, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;
Relatório do Conselho Administrativo (da Universidade Livre) 1911 a 1913, Ed. Universidade Livre, Lisboa, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;
“República (A) e o exército” in *Seara Nova*, nº 93, 23 de junho de 1926, Lisboa, 1926;
“República Popular” in *O Povo – jornal republicano da tarde*, de 4 de março de 1932;
“Restituição do Palácio ao Grémio Lusitano” in *Revista do Grémio Lusitano*, nº 7, 2003;
SANTOS, Manuel Pinto dos, “O estigma social da Maçonaria em Portugal – a propósito de um projeto de lei” in *Revista de Maçonaria*, nº 1, dir. Fernando Marques da Costa, novembro 2020;
“Só por ser portuguesa” in *Mocidade*, Boletim da Mocidade Portuguesa, nº 1, Janeiro-Fevereiro de 1951;
“Sociedades Secretas” in *Diário da Manhã*, de 5 de abril de 1935;
“Soldado e Apóstolo” in *A Plebe*, nº 1614, 16 de dezembro de 1928;
“Tempo (O)” in *A Voz*, ano de 1935 - 23 de Fevereiro de 1935;
“Tic-Tac” in *Diário da Manhã*, de 8 de novembro de 1933;
TORRES, Pinheiro, “O meu voto” in *A Voz*, 6 de maio de 1935;
“Últimos arrancos” in *Diário da Manhã*, de 21 de maio de 1935;
“Um projecto de lei de grande alcance” in *A Voz*, 22 de janeiro de 1935;
“Uma curiosidade” in *A Voz*, nº 2606 de 21 de maio de 1934;
“Violência (A) política e as sociedades secretas” in *Legião em Marcha*, Ano II, nº 38, junho de 1953;

4 – Bibliografia

4.1 – Dicionários

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I e II, Lisboa, Ed. Editorial Delta, 1986;
PINTASSILGO, Joaquim e PROENÇA, Maria Cândida, *Centros Escolares Republicanos in Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, II e III, coord. geral Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2013;
ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de história do Estado Novo*, vol. I e II, Lisboa, Ed. Bertrand Editora, 1996;

4.2 – Estudos

2º Ano de acção do governo de Marcelo Caetano, Lisboa, Ed. Direção Geral da Informação, 1971;
3º Congresso da Oposição Democrática – Conclusões, Lisboa, Ed. Seara Nova, 1973;

3º Congresso da Oposição Democrática – Teses, Lisboa, Ed. Seara Nova, 1973;

28 de Maio in *Boletim da Legião Portuguesa*, maio de 1940, Lisboa, Ed. Junta Central da Legião Portuguesa, 1940;

1930 – 1933 - *Publicações da Resp.: Loj.: Invicta nº 446*, Porto, 1933;

ACCORNERO, Guya, *A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o marcelismo*, *Análise Social*,
http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_208_a04.pdf

Aljube – A voz das vítimas, catálogo, coord. Alfredo Caldeira, Fernando Rosas e Raimundo Narciso Lisboa, Ed. Câmara Municipal de Lisboa, Comissão do Centenário da República, IHC da FCSH de Lisboa e Fundação Mário Soares, 2011;

ALMEIDA, Paulo, *A Maçonaria no Porto durante a 1ª república*, Lisboa, Chiado Editora, 2015;

AMARAL, Diogo Freitas do, *O antigo regime e a revolução – memórias políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Ed. Bertrand/Nomen, 1996;

ANTUNES, José Freire, *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*, Lisboa, Lisboa, Ed. Dom Quixote, 2013;

ANTUNES, José Freire, *Os espanhóis e Portugal*, Lisboa, Ed. Oficina do Livro, 2004;

ANTUNES, José Freire, *Poderes fáticos na campanha: o GOL, a CIA, a Coca-Cola in O Independente*, de 30 de novembro de 2005, Lisboa, 2005;

ARAÚJO, António de, *Ala liberal, o desencanto do reformismo*, *Análise Social*, vol. XLII, 2007, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218649924R1bIG9vg7lo13DK1.pdf>

ARNAUT, António, *Introdução à Maçonaria*, 7ª edição, Coimbra. Ed. Coimbra Editora, 2012;

ASCENSÃO, Leão Ramos, *O Integralismo Lusitano*, Porto (?), Edições Gama, 1943;

Aspectos contemporâneos do comunismo – o comunismo em Portugal, Lisboa, Ed. Direção dos Serviços Culturais da Legião Portuguesa, 1959;

AVILEZ, Maria João, *Soares – ditadura e revolução*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 1996;

AZEVEDO, Manuel Roque de, *Nascimento, vida e morte da Associação do Registo Civil*, trabalho dactilografado, Arquivo do Grande Oriente Lusitano, s.dt;

AZEVEDO, Manuel Roque de, *Breve História da Escola Oficina nº 1 e da Sociedade que a criou e mantém, separata de Estudos de História de Portugal, vol. II, sécs. XVI-XX, Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Ed. Estampa, 1983;

BABO, Alexandre, *Recordações de um caminheiro*, Fundão, Ed. Jornal do Fundão, 1984;

BANDEIRA, José Gomes, *Norton de Matos no comício da Fonte da Moura (Porto) in Diário de Lisboa*, de 24 de janeiro de 1979, Lisboa, 1979;

BAPTISTA, Jacinto, *Surgindo vem ao longe a nova aurora... – para a história do diário sindicalista A Batalha, 1919-1927*, Ed. Fac-similada da 1ª edição 1977, Lisboa, Ed. Letra Livre, A Batalha, 2019;

BARBOSA, Daniel, *Novos rumos da política económica*, Lisboa, Ed. Autor, 1966;

BARRETO, José, *Fernando Pessoa e Alberto da Cunha Dias*, paper, Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa,

BENIMELI, J. A. Ferrer, *XII Simposium Internacional de História de la Maçonaria Española*, outubro de 2009, Almeria, Ed. Gobierno de Aragon, 2010;

BRASÃO, Inês Paulo, *Dons e disciplinas do corpo feminino: os discursos sobre o corpo na história do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1999;

BRAZ, Manuel Potrier, *Eu, Maçom, me revelo*, Lisboa, Ed. Livraria Petrony, 2011;

BRAZÃO, Maria Elisa de França e Abreu, Maria Manuela, *A revolta da Madeira – 1931*, 2ª edição, Funchal, Ed. DRAC-Direção Regional dos Assuntos Culturais, 2008;

Breves Palavras in Universidade Livre, nº 1 de janeiro de 1914, Lisboa, Universidade Livre, 1914;

CABRAL, José, *Sociedades Secretas*, Lisboa, Ed. Editorial Império, 1935;

CAEIRO, António, *Paris-Lisboa: o autocarro da liberdade in Expresso (revista)*, 13 de abril de 2019, Lisboa, 2019;

CAETANO, Marcelo, *Constituições Portuguesas*, 4ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 1978;

CAETANO, Marcelo, *Renovação na continuidade*, Lisboa, Ed. Verbo, 1971;

CAETANO, Marcelo, *Hoje como ontem: o Estado Novo*, conferencia proferida no Porto em 27 de maio de 1946, Porto, Ed. União Nacional, 1946;

CAETANO, Marcelo, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Ed. Verbo, 2006;

Campanha (A) eleitoral de 1961, Lisboa, Ed. União Nacional, 1961;

CANDEIAS, António, *Educar de outra forma – a escola oficina nº 1 de Lisboa, 1905 – 1930*, Lisboa, Ed. Instituto de Inovação Educacional, 1994;

CARDINA, Miguel, *Margem de certa maneira – o maoísmo em Portugal 1964-1974*, Lisboa, Ed. Tinta da China, 2011;

CARDOSO, António Monteiro, *Timor na 2ª Guerra Mundial – O Diário do tenente Pires*, Lisboa, Ed. ISCTE – Centro de Estudos de história Contemporânea, 2007;

CARDOSO, Carlos Ernesto de Sá, *O Palácio Maçónico*, Lisboa, Ed. Autor, 1976;

CARMO, Isabel do, *Luta Armada – as Brigadas Revolucionárias, a ARA e a LUAR contadas pelos próprios protagonistas. E os dias de fúria da Europa rebelde da segunda metade do século XX*, Lisboa, Ed. Dom Quixote, 2017;

CARVALHIDO, Sérgio Domingos de Araújo, *Militarismos, “parapolíticos” e perfis populares na génese e (des)consolidação do 3º império colonial português*, tese de mestrado em Relações Internacionais”, Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto, 2005;

CARVALHO, António Carlos, *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913-1935*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Vega, 1993;

CARVALHO, Coelho, *A morte de Magalhães Lima in Diário de Notícias*, 9 de dezembro de 1928, Lisboa, 1928;

CARVALHO, David Luna de, *Os levantes da República (1910.1917) – resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2011;

CARVALHO, Maria João Rocha de, *Maçonaria: uma abertura discreta in Expresso*, de 9 de maio de 1981, Lisboa, 1981;

CARVALHO, Rita Almeida de, *A definição do marcelismo à luz da revisão da Constituição in A transição falhada*, coord. Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira, Lisboa, Ed. Notícias Editorial, 2004;

CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal - desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar - Caetano*, 3ª Edição, Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001;

CASTANHEIRA, José Pedro, *Raul Rego in Revista Expresso*, de 9 de fevereiro de 2002, Lisboa, 2002;

CASTRO, Daniel Madeira de, *História de uma Loja centenária – Acácia*, Lisboa, Ed. Outra Perspetiva, 2021;

CLÍMACO, Cristina, *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio 1927-1936*, Lisboa, Edições Colibri, 2017;

COSTA, Adelino, *Organização Política e Administrativa da Nação*, Lisboa, Ed. Portugália, 1938;

COSTA, Albérico Afonso, *A reforma do ensino técnico-profissional in Os anos de Salazar*, vol. 7, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007;

COSTA, Emílio, *Casa do Povo in Germinal*, nº 9, outubro de 1916, Lisboa, 1916;

COSTA, Fernando Marques da, *Relações entre Supremos Conselhos do Rito Escocês e Obediências Maçónicas em Portugal 1840-1993*, Lisboa, Ed. Fernando Marques da Costa e Supremo Conselho do REAA para Portugal, 2015;

COSTA, Fernando Marques da, *As mulheres na Maçonaria, Portugal 1864-1950*, Lisboa, Ed. Campo da Comunicação e Âncora Editores, 2016;

COSTA, Fernando Marques da, *A Maçonaria entre a força e o cacete 1807-1834, entre o mito e a realidade*, Lisboa, Ed. Campo da Comunicação, 2018;

CRUZ, Manuel Braga da, *O partido e o estado no salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1988;

CRUZ, Manuel Braga da, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Ed. Bizâncio, 1999;

CRUZ, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986;

CUNHAL, Álvaro (?), *Se fores preso camarada...*, Lisboa (?), Ed. Avante, 1947;

CUNHAL, Álvaro, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, Ed. Edições Dom Quixote, 1975;

CUNHAL, Álvaro, *O passado e o Futuro*, Lisboa, Ed. Edições Avante, 1976;

CUNHAL, Álvaro, *O partido com paredes de vidro*, Lisboa, Ed. Edições Avante, 1985;

Decálogo do Legionário in Documentação Político Social, Lisboa, Ed. Gabinete de Ação Cultural da Junta Central da LP, s. dt.;

DELGADO, Iva, *Memórias de Humberto Delgado*, 4ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1991;

DIAS, Alberto da Cunha, *A Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Edições Delta, 1930;

DIAS, João José Alves, *Raul Rego (1913-2002)*, catálogo da exposição, Lisboa, Ed. Câmara Municipal de Lisboa, 1973;

DIONÍSIO, Santana, *Apontamentos da República in Seara Nova*, Ano XI, nº 284, de 4 de fevereiro de 1932, Lisboa, 1932;

Discursos Parlamentares – José Estevão, Ed. Fac-similada da 1ª edição (1909), Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1983;

DONATO, Ernesto, (pseud. Argus), *A Maçonaria em Portugal – o sub-solo da revolução - Cartas da Bélgica*, Paris, Ligue Anti-Maçonnique, 1916 (?);

Eleições no Regime Fascista, Lisboa, Ed. Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo / Presidência do Conselho de Ministros, 1979;

Eleições Presidenciais – subsídios para a história das candidaturas de Norton de Matos (1949), Quintão Meireles (1952) e Humberto Delgado (1958), Col. Compasso do Tempo, Lisboa, Edições Delfos, s. dt.;

ENES, Carlos, *Oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo nos Açores in Atlântida*, vol. LI, Angra do Heroísmo, Ed. Instituto Açoriano de Cultura, 2006;

FARIA, António, *O real e o possível*, Lisboa, Ed. Grémio Lusitano, 2004;

FARIA, Cristina, *As lutas estudantis contra a ditadura militar (1926-1932)*, Lisboa, Ed. Edições Colibri, 2000;

FARINHA, Luís, *O Revirvalho – revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926 – 1940)*, Lisboa, Ed. Editorial Estampa, 1998;

FARINHA, Luís, *O Estatuto do Trabalho Nacional in Os anos de Salazar*, vol. 2, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007;

FARINHA, Luís, *Em Aveiro, uma nesga azul de Liberdade in Os anos de Salazar*, vol. 14, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007;

FARINHA, Luís, *Agatão Lança: oito vezes clandestino in Os anos de Salazar*, vol. 2, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007;

FELICIANO, Paula Virgínia Pires, *O grupo Seara Nova e a Maçonaria – reflexões sobre o idealismo seareiro durante a I República in La Maçonería Española, repression y exílios*, coord. J. A. Ferrer Benimelli, Ed. Gobierno de Almeria, 2010;

FERREIRA, José Medeiros, *As relações entre as Forças Armadas e o regime (1933-1960) in Nova História de Portugal*, coord. Fernando Rosas, vol. XII, Lisboa, Ed. Presença, 1992;

FERREIRA, José Medeiros, *Da Ditadura Militar à Ditadura Civil (1926-1933) in Nova História Militar de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2004;

FERRO, António, *Declarações do Sr. General Carmona ao jornalista António Ferro*, Lisboa, Ed. Edições SPN, 1934;

FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2003;

FERRO, António, *Salazar*, Lisboa, Ed. Edições Fernando Pereira, 1982;

FERRO, João Pedro, *A. H. de Oliveira Marques, o homem e o historiador – balanço de seis décadas, diálogos com João Pedro Ferro*, Lisboa, Editorial Presença, 1994;

FREIRE, João, *Anarquistas e operários*, Lisboa, Ed. Afrontamento, 1992;

GODINHO, José Magalhães, *Quando falar e escrever era perigoso (antes do 25 de Abril)*, Lisboa, Pub Europa América, 1982;

GODINHO, José Magalhães, *Pela Liberdade*, Lisboa, Edições Alfa, 1990;

HAZARD, Paul, *O pensamento europeu no século XVIII*, Lisboa, Editorial Presença, 1989;

HENRIQUES, Aires, *Por montes e vales – as Escolas Móveis e o republicanismo no vale do Zêzere*, Pedrógão Grande, Ed. Museu República e Maçonaria, 2020;

HENRIQUES, Isabel, *A Maçonaria na Figueira da Foz (1900-1932) – arquivos e coleções em exposição*, Figueira da Foz, Divisão de Museu, Biblioteca e Arquivos, 2001;

HENRIQUES, Isabel, *A Loja Fernandes Tomás, nº 212 da Figueira da Foz (1900-1932) – o Arquivo e a História*, Figueira da Foz, Divisão de Museu, Biblioteca e Arquivos, 2001;

HENRIQUES, Mendo Castro e MELLO, Gonçalo de Sampaio, *Pensamento e Doutrina Política – textos antológicos – António de Oliveira Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo, 2010;

JANEIRO, Helena Teresa Pinto, *Norton de Matos – o improvável republicano: um olhar sobre Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2014;

José Estevão – estudo e coletânea, Lisboa, Edição da Comissão do Centenário, 1962;

LAVRADOR, José, *A revolução na ilha da Madeira*, Rio de Janeiro, Editorial Alba, 1931;

LEAL, Ernesto de Castro, *Nação e Nacionalismos*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1999;

LE MOS, Mário Matos e, *Oposição e eleições no Estado Novo*, coord. Luís Reis Torgal, col. Parlamento, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2019;

LIMA, Adolfo, *A educação e o operariado in Germinal*, nº 2 de março de 1916, Lisboa, 1916;

LIMA, Adolfo, *O fim da Educação in Escola Nova*, ano 1, nº 2 e 3, Coimbra, Ed. Associação de Professores de Portugal, 1924;

LOPES, António, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792-1935*, Lisboa, Ed. Ensaius, 2008;

LOPES, António, *A Maçonaria no Faial – a Loja Amor da Pátria in LOPES, António, LOBÃO, Carlos e CALADO, Maria, Sociedade Amor da Pátria 150º aniversário – 1859-2009*, Horta, Ed. Sociedade Amor da Pátria, 2009;

LOPES, António, *A Maçonaria na Sociedade Amor da Pátria*, Horta, Ed. Sociedade Amor da Pátria, 2017;

LOPES, António, *António Augusto Louro – um maçom há cem anos*, Lisboa, Ed. Museu Maçónico Português, 2005;

LOPES, António, *As escolas da Maçonaria in revista Grémio Lusitano nº 11*, março de 2007, Lisboa, Ed. Grémio Lusitano, 2007;

LOPES, António, *Luciano Inácio Félix in Revista Grémio Lusitano nº 16*, 2º semestre de 2010, Lisboa, Ed. Grémio Lusitano, 2010;

LOPES, José da Silva, *A economia portuguesa desde 1960*, Lisboa, Ed. Gradiva, 2004;

MADAÍL, Fernando, *Fernando Valle – um Aristocrata da Esquerda*, Lisboa, Ed. Âncora, 2004;

MADEIRA, João, e PIMENTEL, Irene Flunser, FARINHA, Luis, *Vítimas de Salazar*, coord. João Madeira, Ed. A Esfera dos Livros, Lisboa, 2007;

MADEIRA, João, *A refundação do Partido Comunista em 1940-41 in Os anos de Salazar*, vol. 5, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007;

MADEIRA, João, *As oposições de esquerda e a extrema esquerda in A transição falhada*, coord. Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira, Lisboa, Ed. Notícias Editorial, 2004;

MADEIRA, João, *A esperança frustrada das eleições de 1958 in Os anos de Salazar*, vol. 15, Lisboa, Ed. Centro Editor PDA, 2007;

MADEIRA, João, *História do PCP – das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Ed. Tinta da China, 2013;

MADUREIRA, Arnaldo, *A formação histórica do salazarismo – 1928-1932*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2000;

MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2006;

MADUREIRA, Arnaldo, *Salazar – a instauração da ordem*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2010;

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Monárquicos contra a República – as “boas razões” para uma rebelião permanente in República e Republicanismo*, coord. Maria Fernanda Rollo e António Rafael Amaro, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2015;

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, 13ª edição, Lisboa, Ed. Editorial Presença, 1998;

MARQUES, A. H. de, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Publicações Dom Quixote, 1995;

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria em Portugal*, col. Cadernos Democráticos/Fundação Mário Soares, Lisboa, Ed. Gradiva, 1998;

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaio de Maçonaria*, Lisboa, Ed. Quetzal Editores, 1988;

MARQUES, A. H. de Oliveira, *O general Sousa Dias e as revoltas contra a ditadura 1926 – 1931*, Lisboa, Ed. Publicações D. Quixote, 1975;

MARQUES, A. H. de Oliveira, e DIAS, João José Alves, *Para a História da Maçonaria no Porto in Revista Portuguesa de História*, vol. II, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2003;

MARQUES, A. H. de Oliveira, FERREIA, Medeiros e SANTOS, J. G. Trindade, *A Primavera que abalou o Regime – a crise académica de 1962*, organização João Pedro Ferro, Lisboa, Editorial Presença, 1996;

MARQUES, Victor, *Respeitável Loja Liberdade*, Lisboa, s. Ed. 2016;

MARTIN-ALBO, Miguel, *A Maçonaria Universal*, Lisboa, Bertrand Editora, 2005;

MARTINHO, Francisco Carlos Palomares, *Marcelo Caetano – uma biografia 1906 – 1980*, Lisboa, Ed. Objectiva, 2016;

MARTINS, Susana, *CDE e CEUD: a oposição dividida nas eleições in Os anos de Salazar*, vol. 25, Lisboa, Ed. Centro Editor PDA, 2007;

MARTINS, Susana, *Socialistas na oposição ao Estado Novo*, Lisboa, Ed. Casa das Letras, 2005;

MATOS, Helena, *Salazar*, vol. 1 e 2, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2004;

MATOS, Norton de, *Os dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República*, Lisboa, Ed. Autor, 1948;

MATOS, Norton de, *A Nação Una*, Lisboa, Ed. Paulino Ferreira, Filhos Lda, 1952;

MATOS, Norton de, *Memórias e trabalhos da minha vida*, vol. 1, 2 e 3, Coimbra, Ed. Imprensa da Universidade, 2005;

MEDINA, João, *Salazar e os fascistas*, Lisboa, Ed. Livraria Bertrand, 1979;

MELO, Daniel, *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001;

MENDONÇA, Artur, CASTELA, José Magalhães, PEREIRA, Cândido, SOARES, Joaquim Filipe, SILVA, Paulo Marques da, AMADO, José, *Condeixa – paisagem, memória e história*, Condeixa, Ed. Paróquia de Condeixa, s. dt.;

Mensagem do Conselho da Ordem, Lisboa, Ed. Grande Oriente Lusitano Unido, 1927;

MONSARAZ, Alberto, *Cartilha do Operariado*, Lisboa, Ed. Alberto Monsaraz (Conde de Monsaraz), 1919;

Nacional-sindicalismo, pontos básicos e conceitos fundamentais, Lisboa, Ed. Sector de Imprensa e Propaganda do Jovem Portugal – Juventude Portuguesa Nacional Sindicalista, s. dt.;

NETO, Dina, *Lúcio Tomé Feteira, uma vida agitada, in Os anos de Salazar*, vol. 13, Lisboa, Ed. Centro Editor PDA, 2007;

NEVES, José, PEREIRA, José Pacheco, PITA, António Pedro, NUNES, José Arsénio, ROSAS, Fernando, CUNHAL, Álvaro, ALMEIDA, Vanessa, MADEIRA, João, RABY, David L., GODINHO, Paula, CARVALHO, Ana Margarida de, CARDINA, Miguel, LISI, Marco, LOUÇÃ, Francisco, GASPAS, Carlos, DRAGO, Ana, *Partido Comunista Português 1921-2021: uma antologia*, 1ª edição, José Neves (org.), Lisboa, Ed. Tinta da China, 2021;

NEVES, Elísio Amaral, *Na defesa da República: a participação de Vila Real no movimento de 3 a 7 de Fevereiro de 1927 – documentação secreta*, Col. Cadernos da Biblioteca de Vila Real, Vila Real, Biblioteca Municipal de Vila Real, 2016;

NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias, *O movimento associativo africano em Moçambique, tradição e luta (1926-1962)*, tese de doutoramento em História, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2008;

NOGUEIRA, Franco, *Salazar – A Resistência*, vol. V, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984;

NOGUEIRA, Franco, *Um político confessa-se (diário 1960-1968)*, Lisboa, Ed. Civilização, 1986;

NÓVOA, António, *A Educação Nacional in Nova História de Portugal*, coord. Fernando Rosas, vol. XII, Lisboa, Ed. Presença, 1992;

NUNES, Leopoldo, *A Ditadura Militar*, Lisboa, s. ed., 1928;

OLIVEIRA, Pedro Aires de, *A política externa in A transição falhada*, coord. Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira, Lisboa, Ed. Notícias Editorial, 2004;

OLIVEIRA, César de, *A evolução Política in Nova História de Portugal*, coord. Fernando Rosas, vol. XII, Lisboa, Ed. Presença, 1992;

PAÇO, António Simões do, *Salazar, o “anti-fascista”?* in *Os anos de Salazar*, vol. 3, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007;

PAULO, Heloísa e JANEIRO, Helena Pinto, *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 – 60 anos depois*, Lisboa, Ed. Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010;

PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 1, 2 e 3, 3ª edição, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2000;

PEREIRA, José Pacheco, *O Um dividiu-se em Dois – origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal – 1960-65*, Lisboa, Aletheia Editores, 2008;

PEREIRA, Pedro Manuel e PEREIRA, António Neves, *Casa 4 – A Loja dos Grão-Mestres Simpatya e União – 1859-2009*, Lisboa, Ed. Sete Caminhos, 2009;

PEREIRA, Pedro Manuel, *Escola Oficina nº 1 – uma instituição paramaçónica (1905-1926)*, Lisboa, Ed. Autor, 2012;

PESSOA, Fernando, *Comentando o projeto lei do deputado José Cabral... apresentado à Assembleia Nacional*, Lisboa, Ed. Secretariado da Propaganda Nacional, 1935;

PIMENTEL, Irene Flunser, *Suster o êxodo rural num país mudado in Os anos de Salazar*, vol. 15, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007;

PIMENTEL, Irene Flunser, *História das organizações femininas do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Temas e Debates, 2001;

PIMENTEL, Irene Flunser, *Os cinco pilares da PIDE*, 2ª edição, Lisboa, Ed. A Esfera dos Livros, 2019;

PIMENTEL, Irene Flunser, *Memórias de um resistente às ditaduras – Manuel António Correia*, Lisboa, Ed. Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2011;

PIMENTEL, Irene Flunser e FARINHA, Luís, *Vítimas de Salazar - Estado Novo e violência política*, coord. João Madeira, Lisboa, Ed. A Esfera dos Livros, 2007;

PIMENTEL, Irene Flunser, *A obra das mães e a caridadezinha in Os anos de Salazar*, vol. 8, Lisboa, Centro Editor PDA, 2007;

PIMENTEL, Irene e NINHOS, Cláudia, *Salazar, Portugal e o Holocausto*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013;

PIMENTEL, João Sarmiento, *Memórias do Capitão João Sarmiento Pimentel*, col. Ofício de Viver, Porto, Editorial Inova, 1974;

PINA, José da Costa, *A Maçonaria e a Reacção*, Grande Oriente Lusitano Unido, Lisboa, 1931;

PINTO, António Costa, *Os camisas azuis e Salazar*, Lisboa, Edições 70, 2015;

PORTELLA, Cristina (Maria Cristina Portella Ribeiro), *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880c.-1910c.)*, tese de mestrado em História de África, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, Lisboa, 2012;

PORTELLA, Cristina, *Ideias republicanas em Angola entre 1880 e 1910 in República e Republicanismo*, coord. Maria Fernanda Rollo e António Rafael Amaro, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2015;

PROENÇA, Maria Cândida, *A República e a Democratização do Ensino in O Sistema de Ensino em Portugal - séculos XIX e XX*, Lisboa, Ed. Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998;

Programa para a Democratização da República, Porto, 1961;

QUINTAS, José Manuel Alves, *Filhos de Ramires – das Ideias, das Almas e dos Factos no advento do Integralismo Lusitano (1913-1916)*, tese de mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997;

RABY, David L., *O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958*, *Análise Social*, <https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223400499A1rNG9eq8Lo931W1.pdf>;

RAMALHO, Miguel Nunes, *A opressão salazarista e a força da liberdade – Alfredo de Sousa*, um resistente, Lisboa, Ed. Prefácio, 2007;

RAPOSO, Hipólito, *Dois nacionalismos*, Lisboa, Ed. Livraria Férrin, Torres & C.ta. 1929;

RAMOS DO Ó, Jorge, *Salazarismo e Cultura in Nova História de Portugal*, coord. Fernando Rosas, vol. XII, Lisboa, Ed. Presença, 1992;

RATES, J. Carlos, *A ditadura do proletariado*, Lisboa, Editorial A Batalha, 1920;

REGO, Raul, *Diário Político*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974;

REGO, Raul, *Depoimento ou libelo – reflexões sobre o livro de memórias de Marcelo Caetano*, Lisboa, Editorial República, 1974;

REIS, António, *Raul Proença – estudo e antologia*, col. Testemunhos Contemporâneos, Lisboa, Ed. Alfa, 1989;

Resumos das Comunicações – IV Congresso da União Nacional, 3ª secção – vida social, Lisboa, Ed. União Nacional, 1956;

Revolução (A) continua – União Nacional, Mocidade, Legião, Lisboa, Ed. SPN, 1943;

RIBEIRO, Anabela Mota, *Fernando Valle in Diário de Notícias*, entrevista, 15 de setembro de 2001, Lisboa, 2001;

RIBEIRO, Lia, *Sob o signo de Marianne – o ensino no universo da popularização republicana (1880-1910) in República e Republicanismo*, coord. Maria Fernanda Rollo e António Rafael Amaro, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2015;

ROCHA, Ilídio, *A Maçonaria em Moçambique*, Maputo (?), s. Ed. 1976 (?);

RODRIGUES, Artur Paulo, *Discurso pronunciado na Liga 28 de Maio em 27 de maio de 1958 in Documentação Político Social*, Lisboa, Ed. Gabinete de Ação Cultural da Junta Central da LP, 1958;

RODRIGUES, Luís Nuno, “A gravidade da hora que passa!” – a criação da Legião Portuguesa em 1936, *Análise Social*,
<https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379385H0sZQ6bz0xy83WA7.pdf>

RODRIGUES, Luís Nuno, *Salazar-Kennedy – a crise de uma aliança*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002;

ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994;

ROSA, Eliana Brites, *Os intelectuais e a superação da crise nacional na I República: da Renascença Portuguesa à Seara Nova in República e Republicanismo*, coord. Maria Fernanda Rollo e António Rafael Amaro, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2015;

ROSA, Frederico Delgado, *Chegada de Humberto Delgado a Santa Apolónia – 50 anos depois* (excertos), Lisboa, Ed. Câmara Municipal de Lisboa, 2008;

ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Tinta da China, 2018;

ROSAS, Fernando, *Salazarismo e Fomento Económico – o primado do político na história económica do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Notícias, 2000;

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta 1928–1938*, Lisboa, Ed. Estampa, 1986;

ROSAS, Fernando, *Pensamento e Ação Política – Portugal no século XX*, Lisboa, Ed. Editorial Notícias, 2004;

ROSAS, Fernando, CARVALHO, Rita e OLIVEIRA, Pedro Aires de, *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano*, vol. 2, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2002;

ROSAS, Fernando, LOUÇÃ, Francisco, LOPES, João Teixeira, PENICHE, Andrea, TRINDADE, Luís, CARDINA, Miguel, *O século XX português: política, economia, sociedade, cultura, império*, Lisboa, Edições Tinta da China Lda, 2020;

SALAZAR, António de Oliveira, *Mais um passo na definição e consolidação do regime*, col. O pensamento de Salazar, discurso proferido na Assembleia Nacional em 20 de outubro de 1949, Lisboa, Ed. Secretariado Nacional de Informação, 1949;

SALAZAR, António de Oliveira, *No fim da campanha*, col. O pensamento de Salazar, discurso proferido na Emissora Nacional em 11 de fevereiro de 1949, Lisboa, Ed. Secretariado Nacional de Informação, 1949;

SALAZAR, António de Oliveira, *Erros e fracassos da era política in O pensamento de Salazar*, discurso proferido na posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de fevereiro de 1965;

SALAZAR, António de Oliveira, *Os nossos interesses de Nação in O pensamento de Salazar*, discurso proferido na reunião das Comissões Dirigentes da União Nacional, em 23 de fevereiro de 1946;

SALAZAR, *Os princípios e a obra da Revolução in O pensamento de Salazar*, Lisboa, Ed. SPN, 1943;

SALAZAR, António de Oliveira, *Antologia – discursos, entrevistas, artigos, teses, notas, relatórios*, edição comemorativa do 40º aniversário da Revolução Nacional, Coimbra, Ed. Coimbra Editora, 1966;

SALGUEIRO, Eduardo, *Magalhães Lima – notas emotivas à volta do seu funeral in República*, de 10 de dezembro de 1928, Porto, 1928;

SANTOS, José Hipólito, *Felizmente houve a LUAR*, Lisboa, Ed. Âncora Editora, 2011;

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, *Exilados em terra própria ou Os Vencedores in A Sessão de 30 de Novembro de 1946 do Movimento de Unidade Democrática*, Lisboa, Ed. Comissão Central do MUD, 1946;

SANTOS, Maria José Moutinho, *Internato de S. João do Porto*, Porto, Ed. Ed. Associação Protetora do Internato de S. João, 2012;

SÉRGIO, António, *Alocução aos socialistas no banquete do Primeiro de Maio de 1947*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1947;

SILVA, Paulo Marques da, *“Estórias” da oposição em Condeixa no tempo de Salazar in SOARES, João, A revolta da Madeira*, Lisboa, Ed. Perspectivas & Realidades, 1979;

SOARES, Mário, *Cartas e intervenções políticas no exílio*, Lisboa, Ed. Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2014;

SOARES, Mário, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974;

SOARES, Mário, *Escritos Políticos*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1969;

SPÍNOLA, António de, *Portugal e o Futuro*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Arcádia, 1974;

SPÍNOLA, António de, *País sem rumo – contributo para a história de uma Revolução*, Lisboa, Ed. SCIRE, 1978;

TARSO, Paulo de (pseudónimo), *Crimes da franco-maçonaria judaica*, Lisboa, Empresa Veritas, 1928;

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha in Nova História Militar de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2004;

TELO, António, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, vol. I e II, Lisboa, Ed. Vega, 1991;

Vº (O) Congresso do PCP in *Boletim Informativo da Legião Portuguesa*, Fas. 14, class. confidencial, Lisboa, Novembro de 1957;

VALENTE, Augusto José Monteiro, *General Sousa Dias – militar, republicano, patriota*, col. “gentes da Guarda” – nº 6, Guarda, Ed. Câmara Municipal da Guarda, 2006;

VASCONCELOS, Amadeu de (Lusol), *A idade maçónica 1789-1940*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Violeta Primorosa, 1944;

VAZ, Fernando Henriques, *Como renasceu a Maçonaria em Portugal in Portugal – apontamentos de História*, vol. II, Lisboa, s. Ed., 1979;

VAZ, Luís, *Simões Coimbra*, Lisboa, Ed. Âncora Edições, 2018;

VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores, 2013;

VENTURA, António, *Revoltar para resistir – A Maçonaria em Almada (1898-1937)*, Almada, Ed. Câmara Municipal de Almada, 2010;

VENTURA, António, *A Maçonaria no Concelho de Mafra (1910-1935)*, Ericeira, Ed. Mar de Letras Editora, 2009;

VENTURA, António, *A Maçonaria no Distrito de Portalegre*, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2007;

VENTURA, António, *Magalhães Lima um idealista impenitente*, col. Parlamento, Lisboa, Ed. Assembleia da República, 2011;

VENTURA, António, *Um herói desconhecido: o capitão António Augusto Franco in Revista Grémio Lusitano*, nº 15, 1º semestre de 2010, Lisboa, Ed. Grémio Lusitano, 2010;

VENTURA, António, *A Marinha de Guerra Portuguesa e a Maçonaria*, Lisboa, Ed. Veja, 2013;

VENTURA, António, *Cândido de Oliveira – homem do desporto, democrata e maçom in revista Grémio Lusitano*, nº 17, 1º semestre de 2011; Lisboa, Grémio Lusitano, 2011;

VILAÇA, Alberto, *Resistências culturais e políticas nos primórdios do salazarismo*, Coimbra, Ed. Ed. Campo das Letras, 2003;

5 – Entrevistas

Amândio da Conceição Silva, Lisboa, 60 minutos, 28 de junho de 2019;

António Gomes da Mota, Porto, 90 minutos, 3 de julho de 2020;

António Valdemar, Lisboa, 90 minutos, 17 de fevereiro de 2021;

Artur Ramon da Rocha de La Féria, Cascais, 96 minutos, 2 de novembro de 2019;

Fernando Marques da Costa, Lisboa, 60 minutos, 9 de junho de 2020;

João Alves Dias, Lisboa, 30 minutos, 20 de setembro de 2020; 45 minutos,

7 de janeiro de 2021; 30 minutos, 15 de fevereiro de 2021, 30 minutos 17 de janeiro de 2021, 45 minutos 22 de março de 2021;

João Carlos Leal de Matos, Lisboa, 80 minutos, 17 de dezembro de 2019;

José Paulo da Silva Graça, Lisboa, 70 minutos, 25 de junho de 2019;

Luís Vale, Coja, 45 minutos, 14 de junho de 2018;

Manuel Falcão, Porto, 120 minutos, 2 de julho de 2020;

6 – Conferências

SILVA, Fernando A. C. David e, *Manuel Pereira Crespo – o último ministro da marinha*, conferencia integrada no ciclo “Construtores do País que somos” e realizada na Escola Oficina nº 1 em 26 de novembro de 2015;

7 – Filmes, vídeos e webgrafia

III Congresso da União Nacional, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/iii-congresso-da-uniao-nacional/>

Mulheres de Abril, in Esquerda com Maria Emília Brederote dos Santos,

https://www.esquerda.net/artigo/mulheres-de-abril-testemunho-de-maria-emilia-brederode-santos/61241?fbclid=IwAR0LzqNTE4-oMfESiMLchOLkaG7YOfz8Phgxt_PM2-QIJo9v0fWok0WZ5NU

https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/pessoaplural/Issue1/PDF/I1A02.pdf

<https://www.freemason.pt/secmaconaria/videos-mac/nazis-contra-macons-o-roubo-das-lojas/?fbclid=IwAR3kjTDocxgRqIGhYMyh7aPB6UitjWuuFiqKoh5CtsyxsxnhC8PLvo5X5U8>
TORRES, Adelino, *Angola: conflitos políticos e sistema social (1928-1930)* in
http://www.adelinotorres.info/trabalhos/Angola-Conflitospoliticosesistemasocial_1928-1930.pdf

Um só rosto, uma só fé in entrevista de José Eduardo Moniz a Adelino da Palma Carlos, RTP, 11 de junho de 1988, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-adelino-palma-carlos/?fbclid=IwAR0q8R1zWeLtT4DcnKAEMUUKBhmYHI4RceTZBCt0-i1iJsZDjAsScZyZ6GA>

ÍNDICE

Agradecimentos.....	2
Siglas.....	3
Nota prévia.....	6
Introdução – compreender a Maçonaria.....	11

I

Os primeiros anos da Ditadura

1 - Realidades e aparências - O golpe de 28 de Maio.....	14
2 - A vida interna da Maçonaria nos primeiros anos após o 28 de Maio.....	27
3 - Sente-se alvoraçado o país - Instabilidade em Lisboa e no Porto.....	40
4 - A morte de Sebastião de Magalhães Lima.....	46
5 - Os assaltos às sedes maçónicas	
5.1 – No continente e ilhas.....	49
5.2 – Nas colónias.....	67
6 - A solidariedade maçónica.....	70
7 - A intranquilidade vivida no seio da Maçonaria.....	74
8 - O princípio das trevas - A Maçonaria entre 1930 e 1933.....	82
9 - As questões que uniam e separavam os maçons.....	88
10 - O caso particular da Madeira.....	109
11 – Sobre atitudes futuras nunca me pronuncio – os anos do revirvalho.....	116
12 - Da crença numa Ditadura passageira, à certeza da Ditadura.....	132
13 – As contradições de Norton de Matos.....	142
14 - O acentuar de um ambiente hostil à Maçonaria	
14.1 - As relações tensas entre a Igreja e as chafaricas livres pensadeiras.....	148
14.2 - O ideário do integralismo e do nacional sindicalismo.....	160
14.3 - Ainda a imprensa antimaçónica.....	179
15 - Bernardino Machado e Afonso Costa, polarizadores da luta da Maçonaria.....	188
16 - Um grupo combativo – os estudantes 1926-1932.....	192
17 - A educação faz o indivíduo, a educação transformará a sociedade.....	196
18 - A Maçonaria na resistência cultural ao regime.....	209
19 - As escolas e os Centros Republicanos enquanto reflexo das ideias e práticas da Maçonaria.....	220
20 - Deus, Pátria e Família – dizia o regime.....	230
21 - 3 Exemplos	
21. 1 - Educar de outra forma - A Escola Oficina nº 1.....	250
21.2 - O Internato de S. João em Lisboa – a expressão da solidariedade.....	263

21.3 - O Internato de S. João no Porto – a vontade de uma cidade.....	270
---	-----

II

1933–1969 Do nascimento do Estado Novo aos novos movimentos de oposição

1 - Sei muito bem o que quero e para onde vou.....	276
2 - Nós temos uma doutrina e somos uma força.....	293
3 - Se a Ditadura termina, a revolução continua – a consolidação do regime, a sua conceção autoritária e os seus instrumentos de poder.....	298
4 - A desarticulação da Maçonaria e a sua sobrevivência.....	308
5 - Combater ideologias diferentes da nossa – o fatídico ano de 1935.....	320
6 - Os que nasceram para mandar.....	340
7 - A Legião Portuguesa no Palácio Maçónico.....	351
8 – A Oposição	
8.1 – Da relação com anarquistas, socialistas e comunistas – a frente republicana.....	360
8.2 - Anarquistas e anarco-sindicalistas.....	364
8.3 - Da relação com os comunistas.....	371
8.4 - O campo socialista.....	382
8.5 - Ainda os frentismos da década de trinta.....	386
9 - A regularidade maçónica.....	392
10 - Da proibição da Maçonaria ao estalar da 2ª Guerra Mundial.....	401
11 - Oposições e frentismos da década de quarenta.....	406
12 - A candidatura de Norton de Matos à Presidência da República.....	419
13 - A Repressão	
13.1 - A lei não chega ao terceiro andar da PIDE – a Polícia Política.....	430
13.2 - A pior censura é aquilo que já não se escreve.....	442
14 - A II Guerra Mundial, os aliados e a Maçonaria internacional.....	446
15 - Os arquivos da Maçonaria portuguesa.....	457
16 - A década de cinquenta, um período de mudança.....	462
17 - Os antecedentes de uma candidatura.....	467
18 - A candidatura de Humberto Delgado – o entusiasmo que o regime não esperava.....	474
19 - Demito-o, obviamente!.....	483
20 - A Maçonaria nas Colónias	
20.1 – Questões gerais.....	490
20.2 - A Kuribeka em Angola.....	520

20.3 - Em Moçambique.....	529
20.4 - O sobressalto colonial.....	534

III

As novas oposições num mundo novo

1 - Uma nova Europa.....	538
2 - Tenho sofrido muito. A vida dá mais sofrimentos que alegrias – o trabalho maçónico na clandestinidade.....	557
3 - O regime de um homem só e uma conferência dissonante.....	582
4 - As ideias não morrem – ainda a década de sessenta.....	589
5 - Quando a sabedoria é tão perigosa quanto a ignorância – as crises académicas nas décadas de sessenta e setenta.....	594
6 - Aveiro – uma cidade de oposição e berço dos congressos republicanos.....	599
7 - Este Salazar é mais simpático que o outro - o governo de Marcelo Caetano....	603
8 - A Maçonaria em 1974.....	623

IV

Conclusão

Conclusão.....	642
----------------	-----

V

Glossário

Glossário.....	647
----------------	-----

VI

Fontes e bibliografia

1 – Arquivos e Bibliotecas.....	649
2 – Arquivos particulares.....	651
3 – Publicações periódicas.....	651
4 – Bibliografia	
4.1 – Dicionários.....	654
4.2 – Estudos.....	654
5 – Entrevistas.....	666
6 – Conferências.....	666
7 – Filmes, vídeos e webgrafia.....	666
Índice.....	668

